ANAIS DO VI SEMINÁRIO DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (PPGS-UFMG)

ORGANIZAÇÃO

RAFAEL COUTINHO CHAGAS PEREIRA
MARIA ELISA ROCHA COUTO GOMES
WESLEY VAZ OLIVEIRA
CYRANA BORGES VELOSO
GUSTAVO MARTINS DO CARMO MIRANDA

AMPLLA EDITORA

REALIZAÇÃO

CESAP
CENTRO DE ESTUDOS DE SOCIOLOGIA
ANTONIO AUGUSTO PEREIRA PRATES

Departamento de Sociologia
UFMG

PPGS
UFMG
Programa de Pós-Graduação
em Sociologia | FAFICH

FAFICH
FACULDADE DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS

UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

2022 - Editora Amplla
Copyright da Edição © Editora Amplla
Copyright do Texto © Os autores
Editor Chefe: Leonardo Pereira Tavares
Design da Capa: Editora Amplla
Diagramação: João Carlos Trajano
Revisão: Os autores

Anais do VI Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGS-UFMG) está licenciado sob CC BY 4.0.

Esta licença exige que as reutilizações deem crédito aos criadores. Ele permite que os reutilizadores distribuam, remixem, adaptem e construam o material em qualquer meio ou formato, mesmo para fins comerciais.
O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, não representando a posição oficial da Editora Amplla. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores. Todos os direitos para esta edição foram cedidos à Editora Amplla.

ISBN:
DOI: 10.51859/amplla.

Editora Amplla
Campina Grande – PB – Brasil
contato@ampllaeditora.com.br
www.ampllaeditora.com.br

2022

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Cátia Leal Badaró – Tecnológica Federal do Paraná
Andréia Monique Lermen – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Antoniele Silvana de Melo Souza – Universidade Estadual do Ceará
Aryane de Azevedo Pinheiro – Universidade Federal do Ceará
Bergson Rodrigo Siqueira de Melo – Universidade Estadual do Ceará
Bruna Beatriz da Rocha – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Bruno Ferreira – Universidade Federal da Bahia
Caio César Costa Santos – Universidade Federal de Sergipe
Carina Alexandra Rondini – Universidade Estadual Paulista
Carla Caroline Alves Carvalho – Universidade Federal de Campina Grande
Carlos Augusto Trojaner – Prefeitura de Venâncio Aires
Carolina Carbonell Demori – Universidade Federal de Pelotas
Cícero Batista do Nascimento Filho – Universidade Federal do Ceará
Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Dandara Scarlet Sousa Gomes Bacelar – Universidade Federal do Piauí
Daniela de Freitas Lima – Universidade Federal de Campina Grande
Darlei Gutierrez Dantas Bernardo Oliveira – Universidade Estadual da Paraíba
Denise Barguil Nepomuceno – Universidade Federal de Minas Gerais
Dylan Ávila Alves – Instituto Federal Goiano
Edson Lourenço da Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Elane da Silva Barbosa – Universidade Estadual do Ceará
Érica Rios de Carvalho – Universidade Católica do Salvador
Fernanda Beatriz Pereira Cavalcanti – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Gabriel Gomes de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Gilberto de Melo Junior – Instituto Federal do Pará
Givanildo de Oliveira Santos – Instituto Brasileiro de Educação e Cultura
Higor Costa de Brito – Universidade Federal de Campina Grande
Isabel Fontgalland – Universidade Federal de Campina Grande
Isane Vera Karsburg – Universidade do Estado de Mato Grosso
Israel Gondres Torné – Universidade do Estado do Amazonas
Italan Carneiro Bezerra – Instituto Federal da Paraíba
Ivo Batista Conde – Universidade Estadual do Ceará
Jaqueline Rocha Borges dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Jessica Wanderley Souza do Nascimento – Instituto de Especialização do Amazonas
João Henriques de Sousa Júnior – Universidade Federal de Santa Catarina
João Manoel Da Silva – Universidade Federal de Alagoas
João Vitor Andrade – Universidade de São Paulo
Joilson Silva de Sousa – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
José Cândido Rodrigues Neto – Universidade Estadual da Paraíba
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Josenita Luiz da Silva – Faculdade Frassinetti do Recife
Josiney Farias de Araújo – Universidade Federal do Pará
Karina de Araújo Dias – SME/Prefeitura Municipal de Florianópolis
Katia Fernanda Alves Moreira – Universidade Federal de Rondônia
Laís Portugal Rios da Costa Pereira – Universidade Federal de São Carlos
Laíze Lantyer Luz – Universidade Católica do Salvador
Lindon Johnson Pontes Portela – Universidade Federal do Oeste do Pará
Lucas Araújo Ferreira – Universidade Federal do Pará
Lucas Capita Quarto – Universidade Federal do Oeste do Pará
Lúcia Magnólia Albuquerque Soares de Camargo – Unifacisa Centro Universitário
Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos – Universidade Estadual do Maranhão
Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Luiza Catarina Sobreira de Souza – Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central
Manoel Mariano Neto da Silva – Universidade Federal de Campina Grande
Marcelo Alves Pereira Eufrasio – Centro Universitário Unifacisa
Marcelo Williams Oliveira de Souza – Universidade Federal do Pará
Marcos Pereira dos Santos – Faculdade Rachel de Queiroz
Marcus Vinicius Peralva Santos – Universidade Federal da Bahia
Marina Magalhães de Morais – Universidade Federal do Amazonas
Mário Cézar de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia
Michele Antunes – Universidade Feevale
Milena Roberta Freire da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Nadja Maria Mourão – Universidade do Estado de Minas Gerais
Natan Galves Santana – Universidade Paranaense
Nathalia Bezerra da Silva Ferreira – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Neide Kazue Sakugawa Shinohara – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Neudson Johnson Martinho – Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso
Patrícia Appelt – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Paula Milena Melo Casais – Universidade Federal da Bahia
Paulo Henrique Matos de Jesus – Universidade Federal do Maranhão
Rafael Rodrigues Gomides – Faculdade de Quatro Marcos
Reângela Cíntia Rodrigues de Oliveira Lima – Universidade Federal do Ceará
Rebeca Freitas Ivanicska – Universidade Federal de Lavras
Renan Gustavo Pacheco Soares – Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns
Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Ricardo Leoni Gonçalves Bastos – Universidade Federal do Ceará
Rodrigo da Rosa Pereira – Universidade Federal do Rio Grande
Sabrynna Brito Oliveira – Universidade Federal de Minas Gerais
Samuel Miranda Mattos – Universidade Estadual do Ceará
Shirley Santos Nascimento – Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia
Silvana Carloto Andres – Universidade Federal de Santa Maria
Silvio de Almeida Junior – Universidade de Franca

Tatiana Paschoalette R. Bachur – Universidade Estadual do Ceará | Centro Universitário Christus
Telma Regina Stroparo – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Thayla Amorim Santino – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Virgínia Maia de Araújo Oliveira – Instituto Federal da Paraíba
Virginia Tomaz Machado – Faculdade Santa Maria de Cajazeiras
Walmir Fernandes Pereira – Miami University of Science and Technology
Wanessa Dunga de Assis – Universidade Federal de Campina Grande
Wellington Alves Silva – Universidade Estadual de Roraima
Yáscara Maia Araújo de Brito – Universidade Federal de Campina Grande
Yasmin da Silva Santos – Fundação Oswaldo Cruz
Yuciara Barbosa Costa Ferreira – Universidade Federal de Campina Grande

2022 - Editora Amplla
Copyright da Edição © Editora Amplla
Copyright do Texto © Os autores
Editor Chefe: Leonardo Pereira Tavares
Design da Capa: Editora Amplla
Diagramação: João Carlos Trajano
Revisão: Os autores

FICHA CATALOGRÁFICA A SER INSERIDA

Editora Amplla
Campina Grande – PB – Brasil
contato@ampllaeditora.com.br
www.ampllaeditora.com.br

2022

SUMÁRIO

AUDIOVISUALIDADES: ESTÉTICAS E CONTEXTOS SOCIAIS 11

CAPÍTULO I - UMA NARRATIVA FEMINISTA? IMAGEM, REPRESENTAÇÃO E PODER EM BELA VINGANÇA (2020) 12

CAPÍTULO II - IMAGINÁRIO, HOSPITALIDADE E DIFERENÇA, UMA ANÁLISE DESTAS PERSPECTIVAS NO FILME "BUENA VISTA SOCIAL CLUB" 25

CONFRONTOS POLÍTICOS EM TORNO DAS QUESTÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADE E REPRODUÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO 40

CAPÍTULO III - MASCULIDADE PÓS FEMINISMO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: CONTRAPONTOS ENTRE A INSERÇÃO DE HOMENS E MULHERES NA ESFERA PÚBLICA E PRIVADA 41

CAPÍTULO IV - VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: UM ESTUDO DE CASO DOS PROJETOS DE LEI SOBRE O ABORTO EM 2020 NA CÂMARA DOS DEPUTADOS 53

CAPÍTULO V - A "IDEOLOGIA DE GÊNERO" SOB DIFERENTES OLHARES: UM ESTUDO DA ESTRUTURA RETÓRICA DE ARTIGOS DE OPINIÃO SOBRE O TEMA 68

CAPÍTULO VI - AS PERCEPÇÕES DE CASAIS HOMOAFETIVOS SOBRE AS RELAÇÕES COM AS ESCOLAS DE SEUS/SUAS FILHOS(AS): UM ESBOÇO METODOLÓGICO EM CONSTRUÇÃO 84

CULTURAS URBANAS, CONFLITOS DAS/NAS CIDADES E SOCIABILIDADES: A EMERGÊNCIA DE NOVOS PARADIGMAS SOCIOLÓGICOS 110

CAPÍTULO VII - MOBILIDADE(S) E HIBRIDISMO: A MÁQUINA E A CONSTRUÇÃO DE OUTRO SER 111

DESDEMOCRATIZAÇÃO EM FOCO, DEMOCRACIA EM XEQUE: DEBATES E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS 125

CAPÍTULO VIII - AS TECNOLOGIAS DIGITAIS E SUA INFLUÊNCIA NA ASCENSÃO DA DIREITA RADICAL POPULISTA 126

CAPÍTULO IX - O DISCURSO ANTICORRUPÇÃO COMO UM DOS BRAÇOS DA RUPTURA DO SISTEMA DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA OPERAÇÃO LAVA-JATO 146

CAPÍTULO X - O DISCURSO DE ÓDIO ENQUANTO INSTRUMENTO POTENCIALIZADOR DA DESDEMOCRATIZAÇÃO 170

CAPÍTULO XI - DEMOCRACIA EM CRISE: A ASCENSÃO DO AUTORITARISMO E DO EXTREMISMO DE DIREITA NOS REGIMES DEMOCRÁTICOS CONTEMPORÂNEOS* 184

CAPÍTULO XII - MINORIAS SOB MIRA: ABORDANDO A CRISE DEMOCRÁTICA BRASILEIRA A PARTIR DAS TENSÕES ANTI-MINORIA 201

"ELES COMBINARAM DE NOS MATAR E NÓS COMBINAMOS DE NÃO MORRER": POSSIBILIDADES INSURGENTES DA DIÁSPORA 218

CAPÍTULO XIII - O "EU" E O "OUTRO": UM ESTUDO SOBRE SOCIABILIDADES E RESSIGNIFICAÇÃO IDENTITÁRIA DE MULHERES IMIGRANTES EM BELO HORIZONTE 219

CAPÍTULO XIV - SOWETO ORGANIZAÇÃO NEGRA E A PROPOSTA DE UMA EDUCAÇÃO POPULAR 235

CAPÍTULO XV - IDENTIDADES NA CULTURA PÓS-PANDÊMICA [DES][RE]TERRITORIALIZADA: RELAÇÕES AFETO-ARTÍSTICAS 242

EMOÇÕES E SOCIABILIDADES URBANAS: AS CONFIGURAÇÕES EMOTIVAS NO CONTEXTO URBANO CONTEMPORÂNEO 256

CAPÍTULO XVI - "*A ELEIÇÃO ACABOU, MAS O RANÇO POR VOCÊS NÃO*": POLARIZAÇÃO E ACIRRAMENTO IDEOLÓGICO NOS DISCURSOS DE USUÁRIO(A)S DO *TINDER* 257

CAPÍTULO XVII - SOLIDÃO E *ESCREVIVÊNCIAS*: CONSIDERAÇÕES SOBRE HIERARQUIAS E MICROPOLÍTICAS ANTROPOLÓGICAS EM ANA DAVENGA 272

ENSINO DE SOCIOLOGIA: PRÁTICAS DE ENSINO E OS USOS DE SABERES TRADICIONAIS, POPULARES E SOCIOLÓGICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR 281

CAPÍTULO XVIII - ENCURTANDO DISTÂNCIAS: OLHANDO DE CIMA OU COM OS PÉS NO CHÃO? 282

CAPÍTULO XIX - VIDEOAULA COMO RECURSO DIDÁTICO: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE VIDEOAULAS DE SOCIOLOGIA 298

ENTRE VIOLÊNCIAS E CRIMINALIZAÇÕES: PUNIÇÃO E ENCARCERAMENTO EM MASSA NO BRASIL 335

CAPÍTULO XX - GÊNESE E ESTRUTURA DA QUESTÃO CRIMINAL NO BRASIL: CONTRADIÇÕES EM ANÁLISE 336

CAPÍTULO XXI - FILTRAGEM RACIAL E TEORIAS ÉTNICO-RACIAIS 356

CAPÍTULO XXII - A MÍDIA E OS DISCURSOS DE VULNERABILIDADE: A CRIAÇÃO DICOTÔMICA "HOMEM DE BEM X INIMIGO COMUM" 366

CAPÍTULO XXIII - PRISÕES CAUTELARES E ENCARCERAMENTO EM MASSA NO BRASIL 380

ESTRUTURAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SEXUALIDADE: ENTRE O DISCURSO E O CORPO 396

CAPÍTULO XXIV - A TERCEIRIZAÇÃO E AS MULHERES 397

CAPÍTULO XXV - ABORTO E DIVERSIDADE SEXUAL NO SENADO FEDERAL E NA ALERJ: UMA ANÁLISE QUE PERPASSA DIREITOS HUMANOS, IDEOLOGIA DE GÊNERO E RELIGIÃO NO DEBATE PÚBLICO EM 2019 413

CAPÍTULO XXVI - AS SAÍDAS DOS ARMÁRIOS E DOS CAMARINS: REFLEXÕES SOBRE O ASSUMIR-SE GAY/BISSEXUAL/TRAVESTI/TRANSEXUAL E A REVELAÇÃO DAS PRÁTICAS PERFORMÁTICAS *DRAG QUEEN* E TRANSFORMISTA 429

JUVENTUDES, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AÇÕES COLETIVAS 455

CAPÍTULO XXVII - JUVENTUDES E MOBILIZAÇÃO POPULAR: UM ESTUDO SOBRE OS MOTIVOS DE SER E PERMANECER "REBELDE" EM BELO HORIZONTE E SUA REGIÃO METROPOLITANA 456

METODOLOGIA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: FRONTEIRAS DE INTEGRAÇÃO E O CONTEXTO PANDÊMICO 473

CAPÍTULO XXVIII - OS POTENCIAIS DO IRAMUTEQ PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO DE DECISÕES JUDICIAIS 474

MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA CIENTÍFICA: MULTIDISCIPLINARIDADE E SUAS POSSIBILIDADES 498

CAPÍTULO XXIX - HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE: A TEORIA DA INTERPRETAÇÃO COMO UMA ALTERNATIVA TEÓRICA-METODOLÓGICA PARA PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 499

MULHERES NEGRAS E VIOLÊNCIA 524

CAPÍTULO XXX - RECONHECIMENTO E O VALOR DA VOZ DE MULHERES NEGRAS: A RECONFIGURAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS VIVIDAS 525

CAPÍTULO XXXI - COVID-19 E OS DESAFIOS DO ISOLAMENTO DE MULHERES NEGRAS TRABALHADORAS 537

CAPÍTULO XXXII - A SENZALA MODERNA É O QUARTINHO DA EMPREGADA: SIGNIFICADOS, RESSIGNIFICAÇÕES E RESISTÊNCIA EM RELATOS PUBLICADOS NA INTERNET 546

NEOLIBERALISMO E SOCIOLOGIA FISCAL 560

CAPÍTULO XXXIII - TRAJETÓRIA DOS APARATOS DE DISCIPLINA FISCAL NO BRASIL: É POSSÍVEL ELABORAR UM ÍNDICE DE DEMOCRACIA FISCAL BRASILEIRO? 561

OLHARES E DESAFIOS PARA A ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E RURAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO 599

CAPÍTULO XXXIV - COMBATENDO A FOME, A PANDEMIA E O DESMONTE SOCIOAMBIENTAL NO BRASIL: O MST, A AGROECOLOGIA E AS CAMPANHAS DE DOAÇÕES DE ALIMENTOS 600

CAPÍTULO XXXV - A TEORIA DA FINANCEIRIZAÇÃO E A LÓGICA DA DOMINAÇÃO FINANCEIRA SOBRE O AGRONEGÓCIO: NOTAS PARA O DEBATE 623

PERIFERIAS, POLÍTICAS E INTERSECCIONALIDADES 639

CAPÍTULO XXXVI - A VULNERABILIDADE SOCIAL DE MENINAS ADOLESCENTES: A CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA COMO UM FATOR AGRAVANTE PARA OS FENÔMENOS SOCIAIS..... 640

PERSPECTIVAS DECOLONIAIS EM SOCIOLOGIA E ÁREAS AFINS 647

CAPÍTULO XXXVII - ENCRUZILHADAS DO SABER – MULTILOCALIDADE E MULTIVOCALIDADE EM UM ESTUDO DIGITAL SOBRE CARTOMANCIA 648

CAPÍTULO XXXVIII - DA DESCONSTRUÇÃO DE UMA AGÊNCIA SUBALTERNA ÀS *MULHERES POLÍTICAS NEGRAS*.....673

CAPÍTULO XXXIX - TRAVESSIAS DE MULHERES NEGRAS COTISTAS: (SOBRE) VIVÊNCIAS, AQUILOMBAMENTO E A PERMANÊNCIA SIMBÓLICA NO ÂMBITO PSICOSSOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL RECÔNCAVO DA BAHIA 693

POLÍTICAS DO FIM DO MUNDO: O ANTROPOCENO BRASILEIRO 702

CAPÍTULO XL - TERRITÓRIO YANOMAMI: ENTRE A SOBERANIA E GLOBALIZAÇÃO 703

PRÁTICAS POLÍTICAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS.....719

CAPÍTULO XLI - ESTUDO SOBRE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO: O QUE DIZEM AS PRODUÇÕES DA ÁREA.....720

CAPÍTULO XLII - TRAJETÓRIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA NO PERIÓDO DEPANDEMIA DO COVID-19”.....738

PROCESSOS MUSICAIS, CULTURA E SOCIEDADE.....752

CAPÍTULO XLIII - MÚSICA SERTANEJA E TORCICOLO CULTURAL: O GOIÁS QUE EM NESHVILLE É BOM DEMAIS.....753

CAPÍTULO XLIV - TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS: CLUBE DA ESQUINA 776

RELIGIÃO E GLOBALIZAÇÃO: UMA SINTONIA POSSÍVEL.....796

CAPÍTULO XLV - A SOCIOLOGIA DE BOURDIEU E O PODER POLÍTICO DA IGREJA CATÓLICA.....797

CAPÍTULO XLVI - RELIGIÃO E ESPIRITUALIDADE: UMA SINTONIA EM BUSCA DO SAGRADO..... 820

SOCIOLOGIA DA CULTURA, DA ARTE E DOS INTELECTUAIS 830

CAPÍTULO XLVII - A DANÇA COMO CAPITAL CULTURAL NO CONTEXTO ESCOLAR.....831

CAPÍTULO XLVIII - QUAL O GOSTO DA ESCRITA ACADÊMICA? INCURSÕES SOBRE A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NOS IMAGINÁRIOS DE “CRIATIVIDADE” E “EMOÇÃO” NA CIÊNCIA.....842

CAPÍTULO XLIX - A MILONGA COMO MANIFESTAÇÃO CULTURAL DO NEGRO NO PAMPA 865

SOCIOLOGIA DO TRABALHO, ANTROPOLOGIA EM EMPRESAS E EM ORGANIZAÇÕES 884

CAPÍTULO L - CARREIRA, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E MUNDO DO TRABALHO NO TURISMO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS INICIAIS..... 885

SOCIOLOGIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE.....897

CAPÍTULO LI - AUTONOMIA ESCOLAR OU EQUIDADE DE ENSINO? ENTENDENDO POLICY-MAKING E POLICY DECISION-MAKING A PARTIR DO ENSINO DE SOCIOLOGIA EM MATO GROSSO..... 898

CAPÍTULO LII - NARRATIVAS DE JOVENS DE 15 A 17 ANOS: SEUS SABERES E INSUCESSOS ESCOLARES 917

CAPÍTULO LIII - SER JOVEM ESTUDANTE NA PERIFERIA: O PAPEL DA ESCOLA NA PERSPECTIVA JUVENIL PERIFÉRICA..... 930

CAPÍTULO LIV - A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO CONTEXTO DE PANDEMIA: A CONDIÇÃO DOS ESTUDANTES PARA AS ATIVIDADES REMOTAS EMERGENCIAIS.....951

CAPÍTULO LV - “A *ELASTICIDADE* DO DIA A DIA”: AS DESIGUALDADES E ESTRATÉGIAS DOS ALUNOS DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM SEUS DESLOCAMENTOS DIÁRIOS *DE* E *PARA* A UFRJ. 976

SOCIOLOGIAS DO CONFLITO E HUMANIDADES EM TENSÃO (MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSOS COMO CAMPO DE EXPERIMENTAÇÃO) 991

CAPÍTULO LVI - MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA NO BRASIL: ENTRE DESUMANIDADES E SOLIDARIEDADE DE CLASSES 992

CAPÍTULO LVII - MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO CIDADÃ 1003

CAPÍTULO LVIII - FEIRAS E FEIRANTES NA MONTEVIDÉU TARDO-MODERNA - REFLEXÕES SOBRE TECNOLOGIA, TEMPO E FUTURO 1015

CAPÍTULO LIX - CONFLITOS ENTRE RELIGIÃO E A ACADEMIA – UM ESTUDO DE CASO ENTRE ALUNOS DA FAFICH – UFMG E DO ISCSP - UNIVERSIDADE DE LISBOA EM 2019. 1047

TRABALHO E TRABALHADORES/AS EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR 1069

CAPÍTULO LX - EM QUE POSSO AJUDAR? A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE TRABALHADORAS NO MUNDO DOS SERVIÇOS 1070

CAPÍTULO LXI - UMA ANÁLISE DO TRABALHO VOLUNTÁRIO NO ACOLHIMENTO DE MIGRANTES E REFUGIADOS VENEZUELANOS INTERIORIZADOS NO BRASIL PELA OPERAÇÃO ACOLHIDA 1096

UBERIZAÇÃO SOCIAL: O FENÔMENO DA UBERIZAÇÃO DO TRABALHO HUMANO VERSUS A BUSCA PELA CONSCIÊNCIA SOCIOLABORAL 1115

CAPÍTULO LXII - O TOYOTISMO E A PRECARIZAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS 1116

CAPÍTULO LXIII - A REJEIÇÃO DA SUBORDINAÇÃO NAS ENTRANHAS DO NEOLIBERALISMO 1135

AUDIOVISUALIDADES: ESTÉTICAS E CONTEXTOS SOCIAIS

CAPÍTULO I

UMA NARRATIVA FEMINISTA? IMAGEM, REPRESENTAÇÃO E PODER EM BELA VINGANÇA (2020)

Ana Lis da Silva e Silva [1]
Maria Clara Arbex [2]

[1] Bacharel em Relações Internacionais pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), mestranda no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-americanos da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA).
[2] Bacharel em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Mestranda no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-americanos da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA) e bolsista do Programa de Bolsa Institucional da UNILA - PROBIU.

O texto a seguir trata de assuntos sensíveis, como estupro e suicídio.

RESUMO

A partir da análise do filme "Bela Vingança" (Emerald Fennell, 2020) o presente artigo busca discutir como a obra, que pretende subverter a lógica das narrativas cinematográficas clássicas de dominação masculina e se coloca enquanto "feminista", acaba reproduzindo esse discurso dominante ao repetir uma narrativa em que o corpo feminino é violado e morto. A partir da análise de aspectos narrativos e estéticos do filme, o artigo busca discutir como o olhar dominante masculino constrói o lugar que o corpo feminino tem permissão de ocupar e como determinadas produções, que pretendem subverter a lógica da dominação, acabam por reproduzir narrativas que mantém o *establishment* construído acerca do olhar e da representação do corpo das mulheres. Para isso, serão discutidas as diferentes formas de se olhar e compreender uma obra cinematográfica, o modo como o corpo feminino é representado nas imagens e as formas de poder observadas dentro e fora da narrativa. Destarte, serão abordadas autoras como Laura Mulvey, Ann Kaplan, Griselda Pollock e bell hooks.

1. INTRODUÇÃO

Primeiro, gostaríamos de elucidar que esse estudo não tem pretensão nenhuma de demarcar limites para assuntos que podem ou não ser abordados pela arte, afinal, é sempre uma questão de como se constrói o discurso sobre aquilo que se deseja falar. Pedimos desculpas, também, se esse texto parecer menos imparcial do que deveria, é impossível não levar para o lado pessoal algo que dói tão fundo. Neste artigo buscamos discutir como o filme Bela Vingança (Emerald Fennell, 2020), que se coloca enquanto "feminista" e pretendeu subverter a lógica das narrativas cinematográficas clássicas de dominação masculina, acaba reproduzindo esse discurso dominante ao repetir uma narrativa em que o corpo feminino é

violado e morto. A partir da análise de aspectos narrativos e estéticos do filme, o artigo busca discutir como o olhar dominante masculino constrói o lugar que o corpo feminino tem permissão de ocupar e como determinadas produções, que pretendem subverter a lógica da dominação, acabam por reproduzir discurso construídos por um olhar simbólico de dominação, masculino, que viola e mata o corpo feminino em cena.

Bela Vingança é um filme de 2020 escrito e dirigido por Emerald Fennell e ganhador do Oscar 2021 de melhor roteiro original. O filme conta a história de Cassie, uma ex-estudante de medicina que abandonou a faculdade depois que sua melhor amiga, Nina, foi estuprada por um menino da turma e, eventualmente, suicidou-se. Cassie, com quase trinta anos, trabalha em uma cafeteria durante o dia e ainda mora com os pais. Durante a noite ela vai em bares e finge estar bêbada, até que algum homem se oferece para ajudá-la a chegar em casa; mas eles sempre levam Cassie para suas próprias casas e tentam tirar vantagem da sua condição vulnerável; quando o abuso começa e Cassie revela que está sóbria, os homens se assustam e se desculpam. Isso é apresentado como uma rotina da personagem. Em um ponto do filme a protagonista começa a ir atrás das pessoas que estavam diretamente envolvidas com o caso na época: uma colega, a reitora da Universidade (que não se posicionaram a favor de Nina), o advogado de defesa do estuprador e o próprio estuprador; planejando uma vingança diferente para cada um deles caso julgasse que seus pensamentos sobre o assunto não tivessem mudado. O advogado parece ter sido o único que mudou, Cassie não se vinga dele. Ela encontra a ex-colega no restaurante de um hotel e depois de conversarem e beberem, ela vai embora e deixa a mulher sozinha: Cassie contratou um homem que levou a ex-colega para um quarto e criou uma cena para fazê-la acreditar que foi estuprada. Depois, ela sequestra a filha da reitora e a faz acreditar que a menina está em um quarto com meninos mais velhos, bêbados; a menina está bem, mas a reitora entra em desespero. Por último, Cassie vai atrás do estuprador de Nina em sua despedida de solteiro, mas seus planos dão errado e o homem a mata, sufocada debaixo de um travesseiro; algumas cenas depois, a polícia prende o homem em seu casamento. Nina e Cassie estão mortas. O estuprador/assassino continua vivo.

Pois bem, Bela Vingança foi vendido como uma obra realista e grande parte das críticas sobre o filme também destacou esse aspecto: a retratação do mundo de fora da tela como ele realmente é. Esse argumento, inclusive, foi usado para justificar a escolha pela morte da protagonista. Quando perguntada sobre a possibilidade de um final diferente, em que Cassie concretiza seus planos e sobrevive, a diretora respondeu que "não [conseguia] entender como isso iria acontecer sem ser incrivelmente depressivo" e questiona "o que acontece após você fazer essas coisas? Sua vida ainda está arruinada" (ORECK, 2021). Agora vamos supor que o

filme de Fennell conseguiu essa aproximação com o real, sua obra é um espelho da nossa sociedade; dentro dessa lógica, o próprio filme não se sustenta. A diretora parece acreditar que de todos os homens com quem Cassie se encontrou fingindo estar bêbada, nenhum ia agredi-la de nenhuma forma ou que a justiça iria funcionar para prender e manter preso o estuprador de Nina/assassino de Cassie. Como, nos perguntamos, dar créditos por uma representação realista para um filme que parece não entender como funciona a cultura que ele mesmo critica? Para as mulheres, a morte é o único caminho, para os homens, sempre há uma alternativa; existe um poder implícito (e explícito) na própria masculinidade. Não é necessário listar aqui os diversos casos em que a palavra dele, apesar de todas as provas contrárias, é mais válida que o testemunho dela. O estuprador/assassino do filme também carrega um capital simbólico, isto é, a riqueza e as influências da elite, que se tornam simbolicamente eficientes quando percebida por agentes sociais que reconhecem esse capital; afinal de contas sabemos como o mundo jurídico é desigual -o que, paradoxalmente, é revelado em outros momentos do filme, mas não no desfecho.

Ann Kaplan (1995), falando sobre o cinema clássico de Hollywood, definiu quatro tipos de representação do corpo feminino que se repetiam constantemente: (1) a mulher vulnerável, que presa em uma inferioridade econômica e social precisa que o homem a defenda; (2) a mulher enquanto fetiche, que surge quando o homem, ao tentar negar sua diferença em relação a mulher, a incorpora em seu próprio corpo, vestindo trajes femininos e vestindo a mulher com trajes masculinos; (3) a *femme fatale*[1], que com sua sexualidade explícita causa tanto desejo quanto medo no homem; e (4) a mulher "sexualmente" liberada, que busca no homem um modo de satisfazer seus desejos. Em qualquer uma das representações o único jeito do homem garantir a dominação é violentando física e/ou mentalmente o corpo feminino, "seu estupro e sua morte são, portanto, um castigo por recusar-se a submeter-se aos códigos que definem seu espaço e limitam suas possibilidades ao que o patriarcado exige" (KAPLAN, 1995, p. 24). A eliminação do corpo da mulher como castigo ou solução não surgiu com o cinema, Andrea Dworkin em seu *Woman Hating*[2] (1974), nos mostra que essa violência está presente também na literatura, inclusive nos contos de fada, com suas bruxas más.

---

[1] Do francês, mulher fatal. Um arquétipo feminino muito usado no cinema, principalmente no gênero policial: normalmente uma vilã ou anti-heroína que seduz e engana os personagens masculinos para obter algo de seu interesse que eles não dariam espontaneamente.

[2] Sem tradução oficial para o português. Poderíamos traduzir como "Ódio às mulheres".

A protagonista de Bela Vingança é diferente das mencionadas acima, pelo menos em uma leitura superficial. A única solução para a dor de Cassie é abdicar dos próprios sonhos, da própria vida. Essa representação de uma atitude extrema, que poderia servir de analogia para a representação da dor, também extrema, funcionaria, se não fosse pelo final do filme. Isso porque na obra de Fennel, mais uma vez o gênero é sinônimo de punição (BUTLER, 2011) para ambas as personagens: Nina é estuprada e comete suícidio; por conta disso, Cassie abandona a faculdade e seus sonhos, abdica da própria vida e é assassinada. O filme não é corajoso o bastante para sustentar uma alternativa diferente. Pois, se formos acreditar na realidade do filme, como colocado acima, a realidade que enfrentamos é que na maioria dos casos de estupro, o estuprador não é preso ou, se o é, paga fiança e vive em liberdade. E se isso acontecer com o estuprador de Nina/assassino de Cassie, o que sobra? Para quem esse filme foi feito? Certamente não para as mulheres, porque o "cinema feminista é um contracinema" (KAPLAN, 1995, p. 27) e isso quer dizer que, pelo menos na ficção, as coisas poderiam ser diferentes, a narrativa poderia ser outra e o corpo feminino poderia sobreviver.

O que Fennell promete é trazer uma releitura feminista do subgênero *rape-revenge*[3], conhecido por utilizar o estupro como um recurso narrativo. Entretanto, é realmente isso que nós mulheres necessitamos? É possível realizar um contracinema dessa maneira? A problemática está na própria existência desse subgênero, que tende a revelar superficialmente violências as quais estamos exaustas de vivenciar, sem trazer nenhuma transformação ou reflexão significativa para quem sofre. Com o filme analisado neste artigo, não foi diferente, a roteirista traz às telas ideias complexas, mas falha quando escolhe o caminho mais simples, como Stephanie Zacharek escreve "é misantropia embalada como um manifesto feminista, esperto, mas não inteligente, cínico sem ser perceptivo ou particularmente apaixonado. As mulheres estão bravas por uma razão. Elas também merecem filmes melhores que esse" (2021).

É válido apontar que não queremos, com esses questionamentos, dizer que todos os filmes que tratam dessas questões precisam terminar com um final feliz, mas sim analisar a obra por como ela se constrói narrativamente, por como ela se vende e por como ela foi consumida pelo público, atentando para suas contradições internas e externas. Grande parte das críticas e dos comentários sobre o filme fala justamente sobre esses aspectos: uma obra que

[3] Filme de vingança: também chamado de *rape and revenge* (estupro e vingança) é um subgênero associado a filmes de terror ou suspense. Nesses filmes geralmente acontecem três atos principais: uma personagem (em sua esmagadora maioria, uma mulher) é estuprada/torturada/violentada, sobrevive e se vinga dos seus agressores. Uma variação dessa narrativa é: a personagem morre depois dos atos de violência e alguém se vinga no lugar dela.

foi vendida como um *rape-revenge movie*[4] feminista que retrata com realismo a cultura do estupro, mas que, na verdade, não sustenta os próprios argumentos e aborda tudo de uma maneira muito rasa. Cassie, a protagonista, não tem ambição nenhuma e parece não reagir a nada, encara tudo com apatia, é uma personagem unilateral que não tem personalidade própria, o que tira a potência da própria representação do trauma.

A construção da personagem se desenvolve de maneira incongruente. Seria justificável a compreensão de que o trauma a fez "parar no tempo", como observado na desistência da faculdade de medicina, na sua escolha pelo uso de roupas e cores mais infantis, na dificuldade em sair da casa dos pais -a própria estética do ambiente familiar como algo antigo e claustrofóbico-; assim como na inalteração de seu trabalho na cafeteria. Contudo, isso não se sustenta porque, pela noite, Cassie troca suas roupas de "boa moça'', se transforma no estereótipo *femme fatale* -vestida para matar- e sai à caça de homens dispostos a se aproveitar de garotas embriagadas, logo vingando-se com a sua sobriedade. Essa mudança é controversa, afinal de contas, o que essa transformação interfere no abuso de mulheres vulneráveis? Sabemos que o tipo e o tamanho da roupa é um instrumento argumentativo utilizado por parte da sociedade e da mídia para justificar atos de violência injustificáveis. Nessas cenas, ambientadas em bares ou nas casas dos homens, a fotografia é mais escura e com o aparecimento da cor vermelha, que simboliza o desejo por vingança, a agressividade e o perigo iminente. O que predomina durante a maior parte do filme -salvo as cenas noturna citadas acima- é a escolha de uma paleta de cores *cotton-candy*[5], focada na cor rosa e azul; a primeira remete à amabilidade, ao que é doce, já a última pode retratar uma fuga à vida e o passado traumático[6], bem perceptível na depressão vivida pela protagonista, as duas também são comumente associadas ao gênero feminino/masculino. Essas tonalidades são proeminentes nas cenas que se passam à luz do dia, quando Cassie está trabalhando na cafeteria com uma vitrine repleta de doces, na casa dos pais e na mala rosa que recebe como presente por seu aniversário. A cor rosa também pode referir-se à feminilidade, o que se comprova com o figurino: vestidos rodantes florais, suéteres *pink* com girassóis e acessórios infantis para o cabelo, inspirado na atriz francesa Brigitte Bardot ícone da década de 60 -como revelado pelo cabeleireiro Daniel Curet para revista *Vanity Fair* (ROBINSON, 2021). Isso remonta ao que o

---

[4] Filme de estupro-vingança.

[5] Cores claras inspiradas no algodão-doce: verde, azul, rosa, que fazem alusão a temas infantis.

[6] Os personagens que retratam o passado e que fizeram algo danoso à protagonista, levam a cor azul.

filme pretende mostrar e quais as identificações com os espectadores, essa "feminilidade'' retratada não é uma condição natural do sexo feminino, como argumenta Griselda Pollock:

> É uma construção ideológica historicamente variável de significados correspondentes a um signo M*U*L*H*E*R que é produzido por, e para, um outro grupo social cuja identidade e superioridade imaginada têm origem na produção do espectro desse fantástico Outro. MULHER é tanto um ídolo como nada mais que uma palavra (2011, p. 59).

Essa imagem se concretiza com o traje final de Cassie, com uma fantasia sexualizada de enfermeira e uma peruca com tons de algodão-doce. A maquiadora Angie Wells contou em entrevista (JOHNSON, 2021) que se orientou na aparência de uma boneca inflável: olhos grandes e lábios grandes e vermelhos. Torna-se pertinente a análise das diferentes formas de representação de figuras femininas conforme a localidade: quando no ambiente de trabalho e da casa apresenta-se descorporizada com indumentária lida como respeitável; já em espaços noturnos o corpo se evidencia, exposto aos olhares, um corpo feminino sendo propositalmente transformado em uma "boneca viva'' abre uma janela para interpretações, como a objetificação fetichizada da performance.

Quando discute o tema da feminilidade, Pollock (2011) problematiza as práticas artísticas do final do século XIX e como os artistas canonizados demonstravam a existência de uma tradição seletiva que normaliza um conjunto de práticas específicas e definidas pelo gênero (p. 54). Debatemos aqui como esse pensamento também pode ser traduzido ao cinema comercial, pois desde os primórdios os homens ocuparam maior espaço na indústria. Atualmente há um esforço para uma mudança de paradigma -a própria cineasta responsável por Bela Vingança é um exemplo- porém a incorporação de mulheres não irá necessariamente afetar o marco dominante, quando não é seguida de um questionamento acerca das estruturas de poder. Isso se tornou uma espécie de estratégia do sistema -um *gatopardismo*[7]- para que as pessoas sigam assistindo, comprando e acreditando que os donos do poder estão realizando algo, quando francamente só encontraram uma maneira mais convincente de manter o *status quo.*

Durante o filme, o único momento em que Cassie parece feliz é quando encontra um antigo colega de turma e começa um romance com ele; mas essa felicidade logo vai embora quando Cassie descobre que ele estava no cômodo em que Nina foi estuprada e, assim como

[7] Termo originado da literatura italiana, que carrega o significado de "se queremos que tudo siga igual, é preciso que tudo se transforme''.

todos os presentes, não fez nada. Nesse sentido, o filme peca mais uma vez, ao colocar todos os envolvidos em posições estáticas, como se qualquer mudança fosse impossível. O único personagem que parece ter mudado sua forma de pensar é o advogado de defesa do estuprador de Nina. Quando Cassie vai até sua casa, ele age como se estivesse perturbado com todas as condenações que evitou e com todas as mulheres que prejudicou. Mas essa representação é feita de um modo caricato, como se ele tivesse enlouquecido ou tido uma grande epifania para, finalmente, entender o certo e o errado: ele está afastado do trabalho, dormindo no próprio sofá, as plantas da sua casa estão todas mortas e em seu rosto vemos um cansaço extremo. Para o filme não existe meio-termo: ou você não muda nunca ou muda de um jeito doloroso, violento. Mas as subjetividades humanas não são estáticas. Pressupor isso, ou pressupor que a mudança venha a partir de um sacrifício muito grande, é invalidar todas as constantes tentativas de luta por mudanças sociais.

Outra coisa que podemos questionar é se a lógica usada por Cassie é realmente válida enquanto subversão do poder masculino. Quando vai atrás da antiga colega e da reitora da Universidade, a solução de Cassie para fazê-las "pagar" pela não mudança no pensamento é fazer a ex-colega acreditar que foi abusada sexualmente e fazer a reitora acreditar que sua filha está em uma situação de vulnerabilidade sexual. Embora nenhuma das duas situações seja verdadeira, o abuso sexual não pode, ou pelo menos não deveria, ser usado como punição. Ao fazer isso a personagem está endossando a cultura do estupro que o filme diz combater. Como coloca bell hooks[8]:

> As mulheres, apesar dos papéis sociais específicos que lhe são atribuídos com base no sexo, não são educadas dentro de um sistema de valores diferentes. É justamente por aceitarem o sistema de valor da cultura que as mulheres absorvem passivamente o sexismo e a disposição para assumir papéis sexuais predeterminados. Embora as mulheres não possuam o poder que normalmente é exercido pelos grupos masculinos dirigentes, elas não desenvolveram um conceito diferente de poder (2020, p. 134).

Na essência, o poder exercido por Cassie contra essas mulheres é o mesmo exercido pelo estuprador de Nina, porque os conceitos e a estrutura são os mesmos. Nem Cassie, nem o filme questionam verdadeiramente a cultura do estupro. Existe um discurso contra a prática em si, claro, mas a abordagem é feita de forma rasa, não questionando o que precisa ser contestado quando se pretende uma verdadeira mudança social, como, por exemplo, a própria noção de

[8] Pseudônimo da escritora feminista negra norte-americana Gloria Jean Watkins. Ela assinava o nome propositalmente em letras minúsculas por acreditar que o foco deveria estar no seu trabalho, não em seu nome. Neste trabalho, vamos manter sua escolha.

poder e quais são as estruturas que mantém a opressão. Esse é um filme que nunca poderia subverter essa lógica porque foi criado a partir dela. Rosemary Betterton comenta essa apropriação de discursos pelo cinema comercial, em especial Hollywood:

> O cinema comercial de Hollywood já absorveu muitas das técnicas desconstrutivas e geradoras de distanciamento características do cinema de vanguarda, fazendo-o de formas elaboradas que são simultaneamente uma resposta positiva aos "sucessos" do feminismo e uma reação contra ele. Os regimes dominantes do visual na cultura globalizada do século XXI são móveis, procurando constantemente novos locais para colonizar (2011, p. 21).

A apropriação do discurso não pode ser confundida com a intenção de mudança. E qual discurso pode ser construído por um cinema que carrega um olhar dominante? Ann Kaplan comenta que o olhar cinematográfico "não é necessariamente masculino (literalmente), mas para possuir e ativar [esse] olhar, devido à nossa linguagem e à estrutura do inconsciente, é necessário que se esteja na posição 'masculina'" (1995, p. 53). O olhar dominante fez questão de se impor sobre os corpos das mulheres, decidindo quais eram dignos e consumíveis e quais não eram. Ainda nesse sentido, Laura Mulvey define que existem três tipos de olhar no cinema (1) o olhar dos personagens do filme, entre si; (2) o olhar do espectador; e (3) o olhar da câmera, que se consolida já no momento da filmagem. Quando uma mulher é representada na imagem fílmica, principalmente no cinema clássico, ela sofre a ação desses três olhares: o primeiro, que a objetifica dentro da própria linguagem do filme; o segundo, que faz o espectador se identificar com esse olhar masculino dominante; e o terceiro, que objetifica a mulher no próprio ato da filmagem. Nessa perspectiva, é válido ressaltar que o corpo está inserido em um campo onde ocorrem as relações de poder, é o mundo social que constrói e demarca a divisão -desigualdade- entre os sexos, como aponta Caballero (2016, p. 49) ''o mito é uma disposição e um modelo de pensamento que se repete nos corpos e tem a cultura como principal propulsora'', destarte o discurso cinematográfico também é responsável por reproduzir violências simbólicas que naturalizam o patriarcado e a objetificação do corpo feminino.

Seguindo a perspectiva de Kaplan, Holly Haskell traz na terceira edição de *"From Reverence to Rape: The treatment of Women in the Movies"*[9] que a grande mentira perpetuada pela sociedade ocidental seria a inferioridade feminina, e a indústria cinematográfica se

[9] Sem tradução oficial para o português. Poderíamos traduzir para algo como "Da reverência ao estupro: o tratamento das mulheres nos filmes".

dedicou em grande parte a reforçar isso, principalmente Hollywood e as propagandas do sonho americano:

> Através dos mitos de subjugação e sacrifício que foram suas moedas ficcionais e das maquinações de seus líderes no *front office*, a indústria cinematográfica conseguiu manter as mulheres em seus lugares, e esses mesmos mitos e seu sistema catapultaram mulheres para esferas de poder além dos sonhos mais ousados do seu gênero (2016, p. 9).

Assim, uma heroína até poderia agir com o mesmo nível de poder que um herói, mas apenas se no apogeu da trama ela abrisse mão do "primeiro lugar"' por amor ao homem. Se pensarmos na cena onde a protagonista de Bela Vingança é brutalmente assassinada, trazermos para a pauta o ato de colocar-se em segundo plano -dessa vez não por amor, mas por vingança aos homens- isso até poderia ser lido como uma forma de subversão, porém acaba caindo no velho estereótipo imposto aos papéis femininos "a adoração ou a subjugação da mulher (a mãe, a prostituta), as quais são colocadas em pedestais apenas para serem brutalmente -algumas vezes fatalmente- jogadas ao chão" (HASKELL, 2016, p. 20). E isso é o que acontece com Cassie. Inicialmente o espectador fica surpreso com a maneira com que ela se vinga dos homens que tentam abusar de mulheres alcoolizadas, mas essas expectativas se rompem quando a solução da trama é colocada nas mãos de um homem: o advogado que entrega à polícia a carta responsável por incriminar o estuprador e seus cúmplices.

Qual seria a grande mudança que foi colocada no filme de Emerald Fennell em relação aos filmes de *rape-revenge*? O gênero, popularizado na década de 70, é conhecido por utilizar como protagonista o pai ou a vítima, tratando o tema, porém, de maneira artificial, com pouca ênfase em outras emoções da vítima, além da raiva. No filme "*I spit in your grave*"[10] (1978), que teve um *remake* em 2010, a protagonista Jennifer Hills sai em busca de vingança para seus violentadores, assassinando-os um a um, numa espécie de código de Hamurabi "olho por olho, dente por dente". O filme é problemático devido à construção de cenas onde o corpo feminino é extremamente violentado, revelando como o uso da vítima como personagem principal não subverte, necessariamente, a lógica machista do gênero. O ganhador de melhor roteiro do Oscar 2021 até promete trazer uma mudança incluindo a amiga da vítima, indo além da narrativa "o que um pai faria'', reconhecendo a mulher como um ser humano, assim como a dificuldade de

[10] O filme foi lançado primeiramente com o nome "*Day of a Woman*'', porém o fracasso nas bilheterias fez com que a distribuidora mudasse a estratégia lançando-o alguns anos depois como "*I spit on your grave*'' -título que seguiu no *remake* de 2010. No Brasil, o filme foi lançado como "A vingança de Jennifer'' e consolidado em 2010 como ''Doce Vingança''.

lidar com o suicídio pelo estupro ocorrido. Entretanto, o que precisa ser colocado em pauta é como esse gênero fílmico aproveita-se de um tema tão sério como a violência contra a mulher, com o simples objetivo de "engrandecer" as personagens, de uma forma distorcida e superficial. Precisamos indagar a composição de personagens raivosas, desenfreadas por uma vingança e como isso se relacionaria de fato com o que passa com o processo de trauma em vítimas no mundo real.

Por tudo isso, o filme não se torna nada mais do que covarde. Covarde por acreditar que nem na ficção as mulheres merecem mais do que a morte. Covarde, também, por não mencionar a palavra estupro. Fazer um filme sobre o assunto em que a palavra não é falada nenhuma vez, é esvaziar todo o sentido que ela carrega. Claro, é uma palavra odiosa, o ato ao qual ela se refere também o é, mais ainda, quem pratica esse ato, mas, qual o sentido em não usar a palavra? Não é uma questão de não se falar nunca sobre o que aconteceu, porque em diversos momentos do filme os personagens falam sobre o que ocorreu com Nina, mas são sempre falas genéricas, quase como se a situação em si fosse indefinida: "o que aconteceu com Nina", "aquilo que aconteceu com Nina". O que aconteceu com Nina? Ela foi estuprada. Ela foi vítima de um estuprador. Não é nada implícito que se possa supor, é algo concreto que deixou marcas maiores do que Nina conseguiu aguentar. O peso que existe nessa palavra é um peso necessário.

O incômodo maior com o filme talvez se dê na sua sequência final: Cassie vai até à despedida de solteiro do estuprador de Nina e após drogar os outros homens da festa para que eles dormissem, leva o estuprador de Nina para um quarto e o algema da cama. Ela tem a intenção de escrever o nome de Nina com um bisturi em alguma parte do corpo do homem. Quando percebe a intenção de Cassie, o homem solta uma das mãos e ajoelha sobre sua cabeça, sufocando-a com um travesseiro. Vemos um plano próximo do joelho do homem apertando a cabeça de Cassie; os sons do filme param e ouvimos somente os gritos de Cassie, abafados. E então temos um plano aberto da cena, um *travelling* que dura 2 minutos inteiros com aquele homem sufocando aquela mulher. As imagens podem perturbar tanto quanto a realidade, às vezes, até mais. Susan Sontag comenta que essa perturbação diante das imagens parte de uma dupla vulnerabilidade de quem observa:

> Somos vulneráveis a fatos perturbadores em forma de imagens fotográficas de um modo que não ocorre diante da realidade. Essa vulnerabilidade faz parte da passividade distintiva de alguém que é duplamente espectador, espectador de fatos já elaborados, primeiro pelos participantes e depois pelo criador da imagem (2013, p. 185).

Ficamos vulneráveis e perturbados diante da imagem de Cassie. Por que, diante de tamanho horror, escolher fazer um movimento de câmera estático, lento, demorado e que

parece prolongar ainda mais o sofrimento daquele corpo feminino maltratado? Por que tentar tornar esteticamente belo algo tão pavoroso? É um plano sórdido e covarde de mais um corpo feminino sendo morto e, de novo, nos perguntamos o por quê. O conteúdo não se distingue da forma, "o cineasta julga aquilo que mostra e é julgado pela maneira como decide mostrar" (RIVETTE, 2013). Quem, diante do horror, escolhe fazer um *travelling* de 2 minutos, retira da imagem a forma que potencializaria o conteúdo, retira da imagem o incômodo necessário. Essa imagem, agora, é uma imagem que nos faz "parar de olhar" (hooks, 1992). O incômodo com as imagens é necessário quando se pretende narrar assuntos como esse; mas a cena quase fetichista do corpo de Cassie sendo morto, diferente daquela imagem que incomoda, necessariamente, mas que você continua olhando, esvazia-se de qualquer discurso e torna-se um incômodo pesado demais para continuar sendo visto.

Quando enunciamos que merecemos filmes melhores e que subvertam, realmente, a lógica de dominação, é porque indagamos o porquê de ser irreal que uma protagonista sobreviva no final; aceitar que sua morte seria a única saída "provável'', seria o mesmo que concordar com a inferiorização do gênero feminino. Não somos menores, fracas ou tolas e o mínimo que uma obra audiovisual -que alega ser feminista- deveria fazer é reconhecer isto. Se a pretensão era ser real, Bela Vingança falha, sem adicionar nenhuma reflexão ou alternativa que contribua aos movimentos que estão dando voz aos traumas sofridos pelas vítimas, reproduzindo uma visão totalmente distorcida e polida, onde uma protagonista em um suposto "colapso'' se apresenta com um figurino, maquiagem e cabelo impecáveis -e pior- sustenta diversos estereótipos como o da "boa'' ou "má'' moça e todas as controvérsias que já conhecemos. De fato, não podemos nos enganar, afinal, Bela Vingança se sustenta somente na intenção de ser um filme "feminista" que subverte a lógica dominate; e só a intenção não basta quando tanto a narrativa quanto as imagens apresentadas continuam reiterando que a única solução para o corpo feminino no cinema é a morte.

REFERÊNCIAS

BETTERTON, Rosemary. Olhar feminista: olhar o feminismo. In: MACEDO, A. Gabriela; RAYNER, Francesca (org). **Gênero, cultura visual e performance**: antologia crítica. Húmus, 2011.

BUTLER, Judith. Atos performativos e constituição de gênero - um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: MACEDO, A. Gabriela; RAYNER, Francesca (org). **Gênero, cultura visual e performance**: antologia crítica. Húmus, 2011.

CABALLERO, Alan Isac M. **A desigualdade entre os sexos pelas perspectivas de Pierre Bourdieu e Simone de Beauvoir.** Dissertação de Licenciatura, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000978342>

DWORKIN, Andrea. **Woman Hating**. 1974.

JOHNSON, Diedre. **A chat with Angie Wells, makeup deparment head of the film for "Promising Young Woman"**. 2021. Disponível em: <https://blackgirlnerds.com/a-chat-with-carey-mulligans-makeup-artist-for-promising-young-woman/>

HASKELL, Molly. **From Reverence to Rape:** The treatment of Women in the Movies. 3ª ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2016.

HOOKS, bell. Mudando as perspectivas sobre o poder. In: HOOKS, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020.

_____. **The oppositional gaze**: black female spectators. 1992.

KAPLAN, E. Ann. **A mulher e o cinema**: os dois lados da câmera. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995

MULVEY, Laura. Prazer visual e cinema narrativo. In: MACEDO, A. Gabriela; RAYNER, Francesca (org). **Gênero, cultura visual e performance**: antologia crítica. Húmus, 2011

ORECK, Harper R. **'Promising Young Woman' Review**: Hardly a Feminist Pièce of Résistance. The Harvard Crimson, Cambridge. 2021. Disponível em: <https://www.thecrimson.com/article/2021/3/23/promising-young-woman-review-article>

POLLOCK, Griselda. A modernidade e os espaços da feminilidade. In: MACEDO, A. Gabriela; RAYNER, Francesca (org). **Gênero, cultura visual e performance**: antologia crítica. Húmus, 2011.

RIVETTE, Jacques. Da abjeção. In: Jacques Rivette / Francis Vogner dos Reis, Luiz Carlos Oliveira Jr, Mateus Araújo Silva (orgs.). **Jacques Rivette**: já não somos inocentes. São Paulo: CCBB – CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, 2013.

ROBINSON, Joanna. **War paint:** How *Promising Young Woman* weaponizes Hair and Makeup. Revista Vanity Fair. Publicado em: 19 fev. 2021. Disponível em: <https://www.vanityfair.com/hollywood/2021/02/how-promising-young-woman-weaponizes-hair-and-makeup>

SONTAG, Susan. O mundo-imagem. In: TRACHTENBERG, Alana (org). **Ensaios sobre fotografia**: de Niépce a Krauss. 1ª ed. Lisboa: Orfeu Negro, 2013.

ZACHAREK, Stephanie. **Promising Young Women starts with a cathartic blast. Then it gets bogged down with cynism.** Revista Time. Publicado em: 15 jan. 2021. Disponível em: <https://time.com/5929346/promising-young-woman-review/>

REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS

BELA VINGANÇA. Direção e roteiro: Emerald Fennell. Distribuição: Universal Pictures. Inglaterra, EUA, 2021 (113 min).

I SPIT ON YOUR GRAVE. Direção e roteiro: Meir Zarchi. Distribuição: The Jerry Gross Organization, EUA, 1978 (102 min).

DOCE VINGANÇA. Direção: Steven R. Monroe; Roteiro: Stuart Morse. Distribuição: Anchor Bay Entertainment, EUA, 2010 (108 min).

CAPÍTULO II

IMAGINÁRIO, HOSPITALIDADE E DIFERENÇA, UMA ANÁLISE DESTAS PERSPECTIVAS NO FILME "BUENA VISTA SOCIAL CLUB"

Rodrigo Ayres Almeida Camurça [1]

[1] camurca.rodrigo@gmail.com 32991104413
Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutorando em Ciências Sociais

2. RESUMO

Este artigo busca aproximar os conceitos da minha dissertação com o filme "Buena Vista Social Club" (1999), de Ernst Wilhelm, buscando entender como os símbolos e as imagens, assim como os depoimentos presentes no filme produzem um imaginário de Cuba à partir de uma sociedade singular com forte identidade própria (relacionada com o socialismo e a sociabilidade), o que revelaria uma qualidade de autenticidade característica deste país. O propósito deste artigo, é que diante das representações das imagens, diálogos acerca da população cubana, e das narrativas presentes, se observa um discurso característico de uma sociedade que vai na contramão dos modelos hegemônicos, que resiste apesar de toda a pressão em cima deste pela principal potência capitalista mundial, e ainda de passar ao expectador uma imagem de um povo alegre, simples, solidário e sociável praticante da hospitalidade. A partir da minha observação do filme, retrato momentos deste que constroem esta imagem da sociedade cubana, e demonstram ao espectador uma construção difundida de um imaginário da cultura cubana vinculada a um histórico revolucionário que traduziria o povo cubano.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Delimitação do objeto de pesquisa

Neste primeiro momento apresentaremos um esboço da minha dissertação, que é fundamental para a construção de um olhar acerca da sociedade cubana atual, que particularmente é representada no filme "Buena Vista Social Club" (1999), de Wism Wender. A partir disto apresentaremos os conceitos que nortearão esta análise, conceitos estes do *imaginário, da hospitalidade e da diferença*, diferença esta, entre modelos econômicos e representações de modos de vida distintas, de um lado uma sociedade globalizada e de

consumo individual espelhada na modernidade radicalizada[1] e de outro uma sociedade de economia estatal e racionada, e de uma população representada na "coletividade".

Quanto ao desenvolvimento da minha dissertação, que será a base conceitual deste artigo podemos retratá-lo aqui, que este, teve o intuito de produzir uma reflexão sobre o papel do turismo exterior na realidade cubana, através das noções de imaginário, hospitalidade, consumo, lazer e diferença. Tais noções que trataremos como primordiais para a criação de uma característica da persona cubana através de um discurso contemplado pela identidade de nação, expressados em diversos momentos do filme à ser analisado.

1.2. Delimitação do problema de pesquisa

A ideia que defendo é que através de uma sociologia/antropologia do lazer, do consumo e do turismo, consigo buscar identificar qual é o intuito das representações publicitárias, tanto de agências e órgãos especializados de turismo nos países fora do eixo socialista, como o Brasil, quanto dos órgãos do Estado cubano voltados para o turismo e principalmente na película aqui analisada. Daí voltamos a questão das representações que neste presente artigo tentaremos articular, como uma representação de cunho "imaginoso" de uma população cubana resistente aos embargos econômicos norte-americanos, alegre e sui generis colocadas em uma Havana retratada por uma arquitetura antiga que sugere um local "parado" no tempo.

1.3. Hipótese prévia

Minha hipótese da pesquisa foi que neste momento atual, o turismo fomentado pelo Estado Cubano se baseia numa parceria não acordada (por motivos diferentes) com os guias/agências do exterior e produções cinematográficas, procurando difundir uma imagem que é a de mostrar ao mundo o efeito positivo, a resistência e a coragem de um povo que enfrentou todo o tipo de cerco externo.

[1] Conceito de Antony Giddens que exprime o momento que vivemos atual, onde não vivemos uma ruptura com todas as características da dita modernidade, e sim, vislumbramos um ponto de avanço dela onde remetemos a uma sociedade única e universal onde não podemos chamar de nova ordem mas sim de uma *modernidade radicalizada*

2. OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Assim o objetivo deste artigo, que é aproximar dessa hipótese ligada ao turismo cubano diante das representações das imagens, diálogos acerca da população cubana, esta representação que é construída no discurso característico de uma sociedade que vai na contra mão dos modelos hegemônicos, que resiste apesar de toda a pressão em cima deste pela principal potência capitalista mundial, e ainda de passar ao expectador uma imagem de um povo alegre, simples, solidário e sociável praticante da *hospitalidade*. É dentro deste contexto que se pode falar de uma atração que este quadro cubano exerce em várias parcelas das classes médias intelectualizadas dos países capitalistas. Isto se dá, nos moldes do que proponho analisar sob a ideia de "romantismo revolucionário", conceito que Ridenti e Lowy & Sayre empregaram para o campo da militância política (RIDENTI, 1998; LOWY e SAYRE, 1993), mas que recupero aqui para o campo da fruição de uma ambiência "heróica", "radical" e "fraterna".

3. JUSTIFICATIVA DE SUA RELEVÂNCIA

A partir da nossa observação do filme "Buena Vista Social Club", iremos retratar momentos do filme que constroem esta imagem da sociedade cubana, e retratam ao espectador uma construção difundida de um imaginário da cultura cubana una, aproximada de uma sociabilidade hospitaleira, vinculada a um histórico revolucionário que traduz o povo cubano. Esse texto tem relevância por demonstrar que através de materiais imagéticos pode-se construir todo uma aura simbólica de atração e afeição - no que a antropologia e sociologia das emoções irão se debruçar - com determinado objeto.

Além disso, a nossa análise foi de procurar revelar também as contradições, estranhamentos e até conflitos que esta atividade turística pode produzir, através do encontro e interação entre uma modalidade "capitalista" ligada ao consumo, ao dispêndio de dinheiro (no caso moeda estrangeira, dólar), como é o turismo, e a sociedade cubana que se pretende igualitária e resistente às influências desagregadoras exteriores. Diante disto iremos buscar no filme demonstrar estas diferenças colocadas, que ficam evidentes no momento que o grupo de músicos estudado/filmado (Buena Vista Social Club) está/reside em Cuba e quando este mesmo faz uma apresentação nos EUA.

4. REVISÃO DA LITERATURA PERTINENTE AO TEMA

Procuramos, a partir deste ponto, prosseguir nosso artigo conceituando uma das práticas chaves para a condução deste trabalho. Práticas estas de sociabilidade e hospitalidade, que na película são representadas através de um imaginário produzido pelo diretor e os diversos olhares deste, para transmitir um imaginário de seus atores sociais, com uma característica de sociabilidade hospitaleira, vinculada a um histórico revolucionário que traduz o povo cubano.

Quando pensamos a partir das noções de imaginário, e particularmente para o objeto estudado (o filme "Buena Vista Social Club"), podemos classificar este como um incentivo a uma aproximação do espectador com a ilha cubana, e como, o diretor consegue retratar através do jogo de câmera (onde este retrata a sua visão ou o imaginário que quer transparecer) e dos discursos escolhidos provocar um imaginário de autenticidade do povo cubano, através dos discursos dos músicos e das imagens da população, assim como, das imagens/símbolos de Havana, onde em diversos minutos a câmera está na panorâmica[2], e em outros no *travelling*[3], fazendo com que o espectador projete-se ao filme, quase em um *tour*, provocando uma empatia com o público que assiste.

Deste modo, através do filme, o imaginário funciona como uma forma de desfrutar o sonho desconhecido, enquanto um objeto palpável, onde sonho e o símbolo tomam corpo e consistência ontológica acarretando o reencontro romântico da espiritualidade e da imagem.

Tomamos o conceito a partir dos pensamentos desenvolvidos por Gilbert Durand numa interpretação da visão de Gaston Bachelard,

> Aqui, imaginário refere-se às representações e aos símbolos que guardam uma autonomia em relação ao empírico, ao perceptivo e ao mnemônico. Os estudos do imaginário postulam a universalidade de certas imagens chamadas de *arquétipos* que desempenham um papel crucial no campo das motivações psicológicas e culturais das sociedades. O imaginário diz respeito à força simbólica de determinadas imagens nas condutas e mentalidades dos indivíduos. (DURAND,1989, p.29)

Podemos, então, entender o imaginário como um modo de criar desejos, sonhos, crenças, proximidades e formas, contribuindo para a escolha de determinadas iniciativas, gostos e

---

[2] A câmera movimenta-se sobre seu eixo, para cima, para baixo, para a direita, para a esquerda, ou obliquamente.

[3] A câmera "viaja", isto é, desloca-se, na mão do operador, sobre um carrinho, sobre uma grua, em qualquer direção.

empatias, ou seja, essa informação "imaginada" se insinua e modela a vida psíquica e social dos nossos concidadãos.

O imaginário não será aqui trabalhado como uma dimensão englobante, mas como uma construção que estabelece uma diferença entre imagens, valorizando a especificidade daquelas produzidas em Cuba (URRY,1996, p18). É interessante destacar que este imaginário não é somente explorado como um todo acabado, analisável em series fixas, mas, também, como um processo constante de equilíbrio e desequilíbrio no qual os procedimentos experimentais podem positivamente intervir, onde especificadamente no momento de assistir ao filme, as experiências individuais subjetivas e de conhecimento sobre Cuba, modelam o imaginário que este expectador vai absorver ao longo do filme. (ROCHA PITTA,1984)

Em Cuba, o apelo às figuras heroicas da revolução (ou que escreveram sobre feitos heroicos) é fundamental para a manutenção de um ideal revolucionário assumido pelas instituições do Estado e apropriado enquanto imagens para a sedução romântica e "politizada", que transparece ao longo do filme, quando as imagens dos líderes Fidel e Che são colocadas logo no início do filme, trazendo para o espectador a importância da carga revolucionária para a construção do discurso de identidade cubana.

Ao nos referimos ao termo "hospitalidade" estamos, de forma indireta, ligando a questão do conceito do imaginário e a da abordagem retratada pelos meios de comunicação, especificadamente a nossa película e seu mecanismo de criar desejos e proximidades a um imaginário distinto e exótico. Nos interessamos a partir deste ponto em conceituar este termo "hospitalidade" e demonstrar os momentos em que está presente o imaginário da hospitalidade dentro do filme a ser analisado.

Partimos da ideia de que a hospitalidade como conceito é "uma troca contemporânea, idealizada para aumentar a reciprocidade (bem estar) entre as partes, podemos ao analisar o filme, destacar a questão de uma construção de um discurso visual/verbal exprimido pelo Diretor sob a luz da questão da sociabilidade que tendemos a aplicar ao que chamamos de *"vocação hospitaleira"*. Ou seja a partir dos eventos no filme, podemos observar um discurso e na relações entre os atores ali postos, uma relação de reciprocidade, onde nas cenas do filme que detalharemos adiante fica nítido tal relação marcada na fertilidade do campo social, de um "espírito mais abrangente" ligado ao grupo (Hyde, 2010).

> Em todo ser humano predomina um ou outro entre um desses dois instintos: o instinto ativo ou positivo de oferecer hospitalidade, e o instinto passivo ou negativo de aceita-la. E cada um desses instintos é tão significativo do caráter, que pode-se muito bem dizer que a humanidade se divide em duas grande categoria: anfitriões e hóspedes (BEERBOHM,1920 *apud* LASHLEY; MORISSON, 2014, p.28)

O que estamos a sugerir é que a imagem pela qual Cuba é principalmente representada (no filme de Wi Wenders) é a de um povo movido por uma *vocação hospitaleira*. Onde o país é representado como lócus de alegria, a música, a simplicidade e a proximidade do povo cubano é acessível e receptível aos demais. Essas imagens representadas no filme são veiculadas como adjetivos, onde transparecem amenizar ao espectador o estranhamento inicial com o inabitual, de certa forma atenuando a tensão cultural presenciada ao "desconhecido" e "exótico", pela proximidade social com o estranho e reforçam o conceito desta hospitalidade em Cuba provocando a este um desejo de conhecer este local (não que seja o princípio deste filme mas na nossa hipótese acaba por resultar nisto).

> a maior atração de Havana é a sua *autenticidade*, os habaneros não sobrevivem, apenas: eles nadam e mergulham, planejam e sonham, criam e debatem e acima de tudo eles vivem - com uma rara paixão (SAINSBURY; WATERSON, 2012, p.50)

A representação da hospitalidade apresentada aqui, refletem uma busca e promoção de um imaginário ligado a relação de identidade, sociabilidade hospitaleira e autenticidade em Cuba. O texto visa compreender através dos discursos/imagens contidas no filme, os apelos do imaginário cubano percebendo que o mesmo busca estabelecer uma forte ligação da hospitalidade presente na ilha com o fato social vivido nos seus diversos momentos históricos que moldaram tal território (geográfico e social), apropriando-se desta *vocação hospitaleira* cubana à trajetória "exitosa" da Revolução já há mais 40 anos no poder.

5. BREVE HISTÓRA DA REVOLUÇÃO CUBANA ATÉ OS DIAS ATUAIS

Quanto aos eventos históricos que marcaram Cuba e sua população, faremos um breve histórico sobre a revolução e seus percalços até os dias atuais, no intuito de marcar os processos que fizeram a construção de uma identidade nação *autêntica,* onde desenvolveriam uma vocação - quase que natural - à hospitalidade e à sociabilidade.

> Há uma narrativa da nação, tal como ela é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Esses fornecem uma serie de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representa as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e desastres que dão sentido a nação (...) o mito fundacional: uma estória que localiza a origem da nação, do povo e do seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo, não do tempo real mas do tempo mítico (HALL, 2002, p.52-55)

Ao que nos interessa é importante colocar que a ideia de identidade foi posta desde seu mito de fundação, a partir das narrativas das diversas lutas travadas para se libertar dos seus colonizadores espanhóis e posteriormente pelas ditaduras impostas e financiadas pelos norte-

americanos, onde nestas existiram diversos heróis que marcam a construção de um espirito revolucionário, a presente luta contra o embargo e os ataques dos "contra-revolucionários" e um futuro de resistência a esse cerco, de manutenção das políticas sociais e um avanço do ideal baseado no socialismo. Estas criações dialéticas são o que moldam o imaginário construído da identidade cultural/social cubana, onde a ideia de um dispositivo discursivo nacional é empregado em Cuba e suas marcas simbólicas diferenciando-as de outros grupos sociais, marcados entre um modo ambíguo diante do passado e do futuro, equilibrando-se nas glórias do passado, nas lutas do presente e nos impulso de avançar ainda mais neste modelo dito singular (HALL, 2000)

Brevemente podemos destacar que no final do século XIX se inicia um deslocamento para Cuba a partir das navegações e dos encontros das frotas espanholas na troca do ouro e de iguarias especificas provocando a chegada de pessoas/viajantes estrangeiros de distintas nacionalidades e hábitos que acarretaram em construção de alojamentos, logo, um forte êxodo de trabalhadores e investidores norte-americanos (por conta da proximidade). (ABAD; GUTIERREZ, 2008)

Em um primeiro momento, a partir da descolonização cubana, contextualizo os dois modelos governamentais postos em prática na ilha que influenciam diretamente a vida socioeconômica cubana. O primeiro deles diz respeito aos governos que se sucederam antes da revolução cubana em 1959. Este período foi marcado pela ditadura de Machado em 1932, seguida por um frágil interregno democrático, onde se sucederam os governos de Grau San Martin, Fulgencio Batista e Prio Socarrás. E, por fim, pela ditadura de Batista em 1952, de caráter extremamente violento e repressivo que se alongará até sua derrocada em 1959 (SADER,1985).

No que tange nossa proposta, é interessante apresentar os eventos históricos marcantes que modificaram o turismo na ilha cubano, por isso damos um salto histórico e partimos a analisar a partir do governo ditatorial de 1952 do comandante Fulgencio Batista (1952-1959), que segundo Sader acarretou em um saldo negativo em termos sociais para o país, de um acréscimo brutal da desigualdade, com mais da metade das terras estando na mão de estrangeiros, 400 mil famílias vivendo em barracões, 200 mil cubanos vivendo sem luz, 98% das crianças com parasitas e mais de um milhão de pessoas desempregadas (SADER, 2001).

A saga da Revolução Cubana já foi descrita e analisada em trabalhos de cunho histórico-sociológico (SADER, 1985; BANDEIRA, 2009). Dentro dos objetivos deste texto, basta apenas sublinhar que a guerrilha rural que partiu da Sierra Maestra comandada por Fidel Castro, Che Guevara, Raul Castro e Camilo Cienfuegos, após alguns anos de combate contra o exército da

ditadura Batista, vai com o apoio gradual da população, como nas próprias palavras do líder revolucionário Castro, "O Pueblo, la garantía definitiva de la revolucíon", tomando as principais cidades do país, até entrar na capital Havana em 1959, forçando o ditador Batista a fugir de Cuba para a República Dominicana através de uma negociação diplomática entre os EUA/Brasil e o Governo português.4(BANDEIRA, 1998).

> No dia 8 de janeiro, Fidel e sua caravana entravam triunfalmente na capital, depois de percorrer o país de oriente a ocidente. Instalou-se o novo governo, presidido por um jurista da oposição moderada, Manuel Urrutia Manzano, com um ministério em que se integraram alguns membros do movimento 26 de julho. Fidel Castro foi posteriormente nomeado a primeiro-ministro, como expressão da existência de uma dicotomia entre o poder real, representado pelo exército rebelde, e um poder formal, personificado governo e coalizão (SADER,2001, p.53)

A partir de 1959 com a instauração do novo governo, Cuba vai passar por intensas mudanças econômicas e sociais: Reforma Agrária[5], estatização das fábricas e unidades de produção[6]. Com isso, se aproxima do socialismo proletário [7]e do rompimento com o Capitalismo Norte-Americano.

É interessante destacar que o quadro histórico social cubano de meados dos anos 1970 a 1980, era um quadro de dependência/cooperação em relação a subsídios da URSS e de um exemplo de modelo de socialismo, onde a URSS é tida como um "guia", um "tipo ideal" em

---

[4] Batista fugiu na madrugada de primeiro de janeiro para a República Dominicana, Na fase de negociações para a sua renúncia, os EUA à princípio, haviam aventado a hipótese que ele fosse viver na mansão que possuía m Daytona Beach. Depois, diante da vitória de Castro, recuaram. Assim, quando teve afinal de fugir, Batista viajou para a República Dominicana, mas lá a situação se afigurava bastante insegura (...) O governo norte-americano, em meados de 1959, fez gestões junto ao governo português para que ele fosse viver na ilha da Madeira. O governo português para com receio da repercussão mundial, recusou, mas, devido a interferência do Brasil, solicitada pelo Departamento de Estado, admitiu, desde que, porém, os EUA pedissem por escrito, a fim de caracterizar a quem ele estava atendo. (Bandeira,1988,p.201)

[5] A primeira Lei da Reforma Agrária de 1958 foi assinada ainda em Sierra Maestra, e publicada em 4 de Janeiro de 1959, após a vitória da Revolução onde aboliu o latifúndio e limitou a propriedade de terras a 400 hectares por individuo, apenas permitindo que as propriedades rurais, destinadas as plantações de cana-de-açúcar, arroz e criação de gado, possuíssem 1.335 hectares. Mas transformando –as em cooperativas sob o controle do estado. (Bandeira,1998, p.198)

[6] Entre 5 de agosto e 13 de outubro, foram, pois, estatizadas cerca de 382 empresas privadas, tanto nacionais como estrangeiras, com o objetivo não só de impedir que elas boicotassem as atividades tanto na agricultura quanto na indústria e no comércio, como de responder à ofensiva econômica dos EUA. (Faya e Rodrígues,1996, p.108 *apud* Bandeira, 1998, p.255)

[7] Fidel Castro num primeiro momento nega comprometimento ideológico à revolução colocando que "Nuestros ideales se apartan de la doctrina comunista, la Revolucíon cubana no es capitalista ni comunista, es uma revolucíon propria, tiene uma ideologia propria tiene razones cubanas, es enteramente cubana y enteramente americana" e em 16 de abril de 1961, Fidel proclama o caráter socialista da Revolução, evocando, "Esta es la revolucíon socialista y democrátca de los humildes, com los humildes y para los humildes"(El mundo,Havana, 9.5.1959 apud Bandeira,1998, p.197 et Catro,1981, p.454-476 apud Bandeira,1998,p.295).

termos modernos do socialismo para as outras sociedades socialistas (BERGER, 1992, p.173), e onde o estado Cubano é condicionado a se especializar na exploração da cana-de-açúcar para suprir as demandas da república soviética.

A partir de um abalo no mercado petrolífero, que atingiu não só as grandes potências industriais como também os países em desenvolvimento, desenvolveu-se um grave reflexo negativo para o bloco socialista em especial a URSS, onde teve que cortar os subsídios econômicos à exportação e os reajustes dos termos de comércios e além disso com um dispêndio de capital para com gastos militares no intuito de competir com os EUA agravaram a crise destes. Desde então, a crise econômica carcome todo o bloco socialista e determinou sua desintegração em 1989, bem como da própria URSS, que retornou à economia de mercado, restaurando a propriedade privada dos meios de produção e integrando-se no sistema capitalista mundo. (BANDEIRA, 1998)

A situação do estado cubano reflete toda a crise mundial que o seu modelo vem apresentando, tendo como destaca Moniz Bandeira:

> o poder aquisitivo do país em uma redução de mais de 60% após o desmoronamento do Bloco Socialista com o qual realizava cerca de 85% do seu comércio exterior, cerca de 200 artigos de bens de consumo foram acrescentados na lista de racionamento, a escassez de combustível tornou-se quase completa, praticamente com abastecimento zero e o poder de importação (sua base primordial no açúcar) tendo uma queda de 7 milhões de dólares não satisfazendo para adquirir combustível no mercado internacional (BANDEIRA, 1998, p.619)

Constatado tal crise do modelo e da economia cubana, apreende-se a partir desta pesquisa, a realidade de uma forte ascensão do turismo cubano promovido pelo Estado como saída para a crise socioeconômica vivenciada em tal momento. Onde estatisticamente vemos "em 1994, cerca de 745.000 turistas visitaram a ilha, deixando uma receita em torno de US$1 bilhão que praticamente se equiparou à do açúcar" (BANDEIRA, 1998, p.627)

Ao que nos importa destacamos que até hoje Cuba sofre um embargo econômico (apesar de um início de abertura) e suas dependências financeiras são equiparadas através do estimulo a indústria do turismo e consequentemente a uma abertura ao capital estrangeiro.

A partir do que escrevemos percebemos uma abertura a projetos capitalistas na Ilha. Mas o que procuramos com este artigo é observar a partir do filme e dos nossos estudos uma difusão de um imaginário/romântico revolucionário que tende a promover um sujeito cubano igualitário, socialista, sociável, hospitaleiro, que expressa uma aura heroica que se insere nas cidades da ilha.

6. METODOLOGIA PRELIMINAR PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

6.1. ANÁLISE DO FILME:

Partiremos agora especificadamente das análises do nosso objeto, recortaremos trechos do filme "Buena Vista Social Club", de Wim Wenders, que na nossa hipótese representa através dos seus personagens, das imagens e dos símbolos um imaginário da sociedade cubana como característica e autêntica. Onde seus atores sociais são dotados de uma capacidade de sociabilidade, marcados pela alegria e em especial pela música singular que evidencia um retrato da ilha.

Este documentário (1999) retrata momentos da vida/gravação dos músicos a partir do disco intitulado "Buena Vista Social Club"[8], no qual o musico e produtor Roy Cood resgata um grupo de músicos cubanos que caíram no ostracismo após a Revolução de 1959. O documentário se passa principalmente em Havana, onde o disco foi gravado (Egrem Estúdios) e nas ruas e vielas da ilha, mas também, alterna passagens em Nova York no qual uma parte dos músicos fizeram um concerto apresentando o disco "Buena Vista Social Club". O documentário é dirigido pelo alemão Wim Wenders no qual esta produção lhe rendeu diversos prêmios como Grammy e etc.

A película se inicia e logo no primeiro plano sequência de 00:00:19 à 00:00: 47 segundos, comprova uma das nossas hipótese, que é a de marcar a história e os símbolos heroicos da revolução como essenciais para a característica de autenticidade da identidade cubana. O filme apresenta um casal, explicitando descontraidamente fotos, começa mostrando uma que passa durante a crise de outubro, onde mostra pessoas empunhando armas demonstrando o "poder dos guerrilheiros". Após, este mesmo casal, apresenta ao diretor, duas fotos do líder Fidel Castro, uma em que este está em *plano fechado* e ambientado em *Sierra Maestra* (1957), retomando o lado revolucionário da guerrilhas. Na outra foto (chamada David x Golias de 1959), em um plano de câmera objetiva, o mesmo líder, está face a face com a estátua do ex-presidente norte-americano Abraham Lincoln em Washington, Fidel (pequeno e imponente) em contraposição a estátua (grande e também imponente) como se encarasse-o, remetendo a disputa que se mantém até hoje entre o estado cubano sem grandes estruturas

[8] *Buena Vista Social Club* é o nome de uma famosa e antiga casa de shows cubana que existia em havana e sobreviveu até meados de 1950 e onde muitos músicos de grande importância da música cubana haviam se apresentado

econômicas os EUA que demandam o poder econômico mundial, inclusive impondo um embargo a Cuba, trazendo à tona a nossa discussão da característica "imaginosa" do povo cubano resistente as opressões norte-americanas. Ao final deste plano sequência, apresenta-se fotos do lazer dos líderes da revolução (Che e Fidel), onde estes estão jogando golfe, uma foto em primeiríssimo plano a face de Che sorrindo, e na outra, em plano aberto Che observa Fidel praticar tal esporte. Esta passagem descontraída, remete a nós o imaginário característico da alegria singular do povo cubano, representada nos heróis da revolução, sujeitos "duros" e resistentes aos embargos, mas sem perder a ternura e a alegria autêntica dos residentes da ilha.

Quando avançamos para o plano sequência 00:02:43 ao 00:03:47, observamos Compay Segundo[9] nas ruas de Havana "vieja", procurando o local que residia o antigo clube "Buena Vista". Apresentamos este plano sequência pois para nós este representa uma das características do povo cubano, promovidas pelo olhar do diretor, esta característica que é a da sociabilidade marcada pela hospitalidade. O diálogo que se apresenta neste plano é entre o musico e diversas pessoas que tentam explicar o caminho do antigo clube, e, todos os diálogos representados repletos de descontração e proximidade entre o músico e os "informantes" e os "informantes" com os "informantes".

Um detalhe importante que percebemos deste quadro são os símbolos contidos neste plano, primeiramente se percebe a proximidade dos atores pelo charuto que estes fumam, sem distinção no quesito marca, tanto o músico quanto os populares sacam o mesmo charuto remetendo aqui ao racionamento das escolhas do consumo e a questão da "igualdade" hierárquica. Aos 00:03:19 percebemos um grupo de senhoras com diversas crianças uniformizadas, onde se apresenta a questão da educação aliada ao fundo a imagem de Ernesto Guevara estampada na camisa de uma das senhoras, trazendo ao público e seu olhar subjetivo, uma das principais conquistas revolucionárias, a erradicação do analfabetismo infantil.

É importante para nosso trabalho, e, especificadamente quanto a questão do turismo, a utilização manipulada das imagens. No plano sequência de 00:06:31 à 00:10:05 min, inicia-se através de um *travelling*, um longo *tour* por Havana, mostrando seus automóveis antigos providos de antes da revolução ou dos subsídios da URSS, sua arquitetura histórica de antes de 1959, sua população caminhando, jogando, socializando e adquirindo seus bens de consumo (subsidiado pelo Estado cubano), a varanda utilizada para secar roupas, assim como as imagens estampadas nos muros dos heróis da revolução, tudo isto alinhado à canção *chan chan* , um

[9] Integrante da banda que fez o concerto intitulado "Buena Vista Social Club"

clássico da música cubana. Isto remete a um exercício da criação de um imaginário romântico do povo cubano, à partir de uma estetização da paisagem, como um local exótico ou parado no tempo.

Aos 00:16:16 min, vemos um discurso do musico Ibrahim Ferrer[10], que evoca as conquistas da revolução quanto ao sistema educacional, revelando sua dificuldades vividas antes da revolução de 1959 onde teve que abandonar os estudos para sobreviver. Ao longo do seu discurso, este é filmado num *travelling*, percorrendo as ruas de Havana e socializando com as pessoas que ali estão. É interessante colocar quanto a sociabilidade hospitaleira, ou a representação do povo cubano a partir de uma *vocação hospitaleira*, entre os minutos 00:16:01 e 00:16:19, Ibrahim percebe a dificuldade de uns sujeitos a carregar uma geladeira e, mesmo dando seu depoimento ao filme, este para o seu depoimento e oferece ajuda para carregar o objeto. Aqui vemos que o diretor tinha a opção de cortar este tape, mas, opta por manter esta situação para caracterizar um imaginário da personalidade cubana alinhada a *vocação para a solidariedade e hospitalidade.*

O que nosso trabalho procura apresentar são estas representações de sociabilidade na sociedade cubana, e percebemos, nos minutos 00:20:58 à 00:21:26, a cantora Omara Portuondo[11] saindo as ruas de Havana cantarolando as músicas do disco, e esta é acompanhada por sujeitos que seguem com ela a canção, mostrando esta relação de proximidade em Cuba entre artista e fã.

Dos 00:26:00 min aos 00:28:03, Eliades Ochoa[12] apresenta a história de sua vida, e, ao que interessa a esse trabalho, este relata que desde pequeno vive de música, e, que sua vida como musico era restrita a passar o "chapéu" em prostibulo e casas de jogos azar para ajudar financeiramente sua família que passava dificuldades, assim como a maioria da população cubana como elencamos acima. Este discurso de Ochoa é alinhado com o de Ibrahim, que retrata uma situação da população cubana antes da revolução, situação esta, marcada pela falta de oportunidades e controle dos mecanismos do estado pelos norte-americanos, vide os grandes prostibulos e mercado de drogas daquele momento controlados pela máfia dos EUA. É fato que estas opções econômicas influenciam na vida destes músicos, onde o fomento a cultura era

[10] Integrante da banda que fez o concerto intitulado "Buena Vista Social Club"

[11] Integrante da banda que fez o concerto intitulado "Buena Vista Social Club"

[12] Integrante da banda que fez o concerto intitulado "Buena Vista Social Club"

baixo ou nulo, e, que estes fatos históricos vividos pelos músicos são exemplos característicos da sociedade cubana do governo Batista.

Nos 00:30:02 aos 00:31:04, observamos mais uma vez a importância de mostrar o povo cubano, as ruas centrais históricas de Havana e os modos simples/atrasados de locomoção, representando o indivíduo cubano como um sujeito trabalhador, alegre, singular, simples e sociável.

No momento 00:31:47 observamos Ibrahim Ferrer, na sacada de sua casa convidando a "câmera" para visitar o seu lar, remetendo o convite ao espectador e mostrando o lado harmônico e sociável do personagem que caracteriza o povo de Cuba. Ao adentrar a casa percebemos a simplicidade do local, seus moveis e utensílios domésticos antigos, que demonstram uma Cuba estagnada e parada no tempo, o que torna esta única e autentica. Aos minutos 00:34:02 identificamos no discurso do personagem o que a nossa hipótese tenta sugerir, Ibrahim personifica o povo cubano, como um povo resistente, bom e forte. No final deste plano, a câmera da um closet nas ferrugens do carro antigo de Ibrahim como que se quisesse trazer um imaginário de resistência à partir do automóvel velho mas ainda utilizável.

Quando chegamos aos 00:35:00 minutos de filme, registramos mais uma vez um *tour* pela cidade, mostrando feiras ao ar livre, os jogos de dominó, crianças brincando na rua, coletivos reaproveitados, o corte de bananas, a produção de charutos, tudo isto alinhado a arquitetura antiga e singular de Cuba.

Aos 00:38:04 minutos, vemos o pianista Rubén González tocando em uma aula de ballet e ginastica olímpica para crianças, onde as crianças interagem com o músico e com câmera. O diretor gasta cerca de três minutos para registrar esta ocasião, que ao nosso ver, este tem o intuito além de registrar os laços de sociabilidade entre o músico e as crianças, de promover através das imagens o incentivo à cultura e ao esporte, conquistas do governo estatal cubano pós 1959.

Ao longo dos 00:48:00 aos 01:12:00, vemos diversos depoimentos dos outros músicos que compõem a banda, no qual eles contam suas trajetórias de vida e como se tornaram músicos e o momento que reunirão para fazer esse concerto. O que percebemos deste corte extenso é mais uma vez a difusão das imagens a partir das pessoas, da arquitetura e dos automóveis que registra uma Cuba estagnada no tempo trazendo a este Estado um ar de autenticidade exótica, que leva ao expectador um desejo de ter proximidade a esta ilha.

Ao final do filme podemos tratar da noção de *diferença* ou *distinção* entre modelos (Capitalismo e Socialismo) e modos de vida (relação com o tempo e as tecnologias). Os personagens aqui colocados, viajam a Nova York para realizar um concerto. Logo aos 01:17:00

o espectador se choca visualmente e sonoramente, quando este está "habituado" (no filme) a uma imagem tranquila, com pessoas tendo relações jocosas na rua, uma arquitetura antiga, poucos automóveis e predominância de casas, agora, se depara com um ambiente corrido, de prédios novos e gigantescos, pouca relação de sociabilidade e muitos automóveis rodando.

É interessante destacar para este artigo a reação dos personagens quanto a percepção destes com a cidade de Nova York. Os músicos ficam deslumbrados com a cidade (01:19:00 minutos), idealizando os prédios gigantes, avenidas, vitrines de loja, placas, a estátua da liberdade, tudo que a ilha norte-americana pode prover. Nisto detectamos esta distinção visível que é experimentada por estes cubanos, que caracterizam muito do que possivelmente os imigrantes cubanos sentiram, este fascínio a um modus consumista de viver. Das diferenças marcantes para nossa observação, temos de um lado uma população marcada nos laços de sociabilidade, utilizando a rua como espaço de criar relações, e de, outro lado, uma população marcada no consumo e na individualidade, que utiliza a rua como passagem, e tem uma relação com o tempo de forma que este é curto e rápido.

O filme termina ao som de "Chan Chan", apresentando imagens que caracterizam Cuba como autentica, mostrando símbolos da revolução, com faixas como "Esta revolución es eterna" (01:30:25), cinemas com o nome de Karl Marx (01:30:54) e muros pintados de frases como "Creemos en los sueños". Em 01:32:00, a banda termina seu concerto nos EUA levantando uma bandeira cubana, que na nossa concepção é uma atitude registrada pelo diretor de demonstrar que Cuba e seu povo ainda resistem apesar de todos os percalços e embargos exercidos pelo EUA.

7. CONCLUSÃO

O presente trabalho aqui apresentado teve o intuito de aproximar as concepções e noções desenvolvidas na minha pesquisa de Mestrado de uma análise do filme "Buena Vista Social Club". Quisemos mostrar que o filme retrata através de imagens e símbolos uma caracterização do povo cubano.

Entendemos que a partir dos recortes que fizemos conseguimos revelar um discurso presente no filme, discurso este que mostra uma Cuba autêntica tanto por suas cidades quanto pelo seu povo, através do modo como estes usam o espaço e se sociabilizam. Firmamos a ideia que o filme tende a utilizar das imagens da revolução para marcar uma diferença entre Cuba e o resto do mundo capitalista moderno, utilizando destas para criar aproximação do expectador com o filme.

O que podemos tirar de melhor desta análise é a observação de uma identidade construída, que marca uma sociedade cubana socialista e resistente ao embargo econômico dos EUA, e que, principalmente seu povo é caracterizado por ser alegre e ter uma vocação à hospitalidade.

REFERÊNCIAS

ABAD, Annayka Alfonso et Gutierrez Ailed Rosales : *Etapas dell dessarolo del turismo en Cuba*. Encontrado em <http://www.monografias.com/trabajos64/etapas-desarrollo-turismo-cuba/etapas-desarrollo-turismo-cuba3.shtml> acesso em <30 de março de 2015.

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz*. De Martí a Fidel: A revolução cubana e aAmérica Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BUENA VISTA SOCIAL CLUB. Direção de Wim Wenders. Produzido por Rafael Rey Rodriguez. Roteiro de Javier Castillo Mares. Havana: Road Movies Filmproduktion, Kintop Pictures, Instituto Cubano del Arte e Industrias Cinematográficos (ICAIC) 1999. (96 min). Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=7-Qp98OcqYM

BOBES, Velia Cecilia. *Los Laberintos de la Imaginación*: repertorio simbólico,

identidades y actores del cambio social em Cuba. México: El colégio de México, 2000.

CAMELLÓN, Ariagnis Pérez et CAMPOS Hazzel Oro. *EL Turismo, fenômeno social em ascenso. Evolucion concepciones y singularidades em cuba*, TURyDES, Havana, Julho de 2012.Vol 5 Numero 12.

DENKER, A. *Hospitalidade cenários e oportunidades*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

LASHLEY; MORRISON. *Em busca da hospitalidade*: perspectivas para um mundo globalizado. São Paulo: Manole, 2004.

MORAIS, F. *A Ilha*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976

SADER, E. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Moderna, 1985.

SADER, E. *Cuba:* um Socialismo em construção. São Paulo: Vozes, 2001.

URRY, J. *O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1999.

CONFRONTOS POLÍTICOS EM TORNO DAS QUESTÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADE E REPRODUÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

CAPÍTULO III

MASCULIDADE PÓS FEMINISMO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: CONTRAPONTOS ENTRE A INSERÇÃO DE HOMENS E MULHERES NA ESFERA PÚBLICA E PRIVADA

Bárbara Maria de Lana Luiz

1. APRESENTAÇÃO DO TEMA E DEFINIÇÃO DO OBJETO

Sob o impulso do movimento feminista na década de setenta e a conscientização das mulheres sobre a opressão social em torno da divisão do trabalho, emergiu o conceito da divisão sexual do trabalho (HIRATA, KERGOAT, 2008, p.264) dando início ao questionamento sobre a repartição do trabalho social entre os homens e mulheres. Desde então essa questão vem sendo debatida pela sociologia (HIRATA e KERGOAT, 2008, p.264) , uma vez que, deste conceito, ressalta desigualdades de gênero que se manifestam a partir da divisão desigual do trabalho doméstico, da desigualdade de oportunidades , de reconhecimento das mulheres no mercado de trabalho e, enfim, da diferenciação da inserção de homens e mulheres na esfera pública e privada.

Em virtude de, no Brasil, a desigualdade entre o trabalho público e privado se manifestar especialmente pela conciliação e acúmulo, por parte das mulheres, do trabalho doméstico e profissional, (HIRATA e KERGOAT, 2008, p.274) acredita-se ser necessário compreender o papel dos homens na divisão sexual do trabalho, especialmente entender em que medida os homens vem se inserindo na esfera doméstica, uma vez que as mulheres vem, em grande escala, inserindo na esfera pública, como demonstrado pela PEA no período de 1995 a 2005 em que aumentou consideravelmente a população feminina economicamente ativa e em 2005 mais da metade da população feminina em idade ativa trabalhou ou procurou emprego e mais de quarenta em cada cem trabalhadores eram do sexo feminino (BRUSCHINI, RICOLDI e MERCADO, 2008 p.16).

O trabalho doméstico, ao contrário dos anos anteriores a década de 70 em que nos levantamentos cesitários e domiciliares do IBGE, não era contabilizado como atividade econômica (BRUSCHINI, RICOLD e MERCADO, 2008 p. 18), vem sendo considerado como trabalho, ou seja, que consome tempo e esforço por parte dos executores não podendo deixar de ser feito mesmo que ambos os sexos estejam dedicados à esfera pública e, entendendo-se,

assim, inevitável a inserção dos homens na esfera privada, mesmo que esta inserção não se dê de forma tão dinâmica quanto a inserção das mulheres na esfera pública.

A proposta deste projeto é, portanto, dar continuidade a análise da forma como se dá a divisão sexual do trabalho na sociedade considerando a pesquisa iniciada em dissertação já concluída em que foram apresentados relatos sobre mulheres que conciliam o trabalho profissional com a maternidade e as responsabilidades domésticas. O intuito é fazer o estudo considerando os modos de distribuição do trabalho (público e privado) que foi analisado pela perspectiva das mulheres e que agora se propõe analisar pelas perspectivas dos homens.

A profissão dos engenheiros escolhida para o estudo se justifica pela similaridade com a profissão anteriormente pesquisada, além da possível comparação com estudos de mulheres engenheiras já existentes na literatura sobre o tema e, também, por esta profissão se demonstrar tipicamente masculina no contexto social. Acredita-se assim que a partir da escolha deste objeto pode-se fazer uma pesquisa que considera condições semelhantes entre homens e mulheres e que, assim, poderá obter resultados que evidenciam as desigualdades, no exercício dos trabalhos doméstico e profissional.

2. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

A pergunta que orientará a pesquisa será: Como as desigualdades de gênero refletem, através da divisão sexual do trabalho tendo em vista a inserção dos homens na esfera pública e privada considerando a possível influência do conceito de masculinidade?

As hipóteses iniciais é que a construção social da masculidade que, entre muitos aspectos históricos a serem explorados na execução desta pesquisa, constitui um obstáculo para inserção na esfera doméstica, o que colabora para permanência das desigualdades entre homens e mulheres especialmente em relação à desigualdade de repartição do trabalho reprodutivo e que, mesmo que os homens não se insiram na esfera doméstica na mesma dinâmica em que as mulheres se inserem no mercado de trabalho, essa inserção pode ser necessária. Assim, objetiva-se, de modo geral, estabelecer um panorama da forma como os homens articulam o público (profissão) e o privado (família) no contexto social. E especificamente: 1) Analisar as desigualdades de gênero que se manifestam quanto a conciliação de tarefas pela perspectiva dos homens; 2) Identificar quais os mecanismos utilizados para a conciliação entre o trabalho profissional e trabalho doméstico e 3) Demonstrar os contrapontos existentes entre homens e mulheres no exercício do trabalho reprodutivo.

3. JUSTIFICATIVA TEÓRICA

O tema proposto para esta pesquisa leva em conta duas questões relevantes para o estudo das desigualdades de gênero: a primeira refere-se à questão do papel ocupado pelos homens no mercado de trabalho a segunda se refere ao papel exercido pelo homem e pai na vida familiar. Ao considerarmos ambas as abordagens o tema tangencia a questão da instituição familiar como pilar da organização social e a profissão como forma de definição de classe social. Neste sentido, a pertinência da escolha do tema se dá pelo entendimento de que o papel que o homem ocupa em ambas as funções sociais vem, mesmo em pequena medida, sendo alterado na divisão sexual do trabalho à proporção em que a mulher vem se inserindo no mercado de trabalho. Se por um lado a família constitui um pilar da organização social, por outro o homem constitui um dos pilares da organização familiar de maneira que o mercado de trabalho representa um mecanismo de classificação social e, da mesma forma, a atuação do homem no mercado de trabalho é crucial para a classificação social da família.

Trata-se, portanto, de evidenciar a importância do trabalho profissional e do trabalho doméstico exercidos pelos homens nestas esferas e da busca do entendimento sobre como se estabelece o laço dos homens com a profissão (público) e a família (privado). Tendo em vista que a demonstração deste fenômeno, com tal relevância para os estudos de gênero, refletirá em uma pesquisa importante e ainda pouco explorada nas questões de gênero uma vez que, os diversos estudos encontrados sobre o tema tem em vista questões relativas as mulheres não abarcando informações que levam em consideração o gênero masculino.

4. REVISÃO LITERÁRIA

A divisão sexual do trabalho segundo Hirata e Kergoat (2008):

> Trata-se, de um lado, de uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço desta distribuição, e analisa-se como ela se associa a repartição desigual do trabalho doméstico entre os sexos (p. 263).

Tendo se desenvolvido rapidamente no capitalismo, onde as tarefas se tornaram cada vez mais especializadas e fragmentadas, essa divisão pormenorizada reforçou a divisão sexual do trabalho, dividindo progressivamente os espaços produtivos (de fora da família) e o reprodutivo (relativos ao trabalho doméstico e cuidado com a família). Diferentemente das sociedades pré-industriais em que a família era, ao mesmo tempo, a unidade produtiva e reprodutiva, no capitalismo cada vez mais se evidencia as tarefas produtivas como trabalho de

homens e as reprodutivas como de mulheres. Assim, ainda segundo as autoras a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos, mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos (p.266).

Sob a perspectiva desta conceitualização e contextualização da divisão sexual do trabalho, o que se tem, de modo ainda evidente, é o panorama em que as mulheres vem se submetendo a conciliação entre o trabalho doméstico e o trabalho profissional. Esse movimento se inicia a partir da década de setenta quando as mulheres passaram a ocupar o mercado de trabalho e, assim como os homens, passaram a ser um pilar das finanças do lar não se isentando, porém, das tarefas domésticas.

Segundo BRUSCHINI, RICOLDI e MERCADO (2008, p. 15) , as trabalhadoras revelam uma nova identidade neste contexto, sendo mais velhas, casadas e mães, estando voltadas tanto para o trabalho quanto para a família. No entanto, a repartição do trabalho doméstico entre o homem e a mulher, dentro do lar, não tem demonstrado se dar de forma igualitária. Ainda nos dias atuais e mesmo considerando o novo panorama da mulher na esfera pública e privada, a inserção do homem na esfera doméstica se dá de forma ínfima como demonstrado por RIZAVI e SOFER (2008) por exemplo, nos Estados Unidos, os homens executam 37% do trabalho doméstico e as mulheres 63% e na França 35% dos homens realizam trabalho doméstico e 65 % é realizado pelas mulheres. E ainda, mais específicamente no Brasil dados do IBGE de 2016 apontam que entre as pessoas de 30 a 49 anos de idade as mulheres dedicam quase o dobro do tempo aos trabalhos domésticos e cuidado com outras pessoas em relação aos homens sendo constatado 22,2h e 11,3h respectivamente. Além disso, a análise feita sobre a combinação de trabalho remunerado com os afazeres domésticos demonstram que a jornada total semanal de trabalho das mulheres corresponde a 55,6h enquanto a dos homens à 52,6h, ou seja, o número total de horas semanais trabalhadas por homens e mulheres se difere significativamente em 3h a mais trabalhada pelas mulheres e a desigualdade se reflete no número de horas dedicadas por elas ao trabalho não remunerado e dos homens ao trabalho remunerado.

Embora seja pequena, há de se considerar que há presença dos homens pode ser na esfera doméstica, uma vez que, com o novo perfil das mulheres, como visto anteriormente e a ausência destas no lar no período em que trabalham, a conciliação executada por elas pode ser conseguida de diferentes formas, como a delegação das atividades domésticas e de cuidado com os filhos a uma pessoa fora da família (babá e empregada doméstica), com familiares, com a escola ou creche ou, com o pai e marido. HIRATA e KERGOAT (2008) ao mencionar os modelos de divisão sexual do trabalho consideram:

O modelo tradicional – o "papel na família e o papel doméstico assegurados inteiramente pelas mulheres e papel de provedor conferido aos homens'' (p.270)

O modelo de conciliação – "atribui quase que exclusivamente as mulheres a função de conciliar" (p. 270) o trabalho doméstico com a vida profissional.

O paradigma da parceria – que presume a igualdade de estatutos sociais entre os sexos (...). Considerando mulheres e homens como parceiros em suas relações em termos de igualdade, e não de poder *(p. 271).*

O modelo de delegação – em que, correntemente, as mulheres delegam a outras mulheres, como suas funcionárias, o trabalho doméstico e o de cuidado, a exemplo das empregadas domésticas, faxineiras e babás.

Nestes termos demonstrados pelas autoras, entende-se que atualmente nos enquadramos, mais evidentemente, entre o modelo de conciliação e o de delegação e que a rede de apoio para a conciliação dos trabalhos doméstico e profissional se dá mais especificamente entre mulheres, pois:

> As mulheres trabalham cada vez mais e, com uma freqüência cada vez maior, são funcionárias e investem em suas carreiras. Como o trabalho doméstico nem sempre é levado em conta nas sociedades mercantis, e o envolvimento pessoal é cada vez mais solicitado, quando não exigido pelas novas formas de gestão de empresas, essas mulheres, para realizar seu trabalho profissional, precisam externalizar "seu" trabalho doméstico. Para isso, podem recorrer à enorme reserva de mulheres em situação precária (..) (HIRATA e KERGOAT, 2007, p.601)

No entanto, considerando que a divisão sexual do trabalho "varia no tempo e no espaço" (HIRATA, KERGOAT , p.263) o que se propõe é a investigação da inserção do homem na esfera doméstica, ou seja, a investigação dos diferentes paradgmas demonstrados por HIRATA E KERGOAT (2008) e as possíveis novas configurações da divisão sexual do trabalho, considerando a possibilidade dos casais da contemporaneidade necessitarem de apoio recíproco para a consecução do equilíbrio financeiro e familiar e que este panorama tem se modificado nos últimos anos podendo ser observado a execução de tarefas domésticas também pelos homens na ausência das mulheres.

Entende-se que análise deste novo modelo perpassará, porém, pelo conceito de masculinidade que compreende que:

> "ser homem significa responder a determinados padrões culturais que podem variar em sociedades multiculturais e que a masculinidade considerada ideal na sociedade é dominante, e com base nela, são consideradas todas as outras expressões masculinas. Ocorrendo assim um alinhamento entre o patriarcado e a masculinidade do qual os homens que se afastam deste perfil perdem seu status e poder". (Oliveira, 2004, p.336)

E que a masculinidade:

> "atua nos discursos se constitui como uma estrutura de poder, integra a economia psíquica dos agentes, é histórica, ideológica identitária, predispondo comportamentos ao prescrever atitudes especiais em ocasiões distintas e recobre um sistema de valores e fundamenta certo tipo de estética (Oliveira, 2004, p.14).

Este conceito, assim definido, pode exercer força significativa sobre a divisão sexual do trabalho, uma vez que o "sistema de valores", "o status" e "o poder" não se configuram na sociedade através do trabalho reprodutivo. Ou seja, este conceito ainda vigente em nossa sociedade, pode significar um entrave para a inserção do homem na esfera doméstica, reforçando, assim, as disparidades entre os sexos no exercício do trabalho reprodutivo.

Segundo Oliveira (2004) o ideal burguês de família, sustentado por princípios religiosos reafirmam e sustentam as desigualdades de gênero diante do ideal de masculinidade. Para ele:

> A assimetria de poder na família era reforçada pela nova ordem em promover uma separação total entre homens e mulheres: pensava-se que quanto mais feminina a mulher e mais masculino o homem, mais saudáveis a sociedade e o Estado. Nessa separação, a autonomia do gênero masculino contrastava com a subimissão feminina. A subjulgação da mulher ia de encontro da constituição de uma família nuclear para qual o lar, com os afazeres domésticos e os cuidados com as crianças se tornaria seu espaço legítimo, enquanto ao homem ficaria destinada a esfera pública, a esfera do poder (...) (p. 50)

Para além da esfera familiar o poder do homem também se apresenta no mercado de trabalho onde a mulher vem se inserindo ainda sob a sombra das desigualdades que se manifestam através das diferenças salariais e de oportunidades para ocupar cargos de responsabilidade e considerados tipicamente masculinos, como explicitado por GEORGES (2008):

> a definição globalizada do "profissionalismo" no mundo empresarial, que passa pela disponibilidade temporária e espacial em função apenas dos imprevistos do trabalho, pouco compatível com compromissos extraprofissionais, preserva o monopólio masculino sobre a ascensão hierarquica e o ascesso aos postos de responsabilidade, e constitui o reverso do "teto de vidro" das carreiras femininas (p.257)

Sobre o conceito de masculinidade sustenta-se uma expectativa social de papéis a serem executados por homens e por mulheres na esfera doméstica e no mercado de trabalho. Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico – um trabalho de homem "vale" mais que um trabalho de mulher (HIRATA, KERGOAT, p. 599).

O que na literatura feminista intitula-se "teto de vidro" refere-se aos pilares que o sustenta, por um lado a utilização, do empregador, de horários de trabalho que se estendem até tarde como garantia de envolvimento profissional e, de outro, a não divisão das tarefas

domésticas (GEORGES, p.253) que fragilizam a entrada e permanência das mulheres na esfera pública.

Neste sentido, os estudos de gênero sempre tiveram a preocupação de enteder o papel do homem e da mulher no mercado de trabalho e na família. Como a divisão social do trabalho é também a divisão sexual do trabalho (HIRATA e KERGOAT,2007, p.596) os estudos nessa área mostram como as mulheres, em sua maior parte, ocupam postos menos qualificados, com menores salários e associados principalmente, aos papéis sociais femininos (como enfermeiras, professoras e além de caber a elas quase exclusivamente as tarefas domésticas). Essas ocupações foram historicamente ligadas ao papel da mulher, marcadas pela baixa remuneração e prestígio social. Ao homem, no entanto caberia o papel de provedor, sempre mais valorizado, uma vez que é reconhecido pelo patriarcado como responsável pelo sustento da família. Contudo, cabe sempre aos estudos de gênero analisar as possíveis variações das configurações da divisão sexual do trabalho uma vez que novos arranjos familiares, novas características familiares, novas formas de acesso de homens e mulheres ao mercado de trabalho, proporcionam mudanças contínuas à divisão sexual do trabalho no tempo e no espaço.

5. METODOLOGIA

Para a execução desta pesquisa far-se -á uma análise qualitativa a respeito do trabalho e da vida familiar de homens engenheiros, casados e com filhos pequenos, por meio de entrevistas semi-diretivas. Inicialmente pretende-se entrevistar dez engenheiros que serão alcançados por meio de contato em uma empresa de engenharia e, após a primeira entrevista pretende-se obter as demais pelo efeito bola de neve. A escolha da profissão dos homens se dá ,como supramencionado, pela similaridade com o objeto anteriormente pesquisado em dissertação, pela possibilidade de comparação com estudos da mesma profissão executada por mulheres e por se caracterizar uma profissão tipicamente masculina.

Na realização desta pesquisa pretende-se gerar reflexão em torno das desigualdades de gênero através da demonstração de que o exercício das tarefas domésticas pelos homens reflete distinções que ainda persistem na sociedade. A realização do trabalho doméstico e da educação dos filhos, ainda consideradas como tarefas tipicamente femininas, emergem de uma situação enfrentada pela maioria das mulheres que conciliam essas atividades com o exercício da profissão, e que, sob a perspectiva dos homens, ainda não se apresenta de forma evidente. Nesta perspectiva, entende-se que a trajetória dos homens na esfera doméstica e profissional, relatada por meio das entrevistas, refletirá de modo peculiar a cada um deles a experiência

vivida. Dessa forma, o conceito de relatos de vida como "una descripcíon aproximada de la historia realmente vivida (tanto objetiva como subjetivamente)" (BERTAUX, 1997, p. 9), apoiará a pretensão de que através da obtenção dos relatos de vida de cada engenheiro entrevistado poderá evidenciar os conflitos da conciliação destes trabalhos e também das desigualdades de gênero na divisão do trabalho social. A importância deste método de pesquisa qualitativa pode ser percebida no texto *Los Relatos de Vida de Bertaux* que conceitua:

> En las ciências sociales, el relato de vida es el resultado de uma forma peculuiar de entrevista, la entrevista narrativa, em la que um investigador (que puede ser um estudiante) piede a uma persona, llamada a continuacíon sujeto, que le cuente toda parte de su experiencia vivida (p. 9).

A utilização de entrevistas para obter um relato de experiências vividas constituirá, portanto, a metodologia que será utilizada para a consecução de dados sobre a vida dos entrevistados no que tange as questões profissionais e familiares. O que se pretende com a investigação na pesquisa – Masculinidade Pós Feminismo e a Divisão Sexual do Trabalho: Contrapontos entre a inserção de homens e mulheres na esfera pública e privada"– é percorrer a trajetória destes homens que conciliam a experiência doméstica com a vida profissional e que exercem na sociedade, funções dadas como tipicamente femininas. As questões do cuidado, do trabalho doméstico e da paternidade se farão centrais na construção da pesquisa, bem como a vida profissional destes homens.

Norteado pela pergunta: "Como se apresenta a questão da conciliação de tarefas na sociedade, considerando as responsabilidades domésticas, a paternidade e a atuação de homens engenheiros no mercado de trabalho?", partir-se-á das premissas de que estes homens, recorrem à medidas tais como: delegar as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos aos demais familiares; recorrer a políticas voltadas para cuidados com as crianças (creches e escolas), adotar jornada parcial de trabalho. Para tanto, buscar-se-á responder às questões:

Como as desigualdades de gênero refletem da conciliação de tarefas pela perspectiva destes homens?

Quais são os mecanismos utilizados para conciliação entre a profissão e o cuidado doméstico e com os filhos?

Como a questão da masculinidade está ligada ou não a inserção na esfera doméstica e conciliação entre o público e privado?

A conciliação trabalho, atividades domésticas e a paternidade é dificultada pela escolha da profissão?

Com essa finalidade, e tendo conhecimento de que "el recurso de los relatos de vida enriquece de manera considerable esta perspectiva proporcionándole en concreto lo que le falta a observacíon directa, concentrada demasiado exclusivamente en las interaciones cara a cara" (BERTAUX, 199 7, p. 11), espera-se que através da narrativa destes homens, de forma individual e diferenciada, demonstre a experiência da conciliação e se esta pode ou não refletir um conflito vivenciado por eles, além de evidenciar as questões da paternidade e do trabalho do cuidado com os filhos como parte das desigualdades de gênero.

Ainda considerando os relatos de vida como um método relevante para a produção da pesquisa, pode-se entender que a paternidade e a profissão destes homens integram o que Bertaux denomina dentro da perspectiva etnosociologica "los mundos sociales", sendo constituído "en torno a un atividad específica" (Bertaux, ano, p. 17). Outrossim, representam também o que o autor designa "las categorías de situacíon" sendo considerado que:

> El recurso a los relatos de vida demuestra ser aqui particularmente eficaz, puesto que esta forma de recogida de datos empíricos se ajusta bien a la formación de la trayectorias; eso permite captar mediante qué mecanismos y qué procesos ciertos indivíduos han terminado encontrándose em uma situación dada y como tratan de acomodarse a es situación. (p. 19).

Acerca da conceitualização dos relatos de vida e sua relevância para a construção de pesquisas empíricas, entende-se que a utilização deste recurso na elaboração da pesquisa Masculinidade Pós Feminismo e a Divisão Sexual do Trabalho: Contrapontos entre a inserção de homens e mulheres na esfera pública e privada" contribuirá para a elaboração de uma série de hipóteses possíveis e uma descrição detalhada deste "mundo social".

Acredita-se que, ao estudar as trajetórias destes homens, poderemos perceber como a escolha da profissão influencia na educação dos filhos e nas relações familiares estabelecidas por eles. Compreende-se que ao estudar estes dois aspectos centrais na vida de um sujeito (trabalho e família) conseguir-se-á obter dados relevantes para um estudo, tanto das trajetórias quanto para o que essas trajetórias representam para a sociedade.

Ainda conforme Bertaux, no que se refere ao mundo do trabalho, "Los mundos centrados em uma atividade profesional, constituyen espacios que los agentes pueden recorrer a lo largo de sua carrera professional" (p.18). As inspirações para a escolha da profissão, a representação econômica que resulta do trabalho para a família, o status social proporcionado pela profissão podem emergir dos relatos apresentados pelos próprios engenheiros e colabora para a compreensão da dinâmica que concerne à dimensão do trabalho, pois:

> La esfera del empleo está formada por um gran numero de mundos sociales: ramas, sectores profissionales, ofícios. Cada empresa privada o publica constituye um universo

> especifico que tiene sus proprias tradiciones, sus regras explicitas y sus normas tácitas, que oferece sus proprias perspectivas de formacíon en el taller, de carreras potenciales, y también sus riesgos (sobre la salud, por ejemplo), y que presenta sus propias jerarquias: relaciones de autoridad , modos de organizacíon, derechos reconocidos a los assalariados, possibilidades de sindicación y constuccíon coletiva de uma ralacion de fuerzas frente a los poderes del empleador. (p. 45).

Em relação ao estudo da trajetória familiar almeja-se construir uma reflexão acerca, especialmente, das responsabilidades domésticas buscando compreender qual o significado da família para esses homens e em que sentido suas relações familiares influenciaram no que ela compreende ser o papel de homem. Além disso, objetiva-se com esse estudo compreender como se dá a formação da família e quais as competências e papeis do homem nesta instituição considerando-se que:

> La intituición familiar tal como está regulada em el código civil no és mas um marco jurídico. Las famílias concretas que se formam ya sea dentro de esse marco o bien fuera de el como ocurre cada vez com mas frequência, son enormemente diversas seguún los medios sociales, los ofícios de los conyuges, sus fuentes y niveles de ingresos, sus hábitos y orientaciones culturales, la naturaleza de sus pactos y muchos otros factores. (p.42).

Admitindo a diversidade da formação das famílias e do papel exercido por cada membro dentro dela, propõe-se, através da descrição dos relatos de vida, uma reflexão sobre o significado da masculinidade e do homem como profissional inserido no mercado de trabalho, buscando compreender as mudanças e permanências destas relações no âmbito da família atual. Neste sentido, acredita-se que esta pretensão pode ser concebida com o desenvolvimento das análises dos relatos de vida sendo entrelaçados as minúcias destas trajetórias com os objetivos da pesquisa, uma vez que:

> Los relatos de vida y las historias familiares a modo de relatos convergentes dentro de uma misma família –pueden contribuir al conocimiento sociográfico de formas y tipos de familias situadas de nuevo em su contexto social y su época, y también, por ejemplo, de aspectos cruciales de ciertos fenómenos e movilidade social (modos de transmisión de los capitales familiares) o más generalmente del cambio em la sociedade: por ejemplo, de la evolución histórica de las relaciones sociales de género. (p.43)

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís; **TODARO**, Rosalba. Custos do trabalho de homens e mulheres na América Latina. In: **COSTA**, Albertina; **SORJ**, Bila; **BRUSCHINI**, Cristina; **HIRATA**, Helena. Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais. 1 ed. , Rio de Janeiro, 2008

ABRAMO, Laís; **VALENZUELA**, Maria Helena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina. In: **ABREU**, Alice R. de Paiva; **HIRATA**. Helena e **LOMBARDI**, Maria Rosa (org.). Gênero e trabalho no Brasil e na França: Perspectivas interseccionais. 1. ed., Boitempo, São Paulo, 2016.

ÁVILA, Maria Betânia. O tempo do trabalho domestico remunerado: entre cidadania e servidão. In: **ABREU**, Alice R. de Paiva; **HIRATA**. Helena e **LOMBARDI**, Maria Rosa (org.). Gênero e trabalho no Brasil e na França: Perspectivas interseccionais. 1. ed., Boitempo, São Paulo, 2016.

BERTAUX, Daniel. Los Relatos de Vida. ed. Belaterra, Barcelona, 2005**.**

BRUSCHINI, Cristina; **RICOLDI**, Arlene; **MERCADO**, Cristiano. Trabalho e Gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: **COSTA**, Albertina; **SORJ**, Bila; **BRUSCHINI**, Cristina; **HIRATA**, Helena. Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais. 1 ed. , Rio de Janeiro, 2008.

DEDECCA, Claudio.Regime de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. In: **COSTA**, Albertina; **SORJ**, Bila; **BRUSCHINI**, Cristina; **HIRATA**, Helena. Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais. 1 ed., Rio de Janeiro, 2008.

GEORGES, Isabel. Entre a vida doméstica e a vida profissional. Engenheiras no Brasil e na França. In: **COSTA**, Albertina; **SORJ**, Bila; **BRUSCHINI**, Cristina; **HIRATA**, Helena. Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais. 1 ed., Rio de Janeiro, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. Sociologia e Natureza: classes, raças e sexos. In: **ABREU**, Alice R. de Paiva; **HIRATA**. Helena e **LOMBARDI**, Maria Rosa (org.). Gênero e trabalho no Brasil e na França: Perspectivas interseccionais. 1. ed., Boitempo, São Paulo, 2016.

HENAU, Jeróme; **PUECH**, Isabelle.O tempo de trabalho de homens e mulheres na Europa. In: **COSTA**, Albertina; **SORJ**, Bila; **BRUSCHINI**, Cristina; **HIRATA**, Helena. Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais. 1 ed., Rio de Janeiro, 2008.

HIRATA, Helena; **KERGOAT**, Daniele. Novas Configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n.132, set/dez. 2007.

LAVINAS, Lena; **CORDILHA,** Ana Carolina; **CRUZ,** Gabriela F. Assimetrias de gênero no mercado de trabalho no Brasil. In: **ABREU**, Alice R. de Paiva; **HIRATA**. Helena e **LOMBARDI**, Maria Rosa (org.). Gênero e trabalho no Brasil e na França: Perspectivas interseccionais. 1. ed., Boitempo, São Paulo, 2016.

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheiras e Gerente: desafios enfrentados por mulheres em posições de comando na área tecnológica. In: **COSTA**, Albertina; **SORJ**, Bila; **BRUSCHINI**, Cristina; **HIRATA**, Helena. Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais. 1 ed., Rio de Janeiro, 2008.

MERON, Monique. Trabalho remunerado e trabalho doméstico na França: mudanças no conceito. In: **ABREU**, Alice R. de Paiva; **HIRATA**. Helena e **LOMBARDI**, Maria Rosa (org.). Gênero e trabalho no Brasil e na França: Perspectivas interseccionais. 1. ed., Boitempo, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. Los Rela. A Cnstrução Social da Masculinidade. UFMG, Belo Horizonte, 2004**.**

RIZAVI, Sayyid; **SOFER**, Catherine. Trabalho Doméstico e organização do tempo dos casais: uma comparação internacional. In: **COSTA**, Albertina; **SORJ**, Bila; **BRUSCHINI**, Cristina;

HIRATA, Helena. Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais. 1 ed., Rio de Janeiro, 2008.

CAPÍTULO IV

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: UM ESTUDO DE CASO DOS PROJETOS DE LEI SOBRE O ABORTO EM 2020 NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Daniel Júnior Rodrigues Alvarenga [1]
Camila de Almeida Miranda [2]

[1] Graduando do nono período do curso de direito do Centro Universitário Doctum de Teófilo Otoni-UniDoctum, e-mail:danieljunior2408@outlook.com.
[2] Graduada em Direito pela FADIVALE. Mestre em Gestão Integrada do Território pela UNIVALE, e-mail:advcamilamiranda@hotmail.com.

RESUMO

A descriminalização do aborto é tema recorrente entre os Poderes brasileiros nas últimas décadas. O objetivo do presente trabalho foi analisar os projetos de lei que versam sobre o aborto, propostos na Câmara dos Deputados em 2020, e como o debate afeta as questões relativas ao gênero e direitos da mulher, à luz do conceito de violência simbólica proposto por Bourdieu. Utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, assim como de um estudo sistemático da legislação já existente a respeito do assunto e uma análise de caráter qualitativo. Após reflexão sobre a atual criminalização, é possível concluir que esta prejudica principalmente as mulheres integrantes de grupos socialmente vulneráveis, sendo urgente que propostas voltadas para a descriminalização sejam aprovadas pelo Legislativo brasileiro.

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre a descriminalização do aborto, nos últimos anos no Brasil, vem sendo tema de debates tanto no Poder Judiciário quanto no Poder Legislativo, sendo importante mencionar que tal tema envolve princípios éticos e religiosos. Tratar sobre a legalização do aborto implica em discutir sobre a autonomia da mulher, bem como sobre direitos sexuais e reprodutivos, deixando claro, por consequência, que legalizar o aborto não significa fomentar a prática.

A maternidade só se efetivará de forma plena e concreta quando as mulheres puderem escolher livremente se tornarem ou não mães, descontruindo a imposição social existente para que escolham esse papel e combatendo a discriminação contra aquelas que não seguem esse padrão perante a sociedade, sem receberem rótulos como os de que “não são mulheres de verdade”.

Assim, o objetivo do presente trabalho foi analisar os projetos de lei que versam sobre o aborto, propostos na Câmara dos Deputados em 2020 e como afetam as questões relativas ao gênero e direitos da mulher.

Utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, assim como de um estudo sistemático da legislação já existente a respeito do assunto e uma análise de caráter qualitativo. Este trabalho foi divido em três capítulos: o primeiro trata de como o ordenamento jurídico brasileiro encara o tema do aborto; já o segundo trouxe algumas reflexões sobre o gênero e a maternidade, enquanto o terceiro demonstrou como o aborto é tratado nos projetos de lei na Câmara dos Deputados. E, por último, foram traçadas algumas considerações finais sobre o tema, visando propor contribuições sobre o debate de gênero no país.

2. HISTÓRICO DO TRATAMENTO JURÍDICO ATRIBUÍDO AO ABORTO NO BRASIL

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 incluiu a inviolabilidade do direito à vida no rol de direitos e garantias fundamentais mas vale ressaltar que, nenhum direito fundamental é absoluto, podendo ser relativado o direito à vida em caso de guerra declarada e nas hipóteses legalmente permitidas de aborto. Não há consenso no campo da biologia ou no direito de quando a vida começa; porém, no ordenamento jurídico brasileiro uma corrente majoritária adota a teoria que a vida se inicia com a nidação, que é a união dos gametas e formando o óvulo, que vai se implantar na parede uterina (CAPEZ, 2020).

O Código Civil de 2002 (CC/2002), em seu artigo 2º apresenta que: "A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro" (BRASIL, 2002).

Portanto, o CC/2002 adotou as teorias natalista e concepcionista, que serão melhor explicadas a seguir. A teoria natalista considera que: "o nascituro não poderia ser considerado pessoa, pois o Código Civil exigiria e ainda exige, para a personalidade civil, o nascimento com vida. Assim sendo, o nascituro não teria direitos, mas mera expectativa de direitos" (TARTUCE, 2018, p.76-77).

Já a teoria concepcionista diz que: "o nascituro é pessoa humana, tendo direitos resguardados pela lei" (TARTUCE, 2018, p.78). Entende-se por nascituro o ser humano já concebido, que ainda passa pelo processo de gestação, mas ainda não nasceu.

O aborto pode ser entendido como: "... a interrupção da gravidez, com a consequente destruição do produto da concepção. Consiste na eliminação da vida intrauterina, a qual se dá no início da gravidez" (CAPEZ, 2020, p.184).

O Código Criminal de 1830 tratava sobre o aborto em seus artigos 199 e 200, expressa que:

> Art. 199. Occasionar aborto por qualquer meio empregado interior, ou exteriormente com consentimento da mulher pejada.Penas - de prisão com trabalho por um a cinco annos.Se este crime fôr commettido sem consentimento da mulher pejada.Penas - dobradas.Art. 200. Fornecer com conhecimento de causa drogas, ou quaesquer meios para produzir o aborto, ainda que este se não verifique.Penas - de prisão com trabalho por dous a seis annos.Se este crime fôr commettido por medico, boticario, cirurgião, ou praticante de taes artes.Penas – dobradas (BRASIL,1830).

Assim, percebe-se que a mulher poderia praticar o aborto em si mesma, que não sofreria nenhuma sanção legal. Já o Código Penal de 1890 trouxe a seguinte redação sobre o aborto:

> Art. 300. Provocar abôrto, haja ou não a expulsão do fructo da concepção:No primeiro caso: - pena de prisão cellular por dous a seis annos.No segundo caso: - pena de prisão cellular por seis mezes a um anno.§ 1º Si em consequencia do abôrto, ou dos meios empregados para provocal-o, seguir-se a morte da mulher:Pena - de prisão cellular de seis a vinte e quatro annos.§ 2º Si o abôrto for provocado por medico, ou parteira legalmente habilitada para o exercicio da medicina:Pena - a mesma precedentemente estabelecida, e a de privação do exercicio da profissão por tempo igual ao da condemnação.Art. 301. Provocar abôrto com annuencia e accordo da gestante:Pena - de prissão cellular por um a cinco annos.Paragrapho unico. Em igual pena incorrerá a gestante que conseguir abortar voluntariamente, empregado para esse fim os meios; e com reducção da terça parte, si o crime for commettido para occultar a deshonra propria.Art. 302. Si o medico, ou parteira, praticando o abôrto legal, ou abôrto necessario, para salvar a gestante de morte inevitavel, occasionar-lhe a morte por impericia ou negligencia:Pena - de prisão cellular por dous mezes a dous annos, e privação do exercicio da profisão por igual tempo ao da condemnação (BRASIL,1890).

Nesse código de 1890, houve a previsão da criminalização do chamado "auto-aborto". Tal instituto normativo foi seguido pelo Código Penal Brasileiro (CPB) de 1940, que tratou do tema em seus artigos 124 a 128, tipificando três diferentes modalidades da prática: o aborto provocado (aquele em que a gestante assume a responsabilidade do ato), o aborto sofrido (praticado por um terceiro sem o consentimento da gestante) e o aborto consentido (praticado por terceiro com o consentimento da gestante) (CAPEZ, 2020).

Atualmente, os casos em que o aborto é permitido no Brasil são os casos de fetos anencefálos e também os casos elencados no artigo 128 do CPB que são:

> Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico: Aborto necessário I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante; Aborto no caso de gravidez resultante de estupro II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal (BRASIL, 1940).

O aborto necessário ocorre quando a gestação é prejudicial à vida da gestante, tal modalidade não necessita de autorização judicial.

Nesse sentido, demonstra a doutrina:

> O legislador cuidou, assim, de criar um dispositivo específico para essa espécie de estado de necessidade, sem, contudo, exigir o requisito da atualidade do perigo, pois basta a constatação de que a gravidez trará risco futuro para a vida da gestante, que pode advir de causas várias, como, por exemplo, câncer uterino, tuberculose, anemia profunda, leucemia, diabetes. Observe-se que não se trata tão somente de risco para a saúde da gestante; ao médico caberá avaliar se a doença detectada acarretará ou não risco de vida para a mulher grávida. Ele, médico, deverá intervir após o parecer de dois outros colegas, devendo ser lavrada ata em três vias, sendo uma enviada ao Conselho Regional de Medicina e outra ao diretor clínico do nosocômio onde o aborto foi praticado. É dispensável a concordância da gestante ou do representante legal, podendo o médico intervir à revelia deles, até porque muitas vezes a mulher se encontra em estado de inconsciência e os familiares podem ser impelidos por motivos outros, como o interesse na sucessão hereditária, no momento de decidir sobre o sacrifício da vida da genitora ou do feto (CAPEZ, 2020, p.201)

É importante registrar que, no Brasil, o aborto decorrente de estupro (também chamado de "aborto sentimental") é regulamentado pela portaria nº 2.282, de 27 de agosto de 2020 do Ministério da Saúde, sendo composto por quatro fases: a primeira é o relato circunstanciado do evento, realizado pela própria gestante, perante dois profissionais da saúde; a segunda fase é a intervenção do médico responsável que emitirá parecer técnico após detalhada anamnese (exame físico geral, exame ginecológico, avaliação do laudo ultrassonográfico e dos demais exames complementares que se fizerem necessários); a terceira fase se verifica com a assinatura da gestante no termo de responsabilidade ou, se for incapaz, também de seu representante legal e a quarta fase e encerra com o termo de consentimento livre e esclarecido (BRASIL, 2020).

Além disso, existe outra modalidade de aborto juridicamente reconhecida no Brasil que não está tipificada no CPB: o chamado "aborto eugênico", uma modalidade que surgiu em decorrência da ADPF 54, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde-CNTS. Entende-se por aborto eugênico: "aquele realizado para impedir que a criança nasça com deformidade ou enfermidade incurável. Não é permitido pela nossa legislação e, por isso, configura o crime de aborto, uma vez que, mesmo não tendo forma perfeita, existe vida intrauterina, remanescendo o bem jurídico a ser tutelado penalmente" (CAPEZ, 2020, p.204).

A CRFB/88 prevê em seu artigo 226,§7º, o planejamento familiar no qual expressa que:

> A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas (BRASIL, 1988).

Como o planejamento familiar é pautado no princípio da dignidade da pessoa humana, resta ao Estado promover meios e condições para que isso aconteça por políticas públicas. Entende-se por planejamento familiar: "(...) como o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal" (BRASIL, 1996).

O planejamento familiar é regulamentado pela Lei nº 9263 de 1996, no qual o Estado deve fornecer métodos contraceptivos para a regulação da fecundidade, ensinando sobre saúde sexual e reprodutiva para todas as mulheres, especialmente as integrantes de grupos socialmente vulneráveis.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe que a mulher pode entregar o fruto da gravidez indesejada para a adoção. Em seu artigo 19-A, expressa que: "A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude" (BRASIL, 1996).

Vale ressaltar que, conforme dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), um total de 10.120 crianças efetivamente foram adotadas entre 2015 e 2020, totalizando 57% (5.762) das adoções foram registradas a partir do ano de 2018. De acordo com o relatório, do total de adoções realizadas, 5.204 (51%) foram de crianças de até 3 anos completos; 2.690 (27%) foram de crianças de 4 até 7 anos; 1.567 (15%) foram de crianças de 8 até 11 anos e 649 (6%) foram de adolescentes acima de 12 anos.

Percebe-se que quanto maior a idade das crianças ou adolescentes, menor é o interesse dos pais em adotarem, o que desconstitui o argumento falacioso de que basta a mulher que se encontra em uma gravidez não planejada entregar o filho ou filha para adoção, não sendo necessária a regulamentação do aborto por parte do Estado.

A seguir, serão traçadas algumas reflexões sobre a maternidade compulsória à luz dos modernos estudos de gênero, demonstrando como mulheres são obrigadas a fazerem escolhas nem sempre baseadas em sua vontade, fundadas em papéis sociais previamente determinados pelo patriarcado.

3. REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E MATERNIDADE COMPULSÓRIA

As interações sociais que os indivíduos passam ao longo da história, através da socialização, definem seus padrões de comportamento e de gênero. Ser homem ou ser mulher não é definido pelo seu órgão genital, uma vez que sexo é relacionado às diferenças biológicas, enquanto gênero é uma construção social. Logo: "[...] o gênero é culturalmente construído:

consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo" (BUTLER,2021, p.26).

Nos períodos da infância e adolescência, os papeis de gênero começam a ser impostos pela por instituições sociais, em especial a família e a igreja. Aos poucos, a vão se impondo padrões de comportamento como "meninos não choram" e "sente-se igual a uma moça"; o mesmo ocorre com as brincadeiras infantis, atribuindo carrinhos para os meninos e bonecas e utensílios de cozinha para as meninas, já para habitua-lás a estarem prontas para desempenhar essas tarefas no casamento. Assim: "O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos estabelecidos" (BUTLER, 2021, p.27).

Bourdieu (2020) define que o gênero é uma construção ao mesmo tempo prática e teórica que a sua produção como um corpo socialmente diferente do sexo oposto.

Para o sociólogo francês:

> A divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 2020, p.22).

Assim, "a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação" (BOURDIEU, 2020, p.24).

Logo:

> A ordem social funciona como uma imensa maquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada as mulheres (BOURDIEU, 2020, p.24).

O mundo social em que vivemos constrói os nossos corpos baseado em uma realidade sexuada, tomando como referência e tendo como norte os princípios de visão e de divisão sexualizantes (BOURDIEU, 2020). Para legitimar essa visão a sociedade utiliza-se do sexo biológico para impor um gênero à pessoa, e junto a isso vem toda uma carga de papéis sociais.

Portanto:

> A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão sexual do trabalho (BOURDIEU, 2020, p.26).

Assim:

> [...] a construção social dos órgãos sexuais registra e ratifica simbolicamente certas propriedades naturais indiscutíveis; ela contribui, assim-juntamente com outros mecanismos, dos quais o mais importante é sem dúvida, como vimos, a inserção de cada relação(cheio/vazio,por exemplo) em um sistema de relações homólogas e interconectadas-,para converter a arbitrariedade do nomos social em necessidade de natureza(BOURDIEU,2020,p.29).

Assim, o ser homem ou ser mulher sofre mudanças culturais, sociais e geograficamente, sendo necessária uma reflexão sobre as diferentes nuances de cada uma dessas construções sociais. A maternidade sempre foi atribuída como uma dádiva às mulheres e as que se recusam a ter filhos muitas vezes são transgressoras de uma suposta ordem natural.

É pertinente a crítica:

> O amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder determinada atitude maternal. [...] Essa concessão suscita várias questões: que é um instinto que se manifesta em umas e não em outras? Devemos considerar "anormais" todas as que o desconhecem?E que pensar de um comportamento patológico que atinge tantas mulheres de condições diferentes e dura há séculos? [...] Como o amor, se era natural e, portanto espontâneo, poderia voltar-se mais para um filho do que para outro? Por que, se as afinidades são eletivas, amaríamos mais o menino do que a menina, mais o primogênito do que o caçula? [...] E apesar das intenções liberais, vemos sempre como uma aberração, ou um escândalo, a mãe que não ama seu filho. Estamos prontos a tudo explicar e justificar de preferência a admitir o fato em sua brutalidade. No fundo de nós mesmos, repugna-nos pensar que o amor materno não é indefectível. Talvez porque nos recusemos a questionar o amor absoluto de nossa própria mãe (BADINTER, 1985 p. 19-21).

Mesmo com as mudanças nos arranjos familiares pelas quais a sociedade passou ao longo dos anos, as mulheres ainda são vistas e julgadas pela capacidade biologia de gerar filhos. A maternidade é tida como forma exclusiva, da mulher, no qual a mulher tem três caminhos a seguir: ser mãe, ser mulher, ser mulher e ser mãe (BADINTER, 2011).

Assim:

> É em função das necessidades e dos valores dominantes de uma dada sociedade que se determinam os papéis respectivos do pai, da mãe e do filho. Quando o farol ideológico ilumina apenas o homem pai e lhe dá todos os poderes, a mãe passa à sombra e sua condição se assemelha à da criança. Inversamente, quando a sociedade se interessa pela criança, por sua sobrevivência e educação, o foco é apontado para a mãe, que se torna a personagem essencial, em detrimento do pai. Em um ou outro caso, seu comportamento se modifica em relação ao filho e ao esposo. Segundo a sociedade valorize ou deprecie a maternidade, a mulher será, em maior ou menor medida, uma boa mãe (BADINTER, 1985, p. 25).

O papel de gênero desenvolvido em uma sociedade patriarcal acaba sobrecarregando as mulheres tanto com os afazeres domésticos quanto o cuidado com os filhos, alegando que seria algo natural do feminino o cuidado com as crianças.

Assim, a maternidade vem sendo um aspecto importante para a vida das mulheres, mas ao mesmo tempo sofre opressão e controle por parte do Estado (MIGUEL; BIROLI, 2014). Deste modo: "O direito ao aborto, especialmente, confronta a idealização da maternidade, que é um modo de representação de um papel compulsório como se fosse tendência natural do desejo comum de todas as mulheres" (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.123).

O acesso a recursos e informações que possibilitam a mulher de escolher quando tornar-se mãe é fundamental para que haja uma maior igualdade para com os homens, pois, as consequências de uma gravidez involuntária possuem impactos diferentes na vida de ambos (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Normalmente, são as mulheres que se dedicam mais aos cuidados com os filhos, até pela reprodução dos papéis sociais que institucionalmente vão se impondo. Conforme o levantamento realizado pela Associação Nacional dos Registradores Civis de Pessoas Naturais (Arpen Brasil), durante o primeiro semestre de 2020, foram registrados 1.280.514 nascimentos de brasileiros em Cartórios de Registro Civil. Desse total, 80.904 tem apenas o nome de suas mães nas certidões de nascimento.

Assim, percebe-se que existem muitas mães solos no Brasil, as quais exercem uma carga muito grande em tentar cumprir tanto o seu papel de mães quanto o de pais, muitas vezes responsáveis pelo dever de cuidado e sustento material de crianças e adolescentes, não contando com nenhum tipo de apoio para as obrigações financeiras desde a gestação.

Logo:

> Tematizou o corpo, a sexualidade e capacidade reprodutiva como domínios e aspectos da vida nos quais as relações de poder incidem diretamente. É porque têm sido historicamente, componentes fundamentais da opressão às mulheres que eles precisam ser reconstruídos de modo que correspondam ao exercício da sua liberdade. O direito ao aborto é um requisito para que isso de fato ocorra (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.130)

Tudo o que foi apresentado demonstra a necessidade de se repensar o tratamento jurídico atribuído ao aborto no país, visto que a maternidade compulsória representa mais uma forma de opressão das mulheres, limitando suas escolhas e obrigando-as a um encargo para o qual muitas vezes não estão preparadas e não contam com nenhum suporte.

4. ANÁLISE DOS PL QUE VERSAM SOBRE O ABORTO NO BRASIL EM 2020

No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Aborto de 2016 (PNA, 2016) 1 em cada 5 mulheres até 40 anos já realizou pelo menos, um aborto; no que tange à raça das mulheres que praticam aborto no Brasil: 9% são brancas, 15% pretas, 14% pardas, 13% amarelas e 24% são indígenas (PNA, 2016).

A prática do aborto é maior entre as mulheres das regiões Norte/Centro-Oeste e Nordeste (15% e 18%) do que nas regiões Sudeste e Sul (11% e 6%), em capitais (16%) do que em áreas não metropolitanas (11%), com escolaridade até quarta série/quinto ano (22%) do que com nível superior frequentado (11%), renda familiar total mais baixa (até 1 salário-mínimo – S.M., 16%) do que mais alta (mais de 5 S.M. 8%), quanto ao estado civil delas hoje separadas ou viúvas (23%) do que entre casadas ou em união estável (14%) e entre as que hoje têm filhos (15%) do que entre as que nunca tiveram (8%), enquanto na religião 13% são católicas e 10% são evangélicas (PNA,2016).

Entre as mulheres de classes mais abastardas que possuem mais renda, o índice de aborto é bem menor do que quando comparada as mulheres que recebem até um salário mínimo. Assim: "Como consequência, mulheres de todas as raças que têm privilégios de classe continuam a ter acesso a abortos seguros - continuam tendo o direito de escolher, enquanto as mulheres em desvantagem material sofrem" (HOOKS, 2019, p.53).

A forma mais comum de se realizar o aborto é com medicamentos, em 48% dos casos válidos, e o principal medicamento utilizado no Brasil é o Misoprostol, recomendado pela Organização Mundial da Saúde para a realização de abortos seguros; é importante ressaltar que cerca de metade das mulheres precisou ser internada para finalizar o aborto, totalizando 48% das mulheres internadas no último aborto (PNA, 2016).

Registra-se a reflexão:

> Uma multidão de mulheres pobres e da classe trabalhadora perde acesso ao aborto quando não há subsídio do governo disponível para direitos reprodutivos no sistema de saúde. Mulheres com privilégios de classe não se sentem ameaçadas quando abortos podem ser feitos somente quando se tem muito dinheiro, porque elas ainda podem fazê-lo (HOOKS, 2019, p.53-54).

Discussões em torno do aborto colocam em xeque a democracia e o próprio exercício da cidadania, já que, para além da discussão sobre o direito à vida, trata-se de um debate sobre o direito de autonomia sobre o próprio corpo. Vivemos sob uma democracia liberal e a propriedade de si mesmo é requisito indispensável para o exercício da cidadania e sua

criminalização resulta em uma desigualdade, submetendo as mulheres limitações sobre seus próprios corpos, limitações essas que os homens não sofrem (MIGUEL, 2012).

Não é necessário uma ideologia como o liberalismo para afirmar que o que ocorre no e ao corpo de um indivíduo deve ser fruto de uma decisão própria e consentida (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Logo, o Estado deveria apoiar tal prática por políticas públicas de combate a violência, com orientação sobre o respeito às decisões individuais e com atendimento adequado na área da saúde para tais mulheres (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Na Câmara dos Deputados em 2020, ao pesquisar pela palavra aborto foram encontradas 29 proposições de Projetos de Lei (PL) com a palavra, mas após um estudo sistemático deles, apenas, 24 versam sobre a temática. Logo abaixo analisaremos os que mais causam impactos sobre a questão do aborto.

O PL 1945/2020 de autoria da Chris Tonietto - PSL/RJ propõe a alteração no art. 127 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para que possa constar que:

> Art. 127 - A pena é aumentada: I - em um terço, no caso dos dois artigos anteriores se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e duplicada, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte"; II - em um terço até a metade, em qualquer das hipóteses dos três artigos anteriores, quando o aborto for cometido em razão da microcefalia ou qualquer outra anomalia ou malformação do feto (BRASIL, 2020).

Nota-se que tal projeto prevê uma forma de dificultar uma hipótese em que o aborto é permitido legalmente. Nesse sentindo a autora argumentou que:

> [...] a "permissão" do aborto no caso de microcefalia e outras anomalias e malformações revela uma mentalidade eugenista, que deseja "livrar" a sociedade dos considerados enfermos e incapazes. São, pelo contrário, os mais frágeis que devem receber especial proteção do Estado, razão pela qual a pena estipulada pelo Código Penal para a prática de aborto deve ser aumentada nos casos em que a criança morta no ventre materno for portadora de microcefalia (BRASIL, 2020).

A autora alegou em sua justificativa que o aborto é uma:

> Prática das mais contrárias à lei natural, o aborto fere de forma claríssima o código moral que todo homem traz inscrito em sua consciência, e que pertence ao patrimônio comum de todos os povos, religiões e culturas. O aborto é sempre um homicídio, ou pelo menos o risco que se corre cegamente de cometê-lo. E pior, trata-se de um crime cometido contra a vítima mais frágil que se pode imaginar: a do bebê no ventre de sua mãe! (BRASIL, 2020).

O PL 581/2020 de autoria da Chris Tonietto - PSL/RJ, pretende alterar o art. 109 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), no qual acrescenta §2º, que expressa que: "Os crimes dolosos contra a vida são insuscetíveis de prescrição" (BRASIL,2020).

A autora novamente propõe dificultar o acesso ao aborto legal, uma vez que em sua justificativa diz que:

> Nos casos referentes ao aborto, contudo, há grande dificuldade de justa aplicação das penas devidas, principalmente por conta da grande pressão político-ideológica (que já constitui uma força permanente, justificando a necessidade de apresentação desta proposição) que, através dos mais diversos recursos jurídicos, vem conseguindo, gradualmente e através da multiplicação de casos excepcionais em que não caberia punição, legalizar na prática o homicídio intrauterino (BRASIL,2020).

Na perspectiva da descriminalização, existe o PL 882/2015, do então deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ); tal projeto foi apensando ao PL 313/2007, que prevê a descriminalização do aborto. Em seu artigo 11, dispõe que: "Toda mulher tem o direito a decidir livremente pela interrupção voluntária de sua gravidez durante as primeiras doze semanas do processo gestacional" (BRASIL, 2015).

Percebe-se que existe uma disparidade na Câmara dos Deputados sobre PL que preveem a descriminalização do aborto em relação aos que criminalizam ou dificultam a prática.

Nota-se que o Estado pode utilizar de seu Poder Legislativo para criação de leis que visem suprimir os direitos sexuais e reprodutivos da mulher, resultando em uma violência simbólica sobre as mulheres. A violência simbólica pode ser entendida como: "[...] violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vitimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em ultima instância, dos sentimentos" (BOURDIEU, 2020, p.12).

Assim, o poder simbólico é a base para a construção da realidade social, e esse poder pode estabelecer e controlar as normas de comportamento na sociedade, e estabelecer valores e sistemas hierárquicos (BOURDIEU, 1989). É um poder que pode transformar a visão dos agentes sociais tem do mundo, podendo transformá-lo.

Assim, o poder simbólico tem a capacidade:

> [...] de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção[*sic*] sobre o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) e só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1989, p.14)

Nesse comportamento, ele é exercido com a cumplicidade do sujeito, enquanto o Estado exerce esse poder por meio do Poder Legislativo, que normalmente promulga leis e até regula a autonomia das pessoas, especialmente mulheres. Portanto: "É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido:

o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (BOURDIEU, 1989, p. 7-8).

Para o autor, os sistemas simbólicos ajudam na perpetuação e legitimação do poder simbólico.

Nestes termos:

> Os sistemas simbólicos são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam contribuindo assim para a submissão inconsciente dos dominados (BOURDIEU, 1989, p.11).

Para a ruptura desse poder simbólico, é necessário, segundo Bourdieu, "(...) a tomada de consciência do arbitrário", a descoberta da realidade objetiva e a desconstrução da crença inculcada entre os dominados (BOURDIEU, 1989, p. 15).

Portanto é de extrema importância a organização dos movimentos sociais e a consciência das mulheres para que elas possam promover a eleição de parlamentares dedicadas a causa de descriminalização do aborto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a lei proíba o aborto, ela não consegue impedir de fato sua ocorrência. Infelizmente, muitas mulheres acabam perdendo suas vidas durante a prática de abortos clandestinos, sem a menor observância das diretrizes médicas e sanitárias. Faz-se necessária uma cooperação entre sociedade civil e o governo para a formulação de políticas públicas eficazes de educação sexual, para que o aborto seja sempre a última via a ser buscada por mulheres desesperadas com uma gravidez não planejada. Destaca-se a importância, ainda, da luta coletiva feminista para divulgar amplamente a importância da legalização do aborto no Brasil e fornecer os meios necessários para essa prática de forma segura.

Este processo de descriminalização não é fácil e requer quebrar barreiras legais e religiosas, já que o progresso na agenda conservadora da Câmara dos Representantes pode prejudicar o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. O resultado da proibição é que muitas mulheres acabam procurando clínicas secretas para essa prática, o que costuma levar à morte.

Torna-se necessário, portanto, a sua descriminalização, pois as mulheres que se submetem a tal prática em sua grande maioria pertencem às classes populares, desprovidas de

recursos financeiros para levar adiante uma maternidade não desejada. Mesmo com a legalização, não há o propósito de incentivar as mulheres a abortarem mais; mesmo em países em que o aborto é permitido, em alguns casos o acesso é dificultado por constrangimento morais e pelo despreparo por parte de alguns profissionais da saúde.

REFERÊNCIAS

ARPEN. **Clipping – Estado de Minas - Mais de 80 mil crianças foram registradas sem o nome do pai em 2020**. Disponível em: http://www.arpenbrasil.org.br/noticia.php?id=10420. Acesso em: 03 jun.2021.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Recorde, 2011.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. —Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. *E-book*.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 18. ed. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil,2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Decreto Lei nº 2.848, de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 20 maio. 2021.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Codigo Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 20 maio. 2021.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. **Manda executar o Codigo Criminal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 20 maio. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 03 jun.2021.

BRASIL. **Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm. Acesso em: 03 jun.2021.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 22 maio. 2021.

BRASIL. PL 1945/2020. **Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para fins de inclusão de causa de aumento de pena em caso de aborto realizado em razão de microcefalia ou qualquer outra anomalia ou malformação do feto**.Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0k8wiiqqbule8j8k15oqi9g0g7690382.node0?codteor=1883005&filename=PL+1945/2020. Acesso em: 26 maio. 2021.

BRASIL. PL 581/2020**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de dispor sobre a imprescritibilidade dos crimes dolosos contra a vida**.Disponivel em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0pez6hc63emkh40xv498xl6277940514.node0?codteor=1864552&filename=PL+581/2020. Acesso em: 27 maio. 2021.

BRASIL. PL 882/2015. **Estabelece as políticas públicas no âmbito da saúde sexual e dos direitos reprodutivos e dá outras providências**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01hhjekjy8mrak15m6gcgmw9tr89765141.node0?codteor=1313158&filename=PL+882/2015Acesso em: 30 mai. 2021.

BRASIL. Portaria nº 2.282, de 27 de agosto de 2020. **Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS**.Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.282-de-27-de-agosto-de-2020-274644814. Acesso em: 21 maio. 2021.

BUTLER, Judite. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 21.ed.Rio de Janeiro:Civilização Brasileira,2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PROPOSTAS LEGISLATIVAS.** Disponível em: https://www.camara.leg.br/busca-portal?contextoBusca=BuscaProposicoes&pagina=1&order=relevancia&abaEspecifica=true&filtros=%5B%7B%22ano%22%3A%222020%22%7D%5D&q=aborto. Acesso em: 03 jun.2021.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal v 2 - parte especial arts. 121 a 212**. 20.ed. São Paulo: Editora Saraiva Jus, 2020. *E-Book*.

CNJ. **Dados consolidados apontam 10 mil adoções em cinco anos no Brasil**. Agência CNJ de Notícias. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/dados-consolidados-apontam-10-mil-adocoes-em-cinco-anos-no-brasil/. Acesso em: 03 jun.2021.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto**. Pesquisa nacional de aborto 2016**. Revista Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 653-660, fev. 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31828/1/ARTIGO_PesquisaNacionalAborto2016.pdf. Acesso em: 27 maio.2021.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução Bhuvi Libâno.8.ed.Rio de Janeiro:Rosa dos Tempos,2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Aborto e democracia. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 3, p. 657-672, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. 1. ed. São Paulo:Boitempo,2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. 1. ed. São Paulo:Boitempo,2014.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil: volume único**. 8. ed.São Paulo:Método,2018.

CAPÍTULO V

A "IDEOLOGIA DE GÊNERO" SOB DIFERENTES OLHARES: UM ESTUDO DA ESTRUTURA RETÓRICA DE ARTIGOS DE OPINIÃO SOBRE O TEMA

Fernando Suarez de Oliveira

RESUMO

Diante da discussão em torno da questão da "ideologia de gênero" no Brasil nos últimos anos, este trabalho trata da presença do tema sob diferentes pontos de vista em artigos de opinião. Tivemos, por objetivo, analisar a estrutura retórica de textos pertencentes a esse gênero, em diferentes perspectivas: uma em que os autores defendem o termo "ideologia de gênero" como uma tentativa de destruir a família e impor questões de gênero na escola, e outra cujos autores o veem como um conceito fabricado por grupos que possuem interesse em não se abordar essas questões na escola. Assim, nosso objeto de pesquisa são três artigos de opinião de cada grupo, coletados por meio de pesquisa no site Google pelas palavras-chave "ideologia de gênero". Esses textos foram, então, segmentados em unidades de informação, e foram analisadas as relações retóricas que emergiram da combinação entre elas, bem como o seu agrupamento em torno de tópicos discursivos. Foram observadas, então, as estratégias argumentativas de cada grupo. Partiu-se da hipótese de que, nos textos do primeiro grupo, emergiriam mais relações retóricas de apresentação, as quais têm como efeito uma tomada de atitude por parte do leitor (de mobilização contra as questões de gênero na escola), ao passo que os textos do segundo grupo deveriam apresentar mais relações de conteúdo, que levam o leitor a compreender as relações de sentido entre elementos do texto. Os resultados apontam para a confirmação dessa hipótese, uma vez que foi percebida a emergência, nos textos que endossam, de relações retóricas cujo efeito possivelmente almejado pelo autor foi o de levar o leitor a agir em relação à suposta "ideologia de gênero", seja motivando-o ou capacitando-o para essa ação. Por sua vez, percebeu-se que os textos que refutam o termo "ideologia de gênero" possuíam um caráter mais explicativo, revelado por relações retóricas cujo efeito seria de levar o leitor a uma percepção da relação entre porções de texto, construindo assim um entendimento sobre o assunto.

1. INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2010 e 2014, dentre os vários processos políticos ocorridos no Brasil durante o mandato do ex-presidente Lula, estendendo-se até o mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, correu, em diferentes instâncias do governo, a elaboração, a edição e a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), que está valendo para o decênio de 2014-2024. Segundo Rosado-Nunes (2015), o texto elaborado pelo então Ministro da Educação Fernando Haddad contemplava, por ação do relator, deputado Angelo Vanhoni (PT-SC), a proposta de se "estimular 'a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade

racial, regional, de gênero e de orientação sexual'" (p. 1241). Entretanto, emergiu desse processo uma discussão que girou em torno essencialmente do que se chamou de "ideologia de gênero". Em linhas gerais, entre afirmações diversas, foi levantado, especialmente por políticos conservadores e pertencentes à ala religiosa do governo, que a explicitação dos termos "gênero" e "orientação sexual" correspondia a uma prática da "ideologia de gênero", conceito ancorado na existência de um objetivo ideológico de se ensinar aos estudantes, em linhas gerais, a existência de inúmeros gêneros e a possibilidade de escolha do próprio gênero, como um ataque à instituição da família e aos valores conservadores religiosos.

Diante desse cenário, este trabalho se desenvolveu em torno dessa discussão, a partir de diferentes pontos de vista. Na medida em que se trata de um tema polêmico, o assunto foi abordado em inúmeros artigos de opinião ao redor do país, tendo pontos de vista que o endossam, ou seja, corroboram a noção anterior, e outros que, em contrapartida, o refutam, mostrando suas falácias e faltas de embasamento científico. Faz-se relevante, portanto, um estudo sob o ponto de vista dos estudos do texto que mostre como a argumentação é desenvolvida nesses dois grupos de texto, de modo a explicitar os possíveis efeitos almejados pelos seus autores e potencialmente abrir os horizontes para o entendimento desse conceito tão polêmico.

Este estudo, portanto, foi conduzido à luz da Teoria da Estrutura Retórica, elaborada por Mann e Thompson (1988), um quadro teórico que identifica a estrutura hierárquica de um texto, descrevendo as relações retóricas entre suas porções em termos funcionais, com o objetivo de analisar dois artigos de opinião, um que endossa o conceito de "ideologia de gênero" e outro que o refuta, identificando as relações retóricas que emergem entre as porções desses textos em níveis macroestruturais, de modo a perceber o possível efeito almejado pelos autores desses textos sobre o leitor, a partir do ponto de vista do analista.

2. OBJETIVO

O objetivo desta pesquisa, com base no que foi afirmado na seção anterior, foi identificar as relações retóricas que emergem da análise de dois artigos de opinião que têm como tema a "ideologia de gênero", um endossando o conceito e o outro refutando-o, analisando os efeitos produzidos por essas relações na visão do analista e avaliando como esses efeitos se relacionam com a percepção esse conceito.

3. A "IDEOLOGIA DE GÊNERO"

A relevância da inclusão das questões de gênero em planos educacionais no Brasil, como o Plano Nacional de Educação (PNE), perpassa aspectos bastante profundos, tanto da educação brasileira quanto da nossa sociedade como um todo, no que tange à (des)igualdade de gênero, à identidade de gênero e à identidade sexual. Entretanto, apesar de ter tido seu debate intensificado a partir do período entre 2010 e 2014, em que ocorreu a elaboração e a aprovação do PNE, trata-se de um assunto que tem corrido no cenário político brasileiro e mundial desde antes desse processo.

Miskolci (2018) indica a existência de evidências do desenvolvimento de uma reação contra o emprego do conceito de gênero em acordos internacionais relacionados aos direitos humanos, tendo como marco a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher em Pequim em 1995, a partir da qual foi cunhada a noção de "ideologia de gênero", representando a divergência entre o pensamento feminista e os interesses tanto de intelectuais laicos quanto de lideranças da Igreja Católica. Essa linha do tempo tem continuidade com a publicação, por parte da jornalista americana Dale O'Leary, do texto *The Gender Agenda* em 1996, no qual acusa a ONU de incluir a perspectiva de gênero nas políticas públicas, empregando o termo "ideologia feminista radical". Já em 1997, o então Papa Bento XVI alertou para o emprego do termo gênero como contraditório ao catolicismo, tratando-o como uma nova antropologia. Um dos marcos da intensificação das discussões sobre "ideologia de gênero" na América Latina, entretanto, é a Conferência Episcopal da Igreja Católica no Peru em 1998, cujo tema foi "A "ideologia de gênero": seus perigos e alcances". Ainda em relação à América Latina, o autor afirma que, posteriormente, os debates sobre gênero posteriormente tomaram fôlego nessa região, sendo marcados pelo reconhecimento legal das uniões entre pessoas do mesmo sexo na Argentina (2010) e no Brasil (2011), o que trouxe para o Vaticano preocupação com a crescente presença de demandas sobre sexualidade, principalmente relacionadas à homossexualidade, em acordos internacionais.

Em relação ao Brasil, Miguel (2016) aponta para o crescimento de um discurso contrário à defesa dos direitos humanos a partir da década de 2010, que viu sua ascensão após o fim da ditadura militar, pautada em um tripé formado pelo que chama de ideologia ultraliberal libertariana, pelo fundamentalismo religioso e pelo anticomunismo. O primeiro tem forte ligação com fundações privadas dos Estados Unidos, pregando "o menor Estado possível" (p. 592) e defendendo "qualquer situação que nasça de mecanismos de mercado [...], por mais desigual que pareça" (p. 592). O fundamentalismo religioso é visto principalmente diante do

crescimento das igrejas neopentecostais, sendo definido "pela percepção de que há verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate" (p. 592), tendo atividades contra o aborto e contra direitos de pessoas LGBTQIA+ por exemplo. Segundo o autor, sua atuação ocorre tanto dentro do Congresso Nacional, com referência à bancada evangélica, quanto fora dele, por meio de "pastores com forte atuação pública e forte presença nas redes sociais" (p. 592). Por fim, o anticomunismo tem relação com o bolivarianismo de Hugo Chávez (falecido presidente venezuelano) e teria como seu representante principal o Partido dos Trabalhadores (PT). Por isso, tem-se associado um anticomunismo a um antipetismo.

A "ideologia de gênero" se disseminou no Brasil principalmente com o Movimento Escola sem Partido (MESP). Trata-se de um movimento inicialmente ligado à questão do anticomunismo, nascido da busca pelo impedimento de doutrinações ideológicas nas escolas por parte dos professores, criado por estudantes e pais preocupados com a questão e que foi abraçado pela ala conservadora da política brasileira. Assim, inicialmente ligado à política, o MESP avança no debate público ao incorporar as discussões sobre "ideologia de gênero". Segundo Miguel (2016), o "receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas públicas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores" (p. 595-596), que viram no MESP um espaço político relevante onde se poderia incorporar o discurso contra o feminismo e contra a discussão de pautas relacionadas a pessoas LGBTQIA+, que na visão do autor, se tornou uma ameaça à influência da Igreja, nesse caso, Católica. A partir disso, parte-se para uma distorção dos estudos relacionados ao tema, de modo a deslegitimar um importante campo de pesquisa.

Ao alcunhar, portanto, esses estudos e essa intenção de inclusão do tema na educação brasileira de "ideologia de gênero", políticos conservadores e / ou religiosos passaram a alertar, segundo Borges e Borges (2018), para o perigo dessa "ideologia" nas escolas em meio às discussões sobre os planos de educação. Assim, esses "grupos espalharam muitos vídeos pela internet, por páginas em redes sociais e *blogs*, divulgando informações deturpadas e alarmistas sobre a inclusão das questões de gênero e sexualidade nos planos de educação" (p. 8). De maneira geral, o conteúdo desses materiais gira em torno da ameaça à família, da imposição, para as crianças, de visões liberais quanto à sexualidade, da invalidação do sexo biológico e da existência de múltiplos gêneros, não existindo apenas homem e mulher.

O professor universitário argentino Jorge Scala, em seu livro *"ideologia de gênero": O neototalitarismo e morte da família* (2011), define a "teoria" de "*gênero*" (aspas e grifos do autor) como uma ideologia, empregando a palavra a partir do seu significado classificado como pejorativo pelo dicionário Michaellis (IDEOLOGIA): "Conjunto de concepções abstratas que

constituem mera análise ou discussão sem fundamento de ideias distorcidas da realidade". Assim, o autor afirma que se trata de uma manipulação da linguagem, com objetivos de uma lavagem cerebral, que segue uma estratégia composta por três etapas:

> a) A primeira consiste em utilizar uma palavra da linguagem comum, mudando-lhe o conteúdo de forma sub-reptícia; b) depois a opinião pública é bombardeada através dos meios de educação formais (a escola) e informais (os meios de comunicação de massa). Aqui é utilizado o velho vocábulo, voltando-se, porém, progressivamente ao novo significado; e c) as pessoas finalmente aceitam o termo antigo com o novo conteúdo. (SCALA, 2011, p. 13)

Assim, a "ideologia de gênero" teria como aporte o emprego de termos como "opção sexual", "igualdade sexual", "direitos sexuais e reprodutivos", "patriarcado", "sexismo", "casamento homossexual", entre muitos outros citados pelo autor, como uma nova linguagem com função de causar confusão na mente das pessoas. O processo dessa ideologia se dá, então, por meio de uma ressignificação do sexo biológico, de forma que "toda pessoa poderia **construir livremente** seu sexo psicológico ou *gênero*" (p. 14, grifos do autor). A partir dessa ressignificação, cada pessoa definiria por conta própria o que é ser homem ou mulher e, a partir disso, pode escolher ser homem ou mulher, decisão essa que pode mudar quantas vezes quiser. Isso é chamado de opção sexual. Para ele, trata-se da ilusão de uma autonomia sexual por parte das pessoas, orquestrada por aqueles que detêm o poder, que são os que na verdade definem como os outros, que não carecem de poder, deverão exercer sua sexualidade. Além disso, de acordo com o autor, o casamento é apenas mais uma opção, que teria "o mesmo valor que a coabitação sem compromissos, as relações ocasionais, a prostituição, a homossexualidade, a pederastia, o bestialismo etc. Cada qual escolheria livremente o que deseja e o que gosta" (p. 15). Por fim, é feito o seguinte apontamento sobre a "ideologia de gênero":

> A "ideologia de gênero", por ser falsa e antinatural, em última análise, não convence e só pode ser implantada de forma totalitária. Trata-se, em definitiva, da tentativa de impor uma nova antropologia, que é a origem de uma nova cosmologia e que provoca uma mudança total nas pautas morais da sociedade. (SCALA, 2011, p. 18, grifos do autor)

Nascimento (2015) avalia que a defesa da "ideologia de gênero", como feita por Scala (2011), corresponde a uma defesa do que se considera pelos conservadores brasileiros da "família tradicional", relacionada à definição de entidade familiar indicada pelo deputado Anderson Ferreira, em seu projeto de lei relacionado ao Estatuto da Família: "núcleo social formado a partir da união entre 'um homem e uma mulher', por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes" (BRASIL, 2013). Ao mesmo tempo, a defesa dessa "família tradicional" é uma das formas de

“manutenção do fundamentalismo cristão e dos discursos que o constituem como tal”, de modo a “interditar e normalizar nossas sexualidades” (NASCIMENTO, 2015, p. 91). Daí percebe-se a importância para esse grupo, conforme apontado por Miguel (2016), de transferir uma discussão que concerne à moral, e uma moral a ele intrínseca, para a esfera política.

Todo o debate em torno da “ideologia de gênero” tem levado o assunto a várias esferas da sociedade: desde postagens em redes sociais e vídeos a declarações oficiais do governo. Este último mantém tentativas de combater a ideologia nas escolas, por meio de projetos de lei como o PL n.º 10.577 de 2018 (BRASIL, 2018), que busca proibir a disseminação da “ideologia de gênero” nas escolas do Brasil, bem como de contatos com partidos de extrema-direita internacionais para discutir estratégias de imposição do ultraconservadorismo no Brasil, com foco na “ideologia de gênero” (CHADE; TREVISAN, 2021). Além disso, o assunto se mantém em artigos de opinião, que são o objeto de estudo deste trabalho, que tanto endossam o conceito de “ideologia de gênero” conforme Scala (2011), quanto o refutam, revelando o seu conteúdo falacioso.

4. A TEORIA DA ESTRUTURA RETÓRICA

Este trabalho foi desenvolvido à luz de um quadro teórico que trabalha a hierarquia textual e as relações retóricas emergentes entre porções de texto. Trata-se da Teoria da Estrutura Retórica (RST), desenvolvida por Mann e Thompson (1988) e definida como um modelo de análise textual que possui como base a descrição das relações entre partes de um texto, permitindo a identificação tanto do ponto de transição entre essas porções quanto da sua extensão. O texto de Mann e Thompson (1988), baseado nos textos de 1983 e 1987, fornece as bases para essa teoria, trazendo os principais conceitos e os principais contextos em que a RST já havia sido e pode ser empregada.

As relações de que trata a RST são chamadas de relações retóricas, também denominadas proposições relacionais, que emergem da estrutura do texto e do seu processo de interpretação. São relações de sentido, e não de forma: trata-se do significado produzido pela combinação entre duas porções de texto. Elas aparecem, dessa forma, ao longo de todo o texto, desde entre porções menores (orações) até porções maiores (ANTONIO, 2017); por isso, a RST explica a hierarquia de um texto. Segundo Antonio (2017), as relações estudadas na RST podem ser de dois tipos: núcleo-satélite (mononucleares) ou multinucleares. No primeiro caso, “uma porção do texto (satélite) é ancilar da outra (núcleo)” (p. 82), ao passo que, no segundo, cada porção constitui um núcleo distinto. Define-se como núcleo a porção que é mais conectada com

os propósitos do autor, de modo que ela ocupa uma posição mais central no texto; por sua vez, o satélite é uma porção que dá suporte ao núcleo, auxiliando o autor a alcançar determinado objetivo semântico ou pragmático. Essas relações são definidas em função de quatro elementos principais: restrições sobre o núcleo, restrições sobre o satélite, restrições sobre a combinação entre núcleo e satélite e o efeito. Trata-se dos elementos os quais devem ser julgados pelo analista ao se identificar a relação entre duas porções de texto, julgamentos estes com base em argumentos de plausibilidade (MANN; THOMPSON, 1988). Um exemplo de relação retórica é o seguinte:

Quadro 1: Definição da relação de Fundo

RESTRIÇÕES SOBRE S OU N, INDIVIDUALMENTE	RESTRIÇÕES SOBRE S E N	EFEITO
Em N: L não compreende integralmente N antes de ler o texto de S	S aumenta a capacidade de L compreender um elemento em N	A capacidade de L para compreender N aumenta

Fonte: Disponível em: < http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>. Acesso em: 27 jun. 2021.

O quadro anterior apresenta a definição da relação de Fundo. Assim, para que o analista defina que uma relação entre duas porções é de Fundo, é necessário que ele identifique 1) que o núcleo da relação pode não ser compreendido integralmente pelo leitor antes de ler o satélite; 2) que o satélite pode aumentar a capacidade do leitor de compreender o conteúdo do núcleo; 3) que o autor possivelmente teve a intenção de que, com a leitura do satélite, o leitor se tornou mais capaz de compreender o núcleo. Percebe-se, assim, que se trata de uma série de interpretações feitas pelo analista para que ele defina o tipo de relação entre duas porções. Nesse ponto, entra em jogo a plausibilidade, pois o analista não faz seus julgamentos meramente como uma interpretação subjetiva. Ele se baseia em fatos, tanto do próprio texto quanto extraverbais (situação social, local onde o texto está alocado, contexto sociocultural, entre outros) para identificar uma relação.

Além de serem de sentido, conforme afirmado no parágrafo anterior, as relações retóricas possuem também um aspecto pragmático, na medida em que as porções de um texto apresentam também funções umas em relação às outras (TABOADA; MANN, 2006). Essas funções compuseram, preliminarmente, uma taxonomia por parte de Mann e Thompson (1988), que dividia as relações entre relações de apresentação (*presentational relations*) e de

conteúdo (*subject matter relations*). As relações retóricas do primeiro tipo são aquelas cujo efeito buscado é o de aumentar certa inclinação no leitor, ou seja, fazer com que ele se sinta inclinado a executar uma ação, a crer ou a aceitar em algo, por exemplo. Por sua vez, as do segundo tipo são relações que têm por efeito o reconhecimento da relação em questão, ou seja, que o leitor perceba o sentido que está sendo estabelecido entre as porções do texto. Essa proposta é sustentada pelos estudiosos da RST atualmente, porém com uma pequena diferenciação. Anteriormente, o grupo das relações de conteúdo incluía as relações multinucleares. Atualmente, fica proposto que essas relações compõem um grupo à parte. Dessa forma, as relações retóricas se classificam entre relações de apresentação, relações de conteúdo e relações multinucleares (MANN; TABOADA, 2021[2005]).

A relação apresentada no QUADRO 1 corresponde a uma relação de apresentação. Nela, o efeito possivelmente almejado pelo autor tem caráter pragmático, uma vez que o aumento da capacidade de compreender o núcleo corresponde a uma atitude por parte do leitor. Por sua vez, o quadro a seguir apresenta uma relação de conteúdo:

Quadro 2: Definição da relação de Solução

Restrições sobre S ou N, individualmente	Restrições sobre S e N	Efeito
Em S: S apresenta um problema	N constitui uma solução para o problema apresentado em S	L reconhece N como uma solução para o problema apresentado em S

Fonte: Disponível em: < http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>. Acesso em: 27 jun. 2021.

Nessa definição para a relação de Solução, o autor do texto tem possivelmente o objetivo de que o leitor perceba que o núcleo apresenta a solução para um problema. Trata-se, assim, de uma questão de significado, não sendo esse um caso em que o leitor toma alguma atitude, mas apenas que reconheça esse significado. A função dessa relação, portanto, é semântica.

À luz do que foi dito até então, a RST corresponde a uma teoria de análise do texto e da sua hierarquia. A partir de pressupostos funcionalistas, ela permite perceber a organização retórica de qualquer texto, pertencente a qualquer gênero, servindo a um número de estudos, como os de coerência e interpretação textual. Além disso, trata-se de uma teoria que contém um componente visual com significativa empregabilidade do ponto de vista analítico, pois se trata de uma ferramenta que permite a visualização global da organização do texto.

5. METODOLOGIA

Diante dos objetivos estabelecidos para este trabalho, a pesquisa realizada foi do tipo descritiva, nos termos de Leite (2008), visto que essa modalidade é utilizada "para descrever e explicar determinados fenômenos socioeconômicos, político-administrativos, contábeis e psicossociais, matemático-estatísticos e técnico-linguísticos" (p. 52). Mais especificamente, trata-se de uma pesquisa documental, empregada na descrição de fatos ocorridos, usos e costumes de povos, grupos e indivíduos e na apresentação do que foi descrito em documentos literários, científicos ou culturais.

Foram selecionados, para isso, dois artigos de opinião a respeito do tema "ideologia de gênero", um que endossa o conceito conforme estabelecido por autores como Scala (2011) e outro que o refuta. Essa seleção seguiu, de acordo com Leite (2008), uma amostragem não probabilística, a qual depende do julgamento do pesquisador, visto que não é objetivo deste trabalho a obtenção de dados que reflitam precisamente a população. A amostragem foi ainda do tipo intencional ou por julgamento, havendo um julgamento ou estratégia adequada para a coleta de amostras. Assim, foi feita uma pesquisa no site de pesquisas Google pelo termo "ideologia de gênero", a partir da qual foram investigados sites que traziam textos de diferentes gêneros textuais a respeito do tema. Diante disso, foram selecionados os artigos "Por que a BNCC deve preocupar as famílias brasileiras?", da autora Angélica Favretto (2017), ancorado no site da comunidade Canção Nova, como o que endossa o conceito de "ideologia de gênero" (denominado TEXTO 1), e "ideologia de gênero", de Dráuzio Varella (2019), postado na sua coluna no site UOL, como o que refuta o conceito (denominado TEXTO 2).

Inicialmente, foi feita uma leitura superficial dos textos, a fim de obter impressões iniciais sobre os objetos e perceber, de maneira geral, a emergência de significados e relações entre os elementos de cada texto. Então, partiu-se para a análise de cada texto em detalhe. Primeiramente, foi feita a segmentação desses textos, cuja unidade de informação tomada como base foi o parágrafo. No caso do TEXTO 1, por ser dividido em seções, os subtítulos dessas seções também foram considerados unidades de informação. Diante dessa segmentação, foram analisadas e identificadas as relações retóricas emergentes entre essas porções, conforme nomenclatura definida por Mann e Thompson (1988), bem como outros trabalhos que identificaram a existência de outras relações retóricas, como Carlson e Marcu (2001) e Antonio (2017). A partir dessa estrutura, as relações retóricas encontradas foram avaliadas com base no panorama da "ideologia de gênero", percebendo-se a influência dessas relações retóricas na percepção desse conceito.

6. ANÁLISE

O TEXTO 1, “Por que a BNCC devia preocupar as famílias brasileiras?”, de autoria de Angélica Favretto, localiza-se no site Canção Nova, sem data de publicação. Entretanto, ao final do texto, após a indicação de um vídeo produzido pela Rede Nacional de Defesa dos Direitos da Família, consta que o artigo foi publicado originalmente no site Sempre Família, que pertence ao jornal Gazeta do Povo, no dia 31 de outubro de 2017. Na página do texto, não há referências a quem é a autora, porém, em pesquisa no próprio site do Sempre Família, encontra-se a seguinte descrição sobre ela:

> Editora responsável pelo Sempre Família. Jornalista formada pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) com especialização em Marketing pela FAE Centro Universitário. Teve uma passagem pela Gazeta do Povo entre 2011 e 2012, quando trabalhou na campanha Paz Tem Voz, e voltou ao jornal em 2016 como repórter do Sempre Família. (FAVRETTO, 2017)

Percebe-se, a partir da descrição indicada no site, que se trata de uma articulista autorizada devido à sua formação e ao seu trabalho como jornalista, o que também lhe garante uma posição de valor, cuja opinião é endossada e validada pela instituição que representa. A posição social do articulista, segundo Cunha, 2012, é um elemento central para a composição e para a validade do artigo de opinião. A autora, portanto, expõe seu ponto de vista sobre um tema polêmico, a saber, a composição da BNCC, documento federal que, à época da publicação do artigo, estava em vistas de ser homologado contendo trechos relacionados ao desenvolvimento de questões de gênero e orientação sexual nas escolas.

A partir da análise da estrutura retórica do texto, foi percebida a emergência de relações tanto de apresentação, pelas quais o autor almeja uma tomada de atitude por parte do leitor, quanto de conteúdo, pelas quais o leitor reconhece a relação semântica entre as porções do texto. O texto apresentou, mais especificamente, as seguintes relações:

Relações de apresentação: Preparação, Motivação, Fundo, Capacitação, Evidência e Justificativa;

Relações de conteúdo: *Otherwise*, Elaboração e Atribuição;

Relações multinucleares: Analogia, Sequência e Lista.

Foi observado, portanto, um maior número de relações de apresentação, que possuem função pragmática na hierarquia do texto. Dentre essas relações, destacam-se as relações de Fundo, Capacitação e Motivação. A relação de Fundo possui a definição apresentada no QUADRO 1, ao passo que as outras duas são definidas a seguir:

Quadro 3: Definição das relações de Fundo, Capacitação e Motivação

RELAÇÃO	RESTRIÇÕES SOBRE S OU N, INDIVIDUALMENTE	RESTRIÇÕES SOBRE S E N	EFEITO
Capacitação	Em N: N apresenta uma ação do leitor não realizada.	A compreensão de S pelo leitor aumenta sua habilidade para realizar a ação em N.	A habilidade do leitor para realizar a ação em N aumenta.
Motivação	Em N: N é uma ação em que L é o ator (incluindo a aceitação de uma oferta), não realizada face ao contexto de N.	A compreensão de S aumenta a vontade de L para executar a ação em N.	A vontade de L para executar a ação em N aumenta.

Fonte: PARDO, 2005; Disponível em: < http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>. Acesso em: 27 jun. 2021.

A emergência de um maior número de relações de apresentação pode ser interpretada como um maior desejo de que o leitor do texto tome atitudes em relação ao tema do artigo. Tendo em vista que se trata da "ideologia de gênero", um dos aspectos marcantes desse assunto por parte das pessoas que endossam esse conceito, conforme Borges e Borges (2018), é o estabelecimento de um pânico moral em relação às questões de gênero e sexualidade:

> Com esse argumento, grupos religiosos e atores políticos religiosos divulgaram crenças em torno da ameaça de um incentivo à homossexualidade, uma livre escolha sobre o gênero, a destruição da família tradicional e dos conceitos de homem e mulher, ressaltando-se, a partir dessas concepções, um recorrente estado de pânico moral e constantes mobilizações sobre a presença das questões de gênero e sexualidade nos planos de educação. (BORGES; BORGES, 2018, p. 4)

O satélite da relação de Fundo é composto por dados relacionados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que, ancorados por dados apresentados pelo pedagogo Felipe Nery (presidente da Rede Nacional de Direitos e Defesa da Família) segundo o artigo, apesar de sem outra forma de comprovação, têm a função de trazer ao leitor maior confiabilidade ao que será lido em seguida. Por sua vez, a relação de Capacitação traz, em seu satélite, uma porção de texto que apresenta ao leitor uma forma de se mobilizar contra a inclusão das questões de gênero no BNCC:

> Para pressionar o governo federal a não homologar o documento tal como está, uma petição online foi lançada pelo site CitizenGo, incentivando a população a manifestar-se contra a "ideologia de gênero" nas escolas.
>
> Em 2014, numa disputa semelhante, a pressão popular prevaleceu quando o Ministério da Educação (MEC) tentou manipular a decisão de 2014 do Congresso, que retirou do Plano Nacional de Educação (PNE) as menções à ideologia. Naquele ano, foram enviados aos 6 mil municípios brasileiros que estavam votando seus planos, um documento que apontava a "ideologia de gênero", como uma diretriz educativa.

> No entanto, grupos contrários se reuniram em suas cidades, na frente das Câmaras Municipais e, mobilizados, conseguiram que as propostas não fossem aprovadas. Em quase sua totalidade, os municípios não incluíram o gênero como meta dos sistemas estaduais e municipais de educação.
>
> Em entrevista ao Sempre Família, Nery reforça que, assim como ocorreu em 2014, é preciso um maior envolvimento da população para que a BNCC não seja homologada. Por mexer com a educação dos filhos, ele avalia como essencial que pais estejam em contato com os deputados federais, seja por e-mail ou telefone, pressionando para que eles estejam atentos ao conteúdo trazido pela proposta.
>
> "Parece algo inalcançável, mas não é. Quando o PNE foi votado, houve manifestação popular e o Congresso foi sensível ao povo dizendo não às menções de gênero no documento. É possível sim", comenta. (FAVRETTO, 2017)

Percebe-se, pelo trecho citado, que a autora estimula o leitor a se mobilizar contra a questão da "ideologia de gênero". Mesmo sendo o objetivo central do artigo de opinião a explicitação da opinião do autor em torno de um tema polêmico e da argumentação em torno dessa opinião, percebe-se um segundo objetivo comunicativo nesse texto, que é o de levar o leitor a agir. Emerge ainda, dentro desse trecho, a relação de Motivação. A autora revela que, em 2014, a mobilização popular conquistou a retirada das questões de gênero do Plano Nacional de Educação. Conforme indicado pelo QUADRO 3, o efeito da relação de Motivação é o possível aumento da vontade do leitor de executar a ação contida no núcleo, o que é percebido pelo conteúdo do texto.

O TEXTO 2, intitulado apenas "ideologia de gênero", foi elaborado por Dráuzio Varella, um conhecido médico cancerologista brasileiro, formado na Universidade de São Paulo, tendo sido um dos pioneiros no tratamento contra a AIDS e trabalhado, posteriormente, com campanhas de esclarecimento em relação à doença em rádios, bem como com séries para a TV sobre o corpo humano e questões relacionadas à saúde humana. Da mesma forma que a autora do TEXTO 1, possui sua opinião reconhecida e validada, tendo, inclusive, sua própria coluna no site UOL, onde está publicado o texto analisado.

A análise do texto permitiu identificar a emergência das relações retóricas a seguir:

Relações de apresentação: Preparação, Antítese, Fundo e Argumentativa;

Relações de conteúdo: Atribuição, Circunstância, Elaboração, Parentética, Consequência, Pergunta-Resposta, Comentário e Conclusão.

Relações multinucleares: Lista.

O texto analisado apresenta, portanto, um número elevado de relações de conteúdo, com as quais o autor possivelmente pretende que o leitor perceba as relações semânticas entre as porções de texto. É possível avaliar, assim, que se trata de um texto de caráter mais educativo que motivador. A opinião do autor consta no seguinte trecho: ""ideologia de gênero" é um termo

inventado por preconceituosos que não aceitam a diversidade do comportamento sexual humano" (VARELLA, 2019), a qual é elaborada pelo autor ao longo de todo o texto. A relação de Elaboração tem como efeito o reconhecimento, por parte do leitor, de que o satélite proporciona informações adicionais ao núcleo (TABOADA; MANN, 2005[2021]). Assim, percebe-se que, se comparado ao TEXTO 1, o autor tem mais o objetivo de detalhar a sua opinião do que de motivar o leitor a executar alguma ação em torno da "ideologia de gênero".

O caráter mais educativo do texto de Dráuzio Varella pode ser percebido pelo desenvolvimento da sua argumentação em torno do seguinte questionamento:

> Como deveríamos, então, definir o sexo de cada indivíduo? Pelo binário dos cromossomos XX e XY? Pelos genes, pelos hormônios ou pela anatomia genital? O que fazer quando essas características se contrapõem?
>
> Segundo Eric Vilain, diretor do Centro de Biologia Baseada em Gênero, na Universidade da Califórnia: "Na falta de parâmetros biológicos, se você quiser saber o sexo de uma pessoa, o melhor é perguntar para ela. (VARELLA, 2019)

Para chegar a esse ponto, foi identificada uma relação de Fundo, cujo satélite traz informações de caráter científico a respeito do desenvolvimento embrionário humano e de como se dá a combinação entre os cromossomos X e Y durante esse desenvolvimento, de modo a tornar o leitor mais inclinado a confiar na informação a ser veiculada pelo núcleo. Além disso, antes desse satélite, há uma relação de Preparação, em cujo satélite o autor deixa claro que não serão levadas em conta questões culturais ou comportamentais, mas biológicas. Assim, conforme Taboada e Mann (2005[2021]), o leitor deve estar "mais preparado, interessado ou orientado para ler N [o núcleo]".

Por outro lado, após a sua opinião, o autor tece comentários a respeito dessa informação, por meio de duas relações de Comentário, a qual, segundo Carlson e Marcu (2001), tem como efeito o reconhecimento de uma observação subjetiva do autor a respeito do assunto. Nesse comentário, o autor destaca o quanto as informações apresentadas pelo seu texto passam longe da população, de modo que as pessoas ficam à mercê da repetição de opiniões sem fundamentação científica e que acabam apenas por reforçar o preconceito.

7. CONCLUSÃO

A análise dos textos à luz da Teoria da Estrutura Retórica permitiu perceber as relações pragmáticas e de sentido que emergem da leitura dos textos analisados. Assim, foram identificados os possíveis efeitos que o texto tem sobre o leitor, ancorados pelos critérios de plausibilidade aplicados pelo analista.

O TEXTO 1, artigo de opinião que endossa o conceito de "ideologia de gênero" como redefinição das definições de homem e mulher, abertura para a possibilidade de escolha e mudança de gênero e desejo de imposição desses fatos na educação escolar de crianças e adolescentes, entre outros, revelou-se mais inclinado à mobilização do leitor para que ele tome atitudes em relação a esse conceito. Ao estabelecer relações retóricas de apresentação, como Fundo, Capacitação e Motivação, auxiliou no estabelecimento de um estado de pânico moral em relação à inclusão das questões de gênero na educação, trazendo informações alarmantes e, ao mesmo tempo, não comprováveis, bem como instrumentalizando o leitor para a manifestação contra esse processo. Por sua vez, o TEXTO 2, que refuta o conceito, traz um caráter mais educativo, buscando tecer uma argumentação que traz informações científicas que elaboram a opinião de que a "ideologia de gênero" é um conceito inventado por pessoas que não se aprofundam no entendimento da diversidade do comportamento sexual humano. Por meio de relações de conteúdo, como a de Elaboração, mostra as relações de significado entre as informações transmitidas, não almejando majoritariamente uma atitude do leitor.

Esta análise faz parte de uma tese de Doutorado, que analisou ainda mais quatro textos, dois que endossam e dois que refutam, de modo a perceber melhor a persistência dos fenômenos observados nos textos analisados neste artigo. Assim, esta é uma análise que revela, de forma preliminar, os movimentos retóricos de cada texto, os quais, associados ao panorama da "ideologia de gênero" no Brasil e no mundo, permitem lançar luz sobre as motivações por parte daqueles que pregam a existência do tema por trás da inclusão das questões de gênero nos debates educacionais.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, J. D. Mecanismos utilizados pelos destinatários do discurso para identificação de relações de coerência não sinalizadas por conectores. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 1, n. 33, p. 79-108, 2017.

BORGES, R. O.; BORGES, Z. N. Pânico moral e "ideologia de gênero" articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6.583, de 2013. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005. Acesso em: 27 jun. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 10.577, de 2018. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para proibir a disseminação da "ideologia de gênero" nas escolas do Brasil.

Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2181575>. Acesso em: 27 jun. 2021.

CARLSON, L.; MARCU, D. *Discourse Tagging Reference Manual*. Seattle: ISI Technical Report. ISITR-545, 2001.

CHADE, J.; TREVISAN, M. C. Governo usa "família" para combater o que chama de "ideologia de gênero". *UOL*, São Paulo, 2021. Disponível em: < https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/04/17/governo-usa-familia-para-impor-politicas-contra-ideologia-de-genero.htm>. Acesso em: 27 jun. 2021.

CUNHA, G. X. A articulação discursiva do gênero artigo de opinião à luz de um modelo modular de análise do discurso. *Filologia e linguística portuguesa*, São Paulo, v. 1, n. 14, p. 73-97, 2012.

FAVRETTO, A. Por que a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) devia preocupar as famílias brasileiras? *Gazeta do Povo*, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://www.semprefamilia.com.br/educacao-dos-filhos/por-que-a-base-nacional-curricular-comum-bncc-devia-preocupar-as-familias-brasileiras/>. Acesso em: 27 set. 2020.

IDEOLOGIA. In: DICIONÁRIO Michaellis. Disponível em: < https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 27 jun. 2021.

LEITE, F. T. *Metodologia Científica*: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. *Relational propositions in discourse*. Marina del Rey: Information Sciences Institute, 1983. 34 p. Relatório.

_____. *Rhetorical Structure Theory:* A Theory of Text Organization. Marina del Rey: Information Sciences Institute, 1987. 92 p. Relatório.

_____. Rhetorical Structure Theory: toward a functional theory of text organization. *Text*, v. 8, n. 3, p. 243-281, 1988.

MIGUEL, L. F. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" - Escola sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à "ideologia de gênero". *Cardenos Pagu*, Campinas, v. 53, 2018.

NASCIMENTO, L. Qual "ideologia de gênero"? A emergência de uma teoria religiosa fundamentalista e seus impactos na democracia. *Albuquerque – Revista de História*, Aquidauana, v. 7, n. 13, p. 85-100, 2015.

PARDO, T. A. S. *Métodos para análise discursiva automática*. 2005 (211 f.) Tese (Doutorado em Ciências – Ciências de Computação e Matemática Computacional) – Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.

Rethorical Structure Theory. Desenvolvido por William C. Mann e Maitê Taboada, 2021[2005]. Apresenta os fundamentos da Teoria da Estrutura Retórica. Disponível em: < http://www.sfu.ca/rst/index.html>. Acesso em: 27 jun. 2021.

ROSADO-NUNES, M. J. F. A "ideologia de gênero" na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, 2015. p. 1237-1260.

SCALA, J. *"ideologia de gênero":* o neototalitarismo e a morte da família. Anápolis: Katechesis, 2011.

TABOADA, M.; MANN, W.C. Rhetorical structure theory: looking back and moving ahead. *Discourse studies*, v. 8, n. 3, p.423-459, 2006. Disponível em: <http://dis.sagepub.com/cgi/content/abstract/8/3/423>. Acesso em: 20 mai 2021.

VARELLA, D. "ideologia de gênero" – Artigo. *Drauzio*, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/drauzio/artigos/ideologia-de-genero-artigo/>. Acesso em: 27 jun. 2021.

CAPÍTULO VI

AS PERCEPÇÕES DE CASAIS HOMOAFETIVOS SOBRE AS RELAÇÕES COM AS ESCOLAS DE SEUS/SUAS FILHOS(AS): UM ESBOÇO METODOLÓGICO EM CONSTRUÇÃO

Vitor Ferreira Lino [1]
Maria Alice Nogueira [2]

[1] Pedagogo na Rede Municipal de Ensino de Contagem, Mestre e Doutorando em Educação. Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social/FaE -UFMG, na Linha de Pesquisa: Sociologia da Educação. vitor.ferreira.lino@gmail.com
[2] Professora do Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social/FaE UFMG. Linha de Pesquisa: Sociologia da Educação. malicen@terra.com.br

RESUMO

As famílias homoparentais vêm se configurando no contexto das mudanças vivenciadas pelas organizações familiares no último século. Como em tantas famílias, seus filhos também frequentam a escola, o que leva ao desenvolvimento de relações específicas entre essas instâncias. Considerando as características desses arranjos familiares mediante o atual contexto sociopolítico brasileiro de fortalecimento do conservadorismo, que pode se refletir nas escolas, como têm se configurado as relações entre as famílias homoparentais e as escolas frequentadas por seus filhos? A hipótese é que essas relações sejam mais ou menos "harmoniosas", sendo a relação influenciada pelo tipo de escola (pública ou privada), o projeto pedagógico destas (mais ou menos refratário às configurações familiares), o NSE (Nível Socioeconômico) e o capital cultural das famílias. Tendo como mote essa questão, o objetivo deste artigo é apresentar a fundamentação teórico metodológica e o esboço geral da pesquisa de Doutorado, iniciada em 2021 na FaE/UFMG, que busca responder a tal problema. Agregam-se aqui as falas de dois casais homoafetivos, um masculino e outro feminino, entrevistados num momento ainda de arquitetura exploratória da pesquisa, com o objetivo de compreender suas percepções acerca da relação de suas famílias com a escola dos filhos e aprimorar os percursos da investigação.

Palavras-chave: Famílias homoparentais; Sociologia das relações família-escola; Famílias homoparentais e escola

1. FAMÍLIAS NÃO TÃO "CLÁSSICAS"

As fotos clássicas de famílias nos porta-retratos sobre seus aparadores nas salas de jantar – isso, quando as famílias têm condições materiais e disposições culturais para tê-los – não são mais aquelas que aprendemos a ver como "tradicionais". Seus atores se modificaram, bem como os tipos de relações entre eles. Isso porque os arranjos familiares foram cunhados ao longo do tempo, e, como qualquer invento, também estão sujeitos a "ajustes" e modificações

constantes conforme se dão os processos sócio-históricos. Autores como Bruschini (1989), Goldani (1993), Roudinesco (2003), Nogueira (2005, 2006), Mello, Grossi e Uziel (2009) e Hernandes e Uziel (2014) analisam as intensas mudanças vivenciadas nos arranjos familiares nos séculos XX e XXI, evidenciando certo dinamismo nessas organizações e a emergência de formatos diferentes do padrão nuclear, composto por pai, mãe e filhos, que se desenvolveu nos meios urbanos a partir do séc. XVIII. Tais pesquisadoras e pesquisadores, destacando comportamentos familiares em mutação, citam essas "outras" estruturas familiares, como a monoparental, composta apenas pela mãe, ou o pai, e seus filhos; as famílias "recompostas", formadas por casais que tiveram casamentos e filhos em relações anteriores, vivendo agora juntos; famílias formadas por avós, tios, pais/mães e filhos; e aquela composta por dois pais, ou duas mães, e seus filhos, biológicos e/ou adotados, chamada por alguns autores de "famílias homoparentais". Segundo Roudinesco (2003), o termo "homoparentalidade" foi criado na França em 1996 pela APGL – Associação dos Pais e Futuros Pais Gays e Lébicos. O termo nunca foi utilizado nos países anglófonos, principalmente nos EUA, em função da recusa à sua origem psiquiátrica por parte dos homossexuais americanos que preferem termos menos formais como "*lesbian and gay families*" ou "*lesbian and gay parent-hood*" (ROUDINESCO, 2003, p. 182). Tendo em vista a existência de críticas sobre o termo, por hora este será o utilizado, uma vez que remete à parentalidade, como relação de cuidado, de orientação homossexual, ou homoafetiva[1], seja ela exercida por casais de mulheres ou de homens (cisgêneros)[2], além de constar em várias referências bibliográficas como as aqui citadas.

Embora a paternidade e a maternidade exercida por homossexuais, bem como por travestis e transexuais, aconteça há algumas décadas também no Brasil, em variados arranjos que não reproduzem, necessariamente, traços do modelo familiar nuclear heterossexual, e carregam em si a dimensão do afeto, alguns marcos legais vêm oficializar a existência dessas

---

[1] Tannuri (2017) faz um apanhado de dados referentes às uniões homoafetivas destacando que no Censo Demográfico de 2010 o IBGE (Instituto Brasileiro de Geociências) identificou em sua amostra (20.635.472 pessoas pertencentes a 6.192.332 famílias) 58 mil residências ocupadas por casais homossexuais. Em 2011 o Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou as uniões estáveis homossexuais às já existentes. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promulgou a Resolução nº 175 de 14/05, obrigando os cartórios a realizar casamentos homoafetivos. Já o documento "Estatísticas do Registro Civil" (IBGE, 2014), relatou que, no período 2013/2014, foram realizados 4.854 casamentos entre pessoas do mesmo sexo, estando 60,7% deles na Região Sudeste.

[2] Não se pretende analisar nesta pesquisa os arranjos familiares compostos por casais transgêneros, dada a especificidade desses sujeitos e a necessidade de recorte de um grupo de investigados, para que a pesquisa seja exequível no tempo disposto.

famílias. Tais marcos parecem ter encorajado mais casais homoafetivos[3] a constituir família, em variados arranjos, com diferentes posicionamentos políticos, classe, sexo e gênero, e com laços parentais diversos. Em 2006, ocorreram os três primeiros casos de adoção por casais homossexuais no Brasil (Melo; Grossi; Uziel, 2009). Já em 2011, no Censo Demográfico, o IBGE identificou em sua amostra 58 mil residências ocupadas por casais homossexuais. No mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou as

uniões estáveis homossexuais às já existentes. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promulgou a Resolução nº 175 de 14/05, obrigando os cartórios a realizar casamentos homoafetivos. Já o documento "Estatísticas do Registro Civil" (IBGE, 2014), relatou que, no período 2013/2014, foram realizados 4.854 casamentos entre pessoas do mesmo sexo, estando 60,7% deles na Região Sudeste (TANNURI, 2017). Logicamente, as crianças e adolescentes vindos dessas famílias frequentam a escola, seja ela pública ou privada, trazendo à tona situações e indagações sobre a especificidade das relações entre essas famílias e a instituição escolar. Contudo, se, por um lado, há avanços que garantem direitos a essas famílias, por outro, o Brasil se apresenta como uma sociedade notavelmente homofóbica, sendo um dos países onde há mais casos de violência contra pessoas homossexuais, travestis e transexuais (TANNURI, 2017). Compondo esse contexto, tentou-se definir "família" como uma entidade constituída por homem, mulher e filhos, através do "Estatuto da Família" /Projeto de Lei 6583/2013, do deputado Anderson Ferreira (PR-PE). Já no período anterior à eleição presidencial de 2018, foram veiculadas nas redes sociais e na mídia notícias falsas sobre a existência de materiais de "doutrinação homossexual" de crianças nas escolas, chamados de "Kit gay", o que foi reafirmado pelo presidente eleito (s./a., 2018). Têm ocorrido também discussões acerca de uma suposta propagação da chamada "ideologia de gênero" nas escolas, que teria por objetivo orientar as crianças a assumirem o gênero que desejassem. Soma-se a isso casos de perseguição, difamação, e até assassinato de políticos homossexuais de orientação progressista, ilustrando um processo que chamamos aqui de enrijecimento conservador[4].

---

[3] A expressão "homoafetividade", segundo Costa e Nardi (2015) é utilizada apenas no Brasil, e foi cunhada pela jurista brasileira Maria Berenice Dias, em seu livro *União homossexual: o preconceito e a justiça*, no qual a autora considera o afeto como aspecto constituinte das relações homossexuais. Tal concepção vem embasando a legislação, como ocorreu no caso da equiparação das uniões entre pessoas do mesmo sexo às uniões heterossexuais em 2011 pelo STF. Porém, os autores chamam a atenção para os riscos de o uso do termo balizar o avanço de direitos apenas pelo discurso do afeto, negligenciando outros aspectos políticos.

[4] Souza (2019), se referindo ao cenário brasileiro do pós-golpe e da eleição de Bolsonaro, em 2018, considera que o cenário fascista que se assiste é um reflexo de uma luta de classes truncada, percebida distorcidamente. Em sua base, está uma manipulação política de emoções que geram sentimentos como medo, agressividade, raiva. Há uma

Nesse cenário conturbado, após avanços nos direitos das pessoas LGBTQIA+ seguidos por reações conservadoras – expressas na mobilização de grupos e discursos que se põe contra as diversidades e as políticas de garantia de direitos sociais – as crianças e jovens vindos das famílias homoparentais possivelmente vivenciam em seu cotidiano escolar e, consequentemente, nas relações entre suas famílias e a escola, as reverberações de tais processos sociais.

A inserção dessas famílias no espaço escolar se dá ainda nos desdobramentos de um contexto em que, nos países ocidentais, conforme Nogueira (2005) as relações intrafamiliares vivem uma democratização, de modo que as posições hierárquicas baseadas no sexo e na idade dão lugar à consideração e à expressão de cada indivíduo, tornando as relações entre pais e filhos permeadas pela comunicação e pelo diálogo. Contiguamente, os pais assumem a responsabilidade pelo provimento de bem-estar psicológico dos filhos, e pelos seus êxitos e fracassos, escolares e profissionais (p. 572). Retomando autores como Perrenoud (2001), Montadon (2001), Terrail (1997) e Van Zanten (1988), Nogueira considera que as relações das escolas com as famílias se intensificaram em relação ao passado, e indica a ocorrência de três processos nos quais: *a)* ocorre agora uma *aproximação* dessas duas instâncias com a imbricação de uma no âmbito da outra (TERRAIL, 1997), com a presença dos pais no território da escola e esta se inserindo no cotidiano familiar por meio de atividades culturais, palestras, agendas, bilhetes; *b)* a *individualização das relações* (VAN ZANTEN, 1998), com a "acentuação das interações face a face entre pais e educadores"; c) a *redefinição de papéis* (MONTADON, 2001), de modo que, de um lado, a escola passa a se preocupar e agir "em relação aos aspectos corporais, morais, emocionais do processo de desenvolvimento" e, de outro, a família passa a reivindicar sua intervenção nos processos de aprendizagem, e questões de ordem pedagógica e disciplinar (NOGUEIRA, 2005, p. 575, itálicos da autora). Nogueira considera que tais processos não ocorrem sem tensões, estando as mesmas presentes em estudos como os de Silva (2001), entre outros. Analisando a relação entre as famílias e as escolas no contexto português, tal autor considera que essas relações são multifacetadas, sendo também uma relação entre culturas escolares e culturas sociais, estando a cultura escolar "numa relação de continuidade cultural com os alunos oriundos de meios congêneres, ou de descontinuidade (maior ou menor) quando estes provêm de outro tipo de meios (meios populares, minorias étnicas, etc.). Quando

---

incompreensão dos complexos processos políticos, que é utilizada para se construir bodes expiatórios e canalizar sentimentos de frustração e ressentimento social.

a descontinuidade é total, pode-se falar em conflito ou em choque cultural" (SILVA, 1994b, *apud* SILVA, 2001, p. 356). No aspecto sociológico, afirma Silva, retomando Bourdieu e Passeron (1964, 1970), a escola valoriza a cultura socialmente dominante na respectiva sociedade. Contudo, embora todas as sociedades sejam pluriculturais, a escola não valoriza igualmente as diferentes culturas, nem os conteúdos culturais que são mais úteis (FORMOSINHO, 1991; STOER, 1993; ITURRA, 1990a, 1990b *apud* SILVA, 2001).

Nessa perspectiva, Silva considera a relação escola-família como uma relação "armadilhada", justificando o uso desse termo com o intuito de "alertar para a variedade de potenciais efeitos perversos que ela encerra" (SILVA, 2001, p. 378). Entre as "armadilhas", destacamos, segundo o autor: a possibilidade de a escola se constituir como uma reprodutora de desigualdades; a ilusão de que a presença física dos alunos na escola significa presença de suas culturas; a concepção do estreitamento das relações entre escola e família sem se alterar o que ocorre dentro daquela; a acentuação do exotismo e a folclorização das diferenças culturais dos grupos, sem integrá-las de fato numa relação igualitária; e a ilusão de que a escola e a família falam a mesma linguagem (SILVA, 2001, p. 378-385). Tais "armadilhas" se expressam também na perspectiva de Mello, Grossi e Uziel (2009) ao considerarem que os setores das escolas (corpo discente, docente e setor administrativo) parecem não estar preparados para lidar com a diferença e a diversidade relativas à organização familiar e à sexualidade. Os estudantes vindos de famílias homoparentais são expostos a situações embaraçosas, seja pelos preconceitos vividos na escola, seja pela omissão da natureza de suas famílias perante a instituição, buscando evitar mais preconceitos. Tal situação gera um risco de "que a criança se veja esmagada entre a destruição identitária decorrente do segredo de suas origens e o assédio moral e psicológico derivado da homofobia dirigida a seus pais e mães" (p. 172). Os autores consideram também que, mesmo quando as famílias situam professores e diretores sobre suas peculiaridades, isso não lhes garante "acolhimento automático". Sob a aparente aceitação, acrescentam, os educadores muitas vezes reificam preconceitos, excluindo as crianças e suas famílias de atividades coletivas[5]. Tal perspectiva remete ao conflito cultural tantas vezes

[5] Segundo Perrenoud (2001a), a escola opera uma série de interferências e tensionamentos nas vidas das famílias, embora também lhes dê apoio em vários aspectos. Assim, direciona a organização de seus tempos, seus recursos financeiros, suas escolhas, a organização do trabalho profissional e doméstico dos pais, espera que os pais controlem os filhos e os mantenham limpos e apresentáveis, além de que assumam o papel de "pais de aluno". Entre muitas das coisas que, segundo o autor, a escola imprime à família, destacamos, no âmbito deste projeto, sua interferência na vida privada e sua perspectiva de policiamento dos lares, algo também discutido por Hernandez e Uziel (2014) para as quais os atores escolares passam a vigiar o "bom funcionamento" das famílias homoparentais.

existente entre as escolas e as famílias que "aprendem que a sua cultura não vale, não presta, não serve. Não serve o modo como falam, como se vestem, como gesticulam, como convivem, como se relacionam com a escola e outras instituições dominantes" (SILVA, 2001, p. 358). Em contextos como esse, a criança, filha de pais e mães homoafetivos, pode viver então o conflito de expor seus laços de afeto parental ou seguir a prescrição dos discursos e práticas heteronormativas da escola, que silencia sua origem familiar, reprimindo-a para que não conte sobre suas histórias familiares ou mostre suas fotos, como constatado por Tannuri (2017) em uma entrevista com um pai homoafetivo.

Considerando-se que as escolas são espaços calcados, prioritariamente, em um *ethos* heteronormativo, que, corriqueiramente, ignora discussões e políticas sobre as sexualidades e afetividades "dissonantes", e que recebe interferências dos processos sociais, torna-se urgente compreender empiricamente como têm sido as relações entre as famílias homoparentais e as escolas de seus(suas) filhos(as).

2. O QUE TÊM MOSTRADO ALGUMAS PESQUISAS? O QUE AINDA PRECISAMOS AINDA COMPREENDER?

Tomando as pesquisas de mestrado e doutorado como algumas das fontes de produção de conhecimento no Brasil, foi realizada em agosto de 2020 uma revisão da literatura sobre relações entre as famílias homoparentais e as escolas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), por esta conter apenas esses tipos de trabalhos, sinalizadores daquelas pesquisas. Buscou se pelos termos "famílias homoparentais e escola", "famílias homoafetivas e escola", considerando que a palavra "homoafetiva" poderia aparecer no lugar de "homoparentais", e, por fim, o termo "família; escola; homossexuais", sendo encontrados respectivamente, 4, 21 e 14 trabalhos, totalizando 39 títulos, excluindo-se os trabalhos que se repetiram nos diferentes termos de busca. Foram lidos os resumos de todos os trabalhos e identificados seus temas e áreas. Apenas 5 títulos são da Educação, especificamente do tema buscado, ou em diálogo com ele, sendo todos dissertações. 7 títulos são da Educação e têm alguma relação com o tema, abordando, por exemplo, aspectos sobre homossexualidade e processos educativos, sendo 1 tese e 6 dissertações. Os títulos restantes são do Direito (10), da Psicologia (9) e das Ciências Sociais (2). Além disso, 1 trabalho é das Ciências Sociais em

interface com a Educação, diretamente ligado ao tema. Outros trabalhos estão distribuídos entre Saúde (2), Serviço Social (1) e Marketing e Propaganda (2). À medida que os textos integrais das pesquisas em Educação foram lidos, encontrou-se também algumas referências de artigos sobre a temática. O baixo número de pesquisas de mestrado e a inexistência de estudos de doutorado até o momento sobre as relações entre famílias homoparentais e as escolas foi também constatado por Kornatzki e Ribeiro (2015) e Tannuri (2017). Por que existem tão poucas pesquisas sobre esse tema? Considerando o retrocesso das pautas progressistas no país, mediante investidas conservadoras, se faz importante compreender como os filhos de casais homoparentais tem se inserido nas escolas e como estas se relacionam com suas famílias, ou, como relacionam-se entre si. Em última instância o que se indaga é sobre o tratamento do direito à igualdade, à diversidade e à dignidade por parte das escolas. Das pesquisas encontradas, apresentamos resumidamente a seguir aquelas que se voltaram para a relação família-escola, estando elas voltadas para as famílias compostas por casais de homens e de mulheres cis.

Em sua pesquisa de mestrado, Magalhães (2009) entrevistou pais homossexuais (homens cis) no Estado da Bahia a respeito de suas relações de paternidade, seja pela adoção e também pela paternidade biológica, vinda de relacionamentos heterossexuais anteriores. Nas entrevistas, evidencia-se a influência de concepções heteronormativas sobre os papéis que cada um deva ter no relacionamento e sobre a própria orientação afetivo-sexual dos elementos do casal. Também foram entrevistados pais heterossexuais e educadores, evidenciando uma divisão entre as opiniões sobre a legitimidade da paternidade de "homens gays", bem como a educação das crianças oferecida por eles, enunciando tensões nas falas de alguns entrevistados. Embora traga referências da sociologia acerca da constituição das famílias ao longo do tempo e do padrão heterossexista perpetuado na escola e na sociedade como um todo, há no trabalho uma carência de análise mais profunda e exploração das perspectivas que emergem das falas dos pais homossexuais, como as concepções heteronormativas que às vezes aparecem. Já a pesquisa de mestrado de Mochi (2016), buscou compreender os discursos de professoras(es) e pedagogas(os) em 17 escolas paranaenses sobre famílias homoparentais compostas por casais de mulheres. As falas de 23 das 33 entrevistadas mostram uma lógica de separação entre escola e família no que se refere à noção da responsabilidade pela educação. Também 23 entrevistadas afirmam desconhecer as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, que pauta os princípios de dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, a laicidade do Estado e a democracia na educação. Para a autora, "desconhecer essa legislação é negar o efeito legal que ela propõe" (p.

88). Se, por um lado, a maioria (22) das entrevistadas afirmaram que existem diferenças emocionais constatadas na escola em relação à aprendizagem de crianças filhas de mães lésbicas, por outro, (22) afirmaram que ser filho(a) de mães lésbicas não influencia o desenvolvimento educacional das crianças. Contudo, 27 afirmaram não ter observado situações de discriminação dessas crianças por outras por serem filhas de dois homens ou mulheres. A isso a autora chama de "antecipação do preconceito", pois as educadoras afirmam que ter duas mães geraria problemas emocionais nas crianças, mas não elencaram tais situações. Além disso, 20 das entrevistadas consideram que a escola não está preparada para receber famílias compostas por duas mães. Embora 28 entrevistadas tenham afirmado que a homossexualidade deve ser aceita pela sociedade, seus discursos contradizem tal afirmação, expressando posturas conservadoras calcadas na religião. Apesar do tema rico em possibilidades e da exposição sobre as percepções das educadoras sobre as famílias homoafetivas femininas, também foi percebida certa carência de exploração, ou adensamento, dos achados de pesquisa através das falas das entrevistadas. Tannuri (2017) analisa em sua dissertação as percepções das famílias homoparentais de alguns estados do Brasil sobre as relações estabelecidas com as escolas de seus filhos. O autor discute dados sobre violência contra homossexuais e aspectos legais sobre casamento homoafetivo e adoção. Nas entrevistas realizadas com os representantes de 10 famílias, 7 pais e 3 mães homossexuais, com ensino superior, cujos filhos estavam predominantemente matriculados em escolas privadas (7 escolas privadas e 3 públicas), encontram-se, tal como no trabalho de Magalhães (2009), perspectivas heteronormativas nas falas de alguns dos homens sobre papéis de gênero (aspectos comportamentais e/ou físicos acerca daquilo que é considerado masculino ou feminino) e a forma como devem se dar entre o casal. Embora não haja casos de violência física ou verbal explícita, algumas entrevistas evidenciam que, nas escolas, estruturadas sob a perspectiva patriarcalista heterocentrada, acontecem situações de preconceito velado e inabilidade para lidar com as famílias homoparentais por parte dos educadores. Tannuri conclui que há uma tensão entre a aceitação e a discriminação das famílias homoparentais na escola. Embora o autor traga mais elementos de compreensão sobre o tema do que os outros trabalhos citados, a principal carência nesse trabalho também seria uma análise mais profunda e comparada dos sentidos que emergem das falas dos sujeitos para além do aspecto descritivo, e também a exploração de mais elementos, ou categorias, no eixo de estudos família escola. As três pesquisas evidenciam valores heteronormativos presentes nos discursos e práticas da maioria dos entrevistados (pais e educadores) e a inabilidade da escola, por meio de seus costumes e pelas práticas dos educadores, em administrar de modo igualitário as relações com as famílias homoparentais.

Embora tenham seu enfoque bem recortado, sejam dissertações e não teses (que demandam maior exigência de adensamento teórico e metodológico) e contribuam para a composição sobre o tema, não abordam nem explicam consistentemente importantes aspectos da relação entre as famílias homoparentais e a escola.

Podemos considerar que uma abordagem que vise compreender aspectos das aproximações entre essas famílias e as escolas, buscando articular as três instâncias dessa relação – mães/pais homoafetivos, escola e estudantes – possivelmente colaboraria para uma compreensão mais situada sobre características, tensões e implicações dessas interações. Nas pesquisas de Magalhães (2009), Mochi (2016) e Tannuri (2017), não foram ouvidas as crianças, além de não terem sido discutidos vários aspectos da relação família-escola. Para termos uma compreensão acerca das relações entre as famílias homoparentais e as escolas de seus filhos, não é possível tomar uma ou outra daquelas três instâncias, como foi feito nas pesquisas citadas, mas sim as três conjuntamente, como dimensões de uma mesma relação, e, nessa perspectiva, ouvir os filhos dessas famílias traz um grande potencial elucidativo das dinâmicas família-escola.

Perrenoud (2001b) considera que a criança é uma espécie de "mensageira" e de mensagem, posicionada entre a família e a escola, sendo um "agente de ligação", ou, "agente duplo" que recebe e emite mensagem desses dois grupos, estando por vezes interposta no conflito entre a escola e a família, indo e vindo entre os dois mundos. Porém, afirma o autor, esse "agente" não é inerte e pode direcionar as mensagens escritas, como bilhetes de advertência, avisos, ou mensagens indiretas, como comentários, críticas, insatisfações de uma instância ou outra. Nesse sentido, a criança pode colocar em ação uma série de comportamentos omitindo, ressaltando, "esquecendo" fatos e sendo uma mediadora de contatos diretos entre professores e família. Pode alterar mensagens, influenciar a interpretação e participar da construção de uma certa narrativa, reforçando-a, por exemplo, mediante alguma justificativa dos pais. A criança também pode ser posta na condição de "escudo dos adultos", sendo vista como um "mensageiro cômodo", que não deixa expor por completo o adulto que emitiu certa mensagem, seja essa ação consciente ou não. Ela expressa também uma mensagem em si, pelos sentimentos, posturas, falas que traz de sua casa ou da escola, expondo essas mensagens nas duas instâncias. Assim, revela na escola coisas sobre sua vida em família e revela na família vivências escolares. Assim, cabe-nos compreender como os(as) filhos(as) de casais homoafetivos têm vivido esse "papel" de mensageiros que põem em comunicação a escola, com suas normas tácitas e explícitas, e suas famílias, com suas peculiaridades, costumes, traços e

posições sociais, admitindo a perspectiva da tensão que emana dessas relações, daquilo que a escola faz às famílias.

Segundo Perrenoud (2001a), a escola opera uma série de interferências e tensionamentos nas vidas das famílias, embora também lhes dê apoio em vários aspectos. Logo, direciona a organização de seus tempos, seus recursos financeiros, suas escolhas, a organização do trabalho profissional e doméstico dos pais, espera que estes controlem os filhos e os mantenham limpos e apresentáveis, além de que assumam o papel de "pais de aluno". Entre muitas das coisas que, segundo o autor, a escola imprime à família, destacamos ainda sua interferência na vida privada e sua perspectiva de policiamento dos lares, algo também discutido por Hernandez e Uziel (2014) para as quais os atores escolares passam a vigiar o "bom funcionamento" das famílias homoparentais.

Outro efeito da escola sobre as famílias são as relações e a rede de sociabilidades que ela gera, podendo esta ser amistosa, constrangedora ou excludente. Diante disso é também importante compreender que relações, ou laços, as famílias supracitadas estabelecem com outras famílias. Isto posto, interessa-nos saber o que a escola faz às crianças e suas famílias. Porém é preciso ter em perspectiva também o que essas famílias demandam, ou exercem sobre a escola em termos de uma readequação de seus discursos e procedimentos, quer sejam didáticos, curriculares, ou de atendimento pedagógico das equipes gestoras. Em suma, cabe-nos a tarefa de compreender as relações entre as escolas e famílias homoparentais, considerando os processos descritos por Nogueira (2005) acerca dessas "novas relações", como as lógicas de aproximação entre a escola e a família e como uma se imiscui na outra, a individualização de suas relações, ou como interagem face a face, e a redefinição de papéis que passam a assumir, ou como uma direciona os modos como a outra se organiza.

Elencam-se, então, algumas importantes questões a serem investigadas. **Em relação aos encarregados de educação:** Como se compreendem em relação à sua orientação afetivo-sexual e sua composição familiar? Como é a organização do cotidiano familiar? Quais são as estratégias mobilizadas para a educação de seus filhos? Como os casais se apresentam socialmente perante a escola, num contexto sociopolítico no qual o principal elemento que caracteriza seus laços de afeto, conjugalidade e paternidade/maternidade é visto de modos contraditórios e até discriminatórios por grande parte da sociedade? Como lidam com demandas escolares como reuniões, convocações, representação colegiada, eventos culturais e acompanhamento escolar de seus filhos e filhas? O que dizem do relacionamento com os(as) professores(as), pedagogas(os), gestores(as)? Vivenciam situações de invisibilização, silenciamento de suas particularidades e/ou algum outro tipo de discriminação, ou, ao

contrário, são bem inseridos e acolhidos pela escola? Como são suas relações extraescolares com outras famílias? **Em relação à escola:** Como os(as) professores(as), pedagogas(os) e gestores(as) compreendem essas famílias e manejam sua presença na escola? Como descrevem suas relações pedagógicas com os estudantes vindos das referidas famílias? O que dizem sobre o diálogo com as famílias a respeito do cotidiano escolar de seus filhos e filhas, como seu aproveitamento, suas habilidades sociais, comportamento, interações com colegas, eventos e outras demandas escolares? Pode-se perceber diferenças no atendimento às famílias em função do tipo de escola (pública ou privada)? De que tipo? **Em relação aos estudantes:** Como os(as) filhos(as) das famílias em questão se percebem como sujeitos, dada sua condição de filhos de pessoas homoafetivas? Que percepções têm sobre sua inserção e a de seus pais e mães nas escolas, considerando aspectos como acolhimento e/ou discriminação? Como percebem e caracterizam as relações com professores(as), pedagogos(as) e gestores(as)? Como é a relação com os colegas? O que dizem das relações entre seus encarregados de educação e seus(suas) professores(as) e pedagoga(o)? Como tem sido o percurso escolar desses estudantes?

Tais questões são permeadas pelas categorias de cor/raça, gênero, classe social e práticas culturais, uma vez que estas interferem nas maneiras como os sujeitos foram socializados e como se posicionam na sociedade, bem como esta se configura frente a eles. Ou seja, há peculiaridades diferentes em ser um pai ou uma mãe homoafetivos, com traços físicos e socioculturais que trazem toda uma carga simbólica e valorativa perante o social. Logo, é preciso considerar que "características dos corpos significadas como marcas pela cultura distinguem sujeitos e se constituem em marcas de poder" (LOURO, 2003, p.75-76). Considerando essas possibilidades de diferenciação, é preciso pensar nas diferenças em torno da cor, sexo e origem (biológica ou adotiva) de uma criança filha daqueles pais e mães, bem como sua relação com as práticas culturais e o lugar que ocupa dentro de sua família.

3. POSSÍVEIS PERCURSOS DE COMPREENSÃO

Segundo Mills (2009), a investigação sociológica é comparável ao processo de criação artesanal, na qual o sociólogo artesão precisa estar atento à sua vida interior e à conexão desta com a dimensão externa. Nesse processo de criação combinam-se registros diversos sobre ideias, reflexões e escolhas metodológicas, permeados por imaginação e criatividade para produzir a investigação, num processo que vai se aprimorando e se tornando mais sistemático. Nessa perspectiva, esta pesquisa tem agregado diferentes estratégias metodológicas em combinação para compor um panorama o mais completo possível sobre o tema, dentro, é claro,

das limitações de uma investigação, fazendo uso da criatividade e da "artesania intelectual" nas seguintes frentes de trabalho: 1- Aplicação de questionários eletrônicos, através de divulgação nas redes sociais, instituições públicas e privadas de Educação e Secretarias (Saúde, Educação, Direitos Humanos), e junto a contatos do pesquisador para levantar um número de famílias interessadas em participar, que, por conseguinte, indicarão as escolas a serem posteriormente contatadas. Essa fase, tem como objetivos realizar um levantamento quantitativo de famílias em todo o país, reunindo informações demográficas e qualitativas relativas à relação das famílias com as escolas, e também de alcançar os/as interessados/as em participar das fases posteriores da pesquisa; 2- Realização de entrevistas por videoconferência com casais homoafetivos nas macrorregiões do país, visando analisar suas percepções sobre a própria orientação, composição familiar, e relação com a escola dos filhos; 3- Entrevistas com as famílias (filhos e seus genitores) da região metropolitana de Belo Horizonte, em suas casas, visando observar de perto alguns aspectos de seus traços culturais e organização domiciliar; 4- Entrevistas com a equipe escolar, almejando compreender suas percepções sobre a presença dessas famílias nas escolas. A entrevistas serão ouvidas, destrinchadas, classificadas sob os aportes da análise de conteúdo, sendo os dados organizados de modo a responder as questões da pesquisa. Será feita também uma análise documental e contextual de documentos e registros escolares, observando-se também matérias sobre o tema em jornais e revistas, como forma de compor um panorama social sobre o tema.

Em suma, é necessário um levantamento quantitativo que indique a quantidade dessas famílias, filhos e tipo de instituição de ensino que estes frequentam (pública ou privada) para a composição de dados demográficos que situem esses arranjos familiares no contexto nacional. De outro lado, é preciso fazer uma imersão na organização dessas famílias, como recurso metodológico para entender como elas tem se relacionado com as escolas que seus filhos frequentam, de modo que um viés etnográfico e microssociológico se faz mais adequado. Contiguamente, ter uma ideia de sua organização doméstica, sua relação com os bens culturais e a relação com seus filhos, podem ser bons indicadores daquilo que ainda não foi explorado nas pesquisas nacionais. Assim, uma das perspectivas metodológicas que inspira esta pesquisa é a de "retratos sociológicos", de Bernard Lahire (2004), para quem os sujeitos vivenciam diversos contextos sociais e experiências de socialização, muitas vezes contraditórias e não coerentes entre si, acumulando um patrimônio de disposições e competências que não se reduzem a uma única dimensão de sua vida, como religião, classe, sexo, etc. Quanto mais variadas as trajetórias sociais, quanto maior o acesso a diferentes experiências sociais, mais autênticas serão as individualidades e mais notáveis as variações individuais dos patrimônios

de disposições. O autor chama a atenção para a perspectiva de que muitos pesquisadores costumam isolar essas diferentes dimensões de um sujeito ao investigá-lo, realizando abstrações e projeções artificiais. Para compreender as experiências dos sujeitos em sua abordagem metodológica, através de estudos de caso, Lahire busca construir descrições analíticas aprofundadas das falas dos(as) entrevistados(as) sobre diferentes dimensões de sua vida que explicitam suas individualidades nos entrecruzamentos sociais que vivenciam. A partir dessas falas, busca desvelar conexões entre as disposições dos sujeitos, que podemos entender como práticas orientadoras recorrentes, e fatores que podem tê-las posto em movimento. A potência dessa abordagem se apresenta como um aporte teórico para se desenvolver esta pesquisa que começa a se estruturar, visto que se pretende fazer "retratos" de cada uma das instâncias das quais fazem parte os sujeitos de pesquisa, vindo a compor um "painel" com esses diferentes retratos, buscando elucidar o objeto da pesquisa. Pretende-se, a princípio, realizar a investigação em Belo Horizonte, e em algumas cidades da região metropolitana, por serem geograficamente próximas, situadas na região sudeste do Brasil, onde supõe-se que haja volume expressivo de uniões homoafetivas em relação à outras partes do país, conforme dados já expostos. Nessas cidades também acontecem movimentos sociais pelos direitos humanos e pelas diversidades, o que possibilitará acesso aos sujeitos da pesquisa, demandando assim o estabelecimento de uma rede colaborativa de indicação de possíveis participantes. As famílias e as respectivas escolas de seus(suas) filhos(as) a serem entrevistadas seriam identificadas de forma "mista", ou seja, chegando-se a estes sujeitos por diferentes pontos de partida: via indicação por meio de contatos com diretores, pedagogos e professores que atuem em escolas na região da pesquisa, e também por meio de militantes, instituições e grupos de apoio à diversidade sexual, secretarias de direitos humanos, e outros, que indiquem as famílias, buscando compor um número de famílias e escolas interessadas em participar da pesquisa. O acesso às famílias e escolas poderá acontecer também a partir da indicação de uma instância pela outra, com os devidos consentimentos de ambas. Posteriormente será feita uma seleção de 6 famílias, e respectivas escolas, interessadas em participar da pesquisa, a partir do critério do tipo de escola de seus filhos, considerando um número de 3 famílias cujos filhos estudem em instituições privadas e 3 nas públicas. Os arranjos familiares também serão selecionados segundo a diversidade de composição dos casais em relação às categorias de sexo, gênero, cor/raça e classe social, uma vez que esses marcadores podem diferenciar e caracterizar os percursos, representações e compreensões dos sujeitos sobre si e sobre o outro. Serão realizadas com os (as) participantes entrevistas em profundidade, cujo roteiro será desenvolvido a partir das questões centrais aqui elencadas.

Esse tipo de instrumento de pesquisa traz potencialidade de coleta de dados qualitativos, pois possibilita observar como o(a) entrevistado(a) se relaciona subjetivamente com o que se está a discutir, e também como se expressa, para além do que diz. Permite também que se estabeleça um laço de confiança mais amplo com o(a) entrevistado(a), o que possibilita que surjam outros dados, conferindo ao tema tratado maior profundidade de análise (GOLDENBERG, 2001).

A atuação dos sujeitos no espaço privado da casa pode indicar muito sobre eles. Assim, entrevistá-los em casa, evidentemente com seu consentimento, buscando explorar as questões anteriormente enunciadas, torna-se uma possibilidade para salientar suas marcas sociais e alguns aspectos de sua organização familiar, através de uma pequena imersão em seu espaço privado. Logo, o que podem nos contar sobre suas vivências íntimas e sociais os casais e seus filhos no contexto de seu lar? Como se percebem como um grupo familiar que acessa serviços sociais como a escola, num contexto sociopolítico no qual se questiona a "validade" e a "integridade" de seus laços de afeto? Já a ida à escola possibilitará compreender as questões elaboradas para essa instância. Nesse sentido, esse procedimento se configura também como uma pequena imersão nesse espaço e em seus processos. Assim, discursos, receptividade, repelência, teatralização ou franqueza podem indicar como esse espaço se abre para dialogar sobre a presença das famílias homoparentais em seu interior. Espera-se, assim, operar uma análise apurada do problema de pesquisa, visto que a compreensão das relações família-escola permeia os pais, as crianças e a escola, conforme Perrenoud (2001b).

Para destrinchar as entrevistas, o método de análise de discurso, que pressupõe uma análise embasada na condição histórico-ideológica do sujeito enunciante, oferece aportes para lapidar e dar relevo e sentido ao que os(as) informantes dizem. Nessa perspectiva, o discurso, seu sentido, o próprio sujeito, assim como as condições de produção, forjam-se no processo de enunciação (MUSSALIM, 2006). Espera-se que tal pesquisa, ainda em gestação, se some ao conjunto de trabalhos sobre as relações entre as famílias homoparentais e as escolas, abordando aspectos que ainda não foram explorados, sendo também material para alimentar as lutas democráticas que precisam ser fortalecidas em contraponto às estratégias de invisibilização de sujeitos de direito com as quais nos emaranhamos nos últimos anos.

4. EXPERIMENTANDO A METODOLOGIA

A primeira ação para verificar a metodologia de investigação proposta foi a elaboração de um questionário para as famílias, com questões fechadas incluindo sexo, gênero, declaração étnico-racial, orientação afetivo-sexual, renda, tipo de moradia, grupo familiar, tipo de união

(legal ou não), tempo de relacionamento, número de filhos e tipo de laço (biológico ou adotivo), tipo de escola em que os filhos estão (pública ou privada), se os pais/mães já sofreram na escola dos filhos algum constrangimento por sua orientação afetivo-sexual, se os filhos sofreram constrangimento por conta das características de suas famílias, a frequência dessas ocorrências e como as famílias caracterizam a relação entre elas e as escolas (excelente, boa, regular, ruim). O formulário eletrônico começou a ser divulgado no final de maio de 2021, somando 12 questionários respondidos até julho do mesmo ano. Após o décimo questionário respondido adaptamos o formulário, abarcando também pessoas LGBTQIA+ solteiras com filhos e também incluindo 2 questões para contemplar os casos de famílias que já têm filhos formados na Educação Básica e estudando, ou formados, no Ensino Superior. Sendo prematuro ainda apurar esses dados, indicamos que temos até o momento como informantes 6 casais de mulheres e 6 de homens. Quanto à caracterização da relação com as escolas, 4 informantes a consideram excelente, 6, a consideram boa, 2, regular e nenhuma até o momento descreveu a relação como ruim. Desse total, convidamos um casal de mulheres na cidade do Rio de Janeiro e um casal de homens do Paraná a participarem de uma entrevista com questões sobre suas percepções acerca da relação com a escola dos filhos. A seguir apresentamos alguns achados das entrevistas, ainda que de modo mais descritivo que analítico, em função deste momento inicial da pesquisa.

5. UMA "EXCELENTE" RELAÇÃO

Carla e Mariana são duas mulheres, casadas há 15 anos, residentes na cidade do Rio de Janeiro/RJ. A primeira se declara parda, tem 41 anos, é formada em Educação física e Design, tendo feito um pós-doutorado na área, e é professora substituta em uma universidade pública no Rio de Janeiro. A segunda se declara branca, tem 53 anos, é musicista, também já fez um pós-doutorado na área, e é professora de uma universidade pública no Rio de Janeiro, atuando num curso de formação de professores. As duas se declaram mulheres *cis*[6] e bissexuais, pois já tiveram relacionamentos com homens e também consideram que, em diferentes momentos da vida, as pessoas possam ter outras experiências afetivo-sexuais. Se conheceram num curso de extensão universitária. As experiências de amadurecimento afetivo-sexual foram, até por condicionamento geracional, diferentes para cada uma. Carla, 12 anos mais jovem do que

[6] Termo que descreve a relação de similaridade/equivalência entre o sexo biológico e a identidade de gênero (feminino/masculino) de uma pessoa.

Mariana, teve mais facilidade em expor sua orientação numa família na qual sua mãe, irmão e dois tios paternos têm relacionamentos homoafetivos, enquanto Mariana teve mais dificuldades, inclusive dizendo ser, ainda hoje, mais reservada quanto a manifestações de afeto em público. A opção por gestar um filho foi feita em 2012 quando Carla entrou no mestrado, e vislumbrou a possibilidade de ter um filho, pois elas teriam tempo disponível, visto que Carla não estaria no escritório 8h. por dia. Mariana havia sido aprovada também num concurso público, de modo que seria um momento "bom para pensar na maternidade por questões de tempo, horário e dinheiro também, claro!" – afirma Carla. Esta ficou, então, no mestrado, com bolsa de pesquisa, e com trabalhos de freelancer. Logo depois ela emendou o doutorado, "também sem trabalhar em escritório, com bolsa". Inicialmente Marina fez inseminação, mas a gravidez não foi a diante. Depois de gastos e insucesso do projeto, mudaram de médico e resolveram que Carla faria a gestação. Esta engravidou durante o mestrado, e o filho Joaquim nasceu ao final desse período, após a defesa. Assim, a opção pelo filho vem coadunada às carreiras acadêmico-profissionais, por meio de um cálculo das condições materiais e temporais para a maternagem, amparada nos percursos das duas.

A organização das demandas domésticas está mais centrada em Carla por questões práticas de habilidades de cada uma e também pelo fato dela ter estado em casa para os estudos. Amamentou o filho até os 3 anos de idade, e as duas alternavam algumas atividades, "naturalmente". O filho foi para a escola muito cedo, assim almoçava e jantava na creche, que tinha a vantagem de fornecer essa alimentação. Quando o mudaram de escola, tiveram de conversar sobre a organização por conta do trabalho de Mariana de modo que a Carla pôde "segurar essa barra". O menino, que hoje tem sete anos, "solicita muito", dizem, e mesmo no período de pandemia no qual a Mariana esteve casa, ela está trabalhando e por isso não pode ajudar muito. Como Carla passou num concurso de Profa. Substituta, a divisão "terá de ser mais rígida". Segundo Mariana, o filho foi um "divisor de água no que diz respeito à relação com a família. As coisas eram veladas..." Quando resolveram ter o filho e contou aos familiares, se sentiu autorizada "e foi positivo, porque todos receberam bem". Considera que, com mulheres, isso é mais fácil do que com homens. E a criança é como "se dessexualizasse o casal". Diz que todos em seu prédio as aceitam muito bem.

A escolha pela escola do filho se deu após duas tentativas, nas quais as mães não se sentiram contempladas, ou acolhidas, citando, inclusive, uma situação em uma das creches na qual a coordenadora perguntou se uma era a mãe e a outra a avó da criança. Na segunda escola, afirmaram ser um casal, já na terceira escola, a amiga, professora da instituição, havia adiantado que elas tinham um filho, então "a gente não precisou explicar". Mariana relata que tem uma

amiga que dá aula nessa escola, e, além disso, diz que já ouvia falar da instituição desde sua graduação, pois ela "tem uma proposta pedagógica mais aberta, muito ligada às artes", de modo que foram atraídas entendendo que seria uma escola que iria "acolher as diferenças de uma maneira mais tranquila do que as outras".

Em relação à interação com a vida escolar, Carla e Mariana dizem que Joaquim tem muitos amigos, gosta muito dos professores, auxiliares, toda equipe. "Nunca o vi reclamando de ninguém. É muito bem tratado, percebemos que todos gostam dele, é muito querido", diz Carla. "Todos sabem que somos mães dele. Não sei como eles decoram, tantos pais e mães assim. Ele ficou muito feliz quando voltou a escola, depois da pandemia", afirma Mariana. As duas contam que, depois de uma queda, pela qual o menino precisou tomar pontos, todas as crianças fizeram um desenho pra ele. A professora falou como ele é querido. Acham que é um ambiente muito bom para ele. Pensaram em mudá-lo de instituição, por causa do valor, mas, pela relação com a escola, decidiram mantê-lo. Mariana diz que valoriza muito os professores: "Eles têm reuniões pedagógicas pagas, produzem o material didático", e diz ter muita confiança no trabalho que eles fazem. As duas, que se apresentaram como casal perante outras famílias em uma reunião inicial na escola, contam que Joaquim fez alguns amigos mais próximos na escola, que, inclusive, foram convidados para uma pequena reunião em seu último aniversário. A família se aproximou de outras famílias, chegando a frequentar suas casas e sempre se encontram em um espaço de convivência próximo à escola. Apesar da satisfação com a escola do filho, pensam que é uma escola "muito branca", além do preço cada vez mais alto, após a escola ter sido vendida para um grande grupo comercial de educação. Por isso, inscreveram o filho no sorteio de um grande e referenciado colégio público da cidade, mas, dizem ainda precisar pensar na decisão, caso Joaquim seja sorteado, pois, além da escola em que ele está ser muito boa para ele, temem pelos rumos do colégio, em função da política nacional: "A gente tem que conversar mais sobre essa mudança, que a gente não conversou tanto se vale a pena arriscar ou não". Nesse sentido parecem estar equacionando a segurança da escola privada com as incertezas de uma nova escola, pública, sujeita à política educacional do país, e desconhecida para o filho. Assim, refletem também sobre a política nacional como uma ameaça possível à sua família

> Estávamos vendo uma abertura e tudo começou a desmoronar. O direito não é uma conquista garantida. É muito assustador pensar o que pode acontecer com a gente e com ele no futuro. Mas na escola a gente não sente nada. A direção continua com os fundadores. A cabeça deles. Eles não gritam "fora Bolsonaro", mas a gente sabe que não afetou nada lá dentro, como as discussões de ideologia de gênero, esse pensamento retrógrado que está em pauta, né? A gente tem medo do que pode acontecer de agora pra frente, mas eu, pelo menos, Mari eu não sei, não tenho medo que pode acontecer algo concreto comigo, porque a gente vive numa bolha muito, muito, muito específica, né? É claro que a gente tem noção do que acontece lá fora, mas pela televisão, porque

não são meus amigos que apanham ou que são expulsos de casa, não podem construir uma família. Eu não conheço ninguém mas sei que a realidade da grande maioria. A gente é muito privilegiado de estar nesse circuito, nessa escola que ninguém olha torto porque são duas mães, que ninguém contesta o porquê, a escolha, enfim. Então é um caso muito aparte a nossa realidade. O nosso relato aqui é super privilegiado. Não sei quantas pessoas podem ter um relato e uma vivência dessa que a gente tem.

6. UMA "BOA" RELAÇÃO

Augusto e Juliano estão juntos há 28 anos, e oficialmente casados há 8. Residem em uma pequena cidade do Paraná, nas imediações de Foz do Iguaçu. Os dois se declaram homens cis, brancos, homossexuais, tendo o primeiro, 55 anos e o segundo, 61. Augusto é médico pediatra, atendendo no setor privado e Juliano é psicólogo e pedagogo, autônomo. Os dois se conheceram quando Augusto tinha 27 anos e Juliano estava já separado da esposa, mas ainda viviam juntos. Ainda hoje, Clarice, mãe dos filhos biológicos de Juliano vive com os dois, formando uma família recomposta. Deixa claro que não é um casamento a três, mas uma família, diferenciando os dois conceitos. Os três têm 4 filhos maiores, sendo dois biológicos, vindos do casamento heteroafetivo de Juliano, ambos formados no Ensino Superior em faculdades particulares, e dois adotivos, irmãos biológicos, que passaram a integrar a família em 2010, adotados legalmente apenas por Juliano, inicialmente, hoje cursando o Ensino Superior, em faculdades públicas. Em relação às expressões afetivo-sexuais, Augusto diz estar "muito, muito orgulhoso, e é muito bom poder dizer assim", e sempre que o perguntam se sua esposa é médica ele diz: "não tenho uma esposa, mas sim um marido, mas ele não é médico, é psicólogo, pedagogo". Augusto relata que quando conheceu o Juliano ele já tinha dois filhos, Beatriz com 3 anos e o Silvio, entre 8 e 9 anos, hoje já com 32 e 37 anos, respecivamente. "Os considero meus, não tinha uma distinção. Eram sobrinhos, enquanto a gente ainda tava no armário, mas agora são filhos, chamo de filhos. E temos dois filhos do coração, Ruan e Ramon, que também são filhos". Diz ter sido inicialmente "meio apavorante", pois ele "era gay e não queria ser pai, pelo menos naquele momento". Mas analisa que "no final foi fácil", pois "vestiu a camisa". "Foi bem legal, foram fases". Moraram no Rio de Janeiro por 5, 6 anos, depois foram para o Paraná, e agora estão estabilizados por lá. "Saíram do armário" de 2013 pra cá. Em algumas cidades eles eram "cunhados", e noutras "irmãos". Em Curitiba, uma cidade grande, não tinham de dar satisfação para ninguém. Para Juliano, "em cidade pequena há preconceito, é complicado. Algumas pessoas não vão no meu consultório porque sabem que eu sou gay. Nessa cidade que a gente tá, não, não é, a gente não quer esconder, né? A gente não ergue bandeiras, mas assim, se alguém fala, a gente defende. Mas é raro alguém jogar uma piadinha perto da gente". Os dois contam de um baile médico que foram como casal e dançaram juntos. "Eu falei pro Augusto: nós vamos sim e a gente vai dançar

abraçadinho", diz Juliano em tom de riso. "Eu nem sei se alguém olhou não, diz Augusto. "Cara foi cena de filme, de parar de respirar", conta Juliano em tom de riso. "Ninguém falou nada, pediu nada, mas sei que houve buxixo e pessoas que comentaram que eles tinham dançado: Ah, vocês que dançaram junto? É, a gente que dançou junto", diz Augusto. O entrevistador pergunta se esse tipo de reação é pior na classe médica e eles dizem que "é mais hipocrisia, é mais hipócrita, não vamos generalizar na classe médica. As classes sociais se representam por uma hipocrisia também, então não vamos pensar que um outro ambiente seria mais confortável. Talvez no baile da sua faculdade, da sua formação, se você dançou com sua namorada ou namorado teria isso também, que é até natural dentro desse processo político".

Augusto diz que há um tempo atrás uma agente política da cidade disse que os dois eram gays e como é que seria. "Disse pra ela que dirigindo o carro que eu dirijo e tendo o imposto de renda que eu pago, eu falei pra ela, não tem preconceito. Mas quer dizer, na verdade o preconceito é velado." Para Juliano "a questão do poder econômico interfere muito". "É doutor, é doutor, é doutor..." (complementa Augusto). Quando o entrevistador pergunta se isso traria uma maior proteção em relação às outras classes, Juliano diz que "blinda, blinda um pouco". Assim, a demarcação de posturas indica o resultado de uma trajetória de vivências que se moveram do "armário" da década de 1990, quando se conheceram, à relativa liberdade vislumbrada já com a possibilidade do casamento legal, ocorrido nos anos 2010. Os marcadores de classe também parecem conferir certa "autorização" para o casal que se assume publicamente.

Sobre a adoção dos meninos, que são irmãos biológicos, veio quando não esperavam, "uma adoção direta, uma coisa bem complicada", quando Juliano era pedagogo numa escola pública, diz Augusto. Eram crianças abrigadas numa instituição religiosa. "Foram para a sala do pedagogo e houve uma paixão. Eles passaram alguns fins de semana e, houve complicações pela questão jurídica. Quando a gente menos esperava, já tinha esquecido. Alugamos um apartamento pequeno. Aí a assistente social ligou e perguntou se a gente queria os piá." Passaram o período de adaptação, mas já tinham convivido com eles, fazendo várias atividades. Em setembro já estavam com os dois. O casal relata que os trâmites foram muito complicados no Paraná. Fizeram vários cursos de adoção, e "não se habilitaram as coisas de uma maneira fácil, sempre de uma maneira muito dolorosa, muito difícil". Isso trouxe algum prejuízo, pois poderiam ter vivido com os meninos dois, três anos antes, desde 2011. Já tinham contato com os meninos desde de 2010. Juliano, então, fez a adoção sozinho, por ser mais fácil naquela época. Posteriormente, conta Augusto, ele entrou com o "pedido de adoção com outro homem".

Sobre a organização do cotidiano familiar, fica mais a cargo de Juliano e de Clarice, pelo fato de estarem em casa, ao contrário de Augusto, que tem os horários comprometidos com a prática médica.

> A Clarice morou com a gente, e mora até hoje. Ela é o suporte da nossa família. Mãe do Silvio e da Beatriz e do Ramon e do Ruan. A gente deixava ela cuidando deles e saía correndo (Augusto faz um sinal com as mãos de sair correndo, rindo). Brincadeira, a gente sempre ficou junto e conseguia balancear, ela saia, tinha os relacionamentos dela. Moramos em cidades pequenas e a Clarice sempre com a gente. Na verdade, a maioria das pessoas não entendia isso. Na verdade, isso que complicou a adoção. Porque o Juliano entrou sozinho na adoção e naquela época eu era casado com a Clarice no papel por causa do meu patrimônio, terreno, seguros, etc., e como eu sou casado com o Juliano eu não queria que isso fosse pro meu pai ou pro meu irmão. Se acontecesse alguma coisa ia ser dela e pro Silvio e pra Beatriz.

Ao final da entrevista, quando Augusto já havia se retirado para ir fazer um parto, Clarice aparece e comenta em tom de irreverência que ela organiza tudo na casa e que os dois deixam a bagunça e saem correndo. Juliano revela que "ela foi uma peça fundamental nessas questões de rotina, de maternagem, do dia a dia, porque enquanto eu corria para um lado, o Ricardo corria pro outro, ela cuidava dos meninos. Segurou muito, chorou muito, brigou muito, bateu muito". Clarice diz que "a experiência só passando, por que uns fazem, outros não, e quando você vê, já está fazendo. Não tem o que você falar muito, você vai fazendo. É do dia a dia, você vai sentindo, você vai fazendo. Você se obriga a dizer não, você se obriga a chorar, você se obriga a estar no meio, entendeu? " O entrevistador pergunta se é um casamento a três e Clarice reflete: "É... É um casamento a três. É uma coisa incrível, porque eu não vejo como é um casamento, eu vejo como uma família. Pra mim é diferente. Pra mim casamento é uma coisa, família é outra. Eu vejo como uma família. A gente se ama muito. A gente não fica mais um sem o outro, mas é uma família, uma estrutura familiar como outra, completamente familiar, sabe, não tem uma outra..."

Sobre a escolha da escola dos filhos, Juliano conta que Ramon e Ruan sempre estudaram em escola pública, indo para a particular depois que foram adotados. Para Silvio e Beatriz "a escola pública teve um período que foi bem importante, fazendo um bom trabalho. Tiveram professores fundamentais para a formação". Já na escola particular religiosa escolhida para os meninos, conta Juliano, "as coisas eram assim: "Tenho que engolir vocês, os filhos do veado".

Juliano conta que a escolha da escola particular católica foi pela questão do status, ou pela manutenção de certas hierarquias e práticas sociais de classe, se referindo também aos professores que atuam em cada tipo de escola:

> A escola pública paga, a escola particular não tem esse cacife. Mas a escola particular não tem os melhores professores, mas têm os melhores alunos. Então a clientela é

> excelente. Lá se bebe vodca, se fuma maconha mas é tudo escondido. Então tinha a questão do status e talvez eu tenha errado em relação a isso, deveria ter deixado eles na escola pública, mas também tem essa questão social dos alunos. O nível social, o que a gente pode oferecer para eles, também era a amizade de pessoas do nosso nível social, da nossa classe social, né? Então sempre teve essa divisão de classe social porque a escola impõe essa situação né? Você vai estudar numa escola do Estado, você vai estudar com pessoas, mesmo numa cidade muito pequena que nem a gente tá, nem 50 mil habitantes, tem essa separação. Você acaba sendo convidado; se você
>
> está na escola pública, o aluno da escola particular não vai convidar você para uma festinha porque você não é daquele metiê, então os meus filhos tiveram acesso a isso. Eles foram apresentados a essa questão social pelo poder aquisitivo, né? Então as coisas se tornaram assim, também, mais fácil, né, sei lá.

Por que do termo "erro"? Pergunta o entrevistador.

> Porque algumas demandas da "right society" são muito menos elaboradas numa escola particular, na minha visão. Na escola pública a gente trabalha com algumas demandas de um maneira mais humana e concreta da realidade nossa, tá entendendo? Então, vamos supor, uma relação de cigarro, de maconha, de bebida, eu resolvo isso dentro de sala. Até hoje eu tô dando supervisão, tô atendendo alguns alunos meus que eu atendia lá na sexta série. Uma vez peguei os meninos com uma garrafa de vodca lá na sétima série. Cara, aquilo ali eu resolvi de boa. Hoje os garotos aí fazendo terceiro ano, rindo dessa situação: "Juliano... Você foi um cara muito legal..." "Juliano, você não chamou meu pai, não chamou o Conselho tutelar, não mandou me prender". Coisa que na escola particular teria acontecido. Então algumas demandas assim a gente tem mais "feeling" pra entender de uma maneira mais humanista, então talvez o que tenha faltado, o que eu penso, talvez de ter deixado eles perto de pessoas mais sinceras. Pessoas que a gente vê que têm problema mas a gente pode resolver. Na escola das irmãs se fuma maconha, mas não se pode falar, pelo amor de deus. As coisas são muito mais veladas, por essa hipocrisia social, tá entendendo? Nós somos, assim, uma família. Nós nos representamos uma família muito normal, só que eu fumo maconha, eu traio a minha esposa, só que isso tudo é escondido né? Coisa que a gente vê que numa outra sociedade... É menos, hipocrisia, me desculpa Vitor... É menos hipocrisia, a realidade é mais nua e crua numa escola pública do que na particular.

A escolha da escola dos filhos mais novos parece se dar então mediante a necessidade de manutenção de um *ethos* de classe, ou uma lógica de distinção[7], na qual, embora se reflita sobre os prós e contras de cada tipo de instituição, escolhe-se a particular, pela continuidade com as posições de classe da família e os ganhos sociais que isso podem trazer para os filhos.

No que concerne à vida escolar dos filhos e seu acompanhamento, Juliano conta que quem mais ia à escola eram eles, (Augusto e Juliano), e Clarice a não ia. "A gente tem os papéis muito definidos. Eu que sempre cuidei disso". Augusto revela que num período que a mãe de Juliano ficou doente, seu marido precisou ficar longe, e foi o próprio Augusto que cuidou dessa questão da escola, e os filhos tiveram uma queda de rendimento. Então, ele que "ia na escola e

[7] Para Bourdieu (2011), as classes médias e altas vivenciam a dinâmica da distinção, ou seja, por meio da demonstração de certos gostos e práticas culturais, ditos superiores, buscam se distinguir socialmente, afirmando suas posições de classe perante a sociedade.

conversava. Silvio e Beatriz sempre foi Juliano e Clarice na Escola, Ramon e Ruan era eu e o Juliano. São dois momentos muito diferentes. A participação escolar é mais do Juliano, porque ele era pedagogo e tinha mais tempo hábil durante o dia". Juliano completa que sempre teve mais habilidade com essas questões e, talvez, tenha sido um erro, pois viu que precisava do apoio de Augusto e Clarice: "por várias situações o papel dos 3 foi fundamental para que a gente pudesse dar um suporte para os meninos, por que a história de adoção é sempre muito triste, né?". Especificamente sobre a relação escolar dos filhos, Juliano diz que os meninos se entrosavam com os colegas, que faziam os trabalhos na casa deles, assim como eles também iam às casas dos colegas. "Não é porque eles são nossos filhos, mas assim, os dois são muito queridos, são muito inteligentes, um QI acima da média. Então, sempre tiveram uma representatividade dentro da academia que o pessoal elogiava muito. Além de serem bonitos, são educados e inteligentes. Todo mundo gosta de gente bonita, educada e inteligente, tá entendo? Sempre foram alunos destaque, bem estudiosos. Talvez o problema deles seja esse: serem bons demais", conclui em tom reflexivo.

Aqui, a equação para o sucesso escolar dos filhos, dois estudantes de cursos das ciências exatas em uma universidade pública, fica mais clara na fala de um dos pais: beleza, educação, e inteligência, importantes capitais[8] mobilizados em favor do sucesso escolar, apesar de os meninos serem "filhos dos veados", como disseram na entrevista, estudando em uma escola católica onde alguns acontecimentos são mais mascarados que em outros tipos de instituição, segundo Juliano. As relações com as outras famílias sempre foram tranquilas, afirma Juliano. "Em relação aos meninos, nunca senti nenhum preconceito. Ao contrário, por eles já estarem numa fase de adolescente, era muito tranquilo. E até pelo próprio desenvolvimento afetivo deles foi muito tranquilo. Nunca senti nenhum preconceito não."

Ao serem questionados sobre a interferência do contexto político brasileiro em sua família, Augusto diz em tom irônico que está com muito medo.

> Não sou de esquerda, não sou petista, mas há uns 3 meses eu discuti com uma amiga, governista, negacionista e ela disse: Ricardo, vá estudar. E eu acatei o conselho dela e estou tentando estudar, estou ouvindo alguns blogs, podcasts. Tem um documentário, chama Retrato narrado, da Revista Piauí, com o Spotify, sobre o presidente do Brasil e tem outros nomes também. Eu escutei um pouco de Olavo de Carvalho, que é uma coisa

[8] Segundo Nogueira e Nogueira (2002), para Pierre Bourdieu, a escola é um mercado no qual se mobilizam diferentes capitais: o econômico, materializado no acesso a bens e serviços, o capital social, ligado aos relacionamentos sociais influentes mantidos pela família, o capital cultural institucionalizado, expresso nos títulos escolares, e o capital cultural "incorporado" relacionado à relação com a cultura "geral" como os gostos, relação com a arte, culinária, decoração, vestuário, esportes, etc.

> tenebrosa (faz som de vômito), eu não consigo entender como alguém que tem formação superior consegue levar em conta o que ele fala. E eu tenho medo de um dia o pessoal governista chegar e apontar: olha lá, eles são mau exemplo. Por mais que a gente seja bom exemplo, que eu sei que nós somos bons exemplos; pô, quatro filhos, todos na faculdade, dois formados, né? Como é que eu não vou ser bom exemplo? E eu tenho medo aí, de algum momento eu ser linchado. Jogarem pedra no meu carro, ou apontarem eu e o Juliano, e ser demitido por conta disso. Por causa de lá de cima. Eu acho que o Brasil é muito grande. Tem muita variação. Minas é de um jeito, Rondônia é de outro, Pernambuco é de outro, Rio Grande do Sul é de outro, tudo diferente. E eu acho muito difícil ter uma ditadura, tanto de um lado como de outro, ou então virar comunismo, eu acho difícil isso, mas eu tenho medo de um motim aqui, um motim ali, eu tenho medo. Espero que o povo em 2022, consiga entender e de separar o joio do trigo, e espero que venha mais alguém aí para competir para dar uma aquecida, uma diferenciada, mas eu tenho medo, tá?

O entrevistador pergunta se sentiram interferência direta dos discursos midiáticos (cita o suposto "kit-gay") sobre a vida prática deles. Ao que Augusto responde: "Lá no meu meio, o pessoal respeita, não mete muito o bedelho, um ou outro faz uma piada e olha, brinca né, mas a gente sente sim, a gente tá meio assim..." Após a saída de Augusto, Juliano diz que seu marido fica bastante assustado. "O Augusto foi estudar sim, que o Augusto é anti-Bolsonaro". Juliano continua:

> Pela psicologia a situação dessa política, eu acho que esse presidente fala o que a massa queria falar, que o povo tava querendo falar. Então trouxe à tona a questão do preconceito que era tão velado, sabe? Eu sou PT, eu sou Lula, se o Lula voltar eu voto no Lula, ta entendendo? Eu vi, teve coisas negativas naquele governo, mas eu vi dentro da escola pública, né?, o meu aluno sair do ensino médio e entrar numa faculdade. Eu vejo o desmonte hoje das faculdades, da escola; a escola tá totalmente abandonada, então... Eu acho que se precisa de um governo, uma política mais social em relação a isso, tá entendendo? E eu tenho medo sim, eu concordo como Augusto, sabe? Então a gente nunca foi de demonstrar muita afetividade na rua, coisa que eu até gosto de levantar bandeira, mas eu tenho me policiado assim, tá entendendo? Eu tenho deixado as coisas um pouco mais reservadas, porque eu tenho medo sim do que possa acontecer em relação... Se essa besta humana continuar a governar este país.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: INDÍCIOS DE PROCESSOS

Alguns aspectos se destacam nas trajetórias e características dos casais. Ambos têm consciência de sua posição privilegiada na sociedade, em função de sua classe social, que lhes é também uma proteção contra possíveis discriminações e exclusões, embora saibam que essa "segurança social" não se dê do mesmo modo para todas as pessoas homoafetivas, e tenham uma certa noção de riscos possíveis e concretos que o momento político e as configurações sociais no país possam trazer para suas vidas. Outro aspecto notável são as trajetórias escolares dos filhos indicadas pelos casais: Joaquim, uma criança bem adaptada e integrada na escola, e os filhos de Juliano, Augusto

e Clarice, dois formados no Ensino Superior e dois estudantes de universidade pública. Aqui também se destaca a relação das profissões dos casais com a trajetória de sucesso escolar

dos filhos: todos têm formação superior, chegando até o pós-doutorado, no caso de Carla e Mariana, sendo que no caso de Mariana, Augusto e Juliano, os três detêm conhecimentos específicos das lógicas escolares e do desenvolvimento infantil em função de suas áreas de atuação, o que, como mostra uma vasta literatura da Sociologia da Educação, contribui para as possibilidades de êxito escolar. No que concerne à escolha das escolas dos filhos, para o casal de mulheres se deu em função da estrutura que a instituição oferecia ao filho, como alimentação, cuidados e pelo conhecimento do projeto pedagógico e das práticas educativas em curso no estabelecimento. Já no caso do casal de homens, os filhos biológicos estudaram em escola pública, e os outros dois, ao serem adotados, migraram da escola pública para a particular católica, por terem chances de conviverem com pessoas de um meio social mais próximo ao da família, sendo esse o critério que mais predominou na escolha, segundo os pais. Se no primeiro caso as interações família-escola, o projeto pedagógico, e as vivências da criança são positivos, no segundo caso, o casal não fez relato parecido, mostrando que a "escola teve de engolir os filhos dos veados", apesar de um tratamento sem discriminações. Ou seja, estiveram lá sob as garantias daquilo que os poderes financeiro e social dos pais lhes proporcionaram, talvez quase que como um bem "comprado", e que, na condição de produto, deve oferecer sua contrapartida, a justificativa pelo seu "valor de uso". Os jovens são, ainda, "endossados" em função da posse de disposições pessoais, tão valorizadas pelo ambiente escolar como "a beleza, a educação e a inteligência". Tal aspecto sinaliza uma afirmativa em relação à nossa hipótese de que a relação das famílias homoparentais com a escola dos filhos depende do projeto pedagógico de cada instituição, que a torna mais ou menos inclusiva (como no caso do casal feminino) e da relação produto/consumo/cliente, que possibilita que certos tipos de instituições aceitem tais famílias, sobretudo quando dispõem de elevado capital social e material, mas não de modo mais profundo, como sinalizou o casal de homens, já que, segundo eles, não se discutem "esses temas" na escola. Nos dois casos, os encarregados de cuidado tiveram em conta a questão da escola pública, aparecendo nas falas a lógica desse tipo de instituição como sendo mais aberta e democrática, mas o que preponderou sobre suas escolhas foi a escola particular. Assim, quanto a esses perfis de família, podemos nos questionar sobre qual o imaginário a escola particular desperta no que diz respeito à segurança, qualidade de ensino, a oferta de serviços de atendimento e as implicações da convivência com os "iguais e os diferentes de mim", indagações as serem cultivadas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *A Distinção:* crítica social do julgamento. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BRUSCHINI, M. C. A. Uma abordagem sociológica de família. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 6 n. 1, jan./jun., 1989. p. 1-23.

COSTA, A. B.; Nardi, H. C. O casamento "homoafetivo" e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sexo. *Estudos Feministas*, vol. 23, n. 1, p. 137-150.

ELEITO, Bolsonaro insiste em fake news sobre kit gay. *Carta Captital,* 30/10/2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/bolsonaro-insiste-em-fakenews-sobre-kit-gay/> Acesso: 12 jul. 2020.

FARIAS, M. O. Famílias homoparentais e escola: reflexões e possibilidades. *Revista Ibero americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 10, n. 2, p.1477-1487, 2015. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8332/5640>. Acesso em: 15 jun. 2020.

GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos Pagu*, Campinas, 1993, pp.67-110.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HERNÁNDEZ, J. G.; UZIEL, A. P. Famílias homoparentais e escola: entre a vigilância e a transformação. *Momento – Diálogos em Educação*, v. 23, n. 2, p. 9-24, mar. 2015. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/momento/article/view/4934/3109>. Acesso em: 12 jul. 2020.

KORNATZKI, L.; RIBEIRO, P. R. C. *As relações entre famílias homoparentais ou homoafetivas e escola: uma revisão de literatura*. In: III CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ONLINE DE EDUCAÇÃO SEXUAL, 2015, Brasil. *Anais...* Disponível em: <http://www.coesinternacional.com/2015/>. Brasil, 015. Acesso em: 15 jun. 2020.

LAHIRE, B. *Sucesso escolar nos meios populares – As razões do improvável.* São Paulo: Ática, 1997. _____. *Retratos sociológicos*: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004. LOURO, G. L. *Um Corpo Estranho – Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

MAGALHÃES, S. R. *Família e escola no processo educacional de filhos e filhas de pais homossexuais.* 2009. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2009.

MELLO, L.; GROSSI, M.; UZIEL, A. P. A escola e @s filh@s de lésbicas e gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil. In: JUNQUEIRA, R. (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.* Brasília: Ministério da Educação, 2009. p.159-181.

MILLS, C. W. Sobre o artesanato intelectual. In. _____. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Trad. Maria Luíza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MOCHI, L. C. C. *Afinal, do que é feita uma família?* Famílias homoafetivas femininas: da (in)visibilidade às percepções hetero/naturalizadas de profissionais da educação básica. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, v. 2, 5 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

NOGUEIRA, M. A. A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social/interrogações sociológicas. *Análise Social*, Lisboa, v. XL, n. 176, p. 563-578, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n176/n176a05.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

_____. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 31, p. 155-169, 2006. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/6850/4121> Acesso em: 15 jun. 2020.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu. *Educação & Sociedade*, nº 78, abril/2002, p.15-36.

PERRENOUD, P. Entre a família e a escola, a criança mensageira. In: MONTANDON, C.; PERRENOUD, P. *Entre pais e professores, um diálogo impossível?* Para uma análise sociológica das interacções entre a família e a escola. Oeiras: Celta Editora, 2001a, p. 29-56.

_____. O que a escola faz às famílias. In: MONTANDON, C.; PERRENOUD, P. *Entre pais e professores, um diálogo impossível?* Para uma análise sociológica das interacções entre a família e a escola. Oeiras: Celta Editora, 2001b, p. 57-112.

ROUDINESCO, E. *A Família em Desordem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. SOUZA, J. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SILVA, P. *Escola-Família, uma relação armadilhada.* Interculturalidade e relações de poder. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

TANNURI, J. G. C. G. *O que dizem famílias homoparentais sobre as relações estabelecidas com a escola de seus filhos*: tensões entre aceitação e discriminação. 2017. 193f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Rio Claro, 2017.

CULTURAS URBANAS, CONFLITOS DAS/NAS CIDADES E SOCIABILIDADES: A EMERGÊNCIA DE NOVOS PARADIGMAS SOCIOLÓGICOS

CAPÍTULO VII

MOBILIDADE(S) E HIBRIDISMO: A MÁQUINA E A CONSTRUÇÃO DE OUTRO SER

Anne Caroline Nava Lopes [1]
Isanda Maria Falcão Canjão [2]

[1] Professora do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Pinheiro. Doutora em Ciências Sociais pela UFMA.
[2] Professora de Antropologia/Sociologia da Universidade Ceuma. Doutora em Ciências Sociais pela UFMA. isanda.maria@gmail.com. (98)981461360.

RESUMO

As formas pelas quais os indivíduos passam por experiências diversas em torno das dimensões e relações espaço-temporais têm sido consideradas, por alguns sociólogos contemporâneos, como dimensões centrais para o entendimento da mobilidade contemporânea. A questão da mobilidade também está relacionada com os desdobramentos da tecnologia e da intensificação do desenvolvimento dos meios de transportes e da automobilidade. A partir desses aspectos, este artigo visa refletir, a partir de algumas perspectivas teóricas, sobre as novas condições de mobilidade ressaltando a presença do hibridismo como característica marcante da automobilidade.

Palavras-Chave: Mobilidades; Automobilidade; Hibridismo.

1. INTRODUÇÃO

O tema da mobilidade pode ser considerado relativamente recente dentro de uma abordagem das Ciências Sociais. Em geral, a questão dos transportes relacionados ao tráfego e circulação, bem como a questão da infraestrutura sempre chamaram atenção de uma abordagem mais técnica. Todavia, a questão da mobilidade e os problemas hoje verificados não apenas no Brasil, mas no mundo quanto ao deslocamento de pessoas e bens nos espaços sociais clamam análises que levem em consideração as dinâmicas e relações sociais estabelecidas em torno da questão da mobilidade e da automobilidade.

Na maioria dos países, incluindo o Brasil, os problemas de locomoção enfrentados diariamente no meio urbano são com frequência objeto de uma análise fragmentada, que dissocia o sistema de transporte, circulação de veículos, mobilidade e uso do solo. Todavia, o conceito de mobilidade, bem como o de automobilidade são mais abrangentes adotando uma

visão sistêmica[1] sobre toda movimentação de bens e de pessoas, e envolvendo todos os elementos que produzem as necessidades de deslocamentos.

Diversos autores têm estudado essa problemática da mobilidade e assim apareceram algumas abordagens teóricas como forma de compreender e possivelmente problematizar a condição atual. Urry (2007) apresenta o paradigma das novas mobilidades – associado ao flagrante incremento e crescente acesso às tecnologias de transporte e de comunicação, com a desmaterialização das conexões resultante do surgimento de novos aparelhos tecnológicos tais como I-pods, celulares, laptops etc. Para Bauman (1999), em uma sociedade de consumo destaca que a mobilidade passa a se figurar como um bem de consumo, assim sendo, dependendo da classe social que o indivíduo está inserido, a mobilidade física pode assumir distintos significados. Segundo Cresswel (2011), compreender estas questões em conjunto acrescenta mais do que a soma das partes. Para ele, a pesquisa das mobilidades conjectura sobre uma variedade de elementos que se movem, incluindo os seres humanos, ideias e objetos. Assim, para Urry:

Ele [o paradigma das novas mobilidades] permite que o "mundo social" seja teorizado como uma grande variedade de práticas econômicas, sociais e políticas, infraestruturas e ideologias que envolvem todos, implicam ou reduzem os vários tipos de movimentos de pessoas, ideias, informações ou objetos. E, assim, este paradigma traz à tona as teorias, métodos e exemplos de pesquisas que têm sido majoritariamente subterrâneos, vistos de fora. Então, eu uso o termo mobilidades para me referir ao projeto mais amplo de criação de uma ciência social orientada pelo movimento. (URRY, 2007 p. 18).

Assim, com a leitura sociológica do fenômeno, a mobilidade espacial passa a ser entendida como uma dimensão transversal da sociedade na medida em que atinge distintos aspectos da existência humana: físico e mental, individual e social; local, regional e global etc.

Neste artigo, para ampliar a compreensão acerca das relações entre tecnologia e sociedade, propomos em conjunto com a questão da mobilidade um estudo acerca das influências dos sistemas tecnológicos (máquinas) com base nas perspectivas das ações dos indivíduos o que acaba formando uma espécie de sistema híbrido.

---

[1] John Urry apresenta o que ele designa de "sistema de automobilidade" como um complexo de elementos que partem desde os setores industriais passam pela redefinição das noções de tempo-espaço e toca na questão das novas mobilidades e nas relações híbridas. In: The 'system' of Automobility. John Urry.In: Theory, Culture & Society. London, Thousand Osks and New Delhi: Sage, 21 (4/5), 2004.

As transformações que ocorrem acerca das novas espécies de mobilidades justificam o espaço que o tema tem recentemente ocupado na academia e impõem desafios metodológicos para aqueles que investigam objetos de estudo derivados das consequências e efeitos das novas mobilidades. Captar os múltiplos aspectos envolvidos no fenômeno implica em lançar mão de análises e recursos teóricos e metodológicos diferenciados. Assim, sendo, adiante serão abordadas questões gerais que emergem no processo investigatório das mobilidades e do hibridismo.

2. O TABULEIRO DAS MOBILIDADE(S): SIGNIFICADOS, INFLEXÕES E O JOGO DOS MOVIMENTOS

Os tempos característicos da modernidade cinética são os mesmos pontuados pela ascensão da economia globalizada, das sociedades em redes, do alto desenvolvimento tecnológico e da consequente lógica política neoliberal a ela associada. Essa configuração faz com que a mobilidade de determinados fluxos - de pessoas, de mercadorias, além de financeiros - tenha a tendência a aumentar e tornar as interações e as relações sociais cada vez mais complexas.

Abordar a questão da mobilidade significa partir do entendimento de que ela não é um elemento específico da atualidade. Contudo, é necessário compreender que a mobilidade ganha contornos *sui generis* na modernidade cinética porque, moldando-se às próprias transformações econômicas, sociais e tecnológicas que se verificam no mundo, acaba sendo irremediavelmente assumida como um verdadeiro estilo de vida.

Nesse sentido, é importante considerar que central à própria existência humana, "a mobilidade é um fato da vida" (CRESSWELL, 2011). E, como diria Urry (2007, p.3), "It sometimes seems as if all the world is on the move".

É possível perceber que algumas referências da sociologia contemporânea apontam para a importância de entendermos a dimensão e a complexidade das relações sociais decorrentes dos deslocamentos contemporâneos, assim como a de construir novos instrumentos de análise. É nesse contexto que autores como John Urry[2] referem-se a um

[2] John Urry no segundo capítulo do livro Mobilities apresenta seu paradigma das mobilidades, o qual se pretende multidisciplinar e capaz de estabelecer uma ciência social orientada ao movimento.

"paradigma da mobilidade", como uma proposta para alternativas de análises sobre os novos cenários com os quais os indivíduos estabelecem interações.

É importante lembrar que durante algumas décadas não foram consideradas relevantes pelas Ciências Sociais, as ideias de Georg Simmel sobre o movimento e seus impactos na vida cotidiana moderna. Todavia, muitas de suas construções e teorizações foram retomadas por Urry e seu Paradigma da Mobilidade.

Não há dúvidas de que a mobilidade é uma questão crescente dentro das Ciências Sociais, uma vez que ela se apresenta como um princípio geral da modernidade[3]. Com efeito, por muito tempo o conceito de mobilidade ficou restrito a ideia de "um movimento ligado à mera mudança de lugar". Assim, as discussões sobre mobilidades foram especialmente discutidas no campo dos estudos geográficos que as associavam as questões de formação do espaço urbano e as dinâmicas socioterritoriais. Todavia, o "retorno da mobilidade" nas Ciências Sociais enfoca as diferentes redes, fluxos e práticas que tem transformado os processos de relações e dinâmicas sociais. Os estudos mais recentes ligados a uma perspectiva crítica sobre a visão limitada do conceito de mobilidade e sua delimitação geográfica, passaram por um processo de refinamento e tornou conceito polissêmico.

Como já sinalizava Bauman (1999, p. 6) "A mobilidade [atualmente] galga o mais alto nível dentre os valores cobiçados – e a liberdade de movimentos, uma mercadoria [contudo] sempre escassa e distribuída de forma desigual".

É importante considerar que devido a complexidade de aspectos relacionados à mobilidade, o correto seria falarmos em "mobilidades", no plural, em função de sua amplitude como sugere Jonh Urry em sua obra *Mobilities* ao falar do paradigma das diferentes mobilidades (2007, p 7).

Dada a atualidade do tema "mobilidades" e aliando-o à compreensão contemporânea da expansão da ideia de "movimento", autores como Urry (2007, p. 17) destacam o papel que o movimento de pessoas, ideias, objetos e informações desempenham na vida social. Por sua vez, Canzler, Kaufmann e Kesselring (2008, p. 2) afirmam que a mobilidade é o movimento real ou virtual de pessoas e objetos sendo que o conceito de movimento não representa necessariamente uma fixidez relativa a um mero deslocamento no espaço geográfico, mas sim

[3] In: Tracing Mobilities: towards a cosmopolitan perspective. Canzler, Kaufmann e Kesselring. USA : MPG Books Ltd, 2008 (p. 3).

a um todo complexo próprio do espaço social que envolvem escolhas, intenções e materialidades. Nestes termos, explicam:

With respect to these new factors the definitions of mobility often fall short. The most common one considers mobility as movement in real or 'virtual' spaces of people and objects (Kaufmann 2002). The first obstacle this definition encounters is that mobility does not Consist exclusively of movement, but also a system of potentials characterized by intentions, strategies and choices. [...] The second source of dissatisfaction concerns space. Being mobile is not only a question of geographical space, but also, and perhaps essentially, of social space.[...] To pass these limitations, we propose to define mobility as a change of condition by targeting three dimensions: movements, networks and mobility. (CANZLER, KAUFMANN & KESSELRING, 2008, P. 2)

Assim, é igualmente importante destacar que a ideia de "movimento" também tem se tornado importante questão para a análise sociológica em termos dos padrões de mobilidades que estão se configurando na atualidade.Nessa perspectiva, os referidos autores falam em *motilidade* e asseveram que "motility is the capacity of na actor to move socially and spatially[4]".Nesse sentido, Canzler, Kaufmann e Kesselring explicam que:

Movements refer to strictly a geographic dimension. They occur between an origin and one or several destinations, they are identifiable on a map, and are measured according to flow forms. We should note that movements do not only concern transportation.[...] Movements also do not necessarily concern people, because objects, ideas, and commonly information are in movement. (CANZLER, KAUFMANN & KESSELRING, 2008, P. 3)

Tecnicamente a mobilidade engloba o movimento e a motilidade. Os autores propõem uma expansão do conceito de mobilidade ao sugerir uma inversão de perspectiva: pensar mobilidade a partir do potencial de movimento das pessoas e objetos, no caso, motilidade, e não no seu mero deslocamento físico.

A proposta é considerar que todos os indivíduos possuem potencial de mobilidade que será (ou não) transformado em movimento de acordo com suas aspirações, escolhas e circunstâncias. Sob essa perspectiva, Canzler, Kaufmann e Kesselring (2008, p. 3) consideram

---

[4] Canzler, Kaufmann e Kesselring na obra *Tracing Mobilities* pensam a lógica da mobilidade associada a dois elementos fundamentais, quais sejam, o movimento e a motilidade. Para os autores o movimento refere-se a uma dimensão geográfica e a motilidade transcende para uma dimensão social. É importante destacar que esse esforço analítico move-se no sentido de desconstruir o entendimento sinônimo entre as ideias de movimento e mobilidade.

que a motilidade é composta por todos os fatores que definem a capacidade de uma pessoa ser móvel, como por exemplo, atitude física, aspirações de fixação ou de mobilidade, a existência de tecnologias de transporte e comunicação entre outros critérios.

Ao considerar a mobilidade espacial como um fenômeno apto a se manifestar de diferentes formas, KAUFMANN e MONTULET (2008, p.40) propõem uma espécie de *tipos ideais* de mobilidades. Essa tipologia das mobilidades considera os ritmos e as maneiras com que as formas de mobilidade são articuladas com uma lógica de ações próprias do indivíduo. Na tipologia apresentada pelos autores, o espaço é pensado desde sua dimensão territorial, até a noção de espaço como uma dimensão indefinida, em expansão. E o tempo é constituído por seu caráter de permanência até sua qualidade de efemeridade, na qual o instante é o que importa. Baseado nessas características definem os quatro tipos, quais sejam: sedentary mobility, re-embedded mobility, incursive mobility e cosmopolitan mobility.

A primeira combina território com permanência. Quem melhor representaria esse tipo de mobilidade é o homem do campo que se movimenta no interior de uma dimensão localizada, representada pelos limites de sua pequena cidade, na qual vivencia toda sua experiência de mobilidade. Já a segunda – re-embedded mobility – é vivenciada por indivíduos que estão ligados a um território, mas não acreditam mais no "mito de permanência". Ou seja, pessoas que foram "desenraizadas" de seus lugares de origem, mas pelos quais ainda possuem fortes laços. Imigrantes são um bom exemplo de indivíduos que experimentam deste tipo de mobilidade.

O terceiro tipo é o caso em que a permanência é vivenciada em um espaço aberto, de fluxos, em expansão. Os indivíduos que vivenciam esse tipo de mobilidade são entusiastas das tecnologias que os permite viajar por novos lugares. Para os autores quem melhor experimenta essa mobilidade é o viajante.

Por fim, o último tipo representa uma espécie de mobilidade que combina espaço em expansão como tempo efêmero. O indivíduo cosmopolita viaja de um ponto ao outro sem limitação. Como um novo nômade, o homem de negócios global é o que melhor incorpora esse tipo de mobilidade. Trata-se do que ancora sua localidade em uma série de espaços de passagem, como quartos de hotel, saguão de aeroporto esalas de embarque.

Importa notar que essas tipologias não são fechadas e inflexíveis. Tratam-se de construções conceituais e categorias de análise que ajudam a compreender os desdobramentos das mobilidades, uma vez que a vida é diversa e cheia de decisões de movimentação a serem definidas, conjecturadas, estabelecidas e realizadas.

A análise e o debate destas questões teóricas situadas no âmbito da problematização das mobilidades valem por si sós como campo de análise sociológico. O que interessa, portanto, é perceber como se realizam as mobilidades "reais", "virtuais" ou mesmo as imobilidades que exigem ou não co-presença e relações entre sujeitos e estruturas matérias e compreender as dimensões complexas desses fluxos.

3. AUTOMOBILIDADE E HIBRIDISMO: O RESULTADO DA CONEXÃO DO HOMEM COM A MÁQUINA

Today, we experience an ease of motion unknown to any prior urban civilization… we take unrestricted motion of the individual to be an absolute right. The private motorcar is the logical instrument for exercising that right, and the effect on public space, especially the space of the urban street, is that the space become meaningless or even maddening unless it can be subordinated to free movement[5]. (Sennett, 1977:14)

Um dos objetos preferidos no estudo das mobilidades tem um papel central na história da humanidade a todos os níveis de análise: o automóvel. Expoente da inteligência técnica, da eficácia organizacional e da capacidade de adaptação do homem ao meio. As Ciências Sociais em investimentos de pesquisa e reflexões atuais mostram que é possível analisar um tipo de relação *sui generis* entre o homem e a máquina.

De acordo com Featherstone (2004, p. 1) tem havido um aumento de interesse nos anos recentes sobre a significância dos fluxos, movimento e mobilidade na vida social. Ainda poderia ser argumentado, de acordo com o referido autor, que uma das formas dominante de mobilidade, a automobilidade, tem sido um tópico negligenciado na Sociologia, nos estudos culturais e disciplinas relacionadas. Existe, é claro, algumas exceções notáveis. Segundo Featherstone, Roland Barthes, por exemplo, sugere que por conta dos carros serem usados e consumidos na imagem por toda a população eles deveriam ser vistos como " o exato equivalente das grandes catedrais góticas".Certamente, os carros tem alta visibilidade no cenário social e no imaginário cultural pelo último século. Um bilhão de carros foram manufaturados no curso do século XX e há atualmente cerca de 700 milhões de carros circulando em torno do mundo. A visibilidade e influência do carro como objeto de produção

[5] [5] The 'system' of Automobility. John Urry.In: Theory, Culture & Society. London, Thousand Osks and New Delhi: Sage, 21 (4/5), 2004. (p.25).

em massa (Fordismo) e de consumo de massa, um impacto na organização espacial através de rodovias, layout das cidades, habitação suburbana, e shopping centers, são incontestáveis. Há um poderoso complexo socioeconômico e tecnológico sustentando o carro, e embora alguns comecem a falar sobre o pós-carro, é o fim do carro de aço e petróleo, não um mundo livre de carros, eles aludem.

Tim Dant (2004, p, 61) afirma que o que é surpreendente é que o automóvel não tem atraído muito mais do que comentários superficiais como um objeto que molda o conteúdo da ação social. Destaca o referido autor, que mais frequentemente o automóvel e o tráfego motorizados são usados para explicar outras ações sociais como o trânsito de pedestres. Todavia, adverte o autor que a forma que o carro vai introduzindo novas formas de relações sociais com seu caráter peculiar ainda não foi foco de uma atenção séria da Sociologia. O artigo de Dant intitulado *The Driver-car*, entre outras questões explora a questão do hibridismo e de uma gama de ações sociais que estão associados ao automóvel como a poluição, morte etc.

Importante destacar a contribuição de Nigel Thrift (2004, p.46) quando afirma que o carro tornou-se uma característica comum da própria vida cotidiana. Difícil mesmo pensar a atualidade sem a presença dos carros. Em particular, Thrift coloca a prática de caminhada retomada de Michel de Certeau que a usou como um sinal do humano e acopla –a ao lado da prática da condução. Thrift argumenta, por exemplo, que cem anos ou mais após o nascimento da automobilidade, a experiência da condução está afundando cada vez mais em nosso 'tecnológico' inconsciente.

Fruto da Segunda Revolução Industrial, a "cultura" do automóvel se estabeleceu, se ampliou e triunfou com toda a sua força para dentro da sociedade pós-industrial, acentuando os desafios que as sociedades necessitam enfrentar. Para Giucci (2004, p. 13) no caso do automóvel sua importância é fruto da centralidade do objeto na transformação da vida urbana. Assim, na visão de Giucci:

Desde sua invenção na Europa, no final do século XIX, o automóvel percorreu o mundo, dominou as cidades e se transformou em protagonista da vida cotidiana. Pelo emaranhado de caminhos, ruas, avenidas e auto-estradas circula hoje uma civilização nervosa, cuja marca registrada é o indivíduo em movimento (GIUCCI, 2004, p.11).

É importante considerar que Giucci (2004) propõe uma investigação na obra *A vida cultural do automóvel* sobre as relações culturais entre a máquina e o homem a partir de uma análise sobre a história do automóvel, visto sob o impacto do nascimento e explosão massificada da indústria automobilística na cultura.

De acordo com Eduardo Vasconcellos (2013, p 13) o processo de constituição da indústria automobilística é importante por representar o início da oferta regular e mais acessível de veículos de transporte individual, que passaram a disputar o mercado com o transporte público.

A questão da automobilidade também é desenvolvida por Urry (2004, p. 26) em seu artigo intitulado *The 'System' of Automobility* . Neste o referido autor afirma que o sistema de automobilidade compreende seis componentes que, em combinação geram e reproduzem o caráter específico de dominação que o sistema exerce. O autor define a automobilidade a partir desses componentes. O primeiro deles é o objeto manufaturado produzido pelos setores industriais líderes e o firmamento icônico do capitalismo do século XX (Ford, GM, Rolls-Royce, Mercedes, To yota, VW... e da indústria, da qual os conceitos definitivos das Ciências Sociais sobre Fordismo e pós-fordismo emergiram. O segundo e terceiro elementos, dizem respeito, respectivamente, a questão da valorização do consumo atrelada a busca do status dos proprietários através dos seus símbolos de valor como a velocidade, segurança, desejo sexual, liberdade. O outro diz respeito a todo complexo poderoso constituído por ligações técnico sociais com outras industrias que produzem peças de carros, acessórios, refinamento e distribuição do petróleo, construção e manutenção de estradas, propaganda e marketing.

Nesse sentido, Urry para completar sua perspectiva acerca do que ele chama de sistema de mobilidade ainda pontua o quarto, quinto e sexto elementos. Assim, o quarto corresponde a forma global predominante de mobilidade "quase-privativa" que subordina outras modalidades como andar, usar bicicleta, viajar de trem e reorganiza como as pessoas negociam as oportunidades no que se refere ao trabalho, família, lazer e prazer. O quinto elemento diz respeito a cultura dominante que sustenta o principal discurso sobre o que constitui uma "boa vida", ou seja, o que é necessário para alcançar uma cidadania adequada de mobilidade. O sexto e último elemento diz respeito a causa mais importante do uso dos recursos ambientais. Isso resulta da escala de material, espaço e energia utilizado na fabricação de carros, estradas, qualidade do ar, a questão dos níveis de poluição espacial e temporal da automobilidade global. Segundo Urry (2004, p.26), o transporte responde por 1/3 das emissões de Co2 e é indiretamente responsável por muitas das guerras do século XX.

Com efeito, a discussão de Urry sobre automobilidade e mais propriamente o significado do termo, diz respeito a captura de um duplo senso do eu humanista na noção de autobiografia, e de objetos ou máquinas que possuem a capacidade de movimento. Essa autorressonância do "auto" demonstra como o condutor é um *híbrido* semblante das atividades humanas específicas

associadas as atividades das máquinas. Em síntese, automobilidade envolve humanos autônomos combinados com máquinas. Nas palavras de Urry:

'Auto' mobility thus involves autonomus humans combined with machines with capacity for autonomus movement along the paths, lanes, streets and routeways of one society after another. What is key is not the 'car' as such but the system of these fluid interconnections. Slater argues that: ' a car is not a car because of its physicality but because systems of provision and categories of things are "materialized" in a stable form, and this generates the distinct affordances that the car provides for the hybrid of the car driver. (URRY, 2004, P.26)

Dessa forma, na visão de Urry (2004, p. 28) a automobilidade é uma fonte de liberdade, a "liberdade da estrada". A sua flexibilidade permite que o carro-motorista (híbrido) possa, por exemplo, viajar a qualquer momento em qualquer direção ao longo dos sistemas rodoviários complexos das sociedades ocidentais que ligam a maioria das casas, locais de trabalho e locais de lazer. Carros podem estender as possibilidades de onde as pessoas podem ir e, portanto, o que eles estão literalmente capazes de fazer. Muito da "vida social" não poderia ser realizada sem as flexibilidades do carro e sua disponibilidade 24 horas.

Infere Giucci (2004, p. 19) que a extraordinária vitalidade do automóvel está no fato de que ele, de modo relativamente rápido, passou a ser visto como uma exigência do mundo moderno – economia de tempo, utilidade, trabalho, independência e prestígio.

O referido autor da obra *A vida cultural do automóvel*, mostra essa máquina como um verdadeiro objeto de culto sendo mesmo considerada como o núcleo de "uma religião cinética universal", isto é, uma espécie de "sacramento rodante" que unifica corpo e velocidade.

Nesse sentido, é importante notar o papel do híbrido que é algo resultante da união da máquina com o sujeito. Na visão de Urry (2004, p. 31), uma vez no carro, não há quase nenhuma movimento cinestésico do motorista. Assim, embora a automobilidade represente um sistema da mobilidade, exige dentro da máquina o mínimo de movimento uma vez que o sujeito é "amarrado" no banco do condutor. Olhos têm de estar constantemente à espreita de perigo, mãos e pés devem estar prontos para a próxima manobra, o corpo é agarrado em uma posição fixa, luzes e ruídos podem indicar que o híbrido precisa fazer ajustes instantâneos. O corpo do motorista é o próprio fragmentado e disciplinado para a máquina, com olhos, ouvidos, mãos e pés, todos treinados para responder instantaneamente e de forma consistente, enquanto desejos mesmo para esticar, mudar de posição, a cochilar ou para olhar ao redor estão sendo suprimidas. O carro se torna uma extensão do corpo do motorista.

De acordo com Tim Dant (2004, p.62) essa junção do homem com a máquina resultaria numa espécie de cyborg. Segundo o autor, explicando o termo é como se fosse um sistema que

incorpora o corpo e que pode substituir partes do corpo humano. Dant fala de uma espécie de fusão da subjetividade do motorista com a máquina carro e de como isso cria uma nova forma de vida. O referido autor refere-se ao hibridismo na formação condutor-carro para se referir a colaboração de formas humanas e objetos num mesmo ser. Dant afirma que a palavra "híbrido" se refere a prole de duas espécies que são geralmente incapazes de se reproduzir.

O híbrido caracterizado por Urry (2004, p. 31), também apresenta o "corpo" do carro que fornece uma extensão do corpo humano, em torno da pele humana frágil, delicado e vulnerável com uma nova capa de aço, embora também seja algo que se pode arranhar, ou ter deformações e rupturas, uma vez que ele encontra outros carros em um acidente por exemplo Vale ressaltar, que dentro do casulo privado de vidro e metal emoções intensas são liberadas!

O termo híbrido é usado por Tim Dant (2004, p. 62) de maneira mais rigorosa para designar a entidade que resulta da combinação permanente do carro com o homem. O híbrido não é apenas uma espécie resultante do acasalamento, mas um produto da invenção humana, fabricação e escolha deste.

Tim Dant (2004, p. 62-63) afirma que o que está em jogo é se a vida social é simplesmente o resultado de relações entre os seres humanos que vivem em grupos sociais ou se colaborações entre os seres humanos e os objetos materiais contribuem para a formação de uma sociedade com características inteiramente particulares.

O culto ao carro e a sua pretensa performance prometida criam situações estranhas e perigosas conforme infere Giucci (2004, p.83):

O carro faz emergir do fundo das pessoas algumas características curiosas que, em geral, não são honrosas. Revela, exaltando-as, as características menos nobres da natureza humana. Transforma um ser sensível em um nervoso, e um nervoso em demente. Faz de um forte um selvagem e de um selvagem um animal, oferecendo oportunidades inimagináveis de rejeição, perfídia e covardia. O carro permite ser impunemente grosseiro e covarde.

O veículo automotor é retratado por Giucci (2004, p 52-53) como um anarquista poderoso. Acelera, difundindo medos pelo mundo, livre das antigas regras. Nenhum trilho determina seu rumo. É o senhor das possibilidades ilimitadas. Seu condutor debocha das regras, pois para ele existe apenas uma lei: a de sua própria vontade. É a tirania do diabo e a vitória do desejo individual sobre a coletividade. Ele destrói os costumes e derrota os limites. Supera as carruagens, ocupa as ruas, invade as calçadas, ameaçando pedestres e mercados.

Por um lado, assevera o referido autor, que a velocidade intensifica o sentimento de prazer; por outro, aponta os perigos da vida moderna. Não restam dúvidas de que o veículo

sintetiza alguns dos elementos simbólicos mais almejados pelo "homem moderno": visibilidade, distinção e poder.

Featherstone (2004, p.10) cita Nigel Thrift que aponta para as formas em que os automóveis tornam-se mais e mais entidades híbridas em que a separação entre o homem e máquina torna-se turva. Afirma Thrift que não é apenas o motorista que possui inteligência e tem intencionalidade e capacidade de agir, a governança da ao carro cada vez mais funções delegadas no qual o carro em combinação com o homem é capaz de perceber seu ambiente, fazer julgamentos e agir em conformidade.

Conclui Featherstone (2004, p. 11) que o automóvel é um objeto cotidiano em que os seres humanos regularmente encontram novas tecnologias em suas vidas cotidianas e aprender a usar e controlá-la. Mais e mais aspectos da condução diária tornam-se mediada pelo processo em que a tecnologia deixa de ser visivelmente uma ferramenta ou técnica, mas torna-se um mundo em que as fronteiras e as interfaces entre seres humanos e os sistemas tecnológicos ficam cada vez mais difíceis de separar.

Nigel Thrift (2004, p. 49) afirma que como resultado do processo cumulativo anterior os automóveis tornam-se cada vez mais como entidades híbridas em que a inteligência e a intencionalidade são distribuídas entre o humano e o não-humano de formas que são cada vez mais inseparáveis.

Por fim, reitera-se que é fundamental entender a questão das novas relações, dinâmicas e práticas que envolvem tanto a questão da automobilidade quanto do hibridismo uma vez que os impactos sociais causados por eles são *fatos sociais* de grande visibilidade em tempos atuais. Dessa forma, a Sociologia não pode mais ignorar este tipo de objeto devendo se constituir como instrumento de análise das novas formas de sociabilidade específicos da ordem cinética.

4. CONCLUSÃO

O conjunto de tendências teóricas antes descritas não deixa de ser importante fonte de inspiração para os pesquisadores que investigam temas subordinados às novas mobilidades. Renovações no âmbito das investigações científicas são sempre bem vindas porque no ambiente acadêmico há consciência de que qualquer recurso metodológico apresenta limitações que merecem ser enfrentadas, ainda mais quando se trata de um objeto de análise recente e em processo de construção.

Com efeito, o que está em causa é aprofundar os conhecimentos sobre os vários tipos de mobilidades existentes, assim como sobre o conhecimento das novas características da

combinação de corpos de indivíduos e de corpos de maquinário implicados numa terceira formação dita híbrida que é expoente de uma nova realidade inteligente em tempos cinéticos de altíssimo aperfeiçoamento tecnológico.

É fato que a evolução dos meios de transporte, tecnologia e de comunicação tornou possível a conexão com qualquer parte do mundo, fazendo com que as transformações no movimento, nos deslocamentos e no alcance desses meios engendrassem impactos sociais significativos. No entanto, o uso da tecnologia associada ao comportamento humano apresenta dinâmicas novas como a formação de um complexo de hibridismo que torna a vida em sociedade mais peculiar do que em qualquer outro contexto histórico.

Por fim, notou-se que há por parte do aparato teórico uma certa inquietação com a singularidade das novas mobilidades e da questão da automobilidade como fenômenos inteiramente sui *generis* que, como vimos, requererem um aporte analítico e conceitual particular. O desafio continua no sentido de problematizar e construir a criação de um novo olhar sobre o universo dos movimentos, da mobilidade e do homem-mutante.

REFERÊNCIAS

CRESSWELL, Tim. **The Vagrant/Vagabond: The Curious Career of a Mobile Subject**. In: Geographies of mobilities: practices, spaces, subjects.:MPG Books Group, 2011.

DANT, Tim. **The Driver-car**. In: Theory, Culture & Society. London, Thousand Osks and New Delhi: Sage, 21 (4/5), 2004.

FEATHERSTONE, Mike. **Automobilities: na introduction**. In: Theory, Culture & Society. London, Thousand Osks and New Delhi: Sage, 21 (4/5), 2004.

GIUCCI. Guillermo. **A vida cultural do automóvel: percursos da modernidade cinética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

KAUFMANN, Vicent and Montulet. **Between Social and Spatial Mobilities: The Issue of Social Fluidity**. In: TRACING MOBILITIES: towards a cosmopolitan perspective, Canzler, Weert; Kaufmann, Vicent e Kesselring, Sven, Great Britain, Bodmin, Cornwall: MPG Books Ltd, 2008.

THRIFT, Nigel. **Driving in the City.** : Theory, Culture & Society. London, Thousand Osks and New Delhi: Sage, 21 (4/5), 2004

URRY. John. **Mobilities.** Cambridge, UK: Polity Press, 2007.

_____. **The 'System' of Automobility** In: Theory, Culture & Society. London, Thousand Osks and New Delhi: Sage, 21 (4/5), 2004.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. **Políticas de transporte no Brasil: a construção da mobilidade excludente.** Barueri, SP: Manole, 2013.

ZIGMUNT, Bauman. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

DESDEMOCRATIZAÇÃO EM FOCO, DEMOCRACIA EM XEQUE: DEBATES E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

CAPÍTULO VIII

AS TECNOLOGIAS DIGITAIS E SUA INFLUÊNCIA NA ASCENSÃO DA DIREITA RADICAL POPULISTA

Arthur Lamounier Mendonça [1]

[1] Graduando em Ciências Sociais na PUC – Minas. E-mail: arthurtabatule@gmail.com

RESUMO

O desenvolvimento das técnicas midiáticas tem modificado de forma direta as relações sociais e de poder e gerado, a cibercultura. A produção e difusão de formas simbólicas e transmissão de informação no ambiente digital criaram uma nova maneira de se comunicar, de fazer cultura e política. Dentro do ambiente social, a cibercultura e as tecnologias digitais têm influenciado na formação do cidadão e nas práticas democráticas de forma positiva e negativa. Sabe-se que a internet tem facilitado as interações remotas e o acesso a todo tipo de conhecimento disponível, seu alcance tem dado maior autonomia aos indivíduos. Entretanto, a tecnologia e os algoritmos alteraram a governança do poder soberano do Estado-nação e sua atuação nas pessoas, causando assim uma cisão profunda entre o "povo" e a "elite", dando espaço para o surgimento do fenômeno do populismo. Como bem observaram os cientistas políticos Pipa Norris e Ronald Inglehart, a confiança dos indivíduos tem diminuído em relação à política e ao regime democrático, abrindo uma lacuna para a atuação de movimentos populistas de extrema-direita. As propagandas e as *fake news*, de acordo com Giuliano da Empoli, utilizam das redes digitais de conexão para inflamar discursões políticas e introduzir ideologias radicais na ordem social. É um processo complexo que envolve questões econômicas, culturais e políticas. As redes sociais trouxeram um otimismo, uma sensação de liberdade e criação diante das crises diárias e impotência individual. A metodologia usada no trabalho passa pela revisão bibliográfica e pelo método dedutivo, utilizando da dialética para demonstrar os conflitos da cibercultura e da internet e como eles têm influenciado na disseminação de ideais radicais de extrema-direita que culminam na erosão da democracia. Consequentemente, percebe-se como as tecnologias digitais, mesmo com os avanços na democracia e nos processos participativos, têm alterado de maneira significativa as fronteiras sociais e políticas. Procura-se assim encontrar possibilidades para diminuir o fluxo de informação e a comunicação cibermediada que impulsionam a crise democrática.

Palavras-chave: Cibercultura. Extrema-direita. Democracia.

1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 90, a Internet entrou em um processo de disseminação global, sendo utilizada principalmente no âmbito econômico, sendo posteriormente, de forma mais contundente no social e político. Dessa forma, a sociedade tem seus meios técnicos de produção e difusão de informação modificados, a interação e propagação da informação tem um alcance maior e mais rápido nas relações entre as pessoas e as instituições. Para alguns pesquisadores,

essa fase altera a cultura predominante, a ação coletiva, o comportamento humano, exigindo uma nova maneira de interpretar e praticar a ética e principalmente uma nova forma de vida, chamada de cibercultura.

A norte-americana Alice Hilton[1] foi a primeira a adotar o termo em 1963 visando o grande avanço tecnológico da humanidade, argumentando que o ser humano poderia aspirar o bem-estar e primazia mediante as tecnologias somente fazendo um uso consciente delas. A definição de Pierre Lévy (1999, p. 17) para cibercultura é "o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem com o crescimento do ciberespaço". As inovações tecnológicas desenvolveram o ciberespaço na rede mundial, impactando profundamente na vida dos indivíduos.

Houve muita esperança no que se refere aos processos, técnicas e tecnologias que surgiram no decorrer dos anos e poderiam aprimorar a sociedade informal e o próprio ser humano, tendo como objetivo a eficiência da produção e da comunicação. Entretanto, ninguém imaginava como as mídias e plataformas digitais iriam transformar as vidas e relações humanas em lucro e principalmente em instrumentos do poder. Aquilo que era da ordem técnica passa a ser da ordem cultural, histórica, social e econômica.

O ciberespaço, de acordo com Lévy (1999, p. 17), é "o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores"; ele se encontrava no plano privado inicialmente e depois invadiu toda o espaço público. A Internet e com ela o navegador World Wide Web[2] possibilitaram a expansão acelerada do ciberespaço e da infraestrutura da conexão entre pessoas, empresas e instituições de forma quase instantânea (LÉVY, 1999, p. 85-92). O ambiente virtual foi usado como ferramenta pelo capitalismo para descodificar[3], des-territorializar e re-territorializar os códigos do espaço real, permitindo assim a captura e um maior controle da vida humana como geração de lucros (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

O próximo passo dentro do ambiente do ciberespaço foi a chegada das mídias sociais - Facebook, Instagram, Twitter, fóruns, etc. – e plataformas de mensagens - WhatsApp, Telegram,

---

[1] Fundadora do Instituto de Pesquisas Ciberculturais (1964).

[2] É um serviço de informação que funciona sobre a Internet e assenta numa estrutura baseada em documentos interligados.

[3] Descodificar quer dizer compreender um código e traduzi-lo. Destruí-lo enquanto código; atribuir-lhe uma função arcaica, folclórica ou residual. Um código determina a qualidade respectiva dos fluxos que passam pelo socius; o objeto próprio do código é estabelecer relações indiretas entre fluxos qualificados (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 325-328)

Wechat, SMS, etc. -, elas elevaram a comunicação, o acesso a informação, a manipulação mercantil e a articulação política para outro patamar.

> [...] a vida humana, e particularmente a vida social humana, está cada vez mais sendo construída de modo a gerar dados dos quais se possa extrair lucro. Ao fazer isso, cada vez mais vida deve ser continuamente monitorada e vigiada, removendo as fronteiras que existiam anteriormente entre a vida interna e as forças externas. Nesse duplo sentido, a vida humana é apropriada por meio dos dados, tornando-se outra coisa, um processo atrelado a processos externos de extração de dados. (COULDRY; MEJIAS, 2019, p. 7, tradução nossa)[4].

A sensação de liberdade e circulação pelas realidades virtuais por intermédio dos dispositivos móveis e computadores pessoais produziram uma falsa ideia de autonomia e domínio de si. A existência do sujeito navega no ciberespaço axiomatizado[5] pela máquina capitalista.

As vantagens iniciais das redes começaram a dar lugar para um território hostil, sem regras, no qual os males do mundo real tomaram uma proporção maior no mundo virtual. A propaganda política e sua manipulação passaram a serem determinadas pelos dados[6] das interações sociais dos sujeitos adquiridos na Internet. Junto com a enxurrada de informação veio também uma correnteza de desinformação com o intuito de confundir, destruir a veracidade do conhecimento tido como verdade anteriormente.

2. BIG DATA E BIG TECH

Com a expansão descontrolada do ciberespaço, foi necessário renovar as tecnologias de processamento e analise de informações, dando assim maior domínio para as grandes

---

[4] [...] human life, and particularly human social life, is increasingly being constructed so that it generates data from which profit can be extracted. In doing so, ever more of life is required to be continuously monitored and surveilled, removing the boundaries that previously existed between internal life and external forces. In this double sense, human life is appropriated through data, becoming something else, a process tied to external processes of data extraction.

[5] A definição mais direta do termo "axioma" que Deleuze e Guattari (1997) dão é encontrado em Mil Platôs. Axiomas, dizem eles, são regras que "considera diretamente os elementos e as relações puramente funcionais cuja natureza não é especificada, e que se realizam imediatamente e ao mesmo tempo em campos muito diversos " (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 134) Um axioma é, portanto, uma regra indiferente à natureza do que é aplicado e para o contexto de sua aplicação.

[6] Particularmente importante é o uso secundário de dados. Os dados, independentemente de seu uso inicial, podem ser reutilizados geralmente para testar uma variedade de correlações entre eles. Muitas vezes, para esse fim, os conjuntos de dados, que originalmente foram criados para propósitos completamente diferentes, são mesclados. Informações de identificação pessoal e outros dados privados, geram importantes consequências sociais. As informações de identificação social são dados que podem ser usados sozinhos ou em conexão com outras informações para identificar uma única pessoa. Dados privados são dados não disponibilizados ao público em geral.

empresas do Vale do Silício gestarem e organizarem a infraestrutura da comunicação digital. Com toda essa digitalização da vida humana, da economia, da política, as grandes empresas invadem o setor público, derrubam a fronteiras e determinam valores e soluções para os problemas da sociedade. O *Big Data*[7] se torna a principal dimensão do conhecimento da cibercultura, no qual os dados são usados para fazer previsões do mundo.

O *Big Data* começou a orientar do poder econômico a pequenas coisas cotidianas, aplicando-se cálculos matemáticos em um enorme número de amostras dos aspectos da subjetividade humana, das ações do mercado financeiro. Viktor Mayer-Schonberger e Kenneth Cukier (2013, p. 16) afirmam que:

> [...] big data envolve três grandes mudanças de mentalidade que estão interligadas e, portanto, se reforçam mutuamente. A primeira é a capacidade de analisar grandes quantidades de dados sobre um tópico, em vez de ser forçado a se contentar com conjuntos menores. A segunda é a vontade de abraçar a bagunça real dos dados em vez de privilegiar a exatidão dos mesmos. A terceira é um crescente respeito pelas correlações em vez de uma busca contínua por causalidade evasiva.[8]

Para processar essa quantidade de dados é indispensável um algoritmo poderoso, ou seja, uma grande quantia em dinheiro para possuir tal tecnologia. Deste modo, empresas como Google, Microsoft, Facebook, Apple, Amazon – as *Big Tech* – encontram-se à frente na extração e tratamento de dados (MOROZOV, 2018).

O Estado possui um sistema que coleta informações da população para produzir dados estatísticos e traçar características demográficas, como a distribuição espacial e organização; econômicas, como o nível de qualidade de vida dos indivíduos, trabalho; sociais, como educação, a violência; a saúde, saneamento básico; distribuição espacial. Com a intenção de fazer planejamento dos setores público e privado e identificar as áreas com mais desigualdades. As *Big Tech* com sua rede inteligente e com números cada vez maiores de amostra das pessoas no ciberespaço, transformam os atores sociais e suas ações em dados quantificáveis, além de conseguirem analisar e rastreá-los – dataficação (MAYER-SCHOENBERGER; CUKIER, 2013). O objetivo delas é alcançar uma predição de comportamento e modelagem de escolha mais próxima da realidade (COULDRY; MEJIAS, 2019, p. 12).

---

[7] Termo usado para descrever a análise e a interpretação de grandes volumes de dados de grande variedade.

[8] [...] big data is about three major shifts of mindset that are interlinked and hence reinforce one another. The first is the ability to analyze vast amounts of data about a topic rather than be forced to settle for smaller sets. The second is a willingness to embrace data's real-world messiness rather than privilege exactitude. The third is a growing respect for correlations rather than a continuing quest for elusive causality.

A capacidade do *Big Data* em calcular e processo o máximo possível de dados altera drasticamente o campo da economia e da política, aumentando o risco de manipulação. A maioria da população vive conectada na internet consumindo e produzindo dados em forma, a cultura manifesta-se nesses processos de comunicação.

> Ora, as realidades virtuais servem cada vez mais como mídia de comunicação. De fato, várias pessoas geograficamente dispersas podem alimentar simultaneamente uma base de dados por meio de gestos e, em retorno, receber dela informações sensoriais. Quando umas das pessoas modifica o conteúdo da memória digital compartilhada, os outros percebem imediatamente o novo estado do ambiente comum (...). As realidades virtuais compartilhadas, que podem fazer comunicar milhares ou mesmo milhões de pessoas devem ser consideradas como dispositivos de comunicação "todo-todos", típicos da cibercultura. (LÉVY, 1999, p. 105).

Com essa quantidade ampla de dados modelados, as *Big Tech* podem examinar detalhes, explorar padrões e as interações jamais vistos em qualquer pesquisa amostral. A liberdade de navegação e o incentivo ao progresso digital e suas facilidades só aumentam a consolidação e o monopólio econômico digital das *Big Tech.*

O grande problema é que as *Big Tech* começaram a vender as informações, coletadas para agências governamentais ou para empresas privadas, convertidas em poder político, com ganhos exorbitantes, redução do conhecimento adquirido dos dados à forma-mercadoria e a dataficação. Medir, registrar, quantificar e analisar a vida cotidiana para planejar os passos e movimentos das pessoas (VAN DIJCK, 2014). A crença e a confiança nos resultados de tais analises levaram as autoridades governamentais a uma vigilância orientadas pelo processamento dos dados das pessoas (RALEY, 2013).

Apesar dos vários usos positivos do *Big Data*, ele está relacionado com um ideal de apropriação que ultrapassa as fronteiras geográficas e social - embutido em uma "comunidade ecológica digital" (COULDRY; MEJIAS, 2019). A dataficação cresce cada dia mais mediante ao avanço das tecnologias e a coleta de dados mediante o uso das mídias sociais tomou proporções alarmantes, interferindo na liberdade individual e na privacidade dos usuários (ENISA, 2012; GANDY, 1993). O comportamento humano é analisado e gerenciado pelas plataformas digitais[9] (GILLESPIE, 2010) para atender todo tipo fim, de acordo com quem paga mais caro pelas informações "sociais" adquiridas. Foi criado um modelo infra estrutural e econômico dentro das plataformas digitais que facilitou a dataficação (HELMOND, 2015).

[9] O termo plataforma digital foi cunhado por Gillespie (2010) pelo fato de reunir dentro de um mesmo espaço digital os usuários - possíveis clientes -, vendedores que anunciam seus produtos, surgindo assim um espaço de interação que aumentar seu valor de mercado de acordo com número de pessoas que utilizam.

Essas informações sobre a vida social dos usuários começaram a ser usadas para fins políticos[10], como no escândalo entre o Facebook e a Cambridge Analytica em 2018[11]. A Cambridge Analytica – empresa de marketing digital – conseguiu ter acesso a dados de 87 milhões de usuários do Facebook em todo o mundo. A empresa obteve os dados mediante um aplicativo – teste de personalidade – que estava dentro da plataforma digital. A ideia dela era manipular os usuários, mais suscetíveis a informações falsas, a não votar em determinado candidato ou a votar em outro. Eles perceberam quais pessoas estavam indecisas e bombardeavam-na com vídeos, imagens, textos criados especialmente para elas. Pelo que se sabe, a Cambridge Analytica atuou junto com os *bots*[12] políticos nas eleições presidenciais americanas[13] (KOLLANYI; HOWARD; WOOLLEY, 2016) e no referendo[14] (HOWARD; KOLLANYI, 2016) para o Reino Unido deixar a União Europeia, desempenhando uma forte influências nos resultados.

3. AS *FAKE NEWS* E OS MOVIMENTOS DE DIREITA RADICAL

A desinformação digital tem incomodado as democracias contemporâneas e ela só tem aumentado com a alta tecnologia que permeia a Internet e as plataformas digitais. As notícias falsas tornaram-se um negócio lucrativo, pois, não existia um controle e uma verificação por parte das empresas que fazem parte do ambiente digital. Não existia uma política de respostas e confirmação das informações que circulavam no Google, no Facebook, no Twitter, no YouTube, no WhatsApp. Elas passaram a ser palco de todo tipo de desinformação – política, médica, econômica e social -, no presente trabalho será falado das campanhas de desinformação patrocinadas pelo Estado; de propaganda política; e de líderes políticos que geram e ampliam conteúdo falso e enganoso (BRADSHAW; HOWARD, 2019).

---

[10] https://www.theguardian.com/technology/2017/may/07/the-great-british-brexit-robbery-hijacked-democracy?CMP=share_btn_tw.

[11] https://www.theguardian.com/politics/2017/feb/26/robert-mercer-breitbart-war-on-media-steve-bannon-donald-trump-nigel-farage.

[12] É uma aplicação de software que simula uma ação humana no ambiente cibernético. Mais informações em: https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/07/o-que-e-bot-conheca-os-robos-que-estao-dominando-a-internet.ghtml. Com isso, podem inflar os números de curtidas e seguidores de um político, figura pública ou até mesmo de uma ideia ou evento, dando a sensação de um apoio que na realidade não existe. Uma vez que são projetados para parecerem humanos, podem atrair usuários para links cheios de boatos e *fake news*, além de conseguirem criar ou se intrometer em discussões virtuais.

[13] http://geography.oii.ox.ac.uk/wp-content/uploads/sites/89/2016/11/Data-Memo-US-Election.pdf.

[14] https://arxiv.org/abs/1606.06356.

A desinformação é criada normalmente pelo Estado ou por atores não estatais. Ela é organizada desde a criação até a propagação pelos atores interessados e difundidas por pessoas que acreditam nela, pelo algoritmo de acordo com o perfil visado pelos criadores e pelos *bots* que imitam usuários reais para inflamar a discussão em torno das *fake news*. Ela buscar explorar os vieses cognitivos para manipular a opinião pública, utilizando a técnica de *astroturfing*[15] para atingir o efeito *bandwagon*, que:

> [...] é um fenômeno em que a → opinião pública se impõe: em suas preferências políticas, as pessoas tendem a seguir o que percebem ser maiorias na sociedade. Isso implica que o sucesso gera mais sucesso, e as alternativas que parecem ter um amplo apoio popular provavelmente ganharão ainda mais apoio. (SCHMITT-BECK, 2008, p. 308, tradução nossa)[16].

As mensagens de desinformação buscam atingir o maior número de pessoas, de forma que o efeito *bandwagon* se concretize e as *fake news* sejam consideradas verídicas. Além disso, a desinformação pode ser direcionada para atacar e desacreditar os meios de informações sérios e colocarem eles como manipuladores e produtores de mentiras.

Existem vários tipos de construções envolvendo a desinformação, segue-se três tipos para melhor entendimento, sendo textos, vídeos, imagens, áudios ou a mistura deles: aquela que possui memes, com apelo emocional e opiniões pessoais, informações falsas misturadas com informações verdadeiras, conteúdo descontextualizado; aquela que altera e produz informações para confundir e causar um impacto nas emoções das pessoas, utiliza de pequenas falsificações que acabam passando despercebidas; aquela que foca em sites com notícias falsas e manipuladas e se passam por mídias sérias, interferindo diretamente na vida das pessoas. (MAYNARD *et al.*, 2020).

A *fake news* é tratada nesse trabalho como uma desinformação, informação falsa e manipulada que visa causar danos e até gerar lucros (BUNING *et al.*, 2018). Apesar das *fake news* estarem presente há muito tempo nas mídias de notícias, no ambiente do ciberespaço elas atingiram um patamar de difícil controle. O impacto causado atualmente é potencialmente mais

---

[15] *Astroturfing* é um termo derivado de uma marca de grama falsa usada para cobrir superfícies externas para criar a impressão de que é uma cobertura de grama natural. No contexto da desinformação, envolve semear e espalhar informações falsas, visando audiências e jornalistas com a intenção de redirecioná-los ou enganá-los, particularmente na forma de "evidência" de falso apoio popular a uma pessoa, ideia ou política. Tem-se a definição de Technopedia: https://www.techopedia.com/definition/13920/astroturfing.

[16] [...] is a phenomenon of → public opinion impinging upon itself: in their political preferences people tend to follow what they perceive to be majorities in society. This implies that success breeds further success, and alternatives that appear to enjoy a broad popular backing are likely to gain even more support.

destrutivo. As distorções no contexto político e eleitorais transpõem o debate televiso e nos jornais, agora elas estavam presentes em tempo real nos celulares dos eleitores. Sua propagação e efeitos eram incentivados pela própria estrutura das plataformas digitais criando assim uma polarização de valores na sociedade.

As propagandas aliadas com a desinformação e os *bots* políticos serviram de base para os atores e partidos políticos tentarem persuadir as pessoas, manipulando a sua opinião e com isso moldarem os resultados na política pela Internet e pelas redes sociais (HOWARD; WOOLLEY, 2016). As pessoas são provocadas em suas emoções, atitudes e opiniões para aderirem e acreditarem na mensagem recebida. As técnicas e construções usadas nas mensagens consistem em transmitir credibilidade, conseguindo um engajamento político, jamais visto, por parte dos cidadãos. É importante colocar que a credibilidade não anda junto com veracidade da mensagem, fato que ajuda na disseminação e na fixação das *fake news*.

A confusão que a desinformação causa no ambiente social tornou-se uma estratégia poderosa com o intuito de manter um domínio das percepções subjetivas dos indivíduos a respeito da realidade que eles vivem. Quando a mensagem chega nos alvos principais – pessoas mais suscetíveis -, o medo e paranoia são implantados e após um tempo, os autores da desinformação distribuem mensagens com as soluções das *fake news*. Hanse (2017) nomeou a técnica de desinformação de *weaponisation of information*[17], afirmando seu caráter belicoso e a vocação de guerra,

> [...] para atingir objetivos que vão desde o tático ao estratégico por meio de um processo ativo de aprendizagem por parte da o alvo. Isso traz a operação para o domínio cognitivo, uma vez que o objetivo final da liberação de informações é moldar as preferências do alvo de acordo com os objetivos pré-definidos do remetente. (HANSE, 2017, p. 2, tradução nossa)18.

Essa técnica dentro do debate político e na esfera pública atinge seus alvos de forma instantânea e com informações que atacam os adversários, minando sua liberdade de expressão e a coesão social.

A alta exposição das pessoas no ecossistema digital vem acompanhada de uma quantidade enorme de informação e de uma variação de assuntos. É difícil identificar os conteúdos de confiança quando não se tem intimidade com as plataformas digitais, o

---

[17] Armamento da informação (tradução nossa).

[18] [...] to achieve goals ranging from the tactical to the strategic through an active learning process on part of the target. This brings the operation into the cognitive domain, as the ultimate objective of the release of information is to shape the target's preferences in line with the pre-defined aims of the sender.

conhecimento de onde se encontra as informações confiáveis e se vive em um ambiente polarizados (CRAFT; ASHLEY; MAKSL, 2017). Somado a esse contexto, existe um grande número de pessoas que possuem uma facilidade de confiar em notícias que estimulam os preconceitos adormecidos e que fortalecem seus valores. Tais pessoas não procuram investigar a veracidade dos que eles recebem. De acordo com Humprecht, Esser e Van Aelst (2020, p. 19-20, tradução nossa), as condições que favorecem a disseminação de *fake news*:

> [...] altos níveis de polarização, comunicação populista, uso de notícias de mídia social e baixos níveis de confiança e consumo de mídia compartilhada são características-chave dos ambientes de informação neste cluster. Os países do cluster polarizado são, portanto, os mais propensos a ser vulneráveis à desinformação online[19].

A exposição repetitiva as notícias falsas acabam reduzido a resistência das pessoas à desinformação, assim como a alta exposição aos níveis de comunicação populista e polarização de ideologia e valores.

Um fator, que já foi falado acima, no qual os atores políticos têm se apoiado são os *bots*, eles estão sendo usados nas plataformas digitais em campanhas e causas políticas para se ter maior engajamento. Também estão sendo utilizados para trazer popularidade para os governantes e partido políticos (WOOLLEY, 2016). Os *bots* aproveitam da falta de confiança das pessoas nas mídias tradicionais e da fragilidade da fiscalização das plataformas digitais para trazer uma enxurrada de desinformação, atacar adversários políticos e apoiar os candidatos que os contratam.

As propagandas computacionais geradas pelos *bots* políticos são difundidas por todo ciberespaço e acabam minando o diálogo democrático. Como os *bots* conseguem imitar usuários reais, interagindo e produzindo conteúdo para ser compartilhado, as pessoas têm dificuldade em reconhece-los. Esse software tem sido uma ferramenta política muito eficaz em momentos de crise, eleições e debates públicos; e a tecnologia digital tem aprimorado o comportamento coordenados dos *bots* nas redes sociais. A comunicação computacional automatizada e em grande escala tem permitido a ação do software em tempo real e com maior alcance, alterando os discursos de maneira rápida e inflamando o debate por mais tempo (WAGNER, *et al.*, 2012)

---

[19] [...] high levels of polarization, populist communication, social media news use, and low levels of trust and shared media consumption are key features of the information environments in this cluster. Countries in the polarized cluster are thus the most likely to be vulnerable to online disinformation.

A dificuldade em conter os *bots* políticos vem dos lucros que eles trazem para os propagadores e até para as grandes empresas do ramo digital (BOLSOVER; HOWARD, 2017), além do anonimato que concede aos controladores mais liberdade para atuarem. A propagandas computacionais e os *bots* políticos têm sido um fenômeno que só cresce no plano político no mundo todo,

> Encontramos evidências de manipulação de mídia social organizada campanhas em 70 países, contra 48 países em 2018 e 28 países em 2017. Parte deste crescimento vem de novos os participantes que estão fazendo experiências com as ferramentas e técnicas de propaganda computacional durante as eleições ou como uma nova ferramenta de controle de informações. No entanto, jornalistas, acadêmicos e ativistas também estão mais bem equipados com ferramentas digitais e um vocabulário preciso para identificar, relatar e desvendar instâncias de manipulação das mídias sociais formalmente organizadas. (BOLSOVER; HOWARD, 2019, p. 2, tradução nossa)[20].

As democracias modernas têm sido ameaçadas pelo excesso de *fake news* e propaganda computacional; pela ação dos *bots* no ciberespaço que atrapalham a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa; pela manipulação das pessoas com transmissões de mensagens específicas e tendenciosas; pelos ataques e difamação à atores sociais e instituições democráticas (MILLER; VACCARI, 2020). Na maioria das vezes, essa ameaça e a operação em torno das *fake news* parte de atores políticos da extrema-direita e direita radical (WODAK, 2015).

A diferença entre a extrema-direita e a direita radical, na visão de Cas Mudde (2007), vem que do fato que a extrema-direita é totalmente contra a democracia, sendo ela determinada como um governo da maioria e pela soberania popular. Essa ala mais extrema não acredita que os líderes devem eleitos por votação. Já a direita radical é mais bem usado para ideologias de direita que aceitam a democracia, ou seja, a soberania popular e o governo da maioria, mas se opõem aos valores fundamentais da democracia liberal, notadamente os direitos das minorias e o pluralismo. Os políticos e partidos de políticos da direita radical têm em comum é uma ideologia central que combina nativismo, autoritarismo e populismo.

Alguns líderes políticos e partidos da direita radical espalhados pelo mundo utilizaram dessa tática e estratégia da desinformação e ataques aos adversários, como: Donald Trump nas eleições de 2016 nos Estado Unidos (WOOLLEY; GUILBEAULT, 2019); primeiro-ministro Viktor

---

[20] We found evidence of organised social media manipulation campaigns in 70 countries, up from 48 countries in 2018 and 28 countries in 2017. Some of this growth comes from new entrants who are experimenting with the tools and techniques of computational propaganda during elections or as a new tool of information control. However, journalists, academics, and activists are also better equipped with digital tools and a more precise vocabulary to identify, report, and uncover instances of formally organized social media manipulation.

Orbán na Hungria de 2010 até os dias atuais (ÁGH, 2016); (PIRRO, 2015); Rodrigo Duterte nas Filipinas de 2016 até os dias atuais (CURATO, 2017); o primeiro-ministro Mateusz Morawieck na Polônia em 2017 (GORWA, 2019); Matteo Salvini na Itália em 2018 e 2019, líder do partido Liga Norte e aliado do partido Movimento 5 Estrelas de Davide Casaleggio (EMPOLI, 2019); Recep Tayyip Erdoğan na Turquia de 2014 até os dias atuais; Jair Bolsonaro no Brasil em 2016 até os dias atuais (ARNAUDO, 2019).

4. THE SILENT REVOLUTION

Para começar a escrever sobre a *Cultural Backlash Theory*, deve-se descrever a importância da *Silent Revolution* para concepção dela. *The Silent Revolution* é um livro de Ronald Inglehart que trata de pesquisar as mudanças valorativas ocorridas nos indivíduos durante períodos de desenvolvimento e recessão econômica. Essas mudanças culturais produziram efeitos positivos quando correlacionadas com regimes democráticos e expansão comercial. Porém, em contrapartida mesmo com essa ampliação de direitos, houve alguns grupos questionando as representações liberais democrática com a justificativa de crises nos valores tradicionais.

Ainda sobre a *Silent Revolution*, após os indivíduos terem suas necessidades materiais saciadas e sua segurança garantida, eles passaram a ter mais preocupação com à sua autoexpressão e uma participação mais ativa e presente nas questões públicas. O autor sugeriu duas hipóteses:

> A prosperidade sem precedentes experimentada pelas nações ocidentais durante as décadas após a Segunda Guerra Mundial. A estagnação econômica recente não parece ter desfeito os efeitos dos vinte anos de gordura de 1950 a 1970.
>
> A ausência de guerra total. O simples fato de que nenhuma nação ocidental foi invadida por trinta anos pode ter consequências extremamente significativas. (INGLEHART, 1977, p. 21-22, tradução nossa)[21]

Em síntese, as duas hipóteses têm dado as pessoas maior segurança para comer, para morar e para viver bem economicamente e fisicamente. Só assim, o indivíduo inicia outras buscas, como a intelectual e estética.

---

[21] "1. The unprecedented prosperity experienced by Western nations during the decades following World War II. Recent economic stagnation does not seem to have undone the effects of the twenty fat years from 1950 to 1970.

2. The absence of total war. The simple fact that no Western nation has been invaded for thirty years may have extremely significant consequences."

A hipótese dois traz um ponto importante, os indivíduos que viveram um período como o Segunda Guerra Mundial, possuem valores bem diferentes daqueles que nasceram nos trinta anos no pós-guerra. O grupo mais jovem não tem tanta preocupação com dinheiro e com emprego como o grupo mais velho. "Mais especificamente, aqueles que estavam economicamente seguros durante seus anos de formação serão mais propensos a ter prioridades de valor pós-materialistas" (INGLEHART, 1977, p. 72, tradução nossa)[22]. Logo, tais valores têm influência forte do momento que o país viveu. Inglehart acredita que os jovens, pela análise cohort, são menos materialistas que os velhos.

Os estudos de Inglehart convergem para um campo empírico do comportamento eleitoral, para demostrar até que ponto as mudanças nas normas e padrões de vida afetam uma escolha de um candidato e uma identificação com determinado partido político. No qual "os valores materialistas refletem um apego relativamente forte à manutenção da ordem e preservação dos ganhos econômicos. Os valores pós-materialistas enfatizam a autoexpressão individual e a conquista de uma sociedade mais participativa e menos hierárquica" (INGLEHART, 1977, p. 179, tradução nossa)[23].

Cabe enfatizar que a teoria de Inglehart deu origem a um índice materialismo/pós-materialismo, a pergunta era qual dos itens era mais importante para o indivíduo em relação ao seu país nos próximos dez anos. Inicialmente, tinha-se quatro itens: 1) Manter uma alta taxa de crescimento econômico; 2) Certificar-se de que este país possui fortes forças de defesa; 3) Vendo que as pessoas têm mais voz sobre como as coisas são decididas no trabalho e em suas comunidades; 4) Tentando tornar nossas cidades e campos mais bonitos. No outro cartão tinha mais quatro opções que deviam ser selecionadas como prioridades: 5) manter a ordem no país; 6) Dar ao povo mais voz nas decisões importantes do governo; 7) combater o aumento de preços; 8) proteger a liberdade de expressão. O questionário possuía uma segunda escolha: 9) Manter uma economia estável; 10) Progresso em direção a uma sociedade menos impessoal e mais humana; 11) A luta contra o crime; 12) Progresso em direção a uma sociedade onde as ideias são mais importantes do que o dinheiro. (INGLEHART, 1977, p. 40-41).

---

[22] "More specifically, those who were economically secure during their formative years will be likelier to have Post-Materialist value priorities."

[23] Materialist values reflect a relatively strong attachment to maintaining order and preserving economic gains. Post-Materialist values emphasize individual self-expression and achieving a more participant, less hierarchical society.

O objetivo da pesquisa era ressaltar questões fisiológicas e materialistas – fatores de segurança, sustento, sobrevivência - em seis questões e as outras seis questões tratavam de fatores pós-materialistas. Inglehart testou essas hipóteses em dez países e encontrou um padrão dividindo cinco itens em pontos positivos, um item no ponto médio, seis itens em pontos negativos. A escala criada segue uma hierarquia sendo:

> As necessidades de sustento e segurança têm maior probabilidade de receber prioridade máxima, enquanto as necessidades de pertencimento e autoatualização recebem menos ênfase. Mas as circunstâncias situacionais afetam essas frequências: o item sobre "Forças de defesa fortes" fornece uma ilustração clara desse fato. Como indicador de "Segurança", pode-se, a priori, esperar que ocupe o quarto, quinto ou sexto lugar entre um público totalmente materialista. (INGLEHART, 1977, p. 51, tradução nossa)[24].

Foi assim que construíram um índice variando de 0 – muito materialista – a 5 – muito pós-materialista – tanto para o indicador mais antigo com quatro itens e o mais novo com doze itens. O segundo dá maior precisão empírica, mas ambos trabalham com questões a longo prazo tidas como prioridades máximas.

5. THE CULTURAL BACKLASH THEORY

Os chamados valores pós-materialistas, de acordo com as pesquisas de Inglehart (1977); Inglehart e Norris (2003, 2019); Inglehart e Welzel (2005), foram verificados a partir da década de 70. Essas transformações culturais deram maior destaque para pautas de minorias como a proteção ambiental, o debate LGBTQI+, os direitos humanos, as questões raciais. A política também passou por modificações no plano dos partidos políticos, sistemas eleitorais e das manifestações ideológicas e campanhas que trocaram as ruas pela a internet.

Na *Cultural Backlash Theory*, os autores acreditam que os valores pós-materialistas e liberais superaram as crenças nos valores materialistas e conservadores. Pela tese da *Silent Revolution*, a segurança econômica e física foi fundamental nessa passagem materialista para pós-materialista, dando lugar para uma postura mais individual e liberal na sociedade. A tolerância perante a diversidade é mais comum entre os jovens entrevistados. Temas como casamento entre pessoas do mesmo sexo, a igualdade de direitos entre homens e mulheres

[24] The sustenance and safety needs are most likely to be given top priority, while needs for belonging and selfactualization are given least emphasis. But situational circumstances affect these frequencies: the item concerning "Strong defense forces" provides a clear illustration of this fact. As a "Safety" indicator, one might, a priori, expect it to rank in fourth, fifth, or sixth place among a totally Materialist public.

saíram da teoria e começaram a ser discutidos nas universidades, entre pessoas de forma natural.

O acesso à escola e ao ensino superior exerceu forte influência no entendimento e adesão dos valores pós-materialistas pelos sujeitos (INGLEHART; NORRIS, 2019). O contato com as tecnologias permitiu uma expansão da informação com maior velocidade, interação a grandes distâncias e compartilhamento de conhecimento e saberes até então restritos a uma nação. As sociedades tornaram-se multiculturais com a globalização, principalmente as cidades com maior segurança econômica.

Mesmo com todo avanço social liberal, o poder de compra, o equilíbrio entre os gêneros, a abertura ao diferente, existia uma resistência por parte de um grupo conservador que valoriza a continuidade cultural, a continuidade dos hábitos e a preservação da ordem social. Ocorreram eventos que reforçaram a posição de valores materialistas e conservadores: a recessão, o alto número de imigrantes em países da Europa, o aumento de atos terroristas nos EUA e na Europa (INGLEHART; NORRIS, 2019, p. 42).

Desta forma, alguns governantes passaram a explorar a insegurança nos eleitores, provocando seus medos internos e externos: de perder emprego, de ser assaltado, de ser morto nas ruas, de não conseguir criar os filhos em um ambiente favorável.

> [...] um fator importante é uma reação autoritária entre os conservadores sociais, que percebem que alguns de seus valores fundamentais mais acalentados estão sendo corroídos. Além disso, um ponto de inflexão pode ocorrer no equilíbrio entre aqueles que sustentam valores socialmente liberais e socialmente conservadores, produzindo uma reação entre o grupo outrora dominante. Do lado da oferta do mercado, os apelos à liderança e as dicas da mídia podem ativar atitudes autoritárias latentes entre os conservadores sociais no eleitorado. Finalmente, a forma como as clivagens de valor no eleitorado é traduzida em votos é condicionada por diferentes taxas de participação eleitoral - como o fato de que as coortes mais jovens, cujas atitudes são mais socialmente liberais, têm menos probabilidade de participar do que as gerações socialmente conservadoras mais velhas. (INGLEHART; NORRIS, 2019, p. 43, tradução nossa)[25].

O crescimento das políticas pós-materialistas incomodou uma parte do eleitorado. A reação desses que perceberam a perda de uma hegemonia cultural não foi das melhores. Eles

[25] [...] one major factor is an authoritarian reaction among social conservatives who perceive that some of their most cherished core values are being eroded. Moreover, a tipping point can occur in the balance between those holding socially liberal and socially conservative values, producing a backlash among the once- dominant group. On the supply- side of the market, leadership appeals and media cues can activate latent authoritarian attitudes among social conservatives in the electorate. Finally, the way that value cleavages in the electorate are translated into votes is conditioned by different rates of electoral turnout – such as the fact that the younger cohorts, whose attitudes are more socially liberal, are less likely to participate than older socially conservative generations.

precisavam de um governo que defendesse sua causa com uma agenda mais conservadora de direita.

O conceito de "ponto de inflexão" é utilizado pelos autores para explicar o momento que o grupo mais conservador que possuía um certo controle da opinião pública e até um número maior de adeptos, agora são considerados a minoria, atinge um ponto crítico em relação ao grupo mais liberal que no momento tem mais influência sobre as pessoas e por ser a maioria no ambiente social, dando maior voz aos oprimidos e rompendo com dogmas convencionais. O ponto crítico é quando os conservadores não suportam a pressão cultural e quantitativa dos liberais (INGLEHART; NORRIS, 2019, p. 45).

A *Cultural Backlash Theory* consiste em ligações do conservadorismo social – contra o divórcio e aborto – e os valores autoritários. No qual os indivíduos com valores materialistas se sentiram ameaçados por todos os lados.

> Sentimentos latentes de ressentimento e intolerância podem ser galvanizados em expressão política por não conformidade com a moral e os valores do grupo. As reações conservadoras podem se manifestar como uma força nativista violenta dirigida contra o outro, alimentada pelo ressentimento contra a globalização, os migrantes, o fechamento de fábricas e unidades, a indefinição dos gêneros e a intrusão de diferentes linguagens. Os tradicionalistas também podem rejeitar visões "politicamente corretas" sobre os benefícios dos mercados globais, feminismo, estilos de vida diversos e multiculturalismo favorecidos pela elite liberal cosmopolita urbana que domina a mídia, a vida intelectual e os representantes parlamentares. (INGLEHART; NORRIS, 2019, p. 47, tradução nossa)[26]

Os conservadores sociais, principalmente dos países com alto desenvolvimento industrial, não acompanharam as mudanças nos valores tradicionais, nas misturas étnicas, nas variações do estilo de vida do país no qual eles nasceram, e já não mais reconheciam a sua identidade, sua fé, sua família.

Alguns políticos perceberam a revolta do grupo conservador e que eles queriam achar um culpado de toda transformação cultural que acontecia sem direção. Eles precisavam manifestar seu ódio e de um líder que cumprisse o papel de orientador político, social e até religioso. A reação cultural aos valores pós-materialista era intolerante e em certos países ela

[26] Latent feelings of resentment and intolerance may be galvanized into political expression by non- conformity with group morals and values. Conservative reactions can manifest themselves as a violent, nativist force directed against the other, fueled by resentment against globalization, migrants, the closure of factories and plants, the blurring of genders, and the intrusion of different languages. Traditionalists may also reject 'politically correct' views on the benefits of global markets, feminism, diverse lifestyles, and multiculturalism favored by the urban, cosmopolitan liberal elite dominating the media, intellectual life, and parliamentary representatives.

serviria de palco para partidos de extrema direita e da direita radical[27] conquistarem cadeiras no parlamento. O sistema eleitoral adotado no país também pode ser favorável ou não para ascensão de tais partidos, podendo assim dar voz a essa reação cultural.

De acordo com determinados autores (DUVERGER, 1970; SARTORI, 1976), o Sistema Proporcional de Representação e o Modelo Distrital Misto são aqueles que dão mais chance de partidos menores e ideológicos terem mais espaço no parlamento, em alguns casos - como foi no EUA, Hungria, Reino Unido e França – foram eleitos chefes do Poder Executivo.

> Nas eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos, por exemplo, o uso de disputas primárias na fase de nomeação permitiu a Donald Trump montar uma aquisição hostil do Partido Republicano. Ele então ganhou a Casa Branca por causa do desenho do colégio eleitoral, apesar de perder o voto popular em todo o país. Da mesma forma, no Reino Unido, o campo de licença venceu o Brexit com 52 por cento dos votos porque as regras exigiam apenas uma maioria simples, não uma supermaioria, para a aprovação dos referendos constitucionais. Mas as regras podem mudar - geralmente lentamente, por meio de reformas graduais, de modo que não explicam totalmente o momento das flutuações no apoio aos partidos autoritário-populistas. (INGLEHART; NORRIS, 2019, p. 53, tradução nossa)[28]

As regras eleitorais de ambos países permitiram a ala conservadora, apesar de ser minoria, colocar mediante a campanhas via redes sociais apelativas e um ativismo por canais alternativos, a cultura como principal pauta dos debates. Com um investimento menor em propagandas e um alcance maior, os conservadores atingiram pessoas indecisas e conectaram mais simpatizantes para a sua causa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O controle do fluxo de informações e desinformações garante a mobilização negativa das emoções das pessoas. Mesmo as indústrias midiáticas, no caso as cibernéticas, não tendo controle da interpretação da notícia, elas trabalham com algoritmos inteligentes que viabilizam uma leitura da psique dos homens. Por conseguinte, existe muito investimento atualmente na produção da desinformação, é a maneira de provocar a cisão entre o "povo puro" e a "elite

---

[27] Ver mais detalhes a respeito das definições de extrema direita, direita radical e seus subgrupos em: MUDDE, Cas. Populist radical right parties in Europe. New York: Cambridge University Press, 2007.

[28] In the 2016 US presidential elections, for example, the use of primary contests in the nomination stage allowed Donald Trump to mount a hostile takeover of the Republican Party. He then won the White House because of the design of the electoral college, despite losing the nation- wide popular vote. Similarly, in the UK, the Leave camp won Brexit with 52 percent of the vote because the rules required only a simple majority, not a super- majority, for passage of constitutional referenda. But rules can change – usually slowly, through piecemeal reforms, so they don't fully explain the timing of fluctuations in support for Authoritarian-Populist parties.

corrupta", entre "direita" e "esquerda" e buscar um "novo populismo" de direita. Com valores autoritários – medidos pela importância da segurança pessoal, da ordem e da tradição - e conservadores – medidos pela preocupação de questões morais como aborto - e sua ligação com as teses: *Silent Revolution* (1977) e a *Cultural Backlash Theory* (2019). Um governo com características de uma direita radical populista. A insegurança dos eleitores tem encorajando um reflexo autoritário e um maior conservadorismo social, no qual as pessoas se alinham atrás de líderes fortes, em conformidade rígida com as normas do grupo, um resgate de uma concepção de religião e tradição e a rejeição da diversidade e do pluralismo. Além da negação de uma ideia de autonomia individual relacionadas a ciência, à cultura e à política

Dessa maneira, é necessário estudar como as plataformas digitais tem ajudado na tomada do poder pelo novo populismo de direita, além de ameaçar a democracia em alguns países, quando ataca os poderes judiciário e quando delimita quem são os "inimigos" do povo, indo contra a pluralidade, em um diálogo com regimes autoritários. Um perigo contra as instituições que mantém a ordem social e que correm o risco de estarem nas mãos dos governos populistas. Com um discurso reacionário, em um combate em defesa dos valores morais. Cabe aos partidos mais tradicionais, a população e as instituições judiciárias e legislativas defenderem os valores democráticos liberais e estarem atentos com narrativas autoritárias.

REFERÊNCIAS

ÁGH, Attila. Decline of democracy in east-central europe: the last decade as the lost decade in the ece democratization. **Journal of Comparative Politics**, v. 7, n. 2, p. 4-33, 2016.

ARNAUDO, D. Brazil: Political Bot Intervention During Pivotal Events. *In*: WOOLLEY, S.; HOWARD, P. N. **Computational Propaganda**: Political Parties, Politicians, and Political Manipulation on Social Media. Nova York: Oxford University Press, 2019.

BOLSOVER, G.; HOWARD, P. Computational Propaganda and Political Big Data: Moving Toward a More Critical Research Agenda. **Big Data**, v. 5, n. 4, p. 273– 276, 2017. Retrieved from https:// doi.org/ 10.1089/ big.2017.29024.cpr. Acesso em: 25 abr. 2021.

BRADSHAW, S.; HOWARD, P. N. **The Global Disinformation Order 2019 Global Inventory of Organised Social Media Manipulation**. Oxford: Project on Computational Propaganda, 2019. Disponível em: https:// comprop.oii.ox.ac.uk/research/cybertroops2019/. Acesso em: 20 abr. 2021.

BUNING, M. D. C. *et al*. **A multi-dimensional approach to disinformation**. Report of the independent High Level Group on Fake News and Online Disinformation. European Commission, 2018. Disponível em: https://ec.europa.eu/ digital-single-market/en/news/final-report-high-level-expert-group - fake-news-and-online-disinformation. Acesso em: 22 abr. 2021.

CADWALLADR, C. Robert Mercer: The Big Data Billionaire Waging War on Mainstream Media. **The Guardian**, 26 fev. 2017a. Disponível em: https:// www.theguardian.com/ politics/2017/ feb/ 26/ robert- mercer- breitbart- war- on- media- steve- bannon- donald- trump- nigel-farage. Acesso em: 3 mai. 2021.

CADWALLADR, C. The great British Brexit Robbery: How Our Democracy Was Hijacked. **The Guardian**, 7 mai. 2017b. Disponível em: https:// www.theguardian.com/ technology/ 2017/may/ 07/ the- great- british- brexit- robbery- hijacked- democracy?CMP=share_ btn_ tw. Acesso em: 3 mai. 2021.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **The costs of connection**: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019.

CRAFT, S.; ASHLEY, S.; MAKSL, A. News media literacy and conspiracy theory endorsement. **Communication and the Public**, v. 2, n. 1, 2017. https://doi.org/10.1177/2057047317725539. Acesso em: 4 mai. 2021.

CURATO, N. Flirting with Authoritarian Fantasies? Rodrigo Duterte and the New Terms of Philippine Populism. ***Journal of Contemporary Asia***, v. *47*, n. 1, p. 142-153, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1080/00472336.2016.1239751. Acesso em: 24 abr. 2021.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs** - capitalismo e esquizofrenia, vol. 5. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Tradução Cristiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ENISA. **Study on monetising privacy**: an economic model for pricing personal information. Berlin, 2012. Disponível em: http://www.enisa.europa.eu/activities/identity-and-trust/library/deliverables/monetising-privacy. Acesso em: 6 mai. 2021.

EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos**: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. Tradução Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2019.

GANDY, O. H. **The Panoptic Sort**: A Political Economy of Personal Information. Boulder: Westview, 1993.

GILLESPIE, T. The politics of "platforms". **New Media & Society**, v. 12, p. 347-364, 2010. Disponível em: doi:10.1177/1461444809342738. Acesso em: 7 mai. 2021.

GORWA, Robert. What is platform governance? **Information Communication and Society**, v. 22, n. 2, p. 1-18, 2019. Disponível em: DOI:10.1080/1369118X.2019.1573914. Acesso em: 25 mai. 2021.

HANSEN, F. S. The weaponization of information. **DIIS**, 14 dez. 2017. https://www.diis .dk / en/research/the-weaponization-of-information. Acesso em: 3 mai. 2021.

HELMOND, A. The Platformization of the Web: Making Web Data Platform Ready. **Social Media + Society**, 2015. Disponível em: doi:10.1177/2056305115603080. Acesso em: 26 mai. 2021.

HOWARD, P. N.; KOLLANYI, B. Bots, #StrongerIn, and #Brexit: Computational Propaganda during the UK- EU Referendum. **SSRN**, 2016. Disponível em: https://ssrn.com/abstract=2798311. Acesso em: 8 mai. 2021.

HUMPRECHT, E.; ESSER, F.; VAN AELST, P. Resilience to Online Disinformation: A Framework for Cross-National Comparative Research. **The International Journal of Press/Politics**, 2020; v. 25, n. 3, p. 493-516. Disponível em: doi:10.1177/1940161219900126. Acesso em: 6 mai. 2021.

INGLEHART, Ronald. **The silent revolution**: Changing Values and Political Styles Among Western Publics. Princeton: Princeton University Press, 1977.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. **Rising tide**: gender equality and cultural change around the world. New York: Cambridge University Press, 2003.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. **Cultural backlash**: Trump, Brexit, and the rise of authoritarian-populism. New York: Cambridge University Press, 2019.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernization, cultural change, and democracy**: the human development sequence. New York: Cambridge University Press, 2005.

KOLLANYI, B.; HOWARD, P. N.; WOOLLEY, S. C. **Bots and Automation over Twitter during the U.S. Election (Data Memo)**. Oxford: Project on Computational Propaganda, 2016. Disponível em: http:// comprop.oii.ox.ac.uk/ 2016/ 11/ 17/ bots- and- automation- over- twitter- during- the-u- s- election/. Acesso em: 24 mai. 2021.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34. 1999.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. **Big Data**: A Revolution That Will Transform How We Live, Work and Think. Canada: Eamon Dolan/Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

MILLER, Michael L.; VACCARI, Cristian. Digital Threats to Democracy: Comparative Lessons and Possible Remedies. **The International Journal of Press/Politics**, v. 25, n. 3, p. 333–356, 2020.

MOROZOV, Evgene. ***Big Tech***: a ascensão dos dados e a morte da política. Tradução Claudio Marcondes. São Paulo; Ubu, 2018.

MUDDE, Cas. **Populist radical right parties in Europe**. New York: Cambridge University Press, 2007.

RALEY, R. Dataveillance and counterveillance. *In*: GITELMAN, L. (ed.). **Raw Data is an oxymoron**. Massachusetts: MIT Press, 2013.

PIRRO, Andrea. **The Populist Radical Right in Central and Eastern Europe**: Ideology, Impact, and Electoral Performance. London: Routledge, 2017.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

SCHMITT-BECK, R. Bandwagon effect. *In*: DONSBACH, W. (ed.). **The international encyclopedia of communication**. Oxford: Wiley-Blackwel, 2008. v. 2, p. 308–310.

VAN DIJCK, José. 2014. Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigmand ideology. **Surveillance & Society**, v. 12, n. 2, p. 197-208, 2014.

WAGNER, C.; MITTER, S.; KÖRNER, C.; STROHMAIER, M. 2012. When social bots attack: Modeling susceptibility of users in online social networks. ***Proceedings of the WWW '12 Workshop on 'Making sense of microposts,*** p. 41–48, 2012. Disponível em: http://ceur-ws.org/Vol-838/#MSM2012. Acesso em: 24 mai. 2021.

WODAK, Ruth. **The Politics of Fear**. What Right-Wing Populist Discourses Mean. Los Angeles: Sage, 2015.

WOOLLEY, S. C. Automating Power: Social Bot Interference in Global Politics. **First Monday**, v. 21, n. 4, 2016. Disponível em: http:// firstmonday.org/ ojs/ index.php/ fm/ article/ view/ 6161. Acesso em: 20 mai. 2021.

WOOLLEY, S. C.; HOWARD, P. N. Political Communication, Computational Propaganda, and Autonomous Agents. **International Journal of Communication**, v. 10, p. 4882–4890, 2016.

CAPÍTULO IX

O DISCURSO ANTICORRUPÇÃO COMO UM DOS BRAÇOS DA RUPTURA DO SISTEMA DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA OPERAÇÃO LAVA-JATO

Jaqueline Ferreira de Souza [1]

[1] jaquefsouza@yahoo.com.br

RESUMO

No presente artigo discute-se como a luta contra a corrupção empreendida pelo Ministério Público e Poder Judiciário através da criminalização da atividade política é um dos fatores destrutivos da democracia. O discurso anticorrupção ganhou força a partir do retorno do regime democrático ao país, em que as elites do empresariado, classe média tradicional, grande mídia e integrantes do mundo jurídico se unem em prol do objetivo comum de combater a corrupção, o qual é aliado à agenda neoliberal, ocasionando rupturas no sistema democrático, contribuindo com a onda de desdemocratização. O objetivo é compreender como o discurso anticorrupção assumido pelas instituições de justiça em estudo é influenciado pelo liberalismo econômico e político vigente. O discurso em debate foi possibilitado graças aos instrumentos concedidos pela CF/88, decorrente da politização interna e voluntarismo das próprias instituições, possibilitando a atuação no controle da atividade política a partir de ações que pretendem criminalizá-la, como no caso da Operação Lava Jato, corroborando com a quebra de confiança do combalido regime representativo, sendo essa a hipótese a ser discutida. A metodologia se dará pela análise dos discursos proferidos e reproduzidos na grande mídia no ano de 2018, visto ser o ano que a operação atingiu seu clímax, promovendo a alteração no cenário eleitoral presidencial do respectivo ano.

1. INTRODUÇÃO

O retorno da democracia ao país após um longo período de regime ditatorial trouxe consigo mudanças em diversos âmbitos estatais, entre elas nas instituições de justiça, as quais assumiram papel relevante inicialmente na concretização de direitos sociais, posteriormente na luta contra a corrupção, o que não quer dizer que os resultados colhidos sejam sempre positivos. Pois bem. O regime democrático selado com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é acompanhado do liberalismo político e econômico, daí se seguiu a um aparente período de estabilidade política e econômica. Entretanto, democracias consolidadas, entre elas o EUA, vem sofrendo com a crise econômica de 2008. No Brasil os efeitos foram sentidos tardiamente, o país foi atingido por uma grave crise política, econômica e social a partir de

meados de 2013, que teve início com as jornadas de junho do mesmo ano e se concretizou com o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseuf em 2016.

Contemporaneamente, apesar das diversas teorias existentes, a democracia é vista como um sistema em que se deve assegurar determinados direitos para todos os indivíduos, incluindo as minorias, representando o encontro de duas tradições do sistema democrático, composto pela lógica majoritária e o liberalismo político, fundado na garantia de direitos individuais (KERCHE, 2018ª, p. 568), direitos estes que foram ativamente perseguidos pela atuação do Poder Judiciário e o Ministério Público.

Contudo, a mudança de prioridade na agenda das instituições em estudo se deu com o agravamento da crise econômica e social que, por conseguinte, agravou a crise política, o sistema representativo foi e continua sendo questionado, vendeu-se a ideia de que os políticos eram corruptos e apenas objetivavam a satisfação de seus interesses pessoais, sendo considerado este um dos pilares responsáveis pela ineficiência do Estado, fator que está no centro do discurso anticorrupção, somada a grande divulgação midiática de escândalos de corrupção.

Neste trabalho comunga-se da ideia de que a luta anticorrupção cresceu conjuntamente com a crise econômica (LIMA, JORGE, 2020). Ambas as crises econômica e política tem por fundamento a ideia de que o Estado é local de descaminho ético e a corrupção nesse cenário é enxergada através do direito penal, isto é, do punitivismo. Tem-se então a valorização de características opostas ao Estado, enxergado como algo maléfico e ineficiente, que é o privado e sua lógica liberal, com influência da lógica do empreendedorismo.

O Poder Judiciário, que tinha sua atuação limitada durante o período do regime militar e o Ministério Público, que era diretamente vinculado ao Poder Executivo até a promulgação da CF/88, assumiram a posição de redentores da atividade política a partir da criminalização das atividades entendidas como corruptas, como no caso impeachment de Fernando Collor e do Banestado em 1992, intensificando-se com a Ação Penal 470 em 2005, que ficou conhecida como o Mensalão, até chegar ao seu caso de maior envergadura que é a Operação Lava Jato.

O presente trabalho é desenvolvido a partir da dissertação de mestrado em andamento, que pretende demonstrar que as duas instituições judiciais em análise assumiram o discurso anticorrupção como agenda principal de atuação, o que foi possibilitado graças aos instrumentos construídos desde antes do fim do Regime Militar, discurso esse influenciado por forças econômicas vigentes dentro da democracia liberal, que tem por base a ideia de ineficiência estatal. A análise dos discursos dos principais atores da Operação Lava-Jato na mídia durante o ano de 2018, em que a operação produziu efeitos concretos, demonstra a

prioridade de ação do Poder Judiciário e do Ministério Público, que é o controle da atividade política, sendo este o objeto de estudo.

2. BREVE HISTÓRICO DA REESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DO PODER JUDICIÁRIO

O protagonismo das instituições de justiça é tema de estudos substanciais na ciência política. Entretanto, ainda existe um vasto campo que merece atenção, que vem crescendo nos últimos tempos de modo acelerado, que é o viés da judicialização da política no âmbito do combate à corrupção. A relações entre o sistema de Justiça e Corrupção são relevantes dentro do contexto de crise política, econômica e social que se vive atualmente, pois os escândalos de corrupção política revelados na mídia afetam a percepção das pessoas sobre a política, afastando-as da participação necessária para se garantir o controle político não estatal e, com isso, a concretização na maior medida possível dos direitos de cidadania. Diante disto, é importante traçar um breve histórico da reestruturação institucional do Ministério Público e do Poder Judiciário, instituições foco do presente artigo, a partir dos instrumentos conquistados ao longo desta reestruturação, objetivando contextualizar a atuação atual das referidas instituições.

O Ministério Público atualmente é um órgão de importância central dentro do cenário brasileiro, sendo muito plural, complexo e autônomo. Inclusive tratar do órgão como um todo, sem realizar as devidas diferenciações entre os Ministérios Públicos, é uma tarefa quase impraticável, que poderá incorrer em generalizações inadequadas, todavia, o objetivo no presente trabalho é somente traçar um panorama da atuação da instituição e dos instrumentos utilizados para concretização de sua agenda, o foco será na análise de alguns atores do Ministério Público Federal. Fato é que foi percorrido um longo caminho que permitiu esse crescimento e desenvolvimento da instituição como um todo, o qual será traçado a seguir.

A instituição, cuja principal função seria levar os crimes para serem julgados na justiça, tem diferenças institucionais importantes entre os países, pode-se definir a grosso modo quatro modelos: burocrático, eleitoral, autônomo e independente, estes dois últimos possuem muitas semelhanças entre si, sendo difícil distingui-los. Segundo Kerche (2018b, p. 261/262), os modelos variam conforme o grau de discricionariedade e de *accountability*; de forma geral, quanto maior a discricionariedade, maior deveria ser a *accountability*.

Os modelos autônomo e independente são tratados conjuntamente por Kerche (2018b, p. 267/268) ante sua semelhança, a qual ficou ainda mais reduzida com mudanças recentes, são

os modelos adotados na Itália e no Brasil. Pois bem, nesses modelos os promotores têm baixa *accountability*, a baixa responsabilização seria compensada pela baixa discricionariedade, o que não se confirmou, inclusive mudanças legais recentes aumentaram a discricionariedade do órgão; tem-se a vantagem da maior liberdade para investigar e processar políticos, entretanto, praticamente a única forma de *accountability* nesses modelos é através do Poder Judiciário.

Contudo, o Ministério Público no Brasil nem sempre apresentou essa configuração de órgão independente, foi travada uma grande batalha desde os tempos do regime militar para que se chegasse a configuração institucional atual. O primeiro ponto a ser destacado, como afirma Arantes (ARANTES, 2002, p. 20/21), é o processo interno de reestruturação do Ministério Público, ou seja, o motor de tão grande transformação adveio do voluntarismo político de seus integrantes, perspectiva esta que também será considerada no presente trabalho, sem desconsiderar a mediação de outros agentes externos, como os Poderes Executivo e Legislativo.

Existem pontos chaves que contribuíram para a virada institucional do Ministério Público, quais seja, a concessão da função de defesa do interesse público à instituição pelo Código de Processo Civil promulgado em 1973 e a positivação no ordenamento jurídico dos direitos difusos e coletivos e dos instrumentos hábeis a respaldá-los judicialmente, já no final da ditadura militar. Segundo Arantes (ARANTES, 2002, p. 24/25), o que possibilitou esses acontecimentos foi o Ministério Público ter se assumido como defensor da sociedade durante o período da redemocratização na década de 1980.

A primeira lei orgânica do Ministério Público veio através da Lei Complementar n° 40 promulgada em dezembro de 1981, seguindo a determinação da Emenda Constitucional n° 7 de 1977, foi considerada uma enorme conquista para a instituição que perpetuou além do regime militar, pois os princípios institucionais e outros pontos relevantes foram reproduzidos na Constituição de 1988, que selou a volta para o regime democrático. Conforme demonstra Arantes (ARANTES, 2002, p. 46/48), com o advento da Magna Carta a única variante relevante foi a concessão do *status* de órgão independente à instituição.

Ainda em 1981 outra grande lei de importância capital para o Ministério Público foi promulgada, que garantiu o primeiro direito difuso através da instituição da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n° 6.938/81), cuja defesa foi possibilitada pela criação da ação de responsabilidade civil e criminal, de competência inicial exclusiva do Ministério Público, o que lhe concedeu o nome de ação civil pública. Já em 1985, foi promulgada a Lei da Ação Civil Pública, lei 7.347/85, responsável por estender a lista de direitos difusos e coletivos, garantindo-lhes as mesmas inovações asseguradas ao meio ambiente, uma delas foi a

instituição da responsabilidade objetiva[1], que contribui para a transmutação desses direitos para o campo metaindividual, portanto, direitos de ordem pública (ARANTES, 2002, p. 51/52). Em resumo, o Ministério Público acumulou prerrogativas, vantagens e garantias desde a LC n° 40 de 1977 até legislações esparsas promulgadas após a CF/88.

Outro fator de extrema importância na reestruturação institucional do Ministério Público foi a politização do órgão, que se deu através de uma aproximação com o Poder Executivo na designação de promotores para determinados cargos e no próprio Poder Legislativo, uma vez que vários promotores ocuparam cargos eletivos (ARANTES, 2002, p. 49/50), permitindo que os agentes da instituição exercessem uma influência interna em tais poderes para conquistar seus objetivos, prerrogativas e vantagens, dentre eles o de ser responsável pela guarda do interesse público.

A legitimidade do órgão não é mais apenas a tecnocrática, jurídica e corporativista, soma-se a ela a legitimidade social, o que nas palavras de Garapon (GARAPON, 1999, p. 234/236), corrobora para o aumento de ações personalistas e locais, fundamentada pela experiência, competência e respeito à pessoa ocupante do cargo e aquele que emite a decisão. O Ministério Público assume a função de mediador entre Justiça, Estado e coletivo, entre a ação pública e o indivíduo, ressignificando o que se entende por ação pública, em que as partes participam da decisão a ser homologada pelo juiz a cada caso, uma vez que é inviável que as normas prevejam comportamentos sociais uniformizados.

Sendo assim, a atuação do Ministério Público no sentido de defender a sociedade, com base na sua alegada hipossuficiência, entendida como fraca, desorganizada e grande parte marginalizada, sem condições de exigir a efetivação dos direitos pelos Poderes Políticos, que são os grandes responsáveis pelo descumprimento de tais direitos, deveria ser temporária, até que a própria sociedade civil se conscientizasse e adquirisse ferramentas que possibilitem sua defesa em nome próprio, o que Arantes (ARANTES, 2002, p. 129) define como uma atuação instrumental, no sentido de que deveria haver uma interferência na relação entre o Estado e sociedade para defesa desta, é justamente o papel de mediador assumido pela instituição. Acontece que o que se vê é uma sociedade civil que permanecesse tutelada sob o argumento de estar sendo defendida e representada, mas sem saber se de fato sua voz está sendo ouvida e representada nos exatos termos pela instituição.

---

[1] Responsabilidade objetiva independente de demonstração de culpa do agente, isto é, prescinde da existência do elemento subjetivo na ação.

Dentre as atividades exercidas pelo Ministério Público além da típica persecução penal, talvez a mais recente delas é o controle da administração pública, que nos dizeres de Sadek (SADEK, 2009, p. 10/12) a atividade se espalhou entre os Ministérios Públicos, independentemente de suas diferenças institucionais, mesmo entre aqueles que possuem pequeno impacto na mídia ou no cenário nacional, citando como exemplo o caso do Acre, que dos 16 prefeitos que tentaram a reeleição no ano de 2000, 15 deles são investigados por alguma improbidade administrativa e na Paraíba, que no ano de 1999 foram recebidas 215 denúncias contra agentes políticos.

Existem alguns outros instrumentos que possibilitaram o Ministério Público funcionar como agência mediadora entre Estado e sociedade a partir da década de 1990, materializados já com a Lei da Ação Civil Pública em 1985, cujo uso foi facilitado pela Constituição de 1988, conforme exposto por Avritzer e Marona (AVRITZER; MARONA, 2017, p. 364/365), que são o inquérito civil e o termo de ajustamento de conduta (TAC), fartamente utilizado na concretização de direitos sociais, difusos e coletivos e também no combate à corrupção.

Ainda é possível destacar mudanças mais recentes, conforme as relatadas por Kerche (KERCHE, 2018b, p. 278/279), como a preferência de promotores e procuradores pela ação penal para operar na dita luta contra a corrupção ao invés de utilizar a ação cível, disposta na Lei de Improbidade Administrativa, em segundo a autorização concedida pelo STF em 2015 para o Ministério Público conduzir inquéritos penais e o já mencionado instrumento da delação premiada, lei n° 12.850/2013, que proporcionou aos promotores e procuradores o poder de negociar penas menores em troca de mais informações, sem a necessidade do aval de um Juiz.

Ao lado do Ministério Público, o Poder Judiciário figura como central no cenário nacional no tocante à satisfação de direitos transindividuais e coletivos, no controle da moralidade da administração pública e demais atos na vida pública e, assim como o primeiro, vem passando por uma grande transformação, motivo pelo qual é de relevante o estudo de tal instituição. Sadek (SADEK, 2006, p. 11) chega a defender que *"buscar compor um retrato da magistratura significa contribuir para identificar um personagem básico da realidade social e política, além de captar um quadro em transformação".*

As grandes mudanças no Poder Judiciário ocorreram nos séculos XVIII e XIX, com a assunção dos Estados Liberais na Europa e nos Estados Unidos, oportunidade que se predominou a democracia liberal, com transformações que impactaram as instituições do Estado como um todo, como demonstra Arantes (ARANTES, 2015, p. 29/30), no tocante à Justiça a maior mudança é o reconhecimento de sua autonomia como função do Estado. Outro marco fundamental, prossegue Arantes, deu se já no século XX no mundo ocidental nos países

que seguiram a matriz norte-americana, de cunho mais liberal, neles o Poder Judiciário foi erigido a poder político, isto é, foi lhe agregada a capacidade de verificar a constitucionalidade das leis e demais atos normativos produzidos pelos Poderes Executivo e Legislativo, elevando-o a mesma condição destes dois Poderes.

Nos demais países que dizem também pertencer ao mundo ocidental, como os países da América Latina, a derrubada tardia dos regimes autoritários iniciada na década de 1970, deu lugar a construção de ordens democráticas liberais, que possibilitou o restabelecimento das funções dos Poderes Judiciários, nos moldes do modelo norte-americano, quais sejam julgar conflitos entre os particulares e aprimorar a função política, permitindo o controle de constitucionalidade, ou como é conhecido *judicial review,* com variações em cada país.

Referente ao Brasil é possível, nos dizeres de Arantes (ARANTES, 2015, p. 49, 52/53), destacar dois grandes períodos de expansão do Poder Judiciário antes da promulgação da atual constituição. A primeira grande expansão de atuação do Poder Judiciário ocorreu nos anos de 1930 sob o governo de Getúlio Vargas, quando foram criadas as Justiça Especiais, Justiça do Trabalho e Justiça Eleitoral. A segunda onda de expansão, iniciada a partir dos anos de 1970, está relacionada à ampliação do acesso à Justiça no tocante aos direitos coletivos, segundo Arantes, a transformação do Judiciário em garantidor de direitos sociais e coletivos foi imprevista, a atuação nesse sentido difere da lógica liberal que rege o sistema.

O cenário posterior à ditatura militar de 1964 no Brasil, selado com a promulgação da chamada Constituição Cidadã em 1988, mas que mantém certos traços autoritários, traz novamente à tona o discurso jurídico e seu predomínio no cenário nacional após anos de desconfiança incutido pelos militares, conforme relatado por Lima e Chaloub (LIMA; CHALOUB, 2016). Os bacharéis estão de volta ao cenário político após a redemocratização, com maior liberdade de atuação e, ao lado deles, o Poder Judiciário ressurge consagrado como poder forte e independente.

A constituição da autonomia judicial teve como uma de suas bases a profissionalização das carreiras de Estado, cuja influência brasileira é o modelo corporativo dos anos 1930, trazendo definitivamente como carreira de Estado a magistratura, nesta época já houve a criação de associações de juízes e a nomeação através de concursos públicos. Já na transição para o regime democrático, houve participação ativa de atores, tanto integrantes da própria carreira como parlamentares ligados ao direito para construção dessa autonomia. Dispõe Engelmann (ENGELMANN, 2011, p. 2/3) ao discorrer sobre as elites jurídicas que o campo de conhecimento jurídico foi considerado como forma de defender os princípios do modelo de Estado construído na constituinte de 1986, inclusive nas décadas seguintes disputaram o

monopólio desse sentido com diversos campos de saberes, como ocupantes de cargos de gestão no Poder Executivo, economistas e administradores.

A escolha política realizada pelo Poder Legislativo de armar a sociedade civil de instrumentos hábeis a questionar judicialmente os atos executivos, de acordo com Werneck (VIANNA, 2003, p. 11 e 13/15) foi entendida como uma forma de atenuar a sobreposição do Poder Executivo sobre o Legislativo, uma vez que submeter tais atos à avalição judicial significava uma forma de *accountability,* em que a atuação do Poder Judiciário era vista como corretiva, sendo um caminho diverso para a defesa e ampliação de direitos. A partir desta inovação foram construídas novas formas do que o Werneck chama de representação funcional, que se dá através de sindicatos, Ministério Público e o próprio Poder Judiciário. A ideia seria que as duas formas de representação, funcional e a política tradicional, fossem complementares, tendo como função compensar o déficit democrático decorrente da sobreposição do Executivo sobre o Legislativo.

A própria instituição carrega com ela a ideia de que é um braço da sociedade civil, nas palavras no Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, citado por Chaloub e Lima (LIMA; CHALOUB, 2018, p. 225/226), em que ele defende explicitamente que o Poder Judiciário é mais progressista que a sociedade, a qual sofre com problemas morais herdados desde os tempos da colonização e decorrentes de falta de educação de qualidade, por isso a atuação do Poder Judiciário no mundo da política teria por objetivo resolver as questões sociais mais urgentes.

O Poder Judiciário e o Ministério Público podem ser considerados duas agências de *accountability* dos demais poderes, uma vez que todos os agentes públicos podem ser investigados e responsabilizados pelos seus atos judicialmente, o que permitiu maior controle dos agentes públicos, especialmente os políticos, como nos casos em que se investigam a ocorrência de corrupção. Entretanto, outro fenômeno que ocorreu ao lado deste, nas palavras de Avritzer e Marona (AVRITZER; MARONA, 2017, p 361/362), foi a sobreposição dessas instituições de controle sobre a soberania, instaurando o que eles denominam de *pretorianismo judicial,* que é não é saudável para a democracia, uma vez que traz instabilidades para o sistema político. Desta feita, explana Werneck (VIANNA, 1999, p. 10) que a nova forma de atuação do Poder Judiciário causou tensões entre ele e os poderes Executivo e Legislativo, bem como entre a filosofia política da Constituição Federal promulgada em 1988 e o neoliberalismo então vigente.

Como resposta ao processo defeituoso de formação de soberania popular no país, haveria uma organização da sociedade civil, em que minorias políticas e organizações sociais

recorrem ao Poder Judiciário contra os abusos e omissões dos Poderes Legislativo e Executivo, dando origem a dimensão da judicialização da política, fenômeno integrante da sociedade brasileira e tendência no mundo ocidental (VIANNA, 2003, p. 10/11).

3. O REGIME DEMOCRÁTICO LIBERAL E O DISCURSO ANTICORRUPÇÃO

Em uma nova onda de importância do direito o seu discurso passa a ser utilizado pelos ocupantes de carreiras jurídicas, como os integrantes do Ministério Público e do Poder Judiciário, instituições foco do presente trabalho, como forma de regenerar o país, em grande medida através do combate a corrupção pela via judicial, em que diversas práticas vêm sendo realizadas nos últimos tempos com este objetivo, suplicando uma carga moral intensa, além de reiteradamente ser utilizada em disputas políticas, pauta esta que dificilmente será recusada pela sociedade (KOERNER; SCHILING, 2015, p. 75).

A agenda assumida nos últimos anos pelas instituições em análise é possível ser observada até mesmo a partir da produção bibliográfica e discursos dos membros das instituições no exercício da sua função e em manifestações pessoais, em que é aparente a virada discursiva no tocante à defesa do combate à corrupção por meios que os atores chamam de técnicos, através do direito administrativo e, especialmente, o direito penal, como descreve Almeida (ALMEIDA, 2016, p. 72), demonstrando que o discurso do direito é utilizado como argumento de autoridade para adentrar nesta seara.

O modelo ideal do combate à corrupção se dá através dos poderes representativos, utilizando-se o regramento específico capaz de julgar e responsabilizar os políticos corruptos pelos próprios pares, acontece que com o demérito crescente dos poderes políticos e o espetáculo exposto pela mídia, abre espaço para o julgamento da corrupção pela via judiciária, através da criminalização da política (KOERNER; SCHILING, 2015, p. 76).

Pode-se destacar dois grupos de dados que demonstram a ação política juridicamente orientada, nas palavras do professor Frederico de Almeida (ALMEIDA, 2016, p. 73/74), o primeiro é a já mencionada construção das doutrinas jurídicas de várias áreas do direito, como direito público, constitucional e administrativo, em que se discutem a legitimidade da administração pública, "boa" política e a própria corrupção, que vem ganhando destaque, especialmente após a Lei de Improbidade administrativa publicada nos idos de 1990, identificando-se padrões ético-políticos para condução do Estado, em que se associa a improbidade à ilegalidade em sentido estrito, construção dogmática que reverbera nos Tribunais. O segundo grupo de dados é destacado nas opiniões manifestadas por membros das

instituições comprometidos com a própria força-tarefa da Lava Jato, sobre combate à corrupção, política, desempenho do Executivo e Legislativo, funcionamento do sistema de justiça, em que eles consideram ruim o funcionamento dos poderes Executivo e Legislativo e a mentalidade de que são os verdadeiros protetores da sociedade civil, por isso preferem concentrar esforços em ações de controle da administração pública e de combate à improbidade cometida pelos agentes públicos. Do mesmo modo integrantes do Poder Judiciário tendem a avaliar mal a condução da política executada pelos Poderes Executivo e Legislativo, deslegitimando a atividade política e assumindo a mesma postura salvacionista da sociedade que os integrantes do Ministério Público.

A relação dos membros das carreiras jurídicas com a mídia é cada vez mais intensa, na atualidade, o STF, por exemplo, vive em um momento de exposição exacerbada, com pronunciamento isolado dos ministros, que sugere opiniões e posicionamentos prévios, de acordo com o estudo realizado por Marona (MARONA, 2018). Da mesma forma, os principais integrantes da Operação Lava Jato estão em constante aparição midiática, seja em reportagens, proferindo palestras ou concedendo entrevistas.

Por outro lado, os escândalos midiáticos de corrupção, chamados de escândalos políticos midiáticos – EPM, nos dizeres de Lima (LIMA, 2012, p. 443) ocorrem devido a um conjunto de fatores dentro do nicho do jornalismo investigativo, são eles: o crescimento da mídia de massa, disseminação das tecnologias de informação e comunicação e, o mais recente, processos políticos dependentes da mídia. Dentro do campo político acontece a ação e interação referente à aquisição e o exercício do poder político pelo uso de alguns instrumentos, dentre eles o poder simbólico, que cultiva e sustenta a crença na legitimidade.

Os EPM's são responsáveis por muitas crises políticas, tanto no Brasil quanto fora dele, como exemplos mais recentes pode-se citar a renúncia do ex-presidente Fernando Collor em 1992 e crise política de 2005, que levou à ação do mensalão. Acontece que questionamentos a respeito da conduta da mídia nessas situações são facilmente desaqualificadas, sob argumentos de que estão apenas tentando desviar o foco da corrupção ou militando a favor de algum partido. Lima (LIMA, 2012, p. 444/445) chama a atenção para a ausência de autorreflexão crítica sobre o seu papel, sobre sua responsabilidade em crises políticas, sobre o poder de construir ou destruir reputações, dar visibilidade, os jornalistas se auto intitulam como representantes da opinião pública ao invés de considerar que são uma parte do que a formam.

É cediça a necessidade de controle da atividade política, para isso existem diversas agências especializadas neste tipo de função como controladorias, tribunais administrativos, auditorias, entre outros e agências que exercem também essa função, mas não somente elas,

como o próprio Poder Judiciário, essa é a dimensão legal para que exista uma prestação de contas, é exercida por organismos estatais, as quais realizam o controle horizontal (PERUZZOTTI, 2012, p. 403).

Entretanto, conceder o *status* de salvadores da pátria ao Poder Judiciário e o Ministério Público, concedendo-lhes meios de interferência no jogo da política, com pano de fundo de moralizar e reerguer os poderes políticos em descrédito, não se tem garantia de que este será o meio realmente eficaz para resolver a quebra de representatividade e trazer de volta a vida a política. Não é possível garantir que a corrupção estará extinta do país, nem mesmo que não surgirão outras formas de corrupção, até mesmo de cooptação dos ocupantes da carreira jurídica ou de atuação partidária pelos próprios membros destes poderes.

A chamada onda de desdemocratização que diversas democracias estão enfrentando, atingiu o país nos tempos recentes, junto dela o discurso anticorrupção voltou ao cenário nacional, como destaca Lima e Chaloub (LIMA; CHALOUB, 2020), em que se verifica uma aproximação entre diversas elites, como empresários, classe média tradicional, oligopólios da mídia e integrantes do mundo jurídico, como os estudados no presente trabalho, contra a corrupção política, ocasionando rupturas no sistema democrático, a começar pelas manifestações de rua e posterior impeachment da presidenta eleita em 2016, a própria Operação Lava Jato e seu crescimento exponencial, entre diversas outras situações ocorridas.

A literatura (LIMA; CHALOUB, 2020) atenta para o fato de que o discurso anticorrupção conforme os atores acima expostos pregam é aliado da agenda neoliberal, como exemplos é possível citar o pato amarelo da FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo nas manifestações a favor do impeachment de Dilma Rousseff em 2015 e 2016, o boneco gigante do ex-presidente Lula com uniforme presidiário nas manifestações lavajatistas, em que se ansiava pela sua prisão como símbolo de combate à corrupção e a adoção incoerente como símbolo da luta anticorrupção da camisa amarela da seleção brasileira de futebol, mesmo que a CBF – Confederação Brasileira de Futebol seja uma entidade reconhecidamente corrupta, o que demonstra que a corrupção que prejudica os interesses dessas elites e precisa ser combatida é a corrupção política, isto é, a que ocorre dentro do Estado e especialmente das instituições políticas, personificada através de alguns políticos.

A linha que divide o controle pela justiça da corrupção e a criminalização da política como instrumento de poder nas disputas políticas é tênue. O que se vê na atualidade é um fenômeno em ocorrência na América Latina de destituição de governos eleitos, que se rege pela união entre forças políticas conservadoras, que tem como agenda a luta judicial anticorrupção, o próprio Poder Judiciário, no caso brasileiro é possível acrescentar o Ministério Público, e a

mídia, que alimenta os noticiários com escândalos de corrupção decorrentes de vazamentos de investigações, traduzindo uma imagem negativa da política, contra os governos que tem como norte o modelo neoliberal, independente do seu grau de vinculação (ENGELMANN, 2016, p. 11). O conjunto desses fatores coloca o país em uma conjuntura desfavorável e não se sabe o quanto o regime democrático que já se encontra enfraquecido poderá suportar os ataques que vem sofrendo.

A corrupção é um tema muito presente na atualidade, especialmente no cenário político, é difícil identificar atores políticos que em algum momento não tenham sido associados a alguma prática corrupta. Desde sempre muito se fala em corrupção nas instituições, entretanto, nas últimas décadas invadiu as discussões e tomou uma proporção gigantesca. Soma-se a isso a atuação dos integrantes das duas instituições estudadas, Ministério Público e Poder Judiciário, que dizem trabalhar para combatê-la, por vezes sem critérios bem definidos, sem especificar o que de fato se entende por corrupção e quais atitudes podem ser consideradas corrupção.

O tema da corrupção aflorou novamente no cenário político brasileiro nos últimos anos, os políticos que estão envolvidos em corrupção são tidos como os maiores causadores dos problemas existentes e pelo esgotamento dos recursos públicos, por este viés a corrupção se restringe a ações individuais, cujo discurso tem como base a impunidade e ineficiência estatal e de outro eficiência, pureza moral e competitividade do Estado, nas palavras de Lima e Chaloub (LIMA; CHALOUB, 2020). Foi nesse cenário que o Poder Judiciário e Ministério Público assumiram o papel de restabelecer a moralidade ao país.

Contudo, o conceito em destaque liga-se a inúmeros sentidos existentes no dia a dia da atividade política, analisá-lo somente considerando a vertente econômica é diminui-lo a uma simplicidade que não corresponde à realidade que ele está inserido. O mundo político é muito vasto, complexo e ricos em nuances, tal como a representação da sociedade moderna, logo é definido como um conceito normativamente dependente (AVRITZER; FILGUEIRAS, 2011, p. 12), depende de interpretação de regras, cuja disputa acontece em alguns campos, como o jurídico, do mercado, da mídia e da própria representação política, cada qual com sua socialização própria, que determina o sentido da ação política e da definição de condutas como corrupção ou não.

O mundo vem passando por transformações monumentais que desorganizam as bases tradicionais, consequentemente também há transformação do mundo da política contemporânea. Como destaca Filgueiras (FILGUEIRAS, 2008, p. 144/145), o que se vê atualmente são agentes econômicos transnacionais, sistemas mundiais de produção e predomínio do mercado, com a prevalência do consenso liberal, somado ao processo de

globalização a autoridade estatal está sendo corroída e parece que se vive em permanente estado de crise. Para a corrente do liberalismo a política é lugar de vícios, em que a corrupção é enfermidade associada a estrutura estatal, que é tida por ineficiente. A corrupção hodierna, tomada por escândalos políticos e sentimento de insatisfação com as instituições, relaciona-se a crescente crise de legitimidade na política.

A corrupção está ligada à ideia de eficiência do Estado, especialmente no que tange ao desenvolvimento político, econômico e social, tanto é que na transição do Regime Militar para a democracia preocupou-se em aperfeiçoar os mecanismos burocráticos, buscando superar a ideia de que a Administração Pública nacional é ineficiente, lenta, pouco cooperativa e corrompida. Ocorre que a impressão de que a corrupção emergiu no sistema democrático, como defendido por alguns, é equivocada, pois foi herdada do período do regime autoritário toda a desorganização da Administração Pública, exposta ao descontrole financeiro, ausência de responsabilização de governantes e outros agentes que atuam em conjunto, politização da burocracia e perda de foco na atuação governamental de empresas públicas. Toda a alegada ineficiência e corrupção do Estado pode ser observada dos inúmeros escândalos divulgados, a partir de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, começa-se a discutir e aprovar reformas estatais com a implantação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), cujos objetivos são redefinir setores de atuação do Estado, reforçar a democratização com implemento de instrumentos da administração privada no setor público, destacam Filgueiras e Avritzer (AVRITZER; FILGUEIRAS; 2011, p. 23/24).

Pois bem, é fato indiscutível a predominância do liberalismo político nos estados ocidentais, tradição que vem sendo associada a democracia, especialmente pós Segunda Guerra Mundial e a partir da década de 1970 na América Latina, a sua versão inicial e mais tradicional, representada por Benjamin Constant, John Stuart Mill, entre outros influenciados por Locke, como dito por Álvaro de Vita (VITA, 2012, p.79 e 83/84), é aquela que prega que o Estado não pode determinar o que seria uma boa vida para todos, pois cada um tem suas próprias convicções morais hábeis a conduzir as próprias escolhas. Entretanto, independente de qual corrente atual de liberalismo está vinculado, algumas perguntas ficam em aberto, como a corrupção na política conseguiria ser reduzida a partir das políticas de desregulamentação da economia, redução de intervenção estatal nos mercados ou uma maior participação estatal na produção das riquezas, por outro lado, aquele Estado liberal que visa realizar justiça social ativamente estaria mais aberto a abrigar práticas corruptas em seu seio?

É de se ressaltar que defesas de ideias a favor do mercado, do estado mínimo, garantia da liberdade individual, reproduzidas pelo liberalismo e o neoliberalismo, ganharam força com

as *think tanks,* que são organizações financiadas pelo capital privado com objetivos de promover estudos e reflexões sobre políticas sociais, economia, cultura, entre outros assuntos, as quais por sua vez cresceram em número e poder de influência, especialmente da esfera pública, a partir da década de 70, com a fundação da *Heritage Foundation* em 1973, a qual inaugural também um novo meio de atuação de tais organizações, conhecidas como *think tanks* ativistas, para ser um contraponto ao incômodo ativismo estatal na visão dos financiadores destas organizações, que atuam com a pretensão de influenciar o processo político através de estratégias de comunicação direcionadas a certos grupos políticos, grande mídia e a opinião pública, colaborando com a criação de políticas públicas condizentes com a ideologia da organização (ROCHA, 2018, p. 53/54).

No Brasil, destaca Rocha (ROCHA, 2018, p. 59/64), a defesa pró-mercado teve seu início em 1946, com a tradução da obra "O caminho da servidão" de Hayek, financiada pelo engenheiro Adolph Lindenberg, junto de Plínio Corrêa de Oliveira, fundaram em 1960 a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade – TFP, mais tarde em 2006 Lindenberg fundou o Instituto Plínio Corrêa, presidido por ele até os dias atuais. Outros institutos foram sendo criados posteriormente com o mesmo objetivo de defender o livre-mercado e o anticomunismo, como por exemplo o Instituto Brasileiro de Filosofia – IBF, que tinha a participação do famoso jurista Miguel Reale e a Sociedade Convívio, fundada pelo padre Domingos Cippra, cujo objetivo era a luta contra o comunismo, ambas as organizações se subordinaram ao IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais).

Ao considerar as formas de controle da corrupção apenas pela vertente econômica seria simplesmente reduzir o sistema de incentivos para comportamentos que pretendem obter proveito financeiro individual ou do grupo, conhecido como *rente-seeking.* Ao se partir do pressuposto de que o mercado aloca melhor os recursos do que o Estado, cria-se o chamado mercado político para gerir o público, o qual controlaria a atividade corrupta através da liberdade dos mercados econômicos e uma política do *laissez-faire,* que prega a livre iniciativa. Nesse cenário o mercado é o elemento oposto ao Estado, responsável por controlar a corrupção a partir da disponibilização à iniciativa privada de bens públicas. Entretanto, Avritzer e Filgueiras (AVRITZER; FILGUEIRAS; 2011, p. 10/11) destacam que em algumas sociedades o efeito das políticas de liberalização indistinta de mercado, isentas de regulação, promoveram o aumento da corrupção. O que é um contrassenso, pois o discurso anticorrupção aliado à agenda neoliberal por vezes promove aquilo que ele se diz contra, ou seja, aumento da corrupção na política, afetando ainda mais o regime democrático.

A última grande operação na chamada luta contra a corrupção embrenhada pelas instituições em análise foi a força tarefa da Operação Lava Jato, recentemente extinta para ser reincorporada ao grupo geral de combate ao crime organizado do Ministério Público Federal (GAECO). A referida operação é a expressão máxima da agenda assumida pelas instituições judiciais de reabilitação da política, cujo intento é extirpar da vida política os políticos corruptos investigados que agiram em conluio com grandes empresários. Acontece que operações desse tipo são extremamente seletivas com os alvos propostos, atuam em questões pontuais e não propiciam meios de se fazer uma política mais honesta, transparente e eficaz.

4. A OPERAÇÃO LAVA-JATO: ANÁLISE DE TRAJETÓRIA E DISCURSOS

O terreno propício para a Operação Lava-Jato veio sendo preparado desde as primeiras forças-tarefa e evoluções posteriores, conforme será demonstrado de forma muito breve. A mudança em relação ao Poder Judiciário em favor da criação de varas especializadas corroborou com a satisfação da agenda anticorrupção, além da perda de controle do Supremo Tribunal Federal – STF sobre juízes das instâncias inferiores contra excessos cometidos nas ações oriundas de atuação integrada. O caso Banestado, por exemplo, inspirou preocupação, conforme manifestações dos ministros Celso de Mello e Gilmar Mendes, a respeito da indefinição entre atividades persecutórias e profissionais e de decisões do ex-juiz Sérgio Moro, entendidas como prejudiciais ao Estado de Direito (KERCHE; MARONA, 2021, p. 18).

Mesmo que a luta anticorrupção faça parte do discurso dos agentes judiciais, incluindo Juízes e Promotores/Procuradores, a primeira grande operação seguindo os padrões de uma força-tarefa, como no caso da Operação Lava Jato, foi o Banestado, decorrente da suspeita de evasão e lavagem de dinheiro através de contas de "não residentes", denominadas CC5, envolvendo o Banco do Estado do Paraná (Banestado), devido a recusa do Banco Central de fornecer os dados das operações, a justiça acatou o pedido do Ministério Público para quebrar o sigilo de todas as contas CC5, não somente as que estavam sob suspeita. Posteriormente, em 2001 foi criada a Operação Macuco a comando da Polícia Federal, proveniente do Banestado. Estes foram os primeiros empreendimentos ordenados para a investigação de combate de crimes contra o sistema financeiro. Kerche e Marona (KERCHE; MARONA, 2021, p. 18/19) destacam que nessa época ainda havia certa dificuldade de colaboração entre a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, o que foi sanado em momento posterior.

Na Operação Banestado teve início ações que foram fundamentais para o aparente sucesso da Operação Lava Jato, mas que na época ainda não tiveram os resultados esperados

ante a ausência de outras mudanças institucionais que em conjunto garantiram o desenvolvimento da Lava Jato. Na época o ex-juiz Sérgio Moro autorizou inúmeras prisões preventivas, algumas das quais foram revertidas em grau de recurso sob o argumento de fragilidade legal para fundamentá-las, fundamentos estes considerados suficientes no caso da Operação Lava Jato, bem como foram homologados acordos de delação premiada, técnica muito utilizada na Lava Jato. Em outra operação do ano de 2004 derivada também do Banestado, a Operação Farol da Colina, o ex-juiz Sérgio Moro expediu mais de cem mandados de prisão e mais de 200 de busca e apreensão, prática rotineira na Operação Lava Jato. Outra diferença é que nessas operações os alvos não eram os políticos, mas sim o combate ao crime organizado (KERCHE; MARONA, 2021, p. 22/23).

A ligação entre crime organizado e corrupção passou a ser aceita a partir do caso do Mensalão, em que a jurisprudência do STF acolheu a tese como forma de combater a corrupção, a linha divisória entre lavagem de dinheiro e corrupção foi apagada, permitindo a utilização de todos os instrumentos para combate ao crime organizado na luta contra a corrupção. Em 2013 foi aprovada uma lei que trata sobre as organizações criminosas como resposta as Jornadas de Junho, em que ficou reconhecido os acordos de confissão como forma de combater o crume organizado, o que deu mais incentivos para o Ministério Público adentrar no campo penal, somada a discricionariedade concedida à instituição, foi propiciado o desenho institucional ideal para o desenvolvimento da Operação Lava Jato da forma como ocorreu (KERCHE; MARONA, 2021, p. 24/26).

Referente à análise empírica aqui realizada, a coleta dos dados referentes às trajetórias profissionais e acadêmicas dos Juízes e Procuradores da Operação Lava Jato, de primeira instância de Curitiba e do Rio de Janeiro foi realizada através de informações disponíveis na internet, como reportagens, biografias online, site institucional, redes sociais e currículo lattes. Entretanto, as informações de alguns atores estão incompletas pela falta de informações disponíveis, o que ocorre com mais frequência entre os mais antigos.

A pesquisa dos discursos dos integrantes da Lava Jato em Curitiba e no Rio de Janeiro, acima descritos, compreenderá principalmente publicações do ano de 2018 em três veículos online de grande circulação nacional, quais sejam: O Globo, Folha e Estadão, com objetivo de analisar como a corrupção é retratada na imprensa segundo os discursos lavajatistas. Para tanto, o material coletado é constituído da análise de reportagens concedidas pelos integrantes da força-tarefa aos jornais, colunas escritas por eles próprios e discursos reproduzidos no jornal retirado de congressos, palestras, redes sociais, entre outros.

O ano de 2018 foi escolhido por alguns motivos relevantes, são eles, primeiro, pelo fato de os dois núcleos da força tarefa concentrarem quase a totalidade dos casos e já terem produzidos resultados significativos neste ano, com condenações e prisões de investigados, em segundo, por se tratar de ano eleitoral, sendo possível avaliar se os nomes estudados manifestaram alguma preferência política que pudessem indicar a ideologia que eles se vinculam, em terceiro por ter tido decisões judiciais relevantes relacionada a prisão de condenados em segunda instância, que impactam diretamente na condução da operação em estudo.

No tocante à trajetória dos atores da Lava Jato, do núcleo de Curitiba e do Rio de Janeiro, proporcionou a construção de um padrão, constituído maciçamente de profissionais formados em instituição públicas, em sua grande maioria federais e após a égide da Constituição Federal de 1988, poucos prosseguiram nos estudos além da pós-graduação *lato sensu,* quanto à parte profissional, com raras exceções, todos perseguiram a tão sonhada carreira de concursos públicos, um número considerável assumiu outros cargos públicos anteriores ao cargo de Procurador da República.

O professor Ricardo Oliveira (OLIVEIRA, 2017, p. 3) destaca que a grande parte dos atores investigados se formou em instituições públicas ou privadas tradicionais, as quais incutem uma visão conservadora e tradicional sobre o mundo, reprodutora das desigualdades sociais no país, tais cursos têm relação histórica na construção das elites que ocupam os cargos mais cobiçados da burocracia do Estados, bem como os cargos eletivos.

O objetivo de analisar os discursos é que eles evidenciam a visão de mundo dos Procuradores e Juízes, seus posicionamentos ideológicos, como se posicionam em relação à sociedade civil, verificar se o combate à corrupção constitui uma agenda de atuação profissional, entre outros temas relacionados à Operação Lava Jato, entretanto, analisar unicamente os discursos dos integrantes através da reprodução dos discursos em jornais pode se revelar problemática, a depender do viés que a mídia reproduz os discursos, dos recortes realizados. Analisar os discursos sobre o tema da corrupção a partir da visão da imprensa, segundo os discursos da Lava Jato, é condizente com a proposta do presente trabalho, uma vez que a imprensa tende a seguir a percepção da opinião pública sobre o tema da corrupção, a qual por vezes constitui o motor de ação dos atores estudados. Aliás, é uma crítica a ser feita quando a imprensa se coloca como a representante da opinião pública e não como sua formadora.

Após a verificação da existência ou não de um padrão de publicações, de quais temas se sobressaem, somados aos perfis traçados, objetiva-se identificar se a Operação Lava Jato é parte do sistema mais amplo e complexo, que pretende suplantar a atividade política criminalizando-

a e, assim, perpetuando as elites tradicionais no poder e com elas, as desigualdades sociais históricas, a partir dos instrumentos que transformaram as instituições de justiça em uma agência de *accountability* externo da atividade política, influenciada pelo discurso liberal.

Da leitura dos discursos encontrados nos três jornais de grande circulação descritos acima, de abrangência nacional, durante o ano de 2018, percebe-se que os integrantes mais conhecidos da operação são os que mais concedem entrevistas ou têm seus discursos reproduzidos, destaca-se ainda que a Operação em Curitiba, responsável pela investigação contra o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, tem maior destaque, por ser considerado o símbolo maior da luta contra a corrupção no país e pela grande aparição na mídia e em eventos do ex-juiz Sérgio Moro, sendo o nome de maior destaque da Operação, além do coordenador da força-tarefa Deltan Dallagnol e o juiz responsável pelo núcleo do Rio de Janeiro, Marcelo Bretas.

Os temas principais que se investigam aqui são os relacionados às posições políticas, ideológicas dos atores, ao entendimento deles sobre corrupção e a Operação Lava Jato, a partir daí procurou-se criar categorias que agrupam os discursos coletados, pois o objetivo é verificar o que se tem em comum nas falas dos atores analisados.

De início, destaca-se que rotineiramente os integrantes da força-tarefa reafirmam a tecnicidade da operação, que sempre foi conduzida com fundamento nas regras processuais, inexistindo qualquer motivação política e partidária e sem fins moralistas.

Os discursos colhidos evidenciam que os Procuradores e Juízes reproduzem o senso comum de que a corrupção é sistêmica no país e que os políticos, em sua grande maioria, são corruptos e que essa é a forma de fazer a política funcionar, atacando sistematicamente o sistema político, eleitoral e os políticos em si. Ao contrário, as instituições em análise são tidas como exemplo de lisura e trabalho duro, o que justifica as ações tomadas no sentido de moralizar a política e trazer benefícios para a sociedade, entendida como hipossuficiente, cujo padrão se repete ao longo de inúmeras reportagens.

É possível observar em diversas reportagens que os atores se colocam na posição de representantes da sociedade, que está insatisfeita com a corrupção institucionalizada no sistema político e que seu desejo é extirpá-la, esse seria o objetivo da Lava-Jato, que está em consonância com a vontade geral da sociedade civil, por isso, ela é motivo de esperança para a sociedade, pois a sociedade não está insatisfeita com a democracia em si, mas com os seus problemas, um dos principais deles é a corrupção. Em 16/04/2018, em uma reportagem no jornal Folha de São Paulo, destaca-se a fala do ex-juiz Sérgio Moro em Harvard, que cita o ex-presidente norte-americano, Roosevelt, que afirma que a exposição e punição da corrupção

pública é motivo de orgulho para um povo, e seria exatamente esse o sentimento da maior parte do povo brasileiro.

Para que seja cumprida a vocação que teria sido designada aos integrantes do Ministério Público e do Poder Judiciário tanto pelo apoio do público quanto pela Constituição Federal de 1988, cujo desenho institucional fortaleceu ambas as instituições em análise, defendem a aprovação de medidas anticorrupção, especialmente o pacote das 10 medidas anticorrupção, que possuem muitos pontos de constitucionalidade duvidosa. Defendem também a manutenção da prisão após condenação em segunda instância, pois ela é um bom instrumento para incentivar acordos de delação premiada, novamente afirmam que a mudança de entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF vai de encontro ao sentimento da sociedade, que exige o fim da impunidade. Por fim, ainda há críticas ao foro privilegiado, Sérgio Moro chega a defender explicitamente o seu fim.

Existe a defesa que a justiça seja rigorosa, para funcionar como um desestímulo as práticas corruptas, o juiz da operação do Rio, Marcelo Bretas, chega a dizer que *"A Justiça tem que ser temida. É necessário que haja esse temor."*, conforme uma reportagem do jornal Folha de São Paulo em 07/01/2018, que destaca o afastamento da discrição do juiz, indo em direção ao estrelismo do ex-juiz Sérgio Moro.

Outro grupo de discursos pode ser organizado em torno da defesa da judicialização e do ativismo no combate à corrupção, pois os Poderes Executivo e Legislativo toleram a corrupção sistêmica e possuem diversas dificuldades institucionais para superá-la, como questões relacionadas ao financiamento de campanhas, portanto, o avanço no combate à corrupção veio pelo Poder Judiciário, sendo esta a melhor forma de lutar contra a corrupção.

Próximo ao segundo turno das eleições de 2018 e logo após, é possível destacar os discursos em defesa da ida do ex-juiz Sérgio Moro para o Ministério da Justiça, são unânimes em afirmar que tal atitude não revelaria parcialidade da sua atuação enquanto juiz, e que seria o ideal para corroborar e não retroceder na luta contra a corrupção, sendo qualificado apenas como uma premiação ao bom serviço prestado por ele. O próprio ex-juiz, e agora ex-ministro, concedeu diversas entrevistas nesse mesmo sentido, defendendo que sua integração ao Ministério da Justiça seria uma forma de implantar a agenda anticorrupção, que como juiz seria impossível promover as grandes reformas necessárias para que essa agenda fosse efetivada. Após ter aceitado o convite do presidente eleito, Moro diz que o ministério não será utilizado para perseguição política, que ele é apenas um técnico exercendo uma função com encargo político, que apenas aceitou o convite para implementar sua agenda anticorrupção e anticrime organizado, que coaduna com a proposta do governo eleito, para tanto defende ideias que

endurecem o regime penal, como redução da maioridade penal para crimes graves, revisão do sistema de progressão de regime, aprovação do pacote das medidas anticorrupção, entre outros, destacando a lógica punitivista defendida pelos atores em questão.

Ainda é de destaque a presença do conservadorismo na política brasileira, a qual aparenta estar cada vez escancarada, especialmente após o impeachment da presidenta eleita em 2016, não é possível mais se estabelecer uma base comum de atuação das forças políticas relevantes no cenário pós redemocratização em torno da diminuição da desigualdade social extrema e preservação dos direitos humanos. Parte desse movimento conservador é gerido pelo fundamentalismo religioso, que inclui não só igrejas evangélicas (neopentecostais) e o setor mais conservador da Igreja Católica. O fundamentalismo e o ultraliberalismo possuem como inimigo comum o Estado, pois este ainda traz regras que pregam a igualdade, ameaçando a hierarquia reproduzida nas relações domésticas e de mercado. O conservadorismo moral se alia ao ultraliberalismo econômico, que necessita do fundamentalismo religioso para reforçar a política mais conservadora, cujo deslocamento para o debate moral tem como uma de suas pautas a luta anticorrupção (MIGUEL, 2016).

As forças conservadoras, que tem por base o fundamentalismo religioso, também possuem ressonância nas instituições judiciais, como o Ministério Público e o Poder Judiciário, apesar de não ter sido este um foco de análise, nas pesquisas da trajetória profissional foi possível verificar que o elemento religião é importante no contexto de vários dos atores, a título de exemplo, o juiz Marcelo Bretas citou trechos da bíblia para invocar o combate à impunidade, na decisão que determinou a prisão do ex-governador Sérgio Cabral e em uma mensagem na rede social Twitter, acerca da separação dos poderes, bem como Dallagnol destaca ser uma pessoa religiosa, frequentador assíduo da Igreja Batista.

Por fim, uma última classe de discursos pode ser ordenada em torno das eleições de 2018, divididos em dois subgrupos, defesa de renovação no congresso, com escolha de pessoas íntegras, que coaduna com a luta contra à corrupção, e a preocupação com a possível vitória do candidato do PT para a presidência, seria o mesmo que escolher voltar para a corrupção sistêmica, a opção seria o candidato Jair Bolsonaro, visto que ele tinha como um dos principais pontos de sua agenda combater à corrupção, o que estava em anuência com a lógica da força-tarefa, portanto, a eleição seria um divisor de águas no combate à corrupção.

Em suma, cotejando todos os discursos é possível extrair alguns conceitos principais que permeia toda a Operação Lava Jato. São eles: o primeiro é a escolha deliberada do combate à corrupção através da ação penal como o único meio viável de extirpá-la da política; o segundo é a ideia de que os integrantes do Poder Judiciário e do Ministério público são representantes

da sociedade e objetivam realizar seu desejo do fim da impunidade; o terceiro é a grande preocupação que rondou todo o ano de 2018 quanto à possível mudança de entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a prisão de condenados em segunda instância, que culminaria com a soltura do ex-presidente Lula, cuja prisão é considerada símbolo máximo do combate à corrupção pelos integrantes da força-tarefa; quarto, defesa do punitivismo, com endurecimento de regras penais; por fim, como quinto conceito, a preocupação muito evidenciada quanto as eleições presidenciais que ocorreriam em outubro daquele ano, em que seria necessário eleger um candidato com agenda prioritária voltada para o combate à corrupção, sob pena de retrocesso no caminho já percorrido, muitos convergiram com os ideais do presidente eleito, cuja vitória foi inclusive comemorada por alguns dos integrantes da operação.

O Brasil segue a tendência mundial de judicializar o combate à corrupção, evidenciando o protagonismo do Ministério Público e do Poder Judiciário, especialmente os ligados a esfera federal, a judicialização que já vinha ocorrendo em outros campos, como no da execução de políticas públicas.

Por fim, a mídia assumiu papel relevante na construção das referidas bases e do protagonismo das instituições em análise, pois reiteradamente elas eram tratadas como espaços livres de máculas, cujo único objetivo era salvar a sociedade civil dos poderes políticos corruptos, somado a revelação de escândalos políticos e a transmissão de uma imagem negativa da vida política, reforçaram o sentimento da sociedade de que a política é ruim, por outro lado, a corrupção foi muito associada à governos de esquerda, principalmente do PT, que esteve à frente do maior cargo do executivo por quase quatro legislaturas.

5. CONCLUSÃO

A assunção da democracia, em sua vertente liberal, como regime predominante no mundo ocidental, que privilegia proteção dos direitos individuais, especialmente o da propriedade privada e a defesa da lógica do mercado, trouxe diversas consequências para as instituições, dentre elas sobressaem transformações profundas no Poder Judiciário e o Ministério Público, que tem papel imprescindível e relevante em uma democracia, apesar de algumas de suas atitudes também serem questionáveis e contribuir até mesmo para a crise da democracia liberal recente. Não se pode esquecer do papel assumido pela mídia em conjunto com as instituições da justiça, que ao trazer novamente ao centro o discurso do direito, criam o ambiente propício para defesa das condutas que as instituições em estudo utilizam para moralização do país.

O que se pode dizer a princípio é que a judicialização da luta contra a corrupção por vezes é eivada de vício, pois o ambiente em que vivem os atores, suas visões de mundo, ideologias, influenciam na atuação profissional, além de serem medidas apenas pontuais, servindo para desorganizar o sistema político, interferindo diretamente nas eleições, incutindo preconceitos quanto à partidos, pessoas e ideologias, como a associação do antipetismo ao anticomunismo e associação ambos a ideia de corrupção, que por sua vez está ligada à partidos de esquerda. Já o mais importante, que seria mudar a base do sistema que permite a ocorrência da corrupção, não é alterado.

O fortalecimento do Ministério Público e o Poder Judiciário desmedido, sem freios capazes de conter os impulsos moralizatórios que os acometem, sob o argumento de estarem realizando o desejo da sociedade civil, apenas tem por efeito firmar ambas as instituições no cenário nacional como elites jurídicas, cujo poder é permanentemente reforçado e reproduzido através do controle e criminalização da atividade política.

A Operação Lava Jato representa o ápice das forças-tarefa, somente foi possível graças à transformação institucional ocorrida desde antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, reforçado com mudanças substanciais posteriores, especialmente a partir das legislaturas do PT, como por exemplo no caso da concessão de autonomia da Polícia Federal, escolha do chefe do MPF pela própria instituição, associação do crime organizado com corrupção a partir do Mensalão, aprovação da Lei de Crimes Organizados em 2013 com a utilização de acordos de confissão, entre outros.

O Poder Judiciário e o Ministério Público foram erigidos a agências de controle da atividade política e a função tem sido desempenhada através da sua criminalização, com a escolha punitivista como meio mais eficiente de controle. Fato é que a Operação Lava Jato surgiu em meio a um momento de instabilidade política, econômica e social, com a promessa de recuperar eticamente a política, conforme se extrai dos discursos analisados, sob o argumento de que daria novos rumos ao país, pois com a limpeza da corrupção na política, seria possível retomar o desenvolvimento econômico e social. Contudo, o que se observou foi justamente o efeito contrário, pois reforçou o descrédito na política, alterou indevidamente o cenário eleitoral presidencial do ano de 2018, a partir daí a crise política, econômica e social vem se agravando, com consequências diretas no regime democrático.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Frederico de. Justiça, combate à corrupção e política: uma análise a partir da operação Lava Jato. Revista Pensata, vol. 5, n.2, p 69/82, novembro de 2016.

ARANTES, Rogério Bastos. Ministério Público e Política no Brasil. São Paulo: EDUC: Ed. Sumare: Fapesp, 2002.

ARANTES, Rogério Bastos. Judiciário: entre a Justiça e a Política. In AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio Octávio (org.). Sistema Político Brasileiro: uma introdução. 3 ed. São Paulo: Unesp e Konrad Adenauer, 2015. Cap. 2, p. 29-68.

AVRITZER, Leonardo; FILGUEIRAS, Fernando (2011): Corrupção e controles democráticos no Brasil, Texto para Discussão, No. 1550, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília.

ENGELMANN, Fábio. Estudando e definindo elites jurídicas. Colóquio: ELITES, HISTÓRIA E MÉTODO, PPG História PUCRS, nov. 2011.

ENGELMANN, Fábio. Julgar a Política, Condenar a Democracia? Justiça e Crise no Brasil. Rev. Conj. Aust. | Porto Alegre | v.7, n.37 | p.09-16 | ago./set. 2016 | ISSN: 2178-8839, p. 11.

GARAPON, Antonie. O juiz e a democracia: o guardião das promessas. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

KERCHE, Fábio. Independência, Poder Judiciário e Ministério Público. Cad. CRH vol.31 no.84 Salvador Set./Dec. 2018a. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792018000300009. Acesso em 16/01/2020.

KERCHE, Fábio. Ministério Público, Lava Jato e Mãos Limpas: uma abordagem institucional. Lua Nova, São Paulo, 105: 255-286, 2018b. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/0102-255286/105. Acesso em 17/07/2020.

KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. From the Banestado Case to Operation Car Wash: Building an Anti-Corruption Institutional Framework in Brazil. DADOS, Rio de Janeiro, vol.64 (3): e20190240, p. 1-37, 2021. Disponível em https://doi.org/10.1590/dados.2021.64.3.244. Acesso em 18/05/2021.

KOERNER, Andrei e SCHLLING, Flávia. O Direito regenerará a República? Notas sobre política e racionalidade jurídica na atual ofensiva conservadora. Direita, Volver! São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

LIMA, Pedro Luiz; CHALOUB, Jorge. Os juristas políticos e suas convicções: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil. v. 49 n. 1_Mar/Jun (2018): Os Significados das novas quedas presidenciais na América Latina: instabilidade dos governos ou dos regimes?. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/19489. Acesso em 02/02/2021.

LIMA, Pedro Luiz; CHALOUB, Jorge. Corruption and Neoliberalism in Comtemporary Brazil. In CHALOUB, Jorge; RANGEL, Patrícia; WOLF, Frieder Otto. Democracy and Brazil: Collapse and Regression Edited by Bernardo Bianchi. New York: Routlegde Taylor & Francis, 2020.

LIMA, Venício A. Mídia. In AVRITZER, Leonardo et. al (org.). Corrupção: ensaios e críticas. 2 ed. Belo Horiznte: Editora UFMG, 2012, p. 442.

MARONA, Marjorie C. O STF e a Democracia. 2018. Disponível em https://revistaescuta.wordpress.com/2018/04/14/o-stf-e-a-democracia/. Acesso em 17/08/2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016, p. 590-621. Disponível em: 10.12957/dep.2016.25163. Acesso em 12/06/2020.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de, et. al. Prosopografia Familiar da Operação “Lava-Jato” e do Ministério Temer. REVISTA NEP-UFPR (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.3, n.3, p. 1-28, agosto 2017.

PERUZZOTTI, Enrique. Accountability. In AVRITZER, Leonardo et. al (org.). Corrupção: ensaios e críticas. 2 ed. Belo Horiznte: Editora UFMG, 2012, p. 401/406.

ROCHA, Camila. Menos Marx. Mais Misses: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. 232 f. Tese (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SADEK, Maria Tereza. Magistrados. Uma imagem em movimento. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VIANNA, Luiz Werneck (org.). A Democracia e os Três Poderes no Brasil. 1ª reimp. Ed. UFJF e IUPERJ/FAPERJ, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, 2003.

VITA. Álvaro. Liberalismo. In AVRITZER, Leonardo et. al (org.). Corrupção: ensaios e críticas. 2 ed. Belo Horiznte: Editora UFMG, 2012.

CAPÍTULO X

O DISCURSO DE ÓDIO ENQUANTO INSTRUMENTO POTENCIALIZADOR DA DESDEMOCRATIZAÇÃO

Lucas Pimenta Alampe
Vanessa de Castro Rosa

RESUMO

O processo de desdemocratização é um fenômeno que atravessa vários regimes democráticos vigentes na contemporaneidade. Não se trata de abandonar o regime democrático ou aderir a regimes ditatoriais. Não implica necessariamente na substituição de regimes políticos, mas sim na desconfiguração e esvaziamento do regime democrático, especialmente no tocante a direitos fundamentais sociais e existenciais. Assim, assume-se como hipótese prévia que os crescentes discursos de ódio voltados contra os meios de comunicação tradicionais, advindos por parte de autoridades do executivo, bem como a retórica homofóbica, racista e machista, sobretudo no ambiente digital, contribuem para a queda dos índices democráticos e até na reconfiguração política do regime. Objetiva-se analisar em que medida o discurso de ódio (hate speech) se apresenta como causa potencializadora da desdemocratização ou consequência deste fenômeno. O estudo será desenvolvido mediante pesquisa bibliográfica, por meio de abordagem qualitativa e método indutivo, a partir dos dados angariados pelo Projeto Democracy Matrix (DeMaX), realizado pela Universität Würzburg, que afere a qualidade democrática dos países e do relatório Freedom in the world (FIW), referentes aos índices de desdemocratização.

Palavras-chave: Desdemocratização. Discurso de ódio. Inimigo.

1. INTRODUÇÃO

O processo de desdemocratização é um fenômeno que atravessa vários regimes democráticos vigentes na contemporaneidade. Não se trata de um caso isolado, uma vez que o número de democracias deficientes como a Sérvia, Hungria, Turquia e, principalmente, o Brasil apresentam índices de declínio de seus regimes e até uma possível mudança para um regime híbrido, como o recente caso da Índia.

Entende-se por desdemocratização o processo pelo qual se dá o retrocesso do regime democrático e seus respectivos instrumentos. Trata-se da desconfiguração e esvaziamento de direitos fundamentais, sociais e existenciais. Ainda, infere-se que os sintomas da falência desse regime, dado por essa desconfiguração, é sustentado, maiormente, sob a égide de estruturas neocoloniais.

Desta maneira, assume-se que os crescentes discursos de ódio voltados contra os meios de comunicação tradicionais, advindos por parte de autoridades do executivo, bem como a retórica do ódio propagada por emissores que visam fomentar a manutenção de uma sociedade racista, patriarcal e homofóbica, sobretudo no ambiente digital, ensejam na queda dos índices de uma democracia ou até mesmo em uma eventual mudança de regime.

Elucida-se a pertinência desse tema, uma vez que tanto o discurso de ódio como a desdemocratizacão se relacionam intimamente com desrespeito aos direitos fundamentais e aos alicerces do regime democrático.

Objetiva-se verificar se o discurso de ódio (hate speech) - compreendendo-o como todo tipo de discurso que justifica, incita ou promove preconceitos e discriminações negativas, - se apresenta como uma causa potencializadora do fenômeno da desdemocratização ou como uma consequência resultante deste mesmo processo.

Com o intuito de aferir essa enunciação, o presente artigo foi realizado por meio de uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental sob o método indutivo a fim de apresentar o contexto do atual cenário da desdemocratizacão e como o discurso de ódio atua diante dessa conjuntura.

Na pesquisa bibliográfica recorreu-se ao uso de dados do estudo Democracy Matrix (DeMaX), realizado pela Universität Würzburg e o relatório Freedom In the World (FIW), de 2020, da organização Freedom House. Ainda destaque-se o uso de artigos científicos e dados da organização Repórteres sem Fronteiras (RSF) para elucidar a política de eleição do inimigo presente dentro do discurso odiosos seus respectivos respaldos aos grupos sociais mais vulneráveis e aos meios de comunicação tradicionais.

2. O PROCESSO DE DESDEMOCRATIZAÇÃO NO MUNDO

O estudo Democracy Matrix (DeMaX), realizado pela Universität Würzburg, que afere a qualidade democrática de um país concluiu que os níveis de regimes democráticos diminuíram mais do que aumentaram entre os anos de 2018 e 2019 (DEMOCRACY MATRIX, 2021, p. 8). O levantamento utiliza 15 campos de matriz para sua aferição em cerca 179 países desde 1900.

Esse aumento da desdemocratização em detrimento das melhorias das qualidades do regime não implica necessariamente na volta de regimes autocráticos, mas sim no surgimento de regimes híbridos. Dentro dessa nova classificação é possível constatar a existência de características mistas de ambos os regimes como a união de eleições livres com um estilo governamental autocrático e um Estado de Direito fraco.

Este não é o único estudo sobre democracia, há vários outros, tais como, Global Attitudes do Pew Research Center; o V-Dem Annual Report, do V-Dem; o Global Report do Center for Systemic Peace e o Democracy Index da The Economist Intelligence Unit; e todos apontam para o declínio da democracia nos últimos anos, sendo que o Democracy Index de 2016 indicou "19 Estados são considerados democracias plenas, o que representa 11,4% dos países e apenas 4,5% da população global. São consideradas "democracias falhas" 57 países, enquanto 40 países são vistos como regimes híbridos e 51 Estados seriam regimes autoritários" (PINI, 2018, p. 32).

O fenômeno da hibridização, aquele regime que se situa entre o democrático e o não democrático, tendência recentemente iniciada a partir do ano 2012, se apresentou com um aumento demasiado, sendo quase tão alto quanto o de mudanças de regimes democráticos e autocráticos juntos (DEMOCRACY MATRIX, 2021, p. 10) e se insere no processo de desdemocratização.

Contudo, é preciso ter em mente que a democracia não é um regime pronto e acabado, mas sim um processo em constante construção ou aprimoramento, de modo que a análise da erosão das estruturas democráticas deve ser separada entre Estados que ainda estão em fase de implementação e aqueles que já estão consolidados democraticamente, visto que as consequências e os regimes são distintos, ou seja, muitas vezes está se analisando a erosão de algo que sequer chegou a ser implantado.

Neste sentido,

> Ou seja, se é verdade que tanto o processo de «desconsolidação» como o de retrocesso denotam o mesmo processo de enfraquecimento institucional democrático protagonizado por atores estatais, podemos identificar uma diferença fundamental entre os dois conceitos. Enquanto no primeiro caso os regimes permanecem democráticos, mesmo que mais instáveis e com uma maior propensão para o fim do regime, no segundo os regimes já não são democráticos no final do processo. É certo que a história nunca tem fim e podemos apenas julgar estes processos como contínuos. O que consideramos hoje como «desconsolidação» pode agravar-se e significar um retrocesso mais radical amanhã (DIAS, 2016, p. 32).

A título de exemplificação, pode se apontar a Índia como o maior representante do processo de desmocratização, que mudou seu status de maior democracia do mundo para um regime híbrido no ano de 2019 (DEMOCRACY MATRIX, 2021, p. 5).

Dentre os motivos que podem ser apontados para essa mudança se destaca a formação de milícias causada pelas tensões entre grupos religiosos e étnicos convergindo para a criação de Estado Teocrático hindu. Tal mudança ainda é reiterada pelas constantes restrições a liberdades e ameaças a igualdade com as violações de direitos humanos como também os constantes conflitos com poder judiciário do país.

Não obstante, o processo desdemocratização tendendo para um regime híbrido não se mostra como um caso isolado, uma vez que o número de democracias deficientes em declínio como a Sérvia, Hungria, Turquia e principalmente o Brasil que recuou cerca de 32% na última década passando de 79,6 (numa escala de 0 a 100) em 2010 para 60,2 em 2019, claramente supera os de aumento na qualidade dos regimes (DEMOCRACY MATRIX, 2021, p. 12).

Assim, quase metade dos países classificados como democracias deficientes em 2012 mostram níveis significativamente decrescentes de qualidade da democracia (DEMOCRACY MATRIX, 2021, p. 11).

Dentre os fatos apontados o líder do estudo, Hans-Joachim Lauth, ainda afirmou que não levou em consideração o uso do abuso e restrições à liberdade de expressão uma vez que

> A brutalização da linguagem, a divulgação de notícias falsas, a negação de conhecimento científico ou justificativas erráticas por chefes de estado pode ser considerado problemático, o direito à liberdade de expressão e de imprensa ainda existe e não foi restrito por mudança legal. Medir a qualidade da democracia concentra-se nos requisitos procedimentais para o direito de liberdade de expressão (DEMOCRACY MATRIX, 2021, p. 7, tradução nossa).

Portanto, o estudo não se preocupa com a forma como os cidadãos usam o direito à liberdade de expressão, mas sim se ela é assegurada em um plano formal normativo. Além disso, o mesmo estudo apontou que os países com crescentes restrições à liberdade de expressão e mídia são mais comuns do que países com a tendência contrária, isto é, países que ampliam esses mesmos direitos (DEMOCRACY MATRIX, 2021, p. 8).

É necessário entender que o discurso de ódio, ou seja, todo tipo de discurso que justifica, incita ou promove discriminação e preconceito "não é lesivo somente ao patrimônio material ou moral das vítimas, mas sim atinge a toda sociedade, num rebaixamento imediato do nível de vida da população" (AZEVEDO, 2009, p. 380-381).

Levando em consideração o dano social ocasionado, é preciso considerar que o discurso de ódio tem potencial lesivo para um regime democrático e, por conseguinte, se insere como um dos fatores contribuintes para o processo de desdemocratização.

Neste sentido, o relatório Freedom in the world (FIW), de 2020, da organização Freedom House, que também realiza a análise da democracia em diversos países, apontou que os crescentes discursos de ódio, sobretudo no ambiente digital, são um dos principais fatores para a queda dos índices democráticos no Brasil.

O estudo mostra que os constantes ataques a jornalistas que enfrentam ameaças, assédios e obstruções são um nítido exemplo de como um ambiente democrático pode se fragilizar ante a um cenário de ódio e desconfiança.

A estigmatização e humilhação de jornalistas advindas por parte de autoridades do executivo e do chefe do governo potencializou a queda do país em quatro posições na classificação Mundial da Liberdade Imprensa em menos de um ano (RSF, 2021).

Ademais, o FIW (2020) aponta que as enunciações de ódio voltadas a grupos minoritários no Brasil como as comunidades LGBTQIA+ foi crucial para o aumento da liberdade de expressão pautado em um olhar de retaliação. Mesmo com o enquadramento da homofobia e transfobia como crime de racismo pela instância superior do poder judiciário – o Supremo Tribunal Federal -, no ano de 2019, não foi suficiente para barrar retórica homofóbica do país.

Ainda grassa no país ataques seja no plano discursivo das mídias sociais, como no plano material da concretização de ataques violentos a comunidades periféricas, pessoas negras, mulheres, indígenas, religiões africanas, pobres, esquerda política e todo e qualquer grupo que possa representar supostamente um risco ao ideário moral da retórica do ódio.

3. A POLÍTICA DO INIMIGO NO DISCURSO ÓDIO

O discurso de ódio, como visto, potencializa a desconfiguração e o esvaziamento do regime democrático, pois opera sob a égide de uma falsa divisão entre o certo e o errado, moral e o imoral e o amigo e o inimigo.

O discurso de ódio, enquanto discurso, representa uma prática social, implica num modo de ação das pessoas, ou seja, na forma pela qual as pessoas agem sobre o mundo, e também é conformado pela estrutura social.

Neste sentido,

> O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

O discurso de ódio não é despretensioso, ele atua no sentido de sustentar posicionamentos autoritários e fomentar a manutenção de uma sociedade racista, patriarcal e homofóbica oriunda de uma estrutura democrática pós-colonial (GALLEGO, 2019, p. 83).

A lógica do discurso de ódio surge da racionalidade neoliberal que se coloca contra a democracia, contra as medidas de igualdade, redução de pobreza e garantia de dignidade social para todas as pessoas, base do regime democrático.

Nesta linha,

> A educação dos cidadãos: a democracia não sobreviveria com a ampla igno- rância das pessoas sobre as forças que as afetam sua vida e seu futuro e sem que as pessoas compreendam a ideia de bem público, comum a todos. Consi- derando as práticas da razão neoliberal como forças não democráticas, é pos- sível perceber como as bases democráticas são silenciosamente atingidas. A associação de valores como autonomia e liberdade ao mercado, fragilizam no- ções de cidadania, solidariedade, bens públicos (ROSA, 2019, p. 164).

A razão neoliberal desagrega, desarticula e se funda na desigualdade, sob uma competição que distingue as pessoas entre "nós" e "eles", e elege um inimigo que precisa ser combatido e não pode ser considerado um sujeito de direito. O inimigo

> É um ser inferiorizado, despojado de seus atributos de cidadão, que passou por um processo de desumanização, de descaracterização como sujeito de direitos; portanto, ele é matável, agredível descartável. O estigma faz com que o sujeito que é enquadrado nele seja visto como diminuído ou estragado. (GALLEGO, 2019, p. 84).

Em um contexto de desdemocratização pautado por uma estrutura patriarcal e racista a figura do inimigo é assumida por grupos que não possuem a hegemonia social e cultural dentre os quais se destacam as mulheres os negros e a comunidade LGBTQIA+. A estigmatização desses grupos sociais enquanto a personificação do inimigo alimenta fobias e preocupações generalizadas que não condizem com a realidade, bem como incitam a violência e a intolerância.

O ódio exteriorizado nos meios de comunicação da internet pode ser tomado como um nítido exemplo desse tipo de violência, com conteúdos ofensivos e preconceituosos dentre os quais se destacam o superdimensionamento da criminalidade e da violência do país advindas de comunidades periféricas, a oposição às cotas raciais, a oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, à ideologia de gênero nas escolas, à expansão do feminismo e a concordância com a "cura gay" (MESSENBERG, 2019).

Nessa perspectiva a justificativa utilizada pelo emissor se pauta na afirmação de valores que ele acredita serem essenciais para a manutenção de sua realidade como o "resgate da fé cristã", a reafirmação dos pilares da sociedade tradicional: a família, religião, nação e, sobretudo, uma hipervalorização das forças armadas e adorações a símbolos nacionais, com destaque para o hino e a bandeira enquanto altares de santificação (MESSENBERG, 2019), o que se aproxima das práticas fascistas, na linha desenhada por Jason Stanley:

> Os mecanismos da política fascista apoiam-se uns nos outros, tecendo um mito de diferenciação entre "nós" e "eles", com base num passado fictício romantizado, em que há "nós", mas não "eles", e num ressentimento em relação a uma elite liberal corrupta, que se apropria de nosso suado dinheiro e ameaça nossas tradições. [...] "Nós" somo diligentes e cumpridores da lei, tendo conquistado nossas liberdades por meio do trabalho; "eles" são indolentes, perversos, corruptos e decadentes. A política fascista transita em delírios que criam esse tipo de falsas distinções entre "nós" e "eles", independente de realidades óbvias (2019, p. 178).

Dentre os diversos ambientes cibernéticos toma-se como destaque os campos de comentários e publicações das redes sociais como Facebook, Twitter, Youtube e os inúmeros outros meios de interações feita por seus usuários. Essas empresas apesar de trabalharem rotineiramente apagando e fiscalizando esses conteúdos lesivos, não conseguem atuar de maneira eficiente na remoção ou profilaxia desse problema.

Isso ocorre pois o alto índice de postagens retiradas sob a alegação de discurso de ódio não consegue acompanhar o dinamismo do espaço digital nem tampouco o de compartilhamentos em tempo real. Estima-se, de acordo com o Facebook, que no ano de 2017 cerca 66.000 posts relacionados ao discurso de ódio foram retirados por semana, isto é, cerca de 288.000 mil posts por mês em todo mundo (FACEBOOK, 2017, tradução nossa).

A retórica do ódio não restringe a atuação nas redes sociais tradicionais há também que se levar em consideração os fóruns anonimizados conhecidos como chans. Nestes os usuários, intitulados de channers, se dispõem de forma anônima a comentarem sobre os mais diversos temas dos quais se destacam: a misoginia e também a propagação de fake news.

Ademais, atrelado ao descontrole demasiado de postagens pode-se colocar também a ausência de uma regulamentação efetiva ou até mesmo de políticas públicas adotadas no que concerne a essa problemática que acabam por fundamentar uma ideia de impunidade e falta de consequências sobre o que é proferido.

É mister considerar que a punição não reside na construção de novos instrumentos jurídicos para o combate ao preconceito, uma vez que eles já existem, mas o que se indaga é quanto a sua efetividade ante a uma demanda infindável de publicações que muitas vezes se apresentam de forma anonimizadas.

Neste sentido esse conjunto de atos concatenados, quais sejam: a eleição de um inimigo junto a suas justificavas para a propagação do ódio, ausência de uma regulamentação efetiva e o descontrole de publicações contribuem para a brutalização da linguagem nesses espaços, pois a noção (equivocada) de liberdade de expressão absoluta se sobressai a de outros pilares democráticos como o da tolerância, heterogeneidade e dignidade.

Infere-se, portanto, que esses discursos voltados a essa parcela estigmatizada opera em favor a diluição da democracia, na medida que fere direitos fundamentais, sociais e existenciais de todos que estão inseridos dentro desse regime. Não se trata de uma mudança no plano formal do regime, mas sim de um meio que atua de forma discreta para o processo de desdemocratização, o que abre espaço para a disseminação de práticas fascistas.

4. O DISCURSO DE ÓDIO VOLTADOS AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO TRADICIONAIS

Ademais, alude-se que dentro da recente diluição e enfraquecimento de regimes democráticos o discurso de ódio não se vincula exclusivamente a um restrito número de emissores dentro do campo digital, mas também em boa parte de líderes políticos que flertam com o autoritarismo e com o fascismo.

Dentre esses recentes líderes podem ser citados como exemplo, Recep Tayyip Erdoğan (Turquia), Donald Trump (Estados Unidos), Benjamin Netanyahu (Israel) e Jair Messias Bolsonaro (Brasil), infere-se que os conteúdos de suas emissões discursivas se sustentam além da política de eleição de um inimigo, dentro de uma estrutura com traços fascistas, ancorados em discurso de ódio.

Importante ter em mente um conceito de fascismo como:

> Uma forma de comportamento político marcado por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia e da pureza, nas quais um partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz com as elites tradicionais, repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições étnicas ou legais de qualquer natureza (PAXTON, 2007, p. 358-359).

Logo, o fascismo, se inserido dentro de um contexto contemporâneo concretiza o nascimento do neofascismo que deve ser entendido a égide da nebulosa fascista de Umberto Eco em que ele preceitua a postura neofascista vinculada ao culto a tradição, irracionalismo, incapacidade de receber crítica, o medo a diferença, um apelo a grupos frustrados, obsessão pelo complô, sentimento de humilhação, constante guerra imaginária, elitismo, culto a um mito, desdém a minorias, populismo e o consonância com uma linguagem empobrecida e simples (ECO, 1995).

Nesta perspectiva o neofascismo bem como as características que emanam do fascismo, definido por Paxton, modelam a postura adotada pelos líderes citados, os quais, em muitos casos, atuam na manutenção de seus valores repudiando as liberdades e direitos democráticos por meio da violência discursiva contra a heterogeneidade e todo meio que os submete a críticas. Portanto, a disseminação de discursos de ódio bem como a propagação de desinformação na esfera digital por parte desses líderes se torna de fundamental importância para o fortalecimento de seus governos e para o esvaziamento da democracia. Dentro dessa

política de governo a força dessa postura resulta na deslegitimação dos veículos de comunicação tradicionais e na sua eleição enquanto um inimigo.

Para tanto é oportuno compreender, como um dos representantes do discurso de ódio neofacista que:

> [...] o bolsonarismo é aqui entendido como um fenômeno político que transcende a própria figura de Jair Bolsonaro, e que se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos "valores tradicionais" e assume uma retórica nacionalista e "patriótica", sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo. Tal visão ganhou bastante força nesta última década em várias partes do mundo, se alimentando da crise da representação e da descrença generalizada na política e nos partidos tradicionais. No Brasil, ela iria encontrar a sua personificação no ex-capitão e em seu estilo de fazer política, calcado na lógica do "contra tudo que está aí", apesar de ele mesmo ser parte do establishment político desde 1988, quando disputou e venceu sua primeira eleição (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 19).

Ao se observar o fenômeno da política bolsonarista se evidenciará que no que concerne à imprensa tradicional esta busca "insultar, desmoralizar, estigmatizar e humilhar jornalistas no momento em que são divulgadas informações contrárias aos seus interesses ou aos de seu governo" (RSF, 2020).

De acordo Relatórios de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil realizada pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) foram registrados cerca de 428 casos de violência, 105,77% maior do que os números registrados no ano anterior.

O alarmante número de casos está vinculado as ações do presidente da república, que sozinho computa 175 ataques com alegações como "a mídia mente o tempo todo", "a mídia é uma fábrica de fake news", "vocês são lixo" e "TV Funerária" (FENAJ, 2020, p. 6).

Outrossim, os ataques no campo cibernético cresceram significativamente com o apoio e incentivo do chefe de Estado. Estima-se que no ano de 2020 foram 76 casos (FENAJ, 2020, p. 6) dentro das redes sociais.

Responsáveis por 86 episódios (20,09% do total), a maioria de censuras os servidores públicos, sobretudo dirigentes ocupantes de cargos de livre nomeação por parte do executivo também tomaram o destaque de segundo lugar no que tange a atentados contra a liberdade de imprensa e ataques a jornalistas (FENAJ, 2020, p. 12).

Não obstante, é mister apontar que esses ataques aos profissionais da apuração jornalística não se restringem tão somente ao campo digital. Os chamados "talkey shows" encontros diários do presidente com jornalistas e seus apoiadores na saída do Palácio do Alvorada, localidade conhecida como "cercadinho", também contribuíram para a propagação

de ataques, pois nestes encontros o presidente além de falar para seus apoiadores, mandava recados a inimigos, além de hostilizar repórteres, fotógrafos e cinegrafistas (SANTOS, 2020).

Como exemplo destaque-se o insulto promovido pelo Presidente a jornalista Patrícia Mello da Folha de São Paulo. Ao ser questionado quanto ao depoimento de um ex-funcionário da uma agência de disparos de mensagem em massa por Whatsapp realizado para a CPMI das Fake News no congresso o presidente atacou a jornalista referenciando sua indagação a uma insinuação sexual. In verbis:

> Olha a jornalista da Folha de S. Paulo. Tem mais um vídeo dela aí. Não vou falar aqui porque tem senhoras aqui do lado. Ela falando: 'Eu sou 'tá, tá, tá'do PT', tá certo? No depoimento do Hans River, no final de 2018, para o Ministério Público, ele diz do assédio da jornalista em cima dele. Ela [repórter] queria um furo. Ela queria dar um furo a qualquer preço contra mim. Lá em 2018, ele [Hans] já dizia que ela chegava e ia perguntando: 'O Bolsonaro pagou para você divulgar pelo Whatsapp informações?' E outra: se você fez fake News contra o PT, menos com menos dá mais na matemática. Se eu for mentir contra o PT, eu estou falando bem porque o PT só fez besteira. (CORREIO BRAZILIENSE, 2020).

Em resposta a esse e aos demais "ataque sexistas e misóginos, com a clara intenção de prejudicar a credibilidade e intimidar as mulheres jornalistas" (CONECTAS, 2020) advindos, consequentemente, de seus apoiadores Patrícia Mello afirmou que sua reportagem se pautou em documentos públicos da Justiça do Trabalho, planilhas e que esses documentos não foram disponibilizados pela "troca de sexo" (MELLO, 2020).

Todavia, como exposto o fenômeno do bolsonarismo transcende a racionalidade e sustenta a crítica recebida, por meio de provas contundentes, com a propagação de uma espiral odiosa reclamando estereótipos misóginos para se defender. Assim: "No Brasil, longe desses conflitos, estamos descobrindo que ser mulher nos transforma em alvos. As agressões que sofremos têm sempre uma conotação preconceituosa: dizem que as jornalistas são feias, gordas, velhas ou prostitutas; expõem seus filhos, maridos ou pais" (MELLO, 2020).

Conforme aponta o relator da ONU para a liberdade de expressão, David Kaye, em entrevista ao jornal Uol:

> Quando temos líderes como Bolsonaro, Trump, Orban e outros que promovem desinformação e atacam a imprensa, trata-se de motivos estratégicos. Eles tentam minar na mente das pessoas a informação transmitida pela imprensa. E isso é uma agressão contra um dos pilares da democracia. Políticos, desde sempre, criticaram histórias sobre eles. É parte da relação entre governos e a imprensa. Mas atacar a imprensa de uma forma geral e como instituição é uma agressão às fundações democráticas. (CHADE, 2020)

Assim sendo, líderes do executivo como também seus apoiadores e seus dirigentes atuam de maneira estratégica no ataque a essas instituições a fim de minimizar, calar e até

mesmo intimidar o trabalho de fiscalização e denúncias de irregularidades nas gestões de seus governos. Esse contexto elucida que líderes autoritários ao agirem dessa maneira pretendem desautorizar a imprensa, a elegendo como inimiga pública, ainda mais quando jornalistas passam a apresentar os resultados de seus governos para tanto, se utilizam com frequência de processos ´caluniosos e difamatórios. In verbis "Governos também podem usar seu controle sobre árbitros para marginalizar "legalmente" a mídia de oposição, com frequência através de processos de calúnia ou difamação" (LEVITSKY, 2018, p. 98).

É importante considerar que a liberdade de imprensa, direito assegurado pela Constituição Federal como um direito fundamental, é um preceito basilar para todo um Estado democrático de direito e qualquer cerceamento seja ele pela censura ou pelo ataque direto a jornais e jornalistas abre precedentes para a quebra desse preceito e nascimento de um regime autoritário que regula o que é postado e cerceia a liberdade da informação.

Dentre os regimes expoentes do ataque a liberdade de imprensa a China toma destaque entre os regimes autoritários no controle da mídia, tanto que, em 2021, continua sendo a maior prisão do mundo para quem defende a liberdade de imprensa com pouco mais de 120 prisões de jornalistas sob a ameaça de morte e, em fevereiro, o jornalista Kunchok Jinpa morreu em decorrência dos maus tratos sofridos na prisão (RSF, 2021).

O discurso de ódio, seja no ambiente digital ou em posicionamentos neofascistas de líderes de governo, configura desrespeito aos direitos fundamentais e aos alicerces do regime democrático e representa os sintomas de uma democracia fragilizada que nitidamente caminha para a desdemocratização e uma potencial mudança de regime seja híbrido ou para um regime autoritário.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os estudos apontados, os atuais regimes democráticos – consolidados ou não - têm passado por um processo desestruturação chamado de desdemocratizacão, o que não conduz necessariamente a regimes ditatoriais, mas representa um grave e preocupante esvaziamento do sentido democrático, o que atende a uma lógica neoliberal e a ascensão de práticas e discursos fascistas.

Neste quadro, discurso de ódio ganha potência ao se fundar na lógica binária de oposição entre "nós" e "eles", colocando estes na categoria de inimigo, que possa ser inferiorizado e desprovido de direitos e garantias fundamentais, quebrando o valor básico da democracia que é a igualdade, a pluralidade e o respeito às diferenças. Ademais neste cenário

de erosão democrática a figura do inimigo é atribuída a grupos minoritários e vulneráveis, tais como mulheres, negros, povos indígenas, pobres e comunidades LGBTQIA+.

Percebe-se que como um dos principais canais para a propagação desse discurso os meios de comunicação da internet tomam especial destaque, desde publicações em espaços de comentários e publicações nas diversas redes sociais até os fóruns anonimizados conhecidos como chans o discurso de ódio alimenta fobias e preocupações generalizadas que não condizem com a realidade, assim como incitam a violência e a intolerância.

Contudo, a retórica do ódio não se restringe a usuários da internet, mas também alcança líderes políticos que promovem a desdemocratização e flertam com arquétipos fascistas, atuando na manutenção de seus ideais neoliberais e consolidando por meio da violência os ataques a democracia, a igualdade e o respeito pela heterogeneidade.

Estes líderes atuam de maneira estratégica estruturando uma política que visa intimidar o trabalho fiscalizador jornalístico, desautorizando-os por meio de processos difamatórios, incentivando a violência contra os profissionais da comunicação, contribuindo para a desestruturação dos regimes democráticos, haja vista que a liberdade de expressão e de imprensa é um ponto central destes regimes.

O discurso de ódio, enquanto prática social, atua na conformação desta sociedade neoliberal, que coloca em risco a democracia, através do medo e da desinformação, é um discurso fascista que desagrega as pessoas e se contrapõe ao convívio democrático e a busca por igualdade e redução das injustiças sociais. Assim, o discurso de ódio é um elemento crucial para a desdemocratização.

Por derradeiro, infere-se que a liberdade de imprensa e os demais princípios, quais sejam: a isonomia, dignidade da pessoa humana, diversidade e liberdade de expressão e de imprensa fundamentam os alicerces de uma democracia e que qualquer afronta ou cerceamento, dado pelo discurso de ódio, elucida a fragilização de um regime democrático que caminha para a desdemocratização ou até para uma possível ruptura democrática.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Novos estudos e pareceres de direito privado:** por uma nova categoria de dano na responsabilidade civil: o dano social. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

CHADE, Jamil. Desinformação promovida por Bolsonaro é "agressão à democracia", diz ONU. **UOL**. 11 de julho de 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/11/desinformacao-promovida-por-bolsonaro-e-agressao-a-democracia-diz- onu.htm. Acesso em: 4 jun. 2021.

CONECTAS. Organizações denunciam na ONU ataques à imprensa brasileira. **Conectas**. 10de março de 2020. Disponível em: https://www.conectas.org/noticias/organizacoes-denunciam-na-onu-ataques-a-imprensa-brasileira. Acesso em: 4 jun. 2020.

CORREIO BRAZILIENSE. Bolsonaro, sobre repórter da Folha: 'Ela queria dar um furo';jornal reage. **Correio Braziliense**. 18 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/02/18/interna_politica,82883 4/bolsonaro-sobre-reporter-da-folha-ela-queria-dar-um-furo-jornal-reage.shtm. Acesso em: 4 jun. 2021

DEMOCRACY MATRIX – DeMaX. **Codebook of the Democracy Matrix**. Edição 4. Würzburg, 2021. Disponível em: https://www.democracymatrix.com/download. Acesso em:14 abr. 2021.

DIAS, António. Sobre «desconsolidação» e retrocesso democrático. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 52, p. 27-41, dez. 2016. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/21128/1/RI52_art03_AD.pdf. Acesso em: 26 jun. 2021.

ECO, Umberto. **Folha de São Paulo - Caderno Mais!** São Paulo, 14 maio 1995. Disponívelem: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/14/mais!/15.html. Acesso em: 3 jun. 2021.

FACEBOOK. Hard questions: how we counter terrorism. **Newsroom**, 15 jun. 2017. Disponível em: https://about.fb.com/news/2017/06/hard-questions-hate-speech/. Acesso em:31 maio. 2021.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade deBrasília, 2001.

FREIXO, A.; PINHEIRO-MACHADO, R.. Introdução: Dias de um futuro (quase esquecido):um país em transe, a democracia em colapso. In FREIXO, A.; PINHEIRO-MACHADO, R. (org.) **Brasil em Transe**: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**. Relatório 2020. Brasília: FENAJ, 2020. Disponível em: https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contra-jornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/. Acesso em: 14 abr. 2021.

FREEDOM IN THE WORD – FIW. **Brazil Country Report.** Freedom House. Disponível em: https://freedomhouse.org/country/brazil/freedom-world/2020. Acesso em: 20 abr. 2021.

FREEDOM IN THE WORD – FIW. **China Country Report**. Freedom House. Disponível em: https://freedomhouse.org/country/china/freedom-world/2021. Acesso em: 5 jun. 2021.

GALLEGO, Esther Solano. Quem é o inimigo? Retóricas de inimizade nas redes sociais noperíodo 2014-2017. In FREIXO, A.; PINHEIRO-MACHADO, R. (org.) **Brasil em Transe**: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro:Zahar, 2018.

MACHADO, R. P.; FREIXO A. de. **Brasil em transe**: bolsonarismo, Nova Direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

MELLO, Patrícia Campos. Depoimento: No Brasil, ser mulher nos transforma em alvo deataques. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 8 março de 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/depoimento-no-brasil-ser-mulher-nos- transforma-em-alvo-de-ataques.shtml. Acesso em: 1 jun. 2021.

MESSENBERG, Debora. A cosmovisão da "nova" direita brasileira. *In*: FREIXO, A.;PINHEIRO-MACHADO, R. (org.) **Brasil em Transe**: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

PAXTON, Robert. **Anatomia do fascismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PINI, André Mendes. A democracia em declínio: aspectos regionais do continente africano. **Revista de Estudos Internacionais**, João Pessoa, v. 9, n. 3, p. 28-47, 2018.

ROSA, Rafael Rocha da. Neoliberalismo, desdemocratização, subjetividade. **Argumentos**: Revista de Filosofia, Fortaleza, ano 11, n. 21, p. 154-165, jan.-jun. 2019.

RSF. Como o presidente Bolsonaro tenta, metodicamente, silenciar a imprensa crítica. **RSF**. 4de maio de 2020. Disponível em: https://rsf.org/pt/noticia/como-opresidente-bolsonaro-tenta-metodicamente-silenciar-imprensa-critica. Acesso em: 7 set. 2020.

RSF. Um clima de ódio e desconfiança alimentado pelo presidente Bolsonaro. **Repórteres Sem Fronteiras- RSF**, 20 abril 2021 Disponível em: https://rsf.org/pt/brasil. Acesso em: 20 abr. 2021.

SANTOS, Maria Stella Galvão. Talkey shows e imprensa: uma leitura baseada na análisecrítica do discurso. **PERcursos Linguísticos**, Vitória, v. 10, n. 25, p. 317-332, 2020.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do "nós" e "eles". 2. ed. PortoAlegre: L&PM, 2019.

CAPÍTULO XI

DEMOCRACIA EM CRISE: A ASCENSÃO DO AUTORITARISMO E DO EXTREMISMO DE DIREITA NOS REGIMES DEMOCRÁTICOS CONTEMPORÂNEOS*

Renan da Silva Rodrigues Almeida [1]

[1] Doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília (IPOL-UnB) e integrante do Núcleo de Pesquisa Flora Tristán.
E-mail: renan.sralmeida@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4946465415225935.

RESUMO

Este artigo busca fornecer elementos teóricos que possam auxiliar na explicação do fenômeno recente de ascensão do autoritarismo e do extremismo de direita nas democracias contemporâneas. Para tanto, recorre-se às diferentes abordagens sobre crise existentes na teoria política, especialmente aquelas que tratam da crise de legitimidade do capitalismo democrático. Seguindo o argumento de Nancy Fraser (2015), sustentamos que o regime de capitalismo neoliberal vive uma crise de administração que ainda não se converteu em crise de legitimação. No entanto, as principais forças que têm se beneficiado politicamente das contradições dessa forma específica de capitalismo são justamente aquelas que incorporam posições extremistas e autoritárias. São essas forças que têm sido eficientes na criação de um senso comum político com potencial para levar a uma crise de legitimação generalizada.

Palavras-chave: crise de legitimidade, desdemocratização, pós-democracia, autoritarismo, extrema-direita.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o crescimento do apoio eleitoral a lideranças de extrema-direita tem recebido considerável atenção de estudiosos e comentaristas de política pelo mundo. Em diferentes países, os ultraconservadores e autoritários passaram a ocupar posições de crescente centralidade na política institucional. Na Europa, por exemplo, partidos de extrema-direita têm conseguido, em alguns casos, competir em condições de igualdade com os tradicionais partidos socialdemocratas, algo que pode ser verificado mais claramente em países

* VI Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). GT *Desdemocratização em foco, democracia em xeque: debates e desafios contemporâneos*.

como a Hungria, a Polônia, a Áustria, a Finlândia e a Dinamarca[1]. Nem é preciso ir muito longe para constatar como extremistas de direita estão, cada vez mais, ocupando posições centrais no campo político. Nas eleições gerais de 2018, o Brasil elegeu um presidente cuja classificação no espectro político-ideológico é praticamente incontroversa entre boa parte dos analistas políticos. Diante desse cenário, tem sido cada vez mais comum o uso de expressões como "onda conservadora", "maré autoritária" e outras mais do tipo.

Com a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos em 2016, bem como a ascensão de diferentes lideranças autoritárias pelo mundo (como Viktor Orbán na Hungria, Rodrigo Duterte nas Filipinas e Jarosław Kaczyński na Polônia) e a proliferação de um nacionalismo xenofóbico anti-imigração em vários países (especialmente nos do continente europeu, mas não somente neles), difundiu-se uma série de estudos sobre o chamado "populismo autoritário" ou, ainda, sobre o "populismo de direita".[2] Ainda não há um consenso sobre se a melhor chave analítica para interpretar esses fenômenos é a expressa no conceito de populismo. Seja como for, esses desenvolvimentos parecem estar, de alguma maneira, conectados.

Desse modo, constitui-se como objetivo principal deste artigo fornecer elementos teóricos que possam auxiliar na explicação da ascensão do autoritarismo e do extremismo de direita nas democracias contemporâneas. Para tanto, nos apoiamos nas diferentes abordagens sobre crise existentes na teoria democrática. Embora muito variadas entre si, essas abordagens costumam identificar a emergência de lideranças autoritárias e antidemocráticas como consequência direta da crise que diagnosticam. Nosso foco recai especialmente sobre aquelas perspectivas que tratam da crise de legitimidade do Estado no capitalismo democrático, bem como sobre as discussões recentes em torno dos conceitos de pós-democracia e desdemocratização. Seguindo o argumento de Fraser (2015), sustentamos que o regime de capitalismo neoliberal vive uma crise de administração que ainda não se converteu em crise de legitimação. No entanto, as principais forças que têm se beneficiado politicamente das contradições dessa forma específica de capitalismo são justamente aquelas que incorporam

---

[1] O jornal O Globo elaborou um quadro comparativo da votação dos partidos de extrema-direita e dos partidos socialdemocratas em eleições recentes na Europa. Os resultados confirmam o argumento de ascensão do apoio à extrema-direita: https://oglobo.globo.com/mundo/eleicoes-na-suecia-ecoam-polarizacao-na-europa-23056297. Acesso em 25 de junho de 2021.

[2] Para ficar em apenas dois exemplos, pode-se citar o livro de Jan-Werner Müller, *What is populism?* (2016), e o de Pippa Norris e Ronald Inglehart, *Cultural Backlash: Trump, Brexit and the Rise of Authoritarian Populism* (2018).

posições extremistas e autoritárias. São essas forças que têm sido eficientes na criação de um senso comum político com potencial para levar a uma crise de legitimação generalizada. Ao contrário do que afirma Fraser, argumentamos que a América Latina não pode ser apontada como um exemplo de resistência à desdemocratização, levando em conta alguns desenvolvimentos recentes na região e, especialmente, no Brasil.

O artigo, então, está dividido da seguinte maneira: na primeira seção, é abordada a discussão sobre a crise de legitimidade do capitalismo democrático, tal como delineada por Jürgen Habermas (1992 [1973]) e Claus Offe (1984 [1973]), bem como a questão da desdemocratização e da pós-democracia, conceitos importantes na produção teórica de Wendy Brown (2015) e Collin Crouch (2004), respectivamente; na segunda seção, é examinada aquela que pode ser considerada a contraparte conservadora do debate sobre a crise de legitimidade, com foco nos autores da chamada "Comissão Trilateral", Michel Crozier, Samuel Huntington e Joji Watanuki (1975), como também o campo de estudos que, nos últimos anos, se debruçou sobre os índices de confiança popular nas instituições democráticas, medidos por *surveys*; na terceira seção, busca-se resgatar a contribuição que essas diferentes abordagens sobre crise na teoria democrática podem trazer para a compreensão do fenômeno da ascensão de lideranças autoritárias e extremistas pelo mundo; por fim, são apresentadas algumas considerações finais.

2. CRISE DE LEGITIMIDADE, DESDEMOCRATIZAÇÃO E PÓS-DEMOCRACIA

A ideia de crise está muito presente na teoria política contemporânea. Identifica-se crise no desempenho de diferentes atores e no funcionamento de diferentes sistemas e instituições, sendo as abordagens mais recorrentes aquelas sobre a crise dos partidos, da representação política ou mesmo, de forma mais geral, da democracia. Esses três diagnósticos encontram-se frequentemente entrelaçados, dada a similaridade dos sintomas que permitiriam realizá-los[3]. De acordo com Roitman (2016), diagnósticos de crise envolvem o questionamento sobre o que não está funcionando a contento segundo uma perspectiva normativa específica. Evocar crise, portanto, implica referenciar uma norma, pois a afirmação requer um estado comparativo para julgamento. Afinal, trata-se de crise comparada a que? (Roitman, 2016, p. 27-28).

[3] Não deixa de ser curioso notar a persistência da utilização de ideias próprias do mundo médico para designar fenômenos políticos. "Mal-estar democrático" ou "saúde do sistema político", por exemplo, são expressões frequentes na teoria política. Conforme indicado por Koselleck (1988), a própria palavra "crise" tem sua origem justamente na medicina, remetendo a um momento crítico e decisivo de uma doença.

Nesse sentido, é importante observar a posição privilegiada da teoria democrática no interior da teoria política contemporânea. A partir da segunda metade do século XX, a democracia não só se tornou o objeto de estudo predominante da ciência política, mas também o horizonte normativo de praticamente todos os seus teóricos (Miguel, 2005, p. 26). Trata-se, sem dúvidas, de uma disciplina abertamente comprometida com ideais democráticos, embora os significados desses ideais possam variar de acordo com o tipo de abordagem assumida, afinal, como se sabe, o conceito de democracia é amplamente disputado[4]. Assim, o que os autores normalmente identificam são distanciamentos dos regimes democráticos realmente existentes com relação a suas próprias concepções normativas de democracia. A identificação de problemas no funcionamento desses regimes geralmente é seguida de indicações de como estes deveriam operar. Não é surpresa, então, que as análises sejam as mais variadas possíveis.

A compreensão de que a democracia está em crise não é recente. Nos anos 1970, esse entendimento marcou o pensamento tanto de autores marxistas quanto de conservadores. No lado dos marxistas, estudiosos como Jürgen Habermas e Claus Offe diagnosticaram a existência de uma crise de legitimidade do Estado capitalista. De acordo com Habermas (1992 [1973]), as estruturas do Estado de bem-estar social europeu do pós-Segunda Guerra Mundial podem ser entendidas como formações reativas a uma crise endêmica do capitalismo. Segundo ele, os países industriais da Europa Ocidental tiveram relativo sucesso em manter o conflito de classe latente no período que se estendeu do fim do conflito armado até o início da década de 1970. Isso incluiu o emprego de políticas de redistribuição que asseguraram ganhos substantivos para a classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, o Estado continuou a assegurar os pré-requisitos essenciais para a existência continuada do modo de produção capitalista e para a satisfação das necessidades de seu processo de acumulação. Isso implica dizer que o Estado de capitalismo avançado, ao contrário do Estado liberal do final do século XIX e início do século XX, só pode cumprir essas funções se simultaneamente preencher lacunas funcionais no mercado, compensando por suas falhas e consequências politicamente intoleráveis (Habermas, 1992 [1973], p. 37-38, 53-55). É também essa compensação que permite ao Estado afirmar sua neutralidade, algo importante para sua legitimação social. Além disso, esse processo tem como objetivo garantir que o capitalismo não provoque sua própria destruição e também, como

[4] Ainda assim, o legado da teoria liberal nas análises da ciência política se expressa de forma marcante, particularmente na tendência a enxergar a política como esfera distinta e separada da economia (Wood, 2003 [1995]; Miguel, 2012), bem como na prática de conceituação e discussão do mundo público, ou da sociedade civil, de maneira abstraída da esfera privada doméstica (Pateman, 2013 [1989]).

afirmou Offe (1984 [1973], p. 150), visa protegê-lo contra conflitos anticapitalistas. Dessa maneira, o arranjo das instituições e procedimentos democráticos formais, imbuído de seletividade própria, serviria ao propósito de prover a legitimação necessária ao sistema. O problema surge, porém, quando as instituições democráticas existentes são incapazes de prover legitimidade nos níveis crescentes então requeridos, o que, para Habermas, era efetivamente o que ocorria.

No entanto, o que esses autores analisaram foi uma forma historicamente específica de sociedade capitalista. De acordo com Fraser (2015), o trabalho de Habermas teoriza sobre as contradições políticas do regime de acumulação que ela chamou de "capitalismo administrado pelo Estado". Para ela, a crise de legitimação pela qual esse regime passou ocasionou sua reinvenção em uma forma "financeirizada globalizante". Nela, bancos centrais e instituições financeiras globais substituíram os Estados como árbitros da economia, sendo também responsáveis por uma grande parte das regras que governam as relações centrais da sociedade capitalista (Fraser, 2015, p. 170, 175). Em resumo, a "capacidade dos Estados-nação de fazer a mediação entre os direitos dos cidadãos e os requisitos de acumulação de capital foi severamente afetada" (Streeck, 2012, p. 54).

Com efeito, essa nova forma de capitalismo é também frequentemente identificada como neoliberal. É forte a associação de uma atual crise da democracia com o advento do neoliberalismo. Wendy Brown é uma das autoras que tem seguido por esse caminho. Para ela, o neoliberalismo é uma forma peculiar de racionalidade que configura todos os aspectos da existência em termos econômicos. Esse desenvolvimento estaria silenciosamente desfazendo elementos básicos da democracia, como seus vocabulários, princípios de justiça e hábitos de cidadania. Trata-se da "economicização" de todas as esferas da vida. Com isso, os compromissos do Estado democrático com questões como igualdade, liberdade e inclusão passariam a ser subordinados aos projetos de crescimento econômico, posicionamento competitivo e aumento de capital, podendo essas questões serem perseguidas apenas na medida em que avançassem propósitos econômicos (Brown, 2015, p. 17, 26). Assim, a crise atual seria diferente daquela identificada por Habermas e Offe porque se alterou a forma de organização do capitalismo a nível global. Para Fraser (2015, p. 181), o que vivemos hoje é uma crise administrativa, que ainda não se converteu em crise de legitimação nos moldes daquela que o regime de capitalismo administrado pelo Estado viveu entre os anos 1970 e 1980.

Seguindo em uma linha argumentativa semelhante, o sociólogo Collin Crouch tem desenvolvido mais sistematicamente o conceito de "pós-democracia" de Jacques Ranciére para descrever a situação atual dos regimes democráticos. De acordo com ele, na pós-democracia,

eleições e outros mecanismos consagrados como democráticos continuam a existir e podem mesmo mudar governos, mas foram convertidos em uma espécie de espetáculo. Os cidadãos, por sua vez, foram relegados a um papel passivo, quieto e apático, e apenas reagem aos estímulos que lhes são fornecidos pelo sistema político. Por trás desse espetáculo, a política é moldada no privado pela interação entre governos eleitos e elites que, em sua maioria, representam interesses corporativos. Em outras palavras, enquanto os mecanismos formais da democracia permanecem no lugar, a política e o governo estão crescentemente passando ao controle de elites privilegiadas (Crouch, 2004, p. 4, 6). Assim, os *lobbies* corporativos e grupos de pressão teriam passado a exercer maior influência nas decisões dos governos do que o voto e as outras formas de participação política.

3. A CRISE DE GOVERNABILIDADE DAS DEMOCRACIAS E A CRISE DE CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Concomitantemente à discussão de Habermas e Offe sobre a crise de legitimidade do Estado capitalista ao longo da década de 1970, outro grupo de autores se debruçava sobre o mesmo fenômeno, enquadrando-o de maneira diversa. Essa perspectiva, que acabou constituindo uma espécie de contraparte conservadora à análise dos autores de inspiração marxista, bem como os estudos que têm se debruçado sobre os índices de confiança popular nas instituições democráticas, serão examinados brevemente nesta seção.

No ano de 1973, um fórum de debates sobre questões políticas e econômicas reunindo a elite política e intelectual das principais potências capitalistas foi criado por iniciativa do banqueiro David Rockfeller. Tal fórum foi intitulado como "A Comissão Trilateral". Um relatório produzido por Michel Crozier, Samuel Huntington e Joji Watanuki a essa comissão foi publicado em forma de livro em 1975. Nesse texto, hoje clássico, os autores argumentam que o aumento da democratização nas chamadas sociedades trilaterais (isto é, os países de capitalismo avançado da América do Norte e da Europa Ocidental, além do Japão) trouxe a elas graves problemas para sua governabilidade, dentre os quais a perda de legitimidade e de confiança na autoridade em geral, a sobrecarga do governo devido ao aumento das demandas da população e a intensificação da competição política. Segundo a interpretação dos autores, a intensidade relativa dessas diferentes perturbações apresentaria uma variação de país para país e de época para época dentro de um mesmo país. Todas elas, no entanto, seriam fruto do mesmo processo de intensificação da democracia nas sociedades trilaterais no período que se seguiu após a Segunda Guerra Mundial. Para Crozier, Huntington e Watanuki (1975, p. 157), o sucesso

democrático que marcou esse período somente foi possível devido a uma série particular de circunstâncias: a melhora econômica e social então verificada, que ocasionou a incorporação de uma porção significativa da população à classe média, bem como a resistência bem-sucedida aos desafios impostos pelas forças internas e externas do comunismo. A ideia por trás desse diagnóstico é a de que a melhoria de vida de parcelas significativas da população nos países capitalistas centrais teve o efeito de elevar as expectativas, aspirações e demandas das pessoas quanto ao papel do Estado em suas vidas. Contudo, os recursos materiais e a autoridade política do governo disponíveis para atender a essas demandas estariam em declínio.

Nesse contexto, tanto a análise dos pensadores marxistas quanto a dos conservadores da "Comissão Trilateral" podem ser vistas como reações analíticas a dois desenvolvimentos específicos: as perturbações econômicas da época e o surto de ativismo político radical dos denominados "novos movimentos sociais" a partir do final dos anos 1960 (Pharr, Putnam e Dalton, 2000). Ambas as análises, portanto, buscavam produzir interpretações sobre esses fenômenos e, apesar de fornecerem enquadramentos distintos a eles, trazendo posições diferentes no que se refere ao Estado e sua relação com o capital e com os direitos sociais e individuais, acabaram convergindo em alguns aspectos[5]. Em particular, ambas reconhecem uma tensão existente entre capitalismo e democracia. No entanto, enquanto os marxistas localizavam o problema no capitalismo, que estaria exigindo níveis de legitimação que as instituições democráticas existentes eram incapazes de prover, os conservadores apontavam justamente para um "excesso" de democracia, que estaria ameaçando a estabilidade da economia capitalista e do sistema político, trazendo consigo uma crise de governabilidade, algo que poderia ter como resposta precisamente um refreamento da democratização. Num tom visivelmente alarmista, Crozier, Huntington e Watanuki (1975, p. 162) denunciavam que o "espírito da democracia", "igualitário, individualista, populista e impaciente com as distinções de classe e hierarquia", acabaria por minar todas as formas de associação e enfraquecer "os laços sociais que unem a família, o mercado e a comunidade". Não obstante ter sido amplamente criticada, essa abordagem teve grande impacto no debate internacional.

[5] Essas duas perspectivas, também é importante destacar, partem de dimensões analíticas muito distintas: uma referenciada pelos estudos de cultura política e, seguindo a tendência dominante nesse campo, mais apegada às instituições liberais, e outra que atua com um olhar mais crítico a elas e ao capitalismo, a partir de uma análise sistêmica.

Com a disponibilidade crescente de pesquisas de opinião transnacionais, diversos autores passaram a analisar e comparar os níveis de confiança pública em relação a governos, partidos, parlamentos e outras instituições da democracia representativa entre diferentes países. Esses estudos registraram níveis cada vez mais baixos de apoio público a essas instituições nas sociedades industriais avançadas, mas o cenário geral não era de grande preocupação, pois a democracia eleitoral estava se expandindo pelo mundo. Escrevendo no último ano do século vinte e seguindo o legado de Crozier, Huntington e Watanuki, Pharr, Putnam e Dalton (2000, p. 8) afirmaram não ver evidências de risco de suplantação da democracia por regimes autoritários em nenhum dos países trilaterais, mas reconheceram a existência de evidência substancial de crescente insatisfação pública com o governo e com as instituições da democracia representativa. Eles chamaram atenção, porém, para o fato de o comprometimento com valores democráticos nessas sociedades estar mais alto do que nunca no período analisado. Essa aparente contradição foi nomeada por Dahl (2000) de "paradoxo democrático". Antes de tudo, tal processo sinalizaria a emergência de "cidadãos críticos" (Norris, 1999) ou "democratas insatisfeitos" (Klingemann, 1999). Trata-se, grosso modo, da ideia de que os cidadãos, mais bem educados e exigentes, estariam mais críticos do desempenho dos próprios governos e instituições, os quais seriam percebidos como ineficazes. Também está por trás desse entendimento a noção de que o conceito de apoio político é complexo e multidimensional. Assim, apesar de críticos do desempenho, dos atores e das instituições do regime, os cidadãos seriam apoiadores dos princípios deste[6]. Um indício para a razoabilidade dessa hipótese residiria no aumento das pressões populares para reformas estruturais no sistema político, com objetivo de tornar os governos eleitos mais responsivos ao público. Dessa forma, segundo Norris (1999, p. 3), certamente haveria motivo para preocupação, mas explicações de "crise" seriam exageradas e pouco parcimoniosas. Portanto, no lugar de representar um risco à persistência da democracia, esses cidadãos insatisfeitos poderiam, pelo contrário, contribuir para seu aperfeiçoamento.

Todavia, o período mais recente, pelo menos desde os últimos dez anos, tem sido marcado por um maior receio quanto ao futuro da democracia. Esse temor tem como causa,

---

[6] É importante, contudo, que se investigue com maior profundidade o significado desse apoio a princípios democráticos (Dahl, 2000, p. 36-37). Em questões como essa, o viés de "desejabilidade" social (*social desirability bias*) é sempre algo a se considerar. Como reconhece Norris (1999, p. 2), a adesão a princípios democráticos pode ser puramente simbólica, como apoio abstrato aos princípios de liberdade e igualdade, entendidos genericamente.

principalmente, a ascensão do chamado "populismo de direita", personificado em políticos como Donald Trump, nos Estados Unidos, Marine Le Pen, na França, Viktor Orbán, na Hungria, entre outros. Partindo dessa preocupação, Foa e Mounk (2017, p. 5-7) afirmam que os cidadãos americanos não estão apenas insatisfeitos com o desempenho de determinados governos, mas estão crescentemente críticos da própria democracia liberal. Segundo eles, isso é parte de um padrão global mais amplo, que se verifica em diversas pesquisas de opinião pelo mundo. Entre os cidadãos mais jovens, principalmente, a proporção daqueles que acreditam ser essencial viver em uma democracia tem decaído a uma minoria. Uma parcela considerável dos cidadãos está aberta a alternativas autoritárias e antidemocráticas. De acordo com os autores, o que está acontecendo é uma "desconsolidação" (*deconsolidation*) da democracia, isto é, esta não é mais considerada "o único jogo disponível" (*the only game in town*). Ao contrário do que prognosticavam os teóricos da transição e consolidação democrática, a consolidação da democracia não parece ser uma via de mão única.

Além disso, um fenômeno que não se verificava no final dos anos 1990 e no início dos 2000 era o da redução no número de democracias eleitorais no mundo. Conforme indica Diamond (2015), desde 2006 não há expansão nesse número, que, pelo contrário, tem declinado. Para o autor, o mundo tem vivido uma recessão democrática leve, mas prolongada. Indícios dessa recessão são encontrados, segundo ele, não somente na redução do número de democracias eleitorais e liberais pelo mundo, mas também no declínio da qualidade e estabilidade democrática e no aprofundamento do autoritarismo em vários países. Os baixos níveis de aprovação pública do Congresso e confiança popular no governo, aliados às baixas taxas de participação eleitoral seriam evidências adicionais desse "mal-estar" (Diamond, 2015, p. 142, 144, 152).

4. A GESTAÇÃO DE UMA CRISE DE LEGITIMIDADE? INTERPRETAÇÕES PARA O AVANÇO DO EXTREMISMO DE DIREITA

Apesar das várias diferenças entre as abordagens elencadas ao longo das duas seções anteriores, parece haver alguns pontos de convergência entre elas. Um deles consiste basicamente na indicação de que algo está errado com a democracia, uma observação que mesmo os autores que recusam a ideia de crise fazem questão de assinalar. Somado a isso, consequências negativas para as sociedades democráticas costumam ser prognosticadas com a persistência dessa condição.

Com relação aos possíveis desdobramentos para os fenômenos recentes, os palpites são quase uniformemente pessimistas. A manutenção dos baixos níveis de confiança popular nas instituições e nos valores da democracia representativa preocupa alguns autores porque a adesão a uma cultura política democrática é considerada uma condição necessária (embora não suficiente) para a consolidação dos governos democráticos mais recentes. Acredita-se que se a desilusão com o desempenho desses governos persistir, com o tempo isso pode corroer a própria crença na democracia como um ideal a ser perseguido, o que pode ensejar golpes de Estado, conflitos étnicos, *a ascensão de partidos extremistas e antissistema*, bem como a gradual corrosão de direitos políticos e liberdades civis (Norris, 1999, p. 2, 8, 27). Essa observação é importante, pois, conforme aponta Ignazi (1992, p. 12), partidos de extrema-direita compartilham características comuns de uma postura claramente antissistema, dentre as quais se destacam o antiparlamentarismo, o antipluralismo e o antipartidarismo. Sua ascensão pode ser considerada um risco à democracia na medida em que expressam valores antidemocráticos em seu discurso político. Com efeito, Knigge (1998, p. 266) constata empiricamente que maiores níveis de insatisfação com o processo e com as instituições democráticas resultam em maior apoio à extrema-direita.

Diferentes interpretações já foram mobilizadas para a compreensão do ativismo civil surgido a partir do final dos anos 1960[7], mas, de forma geral, é possível afirmar que os chamados "novos movimentos sociais" (como foram identificados os ativistas desse período[8]) se colocavam contra a burocratização da sociedade, tanto em seu sentido econômico quanto no político, impulso esse reforçado pela própria experiência vivida até então, que concernia às máquinas partidárias altamente burocratizadas e identificadas como pouco responsivas ao público (Kitschelt, 1993, p. 15). Esses movimentos invocaram noções de democracia direta em contraponto à prática democrática então vigente. Em outras palavras, eles contribuíram para a criação de um senso comum político que colocava, entre outras coisas, a participação política como valor central. Esperava-se, então, que suas reivindicações por formas de democracia mais

[7] Incluindo as controversas hipóteses sobre a emergência de valores pós-materialistas e a superação de conflitos relacionados às questões de classe, que teriam dado espaço a novas reivindicações associadas à construção de identidades.

[8] Até os anos 1960, falar de movimento social era referir-se a organizações racionais do proletariado e seu papel como classe protagonista da mudança social. Com a ascensão do pensamento pós-moderno e as limitações do enfoque teórico marxista para explicar as novas formas de ativismo pela Europa, os teóricos passam a falar de "novos movimentos sociais" (Doimo, 1995, p. 39-40).

participativas e diretas resultassem num incremento das práticas políticas vigentes, na criação de uma "Nova Política". De fato, novos partidos, com discurso crítico aos tradicionais, entraram em cena nos anos subsequentes. Em sua maioria, eram partidos reformistas da esquerda-libertária, como, por exemplo, os partidos verdes. Contudo, conforme aponta Ignazi (1996, p. 561), o surgimento destes foi apenas uma das consequências desse processo. Segundo ele, as mesmas mudanças sociais produziram tanto partidos da esquerda-libertária quanto partidos de extrema direita. Assim, "pode-se dizer que os Verdes e os partidos de extrema-direita são, respectivamente, os filhos legítimos e os filhos indesejados da Nova Política" (Ignazi, 1992, p. 6).

Apreensão quanto ao futuro da democracia pode ser encontrada no já citado artigo de Foa e Mounk (2017). Eles veem a ascensão de líderes autoritários — os quais identificam como "populistas" — em diversas partes do mundo como uma consequência direta do processo que chamam de desconsolidação democrática. O perigo que esses líderes representam, segundo os autores, diz respeito ao fato de que, uma vez no poder, eles possuem a possibilidade de desmantelar a democracia por dentro, tornando direitos e liberdades individuais mais frágeis e minando aspectos centrais da democracia liberal. O principal exemplo citado é o caso de Viktor Orbán na Hungria, que realizou uma reforma constitucional responsável por remover freios e contrapesos em diversas áreas, prejudicando a independência do poder judiciário, a justeza das eleições e a liberdade dos meios de comunicação (Foa e Mounk, 2017, p. 8-10). Ao que parece, um contexto de crise é um cenário perfeito para a escalada de líderes antidemocráticos, anti-humanistas e autoritários. Pelo menos é isso o que essa literatura tende a enxergar.

A análise de Fraser (2015) é particularmente relevante para a compreensão da escalada do autoritarismo e do extremismo de direita. Como afirmado anteriormente, a crise de legitimidade identificada por Habermas na década de 1970 referia-se à crise de uma forma historicamente específica de capitalismo, caracterizada pela ampla intervenção do Estado na economia, de forma a compensar os efeitos socialmente intoleráveis do mercado, ao mesmo tempo em que garantia os requisitos essenciais para a existência continuada do modo de produção capitalista. Essa formação social específica teve como política econômica principal o *keynesianismo*, ao longo de todo o período conhecido como os "Trinta Anos Gloriosos", que se seguiram do final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, até meados da década de 1970, um período marcado por intenso crescimento econômico na maioria dos países capitalistas centrais, bem como pleno emprego e a criação de uma robusta rede de proteção social (o *welfare state*). Conforme indica Anderson (1996), o neoliberalismo representa uma reação

teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar social, que se tornou uma ordem institucionalizada.

A crise de legitimação do regime de capitalismo administrado pelo Estado, como pontua Fraser (2015, p. 175), foi resolvida não pela superação do capitalismo, mas por sua reinvenção naquilo que a autora chama de "regime de capitalismo financeirizado", muitas vezes identificado como neoliberalismo. Nesse regime, o Estado não mais intervém na economia para compensar pelas falhas do mercado e é cada vez mais despojado da capacidade de agir para solucionar, ou ao menos remediar, os graves problemas sociais. Como afirma Streeck (2012, p. 54) "os mercados" (as instituições financeiras globais) passaram a ditar "por vias sem precedentes o que Estados supostamente soberanos e democráticos ainda podem fazer por seus cidadãos e o que devem lhes recusar".

Apesar de a enorme crise econômica gerada em 2008 estranhamente não ter provocado o fim do neoliberalismo (Crouch, 2011), já há uma aguda crise administrativa, que, no entanto, ainda não foi convertida em crise de legitimidade no sentido habermasiano. De acordo com Fraser (2015, p. 185), o desgosto pelo neoliberalismo é palpável na Europa, mas suas principais expressões são precisamente o que ela chama de "populismo autoritário" e "xenofobismo". Em resumo, as principais forças que têm se beneficiado politicamente das contradições do regime de capitalismo financeirizado são justamente aquelas que incorporam posições extremistas e autoritárias. São essas forças que têm sido eficientes na criação de um senso comum político com potencial para levar a uma crise de legitimação generalizada. Acreditamos que esse é um elemento que pode ajudar a explicar o sucesso recente de partidos e lideranças de extrema-direita pelo mundo.

Não obstante, é necessário ponderar os argumentos para tratar das diferenças entre os países ricos e industrializados do centro capitalista e aqueles muitas vezes referidos como de economia emergente ou "subdesenvolvidos". As categorias e modelos analíticos utilizados para os primeiros não podem ser automaticamente transpostos para os segundos. Embora as transformações que configuraram o capitalismo em sua forma "financeirizada" tenham empurrado os Estados do centro para uma posição familiar aos da periferia, de uma sujeição a forças econômicas que fogem a seu controle (Fraser, 2015, p. 178), diferenças significativas persistem, sobretudo no que diz respeito aos níveis de violência e de desigualdade e ao acesso a determinados bens e serviços. Como aponta Neves (1994, p. 59), nos países da periferia capitalista, os princípios de igualdade perante a lei e de eleições democráticas sequer funcionam como ilusões ideológicas ou mecanismos de encobrimento das relações concretas de dominação, como funcionam nos países do centro capitalista. Fora do mundo rico e

industrializado, a qualidade do governo democrático se manteve falha em muitos casos. A literatura sobre transição e consolidação democrática frequentemente caracterizou as novas democracias da "terceira onda" como incompletas, parcialmente livres ou mesmo semidemocracias.

Embora o período que se seguiu às transições democráticas na América Latina tenha sido marcado por um discurso e uma prática política que buscavam construir direitos sociais, os países da região não viram o surgimento de um Estado de bem-estar social aos moldes daquele que foi construído principalmente na Europa. Hoje, as forças autoritárias em ascensão parecem ter como alvo justamente esses direitos, bem como as políticas promovidas pelos governos de esquerda e centro-esquerda que emergiram em diversos países latino-americanos na virada do século e constituíram o que ficou conhecido como "onda rosa". Esse fenômeno, que, conforme se acreditava, colocaria fim às políticas neoliberais dominantes durantes os anos 1990, parece ter tido duração limitada.

De acordo com Ballestrin (2018, p. 158), o conceito de pós-democracia possui elementos bem demarcados de um eurocentrismo analítico e normativo, o que coloca limites à sua aplicabilidade ao contexto brasileiro ou latino-americano. Apesar disso, ela sustenta que o Brasil, no período mais recente, esvaziou a substância de sua democracia sem extingui-la formalmente, um traço central nos processos contemporâneos de desdemocratização. Tendo passado por um processo de *impeachment* cuja legitimidade foi amplamente contestada e que foi considerado por parte significativa da população como um golpe de Estado, o país parece ter sofrido um forte abalo nessa direção. Ainda segundo a autora, é possível sustentar que o Brasil ingressou no contexto global e latino-americano de recuo democrático, no qual a ruptura e fragilização dos princípios básicos da democracia ocorrem por dentro de suas próprias instituições, sem o recurso à violência dos históricos golpes militares (Ballestrin, 2018, p. 159-160). Ademais, a implementação do teto de gastos públicos pela emenda constitucional n.º 95 de 2016, a aprovação da nova legislação trabalhista em 2017[9], bem como a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 podem ser vistos como casos paradigmáticos nesse sentido, uma vez que a conjuntura pós-democrática se define também pela "crescente colonização da esfera econômica

[9] Considerar essas medidas é importante, pois o aprofundamento da precarização do trabalho é uma das características constitutivas do neoliberalismo, um instrumento de sua dominação (Lorey, 2015). Além do mais, há que se considerar como se deu sua justificação no contexto em apreço. Os argumentos em defesa tanto da emenda do teto de gastos quanto da reforma trabalhista foram colocados em termos de necessidade e ausência de alternativas, justamente a maneira pela qual a hegemonia neoliberal tende a se afirmar (Anderson, 1996).

internacional sobre a vida política" e pela "crescente autorização pública da ascensão de discursos autoritários, antidemocráticos e anti-humanistas, com apelo e adesão popular/populista" (*ibid.*, p. 157).

No que se refere a esse último aspecto, outros países latino-americanos parecem não estar em situação mais invejável. Basta lembrar que a Bolívia, no ano de 2019, sofreu um golpe de Estado levado a cabo por lideranças de direita, que provocaram a renúncia forçada do presidente reeleito Evo Morales e seu consequente exílio no México. Ainda que novas eleições tenham sido realizadas cerca de um ano depois e alguns dos golpistas tenham sido responsabilizados criminalmente, o incidente marcou negativamente o regime boliviano. Também é possível mencionar as eleições recentes no Peru, em que Keiko Fujimori, filha do ex-ditador Alberto Fujimori, conquistou uma votação expressiva, perdendo o pleito por uma diferença de menos de 0,5% dos votos (o resultado, porém, ainda não foi oficializado).

Em suma, a situação na América Latina é complexa e varia entre os diferentes países, mas há motivos para se preocupar com o futuro dos regimes democráticos na região, que em alguns casos parecem estar gradualmente revertendo avanços obtidos ao longo das últimas décadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tratou o fenômeno da ascensão do autoritarismo e do extremismo de direita sob o prisma das abordagens sobre crise presentes na teoria democrática. Buscou-se revisitar, de forma bastante resumida, o debate sobre a crise de legitimidade do capitalismo democrático, dialogando com a literatura sobre pós-democracia e desdemocratização. Não obstante as várias diferenças entre as abordagens mobilizadas ao longo deste trabalho, buscou-se identificar alguns pontos de convergência entre elas. Um deles consiste basicamente na indicação de que a democracia não está bem, uma observação que mesmo os autores que recusam a ideia de crise assinalam. Além disso, consequências negativas para as sociedades democráticas costumam ser prognosticadas com a persistência dessa condição, com palpites quase uniformemente negativos quanto aos possíveis desdobramentos para o futuro. Acredita-se, por exemplo, que a manutenção de baixos níveis de confiança e satisfação popular nas instituições democráticas pode ter o efeito de minar o próprio apoio à democracia como um tipo ideal e desejado de governo, o que, por sua vez, pode fornecer abertura para o crescimento do apoio a partidos extremistas e antissistema, os quais, uma vez no poder, podem desmantelar a democracia por dentro.

Nessa perspectiva, o crescimento do apoio a líderes autoritários pode ser visto como fruto, dentre outros fatores, da frustração das promessas da democracia representativa e de sua dificuldade de efetivamente ser percebida como um "governo do povo". Como já demonstraram diferentes pesquisas de opinião, os cidadãos crescentemente sentem não exercer nenhum tipo de influência na política de seus respectivos países, além de não perceberem os partidos e políticos tradicionais como representantes legítimos de seus interesses. Esse fenômeno é aprofundado pela conhecida escassez e ineficácia dos instrumentos de controle político por parte dos cidadãos (Miguel, 2005). Para além dessa visão, sustentamos que é não é possível compreender as dificuldades enfrentadas pelas democracias contemporâneas sem levar em consideração a discussão sobre economia política levada a cabo por autores como Collin Crouch, Wolfgang Streeck e Nancy Fraser. As transformações na natureza do capitalismo indicadas por esses estudiosos são essenciais para o entendimento do papel do Estado na política e na economia das sociedades contemporâneas. A consideração desse processo é importante, pois, conforme afirma Streeck (2012, p. 54), os cidadãos cada vez mais percebem seus governos como agentes de outros Estados ou de organizações internacionais, que estão isolados de pressão política e eleitoral.

Por fim, concordamos com o argumento de Fraser (2015) de que o regime de capitalismo financeirizado ou neoliberal passa por uma crise de administração que ainda não se converteu em crise de legitimidade nos moldes daquela que atingiu o regime de capitalismo administrado pelo Estado. No entanto, as principais forças que têm se beneficiado politicamente das contradições e déficits de legitimidade do neoliberalsimo são justamente aquelas que incorporam posições extremistas e autoritárias. Também buscamos localizar os limites e pertinência dos conceitos de desdemocratização e pós-democracia para países fora do mundo rico e industrializado, ressaltando o fato de que, na maioria dos países de democratização recente, fora da Europa, não houve a construção de um Estado de bem-estar social capaz de diminuir os níveis de pobreza e desigualdade extremos que estão presente na maior parte deles. Mesmo assim, é possível verificar recuos democráticos no Brasil e em outros países latino-americanos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry: "Balanço do Neoliberalismo". Em Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.), "Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996; pp. 9-23.

BALLESTRIN, Luciana. “O Debate Pós-democrático no Século XXI”. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 4, n. 2, 2018, p. 149-164.

BROWN, Wendy. “Undoing the demos: neoliberalism’s stealth revolution”. New York: Zone Books, 2015.

CROUCH, Colin. “Post-democracy”. Cambridge: Polity Press, 2004.

CROUCH, Colin. “The strange non-death of neoliberalism”. Cambridge: Polity Press, 2011.

CROZIER, Michel J.; HUNTINGTON, Samuel P.; WATANUKI, Joji. “The crisis of democracy: Report on the governability of democracies to the trilateral commission”. New York: NYU Press, 1975.

DIAMOND, Larry. “Facing up to the democratic recession”. Journal of Democracy, v. 26, n. 1, 2015, pp. 141-155.

DOIMO, Ana Maria. “A Vez e a Voz do Popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70”. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. “The signs of deconsolidation”. Journal of Democracy, v. 28, n. 1, 2017, pp. 5-15.

FRASER, Nancy. “Legitimation crisis? On the political contradictions of financialized capitalism”. Critical Historical Studies, vol. 2, n. 2, 2015, pp. 157-189.

HABERMAS, Jürgen. “Legitimation Crisis”. Translated by Thomas McCarthy. London: Polity, 1992 [1973].

IGNAZI, Piero. “The silent counter-revolution: Hypotheses on the emergence of extreme right-wing parties in Europe”. European Journal of Political Research, v. 22, n. 1, p. 3-34, 1992.

IGNAZI, Piero. “The crisis of parties and the rise of new political parties”. Party Politics, vol. 2. n.4, 1996, pp.549-566.

KITSCHELT, Herbert. “Social movements, political parties, and democratic theory”. The Annals of the American Academy of Political and Social Science, v. 528, n. 1, 1993, pp. 13-29.

KNIGGE, Pia. “The ecological correlates of right-wing extremism in Western Europe”. European Journal of Political Research, v. 34, n. 2, p. 249-279, 1998.

KOSELLECK, Reinhardt. “Critique and Crisis: Enlightenment and the Pathogenesis of Modern Society”. Cambridge: MIT Press, 1988.

LOREY, Isabell. “State of Insecurity: Government of the Precarious”. New York: Verso, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. “Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política”. Revista Sociologia Política, n. 25, 2005, pp. 25-38.

MIGUEL, Luis Felipe. “Democracia e sociedade de classes”. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 9. Brasília, 2012, pp. 93-117.

MÜLLER, Jan-Werner. “What is populism?” Philadelphia: Pennsylvania Press, 2016.

NEVES, Marcelo. “A Crise do Estado: Da Modernidade Central à Modernidade Periférica”. Revista de Direito Administrativo, vol. 3, 1994, pp. 64-78.

NORRIS, Pippa. “Introduction: The Growth of Critical Citizens?” In: Pippa Norris (ed.). “Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance”. Oxford: University of Oxford Press, 1999, pp. 1-27.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. “Cultural Backlash: Trump, Brexit, and the Rise of Authoritarianism Populism”. Cambridge University Press, 2018.

OFFE, Claus. “Dominação de classe e sistema político” Em: “Problemas estruturais do Estado capitalista”. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 [1973], pp. 140-77.

PATEMAN, Carole. “Críticas feministas à dicotomia público/privado”, em Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (orgs.), “Teoria política feminista: textos centrais”. Rio de Janeiro: Eduff; Vinhedo: Horizonte, 2013 [1989].

PHARR, Susan J.; PUTNAM, Robert D.; DALTON, Russel J. “A quarter-century of declining confidence”. Journal of Democracy, vol. 11, n. 2, 2000, pp. 5-25.

ROITMAN, Janet. “The stakes of crisis”. In: KJAER, Pol; OLSEN, Niklas (eds.), “Critical Theory of Crisis in Europe: From Weimar to the Euro”. London: Rowman & Littlefield, 2016, pp. 17-34.

STREECK, Wolfgang. “As crises do capitalismo democrático.” Novos Estudos, nº 92, 2012, pp. 35-56.

WOOD, Ellen M. “Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico”. São Paulo: Boitempo, 2003 [1995].

CAPÍTULO XII

MINORIAS SOB MIRA: ABORDANDO A CRISE DEMOCRÁTICA BRASILEIRA A PARTIR DAS TENSÕES ANTI-MINORIA

Matheus Tomaz [1]
Nicole Brito de Sena [2]

[1] Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará / E-mail: mtomaz@alu.ufc.br
[2] Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará / E-mail: nicolebritodesena@gmail.com

RESUMO

Levando em conta a fragilização da democracia brasileira, relacionada à ascensão de uma onda populista global, este projeto busca entender como a dita tribulação se relaciona com as tensões entre grupos socialmente marginalizados e os adeptos do populismo conservador, compreendendo tal embate como importante agente fomentador à recente crise democrática no Brasil. Consideramos que a identidade funciona não só como um sistema de conhecimento e reconhecimento, mas também como uma relação de poder e apreensão. Nesse sentido, entendemos que uma parte da população, devotada ao bolsonarismo, rejeita a possibilidade de ceder espaço político, econômico e social a grupos historicamente marginalizados e suas representações. Assim, partimos de uma seleção bibliográfica, agregada por um levantamento quantitativo via questionário online, contando com 394 respostas, cruzadas para leitura via software "R". Portanto, observando os dados obtidos, podemos avistar tendências que potencializam conflitos em detrimento da integridade da democracia brasileira, trilhando um caminho de fragilização e radicalização da política, solapando a busca e a garantia por direitos, através de uma dinâmica de poder.

Palavras-chave: Crise democrática; Tensões; Identidade; Poder.

1. INTRODUÇÃO

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Art. 1º, parágrafo único, "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição". A primeira parte desta dita sessão constitucional nos remete ao poder popular exercido pelos cidadãos brasileiros de acordo com o documento soberano do Estado. Mas afinal, quem é o povo que detém o poder popular? Poderíamos dizer que, numa perspectiva simples e legalista, o povo, no Estado brasileiro, diz respeito à toda e qualquer pessoa nata e naturalizada em território nacional, gozando de direitos de participação política. Contudo, na perspectiva que trataremos neste texto, muito embora o debate filosófico aborda dado conceito de diversos modos, abordaremos o termo caracterizando-o como um

coletivo de indivíduos expresso a partir de sua identidade, ou culturalidade, como frequentemente se usa na antropologia. Com isso, um dos desafios deste projeto é pensar a crise democrática no país a partir do cenário dos últimos anos, considerando a disputa pelo monopólio identitário do *demos,* enquanto expressão de poder e legitimidade. Ademais, quem são os "outros" diante dos "legítimos" cidadãos brasileiros, e por que eles devem ser excluídos da esfera democrática? Tais questões aqui elencadas não são tão cotidianamente distantes assim, à medida que, tomando como exemplo as movimentações e as tensões entre diversos grupos do povo brasileiro, podemos notar a elevação de um conflito identitário, além dos moldes materialistas, geralmente favorecendo figuras populistas que exigem para si o manto de legítimos representantes do "povo brasileiro".

Nesse contexto, o trabalho que se segue busca examinar um percurso recente, como base nos últimos anos, evidenciando alguns aspectos condicionantes ao conflito político entre grupos que reivindicam para si o monopólio da categoria de "povo brasileiro", como um dos principais agravantes para a consumação progressiva da crise no regime democrático, ao ponto que estas tensões tornaram-se palco fiel às investidas do bolsonarismo contra a democracia liberal, mesmo antes do período eleitoral ao executivo federal no ano de 2018. Portanto, este exercício pauta-se em uma análise qualitativa e quantitativa, com base no 6º (sexto) capítulo da recente obra de Yascha Mounk, *O Povo Contra a Democracia*, e guiada pela percepção sobre identidade cunhada por Stuart Hall, em sua obra "A identidade cultural na pós-modernidade".

2. METODOLOGIA

Foi feito um questionário online, aplicado através da plataforma Google Forms, com questões diversas a fim de apreender sobre comportamento político dos brasileiros. O questionário foi feito por integrantes bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Programa de Iniciação Científica (PIBIC). O questionário foi divulgado pelos próprios bolsistas nos diversos grupos online sobre política. No total, obtivemos 394 respostas. Analisamos os dados com o software R, através de cruzamento de dados e análise de regressão.

3. REORGANIZAÇÃO POLÍTICA, CRISE E IDENTIDADE DEMOCRÁTICA

Numa sociedade onde as questões acerca das diversas identidades, difundidas principalmente pela globalização no mundo moderno, passam a tomar cada vez mais a cena política, antes majoritariamente incrustada pelo debate materialista, a dinâmica de distinção

entre amigo e inimigo trabalhada por Carl Schmitt não se dilui, ela passa a operar através desse novo molde. A recente desestabilização na democracia brasileira possui fortes nuances no que diz respeito a esta dinâmica, e especialmente figuras populistas têm mostrado grande capacidade em operacionalizar dado confronto em benefício próprio, considerando que um forte elemento do populismo "trata-se de uma mobilização política em torno de um discurso que dá forma a um *nós contra eles*" (LIDEN, 2018, p.26). O nazismo de Hitler, muito embora tenha se consumado no século passado, foi um ocorrido que demonstrou o quanto este mecanismo de distinção opera pelos moldes identitários, a partir da perseguição e genocídio de uma parcela que este movimento adotara como inimiga do conservadorismo ariano, como judeus, homossexuais e comunistas.

> A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra os inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos e etc. (MUNANGA, 1996, p.17)

Numa matéria publicada pelo portal "Exame" no ano de 2018, ainda com base no período de pleito eleitoral ao executivo, já próximo à data das votações, segundo a plataforma de notícias, foram registradas cerca de 50 agressões por parte de apoiadores do agora presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro.[1] Dentre as agressões denunciadas pelo então noticiário, o foco do texto se voltou nitidamente a evidenciar o efeito da incitação à discriminação de grupos opostos a sua plataforma eleitoral por parte do político, enquanto candidato mais alinhado à extrema direita conservadora. Nesse contexto, um dos casos citados pela matéria foi o assassinato brutal do mestre de capoeira baiano, Moa de Katende, e quando interrogado sobre o assassinato, o acusado do crime declarou que deferiu 12 facadas contra o capoeirista por ele ser "petista". Ademais, segundo a plataforma de notícias, em grande parte, tais ataques registrados na região sudeste, se deram por agressões homofóbicas e transfóbicas. Nesse percurso, podemos resgatar aqui, o conceito de "ultra-política", cunhado inicialmente por Slavoj Zizek (2008), para caracterizar um panorama político despolitizado nos teros da "democracia

---

[1] Apoiadores de Bolsonaro realizaram pelo menos 50 ataques em todo o país. Disponível em: https://exame.abril.com.br/brasil/apoiadores-de-bolsonaro-realizaram-pelo-menos-50-ataques-em-todo-o-pais/.

diplomática", no qual o conflito radical é o foco no embate de posições, numa dinâmica bélica de "nós contra eles".

Bem como as eleições brasileiras de 2018 nos revelaram, mais do que nunca, nas últimas décadas, a identidade, que sob a luz da psicanálise é interpretada por Stuart Hall (2006, p. 38) como, "algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes", torna-se um palco de combate na disputa política, ao passo que a ideia da representação é uma característica crucial à democracia que conhecemos hoje. Nesse aspecto, nos últimos tempos, os fatores identitários se tornaram importantes agentes para a redefinição política nos últimos anos.

> A política mundial está sendo reconfigurada seguindo linhas culturais e civilizacionais. Nesse mundo, os conflitos mais abrangentes, importantes e perigosos não se darão entre classes sociais, ricos e pobres, ou entre grupos definidos em termos econômicos, mas sim entre povos pertencentes a diferentes identidades culturais. As guerras tribais e os conflitos étnicos irão ocorrer no seio das civilizações. (HUNTINGTON, 1997, p. 29)

No que menciona Huntington (1997), podemos presumir que, em grande parte, sua fala sobre o rumo que a política tomaria não poderia estar mais afinada com a presente realidade, afinal, uma vez que a política vira um imenso palco às tensões entre diferentes identidades, esta também se reconfigura, deixando cada vez mais o materialismo de lado à disputa democrática. No entanto, esse recente percurso ultra-político, aliado à uma crise democrática de proporções globais, eleva consideravelmente as tensões entre as diferentes perspectivas de mundo, considerando que, especialmente o populismo de direita, apela à rechaça de tudo aquilo que foge das identidades homogêneas predominantes que se considerem o retrato de sua nação. Para exemplificar o que estamos abordando, pensemos no exemplo de Donald Trump, ainda enquanto candidato nas eleições norte-americanas em 2018, no qual logo percebeu que a defesa de uma identidade nacional não se aliava muito bem com a heterogeneidade, assim explorando a narrativa do banimento de todos aqueles que não fossem os "verdadeiros americanos" do território estadunidense.

> A homogeneidade étnica fez mais do que apenas contribuir para o sucesso dessas novas democracias; também moldou a forma como vieram a se definir. [...] ao longo de toda a história das sociedades democráticas, os cidadãos sempre foram cautelosos em permitir que gente de fora diluísse sua voz. (MOUNK, 2019, p.195)

Como bem aponta Mounk (2019), a heterogeneidade tende a gerar tensões, à medida que "o outro" representa a ameaça de ter sua voz diluída, desse modo, "algumas identidades gravitam ao redor daquilo que Robins chama de 'Tradição', tentando recuperar sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas" (HALL, 2006, p.87). Contudo, no contexto brasileiro, as identidades assumem um papel diferenciado.

As narrativas aqui encontradas não fogem das prerrogativas gerais sobre a política na dinâmica amigo-inimigo pensada por Carl Schmitt, mas diferente do exemplo euro-americano, o epicentro das tensões não se dá pelo movimento imigratório, embora os conflitos tragam consigo elementos fortemente similares aos observados nos conflitos identitários advindos da crise imigratória nos Estados Unidos e em países do continente europeu. No caso do Brasil, não podemos afirmar que as tensões entre diferentes grupos não se dão pela raíz étnica, afinal, a etnicidade não morre em detrimento da miscigenação, embora se desloque em alguns traços. Contudo, o que observamos nos últimos anos é a defesa de determinados valores civilizacionais em detrimento da busca pelo apagamento de outras identidades.

> Esses instintos excludentes apenas foram reforçados com o crescimento do fervor nacionalista. No fim do século XIX, nações novas como a Alemanha e a Itália adotavam políticas autoritárias para criar uma cultura mais homogênea e reprimir as minorias linguísticas. Nas décadas de 1920 e 1930, à medida que a democracia tentava a custo se enraizar em países como a Polônia, a Alemanha e a Espanha, seus inimigos exploravam a raiva contra as minorias étnicas e religiosas em toda oportunidade. (MOUNK, 2019, p. 194)

Nesse sentido, a disparidade entre grupos no Brasil ganha proporções maiores, à medida que a política se faz campo de batalha para tal. No entanto, é crucial compreender que os grupos identitários não estão em choque necessariamente pelo incentivo de determinadas figuras políticas, embora estas tenham um papel gigantesco na exponenciação das tensões, mas pelo contrário, as crenças confirmadas no seio da disputa política são preexistentes, ou seja, são anteriores às figuras que venham as representar. Não é incomum ouvir, principalmente por meio da mídia, que determinada figura é o "candidato da direita" ou "da esquerda", afinal, este sujeito, numa democracia representativa, surge supostamente para advogar por um ou mais grupos, e não o contrário.

Nesse contexto, é crucial levar em conta que essa disputa não é exatamente equilibrada em várias medidas, ao passo que existem dados grupos que são estruturalmente desfavorecidos e institucionalmente pouco respaldados. Em certo grau, de um lado, podemos ter coletivos que almejam a garantia de direitos e proteção individual no contexto democrático liberal, levando em conta que diante da globalização do mundo moderno, "[...] há uma tendência individual, coletiva e social de afirmar e reafirmar sua identidade cultural em termos civilizacionais" (SEIXAS, 2008, p. 111). Por outro lado, parece existir uma tendência narrativa que busca se autoafirmar através da diluição e supressão de outras identidades. Podemos identificar algumas dessas manifestações embasadas numa série de valores e outras prerrogativas que advogam por uma cultura nacionalista, como é o caso de grande parte do eleitorado convicto

de Bolsonaro, que se traja recorrentemente com as cores da bandeira brasileira em atos de apoio ao governo.

> [...] como observa Hall, não se pode perder de vista o fato de que a cultura nacional é também uma estrutura de poder cultural. Ao longo da história da humanidade, a maior parte das nações foi unificada por meios violentos, ou seja, pela supressão de diferenças culturais pelos grupos ou povos dominadores em relação aos grupos ou povos dominados, de tal maneira que a cultura dominante se afirmou sobre as culturas submetidas. (SEIXAS, 2008, p. 107-108)

Desse modo, o nacionalismo não é necessariamente formado por grupos homogeneizados, no entanto, a defesa de tudo aquilo que o caracteriza forma sua identidade na sociedade. Um de seus aspectos gerais, segundo o trecho acima, é a supressão de demais culturas, que porventura, são consideradas externas à defesa do que a identidade nacional imaginada propõe.

> As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele '''tempo perdido", quando a nação era grande; são tentadas a restaurar as identidades passadas. Este constitui o elemento regressivo, anacrônico, da história da cultura nacional. Mas freqüentemente esse mesmo retorno ao passado oculta uma luta para mobilizar as "pessoas" para que purifiquem suas fileiras, para que expulsem os "outros'' que ameaçam sua identidade [...]. (HALL, 2006, p.56)

A revolta contra o pluralismo, como bem chama o autor aqui já citado, Yascha Mounk, não só se dá pelo receio em perder a própria voz no sistema democrático, como também pelo medo de ver recursos do Estado sendo direcionados em prol de causas que não advogam por suas crenças, gerando embates ferrenhos no campo da política representativa. Uma matéria publicada pelo portal *Congresso Em Foco* pode ilustrar muito bem o que estamos falando, pois segundo o texto nela contido, houve uma reprodução massiva nas redes sociais do conteúdo presente no livro "Aparelho Sexual e Cia", afirmando que o mesmo era uma cartilha intitulada "Kit Gay", bem como foi chamada pejorativamente por uma massa mais à direita conservadora, cujo a suposta finalidade era incentivar a homosexualidade a crianças de nível fundamental.[2] A mesma matéria ainda afirmou que cerca de 87% do eleitorado de Bolsonaro acreditou na dita desinformação.

[2] Kit Gay nunca foi distribuído em escola: https://congressoemfoco.uol.com.br/educacao/kit-gay-nunca-foi-distribuido-em-escola-veja-verdades-e-mentiras/

4. DA IDENTIDADE AO CONFLITO SOCIAL NA POLÍTICA REPRESENTATIVA

Como muitos autores e pensadores deduziram, a linha da política mundial tem se reconfigurado com base em dinâmicas mais complexas do que "operário *versus* empresário", não necessariamente desvencilhando-se deste montante, mas girando expressivamente por meio de questões civilizacionais que expressam a presença da cultura e das identidades trazidas ao palco político. No Brasil, a realidade democrática não se distancia da dinâmica supracitada, pois se antes líderes foram eleitos, mesmo que por meio de uma plataforma conciliatória, reivindicando espaço econômico e social ao povo trabalhador das classes populares, no ano de 2018, Jair Messias Bolsonaro saiu vitorioso das eleições presidenciais não apenas prometendo retornar com a prosperidade por meio de narrativas simplistas, mas elencando em seu discurso a retomada de valores fundamentais ao "povo brasileiro" e à família tradicional.

No entanto, quando o citado sujeito alimenta uma chama em defesa do "povo" e suas tradições como plataforma política, logo podemos deduzir que este se refere a uma identidade inteiramente definida num extenso período anterior, numa "cultura nacional", que hoje se vê ameaçada por atores externos, neste caso, o "outro". Contudo, é de se considerar que não podemos dar dita tradição como bem definida, uma vez que, a sociedade brasileira não é homogênea, muito menos estática, mas, por outra via, podemos presumir que existe uma tendência em supervalorizar ideias colonialistas e militares por parte do eleitorado do então populista.

Dessa maneira, a narrativa defendida pelo bolsonarismo no Brasil afirma atuar pela defesa de valores tradicionais, buscando configurar-se pela diluição de existências culturais e identitárias adversas às crenças preexistentes de seu eleitorado. Seria um equívoco presumir que o recente populismo de direita deseja simplesmente erradicar identidades opostas, afinal, se considerarmos a narrativa de Carl Schmitt sobre a natureza política, a dinâmica amigo-inimigo é palco principal às investidas populistas, nos fazendo crer que Bolsonaro depende de contrastes para configurar seu discurso e vê-lo atuando na mente de seu eleitorado, como na lógica utilizada por Georg Simmel para descrever a questão do conflito social, ao considerar que este "é um ato de reconhecimento e, ao mesmo tempo, produtor de um metamorfismo entre as interações e as relações sociais daí resultantes" (JUNIOR, 2010, p.9). Portanto, o que um populista quer de fato ao elencar tais conflitos como plataforma política é inflamar seu público, confirmar a eles suas crenças preexistentes, e ao defendê-los como o "povo", ele os legitima

enquanto detentores dos supostos valores civilizacionais, e confirma os demais enquanto atores externos ou "inimigos do povo".

Nesse contexto, "o outro", pode ser representado por ambos os espectros do conflito, no entanto, como aqui tratamos sobre a ascensão da crise democrática através da narrativa populista de direita, este sujeito se refere geralmente a um ou mais grupos aglomerados, ou contemplados em certo grau por uma plataforma mais à esquerda na cena política. Com isso, é importante mencionar que este artigo não se propõe a examinar profundamente fatores particulares sobre conflitos sócio-políticos que assolam determinados grupos identitários em detrimento de outros, mas sim observar alguns marcadores expressivos na construção desse embate. Segundo Aquino (2019), sobre as configurações do antipetismo, dadas tensões se relacionam com o medo acerca da perda de privilégios, ao analisar, sob vários aspectos identitários, ressentimentos ligados ao assistencialismo de estado direcionado às parcelas marginalizadas da população. Com isso, aqui podemos resumir nossa tese em três aspectos de disputa mais manifestos a serem tratados como nossa hipótese principal a respeito dos conflitos anti-minoria: representação e sub-representação; apreensão econômica; poder.

4.1. Representação (ou sub-representação)

A premissa de representação, presente na nossa estrutura democrática, como já falado, é uma ideia a muito tempo essencial na construção política brasileira, então, ao passo que esta, antiga em nossa atividade política, já caminhava a tempos, a identidade, intrínseca à noção de representação, também já estava ao seu lado, muito embora as questões identitárias não operassem nos moldes que operam hoje. Ainda nesse sentido, o senso representativo já fazia parte do imaginário eleitoral desde o período colonial, e embora isto tenha evoluído até o nosso atual padrão democrático, o modelo representativo é sujeito a diversos questionamentos, porém é de se considerar que, "a representação é necessária porque a rede da vida social moderna frequentemente vincula a ação de pessoas e instituições num determinado local a processos que se dão em muitos outros locais e instituições" (YOUNG, 2006, p.114).

Tendo em vista que o modelo citado é, em tese, "o que temos no momento", este, ao utilizar do sistema eleitoral para eleger representantes, nos conduz a ideia de espaço político (ou espaço na política), e estar presente neste ambiente, ao menos por vias de representação, já denota a possibilidade de ter ao menos uma parte de suas pautas visíveis na esfera pública. A partir disso, não podemos nos deslocar da ideia de identidade quando tratamos sobre representação numa democracia, e, embora Young (2006, p,148) proponha que, a

“representação política não deve ser pensada como uma relação de identidade ou substituição, mas como um processo que envolve uma relação mediada dos eleitores entre si e com um representante”, ainda sim, no campo do concreto, a relação democrática de eleitorado a eleitorado, como no fatídico caso do Mestre Moa, nos induz a pensar que a identidade é fonte que opera no campo dos conflitos e violências políticas, não somente na relação entre representante e representado. Porém, de fato, fica nítido que, o que Young (2006) nos apresenta é uma proposta, considerando o modo como se deve pensar racionalmente a representação política num estado democrático.

Nessa via, a sub-representação, nos termos estruturais em que o sistema eleitoral brasileiro se constrói historicamente, gera uma série de problemas e conflitos. No caso, hoje existem propostas em andamento para construir, na nossa democracia liberal, uma alternativa para dado problema de sub-representação de minorias estruturalmente excluídas do processo eleitoral e de demais esferas da sociedade. Segundo dados divulgados em 2019 pela própria plataforma da Câmara dos Deputados na internet[3], o Brasil ocupa a posição 149 num total de 188 países, no que diz respeito à representatividade feminina na política. Já no que se direciona à presença negra nessa esfera, é importante destacar que, no ano de 2020, de acordo com o portal Tribuna de Minas, cerca de 32% dos prefeitos e prefeitas eleitas nacionalmente se autodeclaram negros e negras, o que, comparativamente, ainda representa um percentual consideravelmente abaixo proporção nacional desta população que, segundo o IBGE, representa 54% da massa nacional. Para que possamos ter uma noção de como a sub-representação pode se relacionar com as tendências bolsonaristas e os conflitos anti-minoria, observemos os seguintes gráficos:

[3] Baixa representatividade de brasileiras na política se reflete na Câmara. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/554554-baixa-representatividade-de-brasileiras-na-politica-se-reflete-na-camara/

Figura 1: Cruzamento entre o voto emBolsonaro no primeiro turno e posicionamento quanto às cotas de candidatura de mulheres

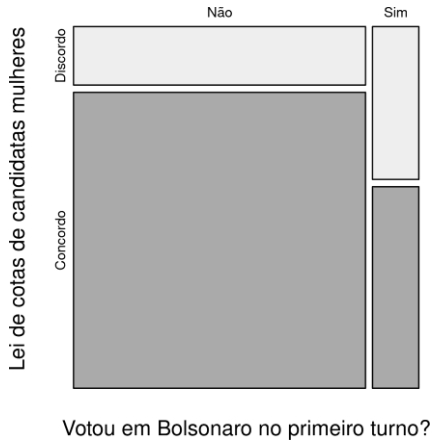
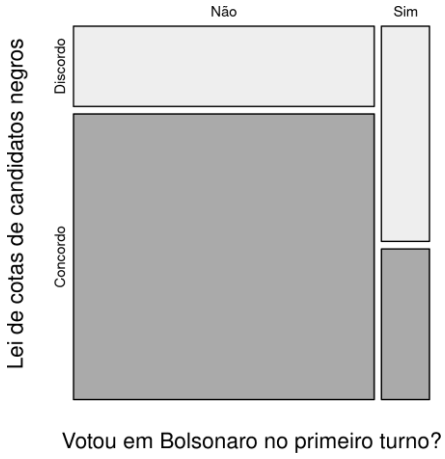


Figura 2: Cruzamento entre o voto emBolsonaro no primeiro turno e posicionamento quanto às cotas de candidaturas de pessoas negras



Com base nos gráficos acima, temos, objetivamente, dois dados cruzados em cada figura, a fim de medir como o bolsonarismo, comparativamente entre seus votantes e não votantes, pode demonstrar uma tendência em rejeitar ações de cunho afirmativo na esfera política. O que a leitura dos dados pode nos revelar é uma tendência em rejeitar as "cotas" para candidaturas mínimas em ambos os casos. No que diz respeito às candidaturas femininas,o que se verifica é que, mais do dobro do contingente bolsonarista respondente rejeita tais ações, se comparado aos não optantes pelo presidente no primeiro turno. E em seguida, a mesma linha de rejeição pode ser considerada no que se refere às "cotas" para candidaturas negras. Contudo, ao comparar os dois gráficos, podemos observar que, em relação às mulheres, a população negra possui maior possibilidade em ser rejeitada quando o assunto se refere a tais medidas de inclusão política, e muito embora isso se verifique com mais intensidade no espectro

bolsonarista, também podemos observar este fenômeno “do outrolado da balança”. Com isso, é importante salientar que os dados consideram apenas a votação do primeiro turno, entendendo que ao optar pelo presidente logo na primeira etapa do pleito, oeleitor, dentre vários candidatos possíveis, teria mais convicção de seu voto, o que, consequentemente, pode significar maior inclinação à tendência bolsonarista.

4.2. Apreensão econômica

Como fator chave que "justifica" a retaliação às causas que não envolvem determinados interesses hegemônicos, a questão econômica é um ponto crucial para entendero percurso que leva um grande contingente populacional a se voltar contra minorias estrutural e historicamente marginalizadas e suas representações na esfera política institucional. Apriori, o que se deve ter em mente ao considerarmos o dinheiro e o trabalho como cernes de uma tensão identitária, é levar em conta que o espaço econômico também é político. Diante disso, os recursos de Estado e suas aplicações passam por uma série de tratativas burocráticas e políticas até sua devida liquidação, que podem envolver determinadas tensões na esfera identitária. Nesse sentido, discutir a legitimidade de recursos aplicados em prol de causas de interesse público poderia nos render um grande debate filosófico sobre o que na verdade são estes interesses, o que não é objeto central desta análise teórica.

Frente a isso, como já mencionado anteriormente com o caso do “Kit Gay”, o que nos importa é entender que a atenção econômica que o Estado confere a determinados grupos é um objeto de disputas e conflitos. Com isso, algumas políticas reparatórias que envolvem aplicação de recursos públicos são um objeto a se verificar, tendo em vista que, a apreensão econômica é um grandeagente à fragilização democrática, como consideração que podemos extrair das ideias de Mounk (2019), ao tratar de identidade, e Aquino (2019), ao considerar o programa Bolsa Família e sua interseccionalidade com as práticas de marginalização, verificando alguns índices de opinião pública ligados às manifestações de ressentimento. Para uma melhor visualização desse cenário de disputas, podemos nos pautar nos gráficos abaixo:

Figura 3: Cruzamento entre o voto em Bolsonaro no primeiro turno e posicionamento quanto à políticas privadasde contratação de pessoas trans.

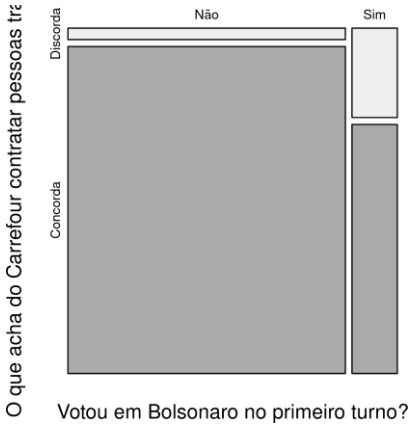
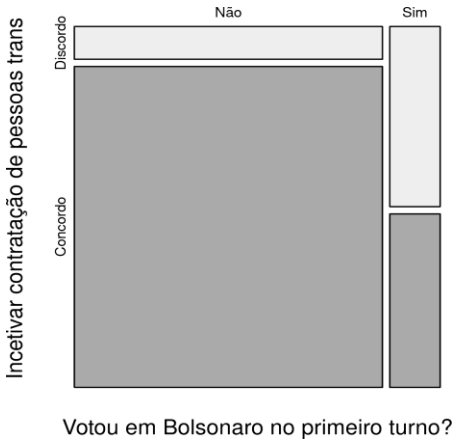


Figura 4: Cruzamento entre o voto em Bolsonaro no primeiro turno e posicionamento quanto à políticas de incentivo governamental à contratação depessoas trans.



Para a elaboração do gráfico acima, a fim de medir e visualizar possíveis tendências acerca de políticas reparatórias aliadas à inclusão econômica, buscamos saber, dentre os respondentes que votaram, ou não, em Bolsonaro no primeiro turno, qual seria o índice de reprovação às possíveis políticas de incentivo privado à contratação de pessoas transexuais, e posteriormente, observar, através do gráfico seguinte, como os respondentes reagiram quando o incentivo governamental é trazido para a discussão. O que podemos verificar de imediato em ambos os gráficos de eleitorado a eleitorado, é uma tendência bolsonarista maior em rejeitar tais ações. Contudo, quando analisamos as duas medições lado a lado, temos um marcador interessante, pois no caso em que a iniciativa é unilateralmente privada, a rejeição é consideravelmente menor, se relacionada ao cenário de envolvimento governamental em tais políticas. Diante disso, observamos que, o público que carrega crenças aliadas às doutrinas bolsonaristas, mesmo demonstrando uma tendência negativa à inclusão de pessoas transexuais

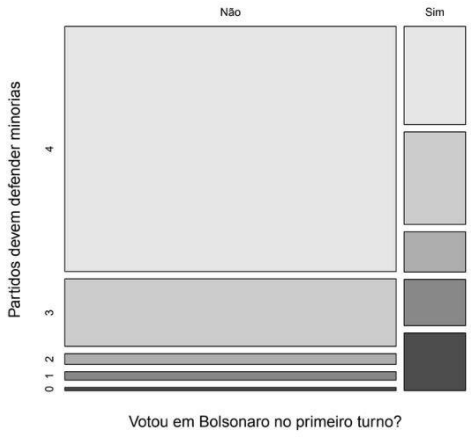
em ambos os panoramas, quando se refere à aplicação de verba pública para tais políticas de incentivo na esfera privada, rejeita majoritariamente a possibilidade reparatória de inclusão econômica.

Com isso, ao verificar a tendência bolsonarista em rejeitar tal proposta, pode-se ter mente que, estas massas demonstram uma nítida inclinação a se manifestar contrariamente à inclusão de pessoas transexuais no mercado de trabalho, logo, denotando a exclusão dessa parcela populacional no mundo do trabalho. Frente a estes dados, podemos presumir que há, pelo menos dentre uma parcela das pessoas que creem no bolsonarismo, o medo de perder espaço no campo da economia em detrimento de pautas relacionadas a minorias socialmente marginalizadas, ou, uma busca pela centralização das pautas econômicas em torno de ideais pouco ou nada relacionados à inclusão de grupos prejudicados e excluído ao longo da nossa formação histórica.

4.3. Poder

A dinâmica de poder, quando nos referimos às tensões anti-minoria, são parte do construto que se consuma à luz de um conjunto de fatores que caracterizam a dominação do espaço político por determinados grupos que reivindicam unicamente para si a identidade nacional de "povo", como forma de se autolegitimar e excluir outros coletivos da esfera democrática de direitos. Anteriormente, citamos a disputa pelo monopólio identitário de*demos,* como objeto de conflitos e tensões, considerando que este fator está intrinsecamente relacionado com a manutenção do poder num estado democrático liberal, à medida que a busca por garantias mínimas se torna palco das investidas populistas. Nesse sentido, ser institucionalmente visível através de direitos e privilégios estruturais é sinônimo de poder, e praticar ou defender tendências contrárias à inclusão de uma parcela populacional na esfera de direitos mínimos é perpetuar dinâmicas históricas de exclusão, e desse modo, garantir um monopólio de direitos. Observemos as figuras abaixo:

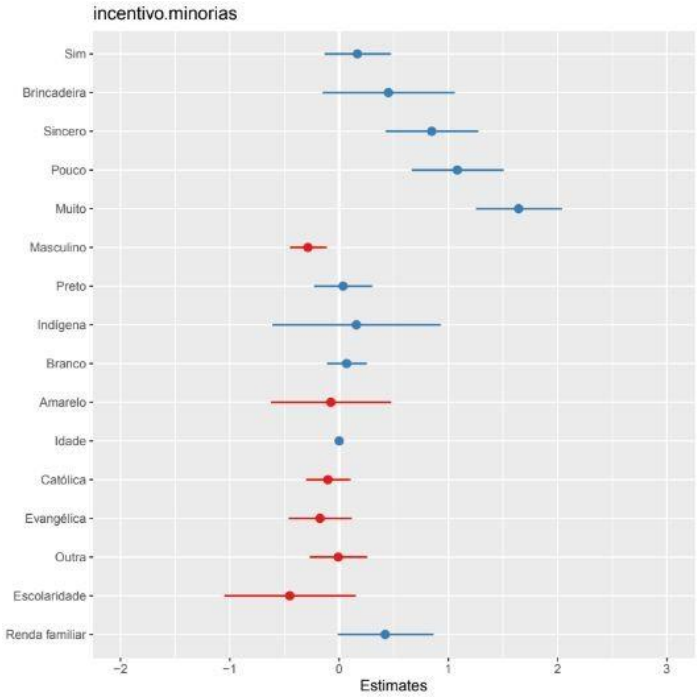
Figura 5: Cruzamento entre o voto em Bolsonaro no primeiro turno e posicionamento quanto ao grau de apoio à defesa de minorias nas plataformas partidárias



Na Figura 5, a fim de medir tendências dentre o eleitorado no primeiro turno no que diz respeito à inclusão da defesa de minorias (mulheres, negros, indígenas e LGBTI+) nas plataformas e projetos dos partidos políticos, podemos observar a partir de uma régua de prioridades, em que 4 representa muito importante e 0 nada importante, o valor que é dado a tais questões entre quem optou ou não pelo populismo bolsonarista na primeira etapa do pleito.

A partir desse gráfico, podemos observar que existe, no campo dos eleitores bolsonaristas, uma percepção fragmentada sobre as pautas minoritárias, e embora a maioria, não muito expressiva, confira o mais alto nível de prioridade à questão, o cenário, num exame comparado, se mostra expressivamente mais homogêneo e positivo às causas e defesa de minorias políticas no lado oposto, a partir de uma tendência com um nível cerca de duas vezes maior em considerar a alta prioridade que deve ser dada às questões envolvendo públicos estruturalmente marginalizados.

Figura 6: Análise de regressão entre o fator de incentivo às minorias e marcadores de perfil pessoal



Desse modo, como complemento a esta análise sobre a questão da rejeição às bandeiras e causas que advogam por grupos minorizados, temos na Figura 6, a partir de uma análise de regressão, alguns marcadores que se relacionam com tal negativa, onde dentre eles, encontramos os respondentes do sexo masculino, situados como osúnicos que fogem da linha central, ou seja, apresentam maior rejeição a defesa de direitos de minorias, o que podemos relacionar diretamente com o fenômeno bolsonarista, uma vez que, segundo o portal *Gênero e Número*, o quantitativo de homens que declarou seu voto em Bolsonaro foi cerca de 59%, enquanto as mulheres domonstraram mais inclinação ao candidato do Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad, angariando cerca de 52% do público feminino.

O poder, como forma de gerir relações sociais, não foge de determinados paradoxos, pois, à medida que aqui estamos falando sobre minorias desassistidas e combatidas por ideais excludentes, não podemos perder de vista que, estas também podem estar aglomeradas em torno desses ideais, ou seja, não é incomum uma pessoa negra ser bolsonarista, ao passo que, em algum grau, esta pessoa sinta-se contemplada por tal ideal político. Entender isso faz parte do debate teórico sobre relações de poder, e é um ponto que não podemos ignorar, mas frente a uma democracia liberal, também não podemos esquecer que antes de qualquer equívoco, isso na verdade não representa um paradoxo no todo, tendo em vista que as estruturas que assolam

minorias marginalizadas podem ser reproduzidas até mesmo no seio do ativismo que as defende, através da reprodução de um amplo construto histórico intrínseco na nossa sociedade.

Nesse sentido, o poder e as tensões anti-minorias estão relacionados no âmbito da política populista uma vez que, a legitimação do "povo brasileiro", através do ideal nacionalista aqui já abordado, depende da exclusão de outras parcelas "menos importantes" ou "moralmente perigosas", compreendendo que a garantia de direitos, como representação e inclusão econômica, não são tratados como fatores democráticos básicos, mas sim como capital de monopólio e campo de conflitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os resultados obtidos, a observância e o cruzamento destes dados, embora produtos de uma pesquisa feita num cenário restrito de pandemia, corroboraram com o sentido inicial da hipótese. Contudo, não podemos perder de vista que, para conclusões mais sólidas, é necessária uma pesquisa numericamente mais expressiva. Frente ao que obtivemos, podemos entender que, em contraste àqueles que não optaram pelo populismo bolsonarista, uma certa camada adepta a tal movimento demonstrou uma tendência em rejeitar conceder espaço político, econômico e social a grupos estruturalmente marginalizados. Contudo, embora tenhamos feito aqui uma explanação mais geral, nos termos do que propomos metodologicamente, cada caso merece uma atençãoespecífica, pois o modo como lidamos teoricamente com a realidade deve ser devidamente contextualizado, então não podemos analisar todos os grupos marginalizados estruturalmente sob uma mesma ótica. De todo modo, a proposta do trabalho e seu debate qualitativo,agregado por um montante de cruzamentos quantificados, nos levam a entender o poder como finalidade dos processos de exclusão e repressão operacionalizados acerca das práticas anti- minoria, através da ultra-política, na qual o mecanismo de ascensão propõe que não se deve vencer seus adversários, mas sim eliminá-los. Ademais, o populismo faz desse marcador repressivo um enfoque para ganhar mais espaço, potencializando conflitos, fragilizando a democracia brasileira e solapando a busca e a garantia por direitos, através de uma dinâmica monopolista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE AQUINO, Jakson Alves. Conservadorismo e ressentimento: duas fontes do antipetismo. In: SILVA, Emanuel Freitas da; FROTA, Francisco Horácio da Silva; SILVA, Maria Andrea Luz da (Orgs.). **Atores políticos e dinâmicas eleitorais.** Fortaleza: Edmeta, 2019. pp. 232-273.

DO BRASIL, Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Recuperado de http://www. ritmodeestudos.com.br, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** TupyKurumin, 2006.

GÊNERO E NÚMERO. Bolsonaro conquistou eleitorado mais masculino, mais branco e mais rico do que adversários do PT em 2010 e 2014. Disponível em: <https://www.generonumero.media/bolsonaro-conquistou-eleitorado-mais-masculino-mais-branco-e-mais-rico-do-que-adversarios-do-pt-em-2010-e-2014/ >. Acesso em: 20 jun 2021.

JÚNIOR, José Odval Alcântara. "Georg Simmel e o conflito social." **Revista Pós Ciências Sociais, v.**2, n. 3, 2010.

KALIL, Isabela Oliveira. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro.** São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018.

LINDEN, Felipe. "A trajetória de uma noção polêmica: análise crítica do populismo na teoria política de Ernesto Laclau." **Revista Estudos Políticos,** v.9, n. 17, p.20-31,2018.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. Editora Companhia das Letras, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 5, n. 1, p. 17-24, 1996.

SCHMITT, Carl. **El concepto de lo político.** Trad.Rafael Agapito. Madrid : Alianza, 1991.

SEIXAS, Renato. Identidade Cultural da América Latina: conflitos culturais globais e mediação simbólica. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 7, n. 12, p. 93-120, 2008.

SLAVOJ, Zizek. **"En defensa de la intolerancia."** Sequitur. Buenos Aires, Ciudad de México, Madrid (2008).

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, n. 67, p. 139-190, 200.

"ELES COMBINARAM DE NOS MATAR E NÓS COMBINAMOS DE NÃO MORRER": POSSIBILIDADES INSURGENTES DA DIÁSPORA

CAPÍTULO XIII

O "EU" E O "OUTRO": UM ESTUDO SOBRE SOCIABILIDADES E RESSIGNIFICAÇÃO IDENTITÁRIA DE MULHERES IMIGRANTES EM BELO HORIZONTE

Ana Luísa Valadares Lanza Guimarães
Paula Lavínia Alves Perret

RESUMO

O presente artigo toma como enfoque possíveis afinidades e contrastes introjetados na constituição do *Self* de mulheres imigrantes, apátridas e refugiadas, tendo como objetivo primário compreender suas subjetividades socioculturais em dois contextos: em seus países de origem e em Belo Horizonte. Assim, pretendemos analisar como as relações interpessoais desenvolvidas por essas migrantes têm impacto em suas estruturações identitárias. Sob esse prisma, iremos nos debruçar sobre as interações sociais estabelecidas por mulheres integrantes do coletivo Cio da Terra, a partir de um estudo acerca das assimetrias de gênero e seus efeitos, somado à investigação da gênese de sociabilidades vivenciadas pelo indivíduo migrante. A metodologia escolhida para a realização deste trabalho teve como respaldo uma investigação estatística que nos deu informações sobre os grupos migrantes no Brasil, acrescido de um exercício interpretativo dos conceitos do "eu" e do "outro" trazidos por autores da Sociologia e da Psicologia Social, como Mead e Goffman. A partir dessa perspectiva, estruturamos entrevistas com mulheres que integram o coletivo Cio da Terra, identificando possíveis congruências entre as respostas destas migrantes e as bases argumentativas utilizadas ao longo deste artigo.

Palavras-chave: mulheres. migrantes. sociabilidades. *self.* gênero. sociologia. psicologia social.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo busca compreender a unidade e a multiplicidade da vida de mulheres imigrantes oriundas de países do Sul Global[1]. Entendemos como unidade a associação de indivíduos em grupos sociais, a partir de elementos identitários em comum imbuídos nas interações sociais. Já por multiplicidade, concebemos as individualidades dessas mulheres. Nesse sentido, ao mesmo tempo que nos voltamos aos aspectos particulares de suas vivências, pretendemos assimilar se a participação nesses agrupamentos sociais reflete na estruturação

[1] Termo usado para se referir ao conjunto de países em emergência ou subdesenvolvidos.

dessas especificidades. Ou seja, o foco deste trabalho não consiste em uma redução das mulheres imigrantes a uma simples categorização social, mas sim em identificar como o pertencimento a um grupo (des)constrói singularidades.

Delineamos em nosso trabalho duas frentes de pesquisa: uma reflexão teórica e um recorte prático de análise de dados empíricos. A reflexão teórica teve como respaldo a leitura dos teóricos do Interacionismo Simbólico Erving Goffman e George Mead, pesquisadores que se debruçaram sobre as relações interpessoais da vida cotidiana e sobre a construção do Eu. A análise de dados empíricos voltou-se para a leitura de bases estatísticas fornecidas pelo Portal de Imigração referentes a um quadro geral dos imigrantes que se estabeleceram no Brasil, levando em conta, primeiramente, a diferenciação pelos países de origem desses sujeitos para, posteriormente, redirecionar o olhar para a categoria das mulheres imigrantes em contraste aos homens. Ao longo desta investigação, observamos que os dados apresentados pelo Portal da Imigração não estão pautados nas particularidades trajetoriais do imigrante, mas sim na homogeneização das mulheres imigrantes em um grupo categórico. Por esse motivo, foi relevante para a complementação do estudo prático construirmos questionamentos, que mais tarde se transfiguraram em um roteiro de entrevista (Anexo B) a ser realizada com as mulheres do coletivo Cio da Terra em Belo Horizonte.

A escolha pelo coletivo Cio da Terra deu-se em primeiro lugar pela sua referência no que diz respeito à militância e ao acolhimento de mulheres migrantes em Belo Horizonte. Em segundo lugar, acreditamos que o projeto imbuído no coletivo corrobora com as discussões emergidas ao longo do artigo:

"O Cio da Terra é um coletivo de mulheres migrantes, refugiadas e apátridas, que acolhe, orienta e fortalece a cada uma e a todas juntas, através da luta pela autonomia e independência por meio do trabalho coletivo, mas valorizando as criações individuais".

Por fim, o intuito deste trabalho está calcado na identificação de questões diversas que permeiam a vida de mulheres imigrantes nativas de países do Sul Global. Ou seja, pretendemos compreender como esses indivíduos se estabelecem coletivamente, a partir de possíveis estigmas sofridos e seus efeitos na dimensão da vida socioeconômica e na construção de identidades. Dentro dessa discussão, é fundamental destacarmos as formas de resistência e as manifestações culturais desenvolvidas por essas mulheres, que retrucam as possíveis tentativas de inferiorização respaldadas em estigmas. Para além disso, nos interessa reconhecer a individualidade de cada uma dessas mulheres, uma vez que cada uma delas vivencia atravessamentos únicos na realidade da vida social.

2. METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa pensada para a construção deste artigo consistiu, primeiramente, em uma leitura dos dados estatísticos e suas implicações socioeconômicas disponibilizados pelo Relatório Anual elaborado pelos pesquisadores do Observatório Das Migrações Internacionais (OBMigra). Deste relatório, selecionamos cinco capítulos que acreditamos serem relevantes para o nosso trabalho, uma vez que lançam luz acerca de desigualdades e aspectos da vida de mulheres imigrantes oriundas de países subdesenvolvidos. São estes capítulos: Um panorama da imigração e do refúgio no Brasil. Reflexões à guisa de introdução; Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos; Desigualdade de rendimento do imigrante no mercado de trabalho formal brasileiro; Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019); A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho informal: o que nos dizem as pesquisas domiciliares?.

A partir da imersão nesses capítulos, extraímos informações que confluem com nosso tema de pesquisa e que nos forneceram um pano de fundo acerca das condições de imigrantes no Brasil, levando em conta uma análise comparativa de nacionalidades e de categorias de gênero no que diz respeito às questões socioeconômicas. O conteúdo dessas questões estão respaldadas, sobretudo, em explicitações que dizem respeito ao mundo do trabalho, ou seja, tópicos imbuídos nas relações empregatícias: como número de imigrantes em condições formais e informais de trabalho, médias salariais, horas trabalhadas, admissões e desligamentos, carteiras de trabalho registradas, principais grupos ocupacionais contemplados e os efeitos da pandemia no espectro empregatício.

Em segundo lugar, agregamos neste artigo uma revisão bibliográfica baseada em obras de Erving Goffman e George Mead, autores responsáveis por desenvolverem conceitualizações importantes no campo da Sociologia e da Psicologia Social que utilizaremos aqui: a teoria do estigma, *Self* e a formação de identidades sociais. A partir desse arcabouço teórico, concebemos análises e indagações evocadas dentro da realidade da vida social de mulheres imigrantes do Cio da Terra, refletidas no individual ou no coletivo.

Por fim, realizamos uma entrevista estruturada, ou seja, pré estabelecemos perguntas a serem respondidas por duas integrantes do Cio da Terra que aceitaram participar, sendo ambas advindas do Peru. Demos a elas o nome fictício de Jéssica (52) e Maria (41). A partir de suas respostas, abarcamos os atravessamentos e complexidades da vida dessas mulheres ao mesmo

tempo que correlacionamos essas dimensões com as duas primeiras etapas metodológicas do artigo.

3. DADOS ESTATÍSTICOS EXTRAÍDOS A PARTIR DO RELATÓRIO ANUAL DO OBMIGRA

Com o objetivo de estabelecer uma compreensão pormenorizada do quadro geral da imigração no Brasil ao longo dos últimos anos, dispondo de um foco de análise direcionado para as questões de nacionalidade e de gênero, selecionamos como fonte de obtenção de informações estatísticas relevantes ao nosso trabalho o RELATÓRIO ANUAL 2020: Dimensões da Migração Internacional: Desigualdades, Formalização no Mercado de trabalho e Status Migratório[2]. No Portal de Imigração, são expostos relatórios periódicos construídos a partir dos resultados de diversas pesquisas realizadas por integrantes do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) - neste artigo, voltamo-nos especificamente ao relatório anual mais recente disponibilizado, cujos dados abarcam substancialmente a década de 2010.

Devido a questões político-econômicas[3], de acordo com Cavalcanti e de Oliveira (2020), no capítulo "Um panorama da imigração e do refúgio no Brasil. Reflexões à guisa de introdução", ao longo da década de 2010, os imigrantes provenientes do Sul Global começaram a se apropriar de relevâncias estatísticas que tradicionalmente pertenciam aos nativos do Norte-Global[4]. Esses indivíduos de países do Sul Global são atualmente responsáveis pela maior parte de entradas no Brasil e, por esse motivo, também ocupam a maior parte dos trabalhos formais registrados como sendo preenchidos por imigrantes. Em 2019, foram contabilizados 147,7 mil imigrantes dedicados a empregos com carteira assinada, sendo deste total 37,8% advindos da América Central e Caribe, 35,4% da América do Sul e 6% da África (HALLAK e SIMÕES, 2020).

Tomando como base informações fornecidas por Hallak e Simões (2020) no texto "Desigualdade de rendimento do imigrante no mercado de trabalho formal brasileiro", concebe-se aqui um apanhado de dados trazidos pelos autores que mais se encaixam no tema

---

[2] Relatório disponibilizado anualmente pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) contendo dados imigratórios concernentes ao território brasileiro.

[3] Para saber mais sobre essas questões que não serão aprofundadas no artigo, ler "Um panorama da imigração e do refúgio no Brasil. Reflexões à guisa de introdução" de Cavalcanti e Oliveira (2020) disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf. Acesso em 05 maio 2020.

[4] Termo usado para se referir ao conjunto de países desenvolvidos.

deste artigo. Enquanto os sul-americanos apresentaram um ínfimo crescimento percentual em relação a 2010, quando representavam 34,1% dos 55,1 mil imigrantes com ofícios regulamentados pela CLT, os descendentes da América Central e Caribe exibiram um estrondoso aumento, uma vez que em 2010 eram apenas 0,2% do total. Essa singular movimentação, como ressaltado por Hallak e Simões (2020), adveio da abundante chegada de haitianos no Brasil, naturalidade que representou 35,8% dos imigrantes com emprego formal em 2019. Os africanos, por sua vez, apesar de configurarem uma proporção menor comparada a dos nativos da América Central e Caribe, também expuseram um considerável aumento de contratações com carteira assinada em relação a 2010, quando constituíam apenas 0,7% do total. Já em relação aos emigrantes da América do Sul, os venezuelanos são a segunda naturalidade com mais trabalhos formais (12,1%), além de serem a população que mais entra no Brasil desde 2017. Outras nacionalidades, como peruanos e colombianos, também são responsáveis pelo alto número de entradas de sul-americanos.

Observa-se, por meio dos dados expostos por Hallak e Simões (2020), o seguinte parâmetro: os imigrantes advindos da América Central e Caribe, além de representarem a maior parte das entradas e dos cargos formais, eles detiveram a média salarial mais baixa (R$ 1,8 mil) em 2019, seguidos pelos africanos (R$ 2,5 mil) e pelos sul-americanos (R$ 4,9 mil). Estes três agrupamentos continentais expuseram salários abaixo da média brasileira relativa aos ganhos de todos os imigrantes com carteira assinada (R$5,3 mil reais). No ano de 2010, os nativos dessas mesmas três localidades também apresentavam as menores médias salariais, estando todos abaixo da média de ganhos dos imigrantes gerais. Dessa forma, com a chegada de um maior número dessas populações, foi possível que se diminuísse a média salarial geral, como constatado por Hallak e Simões (2020, p. 106): "Este movimento observado, especialmente com a ampliação dos imigrantes dos continentes africano e latino-americano, possibilitou a redução dos rendimentos médios, que passou de R$ 10,6 mil, em 2010, para 5,3 mil, em 2019."

Quando Hallak Simões (2020) apresentam os quintos de rendimentos[5] em 2019, mais uma vez a desigualdade salarial entre os agrupamentos continentais de imigrantes é confirmada. Enquanto 68% dos trabalhadores norte-americanos e 58% dos europeus se encontraram no quinto superior, apenas 1,6% dos nativos da América Central e Caribe se

[5] Análise na qual os trabalhadores são divididos em cinco partes de acordo com o salário recebido, sendo o quinto superior correspondente aos 20% com maiores remunerações e o inferior aos 20% com menores remunerações.

encaixaram nessa parcela, tendo estes a companhia de 8,7% dos africanos e 20,9% dos sul-americanos. Apesar de uma porcentagem considerável dos sul-americanos estar presente no quinto superior, também uma notável fração destes apresentaram-se no quinto inferior: 26,2%. Africanos, por sua vez, tiveram 18,7% de seus trabalhadores com carteira assinada neste fragmento e os descendentes da América Central e Caribe, 17,7%. Considerando um estudo dos quintos por gênero (Hallak e Simões, 2020), as porcentagens entre mulheres e homens foram semelhantes em 2019, tanto no quinto superior quanto no inferior, apesar de haver uma ínfima vantagem masculina nos dois cenários.

Entretanto, a despeito da análise de quintos de rendimentos não indicar um contraste salarial entre mulheres e homens imigrantes no Brasil, outros dados expõem a existência de uma desigualdade relativa à questão de gênero, principalmente os apresentados no texto "Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019)" pelas autoras Tonhati e de Macêdo (2020). Conforme as referências expostas por elas, durante a década de 2010 a 2019, analisada no Relatório Anual de 2020 organizado pelo OBMigra, 660.349 imigrantes de longo termo[6] foram contabilizados, sendo 41% destes mulheres.

Ainda segundo Tonhati e Macêdo (2020), em relação ao trabalho formal, dos 147,7 mil imigrantes indicados pelo RAIS como trabalhadores de carteira assinada, 43,8 mil são mulheres. A média salarial feminina, por sua vez, correspondeu em 2019 a 70% da média salarial masculina - em todos os agrupamentos continentais, com exceção da África[7], os rendimentos femininos localizaram-se abaixo dos masculinos. Ademais, as mulheres recebem menos do que os homens em todos os níveis de escolaridade[8] e em todos os grandes grupos ocupacionais[9] reconhecidos pela Classificação Brasileira de Ocupações, presentes no Anexo A. A exemplo dos níveis de escolaridade, isso ocorre principalmente quando se dispõe do ensino

[6] Termo referente a imigrantes que residem no Brasil por mais de um ano.

[7] Essa situação pode ser explicada uma vez que, além de o número de africanas em trabalho formal ser bastante reduzido (são cerca de 14% do total de imigrantes africanos formalmente ocupados), as médias salariais tanto feminina quanto masculina se encontram abaixo da média dos imigrantes no geral, ou seja, a mão de obra de ambos os gêneros é desvalorizada.

[8] Consideraram-se seis níveis: Sem instrução ou Fundamental incompleto; Fundamental completo; Médio incompleto; Médio completo; Superior incompleto e Superior completo ou acima.

[9] Os grandes grupos ocupacionais são um ordenamento estruturado pela Classificação Brasileira de Ocupações (2002), tendo sido elaborados a partir da junção de diversas espécies de trabalhos em categorias maiores nas quais se encaixavam.

superior completo ou do ensino fundamental completo, uma vez que os homens apresentam, respectivamente, 93% e 69% a mais de média salarial nesses níveis.

Dentro desse cenário, Hallak e Simões (2020) salientaram que as diferenças salariais entre homens e mulheres advindos da América Central e Caribe, América do Sul e África são muito menores do que as diferenças entre os naturais da América do Norte, Europa e Ásia. Os pesquisadores, então, expuseram que essa intrigante circunstância é consequência do nivelamento em baixos salários para os imigrantes principalmente da América Central e Caribe e África no geral - ou seja, a diminuta distinção de rendimentos entre gêneros apresentada não significa uma conquista sobre a desigualdade, mas sim uma uniformidade na exploração dos descendentes desses grupos continentais. Essa conjuntura foi demonstrada pelos autores ao levantarem, como exemplo, o fato de os salários de mulheres norte-americanas serem 8,5 vezes maiores do que o dos homens nascidos na América Central e Caribe.

Voltando ao enfoque da situação das mulheres no mercado formal, em 2019 foram emitidas 39.813 carteiras de trabalho para esse grupo social, 970% o número de 2010. O alto número de emissões de carteira de trabalho demonstra que mulheres chegam no Brasil com o objetivo de conseguirem empregos, entretanto, nem todas conseguem atingir essa finalidade. Em 2019, das 39.813 carteiras emitidas, 11.717 não foram assinadas com nenhum trabalho formal - o que não significa que essas imigrantes não realizaram ofícios de caráter informal. Ademais, as estatísticas acerca dessa parcela da população expõem que, apesar de um número considerável de admissões por ano, há também um alto número de desligamentos, o que indica uma instabilidade empregatícia (TONHATI e MACÊDO, 2020).

A movimentação no mercado de trabalho formal feminino de imigrantes, desde o início da década até o seu final, foi de responsabilidade, em sua enorme maioria, de mulheres latino-americanas, tendo as nativas da América Central e Caribe conquistado uma maior expressão a partir de 2015[10]. Nesse meio, as haitianas são a nacionalidade que mais movimenta o mercado de trabalho formal feminino de imigrantes, sendo responsáveis por 55% de todo fluxo da última década, e são seguidas pelas venezuelanas (22%) e pelas paraguaias (11%). Enquanto as norte-americanas não dispuseram de relevância estatística nesse período, visto que em nenhum ano passaram dos 5%, a participação das europeias diminuiu de magnitude, passando de 18% em 2011 para 5% em 2019 (TONHATI e MACÊDO, 2020).

[10] Devido ao movimento de imigração haitiano, que teve sua força consolidada na segunda metade da década (Cavalcanti e Oliveira, 2020).

Ainda segundo as autoras Tonhati e Macêdo (2020), no que concerne aos grandes grupos ocupacionais, as trabalhadoras imigrantes do espectro formal se concentraram, ao longo de toda a década, nas categorias 5 e 4. As mulheres haitianas, as maiores fomentadoras dessa camada formal trabalhista, se envolveram, majoritariamente, com trabalhos relacionados à limpeza (27%). Considerando os cargos mais populares entre as haitianas, observa-se a ocupação destas em *"3D Jobs - Dirty, dangerous and demeaning"* (CONNELL, 1993, apud TONHATI e MACÊDO, 2020, p. 131). As venezuelanas, por sua vez, a segunda nacionalidade emigrante que mais ocupa cargos formais, se concentraram no grupo ocupacional 5.

Além da gama de imigrantes com trabalhos formais, há, no Brasil, um grande número de imigrantes com ofícios em condições informais. De acordo com Oliveira e Oliveira (2020), existem dois dados que possibilitam conhecer um pouco da realidade imigrante informal do país na última década: Censo Demográfico de 2010 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2015. Infelizmente, o PNAD de 2015 é o levantamento disponível com dados mais recentes acerca dessa esfera. Dessa forma, os autores Oliveira e Oliveira (2020), no texto "A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho informal: o que nos dizem as pesquisas domiciliares?", utilizaram essas duas fontes de informações para estabelecerem um panorama acerca do funcionamento do mercado informal de imigrantes no Brasil.

Conforme os dados expostos pelos pesquisadores (Oliveira e Oliveira, 2020), em 2010 foram contabilizados um total de 73.797 trabalhadores informais ocupados[11], sendo 48.347 homens e 25.450 mulheres. No mesmo ano, Bolívia, Portugal e Paraguai foram os países cujos nativos mais se expuseram a condições de informalidade, com 14750, 12408 e 8019 indivíduos contabilizados, respectivamente. O total de imigrantes ocupados no âmbito informal passou, em 2015, para 123.289, apresentando um aumento de 67%. Neste montante, 83.687 eram homens e 39.602 mulheres. Em relação aos ofícios desenvolvidos por esses indivíduos, ainda de acordo com os últimos dados disponibilizados, a maioria concentrou atividades nos grandes grupos ocupacionais 5, 7, 8 e 9.

Ao realizar uma deflação a valores de 2015, Oliveira e Oliveira (2020) revelam ter sido R$3142,19 o rendimento médio do trabalho informal de homens em 2010, ao passo que o das mulheres foi de R$1748,22. Já em 2015, a média salarial masculina diminuiu para R$2721,45,

[11] São considerados ocupados, aqueles imigrantes que atuam em algum ofício, enquanto os não ocupados são aqueles que, apesar de não estarem trabalhando, demonstram o desejo de conseguirem um emprego (Quintino, Dick, Furtado e Costa, 2020).

enquanto a feminina subiu para R$2719,32. Segundo os pesquisadores (Oliveira e Oliveira, 2020), a informalidade é um pouco mais comum entre as mulheres, já que corresponde às condições de 43,8% das mulheres ocupadas, contra 39% dos homens.

Além dos dados da década de 2010 a 2019, informações a respeito das consequências iniciais da pandemia do COVID-19 sobre os imigrantes no Brasil, foram fornecidos por Cavalcanti e Oliveira (2020) no texto "Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos". No capítulo, os reflexos nocivos mais aprofundados pelos autores configuraram-se nos aumentos de demissões e baixa de admissões. A partir desse embasamento, observa-se primeiramente que, em um quadro geral, os impactos da pandemia nos imigrantes não parecem ter sido tão prejudiciais quanto foram para o restante da sociedade brasileira. Porém, a partir de estatísticas apresentadas, os pesquisadores inferiram que os estragos consequentes da pandemia e da quarentena variaram com o gênero, a categoria de trabalho e o grau de escolaridade[12] dos indivíduos.

Os imigrantes empregados formalmente em ramos industriais e ligados ao agronegócio, ofícios que exigem menor grau de escolaridade, foram menos afetados[13]. Como haitianos e venezuelanos ocupam em peso as vagas desses ofícios, essas duas nacionalidades foram pouco acometidas. Enquanto isso, setores de comércio e serviços experimentaram maiores danos. No que diz respeito aos efeitos sobre as mulheres imigrantes, constata-se um estrondoso prejuízo sofrido por esse grupo social nas circunstâncias analisadas. Enquanto as admissões formais de 2020 em relação a 2019 diminuíram em 15,2% para os homens, para as mulheres essa redução foi de 47,9% (CAVALCANTI e OLIVEIRA, 2020).

Por meio da imersão em todos esses dados, percebe-se que, durante toda a década, imigrantes de países subdesenvolvidos e imigrantes mulheres mantiveram circunstâncias desfavoráveis em âmbitos trabalhistas e, consequentemente, em relação à qualidade de vida. Considerando dados anteriormente demonstrados como o referente às mulheres norte-americanas ganharem em média 8,5 vezes a mais do que homens da América Central e Caribe ou o fato de serem altas as porcentagens tanto de mulheres quanto de homens do Sul Global

[12] O grau de escolaridade apenas foi considerado uma variante uma vez que determinados níveis, mais baixos ou mais altos, são predominantes em alguns ofícios.

[13] A quarentena quase não refletiu na lucratividade desses ramos uma vez que o consumo dos produtos por eles gerados independe da movimentação de pessoas fora de suas casas, processo que ocorre, por exemplo, com o comércio.

que se encontram no quinto inferior de rendimentos (Hallak e Simões, 2020), constata-se que o fator nacionalidade é mais estigmatizante do que o gênero. Entretanto, a existência de uma conjuntura onde as mulheres têm uma média salarial equivalente a 70% da masculina - apresentando médias salariais inferiores aos homens em todos os grupos ocupacionais e em todos os níveis de escolaridade - (TONHATI e MACÊDO, 2020), manifesta a presença de uma discriminação referente ao gênero. Portanto, em termos gerais, no Brasil, as mulheres imigrantes do Sul Global são marcadas por dois estigmas que afetam suas trajetórias: um por serem mulheres e o outro por serem imigrantes advindas de países subdesenvolvidos.

Diante de todas estas estatísticas, gostaríamos também de encaixar aqui a realidade profissional das duas mulheres entrevistadas, Maria e Jéssica. Jéssica trabalhou com comércio durante toda a sua vida. Na adolescência, começou ajudando a sua mãe na livraria da qual esta era dona. Na vida adulta, começou sua carreira no artesanato e neste ofício se mantém até hoje. Maria, por sua vez, se formou em Nutrição no Peru, teve trabalhos como estagiária e outros trabalhos informais durante a juventude, apenas iniciando sua carteira assinada como recenseadora. Assim que chegou ao Brasil, trabalhou como professora de espanhol. Um tempo depois, foi sócia de um restaurante e mantém seu trabalho gastronômico nos dias atuais por meio de feiras gastronômicas que participa pontualmente. Hoje trabalha como carteira assinada no ramo de Telemarketing e cursa Psicologia, campo no qual, assim que formada, pretende exercer trabalhando com e por mulheres migrantes.

Jéssica e Maria não tiveram seus salários questionados diretamente nas perguntas, e também não pontuaram sobre eles durante seus relatos. A partir de suas exposições, podemos apenas saber a situação de categoria profissional de ambas e suas relações com a formalização do trabalho, sendo Jéssica uma profissional que, ao trabalhar apenas com comércio próprio, não teve sua carteira assinada, enquanto Maria dispôs de experiências formais ao longo da vida, estando, atualmente, em uma. Em relação ao COVID, talvez por não haver uma pergunta estritamente direcionada aos efeitos deste, a única informação fornecida foi sobre o dano causado no coletivo, que foi forçado a interromper seus eventos e, consequentemente, sua divulgação, de acordo com a fala de Maria. Por fim, é interessante ressaltar que os dados demonstram um claro detrimento das mulheres em relação aos homens no âmbito profissional brasileiro e apesar das duas destacarem ter consciência da questão do machismo no Brasil, ambas afirmam ser muito menor do que o cenário de desigualdade de gênero no Peru.

4. ERVING GOFFMAN, GEORGE MEAD E A SUBJETIVIDADE DAS MULHERES MIGRANTES

O campo de estudos da Psicologia Social pretende debruçar-se sobre a capacidade que determinados contextos e conjunturas históricas possuem em influenciar os comportamentos. A abordagem ideológica da Psicologia Social, apesar de múltipla e com diversos atravessamentos complexos, vai em busca de uma negação de mecanismos e de articulações imbuídas na realidade social que contribuem para a manutenção e perpetuação de exclusões dos indivíduos na sociedade. Sendo assim, a Psicologia Social propõe uma subversão dessa lógica segregacionista, a partir de transformações possíveis em realidades sociais de grupos subalternizados.

Pensando nisso, trouxemos para este artigo George Mead, autor de grande importância para as áreas da Filosofia, Sociologia e Psicologia Social, considerado o grande precursor do Interacionismo Simbólico, juntamente de um dos maiores expoentes da corrente sociológica do Interacionismo Simbólico: Erving Goffman. O Interacionismo Simbólico consiste em uma perspectiva teórica acerca da estruturação das relações sociais, que pretende explicar como o comportamento humano pode ser moldado por meio de significados[14] que os sujeitos atribuem aos significantes[15] dispostos em uma comunicação. Ou seja, um indivíduo, graças ao seu histórico de aprendizado no que tange às relações simbólicas, possui a capacidade de interpretar novos significantes que para ele surgem, conseguindo, a partir disso, adaptar seu comportamento às circunstâncias. Pelas entrevistas com as mulheres migrantes, percebemos aplicações práticas dessa corrente nas situações por elas vivenciadas.

Seguindo essa linha de raciocínio, de acordo com os pensamentos de Mead, sintetizados por seus alunos no livro *Mind, Self and Society* (1934), é somente a partir das interações sociais que os indivíduos se tornam capazes de desenvolver um *Self*[16]. Para o pensador, de início, o sujeito começa a desenvolver noções sociais e simbólicas na infância, por meio de etapas

[14] De acordo com Saussure (1916), significado é o conceito que se atribui a um significante.

[15] Ainda de acordo com Saussure (1916), significante é o que pode ser percebido e, consequentemente, ter um conceito a ele atribuído.

[16] Em tradução literal: "si mesmo". Mead (1934) queria entender como o indivíduo, em contato com a sociedade, constrói a si próprio.

subsequentes nomeadas como "*play*[17]" e "*game*[18]", Mead (1934) afirma que, a partir dos entendimentos adquiridos por meio dessas fases, o sujeito chega à condição crucial para o desenvolvimento do *Self:* a incorporação do "outro generalizado" pelo indivíduo. O outro generalizado é o entendimento adquirido pelo ator social no que diz respeito aos desejos, atitudes, regras e noções da sociedade na qual está inserido, de forma que esse conjunto de propriedades, ao ser incorporado pelo indivíduo, influencie em suas condutas.

> A comunidade organizada ou grupo social que dá ao indivíduo a unidade de self pode ser denominada "o outro generalizado". A atitude do outro generalizado é a atitude da comunidade como um todo. Assim, por exemplo, no caso do grupo social que é um time de jogadores de bola, é o time que é o outro generalizado, desde que ele participe, enquanto processo organizado ou atividade social, da experiência de cada um dos membros individuais (MEAD, 2010, p.132).

O *Self* de Mead (1934) é constituído por dois componentes: o Eu e o Mim. O Mim é a incorporação do outro generalizado, a parte da consciência que se atenta às atitudes da sociedade e as toma como referência para a decisão da postura a se tomar. Nesse mesmo sentido, para Goffman (1985), os sujeitos carregam e mobilizam ações e signos que são executados frente ao outro. Em "As representações do eu na vida cotidiana" (1985), afirma que os indivíduos trocam pistas sobre o tipo de impressão apropriada a um contexto, selecionando, assim, elementos que vão orientar e manipular a interpretação do que os outros esperam de nós mesmos, sob um prisma contextual.

Já o Eu é o que torna os sujeitos seres singulares, é uma reação do ator social que não corresponde às expectativas do outro generalizado. Ou seja, é uma resposta inovadora ao outro generalizado, tendo origem nas experiências únicas que se estendem ao longo da vida do indivíduo.

No Brasil, ambas Jéssica e Maria tiveram que se adaptar a um novo outro generalizado, criando, dessa forma, um novo Mim. Como ressaltado por Jéssica, no Peru, ambas eram encaixadas como mulheres, mas aqui, são vistas como mulheres e migrantes. Pelos seus relatos, percebemos que não apenas o Eu de ambas as torna diferentes, como o Mim também. Maria

---

[17] Para Mead (1934), de início, o sujeito começa a desenvolver noções sociais e simbólicas na infância, por meio do "*play*" - o brincar. O ato de brincar, principalmente em referência a brincadeiras que consistem na interpretação de um personagem, é o primeiro recurso, segundo o autor, que a criança possui para começar a construir seus entendimentos em relação ao Eu, ao outro e a papéis sociais.

[18] Posterior ao *play*, Mead (1934) estabelece o estágio do "*game*", que, diferentemente da etapa anterior, é constituído fundamentalmente de regras e de outros participantes. Nesta fase, as crianças aprimoram seus aprendizados acerca dos comportamentos próprios e de outrem, ao passo em que vivenciam uma estruturação dotada de regras na qual as atitudes de um indivíduo afetam as do outro.

destaca que teve uma relação muito mais leve de tratamento como migrante em sua vida no Brasil, por ser branca e ter uma estrutura familiar de apoio que a permitiu exercer sua vivência de forma mais leve. Maria, com suporte da sua tia, chegou ao Brasil ministrando aulas de espanhol, para a classe média e a classe média alta, que a olhavam com admiração ao que tinha de ensinar sobre sua língua e sua cultura. Já a narrativa de Jéssica apresenta mais experiências de xenofobia. Jéssica, inclusive, enxerga que, para pessoas migrantes brancas, geralmente a depreciação não é vivida.

Goffman, em 1978, surge com um de seus mais importantes conceitos: o estigma. Goffman (1978, 1985) estava em busca de uma compreensão da identidade social, a partir de perspectivas situacionais, que por sua vez são construídas pelo respaldo às expectativas comportamentais do outro. Em Estigma (1978), Goffman vai trazer à luz o conceito de identidade deteriorada, ou seja, quando as convenções padronizadas que levam à manipulação de identidades deixam de ser mobilizadas ou "falham" frente ao outro e aos padrões de normalidade do meio social, esse sujeito passa a ser um indivíduo desacreditável e, por isso, são estigmatizados.

Tanto Jéssica quanto Maria discutem em suas falas a condição de sujeito estigmatizado em seus respectivos contextos de realidade social, tanto pela condição de mulher quanto pela condição de migrantes. Maria, por sua vez, traz outra marca como relevante em seu relato: o estigma por ser uma mulher bissexual que é casada com outra mulher. Maria diz que sofreu preconceito tanto de sua família quanto dentro do coletivo. Em seu relato, ela caracteriza sua família como de progressistas e o coletivo como um lugar que, como um todo, abraça todas as minorias sociais, mas como qualquer grupo, possui sujeitos com individualidades.

Jéssica e Maria encontraram no coletivo Cio da Terra uma forma de não apenas lidar com esse processo de estigmatização como também combatê-lo. Ambas estão no coletivo desde o seu início, mas Maria forneceu mais detalhes de como ele foi construído. De acordo com ela, o coletivo começou de forma bem intimista, mas a quantidade de mulheres a participar foi crescendo, e viram que precisavam fazer mais coisas pela comunidade feminina migrante de Belo Horizonte. Dessa forma, formaram parcerias e criaram um movimento de expressão, com saraus e feiras culturais nas quais podiam expor suas músicas, comidas e artesanatos.

Vemos, no todo das narrativas de Jéssica e Maria, que, apesar de fazerem parte de um mesmo grupo estigmatizado, o de mulheres migrantes, as duas apresentam suas individualidades de maneira bastante clara, considerando também que elas não foram perguntadas sobre esta questão diretamente. Ambas vivenciaram um outro generalizado de formas diferentes e ambas dispõem de Eus diferentes, por serem pessoas diferentes. Enquanto

Maria enxerga sua vivência como migrante de forma mais agradável, Jéssica pontua os preconceitos pelos quais passou. Ao passo que Jéssica, desde que chegou até os dias atuais, vive profissionalmente de sua cultura, com artesanatos peruanos, Maria trabalhou diretamente com sua cultura ao se tornar professora de espanhol quando chegou em terras brasileiras, e, apesar de agora, no telemarketing, não cultivar mais a cultura peruana pretende, quando se formar, ligar a Psicologia à questão da mulher migrante. Ao mesmo tempo que Jéssica veio para o Brasil passear e resolveu morar aqui, Maria veio mais planejadamente, para fugir de uma vida e um casamento que já não mais lhe cabiam. Em contrapartida à Jéssica, que têm mais amizade com brasileiros, Maria, por sua experiência individual, considera os brasileiros de Belo Horizonte um povo mais distante, que não permite que se crie intimidade com eles. Enquanto Jéssica sempre trabalhou no campo do artesanato, Maria já teve diferentes carreiras e apresenta planos para mais uma mudança profissional.

Obviamente, outros laços as unem. Ambas enxergam o machismo em sua terra natal como mais solidificado que no Brasil. Ambas enxergam claramente o preconceito que migrantes sofrem aqui, apesar de uma passar por mais situações depreciativas que a outra. Ambas se orgulham de sua cultura peruana, mesmo vivenciando-a de formas diferentes. Ambas valorizam extremamente o coletivo que fazem parte.

Se Mead (1934) acreditava que os indivíduos não são inertes às coerções externas da estrutura social, mas sim dotados de capacidade simbólica e, por isso, conseguem idealizar outras realidades, fomentando possibilidades individuais e/ou coletivas de embate às expectativas do meio social, Goffman (1978, 1985) da mesma maneira toca nessa mesma questão ao teorizar o estigma e ao se debruçar sobre os conceitos de identidades sociais reais e identidades sociais virtuais, que podem ser comparados às relações entre o Eu e o Mim de Mead (1934). Por meio das investigações estatísticas, das entrevistas com Jéssica e Maria e, por fim, da correlação das realidades de ambas com as teorias de Mead e Goffman, podemos finalizar o artigo considerando que, apesar de muitas vezes enquadradas como apenas uma minoria social, as subjetividades de indivíduos que fazem parte de tais grupos existem e devem ser consideradas, para até mesmo dar vida a números que parecem tão frios e, assim, distantes de um ser real.

REFERÊNCIAS

Carvalho, Virgínia Donizete de, Borges, Livia de Oliveira e Rêgo, Denise Pereira do Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos em

Psicologia Social. Psicologia: Ciência e Profissão. 2010, v. 30, n. 1, pp. 146-161. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000100011>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CASAGRANDE, C. A. **A formação do eu em Mead e em Habermas: desafios e implicações à educação**. 2012. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CASAGRANDE, C. A. Interacionismo simbólico, formação do "self" e educação: uma aproximação ao pensamento de G. H. Mead. **EDUCAÇÃO E FILOSOFIA**, v. 30, n. 59, p. 375-403, 8 nov. 2016.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, W. F. Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos. In. Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M., Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, W. F. Um panorama da imigração e do refúgio no Brasil. Reflexões à guisa de introdução. In. Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M., Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

Classificação Brasileira de Ocupações: CBO – 2010 – 3. ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010. v. 1.

GOFFMAN, Erving. A Representação do Eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

HALLAK, J.; SIMÕES, A. Desigualdade de rendimento do imigrante no mercado de trabalho formal brasileiro. In. Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M., Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

MEAD, George Herbert. **Mente, self e sociedade**. 1. ed. Editora Ideias & Letras, 2010. 440 p.

OLIVEIRA, A. T. R.; OLIVEIRA, W. F. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho informal: o que nos dizem as pesquisas domiciliares? In. Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M., Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

SAUSSURE. F. **Curso de lingüística geral**. 26. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

TONHATI, T.; MACEDO, M. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). In. Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M., Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/

Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

ANEXO A

Grandes grupos ocupacionais registrados pela classificação brasileira de ocupações (2002)

CBO 2002 - GRANDES GRUPOS / TÍTULOS
0 Forças Armadas, policiais e bombeiros militares
1 Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes
2 Profissionais das ciências e das artes
3 Técnicos de nível médio
4 Trabalhadores de serviços administrativos
5 Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados
6 Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca
7 Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais
8 Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais
9 Trabalhadores de manutenção e reparação

ANEXO B

Roteiro da entrevista realizada com as mulheres migrantes do cio da terra

1- Apresentação: Nome, idade e nacionalidade.
2- Por que você veio para o Brasil? Quais foram as motivações? O que foi levado em conta nessa escolha do Brasil?
3- Atualmente, quais atividades você exerce com fins financeiros? Gostaria de exercer outra atividade no futuro?
4- Essa atividade é diferente de alguma outra que você já realizou desde quando chegou no Brasil? Se sim, qual(is).
5- Você costumava trabalhar no seu país de origem? Se sim, com o que?
6- Como conheceu o coletivo Cio da Terra?
7- O que significa o Cio da Terra para você?
8- O Cio da Terra é integrado por mulheres de várias nacionalidades e, consequentemente, várias culturas diferentes. Como é, para você, conviver com essa diversidade cultural?
9- Qual o seu tipo de vínculo com as outras estrangeiras integrantes do Cio da Terra?
10- Quais os benefícios e dificuldades por ser mulher no Brasil? E no seu país?
11- De que forma a categoria ser estrangeira afetou ou afeta a sua vida? Existem pontos positivos ou negativos?
12- Possui vínculos sociais que você considera relevantes com brasileiros? Se sim, são maioria ou você se considera mais próxima de outros imigrantes?
13- Você sente alguma repressão ou incentivo a exercer sua cultura de origem no Brasil?
14- O que você vê de mais positivo e de mais negativo no Brasil? E no seu país de origem?

CAPÍTULO XIV

SOWETO ORGANIZAÇÃO NEGRA E A PROPOSTA DE UMA EDUCAÇÃO POPULAR

Gisele Rose da Silva [1]

[1] Mestre em Relações Étnico-Raciais. Atualmente atua como Professora de Filosofia SEEDUC-RJ. E-mail: rose.gisele@gmail.com.

RESUMO

O presente trabalho visa abordar a aproximação da Soweto Organização Negra com os pressupostos teóricos metodológicos do educador Paulo Freire, propondo uma alternativa de combate ao racismo através da construção de uma proposta de educação para todas e todos com base na Educação Popular.
Diante da constatação da necessidade de promover um entrecruzo de informações e ações que sejam pautados numa educação popular que seja antirracista, a Soweto se coloca na diante do pensar, faze e ocupar espaços relevantes para os debates que perpassam as subjetividades daqueles e daquelas que, como definiu Paulo Freire, são os oprimidos.
Dentre as atividades propostas podem citar: o Curso de Formação: negras e negros: resistências, identidades e opção pelo socialismo (2006); a participação nas edições do Fórum Social Mundial (FSM) - Quênia (2007), Belém - Pará (2009), Dakar - Senegal (2011), Tunísia – 2015, Salvador – Bahia (2018), eventos que ressaltam os valores civilizatórios afro-brasileiros da oralidade, ancestralidade e cooperatividade, ressaltado a importância da partilha de percepções, angústias e dificuldades no lidar com situações de manifestação de racismo.

Palavras-chave: Movimento Negro. Educação Popular. Paulo Freire.

1. INTRODUÇÃO

> Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.
>
> - Paulo Freire.

A Soweto Organização Negra é uma entidade civil, de ação social, sem fins lucrativos e atuante na defesa dos direitos da população negra que promove a igualdade racial através do combate ao racismo. Fundada em São Paulo no ano de 1991, a instituição propõe diálogos, rodas de conversa, debates, entrevistas, reuniões, seminários, consultorias, informações e ferramentas de ensino e pesquisa.

Com base nos escritos de Paulo Freire, numa perspectiva de compreender que o povo, enquanto oprimido, introjetando o opressor, não pode, sozinho, constituir a teoria de sua ação libertadora, pois somente no encontro dele com a liderança revolucionária, a comunhão de

ambos, na práxis de ambos, é que esta teoria se faz e se re-faz (FREIRE, 2005), a Soweto identifica nas ações políticas do Movimento Negro a possibilidade de dar visibilidade aos negros e negras que fizeram e fazem a luta antirracista e a opressão de classe como um passo fundamental na construção do protagonismo afro-brasileiro.

Imagem disponível na página oficial da Soweto Organização Negra[1]

Dessa forma, compreendendo a importância da aproximação e do diálogo de forma sistematizada com os pressupostos de Paulo Freire, numa perspectiva atuante dentro movimento negro, a Soweto constrói prática educativa antirracista entrelaçada aos ideários da educação popular, compreendendo que:

> O conceito de Educação Popular vem sendo modificado durante os anos que se passaram a partir da reflexão da educação destinada ao povo e a análise de práticas educativas voltadas a organização social e políticas de grupos (PAIVA, 1980 e BRANDÃO, 1986). Anteriormente era uma educação voltada para o povo para superar o analfabetismo. Também podemos identificar que esse conceito também foi de uma educação voltada para a formação de militantes, uma educação diretamente ligada às manifestações daqueles que durante muito tempo foram excluídos da sociedade, uma educação voltada a entender todas as diferenças sociais e principalmente voltada a mostrar o papel do excluído dentro da sociedade (BRANDÃO, 1986). (SILVA, 2010, p. 7)

[1] Imagem disponível em: https://www.facebook.com/sowetorganizacaonegra. Acesso em 29 de julho de 2022.

O cruzo das perspectivas de uma educação popular pautada na luta antirracista tem como base auxiliar no entendimento e na identificação de como o racismo chega para os diversos segmentos da população negra, ressaltando a necessidade de compreender cada indivíduo dentro do seu universo social e com suas subjetividades, pois:

> Uma nova concepção de Educação Popular teve como base as organizações populares de assessoria às comunidades pobres, nas organizações mais progressistas. Os movimentos sindicais e rurais a partir da década de 80 construíram estruturas educacionais sólidas, com concepções e estruturas curriculares sólidas. A CUT, por exemplo, criou um sofisticado sistema educacional, como destaca o autor, um Sistema Nacional de Formação. No caso do MST, já na década de 1990, foi lançado um "Manifesto de Educadores e Educadores na Reforma Agrária", publicado em 1997 num jornal do MST. (RICCI, 2004) (SILVA, 2010, p.11).

A educação popular como uma proposta de pensar e vivenciar melhores condições de vida e dignidade, é também combater ao racismo, pois contribui tanto para sistematizar uma ação política como para compartilhar com outras organizações do movimento social os desafios postos para a superação de todas as formas de opressão e injustiças sociais, pois:

> Numa experiência de Educação Popular, vários fatores devem ser levados em consideração, mas existe um que talvez seja o primordial que é à adjetivação de popular, o povo, o humano, o ser humano aquele que estuda que lê os textos que debate com os professores, o que concorda com o professor e o que discorda do professor, o que quer falar durante a aula e o que prioriza o debate. O ser humano aqui é o maior agente dessa experiência porque sem o humano a Educação Popular não existiria (SILVA, 2010, p.8).

Nessa perspectiva, a Soweto vem trabalhando e expondo suas ações em seminários, congressos e fóruns, com base nos valores civilizatórios afro-brasileiros pautados numa educação antirracista e popular que possa compartilhar das mesmas percepções, angústias e dificuldades no lidar com situações de manifestação de racismo, o relacionamento entre grupos com finalidades e dinâmicas distintas (religioso, político, cultural) existentes, muitas vezes, em uma mesma comunidade, são determinantes para a aproximação com os pressupostos.

2. AÇÕES DA SOWETO

As ações da Soweto são pautadas na possibilidade de identificar e entender como ocorrem as atitudes racistas e discriminatórias, gerando possibilidades de concluir quais são os impasses e desafios a serem percorridos. Dentro de uma perspectiva emancipadora, independente dos participantes serem de movimentos e momentos históricos diferentes (relação entre gerações), homens ou mulheres, de conviverem em espaços distintos, a organização compreende a formação com base na educação e ocupação de espaços o eixo primordial de suas parcerias.

Das atividades propostas pela Soweto podemos citar a parceria com a Rede de Educação Cidadã que articula movimentos populares, pastorais, sindicatos e organizações não-governamentais comprometidos com a luta de classes e a emancipação popular.

Desataca-se como prioridade do trabalho desenvolvido pela Rede a formação de educadores populares que atuaram junto as famílias em situação de vulnerabilidade, a Soweto realizou em 2006 o **Curso de Formação: negras e negros: resistências, identidades e opção pelo socialismo** com o objetivo de contribuir para a formação política de militantes dos movimentos negros, de mulheres e de juventudes na perspectiva socialista.

A Soweto realizou também os Círculos de Cultura que são um momento de troca de vivências e experiências, juntamente com uma associação de moradores na zona norte da cidade de São Paulo e com o Grupo Mariama (grupo de idosos negros) promovendo debates sobre a luta antirracista com um olhar inspirado na promoção do diálogo entre gerações e proporcionou os seguintes encontros:

Grupo de Estudo das Relações Étnico raciais no Serviço Social – GERESS - A Soweto disponibiliza o espaço para as atividades do grupo de assistentes sociais e apoia e participa dos eventos. O GERESS existe há 10 anos.

Encontro com Estudantes – O encontro com estudantes universitários, em sua maioria, é realizado mensalmente na Soweto utilizando temas geradores o encontro atende à lei 10.639/2003 e reflete sobre questões polêmicas pertinentes as relações étnico-raciais.

3. FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

O FSM é um encontro bianual internacional articulado por movimentos sociais, ONGs e pela comunidade civil para discutir e lutar contra o neoliberalismo, o imperialismo e, sobretudo, contra desigualdades sociais provocadas pela Globalização, a participação da Soweto em algumas edições do fórum, em especial nas seguintes edições:

FSM Nairóbi - Quênia (2007): Participação com a atividade compartilhada e a troca de experiência a partir do Curso de Formação sobre o Socialismo, o trabalho com idosos e com a juventude ligada ao Hip Hop.

FSM Belém - Pará (2009): Foram abordadas as experiências do Círculo de Cultura a partir dos temas geradores sobre os 30 anos do Movimento Negro Unificado, a importância dos bailes *blacks* como local de resistência, as relações de poder entre o Movimento Negro e os poderes públicos no âmbito local e nacional e a Juventude do Hip Hop na Diáspora.

FSM Dakar - Senegal (2011): Participação em roda de conversa em parceria com a Ciranda Internacional de Comunicação Compartilhada, entre outras organizações sociais.

FSM Tunis - Tunísia (2015): A Soweto participou de duas atividades autogestionadas cujos temas foram: Encarceramento e Juventude no Brasil e Levante contra o Genocídio no Brasil e na Palestina. A primeira atividade foi realizada em parceria com a ONG Ação Educativa, a discussão girou em torno da violação de direitos dos adolescentes que estão em sistema de privação da liberdade, os abusos cometidos contra esses adolescentes e a omissão das autoridades; a segunda atividade foi permeada pela discussão sobre a situação dos jovens que vivem na Palestina, o controle político, a privação do direito de ir e vir e as mortes causadas pela guerra e pelo terrorismo. Foi feito um paralelo entre a realidade de assassinatos cometidos pela polícia contra a população da Palestina, entre estes a população jovem e os jovens negros que vivem no Brasil e que também são assassinados pela polícia. O combate à intolerância religiosa, a supremacia de uma cultura em detrimento a outra e o terrorismo, foram alguns aspectos levantados pelos participantes como situações que devem sempre ser combatidas.

FSM Salvador – Bahia (2018): A Soweto é filiada à Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN),e juntamente com duas organizações paulistas parceiras: Grupo de Estudo de Relações Raciais em Serviço Social/ SP (GERESS) e Campanha "Eu pareço suspeito" e mais duas organizações brasileiras de migrantes africanos: o Grupo Integração para Todos e Associação Bom Samaritano (DARFIT) se apresentaram na roda de conversa **"Dialogo Brasil África: Educação popular para o combate ao racismo em situação de migração e refúgio**". A acolhida aos participantes da atividade foi feita por Romildo Ibeji, a realização e o resultado desta atividade contribuíram para uma maior aproximação, conhecimento e aprendizado sobre as dificuldades dos africanos em situação de migração e refúgio aqui no Brasil. As dificuldades por eles relatadas são de toda ordem: racismo, machismo, intolerância, xenofobia, desrespeito a todas as formas de direitos humanos. As organizações negras brasileiras relataram as suas dificuldades em lidar com as desigualdades e racismo da sociedade e apontaram que o caminho para enfrentamento desta situação é a organização e luta contra o racismo e o fortalecimento do Movimento Negro. Afirmaram também a esperança no futuro, na nossa capacidade e na abertura de possibilidades para construir diferentes formas de solidariedade na diáspora.

4. 7º FÓRUM SOCIAL MUNDIAL DAS MIGRAÇÕES

O 7º Fórum Social Mundial das Migrações (FSMM) promoveu debate sobre a questão dos migrantes em situação de vulnerabilidade na América Latina e no mundo, a crise do capitalismo,

imigração, gênero, clima, meio ambiente, direitos humanos e moradia, realizado na Faculdade Zumbi dos Palmares, São Paulo.

Dentre as ações relevantes da Soweto participou do 7º Fórum Social Mundial das Migrações, apresentando dentro da modalidade atividades autogestionadas, a roda de conversa **Avanços e desafios da migração contemporânea.**

A atividade contou com cerca de 20 participantes e foi mediada pela assistente social Suelma Deus, representando entidades e pessoas ligadas às questões das migrações, dos refugiados, do combate ao racismo, ao preconceito, a discriminação, a violência, e a exploração nas suas diferentes manifestações que prejudicam, empobrecem as relações sociais e institucionais pelo mundo afora.

Encerrando os trabalhos, após algumas horas de intensa discussão, os participantes reafirmaram a convicção de que diante de um momento de alta complexidade mundial em que vivemos, reflexões, ações e a busca de estratégias, precisam continuar no sentido de tornar mais justas e humanitárias as relações entre pessoas, grupos, comunidades, povos e nações, ressaltando sempre a importância da promoção dos Direitos Humanos no Estado e na Sociedade[2].

5. MANIFESTO POPULAR CONTRA O GENOCÍDIO BRASILEIRO

No mês de maio de 2021 a Soweto elaborou um manifesto público contra o genocídio do povo brasileiro, com o seguinte texto:

> "Ao longo da história da resistência negra brasileira, aprendemos que a luta é uma atividade contínua e deve se posicionar em todas as frentes. A certeza é que a vitória tem destino certo quando a luta for permanentemente defendida e enraizada no direito democrático. Hoje nós estamos irmanados contra o genocídio porque é a luta mais sangrenta enfrentada pela resistência negra. O genocídio hoje está mais feroz e se estende a toda população brasileira. Os poderes da elite incrustados no Estado, a exemplo do atual governo federal, estão empenhados nas chacinas. Todos os dias os noticiários mostram cenas de violência. Quem não se recorda da chacina da Candelária, chacina do Carandiru, chacina de MAIO, chacina do Cabula, chacina do Eldorado do Carajás, a chacina de Sobradinho, a chacina de muitos João Vitor, Joao Alberto, Luana Barboza, Ian e Bruno, a exemplo do assassinato de George Floyd, EUA, são casos espalhados nas periferias e rincões brasileiros. As chacinas vêm uma atrás da outra e por isso a luta contra o genocídio da população negra continua. Não podemos deixar impune a chacina do Jacarezinho nem a chacina da pandemia da covid-19 com mais de 400 mil óbitos. Basta de mortes. Basta de medo. Vamos nos levantar e nos posicionar a

[2] Informações concedidas por Lina Rosa da Soweto Organização Negra.

favor da vida. Defender o ESTADO DE DIREITO e o fim da violência institucionalizada a serviço das elites. Exibir todos os dias justiça social (...)"[3]

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Soweto Organização Negra é uma instituição histórica que mesmo tendo muitas dificuldades, sejam elas políticas, econômicas e sociais, ainda resiste na luta por uma educação popular e antirracista. Suas ações ao longo dessas três décadas de existência são fruto do empenho e dedicação de uma militância ativa e resistente.

Diante disto, não podemos deixar de mencionar que em novembro de 2020 a Soweto Organização Negra juntamente com a Fundação Perseu Abramo lançou o livro: **Movimento Negro Unificado - a resistência nas ruas** obra que retrata, por meio de fotos, testemunhos, manifestos e artigos a história da luta de mulheres e homens negros brasileiros que tiverem no Movimento Negro Unificado (MNU) uma das principais frentes organizadas contra o racismo. A coordenação da publicação é de Ennio Brauns, Gevanilda Santos e José Adão de Oliveira

Tendo em vista todas as ações da Soweto, ressaltamos aqui, que neste ano a instituição celebra 30 anos de combate ao racismo e em defesa dos direitos da população negra, e que aceita contribuições de voluntários e voluntárias, visto que todos e todas da atual direção são voluntários e trabalham em regime colaborativo, pois cada um contribui com o que pode para manter as contas do espaço da sede (aluguel, água, luz, manutenção do site, internet, produtos de limpeza e etc.).

Percebemos nas ações da Soweto sua base nos ideais de Paulo Freire que nos mostram a importância de perceber que sem educação não há pessoas para transformar o mundo e que esta transformação precisa estar alinhada as perspectivas de uma luta por igualdade de direitos e principalmente na luta pela igualdade racial.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

SILVA, Gisele Rose da. Educação popular: a experiência do curso de energia e sociedade no capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro, Trabalho de conclusão de especialização. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/5803/1/GRSilva-min.pdf>

[3] Texto disponível em: < http://www.soweto.org.br/2021/05/08/manifesto-popular-contra-o-genocidio-brasileiro-leia-e-assine/>. Acesso em 02 de junho de 2021.

CAPÍTULO XV

IDENTIDADES NA CULTURA PÓS-PANDÊMICA [DES][RE]TERRITORIALIZADA: RELAÇÕES AFETO-ARTÍSTICAS

Larissa Martins Bela Fonte [1]

[1] Mestranda em Linguagens, Mídia e Artes pela Pontifícia Universidade de Campinas.

RESUMO

Problematizando o contexto da quarentena no Brasil, devido à pandemia por Covid-19 no ano de 2021, com enfoque nas produções artísticas por pessoas heterodissidentes, venho analisar as conjunturas subjetivas de artistas locais durante o regime de isolamento social, para pensar questões de afinidades e estratégias de sobrevivência de afetos-artísticos perante o cenário nacional. Para tal, trago em narrativas, as análises de uma esfera de movimentação de produção cultural da cidade de Americana/SP, reproduzidas em plataformas digitais e redes sociais. Pensando no conceito de des-re-territorialização para o ciberespaço, podemos pensar em como se corporificam as identidades nas redes através da conexão pelas produções artísticas, re-territorializando, dissolvendo fronteiras e dualismos, na contramão da ditadura universalizante binarista das identidades hegemônicas.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia de Coronavírus é também um vírus para as identidades pós-modernas do *globalitarismo*. Contamina nossas células e nossos celulares, de controle e colonização pelas tecnologias e humanismo de pensamento dominante. Nas relações, afetos e motivações, transformando a cultura no "novo normal" em *lives*, obras multimídia, hiperprodutividade e a morte como algo banal; as intimidades, em confissões e exposições: no mais profundo, as videochamadas; no superficial, likes e publicações. Nas plataformas, as linguagens, ferramentas e diferentes tipos de interação. Nossas ideologias podem ser todas e nenhuma, depende daquilo que você compartilha e do *influencer* com quem se identifica em suma. Não há perspectivas, sufocadas e sem ar, estão as mentes produtivas. Trauma, culpa, ansiedade, depressão e um governo que só abaixa nossa saturação. A humanidade percorre um novo ciclo de hibridação cultural, do material e virtual, cada vez mais ciborgue em [re]ação. Isso é o fim *dum* mundo, mas sempre há os [mundos] que vão na contramão.

Sobre os estudos de definições do tempo-espaço presente e suas relações sociais, apresento teóricos que podem nos guiar a diferentes percepções, tais como o polonês Zygmunt

Bauman (2001), que chama de modernidade líquida, defendendo a pós-modernidade e a liquidez do capitalismo em suas apropriações homogeneizantes. Anthony Giddens (2002) nomeia de mundo moderno tardio, pelo fato de a modernidade ainda não ter se encerrado para haver um pós; Donna Haraway (2009) contra-argumenta dizendo das fronteiras da pós-modernidade nas tecnologias humanas ciborgues e distopias que criamos no presente; Milton Santos chama de *Globalitarismo*, um estado totalitário de democracia hegemônica que se globalizou enquanto cultura, assim como Néstor Garcia Canclini (2000) caminha teoricamente pelos deslocamentos espaço-temporais da modernidade pós-colonial na América Latina, pelo viés das hibridações culturais. O consenso entre eles é sobre as novas formas de subjetividades e identidades sociais a partir do advento da web 2.0, dos padrões culturais globalizantes em curso e das tecnologias como expansão do ser.

Nos expressamos e construímos imagens de nós mesm*e*s pelas redes sociais, expondo rotinas, identificações, ideologias, opiniões, sobretudo nos confessamos em rede pública e geramos dados comportamentais, dentre outros elementos onde buscamos o tempo todo afirmar nossas identidades, conforme entram em confluência os escritos do filósofo homossexual Michel Foucault, em *Tecnologias de si* (1982) e a pesquisadora contemporânea argentino-carioca, Paula Sibilia (2008), em seu livro *O show do eu*, tendo a confissão como ferramenta e a exposição como formação de identidade na sociedade, mordendo iscas de um controle sistêmico dominante - em Foucault, pela Igreja, em Sibilia, pelo capitalismo. Criamos um ser virtual que representa quem somos em uma outra dimensão e muitas pessoas irão conhecer de ti somente aquilo que você publicar. Nos tornamos seres híbridos entre o corpo e o avatar no mito ciborgue da norte-americana Donna Haraway e no mito da quarentena, bombardeados por discursos de hiperprodutividade, otimismo tóxico e auto-exploração pelas conjunturas neoliberais do trabalho positivamente precarizado, conforme teoriza o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2016), que geram então epidemias de ansiedade e depressão na população, a qual vive hoje um grande trauma pelas rupturas nas organizações sociais da pandemia. O ciberespaço é uma dimensão líquida, apropriada pelo *cis*tema neoliberal/patriarcal em prol do capitalismo fluido, ao monetizar os mais diversos tipos de expressões subjetivas, desmaterializando as relações sociais, econômicas, culturais, pessoais, da contemporaneidade, hoje em potência pela pandemia de imagens e virtualização da *coronavida* (BEIGUELMAN, 2020), dentro do regime de isolamento social decorrente da pandemia mundial de covid-19 e suas ondas no Brasil.

Como minha pesquisa tem enfoque interdisciplinar nas identidades territoriais heterodissidentes, na cultura entre as relações coloniais contemporâneas e produções

independentes de expressões artísticas, venho analisar as conjunturas subjetivas de artistas locais durante o regime de isolamento social, para pensar questões de afinidades e estratégias de sobrevivência de afetos artísticos perante o cenário nacional. Para tal, trago em narrativas, as análises de uma esfera de movimentação de produção cultural da cidade de Americana/SP e região, dentre estas, uma entrevista cedida pelo cantor americanense Do Prado à revista *La Corja Magazine*[1], em setembro de 2020, falando sobre suas produções durante a pandemia; algumas produções do *La Corja - Laboratório Artístico & Produtora* no ano de 2020; e a análise de conteúdo do primeiro episódio do *podcast* publicado na plataforma *Spotify,* realizado por Wesla Bravo, o *Tijolo Podcast*[2], onde o/a narrador/a[3], verborragicamente, fala sobre relações de imagem e identidade, questões psíquicas, relações com as redes sociais, cultura LGBTQIA+, e sobrevivência na pandemia, enquanto uma pessoa branca, homossexual, queer, artista e de classe média. Meu intuito, então, é de traçar relações com conceitos e teóricos da contemporaneidade acerca de aspectos gerais de identidades, produções artísticas regionais, especialmente heterodissidentes e durante a pandemia.

A narrativa enquanto metodologia nos apresenta uma perspectiva dos contextos sócio-históricos através de histórias de vida, "tornando possível a compreensão dos sentidos que produzem mudanças nas crenças e valores que motivam e justificam as ações dos informantes." (MUYLAERT, 2014, p. 02). Utilizo da (auto)narrativa como metodologia, poética e um toque de confissão, incluindo-me enquanto um ser híbrido, virtual, físico e crítico, enquanto um corpo (des)(re)territorializado no ciberespaço, buscando para além de consumir arte e cultura, o ímpeto de formação de redes de produções e afetos.

> O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. (SANTOS, P. 47)

Enquanto território, venho trazer a questão de que nosso corpo utópico, costumes e reproduções, são indissociados da política de um território (FOUCAULT, 1966) ao qual pertencemos, sendo nós corpos-território e o território um corpo-social, hoje inseridos no mundo globalizado/colonizado (CRUZ HERNANDES, 2016). Se eu sou uma corpa mulher-cis,

---

[1] Disponível em https://issuu.com/lacorja/docs/ed3_lacorja_magazine__1_

[2] Disponível em: https://open.spotify.com/episode/0Q54AjXcEPha2W0fg5Txjn?si=HSk7SFuEQFSUgAVFgHeCIA

[3] Wesla Bravo refere-se a si tanto no masculino, quanto no feminino, não se identificando em nenhuma categoria.

branca, sexodissidente e não-monogâmica, de família/criação heterodissidente, nascida em uma cidade conservadora do interior de São Paulo, *Americana da América do Sul*[4], eu formei minhas identidades a partir deste lugar - apesar do histórico nômade de minha família e meu posterior nomadismo - hei de ser este corpo-território onde quer que esteja, percorrendo estradas e fronteiras ou nas publicações, curtidas e compartilhamentos nas redes. Corpo esse que se desterritorializa no ciberespaço, mas corporifica minhas identidades nas redes do mundo *high-tech* de Haraway, re-territorializando, dissolvendo fronteiras e dualismos, na contramão da ditadura universalizante binarista das identidades hegemônicas.

2. O VÍRUS É SOCIAL

Quem imaginaria um futuro distópico no ano de 2021, onde o mundo inteiro estaria sendo obrigado a usar máscaras, isolar-se dentro de suas casas, realizar a maior parte de suas necessidades e funções sociais em ambiente virtual? Quem já imaginou viver em um regime onde a cascata de desigualdades sociais de classe, raça, geopolítica, gênero e sexualidades se colocam em evidência, delimitando quem morre e quem vive, quem se protege e quem corre perigo, quem se cura e quem adoece, quem importa, quem não importa, na incessante luta por dignidades nesta sociedade, "transformando em cotidiano o panorama mais sombrio do futuro da cidade", como pontua Giselle Beiguelman (2020)? Conviver com um vírus que se modifica, se fortalece e se torna mais letal conforme percorre lugares, seres e espaços? Sendo a hibridização do humano à dissolução tecnológica do corpo potencializada, com a dissolução de dualismos, humanidades, gêneros e identidades normatizadas, ao executar suas funções primordiais de sociabilidade, trabalho e consumo por meio de redes e aplicativos, tornando-nos cada dia mais próximos do mito do ciborgue, de Donna Haraway (2009)? Parece filme de ficção científica de roteiro hollywoodiano, mas é o momento histórico, já previsível, do planeta Terra, no mundo globalizado/colonizado, no Brasil, em São Paulo, nas capitais e cidades do interior, nos seres humanos e não humanos, nas vidas interrompidas e nas vidas recém-nascidas, como a de meu filho pós-pandêmico que nunca conheceu outra realidade.

Desde os primeiros meses de 2020, a população mundial foi abalada pela dominação da pandemia pelo vírus Sars-cov-2, vendo-se obrigada a reorganizar bruscamente seus modos de

[4] Referência à música de Solano e Seu Conjunto - "Americana" e ao vídeo "ELA: AMERICANA" da artista americanense Rebeca Hornhardt, realizado durante a pandemia, publicado em 07 de Janeiro de 2021 no Instagram, disponível em https://www.instagram.com/tv/CJwNASYHqW6/

viver, trabalhar e se relacionar, para adotar um regime de distanciamento social, sendo esta a principal medida adotada como forma de combate à mais nova guerra biológica/política de nosso mundo globalizado, enquanto aguardamos a conclusão da vacinação em massa e estabilização do vírus e suas variantes. Com tudo isso, vemos uma crescente nas demarcações sociais que delimitam quem vive e quem morre, quais são os corpos que importam ou não (BUTLER, 1996) nos *ideais regulatórios* do poder vigente, trazendo relações explícitas de *biopoder* (FOUCAULT, 1979), que controla a sociedade de forma anatopoliticamente, e de necropoder, demarcado por uma *necropolítica* (MBEMBE, 2018), que dita, sistematicamente, como algumas pessoas devem vivem e como outras devem morrer, que está em curso no momento global - especialmente no Brasil e suas peculiaridades políticas *sudakas*[5] (PERRA, 2014), no atual governo, popularmente adjetivado de genocida.

Me lembro do início do livro Modernidade Líquida (2001) em que Zygmunt Bauman levanta uma discussão acerca de livros distópicos escritos sobre nossos futuros enquanto sociedade, destacando a unicidade destas escritas sobre o pressentimento de um futuro mundial estritamente controlado, desde suas "individualidades reduzidas a nada ou quase nada, mas agudamente rejeitada por pessoas treinadas a obedecer a ordens e seguir rotinas estabelecidas (BAUMAN, 2001, p). , sendo difícil de se imaginar quaisquer alternativas de organização mundial, por tanto poder e controle que se estabelece sobre a individualidade dos sujeitos. É muito conveniente uma pandemia globalizada para o controle governamental das individualidades humanas no estabelecimento do "novo normal" em meio a mortes, fome, desmontes estruturais e políticos, precarização da vida, juntamente com sua virtualização. "Mais excludente e mais monitorada, ela [*coronacity*] dá corpo a uma sociedade que se divide entre os sucateados pelo trabalho remoto, o lumpesinato digital dos deliveries, os subtrabalhadores turkerizados e milhares de milhões de desabrigados" (BELGUELMAN 2020, p. 34). Para a classe artística, a política de morte vêm em um aspecto simbólico de desmontes políticos e discursos de ódio. Em seu ensaio, "Coronavida" (2020), Giselle Beiguelman aponta sobre como perspectivas de futuro se ofuscam ao "novo normal", sendo que o futuro da pandemia já está presente - por isso o uso do termo "pós-pandêmico" - e fica a ânsia de que não façamos deste futuro o nosso depois.

---

[5] "Sudaca poderia ser traduzido por sul-americano, contudo, preferimos manter a palavra no idioma original, por tratar-se também de um xingamento que é ressignificado pela autora. Hija, portanto, localiza sua fala a partir dessa tensão Norte x Sul, Normal x Abjeto." nota da publicação na revista Periódicus, UFBA, 2013

3. O VÍRUS NAS ARTES-IDENTIDADES-TERRITÓRIOS

Trago uma visão de leitura de cultura pelos aspectos da arte independente vivenciada ao meu redor, colocando-me sim no centro de meu mundo. Me referencio em pessoas acessíveis, pessoas com quem tenho ou posso ter contato e trocas, dentro de conexões espaço-temporais desterritorializadas em Pindorama y Abya Yala. Seja por conexões de pessoas que conheci nas vivências por territórios que percorri entre fronteiras, até antes da pandemia, ou conexões por territórios que percorro no ciberespaço, especialmente na plataforma do Instagram, com seus perfis cada vez mais influentes e *influencers.* Talvez eu mesma seja uma *influencer* frustrada, por não saber me comunicar nestas linguagens da forma que gostaria. Enfim, depois de tanto percorrer, voltei à cidade onde habitei e que ainda habita em mim. Com o retorno, um novo olhar sobre o território, as pessoas e movimentos, mas também sob novas condições, de pandemia, e, agora de jovem mãe.

Tenho muito interesse na cena artística em que vi as pessoas ao meu redor crescerem e aparecerem, tal como a carreira de um querido conhecido no sarau da praça central que eu organizava em meados de 2012, que hoje decola como uma das principais referências musicais da região! Douglas Prado, ou Do Prado, marca uma forma de identidade musical da população *underground* das cidades de Americana e Santa Bárbara d'Oeste, juntando as gerações e diferentes estilos de público. Até minha cria viciou em seus dois últimos álbuns lançados em 2020[6] e só dorme quando coloco na sua caixinha de som, onde reproduzo as músicas por um pendrive. Já faz cerca de três meses que não ouço outras músicas, a não ser as do Do Prado. E ainda assim, acompanho suas lives quase todas as semanas.

Do Prado é multi-artista, formado em Artes Visuais e musicista multi-instrumental formado com seu avô. Suas canções unem ritmos populares brasileiros, desde samba, maracatu, trap, funk, a cantores como Noel Rosa, Jorge Ben Jor, Luedji Luna e Luiza Lian. Em uma entrevista cedida para a revista da *La Corja - Laboratório Artístico & Produtora*, publicada em 9 de setembro de 2020, Douglas é questionado sobre sua agenda cheia no ano de 2020 e seu fluxo de produções e parcerias com artistas da região, além de um alcance relativamente grande de suas *lives* semanais, com público de cerca de 100 pessoas todas as quintas-feira. O cantor responde sobre as rupturas de alguns planos pelo estabelecimento da pandemia, mas também o prosseguimento de alguns projetos e parcerias que já estavam em curso. Sobre as *lives,* diz

[6] Disponível em https://www.youtube.com/channel/UChaMlfPxWyPVmBi1EBVEG1Q

que foi a forma como ele, e muitos artistas, encontraram de manter vínculo com seus públicos. "Lá é o único lugar onde tenho contato direto com cada pessoa, que falo de como estão acontecendo as coisas da minha vida e do meu trabalho. [...] as lives de certa forma, também servem para amenizar um pouco essas saudades." (La Corja, 2020, p. 06)

Sobre a produtora *La Corja*, também podemos observar uma grande produtividade no ano de 2020, que lançou três edições de sua revista no ano de 2020, produziu o Ep Visual de Douglas Prado, um editorial de moda e lançou o podcast *Conversa Brava*, onde Wesla Bravo entrevista figuras chaves no meio do entretenimento artístico da região. Me interessei pelo podcast por seus conteúdos e por apresentar artistas da região, falando sobre suas identidades e trabalhos e também nuances da situação durante a pandemia.

Lançado em 28 de abril de 2020, o podcast *Conversa Brava*, na plataforma *Spotify,* tem a proposta de entrevistas com "*pessoes que fazem a diferença na Região Metropolitana de Campinas*" (INSTAGRAM, 2020), na intenção de apresentar vivências de artistas que trabalham na RMC (Região Metropolitana de Campinas). Com um total de nove episódios, cada episódio apresenta uma pessoa e uma temática contemporânea dentro da cena da região. O primeiro episódio do podcast se apresenta como "*Laytima Tavares fala sobre como é ser uma ícone americanense"*, seguido por episódios: sobre transsexualida masculina com Jackie Oliveira; transsexualidade, racismo e processo de transição com Naomi X; processo criativo do cantor Do Prado em seu novo EP; trabalhos e gordofobia com Gabriel Pigatto; universo drag com Kara Catharina; moda e consumo LGBTQIA+ com Alan Maves; e identidades e construção de um movimento cultural com Lamiale. O último episódio foi em 20 de julho de 2020, com a designer e educador*e* não-binari*e* Lamiale, falando sobre sua movimentação na produção de eventos culturais na região, desde as festas LGBT+ nas tardes de domingo, que eram febre na cidade, até o bloco do carnaval 2020, que foi o primeiro bloco LGBT+ e único bloco da festa na cidade, com público de cerca de duas mil pessoas; passando por problematizações acerca das organizações das festas, acesso e acolhimento de pessoas trans, centralização do movimento na capital SP, por falta de crédito e incentivo na cidade; e o futuro do movimento que se encontra estagnado.

O projeto do *Conversa Brava* encontra-se em hiato desde então, por confissão de Wesla, em seu novo podcast estreado em 2021, o *Tijolo Podcast*. O podcast tem, até o momento, quatro episódios, com assuntos sobre quarentena, terapia, maternidade e o último postado em 11 de março, falando sobre "pequenas vontades, grandes desilusões". Em tom de confissão e verborragia, neste podcast, Wesla fala sobre si e as perspectivas para este novo momento de vida, no episódio piloto intitulado "40tena, paredes, até o fim, sobre mim", com duração de 27 minutos.

Fazendo um paralelo sobre identidades na modernidade, [ciber]cultura e pandemia, analiso algumas partes deste primeiro episódio do podcast Tijolo como narrativa de investigação em relação a autores da contemporaneidade.

No espectro de identidades, falo sobre aquilo com o qual as subjetividades se identificam e se impõem ao mundo sobre suas formas de ser e estar. Conforme nos apresenta Paula Sibilia, em seu artigo "O universo doméstico na era da extimidade: nas artes, nas mídias e na internet" (p. 133, 2015), adentrando no assunto das conexões das subjetividades, os modos de ser e estar no mundo não são fixos e imutáveis, ao contrário, seguem um fluxo contínuo de processos e processamentos de acordo com o momento histórico-social, cada dia mais global em sua homogeneidade, virtual e extimista - um regime de exposição das intimidades. Dentro disto "[...] é válido conjecturar que atualmente está se produzindo uma mudança histórica nos modos de construir o que somos, assim como nas maneiras de nos relacionarmos com os outros e com o mundo." (p. 155, 2015) Wesla Bravo começa seu podcast falando sobre como se sente confortável na privacidade do podcast, em uma era onde tudo que envolve imagem *é muito forte*, percebendo-se muito exposta nas redes, onde falava sobre diversos assuntos, colocando suas opiniões sobre assuntos antes mesmo de ter uma reflexão crítica sobre aquilo e gerando *uma bola* e uma imagem distorcida de si para com as outras pessoas. Percebeu-se não verdadeiro e, quando sente não estar sendo verdadeiro consigo mesmo e com as pessoas, ele surta. Wesla chama atenção para o fato de estar percebendo, através de sua terapia, essa demasiada exposição de sua imagem e também a pandemia de imagens e produtividade e ansiedades que as redes sociais geram*:*

> A rede social também instiga bastante isso porque as pessoas estão sempre postando que elas estão fazendo algo, que elas estão se realizando de alguma forma e você acaba se vendo dentro desse monte de coisas que tá acontecendo, dentro desse furacão que é de que: "Tenho que fazer algo! Preciso fazer algo, tem tanta coisa pra fazer, nossa, eu preciso fazer algo produtivo, preciso estudar alguma coisa nova, preciso produzir alguma coisa, preciso de alguma forma postar algo, preciso estar tá aqui, preciso tá aqui! preciso ajudar, preciso me ajudar também!" Tudo isso vai girando, girando e embanando a cabeça e surtei real, assim! Estou num mega surto. (Tijolo Podcast, 9:39min - 10:24min - Episódio 01)

O surto e o excesso de informações, ansiedades de produtividade e as autorrealizações compartilhadas, são assuntos abordados pelo filósofo sul-coreano Byung-Chul Han em suas obras "Sociedade do Cansaço" (2010) e "Sociedade da Transparência" (2012). Nelas aponta, respectivamente, sobre a produção excessiva de informações e conteúdos positivos, de cunho otimista e hiperprodutivo, que geram um cansaço existencial, dentre crises de ansiedade e depressão na população consumidora e produtora; e sobre o conceito do termo *transparência,*

quase como significância para o que Sibilia descreve sobre extimidade, dentro do contexto dos interesses da sociedade neoliberal na dissimulação das identidades e das diferenças subjetivas.

Com a pandemia, Wesla diz que ficou paranóica, vendo tudo ao seu redor desmoronar, tudo que estava construindo até o momento se perder, sua carreira como DJ, o movimento, as festas como seu sustento e independência. Sobrevivendo com o auxílio emergencial, passou a produzir bordados para fazer renda destinada a sua alimentação, por um tempo. Recentemente conseguiu um trabalho formal e isso foi muito bom. Porém tudo isso abalou muito seu ser e foi quando começou o sentimento de que estava sendo falso e superficial nas redes sociais. Assim como afirma Han (2016),

> [...] transparência e verdade não são idênticos. A verdade é uma uma negatividade na medida em que se põe e se impõe, declarando tudo o mais como falso. Mais informação ou um acúmulo de informação, por si só, não produz nenhuma verdade; faltam-lhe direção, saber e o sentido. (p. 25)

No primeiro surto, o artista mudou a estética e abordagem de seu perfil, se dedicando a compartilhar trabalhos de artistas da região que possui conhecimento e buscando trazer mais *verdade* em suas publicações. No entanto, essa nova abordagem não teve engajamento de seus seguidores, que não interagiam, nem respondiam a suas caixas de perguntas, a não ser amigue*s* mais próxim*es* que entendem suas brisas, e, como buscava poder mostrar sua *verdade cemporcento* e divulgar a grande gama de artistas que tem na cidade de Americana e região, sem sucesso, sua frustração o levou a excluir sua conta e passar duas semanas fora do Instagram. Mas, assim como Donna Haraway afirma sermos seres ciborgues, híbridos entre humano e máquina na cultura high tech, em que "não está claro o que é mente e o que é corpo em máquinas que funcionam de acordo com práticas de codificação", Wesla Bravo afirma que *as redes é uma coisa* que está sempre dentro de si e não consegue tirar. Sentindo-se *alone, solitário,* sem saber o que as pessoas andam falando e fazendo em seu meio. Desta forma, escolheu o formato do podcast para poder se expressar, como um canal para se comunicar com pessoas que gostam de seu trabalho, sua personalidade, sua luta e linguagem, e assim, expor menos sua imagem, definindo-se, posteriormente, em estado de *low-web*.

Sobre o podcast em pausa desde Agosto de 2020, *Conversa Brava*, Wesla comenta algumas frustrações, por falta de alcance na divulgação de artistas da região de Americana/SP, declarando uma certa paixão pela cidade, onde reside há cinco anos; porém, se frustrou pela falta de engajamento do público e o projeto está parado por questões da pandemia e outras nuances do coletivo (La Corja), mas que deseja pensar em outros formatos para este. Já o novo podcast *Tijolo* é independente e vem com intuito de ser sobre construção. Vêm trazer referência

às desconstruções que têm passado em sua mente e processos da terapia, para compartilhar e se expressar, com o intuito de construção de novas perspectivas subjetivas, desejando construir tijolo por tijolo outras estruturas. Em referência à sua aproximação com as músicas da banda Pink Floyd durante a quarentena, remetendo à significância do álbum *The Wall* e as paredes da mente que desconstruimos e construímos, Wesla comenta que até fez uma tatuagem por ter levado muito a sério a música *Another Brick in the Wall*. Aqui conseguimos analisar um gancho sobre as influências de referências musicais e estilo de vida, tendo a tatuagem como forma de expressão corporal, teorizada pelo britânico Anthony Giddens, em Identidade e Modernidade (2002), argumentando sobre as escolhas de estilo de vida e as referências em "autoridades" na formação da auto-imagem na modernidade:

> Quanto mais a tradição perde seu domínio, e quanto mais a vida diária é reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções. Certamente existem também influências padronizadoras — particularmente na forma da criação da mercadoria, pois a produção e a distribuição capitalistas são componentes centrais das instituições da modernidade. No entanto, por causa da "abertura" da vida social de hoje, com a pluralização dos contextos de ação e a diversidade de "autoridades", a escolha de estilo de vida é cada vez mais importante na constituição da auto-identidade e da atividade diária. (GIDDENS, 2002, p. 16)

Sobre a pandemia, Wesla apresenta os cenários em perspectivas temporais entre a primeira e a segunda onda de surtos. Na primeira onda, no ano de 2020, as pessoas não sabiam o que esperar, no entanto, estavam produzindo diversas coisas e inovando nos meios. Conta que participou de várias *lives*, que eram febre e como foi tudo muito louco [temos mais conteúdos sobre questões da pandemia no podcast do *Conversa Brava*]. Hoje ainda não sabemos o que vai acontecer, mas parece que as pessoas estão *só não sabendo lidar,* como se estivéssemos ainda na estaca zero. E o reflexo disso é a [falta de] energia das pessoas. Respondendo a críticas que recebeu sobre o fato de terem voltado a organizar festas na Dolores House (Ameri/Sbo), Wesla comenta que as pessoas precisam trabalhar e de alguma forma garantir sua renda. A casa está funcionando com capacidade reduzida - sendo o único estabelecimento da cidade que, desde sua abertura, cumpre com as regras de distanciamento, de horários, higienização, etc, nos momentos de flexibilização da quarentena. Dentro disso, o narrador analisa as relações com as pessoas no espaço, argumentando sua falta de energia e dificuldades de interação, sem conseguir naturalizar as situações, até um momento em que se desgasta e cada pessoa volta a se isolar em seus cantos. Por isso, afirma que não têm sido prazeroso tocar nestes eventos, pois antes era uma grande peça de teatro, *tinham vários pavões, pavoas e paves*, com muitas pessoas fazendo da festa, uma peça. Isso leva, de certa forma, ao

retorno de uma intimidade, mas, ao mesmo tempo, à invisibilização destas pessoas e suas formas de expressão.

Na segunda onda da pandemia, ao contrário da produtividade da primeira, Wesla fala sobre o desânimo, o medo e como está *só vivendo e respirando, e fumando muitos cigarros*. Mas aponta para algumas mudanças internas e resoluções pessoais sobre suas análises e reflexões durante o período. Percebendo sua perda de resiliência, falta de adaptação aos espaços e colapsos de frustrações quando algo não sai como gostaria, faz deste projeto do Tijolo, algo com que consiga se expressar de maneira verdadeira, porém sem criar uma periodicidade e muitas expectativas sobre, amenizando assim a pressão de produtividade e a exposição de sua imagem. Como diz que não vai se importar muito sobre sua dicção, sobre travar e ter medo de como está, todas essas coisas que as pessoas se preocupam ao gravar conteúdo na internet, *porque eu não estou mais nem aí pra essa bosta, só quero me comunicar e me expressar e registrar isso em podcast,* reduzindo assim sua disponibilidade e exposição virtual e desapegando-se aos poucos de suas imagens e expectativas. Neste sentido, também falou sobre seu envolvimento com a militância [LGBT], da qual sente que se afastou, ja que não está mais *tão de fronte* como antes, mas que também não significa que saiu, apenas que está selecionando e direcionando melhor sua militância para fazer agregar ao movimento.

Finaliza então o episódio falando mais sobre o podcast, com episódios curtos, sem edição, *orgânico,* com barulhos de bichos e trânsito, com convidados pra conversar, pois tem amigos muito legais com *papos muito cabeça,* levantando diversas pautas, *sem medo de ser feliz* e sem criar grandes expectativas, desejando um podcast que tenha a si, sua *verdade cemporcento,* sem querer ser grande, adentrando nesta nova fase onde há de amenizar suas expectativas e exposições. Ironiza falando sobre quem nunca anunciou grandes projetos e novas fases e depois não dá continuidade, esperando não ser assim. Dá um recado para seus ouvintes construírem consigo este podcast, *um beijo e a gente vai se falando por aí e tendo crises por aí. Vrau!*

4. CONSIDERAÇÕES

Paula Sibilia fala sobre as mudanças tecnológicas de artistas de meados dos séculos XIX e XX, antigamente relacionadas a diários lacrados, plumas e tinteiros, para os atuais meios de comunicação e redes sociais, quando afirma:

> [...]os jovens do século XXI têm se tornado especialistas nesses ensaios, particularmente os artistas mais sintonizados com os vai-vens do mundo globalizado, que costumam se apropriar desses mesmos recursos técnicos para tentar pensar o que está acontecendo

> e colaborar, de algum modo, com seu próprio aporte ao debate social. (SIBILIA, 2015, p. 141)

Com a pandemia, podemos observar uma potência e pressão do uso destas tecnologias, tanto como ferramentas de comunicação, como de expressão e de trabalho. Na verdade, estes dispositivos se diluem e passamos a não saber separar mais o que é um perfil pessoal, artístico e profissional, pois passam a desempenhar as mesmas funções, seja de um cantor, para divulgar suas músicas, clipes, rotinas de criação e apresentações em *lives*, ou de um artista de entretenimento, entrevistando e divulgando outros artistas, ao mesmo tempo que fala abertamente sobre si e seus processos subjetivos.

No entanto, também podemos observar como artistas conseguem ter uma visão crítica dos contextos sistemáticos e controles de comportamento, tensionando questões e se apropriando das ferramentas para gerar reflexões e sentimentos, além de buscar formas de se expressar menos superficiais dentro das exposições cotidianas, com sua poética ou com suas confissões. Suas identidades são sobre aquilo que mostram e produzem. Quando Bauman (2001, p.__) fala sobre as "individualidades reduzidas a nada ou quase nada, mas agudamente rejeitada por pessoas treinadas a obedecer a ordens e seguir rotinas estabelecidas", temos um panorama geral dos comportamentos em redes sociais na atualidade, pessoas adoecidas pelos excessos, cansaços, hiperprodutividades e hiperotimismos. No entanto, quando artistas falam sobre trazer suas *verdades*, trazem um *peso* em meio à *liquidez* das abordagens, como já citamos segundo Han (2010), a verdade em oposição à transparência, à liquidez das relações virtu[soci]ais. Esse parece ser o cerne dos processos atuais de Wesla Bravo e da identidade artística de Do Prado. Há uma urgência por este peso e imposição da verdade, do orgânico, da resiliência, na construção de identidade.

Haraway fala sobre como as crises de identidades vem construindo os movimentos identitários e lutas pelas diferenças a partir das afinidades:

> A história recente de grande parte da esquerda e do feminismo estadunidense tem sido construída a partir das respostas a esse tipo de crise – respostas que são dadas por meio de infindáveis cisões e de buscas por uma nova unidade essencial. Mas existe também um reconhecimento crescente de uma outra resposta: aquela que se dá por meio da coalizão – a afinidade em vez da identidade. (HARAWAY, 2009, p. 48)

Talvez estejamos diante de um novo tensionamento das produções artísticas, em oposição à hegemonização das identidades e suas ferramentas, não só em suas produções, mas em relação aos modos de ser e estar no mundo, físico e virtual. Há uma urgência por processos de construção de si, em meio a tantos processos de desconstrução dos condicionamentos sociais: Douglas enquanto uma pessoa preta, e Wesla, enquanto uma pessoa heterodissidente.

Enquanto identidades de oposição, há uma urgência por expressões verdadeiras, pesadas, *tijoladas*, em meio ao excesso de exposições que se opõem às expressões. Criar intimidades na energia do público nas *lives*, ou ocultar sua imagem através do áudio, são caminhos que os artistas analisados encontram para transbordar suas identificações, de acordo com suas verdades, dentro do contexto da pandemia de vírus, imagens e informações, fugindo do conceito de "militância" no combate direto, mas por um viés mais afetivo e em conexões com diferentes linguagens.

Além da intoxicação de positividades pelas redes sociais e, talvez, influenciada pelas visões críticas, porém otimistas de Milton Santos, acredito na formação de redes e trabalhos artísticos, numa nova definição de cultura popular ocasionada pela hibridação cultural, em territórios regionais, a fim de criar possibilidades outras de futuro e de novas formas de identificação, considerando uma outra perspectiva de mundialização, pelo menos dentro deste nicho de juventude artística e ativista o qual estou inserida. Embora tenhamos ainda que passar pelo fim do mundo como o conhecemos, passar por muitas crises e frustrações, muita terapia, superar o pouco engajamento do público, boicotar os algoritmos, derrubar o governo e sobreviver a uma pandemia viral, social e tecnológica, tal experiência de produções/expressões virtuais tem um peso potencial na construção da coalizão de lutas identitárias em diferença, contra a hegemonia colonial imperante em nossas subjetividades, em busca de curas do mundo.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade líquid**a. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BEIGUELMAN. G. **Coronavida: pandemia, cidade e cultura urbana**. ECidade 2020. Coleção Outras-Palavras, vol. 8. São Paulo, SP.. Disponível em https://escoladacidade.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/200811_op_giselle_LEITURADIGI TAL.pdf

CALABRE, L. A arte e a cultura em tempos de pandemia: os vários vírus que nos assolam. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 7 – 21, jan./jun. 2020

CANCLINI, N. G. C**ulturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: Edusp, 2000.

CRUZ HERNÁNDEZ, D. T. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2016. Disponível em: (PDF) UNA MIRADA MUY OTRA A LOS TERRITORIOS-CUERPOS FEMENINOS 1 A very other gaze at the territories-female bodies (researchgate.net)

FOUCAULT, M. Tecnologias de si. **Verve**, 6, p. 321-360, 2004

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade.** Rio: Jorge Zahar, 2002.

HAN, B-C. **Sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue. In SILVA, T. T. (Org.). **Antropologia do ciborgue:** as vertigens do pós-humano. BH: Autêntica, 2009.

ILLOUZ, E. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MBEMBE, A. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Hucitec, l997.

SIBILIA, P. O universo doméstico na era da extimidade: nas artes, nas mídias e na internet. **Eco Pós**, UFRJ, Rio de Janeiro, v. 18, no1, 2015, p. 132-147. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/2025.

SIBILIA, P. **O show do eu:** a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

EMOÇÕES E SOCIABILIDADES URBANAS: AS CONFIGURAÇÕES EMOTIVAS NO CONTEXTO URBANO CONTEMPORÂNEO

CAPÍTULO XVI

"*A ELEIÇÃO ACABOU, MAS O RANÇO POR VOCÊS NÃO*": POLARIZAÇÃO E ACIRRAMENTO IDEOLÓGICO NOS DISCURSOS DE USUÁRIO(A)S DO *TINDER*

Aristides Ariel Bernardo [1]

[1] Professor de Sociologia pelo Estado de Mato Grosso do Sul. Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB). Graduado em Ciências Sociais Licenciatura pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). arystydesaryelbernardo@gmail.com

RESUMO

Este trabalho e a escolha de seu tema implicam numa tentativa de produzir conhecimento acerca das experiências afetivo-sexuais em um contexto de extrema polarização política, partidária e ideológica. Nesse sentido, tivemos como objetivo demonstrar que o fenômeno político vem se tornando nos últimos anos um critério relevante para o estabelecimento de vínculos afetivos e relações sexuais entre pessoas que buscam tais experiências com a mediação do aplicativo de relacionamentos Tinder. A partir disso, defendemos a hipótese de que este fenômeno está se dando devido ao cenário de grande polarização político-ideológico pelo qual passamos nos últimos anos, e mais, que os espaços dos afetos e os discursos afetivos deste(a)s usuário(a)s estão intimamente ligados a este contexto político-ideológico brasileiro de "direita" versus "esquerda", a ponto de ter se tornado critério para se relacionar com o outro. Para tal, criamos dois perfis, um com identificação masculina e outro feminino, na referida plataforma por meio dos quais realizamos a observação, coleta e classificação de 1219 perfis habituais de usuários(as) de João Pessoa. Destes, 381 perfis observados apresentaram alguma mensagem, frase, slogan, crítica ou apoio, tanto a figuras políticas, quanto interesse ou recusa por outros(as) usuários(as) favoráveis ou contrários aos posicionamentos ideológicos dos quais partilham.

Palavras-chave: Redes sociais digitais. Tinder. Polarização política. Afetividade. Experiências afetivo-sexuais.

1. INTRODUÇÃO

A partir da coleta e análise de perfis de usuários(as) com discursos políticos no aplicativo de relacionamentos *Tinder* temos como objetivo demonstrar que o fenômeno da polarização política aparenta ter se tornado um critério relevante, dentre outros, para o estabelecimento de vínculos afetivos e relações sexuais entre pessoas que buscam tais experiências com a mediação desta plataforma. Defenderemos assim, a hipótese de que este fenômeno está se dando devido o cenário de grande polarização político-ideológico pelo qual passamos nos últimos anos, e mais, que alguns espaços de relações afetivas (relações familiares, de amizade,

afetivo-sexuais) e os discursos afetivos destes(as) usuários(as) estão intimamente ligados a este contexto político-ideológico brasileiro.

Para tanto, abordaremos alguns aspectos significativos do cenário sócio-político brasileiro dos últimos anos a partir dos perfis coletados no Tinder e que nos permitiu chegar a tais resultados. De tal modo, trataremos não somente o exposto nos perfis daquele(a)s que tomaram para si o elemento "posicionamento político" como critério de seleção do outro, mas também fragmentos relevantes do contexto histórico brasileiro que conduziu ou enfeixou o imaginário desses(as) usuários(as) a assumir tais critérios na busca e vivência de experiências afetivo-sexuais mediadas pelo *Tinder*.

Tinder é um aplicativo para celulares smartphones voltado para conhecer pessoas. O aplicativo é utilizado usualmente para estabelecer novas amizades e encontrar parceiros(as) sexuais e amorosos(as), o que Cavalcanti (2017) chamou em sua pesquisa sobre o Tinder de "trocas previsíveis", que seriam as trocas propostas pelos termos de uso do próprio aplicativo. No entanto, a autora pôde identificar em sua pesquisa que seu uso também se estendia para outros tipos de trocas como venda de produtos e serviços de beleza, comércio de eletrônicos a oferta de massagem tântrica e prostituição (CAVALCANTI, 2017). O aplicativo pode ser instalado gratuitamente em smartphones, e sua utilização é simples. Baseado em geolocalização o aplicativo mostra-lhe outros(as) usuários(as) que estão em uma distância próxima a sua, dando a opção de "curtir" ou "passar" os(as) outros(as) usuários(as) que lhe são apresentados(as). Caso você "curta" alguém, e seja correspondido com uma "curtida" dessa mesma pessoa, vocês têm um "match", ou seja, uma combinação, e a partir daí, poderão conversar.

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho realizamos a coleta de 381 perfis – realizada no período de abril a maio de 2019 e dezembro de 2019 a janeiro de 2020 – de usuários(as) que apresentaram alguma mensagem, frase, slogan, crítica ou apoio, tanto a figuras políticas, quanto interesse ou recusa por outros(as) usuários(as) favoráveis ou contrários aos posicionamentos ideológicos dos quais partilham coletados. Com esses dados percebemos o quanto o elemento político está explicitamente presente enquanto critério para seleção do outro e estabelecimento de uma relação ou experiência afetivo-sexual. Assim, demonstraremos, com base na análise dos próprios perfis de usuários(as) do *Tinder*, a grande importância dada ao fenômeno político na escolha, estabelecimento e manutenção de experiências afetivosexuais inicialmente mediadas dentro do aplicativo.

Dentro do aplicativo foram identificados(as) aqueles(as) que o utilizam para as mais diversas finalidades, que vão desde a venda de bens e serviços como bazares, brechós, salões

de beleza, massagens e prostituição, passando pela busca explícita de relações sexuais casuais, até mesmo a busca por amizades que possam afastar o tédio por meio de uma boa conversa ou encontrar um relacionamento amoroso e duradouro. Outro ponto significativo identificado nos perfis analisados gira em torno das formas de apresentação de si que em muito extrapolaram elementos como características físicas. Embora a aparência ainda seja primada no aplicativo, principalmente pelo formato que prioriza o visual por meio das fotos, outros atributos como os religiosos, morais e políticos foram alguns desses pontos observados que podem ser levados em consideração na escolha do outro para além da aparência.

Algumas pessoas apresentaram sua matriz religiosa em suas descrições de perfil, ao menos aqui, restritos a católicos e evangélicos. Não fica explicito em suas descrições que estão em busca de parceiros(as) que também sejam cristãos, mas, é possível inferir que este elemento poderá ser levado em consideração tanto ao curtir o perfil de alguém quanto ao ser ou não curtido de volta. A recusa por pessoas que bebam ou fumem também se destaca de um lado, ao passo que muitas outras pessoas também afirmam que desejam ser convidadas para barzinhos para beber ou mesmo para o consumo de maconha. Valores morais e políticos em muito emaranhados apareceram em perfis de mulheres que se apresentam como feministas e que afirmam não desejar uma interação com "caras abusivos" que tenham "papo abusivo", que sejam machistas, homofóbicos ou preconceituosos de qualquer maneira. Outras mulheres apresentam pautas feministas em suas descrições, como a luta contra o machismo, misoginia, feminicídio etc. ao afirmarem, por exemplo, ser "esquerdista, anti-machismo, anti-racismo, anti-homofobia", além, é claro, de homens e mulheres que apresentam sua recusa por usuários(as) eleitores(as) de um posicionamento político, partidário e ideológico distinto.

Apesar de o aplicativo não dar muito espaço, e não ter sido criado com propósitos para uma discussão intensificada sobre gênero, religião, política e outros, é possível notar as estratégias de usuários(as) que parecem sentir a necessidade de apresentar tais características e valores como forma de apresentação de si ou como critérios para seleção do outro. Apoiado nesta grande quantidade de usuários(as) que apresentam tais recorrências discursivas sobre política em seus perfis do Tinder entendemos que esse posicionamento político no aplicativo é resultado do cenário de grande polarização político-ideológico pelo qual passamos nos últimos anos.

2. "*OI, VOTOU EM QUEM?*": DESCONFIANÇA, MEDO, ÓDIO E A ASCENSÃO DO CONSERVADORISMO

Para Dias (2006), sequências de instabilidades sociais, como diminuição do poder de compra, problemas nos sistemas políticos, educacionais e de saúde, desemprego, corrupção, dentre muitos outros, levariam a uma falta de perspectiva quanto ao futuro. Isso se mostra flagrante em uma forma de sentimento generalizado de desconfiança, desesperança e insegurança. Este conjunto de sentimentos por sua vez resultaria no que ele designa de medo social, originado das relações que temos cotidianamente uns com os outros. Nesse sentido, queremos tratar que, as várias instabilidades enfrentadas pelos governos petistas desde as manifestações de junho de 2013, indo para críticas generalizadas à corrupção, ao sistema político brasileiro, falta de representatividade das instituições políticas, falta de segurança pública e elevado investimento para a Copa das Confederações de 2013, Copa do mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 em contrapartida ao descaso com a saúde e educação, chegando a protestos contra o Governo Federal, o Partido dos Trabalhadores (PT), e pressão para a renúncia ou impeachment da então presidenta Dilma Rousseff do PT (ALONSO, 2017; FIRMINO 2016; SOUZA; MORALES, 2016; SOUSA; SOUZA, 2013), os escândalos de corrupção e o ganho de – pouco – poder aquisitivo das camadas mais pobres teria despertado esses sentimentos de desconfiança, desesperança e insegurança em camadas médias, conservadoras e liberais brasileiras (ROCHA, 2019), proporcionando este medo social.

Para Elias (1993), o medo vem sendo utilizado como forma de manutenção e reprodução das estruturas sociais na modernidade passadas de geração para geração. Em nossa sociedade estes medos seriam representados como o medo de reprovação social, de perder o emprego, da perda de poder e status sociais, entre outros (REZENDE; COELHO, 2010).

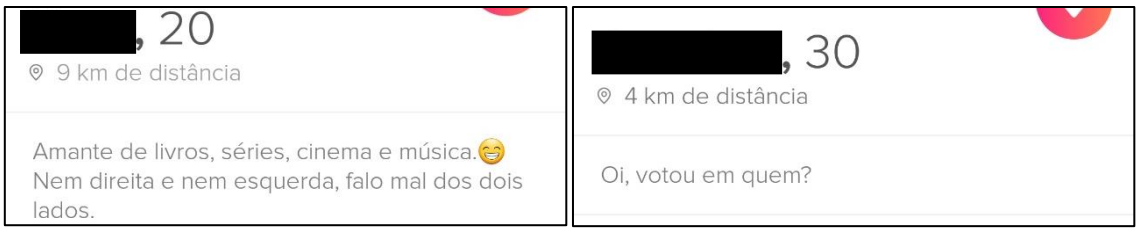
Aos poucos, a desconfiança em torno do Partido dos Trabalhadores teria se transformado nesses medos que, por sua vez, começaram a ser utilizado diretamente como forma de controle social e político. Medo de que o país fosse dominado pelas esquerdas, medo de uma ameaça comunista, medo de que o Brasil entre em um estado de pobreza, medo da ruptura dos "valores tradicionais brasileiros", e acima de tudo, medo do outro, a quem se atribui a responsabilidade de todo o mal acometido, da violência, do fracasso e da corrupção, são alguns desses exemplos que foram largamente professados nos últimos anos. Para Dias "o medo social faz-nos ver em cada desconhecido, e às vezes também nos conhecidos, um potencial inimigo a evitar ou a abater" (DIAS, 2006, p. 297). O medo social seria assim, uma emoção difusa presente a um conjunto mais ou menos vasto da sociedade e que pode ter, nesses termos, causas

ou alvos reais ou imaginários tanto do passado quanto do futuro cuja experiência de temor se dá no presente.

Este medo social, por sua vez, teria levado a um caminho de ódio direcionado ao outro como forma de ação social ou resposta contra o outro, construído principalmente em torno de discursos maniqueístas de nós contra eles, de bem contra o mal, de direita contra esquerda, conservadores contra progressistas (STANLEY, 2018). Aos poucos, esse ódio das elites e de setores médios conservadores e/ou liberais direcionados ao PT e aos seus dois últimos ex-presidentes foi travestido de uma falsa moralidade anticorrupção conservadora e cristã. Com isso os espectros políticos de posições libertárias, progressistas e de esquerda como um todo, de forma vaga e generalizante associadas ao PT e também, de forma equivocadamente proposital, ao comunismo, foram sendo desenhadas como "grandes organizações detentoras do mal e da corrupção que destruiu o país". Essa percepção de um novo inimigo a ser combatido ampliou a polarização política no país, permitindo que o sentimento de desconfiança, medo, ódio e aversão tomasse conta também do imaginário e do repertório emotivo coletivo de outras classes sociais menos abastadas.

As duas imagens abaixo representam significativamente a discussão que pretendemos iniciar aqui. Não pelo que estes dois usuários expressam de forma literal nas frases elaboradas para suas descrições de perfis, mas sim, pela carga simbólica que ambas carregam em sua capacidade de expressar, até certo ponto, o contexto político brasileiro dos últimos anos e como este tem sido considerado fator relevante nas escolhas das relações interpessoais.

Figura 1 - Importância do voto político entre usuários do *Tinder*



Fonte: *Tinder* - Compilação do autor (2020)

A primeira descrição de perfil diz respeito ao processo de enquadramento polarizado do debate político no Brasil. Nos últimos anos, como veremos a seguir, enfrentamos um cenário sócio-político em que o debate fora reduzido ao pertencimento a dois lados no espectro ideológico, político e partidário, qual seja, ser de "esquerda/progressista/petista" ou ser de "direita/conservador/bolsonarista". Embora o usuário se coloque contrário a uma dicotomização aparente entre "esquerda-direita", afirmando falar mal de ambas, se

justificando, de certo modo, quanto a um posicionamento que não busca lados, verdades ou posições definitivas, ao mesmo tempo sintetiza o reducionismo discursivo e polarizado ao partir da premissa de existência desses dois lados antagonizados.

A segunda imagem diz respeito a importância que se deu em saber com qual dos "dois lados" deste par antagonizado de posições político-ideológicas o outro se identifica. Cavalcante dos Santos (2018) ao realizar entrevistas para sua dissertação, no período entre abril e outubro de 2016 e fevereiro e julho de 2017, captou no discurso de uma de suas interlocutoras um primeiro indício de que o posicionamento político, ao menos para esta interlocutora, seria mais um dentre vários critérios para seleção do outro no *Tinder*. No caso em questão, a autora discute que a fisionomia aparece como elemento primário destacado pelos entrevistados como critério de observação, principalmente pelo formato do próprio aplicativo que privilegiaria o visual por meio das fotos. A autora segue com um trecho da fala de sua entrevistada que aponta alguns dos elementos por ela observados no momento da escolha como a própria fisionomia, interesses em comum, estilo das fotos e o próprio "posicionamento político". Em um segundo momento de seu trabalho Cavalcante dos Santos (2018) apresenta a reprodução de um outro interlocutor que elenca uma longa lista de características que o levaria a recusar um perfil. Dentre os muitos elementos apontados por seu interlocutor está o fato de a pessoa observada ser ou não apoiadora de Jair Bolsonaro. Com isso, além de critérios corriqueiros como aparência (ainda fator primário), o espectro ideológico e o voto em tal ou qual candidato à presidência se destaca por ter se tornado fator de relevância na escolha do outro.

No entanto, parece ser a partir das eleições de 2018 que este fenômeno se acentua, onde as disputas eleitorais para presidência forjaram novos embates e antagonismos entre os espectros políticos à direita, conservadores e liberais e a figura de Jair Bolsonaro de um lado e dos espectros políticos à esquerda, libertários e progressistas e a figura de Lula da Silva de outro, em torno, principalmente, de disputas pelo controle das narrativas políticas e de ataques e difamação do outro (ALMEIDA, 2018). As redes sociais se tornaram o grande eixo entorno do qual essas discussões giraram (RUEDIGER; GRASSI, 2018), e que culminaram com a vitória em segundo turno de Jair Bolsonaro pelo Partido Social Liberal (PSL) contra Fernando Haddad, candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Como apontado anteriormente, o medo social advém da fragilidade ou da ruptura dos laços sociais de confiança no outro. Ainda assim, temos a aparente necessidade de encontrar sentido nas coisas e, em alguns casos, essa busca de sentido parece se pautar por meio da figura de alguém ou algo em quem possamos projetar nossa confiança e esperanças, como forma de apaziguar nossas inseguranças decorrente do medo social. A confiança e a esperança

compreendem emoções que projetam no presente as expectativas para um possível futuro seguro. Parece ser o caso de muitos eleitores mais apaixonados, que projetam na figura de seus políticos de preferência, a confiança e a esperança de que ele(a) detém o poder para solucionar as mazelas do país. Muitos voltam-se para esta figura depositando nela a crença de que seriam uma fonte de respostas para muitos dos problemas. Essas mesmas percepções sobre a figura política vieram transparecida em muitos dos perfis coletados aqui.

3. "*A ELEIÇÃO ACABOU, MAS O RANÇO POR VOCÊS NÃO*": POLARIZAÇÃO E ACIRRAMENTO IDEOLÓGICO NOS DISCURSOS DE USUÁRIOS(AS) DO *TINDER*

Um usuário do sexo masculino, 37 anos de idade que afirma "*Independente e busco semelhantes*", segue apontando que para o estabelecimento de um relacionamento duradouro e satisfatório seria preciso, dentre outras coisas, "*valores compartilhados*". Tais apontamentos não diriam muito por si só no que diz respeito ao tema aqui tratado, no entanto, o mesmo usuário segue sua descrição de perfil apresentando alguns de seus valores políticos ao informar: "*P.S. De preferência com ideologias de 'direita'*".

Uma segunda usuária utiliza uma abordagem um pouco mais direta ao apresentar sua busca por um(a) parceiro(a) com "*valores compartilhados*". Esta usuária, de 20 anos, "*Promoter e Modelo*", deixa bem claro ao dizer: "*Sou de direita, pró Bolsonaro, achou ruim? Dislike tá aí pra isso*". A mesma, desta forma, transmite diretamente aos demais que, caso haja incompatibilidade com seu posicionamento político o "*Dislike tá aí pra isso*", levando em muitos caso que nem haja a curtida no perfil da mesma, ou dela em outros perfis que venham a se identificar como de esquerda, por exemplo. O mesmo se dá com uma outra usuária, de 27 anos, que afirma "*Se você é LULA LIVRE não perca seu tempo comigo*". Esta usuária não apresenta qualquer outro texto em sua descrição de perfil, aparentemente tendo como critério inicial o fato de outros usuários serem pró ou contra a liberdade de Lula. Nos é possível inferir deste modo que, outros critérios pessoais como percepção de beleza, atração física e desenvolvimento de vínculos afetivos possam vir a ser selecionados apenas depois de os possíveis pretendentes passarem pelo filtro político explicitado.

As descrições nos ajudam a corroborar a ideia de que determinados conjuntos de valores, dentre eles o político, estariam sendo utilizados como critério para o estabelecimento de experiências afetivo-sexuais no aplicativo. Os demais usuários, embora não sejam diretos ao abordarem e apontarem critérios políticos esperados do outro, também trazem em suas

descrições os valores ideológicos dos quais partilham, proporcionando com maior facilidade a atração de outros(as) usuários(as) que também buscam "*semelhantes*". Embora sejam consideravelmente em menor número, algumas das frases encontradas nos perfis coletados cujos usuários(as) apresentam seu posicionamento político à direita e/ou apoio ao governo Bolsonaro veem reproduzidas abaixo:

"Bolsonaro 2018"

"Política: Direita/Conservadora";

"#TchauPT, agora é com o mito!";

"De preferência com ideologias de "direita"";

Armamentista, anti-marxista e anti-feminista.;

"De deireita. Olavo de Carvalho e Italo Marsili";

"Sou conservador de direita, patriota e católico!";

"sô 17, sô nordeste, sou Bolsonaro cabra da peste";

"Se você é LULA LIVRE não perca seu tempo comigo";

"Sou de direita, pró Bolsonaro, achou ruim? Dislike tá aí pra isso";

"Se você super valoriza o consumo de bebida alcoólica, fuma maconha ou usa Hashtag anti bolsonaro, vá diretinho no X e economize o nosso tempo";

"Ela é muito engraçada, pena que me ignorou depois que eu disse #elenao" [...] 17 anos, conservadora [...]".

Estes(as) usuários(as) o fazem evocando a pertença a grupos cujas identidades giram em torno do ato de se considerarem de "*direita/conservadora*", "*conservador de direita, patriota e católico!*", "*direitista*". Neste sentido, nos chama atenção também a relação entre religiosidade e conservadorismo. Segundo analisa Almeida (2019), há uma intima articulação entre parte do segmento religioso, em especial o evangélico, com um crescente conservadorismo moral e político no debate público nacional e internacional. No Brasil, essa relação entre evangélicos e conservadorismo político seria um dos eventos responsáveis por uma crise na política brasileira – polarização a partir das eleições de 2014, *impeachment* de Dilma em 2016 – cujo resultado teria sido a eleição de Bolsonaro em 2018 (ALMEIDA, 2019).

Usuários(as) encontrados(as) aqui, além de apontarem como critério explícito seu posicionamento político e outras preferências quanto a(o) outro(a), explicitam também sua religiosidade como sendo parte da apresentação de si, seguido de seu posicionamento político. Uma usuária expõe em sua descrição ser "*cristã*", seguido da sua profissão, dentista, e logo abaixo ser de *"Direita/Conservadora*". Podemos estabelecer uma possível hierarquização de valores nesta descrição, por mais que seu texto possa ter sido elaborado sem considerar

conscientemente estes fatores hierárquicos. Nesta lógica, ser "*cristã*" seria a prerrogativa de maior importância para esta usuária, sendo apresentado primeiro, seguido de outros conjuntos de valores, neste caso, o político. Uma segunda usuária segue este mesmo padrão e inicialmente afirma ser cristã, e já na frase seguinte de sua descrição de perfil expõe para os demais usuários que, se o outro "*usa Hashtag anti bolsonaro, vá diretinho no X e economize o nosso tempo*"[1].

Podemos tomar como exemplo o próprio slogan de campanha de Jair Bolsonaro "Deus acima de tudo, Brasil acima de todos", e que também é utilizado em algumas fotos de perfis de usuários(as), dos(as) quais trataremos posteriormente. Assim como percebido nos perfis analisados aqui, o próprio slogan do Governo Bolsonaro também nos apresentaria não somente uma relação entre cristianismo e conservadorismo de direita, mas também a apropriação desta identificação religiosa pela direita política, bem como esta possibilidade de hierarquização de valores, ser cristã(o) primeiro e conservador de direita em seguida.

Teríamos assim, de forma diretamente expressa, uma mescla entre posicionamento político, religiosidade e outros critérios de escolha para as possibilidades de construção de um vínculo afetivo e sexual. O posicionamento ideológico/político/partidário é apresentado mais enfaticamente tanto para seleção dos(as) usuários(as), quanto para o estabelecimento de possíveis vínculos afetivo-sexuais. De tal modo, apresentar-se como sendo cristã(o) e/ou conservador(a) de direita, favorável ou contrária a candidatura de um Presidente da República evocaria um conjunto de moralidades sobre ambos(as) os(as) usuários(as) que refletiriam tanto nas possíveis curtidas que irão desferir quanto nas curtidas que receberão.

Por outro lado, alguns(as) dos(as) usuários(as) que se apresentam como sendo de Esquerda política/progressistas/pró-PT/contra Bolsonaro destaca-se o fato de a grande maioria ser de usuárias mulheres e o fato de muitos(as) se identificarem como estudantes. Entre estes(as) usuários(as) é priorizado características de si, como profissão e gostos pessoais, como praia, natureza, viagens, trilhas, leitura, cinema, cultura, meditação, yoga, bordado, músicas, arte, pôr do sol, bicicleta, fotografia, dentre outras coisas, "falar mal de Bolsonaro", sendo utilizado também frases de efeito, poemas e signo para definir traços de si.

Durante as campanhas eleitorais diversos indivíduos e grupos se uniram como forma de oposição ou apoio à candidatura de Jair Bolsonaro em torno de "espaços de afinidade"

[1] Tags são palavras-chave (relevantes) ou termos associados a uma informação, tópico ou discussão que se deseja indexar de forma explícita nas plataformas on-line. Hashtags são compostas pela palavra-chave do assunto antecedida pelo símbolo cerquilha (#), e organizam discussões em torno de tópicos ou eventos específicos.

(LANKSHEAR, et. al., 2015). Um desses grupos, e que ganhou grande expressividade, e de forma muito rápida, foi a página de Facebook "Mulheres Unidas Contra Bolsonaro" criado em agosto de 2018. Estes coletivos de mulheres foram as grandes impulsionadoras da hashtag "#EleNão" nas redes sociais digitais e que contou com o apoio de inúmeras artistas que ajudaram a alavancar a campanha, e se refletem também nos perfis aqui coletados.

Dos perfis coletados com a tag "EleNão", 117 são de usuárias do sexo feminino, 48 de usuários do sexo masculino, 02 de casal e 01 sem gênero. As idades dos(as) usuários(as) aqui está entre 19 e 37 anos. Os textos das descrições de perfil dos(as) usuários(as) com esta hashtag apresentam-se relativamente elaborados e exibem elementos como idade, signo, gostos musicais, prática de atividades físicas, filmes e séries, praia etc., "e por último e não menos importante: EleNão". Os perfis deste subgrupo apresentam em sua grande maioria textos sobre si, e gostos pessoais, bem como ativismo político, representado por uma grande parcela de usuárias que estampam serem feministas em suas descrições.

Além de elementos pessoais como características e gostos de cada usuário(a), um dos critérios aparente para curtirem ou serem curtidos no aplicativo está contido na utilização da hashtag "#EleNão". Algumas das variações da hashtag "anti Bolsonaro" encontradas nos perfis aqui, são: #bolsonaronão, #elenunca, #elejamais, #elenemfodendo, #elenemcapeste, #bolsolixonão, #forabozo. A presença expressiva dessas mulheres nas redes em torno de uma pauta comum como a expressa com #EleNão, nesse sentido, expõe um imaginário social em torno da representação de gênero no cenário político numa tentativa de levá-las a um patamar de visibilidade sócio-política. Essa visibilidade permite que "sejam tratadas e pensadas em uma posição de participação, fala, mobilização, presença, valorização e igualdade no campo político. #EleNão significa que as mulheres falaram e se manifestam em um momento político importante do país" (SCHWENGBER; PINHEIRO, 2020, p. 10).

Outros(as) usuários(as) alocados(as) nesta categoria apresentam, além de características pessoais e gostos em geral, algum tipo de "crítica" a Bolsonaro e seu governo. É o caso de uma usuária que afirma estar "*mais perdida*", seja no uso do aplicativo, na busca por um par afetivo-sexual, ou "na vida" de forma genérica transcendental, do que "*o Bolsonaro na presidência*". A usuária aproveita-se de um recurso linguístico para associar a sua desorientação pessoal com a desorientação do presidente eleito e sua forma de gerir a coisa pública.

Outros exemplos desse tipo de associação entre características ou gostos pessoais em oposição ao Governo Bolsonaro vêm com exemplos como: de uma usuária, estudante de 21 anos, ao afirmar que "*adora comida e odeia o presidente*"; outra estudante de 26 anos que diz "*posso n ser bonita, mas pelo menos n votei no bozo*"; ou mesmo uma outra usuária de 37 anos,

também estudante, que afirma gostar de "*ver o Sol, caminhar na praia, falar mal do Biroliro e afins...*"[2]. Já um outro usuário, de 27 anos do sexo masculino e estudante, questiona o rótulo dado pelos eleitores de Bolsonaro ao afirmar em sua descrição de perfil que "*Mito é mainha que criou um filho sozinha, o resto é conversa*". Embora as críticas a Bolsonaro e ao seu governo deem informações relativamente suficientes a outros(as), no aplicativo, estes(as) usuários(as) enfatizam suas características pessoais, gostos e *hobbies*, que também são destacados como forma de construção de sua imagem para apresentação de si.

Críticas a eleitores do Bolsonaro também enfeixaram parte dos perfis encontrados durante a coleta de dados para esta pesquisa. Certamente o nome "bolsominion" fora um dos que mais se destacaram como forma de se referir aos eleitores de Jair Bolsonaro[3]. Os perfis que apresentam textos como "*bolsominion nem de like*", "*votou no 17 passa direto*", "*minions não, por gentileza*" ou qualquer outra menção que se refira a usuários(as) que tenham votado em Bolsonaro são alguns desses exemplos. Muitos dos perfis aqui alocados possuem descrições de perfis mais longas e elaboradas, que apresentam características de si e gostos pessoais. No entanto, é a recusa por Bolsonaro e seus eleitores a recorrência discursiva mais explícita indicada e comum a todos(as) estes(as) usuários(as) como critério para seleção do outro, como expressa uma usuária ao afirmar "*que deseja uma distância enorme de quem votou no presidente atual do nosso país cujo nome é Bolsonaro*"; e outra que diz: "*se tu não votou nele já conseguiremos manter uma conversa sadia*"; bem como uma terceira usuária ao sugerir que "*se tu gostar de conversar, teu papo for bom e não tiver votado 17 a amizade já é garantida*".

Alguns(as) percebem a relação com estes(as) outros(as) usuários(as) como uma perda de tempo que deve ser evitada. A necessidade de economia de tempo ao tentar investir em uma relação com outro(a) usuário(a) seria um dos motivos que teriam levado esses(as) usuários(as) a descreverem em seus perfis a recusa quanto aos "*bolsominions*". De igual forma, estes(as) reconhecem que é "*muito bom qdo vcs [outros(as) usuários] colocam a foto com a propagando*

---

[2] Bozo, Biroliro, Bolsolixo, Bostonaro etc. são alguns dos pronomes pejorativos atribuídos ao presidente Jair Bolsonaro.

[3] A palavra "minion" significa "servo", "ajudante", "auxiliar" ou "favorito", em inglês. O termo Minion se tornou muito popular depois do sucesso do filme animado "Meu Malvado Favorito" (2010), produzido pela Illumination Entertainment e Universal Studios, em que pequenas criaturas amarelas são os fiéis escudeiros do protagonista vilão Gru, trabalhando voluntariamente como colaboradores para seus objetivos. Já "bolsominions" é um trocadilho com o nome de Bolsonaro e o termo minion, sendo assim aqueles que trabalham voluntariamente em prol do Bolsonaro, seja em ações ou campanhas pró-Bolsonaro, seja produzindo ou disseminando notícias sobre o candidato ou contra opositores. Seriam um "exército" leal de apoiadores prontos a encamparem batalhas e ataques de todos os gêneros contra qualquer um que ouse questionar o "Mito" (NEMER, 2018).

do Bozo, assim eu não perco tempo dando like". Para estes(as) usuários(as) o tempo empregado no estabelecimento da relação com o outro no aplicativo parece ser tratado como um investimento. Investe-se e se dedica tempo na construção de um relacionamento com a outra pessoa na tentativa de realização de experiências afetivo-sexuais. Nesse sentido, espera-se o retorno de uma relação considerada saudável, com pessoas que "*chegue pra agregar coisas boas*", no entanto, esse investimento parece não render os resultados desejados caso descubra-se que está se relacionando com um eleitor do candidato adversário. Para poupar-lhe a frustração de um investimento mal sucedido se opta pela prevenção do risco, deixando explícito em sua descrição de perfil que não é desejado perder o tempo com uma pessoa que tenha votado em Bolsonaro.

Outros(as) usuários(as) parecem tentar justificar os motivos pelos quais pretendem manter estas distâncias de outros(as) usuários(as) eleitores(as) de Bolsonaro. Para estes(as) usuários(as), os "*bolsominions*" ou ao menos aqueles que ainda permanecem apoiando Bolsonaro, partilhariam os mesmos conjuntos de valores de "*ódio e preconceito*" disseminados por aqueles que fazem parte de seu governo, considerados por um dos usuários como "*preconceituosos, nazistas, fascistas, racistas*". Esses conjuntos de valores que se imagina que eleitores(as) usuários(as) do *Tinder* portariam, faria com que houvesse "*uma incompatibilidade inegociável*" entre os(as) usuários(as) pró e contra Bolsonaro. Por tanto, seus apoiadores "*não são bem vindos*", sendo mais fácil que ambos não "*percam seu tempo*" um com o outro. Os sentimentos de aversão enfeixados por uma polarização política acirrada impediriam, nestes termos, qualquer possibilidade de diálogo sadio entre estes(as) usuários(as), visto que, para eles, o grupo de eleitores de Bolsonaro compactuariam com uma prática de depreciação de opiniões divergentes praticada ao longo do período eleitoral. Restaria, portanto, apenas o "*ranço*" de uns pelos outros.

4. CONSIDERAÇÕES

A busca por semelhanças e por pessoas com valores compartilhados, como expresso nos casos aqui apresentados na busca por um relacionamento em aplicativos como o *Tinder*, estende-se para além dos corriqueiros elementos de observação nesses tipos de ambientes virtuais, como aparência e status socioeconômico, por exemplo, passando a ser adicionado um novo elemento ao escopo de critérios que permitam a decisão do *like*. Assim, identificar-se a partir de posicionamentos ideológicos de direita e seus signos de pertença como ser conservador e patriota, ou como sendo de esquerda, comunista, petista, afirmar que o

impeachment de Dilma foi golpe, usar *hashtag* favorável a liberdade ou condenação de Lula, ou dizendo #elesim ou #elenão etc. evocam sentimentos de pertença a esses grupos e que são capazes de gerar identificação ou repulsa do outro. Em muitos casos esta identificação política vem mesclada a outras características e gostos pessoais, o que pode ser encarado como elemento central para a definição do eu desses sujeitos. Ou seja, estes indicam a relevância de expor sua identificação política-ideológica meio a outras características físicas, *hobbies*, profissão etc., como forma de expor que ambos fazem igualmente parte de quem são.

Além da predominância de perfis de mulheres, houve também uma grande prevalência de sujeitos que compartilham de valores políticos, ideológicos e morais progressistas e de esquerda. Embora o objeto inicial de sentimentos de aversão e ódio tenham sido direcionados a grupos e partidos de esquerda, isso demonstra que estas pessoas também estão imbuídas por estes sentimentos direcionados a grupos e pessoas de direita. Os perfis observados reproduziam um discurso dicotômico de nós contra eles, de direita versus esquerda, de Bolsonaro contra Lula etc.

No entanto, entendemos que o fato de haver uma maior atenção por parte de pessoas à esquerda em relação a esses critérios pressupostos de seleção do outro com base no posicionamento político tem mais a ver com o tipo de discurso produzido pelas direitas conservadores e em muito intolerantes. Nesse sentido, a produção desse tipo de discurso intolerante de certos grupos de direita – contra a esquerda, contra petistas ou mesmo contra negros, contra feministas, contra LGBTQIA+, onde estes deveriam ser eliminados a todo custo – levaria a recusa das pessoas de esquerda por outras de direita. Podemos tomar o *paradoxo da tolerância* de Popper (1974) como uma forma de explicar este comportamento, onde o que percebemos é que estes(as) usuários(as) de esquerda apresentam-se como "intolerantes" contra os intolerantes. Isso se faz flagrante em discursos como: "[...] *seu ódio e seu preconceito aqui não são bem vindos*" e *"[...] respeito opiniões divergentes, não aceito quem tenta depreciar as minhas"*.

Ou seja, a recusa por um bolsonarista, por exemplo, não seria exatamente um elemento de intolerância aos termos em que tratamos da intolerância relativa a uma direita conservadora, mas sim uma tentativa de não encontrar uma figura que partilhe de ideais conservadores e que possa se mostrar como intolerante.

Como fora possível perceber com as imagens e descrições de perfis de usuários do aplicativo *Tinder* no período de coleta dos dados para esta pesquisa, o elemento político está explicitamente presente como critério para seleção do outro e para o estabelecimento de uma relação ou experiência afetivo-sexual. Assim, como exposto até aqui, tentamos defender a

hipótese de que este fenômeno se deu devido a uma construção de um cenário de grande polarização político-ideológico pelo qual passamos nos últimos anos. Nesse sentido, estas experiências de polarização política, ideológica e partidária entranhada no debate público teria sido extrapolado para a vida privada, alcançando até mesmo os discursos afetivos e espaços destinados a busca de experiências afetivo-sexuais.

Para as pessoas de direita, a esquerda, PT, progressistas e feministas seriam os grandes responsáveis pela quebra de valores familiares, cristãos e tradicionais, pela perversidade, pelo mal e depravação, portanto, devem ser combatidos e extirpados da existência, mesmo que à base de "*uma porrada inesquecível*", como profere Olavo de Carvalho. Do lado oposto, aqueles de direita, conservadores, reacionários e fascistas seriam os responsáveis pelo enfraquecimento e quebra das instituições democráticas. A revolta e indignação proporcionadas pelo discurso de Golpe de Estado que teria sido orquestrado para a remoção da então presidenta, além dos retrocessos em conquistas de direitos sociais, pelo projeto de destruição e morte elaborado pelo governo Bolsonaro também inflamam os ânimos e incita o sentimento de ódio. Assim, vemos que este quadro proporcionou a ampliação dessa polarização política no país e permitiu que estes sentimentos de desconfiança, aversão, medo e ódio tomassem conta do imaginário e do repertório emotivo da população em geral.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Raquel. Fake News: arma potente na batalha de narrativas das eleições 2018. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 70, n. 2, p. 9-12, abr.-jun., 2018.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos*: CEBRAP, São Paulo, v. 38, n. 01, p. 185-213, abr. 2019.

ALONSO, Ângela Maria. A política nas ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos*: CEBRAP, São Paulo, ed. Especial, p. 49-58, jun. 2017.

CAVALCANTI, Hellen Taynan da Silva. *Deu Match! As trocas nos relacionamentos virtuais e a objetificação do sujeito no Tinder*. 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

CAVALCANTE DOS SANTOS, Sheila. *Curtir ou Não Curtir: Experimentações a partir do Tinder*. 2018. 178 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

DIAS, Fernando Nogueira. O medo enquanto emoção social: contributos para uma sociologia das emoções. *Fórum Sociológico*, n.15/16, p.295-313, 2006.

ELIAS, NORBERT. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FIRMINO, Gustavo Cassanta. Conservadorismo liberal e classes médias: uma análise do "Vem Pra Rua" e do "Movimento Brasil Livre". In: X Seminário do Trabalho: trabalho, crise e políticas sociais na América Latina, 2016, Marília-SP. *Anais eletrônicos do X Seminário do Trabalho: trabalho, crise e políticas sociais na América Latina*. Marília-SP: UNESP, 2016. p. 1-17.

LANKSHEAR, Colin; *et. al.* Pesquisa de práticas na Internet. In: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (orgs). *Teoria e método de pesquisa social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 202-211.

MULHERES UNIDAS CONTRA BOLSONARO. *Facebook*. Disponível em: https://www.facebook.com/groups/499414607198716/. Acessado em 24/04/2020.

NEMER, David. The three types of WhatsApp users getting Brazil's Jair Bolsonaro elected. *The Guardian*, 25 out 2018. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2018/oct/25/brazil-president-jair-bolsonaro-whatsapp-fake-news. Acessado em: 28/04/2020.

POPPER, Karl Raimund. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Cláudia. *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ROCHA, Camila. "Imposto é Roubo!": A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-*impeachment* de Dilma Rousseff. *DADOS*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 3, p. 1-42, 2019.

RUEDIGER, Marco Aurélio; GRASSI, Amaro (orgs). Desinformação na era digital: amplificações e panorama das eleições 2018. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2018.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione; PINHEIRO, Naira Leticia Giongo Mendes. Movimento #EleNão: reconhecimento e afirmação do ato de fala das mulheres na política. *Revista do centro de educação da UFSM*, Santa Maria, v. 45, 2020.

SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofélia Elisa Torres. A cobertura do "Vem Pra Rua" pelas revistas nacionais em 2013: uma análise das capas. *Revista de estudos da Comunicação*, Curitiba, v. 17, n. 42, p. 23-41, jan.-abr., 2016.

SOUSA, Cidoval Morais de; SOUZA, Arão de Azevedo (orgs). Jornadas de Junho: Repercussões e Leituras [Livro eletrônico]. Campina Grande: EDUEPB, 2013. p. 54-61.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo:** a política do "nós" e "eles". Porto Alegre - RS: L&PM, 2018

CAPÍTULO XVII

SOLIDÃO E *ESCREVIVÊNCIAS*: CONSIDERAÇÕES SOBRE HIERARQUIAS E MICROPOLÍTICAS ANTROPOLÓGICAS EM ANA DAVENGA

Maria Luiza Mendes de Araújo [1]

[1] Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Ciências Sociais. E-mail: marialu.mnds@gmail.com

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar o sentimento de solidão sofrido por uma mulher negra no conto Ana Davenga (2016), de Conceição Evaristo, e sua relação com hierarquias e micropolíticas. Para esse fim, sustenta-se a tese de que a representação da personagem feminina traduz expressões daquilo que é vivido enquanto mulher preta, denotando aspectos de gênero e raça dentro de suas relações sociais que, por sua vez, são hierarquizadas. A partir de uma sistemática revisão bibliográfica da Antropologia das Emoções, percebe-se que na vida da personagem não se trata de uma solidão da "falta de contatos". Nesse sentido, constata-se a dupla faceta que a solidão da mulher negra é dotada. Existe um aspecto primário, ontológico e existencial, que remete ao individualismo; por outro lado, há outra configuração que tange o social, marcado pela micropolítica e que é fruto de relações hierárquicas que oprimem a mulher negra em seus diferentes papéis e lugares sociais.

Palavras-chave: Solidão. Micropolítica. Escrevivências.

1. INTRODUÇÃO

A presença de emoções negativas vem se mostrando cada vez mais forte hodiernamente. Por um lado, as relações sociais se expandem à medida que o mundo torna-se cada dia mais globalizado, por outro, paralelamente, o crescimento do individualismo nas sociedades contemporâneas estreita laços, conexões que se estabelecem entre atores sociais a partir da interação. Em tempos de isolamento, a temática da solidão se torna ainda mais clara; aqui, nosso enfoque será também em questões raciais e de gênero à luz da brilhante Conceição Evaristo. No que tange ao domínio da Antropologia das Emoções, existe por parte das autoras desse campo um consenso naquilo que diz respeito à dupla antropologia e literatura: de forma a fazer, assim, "um apelo preciso: que a etnografia voltada para o estudo das emoções busque na literatura inspiração para encontrar uma forma textual adequada à descrição da vida emocional" (COELHO, 2019, p. 279).

Uma experiência antropológica qualquer, em especial sob condições adversas tais como a atual conjuntura pandêmica, requer um cuidado especial. Em primeiro lugar, devido à necessidade da sistematização daquilo que se estuda, em singular no campo da Antropologia das Emoções; o exercício prático, já que não propriamente etnográfico e da observação participante, faz-se necessário. Outrossim, em segundo lugar, a condição de distanciamento social que nos foi imposta exigiu um maior aprofundamento na chamada "imaginação sociológica", forçando-nos a forjar uma visão diferente para olhar o que nos é cotidiano.

2. A ESCREVIVÊNCIA DE CONCEIÇÃO EVARISTO E A CONSTRUÇÃO DA PERSONAGEM FEMININA EM ANA DAVENGA

Conceição Evaristo é uma escritora brasileira nascida em 1946. A autora, negra, vinda de família pobre na Zona Sul da capital mineira, faz escrita e vivência confluirem em suas publicações. O que a autora chama de escrevivência é isto: a convergência do eu-pessoal e o eu-literário. Essa aproximação é muito comum, de acordo com Lélia Gonzalez (1984, p. 224), já que "o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo". Dessa forma, a função de sua obra é clara: subverter a condição branca e androcêntrica da literatura, ao passo que é incômoda ao tratar de assuntos ainda não pacificados na sociedade brasileira, como o racismo e o sexismo. Outros autores, ao também analisar a obra de Conceição descrevem-na de forma em que nos convém que sejam citados em suas próprias palavras: Tem-se assim que a "literatura que Conceição produz é poética, é musical, é ritmada, não para adormecer os da casa-grande, como costuma proferir a escritora e, sim, para despertá-los dos seus sonos injustos" (CARDOSO; SILVA, 2017, p. 63).

Apesar de a autora assinar uma vasta literatura, foi escolhido para este artigo, o exercício da imaginação sociológica em Ana Davenga, o segundo dos quinze contos brilhantemente narrados em "Olhos d'Água". Este livro, publicado pela primeira vez em 2016, dispõe de uma coletânea de histórias curtas, contadas em formato de contos por um narrador observador em terceira pessoa. Cada um deles, apesar de suas peculiaridades, reflete situações de violência e dominação sofridas pelas personagens centrais; em sua maioria, mulheres negras. Como bem veremos, as protagonistas de Olhos d'Água lidam, cada uma à sua maneira, com problemas cotidianos que por sua vez advêm da discriminação racial, de gênero e de classe. A partir dessa construção das personagens, o feminino, em Olhos d'água, se define como luta, resistência e denúncia das marcas de um poder que solapa a "existência" individual e coletiva das mulheres habitantes das periferias urbanas brasileiras (PEREIRA; LISBOA, 2018, p. 160).

Uma vez demonstrada a confluência do escrever-viver de Conceição, adentramos, agora, em Ana Davenga. Talvez um dos contos mais comoventes da coletânea, o texto ilustra a vida de Ana, mulher negra e periférica, cujo parceiro Davenga é chefe do crime na região. Narrada em terceira pessoa, com exceção de algumas curtas falas diretas de personagens masculinos, a história deixa explícita desde o começo a posição subalterna da personagem central; mesmo sendo protagonista, não tem voz ativa, não se comunica diretamente com as outras pessoas presentes nas cenas. Seus pensamentos, portanto, são expressos no narrador onisciente, que demonstra a inquietação de Ana quando um prenúncio de samba ecoa em seu barraco. É assim que se inicia nossa trama: com batidas na porta que fazem a mulher levantar de sua cama e ter sua morada invadida por uma estranha roda que a circundava. Entretanto, uma presença lhe faltava, a de Davenga. Ana se inquietava ao lembrar de situações passadas que seu homem havia se envolvido no mundo do crime, imaginando o que poderia acontecer de pior para justificar a ausência do amado. Logo em seguida, seus pensamentos se voltavam para as pessoas que ali estavam; quando se mudou para o barraco de Davenga, odiavam-na. Era impossível, para aquelas pessoas, aceitar uma mulher no quartel-general. Entretanto, ela era cega, surda e muda no que se referia a assuntos deles (EVARISTO, 2016, p. 22).

A continuidade da trama se dá, a partir daqui, de uma forma não linear no que diz respeito ao tempo. Recordações vão e vêm à mente de Ana, construindo na mente do leitor uma imagem afetiva do que seria a relação da mulher com Davenga. Narra-se o roubo ao banco feito por uma gangue alheia, um assalto a um deputado e a roda de samba onde o casal se conheceu. Ao lembrar-se de cada uma dessas situações, Ana sente-se aflita, imaginando os piores cenários possíveis, inclusive deixando-a com inúmeras incertezas sobre seu destino próximo. Ademais, a presença de crianças no recinto a fez questionar o futuro da criança que estava em seu ventre, fruto do gozo-pranto de Davenga. Sempre que o casal se relacionava sexualmente, o homem chorava, tinha o "prazer banhado em lágrimas". Isto Ana não entendia, como poderia ser motivo de sofrimento um momento tão bom, tão íntimo?

É justamente neste momento que o homem invade o círculo, abraçando-a com os dizeres "Mulher, tá pancada? Parece que bebe? Esqueceu da vida? Esqueceu de você?" (EVARISTO, 2016, p. 29). Assim, Ana Davenga se dá conta: é seu aniversário, mas não sabia o porquê em lembrar daquilo. Recebia ali uma primeira festa, ao completar seus vinte e sete anos de vida, nunca antes havia experienciado tamanha comemoração. E ela, tão viciada na dor, fizera dos momentos que antecederam a alegria maior um profundo sofrimento (EVARISTO, 2016, p. 29). A partir deste ponto, os personagens partem, então, para o aproveitamento da folia, seguida, como todas as noites, do gozo-pranto do casal. Por fim, chegam ao infeliz desfecho; ali, onde

Ana e seu homem deitavam juntos em sua nudez, policiais os surpreendem. São mortos a tiros, Davenga e sua mulher numa tentativa de proteger o filho, pequena semente, quase sonho ainda (EVARISTO, 2016, p. 30).

Narrada a trama, partiremos agora para alguns apontamentos e indagações com o fito de evidenciar a problemática da solidão. Em primeiro lugar, faz-se mister salientar a condição da personagem enquanto negra e mulher; sofre, portanto, com o racismo e com o sexismo, simultaneamente. Sobre essas duas categorias, devemos compreendê-las como opressões que não se sobredeterminam, mas, pensar em relações hierárquicas que atuam em conjunto, dentro de situações específicas, para realizar certos trabalhos emocionais.

Percebe-se, no conto, a utilização de pronomes possessivos que explicita uma objetificação dos indivíduos ao passo que sugere a noção de posse. Exemplo disso é dado logo nas primeiras linhas do texto, onde Ana percebe que no barraco "todos entraram, menos o seu". Mas tal posse é empregada antes mesmo da apresentação dos personagens no conto, sugerindo a existência de pares afetivos ou laços familiares. Como observado por Cardoso e Silva (2017, p. 67), domínio sobre o outro e expõe a tentativa de não solidão das personagens, uma vez que no universo da marginalidade espera-se que os sujeitos ajam e sobrevivam solitários. Entretanto, Ana Davenga não estava sozinha, pelo menos não fisicamente. No decorrer de toda a trama, a mulher se encontra em meio a um grupo de pessoas que estavam ali para comemorar seu aniversário, e até mesmo em suas inquietas lembranças da vida cotidiana ela se posicionava sempre em meio às mulheres e à comunidade periférica de uma forma geral. Assim, por que dizer que a personagem sentia solidão?

3. HIERARQUIAS, MICROPOLÍTICAS E SUAS EXPRESSÕES NA LITERATURA

Para responder à questão levantada anteriormente, é preciso fazer primeiro uma rápida explanação acerca do domínio da Antropologia das Emoções. Duas autoras se dedicaram ao mapeamento desse campo epistemológico, Cláudia Barcelos Rezende e Maria Cláudia Coelho, no livro intitulado "Antropologia das Emoções" (2010). De acordo com as intelectuais, (2010, p. 26) entende-se nesta disciplina que o modo como entendemos e vivenciamos o corpo é sempre mediado pelas formas de pensar cultural e historicamente construídas. Por ora, já vimos consideração semelhante com Lélia Gonzalez na seção anterior. Dessa forma, distintamente como se pensa na etnopsicologia ocidental, classificar fatos biológicos e culturais torna-se uma tarefa árdua e, por muitas vezes, sem definição concreta. É comum que no senso comum, entenda-se as emoções como algo que diz respeito exclusivamente ao sujeito

individual, medida de sua singularidade como ator social. Essa natureza, segundo Rezende e Coelho (2010, p. 38) , "tornaria [a emoção] portanto refratária a condicionamentos de natureza sociocultural". Portanto, aqueles autores que se dispõem a debruçar sobre o estudo da Antropologia sob uma ótica emocional tendem a concordar que sentimentos e emoções se relacionam a formas específicas de ver o corpo, que por sua vez são socialmente construídas. Para realizar essa análise, Lila Abu-Lughod e Catherine Lutz (2018 [1990]) apresentam quatro estratégias possíveis: essencializar, relativizar, historicizar e contextualizar o discurso emocional.

Feita essa breve introdução, faz sentido tratar uma conversa ocorrida entre Michel Foucault e Richard Sennett. Em "Sexualidade e solidão" (1981), esses autores dividem os tipos de solidão em três de acordo com sua relação com o poder. Há uma solidão do isolamento, uma solidão da rebeldia, e uma terceira, a solidão da diferença. A solidão do isolamento, tal como a conhecemos, caracteriza-se por aquilo que Émile Durkheim (1858-1917) e seus continuadores chamaram de anomia. Já a solidão da rebeldia, nas palavras de Foucault e Sennett (1981, p. 1) suscita medo da parte dos que detêm o poder. Esta é solidão do sonhador, do *homme révolté*. O que nos interessa aqui é a terceira categoria, que se encaixa na situação de Ana Davenga. Este último tipo, a solidão da diferença, traduz-se na sensação de "ser um entre muitos, de ter uma vida interior que é mais que um reflexo da vida dos outros" (FOUCAULT; SENNETT, 1981, p. 5).

Quando contextualizamos para a situação específica de Olhos d'Água, nesse sentido, há uma diferenciação entre o "ser solitário e o ser sozinho", uma vez que Ana, incluída no terceiro tipo, estava na presença de inúmeras pessoas e mesmo assim sentia-se angustiada. Portanto, cabe aqui uma crítica à classificação feita em Sexualidade e Solidão: nessa organização, os autores pressupõem a existência de relações hierárquicas nos dois primeiros gêneros, enquanto o terceiro "transcende os termos de poder". Quando se discute a questão da mulher negra, contudo, é impossível negar a existência da relação de subordinação que ela está submissa. Assim, entendemos que a solidão da diferença compreende também fatores de ordem hierárquica, não sendo unicamente uma questão pessoal. Apoiando-nos em "Tempos e silêncios em narrativas: etnografia da solidão e do envelhecimento nas margens do dizível", de Raphael Bispo, sugerimos haver no conto a ocultação de tramas e conflitos vividos em relações pessoais da personagem por meio da expressão da solidão. Nessa percepção, portanto:

> "Foge-se com isso de uma visão essencialista e individualizada dessa emoção – a solidão como um sentimento da "não relação", da "falta de contatos" – para pensá-la como um sentimento múltiplo e repleto de contatos sociais, vivido de formas muito diferentes e que se atualiza justamente na diversidade das experiências sociais vividas pelos sujeitos." (BISPO, 2016, p. 253)

Na vida de Ana Davenga, não se trata de uma solidão da "falta de contatos". Existem inúmeras relações sociais na qual a personagem está inserida; o ponto aqui trata-se de assimilar o "lugar social" que se ocupa em cada uma das hierarquias das relações. O universo da micropolítica que abrange a vida de Ana, no entanto, engloba o racismo e o sexismo, visto que é mulher preta. O "estar só", portanto, é resultado de uma solidão da diferença e tem origens claras, não sendo apenas intimista ao nível intrapessoal. Pelo contrário, a posição da mulher negra é a base constitutiva de uma sociedade racista e androcêntrica, uma vez que ela é responsável por tarefas dentro e fora de casa. No caso de Ana, por exemplo, são atribuídas tarefas à personagem que dizem respeito à manutenção do lar e ao apoio emocional de outras mulheres cujos companheiros também se envolviam com o crime. Além disso, Ana já se preocupava e planejava em relação aos futuros cuidados para com a criança que chegaria, fruto de seu ventre. Em meio a tantas funções, não há visibilidade ou afundamento na sua própria condição enquanto ser humano.

No conto, a ausência de Davenga faz Ana imaginar onde estaria seu homem, chegando a cogitar sua morte:

> "O peito de Ana Davenga doía de tremor. Todos estavam ali, menos o dela. Os homens rodeavam Ana. E as mulheres, como se estivessem formando pares para uma dança, rodeavam seus companheiros, parando atrás de seu homem certo. Ana olhou todos e não percebeu tristeza alguma. O que seria aquilo? Estariam guardando uma dor profunda e apenas mascarando o sofrimento para que ela não sofresse? [...] Onde estava Davenga? Teria se metido em alguma confusão?" (EVARISTO, 2016, p. 22-23)

Nesse ponto, torna-se perceptível que a solidão não opera sozinha. O tremor no peito marca a sensação de angústia. Como bem conceituado por Maria Cláudia Coelho, o sentimento de angústia é o medo sem nomeação. Medos particulares, por terem fontes e contornos precisos, podem ser mais bem enfrentados (COELHO, 2020, p. 1) Os medos particulares de Ana, portanto, dizem respeito à sua condição de classe, de raça e de gênero perante ao meio social. Como dito anteriormente, nota-se, mais uma vez, a presença do grupo de emoções, neste caso em par, atuando conjuntamente com o fito de realizar um trabalho emocional.

Outrossim, a posição hierárquica, ou seja, o "lugar social" ocupado pela protagonista é de tamanha subalternidade que não se percebe a presença de falas de Ana. Suas inquietações são expressas em forma de monólogo por meio da narração, de modo que a construção do pensamento por intermédio da sequência de perguntas gera uma angústia ainda maior. Maria Cláudia Coelho (2019, p. 282) comenta sobre o *anthropological blues* do antropólogo Roberto DaMatta ao tratar sobre a temática da solidão, considerando que este "advém do saber-se entre dois mundos". Enquanto isso, a personagem Ana Davenga demonstra não saber de nada; nem

mesmo de onde está *seu* homem. O medo que Ana sente por não ter essa informação relaciona-se com o medo proveniente do traumatizante contato com a violenta barbaridade do mundo branco, que é a irracionalidade do racismo que nos coloca sempre como sempre como a/o 'Outra/o' (KILOMBA, 2019, p. 40).

Em síntese, o vazio-de-ser, causador de uma angústia intimista, chamada por Sennett e Foucault de solidão da diferença, intensifica-se com as hierarquias e com a micropolítica. Isto é, uma vez que estas acionam dispositivos estruturais de racialidade e de gênero que atuam simultaneamente, um grande aparato de opressões é criado. Isso porque um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos (FOUCAULT, 2012, p. 157). A solidão da mulher negra, em especial Ana Davenga, não diz respeito somente ao campo ontológico-existencial, mas se relaciona aos agravantes resultantes do meio social em que a personagem está inserida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imaginação sociológica de Charles Wright Mills nos faz pensar situações a partir de uma ótica diferente, talvez porque sua essência seja a combinação de ideias que ninguém supunha que fossem combináveis (MILLS, 2009, p. 41), como no caso de juntar a literatura subversiva afro-brasileira com perspectivas antropológicas. Nesse sentido, o exercício do artesanato intelectual de Mills se substantiva na necessidade de encontrar novos temas de estudo, em especial em tempos de distanciamento social.

Observa-se no presente trabalho a dupla faceta que a solidão da mulher negra é dotada. Por meio de tal análise, torna-se possível concluir que coexistem a) um aspecto primário, ontológico e existencial, que beira o individualismo e questões reflexivas, enquanto por outro lado, b) uma outra configuração desse sentimento que tange o social, marcado pela micropolítica e que é fruto de relações hierárquicas que oprimem a mulher negra em seus diferentes papéis e lugares sociais. Ademais percebe-se a presença de outros sentimentos que operam junto à solidão cujo papel é exercer os trabalhos emocionais, como no caso do medo/angústia. Essa operação conjunta, portanto, serviria para realçar as relações de poder, fazendo com que os problemas da vida social façam mudanças naquilo que seria individual e íntimo dos personagens.

Dessa forma, somos levadas a discordar da classificação elaborada por Michel Foucault e Richard Sennett em "Sexualidade e solidão" que nega a existência de relações de poder na solidão da diferença, de tal forma a se justificar a presença deste elemento por meio das noções

de micropolíticas e hierarquias na vida das personagens das histórias. Como visto, o posicionamento de Ana Davenga enquanto mulher negra periférica insere-a em uma série de relações que, como tais, são marcadas pelo sexismo, racismo e opressões de classe social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-LUGHOD, Lila, e Catherine LUTZ. "Emoção, Discurso e políticas da vida cotidiana". Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2018 [mimeo – tradução para uso didático por Leandro de Oliveira. Do original em língua inglesa, ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine. "Introduction: Emotion, discourse and the politics of everyday life", em C. Lutz e L. Abu-Lughod (orgs.), **Language and the Politics of Emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 1-23].

BISPO, Raphael. Tempos e silêncios em narrativas: etnografia da solidão e do envelhecimento nas margens do dizível. **Etnográfica**, Lisboa, v. 20 (2), p. 251-274, 2016.

BERTOLINI, Jeferson. O conceito de biopoder em Foucault: apontamentos bibliográficos. **SABERES**. Natal, v. 18, n. 3, p. 86-100; dez. 2018.

CARDOSO, Sebastião Marques; SILVA, Elen Karla Sousa da. Representações da violência no conto "Ana Davenga", de Conceição Evaristo. **Revista da ANPOLL**, Florianópolis, v. 1, n. 43, p. 59-74, fev. 2017.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese. Doutorado em Educação. Feusp, 2005.

COELHO, Maria Claudia. As emoções e o trabalho intelectual. **Horizontes Antropológicos**, [S.L.], v. 25, n. 54, p. 273-297, ago. 2019.

_____. Porcos-espinhos na pandemia ou A angústia do contágio. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia, p. 1-10, abr. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. "Ana Davenga" *In* **Olhos d'Água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016. p. 21-30.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**. Rio de Janeiro: Graal, 2012

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____; SENNETT, Richard. "Sexuality and solitude" [Sexualidade e solidão] In **London Review of Books**, Londres, 1981. p. 4-7.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 223-244, jan. 1984.

KILOMBA, Grada. "A máscara: colonialismo, memória, trauma e descolonização" In **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MILLS, Charles Wright. **Sobre o Artesanato Intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra**: afetividade e solidão. Salvador: EDUFBA, 2013.

PEREIRA, Humberto Gomes; LISBOA, Natália de Souza. Análise decolonial das personagens femininas da obra Olhos d 'água, de Conceição Evaristo. **ANTARES**: Letras e Humanidades, Caxias do Sul, v. 11, n. 22, p. 159-177, maio de 2018.

REZENDE, Cláudia Barcelos; COELHO, Maria Cláudia. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ENSINO DE SOCIOLOGIA: PRÁTICAS DE ENSINO E OS USOS DE SABERES TRADICIONAIS, POPULARES E SOCIOLÓGICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR

CAPÍTULO XVIII

ENCURTANDO DISTÂNCIAS: OLHANDO DE CIMA OU COM OS PÉS NO CHÃO?

UM RELATO SOBRE TROCA DE FOTOS E CARTAS ENTRE ALUNOS DE ESCOLAS PRIVADA E PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO

Gabrielle Cotrim D'Alecio [1]

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal Fluminense – gabicotrimsocio@gmail.com.

RESUMO

Este trabalho faz parte das atividades analisadas para a minha tese de doutorado que estuda o desinteresse escolar e modos de vida de estudantes de diferentes realidades socioeconômicas, uns estudantes da escola privada do período matinal, moradores da orla do Rio de Janeiro – Barra da Tijuca; e os outros estudantes do ensino noturno de uma escola pública localizada na periferia da zona norte carioca, Favela da Parapedro. O objetivo foi transformar as angústias da relação professor- aluno e aluno-professor em desejo. E o método utilizado foi a troca de experiências entre alunos de escolas privadas e públicas através de fotos e cartas.

1. INTRODUÇÃO: SITUANDO O LEITOR

Este trabalho faz parte das atividades analisadas para a minha tese de doutorado que estuda desinteresse escolar e modos de vida de estudantes de diferentes escolas. Estudantes

que partem de realidades socioeconômica distintas, uns moradores da orla do Rio de janeiro, da escola privada à 300m da praia, no ensino matinal. E os outros estudantes moradores da Favela da Parapedro, localizada na zona Norte, à 30km da praia, do ensino público noturno.

Sou professora na escola pública CIEP 323 Maria Werneck de Castro, localizada na periferia do Rio de Janeiro, há sete anos. Leciono no período noturno, com jovens moradores da favela da Parapedro, localizada no bairro de Irajá, zona norte da cidade. À 34km de distância, leciono no turno matinal há dez anos, em uma escola da rede privada do Rio de Janeiro. Localizada no bairro da Barra da Tijuca, zona oeste da cidade, que possui como mensalidade escolar em média de 4.500 reais.

De início já é evidente as diferenças apresentadas em ambas realidades escolares, moradores de favela x moradores da orla do Rio de Janeiro; Estudantes do ensino noturno em uma escola pública Estadual x estudantes de uma escola privada à 30metros da praia, no período matinal, pagando mensalidades próximo aos cinco mil reais. Por outro lado, existem diversas proximidades.

Das escolas nas quais trabalho, e nas outras escolas privadas e públicas que trabalhei nesses doze anos de sala de aula, nunca identifiquei tanto desinteresse por parte dos alunos e professores a respeito do conhecimento escolar. Na escola do período noturno, parte dos estudantes vivem cansados, desestimulados a aprender. A maioria são trabalhadores, que fazem "bicos" no entorno da instituição. Muitos obtém renda trabalhando como manicures ou barbeiros, por exemplo – mas a ocupação principal de grande parte desses jovens de carregadores de caixas (estoquistas de alimentos) no Centro de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA). Este centro fica a um quilômetro da escola, fazendo parte integral da vida destas pessoas. Neste espaço, além de renda e sociabilidades particulares, se convive também com sujeira, animais, alimentos estragados e um cheiro forte de putrefação. Grande parte desses jovens são filhos e netos de pais e avós que não possuem profissão, carteira assinada. A maioria sobrevive de "bicos", empregos temporários, como vender produtos no sinal, no metrô, assistente de pedreiro, auxiliar de caixa de mercado (como jovem aprendiz), manicures, barbeiros, carregadores de caixas do CEASA, e a maioria diz que se deslocou para a região devido a possiblidade de encontrar emprego/renda no CEASA. Desse modo, carteira assinada, ascensão socioeconômica via estudo e profissão são elementos raros nas sociabilidades desses sujeitos.

Nessa escola, os professores do período noturno, encontram-se quase sempre exaustos. Grande parte trabalhou nos turnos matutinos e vespertinos em outras escolas, ou no próprio CIEP (muitos dizem que o ensino matinal é outra realidade, a escola de tempo integral conta

com outra dinâmica, outro grupo de alunos, a maioria dos professores amam dar aula nessa mesma escola pela manhã). Estão todos cansados e estafados. Ou seja, chegar ao CIEP às 18:30h era/é a catarse do cansaço, das angústias e do desânimo.

Grande parte desses estudantes chegam às 18horas e vão para o refeitório comer, estão cansados, quietos ou nervosos. Nós, os professores, estamos iguais. Sentamos à mesa, quase todos os professores, no refeitório e comemos. Muito silêncio, as vezes alguns latidos dos muitos cachorros que ocupam esse espaço, além de por vezes encontrarmos porcos e cavalos no pátio da escola. Outras vezes moradores do entorno ou da rua entram na escola para pedir comida. Fato é que as aulas iniciam às 19h e com sorte vai até 21:30h. A pressão de todos para ir embora é grande. Diferentes motivos nos fazem pressionar: cansaço, o perigo, o ônibus que para de passar, a escuridão do entorno, etc. Nós professores temos essa missão nos fazer interessar, todos, pelo conhecimento escolar diante todos os contingentes.

Por outro lado, na escola privada, no período matinal, apesar de se tratar de uma realidade economicamente privilegiada - com pagamento de horas/aulas alta, em relação à média do salário de professor – e de jovens de classe média alta à ricos, o desânimo e a reclamação eram tão fortes quanto na escola pública. Nessa escola os alunos dormiam, ficavam no celular o tempo todo e entravam em conflito com os professores recorrentemente, alegando não querer cumprir as regras estabelecidas em sala de aula. Os professores, por sua vez, reclamavam em uma espécie de divã, na sala dos professores, inclusive eu.

Esses jovens da escola privada, diferente dos estudantes da escola pública, não trabalham. Exceto os raros casos de jovens que auxiliam na empresa do pai. Possuem desde o berço o privilégio de poder investir em atividades esportivas, musicais, imaginativas ampliando seus capitais culturais. Grande parte deles moram em condomínios de casas ou prédios em frente à praia ou condomínios nas avenidas principais do bairro. Pouquíssimos moram na parte mais residencial do Bairro, denominado como Barrinha, onde ainda não possuem tantas construções condominiais. Existem também os alunos bolsistas, que das turmas analisadas, contávamos com cinco alunos de cento e dez. Esses cinco moram nas favelas, Rocinha, Rio das Pedras ou Cidade de Deus. E a presença deles na escola sempre causou muita turbulência.

No ano de 2018, com a entrada desses cinco alunos, indicados como melhores alunos de escolas municipais do entorno, todos foram concentrados na mesma turma e por consequência a turma foi apelidada pelos os alunos do primeiro ano do ensino médio de "África", três meninas pretas e as primeiras a entrarem na escola. Isso gerou muito incômodo às meninas e aos demais estudantes. Diferenciadas dos demais, elas liam Conceição Evaristo, Ângela Davis, Laurentino

Gomes e eram destaque em eloquência, resultados e faziam com que todos os professores preferissem aquela turma devido o interesse apresentado por elas.

Por outro lado, conscientes de suas condições etnicoraciais e socioeconômica, foram a direção reclamar da denominação de "África", alegaram o racismo da "brincadeira", porém nada foi feito. Uma aluna ao final do ano pediu para sair da escola e voltou a estudar em uma escola pública do Rio de Janeiro. A saída não teve relação direta com notas, mas a sensação de não pertencer aquele ambiente, questões pessoais em seu lar, e sua sexualidade - que já era abertamente lésbica - a fazia se sentir muito diferente de todos. De modo indireto, me tornei basicamente "tutora" desses jovens que possuo contato até hoje, recém formados no ensino médio. Hoje me considero amiga delas.

A escola, que fica à 300 metros da praia, conta com uma arquitetura moderna, "clean", porém sem espaço para atividades físicas e sem luz direta do sol. Em uma fachada de prédio, possui um piano bem na entrada de recepção aos estudantes. Em alguns intervalos os jovens, que sabem, se revezam e tocam um pouco do piano para os demais colegas ouvirem. Caso queiram correr ou fazer atividades físicas precisam ser deslocados para uma academia próxima (onde ocorrem as aulas de educação física) ou para praia, depende da decisão dos professores e da direção. Recentemente chegou uma mesa que eles denominam como "futmesa", onde podem jogar futebol sobre ela. Um formato "gourmetizado" de altinha para espaços de prédio/condomínio.

Grande parte desses jovens são filhos de pessoas que se identificam como empresários, muitos com curso universitários, alguns com pós-graduação, principalmente stricto sensu, alguns filhos de policiais civis e federais, e raríssimos filhos de professores, seja da educação básica ou do ensino superior. Porém, conta com muitos estudantes filhos de políticos, de jornalistas da TV Globo, diversos filhos de atores e atrizes da mesma emissora, filhas e filhos de cantores de samba e pagode famosos, filhos e filhas de jogadores de futebol muito conhecidos no Brasil e no mundo, esses grupos de jovens de famílias desse porte é muito presente na escola também.

Sessenta por cento desses jovens são filhos de uma burguesia recente no Brasil, e na cidade do Rio de Janeiro. Não fazem parte de uma burguesia ilustrada, são considerados os novos ricos. Segundo Ana Maria F. Almeida (2002, p.135), em um artigo publicado no livro Escolarização das elites, uma burguesia ilustrada é aquela que têm no mínimo a geração desde os avós nessa alta posição social. Não é o caso da maioria dos jovens dessa escola. Trata-se de serem filhos desses pais, que muitos são a primeira geração de "ricos" dessas famílias, trazendo

comportamentos, *habitus, sociabilidades* e capitais que partem das áreas menos abastada da cidade.

Já os professores dessa realidade sempre correndo de uma escola à outra, de um prédio a outro, têm como missão fazer esses jovens irem para sala e terem interesse no que temos a dizer. Grande parte desses professores não lecionam em escolas públicas, e são professores de "alto custo" no mercado das escolas/cursos preparatórias para o vestibular. Ainda assim, competir com o "futmesa", com o visual da praia e com o piano, era nossa mais árdua tarefa. Talvez, o desânimo desses profissionais esteja em lidar com um grupo de jovens que não está tão interessado em cursar universidade pública, e nesse caso, a retórica de convencimento do professor aos alunos para assistirem as aulas não faça sentido. A consequência é o desgaste de ambas as partes.

De todo modo, o que é fato é que meu trânsito pela cidade, de uma escola à outra, desaguava na mesma perturbação quando estava em ambas as realidades: o barulho. O sentimento que despertava era angústia e frustração, mas isso não era individual, era coletivo. Era impressionante como o barulho nesses ambientes eram parecidos, ao mesmo tempo que se ouvia muitas coisas, gritos, risadas, xingamentos, por outro lado estávamos todos ensurdecidos. Gritando para si mesmo. Xingando a si mesmo. Rindo consigo mesmo.

Os sintomas de cansaço, desinteresse, angústia e frustração perpassava a todos, uns pelos corpos melancólicos, outros pelas crises de ira com a direção, inspeção, e colegas, e outros pelo blasé. Para uns, o sintoma da angústia aparecia nos ataques de ira, para outros o sintoma da neutralização da angústia aparecia pela apatia. O mal-estar escolar estava dado, e ele não cessava nos corredores, continuava na sala.

A partir desse contexto busquei transformar as angústias em ato, e comecei a perguntar, conversar, refletir o que fazia esses espaços escolares inicialmente tão perturbadores a todos, ou a quase todos, mesmo com situações materiais e culturais tão opostas, serem tão parecidos.

Nos últimos anos o adoecimento dos docentes vem crescendo abruptamente, bem como, dos estudantes. Em uma pesquisa recente dos pesquisadores de Penteado , R e Neto, S. (2019) , os autores buscam apresentar na interface saúde-educação, uma leitura crítica da problemática do mal-estar, dos sofrimentos e adoecimentos de professores, vinculada à história do trabalho docente, aos modos de ser/estar na ocupação e à cultura do magistério

> No Brasil a literatura acerca dos problemas de saúde e processos de mal-estar, sofrimentos e adoecimentos de professores mostra a prevalência dos transtornos mentais e comportamentais, dos distúrbios da voz e das doenças osteomusculares e do

tecido conjuntivo, os quais atingem os docentes do ensino público e particular de todos os níveis, disciplinas e momentos da carreira (Gasparini; Barreto; Assunção, 2005).

A partir desse contexto busquei transformar as angústias em ato, e comecei a perguntar, conversar, refletir o que fazia esses espaços escolares inicialmente tão perturbadores a todos, ou a quase todos, mesmo com situações materiais e culturais tão opostas, serem tão parecidos.

O primeiro investimento foi elaborar alguns trabalhos com esses alunos, todos do ensino regular, do primeiro e segundo ano do ensino médio, entre 15 e 20 anos de idade. A primeira atividade foi um questionário[i] com perguntas elaboradas a partir dessas intuições que tinha a respeito deles; A segunda atividade foi uma roda de conversa em que coloquei dentro de uma caixa papeis escritos com diversos temas que foram decididos a partir do que apareceu nesses questionários, exemplo: vida sexual, relação com a escola, família, drogas, política, amizade, festas, projeto de vida. Em seguida, gravei, sob a ciência deles, toda a conversa que tive com as turmas, resultando em média, 70 minutos[ii]. Foram três turmas do ensino privado e três turmas do ensino público.

Posteriormente fizemos uma atividade de fotos, onde cada aluno escolheria algum cômodo ou paisagem que tem de sua janela para registrar e me enviar e por fim fizemos troca de cartas entre os alunos do ensino privado e público onde nessa carta eles escreviam suas histórias de vida e posteriormente eu trocaria essas cartas entre os alunos do privado e do público de maneira aleatória.

Com os professores fiz uma série de entrevistas e conversas guiadas de grupo focal, durante os intervalos, na sala dos professores. Com a coordenação e direção de ambas as escolas fiz entrevistas e conversas guiadas através de recursos à distância, pois essas, foram realizadas no ano de 2020 (diante da pandemia)

Para esse trabalho, em específico - que considera os relatos de experiência e a Sociologia como uma ferramenta e auxílio aos discentes a refletirem sobre a realidade social em que vivem - tomei as atividades de troca de fotos e cartas como essenciais ao trabalho. Já que foram essas atividades que trouxeram luz às angústias vivenciadas pela comunidade escolar. Nesse sentido, é importante considerar que ao trazermos atividades para os estudantes, além de queremos trazer novos conhecimentos e aprendizagens, estamos fazendo um movimento de contemplar também as nossas expectativas enquanto professores e refletir sobre nossas angústias.

É nesse lugar que compreendo o exercício de professor, a via é dupla, e ainda que consideremos como pressuposto democrático de educação a valorização da escola pública e dos direitos garantidos a esses jovens, não podemos deixar de considerar que todos os jovens

compõem e escrevem sobre as trajetórias do nosso país. O papel de formá-los críticos e sensíveis em diferentes realidades também é nosso, ainda que as concepções de mundo e de classe nos afastem dessa realização, e consequentemente, ampliam as angústias.

Evidente que as atividades não promoveram uma transformação radical na realidade escolar, porém à época, grande parte dos professores (principalmente os de ciências humanas e linguagens) relataram maior leveza na relação com os alunos, e a direção foi a que mais sentiu e percebeu dilemas que ainda não haviam chegado de maneira legítima à ela.

Na minha relação com os jovens, posso acertadamente garantir que a relação melhorou bastante, principalmente com os da escola privada, já que no ambiente da escola pública, a relação com os estudantes era boa, eles não eram desrespeitosos, mas apenas desinteressados e cansados, sintomas que acabavam sendo incorporados por mim e outros colegas.

2. ORGANIZAÇÃO TEÓRICA-METODOLÓGICA: OS CAMINHOS TRAÇADOS.

Considerando que para esse artigo trabalharei, especificamente, duas atividades que foram essenciais às relações travadas, tomei como uma primeira atividade a realização das fotos de suas janelas e/ou cômodos de casa. A possibilidade dessa atividade foi sugerida a partir de uma disciplina que cursava com profº e doutor Paulo Carrano, denominada Cinema e Juventude, que ao apresentar o filme/documentário "Fora de Série" e as experiências a partir da elaboração desse filme, tinha como uma das atividades feitas pelos ex-estudantes, retratar a realidade ao entorno através de fotos.

O documentário "Fora de série", de direção de Paulo Carrano e produção de Ana Karina Brenner e Raquel Stern, é um filme de pesquisa assinado pelo Observatório Jovem do Rio de Janeiro, grupo de pesquisa vinculado à Universidade Federal Fluminense. A produção foi lançada em março de 2018 e apresentou em torno de quatrocentas exibições para um público aproximado de oito mil espectadores O filme foi realizado com estudantes jovens do ensino médio da Educação de Jovens e Adultos de treze escolas públicas do Rio de Janeiro. Nessa produção os jovens narram suas histórias e expõem sobre suas trajetórias de escolarização e de vida.

Na atividade que apliquei, o objetivo foi fazer com que os alunos analisassem as fotos retiradas e recebidas dos alunos da escola oposta, e a partir daí escolherem palavras que para eles sintetizassem as fotos. A fundamentação teoricametodológica desse trabalho, no que diz respeito a análise de fotos, se guiará a partir do que Carrano e Brenner (2017) apresentam em seu artigo sobre a experiência de seu filme, como fotografia reflexiva. A possibilidade de ler esse

artigo me trouxe o conhecimento de um autor chamado Harper (1988) que traz uma categorização de modos para a utilização de métodos visuais em pesquisas: o modo científico; o modo narrativo; o modo reflexivo; e o modo fenomenológico. E, o modo reflexivo, o escolhido para tal, seria:

> No método fotográfico reflexivo, o sujeito compartilha a definição dos significados; deste modo as definições são "refletidas de volta (4)" a partir do sujeito. Apesar disso ser difícil de fazer em uma pesquisa convencional, é mais fácil fazê-lo por meio de métodos fotográficos. O pesquisador pode começar da mesma maneira, ou seja, fotografando um sujeito ou um ambiente; mas então ele retorna ao sujeito para a definição do significado da imagem. Nesse processo, que tem sido chamada de "elicitação fotográfica"(5), os papéis do pesquisador e do sujeitos são alterados. (MENDONÇA, BARBOSA E DURÃO; 2007; p.6).

Sendo assim, a partir do que os alunos registraram, eles mesmo deveriam analisar coletivamente essas imagens, descrevê-las e por fim escolher palavras que as sintetizassem segundo a significação deles. O meu papel era analisar as falas e discursos que apareceriam daí, além de analisar as imagens, porém mais que me preocupar com as imagens, queriam compreender a percepção deles sobre as imagens.

E o resultado foi oposto às minhas expectativas, considerei que nos contrastes das imagens haveria uma maior sensibilidade à percepção das diferenças e desigualdades sociais, considerei que os alunos da escola privada pudessem trazer essas contradições de modo a indagarem suas visões de mundo; Considerei que os alunos da escola pública pudessem ficar surpresos ou desafiados com as contradições aparentes. Mas não foi isso que percebi após a atividade. Na verdade, essa dinâmica escancarou os estereótipos e preconceitos existentes. A partir das palavras escolhidas por eles nas imagens, e comentários produzidos ao longo da atividade, as minhas angústias ampliaram.

Segundo a pesquisadora e psicanalista Perla Zelmanovich (2019), em um texto sobre o desejo do professor, fantasmas e angústias, a autora aponta que a nossa frustração (e angústias com o ato educativo) está muito relacionado às nossas expectativas e fantasmas. A angústia é produzida "q*uando o fantasma em que se encontra o desejo do professor é desestabilizado, e o ato educativo se interrompe" (*Zelmanovich, 2019, p.1).

A minha expectativa era promover a sensibilidade às diferenças sociais via afeto, mas isso apareceu de maneira agressiva. Então, foi apenas na atividade posterior, da troca de cartas que essas mazelas sociais desabrocharam, e que enfim, consegui promover a empatia entre os grupos sociais de estudantes, e a reflexão sobre as diferentes realidades.

A segunda atividade, sobre troca de cartas entre alunos dessas duas escolas, que tinha como principal objetivo trabalhar o conceito de Imaginação Sociológica de Wright Mills, a partir

dos relatos biográficos dos estudantes, foi, se assim posso definir, o desague de todas as atividades anteriores elaboradas. Nessa hora que os fantasmas e angústias dos alunos foram de fato mobilizadas. Até esse momento eles estavam lidando de maneira corriqueira, uns mais apáticos, outros debochados, outros mais agressivos. Porém, com a atividade das cartas, houve choro coletivo na sala de aula, inclusive o meu.

E a proposta foi que eles contassem suas histórias de vida , não precisando se identificar (quem não quisesse colocar o nome eu distribuí um código de letras para que eles soubessem apenas quem foi o outro estudante da outra escola que pegou sua carta), de maneira livre. Propus que escrevessem ao menos uma página frente e verso, e aí obtive cartas de uma página e até de treze páginas, foi a maior carta escrita.

3. A TROCA DAS FOTOS: O DESAGUE DOS PRECONCEITOS

Dentro da antropologia fotográfica existem diferentes abordagens para lidar com a análise de imagens. Como coloca Uchoa e Godoi(2016) em um de seus artigos, existem diferentes metodologias para considerar o material visual, a iconografia, etnometodologia, autoetnografia, Refotografia e foto-elicitação.

> As imagens visuais não existem em vácuo, e segundo Rose (2012, p. 55), olhar somente as imagens como "imagem" é negligenciar como foram produzidas e interpretadas pelas práticas sociais. Para o cientista social, manter um diário visual é uma boa maneira de recolher e acumular notas de campo (Emerson, Fretz, & Shaw, 2011). Mas isso expõe a dificuldade de como trabalhar esse material bruto dentro das ciências sociais (Chaplin, 2011). (Uchoa & Godoi, p.2 , 2016)

No conceito de iconografia - que é um método qualitativo de interpretação e análise de conteúdo visual, influenciado pela arte e método de interpretação por Aby M. Wargurb, mas difundido por Panofsky (1983) – o processo ocorre em três momentos e a análise considera o quotidiano de uma sociedade, a expressão de sua cultura, política, modos de vida. Já na etnometodologia procura com determinação observar e analisar as práticas sociais comuns; uma análise concreta das atividades diárias como elas realmente ocorrerem.

Na autoetnografia, o pesquisador deixa sua posição de espectador e torna-se o principal assunto do projeto de pesquisa: sujeito e voz subjetiva na narração. E na Refotografia e foto-elicitação constituem práticas visuais inovadoras, geralmente associadas a estudos etnográficos. A compreensão do significado da imagem é explorada pelo pesquisador e o entrevistado durante a conversação, ou uma interpretação participante com descrição verbal, um estimulado intercambio guiado por imagens.

Entretanto nesse trabalho, o objetivo foi considerar a análise que os alunos tiveram sobre as fotos realizadas por eles mesmos, a fotografia reflexiva. Sendo assim, mais que descrever e analisar as fotos realizadas, o intento do trabalho foi de relatar a experiência dessa atividade. Como dito acima, a proposta do trabalho era que os alunos tirassem fotos de suas paisagens ou dos cômodos de suas casas, e antes de qualquer investida para explicar como foi esse momento , considero importante ressaltar um elemento essencial: ambas as realidades foram muito resistentes em tirar as fotos.

Dos mais de cem alunos unindo ambas as escolas, obtive quarenta alunos da escola privada realizando a tarefa, e vinte cinco alunos da escola pública. Na escola privada tinham pais ligando para saber o porquê da atividade, considerando perigoso registrar suas casas (ainda que nas redes sociais esses alunos exponham isso sem critérios); na escola pública muito relataram dificuldade devido a milícia de algumas regiões, e outros o próprio tráfico de drogas. Tanto que, em geral, tiraram foto de dentro de casa, mas alguns relataram vergonha de fazer isso, e por isso não fizeram.

Só a partir dessa situação podemos compreender uma série de fatores que circundam a atividade, a partir de dois apontamentos: (1) Medo da exposição (2) Vergonha de mostrar a realidade que vive. Desse modo, assim que obtive as fotos em formato digital, as imprimi e fiz uma espécie de álbum de fotos. Dividi as turmas em grupos e pedi que observassem as fotos que eles mesmo tinham tirado. Em seguida pedi que eles escolhem três palavras que sintetizassem aquelas imagens. Após isso, passei as fotos da escola contrária à deles, e pedi que também escolhessem três palavras que sintetizassem aquelas imagens.

Na escola privada, as palavras que mais apareceram sobre as fotos que eles mesmo retiram foram: *Burguês, conforto e claridade*. As palavras sobre as imagens da escola pública foram: *Diferente, cafona e exótico*. Já na escola pública, as palavras que escolheram sobre as próprias imagens foram: Cultura parapedrense, família e chic. Sobre as imagens da escola privada foram: Ricos, bonitão e playboys.

Imagem 1: Banheiros – o primeiro de um aluno da escola privada, o segundo de um aluno da escola pública

A casa dessa aluna da escola pública, ao qual o banheiro está representado à direita da imagem acima, foi avaliado pelos alunos da escola pública como "chic", é a aluna considerado por eles, a que tem melhor condições financeiras, "a patricinha". Quando depois apresentada a imagem dos alunos da escola privada, eles brincaram e disseram, "banheiro de rico é esse aqui", apontando a imagem à esquerda, querendo debochar da aluna vista como "patricinha". Quis retratar esse momento, pois na mesma hora um aluno disse "na minha casa nem água chega, quanto mais ter um banheiro desse".

Imagem 2: O quarto de um aluno da escola privada e o quarto de uma aluna da escola pública

Essas imagens foram escolhidas por mim por dois motivos: o primeiro é que esse aluno da escola privada é considerado entre eles "o aluno pobre", filho de uma professora da escola, inclusive. Porém mora na Barra da Tijuca, em um condomínio do bairro. Na parede a imagem dele ainda criança, loiro, os olhos claros (mas tapado pelo próprio aluno). Na imagem à direita, o quarto da aluna considerada "patricinha" entre eles da escola pública, na parede a imagem de

uma mulher negra, e na outra parede a foto dela com a mãe, possivelmente. A imagem do quarto dessa aluna gerou aos alunos da escola privada as seguintes palavras “exótico”, “cafona”.

Interessante foi considerar que enquanto uma menina negra, moradora de periferia, mas que tem a casa minimamente estruturada gera nos seus colegas de turma a impressão de ser “patricinha”, “metida”, que possui uma casa “chic”. Por outro lado, aos alunos da escola privada, em geral, veem na casa dela e nos cômodos o lugar do “exótico”, do “cafona”. Esse momento da atividade me fez tomar nota sobre comentar isso quando trabalhássemos questão racial, racismo, estereótipos e preconceitos.

Além dessa reflexão, essa aluna da escola pública é super engajada nos movimentos antirracistas, possui uma capacidade crítica muito grande e é sempre envolvida com as atividades de sala. Tem um posicionamento de esquerda, e difere da maioria dos alunos da turma. Ela é ironizada pelos alunos como “patricinha”, apesar de morar dentro da favela, entretanto, ela se coloca como mulher, negra e de esquerda que em termos gerais foge aos padrões do que se entende como “patricinha”.

Isso, para além dos objetivos desses textos, me fez refletir como a ideia de ser de esquerda está construída sobre a consciência de classe, “raça” e gênero; e como essa percepção, torna difícil o papel dos discursos à esquerda e mais progressistas, chegarem à periferia. Pois chega àqueles que possuem minimamente uma estrutura familiar, educacional, que é o caso da “Patricinha”. Enquanto, que para os alunos ricos, a imagem estereotipada da esquerda é dos proletários que odeiam o patrão e só querem benefícios, e essa menina, soa como uma espécie de ser exótico e cafona, distante de qualquer possibilidade de identidade reconhecida por esse grupo. A “patricinha” ou “a exótica” não se encontra representada em nenhum dos extremos, ela é a brecha da resistência entre esses dois opostos. Ela é a expectativa de aluno que todo professor projeta. Ela é o ideal que aumenta a angústia do professor.

Imagem 3: a sala de um aluno da escola privada e um aluno da escola pública

Essas imagens foram escolhidas por mim como síntese das palavras escolhidas por eles. De algum modo elas representam as palavras escolhidas pelos alunos. Os da escola privada sobre as fotos deles mesmo: *Burguês, conforto e claridade* enquanto os alunos da escola pública definem as fotos da casa deles como *Ricos, bonitão e playboys*; E os alunos da escola privada dizem sobre as fotos dos alunos da escola pública como: *Diferente, cafona e exótico* enquanto os alunos da escola pública denominam as imagens que eles mesmos tiraram como *Cultura parapedrense, família e chic.*

As palavras e reações obtidas pelos alunos geram discussões interessantíssimas sobre assuntos como racismo, perspectiva política, estereótipos, preconceitos, desigualdade social, porém toda a atividade pareceu potencializar a ira deles, se por um lado os estudantes da escola pública apontavam irritação com as desigualdades e desejo de ter aquilo junto a desesperança de não conseguir, os alunos ricos caçoavam das imagens, e quando apareciam imagens mais politizadas como o quarto daquela menina com a imagem da blackpower na parede, eles apontavam seus ódios e preconceitos.

Ao escolher parte do título do trabalho como " olhando de cima" eu me referia aos alunos da escola privada na realização dessas atividades, e por isso a imagem retirada da cobertura de um deles, enquanto que a outra parte do título "com os pés no chão" eu me referia ao materialismo (das contradições materiais de existência) e a desesperança que os alunos da escola pública mergulharam ao observar aquelas imagens e ao mesmo tempo desaguando esses sentimentos em cima da "patricinha" através de palavras de deboche e menosprezo (mesmo que por dentro o desejo era estar "pelo menos" naquele lugar).

Depois dessa atividade todos nós estávamos mais angustiados. O clima da sala de aula ficou complicado, eu não consegui reagir a tantos preconceitos, e apenas observei. Não reprimi, não questionei, apenas observei. Do barulho acabamos em silêncio.

Segundo Zelmanovich (2017), uma das possíveis práticas docentes que demonstram suas angústias e frustrações é o nojo, desprezo, estigmatização, ou a fuga (através das enfermidades e etc), todos esses eram meus sentimentos.

Mas também sabia que a angustia é o principal motor das transformações, após algumas semanas de conversas com os colegas, professores da universidade e reflexões decidi ir para uma próxima etapa: as cartas autobiográficas e a troca entre os estudantes das diferentes realidades.

4. A TROCA DE CARTAS: O CHORO COMO ATO EDUCATIVO

Essa atividade foi a catarse de todas as atividades. Se até o momento após a troca de fotos tudo parecia ser em vão, foi nessa atividade que tudo mudou. Passado alguns meses, pedi que eles elaborassem uma carta contando sua própria história de vida, e logo após trocaríamos com os alunos da outra escola, iríamos trazer reflexões sobre imaginação sociológica que havíamos trabalho no início do ano. Apontei que eles não precisavam se identificar, que eu colocaria uma espécie de numeração para saber qual a numeração da outra escola que pegou a carta dele. Estranhamente, a maioria se identificou. Achei estranho, pois considerei a partir da questão das fotos que eles não quisessem se expor, mas não foi bem assim.

Assim que os alunos escreveram e me entregaram, eu fiz as trocas. E fiz uma roda com os alunos, pedi que cada um lesse uma carta, e depois resumisse em voz alta a história que leu. Aluno por aluno foi fazendo essa dinâmica, precisei de dois tempos de aula (como leciono filosofia e sociologia tive essa oportunidade). E enquanto eles iam lendo, e contando muitas lágrimas, choros, principalmente dos alunos da escola privada.

Eram histórias absurdas, que até o momento ainda que tivéssemos trabalhado violência urbana, desigualdade social, racismo, violência doméstica, eles ainda não tinham sentido, a diferença do conceitualismo para a experiência. Foi nesse momento que tudo se encaixou. Muitas histórias de estupro, violência obstétrica, perda de familiares por violência urbana contada pelos os alunos da escola pública, e os alunos da escola privada ficaram em choque. A descrição deles, na maioria foi “caramba, que vida difícil”; “Que absurdo!”; “Como eu reclamo da vida à toa”.

Um aluno, sempre muito debochado, e até desrespeitoso me procurou no final da aula de cabeça baixa pedindo desculpas por ser “idiota”, dizendo que se sentia mal com a mãe dele por não dar valor, que pensou muito nisso depois de ter lido aquelas histórias.

Uma aluna começou a chorar dizendo que tinha saído da outra escola por ter sofrido o mesmo que uma estudante da escola pública (exposição de imagens dela nua) e não ter conseguido reagir. Inclusive essas duas alunas da escola privada e pública continuaram a ter contato, pois depois dessa atividade muitos estudantes pediram para continuar enviando cartas, e aí eles começaram a trocar informações a partir das redes sociais.

Na escola pública a reação foi interessante, pois eles já iniciaram lendo com o estigma dos “playboys ricos” e aí ao fim da atividade, o que mais chamou a minha atenção foi reações dele como “tudo rico, mas tudo deprimido”, pois diversas cartas desses estudantes da escola

privada apontavam para o uso de remédios tarja preta ou feita por eles mesmos, ou por suas mães e pais.

Uma estudante da escola pública argumentou que na atividade anterior ficou com a impressão que eles eram tudo esnobes, mas que agora ela viu que dinheiro não é tudo, já que a maioria ali era tão "problemática e deprimida". Ela também ficou assustada por ter pego a carta de uma aluna chamada Letícia que havia perdido o pai chamado Guilherme, e ter contado na história dela a perda do seu filho Guilherme, por erro médico da ginecologista chamada Letícia.

Essa atividade causou tanta comoção que após ocorrer, na escola privada, uma aluna passou mal e foi para a sala da diretora. E depois de alguns dias, a diretor começou a me indicar a quantidade de alunos dessas turmas, em específico, que estava buscando ajuda dela devido a automutilação, a depressão e até mesmo a tentativa de suicídio.

Nessa atividade a situação na escola privada foi de muito choro e comoção, muitos relatos, eles não me deixavam sair depois de ter terminado o tempo de aula. Queriam continuar falando. Na escola pública, também houve choro, principalmente após o relato da perda do filho por violência obstétrica, pois uma série de outros estudantes fizeram a mesma denúncia e contaram de experiência próxima que haviam passado no hospital público próximo à comunidade. Eles também ficaram estarrecidos como esses estudantes que tem mansões, e todo o conforto sonhado podem ter tantos problemas mentais e psicológicos.

Em suma, foi o ato educativo no choro, na comoção e na sensibilidade. A partir daquele momento, as relações se tornaram outras, os alunos eram mais sensíveis, eu também era mais sensível, a relação mudou. O ambiente escolar se tornou humano, demasiadamente humano.

E em 2020 a pandemia veio à tona!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Maria F. Um colégio para a elite paulista. Em ALMEIDA, A. M. e NOGUEIRA, M. A. (orgs.). A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

CARRANO, Paulo. Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da "segunda chance". **REVEJA** (UFMG), on line, p.1-11, 2007. Disponível em: <http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/educacao_de_jovens_e_adultos_e_juventude_-_carrano.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues; BRENNER, Ana Karina.**O Dispositivo fotográfico na Pesquisa Jovens Fora de Série.**2017. Página do Grupo de Pesquisa Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF. Disponível em:

<http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/o-dispositivo-fotogr%C3%A1fico-na-pesquisa-jovens-fora-de-s%C3%A9rie>. Acesso em: 20 ago. 2017.

CHAPLIN, E. (2011). The Photo Diary as an Autoethnographic Method. In: E. Margolis, & L. Pauwels, The SAGE Handbook of Visual Research Methods. London: Sage.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S.; ASSUNÇÃO, A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, 2005.

HARPER, D. (1988). Visual sociology: expanding sociological vision. American Sociologist, 19(1), 54- 70.

MENDONCA, J. Ricardo C. de; BARBOSA, Maria de Lourdes de Azevedo; DURAO, André Falcão. Fotografias como um recurso de pesquisa em marketing: o uso de métodos visuais no estudo de organizações de serviços. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba , v. 11, n. 3, p. 57-81, set. 2007.

PENTEADO, Regina Zanella; SOUZA NETO, Samuel de. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saude soc.**, São Paulo , v. 28, n. 1, p. 135-153, Mar. 2019.

UCHOA, Antonio Giovani Figliulo; GODOI, Cristiane Kleinübing. Metodologias Qualitativas de Análise de Imagens: origem, historicidade, diferentes abordagens e técnicas. Anais do IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. Porto Alegre, Out. 2016.

ZELMANOVICH, Perla. Para uma abordagem do desejo do professor: angústia e fantasma como vias de acesso. **Estilos clin.**, São Paulo , v. 24, n. 1, p. 32-40, abr. 2019 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282019000100005&lng=pt&nrm=iso

CAPÍTULO XIX

VIDEOAULA COMO RECURSO DIDÁTICO: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE VIDEOAULAS DE SOCIOLOGIA

Susana da Costa Mota [1]
Leonice Mourad [2]

[1] Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria- UFSM. Mestranda do curso de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede- PPGTER, da Universidade Federal de Santa Maria- UFSM. suscmota@gmail.com
[1] Professora Doutora da Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Departamento de Metodologia do Ensino, Curso de Ciências Sociais, Didática da Sociologia.

RESUMO

A pandemia de Covid-19 intensificou o trabalho dos docentes no que tange a elaboração de material didático e evidenciou que alguns professores não estavam aptos tecnologicamente a fazerem uso de videoaulas como recurso didático, o que levou muitos a optarem por apenas repassar a seus alunos o material já disponível na *internet*. O artigo tem como tema o uso da videoaula como recurso didático e visa como objetivo geral analisar cinco videoaulas expostas no *Youtube* com temáticas das Ciências Sociais. A abordagem da pesquisa é qualitativa, descritiva e bibliográfica e faz uso de observação e análise para demonstrar que o uso de videoaulas no espaço pedagógico, quando usado com inteligência, planejamento e parcimônia pode ser um instrumento capaz de promover discussões e construções de novos saberes, podendo se tornar um material didático de grande valor no ensino das Ciências Sociais.

Palavras-chave: Videoaulas. Recurso Didático. Sociologia.

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2020 foi desafiador para a Educação, pois com a pandemia do Coronavírus (COVID-19) as aulas presenciais e suas atividades foram suspensas em todas as categorias de ensino nas escolas estaduais, municipais, públicas e privadas, da educação infantil ao nível superior, e como tudo parou de repente, sem ter nenhum planejamento prévio isso revelou uma grande falta de preparo, tanto das instituições de ensino, como dos profissionais/docentes da educação presencial para lidar com a situação, pois se nos cursos originalmente à distância, os professores já estavam acostumados a usarem rotineiramente a tecnologia audiovisual como ferramenta essencial de trabalho, no ensino presencial alguns professores não estavam aptos tecnologicamente a fazerem uso dessa ferramenta como recurso didático, o que os levou a optarem por apenas repassar a seus alunos o material já disponível na *internet* e isso aumentou consideravelmente o número de visualizações de videoaulas na plataforma do *Youtube*.

Considerando esse contexto, o presente artigo tem como objetivo geral analisar cinco videoaulas expostas no *Youtube* com temáticas das Ciências Sociais, bem como, possui os seguintes objetivos específicos: I- Descrever o conteúdo apresentado, a abordagem, a linguagem, a metodologia e os recursos utilizados por cada professor/apresentador; II- Analisar a qualidade técnica e teórica da videoaula, e; III- Avaliar se conteúdo teórico foi apresentado de forma a ser aplicado na prática pelos alunos/telespectadores.

Portanto, o artigo teve como tema o uso da videoaula como recurso didático. Esta foi a mídia escolhida por ser considerada uma das mais populares, possuindo grande capacidade de atrair e manter concentrado o público, além de ser capaz de passar uma grande quantidade de informações.

Através de uma pesquisa qualitativa, descritiva e bibliográfica este estudo visou através da observação e análise verificar se o uso de videoaulas no espaço pedagógico pode ser capaz de promover discussões e construções de novos saberes, podendo se tornar um material didático de grande valor no ensino das Ciências Sociais.

Sendo assim, o presente artigo visou descrever e analisar videoaulas com conteúdo das Ciências Sociais com o intuito de explanar sobre o processo de ensino-aprendizado obtido por elas. Tem como público-alvo docentes e discentes que elaboram e\ou assistem as mesmas, bem como ambiciona servir de fonte de estudo para aqueles que desejam elaborar sua própria videoaula.

O artigo está dividido em três capítulos: o capítulo 1 apresenta o referencial teórico, que aborda conceitos e concepções de autores que fundamentam e elucidam o tema, como o conceito de tecnologia, a apresentação da plataforma do *Youtube*, a discussão sobre o uso do vídeo como ferramenta didática e a conceitualização de videoaula; o capítulo 2 apresenta a metodologia utilizada, descrevendo tanto a forma como foi feita a pesquisa para a elaboração deste artigo, quanto a metodologia que foi utilizada para fazer a análise das videoaulas, e; o capítulo 3 faz a descrição e análise de cada uma das cinco videoaulas selecionadas, bem como é elencado algumas sugestões para a realização das mesmas; seguido das considerações finais e as devidas referências bibliográficas que foram pesquisadas e utilizadas para fundamentar o referencial teórico deste estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A tecnologia

A pandemia de Covid-19 fez o ensino e o papel do professor mudarem, pois no ano de 2020 docentes precisaram se reinventar e acumularam funções. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), mais de 180 países determinaram o fechamento de escolas e universidades afetando 1,5 bilhão de crianças e jovens, o que corresponde a cerca de 90% de todos os estudantes no mundo (BRASIL, 2020).

Ao se falar em processo de aprendizagem, é necessário que este seja tratado como o resultado de um processo educativo, com a educação pensada nas pessoas a quem ela se destina. Deste modo, a linguagem, os espaços e os recursos utilizados no processo educativo devem ser adequados às pessoas que são o alvo desse processo de aprendizagem (CAMPOS; SADER NETO, 2019).

Em uma sociedade contemporânea marcada pelas inovações tecnológicas, que provocam transformações na forma de se comportar dos sujeitos, é necessário que as instituições de ensino se atentem para o uso dos recursos tecnológicos no processo de aprendizagem (CAMPOS; SADER NETO, 2019).

Os diversos recursos tecnológicos disponíveis podem servir como materiais de ensino mais atraentes para um público que está acostumado com esses dispositivos, além de possuírem possibilidades para tornar o ensino mais acessível, através de vídeos, imagens, etc. Outro ponto, é que o uso de recursos tecnológicos é uma alternativa para substituir e complementar os materiais didáticos existentes, que, principalmente em escolas públicas, geralmente são escassos e muitas vezes defasados (CAMPOS; SADER NETO, 2019).

Entre as mídias disponíveis, vale ressaltar a importância do vídeo como ferramenta didática, ferramenta esta que pode contribuir para o trabalho do docente de diversas formas, gerando aulas mais atrativas, favorecendo a construção do conhecimento (CAMPOS; SADER NETO, 2019).

Santoro afirma que "o vídeo é um meio de comunicação com modo de produção e exibição próprias, com conteúdo e público específicos" (SANTORO, 1989, p.18) e para Silva "o vídeo é um recurso que pode ser manuseado com facilidade para se atingir objetivos específicos, já que proporciona a visualização e a audição, toca os sentidos, envolve os alunos" (SILVA, 2009, p.09).

O conceito de tecnologia é amplo e complexo, com interpretações diversas que vão se modificando e se transformando conforme a evolução social. Almeida lembra que os conceitos "variam conforme o contexto podendo ser visto como: artefato, cultura, atividade com determinado objetivo, processo de criação, conhecimento sobre uma técnica e seus respectivos processos" (ALMEIDA, 2005, p.40).

Desde as primeiras criações tecnológicas vem se discutindo sobre a influência da tecnologia na sociedade, e muito ainda deve ser discutido sobre sua importância e implicações, uma vez que esse fenômeno ultrapassa as aplicações técnicas, pois tecnologia é tudo aquilo que o ser humano inventou e vem inventando para facilitar seu trabalho, ou seja, para uma maior comodidade (GONÇALVES, 2006).

Nunes resalta que com o desenvolvimento tecnológico cada vez mais acelerado, e a evolução cada dia maior das mídias, a vida da sociedade passou a ser cercada por informação e comunicação que "a todo momento nos traz um fato novo, mostrando-nos o que ocorre em qualquer lugar do mundo em tempo real nos permitindo estar em dia com os acontecimentos gerados em todos os setores da sociedade" (NUNES, 2012, p.18).

Sendo assim, o conceito de tecnologia foi se alterando durante as eras e foi aplicado de formas diferentes em cada uma delas, conforme Sancho:

> O que os professores fazem a cada dia de sua vida profissional para enfrentar o problema de ter de ensinar a um grupo de estudantes determinados conteúdos, durante certo tempo, com o fim de alcançar determinadas metas, é conhecimento na ação, é tecnologia (SANCHO, 1998, p.40).

Com base nessa visão, fica claro que a utilização da tecnologia está intrinsicamente ligada às ações costumeiras e cotidianas da sala de aula. Por isso, a compreensão dessas ações precisa superar os desafios para chegar ao entendimento dos problemas educacionais (CAMPOS; SADER NETO, 2019).

Conforme Campos e Sader Neto existem duas posturas extremas em relação ao conhecimento tecnológico no processo de ensino. O termo tecnofilia e tecnofobia são formas que muitos utilizam ocultando a problemática da educação escolar (CAMPOS; SADER NETO, 2019).

Conforme Demo, tecnófobos são aqueles que consideram uma ameaça a seus valores, o uso de qualquer tecnologia que eles não tenham usado desde pequenos, ou seja, não aceitam conhecer ou testar novas descobertas. Já o termo tecnofilia é empregado para aqueles que acreditam que as novidades tecnológicas têm a resposta para os problemas do ensino e

aprendizagem escolar. Considera, somente, tecnologia as máquinas e aparelhos e desconsidera o conhecimento prático teórico acumulado durante os anos de estudo (DEMO, 2009).

Todos os avanços tecnológicos reforçam a necessidade de descobrir a melhor forma de utilizá-los para que a tecnologia possa contribuir para o enriquecimento do processo de ensino e aprendizagem, pois "a tecnologia na educação necessita de estratégias, metodologias e atitudes com o objetivo de superação, pois uma aula mal estruturada mesmo com o uso do mais moderno recurso passa a não fazer sentido pedagógico para o aluno" (BETETTO, 2011, p.15).

Segundo Moran, as tecnologias nos ajudam a encontrar o que está consolidado e a organizar o que está confuso, caótico, disperso. Por isso é tão importante dominar ferramentas de busca de informação e saber interpretar o que se escolhe, adaptá-lo ao contexto pessoal e regional e situar cada informação dentro do universo de referências pessoais (MORAN, 2009).

O desenvolvimento e proliferação de tecnologias digitais acentua a necessidade de um pensamento criativo, pois a tecnologia desenvolve um espírito empreendedor, inovador e uma maior produtividade capaz de beneficiar a sociedade (RESNICK, 2006).

Moran complementa afirmando que:

> É possível criar usos múltiplos e diferenciados para as tecnologias. Nisso está o seu encantamento, o seu poder de sedução [...]. Podemos fazer coisas diferentes com as mesmas tecnologias [...] cada tecnologia modifica algumas dimensões da nossa inter-relação com o mundo, da percepção da realidade da interação com o tempo e o espaço [...]. Posso morar em um lugar isolado e estar sempre ligado aos grandes centros de pesquisa, as grandes bibliotecas, aos colegas de profissão, a inúmeros serviços. Posso fazer boa parte ao trabalho sem sair de casa (MORAN, 2009, p.03).

Com isso, a escola tem o desafio de trazer essas novas ferramentas tecnológicas para o ambiente de ensino, articulando-as com conhecimentos escolares e o uso do vídeo como material didático oferece grandes possibilidades pedagógicas, no entanto o educador precisa estar atento e ter uma boa percepção do que o vídeo oferece para enriquecer o trabalho pedagógico.

Segundo Souza e Bastos "a realidade que envolve a tecnologia demanda do cidadão postura crítica e consciente para transformá-la em algo interpretativo com significados para os tempos que atravessamos e para a história que construímos" (SOUZA; BASTOS, 2000, p.11).

Conforme Bozzetto:

> O professor deve estar aberto a aprender a aprender; atuar a partir de temas emergentes no contexto e de interesse dos alunos; promover o desenvolvimento de projetos cooperativos; assumir atitude de investigador do conhecimento e da aprendizagem do aluno; proporcionar a reflexão, a depuração e o pensar sobre o pensar; dominar recursos tecnológicos; identificar as potencialidades de aplicação destes recursos na prática pedagógica; desenvolver um processo de reflexão na prática

> e sobre a prática, reelaborando continuamente teorias que orientem sua atividade de mediação (BOZZETTO, 2003, p.04).

O professor deve estar consciente do seu novo papel perante os alunos, não mais de o dono da verdade, mas como um interlocutor privilegiado, que provoca reflexões. Por isso o professor não deve enxergar a tecnologia como algo ruim, mas como uma ferramenta poderosa no processo de ensino (BOZZETTO, 2003).

Esse novo caminho deve levar o profissional a refletir e compreender a importância de seu papel com relação ao desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos, uma vez que os equipamentos tecnológicos bem incorporados no projeto pedagógico, são ferramentas valiosas a seu favor para o processo ensino e aprendizagem. E dentre tantos recursos disponíveis, esses educadores "devem aceitar como desafio a escolha ao que mais se ajusta a seu propósito" (BETETTO, 2011, p.18).

Segundo Betetto, essa relação com a tecnologia irá afetar a metodologia de ensino do docente, as aulas deverão ser diversificadas buscando um melhor entendimento por todos os alunos. Muitos professores resistem a inserir a tecnologia em seus métodos de ensino, seja por insegurança, seja por medo de serem substituídos ou perderem valor com o incremento dos dispositivos tecnológicos em sala de aula (BETETTO, 2011).

É sabido que os professores e especialistas de educação ligados ao setor escolar tendem a resistir à inovação tecnológica, e expressam dificuldades em assumir teórica e praticamente, disposição favorável a uma formação tecnológica. Para Libâneo "há razões culturais, políticas, sociais para essa resistência, que geram atitudes difusas e ambivalentes" (LIBÂNEO, 1998, p.67).

Mas essas ferramentas não resolvem problemas educacionais e não substituem o papel do professor, elas complementam e ajudam na didática do professor. Sendo assim, a incorporação das mídias no cotidiano do ambiente de ensino pode ser de grande valia para todos os envolvidos. Porém, para que isso aconteça de forma produtiva, é necessário que as instituições e os docentes estejam bem preparados para lidar com a tecnologia. O vídeo, então, se torna um grande aliado dos professores e dos alunos (CAMPOS; SARDE NETO, 2019).

Ao longo dos tempos o vídeo atuou como um meio de divulgação do cinema. Com o desenvolvimento tecnológico ele é hoje a base de transmissão da linguagem audiovisual. Seu aprimoramento vem conquistando um público cada vez maior e mais exigente, e conforme Nunes "com a possibilidade de sintetizar a imagem e o som, ele ganha espaço como um importante meio de comunicação e de informação, podendo ainda, propiciar um largo poder de análise bastante apropriado para fins pedagógicos" (NUNES, 2012, p.12).

2.2. O Youtube

A *internet* caracteriza-se pela multiplicidade de materiais e informações disponíveis. Dentre os diversos fenômenos de popularidade que surgem na *internet*, em períodos cada vez mais curtos, estão as "celebridades" oportunizadas pelo sucesso do *Youtube*.

Classificada pela Google como uma plataforma de distribuição de conteúdo ela oportuniza, a um número incontável de usuários, descobrir, ver e compartilhar vídeos, caseiros ou profissionais, criados com originalidade ou modificados numa abordagem alternativa e "no ciclo vida da *internet*, tal plataforma não pode ser classificada como recente, por ter sido fundada em fevereiro de 2005, nem tão pouco demonstra evidências de ter atingido seu apogeu para iniciar uma fase de declínio" (SCHNEIDER; CAETANA; RIBEIRO, 2012 p.03).

Já ao que se relaciona ao foco deste artigo, não interessam os hits, os videoclipes musicais, seriados, trailers de filmes e jogos digitais, mas sim a área dos vídeos educacionais. Hoje, revigorados, "os vídeos e animações postadas no *Youtube*, com ou sem a intenção de uso educacional, acabam por ser utilizados com caráter educativo ou, no mínimo, informativo" (SCHNEIDER; CAETANA; RIBEIRO, 2012, p.03).

Numa plataforma que tem como tônica o compartilhamento de vídeos, a proliferação de vídeos educacionais no *Youtube* cresce exponencialmente, como em diversas outras instâncias na *internet* e possui as seguintes diretrizes:

> Liberdade de expressão- Acreditamos que as pessoas devam ser capazes de se expressar livremente, compartilhar opiniões, promover o diálogo aberto, e que a liberdade criativa propicia o surgimento de novas vozes, formatos e possibilidades.
>
> Direito à informação- Acreditamos que todos devam ter acesso livre e fácil às informações e que o vídeo tem grande influência na educação, na construção do entendimento e na transmissão de informações sobre acontecimentos no mundo, sejam eles grandes ou pequenos.
>
> Direito à oportunidade- Acreditamos que todos devam ter a oportunidade de ser descobertos, montar um negócio e alcançar o sucesso de acordo com o próprio ponto de vista e que as pessoas comuns, não os influenciadores, decidem o que está em alta.
>
> Liberdade para pertencer- Acreditamos que todos devam ser capazes de encontrar comunidades de suporte, eliminar obstáculos, ultrapassar as fronteiras e reunir-se em torno de interesses e paixões compartilhadas (Youtube, 2012).

O assunto assume importância pela necessidade dos educadores de apropriarem-se dos saberes próprios e da linguagem referente a essa mídia em especial (SILVA, 2010), somando-se a isso, "a própria área dos vídeos educacionais tem demandas específicas, que não podem ser desconsideradas na ambiência gerada pela *Youtube*" (SCHNEIDER; CAETANA; RIBEIRO, 2012, p.03).

Por isso, é preciso investigar como o vídeo se reconfigura ao ser veiculado na internet e quais premissas, já consolidadas em anos de pesquisa e prática na televisão e no cinema, podem ser transpostas para esse novo canal de exibição, em particular, o *Youtube* com suas limitações e vantagens.

2.3. O vídeo como ferramenta didática

Conforme Moran, a linguagem do vídeo tem uma natureza sintética, articula imagens, sons, falas e poucos textos, criando uma superposição de códigos e significações, predominantemente audiovisuais (MORAN, 2020).

O vídeo tem um poder de ilustração muito forte, prende atenção quando bem estruturado e elaborado. Tem movimento, áudio e, muitas vezes, é autoexplicativo. A tecnologia está cada vez mais presente na vida dos alunos e em virtude desse dinamismo, a produção de vídeos digitais de curta duração está cada vez mais popular. Entre as páginas com maior número de acessos na *internet*, estão aquelas que permitem assistir aos vídeos e disponibilizá-los (MOORE, 2010).

Há muitas formas de denominar um vídeo, pressupondo características e formatos distintos em relação ao seu conteúdo e/ou tratamento tecnoestético, assim um vídeo pode ser educacional ou documentário, profissional ou caseiro. Seja qual for a estratégia utilizada, "o vídeo é uma mídia que pode auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, pois trabalha com uma infinidade de informações que podem ser exploradas de diversas maneiras" (SCHNEIDER; CAETANA; RIBEIRO, 2012, p.03).

A produção de materiais educacionais, incluindo os vídeos, atenta para princípios formais básicos quanto à clareza, distribuição harmônica dos elementos visuais e aspectos relacionados à legibilidade da escrita, pois "quando um conteúdo educacional é apresentado em um vídeo, estes mesmos princípios permanecem e, ainda incluem outros específicos da própria mídia e sua veiculação" (SCHNEIDER; CAETANA; RIBEIRO, 2012, p.03).

Além disso, as características como cor, fonte, tamanho, relação com o plano de fundo e a posição e interação que cada elemento desempenha representam um papel importante no aprendizado e têm suas especificidades de utilização, portanto, "cada detalhe deve ser devidamente escolhido e planejado para que a composição visual final seja atrativa, legível e adequada ao público" (SCHNEIDER; CAETANA; RIBEIRO, 2012, p.04).

Diante disso, é importante que os materiais sejam desenvolvidos de forma a satisfazer as necessidades de adequada estrutura formal, e para esse objetivo ser atingido, é preciso que

se tenha conhecimento e embasamento dos estudos e experiências realizados pela Gestalt[1] no campo da percepção visual (FILHO, 2009).

Em sua grande maioria, os vídeos com conteúdo educacional disponibilizados no *Youtube* priorizam a combinação da linguagem verbal e textual, apresentando-se num formato de aula expositiva, "onde o professor explica o conteúdo e, prioritariamente, usa textos como principal recurso para auxiliar na organização da apresentação, ampliar a percepção e enfatizar determinados tópicos do tema" (SCHNEIDER; CAETANA; RIBEIRO, 2012, p.04).

Normalmente, os textos encontrados nos vídeos são títulos, legendas, massa de textos e textos de apoio, incluindo caracteres alfanuméricos para a demonstração de cálculos, identificação de variáveis e gráficos, além disso, "a tipografia utilizada na composição dos vídeos varia entre a digital e a manuscrita realizada em folhas de papel, lousa digital e interfaces de programas gráficos" (SCHNEIDER; CAETANA; RIBEIRO, 2012, p.04).

A tipografia faz com que o conteúdo ganhe forma, a linguagem um corpo físico e as mensagens um fluxo social (LUPTON, 2008). Ela pode ser digital, referindo-se às famílias de tipos que são utilizados nos computadores pessoais em diversas aplicações e que podem ser colocados em escala, segundo o tamanho desejado, ou então manuscritas, referindo-se à forma quotidiana de escrita manual, muito utilizada nos vídeos considerados caseiros (SCHNEIDER; CAETANA; RIBEIRO, 2012).

Para Lilian Menezes o uso do vídeo como ferramenta didática é relativamente novo, sendo mais visível a partir da década de 1990, "com a difusão e popularização do formato VHS, iniciada nos anos 80, relacionado diretamente à TV e ao cinema, o vídeo no ambiente escolar era visto inicialmente como momento de lazer e entretenimento" (MENEZES, 2008, p.01).

A introdução deste novo elemento nas atividades escolares provocou dúvidas, inquietações e reflexões e se, por um lado, havia a sua disseminação como fonte de lazer, por outro crescia a produção e utilização de vídeos educativos, de caráter informativo, numa concepção tradicional de ensino em que o livro era substituído pelo vídeo e seguido de atividades tradicionais, como provas escritas sobre o conteúdo apresentado no vídeo (MENEZES, 2008).

---

[1] Gestalt é uma escola de psicologia experimental. O movimento gestaltista atuou principalmente no campo da teoria da forma, com contribuição relevante aos estudos da percepção, linguagem, inteligência, aprendizagem, memória, motivação, conduta exploratória e dinâmica de grupos sociais.

Barbosa destaca que "o cinema, mais do que outros recursos audiovisuais (como entrevistas, música, poesia, entre outros), tem sua ludicidade relacionada ao poder da imagem estar em movimento, possibilitando uma compreensão mais próxima da realidade" (BARBOSA, 2003).

Conforme Brandão e Mello, para que o vídeo seja aproveitado da melhor forma possível, ele deve estar dentro do planejamento escolar, para que não haja improvisos ou que o vídeo seja usado apenas como "tapa-buraco". Sobre o planejamento das atividades, destacam os seguintes aspectos (BRANDÃO; MELLO, 2013, p.93):

A organização na exibição do filme, verificando se ele ainda é acessível, se a sala de vídeo é adequada (iluminação, barulho externo, vídeo e TV em perfeito estado de utilização);

A adequação com o currículo e/ou conteúdo, para que o aluno elabore textos, faça leituras complementares e desperte criticidade;

Adequação com a faixa etária do aluno, podendo o professor editar o material, também neste último aspecto deve-se atentar à etapa de aprendizagem escolar.

Melo ressalta que o uso do vídeo, ou de qualquer recurso didático, sem planejamento não cumpre o papel de auxiliar a potencializar as aulas, podendo ser prejudicial (MELO, 2014 *apud* CAMPOS; SARDE NETO, 2019).

Portanto, o vídeo pode ser um recurso didático poderoso, porém, existem situações em que o uso do vídeo pode ser o contrário do esperado. Silva relata algumas situações em que o uso do vídeo age de forma contrária ao esperado, tornando-se prejudicial para a aula (SILVA, 2009, p.13):

Vídeo-tapa buraco: é a utilização do vídeo quando há um problema inesperado, como a ausência do professor. Usar este expediente, eventualmente, pode ser útil, mas se for feito com frequência, desvaloriza o uso do vídeo e o aluno passa a associá-lo como a não ter aula;

Vídeo-enrolação: isso ocorre quando é exibido um vídeo sem muita ligação com a matéria. O aluno percebe que o vídeo é usado como forma de camuflar a aula. Pode concordar na hora, mas discorda do seu mau uso;

Vídeo-deslumbramento: O professor, logo que descobre o uso do vídeo, costuma empolgar-se e passa-o em todas as aulas, esquecendo outras dinâmicas mais pertinentes. O uso exagerado do vídeo diminui a sua eficácia e empobrece as aulas;

Vídeo-perfeição: Existem professores que questionam todos ou a maioria dos vídeos disponíveis, porque buscam defeitos de informação ou de estética. Os vídeos que apresentam conceitos 'problemáticos', podem ser usados para, junto com os alunos, serem questionados;

Só vídeo: não é satisfatório, didaticamente, exibir o vídeo sem discuti-lo, sem integrá-lo com o assunto de aula, sem voltar e mostrar alguns momentos mais importantes (SILVA, 2009, p.13).

Assim, o vídeo, como diversos outros recursos didáticos, tem potencial para se tornarem grandes aliados de professores e alunos no processo de aprendizagem, desde que seu uso seja inteligente e planejado. O vídeo como material didático oferece grandes possibilidades pedagógicas, no entanto o educador precisa estar atento e ter uma boa percepção do que o vídeo oferece para enriquecer o trabalho pedagógico e principalmente "analisar criticamente, enfocando os aspectos positivos e negativos que este enquanto recurso pode contribuir para desenvolver um bom trabalho em sala de aula" (NUNES, 2012, p.13).

2.4. A Videoaula

A videoaula é um recurso midiático com grande potencial de estímulo sensorial, pois possibilita a associação de elementos visuais, sonoros e interativos com o objetivo de transmitir, de forma eficiente, uma mensagem, estimulando o processo cognitivo dos usuários. De acordo com Filatro:

> Quando a informação é apresentada em duas modalidades sensoriais – visual e auditiva – em vez de em uma, são ativados dois sistemas de processamento e a capacidade da memória de trabalho é estendida. [...] A combinação de uma imagem com sua designação verbal é mais facilmente lembrada do que a apresentação dessa mesma imagem duas vezes ou a repetição dessa designação verbal várias vezes, de forma isolada (FILATRO, 2008, p.74).

No entanto, o conjunto de recursos didáticos, textos, vídeos e animações, deve ser claro quanto a seu conteúdo, eficiente quanto aos objetivos e fiel em relação à metodologia de ensino adotada, para que, assim, os alunos possam aproveitar os recursos de maneira eficaz.

Filatro lembra que "os alunos aprendem mais ou melhor quando textos, imagens ou sons não relevantes ao assunto são excluídos, evitando distrações que dividem o limitado potencial de atenção com os recursos que realmente contribuem para o significado da unidade de aprendizagem" (FILATRO, 2008, p.76). Portanto, cada recurso didático precisa ser pensado dentro da metodologia prevista pelo curso, pois, "é a funcionalidade, em termos comunicacionais e psicológicos, que determina sua efetividade na aprendizagem" (FILATRO, 2008, p.78).

De acordo com Spanhol e Spanhol "a videoaula é um recurso audiovisual produzido para atingir objetivos específicos da aprendizagem" (SPANHOL; SPANHOL, 2009, p.02). É uma "modalidade de exposição de conteúdos de forma sistematizada", sendo que esta modalidade

"se mostra didaticamente eficaz quando desempenha uma função informativa exclusiva, na qual se almeja transmitir informações que precisam ser ouvidas ou visualizadas e que encontram no audiovisual o melhor meio de veiculação" (SPANHOL; SPANHOL, 2009, p.02).

As videoaulas podem ser oferecidas em diferentes formatos de linguagem, entre eles: "aula gravada em estúdio com cenografia customizada, em cenários reais ou locações vinculadas ao conteúdo do curso, documentários, entrevistas, debates, matérias pré-produzidas, etc." (SPANHOL; SPANHOL, 2009, p.03). Podem ser utilizadas de diversas maneiras, em sua grande maioria, apresentam o professor/apresentador abordando conteúdos, na maioria das vezes teóricos, sobre determinado tema, sendo assim, para a produção de uma videoaula, pode ser necessário um investimento elevado, pois são utilizados processos divididos em: pré-produção, gravação, pós-produção e acompanhamento metodológico durante a roteirização. No entanto, as videoaulas precisam apresentar algumas características:

duração máxima: em virtude da necessidade de manter a atenção do aluno;

abordagem com caráter prático: mostrar ao aluno os conteúdos teóricos aplicados de forma prática, explorando situações vivenciadas em empresas ou que se aproximem do cotidiano do aluno;

recursos audiovisuais: apresentar o conteúdo de forma didática e ao mesmo tempo atrativa, para que as chances do aluno assistir à videoaula até o fim sejam ampliadas.

De acordo com Dallacosta *et al*., a videoaula, quando bem planejada, consegue "fazer com que os alunos participem ativamente, muitas vezes procurando certo conteúdo que os professores têm dificuldade de encontrar devido às diversidades e acessibilidade de fontes de informações em nossa sociedade" (DALLACOSTA *et al*., 2004 *apud* SPANHOL; SPANHOL, p.03).

3. METODOLOGIA

Conforme Lakatos e Marconi, "o método é aquilo que é percebido como um conjunto de atividades organizadas em um sistema lógico a fim de alcançar-se um objetivo" (LAKATOS, MARCONI, 1985, p.81).

Nesse capítulo é descritos os procedimentos realizados para o alcance do objetivo geral deste estudo que é analisar cinco videoaulas expostas no *Youtube* com temáticas das Ciências Sociais.

Partindo da definição do tema buscou-se fazer uma pesquisa bibliográfica em obras que foram escritas sobre o assunto para entender os aspectos do uso da videoaula como recurso didático no ensino.

Em relação aos objetivos deste estudo, o tipo de pesquisa utilizada é a descritiva, pois conforme Gressler "a pesquisa descritiva descreve, sistematicamente, fatos e características em uma determinada população ou área de interesse" (GRESSLER, 2004) e é a mais indicada para se obter um melhor entendimento das origens e motivos de um determinado fenômeno.

Para Bonat a pesquisa descritiva não tem como objetivo a proposição de soluções, mas sim a descrição de fenômenos. Isso não significa que nessa modalidade de pesquisa não exista interpretação ou aprofundamento e conforme o autor "o objeto é analisado de forma a penetrar em sua natureza, descrevendo todos os seus lados e características" (BONAT, 2009, p.12).

Para encontrar artigos que tratam do tema foram realizadas buscas nas plataformas Google Acadêmico, *Scielo* Brasil, Portal Domínio Público, Biblioteca Digital de teses e Dissertações de faculdades e *Youtube*. As combinações para a busca foram: Vídeo + recurso didático; Vídeo + ensino; Vídeo nas escolas; Videoaulas. Deste modo, a pesquisa permite a reunião de literatura sobre o tema do estudo.

A abordagem utilizada neste estudo é qualitativa, pois conforme Bonat ela "permite um estudo da natureza, do alcance e das interpretações possíveis para o objeto estudado, não se prende, apenas, na análise de dados, pois ela busca a essência da teoria ou do fenômeno" (BONAT, 2009).

Gomes (2008) propõe critérios para análise de vídeos educativos com objetivo de auxiliar professores na seleção ou produção desses materiais. Para tanto, o autor elenca uma lista extensa de itens organizados em cinco categorias, considerados como fundamentais para uma boa análise de audiovisuais didáticos (APÊNDICE A).

A análise de um produto audiovisual não é tarefa das mais simples, ao contrário, além de tomar tempo, ela requer do professor uma gama de conhecimentos teóricos e práticos, que inclui noções da linguagem audiovisual, de estética e atualização teórica em seu campo de saber, além de clareza dos propósitos pedagógicos para o uso do material. As cinco categorias propostas por Gomes tentam sistematizar uma avaliação que, "de forma muitas vezes mais intuitiva que técnica, já é feita pelos professores, num exercício de tentativa e erro" (GOMES, 2008, p.489).

Embora revestida de conceitos técnicos, a avaliação de um audiovisual didático é subjetiva e está relacionada "aos conhecimentos do avaliador sobre as cinco categorias propostas, com o seu gosto pessoal, sua experiência no uso de audiovisuais didáticos e com os objetivos educacionais que pretende alcançar com o uso do material" (SOUZA; BORGES; BARRO, 2020, p.984).

Barrére também propõe critérios de avaliação de videoaulas com objetivo de auxiliar professores a realizarem uma avaliação prévia das disponíveis na *internet*, para serem utilizadas em suas disciplinas ou recomendadas aos seus alunos. Para tanto, o autor "estabelece dois aspectos subdivididos em itens que correspondem aos critérios de avaliação: aspectos técnicos e aspectos pedagógicos" (BARRÉRE, 2014 *apud* SOUZA; BORGES; BARRO, 2020, p.985):

1. Aspectos técnicos: acessibilidade; forma de disponibilização; formato do conteúdo; qualidade do áudio; qualidade do vídeo; narração; organização; e tempo de duração;

2. Aspectos pedagógicos: abordagem; adequação ao conteúdo; apresenta sugestões de atividades; atualização; conhecimentos prévios; contextualização; delimitação do conteúdo; linguagem; objetivos claros; público-alvo; referências; e suficiência.

Considerando que não existe um modelo a ser seguido para a avaliação de videoaulas, Barrére recomenda que o avaliador selecione os itens para formar seus critérios de avaliação conforme sua necessidade e entendimento. Contudo o autor ressalta que "a avaliação de vídeos traz características não inerentes à profissão do professor" (BARRÉRE, 2014 *apud* SOUZA, BORGES; BARRO, 2020, p.985).

Portanto, a análise das videoaulas expostas no *Youtube* selecionadas, foi baseada nos critérios para análise das características técnicas e pedagógicas propostos por Gomes (2008) e Barrére (2014) como tempo de duração, descrição do audiovisual, conteúdo, recursos de ensino e estratégias de ensino. Além disso, foi analisado se os vídeos se enquadram nas características propostas por Silva (2009), Spanhol e Spanhol (2009), bem como nas concepções de outros autores mencionados no referencial teórico.

4. ANÁLISE DAS VIDEOAULAS

4.1. Videoaula I

Para a primeira análise foi escolhido a videoaula com o título "O Que é Sociologia?" do canal "Se Liga Nessa História". E conforme Gomes e Barrére, serão considerados cinco critérios para análise das características técnicas e pedagógicas da videoaula: tempo de duração; descrição do audiovisual; conteúdo; recursos de ensino e estratégias de ensino.

A videoaula 1 tem duração de 23 minutos e 55 segundos e descreve o que seria a primeira aula de Sociologia do canal e, segundo a descrição na página, possui cerca de 1,4 milhões de inscritos. Com mais de 155.399 visualizações o vídeo foi postado em 11 de setembro de 2017 e já possui mais de 10 mil curtidas, 198 *deslikes* (VÍDEO 1).

Na descrição do vídeo diz que "essa é a primeira aula de Sociologia do canal e nela a professora Renata Esteves elucidará os objetivos dessa ciência e os principais pensadores da área" (VÍDEO 1). O texto apresenta também *links* para mais conteúdos e seus endereços nas redes sociais. O canal também oferece curso completo para o ENEM e Vestibular, além de conteúdos exclusivos de História do Brasil e História do Mundo.

Logo no início a professora Renata afirma que irá abordar o que é Sociologia e qual o seu significado "básico", quais são as especificidades da Sociologia e o conceito de Sociologia, segundo os pensadores mais clássicos, ou como Renata afirma, "os mais cobrados no vestibular" (VÍDEO 1). Ela afirma ainda que a Sociologia é um estudo dos fenômenos sociais, mas "considerando que esses fenômenos sociais estão em constante transformação existe uma dinâmica social por trás desses estudos e é a partir dessa dinâmica que encontramos formas de se compreender a sociedade" (VÍDEO 1).

A professora descreve fatos naturais e fatos sociais distinguindo-os com o exemplo de que o homem não é um ser natural, é um ser social. E lembra que não se deve justificar o capitalismo, por exemplo, como natural do homem, para Renata o melhor da Sociologia é a concepção de que "o mundo está além da sua perspectiva" fazendo com que "você extrapole a sua perspectiva e tira a ingenuidade da pessoa que acha que o mundo é o que você vive" (VÍDEO 1). Levanta o debate de perspectiva dominante e afirma que a Sociologia oferece uma amplitude de temas que estão relacionados ao "outro" ampliando a nossa perspectiva. Renata afirma que a questão central da Sociologia é o capitalismo e o descreve como o tema central de cada sociólogo.

Fala que Auguste Comte "era um filosofo, mas que não gostava muito da filosofia" (VÍDEO 1) e que traz uma perspectiva da Sociologia a partir da perspectiva dele, positivista. Ela afirma que havia por parte dos sociólogos "uma inveja" dos ciências exatas por suas leis e define como física social, o que para Renata, é um grande equívoco do positivismo, assim como *eurocentrismo*, pelo qual Comte passa a compreender os outros a partir da perspectiva do europeu. Ou seja, conforme Renata, no pensamento positivista não há o "estranhamento".

Renata afirma que Durkheim e Comte têm em comum a ciência social, mas que Durkheim tem uma "filosofia um pouco mais elaborada" (VÍDEO 1) que a de Comte e ambos tem a característica de compreender a ciência como algo neutro, na qual "o cientista é aquele que apenas observa e cole dados, não opina e não participa da sociedade" (VÍDEO 1).

Já "na contramão" Renata afirma que há o Marx que entende a Sociologia como um estudo capaz de transformar a situação, a sociedade. Segundo ela a Sociologia marxiana é pragmática e voltada para a ação, para a revolução da sociedade. Enquanto o Max Weber

compreende a sociedade através das motivações que o indivíduo possui e valoriza o posicionamento do indivíduo perante a sociedade (VÍDEO 1).

Por último ela apresenta "Ardono da escola de Frankfurt", que tem uma orientação marxista, mas diz que o papel da Sociologia é pensar de uma forma crítica, pensando como o mundo é, mas sem deixar de pensar como ela deveria ser, ou seja enfatiza o caráter da Sociologia para a mudança social.

Quanto aos recursos e a estratégia de ensino, a videoaula 1 apresenta uma aula expositiva com linguagem coloquial sem o uso de outros recursos visuais, além de um pequeno efeito especial durante alguns momentos mostrando o logotipo do canal.

A professora finaliza o vídeo ressaltando que era apenas uma aula inaugural e que na verdade nem respondeu à pergunta "o que é Sociologia?", e afirma que para ela essa pergunta deveria ser feita apenas depois da última aula, "depois de estudar muito Sociologia" (VÍDEO 1), mas que acha que "nem mesmo assim" os telespectadores/alunos conseguiriam compreender o que é Sociologia.

Entretanto ela espera ter incentivado alguém a se aprofundar mais em sociologia e a se especializar em uma de suas três áreas, Antropologia, Sociologia e Ciência Política, mesmo depois de finalizar com a máxima de quem segue as Ciências Humanas "não tem dinheiro, mas é feliz" (VÍDEO 1). Contudo o ponto mais crítico do vídeo ainda vem depois quando o produtor do canal aparece apresentando novamente a professora Renata e juntos os dois ressaltam que o canal agora além de aulas de História, Geografia e Filosofia terá também aulas de Sociologia, "uma ciência de quem gosta de dar uma bagunçada na sociedade com teorias malucas" e que querem "levar a galera para o mal caminho".

Portanto, considerando as características propostas por Spanhol e Spanhol (SPANHOL; SPANHOL, 2009) a videoaula 1 apresenta:

duração máxima: considerada longa em virtude da necessidade de manter a atenção do aluno;

abordagem com caráter prático: mostra conteúdos teóricos aplicados de forma prática, explorando situações vivenciadas que se aproximem do cotidiano do aluno;

recursos audiovisuais: apresenta o conteúdo de forma pouco didática e pouco atrativa sem efeitos audiovisuais.

Contudo a videoaula 1 não contempla todas as categorias propostas por Gomes, pois não possui suficiência da quantidade da informação, pois exige conhecimento prévio do aluno para acompanhar o conteúdo. Com linguagem coloquial, e sem interação com imagens, possui uma estrutura narrativa clássica e embora o roteiro e a produção possuam ritmo de acordo com

conteúdo e o público-alvo o vídeo não ultrapassa a sua proposta pedagógica de ser uma aula introdutória (GOMES, 2008).

No entanto, o vídeo 1 é uma videoaula apenas expositiva e, conforme Silva, deve se ter o cuidado para esse vídeo não ser apenas um vídeo-deslumbramento ou um vídeo-perfeição (SILVA, 2009), pois apresenta conceitos complexos que são abordados de forma superficial apenas pela professora/apresentadora e contém estereótipos e pressupostos que devem ser esclarecidos com mais eloquência e não apenas com o senso comum para poder ser aplicado na prática pelos alunos/telespectadores, portanto o vídeo 1 não pode ser considerado uma ferramenta didática.

4.2. Videoaula 2

A segunda análise será sobre a videoaula "Sociologia- Movimentos sociais" do canal Aula Livre que possui mais de 1,13 milhões inscritos. O vídeo foi postado em 12 de agosto de 2016. Na sua descrição apresenta apenas Aulalivre-Enem 2020 e vestibulares, além dos *links* para acessar mais conteúdos e suas redes sociais. A videoaula 2, com mais de 231.117 visualizações, possui 8,4 mil *likes* e 156 *deslikes* (VÍDEO 2).

De acordo com os cinco critérios para análise das características técnicas e pedagógicas da videoaula propostos por Gomes e Barrére o vídeo 2 possui tempo de duração de 17 minutos e 24 segundos. Na descrição apresenta os *links* para se inscrever no canal, oferece curso completo para o ENEM e seus endereços nas redes sociais.

Quanto ao conteúdo, ao abordar os movimentos sociais o professor Demetrius começa ressaltando que o tema é muito amplo e portanto ele apenas "levantará" alguns tópicos para fazer os alunos "pensarem" (VÍDEO 2). Ele escolhe as manifestações sociais como um dos temas que "sempre cai nas provas do Enem e de outras provas de redação" (VÍDEO 2), e lembra que o ano de 2013 teve muitos protesto e que talvez muitos alunos "devem já ter participado ou tomado partido de algum movimento" (VÍDEO 2).

O professor ressalta que movimentos sociais lembra movimento da sociedade, mas afirma que "são alguns grupos que estão preiteando alguma modificação que querem conquistar e estão protestando para conseguir" (VÍDEO 2). Contudo ele afirma que é preciso conceitos mais correlatos para compreender os movimentos sociais e apresenta no quadro o conceito de Axel Honneth que "movimentos sociais são ações coletivas com objetivo de manter ou mudar uma situação" (VÍDEO 2) e que "(...) uma luta só pode ser caracterizada de social na medida em que seus objetivos se deixam generalizar para além dos horizontes das intenções

individuais" (VÍDEO 2) ressaltando o aspecto contestatório dos movimentos sociais, lembrando que não se faz movimento social de um indivíduo apenas, é preciso um compartilhamento do mesmo interesse com um grupo que se identifica socialmente, politicamente, financeiramente ou economicamente adversa (VÍDEO 2).

O professor afirma que os movimentos sociais podem ter diversas causas e podem variar de época em época, de lugar para lugar, pode ser movimentos emancipatórios, de reivindicação, conservadores ou por novas identidades sociais. Para diferenciar os movimentos clássicos dos novos o professor afirma que é preciso lembrar que os movimentos sociais reivindicam mudanças sociais conforme a época em que ocorrem explanando sobre movimentos que ocorreram ao longo da história como os movimentos ligados as reivindicações trabalhistas e sindicais do século XIX, já mais no século XX surgiram mais movimentos sociais como de negros, homossexuais, veganistas, ambientalistas e feministas, os quais o professor elucida através de exemplos de movimentos mais presentes nos últimos anos "com uma questão muito mais de diversidade do que em outras épocas" (VÍDEO 2).

Com um breve resumo o professor Demetrius se refere ao ano de 1968 como paradigmático e relembra Martin Luther King, líder do movimento negro nos Estados Unidos e os movimentos estudantis na França no mês de maio.

Quando fala nos movimento sociais no Brasil o professor ressalta novamente que a reflexão é "muito amplo" e que quer apenas que os alunos "pensem" e relembrem o Brasil colônia, a escravidão, a formação de quilombos, movimentos abolicionistas e que isso tudo se enquadra na definição de movimentos sociais, mas afirma que num sentido mais formal e mais articulado e "um pouco mais reconhecido pelo Estado" (VÍDEO 2) e "tentando dialogar com o Estado" (VÍDEO 2) isso só ocorre no Brasil na República Populista em 1946-1964, exaltando os movimentos sociais que ocorreram na o fim do regime ditatorial e a primeira experiência democrática no Brasil, em clima de liberdade política maior que propiciou o aumento dos movimentos sociais, como a questão agrária, os movimentos religiosos, movimentos dos sem-teto, entre outros, que se relacionam entre si "porque quanto mais interligados os movimentos tiverem entre si mais visibilidade perante a autoridade maior, o Estado brasileiro" (VÍDEO 2).

O professor ressalta também os fortes movimentos estudantis no Brasil destacando dois exemplos, nos anos 50 apoiando a campanha de Getúlio Vargas "O Petróleo é nosso" para nacionalizar as reservas de petróleo do Brasil e criar a Petrobrás, e em 1992 o movimento dos "caras pintadas" durante o processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello (VÍDEO 2).

Demetrius ressalta que atualmente a tecnologia tem um peso muito grande nos movimentos sociais devido ao avanço nos meios de comunicação. As redes sociais contribuem muito rapidamente para as manifestações como ocorreu na "Primavera Árabe" em 2011 e no Brasil em 2013 com o Movimento Passe Livre (MPL).

Quanto aos recursos e estratégias de ensino o conteúdo é exposto pelo professor de Sociologia Demetrius Ávila de forma didática com uma aula expositiva como se ele realmente estivesse em uma sala de aula com um efeito visual de um quadro verde ao fundo expondo os principais pontos. A estratégia utilizada é a de instigar o aluno a "pensar", a cada informação histórica apresentada o professor sugere que o aluno pesquise mais sobre o assunto e reflita, questionando o porquê de cada movimento social em cada época ou lugar diferente.

Para falar dos movimentos sociais brasileiros, o professor relembra cada tipo de movimento social com exemplos que já ocorreram no país e no mundo sempre instigando o aluno a relembrar fatos históricos relacionando-os com exemplos atuais. Afirma que quer que o aluno pense no motivo pelo qual a questão agrária ainda se faz presente atualmente, proporcionando ao aluno uma boa reflexão sobre a relação temporal do movimento.

Portanto, a videoaula 2 apresenta o planejamento das atividades e roteiro conforme sugerem Brandão e Mello, (BRANDÃO; MELLO, 2013) considerando as características propostas por Spanhol e Spanhol (SPANHOL; SPANHOL, 2009) apresenta:

duração máxima: considerada longa, mas consegue manter a atenção do aluno/telespectador com constantes questionamentos e interações visuais.

abordagem com caráter prático: mostra os conteúdos teóricos aplicados de forma prática, exemplifica com situações vivenciadas que aproxima do cotidiano do aluno, instiga a reflexão do aluno;

recursos audiovisuais: apresenta o conteúdo de forma didática, com o uso de pequenos slides apresentados ao fundo com os principais tópicos que remete à uma sala de aula com quadro verde, utiliza fotos e imagens para exemplificar o conteúdo.

Sendo assim o vídeo 2 contempla as categorias propostas por Gomes com qualidade científica, exatidão e pertinência do conteúdo; linguagem formal do texto, interação imagem-palavras e estrutura narrativa clássica; roteiro e a produção possuem ritmo de acordo com conteúdo e o público-alvo alcançando sua proposta pedagógica (GOMES, 2008). Ou seja o vídeo 2 é uma videoaula didática com abordagem formal e com certeza não é "só vídeo" (SILVA, 2009), pois o professor/apresentador apresenta conceitos e fatos históricos de forma a ser aplicado na prática pelos alunos/telespectadores.

4.3. Videoaula 3

A videoaula 3 possui o título "Surgimento da sociologia e o positivismo/Prof. Leandro Vieira" com mais de 119.242 visualizações faz parte do canal ProEnem- Enem 2020 que possui mais de 1,22 milhões de inscritos, 6,8 mil curtidas e 62 *deslikes*. Na descrição do vídeo apenas é divulgado os endereços para assinar e inscrever-se no canal e nas redes sociais do canal.

E conforme os cinco critérios propostos por Gomes e Barrére para análise das características técnicas e pedagógicas da videoaula o vídeo 3 possui 43 minutos e 38 segundos, mas a videoaula só começa depois de uma introdução musical de 1 minuto e 25 segundos, com o professor Leandro Vieira se apresentando e dizendo que está ao vivo e pode ser a primeira vez para alguns, pois está iniciando o processo da turma semi-intensiva do Enem, afirma que estará toda quarta-feira falando sobre Sociologia e toda quinta-feira falando sobre Filosofia. Na descrição o vídeo 3 apenas traz os *links* para suas redes sociais.

No que tange o conteúdo, a videoaula 3 inicia com o professor Leandro ressaltando que embora novas no cronograma do ensino médio, pois só viraram obrigatórias em 2008, as duas disciplinas "tem caído muito no vestibular do Enem" (VÍDEO 3). O professor afirma que vai falar sobre o surgimento da Sociologia e como "essa disciplina maravilhosa linda, perfeita surgiu" (VÍDEO 3), vai comentar quais foram as convenções, os instrumentos históricos que influenciaram o surgimento da disciplina, a base cientifica que ela tinha e o pensamento cientifico inicial de Augusto Comte, o positivismo.

Com um fluxograma ao fundo Leandro afirma que a Sociologia surgiu no século XIX, mas explana sobre as condições históricas que influenciaram o surgimento ainda no século XVIII, como as alterações sociais da Europa, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, afirmando que essa mudanças geraram a necessidade "de se pensar, estudá-las por outro *viés*, por outra visão" (VÍDEO 3) ressaltando que "a Sociologia não nasceu do nada" (VÍDEO 3), pois o surgimento sociológico tem a ver com um conjunto de revoluções que ocorreram no século XVIII, trazendo a compreensão das alterações sociais e a perspectiva histórica.

Lembrando que não é uma aula de História, Leandro aborda a Revolução Francesa "momento histórico no qual se altera a forma de governo na França, havia o absolutismo, com um rei e a burguesia aliada ao povo mata o rei e estabelece uma república" (VÍDEO 3), ou seja a revolução alterou a forma de poder e o sistema político presente na França acarretando uma mudança completa na sociedade francesa, influenciando também a outros países da Europa. Com isso, a Revolução Francesa mudou a história da Europa e o panorama político-social, alternado a forma como a sociedade vê a política e até mesmo a religião (VÍDEO 3).

E com uma nova perspectiva a Europa vive a Revolução Industrial, na verdade três, "mas a principal para a Sociologia foi a primeira" pois ela que mudou as formas de trabalho entrando as máquinas no sistema produtivo e alterando a carga horária, a qualidade de vida dos trabalhadores" (VÍDEO 3), ou seja a Revolução alterou a economia, o trabalho e a vida das pessoas, buscando exemplificar fazendo a relação com situações do cotidiano dos alunos/telespectadores.

Em um novo *slide* Leandro aborda as modificações sociais da Revolução Francesa, dando um exemplo mais atual para o aluno/telespectador fazer a relação. O *slide* enfoca "de forma escalonada" (VÍDEO 3) o aumento das cidades, a presença do trabalho feminino e infantil, "ou seja mão-de-obra mais barata, havendo maiores lucros dos empresários", o surgimento de novas classes sociais, o endurecimento das relações trabalhistas, o desmoronamento da família patriarcal, o questionamento do poder religioso, o fortalecimento da burguesia e a alternância do sistema de poder. Leandro explana sobre cada um dos tópicos de forma a instigar o aluno a refletir pensando nos dias de hoje.

Leandro afirma que com todas as mudanças que estavam ocorrendo muitos pensadores viram a emergência de se estudar e analisar tais mudanças e apresenta um fluxograma reforçando como as mudanças socioeconômicas e a necessidade de entendimento contribuíram para a surgimento da Sociologia. Afirmando que como as mudanças sociais criaram uma nova disciplina, a Sociologia, ela vai ter que pensar e analisar como vai organizar sua forma de agir na sociedade, como vai ser seu estudo, como vai ser o seu método de pesquisa, e assim surgi a primeira corrente teórica, que é o positivismo, que tem uma figura principal, que "nem é o criador" (VÍDEO 3), um cara com nome "bem esquisito mesmo", Augusto Comte, que escreveu uma obra para falar de positivismo em que fala sobre uma maneira de se estudar as mudanças, o positivismo, uma corrente humanista porque Comte "acredita e defende a capacidade humana de entender as mudanças e as relações" (VÍDEO 3).

Em outro *slide*, Leandro aborda como características do positivismo a base social controlada pelo uso da razão, o uso de leis naturais para traduzir aspectos sociais e a forte influência do darwinismo, novamente utilizando um exemplo do cotidiano dos alunos/telespectadores para ressaltar que na Sociologia os argumentos não podem ser baseados em senso comum, pois "é preciso haver um estudo baseado em dados estatístico, que possam ser comprovados e baseados, para que a disciplina sociológica não ficasse apenas pensando sobre aspectos que são variáveis" (VÍDEO 3). Portanto, para se pensar as mudanças sociais, para o positivismo, era preciso se basear nas leis naturais, ressaltando que "opinião é opinião e ciência é ciência" (VÍDEO 3).

Afirma que o positivismo se baseia na teoria da lei geral dos três estados, pois a forma de pensar do homem foi se modificando com o tempo passando por três estados: o teológico, "quando o homem não conseguia explicar alguma coisa utilizava figuras divinas"; o metafisico, "quando o homem tem a consciência que as respostas não vem de Deus, mas ainda não tem a ciência para saber as respostas"; e o último estado, "objetivo da humanidade" o positivo, quando ocorre o uso da razão humana para se ter as respostas" (VÍDEO 3).

O professor faz uma breve síntese de todo o conteúdo recapitulando alguns conceitos abordados e lembra que a frase "ordem e progresso" escrita na bandeira brasileira "é influenciada por um lema positivista" e é parte de uma frase de Comte "o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim" (VÍDEO 3).

Novamente elucida com um exemplo prático a ideia de Comte sobre o funcionalismo da sociedade como um organismo, visão organicista, pois se uma parte dela não estiver funcionado bem a sociedade é afetada como um todo, comentando que Durkheim também irá utilizar essa concepção. Sintetizando em outro fluxograma, Leandro retoma alguns temas do conteúdo e novamente responde algumas questões de alunos/telespectadores.

E quando perguntado por um aluno/telespectador sobre os principais pensadores sociólogos que contribuíram para o surgimento da Sociologia o professor responde que foram quatro: Augusto Comte, Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, "mas são apenas os pioneiros não quer dizer que os outros não foram importantes". Por último o professor aproveita para dizer que na próxima aula vai falar sobre Émile Durkheim, "o autor mais cobrado no vestibular" que "é o pai, literalmente, da Sociologia" (VÍDEO 3).

Quanto aos recursos de ensino a videoaula 3 apresenta na abertura uma vinheta longa, padrão do canal, com música temática, citando alguns conceitos e autores diversos, com as imagens e nomes de seus professores, e outra, mais curta, no final, apenas apresentando o endereço eletrônico do canal. A videoaula 3 é gravada ao vivo e tem como público-alvo alunos da turma do curso semi-intensivo, sendo que tem uma política diferenciada para demais alunos/telespectadores do canal, pois até mesmo para as mensagens serem lidas ao vivo pelo professor, ele ressalta para os alunos do curso se identificarem por uma rede social.

Como estratégias de ensino o vídeo 3 é o mais longo, porém é o que mais se aproxima da duração de um período numa sala de aula, que em média é de 55 minutos, sendo uma aula expositiva na qual o professor/apresentador fica na frente de uma tela que é utilizada para expor *slides* com texto, imagens e fluxogramas com os quais interage para ressaltar o conteúdo. O professor chega a responder algumas perguntas enviadas pelos alunos/telespectadores e sugere "acompanhar os noticiários" ou "uma coleção de livros didáticos", a *Era das Revoluções*

de Eric J. Hobsbawm para se compreender historicamente a política atual" (VÍDEO 3), mas ressalta que "para quem está estudando para o vestibular "vale mais a pena ficar focado em livros didáticos" (VÍDEO 3).

O vídeo 3 possui uma linguagem envolvente com interações entre imagem-palavra, interações de reforço, de comparação e de antítese; com qualidade técnica e estética dos elementos visuais; com qualidades linguísticas do texto verbal oral e verbal escrito; com adequação da linguagem e do conteúdo ao público-alvo; com exemplificações, esquemas e gráficos; com sugestões de atividades, recapitulações e sínteses e com roteiro e duração de vídeo adequada e suficiente em relação ao tempo de aula disponível (GOMES, 2008).

Portanto a videoaula 3 possui uma abordagem com caráter prático, pois mostra os conteúdos teóricos de forma a serem aplicados de forma prática pelos alunos/telespectadores, explorando situações que aproximem do cotidiano deles e utilizando recursos audiovisuais para apresentar o conteúdo de forma didática ao mesmo tempo atrativa, buscando aumentar as chances do aluno/telespectador assistir à videoaula até o fim.

Porém, mesmo considerando o vasto conteúdo teórico apresentado e o longo tempo de duração, o professor faz constates recapitulações garantindo que a videoaula 3 atinja sua proposta pedagógica e por isso não deve ser enquadrada em nenhuma das categorias prejudiciais de vídeo classificadas por Silva (SILVA, 2009), sendo considerada uma excelente ferramenta didática.

4.4. Videoaula 4

A videoaula 4 possui o título "Sociologia-Autores Clássicos da Sociologia", com mais de 134.167 visualizações foi postada em 21 de julho de 2015 e possui 4 mil *likes* e 103 *deslikes*. O vídeo faz parte do canal TV Hexag que possui mais de 474 mil inscritos (VÍDEO 4).

Conforme descrito na metodologia serão considerados cinco critérios para análise das características técnicas e pedagógicas da videoaula: tempo de duração; descrição do audiovisual; conteúdo; recursos de ensino e estratégias de ensino.

Sendo assim a videoaula 4 possui 10 minutos e 09 segundos, sendo consideravelmente curto para o conteúdo a ser abordado e na sua descrição o vídeo apresenta apenas os endereços para quem quiser saber mais conteúdo ou sobre o cursinho pré-vestibular oferecido pelo canal.

Quanto ao conteúdo o professor/apresentador Alexandre começa a videoaula dizendo que os autores clássicos da Sociologia são: Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber, "por dedução" já que são os nomes escritos na lousa com letras maiores. Depois o professor explica

que a Sociologia antes não fazia parte do currículo do Ensino Médio, mas que agora "está bombando" (VÍDEO 4) muito por causa do Enem que "começou a puxar essas questões" (VÍDEO 4) que envolve um contexto sociológico.

Mas Alexandre afirma que seria "altamente interessante" para o aluno/telespectador que quer ter uma "compreensão bacana" dos clássicos "que desse uma preparada no seu caminho" (VÍDEO 4) e fosse buscar os percussores da Sociologia, os escritos na lousa com letras menores: Machiavel, Montesquieu, Hobbes, Locke e Rousseau.

O professor afirma que a Sociologia como ciência tem um pai que é Émile Durkheim, e dois grandes expoentes que são Karl Marx e Max Weber "a chamada santíssima trindade" (VÍDEO 4). Lembra que Durkheim era filosofo e afirma que a Sociologia é "a filha mais famosa da Filosofia" (VÍDEO 4) cria o conceito de "fato social" e diz que na Sociologia para se poder observar um fato social precisa se ter método, ser sistemático e ser empírico, ou seja a Sociologia é a "ciência da sociedade" (VÍDEO 4) relacionando com a palavra científico "de laboratório" ou de "pesquisa médica" e afirma que Durkheim propôs um olhar cientifico para a sociedade no livro *as Regras do método sociológico*.

Alexandre volta a dizer que para compreender os percussores da Sociologia se pode começar pelos filósofos clássicos, desde antes dos pré-socráticos na Grécia antiga, de Sócrates, e Platão, fazendo todo o percurso filosófico, ressaltando que a filosofia clássica sempre "cai no vestibular" e que é interessante se fazer um pacote clássico.

O professor afirma que Nicolau Machiavel escreveu o Príncipe, que "é figurinha carimbada em vestibular, por isso é legal ler o *Príncipe*" (VÍDEO 4).

Quando fala de Montesquieu o professor afirma que ele escreveu *O Espirito das Leis* e diz que o aluno/telespectador deve pensar na divisão dos três poderes, mas ressalta que quando Montesquieu é citado em vestibular ele é colocado com essa questão, mas afirma que ele não a propôs, e sim que "fez uma versão mais amarrada do judiciário, legislativo e executivo então é interessante dar uma lida" (VÍDEO 4).

Alexandre faz ainda uma subdivisão nesse grupo ressaltando que Hobbes, Locke e Rousseau são contratualistas. São dois ingleses e um francês que se destacam, mas "não só eles porque tem sempre uma galera junto" (VÍDEO 4) porque eles tentam explicar através de uma ideia de um contrato alguns dos conceitos que vão dar base para a democracia representativa. Eles tentam explicar porque na sociedade sempre existe "quem manda e quem obedece" (VÍDEO 4). E segundo o pensamento deles há uma espécie de contrato em que "abrimos mão da nossa participação política" e ressalta que nos dias de hoje isso ocorre nas eleições quando votamos na urna assinamos um "contrato completamente implícito, não existente" (VÍDEO 4).

Alexandre resumi afirmando que Hobbes vai defender a monarquia e Locke pelo contrário, inspira o pensamento liberal e trabalha na linha da intolerância religiosa e liberdade política, "então é legal ler o Locke" (VÍDEO 4) e lembra que ele também tem livros sobre Educação interessantes para leitura. E quanto ao Rousseau, Alexandre afirma que, na opinião dele, é o mais "bem amarrado, mais bem acabado dos contratualistas" porque ele afirma que "você não assina esse contrato, decide não ser cacique e ser índio, mas o seu representante não pode fazer tudo não", pois para Rousseau o representante pode ser retirado do poder se ele não estiver cumprindo com suas obrigações. Pois o "chefe deve ser escolhido pelo povo, para o povo pelo povo" (VÍDEO 4) trabalhando assim o conceito de democracia representativa no mundo moderno.

Depois o professor volta a dar uma visão geral sobre os clássicos afirmando que Durkheim que além de criar as regras do método sociológico faz um estudo sobre o suicídio e consegue, "de uma forma brilhante" (VÍDEO 4), dar o ponto de vista de uma sociedade sobre uma ação que deveria ser individual.

Afirma que Karl Marx é o mais controverso de todos, e como vivemos numa sociedade capitalista ele é o mais questionado, criticado porque propôs a "teoria do socialismo cientifico, o marxismo, a própria ideia de comunismo" (VÍDEO 4), mas apesar de "propor uma solução que é contrária a que temos hoje" ele é o que mais cai no vestibular" e ressalta que "mesmo que o aluno goste ou não goste, ou concorde ou não com Marx precisa saber para ter um pensamento crítico" (VÍDEO 4).

Já sobre Max Weber o professor afirma que ele propõe um pouco mais sobre o "lado do indivíduo" e desenvolve conceitos importantes como o "desencantamento do mundo" que seria a "perda da influência da religião" (VÍDEO 4) e fala do monopólio legal do uso da violência pelo Estado. E volta a ressaltar que é "legal" para os alunos chegarem nos autores clássicos partirem dos percussores e lembra que "vai cair muita questão" sobre os clássicos, mas afirma que passar pelos percussores dará uma certa vivência.

No que tange os recursos utilizados o vídeo 4 opta por uma breve introdução com uma vinheta instrumental rápida apresentando o logotipo do canal apenas depois um breve efeito para apresentar o nome do professor. Durante toda a videoaula apenas é apresentado no fundo as palavras escritas com giz branco em um quadro verde, como na escola, e nos últimos doze segundos volta a apresentar uma vinheta com o logotipo do canal, o endereço eletrônico, o endereço físico e o telefone.

Sobre as estratégias de ensino o vídeo 4 remete o aluno/telespectador à uma sala de aula com o professor/apresentador falando em frente à um quadro verde, ou seja é uma aula

expositiva com linguagem verbal coloquial buscando ser atrativa para o público-alvo. Com estrutura narrativa clássica focada para a recapitulação-reforço.

O professor opta por dispor os nomes do autores clássicos da Sociologia, segundo ele, escritos a giz branco e separados em dois grupos: os das letra menores, os percussores: Machiavel, Montesquieu, Hobbes, Locke e Rousseau; e os das letras maiores, os grandes pensadores clássicos: Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. Com isso ele ressalta que os clássicos são os que mais são cobrados no vestibular, porém é "interessante ver" os percussores para a melhor compreensão dos clássicos.

A proposta pedagógica da videoaula tem o objetivo claro de informar e exemplificar resumidamente alguns conceitos, deixando claro o tempo todo que o conteúdo será mais abordado em futuras videoaulas enaltecendo o caráter introdutório apenas do vídeo.

Com isso a videoaula 4 apesar de atender a todos os aspectos técnicos de Barrére: acessibilidade; forma de disponibilização; formato do conteúdo; qualidade do áudio; qualidade do vídeo; narração; organização; e tempo de duração (BARRÉRE, 2014), pode ser considerada conforme Silva "só vídeo", pois seu conteúdo não é satisfatório, didaticamente, e não se poderia apenas exibir o vídeo sem discuti-lo, sem integrá-lo com o assunto da aula (SILVA, 2009). Portanto, apesar de haver muitas sugestões de leituras extras o conteúdo teórico não foi apresentado de forma a ser aplicado na prática pelos alunos/telespectadores, portanto o vídeo 4 não pode ser considerado uma ferramenta didática.

4.5. Videoaula 5

A quinta análise será feita sobre a videoaula 5 "O tripé da Sociologia: Durkheim, Weber e Marx (ft. Tese Onze)" com mais de 593.987 visualizações, foi postado em 8 de novembro de 2018 pelo canal Leitura ObrigaHISTÓRIA que possui mais de 355 mil inscritos com 46 mil *likes* e 2,3 mil *deslikes* em parceria com o canal Tese Onze e o Apoia-se.

Conforme os cinco critérios para análise das características técnicas e pedagógicas a videoaula apresenta duração de 19 minutos e 41 segundos, sendo que 2 minutos e 30 segundos iniciais são destinados a apresentação do canal e a explicação da parceria feita entre os canais, ressaltando a política dos comentários além de que 1 minuto e 20 segundos finais são destinados a agradecimentos. Na descrição o vídeo apresenta a seguinte mensagem:

> Salve, espectadores do canal! No vídeo de hoje temos a participação mais que especial da Sabrina Fernandes, do canal Tese Onze, pra falar sobre os três autores considerados o tripé da Sociologia: Durkheim, Weber e Marx. O que os diferencia? E o que fez deles autores tão importantes nessa disciplina?

ERRATA: o termo correto é "ação social humana", e não "ação humana", como dito no vídeo. Agradecemos à Sabrina Fernandes pela correção (VÍDEO 5).

Além do endereço para se inscrever no canal Tese Onze a descrição também apresenta outros endereços eletrônicos de publicidade e de redes sociais.

Quanto ao conteúdo apresentado o professor Icles começa afirmando que "talvez vocês já tenham ouvido falar, ou não, que na Sociologia os três autores que são considerados o Tripé da Sociologia seriam o Durkheim, Weber e Marx" (VÍDEO 5), mas o professor indaga aos alunos/telespectadores o porquê disto, "o que faz deles especiais a ponto de receberem esse título?" (VÍDEO 5). Icles passa a palavra para a socióloga Sabrina Fernandes, pois "ela irá explicar sobre o isso e sobre as vertentes iniciais dessa ciência" (VÍDEO 5).

Sabrina afirma que no mundo os pais da Sociologia são Durkheim, Weber, Marx, mas ressalta que no Brasil, nós teríamos o Florestam Fernandes, "que traz o acumulo desses três sociólogos" (VÍDEO 5) e afirma que os três "não são a mesma coisa", pois pensam bastante diferente, mas os três tiveram papeis importantes para pensar a sociedade e conceitos específicos que evoluíram para conceitos sociológicos.

Sobre Durkheim, Sabrina afirma que ele é o responsável por fundar a Sociologia como uma ciência social no mundo, ressaltando que "Marx estava vivo e produzia antes de Durkheim, mas em uma época em que a Sociologia ainda não era considerada uma ciência social" (VÍDEO 5), lembrando que Marx é caracterizado como economista, filósofo político, jornalista.

Durkheim vem de uma influência do positivismo, de Comte, e escreve sobre as *Regras do método sociológico* para atender a necessidade de "criar uma ciência social que fosse realmente cientifica" (VÍDEO 5) e o conceito central para Durkheim é o de "fato social", que seria geral, externo e coercitivo. Sabrina afirma que é importante compreender "fato social" para entender questões como "porque a gente vive sobre o capitalismo e eu posso ser anticapitalista e ainda ter um consumo capitalista?" (VÍDEO 5) refletindo sobre o poder coercitivo do capitalismo sobre a vida das pessoas.

Sabrina enaltece o método cientifico aplicado por Durkheim em o *Suicídio*, instigando os alunos/telespectadores a lerem outros livros do autor. Depois conceitua Durkheim como "funcionalista" que se preocupava com a função que as pessoas desempenhavam na sociedade de forma a mantê-la mais coesa, desenvolvendo outros conceitos como "solidariedade mecânica", na sociedade pré-capitalista, e "solidariedade orgânica" na sociedade moderna, e as pessoas foram se especializando cada vez mais e a sociedade foi ficando mais complexa e mais dependente uma da outra, trazendo, na visão durkaniana, uma harmonia social com a sociedade

ficando mais coesa, o que seria segundo Sabrina, a principal preocupação de Durkheim (VÍDEO 5).

Nesse ponto o professor Icles chama atenção para o exemplo da greve dos caminhoneiros refletindo sobre como a possibilidade e desabastecimento do mercado gerou pânico nas pessoas dos centros urbanos, fazendo o aluno/telespectador pensar na relação entre a sociologia e a modernidade e Sabrina ressalta que é preciso "compreender a sociedade pelos nosso próprios olhos" (VÍDEO 5).

Sobre Weber, Sabrina afirma que "tem uma certa disputa em relação a ele", pois ele "reconhece as divisões que existem na sociedade, reconhece que existe desigualdades sociais, desigualdade de poder, fala de estratificação social, mas também tem uma preocupação com um certo nível de coesão" (VÍDEO 5). Sabrina afirma, que coloca Weber na linha da Sociologia como parte da teoria do conflito, porém ressalta que ele pensa conflito de forma diferente de Marx.

Segundo Sabrina, o conceito central de Weber seria o de "ação humana", corrigido posteriormente na errata da descrição como "ação social humana", que não é um comportamento qualquer, "é como você realmente molda a realidade a seu redor" (VÍDEO 5) afirmando que Weber tem uma preocupação com a racionalidade, uma das características principais da modernidade.

Sabrina menciona os livros *Ética protestante* e *Espírito do capitalismo* em que Weber volta na Reforma Protestante explicando "como características, principalmente do calvinismo, afetaram o modo de pensar das pessoas" (VÍDEO 5) e como elas tinham que provar que foram salvas através do trabalho que gerava acumulo que era reinvestido, gerando assim o Espírito do capitalismo. Porém, segundo Sabrina, Weber não teria a mesma preocupação de Marx com a desigualdade da sociedade.

Weber se localizou em diversos debates e chegou a falar com muitos marxistas da época e a sua perspectiva do conflito era a de que a racionalidade ajudaria a trazer coesão para a sociedade, assim o conflito seria negociável. Porém alertava que o excesso de racionalidade sem crítica poderia atrapalhar a metodologia e estaríamos numa "jaula de ferro" presos no nosso próprio pensamento racional sem fazer uma reflexão continua.

Sabrina diz que os neoweberianos criticam o conceito de burocracia, não como processo, e sim como classe, grupo de pessoas com métodos de atuação na sociedade não reflexíveis, exemplificando com o uso da *internet* atualmente e Icles ressalta comentando como há conceitos na ciências humanas ou entre autores que são diferentes, como o conceito de política e de partido político, por exemplo, e Sabrina aproveita para dizer que Weber estudou partidos,

que existem grupos diferentes na sociedade que não fazem parte do poder econômico, como as classes sociais, e existem interesses de grupos distintos, como os partidos, instigando novamente aos alunos/telespectadores a pesquisarem mais sobre o que Weber pensava sobre política.

Icles afirma que "o último da lista, mais polêmico, mais odiado, aquele que não pode ser mencionado" (VÍDEO 5) é Karl Marx e Sabrina diz que tem um vídeo em que ela conta a história de Marx, que segundo ela, "é tratado como vilão pela maioria dos sociólogos devido à uma perspectiva atual do que deveria ter sido a vida dele" (VÍDEO 5), então ela faz uma desmistificação.

Ao falar de Marx, que "é da teoria do conflito" (VÍDEO 5), Sabrina se declara marxista porque acredita que o método de Marx é muito importante para compreender a realidade, o método do materialismo histórico dialético, explicando que dialético "vem do Hegel" afirmando que ele pensava idealismo, depois rompe com o idealismo, mas mantém a visão dialética da sociedade vendo que a história se desenvolve a partir de várias contradições que vão se desenrolando" (VÍDEO 5). E o materialismo é esse movimento que é contrário ao idealismo, ou seja o Marx estava preocupado com as condições materiais da sociedade e não com aquilo que se almeja alcançar. Nesse momento Sabrina faz um comentário sobre "quando as pessoas dizem que uma coisa é muito utópica, idealista, ela é contrária ao marxismo, pois a utopia, no marxismo, seria um objetivo a ser alcançado através da mudança das condições materiais" (VÍDEO 5). Assim, segundo Sabrina, Marx identifica como ponto central do estudo a luta de classes, a história da sociedade humana é a história da luta de classes.

Enaltecendo o texto de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte,* "no qual Marx fala como a história do passado pesa sobre a gente hoje, por isso "é importante compreender a história para sabermos que nós fazemos a história hoje, mas não sob condições que escolhemos de forma absoluta" (VÍDEO 5). E essa segundo Sabrina, é a maior contribuição de Marx para a Sociologia.

Nesse momento do vídeo o professor Icles questiona Sabrina sobre a opinião dela sobre se os principais sociólogos brasileiros mais relevantes no passado e hoje "bebem" desses três autores ou se ela acha que há a prevalência de algum dos autores do Tripé da Sociologia e pede para que ela faça um diagnóstico da Sociologia no Brasil em ralação aos três autores.

Então Sabrina faz um breve comentário dizendo que os sociólogos famosos no Brasil, "são famosos não por suas produções acadêmicas e sim por seus papeis políticos que tiveram historicamente, como Florestan Fernandes, que "bebe" tanto do Marx quanto do Weber" e "faz isso porque achava que o Brasil precisava de uma sociologia própria" (VÍDEO 5), pois segundo ele, não adiantava trabalhar conceitos europeus em um país que teve colonização e escravidão.

Porém Sabrina ressalta que dependendo da área da Sociologia vai ter mais influência de um autor do que de outro, dando o exemplo da Sociologia criminal, com predominância de Focault, com seu pensamento de crítica a sociedade repressora, ao Estado, ao poder de coerção e recomenda a leitura *Vigiar e Punir*; na Sociologia da educação, com Pierre Bourdieu, muito importante para pensar a educação no Brasil, com seu conceito de *habitus* e capital cultural. Então Icles comenta que Jessé Souza, é o sociólogo mais famoso do Brasil atualmente, e que ele "bebe" muito de Bourdieu (VÍDEO 5).

Contudo Sabrina lembra que há disputas entre as perspectivas de Jessé e de outros sociólogos que é uma tensão entre Bourdieu e Marx e ressalta que "tais disputas ocorrem dentro da Sociologia brasileira porque ela é muito viva, muito dinâmica" (VÍDEO 5). Icles relembra que Jessé de Souza é "acusado" de marxismo histórico e Sabrina encerra afirmando que "a Sociologia é muito mais do que Marx" e que na opinião dela "precisa de mais Marx especificamente da parte prática" (VÍDEO 5), porque, conforme Sabrina, a ideia de Marx não era apenas interpretar o mundo e sim transformá-lo, fazendo menção a seu texto as onze *Teses Sobre Feuerbach*, afirmando que o texto influenciou para o nome do seu canal.

Referente aos recursos utilizados, o vídeo 5 opta por utilizar logo no início do vídeo uma animação do tipo "*meme*" e a videoaula é gravada em frente a uma estante de livros e alguns pôsteres antigos na parede. Com o uso de alguns recursos tecnológicos apresenta em alguns momentos um efeito visual de descoloração para salientar ou comentar algo externo ao conteúdo. Além de uma vinheta padrão do canal com imagens referentes à História e música, durante o vídeo são apresentadas fotos dos autores e alguns *links* para mais conteúdos e comentários.

Em relação às estratégias de ensino, o vídeo 5 é uma aula expositiva dialogada entre os dois professores/apresentadores, com o uso de alguns recursos tecnológicos. Visando a interlocução a dupla faz uso de uma linguagem envolvente com valor narrativo semântico e com conteúdo teórico apropriado para o público-alvo com qualidade científica, exatidão, apropriação, atualização, clareza e contextualização.

A videoaula 5 apresenta roteiro e duração de vídeo adequada e suficiente. Em todo momento incita à busca e pesquisa por mais conteúdo motivando para leituras mais amplas valorizando a exposição, a discussão e a crítica atingindo assim a sua proposta pedagógica de informar, exemplificar, alertando para erros e equívocos constantes fazendo a relação do tema com situações do cotidiano dos alunos/telespectadores (GOMES, 2008) pois, conforme Brandão e Mello, destaca-se a adequação com o currículo e/ou conteúdo, para que o aluno

elabore textos, faça leituras complementares e desperte criticidade (BRANDÃO; MELLO, 2013, p.93).

Contudo, deve se ter o cuidado para que o vídeo 5 não seja enquadrado em nenhuma das categorias de Silva (2009), pois é uma videoaula que apresenta aspectos técnicos e pedagógicos de qualidade e propõe conteúdo teórico apresentado pelos professores/apresentadores de forma a ser aplicado na prática pelos alunos/telespectadores, por isso pode ser considerado uma excelente ferramenta didática.

4.6. Sugestões para elaboração de videoaulas

Com base em tudo que foi abordado, tanto no referencial teórico quanto na análise das videoaulas selecionadas, este artigo buscou fazer uma breve análise sobre videoaulas, explanado sobre o uso da videoaula como recurso didático, porém antes de concluir considera pertinente apresentar algumas sugestões para docentes e discentes que elaboram e\ou assistem as mesmas, bem como para quem deseja, futuramente elaborar sua própria videoaula:

a) É fundamental compreender o que é uma videoaula, pois trata-se da explanação de um conteúdo didático ou de treinamento por meio de um vídeo onde um professor/apresentador passa seu conhecimento e pode contar com outros conteúdos, como apresentação de animações, gráficos, enquetes, áudios, outros vídeo e muito mais. Para isso, é preciso saber como editar os vídeos e incluir esses outros materiais;

b) É essencial que se entenda do tema a ser abordado e ser capacitado no assunto a ser discutido. Por se tratar de um ambiente de relacionamento rápido, qualquer coisa minimamente errada pode virar uma bola de neve da qual se perderá o controle;

c) Deve haver o planejamento do conteúdo antes de iniciar uma videoaula, e se ter em mente o que deseja transmitir com ela. Início, meio e fim são tópicos necessários em qualquer contexto, mas em uma videoaula se tornam ainda mais importantes;

d) É fundamental se ter didática, por definição, didática significa a arte de transmitir conhecimentos, ser uma pessoa com didática é possuir a capacidade de ensinar com coerência tudo o que está se propondo;

e) É indispensável se treinar a aula antes de transformá-la em vídeo e não esquecer de adequar a linguagem de acordo com o público que se quer atingir, o uso do humor é recomendado para ensinar, mas sempre equilibrando com o conteúdo e sem parecer forçado;

f) Selecione o equipamento adequado, pois nem a pessoa com a melhor didática do mundo consegue bons resultados com um vídeo de baixa qualidade audiovisual. Para uma mensagem ser bem interpretada, é necessário que ela seja recebida da maneira adequada e é aqui que entram os equipamentos para a captação de som e vídeo na hora de criar uma videoaula. Para o aluno se manter na vídeo aula, ele precisa receber bem mais do que um conteúdo de qualidade, ele precisa de uma boa imagem do que está sendo apresentado e claro um bom áudio, então lembre-se de dar atenção ao seu equipamento;

g) Tenha um diferencial e fique de olho no que a concorrência está fazendo, analise o que está dando certo ou não, por isso coloque na ponta do lápis tudo o que você será capaz de fazer melhor que seus concorrentes, ou alguma novidade que possa integrar as suas vídeos aulas. Lembre-se que animações, *Screencasts* ou até mesmo uma caracterização podem deixar a videoaula ainda mais atrativa.

Lembrando que o Portal *Klickeducação* pode constituir-se em um bom auxiliar do professor/apresentador em sua prática. Nos *links* Comunicação e Linguagem, Gramática, Literatura, e Redação e Livros: resenhas e análises encontram-se textos abordando assuntos afins que ou trazem curiosidades, ou permitem aprofundamentos teóricos importantes, ou, ainda, versam sobre conteúdos disciplinares aplicáveis em sala de aula. Apresenta possibilidades de criação de aulas interativas, encaminhamentos de produção de texto argumentativo, sugestões de aulas e videoaulas, que permitem atividades interdisciplinares, análise de textos literários de autores contemporâneos e de textos integrais de autores que já caíram no domínio público (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pandemia de Covid -19 muitos desafios foram lançados à educação. No estudo *A Educação Não Pode Esperar*, apresentado em junho de 2020, o IEDE mapeou desafios e alternativas do ensino público durante a pandemia, no qual ressalta que o processo tem que ser sistemático, pois o professor deve passar as informações para o coordenador pedagógico ou diretor e o diretor passar para a secretaria de educação e só assim será possível visualizar se os alunos estão aprendendo ou não.

Com a perspectiva de que o ensino remoto se estenda para os próximos anos letivos, o estudo destaca que é preciso oferecer formação aos profissionais, pois há uma nova realidade de que ensino, tecnologia e trabalho a distância vão se tornar mais presentes e vão se tornar

uma necessidade, mas para que isso ocorra há uma pauta formativa que precisa de investimento e cabe as secretarias de educação maiores, que têm mais estrutura, ajudar a oferecer formação para as secretarias menores.

O uso de novas tecnologias na educação não se sustenta se a base do sistema escolar não estiver muito bem consolidada: a formação dos professores. Ela precisa estar sempre alinhada a práticas criativas, empreendedoras e inovadoras, pois só um professor mediador de conhecimento pode fazer uso integral e inteligente de qualquer ferramenta digital. Afinal, a tecnologia deve ser encarada apenas como um meio pelo qual se potencializa e se experimenta o aprendizado. Por isso, a intenção pedagógica do educador é o que faz toda a diferença.

O *Youtube* é considerado um grande aliado do educador e do estudante enquanto usuários. Contudo, quando se assume uma postura ativa de produção do conhecimento, a condição de produtor é adotada. Nesse novo desafio, é importante ter-se sempre em mente que vídeos educacionais para compartilhamento são poderosas ferramentas de aprendizagem e divulgação de conhecimento, por isso é estratégico o uso de bom senso nas escolhas e formatos dos vídeos.

A tecnologia faz parte da realidade na qual vivemos e por meio da *internet* estamos conectados a tudo e a todos. A era da informação e da tecnologia mudou completamente o cenário da educação e é possível que os educadores ampliem a relação ensino-aprendizagem, fazendo uso de recursos que diminuam as barreiras físicas e do tempo, indo além da sala de aula convencional, como no casos dos ambientes virtuais e sites colaborativos.

A partir da incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação as possibilidades de disseminação do conhecimento aumentaram de forma exponencial. A introdução do vídeo previamente gravado e com linguagem audiovisual adequada permitiram não só mostrar a imagem do professor, como também exemplificar conteúdos com riqueza de detalhes e informações promovendo assim, uma maior compreensão do aluno sobre os conteúdos das aulas.

Porém, não se deve apenas introduzir tecnologias, ou mesmo apresentar vídeos nas aulas, o uso desses precisa ser contextualizado e planejado para atender as necessidades pedagógicas para difusão do conteúdo. Ao construir um vídeo com objetivos pedagógicos, se faz necessário conhecer os processos de produção para que seja possível efetivar todas as vantagens que este recurso audiovisual oferece ao processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, ao realizar a análise das cinco videoaulas expostas no *Youtube* com temáticas das Ciências Sociais, este artigo atinge seu objetivo geral, bem como, descreve o conteúdo apresentado, a abordagem, a linguagem, a metodologia e os recursos utilizados por cada

professor/apresentador; analisa a qualidade técnica e teórica de cada videoaula, e; avalia se o conteúdo teórico foi apresentado de forma a ser aplicado na prática pelos alunos/telespectadores, contemplando, assim, os respectivos objetivos específicos.

Deste modo, conclui-se que a videoaula pode ser um recurso didático de extrema importância para a aprendizagem, desde que seja usada com inteligência, planejamento e parcimônia, pois em uma sociedade como a que vivemos, em que os celulares com acesso à *internet* se tornaram objetos extremamente populares, e as inovações tecnológicas são quase que diárias, é impossível que uma instituição escolar sobreviva fazendo um bom trabalho sem que se atualize tecnologicamente.

Sendo assim, as instituições de ensino não devem enxergar a tecnologia como um rival na disputa pela atenção dos alunos, mas sim como uma aliada na construção do saber no ambiente de ensino. Para isso, cabe às escolas o desenvolvimento de um ambiente propício para a utilização da tecnologia, em especial a videoaula, e cabe aos professores a atualização dos seus métodos de ensino, para que a tecnologia seja acrescentada como um recurso didático às práticas pedagógicas, e assim, o conteúdo teórico seja apresentado pelos professores/apresentadores de forma a ser aplicado na prática pelos alunos/telespectadores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini; MORAN, José Manuel (Org.). **Integração das Tecnologias na Educação:** salto para o Futuro. Brasília: Posigraf, 2005.

BARBOSA, Jorge Luiz. **Geografia e cinema:** em busca de aproximações e do inesperado. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Geografia na sala de aula. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 109-133.

BARRÉRE, Eduardo. **Videoaulas: aspectos técnicos, pedagógicos, aplicações e bricolagem.** Anais da 3ª Jornada de Atualização em Informática na Educação. Dourados, Brasil, 2014. Acessado em 25 de novembro de 2020. Disponível em: https://www.br-ie.org/pub/index.php/pie/article/view/3154

BETETTO, Joelma Ribeiro. **O uso do vídeo como recurso pedagógico:** conceitos, questões e possibilidades no contexto escolar. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Pedagogia, Universidade Estadual de Londrina, londrina, 2011.

BONAT, Débora. **Metodologia da pesquisa.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

BOZZETTO, Simone Carla. **A utilização de recursos tecnológicos na educação infantil.** Revista de Pedagogia, ano 3, n. 6, Notas de Pesquisa, 2003.

BRANDÃO, Inêz de Deus Neiva. MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. **Recursos didáticos no ensino de Geografia:** Tematizações e possibilidades de uso nas práticas pedagógicas. Revista Geografia e Pesquisa. Ourinhos, v. 7, nº 2, p. 81-97. 2013.

BRASIL, Agência. **Pandemia de covid-19 fez ensino e papel do professor mudarem.** Docentes precisaram se reinventar e acumularam funções este ano. Publicado em 15/10/2020 às 06:17, por Gilberto Costa e Mariana Tokarnia- Repórteres da Agência Brasil de Brasília e do Rio de Janeiro. Acessado em 18 de outubro de 2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-10/pandemia-de-covid-19-fez-ensino-e-papel-do-professor-mudarem

CAMPOS, Bruno Veríssimo; SARDE NETO, Emílio. **O uso de vídeo como recurso didático no ensino de geografia.** Meu Artigo Brasil escola, 2019. Acessado em 28 de outubro de 2020. Disponível em: https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/geografia/o-uso-video-como-recurso-didatico-no-ensino-geografia.htm

DEMO, Pedro. **Tecnofilia & Tecnofobia.** B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 35, n.1, jan./abr. 2009.

FILATRO, A. **Design Instrucional na Prática.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.

FILHO, João G. **Gestalt do Objeto:** sistema de leitura visual da forma. 8ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2009.

GOMES, L. F. **Vídeos didáticos:** uma proposta de critérios para análise. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 2008, 89, 477. Acessado em 25 de novembro de 2020. Disponível em: http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3710

GONÇALVES, Wesley Antonio. A Grande Revolução da Tecnologia da Informação na educação. Faculdade Atenas. 2006.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa:** projetos e relatórios. 2ª ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1985.

LUPTON, Ellen; PHILLIPS, Jennifer C. **Novos Fundamentos do Design.** São Paulo: Cosac Naify, 2008.

MENEZES, Lilian. **O vídeo nos processos de ensino e aprendizagem.** Curso de produção de vídeo PACC / UAB / UFABC, 2008. Acessado em 25 de outubro de 2020. Disponível em: http://proec.ufabc.edu.br/uab/prodvideo/TEXTO%204%20VIDEO%20E%20ENSINO.pdf

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Guia de tecnologias educacionais.** Secretaria de Educação Básica, Brasília, 2008. Acessado em 22 de outubro de 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/guia_de_tecnologias_educacionais.pdf

MOORE, Michael G. **Educação a distância:** uma visão integrada/ Michael Moore, Greg Kersley; [tradução Roberto Galman]. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2010.

MORAN, José Manuel. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. In: **Tecnologia educacional.** Editora Papirus. Campinas, SP. 2009. p. 101-111.

MORAN, José Manuel. **O Vídeo na Sala de Aula.** Acessado em 01 de novembro de 2020. Disponível em: http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/desafios_pessoais/vidsal.pdf

NUNES, Sônia Maria Serrão. **O vídeo na sala de aula:** um olhar sobre essa ação pedagógica. Monografia, Curso de Especialização em Mídias na educação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2012.

RESNICK, Mitchel. Repensando o aprendizado na era digital. In: **WORKSHOP:** Scratch e Cricket: Novos ambientes de aprendizagem e de criatividade Bradesco Instituto de Tecnologia, Campinas, fevereiro de 2006.

SANCHO, Juana Maria. **Para uma tecnologia educacional**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTORO, Luiz Fernando. **A imagem nas mãos:** o vídeo popular no Brasil. São Paulo: Summus, 1989.

SCHNEIDER, Catiúcia Klug; CAETANO, Lélia; RIBEIRO, Luis Otoni Meireles. **Análise de vídeos educacionais no *Youtube*:** caracteres e legibilidade. CINTED-UFRGS. Novas Tecnologias na Educação. V. 10 Nº 1, julho, 2012.

SILVA, Janete Borges. **O vídeo como recurso didático.** Monografia Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Chuí, Rio Grande do Sul, 2009.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa:** educação, comunicação, mídia clássica. 5ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

SOUZA, T.; BORGES, F. A.; BARRO, M. R**. Características das Videoaulas mais Populares dos Canais de Química do *YouTube* Edu.** ISSN 1984-6835, Revista Virtual de Química, 2020, volume 12, nº4, 981-992. Data de publicação na Web: 7 de Julho de 2020. Acessado em 30 de outubro de 2020. Disponível em: http://static.sites.sbq.org.br/rvq.sbq.org.br/pdf/v12n4a06.pdf

SPANHOL, Greicy Kelli; SPANHOL, Fernando José. **Processo de Produção de Vídeo-Aula.** Santa Catarina: [s.n.], 2009. Acessado em 10 de dezembro de 2020. Disponível em: http://www.seer.ufrgs.br/renote/article/download/13903/7812

VÍDEO 1. **"O Que é Sociologia?"** Do canal "Se Liga Nessa História". Postado em 11 de setembro de 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EsVjnTHq82s

VÍDEO 2. **Sociologia -** Movimentos Sociais. Do canal Aula Livre-ENEM. Postado em 12 de ago. de 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HMnZdmEit74

VÍDEO 3. **Sociologia -** O surgimento da Sociologia. Do canal ProEnem. Repostado em 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dYi-o_0pQUc

VÍDEO 4. **Sociologia -** Autores Clássicos da Sociologia. Do canal TV Hexag. Postado em 21 de jul. de 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gUNmUPEuC4E

VÍDEO 5. **O tripé da Sociologia:** Durkheim, Weber e Marx (ft. Tese Onze). Do canal Leitura ObrigaHISTÓRIA em parceria com o canal Tese Onze e o Apoia-se. Postado em 8 de nov. de 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=T_tUOFvGEWg

YOUTUBE. **Sobre o *Youtube*.** Acessado em 10 de novembro de 2020. Acessado em 30 de outubro de 2020. Disponível em: http://www.youtube.com/t/about_youtube

ENTRE VIOLÊNCIAS E CRIMINALIZAÇÕES: PUNIÇÃO E ENCARCERAMENTO EM MASSA NO BRASIL

CAPÍTULO XX

GÊNESE E ESTRUTURA DA QUESTÃO CRIMINAL NO BRASIL: CONTRADIÇÕES EM ANÁLISE

Arthur Cândido Lima

RESUMO

O presente artigo tem o nome de "Gênese e Estrutura da Questão Criminal no Brasil: Contradições em Análise". Esse artigo parte do pressuposto de que a questão criminal no Brasil, longe de ser uma condição ontológica da sociedade, é na verdade um fetiche, pelo fato de que suas determinações são encobertas pelo véu punitivo do sistema penal. Nesse sentido argumenta-se que esse fetiche da questão criminal é constituído pelos elementos de raça, classe e território, e quando interligados, formulam toda a atuação do poder punitivo brasileiro, dinamizado desde o escravismo, como gênese, perpassando brevemente pela instauração do capitalismo à brasileira como estrutura, e a perpetuação dessa estrutura na contemporaneidade como terrorismo de Estado. O argumento é fundamentado através do materialismo histórico e constituído a partir da pesquisa de revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Racismo; Escravismo; Questão Criminal; Brasil; Capitalismo.

1. INTRODUÇÃO

À primeira vista, a questão criminal aparece como uma generalização de conflitos que advém, ora da natureza humana, ora de questões antagônicas na sociedade. No entanto, a realidade objetiva aponta a questão criminal como um fetiche, pois ela encobre as determinações sociais inseridas na sociabilidade capitalista, como também, molda as especificidades de tal questão. Nesta perspectiva, o presente trabalho visa analisar as contradições encobertas pelo fetiche desta questão a partir da centralização do debate nos elementos de raça, classe e território, como pontos fundantes da gênese e estrutura da mesma, e como tal questão se manifesta na contemporaneidade (MARX, 2013, p. 209; Batista, 2019, p. 156).

Assim, o objeto de pesquisa a ser investigado é questão criminal, não em sua abrangente fantasmagoria, mas como gênese e estrutura concreta que aponta seres humanos como alvos a serem neutralizados a partir da racialização, pauperização e estratificação social dos mesmos. Nesse sentido, visou-se nesse artigo responder a problemática de compreender qual é a gênese da questão criminal no Brasil e como ela se estrutura no território. A partir desse problema, a hipótese prévia ou proposta teórica desse estudo é que cada sistema produtivo tende a

modernizar mecanismos de dominação anteriores e criar novos mecanismos de controle social, encobrindo suas múltiplas determinações, para assim, formular toda a superestrutura de dominação legal, que por sua vez, constitui o devir dos subalternizados a partir dos elementos de raça, classe e território.

Exposta a proposta teórica, o artigo tem como objetivo principal: investigar a correlação dos elementos de raça, classe e território na moldagem da questão criminal no Brasil. E os objetivos específicos são: analisar a formação sócio-histórica brasileira apontando para a constituição e conceitualização da questão criminal neste processo de formação; identificar os elementos que compõem a gênese partir do avançar histórico de análise; compreender como esta gênese se torna a estrutura da sociabilidade capitalista à brasileira e; expor como essa estrutura se manifesta na contemporaneidade.

De modo a desenvolver essa proposta, o fundamento do estudo se localiza no método marxiano de análise, que através da pesquisa de revisão bibliográfica, expõe as bases argumentativas em cinco momentos, a saber: o primeiro conceitua abstratamente o que o objeto de pesquisa engloba; o segundo adentra na gênese do objeto e ao período histórico que ela corresponde; o terceiro aponta como essa gênese influencia diretamente na estrutura do objeto sob a égide da sociabilidade capitalista; o quarto momento denota como a gênese e a estrutura do objeto fazem parte de um fetiche, um véu que encobre as múltiplas determinações da questão criminal, e expõe algumas contradições. O último momento é a argumentação crítica final de tudo o que fora exposto ao longo do artigo.

2. NOTAS SOBRE A QUESTÃO CRIMINAL

Sempre retratada de maneira impessoal, em qualquer lugar da superfície terrestre fala-se na "questão criminal". Como categoria universalizante, existe em todas as camadas sociais ao redor do globo. Como especificidade, se apresenta de múltiplas formas e com diversas determinantes. Dito isso, é visto que a questão criminal tem ocupado uma centralidade absoluta no cenário político brasileiro. A expansão do sistema penal indica que esse cenário político também possui centralidade social e econômica, cuja atualidade aponta para o grande encarceramento. Neste contexto, percebe-se que para compreender tal questão na contemporaneidade é necessário fazer o caminho inverso, um retorno ao passado (ZAFFARONI, 2013, p. 5; BATISTA, 2016a, p. 3).

Presente no cotidiano e no imaginário popular desde os tempos mais remotos, ela se apresenta e se altera com as mudanças dos processos produtivos, a saber: forças produtivas e

meios de produção. Dessas mudanças, altera-se também a superestrutura de cada período histórico, em que regras e modos de vida são pensados, analisados e implementados através do movimento que toma o sistema produtivo, tendo sofrido influência direta de três revoluções: a mercantil do século XIV, a industrial do século XVIII, e a tecnológica, que perpassa o fim do século XX e início do século XXI (ZAFFARONI, 2013, p.7).

Ora colocada como ordenamento conflituoso de uma constituição contrária as regras e modos de vida de uma determinada sociedade, ora colocada como ontológica das relações sociais, não se vê uma delimitação clara e direta, visto que por se tratar de uma questão, envolve uma gama de complexidades que tem seu significado alterado ao longo dos processos históricos. No entanto, ela sempre aparece como uma condição natural da humanidade. Desta forma, a questão criminal é, antes de mais nada, um aparente conjunto de fenômenos que dizem respeito aquilo que é definido como crime, desvio e conflito, a partir do desenvolvimento de uma determinada sociedade, tendo como ponto fundante os pressupostos econômicos que gestam as regras sociais de convivência. A partir dessa gestação, são criados mecanismos governamentais cuja finalidade é constituir uma superestrutura capaz de gerir indivíduos e populações. Tais mecanismos são os instrumentos de controle social, que tomam corpo na realidade social de vida e sua reprodução em escala global a partir de uma demanda por ordem (ZAFFARONI, 2013, p.7).

Sem nenhuma pretensão de definir categoricamente quando tal questão se torna real na história, ou de conceitualiza-la de maneira estática e ontológica, entende-se que esse conjunto de fenômenos estão interligados a totalidade de vida do ser, e desta forma, se interligam também na morte do mesmo. Nesse movimento obscuro entre a vida e a morte, a questão criminal portanto tem uma gênese, que precisa ser analisada a partir de uma especificidade. Assim, será analisada aqui a especificidade brasileira como recorte territorial necessário de compreensão do fenômeno.

3. A GÊNESE DA QUESTÃO

Um mergulho as fontes históricas do passado revelam que a constituição da questão criminal no país tem suas bases no Brasil-Colônia. O escravismo, seja em sua forma plena, ou em sua forma tardia, portanto, são o ponto de partida para se compreender tal manifestação da referida questão no país. Entendendo aqui a gênese como um conjunto de elementos ou fatores que contribuíram direta ou indiretamente para produzir algo, esse período histórico tem como determinante fator a raça. A revolução mercantil do século XV fez com que ocorresse uma

corrida desenfreada dos países europeus, cuja demanda por ordem neste período fosse a expansão comercial para o aumento gradativo da riqueza do ocidente.

Sob o comando do absolutismo, a expansão territorial de domínio dos países europeus, mais especificamente com a monarquia portuguesa, tem seu pontapé de partida através do Tratado de Tordesilhas de 1494, que assinado sob a insígnia papal, permitiu com que o país expandisse seu controle vertical de sociedade para terras ainda desconhecidas. No século XVI, ocorrem os surtos marítimos para a construção do dito novo mundo, e sob a frente destes surtos estavam os vassalos, obedientes e leais as determinações da coroa, que no expandir de suas fronteiras chegam ao que seria chamado futuramente de Brasil (FERNANDES, 1975, p. 13; HOLANDA, 1995, p. 46; GALEANO, 2010, p. 18).

Ao chegarem nesse novo território se depararam com povos nativos no local, que tinham maneiras totalmente diferentes de viver e múltiplos modos para garantir a reprodução de vida dos mesmos. Esse choque de civilizações promoveu o primeiro encontro entre o ser ocidental e os povos originários, onde:

> Ao longo das praias brasileiras de 1500, se defrontaram, pasmos de se verem uns aos outros tal qual eram, a selvageria e a civilização. Suas concepções, não só diferentes mas opostas, do mundo, da vida, da morte, do amor, se chocaram cruamente. Os navegantes, barbudos, hirsutos, fedentos de meses de navegação oceânica, escalavrados de feridas do escorbuto, olhavam, em espanto, o que parecia ser a inocência e a beleza encarnadas. Os índios, vestidos da nudez emplumada, esplêndidos de vigor e de beleza, tapando as ventas contra a pestilência, viam, ainda mais pasmos, aqueles seres que saíam do mar (RIBEIRO, 1995, p. 44).

Nessa perspectiva, os vassalos se apropriaram dos modos de vida dos povos para se adaptar aquele novo *habitat* dos trópicos, pois os mesmos de maneira própria, já davam passos para uma revolução agrária, pois já haviam domesticado diversas plantas para plantio e colheita, derrubavam árvores nas matas através dos seus machados de pedra e limpavam o terreno para exercer essas atividades com queimadas, que produzia a fartura alimentar dos povos com matérias-primas, condimentos, venenos, estimulantes, juntamente com as atividades de caça e pesca, e todos os nativos, organizados em diferentes aglomerados, participavam da vida produtiva de cada aldeia (RIBEIRO, 1995, p. 31).

Compreendendo os modos de vida dos povos, os vassalos se apropriaram dos instrumentos e métodos de produção e reprodução da vida material, e os desenvolveram de maneira muito mais abrupta do que tais modos, à guisa de conseguir extrair em uma quantidade superior tais matérias-primas e alimentos, passando de uma produção cuja finalidade era a subsistência, para uma produção que fosse totalmente orientada para a satisfação das necessidades da metrópole portuguesa como também a comercialização de toda as matérias-

primas e alimentos no movimento de expansão comercial. A sistematização desse movimento produtivo em larga escala para satisfação dos interesses da coroa só foi possível através da exploração, não só das terras recém descobertas, como também de mão de obra, e para que fosse feita tal sistematização a coerção dos povos originários foi o denominador comum da soma entre exploração, espoliação e também a desumanização dos mesmos (HOLANDA, 1995, p.47).

Emerge aí o primeiro elemento fundante para se entender a questão criminal no país, pois esse denominador comum é constituído através da racialização dos povos, que coloca o ocidental, dotado de razão e uma suposta superioridade como ser e os demais que não se encaixam nesse modo de vida como não-ser. O ser é o centro de tudo, humano em sua concretude, divinamente pleno, pensante e atuante nas esferas da vida social, o não-ser está a margem de tudo, desumanizado por completo, incapaz de raciocinar e só tem atuação nas esferas da vida social através do processo produtivo. O ser é o constructo bem acabado de toda a humanidade, o não-ser é a defasagem do humano, a bestialização em vida, incapaz de raciocinar, de viver a vida da maneira correta, a maneira ocidental. Nessa divisão entre o ser e o não-ser, a raça foi, e ainda é, a categoria de análise fundamental para se compreender toda essa gestação do processo produtivo, pois é a partir da raça que se separa aqueles que vivem para o ócio e aqueles que vivem somente para exercer o trabalho braçal. Essa constituição de produção e reprodução da vida constrói o colonialismo, dividindo esse choque de civilizações em dois mundos, o dos colonos e dos colonizados. O primeiro é um mundo belo, eclesiástico, da moral, dos costumes e da vida plena. O segundo é um mundo de horror, da besta, constituídos por seres que são imorais, cujos costumes são uma afronta a civilização ocidental. A raça[1], então, é o fator primordial e preponderante para verticalizar a ordem social ali presente, que produz uma disposição hierárquica de mando e obediência através da violência em estado bruto, separa aqueles que são homens daqueles que são animais, e que apesar desse fator emergir como uma ficção, ganha corpo e é materializada através do sistema colonial, devido ao amplo

[1] De acordo com Mbembe "a raça é ademais um complexo perverso, gerador de temores e tormentos, de perturbações do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes. Em sua dimensão fantasmagórica, é uma figura da neurose fóbica, obsessiva e, por vezes, histérica. De resto, consiste naquilo que se consola odiando, manejando o terror, praticando o alterocídio, isto é, constituindo o outro não como semelhante a si mesmo, mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou ao qual caberia simplesmente de destruir, na impossibilidade de assegurar seu controle total" (MBEMBE, 2018, p.27).

consenso ocidental de que essa condição era válida e necessária para a prosperidade das metrópoles (RIBEIRO, 1995, p. 39; BARROS, 2019, p. 22).

Na disposição colonial como estrutura social, os povos desumanizados eram forçados a trabalharem na sistematização agrícola constituída pelos vassalos, colonizadores, cuja cristalização da unidade de produção no território é feita através do transformar as terras ainda não exploradas em propriedades rurais, cujos trabalhadores eram violentamente direcionados a atividade produtiva. Destituídos de sua humanidade e sendo colocados como meras ferramentas de trabalho, os povos originários foram de suficientemente úteis para a manutenção de vida dos colonos, para insuficientemente produtivos no sistema colonial, pois se recusaram de todas as maneiras a produzir e reproduzir este trabalho metódico e rigoroso do sistema gerando incessantes conflitos e fugas de tais propriedades, como também milhares destes povos foram debilitados[2] até a morte (HOLANDA, 1995, p. 48; RIBEIRO, 1995, p. 30).

Nessa perspectiva, o denominador comum entre exploração, espoliação e desumanização encontrou na população de África os novos não-seres que seriam utilizados como ferramentas animadas no sistema colonial. O tráfico de escravos foi o fator primordial para que a colônia se fortificasse cada vez mais na atividade produtiva e na mercantilização dos produtos ali extraídos, em que os negros considerados um amontoado de músculos irracionais estaria apto a reger em larga escala o processo de acumulação originária[3] para a metrópole (HOLANDA, 1995, p. 49).

---

[2] Essa debilitação até a morte aconteceu em todos os níveis de conflito entre povos originários e europeus recém-chegados nos trópicos, dentre as quais destacam-se quatro: o nível biótico, que se cristaliza com as doenças que o europeu trouxe no corpo e eram mortais quando entravam em contato com as populações até então indenes; o nível ecológico, que se materializa na disputa territorial para conquista das matas e das riquezas que ali existiam; o nível econômico e social, com a escravização dos índios e a mercantilização das relações de produção, cuja finalidade era a articulação entre o velho mundo europeu com o novo mundo ainda em vias de descoberta, a metrópole e a colônia; o étnico-cultural, que se deu pela gestação de uma etnia nova, unificando a partir da linguagem e dos costumes, os índios, os negros, e os europeus, e desta simbiose, irá surgir o brasileiro (RIBEIRO, 1995, p. 30).

[3] A acumulação primitiva (ou originária) de capital, no terceiro mundo, se conflui com o modo de produção escravista. Tal acumulação se materializa e se dinamiza antes do capitalismo, e o capitalismo utiliza suas bases para se estruturar na nova sociabilidade. Desta abstração conceitual não se extrai o que de fato foi a acumulação primitiva, que nas palavras de Marx se sustentou com "A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracteriza a aurora da era da produção capitalista." (MARX, 2013, p.998). São os chamados processos idílicos, a base fundante do escravismo e a estruturação do capitalismo no terceiro mundo, os processos sanguinolentos, genocidas, cruéis e de barbárie da colonização, a expropriação total dos povos racializados. Sob a visão de Fanon, na sistematização colonial o racismo e a economia estão ligados intrinsecamente, a partir da evolução das técnicas produtivas, processos de industrialização das metrópoles, da necessidade de mão de obra, na complexidade dos meios de produção e ideologia, que constituem a arquitetura colonial de produção. (FANON, 2018, p. 49).

Trazido como escravo, o negro e seus descendentes dinamizaram o trabalho no país durante quatro séculos de escravidão, e embora sua história seja a história desta formação, tendo construído ativamente a economia em desenvolvimento, fora excluído da divisão da riqueza. Para além do trabalho, foram partícipes ativos na formação cultural do território (MOURA, 1992, p. 7).

As primeiras levas de escravos vindos da África se dão por volta de 1549, em que desembarcaram em São Vicente o primeiro contingente da população escravizada, em que D.João III concedeu autorização que cada colono importasse até 120 africanos em suas propriedades. Os colonos, no entanto, protestaram contra o limite que fora estabelecido pela coroa, desejando um número de escravos superior ao concedido. Alguns historiadores afirmam que a nau *Bretoa* enviada em 1511 por Fernando de Noronha já continha negros a bordo. Fato é que essa presença dos negros no país perpassa desde a formação da colônia, depois império, e também na contemporaneidade (MOURA, 1992, p. 7-8).

A consolidação da economia colonial intensificou o tráfico de escravos para o país, especialmente para o Nordeste, que aplicava em suas terras a agroindústria para o cultivo de cana-de-açúcar, tendo como grande povoador deste terreno os negros escravizados, ocupando os vastos espaços desocupados, e enquanto o reino vinha da metrópole para a Colônia como se fosse uma espécie de férias, o negro africano sabia que sua estadia no Brasil seria eterna (MOURA, 1992, p. 7-8).

A produção de uma economia colonial, e por isto destinada ao mercado externo cada vez mais extenso, era fruto do trabalho escravo. Essa economia, que transita pela produção açucareira, mineração, produtos tropicais e desemboca no café, é feita pelo negro. Porém, isso não diz respeito a sua condição de vida, pois não ficava nem com o mínimo dessa produção, pelo contrário, toda produção era enviada para o exterior, em que os senhores de escravos ficavam com todo o lucro da exportação e comercialização. De um lado, houve uma demanda mundial pelos produtos aqui produzidos, e de outro, uma impossibilidade estrutural dos produtores dessa riqueza se beneficiarem dela, esse fato perdurou em todo o regime escravista. Após 1530, que se pode falar realmente em colonização, com os engenhos montados em São Vicente, encontrasse um dinamismo crescente na produção colonial brasileira, a saber, no século XVI a produção já era superior à América espanhola. No século seguinte, essa produção se duplica, porém, a grande população negra escravizada não participava da divisão da riqueza (MOURA, 1992, p. 12-13).

Os escravizados eram condenados a viver como animais, mesmo produzindo toda a riqueza da classe dominante. Não tinham direitos, ora era mercadoria, ora era uma ferramenta

do sistema de produção, na condição de não-humano, ou seja, tendo sua humanidade negada pelos senhores, podia ser vendido, trocado, castigado, mutilado, e até mesmo morto, onde ninguém ou nenhuma instituição intervisse a seu favor. O escravizado era uma propriedade privada, semovente, como o porco ou o cavalo. Viviam em jornadas de trabalho de 14 a 16 horas diárias sem pausas e com extrema vigilância, e após os exaustivos e desumanos trabalhos do dia, eles eram recolhidos às senzalas, amontoados sem nenhuma condição de higiene ou conforto. 90% dos escravizados estavam concentrados na extensa atividade produtiva colonial, e aqueles que não estavam na plantation de açúcar ou café, e nas atividades mineiras, trabalhavam na casa do senhor divididas "em mucamas, cozinheiras. cocheiros, carregadores de liteiras, transportes de tigres, limpadores de estrebarias, moleques de recado, doceiras, amas-de-leite, parteiras, carregadores de lenha e quaisquer outras ocupações necessárias para o funcionamento da casa-grande" (MOURA, 1992, p. 15-19). A população escravizada era totalmente excluída de qualquer direito político, mesmo sendo a única geradora de toda a riqueza material, era a base de toda a economia, independente de toda a complexidade e diversificação produtiva (MOURA, 1992, p. 15-19).

No escravismo, negros e negras atuavam em todos os níveis da divisão do trabalho, da plantação a colheita, do desenvolvimento de técnicas e profissões, cuja finalidade era a prosperidade e dinamismo dos engenhos. Por outro lado, viu-se que os únicos setores que se beneficiavam desse trabalho eram os parasitas colonizadores. No Brasil-Colônia, somente o negro escravizado trabalhava, somente ele estava inserido na divisão social do trabalho, e somente ele que vivia as formas mais violentas de controle social, no terrorismo permanente, em que a única forma de exercer sua condição humana era se rebelando, fugindo para as matas e organizando quilombos (MOURA, 1992, p. 19-21).

A desumanização dos escravizados, portanto, eram a condição necessária para a expansão colonial, que na violência em seu estado puro, categorizou de maneira sistemática os alvos do controle social, cuja essência de tais ações era a de pura crueldade e tortura, aviltamento e disciplina de trabalho, que sob o olhar colonizador eram vistos como preguiçosos, incapazes, desviantes, rebeldes, conflituosos e delituosos, e tinham métodos variados e instrumentos diversos para fazer a manutenção da ordem vigente, cuja demanda era a expansão total da produção direcionada para as metrópoles. Essa é a gênese da questão criminal no país, cuja forma abrupta e violenta não gesta nesse momento os criminalizados, pois para serem sequer considerados possíveis criminosos necessitavam de ter humanidade, condição inexistente para quem se encontrava no cerne da violência escravista. Embora

totalmente destituídos da condição humana, os escravizados seriam os principais alvos da constituição de tal questão no território.

4. A ESTRUTURA DA QUESTÃO

Esse movimento contraditório e violento da colonização irá sofrer alterações somente no século XVIII, por dois momentos, a reforma de pombalina em Portugal e a Lei Eusébio de Queiroz no Brasil. É a partir desse momento, com o medo das elites nos confrontos de classe na Europa, que ocorre a reforma das Luzes emerge como estratégia política: punir e não vingar, e a punição, juntamente com a repressão, passam a ser funções regulares através de uma nova economia e uma nova tecnologia. As fórmulas gerais de dominação produziram uma tecnologia minuciosa e calculada de sujeição e controle dos corpos. Emerge aí o sistema penal, que tinha como principal função: realizar o controle diferencial e seletivo das ilegalidades populares, neutralizar as resistências ao novo sujeito político do século XVIII, o povo (BATISTA, 2016a, p. 5).

No Brasil, existe um controle social policial que advém do arbítrio das fantasias absolutistas pelas suas matrizes ibéricas. Na segunda metade do referido século ocorreu a reforma de pombalina em Portugal, que instaura um processo de modernização que conjuga a incorporação de novos pressupostos teóricos e ideológicos em que houvesse um cuidado para que não afetasse a hierarquização social do país (BATISTA, 2016a, p. 6).

> No Brasil há um desdobramento ambíguo tal movimento, a discussão em torno do código penal de 1830 articulava o liberalismo de Beccaria com as formas de controle e punição da escravidão. No século XIX no Rio de Janeiro, o chefe de polícia Eusébio de Queiroz apontava a escravidão como limite à adoção de políticas mais modernas de policiamento urbano, propondo o confinamento dos escravizados nas fazendas e uma rigidez no controle de seus deslocamentos (BATISTA, 2016a, p. 6).

A grande questão que estava em voga no século XVIII e XIX é como estruturar o liberalismo ocidental sem excluir o ponto fundante da economia colonial brasileira, o escravismo (BATISTA, 2016a, p. 6).

A transformação do Brasil colônia em Brasil império foi possível através destes dois momentos, que fizeram o incorporar do liberalismo europeu sem rupturas com o tomismo, militarismo e a religiosidade das matrizes ibéricas. Isso posto, buscou-se sempre uma fórmula jurídico-ideológica que assimile uma hierarquização absolutista, preservando as estratégias de suspeição e culpa do direito canônico, mantendo vivos o arbítrio e as fantasias de controle total. A herança jurídico-penal da inquisição ibérica é uma das marcas de um modelo de Estado que constitui a história do Brasil até a contemporaneidade, cujo constructo objetivo é o dogmatismo

penal contraposto ao pluralismo jurídico: “o diferente é criminalizado, há uma coercitividade do consenso e uma manipulação dos sentimentos, cujos mecanismos de controle sobrevivem e se agudizam em determinadas conjunturas políticas” (BATISTA, 2016a, p. 7).

Os usos punitivos do mercantilismo praticados no corpo do suspeito ou condenado no âmbito privado vão caindo em um anacronismo depois da independência e na constituição do capitalismo no Brasil, porém ocorrem também muitas permanências. “As demandas por ferocidade penal e a seletividade da clientela do sistema penal são permanências históricas”. No entanto, a partir das contradições emergentes entre o sistema colonial-mercantilista e o capitalismo industrial que se configurava já na segunda metade do século XVIII, surgem novas demandas por ordem, por exemplo, no bojo da independência, a constituição de 1824 produz algumas rupturas, que fazem parte do universo liberal indo de encontro as ideias fora do lugar da modernização à brasileira (BATISTA, 2016a, p. 8).

Surgem as garantias individuais:

> [...] liberdade de manifestação do pensamento; proscrição de perseguições religiosas; liberdade de locomoção; inviolabilidade do domicílio e da correspondência; formalidades exigidas para a prisão; reserva legal; devido processo; abolição das penais cruéis e da tortura; intransmissibilidade das penas; direito de petição; abolição de privilégios e foro privilegiado (Batista, 2016a: 8 ss. *apud* BATISTA & ZAFFARONI, 2011, P.39).

Isso tudo não poderia se chocar como o "direito de propriedade em toda a sua plenitude", que mantendo a escravidão sem uma só letra da lei, instituía a cilada da cidadania no Brasil, que pontua até hoje os discursos do liberalismo no país, que nasce restrita aos homens brancos e proprietários, senhores de escravos (BATISTA, 2016a, p. 9).

> Esses acontecimentos históricos fazem com que a maneira de pensar e sentir a questão criminal, sejam marcados por práticas de extermínio, aniquilação e desqualificação jurídica do povo brasileiro que advém da predação colonial contra os povos originários e os afrodescendentes, cuja democracia é um intervalo dessa história, moldada pela herança do sistema jurídico-penal colonialista (BATISTA, 2016a, p. 9).

Com a abolição da escravidão em 1888, ocorre um duplo movimento contraditório. Por um lado, a população escravizada agora se encontrava livre, senhora de si mesmo e responsável por sua pessoa e por seus dependentes. Por outro lado, esse acontecimento, da forma que foi feita, fermentou e amadureceu a disposição hierárquica do período anterior e perpetuou os interesses econômicos, valores sociais e ideais políticos da classe dominante, com a mesma separação do colonialismo brasileiro (FERNANDES, 2008, p. 30).

A violência bruta e desumanizante da economia colonial se expande por toda a superestrutura do capitalismo, em que a divisão dos poderes imperiais e oligárquicos teriam

funções concretas em sua completude para que houvesse toque sutis na desumanização do negro neste novo processo produtivo. Isso se dá pelas condições dos ex-escravizados, agora libertos, que se encontravam livres, porém reféns do novo ordenamento da sociedade, despossuídos de qualquer meio material para que fosse feita a manutenção de sua subsistência. Na dinâmica social, o racismo ultrapassa sua forma escravista e se constitui a partir do pensamento dos ideólogos da classe dominante, que na junção do discurso médico-jurídico, produzira a subalternização dos corpos negros nos estratos sociais que se formavam na economia concorrencial[4]. A determinante socio-econômica foi o ponto fundante para conduzir essa ideologia a prática constitutiva do racismo no capitalismo, em que a estrutura econômica era em si e *per se* a superestrutura social. Se é rico porque se é branco, se é branco porque se é rico. Por outro lado, se é pobre porque se é negro, se é negro porque se é pobre, e neste processo, se é criminoso porque é pobre e negro. Verifica-se, portanto, que tornar-se liberto não é sinônimo de tornar-se livre, pois a população negra foi excluída dos processos de organização e visibilidade das relações de poder (FANON, 1961, p. 36; MOURA, 1988, p. 10-11; GÓES, 2016, p. 163).

Aqui, a estrutura é entendida como o conjunto das modalidades de organização de um grupo social e dos tipos de relações que existem no interior e entre diversos domínios de toda a sociedade. A estrutura da questão criminal, ou seja, o modo como ela se estrutura nesse novo modelo de sociedade, mantém as determinantes sociais do período anterior, porém em uma nova roupagem, de novos modos, atreladas em diferentes meios e de manifesta de diferentes formas, cujas raízes coloniais são ocultadas, porém jamais encerradas ou destruídas, pois são necessárias para esse novo processo produtivo e de organização da sociabilidade capitalista. Nesses fluxos peremptórios de mudanças aparentes, a questão criminal aqui é compreendida como um constructo socio-histórico que determina a função de cada sujeito na divisão social do trabalho, como também orienta a disposição hierárquica dos membros que compõe essa complexa estrutura, cujo entendimento daquilo que é crime, criminoso, criminal e criminalizante está inteiramente ligado a racialização, pauperização e territorialização de seres

[4] Se o racismo vulgar (ou bruto), se apoiava exploração total dos braços e pernas do homem racializado, se constituindo pelos fatores biologizantes, a partir da "forma comparada do crânio, na quantidade e configuração de sulcos do encéfalo, nas camadas celulares do córtex, dimensões das vértebras e o aspecto microscópico da epiderme". Já o racismo científico encontra suas bases na junção das disciplinas médicas com as jurídicas, ou seja, é a ciência de apelo as condições fenotípicas e genotípicas anteriores, porém que produzem teorias raciais da forma de existir do homem racializado fora da individualidade, cuja finalidade é a sua inferiorização completa diante das novas demandas da ordem social vigente, porém com um discurso dotado de mais sutileza, moldado a partir dos valores ocidentais, portanto culturais (FANON, 2018, p. 45).

humanos historicamente oprimidos de maneira sistemática por cada implementação e modernização de sistemas produtivos, que constituem instâncias jurídicas, culturais, políticas e econômicas instituídas como mecanismos de controle social para produção da riqueza e reprodução do abismo social presente na contemporaneidade (GONZALEZ, 2018, p. 97).

5. CONTRADIÇÕES EM ANÁLISE

Foi visto até aqui que a questão criminal está atrelada ao processo socio-histórico de formação social brasileira. A história do negro e do nativo são a história do Brasil, e mais do que isso, são os principais reféns da questão criminal em sua particularidade nacional. A história de ambos está interligada nesse movimento contraditório, sendo colocados como alvos principais de tudo aquilo que é definido como crime. Desta forma, cai por terra a questão criminal como ontológica das relações sociais, e, portanto, é redefinido o sentido da mesma. Inicialmente apresentada como uma fantasmagoria, sendo "o conjunto de racionalidades, programas e tecnologias governamentais para a gestão de indivíduos e populações" (BATISTA, 2009, p. 30), esse sentido abstrato não dá concretude nem a sua gênese, tampouco a sua estrutura enquanto especificidade brasileira, mostra o que faz, mas não delimita seu objeto de intervenção, tem suas definições para determinar sua aplicabilidade, porém não aponta para quem ela é direcionada (BATISTA, 2009, p. 30).

A questão criminal como fantasmagoria, como fetiche, encobre suas múltiplas determinações, fazendo com que ela seja amplamente aceitada, porém pouco debatida, requisitada sempre que algum aspecto foge a ordem vigente, no entanto é minimamente questionada, expõe a demanda por ordem, mas oculta a quem ela é direcionada. Nesse processo de mergulho ao passado para compreensão do presente, é necessário procurar a essência da questão e romper com sua aparência. A demanda por ordem inicialmente apresentada pela revolução mercantil delimitou a racialização de seres humanos, atribuindo a eles a condição de não-seres, para a acumulação colonial, em que os negros eram roubados do seu continente para serem escravizados nas terras roubadas das populações originarias. Já no capitalismo se constituiu tal demanda a partir do processo de subalternização da população negra, perpetuando-os como não-seres através da inferioridade racial interligada a condição socio-econômica dos mesmos, despossuídos e criminalizados, invisibilizados e pauperizados, punidos e mal pagos (WILLIAMS, 1975, p. 13; BATISTA, 2019, p. 33-34).

Nesse sentido, vê-se que a opressão sistematizada de um povo é constituída através de raça, classe e território, que em simbiose constroem a questão criminal no Brasil. O primeiro

elemento constituiu a gênese de tal questão, através da escravidão e tortura perpetrada aos povos originários e negros escravizados. E tal elemento se estrutura na sociabilidade capitalista juntamente com os outros dois elementos, que embora fora aqui tratado em sua especificidade brasileira, é a condição necessária para que seja feita a manutenção da ordem através da questão criminal em todo o planeta. O elemento de classe foi o ponto fundante para definir de maneira clara quem é e quem não é considerado criminoso na sociedade, em que o período de passagem do homem-propriedade-máquina para o homem-livre-assalariado delimita de maneira clara quem serão aqueles que estarão a margem da sociedade - porém no cerne da criminalidade - em que a disposição hierárquica do poder constitui o negro de bom escravo a mau cidadão, portanto passível de correção, humilhação, destruição e aniquilamento (MOURA, 1977, p. 17-18; FLAUZINA, 2006, p. 33-34).[5]

Esses processos não se dão em qualquer espaço, mas em uma disposição territorial estratégica definida através da estratificação social[6] brasileira. Se o negro agora é liberto, dotado de consciência e responsável pela sua subsistência e de sua família, ele precisa ser localizado em lugares que estão ao redor do centro da vida econômica, num processo de perpetuação desse ator social como inferiorizado na totalidade de vida desses seres humanos, desumanizados historicamente[7]. Porém essa desumanização ocorre de outras maneiras, em um

---

[5] A raça como materialização concreta, como ferramenta do jugo do ser para com o não ser, tem três etapas para Mbembe. A primeira se caracteriza pela espoliação organizada, em que homens e mulheres originários da África foram transformados em homens-máquina, homens-mercadoria e homens-moeda. Pela aparência foram destiutídos de vontade, necessidades, língua própria e até seus nomes. A segunda etapa inicia-se no final do século XIII, influenciado pelo Iluminismo nas relações sociais, que por sua vez, é caracterizado como período da escrita. O período das revoluções principalmente francesa, porém o seu contrário na relação dialética tambem marca o período das insurgências contra os horrores das *plantations*. Encerra-se com o desmantelamento do Apartheid ao final do século XX. A terceira é marcada pela contemporaneidade, o século XXI. Seus traços categóricos de opressão se materializam na globalização, na privatização do mundo, a tecnocracia substituindo a economia, portanto financeirizando-a, a complexificação militar, a extrema despersonificação do ser com a racionalização do mundo a partir de lógicas empresariais (MBEMBE, 2018, p. 13-15).

[6] A estratificação social é entendida como uma consequência direta do processo de formação nacional. Na disposição das classes, são estratificadas, ou seja, deixadas aos diversos estratos sociais, aqueles que são despossuídos de todo e qualquer meio material de subsistência, formando o estrato social subalterno, e de outro lado formam-se estratos sociais de contingentes populacionais que dispõe de meios de manutenção de vida e que alcançam status social através do poder econômico que possuem diante dos antagonismos da sociedade de castas. Desta forma, ela é a separação da sociedade em classes nos diversos estratos a partir dos detentores dos meios de produção e dos vendedores de força de trabalho, esta última, como mercadoria, é o único meio pelo qual os estratos subalternos conseguem fazer sua manutenção de vida. O estrato burguês determina as formas de vida que são gestadas neste ideal nacional, através da negação do real e na máxima repressão e exploração aos estratos subalternos a partir dos elementos raciais, de classe e territoriais (RIBEIRO, 1995, p. 23-24).

[7] Sob o prisma de Mbembe o negro é um termo, um produto de um maquinário social e técnico indissociável do capitalismo. Tal termo fora inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação. O negro é o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria, ele é, portanto, a cripta viva do capital (MBEMBE, 2018, p. 20).

processo de marginalização funcional e não-funcional, e, portanto, colocados como possíveis criminosos antes mesmo de cometerem qualquer delito, reféns do ideal de projeto nacional inserido como regra de desenvolvimento após 1888, que produz o complexo de inferioridade pela ideologia colonial que subsiste nos processos sociais até a contemporaneidade (FANON, 2008, p. 94; GONZALEZ, 2018, p. 94-95).

Linguagem, cultura, política, economia, educação, Direito, enfim, todas as aplicabilidades fundamentais de socialização entre seres humanos são moldadas por esses três elementos, que longe de ser uma exclusividade da questão criminal, é a regra geral de vida sob essa disposição colonizadora que fora perpetuada ao longo dos períodos históricos do Brasil, que regem o poder a partir da opressão sistematizada de um povo específico no país. Ora tendo uma determinante exclusivamente racial, ora aparecendo como uma adversidade de classes, ora aparecendo como uma potencialidade desenvolvida a partir do território, a questão criminal é o horror em forma de processos criminalizantes que se apoia no sistema penal para constituir os mecanismos de opressão, repressão, estigmatização, genocídio e destruição total de tudo aquilo que representa a população negra, inclusive seus corpos. Desta forma, nunca é colocado em xeque o sistema que promove e implementa tais mecanismos, que sob a forma de valorização do valor, determina que os estratos sociais no ordenamento capitalista sejam permanentemente excluídos da riqueza produzida, do seu lugar ao sol, de conseguir viver a vida em sua completude, em que aos olhares do colonizador a burguesia cria raízes. A população negra é eternamente colocada como inimiga da ordem vigente, o negro é criminoso, o pobre é criminoso, o favelado é criminoso (BATISTA, 2016b, p. 7).

O resultado de toda essa construção sistemática de controle social é a principal causa de todos os absurdos que são acompanhados no capitalismo vídeo-financeiro, o neoliberalismo.[8] Os dados dessa opressão sistemática e histórica se fazem presentes contemporaneamente no

[8] Para fins de simplificação, entende-se o neoliberalismo como "[...] a fase da história da humanidade dominada pelas indústrias do silício e pelas tecnologias digitais" (Mbembe, 2018: 15 ss.). É a época em que o tempo curto passa a ser convertido em força reprodutiva da forma-dinheiro, cuja visão de mundo consiste em que todas as situações tem valor no mercado, racionalizando o mundo a partir de lógicas empresariais. A tecnologia e seus avanços a serviço desta nova ordem, modernizam os automatismos psíquicos, que no ordenamento tecnológico não difere do mecanismo modernizador, e constitui a ficção de um novo sujeito humano, empreendedor de si mesmo, que se molda e se reconfigura permanentemente sob a ordem estabelecida. A simbiose entre o capitalismo e o animismo, se materializa com o neoliberalismo, que nas fases anteriores do capital se mostraram distantes. Essa fusão revela, a cada dia, a nova configuração e compreensão de raça e do racismo. Os riscos sistemáticos que os escravizados negros foram expostos durante a expropriação originária, constituem no contemporâneo a norma geral das relações sociais: no neoliberalismo todos os riscos sitematizados para os negros atingem toda a população em condição de subalternidade, é a universalização da condição negra (MBEMBE, 2018, p. 15-18).

"Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Brasil". Em um país cujas despesas com segurança pública foram de R$96 bilhões em 2020, a resultante catastrófica é de um saldo de 50.033 de mortes violentas intencionais, 76,2% das vítimas eram negras. Nesse mesmo movimento, a letalidade policial apresentou um aumento de 0,3% em relação ao ano anterior, cujo montante é de 6.416 mortos por policiais no país, 78,9% das vítimas eram negras. As prisões, que no início da década de 2000 apresentavam 232.755 pessoas encarceradas, atualmente, de acordo com o mesmo anuário, apresentam um número de 759.518 seres humanos privados de liberdade, 66,3% deles são negros.[9]

Os descendentes de escravizados são subalternizados, sua cultura é criminalizada, sua linguagem é destruída, sua circulação na cidade é vigiada, seu trabalho é inferior ao do branco, sua moradia é constantemente invadida, os quilombos se transformam em favelas, e os conflitos entre senhores de escravos e colonizados, são transformados em política criminal com derramamento de sangue, cuja urbanização desigual produz e reproduz no território o genocídio contemporâneo, em que a finalidade é transformar a população negra como excedente populacional a ser controlado, categorizado, separado, e por fim, extirpado. Tudo isso acontece ao mesmo tempo em que são extinguidos os direitos e as garantias sociais conquistadas ao longo de longos anos de luta contra a barbárie, em um processo de panpenalização[10], que é cada dia mais desvelada com os tempos pandêmicos da atualidade (BATISTA, 2016b, p. 8-9; BARROS, 2019, p. 19).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi visto até aqui que a opressão sistematizada de um povo específico é a condição estrutural para que se concretizem sistemas produtivos, nos quais gestam regras e modos de vida que serão, em maior ou menor grau, direcionados para a acumulação de capital e perpetuação dessa opressão. Longe de ser um constructo linear, esse movimento é feito de

[9] Caso seja de interesse do leitor ou da leitora deste presente artigo, o link para análise do referido anuário é esse: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf.

[10] Configura-se como panpenalização a ofensiva total contra a classe trabalhadora, que é destituída tanto dos meios de produção tendo que vender sua força de trabalho em prol da acumulação capitalista de mais-valor, como também a negação de seus direitos conquistados com sangue, suor e lágrimas. Ofensiva estrutural, mas que é marcada de em sua forma de questão criminal como retrocesso no plano político da classe trabalhadora, e extrema destruição da população em condição de subalternidade a partir do aparato de controle social e expansão do sistema penal, que caminhou junto com os direitos sociais implementados a partir de 2002, porém que foram rompidos através do golpe de 2016.

continuações e rupturas, cujas determinações são constituídas no tempo e no espaço, determinados pelo movimento histórico das forças produtivas e as relações de produção. Nesse sentido, observou-se que a questão criminal no Brasil é um constructo sócio-histórico determinado pelas estruturas de poder, que apesar de ter sido constituída no capitalismo, no que tange a essa opressão sistemática de um povo específico, tem sua gênese no escravismo, cujo significante negro essencializado marcou e ainda marca quem são os alvos dos instrumentos de controle social, constituídos e perpetuados pelo terrorismo de Estado perpetrado pela classe dominante.

Distante de ser uma causalidade utilitária, ou uma relação ontológica das relações sociais, a questão criminal encobre o histórico racismo, a pobreza e a estratificação social como instrumentos de controle da política criminal no Brasil e no mundo. Política essa, que segue a cartilha da questão criminal, determinada por massacres produzidos pelos sistemas produtivos de acumulação, desumanização, punição e destruição daqueles que ainda não são considerados humanos, embora sua condição de não humanos esteja avançando para todos os subalternizados ao redor do planeta. Avança a passos largos na história da humanidade o devir negro do mundo, e a questão criminal é a pedra angular do sistema capitalista para concretizar esse devir, que consiste na universalização da condição negra como realidade concreta e objetiva do neoliberalismo, cuja especificidade brasileira aponta para a opressão e criminalização da população subalternizada em níveis nunca vistos antes, manifestos na violência policial, carcerária e judiciária, a assistencialização mínima das políticas sociais voltadas para o combate as múltiplas refrações da questão social, por um lado, e por outro lado há um máximo direcionamento para os investimentos nas políticas e dispositivos de segurança, perpetuando a política criminal com derramamento de sangue.

Tudo isso está caminhando juntamente com a retirada de direitos historicamente conquistados pelas classes em condição de subalternidade através das retóricas moralizantes materializadas em políticas de austeridade, no abandono e afastamento programático do Estado em sua obrigação de prover a manutenção de vida dos despossuídos, e sua aproximação sistêmica dessa população através do genocídio nas cidades, essas últimas que se tornaram campos de concentração carcerário a céu aberto.

As tarefas para romper com esses horrores contemporâneos são múltiplas, graduais, incessantes e revolucionárias, as críticas apresentadas através das contradições observadas pressupõem a construção de uma nova sociedade, capaz de superar o estado atual de coisas. Os argumentos expostos são alguns dos vários pontos preponderantes para pensar como opera o horror sistêmico ao qual a população negra encontra-se inserida. Negar aquilo que foi exposto

é o pressuposto de perpetuar a face da questão criminal brasileira, na qual é a face contemporânea da barbárie, perpetuando também a constante eliminação de seres humanos, que no mundo da morte são colocados como mortos-vivos a partir manutenção da ordem vigente promulgada pela classe dominante. Classe essa que continua a repetir, através da violência, o passado no presente.

REFERÊNCIAS

BARROS, Douglas Rodrigues. Lugar de Negro, Lugar de Branco? Esboço para uma crítica à metafísica racial. Ed. Hedra, 1ª edição, 2019.

BATISTA, Nilo. Punidos e Mal Pagos – Violência, Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos no Brasil de Hoje. Ed. Revan, 2ª edição, 2019.

BATISTA, Vera Malaguti. **A Questão Criminal no Brasil Contemporâneo**. *In* 2º Fórum Nacional de Penas Alternativas, 2016a.Disponível em: https://we.riseup.net/assets/507451/%22A+quest%C3%A3o+criminal+no+Brasil+contempor%C3%A2neo%22%2C+Vera+Malaguti.pdf. Acesso em 16 de maio de 2021, às 21:02h.

_____. **Criminologia Crítica e Política Criminal**. *In* Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 1. no.2, julho/dezembro 2009, p. 20-39. Disponível em: https://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v1n2a22009.pdf. Acesso em 17 de maio de 2021, às 12:51h

_____. **Rio de Janeiro: Lugar e Controle Social**.2016b. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/conteudo/arquivo/2016/02/606658aa6b94589ac7ec7bfeec1aaa90.pdf. Acesso em 18 de maio de 2021, às 13:52h.

FANON, Frantz. **Em Defesa da Revolução Africana**. Ed. Ciências Revolucionárias, 1ªedição, 2018.

_____. **Os Condenados da Terra**. Ed. Ulisséia, Portugal, 1961.

_____. Pele Negra Máscaras Brancas. Ed. UFBA, 2008.

FERNANDES, F. A Integração do Negro na Sociedade de Classes - Volume 1. Ed.Globo, 5ª edição, 2008.

. Classes Sociais e Capitalismo Dependente na América Latina. ZaharEditores, 1975.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo Negro Caído no Chão: O Sistema Penal e o Projeto Genocida do Estado Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pós-Graduaçãoem Direito da Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5117/1/2006_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf acessoem 05 de maio de 2021 às 16:30h.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Ed. L&PM Pocket, 2010.

GÓES, Luciano. A "Tradução" de Lombroso na Obra de Nina Rodrigues – O Racismo Como Base Estruturante da Criminologia Brasileira. Ed. Revan, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera Para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em Primeira Pessoa**. Coletânea organizada e editada pela UCPA (União dos Coletivos Pan-Africanistas). Diáspora. Africana, 2018.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Ed. Companhia das Letras, 26ª edição,1995.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Ed. Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Ed. N-1, 2018.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. Ed. Ática S.A, 2ª edição, 1992.

_____. O Negro – De Bom Escravo a Mau Cidadão?. Ed. Conquista, 1977.

_____. Sociologia do Negro Brasileiro. Ed. Ática S.A, 1988.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro – A Formação e o Sentido do Brasil**. Ed. Companhia das Letras, 2ª edição, 1995.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. Ed. Americana, 1975.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A Questão Criminal** Ed. Revan, 1ª edição. 2013.

APÊNDICE A

Categorias para análise de audiovisuais didáticos.

CATEGORIAS	CONTEÚDO
1ª Categoria- Conteúdos:	Qualidade científica; exatidão e apropriação; atualização; clareza; contextualização; pertinência; suficiência da quantidade da informação; conhecimentos prévios exigidos do aluno para acompanhar o material; adequação da linguagem ao público-alvo; adequação do conteúdo ao público-alvo; e referências (autores consultados).
2ª Categoria- Aspectos técnico-estéticos:	A) LINGUAGENS • Tratamento Formal da Imagem- uso dos planos, escala, angulação, composição, movimentos de câmera, iluminação, cores, truques; uso do espaço dentro e fora do campo de visão; figuras de retórica utilizadas; valor narrativo, semântico e estético de cada elemento da imagem(cor, iluminação, espaço, proporção, volume, angulação, etc.), seu valor denotativo e conotativo, valor narrativo, semântico e estético dos elementos pertencentes ao código dos gestos; o efeito simbólico ou evocativo de cada um dos recursos visuais; tamanho dos elementos gráficos: fotos, legendas, etc.; qualidade técnica e estética dos elementos visuais; imagens de estúdio e externas, estáticas e dinâmicas, geradas por computador, de arquivo; presença de imagens estáticas, desenhos, mapas, gráficos; riqueza visual advinda da variedade; ambientação e decoração; vestuário e adereços. • Tratamento Formal do Texto Verbal- qualidades linguísticas do texto verbal oral; qualidades linguísticas do texto verbal escrito; figuras de retórica utilizadas; uso de linguagem envolvente (por exemplo: imperativo, segunda pessoa, etc.); diálogos; registro: científico, acadêmico, formal, coloquial, poético, legal, técnico; efeito simbólico ou evocativo dos recursos verbais utilizados; tipo de letras usado no texto verbal escrito; funções do texto oral (conceitos e ideias, emoções, sentimentos ou ambos). • Música e Efeitos Sonoros- tipo de música; função da música; expressividade, clareza, e identidade dos sons; integração do som com as imagens; presença ou ausência de efeitos sonoros e, quando presentes, a função; qualidade técnica e estética do som ambiente, das vinhetas e do/da áudio/locução, sincronia do som com os demais elementos. • Interações- tipo de interações entre imagem-imagem, imagem-palavra, imagem-música, imagem-efeitos sonoros, música-efeitos sonoros, interações de reforço, de comparação e de antítese; interações semanticamente mais criativas e significativas do ponto de vista artístico, entre elementos visuais e sonoros; inclusão de elementos para destacar elementos importantes, montagem do ponto de vista narrativo, semântico e estético; ritmo e fatores que o condicionam duração das tomadas, movimentos dos personagens, movimentos das câmeras, ritmo musical; o ritmo em função do assunto. B) ROTEIRO- plano da obra; argumento; vídeos didáticos: uma proposta de critérios para análise; personagens: estereótipos, reais ou ficcionais, objetos animados, realista, tratamento dramático ou humorístico; ambiente; duração do vídeo adequada e suficiente; permite atividades complementares no mesmo horário de aula. • Eixos Estruturais- presença de índice ou sumário; presença de apêndices; sequência e estruturação corretas; originalidade; presença de tópico de revisão; tipos de interatividade previstos.

CATEGORIAS	CONTEÚDO
	C) ESTRUTURA NARRATIVA- Clássica: motivação-exposição inicial, desenvolvimento, recapitulação-reforço; final do programa incita à busca, polêmica ou pesquisa; há predominância de discurso verbal, linear, lógico, analítico ou da dimensão intuitiva, afetiva, da imaginação e da sensibilidade; gênero e estilo adequados ao tema e ao público-alvo; nível de formalidade/informalidade das relações entre os personagens; função do vídeo é clara: informar, motivar, ilustrar, sensibilizar, fixas conteúdos, facilitar a compreensão, aplicar conteúdos em situações variadas, reforçar conteúdos; valorização da exposição, da discussão, da crítica ou da prática/aplicação. D) FORMATO- entrevista; reportagem; documentário; situações-problema; outro. E) PRODUÇÃO- ritmo da apresentação em relação ao conteúdo e ao público-alvo; variedade das apresentações; identidade com os alunos; montagem como recurso estético para estabelecer conexões criativas ou de impacto visual entre os planos.
3ª Categoria- Proposta pedagógica:	Aplicações práticas do conteúdo; objetivos claros: informar, motivar, sensibilizar, exemplificar, etc.; que mudança de comportamento, de atitude ou de habilidade ele pressupõe; interdisciplinaridade; sugestões de atividades; motivações para leituras mais amplas; recapitulações e sínteses; criação de situações de aprendizagem é facilitada; exemplificações, esquemas e gráficos; alertas quanto a erros frequentes; duração em relação ao tempo de aula disponível; ideologias subjacentes aos conteúdos e personagens; crenças sobre ensino-aprendizagem e sobre os papéis do professor, do aluno e do próprio material audiovisual e seu uso.
4ª Categoria- material de acompanhamento:	• Presença de dados de identificação na caixa da fita ou do DVD, com as seguintes informações: título, autor ou autores, nome do estúdio de gravação, autor do roteiro, autor do conteúdo, data e local da produção, público a que se destina e duração. • Presença de Guia do Material Didático, com sugestões de uso do material e de atividades complementares.
5ª Categoria- público a que se destina:	O público é claramente definido e identificável; previsão de conhecimento prévio do público-alvo é atendida; proposta pedagógica adequada ao público-alvo; linguagem adequada ao público-alvo; formato adequado ao público-alvo.

Fonte: adaptado de Gomes (2008).

CAPÍTULO XXI

FILTRAGEM RACIAL E TEORIAS ÉTNICO-RACIAIS

Fernanda Reis Nunes Pereira [1]

[1] Mestranda em Sociologia na Universidade de São Paulo. E-mail: reisnunespereira@gmail.com.

RESUMO

Há no Brasil um campo extenso de pesquisa sobre policiamento, no qual um dos subtemas é a filtragem racial. Os centros de pesquisa mais dedicados a esse assunto estão vinculados aos departamentos de Sociologia das universidades. As pesquisas realizadas sempre seguem um padrão sociológico e em grande parte são realizadas pesquisas via survey e coleta de dados quantitativos sobre aprisionamento de pessoas e via entrevistas com policiais e abordados. O presente trabalho se propõe a analisar as produções mais relevantes do campo de estudos em filtragem racial e discorrer sobre a possível contribuição dos estudos em teoria racial para esse campo em questão e demonstrar sua importância.

Palavras-chave: Filtragem racial; relações étnico raciais; Policiamento.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil possui um campo extenso em pesquisas sobre polícias e, em específico, sobre policiamento de ruas, que frequentemente se vinculam aos grupos de pesquisas em Segurança Pública e Criminalidade nas universidades brasileiras. Em sua grande maioria esses grupos de pesquisa estão associados aos departamentos de Sociologia, o que garante a pesquisa um olhar sociológico e, com isso, a utilização de metodologias relacionadas ao método sociológico, entre elas o survey, coleta de dados qualitativos via entrevista, coleta de dados nos Boletins de Ocorrência, entre outros.

Entre os estudos de policiamento encontramos diversos conceitos e fenômenos sociais analisados por estes pesquisadores, entre eles, a filtragem racial. Os estudos em policiamento ostensivo acabam por levantar uma série de questões relacionadas à atuação da polícia militar nas ruas, com destaque para a violência policial, o tirocínio, a abordagem policial e consequentemente a filtragem racial. As pesquisas centradas nessa temática, em sua grande maioria, são realizadas com o objetivo de investigar se há ou não uma seleção por cor no momento da abordagem policial, uma das funções rotineiras das polícias. Para tanto se faz necessário recorrer a teorias raciais, tanto gerais quanto específicas para o Brasil.

Dessa forma, este trabalho tem como intuito levantar uma discussão acerca dos estudos em filtragem racial pelas polícias e sua relação com teorias que abordam a construção da raça e do racismo. Assim, pretendemos apontar a importância da discussão dentro dos grupos de estudo e pesquisa sobre Segurança Pública e Criminalidade estar alinhada com as teorias das relações étnico-raciais no Brasil, demonstrando a inseparabilidade de ambos temas e a riqueza de conclusões que podem ser atingidas a partir da intersecção entre as temáticas.

Para isto, o presente trabalho se propõe a analisar os artigos e relatórios mais relevantes do campo de estudos em filtragem racial e discorrer sobre a possível contribuição dos estudos em teoria racial para enriquecer as referidas produções.

2. TEORIAS ÉTNICO-RACIAIS

Quando nos referimos a teorias raciais encontramos inúmeros pesquisadores que se debruçam sobre qual a gênese da raça, como ela surge historicamente e quais seus aspectos materiais, subjetivos, entre outros. Irei me referir a três pesquisadores que se debruçaram sobre esse assunto, Frantz Fanon (2020), Achille Mbembe (2018) e Grada Kilomba (2019). Os três possuem forte diálogo entre suas obras, sendo o primeiro e a última ligados a pesquisas em psicanálise e o segundo a historiografia e história da filosofia.

Fanon, psiquiatra martinicano, expõe em sua obra "Pele Negra Máscaras Brancas" (2020), publicada inicialmente em 1952, um dos princípios base que será utilizado nas obras dos outros dois pensadores supracitados, a ideia da raça como componente social (sociogenia) e a fissura da realidade com a criação da raça. Para explicar a existência da raça não somente como algo da subjetividade do indivíduo, o pensador aciona a linguagem, a nossa porta de entrada para o mundo, a partir da qual nos formamos socialmente e formulamos nossas primeiras assimilações da realidade. O ponto-chave do entendimento de Fanon (2020), que perpassa por todas suas obras, é compreender que essa linguagem é formada na ordem dominante da sociedade. Isto significa que aquilo que aprendemos desde o início da nossa interação com o mundo é o que a ordem dominante nos transmite, ou seja, há uma formação social prévia a nós mesmos, e esta é formulada pelo modo de produção capitalista. Fanon (2020) nos demonstra, então, que a formação da subjetividade de um indivíduo está interligada a como a sociedade é organizada.

Destarte, quando falamos de linguagem no sentido fanoniano, compreendemos que ela é um veículo da cultura em que está inserida, portanto, irá transmitir seus valores. "Um homem que possui a linguagem possui, por conseguinte, o mundo expresso por essa linguagem e

implicado por ela." (FANON, 2020, p. 31) Um negro na França, recebia um tratamento diferente daquele oferecido aos brancos, como Fanon (2020) aponta. O "petit-nègre", uma maneira pejorativa de tratar os negros que estavam no território da metrópole francesa, é uma expressão do racismo enunciado através da linguagem com intuito de promover uma infantilização e registrar o negro no seu lugar de subalterno (FANON, 2020). A relação que o psiquiatra encontra da influência do ambiente social na formação de subjetividade do indivíduo e na formação da diferenciação racial (negro e branco) e consequentemente do racismo, abriu portas para novas interpretações e pesquisas na área.

O pensamento fanoniano chega a essas conclusões através do caminho de crítica e entendimento do processo colonial. A formação contemporânea mundial muito se deve ao período de colonização das Américas, Ásia, África e Oceania. O processo colonial foi realizado sob os preceitos de levar aos povos não europeus uma dita civilização e uma nova maneira de organização social proveniente da Europa. A partir do entendimento desse processo colonial Frantz Fanon (2020) compreende o mundo sob a ótica do colonizado. Isso implica na observação da colonização com um olhar crítico sobre o processo de devastação e destruição de vidas e culturas. Nesse momento nascem o colonizador e o colonizado, assim como o branco e o negro. Essa forma de organização social colonial terá continuidade no modo de produção capitalista, que o segue, e a linguagem será formada em uma ótica de elites e subalternos, brancos e negros.

Compreendendo a obra do pensador martinicano e de seus princípios base, Mbembe (2018), historiador camaronês, desenvolve sua obra "Crítica da Razão Negra" enfatizando a raça como uma fantasmagoria e o racismo como sua consequência direta. Ao apontar que a raça, ideia de que há uma diferença genotípica entre pessoas fenotipicamente diferentes, não existe em sua materialidade, ou seja, essa diferença não é um fato real, o historiador segue o raciocínio de Fanon e descreve a raça como uma fantasmagoria. Todavia, apesar de se encontrar no plano ideológico ela possui consequências materiais, pois afinal, ela ainda rege as relações sociais de onde está colocada.

O historiador demonstra que para analisarmos a raça e o racismo em sua complexidade, devemos compreender seus resultados no âmbito político, econômico e histórico, sem excluir a atuação subjetiva da raça. Para a criação de algo de tal magnitude, que opera no plano ideológico e material, é preciso a combinação de dispositivos políticos, econômicos, teológicos, culturais e institucionais para que essa ideia seja consolidada a longo prazo. Segundo o autor, a raça é uma fantasia do branco, uma criação da Europa, que com seus esforços impressos no

empreendimento do colonialismo conseguiram consolidar essa fantasia como uma crença e um fascínio. Como vê-se a seguir:

> Pois só quando a crença se torna desejo e fascínio, horror para uns e dividendo para outros, é que ela pode operar como força autônoma e internalizada. A fantasia do branco age, desse ponto de vista como uma constelação de objetos de desejo e de marcadores públicos de privilégio. (MBEMBE, 2018, p. 90)

Em outras palavras, mas em uma direção similar aos autores apresentados, Grada Kilomba (2019), em "Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano", discorre sobre os processos de ser considerado um sujeito ou um objeto através da racialização dos corpos. A pesquisadora define o racismo como tendo quatro características centrais, sendo a primeira a construção da diferença. Essa se refere a diferença que é forjada quando se estabelece o branco como a norma, assim, aquele que passa a ser visto como diferente, não carrega em si essa diferença, mas passa a ser percebido como se dela fosse constituído, devido ao processo da discriminação. A segunda característica é a hierarquização dessas diferenças, pois além de forjar uma diferença, ela aparece como algo inferior e estigmatiza todo um grupo que a partilha, ocorrendo uma naturalização e a consolidação do que é chamado de preconceito. Por fim, há o poder, assim como Mbembe (2018) demonstra, Grada reafirma a presença do poder vinculado a esfera econômica, política, histórica e social, por fim, esta combinação do poder com o preconceito, forma o racismo. (KILOMBA, 2019, p. 75-76)

Os três autores apresentados nos revelam dois aspectos importantes a se considerar ao analisar a raça e o racismo, o primeiro é a constituição dos âmbitos social, político, econômico e histórico, como Fanon denomina (2020), a ordem dominante e, o segundo, a influência da racialização no plano subjetivo dos indivíduos, na formação pessoal. Ao trazermos nossos olhares para a discussão sobre raça e racismo no Brasil, encontramos diversos pesquisadores que se debruçam sobre essa temática, todavia iremos apontar três autores que argumentam que a formação do Estado brasileiro foi ancorada nos significados e repercussões da raça.

Entre os brasileiros iremos trabalhar com três grandes pesquisadores: Kabengele Munanga, Clóvis Moura e Lélia Gonzalez. Esses três nomes, dentre uma gama de pensadores, construíram seus escritos tendo como foco a raça e o racismo no Brasil. Munanga (1999), em seu livro "Rediscutindo a mestiçagem no Brasil", nos indica as particularidades da formação do Brasil observando as discussões realizadas pelas elites brasileiras na tentativa de construção de um ideário de nação. No final do século XIX, após a abolição da escravidão, uma série de pensadores se debruçou sobre a formação do povo brasileiro na tentativa de compreender e construir uma imagem do brasileiro, após um período onde se enxergava o negro somente

como coisa e força animal (MUNANGA, 1999). Suas principais formulações tinham como ponto de partida pensar o Brasil como a junção de três grandes raças, a branca, a negra e a indígena. Mais conhecidas como teorias racialistas, o autor assinala que a partir delas, houve uma formulação do que seria a nação brasileira. Na concepção dos pensadores da época, era preciso conceber o Brasil como uma nação civilizada que estava rumo ao desenvolvimento, todavia a existência de raças consideradas pela elite como inferiores, poderia ser um entrave para a ordem e o progresso do país. (MUNANGA, 1999) Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e Euclides da Cunha, entre outros pensadores, se apoiavam na concepção biologizante da ideia da raça e na degeneração do mestiço, portanto, foram grandes nomes das teorias racialistas brasileiras (MUNANGA, 1999). Dessa forma, a partir da inspiração nas teorias racialistas europeias, surgiu o que denominamos de mito da democracia racial, uma teoria propriamente brasileira, hoje já considerada um mito, onde se afirmava uma harmonia na convivência dessas três raças no Brasil. Todavia, como o pensador aponta, essa harmonia era forjada por uma elite branca que almejava sua permanência como tal e, portanto, se esquivava da realidade e silenciava discussões que expunham a verdade sobre a situação étnico-racial do país.

O pensador Clóvis Moura (2020), em seu livro "Sociologia do Negro brasileiro", reafirma que a construção do pensamento social brasileiro foi realizada tendo como base as teorias racialistas advindas da elite da época. Segundo o sociólogo, isso acarretou a construção de uma Sociologia que tivesse como pressuposto o mito da democracia racial e, como consequência, as teorias críticas da raça e do racismo brasileiro tiveram pouco reconhecimento enquanto parte do pensamento social brasileiro. Ademais, em "O racismo como arma ideológica de dominação", texto publicado em 1994, Moura constrói seu argumento colocando a raça como uma forma de dominação pela sua constante utilização na justificativa de ações autoritárias. Caminhando também pela via de pensar a dicotomia do explorador e explorado, o sociólogo denuncia o processo de formação do Estado brasileiro como um processo de dominação de classe e raça.

Lélia Gonzalez, contribui para esse debate sendo não só teórica, mas ativista do movimento negro de sua época, tendo feito parte de alguns movimentos sociais, sendo um deles o MNU (Movimento Negro Unificado). A pensadora mobiliza o gênero e a raça em suas pesquisas e os coloca como pontos centrais para as questões que analisa. Em seu texto "Racismo e Sexismo na cultura brasileira" (2020), ela aponta a posição da mulher negra na cultura brasileira, para isso ela mobiliza aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais. Gonzalez (2020) aponta para como o racismo no Brasil constitui a forma como nos relacionamos, dando exemplos de tratamentos que mulheres negras recebem devido às imagens que a raça as

enclausuram, como as de mucama e mulata, além das relações violentas tecidas pelo homem branco, dominante, e a mulher negra.

Os autores retomados neste tópico nos auxiliam a compreendermos os papéis do racismo na formação do país, nas suas camadas histórica, econômica, política e social. Esta base é fundamental para uma crítica da Segurança Pública que reconheça a atuação e os problemas das polícias como relações sociais, e não como um universo exógeno às práticas e desigualdades sociais, destacadamente aquelas mais imbricadas pelo racismo.

3. ESTUDOS EM FILTRAGEM RACIAL

Há no Brasil um campo extenso de pesquisa sobre policiamento, no qual um dos subtemas é a filtragem racial. Os centros de pesquisa mais dedicados a esse assunto estão vinculados aos departamentos de Sociologia das universidades. Ou seja, a maioria das pesquisas segue metodologias sociológicas e técnicas de survey e coleta de dados quantitativos ou entrevistas de diferentes modelos. Para compreender este campo, precisamos revisar brevemente os conceitos de policiamento ostensivo, abordagem policial e tirocínio, para passarmos ao conceito de filtragem racial.

De forma breve, policiamento ostensivo é uma tarefa atribuída à polícia militar, ela consiste na vigia das ruas a procura de uma situação, atividade ou pessoa suspeita de estarem relacionados a um possível crime. A partir da identificação dessa situação ou pessoa suspeita ocorre a abordagem policial, isto é, uma intervenção do policial em exercício na situação em questão. Essa abordagem "consiste na atividade de verificar a presença de substâncias ou materiais ilícitos em pessoas, objetos ou veículos, ou então, a identidade da pessoa para constatar se ela possui algum débito com a justiça criminal" (SCHLITTLER, 2016, p.82).

Todavia, esse processo de suspeição e prática da abordagem ocorre a partir de saberes subjetivos do policial, pois, como aponta Schlittler em sua tese (2016), não há um manual ou um conjunto de regras que define o que é ou não suspeito, esse caminho de identificação da suspeição parte do próprio policial em exercício. A única referência que aparece em textos e manuais policiais é a fundada suspeita, nome dado ao processo de suspeição de uma atividade ou indivíduo por um policial (SINHORETTO et.al, 2014). Esse processo de suspeição, além de ser ligado ao terreno de escolhas subjetivas e voluntaristas do policial, é formado em campo, desta forma, é no treinamento do policial, realizado com colegas mais experientes que são transmitidas as informações, práticas, estratégias e modos de fazer tidos como essenciais para a atuação deste profissional no policiamento das ruas. Com isso, entramos no conceito de

tirocínio, "que pode ser definido enquanto uma regra de experiência, marcada por saberes subjetivos, apreendidos pelos policiais nas ruas por meio das trocas com outros profissionais mais experientes, ou por meio da acumulação de experiência deste policial no policiamento ostensivo" (SCHLITTLER, 2016, p.69).

O conceito de filtragem racial parte justamente da análise desse processo de seleção de suspeitos realizada pelas polícias, especificamente da observação da prática do tirocínio. Como o enquadramento de alguém enquanto suspeito e a abordagem são atividades para as quais não existem normas, os procedimentos são apreendidos e criados através de trocas entre colegas de profissão e a partir dos já mencionados saberes subjetivos e informados dos policiais. De forma que, em uma sociedade cuja ordem dominante possui o racismo como um de seus pilares, estes saberes informais tendem a estar embebidos de introjeções racistas acerca da realidade. Dessa forma, a atuação do policial é realizada através de um filtro que é, na verdade, a percepção racial que o agente da lei forma sobre outrem.

Dentro desse campo de estudos em filtragem racial no Brasil há grupos de pesquisa cujos trabalhos possuem maior circulação e que se debruçam sobre a temática, utilizando de uma gama de metodologias para a apreensão desse fenômeno. No ano de 2014, uma pesquisa foi realizada envolvendo a atuação de pesquisadores de quatro universidades brasileiras, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Fundação João Pinheiros de Minas Gerais (FJP). Esta pesquisa teve como intuito mapear nas 4 regiões envolvidas (São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e Minas Gerais) se há um processo de filtragem racial nas abordagens policiais. Para isso, foram realizadas pesquisas via entrevistas com os policiais dessas localidades e um levantamento de dados quantitativos de pessoas presas em flagrante pela PM.

Durante esse processo, foi constatado um filtro racial dos policiais. Segundo os pesquisadores foi possível identificar nas entrevistas e questionários analisados uma tendência a escolher pessoas negras para abordarem, como vê-se em trecho do relatório:

> Contudo, ainda que a prática da filtragem racial seja negada entre os interlocutores, muitos dos elementos que compõem a chamada fundada suspeita remetem a um grupo social específico, *caracterizado pela faixa etária, pertença territorial e que exibe signos de um estilo de vestir, andar e falar que reivindica aspectos da cultura negra, e que é, em muitos casos, também constituinte de uma cultura "da periferia"*. Conforme atestam os depoimentos, a vestimenta e a postura corporal são consideradas indícios empíricos a fundamentar a suspeita policial. (SINHORETTO et.al, 2014, p.133, grifo meu)

Outra pesquisa, seguindo a mesma linha de discussão, realizada por Geová Barros (2008), chega a conclusões similares à pesquisa anteriormente apresentada. A partir de um survey realizado com 454 policiais em formação, entrevistas com 24 profissionais selecionados

e coleta de 1.538 boletins de ocorrência com dados de presos em flagrante, foi constatado pelo pesquisador que há uma maior tendência dos policiais a abordarem pessoas negras em comparação com pessoas brancas. Segundo Barros (2008), a discussão de discriminação racial dentro do ambiente pesquisado ainda é um tabu.

Um trabalho realizado pela pesquisadora Jacqueline Sinhoretto e pelo pesquisador Danilo de Souza Morais, de nome "Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada" (2018) aponta para uma falta da temática racial nos estudos sobre violência e controle social. Segundo os autores,

> Não obstante, nas explicações da sociologia da violência e dos mecanismos de controle social e de punição, embora a questão racial esteja mencionada, o racismo e a formação específica das relações raciais têm tido menor peso analítico do que categorias como classe, território e desempenho de gênero (ou de masculinidade). (SINHORETTO; MORAIS, 2018, p.16)

Em suma, compreender a filtragem racial como mais uma das facetas do racismo no Brasil, envolve também, compreender como o racismo na construção dos saberes subjetivos dos brasileiros. Desta forma, por isso a importância de retomar a raça e o racismo como uma construção para dominação e controle de determinados povos. A partir da colonização e da imposição dos seus costumes e leis no que hoje enxergamos como Brasil, se criou uma nação forjada na diferença de raça e classe, por isso a constituição de suas polícias e das práticas dos agentes que compõem estas instituições de segurança estão embebidas dos elementos que fundam uma ordem burguesa e racista.

Finalmente, utilizar os marcadores da raça e as teorias sobre relações étnico-raciais nos estudos sobre violência, controle e policiamento nos permite um olhar mais amplo sobre o fenômeno estudado. Ao investigarmos e compreendermos as diferentes consequências da filtragem racial nas populações brancas e negras podemos investigar de onde parte essa diferenciação feita no processo de abordagem e constatar mais uma das facetas que o racismo pode adquirir. Ademais, com essas constatações é possível entender a abordagem policial como um processo ligado a vigilância e controle de populações historicamente marginalizadas.

4. CONCLUSÃO

Os estudos em filtragem racial vieram para confirmar mais um dos efeitos da raça e do racismo no território brasileiro. A partir de pesquisas muito bem estruturadas e de grande abrangência, foi possível constatar a existência de um filtro no momento da abordagem policial que direciona o olhar desse profissional para pessoas negras e seus elementos culturais,

fazendo com que sejam os alvos dessa operação policial. Esse exercício da vigilância e constrangimento no ato da abordagem, realizada, segundo a polícia militar, via fundada suspeita, é mais uma das formas de controle social à população negra e pobre.

A compreensão desse fenômeno de filtragem racial ocorre quando se concebe a existência do racismo no Brasil como uma das formas estruturantes do país, tanto nos aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais. Para isso, o entendimento do que é o racismo e como ele opera nos quatro aspectos supracitados é de suma importância para o entendimento de que maneira a construção dos saberes subjetivos do policial em atividade afeta em sua escolha de quem será ou não abordado, ou seja, quem se caracteriza como suspeito.

Ademais, o entendimento da atuação do racismo no Brasil nos leva a compreender como o sistema penal, incluindo a atuação do policiamento ostensivo, está direcionada ao controle e dominação de negros e pobres no país (FLAUZINA, 2006). A atuação policial não está desvinculada de um projeto maior de vigilância e criminalização dos costumes da cultura negra e dos negros no Brasil.

Portanto, o trabalho em questão propõe uma reflexão a ser empregada no campo dos estudos em Segurança Pública e especificamente da filtragem racial, apontando para a importância da conjunção dos campos de estudos em violência e policiamento com as teorias sobre relações étnico-raciais. Ao se ter ambos campos em uma só pesquisa compreendemos melhor a amplitude do racismo, suas consequências cotidianas e o enraizamento de uma abordagem policial enviesada a populações negras e pobres. Em síntese, é possível obter uma maior amplitude nos efeitos do racismo e em como ele está enraizado nas práticas cotidianas das polícias brasileiras.

Quando percebemos que a filtragem racial não é uma mera coincidência ou um problema com origem nas polícias, mas que se alimenta do racismo enquanto dominação e estrutura da sociedade brasileira, podemos atualizar as perguntas sobre como lidar com a filtragem. Faz sentido tentar extingui-la com câmeras nos uniformes policiais? Seria possível reverter os pressupostos racializados dos agentes de polícia apenas com treinamentos e cursos de direitos humanos?

Quando a filtragem policial passa a ser observada a partir de teorias raciais robustas, compreende-se que ela é característica inerente da existência e dos pressupostos das polícias. De forma semelhante à seletividade de encarcerados do Sistema de Justiça Criminal, não pode ser reformada com aulas, relatórios e novos apetrechos tecnológicos, pois enquanto subsistem os aparelhos de segurança e punição e, mais, a ordem capitalista a qual eles protegem, a seletividade, via filtragem e aprisionamento, lhes serão constitutivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Geová da Silva. Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 134-155, JUL/AGO, 2008.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. UBU Editora. São Paulo, 2020.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. Dissertação (Pós graduação em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Org Flávia Rios, Márcia Lima. 1ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação -Episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 248p.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** 1. Ed - São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 34, p. 28-43, 1994.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes,1999.

SINHORETTO, J.; BATITUCCI, E. C.; MOTA, F. R. ; SCHLITTLER, M. C. ; SILVESTRE, GIANE ; MORAIS, D. S. ; SOUZA, L. G. ; SOUZA, R. R. ; SILVA, S. S. ; OVALLE, L. A. ; RAMOS, P. C. ; ALMEIDA, F. B. ; MACIEL, W. C. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. In: Cristiane S. L. Lima; Gustavo C. Baptista; Isabel S. de Figueiredo. (Org.). **Segurança pública e direitos humanos: temas transversais**. 1ed.Brasília: Ministério da Justiça, 2014, v. 5, p. 121-160.

SINHORETTO, Jacqueline; MORAIS, Danilo de Souza. "Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada". **Revista de Estudios Sociales**, no. 64 (2018): 15-26.

CAPÍTULO XXII

A MÍDIA E OS DISCURSOS DE VULNERABILIDADE: A CRIAÇÃO DICOTÔMICA "HOMEM DE BEM X INIMIGO COMUM"

Luana Broni de Araújo
Natália Pinto Costa

RESUMO

O presente trabalho possui como principal objetivo analisar os reflexos da mídia na construção de corpos que são matáveis e passíveis de criminalização, e como essas agências se apoiam em discursos de falta e vulnerabilidade para reforçar estereótipos direcionados sempre a determinada raça. Pretende-se por meio de pesquisa bibliográfica discorrer sobre conceitos como, processos de criminalização primária e secundária e as agências informacionais, construindo assim aparato teórico para explicitar que o crime e o criminoso não são categorias naturais, mas escolhas políticas. Objetiva-se ainda demostrar como esses meios de comunicação reforçam uma dicotomia entre "cidadãos de bem x inimigo" criando uma categoria onde a precariedade e a violência do Estado são os únicos destinos possíveis para esses jovens, apagando toda a potência e pluralidade que se podem ter, causando uma morte social que antecede uma física. Todas as omissões e violências do Estado são frutos de um projeto político de repressão e ilegitimidade e endurecimento penal que apenas reforça o encarceramento em massa.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, assim como em diversas construções societárias, existem palavras que integram o cotidiano da sua população, como: punição, prisão, crime, criminoso, entre outras que se possam relacionar com o sistema de controle penal. Compreendendo e interpretando este por meio dos órgãos que integrem e operalizam esse sistema, como: Ministério Público, Polícias, Judiciário, Penitenciárias e qualquer outro que se encaixe dentro desta lógica de maneira institucionalizada, inclusive, os que são instituições não penais, como o Banco Central, Fazenda Pública, Congresso Nacional, entre outros, podendo, incluir também as agências informacionais, exemplificando, os movimentos sociais, meios de comunicação, todos sendo interligando como um sistema reproduzindo a lógica penal (ANDRADE, 2003).

Sendo assim, para boa parte do imaginário popular é até complexo imaginar uma sociedade em que este léxico e algumas instituições não se encontrem. Endossando essa lógica

é quase inconcebível pensar em uma ordem social dissociada de uma estrutura punitivista em que a figura do criminoso não exista também.

Nesse aspecto, neste trabalho, pretende-se compreender a forma pela qual a mídia, ou melhor, os meios de comunicação de massa irão reproduzir algumas destas categorias dentro do imaginário social, como por meio de uma escolha editorial desses veículos midiáticos corpos e espaços são criminalizados, principalmente como é estabelecida uma dicotomia entre o "homem de bem" x "inimigo comum".

Portanto, inicialmente se pretendeu por meio da criminologia e a teoria do etiquetamento, partindo de conceitos como processos de criminalização primária e secundário (ANDRADE, 2003; FLAUZINA, 2006) tentando também uma aproximação com outros conceitos como sujeição criminal e incriminação (MISSE, 2010) demonstrar a forma pela qual o criminoso assim como um crime é algo construído, ponderando que desvio não é uma qualidade do próprio comportamento em si, mas a interação entre a pessoa que comete o ato e a forma como as pessoas reagem a ele, e neste ponto que é possível elencar a mídia e a forma como ela pode fabricar a imagem de um inimigo e como este será desumanizado e criminalizado.

Os discursos elaborados pelo segmento midiático são produzidos para assistir uma estrutura inflexível, excludente e hierarquizada que pode ser o sistema judiciário e o direito penal como um todo, tudo isto, sustentado por um pseudodiscurso neutro, e sobre a neutralidade, se pega emprestado o que alerta de Flauzina (2008, p.11): "nada desse discursinho da boa ciência embriagado por uma neutralidade repleta de sentidos e uma objetividade impregnada por tudo de humano que tão insanamente insiste em refutar". A construção dos discursos em torno da criminalidade, assim como a forma que a mídia vai retratar os criminosos, não é uma escolha neutra, e sim ideológica e política, que tem geralmente a seletividade e reprodução de estereótipos como base, criando a divisão do que seria os "homens de bem x inimigo comum".

Para testar a hipótese levantada, escolheu dois meios de comunicação de grande repercussão nacional e local, G1 e El País, cujas plataformas são abertas para observar quais são os discursos que são reproduzidos e perpetuados por estes meios, nesse sentido, selecionou-se três casos de grande repercussão nacional, todos da cidade do Rio de Janeiro com vítimas da letalidade policial e observou como esses veículos iriam descrever essas vítimas.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. 2.1 A construção de um corpo criminalizado

Para se compreender a construção do corpo criminalizado, é necessário anteriormente pensar nos processos de criminalização e em seus desdobramentos para então interligar em como os meios de comunicação de massa reforçam estereótipos, acerca de quem é esse —criminoso e qual seu lugar, impondo um padrão e local para a criminalidade, criando uma opinião pública e produzindo no imaginário social indignações seletivas e julgamentos antecipados, retirando o enfoque das violências sofridas em grande parte sobre os corpos de jovens negros.

Diante desse objetivo, se utiliza da teoria metodologia da criminologia, em específico a teoria do etiquetamento, contudo, é necessário mencionar anteriormente que as correntes tradicionais ou positivistas que a antecederam possuíam como objeto principal de suas análises o crime e o criminoso na tentativa de encontrar as determinações, as causas destes delitos ou com olhar específico na figura do criminoso em si e suas características, entretanto, com a mudança do paradigma etiológico para o paradigma da reação social, *labeling approach* se teve também uma mudança em reconhecer o crime não mais como um fenômeno natural, mas como um fruto de uma reação social de controle e o criminoso como um ser etiquetado após passar por um processo de criminalização (ANDRADE, 2003; FLAUZINA, 2006).

Com essa mudança no estudo criminológico a definição do que é crime passou então a ser a seleção de uma conduta para ser criminalizada e o criminoso como alguém que carrega uma etiqueta daquele que pratica a conduta que foi configurada como desviante, nesta perspectiva se tem uma relação de dependência entre o que será rotulado como crime para definir o criminoso, dentro desta perspectiva, nas palavras de Vera Andrade (2003, p.41) "o desvio não é uma qualidade do ato cometido pela pessoa, senão uma consequência da aplicação que os outros fazem das regras e sanções para um "ofensor".

Neste aspecto, um dos pontos que irão distinguir essa virada criminológica é justamente a compreensão do objeto de análise, enquanto antes todas as luzes estavam voltadas para a figura do criminoso, na tentativa de descobrir quem ele era e como se tornava um desviante, ponderando em determinados momentos até características fisicas e biologicas, com a reação social, *labeling approach* a investigação agora era é quem será etiquetado como desviante, em que condições ele será considerado como tal, ou seja, quem define quem? Quem será irá criminalizar e será criminalizado? (BARATTA, 2011).

E dentro desta perspectiva se começa a estudar o conjunto de instâncias que irão operacionalizar a criminalização destes indivíduos, ressaltando que para além das agências oficiais que irão operalizar a criminalização primária e a criminalização secundária, existem também os mecanismos de controle informal e que todas elas irão interagir entre si como um sistema (ANDRADE, 2003).

Sobre a diferença entre agências formais e informais, se tem Zaffaroni, Batista, Alagia e Slokar (2003), pontuando que as informais têm base na relação com laços comunitários, entre outros pontos, podendo elencar a título explicativo, a escola, trabalho, religião, mídia, já as formais são responsáveis pela aplicação do poder punitivo de maneira institucionalizada, citando, Poder Judiciário, Executivo, Legislativo, Ministério Público, entre outras.

No que se refere às agências formais, dentro delas, tem-se outra classificação no que se refere aos processos de criminalização. Tem-se o Legislativo e o Executivo como as que instrumentalizam os processos de criminalização primária, se conceituando como o poder de definir normas criminalizadas, ou seja, é nestas agências que irão selecionar quais condutas e quais penalidades serão tipificadas como crime e como pena, respectivamente.

A criminalização primária terá justamente a lei penal como objeto de materialização, se constituindo como uma agência de controle social, e sendo a criminalização secundária exercida por agências tais como a Polícia, Judiciário e Ministério Público que se encarregam de aplicar as leis, sendo assim, é nessa etapa em que a ação punitiva será exercida de maneira concreta sobre aquele ser que anteriormente foi criminalizado, aquele que descumprir a norma penal.

Dessa maneira é dentro da criminalização secundária que se observará de maneira mais sistemática a aplicação da legislação penal, ou seja, é possível ver todas essas agências formais agindo de maneira sistemática contra aqueles que anteriormente foram criminalizados, tanto em fases pré-processuais com as investigações dentro da polícia, Ministério Público, como no Judiciário quando se tem oficializado um processo judicial.

Inicialmente se utilizou de maneira sintética sobre conceitos da criminologia, como categorias de criminalização primária e secundária para notar que o crime como categoria ontológica e natural não deve persistir, que com a teoria do etiquetamento junto com outros trabalhos da sociologia do conflito, se passou de uma criminologia liberal para uma crítica e com essa mudança, pode-se afirmar que a criminalidade se revela como uma atribuição a determinados indivíduos após o processo de dupla seleção, em primeiro lugar a escolha de qual bem jurídico será protegido e em segundo aos indivíduos que serão estigmatizados e que serão

esses que realizaram as infrações contidas dentro das normas incriminadoras (BARATTA, 2011).

Nesse sentido, é necessário romper com o mito de que o direito penal será igual para todos, que a lei poderá igualmente criminalizar e torna os sujeitos passível de criminalização dentro de uma proporção igualitária, pois, dentro da realidade social o status de criminoso será distribuído de maneira desigual entre os indivíduos (BARATTA, 2011), nesse sentido, toma-se emprestado as palavras de Duarte (2020, p. 99) " a lei nunca será para todos, porque o sistema penal se funda em mecanismos de reprodução da desigualdade, distribuindo desigualmente o bem negativo "punição" para os mais vulneráveis na hierarquia do poder político e econômico".

Portanto, após essa ruptura de uma pseudo igualdade dentro dos processos de criminalização e como esses conceitos, fundamentos que o crime e o criminoso são categorias que derivam de uma construção política, passa-se então a discorrer como perfis específicos serão sujeitos destinatários dessas criminalizações e como determinados corpos se transformam dentro do imaginário social em aqueles que serão os "inimigos" ou dentro da perspectiva de Misse (2010) o "bandido" e a eles não são reservados direitos, são negados de serem sujeitos, sendo seus corpos passíveis de serem descartáveis, tendo-se, inclusive, o jargão "bandido bom é bandido morto" virado popular na sociedade brasileira.

A respeito da categoria bandido e sua aproximação com a categorização de "inimigo comum", parte-se do conceito de sujeição criminal, incriminação criminal do professor Misse (2010), que em seu trabalho discute como existem sujeitos que passam por processos de subjetivação que os transforma em um indivíduo "não democrático, não igualitário e não voltado ao bem comum" (MISSE, p. 17) e que a eles são desejados e projetados espaços de vulnerabilidade e de morte, em suas palavras:

> As minhas pesquisas têm me conduzido à constatação de que há vários tipos de subjetivação que processam um sujeito não revolucionário, não democrático, não igualitário e não voltado ao bem comum. O mais conhecido desses tipos é o sujeito que, no Brasil, é rotulado como "bandido", o sujeito criminal que é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais. Não é qualquer sujeito incriminado, mas um sujeito por assim dizer "especial", aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados (MISSE, 2010, p.17).

Eis que se observam as primeiras distinções em torno de como essas formas de controle são aplicadas, se enfatiza que para o autor, o criminoso não é necessariamente um sujeito que infringe a legislação penal, ele é um conjunto de um produto de reação moral:

> A minha questão envolve a constatação de uma complexa afinidade entre certas práticas criminais – as que provocam abrangente sentimento de insegurança na vida cotidiana das cidades – e certos "tipos sociais" de agentes demarcados (e acusados) socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida. Seus crimes os diferenciam de

> todos os outros autores de crime, não são apenas criminosos; são "marginais", "violentos", "bandidos". (MISSE, 2010, p.18).

A *sujeição criminal*, para Misse (2010), pode ser entendida como um processo de subjetivação[1] e o resultado desses para a sociedade é quase que a criação de um mundo à parte, no imaginário popular, pois aquele que for incriminado carregará o crime, será um sujeito irrecuperável, pois, para o autor dentro desse conceito tem-se também uma "cultura" que se atribuem esses sujeitos, uma territorialidade, inclusive, as crianças e adolescentes mas sobretudo, ao que for atribuído o status de criminoso se tornará um sujeito que pode ser morto e dentro desta perspectiva que começa-se a interligar os conceitos já trabalhados com o objetivo desse trabalho, em como existe uma dicotomia entre o " cidadão de bem x o inimigo comum" e como a mídia irá contribuir na classificação de quais corpos são esses passíveis de morte e como durante esse processo se reforçará essa territorialidade, esse espaço de vulnerabilidade que corpos que são principalmente negros devem ocupar.

Nesse sentido, Morais (2019, p. 131) sobre como a justificativa de "vulnerabilidade" é um argumento utilizado na contemporaneidade como uma prática de apagamento da juventude, que como as violências, em suas próprias palavras "diante da constatação de violências protagonizadas e sofridas e as subjetividades que forjam a relação estreita entre a juventude pobre, violência e crime entra o conceito de "vulnerabilidade juvenil"".

Dentro desta lógica, junto com todo esse discurso se tem também a associação de pobreza, a juventude e o crime que poderia se relacionar com os discursos criminológicos ontológicos que buscavam compreender as causas do crime em condições sociais. Ainda dentro da perspectiva do autor, é a partir desses discursos de vulnerabilidade que se constrói um recorte social em torno de jovens negros que os associa a violência, criminalidade e que se deve, portanto, tanto nesses espaços, como sobre eles, enquadrar uma lógica de segurança pública, via de regra ostensiva, mas que, sobretudo, taxa essas vidas como em matáveis, descartáveis.

É nesse aspecto que se relaciona como existe uma morte social em torno desses corpos que são matáveis, que antecede a morte física, pois, antes das balas os atingirem, eles já carregam em si essa subjetivação, incriminação, criminalização e é dentro desse contexto que os meios de comunicação se apropriam dessa lógica de controle social para reforçar

[1] Acredita-se que o conceito de subjetivação podem se assemelhar com os conceitos de criminalização trabalhados inicialmente neste trabalho, é preciso pontuar que os referencias teóricos trabalham categorias diferentes em decorrência de pertencerem a áreas de atuações diferentes, porém, pretende-se realizar uma aproximação entre os conceitos, pois, compatibilizando os estudos criminológicos com a sociologia da violência para se chegar a categoria de "inimigo comum".

estereótipos, construir em torno desses espaços locais de precariedade onde apenas a morte e a repressão são suficientes para proteger os cidadãos desses "inimigos". Portanto, na subseção seguinte se trabalhará de maneira mais específica a mídia como agência informacional e as representações que ela constrói no imaginário social sobre a juventude negra.

2.2. A mídia e a construção dos corpos matáveis

Nos últimos anos o avanço tecnológico se tornou notório e expansivo, resultando em progressos em diversas áreas, dentre elas, as redes sociais e concomitantemente influenciando na circulação das notícias e de informações, o que de alguma forma torna-as mais "popularizadas" e imediatas. Em qualquer lugar que estivermos, estamos sendo "bombardeados" por informações, seja através de uma tv, um jornal impresso ou por meio do nosso smartphone.

Se antes, a mídia nos influenciava com os seus dispositivos via televisão, rádio ou jornal impresso, podemos considerar a média de influências muito maior na era digital. Todas as plataformas exercem alguma influência sob nós em alguma medida. O contexto político em que vivemos é uma das grandes marcas dessa demarcação de influência, principalmente quando se observa que o atual Presidente da República se elege através de suas mídias e da propagação de *Fake News*.

Os questionamentos em torno do papel da mídia e sua influência na vida das pessoas é demasiadamente complexo, portanto, objetivamos fazer um recorte de umas das esferas dessa influência que recaí sob a construção do imaginário social sobre a juventude negra, suas representações e vulnerabilidade.

De acordo com a autora Fernanda Silva (2008) há no imaginário social a ideia do que ela denominou de "kit estigma" que é a somatória de ser jovem negro e morador da favela. Corpos esses que são constituídos como bodes expiatórios, são vítimas ou agentes da violência. As favelas passam então a serem retratadas como espaço exclusivo de violência e os jovens negros como os principais agentes.

Para Rosa, Nohara e Lídia (2010):

> De fato, tanto na literatura como no cinema ou na telenovela, o estereótipo tem sido um recurso largamente utilizado na representação desse grupo racial. Alguns dos estereótipos mais comum são os de *criminosos*, *favelados* ou *prostitutas.*" (p. 63).

É importante ressaltar a ideia que se tem de que as favelas, as periferias são lócus natural dos corpos negros e que aquele é o "lugar" deles. Dessa forma, há uma construção de violência e confronto nesses locais. Um dos exemplos de como a mídia trabalha e aborda essa temática é

o filme “Tropa de Elite I”. Os locais de conflito, confronto, de guerra naturalizada, criminalidade e brutalidades generalizadas são em maioria as favelas, como o perigo ostensivo e que merecem medidas extremas.

Segundo Rocha e Marques (2009) os produtos da cultura da mídia não podem ser considerados puros, sem estruturas ideológicas, mas resultados da cultura dominante e ideológica da sociedade. Ou seja, se a favela é tratada de uma forma que o olhar sob ela é desconfiança, medo e tentativa de distanciamento nas mídias, o reflexo dessa conduta perpassa pela sociedade como um todo.

Quando um policial entra na favela, o seu olhar já está construído sobre o que ele vai enfrentar, o alvo é certo, o imaginário do inimigo já está formado. Uma das músicas cantaroladas durante o filme “Tropa de Elite I” tem o seguinte dizer: “Homem de preto, qual é sua missão? Entrar pela favela e deixar corpo no chão”. Perguntamo-nos, que corpo vai para o chão? O corpo negro.

O retrato se repete em novelas. O conflito se manifesta na favela e bairros cuja a marca principal será interligada a pobreza. Infelizmente, na vida real também. A bala perdida encontra um corpo: o negro. A construção de corpos que são matáveis e que precisam ser exterminados, lançando um olhar que rivaliza: eu x o outro, homens de bem x inimigo comum. O outro, o inimigo comum como passível de execução.

Wilson Witzel disse “Quem usa fuzil e não usa uniforme é inimigo, é terrorista e será abatido” (SOARES, 2019), a fala do ex-governador do estado do Rio de Janeiro nos demonstra de forma bem clara, o quanto o Estado alimenta a ideia de que existe sim um grupo que não merece a vida, que nasce com o alvo em suas costas, perpetuando o mesmo discurso direcionado a determinados corpos.

Há naturalização na associação entre negritude, desvio e criminalidade. Os casos que citaremos nos demonstram isso. Analisaremos três casos e todos eles foram retirados do portal de notícias do G1 e todos aconteceram na cidade do Rio de Janeiro. O intuito é compreender como o discurso de vulnerabilidade e criação do inimigo comum acontece e se manifesta no âmbito popular, principalmente através do sensacionalismo como muitos desses acontecimentos são tratados.

Antes de analisar empiricamente as notícias que compõem o banco de análise de dados para o referido artigo, precisa-se mencionar que os meios de comunicação quando se referem a notícias que podem ser interligadas a crimes, o sistema de justiça penal de forma geral, são sensacionalistas como já dito, mas para pontuar como as escolhas editoriais contribuem com o sentimento de medo e insegurança e construindo opiniões impopulares no que reflete em mais

punibilidade e que dentro do imaginário social essas práticas ostensivas são justificáveis em decorrência desse sentimento de que a repressão policial é necessária, fazendo a população acreditar que o sistema penal é a única ferramenta para o combate a violência e a criminalidade e que o criminoso, ou melhor, o "inimigo" é esse sujeito que não deve ter sua morte passível de comoção. Nesse sentido:

> A credibilidade, na forma da rotinização do processo de produção da notícia, especialmente com o uso de uma linguagem referencial e do uso de aspas nas citações às fontes eminentemente credíveis. O sensacionalismo, no uso de um discurso que torna a todos e a cada um potenciais vítimas, tornando fatos excepcionais em ações que podem ser reproduzidas a qualquer momento, contra qualquer um. O sofrimento da vítima e de seus familiares é explorado ao extremo, com direito a closes das câmeras de TV e perguntas do estilo "como você está se sentindo? (BÚDO, 2013, p. 251)

Analisar a construção da notícia é importante, pois esta, aproximação entre o leitor / consumidor da notícia, não se restringe apenas à linguagem coloquial, tudo faz parte, desde a imagem, o sofrimento da vítima, todos os detalhes ainda que doloridos e "nauseantes" fazem nascer então para o telespectador o sentimento de pertencimento, como se ele próprio tivera sofrido a ação, perfazendo novamente a ideia de que o sistema penal é a solução para tudo. Sobre o sensacionalismo de maneira específica:

> A narrativa (sensacionalista) transporta o leitor; é como se ele estivesse lá, junto ao estuprador, ao assassino, ao macumbeiro, ao sequestrador, sentindo as mesmas emoções. Essa narrativa delega sensações por procuração, porque a interiorização a participação e o reconhecimento desses papéis tornam o mundo da contravenção subjetivamente real para o leitor. **A humanização do relato faz com que o leitor reviva o acontecimento como se fosse ele o próprio autor do que está sendo narrado** (ANGRIMANI, 1995, p.17)

Então, nessas imbricações entre sensacionalismo e discursos em torno de corpos que devem ser matáveis que se passa à análise empírica de noticias específicas para testar as hipóteses levantadas, o primeira a ser analisada se refere a chacina que ocorreu em Jacarezinho, no estado do Rio de Janeiro é considerada a operação mais letal da história do estado, culminando em 28 mortes, sendo uma delas de um policial civil. A corporação alega que os 25 dos 27 mortos tinham antecedentes criminais, esse tipo de discurso reforça que aos "bandidos" é desejado a morte (MISSE,2010), é como se houvesse um aval para esses corpos serem alvos e consequentemente mortos.

Em uma das notícias do site G1 que retrata o acontecimento, estampa a foto dos indivíduos que foram executados durante a operação, todos do sexo masculino e majoritariamente negros. Reafirmando a ideia do genocídio da juventude negra, uma morte que é biológica, social e simbólica. (BRITO, 2020), quando se fala em morte social, refere-se a todas essas estratégias e estruturas que perpetuam que esses espaços são destinados à precariedade,

ou seja, já existe um apagamento apenas destes corpos se encontrarem neste espaço a ponto que quando estes corpos encontram a "morte física", não se causa tanto espanto, pois, como já dito, é quase esperado esse acontecimento, entretanto, aqui se ressalta que apesar de todo o projeto de extermínio da juventude, é possível ver toda a reação em sentido contrário, a pluralidade de movimentos que potencializam saberes, cultura, é desta forma que estes jovens têm resistindo.

Inclusive, desta forma de resistência, tem-se também na cidade do Rio de Janeiro, o enfoque das notícias selecionadas para análise, o crescimento da mídia independente, na tentativa de romper com a hegemonia dos meios de comunicação tradicional que repercutem todos esses discursos de vulnerabilidade cheio de estereótipos, pode-se citar apenas a título exemplificativo, ANF- Agência de Notícias da Favela, Voz da Comunidade.

Voltando para análise da notícia da chacina do Jacarezinho, além das fotos estampadas, há uma espécie de "dossiê" sobre cada um dos assassinados, com um breve histórico de sua vida e logo em seguida o depoimento de algum familiar ou amigo. Segundo o dossiê fornecido pela Polícia Civil, a maioria dos assassinados tinha envolvimento com o tráfico ou passagem pela polícia, o que não justifica a ação policial que aconteceu com um único objetivo: matar, porém, dentro desta lógica comunicacional se constrói a narrativa de que a estes jovens este era o único destino possível e tentando justificar essas mortes.

Muitos dos familiares afirmam que a polícia não chegou com o intuito de prender, mas que seus alvos eram certos e foram executados. Um comportamento que não foge do padrão no que concerne à ação das polícias nas favelas do estado do Rio de Janeiro. Como já apontado, a favela é perpetuada dentro do imaginário popular como um local violento, onde ocorre o tráfico de drogas e onde os corpos não são humanizados.

O outro caso ocorreu no ano de 2015, em Costa Barros, no subúrbio do estado do Rio de Janeiro. Cinco jovens que estavam em um carro, tinham saído para lanchar foram alvejados com 111 tiros disparados por quatro policiais. Repetindo: 111 tiros. Ao menos 50 atingiram o carro dos jovens e consequentemente todos foram mortos.

A Polícia afirma que houve confronto e que os disparos executados pela corporação foram necessários com o intuito de se autodefender. O depoimento das testemunhas se contrapõe ao que a polícia afirmou, dizendo que não houve disparos por parte dos jovens. A perícia confirmou o que tinha sido dito pelas testemunhas.

Uma arma foi encontrada no interior do carro perto de um dos corpos dos jovens executados. A mãe de um dos jovens disse que viu o momento em que a arma foi implantada

por um dos policiais, em uma tentativa de "justificar" – se é possível – suas práticas que apresentam um intuito claro de execução.

Os comentários na reportagem são diversos, alguns defendendo a ideia de que bandido bom é bandido morto; os moradores das favelas são constantemente alvos de uma percepção extremamente preconceituosa acerca das suas condutas, com uma ideia de que todos que estão naquele território podem ser considerados bandidos, à margem da lei e etc. Também há presença de comentários em defesa dos jovens executados e que se posicionam contra a polícia e o Estado.

Outro caso ocorreu na favela Chapéu Mangueira, Zona Sul do Rio de Janeiro, o garçom Rodrigo Alexandre de 26 anos foi assassinado pela polícia que confundiu o guarda-chuva que estava em suas mãos com um fuzil. A "confusão" por parte dos policiais foi uma justificativa para a sua morte também, este estava com um fuzil, logo era um "bandido". Os casos que analisamos nos permitem compreender e analisar que existe a ideia dicotômica entre dois grupos de indivíduos no interior da nossa sociedade, entre "homens de bem" x "inimigo comum". Essa ideia é difundida na sociedade através das mídias, principalmente das redes sociais.

"Bandido bom é bandido morto" é uma das frases mais vistas quando ocorrem casos polêmicos como os de chacinas. É perceptível que no interior da nossa sociedade há a criação do outro como diferente, como o corpo estranho que é passível de execução, onde podemos perceber a dissolução do conceito de humanidade, nesta linha, Solano (2018) vai discorrer sobre essa divisão entre criminosos e —cidadãos de bem, como uma inversão da alteração da ordem social, em que este é uma vítima abandonada e que os criminosos são os protegidos pelo Estado, o que além de uma análise distorcida, para a autora é uma redução a rótulos moralistas, é esta a estratégia que se ver sendo adotada pelos meios de comunicação tradicional ao repercutirem casos de homicídios que em sua grande maioria derivam de letalidade policial, logo estatal.

E dentre deste raciocínio que Zaffaroni (2001) discorre que a mídia dentro da América Latina é uma agência do sistema penal que tem capacidade de influenciar diretamente os sistemas de criminalização: primário e secundário. A mídia reforça um estereótipo, acerca de quem é esse que deverá ser categorizado como "inimigo comum" e qual seu lugar, criando uma opinião pública, por uma demanda por punição e criminalização primária, além de justificar essas mortes e a precariedade e omissão do Estado em determinadas localidades. Nesta perspectiva, é que se tem que pensar como as fabricações de opiniões públicas pelos meios de comunicação tornam-se políticas.

Dentro desta realidade fabricada existe uma tática de reforçar o estereótipo do criminoso, o que em muitos casos noticiados pela mídia, apesar de não existir formalmente denúncia e nem sentença são categorizados por esses veículos como —bandidos e então assim são produzidas subjetividades com a figura do —outro a qual devem ser temidos, pois a eles são direcionado a culpa por toda a violência urbana o que justificaria uma política de higiene social (ZAFFARONI, 2012).

3. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos deste artigo optou-se por realizar pesquisa do tipo bibliográfica, exploratória e descritiva. Inicialmente, se usará da criminologia como aporte teórico para compreender o conceito de crime para além de um aspecto apenas jurídico em sentido analítico, ou seja, como um fato típico, punível e culpável, mas sim como uma categoria derivada de processos de criminalização, sendo proveniente direto de um processo político, portanto, se utilizará de conceitos de criminalização primária e secundária e interligando a mídia como agências secundárias que constroem a dicotomia categórica de "cidadão de bem" x "inimigo comum" e como essas categorizações podem ser percebidas e relacionados com os discursos de vulnerabilidade, diante disto, optou-se por categorizar a mídia nessa análise por meio de manchetes, reportagens do site G1 e El País, por serem portais de fácil acesso e possuem a sua versão digital, além de serem integrarem o jornalismo tradicional, nessa análise se escolheu três casos, por motivos de grande repercussão na mídia e atrelamento com o aporte teórico utilizado, incentivando as possibilidades interpretativas e construtivas de que os meios de comunicação coadunam com a criação do inimigo comum e repercutem esse ideal dentro do imaginário da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcelo. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 43, p. 109-125, 2010.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Sistema Penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003.

ANGRIMANI, D. **Espreme que sai sangue:** um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

ARAÚJO, Jurandir Almeida. Violência, Racismo e Mídia: a juventude negra em situação de risco. Revista InSURgência, v. 1, n. 2, p. 462-482, 2015.

AZEVEDO, Cláudia Rosa; NOHARA, Jouliana; RAMUSKI, Carmen Lídia. Relações raciais na mídia: um estudo no contexto brasileiro. Psicologia Política, v. 10, n. 19, p. 57-73, 2010.

BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal. Introdução a Sociologia do Direito Penal. Rio de Janeiro, 6.ed. Revan, 2011.

BRITO, Maíra de Deus. "O sonho acabou": o extermínio e a negação do futuro para a juventude negra brasileira. In: FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. (Orgs). Rebelião. Brasília: Brado Negro, 2020. p.

BOVO, Cassiano Martines. 3 anos da Chacina de Costa Barros: 5 jovens mortos, 111 tiros. Disponível em: https://www.justificando.com/2018/11/09/3-anos-da-chacina-de-costa-barros-5-jovens-mortos-111-tiros/ Acesso em: 20 jun. 2021.

BUDÓ, Marília De Nardin. **Mídias e discursos do poder:** a legitimação discursiva do processo de encarceramento da juventude pobre no Brasil. 542 f. (Tese)- Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2013. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/34641/R%20-%20T%20-%20MARILIA%20DE%20NARDIN%20BUDO.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 03. fev. 2019

CARVALHO, Silvia Cristina Sousa. Juventude "negra" como bode expiatório: a expressão do genocídio brasileiro. Argum, v. 11, n. 2, p. 62-75, 2019.

DUARTE, Evandro Charles Piza. Diálogos com o "realismo marginal" e a crítica à branquidade: por que a dogmática processual penal "não vê" o racismo institucional da gestão policial nas cidades brasileiras? Revista Eletrônica Direito e Sociedade-REDES, v. 8, n. 2, p. 95-119, 2020.

FARIAS, Jorge.; SILVA, Roger.; LIMA, Tiago. et al. Racismo e julgamento social na internet: crianças e jovens negros como alvos. Revista de Psicologia, v. 8, n. 2, p. 119-128, 2017.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. 2006. Corpo Negro Caído no Chão: O Sistema Penal e o Projeto Genocida do Estado Brasileiro. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade de Brasília. Brasília.

FREITAS, Felipe. O que a gente quer que a polícia faça? Ódio e racismo como mandato policial no Brasil. In: FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. (Orgs). Rebelião. Brasília: Brado Negro, 2020. p. 83-95.

MISSE, Miche/l. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". Lua Nova, v. 79, n. 1, p. 15-38, 2010. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102644520100001000 03&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 jan. 2020.

MORAIS, Romulo Fonseca. O extermínio da juventude popular no Brasil: uma análise sobre os "discursos que matam". 2016. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Direito. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10143>. Acesso em: 11 de jun. 2020

POLICIAIS deram mais de 100 tiros em carros de jovens mortos no Rio. Disponível em: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/12/mais-de-100-tiros-foram-disparados-por-pms-envolvidos-em-mortes-no-rio.html Acesso em 20 jun. 2021.

PM confunde guarda-chuva com fuzil e mata garçom no Rio, afirmam testemunhas. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458_048104.html Acesso em 18 de jun. 2021.

ROCHA, Simone Maria; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. "Bandido bom é bandido morto": violência policial, tortura e execuções em Tropa de Elite I. Revista Galáxia, n. 19, p. 90-104, 2010.

SANTOS, Danilo. Quantas vidas valem um fuzil? Política da morte e violência racial-genderizada. In: FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. (Orgs). Rebelião. Brasília: Brado Negro, 2020. p. 113-123.

SILVA, Fernanda Coelho. A juventude na mídia brasileira: estereótipos e exclusão. Revista Anagrama, v. 1, n. 4, p. 1-10, 2008.

SOARES, Rafael. Witzel "Quem usa fuzil e não usa uniforme é inimigo, é terrorista e será abatido." Disponível em: Acesso em: 14. jun 2020.

SOLANO, Esther. Crise da democracia e extremismos de direita. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2018. Disponível em: http://library.fes.de/pdffiles/bueros/brasilien/14508.pdf

Acesso em: 06 Agos.2020.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. A palavra dos mortos: conferências de criminologia cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. Em Busca das Penas Perdidas. A perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

ZAFFORONI, Eugenio Raúl. BATISTA, Nilo. ALAGIA, Alejandro. SLOKAR, Alejandro. Direito Penal Brasileiro: Teoria Geral do Direito Penal. 4 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011, v. 1.

CAPÍTULO XXIII

PRISÕES CAUTELARES E ENCARCERAMENTO EM MASSA NO BRASIL

Rebecca Maria de Oliveira Medeiros Martins[1]
Isabela Luiza Mathias Moreira[2]

[1] Pós-graduanda em Ciências Criminais – PUC MG, rmomm95@gmail.com.
[2] Pós-graduanda em Advocacia Feminina e os Direitos da Mulher – LEGALE, isaluizammoreira@gmail.com.

RESUMO

O tema do trabalho é a relação entre as prisões cautelares e o encarceramento em massa no Brasil. Dessa forma, a questão central do artigo é "Como o emprego de prisões cautelares, em detrimento de outras medidas, contribui para a superlotação dos presídios brasileiros?". O objetivo geral é investigar a relaçãoentre esses tipos de prisão e o encarceramento em massa no Brasil, a partir de um estudo exploratório de dados estatísticos da última década sobre o tema, de fontes como o *World Prison Brief*, da Universidade de Londres, e relatórios do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Parte-se da hipótese de que o caráter punitivista do sistema penal brasileiro leva a um número exacerbado de prisões cautelares, mesmo quando poderiam ser adota das outras providências para a garantia da investigação e instrução criminal, culminando no aumento da população apenada. Conclui-se que o número de prisões cautelares contribui significativamente para o encarceramento em massa e a superlotação dos presídios no Brasil, que apresenta significativo atraso em relação a outros países e deve reorientar suas políticas públicas e suas práticas penais para medidas cautelares alternativas à prisão.

Palavras-chave: Direito Penal. Encarceramento em massa. Prisões cautelares. Medidas cautelares.

1. INTRODUÇÃO

> Abolir a escravidão da prisão não significa apenas a libertação de uma gaiola. É a nossa chance de autodeterminar as condições de habitação digna, os cuidados reais com a saúde, a verdadeira educação. Acabar com a escravidão da prisão não é só para prisioneiros, é libertação pra geral, dentro e fora (PASTORAL CARCERÁRIA, 2018).

O presente trabalho busca realizar uma análise da superlotação das penitenciais brasileiras e a sua relação com a frequente utilização de prisões cautelares, marcando umavisão específica de "justiça social". A ressocialização e a educação dos apenados, como busca da função do sistema penal brasileiro, parece ser cada vez mais utópica e distante da prática, se afastando também do preceito de que a liberdade deveria ser a regra, e se aproximando cada vez mais do argumento social inquisitorial de prender qualquerindivíduo visto como possível culpado por um ato criminoso.

Em função disso, o país ocupa o pódio no ranking de maior população carcerária em todo o mundo e representa um aumento gradativo de presos, enquanto diversos outrospaíses, que adotaram políticas públicas específicas, apresentam a queda nesses números.Assim, o artigo buscou fazer a análise dos dados das prisões nacionais, ressaltando-se aelevação da superlotação de diversas prisões nacionais e a relação com o representativo número de presos cautelares, bem como tal contexto se apresenta em outros países.

Destaca-se que esses números, no Brasil, têm relação direta com a continuidade da segregação racial, visto que negros correspondem à parcela relevante da população encarcerada, refletindo, também, nas prisões cautelares. A aplicação de medidas de segregação, antes de uma eventual sentença transitada em julgado e sem sua necessidade,é cada vez mais utilizada e representa a represália social à violência a qualquer custo, ferindo diversos princípios, como o da presunção da inocência e o da proporcionalidade e a própria legislação vigente.

Essa vingança social exerce resultado em parte das prisões processuais (cautelares), que tendem a inflar cada vez mais as penitenciárias nacionais como respostaao clamor social por "justiça", mesmo que seja necessário a prisão de pessoas que posteriormente serão absolvidas ou ficarão muito tempo esperando o devido processo, gerando uma segregação social não somente precoce, mas injusta.

Dessa forma, a questão central do artigo é "Como o emprego de prisões cautelares, em detrimento de outras medidas, contribui para a superlotação dos presídios brasileiros?". O objetivo geral, assim, é investigar a relação entre esses tipos de prisão e o encarceramento em massa no Brasil, a partir de um estudo exploratório de dados estatísticos da última década sobre o tema, de fontes como o *World Prison Brief*, da Universidade de Londres, e relatórios do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).

Como objetivos específicos, pretende-se a) abordar a banalização das prisões cautelares pelo sistema penal do país; b) comparar o número de prisões cautelares no Brasil e no mundo; c) demonstrar a afetividade de medidas cautelares alternativas às prisões; d) fazer um levantamento da população carcerária nos últimos dez anos, com foco no número de presos cautelares. Parte-se da hipótese de que o caráter punitivista do sistema penal brasileiro leva a um número exacerbado de prisões cautelares, mesmo quando poderiam ser adotadas outras providências para a garantia da investigação e instrução criminal, culminando no aumento da população apenada.

2. PRISÕES CAUTELARES E SUA BANALIZAÇÃO NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

Prisões cautelares são ações de afastamento social cautelar do indiciado ouacusado durante o período das investigações ou do processamento da ação penal, correspondendo a uma exceção ao preceito do *status libertatis* do sistema processual penal brasileiro. No presente artigo, essa medida de segregação precoce será chamada também de prisão processual, como já utilizada por diversos doutrinadores (AHMAD, 2020), uma vez observada o que se parece uma inversão processual, onde primeiro se prende para depois se dar continuidade às investigações ou ao processamento penal.

O mandamento de preservação da liberdade do indivíduo, que se assenta no princípio da presunção da inocência disposto no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal de 1988, parece ser visto como subsidiário pelos atores judiciários nacionais, já que deveriam se ater à redução de medidas que podem restringir os direitos e liberdades.No entanto, os agentes dessa cadeia aplicam desenfreadamente determinações de prisões,muitas vezes ilegais, ou decretam a manutenção de cautelares segregatórias sem pressupostos mínimos ou fundamentos necessários.

Nesse sentido, como afirma Aury Lopes Junior (2020), o princípio retromencionado possui três dimensões que permitem difundir sua eficácia, sendo asnormas: probatórias, de tratamento e de julgamento. O presente trabalho irá se ater àsduas últimas, sendo a norma de tratamento responsável pelo tratamento do investigadoou acusado como inocente até o seu julgamento transitado em julgado, repudiando qualquer abordagem análoga a algum tipo de culpa ou a restrição de liberdades e direitosde forma desnecessária, aqui tratando-se da prisão cautelar. A norma de julgamento, por sua vez, é focada em levar a mentalidade do magistrado na apuração das provas produzidas até o momento dadecisão em atenção ao caráter devulnerabilidade do agente. Entretanto, essas dimensões parecem ser esquecidas pelo judiciário do país. A realidade demonstra-se no fato de que as medidas segregatórias cautelares tornaram-se aregra, banalizando as prisões no sistema processual penal do país, criando uma estigmatização precoce de culpabilidade, como se fosse aplicado um carimbo social deculpado, uma vez que, em um momento posterior em liberdade, o indivíduo será semprereconhecido como um "ex-presidiário", mesmo em casos com pouco ou nenhum conjunto probatório ou com o resultado de absolvição do agente.

A pouca observância no judiciário do país pode ser exemplificada na omissão de delegados na fixação de fiança quando seria possível, em descumprimento à lei; no

indeferimento em massa de diversos requerimentos de relaxamento de prisão ou de liberdade provisória, que traduz o xerox das decisões comumente utilizadas baseadas na gravidade do delito; na grande quantidade de peças de *Habeas Corpus* impetradas nos tribunais superiores, pela enorme insatisfação com decisões e entendimentos dos magistrados em desencontro aos direitos dos cidadãos; e nas comuns decisões no sentido de conversão da prisão em flagrante em preventiva, proferidas em audiências de custódias, decididas antes mesmo da manifestação do suspeito e de sua defesa técnica.

Assim, é evidente o exercício de poderes autoritários no sistema judicial brasileiro, que agravam a situação de encarceramento em massa e atuam na frouxa tentativa de acabar com a sensação social de impunidade que é tomada pela cultura inquisitória, tornando as prisões cautelares como meio comum do Estado, em desrespeito ao próprio princípio da excepcionalidade, disposto no artigo 282, §6º, do Código de Processo Penal.

Nessa senda, é importante ressaltar que as prisões provisórias devem ser a exceçãodo sistema, em concordância ao princípio acima apontado, onde a segregação só pode seraceita após a observância individual do caso, da análise da necessidade para que ocorra, em adequação ao previsto pelo legislador, e da ineficiência de aplicação das demais medidas cautelares, entendimento já expresso pelo STF em decisões, como no *Habeas Corpus* 115.613/SP: *"A privação cautelar da liberdade individual reveste-se de caráter excepcional, somente devendo ser decretada em situações de absoluta necessidade".* Logo, a sua aplicação reflete o resultado da soma da excepcionalidade, necessidade e equação legal, buscando ser a *ultima ratio* de aplicação aos casos mais graves e sem outrasaída.

A aludida ação de isolamento precoce, que se demonstra baseada em uma cultura inquisitória em desrespeito aos princípios constitucionais e processuais penais, tende, assim, a demonstrar que, no país, *"as prisões cautelares estão excessivamente banalizadas, a ponto de primeiro se prender, para depois ir atrás do suporte probatórioque legitime a medida*" (LOPES JUNIOR, 2020), acarretando a sua habitualidade e o modo rotineiro de se decidir sobre o acautelamento nacional, inflando, ainda mais, o sistema carcerário.

O tema parece ficar ainda pior quando observados os dados mais atualizados, dosmeses de janeiro a junho de 2020, disponibilizados pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública através do Departamento Penitenciário Nacional. O sistema penitenciário brasileiro espelha uma situação de superlotação, com a taxa de 151,88% de ocupação, onde as prisões provisórias correspondem a 29,81% desse montante, sendo 209.257 casos. Isso quer dizer que cerca de 45,27% da capacidade carcerária das prisões do país estão ocupados por pessoas que ainda não foram julgadas definitivamente. Esse quadro será melhor investigado na próxima seção, na qual

serão abordados dados sobre o encarceramento em massa no Brasil, principalmente em suas relações com o racismo.

3. ENCARCERAMENTO EM MASSA NO BRASIL E POPULAÇÃO NEGRA

O Brasil compõe o ranking de países mais populosos do mundo, ocupando o sextolugar. Ao mesmo tempo, aparece em terceiro lugar quando se trata de população carcerária. O importante, no presente trabalho, é entender as causas que levam o Estado brasileiro seguir em crescente em relação ao encarceramento em massa. Com coeficienteGini – 53,3, o Brasil ocupa o sétimo lugar na lista de países mais desiguais do mundo. Apresença do nosso país nos rankings supracitados não é mera coincidência e é de suma importância para o entendimento da crise no sistema penitenciário nacional.

É relevante fazer um recorte histórico para compreensão do abarrotamento das prisões nacionais. A escravidão é o elemento chave para o resultado observado hoje de segregação racial e social em solo pátrio. Com a assinatura da Lei Áurea, em 1888, a abolição da escravatura se tornou uma realidade, no entanto, a vida para aqueles que tiveram sua liberdade alcançada no papel não mudou de fato. Sem oportunidades, os escravizados libertos se viram sem opção, em condições de extrema vulnerabilidade, para,ao menos, manter uma subsistência. Nesse momento, a segregação racial continua predominando o território brasileiro, fazendo-se presente até os dias atuais em novas formas.

Nesse contexto, a urbanização local foi pensada pelos/para os detentores do poder,numa ideia de embelezamento, seguindo os padrões mais conhecidos mundo afora, gerando o afastamento das classes mais pobres, principalmente da população negra. O crescimento da população foi desenfreado e a ideologia de superioridade da população branca manifestaram-se entre 1890 e 1930 (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015). Os objetivosde europeização reforçaram o pensamento de inferioridade da população negra, que existedesde a escravidão. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que 54% da população brasileira é composta de negros (PRUDENTE, 2020). O mesmo instituto aponta que 75% dos mais pobres são negros (MADEIRO, 2019).

Apesar de estarem em maioria em números, a população negra é distanciada das oportunidades sociais, restando estar às margens da sociedade, alocando-se em periferiasque deram origem às favelas. Sob os olhares tortuosos da elite branca, a associação da corda pele ao crime foi a corroboração da marginalização racial.

A reafirmação das práticas supracitadas pode ser vista, também, no controle estatal exercido pelo sistema penal em ação. O 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública aponta que, dois em cada três presos, no Brasil, são negros, crescendo em 14%, em quinze anos, o número da população carcerária negra, ao passo que o número de brancos diminuiu em 19% (ACABAYA; REIS, 2020).

Via de regra, o sistema penal brasileiro tem como objetivo a ressocialização e educação do apenado, observando os princípios norteadores previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, como, por exemplo, o princípio da dignidade dapessoa humana. No entanto, na prática, pode ser observada uma função punitivista e vingativa sendo atrelada ao sistema penal e carcerário.

> [...] em que pese o discurso jurídico, o sistema penal se dirige quase sempre contra certas pessoas mais que contra certas ações. Não se pode ignorar quefazem parte do sistema penal [...] os procedimentos contravencionais de controle de setores marginalizados da população, as faculdades sancionatórias policiais arbitrárias, as penas sem processo, as execuções sem processo etc (ZAFFARONI; PIERANGELI, 2004, p.69).

Os encarcerados já não são mais alvo de reintegração, sendo esquecidos pelo Estado nos presídios. O percentual de presos que trabalha é inferior a 1/5 e apenas um emcada oito estuda, conforme explicitado nos gráficos a seguir.

Gráfico 1: Ressocialização da população carcerária brasileira em 2019

Fonte: G1.

Gráficos e 3 – Estudo e trabalho na população carcerária brasileira em 2019

Fonte: G1.

É possível compreender que a finalidade do sistema penal não é exercida em sua integralidade, tornando o ato de acautelar um cidadão uma prática recorrente e sem fundamento. As medidas cautelares diversas da prisão foram esquecidas e quase nunca aplicadas. A prisão cautelar, como previsto no artigo 282, parágrafo 6° do Código de Processo Penal, estabelece que a restrição da liberdade só será determinada quando não for cabível sua substituição por outra medida cautelar. Isso demonstra a banalização das medidas cautelares refletindo no aumento exagerado de presos provisórios. De acordo com o *World Prison Brief*, em 2020, o número de presos sem condenação era de 228.976,chegando à porcentagem de 30.1%.

Com isso, resta clarividente que o recolhimento às unidades prisionais é uma realidade contumaz e que atrasa a aplicação dos princípios norteadores do direito previstos na Carta Magna. O Código Penal prevê diversas medidas cautelares diversas da prisão, como, por exemplo, prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas,interdição temporária de direitos, limitação de fim de semana, dentre outras. Contudo, em observância dos casos concretos, verifica-se que a medida predominantemente utilizada é a de prisão.

> Como o nome deste relatório sentencia, para a clientela preferencial do sistema de Justiça penal, o direito à liberdade irrestrita acabou. Menos de 1% dos casos monitorados teve como desfecho a concessão de liberdade provisória sem medida cautelar. Em capitais como São Paulo, nenhuma liberdade irrest rita foi concedida ao longo de todo o monitoramento. Esse dado é alarmante. O uso recorrente de medidas cautelares, embora seja uma alternativa à prisão e implique menor interferência do Estado na vida do cidadão, passa a ser uma muleta utilizada pelos/as magistrados/as, que já não conseguem pensar o processo penalsem aprisionar o/a acusado/a (IDDD, 2020).

É fundamental, nesse momento, fazer um levantamento da população carcerária brasileira e sua relação com o número de presos cautelares. O próximo subitem trará a análise desses dados nos últimos dez anos, como forma de compreender como o númerode prisões cautelares contribui para a superlotação dos presídios brasileiros, bem como comparar a conjuntura brasileira com outros países.

4. POPULAÇÃO CARCERÁRIA BRASILEIRA E PRESOS CAUTELARES NO BRASIL E NO MUNDO

De acordo com o *World Prison Brief*, o Brasil ocupa o terceiro lugar no ranking de países com mais acautelados no mundo. O número crescente de detentos no país é alarmante, aumentando cada ano mais. Ainda de acordo com o mesmo banco de dados, aocupação dos presídios brasileiros é de 151.9%.

O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), do Ministério da Justiça, em seu *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*, dedezembro de 2014, afirma que o número de detentos à época era de 622.202, retratando o aumento de mais de 104 mil pessoas em 18 meses — mais de 5,7 mil por mês. Ainda conforme o mesmo levantamento, cerca de 40% dos presos são provisórios e 64% são negros. Em 2017, a taxa de ocupação nos presídios do Amazonas chegou a 484%.

Tabela 1: População carcerária e prisões cautelares no Brasil nos últimos dez anos

ANO	POPULAÇÃO CARCERÁRIA	PRISÕES CAUTELARES
2010	496.251	164.683
2011	514.582	173.818
2012	548.003	195.036
2013	581.507	216.342
2014	622.202	249.668
2015	698.618	261.786
2016	722.120	232.521
2017	726.354	235.241
2018	725.332	242.133
2019	746.956	221.566
2020	759.518	228.976

Fonte: Elaboração própria.

A tabela elaborada acima mostra com precisão o avanço da privação da liberdadeno decorrer dos últimos dez anos. Analisando-a, percebe-se que a população carcerária cresce de forma ritmada, gerando, como consequência, a superlotação dos presídios existentes no país, chegando ao índice de 151.9%, de acordo com o *World Prison Brief*. No que cerce aos presos provisórios, nos anos de 2016 e de 2019, é possível observar umaleve queda em relação aos demais anos, sendo dois anos atípicos em um quadro depopulação acautelada crescente. No entanto, em 2020, o número volta a subir novamente.O pesquisador Gênesis Cavalcanti, que comanda o Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública (Lapsus) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), estimou que o número de presos no Brasil cresceu em 900% nos últimos trinta anos, acreditando que esse aumento se dera primordialmente pelo perfil das políticas estatais, de cunho punitivista.

> Nossa história, marcada pela completa inferiorização dos povos negro e indígena, foi o que possibilitou o controle e a punição deles. Da escravidão ao hiperencarceramento em condições indignas de sobrevivência: é a realidade que a elite do país impõe aos grupos sociais marginalizados no Brasil (PORTAL CORREIO, 2020).

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, do Ipea (Instituto de Pesquisa EconômicaAplicada), aponta que cerca de 37% dos presos provisórios não são condenadas a prisão ao final da instrução processual, o que resulta na manutenção do descrédito daqueles que já passaram pelo sistema prisional.

> Entre os eixos a serem considerados na engrenagem que move esse sistema superlotado encontra-se a relação estabelecida entre as polícias militares, responsáveis pelo patrulhamento ostensivo nas ruas e pela alta produtividade de prisões em flagrante, e o Judiciário, que tem reiteradamente optado pela manutenção dessas prisões (G1, 2019).

A priorização das medidas de prisões preventivas frente às demais é um dos grandes fatores que corrobora para a superlotação e o fenômeno do encarceramento em massa no Brasil. É imprescindível que os olhares das autoridades competentes se voltem para esse movimento, com o intuito de retardá-lo. Os dados apresentados demonstram que os números tendem a aumentar, caso o padrão se mantenha. A adoção de medidas cautelares diversas à prisão estão previstas no ordenamento jurídico e devem ser utilizadas sob pena de um colapso, ainda maior, no sistema carcerário brasileiro.

Tabela 2: Comparação das prisões cautelares nos dez países mais populosos

PAÍS	CONTINENTE	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO CARCERÁRIA	TAXA DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA POR 100.000 HAB	PRISÕES CAUTELARES
China	Ásia	1.411.780.000	1.710.000	121	200.000*
Índia	Ásia	1.380.004.385	478.600	35	69,1%
Estados Unidos	América	331.449.281	2.094.000	639	23,4%
Indonésia	Ásia	273.523.615	265.514	97	20,0%
Paquistão	Ásia	220.892.340	82.139	40	62,1%
Brasil	América	211.755.692	759.518	357	30,1%
Nigéria	África	206.139.589	65.292	31	73,7%
Bangladesh	Ásia	164.689.383	83.107	48	81,3%
Rússia	Europa	145.934.462	478.182	331	22,3%
México	América	128.932.753	215.232	166	41,7%

Fonte: Elaboração própria.

* Conforme o *World Prison Breaf* número total de presos provisórios é provavelmente superior a 200.000, segundo relatório da Procuradoria Suprema do Povo, com estimativa de três meses para a duração média da prisão preventiva, excetuando-se o tempo de espera do resultado dos recursos.

A tabela acima foi elaborada com o intuito de observar, em forma de números, como se dá, no Brasil e no mundo, a aplicabilidade das prisões preventivas. Os dados foram coletados da plataforma *World Prison Brief*, que consiste em reunir dados do sistema prisional de todo o mundo. O critério utilizado para a composição foi por população, sendo assim, selecionados os dez países mais populosos. No esquema acima,é possível visualizar que o menor índice de prisões cautelares é na Indonésia, com somente 20% de indivíduos acautelados sem condenação definitiva, seguido da Rússia, com 22,3%, e, em terceiro, os Estados Unidos, com 23,4%.

Os baixos índices apresentados nos dois últimos países têm direta relação com as políticas públicas e medidas sociais aplicadas de forma efetiva, resultando na redução no número de acautelados. Reformas no sistema penal, promulgação de leis, protestos antiprisionais e antirracistas são exemplos de ações pensadas e implementadas de forma a suprir a máxima do aprisionamento de pessoas sem sentença. Dessa forma, pode-se explicitar que a implementação de tais medidas é eficaz, reduzindo o número de presos provisórios drasticamente quando comparados com os outros países que compõem o índice acima.

Nesse cenário, torna-se necessário investigar se o caso brasileiro é isolado ou fazparte de um contexto mais amplo. Na próxima seção, o artigo tratará das prisõescautelares no Brasil e no mundo, comparando, também, políticas públicas que foram elaboradas e implementadas para a minimização desse problema.

5. POLÍTICAS ALTERNATIVAS NO BRASIL E NO MUNDO

Em comparação com outros sistemas penais, nota-se um déficit, no Brasil, de políticas públicas voltadas à diminuição de prisões cautelares desnecessárias. Em Portugal, por exemplo, a decisão cautelar que determinou a prisão do indivíduo deve ser revisada a cada três meses para determinação da sua manutenção, restringindo o númerode presos provisórios para 19% de acordo com o *World Prison Brief*.

Já na Alemanha, a revisão da prisão preventiva também deve ser analisada a cadatrês meses, levando o número de presos provisórios à 20.6%. Na Noruega, país popularmente conhecido pelos grandes índices de ressocialização, o percentual de presosprovisórios chega em 21.9%.

> Destaca-se que Noruega começou essa mudança colocando a pena máxima de prisão de 21 anos, depois que o país aboliu a prisão perpétua em 1971 como parte de seu objetivo de reabilitar e reintegrar criminosos à sociedade. Começou a focar em humanizar as pessoas, priorizando no tratamento dignificante em suas cadeias e presídios, baseando-se no princípio da reabilitação e não na vingança, permanecendo

> com os tipos de pena no seu sistema penal: a privativa de liberdade com pilar na reabilitação e a multa. A diferença desse sistema penal com relação ao brasileiro é que o norueguês é fundamentado na ideia que a prisão é a privação da liberdade, pautada na reabilitação e não no tratamento cruel e na vingança. Nesse caso, o detento é obrigado a mostrar progressos educacionais, laborais e comportamentais e, dessa forma, provar que pode ter o direito de exercer sua liberdade novamente junto a sociedade (GONÇALVES; FREITAS, 2016).

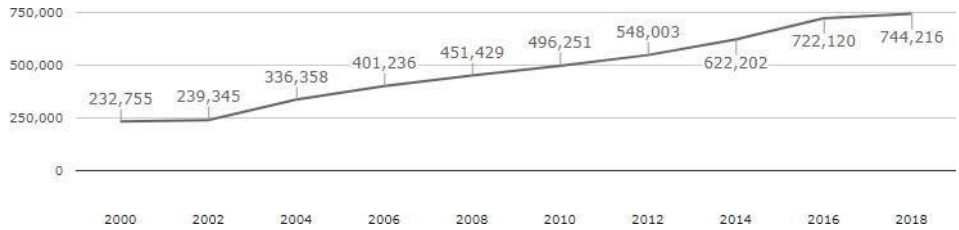
No estado da Califórnia, após uma série de movimentos antiprisionais e antirracistas, como o *Critical Resistance* e a *Revolta de Attica*, dentre outros, reivindicou-se contra a reclusão reiterada de cidadãos negros como forma de eternização da escravidão. Como resultado de anos de protestos, o *Department of Corrections and Rehabilitation* – CDCR (Departamento Correcional e de Reabilitação da Califórnia) vemtomando medidas administrativas, judiciais e legislativas com o intuito de diminuir o número de acautelados (PASTORAL CARCERÁRIA, 2018).

> A trajetória de declínio da população prisional da Califórnia, com as contínuas ações das diversas organizações e movimentos sociais em coalização, foi reafirmada como programa de desencarceramento em 2011. Após decisão histórica em que a Suprema Corte definiu a situação de superlotação das prisões da Califórnia como equivalente a pena cruel e determinou que o estado reduzisse a população prisional a 137,5% da capacidade declarada no prazo de dois anos (caso Brown vs. Plata, 2011), a Califórnia aprovou, no mesmo ano, a legislação do Public Safety Realignment ("Realinhamento da Segurança Pública")68, que consolida as alterações anteriores no regime de liberdade condicional, substitui a liberdade condicional pelo regime da supervisão comunitária para crimes nã o-violentos e redistribui prisioneiros/as condenadosa penas inferiores a um ano para cadeias municipais. (PASTORAL CARCERÁRIA, 2018)

Políticas públicas e medidas sociais eficazes são fundamentais para a diminuição da população carcerária, bem como para atenuação da banalização da medida de prisão como prioridade, quando, via de regra, deveria ser a *ultima ratio*. Nos Estados Unidos, ao longo dos últimos quinze, anos a população penitenciária decaiu de 2,3 milhões para 2,1 milhões. No período compreendido entre 2000 e 2015, a população carcerériadiminuiu em 21% na Europa. Em ambos, o declínio do encarceramento se deu devido à efetivação de medidas pleiteadas contra a arbitrariedade estatal no que tange ao sistema penal.

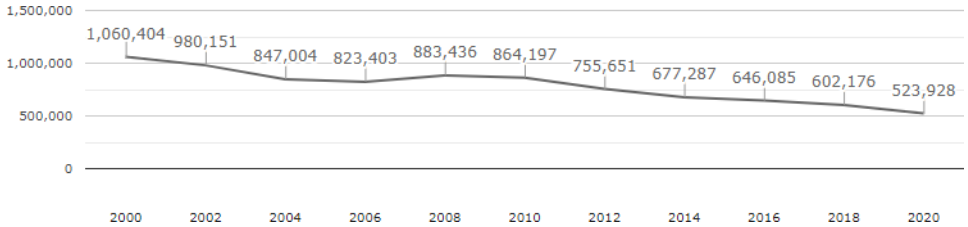
Na Rússia, o governo Putin estimulou o declínio de pessoas presas através de discussões sobre a reforma do sistema penal, a reforma da legislação penal e o processualpenal e pela aprovação da Lei Federal n. 4-FZ de 10 de janeiro de 2002, dentre outras medidas de políticas públicas com o objetivo de impulsionar o desencarceramentochegando à marca de 729 pessoas presas para cada 100.000 habitantes, em 2000, para 411, em 2018. Em 2021, o número diminui mais, chegando a 331 presos para cada 100.000 habitantes, de acordo com o *World Prison Brief*. No entanto, no Brasil, no mesmoperíodo, o aumento de detentos fora de 170%.

Gráfico 4: População carcerária brasileira de 2000 a 2018



Fonte: World Prison Brief.

Gráfico 5: População carcerária russa de 2000 a 2018



Fonte: World Prison Brief.

Resta clarividente que o Brasil precisa discutir e implementar políticas públicas para desacelerar a reclusão em massa. É necessário haver cuidado na transição na tomada da liberdade de cada indivíduo. É de suma importância que o direito de punir do Estado atenue a aplicabilidade das penas restritivas de liberdade como forma de represália e perpetuação da segregação racial existente no país. Medidas alternativas à prisão estão previstas no ordenamento jurídico e devem ser aplicadas se cabíveis no caso concreto. Sendo assim, deve-se haver um equilíbrio entre o sistema prisional e outras medidas previstas no que tange a reparação do mal causado pelo individuo, a fim de retardar o avanço da detenção em massa (CRUZ; SOUZA; BATITUCCI, 2013).

6. ALTERNATIVAS À PRISÃO CAUTELAR NO BRASIL

Como já exposto, a prisão cautelar deve ser aplicada somente em último caso, entretanto, esse preceito segue não observado pelos magistrados brasileiros, com grande parte das decisões tratando-se da decretação de prisões provisórias, em vez de determinações a favor de medidas cautelares alternativas, mesmo nos casos de serem umasolução viável. Tais medidas cautelares alternativas trazem não somente benefíciossociais, evitando-se prisões precoces ou injustas, mas, também, financeiras ao Estado, que é capaz de aplicar e fiscalizar tais medidas com mais eficiência e menos gastos.

As medidas cautelares alternativas à prisão estão dispostas no artigo 319 do Código de Processo Penal, tratando-se do comparecimento periódico em juízo, da proibição de acesso ou frequência a determinados lugares, da proibição de manter contato com pessoa

determinada, da proibição de ausentar-se da Comarca, do recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga, da suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira, da internação provisória doacusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, da fiança e do monitoramento eletrônico.

Nessa esteira, outro princípio a ser observado no processamento penal é o da proporcionalidade, pelo qual as ações a serem aplicadas devem ser resultado de uma análise e uma conclusão de qual a medida mais adequada e efetiva à necessidade pela qual é requerida, sem a violação de direitos do cidadão. Entretanto, a rotina nos juízos julgadores demonstra ser diferente a esse princípio.

Essa inaplicabilidade das medidas cautelares alternativas pode ser exposta aqui pela análise dos dados de aplicação uma dessas medidas, a do monitoramento eletrônico.Conforme dados do Departamento Penitenciário Nacional, entre os meses de janeiro a junho de 2020, apenas 14.167 casos de presos cautelares possuem monitoramento eletrônico, o que corresponde a uma taxa de cerca de apenas 6.7%.

Assim, resta demonstrada que a aplicação das medidas cautelares alternativas é a solução mais eficaz e óbvia, que deveria ser a regra. Porém, a sua não observância reflete diretamente no encarceramento em massa no país, uma vez que os presos cautelares são quase um terço da população carcerária nacional, restando às prisões a utopia pela ressocialização e reabilitação nos casos já transitados em julgado.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo compreender como a banalização das prisões cautelares contribuem diretamente para a superlotação dos presídios brasileiros. Sendo assim, deve-se compreender que as medidas cautelares aplicáveis têm como objetivo assegurar a instrução processual, sendo a prisão aplicável em caráter de excepcionalidade, como disciplina o artigo 282, parágrafo 6º, do Código de Processo Penal. No entanto, sua implementação nos casos concretos demonstra que a prisão cautelar é predominante.

Para assimilar tal questão, é de suma importância fazer um recorte histórico, levando em consideração a segregação racial existente no Brasil como forma de perpetuação da escravidão, sendo os negros maioria na população e nos presídios. Tendoos negros como população majoritária encarcerada, faz-se entender o porquê da marginalização da raça ser elemento constitutivo da detenção exacerbada dessa populaçãoespecífica.

A análise dos dados corrobora a tese de que o Brasil está entre um dos países quemais prendem, aumentado os números ao passar dos anos. Políticas públicas e medidas sociais pensadas para frear o fenômeno do encarceramento são eficazes, notando como exemplo o estado da Califórnia, nos Estados Unidos, e a Rússia, que, com implementaçãodessas medidas, viram o número de acautelados diminuir significativamente. Entretanto, sem o olhar das autoridades competentes para essa realidade, no Brasil, o aumento de presos foi 900% em trinta anos.

Nesse sentido, conclui-se que a não aplicabilidade das medidas cautelares alternativas à prisão, previstas no ordenamento jurídico brasileiro, contribui efetivamentepara a superlotação do sistema carcerário no país. A adoção e implementação de políticaspúblicas são medidas urgentes para conter esse avanço desenfreado e evitar um colapso, ainda maior, nos presídios brasileiros.

REFERÊNCIAS

ACABAYA, Cíntia; REIS, Thiago. Proporção de negros nas prisões cresce 14% em 15 anos, enquanto ade brancos cai 19%, mostra Anuário de Segurança Pública. **G1**, 19 out. 2020. Disponível em https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/19/em-15-anos-proporcao-de-negros-nas-prisoes- aumenta-14percent-ja-a-de-brancos-diminui-19percent-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml. Acesso em 10 jun. 2021.

AHMAD, Nidal, **Direito Penal**: teoria e prática. 2. ed. - São Paulo: Rideel, 2020.

BARALE, Iatã de Almeida. **Estado punitivo e criminalização da pobreza** : da segregação socioespacial à segregação carcerária. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2019, 26p. Disponível em https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28256. Acesso em 06 jun. 2021.

BRASIL, **Código de Processo Penal (1941)**. Brasília, Distrito Federal: Senado Federal, 1941.

Constituição da República Federativa do Brasil . Brasília, Distrito Federal: Senado Federal, 1988.

CNJ. O encarceramento tem cor, diz especialista. **Agência CNJ de Notícias**, 9 jul. 2020. Disponível em https://www.cnj.jus.br/o-encarceramento-tem-cor-diz-especialista/. Acesso em 10 jun. 2021.

CONSULTOR JURÍDICO. Brasil tem a 3ª maior população carcerária do mundo, com 726.712 presos. **Consultor Jurídico**, 8 dez. 2017. Disponível em https://www.conjur.com.br/2017-dez-08/brasil-maior- populacao-carceraria-mundo-726-mil-presos. Acesso em 08 jun. 2021.

CRUZ, M. V. G.; SOUZA, L. G.; BATITUCCI, E. C. Percurso recente da política penitenciária do Brasil: o caso de São Paulo. **Rev. Adm. Pública**, n. 47, v. 5, out. 2013. Disponível em

https://www.scielo.br/j/rap/a/cc8xpFMY3Df8ht5NNgQ86gw/?lang=pt. Acesso em 02 jun. 2021.

G1. Menos de 1/5 dos presos trabalha no Brasil; 1 em cada 8 estuda. **Monitor da Violência**, G1, 26 abr. 2019. Disponível em https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/04/26/menos-de-15-do- presos-trabalha-no-brasil-1-em-cada-8-estuda.ghtml. Acesso em 09 jun. 2021.

Superlotação aumenta e número de presos provisórios volta a crescer no Brasil. **Monitor da Violência**, G1, 26 abr. 2019. Disponível em https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/04/26/superlotacao-aumenta-e-numero-de-presos-provisorios-volta-a-crescer-no- brasil.ghtml. Acesso em 09 jun. 2021.

GONÇALVES, Liciane Faria Traverso; FREITAS, Felipe Alessandro de. Noruega, o país humanizador: Direito Penal comparado entre Brasil e Noruega. **Revista Trabalhos Acadêmicos** – Universo Belo Horizonte, v. 2, n. 1, 2016. Disponível em http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=3universobelohorizonte3&page=article&op=view &path%5B%5D=3369. Acesso em 03 jun. 2021.

IBCCRIM. Crítica à banalização das medidas cautelares diversas da prisão no processo penal brasileiro. **IBCCRIM**, 1º set. 2015. Disponível em https://www.ibccrim.org.br/noticias/exibir/991. Acesso em 09 jun. 2021.

IDDD. **O fim da liberdade** – relatório nacional. IDDD – Instituto de Defesa do Direito de Defesa, 2020. Disponível em http://www.iddd.org.br/wp-content/uploads/2020/07/OFimDaLiberdade_completo.pdf. Acesso em 10 jun. 2021.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Brasil se mantém como 3º país com maior população carcerária do mundo. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2020. Disponível em http://www.ihu.unisinos.br/78- noticias/596466-brasil-se-mantem-como-3-pais-com-maior-populacao-carceraria-do-mundo. Acesso em 08 jun. 2021.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito Processual Penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus* nº 115613/SP. Disponível em: https://www.cjf.jus.br/jurisprudencia/unificada/. Acesso em 07 jun 2021.

MADEIRO, Carlos. Negros são 75% entre os mais pobres; brancos, 70% entre os mais ricos. **UOL Notícias**, 13 nov. 2019. Disponível em https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas- noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm. Acesso em 03 jun. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Disponível em: https://www.gov.br/depen/pt- br/sisdepen. Acesso em 07 jun 2021.

OLIVEIRA, Reinaldo José de; OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. Origens da segregação racial no Brasil. **Amérique Latine – Histoire e Memoire**, v. 29, 2015. Disponível em https://journals.openedition.org/alhim/5191. Acesso em 03 jun. 2021.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Luta antiprisional no mundo contemporâneo** : um estudo sobre experiências de redução da população carcerária em outras nações. Pastoral Carcerária, 2018. Disponível em https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2018/09/relatorio_luta_antiprisional.pdf . Acesso em 02 jun. 2021.

PORTAL CORREIO. Número de presos no Brasil aumenta 900% em 30 anos, diz pesquisa. **Portal Correio**, 09 fev. 2020. Disponível em https://portalcorreio.com.br/aumento-numero-de-presos-brasil/. Acesso em 04 jun. 2021.

PRUDENTE, Eunice. Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra. **Jornal da USP**, 31 jul. 2020. Disponível em https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/. Acesso em 02 jun. 2021.

SILVA, Laís Alexandre. Violência e sistema prisional: um reflexo da desigualdade social. **Revista Âmbito Jurídico**, 1º dez. 2012. Disponível em https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-107/violencia-e- sistema-prisional-um-reflexo-da-desigualdade-social/. Acesso em 07 jun. 2021.

TEIXEIRA, Luciana de Sousa. **Audiência de custódia**: eficaz para a redução da banalização das prisões cautelares? Trabalho de Conclusão de Curso. UnB, Brasília, 2015, 54p. Disponível em https://bdm.unb.br/bitstream/10483/10933/1/2015_LucianadeSousaTeixeira.pdf. Acesso em 8 jun. 2021.

YAROCHEWSKY, Leonardo Isaac. Banalização das prisões desafia Supremo Tribunal Federal. **Revista Consultor Jurídico**, 21 mar. 2019. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2019-mar-21/leonardo- yarochewsky-banalizacao-prisoes-desafia-stf. Acesso em 07 jun. 2021.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique**. Manual de Direito Penal brasileiro** – 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

ESTRUTURAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SEXUALIDADE: ENTRE O DISCURSO E O CORPO

CAPÍTULO XXIV

A TERCEIRIZAÇÃO E AS MULHERES

Ana Carla Vaz Porto [1]

[1] Mestranda em educação na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, especialista em direito público e em direito e processo do trabalho, graduada em direito pela Universidade Federal de Goiás, servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região. E-mail: acvazporto@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo objetiva tratar do maior impacto da terceirização de serviços no Brasil sobre as mulheres trabalhadoras. Para que se compreenda melhor o tema central, serão antes abordados o conceito e histórico da terceirização e seus impactos sobre os trabalhadores brasileiros de maneira geral. O assunto se tornou relevante sobretudo após a sanção da Lei nº 13.429/2017 em 31 de março de 2017 pelo presidente Michel Temer. Tal norma autoriza a terceirização de serviços irrestrita no país, sem distinção entre atividades-meio e atividades-fim como até então preconizava o Tribunal Superior do Trabalho por meio de sua súmula número 331.

Palavras-chave: terceirização de serviços; mulheres; precarização.

ABSTRACT

This article aims to talk about the highest impact of outsourcing in Brazil on women workers. For the better understanding of the central theme, it will be addressed first the concept and historic of outsourcing and its impacts on brazilian workers in general. The subject became relevant mainly after the sanction of law number 13.429/2017 on march 31st 2017 by president Michel Temer. That law authorizes unrestricted outsourcing in the country, without distinction between middle activities and final activities as recommended until then by the Superior Labor Court through the docket number 331.

Keywords: outsourcing; women; precariousness.

1. INTRODUÇÃO

Apesar de habitarmos o século XXI e de convivermos com constantes inovações tecnológicas, o mundo ainda nos parece seguramente dividido entre o que é masculino e o que é feminino (OLIVEIRA, 2017), sendo tal divisão marcada por profundas desigualdades que impactam a vida de mulheres nos mais diversos âmbitos.

O Fórum Econômico Mundial atesta a desigualdade de gênero no Brasil ao declarar que, nesse quesito, ocupamos a 92ª posição num ranking composto por 153 nações (FÓRUM, 2019). A instituição apurou também que, para que haja igualdade entre homens e mulheres em todo o

mundo no que diz respeito à participação econômica e oportunidades, teremos que aguardar mais 257 anos (FÓRUM, 2019).

O mercado de trabalho brasileiro é um dos espaços onde, infelizmente, ainda se vislumbra com clareza a disparidade de gênero. Basta considerar, por exemplo, que a média remuneratória das mulheres é, em média, 23% inferior à dos homens (IBGE, 2021), apesar de elas terem maior nível de instrução e mais anos de estudo que eles (IBGE, 2019).

Como pontuado por Danielly Passos de Oliveira:

> É possível afirmar que assistimos, no Brasil e no mundo, a uma flexibilização das relações de gênero. A divisão rígida dos lugares e das atribuições próprios aos homens e às mulheres dá lugar, atualmente, nas sociedades ocidentais pós-industrializadas, à negociação, à imprevisibilidade, à fluidez. No entanto, apesar da existência de muitos espaços de negociação antes impensáveis, o discurso tradicional, que propõe para as mulheres a responsabilidade de cuidar da vida familiar e dos afazeres domésticos, tende a permanecer forte, mesmo nos casos em que as mulheres estão solidamente inseridas no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2017).

Ante tal cenário, o presente artigo visa investigar como a terceirização de serviços tem aprofundado as diferenças de gênero no Brasil e tratar acerca dos reflexos de tal prática sobre as mulheres trabalhadoras. Busca-se responder ao seguinte problema de pesquisa "quais são as disparidades de gênero quanto aos efeitos da terceirização de serviços no Brasil?".

Nossa hipótese prévia é que nas atividades terceirizadas as disparidades de gênero no que tange à jornada, ao salário e ao índice de acidentes são ainda maiores do que em relação às atividades não terceirizadas, nas quais já há diferenças profundas quando se categorizam os trabalhadores pelo gênero.

O objetivo geral desta pesquisa é desvelar as disparidades de gênero quanto aos efeitos da terceirização de serviços no Brasil. Os objetivos específicos são: delinear o conceito e histórico da terceirização de serviços; traçar um panorama de como tal prática foi implantada no Brasil e de como impacta os trabalhadores brasileiros de maneira geral; demonstrar quais os impactos específicos de tal medida sobre as mulheres trabalhadoras e analisar se contribui para aprofundar as disparidades de gênero do mercado de trabalho nacional.

1.1. Relevância da pesquisa

A presente pesquisa é relevante para que se coloque em foco um tema ainda pouco debatido no Brasil: os efeitos nocivos da terceirização de serviços sobre as disparidades de gênero. Muito se fala sobre a terceirização de serviços em si e sobre como ela está atrelada à precarização de direitos trabalhistas e das condições de trabalho de maneira geral, mas não se costuma enfatizar o fato de que as maiores prejudicadas são as mulheres trabalhadoras.

Ao colocar tal tema em foco, o presente artigo pretende fomentar o debate sobre a divisão sexual do trabalho no país e a necessidade de que sejam adotadas políticas públicas para a superação das profundas disparidades de gênero existentes em nosso país no âmbito laboral.

1.2. Revisão da literatura pertinente ao tema

Até o momento da confecção do presente artigo, não há grande quantidade de publicações científicas cujo tema central são os impactos da terceirização de serviços no Brasil sobre as mulheres trabalhadoras.

Destacam-se as seguintes publicações a título de revisão de literatura: "Terceirização dos serviços de limpeza: vivências de sofrimento de mulheres negras trabalhadoras diante do trabalho" (CHAVES, 2014), "O impacto da lei 13.429/2017 – 'lei da terceirização' – sobre as mulheres e a perpetuação da desigualdade de gênero no mundo do trabalho" (NIELSON; FAGUNDES, 2018) e "A 'maquiagem' do trabalho formal: um estudo do trabalho das mulheres terceirizadas no setor da limpeza na Universidade Federal da Bahia" (SOUZA, 2010).

1.3. Metodologia

Esta pesquisa, de caráter qualiquantitativo, foi desenvolvida por meio de estudo bibliográfico acerca da terceirização de serviços, sua implantação no Brasil, sua interlocução com os direitos trabalhistas e seus impactos sobre o público das mulheres trabalhadoras. Também foram analisados dados coletados pela Central Única do Trabalhadores (CUT), pelo Departamento intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos (Dieese), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela Fundação COGE e pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA) acerca da terceirização de serviços no Brasil.

2. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS: CONCEITO E HISTÓRICO

A expressão "terceirização" resulta de neologismo da palavra terceiro, compreendido como intermediário, interveniente. Trata-se de construção da área de administração de empresas visando enfatizar a descentralização empresarial de atividades para outrem (DELGADO, 2012).

Segundo Maurício Godinho Delgado, para o direito do trabalho

> Terceirização é o fenômeno pelo qual se dissocia a relação econômica de trabalho da relação justrabalhista que lhe seria correspondente. Por tal fenômeno insere-se o

> trabalhador no processo produtivo do tomador de serviços sem que se estendam a este os laços justrabalhistas, que se preservam fixados com uma entidade interveniente. A terceirização provoca uma relação trilateral em face da contratação de força de trabalho no mercado capitalista: o obreiro, prestador de serviços, que realiza suas atividades materiais e intelectuais junto à empresa tomadora de serviços; a empresa terceirizante, que contrata este obreiro, firmando com ele os vínculos jurídicos trabalhistas pertinentes; a empresa tomadora de serviços, que recebe a prestação de labor, mas não assume a posição clássica de empregadora desse trabalhador envolvido (DELGADO, 2012).

É preciso ter em mente, contudo, que o conceito de terceirização está sujeito a discussão: trata-se de terceirização de trabalho, de trabalhadores, de atividades, de processos ou ainda de outros aspectos mais? Os significados variam bastante segundo a ótica e o âmbito de discussão considerados – jurídico, econômico, social, político etc.

O ponto comum a todos esses enfoques é que, em princípio, a vantagem da terceirização está na possibilidade de a empresa contratante centralizar seus esforços na atividade-fim ou principal, deixando que as atividades secundárias ou meio sejam realizadas por um terceiro (BARRETO, 2008).

Se a prática da terceirização remonta à era romana (SILVA, 1997), é no capitalismo que ela experimenta extraordinária expansão, compreendendo praticamente todas as áreas de produção, comercialização e serviços (MACAMBIRA; SOBRAL; SOUSA, 2018).

Com a instalação do modelo neoliberal da economia – caracterizado pela expansão dos mercados graças à redução do tamanho do Estado via privatizações e reformas liberais que imprimem desregulamentação e flexibilização com vistas a aumentar a concorrência, a produtividade e o fluxo internacional de fatores, bens, serviços e capital –, procurava-se reverter a tendência de queda das taxas de lucro (MACAMBIRA et al., 2018).

Tal objetivo pode ser atingido por meio das seguintes medidas: aumento do grau de exploração do trabalho, redução dos salários, baixa de preço dos elementos do capital constante, superpopulação relativa, comércio exterior e aumento do capital em ações (MARX, 2008).

Por meio da terceirização de serviços, dois desses mecanismos são implementados: o aumento do grau de exploração da força de trabalho e a redução dos salários (MACAMBIRA et al., 2018).

Vislumbrando tais vantagens, a classe empresarial passou a terceirizar setores inteiros de produção, notadamente de componentes, peças e acessórios (MACAMBIRA et al., 2018), os quais passaram a ser produzidos nas mais diversas localidades, muitas vezes em outros países. Tal medida aprofundou a divisão internacional do trabalho e a especialização produtiva de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A complexidade assumida por esse sistema global compreende tanto o setor privado quanto o público, que também passou a terceirizar certas atividades-meio para empresas prestadoras de serviço (MACAMBIRA et al., 2018).

Krein e Teixeira (2016) assinalam os seguintes fatores que contribuem para a terceirização: o fenômeno da financeirização, que passa a exigir respostas de rentabilidade a curto prazo, conforme o padrão do mercado financeiro, prejudicando a perspectiva de longo prazo dos investimentos produtivos; o desenvolvimento das comunicações e dos transportes, que tornou viável a constituição e a integração de redes de subcontratação; a redução de custos e a focalização na atividade-fim da empresa; a concorrência internacional e a busca por níveis elevados de produtividade, que levaram as grandes companhias a submeterem os países periféricos às diretrizes mundiais de gestão do processo de produção sob o domínio delas, à reorganização da produção e à redução de custos; e a tendência hegemônica de defesa da flexibilização como ajuste da força de trabalho a esse contexto.

É consenso na literatura que a terceirização constitui uma das estratégias de redução de custos produtivos mais eficazes adotadas pela globalização neoliberal. Com efeito, essa única ofensiva possibilitou enfrentar dois problemas simultaneamente: diminuir o tamanho do Estado e reorganizar a produção impulsionando a produtividade, enxugando a estrutura produtiva, flexibilizando e reduzindo os custos do trabalho (MACAMBIRA et al., 2018).

Toda essa reengenharia neoliberal no modo de produção favoreceu a integração global dos sistemas produtivo e financeiro, mas criou uma polarização no âmbito trabalhista – com a formação de uma elite altamente qualificada paralelamente a uma massa crescente de trabalhadores precarizados – e no âmbito do capital, aprofundando os abismos entre países ricos e pobres (CHESNAIS, 1996).

É notório que há grandes distinções entre os empregados contratados diretamente por uma empresa e os terceirizados que ali laboram. Estes, apesar de muitas vezes desempenharem funções idênticas às realizadas por aqueles, possuem salários muito inferiores, jornadas normalmente superiores e são constantemente assolados pelo sentimento de instabilidade e insegurança.

Como será demonstrado no tópico seguinte, tais disparidades se fazem presentes com bastante intensidade no Brasil, que ocupa posição de destaque no ranking dos cinquenta melhores fornecedores de serviços de terceirização do mundo – o país ocupa a décima segunda posição (MACAMBIRA et al., 2018).

3. A TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS NO BRASIL

O mercado de trabalho brasileiro sempre foi caracterizado por forte heterogeneidade, a despeito da existência de uma regulação estatal que estabelece uma base única de proteção ao trabalhador.

Desde que o Estado passou a regular as relações de trabalho, no início dos anos 1930, sempre houve ampla margem para que as contratações se adaptassem às conveniências empresariais, tendo certos segmentos da classe trabalhadora sido excluídos da proteção estatal por longos períodos, como os trabalhadores rurais e os empregados domésticos (COSTA; CAMARGOS; HORIE; MARCOLINO; PELATIERI, 2018).

Tal fato, somado a um padrão de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda, ensejou a constituição de um excedente estrutural de força de trabalho e o surgimento de diversas ocupações mal remuneradas e com baixa qualificação formal e profissional (KREIN, 2007).

A onda de "flexibilização" que tomou conta do Brasil na década de 1990 com a disseminação da ideologia neoliberal acentuou ainda mais tais características perversas do mercado de trabalho do país. O termo "flexibilização" na realidade ocultava a redução e supressão de direitos trabalhistas, além da introdução de normas que permitiam que tais direitos se adaptassem às flutuações dos negócios empresariais (COSTA et al., 2018).

Surgiram, então, mecanismos como o banco de horas, a participação nos lucros e resultados (PLR) e o contrato por tempo parcial, expedientes que resultaram na precarização das condições de trabalho com sensível redução no patamar de direitos, benefícios e remuneração dos trabalhadores. (COSTA et al., 2018)

Neste contexto, a terceirização de serviços também passou a ser largamente adotada pela classe empresarial como estratégia de redução de custos, já que permite o ajuste da força de trabalho aos ciclos produtivos, transformando gastos fixos em variáveis (MARCELINO, 2002).

No Brasil, a terceirização de serviços tem maior incidência nas seguintes atividades: apoio, manutenção e reparação; atividades relacionadas à recuperação; serviços de preparação; representação comercial; atividades auxiliares; suporte técnico; fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros; atividades de monitoramento; atividades de cobrança; construção civil; confecção de roupas; fabricação de calçados; coleta de resíduos; armazenamento; serviços de fornecimento de alimentação coletiva (catering); consultoria em

tecnologia da informação; atividade de teleatendimento e serviços de engenharia (CAMARGOS; IBARRA; MARCOLINO; PELATIERI, 2018).

No que concerne à evolução do número de trabalhadores terceirizados no mercado de trabalho formal brasileiro, houve um aumento de 4,6 milhões de postos de 2006 a 2018. Naquele ano, havia 7,3 milhões de trabalhadores terceirizados com vínculo formal no país e em 2018 tal número saltou para 11,9 milhões (RODRIGUES et al.; 2020). Pode-se afirmar, por conseguinte, que em 2018 um quarto dos vínculos de trabalho formal do país eram terceirizados (RODRIGUES; SANTOS; SILVA, 2020).

Analisando dados da relação anual de informações sociais (RAIS) e do cadastro geral de empregados e desempregados (CAGED), constata-se que a taxa de rotatividade descontada[1] nas atividades terceirizadas equivale ao dobro da que se verifica nas atividades tipicamente contratantes, sendo que naquela o vínculo tem a duração média de 34,1 meses, enquanto nesta a média é de 70,3 meses (CAMARGOS et al., 2018).

A elevada rotatividade de mão de obra e a curta duração média dos contratos é extremamente nociva aos trabalhadores, pois os coloca em situação de insegurança e instabilidade, o que os torna mais propensos a aceitar salários e benefícios menores.

O Estado também é prejudicado em tal cenário, pois aumenta a demanda por seguro-desemprego e a descapitalização do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS).

No que tange à remuneração, também é evidente o reflexo nocivo da terceirização no cenário brasileiro: de 2007 a 2014, os terceirizados receberam em média R$ 2.021,00, enquanto no mesmo período o rendimento dos não terceirizados foi no valor médio de R$ 2.639,00 (CAMARGOS et al., 2018).

Em relação à jornada de trabalho, observa-se que 85,9% dos vínculos nas atividades tipicamente terceirizadas possuem jornada contratada na faixa de quarenta e uma a quarenta e quatro horas semanais, contra 61,6% nas atividades tipicamente contratantes (CAMARGOS et al., 2018).

Em todas as regiões do Brasil, verifica-se queda no percentual de terceirizações à medida que se avança em direção aos níveis mais elevados de remuneração (CAMARGOS et al., 2018), o que deixa claro que tal forma de contratação está diretamente atrelada a baixos salários.

---

[1] Na taxa de rotatividade descontada são desconsiderados os rompimentos de vínculo a pedido do trabalhador, por morte e aposentadoria, além das transferências de trabalhadores entre unidades da mesma empresa.

O rebaixamento do padrão de direitos dos trabalhadores terceirizados também ocorre por meio da negociação coletiva, já que seus acordos e suas convenções coletivas são inferiores aos celebrados pelos sindicatos de trabalhadores diretamente contratados. Na maioria dos casos, os terceirizados que trabalham no mesmo local que os diretamente contratados têm patrões distintos e são representados por sindicatos de categorias diferentes. Ao se tornar terceirizado, o trabalhador perde o poder de barganha na negociação coletiva e passa por um rebaixamento dos direitos que possuía quando era empregado direto, como piso salarial e benefícios (vale-alimentação e refeição, plano de saúde, auxílio-creche e educação, etc.) (COSTA et al., 2018).

Constata-se, ainda, que a participação dos afastamentos por acidentes de trabalho típicos é mais elevada nas atividades tipicamente terceirizadas do que nas tipicamente contratantes, podendo ser duas vezes mais alta em alguns casos. (CAMARGOS et al., 2018)

Finalmente, a mais triste das estatísticas, relativa à morte de trabalhadores no desempenho de suas atividades laborais, também é desfavorável à terceirização. No setor elétrico, por exemplo, a Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Coge) apurou que os terceirizados morrem 3,4 vezes mais que os efetivos nas distribuidoras, geradoras e transmissoras da área de energia elétrica. Em 2010, das 82 mortes ocorridas no setor, 75 foram de trabalhadores em empresas terceirizadas (FUNDAÇÃO, 2010).

Apesar de ser nítido o efeito de precarização de direitos trabalhistas com a prática da terceirização, em 31 de março de 2017, o presidente Michel Temer sancionou a Lei nº 13.429/2017, que trata do trabalho temporário nas empresas urbanas e das relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros, desconsiderando a resistência de diversos segmentos da sociedade.

Tal lei dispôs, entre outros temas, que "não se configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios das empresas prestadoras de serviços, qualquer que seja o seu ramo, e a empresa contratante", o que contraria frontalmente o entendimento sumulado do TST (súmula nº 331) de que a terceirização de serviços era permitida apenas nas atividades-meio da tomadora de serviços, sendo que o desempenho de funções ligadas à atividade-fim da empresa acarretaria o reconhecimento de vínculo empregatício com esta.

Franqueou-se, dessa forma, a terceirização de serviços irrestrita em nosso país, o que foi posteriormente chancelado pelo STF no julgamento da ADPF 324 e do recurso extraordinário 958252. Curiosamente, alguns dos argumentos suscitados pelos ministros em tal ocasião em favor da licitude da terceirização indiscriminada foram de que "o impedimento absoluto da

terceirização trará prejuízos ao trabalhador" e de que "a terceirização não é a causa da precarização do trabalho nem viola por si só a dignidade do trabalho" (STF, 2018).

Os defensores da legislação sancionada alegam que o que a norma faz é:

> sem alterar direitos, introduzir uma modernização que alinha as relações de trabalho com as práticas de inúmeros outros países das chamadas economias avançadas, o que permite que a economia brasileira ganhe competitividade, por meio da especialização das atividades produtivas. Isso significa maior produção e prestação de serviços e, consequentemente, mais empregos. Na direção contrária, estaremos fadados à perda de competitividade, a uma menor produção e prestação de serviços e, portanto, a menos emprego. Nesse último cenário, todos perdem, sobretudo o trabalhador. (COURA; MOREIRA; REBELO,2018)

Cabe indagar, contudo, se de fato estamos na trilha das ditas "economias avançadas" fomentando ainda mais a concentração de renda na restrita classe empresarial, reduzindo direitos dos trabalhadores e suprimindo cada vez mais suas possibilidades de consumo.

4. A TERCEIRIZAÇÃO E AS MULHERES

No que diz respeito ao gênero dos trabalhadores terceirizados no Brasil, a tabela 1 aponta que, em 2006, 63% eram homens e 37% mulheres. Já em 2018, a participação masculina passou a ser de 58,7% e a feminina de 41,3% (RODRIGUES et al., 2020). Logo, denota-se aumento da participação das mulheres em tal segmento do mercado de trabalho.

Tabela 1 – Trabalhadores terceirizados no mercado de trabalho formal, segundo o sexo – Brasil, 2006-2018

Sexo	2006		2018		Variação (%)
	Nº	%	Nº	%	2006/2018
Masculino	4.649.265	63,0	6.998.434	58,7	50,5
Feminino	2.729.261	37,0	4.923.750	41,3	80,4
Total	7.378.526	100,0	11.922.184	100,0	61,6

Fonte: Rais, 2018. Elaboração: RODRIGUES; SANTOS; SILVA, 2020.

Isso decore da maior demanda do mercado por atividades de limpeza e conservação, nas quais é possível verificar a massiva presença feminina (RODRIGUES et al., 2020). De maneira preliminar, essencialmente devido às desigualdades de gênero que ainda determinam as divisões ocupacionais no mercado de trabalho. (IMHOFF, 2005)

Segundo Melo (1998) e Wajnman (2006), o incremento do público feminino no contingente de terceirizados se deve à cultura sexista segundo a qual cabem às mulheres posições subalternas e de menor prestígio social que priorizam qualidades "tipicamente femininas" que são replicadas nas atividades domésticas e no seio da família patriarcal. Trata-

se do discurso histórico e socialmente arquitetado em torno da fragilidade física, da habilidade e delicadeza das mãos, da paciência, responsabilidade e compatibilidade com as tarefas do lar (BERTOLIN; FREITAS, 2017). Como corolário, são gerados postos de trabalho essencialmente femininos, significativamente mais precários, mal remunerados e discriminatórios. (RODRIGUES et al., 2020)

Araújo e Durães (2010) sintetizam tal cenário alegando que "as formas de ocupação nas quais as mulheres estão inseridas representam, em sua maioria, relações de trabalho que levam inevitavelmente, à desproteção social, ainda que sob uma aparente inclusão laboral formal".

Trata-se da repetição do que ocorria na primeira metade do século XX, quando as mulheres passaram a ingressar massivamente no magistério:

> A profissão no magistério passou a ser cada vez mais dominada pelas mulheres devido à insatisfação dos homens pela baixa remuneração salarial. Para que pudessem sustentar a sua família, cabia-lhes procurar profissões mais rentáveis. No mesmo sentido, Apple (1988), já havia percebido em suas pesquisas que a feminização no magistério se deve em grande parte do fato que os homens desprezaram essa profissão. (CARRANZA, 2016)

Em essência e tradicionalmente, os postos de trabalho ocupados por mulheres são marcados pela precarização das condições laborais e isso se intensifica no labor terceirizado, no qual há outras condições aviltantes da dignidade humana que acabam por invisibilizar e fragilizar a mulher trabalhadora.

Nas atividades de limpeza e conservação, por exemplo, nas quais há um predomínio nítido do público feminino (COSTA et al., 2018), são diversas as mulheres que trabalham durante longos períodos sem que os empregados da tomadora de serviços saibam seus nomes ou ao menos as cumprimentem (SEVERO, [2000-?]). Tais trabalhadoras compõem uma espécie de subclasse no local de trabalho, pois não são reconhecidas como colegas pelos empregados da empresa tomadora, comem em ambiente distinto, vestem uniformes diferentes e são constantemente removidas para diferentes locais de trabalho.

Tais trabalhadoras também ficam frequentemente desprotegidas no encerramento dos contratos entre a tomadora e a prestadora de serviços. É bastante comum que, em tais ocasiões, as terceirizadas não recebam as verbas rescisórias a que têm direito (CUT, 2014). Caso consigam ser imediatamente contratadas por outra empresa, ou até pela mesma com o nome alterado, elas não conseguem gozar suas férias. (COSTA et al., 2018)

Em estudo acerca das condições nas quais laboravam as trabalhadoras terceirizadas na Universidade Federal da Bahia, verificou-se que, entre os anos de 2006 e 2010, as empregadas analisadas foram contratadas e recontratadas por cinco diferentes empresas (SOUZA, 2010).

Geralmente, a alteração da empregadora ocorria antes que as trabalhadoras completassem um ano de serviço com a contratante anterior, ocasionando a já mencionada perda do direito ao descanso nas férias. (SOUZA, 2010)

O impacto da terceirização sobre as mulheres também se faz sentir na jornada de trabalho. Segundo o IPEA (2017), somando-se o labor remunerado e os afazeres domésticos, as mulheres trabalham em média 7,5 horas a mais que os homens por semana. Tal situação desfavorável é agravada pela terceirização, pois os empregados de tal setor trabalham semanalmente cerca de três horas a mais que os trabalhadores com contratos típicos (CUT, 2014), o que torna a dupla jornada do público feminino ainda mais exaustiva. (NIELSON; FAGUNDES, 2018)

Vale destacar também o efeito de tal processo sobre a remuneração das mulheres. Trata-se de uma questão preocupante, pois o salário delas, que já tende a ser menor mesmo quando há contratação direta, é reduzido ainda mais em caso de terceirização.

Segundo o IBGE (2021), em 2020 o salário médio das brasileiras foi no valor de R$ 2.191,00, enquanto o dos brasileiros foi no importe de R$ 2.694,00. Tal disparidade é aprofundada pela terceirização de serviços, pois, segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômico (DIEESE) (2017), a diferença salarial entre as trabalhadoras terceirizadas e as contratadas diretamente chega a 29,5%.

É evidente, por conseguinte, que a terceirização é sinônimo de mulheres em risco, pois esta prática reduz ainda mais os salários, compromete as condições de trabalho e piora a situação das crescentes famílias pobres e monoparentais chefiadas por mulheres. (BERTOLIN; FREITAS, 2017)

Por tudo isso, as mulheres são a maioria dos trabalhadores vitimados por lesões por esforços repetitivos (LER) e distúrbios osteomusculares resultantes do trabalho (DORT), a ponto de tornar-se recorrente o discurso de médicos e engenheiros do trabalho no sentido de que elas seriam mais propensas a tais patologias por sua natureza biológica. Esse argumento – claramente baseado em estereótipos – cai por terra quando se verificam as condições em que o trabalho feminino é, em sua maior parte, prestado. (BERTOLIN; FREITAS, 2017)

Neste ponto, faz-se necessário um recorte relacionado à raça, pois não se pode ignorar o fato de que grande parte das trabalhadoras terceirizadas do Brasil são mulheres negras, principalmente no setor de limpeza. A mulher negra se encontra na base da pirâmide social, recebendo os menores salários e compondo a maioria da população pobre do país. (NIELSON; FAGUNDES, 2018)

Como pontuado por Nielson e Fagundes (2018):

> Compreende-se que a divisão sexual do trabalho ocorre de forma diferente para as mulheres brancas e para as mulheres negras, pois na medida em que a mulher branca foi alcançando seu lugar e prestígio no mercado de trabalho formal, as mulheres negras continuaram concentradas nas ocupações periféricas. Isso principalmente em razão do serviço doméstico, uma vez que ele produz uma disparidade entre as próprias mulheres estabelecendo uma divisão de classe dentro da divisão sexual e racial do trabalho.

Chaves (2014) aponta que as mulheres de classe média alta que usufruem do trabalho doméstico conquistam seu espaço no mercado de melhor qualidade em detrimento da precarização do labor das mulheres pobres. A autora salienta que a crescente participação feminina no mercado de trabalho a partir da democratização do Estado e a ampliação de direitos decorrente da luta dos movimentos feministas não foram capazes de realizar grandes mudanças nas condições de vida das mulheres negras, que continuam compondo em larga escala os setores mais vulneráveis da população.

Este cenário é corroborado por pesquisa do IBGE (2021) segundo a qual, em 2020, o rendimento médio por hora das mulheres negras foi de R$ 10,95, enquanto o das não negras foi no importe de R$ 18,15. Além disso, dados coletados pelo IPEA (2017) entre 1995 e 2015 demonstram que a escala de remuneração se manteve inalterada em toda a série histórica: homens brancos têm os melhores rendimentos, seguidos de mulheres brancas, homens negros e mulheres negras.

É evidente, portanto, que o efeito da terceirização de serviços de precarização de direitos trabalhistas é sentido de forma mais intensa pelas mulheres, sobretudo as negras, em decorrência da posição vulnerável que ocupam no mercado de trabalho e na sociedade ainda patriarcal.

O discurso da flexibilização como alternativa para o crescimento serve apenas aos detentores do capital e aprofunda as graves dicotomias de gênero, raça e classe no país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A terceirização de serviços foi disseminada no Brasil com a implantação do neoliberalismo, sobretudo a partir dos anos 90, como estratégia para ampliação dos lucros empresariais às custas da exploração do trabalhador e precarização de suas condições de trabalho.

São inegáveis os efeitos de tal prática sobre a redução de salários, o alongamento de jornadas, o enfraquecimento das negociações coletivas e o aumento do índice de acidentes e mortes de trabalhadores.

Dentre os mais afetados, figuram as mulheres trabalhadoras, que ocupam as posições mais vulneráveis no mercado de trabalho brasileiro, reflexo de nossa sociedade ainda extremamente patriarcal.

A terceirização de serviços tem aprofundado as disparidades de gênero do mercado de trabalho nacional e as dicotomias referentes à raça, pois às mulheres negras são destinadas as piores posições nas prestadoras de serviço.

Trata-se de um mecanismo que tem ampliado a margem de lucro do setor produtivo às custas da intensificação da divisão sexual e racial do trabalho no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; DURÃES, Bruno José Rodrigues. Informalidade e desproteção social: uma realidade para a maioria das mulheres trabalhadoras. In: COSTA, Albertina (Org). *Divisão Sexual do Trabalho, Estado e Crise do Capitalismo*. Recife: SOS CORPO, 2010. P. 83-114.

BARRETO, Glaucia. *Curso de direito do trabalho*. Niterói: Impetus, 2008.

BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; FREITAS, Marilu. O trabalho feminino na era globalizada: ritmo intensificado e precarização. In: ANDRADE, Denise Almeida de; BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; MACHADO, Monica Sapucaia. *Mulher, sociedade e vulnerabilidade*. Erechim: Deviant, 2017. p. 85-97.

BRASIL. Lei n. 13.429, de 31 de março de 2017. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm>. Acesso em 17/03/2021.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula n. 331. Disponível em <www.tst.jus.br/sumulas>. Acesso em 17/03/2021.

CAMARGOS, Regina Coeli; IBARRA, Antonio; MARCOLINO, Adriana; PELATIERI, Patrícia. Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. In: CAMPOS, André Gambier (organizador). *Terceirização do trabalho no Brasil.* Brasília: Ipea, 2018. p. 11-31.

CARRANZA, Kátia Augusta Coutinho. *Educação da mulher no Brasil e magistério*. Disponível em < https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/TCC_Katia.pdf>. Acesso em 22 dez. 2020.

CHAVES, Marjorie Nogueira. Terceirização dos serviços de limpeza: vivências de sofrimento de mulheres negras trabalhadoras diante do trabalho. In: *II Simpósio nacional sobre democracia e desigualdade*, 2014, Brasília. Anais do II Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades. Brasília, UnB, p. 01-22, 2014. Disponível em: <http://www.demode.unb.br/images/Anais2014/Chaves%20%20Terceirizao%20dos%20servios%20de%20limpeza.pdf>. Acesso em 23 mar. 2021.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, Luís Augusto Ribeiro da; CAMARGOS, Regina Coeli; HORIE, Leandro; MARCOLINO, Adriana; PELATIERI, Patrícia. As desigualdades entre trabalhadores terceirizados e diretamente contratados: análise a partir dos resultados de negociações coletivas de categorias selecionadas. In: CAMPOS, André Gambier (organizador). *Terceirização do trabalho no Brasil.* Brasília: Ipea, 2018. p. 33-48.

COURA, Eduardo Batista; LOPES, Guilherme Byrro; MOREIRA, Guilherme Renato Caldo; REBELO, André Marques. Terceirização: o que os dados revelam sobre remuneração, jornada e acidentes de trabalho. In: CAMPOS, André Gambier (organizador). *Terceirização do trabalho no Brasil.* Brasília: Ipea, 2018. p. 49-76.

CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha* – Dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos. São Paulo: CUT, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/DSBSq2>. Acesso em 23 mar. 2021.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho* – 11. Ed. São Paulo: LTr, 2012.

DIEESE. Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. DIEESE, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.pdf>. Acesso em 23 mar. 2021.

DIEESE/CUT. Terceirização e Desenvolvimento, uma conta que não fecha. São Paulo: DIEESE/CUT, 2011. Disponível em: http://www.sinttel.org.br/downloads/dossie_terceirizacao_cut.pdf. Acesso em 19 mar. 2021.

FÓRUM Econômico Mundial. Global Gender Gap Report 2020. 2019. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2020.pdf>. Acesso em 15 dez. 2020.

FUNDAÇÃO COGE – COMITÊ DE GESTÃO EMPRESARIAL. Relatório de estatísticas de acidentes no setor elétrico brasileiro: síntese do relatório. Rio de Janeiro: Fundação Coge, 2010.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua – educação 2019. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf>. Acesso em 15 dez. 2020.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua. Disponível em: < https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.pdf>. Acesso em 19 mar. 2021.

IMHOFF, Márcia Morais; MORTARI, Aline Perico. Terceirização, vantagens e desvantagens para as empresas. *In: Revista Eletrônica de Contabilidade*, edição especial, jun. 2005. Disponível em https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/view/6219. Acesso em 19 mar. 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. *Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos*. 2017. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526>. Acesso em: 23/03/2021.

KREIN, J. D. *Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005*. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

KREIN, J. D.; TEXEIRA, M. Terceirização e relações de trabalho. In: MACAMBIRA JÚNIOR; ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A. (Coord.). *Mercado de trabalho: qualificação, emprego e políticas sociais*. Fortaleza: IDT, 2016.

OLIVEIRA, Danielly Passos de. Gênero e norma: o feminismo em Chodorow e Butler. In: ANDRADE, Denise Almeida de; BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; MACHADO, Monica Sapucaia. *Mulher, sociedade e vulnerabilidade*. Erechim: Deviant, 2017. p. 15-27.

MACAMBIRA, Júnior; SOBRAL, Fabio Maia; SOUSA, Fernando Pires de. Terceirização no processo de acumulação capitalista, suas imbricações com as formas de trabalho produtivo e improdutivo e manifestações. In: CAMPOS, André Gambier (organizador). *Terceirização do trabalho no Brasil.* Brasília: Ipea, 2018. p. 77-94.

MARCELINO, P. R. P. *A logística da precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, livro terceiro: o processo global

de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 1.

MELO, Hildete Pereira de. *O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras*. Texto para discussão n.º 565. Rio de Janeiro: Ipea, 1998. p. 1-29. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0565.pdf. Acesso em 19 mar. 2021.

NIELSON, Joice Graciele; FAGUNDES, Letícia Baptista. O impacto da lei 13.429/2017 – "lei da terceirização" – sobre as mulheres e a perpetuação da desigualdade de gênero no mundo do trabalho. In: *Revista de direitos sociais e políticas públicas* (UNIFAFIBE), vol. 6, n. 2, 2018.

OLIVEIRA, Danielly Passos de. Gênero e norma: o feminismo em Chodorow e Butler. In: ANDRADE, Denise Almeida de; BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; MACHADO, Monica Sapucaia. *Mulher, sociedade e vulnerabilidade*. Erechim: Deviant, 2017. p. 15-27.

RODRIGUES, Francisco Demetrius Monteriro; SANTOS, José Márcio dos; SILVA, Priscila de Souza. Perfil dos trabalhadores terceirizados no Brasil. In: *Revista da ABET*, v. 19, n. 1, janeiro a junho de 2020, p. 163-184.

SEVERO, Valdete Souto. Terceirização: o perverso discurso do mal menor. Disponível em: <https://www.femargs.com.br/uploads/artigos/terceirizacao-o-perverso-discurso-do-mal-menor/terceirizacao-o-perverso-discurso-do-mal-menor.pdf > Acesso em: 23/03/2021.

SILVA, A. C. S. Os indivíduos e o Estado na realização de tarefas públicas. In: *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 209, p. 43-70, jul./set. 1997.

SOUZA, Elaine Silva de. A "maquiagem" do trabalho formal: um estudo do trabalho das mulheres terceirizadas no setor da limpeza na Universidade Federal da Bahia. In: *II Seminário nacional de trabalho e gênero: associativismo, profissões e políticas públicas*, 2010, Goiânia. Disponível em: <https://strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br/up/245/o/ELAINE.pdf>. Acesso em 23 mar. 2021.

STF decide que é lícita a terceirização em todas as atividades empresariais. 2018. Disponível em <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=388429>. Acesso em 17 mar. 2021.

TERCEIRIZAÇÃO e desenvolvimento: uma conta que não fecha. Dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores propostas para garantir a igualdade de direito. Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014.

WAJNMAN, Simone. Mulheres na sociedade e no mercado de trabalho brasileiro: avanços e entraves. In: PORTO, Marta (org.). *Olhares femininos, mulheres brasileiras*. Rio de Janeiro: X Brasil, 2006. p. 77-108.

CAPÍTULO XXV

ABORTO E DIVERSIDADE SEXUAL NO SENADO FEDERAL E NA ALERJ: UMA ANÁLISE QUE PERPASSA DIREITOS HUMANOS, IDEOLOGIA DE GÊNERO E RELIGIÃO NO DEBATE PÚBLICO EM 2019

Débora Cristina Ribeiro [1]

[1] Graduanda do curso de Ciências Sociais; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPQ; deribeiro999@gmail.com; (35) 9 9756-4998, Alojamento Feminino 1, N° 35-B, UFRRJ, Seropédica-RJ, CEP: 23.897-970.

RESUMO

Fruto da pesquisa de iniciação científica financiada pela FAPERJ, o artigo visa analisar o levantamento do debate público envolvendo os direitos reprodutivos e sexuais no ano de 2019 na Alerj e no Senado Federal, a partir dos discursos e proposições legislativas que versam sobre aborto e diversidade sexual encontrados. Em relação ao aborto, as posições encontradas foram em maioria contrárias a prática e, sobre a diversidade sexual, favoráveis em maior parte. Assim, é perceptível a intenção de fortalecer ainda mais a criminalização do aborto. O propósito desse projeto foi verificar os elementos dentro dos discursos e proposições legislativas encontradas, analisando as posições sobre o aborto e a diversidade sexual e refletindo sobre os quesitos que envolvem direitos humanos, em especial o direito à vida, a ideologia de gênero e o debate em torno da ADO 26. A metodologia utilizada é a qualitativa, a partir do levantamento dos documentos buscados no site da Alerj e do Senado Federal que versam sobre o tema proposto.

Palavras-chaves: Aborto; Direitos Humanos; Ideologia de gênero; LGBTQIA+; Religião.

ABSTRACT

As a result of scientific initiation research funded by FAPERJ, the article aims to analyze the survey of the public debate involving reproductive and sexual rights in the year 2019 in Alerj and in the Federal Senate, from the speeches and legislative proposals that deal with abortion and sexual diversity found. Regarding abortion, the positions found were mostly against the practice and, on sexual diversity, mostly favorable. Thus, the intention to further strengthen the criminalization of abortion is perceptible. The purpose of this project was to verify the elements within the speeches and legislative propositions found, analyzing the positions on abortion and sexual diversity and reflecting on the questions that involve human rights, especially the right to life, gender ideology and the debate around ADO 26. The methodology used is qualitative, based on the survey of documents searched on the Alerj and Federal Senate websites that deal with the proposed theme.

Keywords: Abortion; Gender ideology; Human Rights; LGBTQIA+; Religion.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho irá analisar o debate público sobre a atividade legislativa que versa sobre aborto e diversidade sexual na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro e no Senado Federal, no ano de 2019. Desse modo, foram utilizados para a escrita desse artigo o levantamento feito no projeto de iniciação científica "*Aborto e diversidade sexual no debate público sobre direitos humanos: estatuto do nascituro, 'ideologia de gênero' e cura gay na interface natureza/cultura, direito e religião: um estudo comparativo da Alerj e do Senado"*[1] financiado pela FAPERJ. Foram utilizados para a análise pronunciamentos e proposições legislativas que versavam sobre aborto e diversidade sexual nas duas casas legislativas estudadas, no ano proposto para a análise.

A questão a ser elucidada é o contraste entre as casas legislativas na promoção do debate político sobre aborto e diversidade sexual e também, a disparidade no levantamento de documentos em torno desses dois temas. Em especial, colocar em destaque documentos que discutiram os Direitos Humanos, em especial o direito à vida, o debate envolto da ADO 26, a ideologia de gênero e os atores religiosos dentro dos dois temas propostos para a pesquisa. Desse modo, essa problemática tentará ser respondida através da apresentação de números gerais sobre a atuação legislativa sobre aborto e a diversidade sexual, no Senado e na Alerj e também, serão apresentados alguns discursos e proposições legislativas que mais obtiveram destaque.

Quanto ao aborto, os discursos e proposições legislativas encontrados, foram em maioria contrárias a prática e, em relação à diversidade sexual, foram favoráveis em maior parte, nas duas casas legislativas. Desse modo, é perceptível a intenção de fortalecer ainda mais a criminalização do aborto, onde são utilizados os argumentos que a sociedade é contrária à prática devido a sua moralidade e, também são defendidos o direito à vida dos nascituros e a saúde da mulher tendo em vista os riscos causados pelo aborto. Sobre a diversidade sexual, a proteção da população LGBTQIA+ é amparada pela defesa dos Direitos Humanos. É interessante também a defesa da liberdade de expressão, encontradas nos discursos e proposições legislativas que contrariaram o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 no Supremo Tribunal Federal.

---

[1] Projeto de iniciação Científica sob orientação da Prof. e Dra. Naara Lúcia de Albuquerque Luna, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

O objetivo desse artigo baseado nesse levantamento é proporcionar uma leitura mais acessível ao tema proposto, apresentando de forma clara e direta, os números gerais dos discursos e proposições legislativas encontrados em cada casa legislativa, sobre aborto e diversidade sexual, como também os deputados e partidos que estão legislando nesses vieses. Desse modo, será possível analisar o debate público envolvendo os direitos humanos como também os direitos sexuais e reprodutivos, verificando os principais argumentos utilizados. Em suma, o propósito desse artigo é verificar os elementos dentro das posições no debate do aborto no Brasil e, em relação a diversidade sexual, trabalhar com os quesitos sobre ideologia de gênero, moralidade e liberdade de expressão.

Por fim, a justificativa para a elaboração desse artigo está em seu potencial de identificação dos valores morais que perpassam a produção de políticas públicas e na definição de acesso à direitos, sejam os de identidade, reprodutivos e sexuais. Desse modo, essa análise levará ao ponto de quem tem legitimidade para a aprovação dessas políticas públicas, sendo observados os valores institucionalizados dentro da sociedade que exercem influência no campo legislativo. Por isso, a relevância de serem discutidas os elementos tanto da direita como da esquerda, que demonstrarão o embate e as disputas por espaço na sociedade brasileira.

2. METODOLOGIA

Esse artigo conta com a análise dos dados do levantamento feito no projeto de iniciação científica "Aborto e diversidade sexual no debate público sobre direitos humanos: estatuto do nascituro, 'ideologia de gênero' e cura gay na interface natureza/cultura, direito e religião: um estudo comparativo da Alerj e do Senado", que consistiu na busca por documentos no site da Alerj (http://www.alerj.rj.gov.br/) e no site do Senado Federal (https://www12.senado.leg.br/hpsenado), dentro das temáticas aborto e diversidade sexual, utilizando palavras-chaves pré-definidas em relação aos temas propostos.

Assim, para a construção desse trabalho, esses dados apresentados foram compactados para fazer um balanço geral sobre a atividade legislativa sobre aborto e diversidade sexual na Alerj e no Senado Federal, durante o ano de 2019. Foram apresentados os números de deputados separados por gênero em cada tema e em cada casa e, também os deputados e deputadas que foram identificadas suas religiões, colocando em questão as relações entre religiosidade e posições conservadores e progressistas.

Por fim, serão destacadas alguns pronunciamentos e proposições legislativas que tiveram destaque no Senado Federal e na Alerj, sobre aborto e diversidade sexual durante o ano

de 2019. Foram apresentados discursos e projetos de lei que versavam sobre direitos humanos, em especial que aludem ao direito à vida, sobre ideologia de gênero e os que tematizavam o julgamento da ADO 26 no STF.

3. ATIVIDADE LEGISLATIVA NO SENADO FEDERAL E NA ALERJ SOBRE ABORTO E DIVERSIDADE SEXUAL EM 2019.

No Senado Federal, em 2019, 2 senadores legislaram sobre a temática sobre aborto e 9, sobre diversidade sexual. O debate legislativo na Alerj neste ano foi bem maior nesses dois temas, com 22 deputados promovendo discursos e proposições legislativas sobre aborto e, 31 tematizando a diversidade sexual.

A temática do aborto, no Senado Federal, totalizou 4 discursos e 8 proposições legislativas, sendo todas com teor antiaborto. A discussão legislativa foi protagonizada por dois senadores, sendo todos homens, um espírita e um católico. Mesmo que esse número seja pequeno, o ativismo político contrário ao aborto foi grande, em especial com a atividade legislativa do senador cearense Eduardo Girão, filiado ao partido PODEMOS, de espectro político de centro. Ele é espírita e empresário, sendo responsável por 4 discursos e 5 proposições legislativas contrárias ao aborto. Em suas justificativas, foram utilizados argumentos de cunho morais, religiosos e também, de caráter científicos. Flavio Arns (REDE/PR) católico e professor, também foi protagonista nesse debate.

A temática da diversidade sexual proporcionou mais resultados no Senado Federal, isso pois no ano de 2019 contou com 4 pronunciamentos e 11 proposições legislativas. Dos 9 senadores que protagonizaram esse debate, 6 são homens sendo 1 evangélico membro da Assembleia de Deus e 1 católico. Três são mulheres, em que uma é católica. Houve maior variação das posições, diferentemente em relação ao aborto, pois 1 pronunciamento foi classificado como contrário à diversidade, 2 com posicionamento pró-diversidade e 1 indefinido. O único senador que discursou de forma contrária a diversidade sexual foi o jornalista Marcos Rogério, filiado ao partido Democratas, de espectro político de centro, que é Evangélico e membro da Assembleia de Deus. Em relação as proposições legislativas, 5 Projetos de Lei foram classificados como pró-diversidade, 2 Projetos de Decretos Legislativos com posicionamento contrários à diversidade sexual e, 4 são Requerimentos onde todos foram classificados como pró-diversidade. Marcos Rogério também foi responsável por 3 proposições legislativas, 2 contrárias a diversidade e 1 a favor. Rose de Freitas (PODEMOS), católica, e

Rogério Carvalho (PT), partido de esquerda, também católico, legislaram em favor da diversidade.

A atividade legislativa na Alerj, em 2019, em relação ao aborto e a diversidade sexual, foi bem maior do que no Senado Federal. Em relação ao aborto na Alerj, foram proferidos 6 pronunciamentos e 18 proposições legislativas, em que todos os discursos foram antiaborto e, das 18 proposições, 5 foram contrárias a prática, 4 como pró-escolha e 3 são indefinidas. Todos os pronunciamentos sobre aborto na Alerj foram proferidos por homens, sendo um judeu. Em relação as proposições legislativas, 7 deputados homens legislaram de forma contrária ao aborto, sendo dois católicos (um é carismático), um judeu e um evangélico. Rosane Félix do partido PSD, que é locutora e evangélica, também legislou de forma contrária a prática. Monica Francisco, deputada do partido PSOL, é evangélica e apresentou 2 Projetos de Lei com teor pró-escolha. Além de Mônica Francisco, mais 3 deputadas que legislaram em prol da escolha das mulheres, todas advindas de partidos de esquerda.

A temática sobre a diversidade sexual teve uma produção legislativa grande no ano de 2019 dentro da Alerj, com 27 pronunciamentos. Destes, 5 são contrários à diversidade, proferidos por três deputados homens e 1 mulher, que é evangélica. Já em favor da diversidade, 20 foram falas progressistas, sendo executadas por 6 homens e 4 mulheres. Mônica Francisco, evangélica, discursou em prol da população LGBTQI+ e, Tia Ju, deputada do partido Republicanos, evangélica e membra da IURD, também discursou nesse viés. Somente dois discursos são indefinidos.

Já em relação as proposições legislativas, foram elaboradas 52, sendo 2 proposições contrárias à diversidade, 40 favoráveis à diversidade e 3 indefinidas. Rodrigo Amorim, deputado do partido PSL, foi responsável pelos únicos 2 projetos de lei contrárias a diversidade sexual. Sete mulheres legislaram em prol da diversidade, uma sendo evangélica, uma católica e outra candomblecista e, 16 homens também legislaram nesse viés, sendo dois evangélicos (um membro da Assembleia de Deus e um da Universal), três católicos (um carismático) e um de família judia.

4. ALGUNS DISCURSOS E PROPOSIÇÕES EM DESTAQUE QUE PERPASSARAM DIREITOS HUMANOS, IDEOLOGIA DE GÊNERO E RELIGIOSIDADE

Após a apresentação desses números mais gerais sobre o debate público, no Senado Federal e na Alerj, sobre aborto e diversidade sexual, é de importância apresentar alguns

pronunciamentos e proposições legislativas encontradas durante o ano de 2019, que se destacaram durante o levantamento. Foram selecionados os que versavam sobre os direitos humanos e, em especial que tramitaram sobre o direito à vida; sobre a questão da ideologia de gênero e suas articulações e, sobre o debate legislativo referente a ADO 26, julgada no Supremo Tribunal Federal[2]. Também foram apontadas questões religiosas que perpassaram em alguns pronunciamentos e proposições legislativas.

5. DIREITOS HUMANOS: COMBATE À VIOLÊNCIA A COMUNIDADE LGBTIA+ E, A DEFESA AO DIREITO À VIDA DOS NASCITUROS

Como já refletido no início, a partir da análise dos documentos encontrados, existe uma maior abertura aos direitos sexuais no debate público, mesmo o Brasil apresentando altos índices de LGBTfobia. Desse modo, é importante destacar alguns projetos de lei que exemplificam essa afirmação. Assim, primeiramente, o Projeto de Lei Nº 948/2019 que *"institui o Programa Estadual Transcidadania"* é de autoria da deputada Dani Monteiro (PSOL), candomblecista eleita em 2018. O presente Projeto de Lei tem como objetivo, garantir o pleno gozo do direito das pessoas transgêneras e travestis a uma vida sem discriminação e estigmatização. Para a deputada:

> O desenvolvimento de ações permanentes destinadas à garantia dos direitos da população LGBTQIA+ possibilitam a inserção de grupos socialmente marginalizados em ações que trazem cidadania e humanidade para corpos vulnerabilizados. Nesse sentido, é necessário promover programas que se destinam a tornar possível a existência de pessoas a partir da perspectiva de manutenção da cidadania e proteção de seus corpos. (Projeto de Lei Nº 948/2019, de autoria de Dani Monteiro-PSOL)

De forte atuação pelos direitos sexuais e também na luta contra o racismo, Monica Francisco (PSOL), evangélica progressista, no dia 5/02/2020, discursa dizendo que usará de sua posição dentro da Alerj, para ser contrária há qualquer discurso de ódio, que hierarquiza vidas humanas, pois a sociedade deve aprender com a tragédia da escravização negra e também, com a Declaração Universal do Direitos Humanos. A deputada menciona sua fé, que é resultado de sua luta. Nas suas palavras,

> Chego a esta Casa para representar os invisíveis, para dar voz aos invisíveis, mas não só para dar voz, mas para estimular com ações concretas que esses invisíveis - que são, e aí quero ratificar, os homens e mulheres negras periféricos, a juventude, a

[2] STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer que houve omissão pelo legislativo em relação a criminalização da homofobia.

> população **LGBT** e quem mais -, a população periférica seja visível porque a nossa responsabilidade, independendo das nossas profissões ideológicas ou de fé. E de fé eu entendo muito bem, porque sou uma mulher de fé. Vivo essa fé como resultado da luta pela diversidade, pela justiça social, pelo fim da desigualdade, porque é inadmissível que se tenha um discurso de renovação política, de probidade, de transparência, de ética, de moralidade, quando temos cidadãos dessa cidade que trabalham todos os dias, que saem das favelas e periferias para pegarem, como eu pego, o metrô lotado, são humilhadas todos os dias nos trens da SuperVia, morrem na linha férrea; são vítimas, todos os dias, desse sistema que entrega uma política pública escassa, precária e descontinuada (Mônica Francisco, PSOL-RJ, em discurso no dia 5/02/2020).

De autoria também da deputada Monica Francisco (PSOL), o Projeto De Lei Nº 1652/2019, *institui o programa de empregabilidade e capacitação das vítimas de violência institucional no Estado do Rio de Janeiro".* Ele é destinado as vítimas de violência institucional, que sofreram danos físicos ou psicológicos, em decorrência da ação ou omissão dos agentes do Estado. Para Mônica Francisco (PSOL), no âmbito da saúde, ela enfatiza que são vítimas as mulheres negras com a violência obstétrica, ao descaso nos serviços públicos e também, na criminalização do aborto.

Foram protocolados também, dois projetos de lei para a visibilização e a proteção dos defensores dos Direitos Humanos, sendo o Projeto de Lei Nº 277/2019, que "*altera a lei Nº 5.645, de 06 de Janeiro de 2010, para incluir no calendário oficial do Estado do Rio de Janeiro o dia das defensoras e dos defensores de direitos humanos*" de autoria da Deputada Renata Souza (PSOL) e o Projeto de Lei Nº 1061/2019, de autoria dos deputados André Ceciliano (PT) e Renata Souza (PSOL), que "*institui o programa estadual de proteção aos defensores de Direitos Humanos, comunicadores sociais e ambientalistas no estado do Rio De Janeiro – PEPDDH/RJ".*

Demonstrando fortes contradições em relação a defesa dos direitos sexuais advindos do setor conservador, no Senado Federal, o senador Marcos Rogério (DEM/RO), evangélico e membro da Assembleia de Deus, é ator do Projeto de Lei N° 3032, de 2019, que:

> Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para qualificar o crime de homicídio (art. 121), e majorar o delito de lesão corporal (art. 129), quando praticados em razão de comportamento sexual; e estabelecer, pela instituição do art. 215 - B, do mesmo diploma legal, como tipo penal autônomo, o Crime contra Orientação Sexual. (Projeto de Lei N° 3032, de 2019, Marcos Rogério DEM/RO)

Desse modo, mesmo propondo um projeto para a proteção da comunidade LGBTIA+, é interessante o fato que há uma contradição dentro do mesmo, pois o parlamentar, mantém uma exceção para a prática de atos preconceituosos, alegando que em seu parágrafo único, não constituirá crime contra a orientação sexual o ato de manifestar visão crítica em relação ao comportamento sexual, se for advindo de convicção ética, moral, filosófica ou crença religiosa.

Sobre as questões que versam a questão dos direitos sexuais no Brasil, o capítulo "Atores em disputa: moralidade pública e instrumentalização da política no Brasil hoje", do livro Religião e Política, uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil, de autoria de Christina Vital da Cunha e Paulo Vitor Leite Lopes, é feito uma reflexão sobre moralidade pública e a instrumentalização da política do Brasil atual. Neste capítulo, os autores, apontam a questão que a ampliação dos direitos da população LGBTQIA+ e das mulheres estão em uma posição de inercia devido a articulação de políticos católicos e evangélicos para promover embates com discursos conservadores e tradicionalista (VITAL DA CUNHA; LEITE LOPES, 2013). Um ponto interessante e, que vai ser apontado nesse trabalho é a articulação entre o discurso religioso e conservador sendo acionados juntos com argumentos científicos, sendo utilizados os valores atrelados ao discurso científico tem dentro da sociedade, que versam sobre objetividade e neutralidade, mas que também ativam o pânico moral (VITAL DA CUNHA; LEITE LOPES, 2013).

Em relação ao direito à vida, que é apontado como direito fundamental, alguns parlamentares discursaram e protocolaram Projetos de Lei que condenam e criminalizam o aborto em todos os aspectos, recorrendo a argumentos referentes a biologia e a moralidade. Dessa forma, no Senado Federal, Eduardo Girão (PODEMOS/CE), se pronunciou sobre aborto e, em seu discurso, convoca a população do Ceará para a "Marcha pela Vida contra o Aborto"[3], movimento que defende a vida desde a concepção. Para o parlamentar, com a prática do aborto, não é só a vida do bebê que é destruída, mas também a vida da mãe. Isso pois, a saúde da mulher fica comprometida, tanto a emocional, psicológica e até física.

O senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), também protocolou um projeto de lei de número 556, de 2019, que altera o Decreto de Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com o objetivo de elevar "*a pena do crime de aborto provocado por terceiro, com o consentimento da gestante, e criar nova causa de aumento de pena".* Para o senador, a sociedade brasileira repugna o aborto, isso pois a maioria da população é cristã e, desse modo, o crime de aborto deve ser punido mais severamente. Eduardo Girão em sua justificativa, também coloca os direitos do bebê em questão, que em suas palavras:

> O crime de aborto é grave. O bebê é uma vida que merece integral proteção da Lei. Portanto, não somente entendemos que a conduta deve ser criminalizada, como acreditamos que o tipo penal do crime de aborto cometido por terceiro, ainda que com

[3] A **11ª edição da Marcha pela Vida,** realizada em Fortaleza e é um evento que já ocorre a 11 anos no Ceará e que reúne milhares de pessoas que defendem a vida e da família.

consentimento da gestante, deve ser punido mais severamente. (Projeto de Lei N° 556, de 2019, Eduardo Girão-Podemos/CE).

Na Alerj, Dr. Serginho (PSL)[4] elogia o Projeto de Lei Nº 1761 de 2016 de autoria do deputado Marcos Muller (PHS), alegando que o presente projeto prevê a proteção ao nascituro. Para ele, os valores da sociedade estão embutidos dentro desse Projeto de Lei, valores esse que são passados de pai para filho. Desse modo, o presente projeto engloba esses valores ao visar a proteção à vida do nascituro, como uma vida autônoma que deve ser protegida.

Por fim, Marcelo Cabelereiro (DEM) é o autor do Projeto de Lei Nº 653/2019, que "altera o anexo da Lei Nº 5645, de 6 de janeiro de 2010, incluindo o dia 15 de maio como o dia de Conscientização Contra o Aborto" (legislação relativa às datas comemorativas no Estado do Rio de Janeiro). Em seus objetivos, é visado o incentivo de criação de palestras, seminários e afins, para a informar a população sobre os direitos do nascituro, dentre eles, o direito à vida. Também será um objetivo a conscientização das complicações da prática do aborto clandestino. O aborto legal no Brasil pode ser acionado em casos de estupro, risco de vida para a mulher e em casos de anencefalia. Porém, é de consciência os grandes números de casos de abortos ilegais no país, visto como exemplo que no ano de 2020, o número de procedimentos realizados através do SUS em ocorrência de abortos malsucedidos foi 79 vezes maior do que os casos de aborto previsto em lei.

O aborto, de acordo com Boltanski (2012), tem quatro propriedades, sendo seu caráter universal, em especial o reconhecimento da possibilidade da prática. Outra, apontada pelo autor é a propriedade de, que mesmo que o aborto seja difundido, ele não é aceito a priori, atingindo uma reprovação no meio social, que mesmo sabendo da existência é evitado falar sobre o assunto. Uma terceira propriedade seria uma tolerância mesmo que haja uma grande reprovação do abortamento. A quarta propriedade consiste na não representação do feto nas sociedades e, como exemplo, não existe velório e sepultamento para fetos abortados nos primeiros meses de gestação. Por último, um ponto interessante seria que o aborto em geral é realizado de modo secreto, denominado "segredo de polichinelos" (BOURDIEU, 1972 apud BOLTANSKI, 2012). Desse modo, é notável que a grande maioria da população sabe da existência da prática do aborto no país, porém quando casos vão a público que a prática é condenada. Assim, o aborto no Brasil se mostra uma questão complexa, pois é centralizado a vida do feto, que ainda consiste em um ser em potencial, colocando a gestante somente como

[4] Atualmente, Dr. Serginho é secretário de ciência e tecnologia do estado do Rio de Janeiro.

hospedeira, não levando em conta a sua humanidade. Assim, utilizando as reflexões de Luna (2021), que a partir da ideia de hierarquia de Dumont (1997), explicita que a gestante é englobada pela figura do feto quando a pessoalidade do feto é colocada como central.

Ademais, a religião cristã, compreendendo a Igreja Católica e as igrejas evangélicas, exercem uma influência na concessão dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil, de modo que se articulam por meio de frentes parlamentares e por líderes religiosos que acionam pânicos morais para vetar avanços das pautas de gênero e da sexualidade. Assim, Vaggione (2012) propõe a compreensão das aproximações entre o religioso e o político, em especial, apontando as estratégias da Igreja Católica dentro do embate com movimentos progressista, em destaque os feministas. O autor aponta que para a Igreja Católica, todo ato sexual deve transmitir vida, no qual defende a moral sexual e a defesa da vida, se posicionando de forma contrária ao aborto, masturbação, contracepção e também, a homossexualidade (VAGGIONE, 2012). Desse modo, apesar do processo de secularização, a Igreja Católica ainda possui uma influência de forma direta e indireta dentro da construção de políticas públicas que debatem sobre legalidade da homossexualidade, direitos a identidade de gênero e o debate sobre as sexualidades nos países latinos (VAGGIONE, 2012).

Por fim, Paula Monteiro (2012) reflete sobre o processo de secularismo, que mesmo que adotado como doutrina política de Estado, não gerou uma separação entre religião e governo. Isso pois, explica a autora, agentes religiosos são representados em fóruns decisórios e também são chamados para ajudar a produzir políticas públicas. Dessa forma, é apontado que os católicos e também os protestantes renovaram as suas participações dentro da política, a tornando mais ética com argumentos de cunhos seculares. Assim, Paula Monteiro (2012) afirma que protestantes e católicos têm desenvolvidos interesses em ajustar suas condutas a exigências de uma cultura mais pública, se esforçando com um treinamento profissional destes religiosos.

6. A QUESTÃO DA IDEOLOGIA DE GÊNERO NO DEBATE PÚBLICO BRASILEIRO

Fruto do avanço do debate sobre gênero e sexualidade, a partir dos anos 90, o termo ideologia de gênero começou a ser acionado pela Igreja Católica e pelo setor evangélico, como forma de disseminação do medo na sociedade, em especial, quando o versam sobre a proteção das crianças. Viviane da S. Araújo aponta que em reação as ações que reivindicam igualdade de gênero e também, de diversidade sexual, atores criam ferramentas para a defesa da infância, da

família e também em defesa da vida, com ideias morais cristãos (ARAÚJO, 2020). Para Araújo (2020), a expressão ideologia de gênero é muito eficaz para promover pânico moral dentro da sociedade, isso pois é bem articulada contendo uma forma de comunicação eficiente, um grande detalhe de seu inimigo e as formas de combatê-lo. Assim, para a autora, a ideia de ideologia de gênero cria o seu inimigo e consegue apoio de pais e mães, não para defender uma pauta política, mas sim, proteger seus filhos dessa suposta ameaça (ARAÚJO, 2020).

Durante o levantamento, foram encontrados três pontos em relação a ideologia de gênero: um campo de acusação em relação a partidos e deputados de esquerda, a ênfase na defesa das crianças e, o debate sobre o Projeto de Lei 867/2015 que "*Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido".* No ano de 2019, Rodrigo Amorim, deputado estadual do Rio de Janeiro, do partido de direita PSL, fez dois discursos condenando o partido de esquerda PSOL, por ter posicionamentos seletivos. Em um dos discursos, o deputado faz alusão ao caso do menino Rhuan, que foi morto por sua mãe e sua companheira, ocorrido em maio de 2019.[5] Para Rodrigo Amorim, o menino Rhuan foi vítima da maligna ideologia de gênero e os deputados do partido PSOL não subiram a tribuna para defendê-lo, os acusando-os de não ter compromisso com o Rio de Janeiro. Marcelo do Seu Dino, deputado estadual da Alerj, também do PSL, faz um pronunciamento para parabenizar os deputados que estão na luta pela defesa dos valores morais e éticos no Rio de Janeiro. O deputado aponta em sua fala que a luta pelas crianças deva envolver as falas sobre ideologia de gênero, isso também em debates com personagens da esquerda.

A educação brasileira foi pautada no discurso do deputado petista, Waldeck Carneiro, ao expor as problemáticas que passam a educação e a ciência brasileira. Ele aponta que o campo da educação está sendo muito visada, isso pois há uma vontade de transformar em um debate ideológico. Como consequência, irão prosperar ideias reacionárias "*como a militarização do ensino, a ideologia de gênero, a escola sem partido, a educação domiciliar, o combate ao marxismo cultural, seja lá o que isso queira dizer"* (Waldeck Carneiro, em discurso no dia 25/04/2019).

Ademais, Gustavo Schmidt, deputado estadual da Alerj pelo PSL, também faz um discurso sobre a educação brasileira, em que cita o Projeto Escola sem partido, o qual Schmidt

[5] O deputado se refere ao menino Rhuan Maicon da Silva Castro, de nove anos, que foi morto pela própria mãe, Rosana Auri da Silva Cândido de 27 anos, e pela companheira dela, Kacyla Priscila Santiago Damasceno, no dia 31 de maio.

defende com fervor. Isso pois o projeto prevê que os estudantes devem receber de seus professores os ensinamentos que cabem ensinar e, outras questões como orientação sexual, ideologia política, questões religiosas devem ficar de fora, pois não tem relação com o ambiente escolar. Para o deputado, essas discussões cabem aos familiares dos alunos, de modo que os caminhos a serem seguidos sejam os melhores de acordo com os pais.

O projeto Escola sem Partido são pautas refletidas no artigo pelo cientista político Luis Felipe Miguel, em que o autor demonstra a força que a ideia de doutrinação marxista e de gênero ganhou no país (MIGUEL, 2016). O projeto Escola sem partido, no começo de sua protocolação, tinha como objetivo a proibição e criminalização do marxismo, porém com o crescimento do movimento escola sem partido, é agregado a pauta conservadora sobre a ideologia de gênero, devido as propostas de combate a homofobia dentro das escolas (MIGUEL, 2016). Assim, é demonstrado que a ideia de ideologia de gênero se sobrepôs ao combate do marxismo, dando uma guinada ao projeto que estava em tramitação, onde se reivindicava que a educação deva ser neutra, impedindo que professores repassem em sala de aula conteúdos que vão de encontro aos valores prezados pelos pais (MIGUEL, 2016).

7. O DEBATE LEGISLATIVO EM TORNO DO JULGAMENTO DA ADO 26

O Supremo tribunal federal (STF), concluiu no dia 13 de junho de 2019, a Ação Direta por Omissão (ADO) de número 26, o que enquadrou a homofobia na lei do racismo (Lei 7.716/89). Durante seu processo de julgamento, gerou pronunciamentos e projetos de lei, no Senado Federal como na Alerj.

Na Alerj, Rosane Félix, evangélica e deputada do partido PSD, se pronunciou em apoio a seus colegas da bancada evangélica que estão preocupados com a aprovação da ADO 26. Ela, mesmo sendo cristã, e dizendo ser contrária a qualquer tipo de preconceito, considera um absurdo a aprovação da presenta ADO. Ela argumenta que os cristãos nunca foram contrários aos direitos humanos e acreditam que todos devem ser respeitados, porém não podemos dar privilégios há um determinado grupo dentro da sociedade e que, em nome do "politicamente correto", a liberdade de expressão seja interferida.

O Senador Marcos Rogério (DEM-RO) discursou também para expressar sua preocupação com o julgamento conjunto da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, a ADO 26. Para o parlamentar, essa proposição não expressa a vontade do povo brasileiro, nem ao menos ao Legislador Constituinte, quando incluiu na Carta de 1988, na Lei do Racismo, o crime a discriminação para com a orientação sexual ou identidade de gênero. Isso pois:

> (...) A legislação penal vigente já protege todos os cidadãos brasileiros, independentemente de opção sexual. Por essa razão, a pretensão legislativa em tramitação busca, a meu sentir, assegurar uma proteção superior a uma parcela da sociedade, como se fosse uma nova raça, e isso em decorrência da manifestação distinta de emoções ou desejos por pessoas do mesmo sexo ou por ambos os sexos, conforme a própria conceituação dada pela comunidade LGBTI ao que seja orientação sexual ou diversidade de gênero. (Marcos Rogério, DEM-RO, em discurso no dia 17/06/19)

Outro problema apresentado pelo parlamentar é a grande parcela de pessoas conservadoras existentes na sociedade brasileira, o que deixa esse assunto ainda mais complexo:

> Não se pode criar tipo penal aberto, que criminaliza a opinião e qualquer tipo de manifestação contrária às questões relativas à orientação sexual ou identidade de gênero. Todos nós sabemos que o conceito geral de homofobia não admite qualquer expressão dissonante do pensamento esposado pelo segmento LGBT, inclusive as que sejam de natureza científica, como é o caso dos díspares entendimentos sobre a discussão de gênero. (Marcos Rogério, DEM-RO, em discurso no dia 17/06/19)

O Projeto de Decreto Legislativo N° 401, de 2019, também de autoria do Senador Marcos Rogério (DEM/RO), "susta os efeitos legislativos da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26 e do Mandado de Injunção (MI) nº 4.773". Este projeto tem como objetivo "resguardar a competência legislativa do Congresso Nacional em face das atribuições normativas de outros Poderes da República, conforme assevera o art. 49, inciso XI, da Constituição Federal de 1988 (...)". Para o senador, deve ser resguardado ao parlamento o papel constitucional, como principal foro de democracia pois, todas as opiniões de todos os setores da sociedade podem ser ouvidas a partir de seus representantes eleitos nas Câmaras estaduais e a Federal.

Por fim, o último documento em destaque, em forma apoiadora a ADO 26 destoando dos demais, Senador Paulo Paim (PT/RS) fez um discurso para exaltar o voto do Ministro do STF, Celso de Mello, na criminalização da homofobia[6]. O parlamentar exalta ao grandioso voto do presente Ministro, expondo a fala em que ele justiça seu posicionamento em relação a criminalização da homofobia, onde Celso de Mello aponta que a marginalização imposta aos integrantes da população LGBTQIA+ é uma grande afronta a democracia, esta que requer igualdade.

[6] Projeto de Lei Nº 672, de 2019, que altera a Lei 7.716, de 1989, para tornar crime a discriminação ou preconceito de orientação sexual ou identidade de gênero.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados apresentados, é possível fazer algumas considerações finais. Primeiramente, é importante destacar a disparidade entre o número de deputados e senadores sobre suas atividades legislativas, em relação aos temas propostos. Isso pois, em relação aos senadores, 2 legislaram sobre a temática do aborto e 9 sobre a diversidade sexual, enquanto na Alerj, 22 deputados produziram discursos e proposições legislativas sobre aborto e, 31 foram responsáveis por documentos que tematizavam a diversidade sexual.

Em relação as posições adotadas, no Senado Federal em relação ao aborto, os 4 discursos e as 8 proposições legislativas, todas foram classificadas como antiaborto. Já em relação a diversidade sexual, dentre os 4 pronunciamentos, sendo 1 discurso classificado como contrário à diversidade, 2 com posicionamento pró-diversidade e 1 indefinido. Na Alerj, em relação ao aborto, foram produzidos 6 pronunciamentos e 18 proposições legislativas, em que todos os discursos foram classificados como antiaborto e, das 18 proposições, 5 foram contrárias a prática, 4 como pró-escolha e 3 são indefinidas. Sobre a diversidade sexual, 27 pronunciamentos foram produzidos em que destes, 5 são contrários à diversidade, 20 são a favor da diversidade e dois com posicionamento indefinido.

A partir desses números mais gerais, é possível perceber que em relação ao aborto, as posições contrárias são em maioria e, em relação a diversidade, as posições são mais progressivas, onde a proteção aos direitos da população LGBTIA+ abordada, é bem maior. Desse modo, pode ser apontado uma forte criminalização do aborto no ano de 2019, principalmente no Senado Federal. Mesmo que na Alerj tenha sido encontradas proposições pró-escolha, elas não eram um ato direto para com a descriminalização, mas sim apontamentos e reflexões sobre a problemática do aborto.

Em relação aos parlamentares religiosos, eles foram mais presentes em relação a temática do aborto, mas também legislaram de formas prós e contras sobre a diversidade sexual. No Senado Federal, o debate sobre aborto foi protagonizado por dois homens, sendo um espírita e outro católico, os dois com posições contrárias a prática. Na Alerj, todos os pronunciamentos que foram classificados como antiaborto, foram protagonizados por deputados homens, em que somente um teve sua religião identificada, sendo judeu. Já em relação as proposições legislativas, dois católicos (um carismático), um judeu e um evangélico foram contrários ao aborto. Duas mulheres evangélicas também legislaram sobre aborto, uma de forma contrária e, outra que legislou de forma favorável.

Já sobre a diversidade sexual, somente um senador que discursou de forma contrária a diversidade, tem sua religião identificada, sendo Evangélico e membro da Assembleia de Deus, o senador Marcos Rogério (DEM/RO). Ele também foi responsável por 3 proposições legislativas, 2 contrárias a diversidade e 1 a favor. Ademais, Rose de Freitas, filiada ao partido PODEMOS, católica e Rogério Carvalho, filiado ao PT, partido de esquerda, também católico, legislaram em favor da diversidade. Na Alerj, somente uma mulher evangélica, Rose de Freitas discursou de modo contrário a diversidade e, Monica Francisco, evangélica, e Tia Ju, católica, discursaram de modo favorável a diversidade. Em relação as proposições legislativas, parlamentares que tinham sua religião identificada legislaram apenas de modo favorável à proteção à população LGBTIA+.

Sobre os argumentos em destaque, é possível apontar um esforço de parlamentares para com a população LGBTQIA+, visando a garantia de seus direitos. De modo contrário, há argumentos que requerem proteção aos direitos dessa população, mas que conferem liberdades a prática de atos preconceituosos se for advindo de convicções morais, filosóficas ou crenças religiosas, como apresentado no Projeto de Lei N° 3032, de 2019, protocolado pelo senador Marcos Rogério (DEM/RO). Em relação ao aborto, são observados argumentos que perpassam o campo moral e vão ao campo da ciência, como no caso dos discursos de Eduardo Girão (PODEMOS/CE). Em suas posições contrárias ao aborto, o senador aponta que com a prática do aborto, não é somente a vida do bebê que é destruída, mas também pode ocasionar risco de saúde, tanto psicológica ou física para a mãe. É perceptível também sua argumentação de moralidade cristã que acredita que a sociedade brasileira tem, de modo a sustentar sua posição de aumento de pena para o crime de aborto.

Em relação a ideologia de gênero, o debate girou em torno na defesa das crianças, sobre o programa Escola sem partido, relacionando com a problemática da educação brasileira e um campo de acusação para com partidos de esquerda, principalmente o PSOL. Sobre o julgamento da ADO 26, argumentos como divisão da sociedade por meio da promoção de direitos, sobre a sociedade ter uma grande parcela da população conservadora e também, crítica a um ativismo judiciário, onde é apontado o poder de só o Congresso legislar e não o Supremo Tribunal Federal foram os de destaque.

Por fim, é necessário questionar quais são os empecilhos para com o avanço do aborto no Brasil, sendo que em sua grande maioria, as posições que versam sobre a prática abortiva são de cunho conservador que a condenam e a criminalizam ainda mais. Assim, é perceptível o quão longe as mulheres brasileiras estão de acessar seus direitos reprodutivos e como o Estado Brasileiro, sendo este patriarcal e machista, ainda controla corpos femininos. Além disso, existe

uma contradição entre a alta violência sexual e LGBTfóbica presente no país, mesmo que haja uma abertura no legislativo para com as proposições que garantem direitos a população LGBT. Desse modo, fica o questionamento sobre como essas políticas não são aprovadas, cabendo ao Supremo protocolar uma ADO que criminalize a homofobia, sob a acusação de omissão do legislativo brasileiro em vista dos altos números de violência contra homossexuais, lésbicas, transexuais e travestis.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Viviane da S. ***Não se meta com meus filhos: gênero, família e discurso conservador na crise democrática latino-americana***. Revista Transversos. "Dossiê: Historiografia e Ensino de História em tempos de crise democrática". Rio de Janeiro, nº. 18, 2020. pp. 86-106.

BOLTANSKI, Luc. **As Dimensões Antropológicas do Aborto**. Revista Brasileira de Ciência Política, n.07, Brasília, p. 20-245, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe. ***Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro***. Revista Direito e Práxis. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. N.°15, vol. 7, p. 590-621, 2016.

MONTERO, Paula**.** Controvérsias religiosas e esfera pública: Repensando as Religiões como Discurso. **Religião e Sociedade**, v. 32, p. 167-183, 2012.

LUNA, Naara. O direito ao aborto em caso de anencefalia: uma análise antropológica do julgamento da ADPF 54 pelo Supremo Tribunal Federal. Mana, v.27, n. 3, p. 1-37, 2021.

VAGGIONE, J.M. La "Cultura De La Vida". Desplazamientos Estratégicos del Activismo Católico Conservador frente a los Derechos Sexuales Y Reproductivos. Religião e Sociedade, vol. 32, p. 57-80, 2012.

VITAL da CUNHA, Christina; LEITE LOPES, Paulo Victor. **Atores em disputa: moralidade pública e instrumentalização da política no Brasil hoje**. In:_____. Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll & Instituto de estudos da Religião (ISER), p. 168-180, 2013.

CAPÍTULO XXVI

AS SAÍDAS DOS ARMÁRIOS E DOS CAMARINS: REFLEXÕES SOBRE O ASSUMIR-SE GAY/BISSEXUAL/TRAVESTI/TRANSEXUAL E A REVELAÇÃO DAS PRÁTICAS PERFORMÁTICAS *DRAG QUEEN* E TRANSFORMISTA

Marcus Whinter Alves da Silva[1]

[1] E-mail: whinter.marcus@gmail.com | Telefone: (83) 9994-98694 | Universidade Federal de Campina Grande – (UFCG) | Mestre em Ciências Sociais (UFCG), Graduado em Ciências Sociais (UFCG) | Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – (CAPES).

RESUMO

O presente trabalho é um fragmento da dissertação de mestrado em ciências sociais que foi concluída no ano de 2021 sobre as performances drag queen, transformista e shows trans em Campina Grande- PB. Destro desta proposta, discutimos a problemática do armário enquanto mecanismo regulador das relações sociais de sujeitos LGBTQIA+ que estão constantemente posicionados dentro do armário em relação a alguém ou a um grupo, seja pela sua sexualidade ou pela sua identidade de gênero. Durante a pesquisa são entrevistadas 10 artistas drag, transformista e pessoas transgênero que executam performances na cidade de Campina Grande-PB. Partimos da hipótese de que o armário toma duplo sentido quando estas atrizes e atores sociais atuam montadas nos palcos e fora deles. Neste sentido o objetivo deste artigo é de discutir, a partir das contribuições de Sedwick (2007), Eribon (2008), Foucault (1996) e outras, e dos dados coletados em campo sobre as nuances, as trajetórias, tal como as visões e os enfrentamentos dos atos de revelação e saída do armário e divulgação das transformações nos camarins, para isto irá analisar a saída dos armários assumindo identidades masculinas homossexuais e identidades travesti e transexual, quando for o caso; e o assumir-se artista para a família, amigos e parceiros amorosos. Foi utilizado o método da etnografia em antropologia e entrevistas semiestruturadas para coleta de dados.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é fragmento do trabalho de dissertação concluída em 2021 intitulado "As rainhas do Agreste Paraibano: uma etnografia sobre as experiências *drag queen*, transformista e shows trans em Campina Grande-PB", no capítulo onde propusemo-nos a discutir as relações sociais estabelecidas com familiares, amigos e parceiros e a manutenção da publicidade de sua atuação artística. Compreendemos as três categorias de arte como manifestações políticas de tensionamento e reivindicação de das performances e identidades de gênero, onde o transformismo – categoria amplamente utilizada em território brasileiro – se caracteriza pela

transformação momentânea de homens em mulheres cis gênero, diferenciando-se da arte drag queen pelo apelo ao luxo e com referência em ícones pop dos anos 60, 70 e 80 e pelos concursos de misses; a arte drag queen se utiliza do exagero, do exacerbo das representações do feminino e pode brincar com imagens animalescas e até mesmo andróginas; já os shows trans são uma categoria criada e utilizada recentemente por mulheres transexuais e travestis que buscam diferenciar-se de drag queens e transformistas pautadas nas questões de identidade de gênero. Estas ultimas basicamente são mulheres que antes de fazerem a transição já atuavam como drag queen e/ou transformistas, mas que não se sentem mais representadas por estas categorias que privilegia homens que se montam, o que não lhes engloba.

A pesquisa de campo foi realizada entre agosto de 2019 e tem finalização em março de 2021, portanto, utilizando-se de métodos de coleta como etnografia e entrevistas semiestruturadas de modo online e offline, acompanhamos 10 artistas que atuaram fora e dentro de redes sociais como Facebook e Instagram e utilizamos o Whats App como intermediador de grande parte das entrevistas. Em Campina Grande-PB as artes tem grande força e estão quase sempre presentes em espaços de sociabilidade gays e lésbicos, assim como espaços de reivindicação política e social para pessoas LGBTQIA+.

No texto abaixo, discutimos o papel que o armário assume na vida de grande parte das pessoas em relação a vários aspectos de suas vidas, mas principalmente dessas interlocutoras em relação a sua sexualidade e suas identidades de gênero que são alvo de violência constante e cotidiana. A manutenção para viver dentro do armário, o processo de saída, o assumir-se travesti ou transexual (para quem o fez e faz) e até a divulgação pública da prática de se montar para fazer shows ou discotecar é bastante complexa e repleta de conflitos para grande parte de pessoas LGBTQIA+ e se relaciona diretamente com o papel que a figura do feminino assume em nossa sociedade. Desta forma, abaixo apresentamos algumas discussões, assim como relatos das interlocutoras da pesquisa que resultou em um trabalho de dissertação e neste artigo. Todos os nomes utilizados no texto são os nomes artísticos delas, que fizeram questão de que eles fossem colocados no trabalho.

2. DO ARMÁRIO AO CAMARIM: AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS AO "SE ASSUMIR" E AO DIZER QUE "SE MONTA"

O "armário" é o lugar simbólico e prático onde deve ficar aquilo que não corresponde aos padrões esperados socialmente. Para aqueles que são "organizados" é o lugar da ordem, dos acessórios que são guardados para serem utilizados em momentos outros; para aqueles que são

"bagunceiros", seria o lugar do desarrumo, da bagunça, do desagradável a vista dos outros, daquilo que não se quer que venha à tona. Portanto o armário é o lugar do privado, que jamais deve ser revelado em público, que deve permanecer escondido, e se uma pessoa escolhe ficar nele (no armário) implica submeter-se à ordem vigente sobre as regulações sociais e não abdicar dos privilégios dos quais dispõe a partir dos papeis interpretados dentro da hierarquia das sexualidades, na qual o homem cisgênero e heterossexual goza do máximo desses.

A expressão "sair do armário", logo, indica a revelação da vida privada, daquilo que não se pode mais guardar ou esconder de alguma maneira. E reguladas através dos dispositivos da sexualidade – redes que podem ser estabelecidas entre o dito e o não dito, mecanismo prático que busca normatizar, regular, controlar e estabelecer saberes e poderes compreendidos como legítimos, sobre os corpos e prazeres (FOUCAULT, 1996) –, que pessoas LGBTQIA+ ao longo das décadas, tiveram que lidar com as expectativas de sair do armário e dos sentimentos ambivalentes ocasionados por esta posição de desejar até a decisão de sair de dentro dele e trazer a público sua sexualidade e/ou identidade de gênero, e mesmo hoje, com diversos avanços em relação aos debates e militância LGBT, os sentimentos são análogos, como a expectativa sobre as possíveis consequências do ato de assumir-se ou, no pior dos cenários, de ser "arrancado do armário".

De acordo com Sedgwick (2007), esta epistemologia do armário, do esconder determinadas características de sua vida sexual e sexualidade é reguladora da vida de muitas pessoas, e ainda que possamos considerar avanços significativos no século XX – como os proporcionados a partir da Revolta de Stonewall, sob a reivindicação da consolidação de uma cultura e identidade gay, tal qual sua aceitação – que possibilitou mudanças importantes em torno e fora do armário, este ainda aparece para grande parte das pessoas como: "[...] a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas gays, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não seja ainda uma presença formadora." (SEDGWICK, 2007, p. 22). A autora, complementa que há poucos gays e lésbicas que não estejam no armário em relação há alguém, seja no grupo familiar, do trabalho ou determinados espaços por onde transitam, e ao tratar da expectativa e da "desconfiança", há sempre um jogo de tentar ler o sujeito, ainda que este já esteja fora do armário e não tenha problemas em falar abertamente sobre sua sexualidade; assim como o não saber (por parte do LGBTQIA+) se a outra pessoa sabe sobre sua sexualidade. É, também, neste sentido que o armário regula a vida de quem é LGBT, mas também de quem não o é, justamente por ficar no campo da especulação.

Neste sentido, Sedgwick afirma que o armário é, portanto, "a estrutura definidora da opressão gay no século XX" (2007, p. 26), que de acordo com a mesma, é uma estrutura tão forte e elástica que, por mais que tenham ocorrido mudanças severas em aspectos outros da vida social, o armário permanece e continuará como uma estrutura reguladora da vida, não só de gays e lésbicas, mas igualmente de outras categorias dispostas na sigla LGBTQIA+; tal qual grupos étnicos e/ou raciais, religiosos, como judeus, ciganos, afro-religiosos e outros grupos e identidades estigmatizadas dentro do contexto ocidental moderno.

3. O ASSUMIR-SE GAY/BISSEXUAL/TRAVESTI/TRANS OU SAIR DO ARMÁRIO

O armário é tão perigoso quanto a sua saída! Mesmo que ao assumir-se o indivíduo assuma, além de seus desejos, igualmente sua identidade, torna-se inevitavelmente que venha a ser alvo de possíveis violências e rejeição. Portanto, a saída ou permanência no armário é esperada como dolorosa, seja qual for a decisão do sujeito: na primeira ele ou ela escolhe se expor e ser violentado por violar uma normatividade hegemônica que não lhe respeita e na qual ele não se encaixa; na segunda ele ou ela prossegue na ocultação de aspecto importante de sua identidade, logo, na ocultação do próprio sujeito, transformando num sujeito que não o é, que não existe na sua completude ou que se oculta para poder se encaixar numa estrutura na qual ele jamais irá, pois ela por si só, não permite ou considera a existência como regular e legitima. Acontece com a saída do armário que "ela pode trazer a revelação de um desconhecimento poderoso um ato de como desconhecer, não como o vácuo ou o vazio que ele finge ser, mas como um espaço epistemológico pesado, ocupado e consequente" (SEDGWICK, 2007, p. 35).

O perigo oferecido pelo assumir-se está justamente no confronto regular, claro e direto sobre a imagem do armário, em que o primeiro com seu posicionamento público seria a salvação contra a privacidade do armário, ainda que esta salvação não se traduza no real (?) e que em determinados contextos se assumir seja tão ou mais doloroso do que permanecer no armário, assim como permanecer nele assegure determinados privilégios dentro destes contextos sociais. Como colocado por Eribon (2008):

> [...] o armário foi com tanta frequência denunciado pelos militantes homossexuais como o símbolo da 'vergonha' e da submissão à opressão que se acabou esquecendo ou negligenciando que ele também pode ser, e ao mesmo tempo, um espaço de liberdade e um meio – o único – de resistir e de não se submeter às injunções normativas [...] E é esse extraordinário sentimento de orgulho e de liberdade conquistada e mantida como um segredo partilhado com vários que os *gays* das gerações precedentes talvez não encontrem mais na liberdade e no orgulho ostentados à luz do dia e que lhes parecem

> fáceis demais, e, num certo sentido, um pouco insossos, uma vez que perderam o sabor do jogo com o interdito. (2008, p. 67-68)

Apesar de, no contexto brasileiro com o *desbunde* – movimento de saída do armário e a constante ocupação de espaços públicos e guetos, formação de circuitos e pedaços no centro da cidade de São Paulo, no ano de 1982 (PERLONGHER, 2008) –, o movimento de reivindicação da cidade pelos gays de classe média que ocorre em seguida em diversas cidades do país, aparece como escancaramento da condição homossexual, mas não a ponto de deslocar o armário do seu papel estruturante da vida destes sujeitos. Igualmente como foi em Stonewall, colocou em evidencia discussões sobre a invisibilizarão de gays dentro da cultura brasileira, acompanhada posteriormente pelo seguimento da militância lésbica.

Esta expectativa violenta sobre o sair do armário, é reforçado no pensamento coletivo com base nos diversos relatos que se pode acompanhar, quase que cotidianamente, através das redes sociais, televisão, jornais e etc. em que há rejeição, descaso e violência em suas diversas formas, pelos familiares e cuidadores, para com pessoas LGBTs. É comum que pessoas LGBTQIA+s tenham medo e receio de conversar com seus familiares sobre sua sexualidade por esperar, num primeiro momento, por uma possível rejeição, já sofrida por tantos outros, principalmente por travestis e transexuais.

Ao iniciarmos as entrevistas, onde iriamos questionar sobre questões tão delicadas, tivemos bastante medo e receio em lidarmos com situações de dor e violência, causando maior sofrimento as pessoas entrevistadas e que também pudesse impossibilitar a coleta de dados sobre algumas questões desta pesquisa. Portanto, quase que inevitavelmente, é esperada resistência e conflitos durante processo de saída de dentro do armário e assumir-se para a família, como Khloe que nos relatou sua experiência repleta de conflitos por crescer em uma família conservadora e que no momento que decidiu se assumir enquanto homossexual, a falta de informações e de conhecimento favorecia para os embates e a não "aceitação" de sua sexualidade.

Entretanto, um dado importante e inesperado que obtivemos é que das dez artistas entrevistadas não houve relatos de violência ou rejeição, sendo mais comum, em alguns dos casos os conflitos, que no momento das entrevistas já haviam sido superados e que não resultaram em situações extremas de tentativa de ocultação do sujeito ou reivindicações sobre sua realocação no armário, o que nos faz pensar no papel que ocupamos e nas experiências que estas sujeitas entrevistadas compartilham entre si em relação ao apoio por parte de seus familiares, que faz bastante diferença nas escolhas e nas relações que cada uma delas estabelece com a arte e com as demais pessoas à sua volta. Ainda que estas dez artistas compartilhem

histórias de aceitação e não violência, ela é não se traduz como universal, muito pelo contrário, são pontos fora da curva das histórias que tomamos conhecimento no dia-a-dia, ainda que estes dados sejam pertinentes para refletimos sobre uma possível maior aceitação da condição homossexual, travesti e transexual. A história de Morganna Sky é um destes pontos fora da curva:

> **Morganna Sky:** na minha vida tudo foi fácil, sabe? Eu tenho uma família maravilhosa que eu vivo em harmonia com ela. Minha família tá sempre presente na minha vida, sabe? Minhas irmãs.. meus irmãos vão pros meus shows, minha mãe, minha avó, primo, sobrinhos, todo mundo.. me acompanha, me dá a maior força, me ajuda. Éé.. muitas não tem esse privilégio que eu tenho, né? Muitas são expulsas de casa, muitas são chamadas de ovelha negra, muitas são chamadas de lixo da família, né? Mas eu sou muito privilegiada por ter uma família maravilhosa, sabe? Que está sempre do meu lado me apoiando, né? E pra mim foi fácil, foi fácil. Está sendo até hoje, né? A minha base são.. é minha família, né? Que me dá força para enfrentar esse país homofóbico, misógino, machista, homofóbico.. transfóbico (ênfase na voz) e o que me dá força pra enfrentar tudo isso é primeiramente Deus, segundo minha família.

No fragmento de sua fala coletada em entrevista, Morganna demarca a rejeição sofrida principalmente por travestis e transexuais, reconhecendo sua posição privilegiada frente há tantas outras que são rejeitadas por seus cuidadores e cuidadoras por causa do preconceito (LGBTfobia), e consequentemente não respeitarem e entenderem a identidade de gênero de suas filhas/dependentes, e expulsando-as de seus lares. No caso de Jade D'Ávilla, não houve a necessidade de assumir-se gay, como relatado abaixo:

> **Jade D'Ávilla:** Minha família, na verdade, assim.. eu nunca tive a necessidade de sentar pra conversar, né? É eu acho que foi um processo que foi se descobrindo e foi se aceitando. Nunca existiu assim, essa conversa entre eu e meu pai. Eu lembro de há muitos tempos atrás, eu acho que.. ele queria muito que eu me formasse em eletrônica, [...] ele queria, era o sonho pra ele. Aí eu fui estudar no Instituto X pra satisfazer a ele. Aí quando eu decidi sair, por que era aquilo que eu não queria pra mim, depois de um ano estudando lá eu disse "não. Eu não quero isso pra mim". E aí ele chegou pra mim... eu lembro que ele sentou, foi a única conversa que a gente teve até hoje, né? Ele sentou e disse assim, em relação a isso. Ele nunca chegou pra perguntar se eu era gay ou ou.. embora saiba e a gente conviva dentro de casa com a família e todo mundo aceita. Mas aí ele chegou pra mim e.. quando eu decidi sair do Instituto X, ele disse "Olha! Você vai seguir seu rumo agora. Você pode fazer da sua vida o que você quiser e ser o que você quiser. Desde que você tenha princípios e tenha caráter de um homem", não necessariamente de um homem bicho, mas de um homem enquanto um ser foi a única conversa que eu tive, mas ele nunca tocou no assunto.. a gente não teve essa necessidade, as coisas foram acontecendo, entendeu?
>
> **Pesquisador:** Foi um processo "natural" pra você?
>
> **Jade D'Ávilla:** Foi! Por que na verdade, assim, desde de pequeno eu era muito pintosinho, o universo feminino me encantava muito. Eu ia brincar com minha irmã, eu sempre queria a boneca, né? (sorri) eu não queria brincar de bola. Final de ano eu ganhava bola e ela ganhava boneca, eu só brincava com a boneca dela. O universo feminino sempre me encantou. Era uma coisa que fazia parte de mim, né? É... era uma coisa assim, enquanto os meninos estavam na rua brincando e bola, eu tava em casa cozinhando, lavando roupa. Eu não gostava de me sujar, de ficar suado, de tá subindo em

árvore, essas coisas que meninos gosta de fazer. Não necessariamente que quem não gosta de fazer isso seja gay, né? Mas..

Para Jade, sua não necessidade de chegar a falar a frase "eu sou gay" se constitui principalmente num processo de interpretação dos seus trejeitos femininos que não correspondem a um padrão de masculinidade que se espera de homens cisgênero, e como consequência, questionando sua sexualidade. Como a própria transformista nos coloca, sua falta de correspondência a um padrão de homem-bicho, homem-macho, ou com jeito mais "pintosinho"[1] não implica que outros homens que também não apresentem tal correspondência, ou seja, que sejam também afeminados deva ser lido ou vá assumir que é gay, mas de alguma forma, incrustrado em nossa cultura, principalmente em Campina Grande, na região nordeste do país, onde a pesquisa é desenvolvida, onde até mesmo a mulher é mulher-macho, a demonstração de "trejeitos" femininos são motivos de questionamento da masculinidade e sexualidade do sujeito macho. O fato de sentir-se melhor ao executar atividades voltadas para as atividades domésticas, ou seja, a vida privada, e não estar na rua brincando de bola, relacionado à esfera pública, nos marca a divisão sexual e de gênero das atividades e das esferas da vida que homens e mulheres, meninos e meninas são estruturalmente educados para tal. Desde cedo meninos e meninas são ensinados a atuar predominantemente nas esferas público/privado, respectivamente, de várias formas, mesmo no que deveria ser o espaço do lazer, através dos brinquedos e das brincadeiras. Mas, como se pôde visualizar a partir de sua fala, esse, como todo processo social, não é natural, mas construído através de processos de aprendizagens, que implicam em reprodução/imitação de comportamentos, femininos neste caso, e de (re)criação, onde sujeitos biologicamente machos ou fêmeas podem elaborar novas performances através da assimilação de determinadas características comportamentais e afetivas que desenvolvem novas possibilidades enxergar e vivenciar os gêneros masculino e feminino.

A preocupação do pai de Jade para com sua formação e profissão, fosse neste sentido, também uma forma de perceber a possível ascensão econômica do filho, através da educação formal, uma forma de diminuir os impactos de possíveis preconceitos que ele viesse a sofrer futuramente, afinal há um recorte evidente de classe nos níveis de violência sofrida por LGBTs onde quanto maior o seu poder aquisitivo e material, assim como o daqueles ao seu redor, menos vulnerável o sujeito estará. Além, é claro, de seu incomodo em dialogar sobre a sexualidade do filho de forma direta. O silêncio oriundo do progenitor aponta para o quão a sexualidade e,

[1] Gíria gay que significa afeminado, feminino.

especificamente a orientação sexual de seu filho, é um tema espinhoso e doloroso, assim como para tantos outros progenitores que também estão inseridos dentro de uma cultura patriarcal machista e heteronormativa, desta forma o diálogo através do não dito se torna uma saída viável para pai e filho, que se entendem dentro desta conversa sem pontuar especificamente a questão, que igualmente compreendida, Jefferson/Jade também não a pontua, seguindo o roteiro da conversa, mas compreendendo o que está nas entre linhas das falas.

Assim como no caso de Jade, os trejeitos femininos de Thuane Raylla são percebidos como indicadores da sua travestilidade para sua família, que interpretou desde cedo o seu não desejo por estabelecer relações com mulheres através dos travestimentos experienciados desde criança:

> **Thuane Raylla:** Então esse processo foi bem natural pra mim e principalmente em casa. É.. quando eu fui me assumir, a minha sexualidade, aos 18 anos. Eu sofri bastante, eu não tinha pai, né? Meu pai faleceu cedo, quando eu tinha 14 anos, e aí minha mãe, eu queria revelar pra ela. Só que eu tinha medo qual seria a reação dela, então eu esperei chegar até 18 anos. Eu disse "se ela não aceitar, eu fujo, vou embora, faço alguma coisa pronto!" Quando eu fui revelar pra ela, ah! Eu chorei.. foi assim, um processo bem doloroso pra mim. Aí ela disse "Meu filho, eu pensei que você já como gay desde os 4 anos de idade". Aí eu "como assim?", e chorando abraçada comigo e eu chorando também. Aí ela disse "olhe, você com 4 anos de idade, 5 anos de idade, você pegava o salto alto da sua irmã, as saias, as blusas, sempre estava de mulher dentro de casa". Aí "Ah é!" (olhando pra cima. Sugerindo lembrança). Aí, inclusive depois ela relatou que eu persistia sempre muito nisso, tudo meu era muito feminino e ela sempre viu, não viu com maus olhos, né? Ela só criticava muitas vezes... é o medo com que a sociedade ia me enxergar. Tanto é que hoje em dia.. ela faleceu há um ano e meio atrás, mas até esse processo que eu me montava sempre, ela.. eu saia e via ela não dizia nada. Quando eu me montava pra ir pra eventos, co.. pra festa, ela já dizia "Cuidado! Você não sabe.. podem lhe agredir" e assim, ela tinha um medo tão grande quando eu estava performando o gênero feminino queee... ela ficava com receio por conta disso, não por outros motivos. Inclusive, por que as minhas roupas, a maioria delas ela ia lá e costurava, bordava. Minha sobrinha bordava minhas produções, então tem todo um... dentro de casa eu tive uma aceitação muito grande. Muito grande mesmo. Fora que foi mais complicado, assim... mas só.

Esta associação de determinados trejeitos ou técnicas corporais a um dos gêneros binomiais (masculino-feminino) representa bem a compreensão estruturada sobre o que discutimos no início do capítulo primeiro desta dissertação: de que somos inseridos numa lógica de que de um sexo decorre um gênero. É através destes trejeitos, técnicas corporais, que classificamos a veracidade da atuação de cada sujeito social enquanto pertencentes a um gênero/sexo. Ainda que, como coloca Jade em sua fala, estes trejeitos não sejam definidores de uma identidade de gênero ou sexualidade desviante (BECKER, 2008), mas por serem expressos através do corpo são, as características a serem analisadas e que, provavelmente, são o primeiro indicador para as demais pessoas, de que aquele sujeito não atende aos padrões da "normalidade" sexual, que não estabelece a mesma relação com as técnicas legitimas ou até

mesmo não considera este padrão como forma única de expressão de masculinidades e feminilidades.

Com exceção de uma, as demais artistas que participaram desta pesquisa se encontravam fora do armário já durante a coleta de dados, tanto os homens cisgênero que são homossexuais ou bissexuais, como as travestis e mulheres transexuais que tenham optado ou não por processos hormonioterapêuticos. Apenas uma que assumia identidade de homem cisgênero gay e durante o decorrer da pesquisa assumiu-se como mulher transgênero. Portanto, no momento de vida em que a maioria destas artistas estava durante a pesquisa, os armários já não lhes eram mais um local que ocupavam e nem lhes era uma opção, pois muitas delas nem mesmo tiveram muito tempo de vida dentro deles, tanto para sua sexualidade e identidades (como vistos acima), quanto para sua atuação artística.

4. O ASSUMIR-SE DRAG QUEEN/TRANSFORMISTA OU SAIR DO CAMARIM

O fato de assumirem sua sexualidade enquanto homens gays ou bissexuais, não implica e quase nunca é concomitante ao dizer que se monta e faz shows enquanto drag queen ou transformista; da mesma forma que é bastante comum que, para as artistas que se descobrem transexuais ou travestis após algum tempo atuando artisticamente, assumam primeiramente a identidade de homem cisgênero gay, em um segundo momento revelem a família que se travestem temporariamente para shows, para só enfim assumirem a identidade trans ou travesti. Partimos das colocações de Hall (2006) sobre identidade, ao afirmar que o conjunto de mecanismos que asseguravam aos sujeitos, aos grupos e as culturas uma identidade sociológica estão agora mudando para construir novas noções de identidade na pós-modernidade. O sujeito social não é mais visto como único em si e assumindo apenas uma identidade, muito pelo contrário, atores e atrizes sociais são vistos como múltiplos e detentores de várias identidades fragmentadas que não necessariamente exigem coerência ou correspondência entre si. Este assumir identidades diferentes em momentos diferentes está relacionado, segundo o autor, a não objetividade das identificações na pós-modernidade que estão ficando cada vez mais provisórias, variáveis e problemáticas.

Portanto, a identidade coerente, unificada e definida desde o nascimento até a morte é apenas uma fantasia:

> Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13)

Desta forma, compreendemos que as identidades, até mesmo as de gênero são fluídas e momentâneas, ainda que se umas sejam predominantes ou prevaleçam por mais tempo. É justamente por isso que grande parte das sujeitas desta pesquisa, e aqui falo especialmente sobre as mulheres transexuais e travestis, que assumiram identidades masculinas durante muito tempo em suas vidas o fizeram por diversos fatores, contexto familiar, condições materiais, questões que implicavam sofrimento psicológico, mas acima de qualquer coisa e como veremos no capítulo seguinte, por um processo que parece ser, nestes casos, continuo e crescente: primeiro

se assume uma identidade masculina homossexual, depois se assume artista transformista/drag queen, identifica-se como travesti ou transexual. Podendo assumir novas identidades quando lhes for conveniente e adequado, pois elas estão se encaminhando cada vez para complexidade e não essencialização do sujeito.

Os momentos em que a sexualidade e que a prática artista é apresentada a família segue, geralmente, uma sequência de acordo com os impactos que se espera que esta última cause quando combinada a primeira. Entre uma e outra revelação, busca-se trabalhar vários pontos e diferenciações dentro do lar para que os familiares possam além de distinguirem cada categoria e quebrar preconceitos, entender com mais precisão o papel artístico exercido por cada uma delas.

Como é o caso de Perlla, que precisou "preparar o terreno" para que ficassem sabendo:

> **Perlla Rachelly:** Todas as pessoas sabem que me monto, sim. Meus amigos, minha família que é meu porto seguro, minha mãe e meu pai, todos sabem! Antes deles descobrirem eu fui mostrando a eles e ensinando tudo. Fui deixando tudo pronto pra não ter aquele choque (risos).

De acordo com a drag/transformista, esse "ir mostrando" trata justamente do caráter artístico das performances e de sua diferenciação de identidades de gênero, de transformações corporais permanentes e continuas, de como sujeitos se identificam e/ou como eles se expressam. Quanto ao choque, na fala de Perlla, pode indicar apenas surpresa por não pensarem como possibilidade que familiar se vista de mulher ou pode ser por não compreenderem do que se trata. Sendo o preparo da artista, sinal de sua preocupação com a desinformação sobre a diferenciação de cada uma das expressões e performances de gênero que poderia chocar seus parentes por não saberem exatamente o que sua montação representava, baseada nas pré-noções e nas (des)informações que recebem diariamente através dos meios de comunicação de massa e de instituições sociais que perpetuam dados não verídicos e carregados de ódio e preconceito. A necessidade de diferenciação entre identidade de gênero e performance

artística aparece ainda com mais força e mais ênfase nas entrevistas e conversas informais com mulheres transexuais e travestis, especificamente com Morganna Sky, Thuane Raylla e Light, onde estas apresentam a necessidade de repassar informações e conhecimento básicos sobre suas identidades, mas que a maioria das pessoas não tem acesso ou não procura compreender as diferenças e significados.

As reações de surpresa e estranhamento, estão presentes na experiência de tantas outras artistas que foram e/ou são o contato mais próximo de suas famílias e amigos com as artes transformista e drag queen, mas que acabaram sendo a ponte para conhecimento e crescimento para os que estavam em seu convívio e se dispuseram a compreender o que a arte é e como ela é, assim como sua diferença das identidades de gênero, como nas vivencias relatadas por Khloe e Luna:

> **Khloe:** Sabe sim, todos, inclusive me seguem no Instagram pra acompanhar, minha família estava no palco do bloco do Jacaré (2019) pra me acompanhar de perto, a reação de todos foi um pouco de surpresa por achar estranho, nunca viram uma drag queen de perto e eu fui a primeira, mas hoje são tranquilos com isso.
>
> Minha tia foi a primeira a saber, eu mesmo contei e depois fui contando aos poucos pra os outros, por último minha mãe porque ela era mais conservadora na época.
>
> **Luna Lion:** Com relação a me montar, as vezes mainha fala algumas coisas porque tenho irmãos pequenos. Mas no geral é bem tranquilo. Que não queria eu me montando em casa pra não influenciar eles. Na primeira vez que me montei, foi em casa, sempre em casa. Ela acompanhou tudo. Ela achou graça e perguntou se eu ia sair daquele jeito mesmo.

No caso de Luna, mesmo com sua aceitação por parte de sua mãe, segundo a própria, há um certo medo e crença de sua mãe na possibilidade de influência do processo de montação sobre seus irmãos mais novos, como um corrompimento destes sujeitos que ainda estão em formação. Na fala da drag queen, podemos perceber uma aceitação de sua mãe para sua atuação artística devido sua idade, assim como um maior nível de formação enquanto sujeito que seus irmãos ainda não têm, o que representaria um perigo da caracterização assistida por crianças. Talvez o posicionamento por parte da mãe de Luna seja justamente por compreendê-la como uma desviante social, e que, justamente por sua condição de desviante, também vista como contagiosa e influenciadora, fornece modelos de vida para pessoas "normais" que inquietas com esta normalidade, simpatizariam com o desvio e possam potencialmente tornar-se praticantes (GOFFMAN, 2008).

Mesmo sendo do conhecimento de sua família o fato de se montar, Laryssa encontra resistência e preconceito por parte de sua família em relação a sua arte, realidade bastante comum entre drag queens e transformistas, a de serem aceitas pela sexualidade, mas não serem

aceitas pela sua prática performática, permitindo que a artista exerça sua sexualidade, mas reivindicando que se encaixe e contribua para a continuidade dos padrões culturais heteronormativos ao não "se vestir de mulher", pois isso já "seria demais":

> **Laryssa Rachelly:** Graças a Deus todos sabem, sou um livro aberto em questão disso. Mas quando souberam foi bem difícil, mas até hoje há um preconceito em casa em relação a Laryssa. Eles não aceitam o fato que eu de vida a Laryssa, só não gostam que eu me monte.

A prática performática, no entanto, não aparece como um obstáculo para algumas artistas como Franciskelly, que afirma que sempre teve "*bom relacionamento com a família e sempre me aceitaram*" ou daquelas que vem do teatro e que possuem familiares envolvidos no meio artístico, como no caso de Normélia e Light: a primeira veio de uma família de grandes nomes na música e na atuação local e afirma não ter sofrido preconceito por parte dos familiares em relação ao se montar, sempre tento o "*apoio, admiração, carinho e respeito de todos ao meu redor*", nas palavras da artista; sendo a montação vista por seus parentes como uma possibilidade artística de criação e inovação, assim como diversão. Já Light, que diversas vezes dividiu os palcos com seu irmão gêmeo afirma que de sua família só recebeu amor, que compreendem a sua atuação montada nos palcos e nos programas de televisão pelo que ela é: sua profissão de atriz (durante o período da primeira entrevista ainda assumia identidade masculina). Mesmo antes de assumir-se mulher transexual, Letícia (artista que dá vida à Light) não encontrou preconceito pela sua prática performática, e ao falar para sua mãe sobre sua transexualidade não houve rejeição, assim como por parte de seu irmão, como relatado pela própria artista.

Nem sempre a artista chega a contar para a família sobre sua atuação, como o ocorrido com Jade:

> **Jade D'Ávilla:** Não! Hoje me dia a família sabe.. é.. e tudo mais... e todo mundo sabe [Antes] Era tudo muito escondido. As coisas eram escondidas na casa dos amigos, né? Eu uma vez fui sair.. a gente.. eu fazia hostes na Queen.. eu fui fazer hostes na Queen... Eu fazia hostes num evento lá e eu bebi demais nesse dia, fiquei louca demais, muito louca, trilouca e os meninos me levaram pra onde?
>
> Pra casa! Né? e aí foi que todo mundo descobriu e desse dia em diante passaram a ver fotos e aí depois eu assumi a Parada de Campina, a primeira, a segunda, a terceira e a quarta.. e.. e aí.. eu morava perto daqui, o percurso era esse e aí o pessoal lá de casa veio me ver e foi a primeira vez que me viram e aí pronto num num.. também foi um processo que foi acontecendo naturalmente e que não teve uma imposição de um lado e nem de outro, tá entendendo? E aí hoje em dia lá em casa todo mundo adora, minha irmã.. inclusive eu tenho uma irmã que frequenta e que vai há eventos que eu vou.. adora ir. E a outra já me maquiou e tudo, ela gosta de fazer maquiagem, e ela já ajudou com maquiagem no meu rosto, me ajuda a fazer maquiagem e tudo mais e esse processo.. .mas assim, eu acredito que assim, quando você tem cumplicidade, quanto você tem o

> respeito, quando você se mostra o respeito também, né? É... é interessante, as coisas fluem naturalmente.

O fato de não contar e ter sua atuação artística descoberta nem sempre pode ser tão bem visto pelos familiares, como foi no caso da artista acima. É comum que após a recuperação dos efeitos do álcool, a família exija que as atuações sessem sob o aviso de que serão expulsas de casa ou permanecerão sob restrições. Jefferson (artista que vive a Jade) nos relatou que,apesar de não ter tido uma conversa para explicar que não se tratava de uma travestilidade ou transexualidade, e sim de uma atuação performática, o artista foi trabalhando aos poucos esta compreensão ao mostrar fotos de eventos e na diferença das próprias técnicas corporais do ator e da personagem, deixando claro, apesar de não verbalizar oralmente, que há uma diferença entre Jefferson e Jade.

Como falamos a pouco, pessoas LGBTQIA+ tendem a esperar quase sempre por repulsa por parte da família após a saída do armário, tanto em relação a sexualidade e identidade de gênero, como ao assumir que atuam como transformistas e drag queens. Por isto, muitos e muitas, por vezes, contentam-se e agradecem o simples fato de não serem expulsos de casa, enquanto se submetem a tipos outros de violência que possuem caráter mais sutil. Desde a não recepção de namorados e namoradas, de exigir que o filho ou a filha não ande de mãos dadas com o parceiro ou parceira, não admitir que performem enquanto drag queen ou transformista, até não reconhecerem pelo nome social e tratarem-na pelo nome de batismo com o qual não se identifica, práticas de violência simbólica que não admite a existência de sexualidades, corpos, femininos, masculinos, identidades que não sejam heteroculturalmente adequadas, classificando sujeitos LGBT como inferiores dentro da hierarquia social.

A violência contra LGBTs pode não existir a partir de um confronto ou um posicionamento mais direto e aberto sobre a condição do sujeito, assim como também pode não ser identificado outros tipos de violência por aqueles e aquelas que o sofrem. Isto se dá justamente por identificarem a não expulsão de casa como um ato de aceitação e respeito máximo. Levantamos a possibilidade de os relatos de não violência encontrados aqui, poderem assemelhar-se a estas situações ao mesmo tempo que não pretendemos deslegitimar as afirmações feitas e as experiências relatadas por cada uma delas. Mas é importante reiterarmos que a vida de uma pessoa LGBTQIA+ não é sempre um espaço de aceitação e respeito, já que estamos todos dispostos dentro de uma estrutura sociocultural heteronormativa que também é estruturante do nosso pensamento e das nossas compreensões sobre nós mesmos e sobre as diversas possibilidades de existir, pensar, sentir e se relacionar consigo mesmo e com o outro.

5. SAINDO DO ARMÁRIO... SÓ QUE PARA OS BOYS

Assumir-se enquanto artista transformista ou drag queen é problemático não somente do ponto de vista familiar, mas também no que concerne as relações afetivo-amorosas. Para o homem cisgênero gay há certo receio em falar abertamente que se monta, para seu parceiro ou pretendente. Este "receio" se fundamenta nas relações de gênero e, portanto, de poder que fundamentam as relações sociais. Relações estas pautadas não somente numa normatividade heterossexista, mas também numa estrutura social machista, que sobrepõe a figura do masculino ao feminino, ambos essencializados em compreensões sobre o gênero que tentam reproduzir estas performances ideais. Assim como há ainda, demasiada confusão compreensiva sobre as performances artísticas drag queen e transformista com as identidades travesti e transexual.

A rejeição por parte do pretendente que pode ser por um desinformação sobre as práticas performáticas, deve ser, antes de qualquer outra coisa uma rejeição ao feminino, onde o objeto de desejo é não somente um corpo falocêntrico, mas igualmente uma performance de masculinidade e virilidade que talvez nem seja possível de ser encontrada na vida cotidiana: a do homem-macho, homem-bicho; a do "boy discreto" e "fora do meio", que não dá "pinta" e que não "desmunheca" ou, em termos outros, que não seja afeminado a ponto das pessoas questionarem sobre uma possível homossexualidade.

Mesmo após uma mudança de pensamento influenciada pelos movimentos feminista e LGBTQIA+ e após os avanços da teoria *queer*, que ajudou na reflexão sobre as relações de poder dentro de relações afetivas estabelecidas por gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, onde houvesse uma menor hierarquização entre os sujeitos, por exemplo, nas relações gay-gay, onde ambos homens homossexuais fora do armário se relacionariam e não há, necessariamente relações de poder pautadas por uma heteronormatividade, que um assume papel feminino e outro masculino dentro da relação. Pensando-se assim através de novos arranjos dentro da estrutura do desejo (se é que assim podemos chamá-la), onde os padrões de feminino e masculino, tanto de corpos, como de performances fossem repensados pelos indivíduos. – Ainda há uma grande demanda, principalmente entre homens gays cisgênero, de não quererem relacionar-se com outros gays cisgênero que são afeminados, pelo seu comportamento considerado inferior, justamente por implicar em "um distanciamento, uma ruptura com os protótipos gestuais e comportamentais masculinos" (PERLONGHER, 2008, p. 45).

Se consideramos que a gays afeminadas causam um distanciamento, travestis e transexuais nos colocam um abismo sem tamanho – ainda que, assim como todo sujeito, carreguem traços de masculino e feminino consigo –, enquanto drag queens e transformistas

brincam com essas noções o tempo inteiro através da efemeridade de suas atuações. E é precisamente neste ponto da efemeridade, do assumir uma fantasia, uma personagem e vestir-se de mulher que é objeto de estigma dentro do meio gay. Ainda que um gay não afeminado não apresente problemas em estabelecer relações afetivas com gays afeminados, o papel de travestir-se de outro gênero pode lhe ser incomodo por assumir características muito similares ao gênero que não lhe é objeto de desejo.

Desta forma constitui-se o estigma sobre as pessoas que se montam, e apesar deste ter passado por mudanças significativas ao longo das últimas décadas, ainda permanece forte. Parece-nos que a epistemologia do armário, pensada por Sedgwick, se relaciona também com o camarim e com as práticas performáticas de drag queens e transformistas. Ao sair do armário para o pretende a artista corre o risco de perder o *affair*, pois a maioria dos parceiros em potencial sentem-se, de alguma maneira afastados ao saberem que a pessoa que até então lhes interessa afetiva ou sexualmente atua como drag queen/transformista:

> **Luna Lion:** Além de eu ser uma gay afeminada, as pessoas já não se interessam muito, e costumo sair com make, não make Drag, vejo o preconceito com relação a isso. Quando sabem que me monto, pronto, aí que a pessoa perde o interesse. Mas já estou bem acostumado com isso e não procuro alguém, nunca estive a procura.
>
> **Khloe:** todas as relações são bem tranquilas (...) com excessão da parte amorosa, essa parte sempre vai ser um bicho de 7 cabeças pra uma Drag Queen. É muito difícil encontrar alguém que te apoie 100% como Drag Queen e ache isso incrível em você, sempre vai ser uma barreira na cabeça da outra pessoa, claro que não são todas, mas nem todo mundo sabe lidar com um namorado artista que trabalha em festa durante a noite que pode ou não está com você nesta festa e está sempre em contato e recebendo carinhos de outras pessoas.
>
> eu nunca escondi sabe, eu tenho receio de falar que eu sou a Khloe quando estou conhecendo alguém por que não sei como a pessoa vai reagir e se provavelmente vai deixar de ter uma conversa incrível por um preconceito interno, mas também há situações em que a pessoa lhe admira tanto como drag que esquece que existe outra pessoa por trás e acha que vai namorar a Drag e por ser fã isso ilude que não existe um pessoa normal como ela por trás, o artista, por que afinal ninguém namora a Drag, namora o artista.
>
> **Pesquisador:** Mas você acha que "esse bicho de 7 cabeças" é pelo fato do estrelato ou é pela interpretação do feminino em si?
>
> **Khloe**: o medo do feminino sim, é um fato.. muitos gays repreende a figura feminina, sendo um afeminado ou uma drag queen e isso vem embutido no medo do estrelato. **Pesquisador:** Então há um preconceito para com quem se monta? E como é a vida amorosa de você, artista que dá vida a Khloe? Já namorou? Houve algum impedimento por parte de algum parceiro, de falar que não gosta ou de não querer que se monte na frente dele?
>
> **Khloe**: Demais, dentro do meio todo mundo quer uma drag queen amiga, mas nunca como posição de namorado.

> já namorei sim, quando comecei a dar vida a Khloe eu ja namorava, no começo foi maravilhoso, aparentemente não existia nenhum problema e visualmente a pessoa admirava imensamente, mas depois algo foi esfriando e aconteceu exatamente o que eu lhe falei e eu fiquei em uma corda bamba entre largar a Khloe e ficar com a pessoa ou ficar com a Khloe e deixar ir

As falas das duas artistas acima, evidencia o desinteresse dentro do próprio meio gay pela figura feminina, através da percepção de ambas sobre menores possibilidades de flerte com outros rapazes devido seus comportamentos afeminados quando estão desmontadas. E mesmo que os pretendentes não vejam como um problema que sejam gays afeminadas, quando descobre ou lhes é revelado, principalmente durante as primeiras conversas, que se atua como drag queen/transformista, ocorre a perda de interesse, ainda que se perdurem mais conversas e flertes, há uma diminuição na quantidade de conversas, na duração das mesmas, na procura pelo outro e geralmente apresentam como obstáculo o estrelato e a vida noturna como uma problema para que a relação não progrida ou continue. Khloe nos coloca que apesar de ser um obstáculo, as saídas a noite e o contato com outras pessoas pode servir como desculpa para não admitir que não tem interesse em se relacionar com um homem que se veste como uma mulher.

Há também outro fator apontado por Khloe que faz com que a vida amorosa de uma drag queen/transformista seja sempre um "bicho de sete cabeças", que é a confusão do parceiro sobre a identidade do artista e da personagem drag, estabelecendo assim relações com o artista como se este fosse sua personagem e não distinguindo um do outro.

Este desinteresse pelo gay afeminado aparece em experiências ao longo de 20 anos, relatadas por várias outras artistas, assim como Jade:

> **Pesquisador:** Como foi esse processo para ele [seu parceiro]? Para contar a ele que a Jade existia e que ela ia continuar existindo? Ele sempre soube que você dava vida à Jade?
>
> **Jade D'Ávilla:** Não. Na verdade, assim, é.. é.. ele era muito novo na época e (...) aí o que é que acontece, a gente foi ficando, foi ficando, aquele negócio "vamo ficando hoje, ficando amanhã, ficando depois de amanhã e por aí vai..." aí no meu quarto tinha um mural, tipo isso aqui assim [aponta para o banner na parede], e tinha fotos de várias mulheres é.. era uma parede na verdade e tinha foto de várias mulheres, tinha eu e tinha Jade, lógico! Eu acho que umas 4 ou 5 da Jade e aí teve um... da primeira vez que ele foi pra lá, que ele entrou no meu quarto ele fez "olha! Quem é essa?", "Elis Regina. Leila Diniz. Fulana de Tal. aí é.. aí é uma prima minha", aí "hm. Então tá", aí "e aqui?", "minha prima. Essa daqui é essa! É que ela gosta de pintar o cabelo demais", por que tava com cabelos diferentes, né? E aí.. " e essa?", "é a mesma! Num tá vendo que é a mesma cara?" E aí passou um tempo... só que nesse tempo eu puxava a parada de Campina, acho que foi na segunda parada. Aí um amigo meu que conhecia ele também, ele [parceiro] não era de Campina, ele era de uma cidadezinha vizinha. Aí um amigo meu que conhece ele também foi e disse assim " ó! Tu vai lá em tal site que tu vai ver teu namorado.". E aí quando ele abriu tava eu em cima do trio montada, com dois gogo boys do tamanho do mundo do meu lado e ele não sabia.. Aí pronto, descobriu! Mas aí já fazia tempo que a gente tava junto e blá blá blá. Hoje em dia digamos que.. ele me acompanha nos eventos. Não é o fã mais, assim... aquele que diz "Ah! Vai lá! Faz isso! Aquilo!" mas me acompanha, me ajuda, é quem troca de roupa, essas coisas todas. Assim ajuda. Mas foi assim, foi desse jeito, ele

descobriu foi dessa forma. Aí depois teve que ter a conversa " sou eu..." é por que na verdade as pessoas tem esse preconceito muito grande, né? Antigamente era muito.. você se montar? Esquece! Por que você não ia arrumar um namorado mais. Por que as pessoas levavam muito pra esse lado " ah! Vai se prostituir!".. eu não sei se hoje é tão pesado quanto antigamente, mas antigamente era muito pesado essa questão. Se você tava se vestindo de mulher, aí meu filho, você tava carimbado pro resto da vida. Eu me montava... assim, mas eu não arrumava ninguém, nem pra dar selinho. Mas hoje assim, hoje a aceitação tá melhor, né? Assim, eu vejo que tá bem melhor.

Pesquisador: mas você sentiu, em outros relacionamentos anteriores, essa dificuldade com a Jade?

Jade D'Ávilla: Lógico...

Pesquisador: De alguém chegar pra você e dizer "não quero por que você se monta!"

Jade D'Ávilla:...com certeza. Muitas vezes. Pra você... Meus amigos, na verdade eles.. é tinha uma coisa boa.. que eu nunca gostei de me relacionar com homem, homem tipo hetero. Meus relacionamentos sempre foram com gays. É. Digamos.. é! Justamente! E aí eu sentia muito... é por que.. eu sempre ficava pensando "fulano. Ah quero ficar com fulano! Bora lá! Simbora, se jogar pra fulano..", né? Então chegava lá e fulano dava um rela em você na hora por que você se montava, ainda mais quando você passava a ser muito conhecido, aí você ficava estereotipado. Por que hoje em dia.. por que não tem mais essa assiduidade de eventos, né? Eu consigo ser reconhecido como Jefferson, mas houve um tempo que Jefferson não existia, quem existia era Jade.

Pesquisador: A Jade havia tomado conta de Jefferson...?

Jade D'Ávilla: Justamente... né? Então as pessoas me conheciam como Jade, ninguém tinha essa referência de Jefferson. Inclusive meus amigos mais antigos.. é.. é.. me chama até hoje de Jade, né? (...) Mas aí você acabava ficando estereotipado era Jade, Jade, Jade. Você rodava, viu? Pra dar um beijo na boca.

Pesquisador: É!.. e... isso também acontecia com as outras meninas? Você via acontecer? Era frequente?

Jade D'Ávilla: Não, por que as meninas aí, assim... tinham algumas que.. que não gostavam de se relacionar com.. que a gente chamava antigamente de.. é as pintosa, né? Pintosa não fica com pintosa. Então tinha esse preconceito, né? Então, você sabe.. a gente tem, a gente tem, o nosso seguimento é o que mais tem preconceito com outros, né? E a gente via muito isso na boate. Quando a gente chegava as barbies, né? Que é aquelas mais bombadinhas, que ficava no canto delas que nãos e misturava com as trava, "Não se mete com as trava que as trava são perigosa!", e aí.. as travesti também não se misturava com as drag e com as transformista e ficava muito... dentro já daquele gueto, ficava tudo muito, assim, as suas caixinhas, separadinhas, nas suas gavetinhas, né? E aí os meninos também não se sentiam a vontade de de de se relacionar. E se uma da gente se relacionasse com outra da gente ali meu filho era o fim do mundo! (ambos sorriem)... de jeito nenhum! Por que ali tava taxado "eita olha as sapatão, sapatão, sapatão!"

Pesquisador: a famosa quebração de louça...?

Jade D'Ávilla: ISSO! "Ah! Vai quebrar louça bicha! Vai quebrar louça, bicha!" porque... era queimar filme, entendeu? Então isso eu sofri muito pra arrumar um relacionamento, mas aí graças a deus hoje as coisas estão muito diferentes, né? E e e.. o olhar tem se modificado.

No relato do atual relacionamento da transformista, não há e nunca houve nenhum problema em relação a sua atuação performática – muito pelo contrário, há na verdade uma

ajuda em alguns momentos de preparação e a companhia em alguns eventos –, ainda quetenha encontrado diversos problemas em relações anteriores e até mesmo em conseguir estabelecer relações. Contudo o receio e medo que levaram a artista a esconder sua personagem de seu parceiro durante um período de tempo estão presente na vida de quase todas as drag queens e transformistas. O contexto é diferente quando a personagem fica muito famosa na cidade, por que passa a ser identificada pelo nome artístico mesmo quando não está montada, o que faz com que a figura da personagem esteja sempre presente e afaste os rapazes. No período em que Jade passa a ser mais conhecida que Jefferson, logo a dificuldade em encontrar paqueras cresce exponencialmente, "carimbando" a artista para o resto de sua vida.

Do ponto de vista afetivo-sexual se verifica o problema na diminuição de possíveis parceiros, mas do ponto de vista da relevância e publicidade da personagem, Jade passa a ser mais conhecida que seu "cavalo". Aqui a criatura passa a ser mais reconhecida que seu criador, validando assim sua relevância dentro do ramo artístico e apontando uma maior visibilidade para seu trabalho. Ser reconhecido enquanto Jade, dá a Jefferson um lugar secundário, igualmente importante, pois sem ele Jade não existiria, mas ainda assim, os holofotes se colocam sobre aa personagem mais preponderante na relação entre ambos. Jade aqui exemplifica o que acontece com muitas artistas, principalmente entre si ao se tratarem pelo nome artístico mesmo quando não estão montadas. Mesmo com o estigma do nome artístico sobre o ator ou atriz, o reconhecimento pelo seu trabalho funciona como uma validação da

qualidade e da relevância de seu trabalho frente ao seu público: seu personagem é bem interpretado e o fato de ser reconhecida enquanto está desmontada não implica na perda da magia ou do encanto sobre sua atuação.

Ao nos apresentar isto, a artista nos coloca outra questão: sobre o desejo e a visão sobre as relações afetivas estabelecidas por pessoas LGBTQIA+, quando afirma que há alguns anos atrás, quando iniciou como drag queen ouvia muito que "pintosa não fica com pintosa", ou seja, "afeminada não fica com afeminada", expressão-regra usada para regular o desejo e padronizar as relações homoafetivas dentro da heteronormatividade. Ao assumir que um gay afeminado não deve se relacionar com semelhante, coloca-se em evidencia a regulação da estrutura de um casal "aceitável" e mais adaptável às vistas da norma: que sugere que um gay afeminado deveria procurar parceiros que não tenham as mesmas características comportamentais, pois está diretamente ligada a idealização que se faz sobre a feminilidade e as práticas sexuais válidas, que são as falocentricas. Onde, na primeira o feminino é, no imaginário social, o corpo a ser penetrado – e o gay afeminado, em suas práticas sexuais deve corresponder e assumir o papel que supostamente é da mulher; enquanto na segunda, estabelece como necessidade que exista

sempre um falo para penetrar, pois só assim haveria uma relação sexual válida. É, portanto, a combinação destas duas regulações (a necessidade de um falo para legitimar uma relação sexual e a posição de um corpo feminino a ser penetrado) que relacionadas estabelecem uma terceira: numa relação homossexual aceitável dentro da heteronormatividade e que há um gay afeminado, há o imperativo de que o outro gay não o seja, para que este assuma o papel e represente, através da sua performance cotidiana, o corpo que carrega o falo, logo se encaixando como o homem dentro de uma relação heterossexual.

Quando dois gays afeminados, assim como dois artistas drag/transformista, se relacionam são chamados de "sapatão" e classificados pelo próprio grupo como transgressores ou desviantes da conduta normativa esperada. Tal como se fossem duas mulheres, deveriam procurar parceiros mais masculinos que assumissem a posição do homem e não outro tão afeminado quanto si próprio, para não ferirem a heteronormatividade. Já quando dois gays masculinos se relacionam não ocorre problematização ou transgressão semelhante: são lidos como gays que se dão ao respeito e que são "machos", elogiados por apesar de ter um desejo desviante do padrão heterossexual, mantém as aparências e não "desmunhecam". E por mais que as pessoas, ao saberem da relação afetiva entre eles se perguntem sobre quem é o sujeito que penetra e quem é penetrado, esta questão não é externalizada com tanta frequência como ao se deparar com uma relação entre dois gays afeminados que se questiona quem é o "ativo" e quem é o "passivo", pois supostamente seriam penetráveis e não penetradores, sexualmente.

Assumindo que gays afeminados não possam ser ativos e que, novamente, só existem relações sexuais quando ocorre penetração.

São construídas ao longo das décadas as nomenclaturas de gênero (PERLONGHER, 2008) que tem como objetivo, não somente delimitar identidades através dos comportamentos dos sujeitos, como discriminar por grau de feminilidade aqueles que são desviantes da norma. Além disso produz uma dicotomia entre homem e a *bicha*, como percebe Fry (1982) no contexto de Belém na década de 1970. O homem gay seria o de comportamento sexual ativo, enquanto a bicha seria o de comportamento sexual passivo, mas estas interpretações são igualmente expandidas para suas performances cotidianas, fora do ato sexual. A bicha, a afeminada, a afetada, a fanchona, a sapatão, a caminhoneira, serviram para classificar gays e lésbicas de acordo com seu grau de performance do feminino e masculino e hierarquiza-los sobre o quão mais transgressora sua performatividade de gênero é.

No período em que Jade D'Ávilla nasceu – há pouco mais de 20 anos – havia um estigma ainda mais forte e "pesado" sobre a atuação transformista e drag queen, que é sua associação, generalizante, à prostituição. Não negamos que tal prática possa ter ocorrido em outros

contextos e lugares ou até mesmo em Campina Grande, ainda que não nos tenham sido relatadas relações sexuais mediadas pelo dinheiro ou mesmo enquanto estiveram montadas; da mesma forma, além de ser uma perspectiva genérica e reducionista, tal questão se afasta dos objetivos deste trabalho. Entretanto, a atribuição de uma quebra performática (mesmo que efêmera como na atuação drag/transformista; ou no caso das identidades de gênero de travestis e transexuais) do binômio sexo/gênero ao comércio sexual nos aproxima da realidade em que:

h) há um mercado específico que demanda e procura por homens vestidos de mulher (drag queens e transformistas), travestis e transexuais para relações sexuais reguladas pela troca monetária;

i) há uma oferta por parte de algumas dessas pessoas, que devido a contextos sociais adversos acham no comércio do desejo a possibilidade de sobrevivência;

j) uma generalização da condição do feminino e, consequentemente do homossexual que ao se vestir como mulher, procura por práticas sexuais.

Há em alguns casos certa negociação das artistas com seus parceiros sobre a montação, principalmente quando não lhes agrada o fato de se montarem. As negociações podem ser diversas, desde não querer ver a pessoa enquanto está se montando; não sair com a pessoa montada; não querer saber da atuação performática da artista; de colocar a arte como uma questão para o relacionamento não continuar, exigindo então que pare de fazê-lo; da mesma forma, apesar de mais incomum, o namorado/marido pode querer sair montado junto com a drag ou transformista, como forma de partilhar experiência e de não ficar "de fora" deste aspecto da vida de seu parceiro-artista. Com Laryssa ocorreu de no seu relacionamento não ter uma boa recepção no início por parte de seu parceiro, mas aos poucos ela trabalhou na diferenciação da personagem e do artista, atualmente recebendo bastante apoio por parte de seu namorado. Ponderamos que provavelmente muitos parceiros de drag queens e transformistas ao tomarem conhecimento de suas práticas artísticas, pensem que estariam a um passo de dar início a um processo de transição por meio de uma identificação com as identidades travesti ou transexual, o que, apesar de poder acontecer e não ser um fenômeno considerado raro, revela medo sobre a identidade e o quão objeto de desejo o corpo da artista (ao estar desmontada) possa ser.

Esta confusão nos aponta o quão forte é a visão médica e biológica sobre os corpos, sexo e gênero dentro da cultura ocidental, onde se pensa não só um conjunto de características físicas e comportamentais para os gêneros homem/mulher, mas acima dela o órgão genital, que através dele classifica as pessoas que são desejáveis, como, por exemplo, no caso de homens que desejam e fetichizam mulheres transexuais que não passaram por cirurgias de

transgenitalização, e travestis; homens cisgênero gays que não se relacionam com homens transexuais gays; ou mulheres cisgênero lésbicas que não se relacionam com mulheres transexuais lésbicas, que igualmente não passaram por cirurgias de redesignação sexual. Para exemplificar estas relações cis-trans, recorremos aos seguintes estudos: o primeiro feito por Bischof *et al* (2011) que estudaram casos clínicos de relacionamentos entre mulheres cis gênero e mulheres trans, onde com o avanço do processo de transição das parceiras trans ocasiona uma diminuição ou extinção das práticas sexuais em quase todos os casos estudados; o segundo desenvolvido por Brown (2010), onde a autora estuda relacionamentos entre mulheres cisgênero com homens transgênero, afirmando que o avanço nos aspectos fenótipos dos homens trans possibilitou uma maior variedade de práticas sexuais e maior prazer em ambos. Uma terceira proposta contida no estudo de Kins *et al* (2008) que afirma não haver diferenças significativas na satisfação relacional e sexual existente entre casais cis e casais compostos por uma mulher cisgênero e um homem trans. Sobre estes trabalhos, Alexandre & Santos (2019) colocam que apesar de serem poucos os estudos dedicados a relações entre pessoas cis-trans em praticamente todas as áreas do conhecimento cientifico, através destes três exemplos, há uma maior aceitação em casos de relações heteroafetivas, como nos feitos por Brown e por Kins *et al*, em que há uma mulher e um homem, em relação ao primeiro, onde há duas mulheres na relação, sendo uma cis e outra trans. Os autores chegam à conclusão de que há uma lógica heteronormativa que regula também o desejo e as relações entre pessoas cis-trans, e no caso de pessoas que são trans e homoafetivas, há ainda a relação com seu parceiro ou parceira e o processo de transição.

Já Thuane, que mesmo sendo travesti, optou por não fazer hormonioterapia, assim como modificações corporais estéticas, tomando uma "montação estratégica" (DUQUE, 2011), revela que por ser lida como um homem cisgênero gay afeminado, encontrou dificuldades em relações pelo não desejo pelo corpo masculino que *performa* enquanto mulher, e que seu atual parceiro não aceita sua atuação, admitindo que há uma menor frequência na sua montação em decorrência disso. Por ele não gostar ela diminui a frequência, mas afirma não cessar, afinal, é ao se montar que Thuane assume sua identidade real e sente-se ela mesma. Enquanto Light, durante muito tempo ser lida e assumir identidade de homem cisgênero gay afeminado, em um relacionamento anterior, quando havia deixado o cabelo crescer, pois já pensava em dar início ao processo de transição, a artista confessa que não havia problemas em relação a sua atuação enquanto ator e transformista, mas o tamanho do seu cabelo era apresentado como problema, e que em determinado momento exigiu que ela o cortasse, por ultrapassar o nível de feminilidade que o parceiro aceitaria, como relatado pela própria artista em entrevista cedida

a Karina Espínola (@ka_espinola), feita de forma online através da rede social Instagram. Nas experiências relatadas por estas duas artistas sobre sua travestilidade não "aparente" e transexualidade recém assumida, respectivamente, a performance do feminino é recusada pelos seus parceiros, que não aceitam sua condição de travesti e transexual, assim como não aceitam suas performances pontuais, diminuindo assim sua frequência, e no caso de Light, abdicando de si mesma, assumindo durante muito tempo uma identidade de gênero com a qual não se identifica.

Em outras experiências que nos foram relatadas, não houve problemas em relação a encontrar parceiros, "mesmo sendo um gay afeminado", como nos relata Franciskelly, segundo a qual não existiu recusa por parte dos pretendentes, nem a transformista identifica que teve dificuldade, ainda que reconheça que há homens gay que não querem namorar com outros gays (afeminados ou não) que se montam. Semelhante são as experiências de Perlla Rachelly, que atribui a não dificuldade em encontrar parceiros e nenhum obstáculo no seu relacionamento de 6 anos, por sempre ter colocado sua personagem e sua performance enquanto drag queen no âmbito público e consequentemente, se aproximado dela quem já tivesse conhecimento de seu trabalho; e de Normélia, que pela sua profissão de ator e produtor cultural, não encontrou problemas em encontrar parceiros e parceiras que compreendessem sua montação como seu trabalho e lazer.

Morganna Sky, assim como tantas outras artistas drag queens e transformistas, enquanto ainda assumia uma identidade masculina, escondia ao máximo de seus namorados, justamente pelo medo de descobrirem e acabarem o relacionamento, e em grande parte de suas relações isso aconteceu. Entretanto a artista passou por outros relacionamentos em que se montar não era um problema. A transformista tem observado uma maior aceitação dentro da população LGBTQIA+, afirmando um maior avanço no pensamento e compreensão, principalmente por parte dos homens cisgênero gays, que aparentemente tem criticado o desejo pela figura do homem-macho, do gay discreto, fora do meio:

> **Morganna Sky:** então, amigo, no começo que eu comecei a me montar, a fazer show eu sempre escondi dos meus namorados, né? Que.. eu me montava, fazia show, né? Teve uns quatro ou cinco namorados meus que quando descobriram num.. num curtiram isso, não., sabe? Eu me vestir de mulher, entendeu? Eu escondi o máximo que eu pude, né? Mas hoje em dia o tempo mudou, as coisas vem mudando. Eu conheço gays.. estou falando em gay , por que meu relacionamento hoje não é um relacionamento gay, meus relacionamentos hoje são.. é um relacionamento heterossexual, né? (...) Meu relacionamento é hetero por que eu me vejo uma mulher, né? E os homens que saem comigo me veem uma mulher.. também. Então é um relacionamento heterossexual, né? Maaas eu falo do começo, né? há uns 10 anos, 15 anos atrás, quando eu me montava eu escondi muito isso dos meus namorados, né? Teve dois que soube e continuou comigo numa boa, sabe? Mas o resto não quiseram mais saber de mim porque soube que eu montava fazia shows de drag, essas coisas.. eles não curte.. não curtiam isso, não. mas

> hoje em dia eu vejo muitos gays namorar drag, heteros também, né? Namorar bichas que se monta numm.. as coisas foram ficando mais modernas, né? Hoje em dia.

Ao questionarem um padrão no desejo de grande parte dos homens gays, os movimentos gays e lésbico apontam a predominância do desejo pelo "passável", discreto e que tenha músculos grandes, mas também técnicas corporais de performances historicamente masculinas, mais rígidas, imponentes, agressivas e até violentas que eternizam a imagem do homem-macho, que não correspondem à realidade e que em grande parte das vezes a performance associada ao homem heterossexual o colocava no lugar do sujeito desejado. Situação semelhante encontrada por Nestor Perlongher ao falar sobre o não identificar-se homossexual, apesar de estabelecerem relações sexuais com outros homens, por parte dos michês. Este desejo pelas performances masculinas dentro do cenário homossexual que foram relatados por Morganna e Jade, limitava a possibilidade de relações afetivas e sexuais que um homem gay afeminado poderia vir a ter. Apesar de décadas de discussões sobre a origem desse desejo e seus significáveis mudanças e emersão de novos padrões de desejo, há ainda uma massiva recusa e não desejo por homens gays que performem feminilidade, especialmente com homens que atuam como drag queens e transformistas, que seria uma violação ainda mais séria da conduta de masculinidade que deveria ser seguida pelo sujeito macho (aquele que possui um pênis) daespécie humana, como nos apontam artistas mais novas.

6. CONCLUSÕES

Desta forma, compreendemos que o armário não só faz parte da vivência de pessoas LGBTQIA+, mesmo que elas tenham se utilizado dele por curtos períodos de suas vidas, mas também que há uma sequência de saídas no caso de artistas drag queen e transformista. Podemos pensar essa saída do armário como dividida em partes, assim como podemos compreende-las como duas saídas distintas – que é a concepção que assumimos aqui -, pois há uma preocupação e uma diferenciação entre ambas. Afinal, ser artista transformista e drag queen não está relacionado a homossexualidade ou transexualidade e travestilidade, ainda que possamos perceber que há uma predominância de homens gays cis e mulheres trans e travestis atuando nestes tipos de performances.

Esta dupla saída implica em dois momentos igualmente complicados que simbolizam uma cisão nas relações sociais e nas fachadas construídas ao longo da vida. No caso das artistas entrevistadas, elas apresentavam trejeitos afeminados desde muito cedo, o que, de acordo com as mesmas, facilitou a compreensão de suas famílias em sobre suas sexualidades e suas

identidades – que inclusive são histórias que simbolizam pontos fora da curva, quando comparamos aos diversos relatos de violência e abandono às pessoas LGBTQIA+.

Ao assumir-se gay/bissexual esses homens tomam cuidado com sua associação ao feminino, as transformações de gênero e as identidades trans e é por este motivo que não revelam que se montam de imediato, afinal, como nos relatam várias artistas durante a pesquisa "as pessoas ainda confundem as identidades com as performances artísticas". Então percebemos uma sequência nas saídas dos armários, configurando-se como dupla: primeiro se assume homem gay cisgênero e depois se revela as práticas de montação e performances drag e transformista. É muito raro algum homem assumir que se monta antes de assumir-se homossexual e quando isto acontece, geralmente se dá no contexto do teatro, que a família compreende as práticas transformistas como possibilidade de atuação profissional antes de questionar a sexualidade das artistas.

Desta forma, podemos perceber o papel que o feminino assume dentro das próprias artistas, que mesmo tendo performando, decidem ir por etapas, pois falar que se montam ao sair do armário é demais para os familiares e amigos. Claro que isto é um reflexo do papel do feminino na nossa sociedade, que está sempre sendo colocado em posições simbólicas, culturais, sociais e políticas em posições inferiores. É importante ressaltar que esta estratégia é uma forma de evitar a expulsão de casa – algo que sempre passa na cabeça de todo LGBTQIA+ antes de assumir-se –, com medo da rejeição e do abandono afetivo e material de seus familiares.

Percebemos ainda uma tripla saída do armário no caso de mulheres transexuais e travestis que encontram nas performances artísticas a possibilidade de assumir suas identidades femininas, posteriormente deixando a montação efêmera de lado e passando a modificações corporais permanentes através de hormonioterapia e injeção de silicone, até cirurgia de redesignação sexual. Dentre as artistas trans, algumas dizem que já se percebiam trans antes de fazerem shows e descobriram lá uma possibilidade de se sentirem mulheres de verdade, enquanto outras só se "encontram consigo mesmas durante este processo de se montar", dando a entender que viviam cegas sobre si mesmas e relatando que não conseguiam compreender de onde vinha tanta raiva e tristeza guardadas dentro de si. Este processo de saída para as artistas transexuais e travestis que entrevistamos durante a pesquisa revelaram que não houveram grandes conflitos, que foi um processo libertador se assumir transgénero e que as montações gradativas e cada vez mais frequentes já eram interpretadas pelos familiares como uma possível identidade trans.

Há uma escassez, apontada pelas interlocutoras, na quantidade de possíveis relacionamentos quando os homens cis que se montam tem sua personagem drag queen ou transformista amplamente reconhecida, pois suas performances são associadas a identidades trans; e mesmo quando deixam claro que não se identificam como mulheres travestis e transexuais, a rejeição que seus affairs tem por homens afeminados e que não performam virilidade e estereótipos de masculinidade é colocada como um problema. Sob a justificativa de que não sentem atração, diversos homens cis gays procuram por parceiros "discretos e fora do meio", que não apresentam em suas performances cotidianas quase nenhum trejeito de feminilidade, que é colocada como motivo pela violência sofrida por esses "gays que querem ser mulheres e não agem como homens". Ao assumirem que se montam para os parceiros, logo de cara grande parte dos pretendentes somem e perdem o interesse em relacionar-se com o sujeito. Assim, podemos concluir que o armário se configura como um local simbólico de refúgio e de aparências e que sua saída é tão violenta quanto viver dentro dele.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Vinícius; SANTOS, Manoel Antônio dos. Experiência Conjugal de Casal Cis- trans: contribuições ao estudo da transconjugalidade. *In*: **Psicologia. ciência e profissão**. Brasília, v. 39, n., p. 75-97. 2019. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000700314&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 de mar. de 2021.

BECKER, Howard S. **Outsiders. Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BICHOF, Gary H. *et al*. **Thematic Analysis Of The Experiences Of Wives Who Stay With Husbands Who Transition Male-to-female. In: Michigan Family Review**. v. 15, n. 1, p. 16– 34. 2011. Disponível em: https://doi.org/10.3998/mfr.4919087.0015.102. Acesso em: 24 de mar. de 2021.

BROWN, Nicola R. The Sexual Relationships of Sexual-minority Women Partnered With Trans-men: a qualitative study. *In*: **Archives of Sexual Behavior**. v. 39, n.2, p. 561-572. 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s10508-009-9511-9. Acesso em: 24 de mar. de 2021.

DUQUE, Tiago. Montagens e Desmontagens - desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes. São Paulo: Annablume, 2011.

ERIBON, Didier. **Reflexões Sobre a Questão Gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008. FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. *In*:_____. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982. p. 87-115.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KINS, Evie *et al*. The Female-to-male Transsexual And His Female Partner Versus The Tradicional Couple: a comparison. *In*: **Journal of Sex & Marital Therapy**, v. 34, n. 5, p. 429– 438. 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1080/00926230802156236. Acesso em: 24 de mar. de 2021.

PERLONGHER, Nestor. **O Negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo.** 2 ed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. *In*: **Cadernos Pagu** [online]. 2007, n. 28, p. 19-54.

JUVENTUDES, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AÇÕES COLETIVAS

CAPÍTULO XXVII

JUVENTUDES E MOBILIZAÇÃO POPULAR: UM ESTUDO SOBRE OS MOTIVOS DE SER E PERMANECER "REBELDE" EM BELO HORIZONTE E SUA REGIÃO METROPOLITANA

Lucas Andrade Monteiro de Castro [1]
Raíssa Paola Evangelista Duarte [2]
Sérgio Gabriel Maris Freitas da Silva [3]

[1] Graduando de Licenciatura em Ciências Sociais, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: lulucascastro1998@gmail.com.
[2] Graduanda de Licenciatura em Ciências Sociais, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: raissaduarte1997@gmail.com.
[3] Graduando de Licenciatura em Ciências Sociais, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: sgsergio37@gmail.com.

RESUMO

A proposta deste trabalho é analisar como os jovens "rebeldes", que lutam por direitos sociais, entendem a construção social que os rotula enquanto tais, se apropriando e subvertendo os estigmas negativos da "rebeldia". Parte-se, aqui, do pressuposto de que as pessoas que estão organizadas em movimentos sociais, coletivos e partidos políticos, assim estão, pois acreditam que esta é a melhor forma não somente de resistir, mas de combater o *status quo* e, junto a isso, entendem que apenas coletivamente essa mudança se faz possível. Dessarte, o trabalho procura indicar como uma fração dos jovens "rebeldes" constroem laços comunitários, a partir de suas lutas cotidianas na reivindicação de direitos. Portanto, para a realização desse trabalho, escolhemos a cidade de Belo Horizonte e a sua Região Metropolitana, analisando o perfil de jovens entre 15-29 anos, para traçar paralelos e desenvolver a pesquisa.

Palavras-chave: Juventude, Rebeldia, Organizações.

ABSTRACT

The purpose of this work is to analyze how young "rebels", who fight for social rights, understand the social construction that labels them as such, appropriating and subverting the negative stigmas of "rebellion". Here, we start from the assumption that people who are organized in social movements, collectives and political parties are, because they believe that this is the best way not only to resist, but to fight the status quo and, together with this, they understand that only collectively this change is possible. Thus, the work seeks to indicate how a fraction of "rebel" young people build community ties, based on their daily struggles to claim their rights. Therefore, to carry out this work, we chose the city of Belo Horizonte and its Metropolitan Region, analyzing the profile of young people aged 15-29, to draw parallelsand develop the research.

Keywords: Youth, Rebellion, Organizations.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva confrontar duas imagens: a de que as juventudes que se mobilizam por direitos sociais na cidade de Belo Horizonte (BH), e na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) são lidas como rebeldes, pela sociedade civil; com as possibilidades de subversão da rebeldia como uma qualidade positiva, por essa juventude. Nesse sentido, é importante considerarmos que os rebeldes só o são, porque lutam contra um *status quo* que quer acabar com a rebeldia, mas não com os motivos de ser e permanecer rebelde. Consequentemente, os estigmas que constituem a ideia negativa da rebeldia, agem de maneira a normatizar os comportamentos sociais vigentes, a partir do adestramento de seus corpos e mentes (FOUCAULT, 2013), para que não sejam mais capazes de transformar a sua realidade,a partir do sentimento de indignação com a ordem vigente. Esse sentimento é, na verdade, castrado.

Para além disso, a indignação expressada pelas juventudes rebeldes, suas movimentações, mobilizações e construções, quando estes estão buscando modificar a sociedade e lutar por direitos: à cidade, à cultura, à moradia, à alimentação, ao lazer e à liberdade sexual, por exemplo, é uma indignação legítima. A saber, na falta desses direitos, a própria noção de cidadania é abalada, contemplando poucos grupos sociais. Dessa forma, a democracia é excomungada pela sacralização do *status quo*, via a ideologia dominante (MARX, ENGELS, 2009), disciplinaridade e adestramento. Então, a ação rebelde é essencial para a vivacidade da democracia, e sua efetiva realização. A rebeldia é essencial para que as estruturas opressoras sejam avaliadas criticamente e consigam ser reparadas, ou até mesmo refeitas.

Dessa forma, a mobilização dos rebeldes é sim legítima, pois reivindicam o que é seu por direito, sendo importante como fator constitutivo da identidade pessoal e coletiva. Para essa construção, é fundamental a interação com a realidade objetiva, com o social e suas implicações materiais.

A partir dessas considerações, este artigo reflete sobre a importância da participação da juventude e de suas ações coletivas, e da necessidade de mobilização nos processos de análise e sistematização das necessidades reais das juventudes rebeldes, com o objetivo de entender a constituição da rebeldia, e sua subversão pela juventude.

2. A CONSTRUÇÃO DO REBELDE

A definição da palavra rebelde é relacional, porque ela depende de algo/alguém que exerça o papel de rebelde, e de algo/alguém a se rebelar. O dicionário Michaelis On-line, nos dá as seguintes definições

> rebelde re·bel·de
>
> adj m+f sm+f
>
> Que ou quem se revolta ou se insurge contra o governo ou contra a autoridade legitimamente constituída; insurgente, insurreto; rebelionário, revel, revoltado.
>
> Que ou quem se recusa a obedecer; que ou quem não se submete; *indisciplinado, insubordinado.*
>
> adj
>
> Que não se deixa domar*; bravo,* bravio*, indomesticável.*
>
> Diz-se de doença difícil de curar ou de debelar.
>
> Diz-se de cabelo difícil de ser penteado ou escovado.[1]

Então, percebe-se que a ideia do que significa ser rebelde, é perpassada por caracterizações negativas como questionador da "autoridade legitimamente constituída" - que só obteria, de fato, essa legitimidade sobre o pressuposto de garantir os direitos vários que competem a um cidadão, e à pessoa humana -, adjetivando esse questionador como "indisciplinado", "insubordinado", "bravo", e "indomesticável". Ou seja, as relações de poderque envolvem a disciplinaridade, a subordinação, a passividade e a domesticabilidade, agem de maneira (até na própria linguagem), a estigmatizar a revolta e a mudança que ferem o *establishment*.

Esse ímpeto conservador de repulsa às ideias de "anti-modernização urbana" defendidas pelos rebeldes, se apresenta também nos debates sobre o direito à cidade, como no processo de gentrificação na Avenida Presidente Antônio Carlos. Tudo isso foi justificado a partir da ideia do "moderno", do "progresso", no período da Copa das Confederações de 2013e da Copa do Mundo de 2014, em que o Brasil foi escolhido, em 2007, para sediar essas duas

[1]Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/rebelde>. Grifos nossos.

competições da Federação Internacional de Futebol (FIFA), em doze capitais e uma cidade da Região Metropolitana.

Diversas pessoas sem ligação com movimentos políticos, assim como vários grupos organizados em coletivos políticos tomaram as ruas em 2013, no que ficou conhecido como "Jornadas de Junho" ou "Manifestações de Junho de 2013". Essa movimentação teve seu início em São Paulo, contra o aumento de dez centavos na passagem de ônibus, mas rapidamente se espalhou pelo território nacional e as pautas e os grupos se multiplicaram, paramuito além, da insatisfação com o aumento das passagens do transporte público. Os organizadores do protesto na capital paulista, assim como em outras cidades, tiveram problemas com pessoas que levantaram bandeiras de partido, dizendo que estavam ali por um bem maior, pelo Brasil e que partidos não deveriam participar, como se uma coisa fosse dissociável da outra. Já em Belo Horizonte, o discurso de abaixar as bandeiras não foi bem visto e houve resistência de parte considerável dos manifestantes, gerando atrito com outros grupos de pessoas. As dinâmicas variaram consideravelmente conforme as regiões e as demandas específicas de cada local.

O movimento foi composto por indivíduos insatisfeitos com o governo por razões próprias e, por outro lado, pessoas engajadas na luta dos movimentos sociais coletivos, que apresentaram suas próprias demandas internas, representando o caráter heterogêneo das mobilizações. Os organizadores utilizaram do alcance da tecnologia para propagarem oslocais das manifestações, a utilização de mídias sociais como o Facebook, Instagram, Twittere blogs foram essenciais para o sucesso dos atos. As mídias sociais ficaram repletas de publicações nessa temática, convocações para participar dos Atos Nacionais, manifestações específicas que objetivaram mobilizar e insurgir o país. Surgia assim, uma nova maneira de seexpressar de modo democrático e legítimo. O fortalecimento da liberdade de se comunicar possibilitou um caminho hábil e célere para o diálogo entre os manifestantes acerca dos rumosdos protestos.

Os jovens vêm se manifestando cada vez mais pelas redes sociais, usando o suporte das novas tecnologias digitais para se organizar. Porém, isso tem sido, acima de tudo, um meio, e não anula o sentido político da ação. Além disso, as redes virtuais divulgam, convocam e expressam posicionamentos claros e ideológicos. Entretanto, essas ações virtuais,somente, não causam tanto impacto e não possibilitam transformações e aprofundamento do debate político, ainda que, em algumas situações, é no interior de sub-redes que interagem com outras sub-

redes[2], que mensagens conflitivas aquecem o debate. Eles pedem muito mais do que só um debate aquecido, afinal clamam por ações, e mudanças efetivas, que batam de frente com o *status quo*, em uma ruptura com o tempo presente e a construção de um novo futuro.

As manifestações foram as maiores organizadas pelos brasileiros desde o período das "Diretas Já'" e do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Parte considerável da população não se sentia representada pelos seus governantes, passando a se desiludir com a política e causando uma ebulição social. Ainda assim, dois lados políticos, que são antagônicos, ganharam simpatizantes, deixando um amplo espaço para a disputa pela politização. A esquerda radical - capitaneada pelo PSOL, PSTU, PCB e UP (ainda nãoregistrado como partido na época) - estavam presentes nas ruas, assim como outros coletivos da juventude, de movimentos sociais e sindicais, atraindo o interesse de muitos interessados nessa linha política. Mídias autônomas e independentes (Mídia Ninja, Jornalistas Livres), também à esquerda, ganharam espaço no universo das redes sociais. No entanto, quem atraiu para si mais engajamento e adeptos foram os movimentos da direita, que apresentaram pautas liberais-conservadoras com forte discurso anticomunista, como o MBL, o Vem pra Rua e alguns *youtubers* "anarcocapitalistas", por exemplo, o Raphael Lima, do Ideias Radicais. O resultado dessa ampla mobilização e adesão dos cidadãos à política, seja de um lado ou de outro, foi refletido nas urnas e nas lutas, com representantes desses movimentos sendo eleitos pelo voto popular e disputando a linha ideológica da população, como também as ruas.

Com o início da Copa das Confederações, em junho, os olhares dos brasileiros se voltaram para essa competição, visto que a FIFA impôs diversas exigências para a realização da competição em nosso território, que resultou em reformas bilionárias de estádios, ingressos caros e mudanças nos entornos do estádio, que comprometeram diretamente a vida de ambulantes e comerciantes locais. Essa situação gerou revolta de muitos e, principalmente, por parte dos jovens, que questionavam os líderes políticos por descaso com as trabalhadoras e trabalhadores mais precarizados[3], já que vários estavam sem emprego e com inúmeras

---

[2] Entendemos por sub-redes, grupos menores que se organizam nos meios digitais para articular mobilizações com outros grupos menores. Seria, então, uma comissão organizativa das mobilizações. Geralmente, são grupos partidários, e aqui tidos como grupos "rebeldes", da esquerda-radical.

[3] "O nível da ocupação, de 2013 para 2014, apresentou expansão de 55,8% para 56,8%. De 2013 para 2014, a participação dos empregados na população ocupada caiu de 62,0% para 61,0%. O percentual de pessoas com carteira de trabalho assinada também apresentou queda, de 64,3% para 57,9%, na população dos empregados, assim como no contingente de trabalhadores domésticos (de 32,8% para 27,2%)." Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/trabalho>. Acesso em: 24/06/2021.

dificuldades de acesso à saúde, à cultura, ao lazer, ou seja, sem os direitos básicos, garantidos pela Constituição de 1988, mas que muitas vezes não são cumpridas.

Desse modo, as manifestações foram duramente reprimidas, havendo grupos de manifestantes criminalizados na grande mídia, como os movimentos *black blocs*, principalmente. A competição seguiu, bem como os protestos ao redor dos estádios, no qual continuava contando com milhares de manifestantes. A FIFA e os demais órgãos responsáveis não atenderam as demandas, e a competição continuou. O Brasil se sagrou campeão da Copa das Confederações, por 3x0, contra a Espanha, em um torneio que demandou uma infraestrutura aquém da reivindicada pelas trabalhadoras/trabalhadores e rebeldes, abandonados pelos governos.

Dessarte, considerando a má gestão no âmbito dos gastos com os serviços públicos e de políticas públicas eficazes, que poderiam melhorar a vida dos cidadãos, o mote "Copa para quem?", acabou dando nome ao movimento de "Não Vai ter Copa".

O investimento público na Copa foi defendido de acordo com o argumento de um projeto de retorno e desenvolvimento para os projetos de racionalização econômica e sociais. Esse é o argumento governamental adotado para acelerar a desapropriação de imóveis residenciais, a suposta segurança e a modernização da mobilidade urbana, que segundo o governo seria benéfico para todos os cidadãos.

As remoções dos moradores de suas casas são arbitrárias, na maioria das vezes, os moradores expressaram o desejo de não deixar suas moradias, alegando vínculo afetivo com os bairros onde vivem, ou no caso dos pequenos comerciantes, alegando o fato de que são em sua maioria não poderiam dar continuidade à atividade comercial em outros locais. No Brasil, práticas de locação social estão fortemente ligadas a processos de segregação urbana, a contabilização de custos em torno de imóveis ocupados por esses moradores, muitas vezes não estão com seus registros regular, estabelecendo um valor comum a ser pago para locação que desconsidera a ocupação do imóvel, como direito a ser assegurado.

Durante a Copa de 2014, as cidades que sediaram o evento, obtiveram suas paisagens geridas e avaliadas, tomando como parâmetro as exigências impostas pela FIFA. A gestão da segurança e da mobilidade urbana como condição para a realização dos megaeventos, coloca em prática processos que agravam a segregação espacial e intensificam a especulação imobiliária. Houve mobilizações de resistência à realização da competição no Brasil, porém as manifestações foram bem menores do que as registradas no ano anterior.

Em junho de 2013 foi aprovada a Lei nº 12.663, Lei Geral da Copa (Brasil, 2013). Há nesta lei a disposição de medidas específicas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013,à Copa

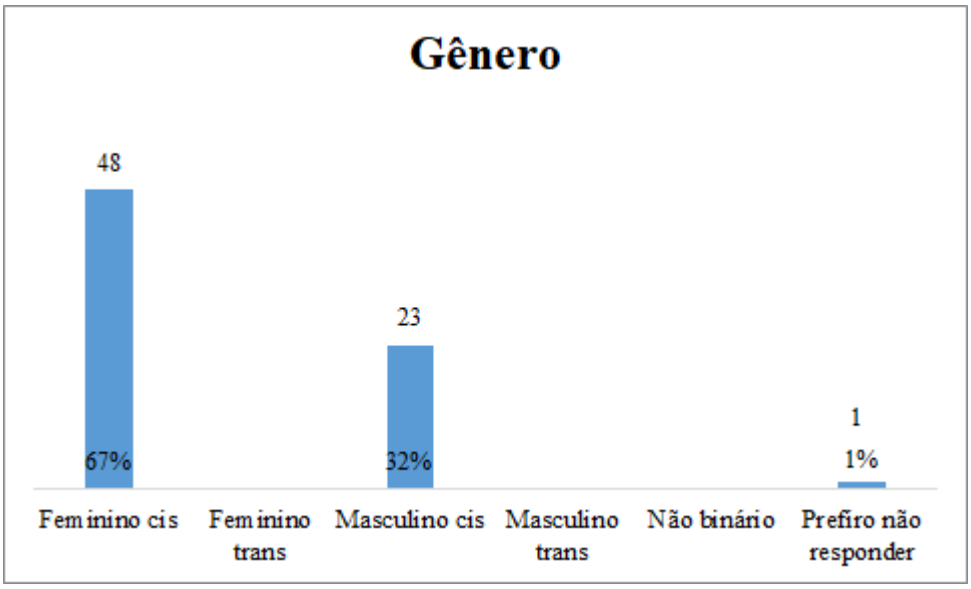
do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude 2013. Esta Lei regulamenta aproteção especial dos direitos de propriedade industrial nos eventos e faz restrições à atividade comercial e às vias de acesso aos acontecimentos do evento. Ou seja, o ditado popular "manda quem pode, obedece quem tem juízo", é muito presente nos processospolíticos brasileiros, no qual percebe-se uma falta de legitimidade dos rebeldes para pautarem suas próprias vidas nas agendas dos governos.

Nesse sentido, reconhecemos que as mobilizações populares não foram suficientes para alterar, mesmo que minimamente, os megaeventos. Em outras palavras, é indispensável entender como o *status quo* afeta as juventudes rebeldes, e como elas subvertem essa sanha, a fim de dela se alimentarem, e reafirmarem em si tudo o que os movimentos conservadores e/ou reacionários negam, aguçando o potencial provocativo e, para além de provocações estéreis, o potencial crítico ao *establishment*.

3. A SUBVERSÃO REBELDE

A fim de estabelecer a discussão sobre os motivos de ser e permanecer rebelde, em BH e RMBH, sobre bases mais sólidas, realizamos uma pesquisa através da aplicação de um questionário, contendo nome, e-mail/telefone, e:

Gênero:



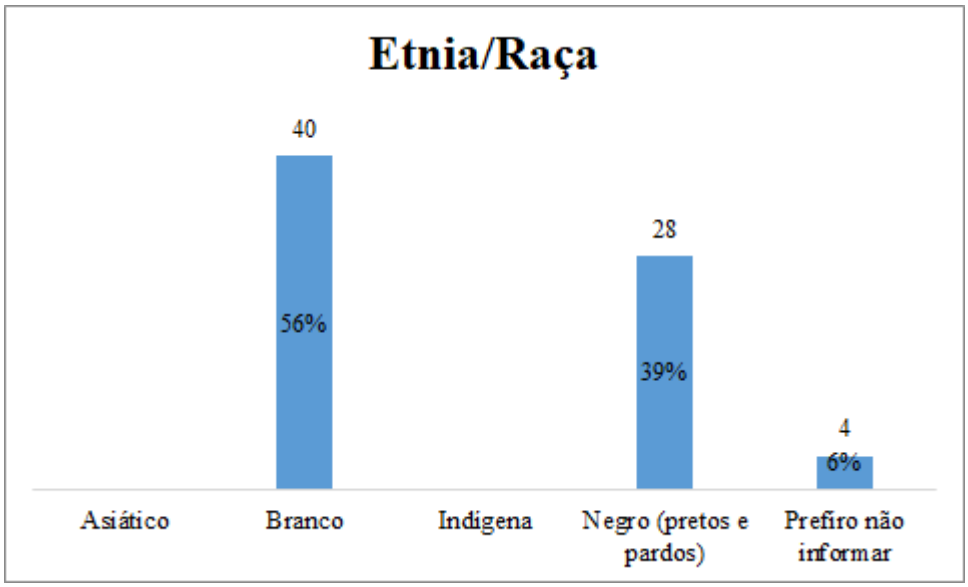
As respostas em relação ao gênero demonstram que 67% das pessoas que responderam se identificam com o gênero feminino cis; 32% com o masculino cis; e 1% preferiu não responder.

Idade:

IDADE	QUANTIDADE DEPESSOAS	%
17	2	2,78
18	7	9,72
19	11	15,28
20	5	6,94
21	15	20,83
22	3	4,17
23	7	9,72
24	4	5,56
25	4	5,56
26	1	1,39
27	3	4,17
28	6	8,33
29	4	5,56
-	72	100

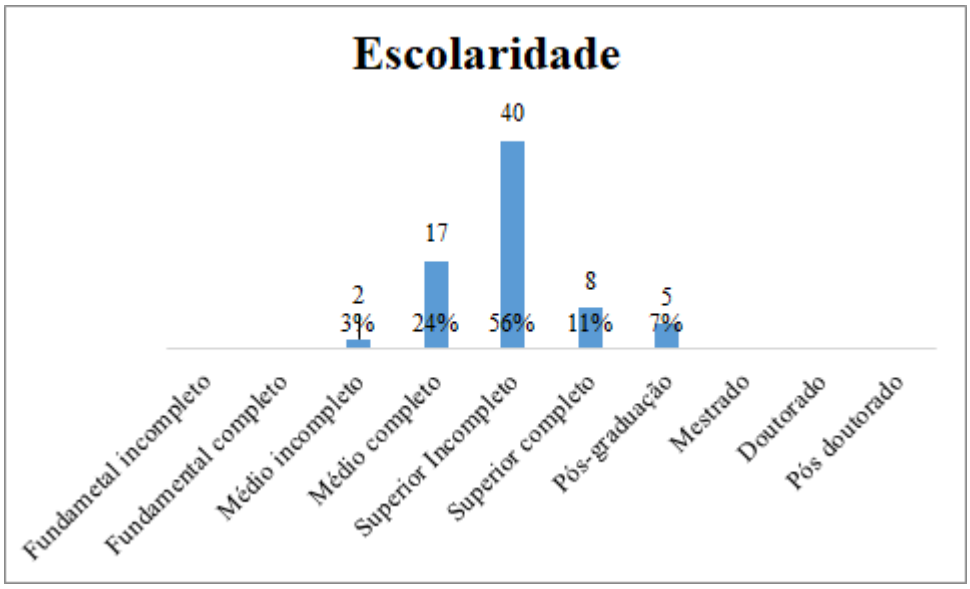
As respostas em relação à idade mostram que 2 pessoas tem 17 anos (2,78%); 7 tem 18 anos (9,72%), 11 tem 19 anos (15,28%); 5 tem 20 anos (20,83%); 3 tem 22 anos (4,17%); 7 tem 23 anos (9,72%); 4 tem 24 (5,56%); 4 tem 25 (5,56%); 1 tem 26 anos (1,36%); 3 tem 27 anos (4,17%); 6 tem 28 anos (8,33%); e 4 tem 29 anos (5,56%).

Etnia/Raça:



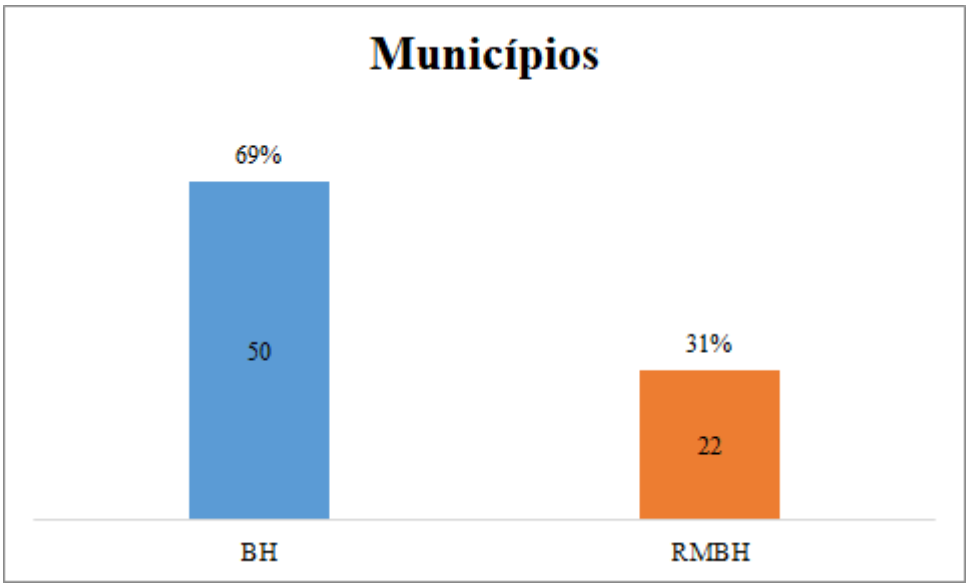
As respostas em relação à etnia/raça demonstram que 40 pessoas se declaram brancas (56%); 28 se declaram negras (39%); e 4 preferem não informar (6%).

Escolaridade:



As respostas em relação à escolaridade demonstram que 2 pessoas têm ensino médio incompleto (3%); 17 têm ensino médio completo (24%); 40 têm superior incompleto (56%); 8 têm superior completo (11%); e 5 têm pós-graduação (7%).

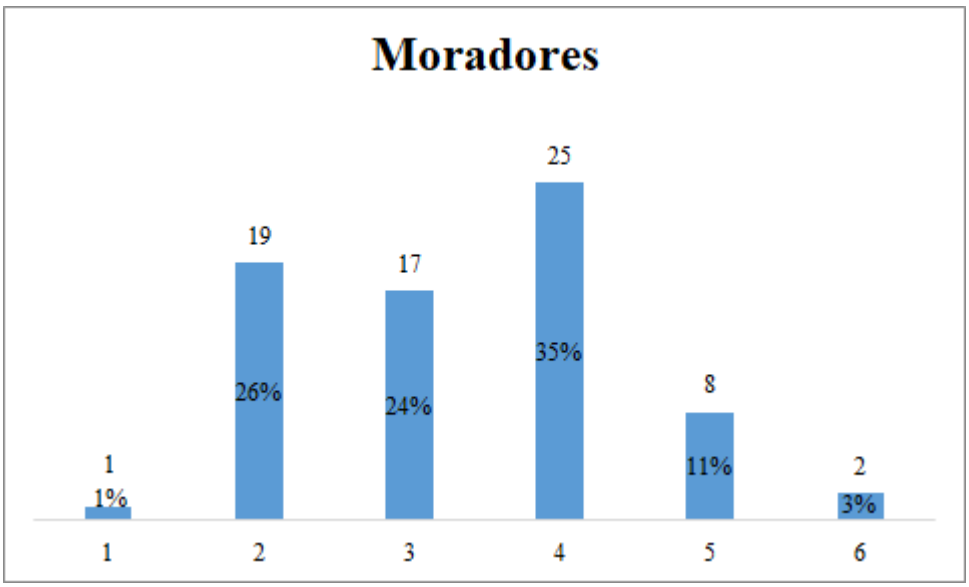
Município:



As respostas em relação à moradia demonstram que 50 pessoas são de BH (69%), contra 22 da RMBH (31%).

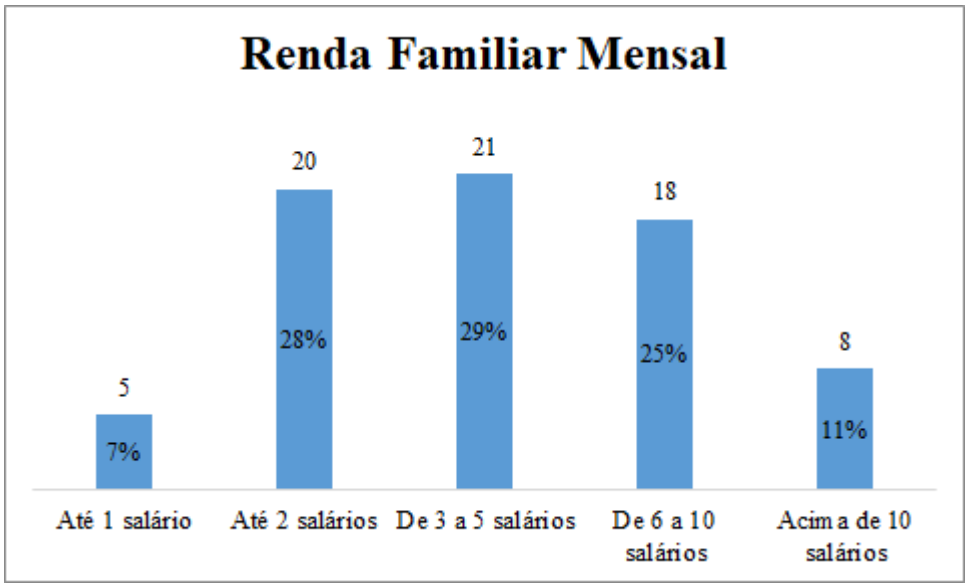
Bairro:

Incluindo você, quantas pessoas têm em sua residência?



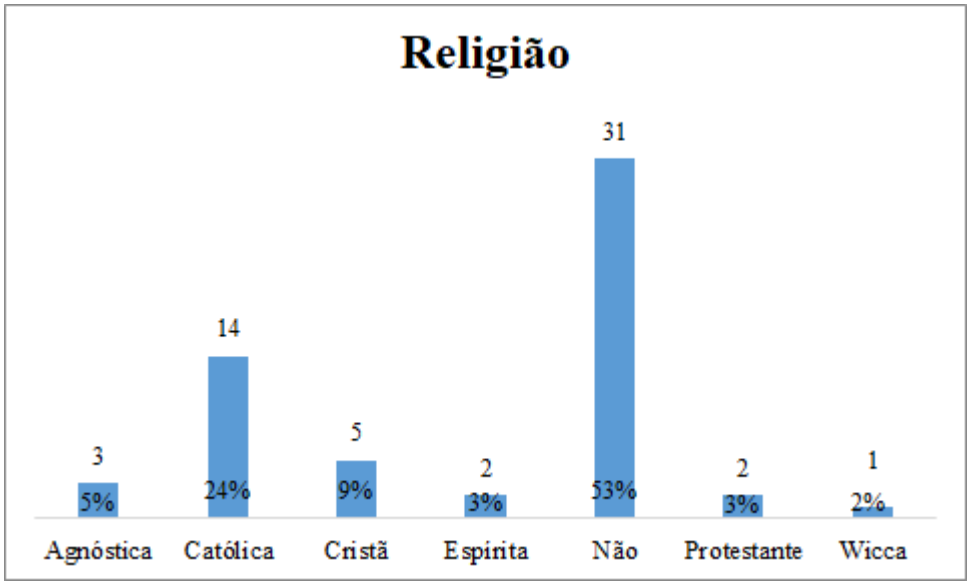
As respostas em relação à quantidade de pessoas na casa demonstram que 1 pessoa mora com 1 pessoa (1%); 19 com 2 (26%); 17 com 3 (24%); 25 com 4 (35%), 8 com 5 (11%); e 2 com 6 (3%).

Renda familiar mensal:



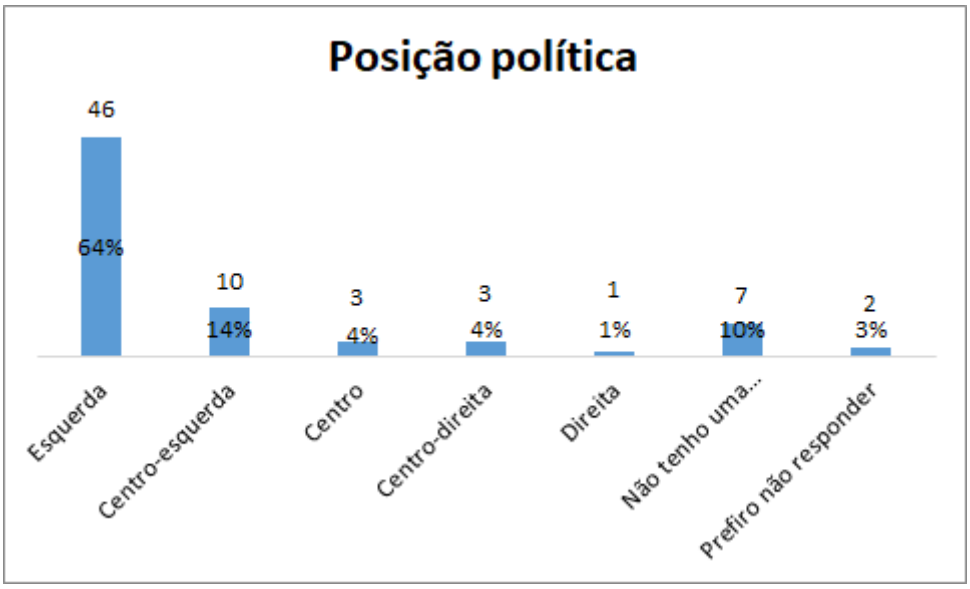
As respostas em relação à renda familiar mensal demonstram que 5 pessoas vivem com uma renda mensal de até 1 salário (7%); 20 pessoas vivem com uma renda mensal de até 2 salários (28%); 21 pessoas vivem com uma renda mensal de 3 a 5 salários (29%); 18 pessoas vivem com uma renda mensal de 6 a 10 salários (25%); e 8 pessoas vivem com umarenda mensal acima de 10 salários (11%).

Você tem alguma religião? Se sim, qual?



As respostas em relação à religiosidade demonstram que 3 são agnósticas (5%); 14 são católicas (24%); 5 são cristãs (9%); 2 são espíritas (3%); 31 não tem religião (53%); 2 são protestantes (3%); e 1 pessoa tem a wicca como religião (2%).

Qual a sua posição política?



As respostas em relação à posição política das pessoas, demonstram que 46 daspessoas que responderam são de esquerda (64%); 10 de centro-esquerda (14%); 3 de centro (4%); 3 de centro-direita (4%); 1 de direita (1%); 7 não tem uma posição política (10%); e 2 preferiram não responder (3%).

Você atua em algum coletivo/movimento/partido?

As respostas em relação à atuação em organizações políticas, demonstram que 62 pessoas não são organizadas politicamente (86%), e 10 pessoas são organizadas politicamente (14%).

Se sim, qual?

Bairro de atuação do coletivo/movimento:

Das 72 respostas que obtivemos, 10 pessoas responderam que fazem parte de algum coletivo político. No entanto, dessa amostra, somente 6 se disponibilizaram a participar do grupo focal. Tais jovens são de diferentes grupos, mas têm a vida na militância em comum, já que estão inseridos em coletivos políticos. Nessa interação, a juventude constrói as suas experiências cotidianas, que giram em torno de manifestações culturais e sociais, moldando os sentidos de solidariedade e de camaradagem. Ou seja, eles passam a ter um vínculo maior entre si, por causa de sua causa em comum. Logo, a sociedade é estabelecida como o produto das manifestações de contato social, na medida em que "os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros" (SIMMEL, 2006, p.17).

Entretanto, hoje, precisamos elaborar uma outra construção de narrativa, visto que a constituição da juventude, na sociedade brasileira, tem sido cada vez mais politizada. Ademais, percebemos que esse crescimento de interesse da juventude pela política, se dá pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho, pela falta de acesso a um ensino público de qualidade, e à falta de perspectivas quanto à construção de projetos de vida, prolongando o vínculo familiar, pela dificuldade para sair da casa dos pais.

O que percebemos, a partir da nossa amostra, foi um nível relativo de politização, considerando que 87% das pessoas que responderam ao questionário, se posicionaram politicamente, dentro dos espectro da esquerda à direita. Dizemos um nível relativo, pois, dentro desse mesmo percentual, somente 14% alega fazer parte de algum coletivo político. Ou seja, mesmo que as pessoas tenham consciência da sua posição política, essa consciência não se reflete na organização política dessas pessoas. No entanto, os indivíduos tomam consciência de sua individualidade a partir do olhar do outro, num processo intersubjetivo. Em outras palavras, as pessoas que participaram do grupo focal, demonstraram que um fator assaz contributivo para a sua percepção política, e constituição identitária, são as percepções de terceiros sobre si mesmas. Portanto, quando se fala em identidade na juventude, é preciso investigar quais são os espaços - seja nos movimentos políticos, ou no seio familiar - em que essa identidade é construída; como a juventude percebe ser reconhecida pela sociedade civil; e o que ela faz com esse reconhecimento.

Após analisar os resultados encontrados na pesquisa, percebemos que, no que tange ao início da vida na militância, a juventude começa a se organizar em idades diferentes - alguns na menoridade, já outros quando ingressam na faculdade, espaço onde o contato com as temáticas políticas ganham força. Há ainda um fator interessante para se levar em conta, quando analisamos a politização na faculdade: pois, a depender do curso e da

universidade/faculdade/centro universitário escolhido a conscientização e a atuação política é mais ou menos presente. Tiveram pessoas que ingressaram na luta por conta de questões culturais (como a arte, e a música). Afinal muitos ídolos, em diferentes gêneros musicais e da arte, se manifestam politicamente e conseguem amplo alcance, recebendo o apoio de seus fãs, que acabam se inspirando e iniciando sua formação política. Os movimentos estudantis secundaristas e os das universidades são outras formas comuns de formação de jovens na militância, seja por identificação com as lutas dos estudantes ou por outras pautas). É a partir daí que muitos começam a formar posições mais críticas e fundamentadas acerca das realidades sociais e, assim, entram em movimentos sociais ou coletivos. Outro meio possível, que foi apontado na entrevista, é a Pastoral da Juventude (espaço aberto para discussões religiosas e temas progressistas), que tem um papel decisivo no fomento do poder Já na visão sobre a importância e a necessidade de se organizar, constatamos uma unanimidade nos discursos. Os jovens responderam que somente através da coletividade, as pautas em comum somariam força e, dessa forma, o horizonte que buscam poderia ser alcançado. Sendo que o acúmulo teórico-prático, a organização e a divisão de tarefas, levariam a transformações sociais potentes, ocupando espaços de poder e de representação.

Sobre a percepção de ser/sentir militante e o que é militância, para a juventude, a sensação é de que a organização coletiva é importante para uma mudança radical da sociedade; de perceber-se explorado e oprimido nas mais diversas formas; e de se organizar por um mundo socialmente mais justo, percebendo as conexões entre as diferentes lutas. Consequentemente, a juventude entende que não há uma outra forma de concretizar o horizonte estratégico de uma sociedade mais justa, senão por uma coesão e disciplina militante nos coletivos. Militante é um agente coletivo, uma célula dentro de uma organização, que está ali com disciplina, inteligência, planejamento, tática, estratégia e tem o plano de transformar a realidade do sistema de organização social e econômico. A militância éum caminho para exercer a cidadania ativa.

> R: A militância fala muito sobre organização coletiva e transformação radical da sociedade. Quando se percebe enquanto explorado na sociedade, nas mais diversas formas, seja na luta por moradia, saneamento básico, alimentos sem veneno, por energia na sua região e consegue conectar essa luta por dignidade com outras lutas sociais você está fazendo militância, e para que isso leve a mudanças concretas você precisa se organizar coletivamente.[4]

[4] Citação de uma das respostas ao grupo focal.

Em relação à imagem que as pessoas próximas da juventude militante têm sobre ela, percebemos que as pessoas não conseguem mensurar a dimensão, mas entendem a paixão pela luta e a proximidade com as pautas, que a fazem se mobilizar por mudanças estruturais. Alguns admiram e acabam entrando em coletivos/movimentos devido a inspiração pela atuação e respeitam a tentativa de transformar. Outros acreditam ser besteira se dedicar tanto tempo, já que consideram pouco provável algo ser alterado efetivamente por conta dessa mobilização. Nesse grupo entram os adultos, principalmente, que muitas vezes minimizam a importância da organização coletiva e pensam que isso é uma forma de baderna, além de expressarem ignorância e apontarem um certo extremismo nas bandeiras levantadas.

Todos os entrevistados que responderam se sentem pertencentes às causas pelas quais militam, pois entendem que muitos problemas enfrentados são frutos do sistema e a atuação deles tem total sentido com o que vivenciam no cotidiano. Apontaram, também, que a vida mudou após entrarem na militância, já que passaram a ter mais senso crítico para analisar a realidade social materialmente. Por mais que a mudança do *status quo* não ocorra nessa vida, a sensação de que pode estar ajudando as gerações futuras movem barreiras. Alguns hábitos na vida dos militantes mudaram, como ler mais, se dedicar às tarefas militantes, prática de exercícios físicos, mudança na alimentação e no consumo. Os cursos escolhidos na graduação tiveram influência no direcionamento das lutas, já que a área de atuação (assim como o estudo e a prática) capacitam para maior embasamento nas causas e ter mais ferramentas para transformar o mundo.

Em relação aos camaradas, eles os veem com muita admiração, respeito e orgulho por compartilharem as causas em comum. Afinal são pessoas que se mobilizam e constroem ações e reflexões por um mundo melhor, pois nutrem relações de profunda confiança política, solidariedade e comprometimento e sabem que podem contar com eles em quaisquer situações. São pessoas lutadoras, corajosas e combativas que inspiram e dão o seu melhor para o bem comum. Elas inspiram no entendimento das situações do mundo, na revisão de conceitos e dão força para as lutas e os posicionamentos. Respeito coletivo no que tange a cuidar, preservar e potencializar o que cada indivíduo tem de melhor. Assim como a segurança de cada uma e a relação de camaradagem que perpassa pela amizade, pois existeum conjunto em comum, independentes das subjetividades existentes.

A metade dos jovens responderam que se veem como rebeldes, pois não se adequam ao que é dado como "normal" e lutam contra o *status quo*, a fim de transformar o sistema e, consequentemente, a sociedade. Consideram-se rebeldes já que vão na contramão das correntes da vida e da lógica hegemônica para "se acostumar e esperar alguma mudança surgir

do nada", assim que se percebe isso, que as tais mudanças não vão acontecer sem interferência. A organização passa a fazer mais sentido porque unidos a possibilidade de mudança aumenta. Contudo, uma pessoa diz não se enxergar como rebelde, pois entende a militância como cidadania ativa, a luta por direitos, a batalha nas causas que acreditam, conquistando novos direitos e fortalecendo os direitos já conquistados.

> S: Não me sinto como rebelde porque entendo que a militância é uma forma de cidadania ativa, como eu já havia dito. A gente realmente lutar pelos nossos direitos, batalhar pelo que acreditamos, conquistar novos direitos, fortalecer o que já temos e incluir o máximo de pessoas nesses direitos. Não me sinto ''rebelde'', sinto que estou certo.[5]

Outra pessoa disse que deixou o sentimento de rebeldia de lado, assim que seentendeu como um sujeito político revolucionário e viu que não lutar contra o *status quo* não era uma opção. Percebeu que a mudança concreta passa pela busca de um mundo novo, que se transforma no principal objetivo de vida.

> W: Considero que a minha militância começou na pastoral da juventude na adolescência aos 12 anos, considero isso porque atuação na pastoral da juventude embora tenha foco mais próximo na caridade, que não tem uma reverbalização política, positiva e ampla, mas nos utilizava para disputa de conceito, conversar sobre a realidade, pautas que eram na época uma questão política (aborto, pesquisas com celula tronco, racismo, cotas) foi o primeiro lugar que tomei contato com esssastematicas, depois ocorreu na faculdade com o movimento estudantil.[6]

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, a partir da nossa amostra, percebemos que os motivos de ser e permanecer rebelde em BH e RMBH, são particulares, diferentes. Mas o ponto comum entre todas as respostas que obtivemos, é o de que as mobilizações da juventude se justificam pela não conformação dela com os seus diversos contextos socioeconômicos e culturais. Demonstrando, então, que as mobilizações desse grupo se dão, unanimemente, pelo descontentamento com o descaso da ordem vigente pelas suas pautas materiais e subjetivas.

Tentamos demonstrar como a relação do jovem com a militância - concebida como uma categoria central para a construção da subjetividade/identidade -, contribui positivamentepara o entendimento da juventude como agente transformadora da realidade. Por fim, sobre a categoria "rebelde", duas pessoas manifestaram um afastamento da categoria, pois uma se

[5] Citação de uma das respostas ao grupo focal.

[6] Citação de uma das respostas ao grupo focal.

percebe mais como exercendo a sua cidadania ativa, e a outra como uma agente revolucionária. Todavia, o caráter transformador e contra a ordem vigente, não se perderam.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Lisboa: Edições 70, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CARDOSO Gustavo; DI FÁTIMA, Branco. Movimento em rede e protestos no Brasil: qual gigante acordou? Dossiê Mídia, Intelectuais e Política, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 143-176, maio/ago. 2013. Disponível em: <www.pos.eco.ufrj.br>.

SIMMEL, Georg. (2006). Questões fundamentais de sociologia: individuo e sociedade. Tradutor Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar.

METODOLOGIA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: FRONTEIRAS DE INTEGRAÇÃO E O CONTEXTO PANDÊMICO

CAPÍTULO XXVIII

OS POTENCIAIS DO IRAMUTEQ PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO DE DECISÕES JUDICIAIS

Laís Souza [1]
Ulisses Melo [2]

[1] Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e-mail: lais.oliveirasouza@yahoo.com.br
[2] Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Mestre e Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e-mail: ulissesgdm@live.com

RESUMO

O seguinte paper apresenta a técnica de Análise de Conteúdo automatizada aplicada em decisões judiciais. O objetivo é demonstrar os potenciais usos do software *Iramuteq* para o estudo do comportamento jurisdicional dos tribunais, bem como as linhas argumentativas e jurisprudenciais mais utilizadas. O *Iramuteq* possibilita, via uma interface acessível, o desenvolvimento de análises lexicais básicas, análise de especificidades, classificação hierárquica descendente, análise de similitude e nuvem de palavras. Os resultados obtidos a partir de análises iniciais demonstram a capacidade técnica desses métodos, bem como abrem caminho para novas agendas de pesquisa dentro da academia jurídica.

Palavras-chave: Iramuteq, Análise de Conteúdo, Análise de Discurso, Poder Judiciário.

ABSTRACT

The following paper presents the technique of automated content analysis applied to judicial decisions. The aim is to demonstrate the potential uses of Iramuteq software to the study of judicial behavior in courts, as well as argumentative lines and most used jurisprudence. Iramuteq enables, via an accessible interface, the development of basic lexical analysis, specificity analysis, descending hierarchical classification, similarity analysis and word cloud. The obtained results from the initial analysis demonstrate the technical potential of these methods and make way to new research agendas in the judicial academy.

Keywords: Iramuteq, Content Analysis, Discourse Analysis, Judicial Power.

1. INTRODUÇÃO

A análise de conteúdo é uma metodologia que vem sendo cada vez mais utilizada nas ciências sociais, psicanalíticas e humanas. Trabalhos como o de MOREIRA (2019), CERVI (2018), CHAGAS e CARREIRO (2021), PEREIRA (2021) e RODRIGUES et. al (2020) demonstram como essa linha de pesquisa é capaz de desvelar os arranjos discursivos de uma grande quantidade de texto. Tendo como premissa básica a menor interferência possível do

pesquisador no tratamento dos dados estudados, a análise de conteúdo busca, via mecanismos estatísticos, resultados replicáveis capazes de serem testados e reproduzidos por outros pesquisadores, promovendo assim certa profundidade metodológica ao estudo. Este artigo, portanto, visa apresentar para a comunidade acadêmica a possibilidade de utilização do *software Iramuteq* (RATINAUD, 2009) em análises de conteúdo de decisões judiciais.

As decisões judiciais têm uma importância fundamental para a compreensão do *status quo* jurídico. Sentenças colegiadas de tribunais superiores são capazes de criar jurisprudências, uma das fontes de direito, tendo um papel importante para a aplicação e modernização da norma jurídica. O Supremo Tribunal Federal (STF), como órgão de cúpula do poder judiciário tem em sua jurisdição uma ampla gama de poderes institucionais, com sua independência e autonomia garantidas pela Constituição de 1988. Devido a tais prerrogativas o debate de temas como a judicialização da política e o ativismo judicial vêm se desenvolvendo desde o processo de redemocratização. Além disso, a midiatização de julgamentos, principalmente aqueles de interesse da opinião pública fazem com que cada vez mais os tribunais assumam o centro do debate institucional, devido às consequências de suas decisões para o cenário político e social brasileiro[1].

A nossa compreensão da atuação jurisdicional dos tribunais nacionais ainda é bastante limitada, muitas perguntas ainda estão em aberto na academia. Diversas teorias tentam responder questões sobre quais são as possíveis motivações políticas e ideológicas por trás de determinado julgado, sobre o impacto da opinião pública nos votos dos ministros em julgamentos colegiados, ou ainda acerca da coesão sobre aplicação de princípios e normas ao longo da jurisprudência. Essas teses, contudo, carecem de testes em larga escala, que comprovem possíveis vieses ou dissonâncias entre os magistrados

Por tais motivos é de suma importância compreender as argumentações utilizadas no processo decisório, não apenas do STF, mas de todos os tribunais do país. Esse texto, portanto, tem como objetivo apresentar à comunidade acadêmica os potenciais do *software Iramuteq* como ferramenta capaz de apontar, com precisão estatística, achados de importante relevância a partir da análise do conteúdo decisório proferido pelo judiciário brasileiro.

Na primeira parte deste artigo descrevemos os conceitos fundamentais da análise textual. No segundo tópico, apresentamos o *software Iramuteq*, discorrendo sobre os diferentes

[1]Alguns exemplos são: julgamento do mensalão, constitucionalidade da união homoafetiva, viabilidade jurídica do impeachment da presidente Dilma Rousseff e suspeição do ex-juiz Sérgio Moro.

tipos de análises estatísticas e visualizações gráficas proporcionadas pelo programa. Na última parte apresentamos diversas possibilidades de agendas de pesquisa para o futuro.

2. ANÁLISE TEXTUAL

2.1. Análise de Conteúdo e aplicação no Direito

Segundo Bardin (1977) a análise de conteúdo pode se voltar para o estudo dos 'significados', como, por exemplo, na análise temática, como também pode voltar-se à análise dos 'significantes', via análise léxica e análise dos procedimentos. A análise textual nada mais é que a ramificação da análise de conteúdo que observa textos escritos para buscar quantificar os dados, utilizando-se da técnica estatística para inferir sobre os significantes que os dados textuais podem demonstrar.

A metodologia de análise textual tem crescente valor para a área de Ciências Humanas e Sociais. Ela nada mais é do que uma forma de análise de dados que estuda o material verbal transcrito. Textos originalmente escritos, documentos, relatos, pronunciamentos e entrevistas são alguns dos objetos de estudo dessa técnica analítica (CAMARGO et al., 2013; NASCIMENTO & MENANDRO, 2006). Por partir da fonte comunicacional, os dados utilizados são compostos essencialmente pela linguagem, possibilitando o estudo sobre opiniões, valores, crenças e pensamentos. A técnica de análise de dados textuais consiste simultaneamente de métodos quantitativos e qualitativos, pois quantifica os elementos textuais e permite o emprego de cálculos estatísticos sobre dados e variáveis substancialmente qualitativas.

Antes de adentrar nos detalhes sobre a análise textual é preciso esclarecer uma diferenciação entre dois tipos de análise que podem se valer desta técnica, e que muitas vezes são confundidas por pesquisadores. De um lado está a análise de discurso que trabalha mais no domínio da teoria do discurso, focando em interpretações ideológicas, valores do público de destino e filosofias, considerando aspectos específicos do comunicador como crenças, local de fala, posição social, etc. Esse modelo de observação aborda o processo produtivo, a condição de produção de uma determinada forma de comunicação, buscando o sentido do texto sob o contexto histórico e social da produção e voltando a análise qualitativa aprofundada sobre material que já foi produzido. Por outro lado, a análise de conteúdo busca observar o que literalmente foi dito, interpretando o que o texto quer dizer para descobrir um saber por trás da superficialidade do conteúdo. A técnica se funda em metodologia quantitativa e/ou qualitativa, pois sistematiza e descreve o conteúdo literal com complexidade técnica. A

integração de ambas as técnicas pode trazer maior robustez e completude para o estudo de determinados temas.

A análise textual torna possível a verificação intra-relações e inter-relações a partir dos textos observados por parte do pesquisador. Essas abordagens possibilitam a descrição de um material produzido por um comunicador tanto de forma individual como coletiva (intra-relações), mas também permite a comparação de produções diversas em função de variáveis específicas que descrevem quem produziu o texto (inter-relações) (CAMARGO e JUSTO, 2013).

Apesar do uso ainda incipiente na seara dos conhecimentos sobre poder judiciário, diversos estudos sobre comportamento judicial têm sido desenvolvidos a partir das técnicas de análise de discurso e de conteúdo. CARVALHO & ROESLER (2019), por exemplo, buscando verificar a incidência do argumento de autoridade no STF, analisaram 2.800 votos de ministros em acórdãos, identificando um "forte traço de irracionalidade e subjetivismo no discurso jurídico". Já OLIVEIRA (2004), utilizou da análise de conteúdo para examinar 8.578 notícias jornalísticas e traçar o perfil de relevância política do tribunal de cúpula para processo de redemocratização brasileiro. Enquanto OLIVEIRA (2012) apresenta o argumento, a partir da análise de conteúdo e uma subsequente abordagem estatística-descritiva de votos em acórdãos.

Usualmente os instrumentos de aplicação da jurisdição que recebem mais atenção são as ações que discutem a constitucionalidade de leis, os votos dos ministros e as decisões judiciais em temas determinados. No entanto, as audiências públicas podem também ser fonte de importantes achados para a atuação dos tribunais, pois são instrumentos de consulta pública, onde sociedade civil, especialistas e terceiros interessados têm a oportunidade de serem ouvidos pela corte sobre determinado tema polêmico. Estudos como os de Gomes, et al. (2014) e LEAL, et al. (2017), identificam as falhas deste instrumento. GOMES, et al. (2014) verifica a ineficiência de políticas públicas na aplicação dos princípios do SUS (Sistema Único de Saúde) em casos concretos (individuais), considerando 51 palestras de audiências sobre o tema. LEAL, et al. (2017), por sua vez, analisa a última década de audiências públicas e aponta o uso do mecanismo de consulta a especialistas como "inconsistente e incoerente".

Importante dar destaque para o trabalho de PEREIRA (2021), que selecionou randomicamente 10 sentenças condenatórias de improbidade administrativa proferidas pelo TJ-RN, e as analisou a partir da lexicometria - utilizando-se do *software* Iramuteq - tais atos decisórios e sua fundamentação.

Tais estudos demonstram a importância do desenvolvimento do conhecimento no campo da atuação jurisdicional para o cenário político e sociedade. No entanto, apesar de grande parte dos autores recorrerem à utilização da análise de conteúdo e da análise de

discurso - a não ser por PEREIRA (2021) - há pouca transparência no que se refere ao modelo adotado durante a observação dos textos e não há indicação de possíveis programas computacionais utilizados para as análises.

Este trabalho busca, portanto, apresentar um *software* acessível e de fácil assimilação por parte dos pesquisadores de conteúdo, capaz de auxiliar o cientista com técnicas replicáveis e metodologicamente acuradas (ver KING, 2015). Intenta-se com isso, incentivar outros pesquisadores a adotar estratégias mais seguras e transparentes no processo de coleta e tratamento dos dados textuais.

2.2. Delimitações conceituais básicas

Antes de avançar no detalhamento do *software*, é necessário delimitar alguns conceitos metodológicos que são fundamentais para a compreensão e utilização da análise textual. Num primeiro momento, o pesquisador que se utiliza da análise de conteúdo constrói um *corpus,* que é o conjunto total de textos que se pretende estudar. Esse *corpus* corresponde à base de dados sobre a qual se debruça a análise. Como exemplo, citamos o conjunto de todos os votos dos ministros do STF em decisão colegiada sobre determinado recurso. Outro *corpus* mais amplo, pode ser constituído pelo conjunto de decisões judiciais que estruturam jurisprudência para uma questão jurídica específica, por exemplo, sentenças sobre permissões e proibições da interrupção voluntária da gravidez.

Os textos são as unidades da análise e sua essência depende da natureza da pesquisa. Portanto, se o estudo se funda em entrevistas, por exemplo, cada uma delas deve ser tratada pelo pesquisador como um texto. Outro exemplo está no caso de estudos de jurisprudências, onde cada decisão de tribunais superiores sobre o tema definido é um texto a ser agregado. O *corpus* da análise corresponde então ao conjunto de textos, que será o "N" da pesquisa. Cabe lembrar que quanto maior o N estudado mais válidas serão as conclusões obtidas.

Por fim, é importante destacar que a metodologia da análise de conteúdo propõe diversas formas de subdividir o objeto analisado, com o intuito de garantir uma melhor observação dos detalhes presentes no escrito. O *segmento de texto* é uma unidade de registro bastante utilizada nos estudos que se utilizam desse método. Estes segmentos podem ser dimensionados pelo *software* ou definidos pelo próprio pesquisador. Camargo e Justo (2013), entendem o segmento de texto como sendo o ambiente das palavras, podendo alcançar o tamanho de até três linhas.

A análise textual se expandiu ainda mais com o avanço tecnológico de programas computacionais. Novos *softwares* têm possibilitado a análise de grandes montantes de dados, que antes era tarefa árdua aos pesquisadores, pois era necessária a leitura atenta e quantificação manual de todos os acervos textuais, o que tornava a análise suscetível a diversos erros e vieses. A seguir apresentamos o *software* livre *Iramuteq*, desenvolvido sob a lógica de *open source*, e que conta com diversas vantagens computacionais para análise de conteúdo, pois oferece diversos tipos de técnicas de análise textual, entre elas a análise lexicográfica clássica ou análise estatística, a análise de especificidades, a nuvem de palavras, o método da classificação Hierárquica Descendente (CHD) ou método Reinert, a análise fatorial por correspondência e a análise de similitude.

3. IRAMUTEQ

O *software Iramuteq* (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) é um programa informático gratuito e de fácil utilização capaz de realizar diversas técnicas de análise de conteúdo via programação em R e na linguagem *python* (www.python.org). Ele é capaz de organizar a distribuição do vocabulário analisado de forma facilmente compreensível e visualmente clara, já possuindo dicionário em português (CAMARGO e JUSTO, 2013).

O *Iramuteq* permite que pesquisadores analisem uma grande quantidade de texto em pouco tempo. Como ele próprio realiza o processamento dos dados (via R), os usuários não precisam ter profundo conhecimento em programação, sendo necessário apenas acompanhar o passo a passo disponibilizado por manuais como CAMARGO e JUSTO (2018) e SALVIATI (2017), dominando assim a manipulação do *software*. O pesquisador que for observar o processo decisório do judiciário, no entanto, deverá ficar atento a três fatores prévios: a escolha da base de dados analisada, o tratamento dos dados e a atualização do *software*.

Recomenda-se, inicialmente, que sejam escolhidos para a análise do conteúdo decisório, julgamentos que sejam centrados em torno do mesmo tema jurídico. É esperado que decisões que tratam de temáticas jurídicas diferentes tenham, obviamente, argumentações diversas. A utilidade do *Iramuteq* está, justamente, em encontrar diferenças argumentativas em processos – aparentemente – similares, que giram em torno do mesmo tema legal.

Posteriormente, é importante relembrar a necessidade de tratar o *corpus* textual que será analisado pelo *software*. Os guias produzidos por CAMARGO e JUSTO (2018) e SALVIATI (2017) delimitam ponto a ponto o que o pesquisador deve fazer ao tratar sua base de dados

para que ela seja devidamente compreendida pelo programa. Será necessário modificar alguns termos, e deletar certos algoritmos que não são lidos pelo *software*, indica-se que seja produzida uma tabela com todas as modificações realizadas pelos pesquisadores, o que irá possibilitar a replicação do estudo.

Por fim, recomenda-se ainda que o pesquisador verifique a última atualização do *software* e a qual versão do programa R ele está adaptado. Geralmente há um intervalo de tempo entre as versões mais recentes do R e as atualizações do *Iramuteq*, o que pode fazer com que o *software* não seja compatível com os últimos *uploads* da ferramenta de programação.

A seguir serão apresentadas as diferentes técnicas disponibilizadas pelo *Iramuteq*, tendo como exemplo um estudo exploratório[2] realizado a partir dos votos dos ministros Edson Fachin e Gilmar Mendes no HC 164.493, que julgou como suspeito o ex-juiz Sérgio Moro[3]. A impetração deste habeas corpus se deu em decorrência de investigações contra o ex-presidente Lula, acusado de corrupção no contexto da Operação Lava-Jato. Este caso em específico apresenta um certo potencial para uma observação mais metódica, já que se trata de um julgado onde os votos dos dois ministros marcaram formas bem distintas de análise processual, enquanto Mendes entendeu pela parcialidade do ex-magistrado, Fachin manteve o posicionamento de que Moro agiu com imparcialidade. Todavia, a análise de conteúdo exploratória que será realizada pode demonstrar como a construção de cada voto é feita com base em uma fundamentação jurídica e factual bem diferente.

Além disso, destacamos as vantagens e desvantagens de cada técnica disponibilizada, bem como damos dicas de como aplicar o método em casos ligados à análise jurisdicional.

3.1. Análise estatística

A primeira, e mais simples, técnica de tratamento de dados oferecida pelo *Iramuteq* é a análise estatística. Ela permite a construção de um dicionário de formas ativas (verbos, substantivos e adjetivos) e suplementares (pronomes, preposições e verbos auxiliares), possibilitando a exploração de características do vocabulário utilizado (SOUSA et al., 2020), além de informar a quantidade de termos (ocorrências) e formas (segmentos textuais)

[2] Todo banco de dados utilizado e as suas aplicações no software Iramuteq estão disponíveis para replicação: https://github.com/ulissesgdm/Os-potenciais-do-IRAMUTEQ-para-an-lise-de-conte-do

[3] Para compreender melhor o contexto do julgamento recomendamos a leitura da matéria a seguir: https://www.conjur.com.br/2021-jun-23/moro-suspeito-julgar-lula-decide-stf-votos

utilizadas no corpus. Essa primeira análise também apresenta a quantidade de hepax (termos não reconhecidos pelo software), a presença de hepaxes é algo comum em toda base de dados, já que o *software* não irá reconhecer palavras que não fazem parte do idioma previamente selecionado, números de processos e alguns outros termos. O tratamento dos dados é algo fundamental para diminuir esse problema, mas dificilmente o pesquisador conseguirá eliminar completamente os hepaxes.

A termo de exemplo, analisamos os votos de Gilmar Mendes e Edson Fachin referentes ao HC 164.493. O *corpus* obtido a partir do voto do primeiro encontrou 29.352 palavras, 3.893 segmentos e 1.820 hepax, que representavam 6,20% de todas as formas do texto. Já o voto de Fachin (que foi unido com a reiteração), apresentou 9.997 palavras, 1.876 frases e 888 hepax, que representavam 8.88% das palavras do texto. Ambas as análises apresentam um percentual acima de 90% sobre a compreensão dos termos usados no *corpus*, o que torna viável a obtenção de conclusões significativas do texto.

Tabela 1: Voto do ministro Gilmar Mendes

Forma	Freq.	Tipos
juiz	135	nom
processo	111	nom
direito	105	nom
magistrado	97	nom
penal	92	adj
decisão	91	nom
fato	88	nom
advogado	84	nom
caso	69	nom
interceptação	67	nom

Tabela 2: Voto do ministro Edson Fachin

Forma	Freq.	Tipos
magistrado	61	nom
suspeição	51	nom
habeas_corpus	43	nr
paciente	43	nom
penal	42	adj
hc	41	nr
decisão	38	nom
pr	36	nr
art	35	nr
fato	30	nom

A análise estatística, contudo, possibilita a observação de alguns detalhes a mais. As tabelas 1 e 2 apresentam os resultados obtidos a partir do voto proferido pelo ministro Gilmar Mendes no dia 09 de março de 2021 (à esquerda) e do voto do ministro Edson Fachin e a sua reiteração, proferidas respectivamente nos dias 23 de março de 2018 e 09 de março de 2021 (à direita), elas elencam os 20 termos ativos[4] mais citados em ambos os votos. Podemos observar algumas informações iniciais, como, por exemplo, a importância do termo juiz/magistrado para ambos os votos. Tal informação não surpreende, já que o tema central do Habeas Corpus era a atuação do ex-juiz Sérgio Moro na condução dos processos que analisavam a conduta do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Outros dados, contudo, apontam para diferenças nos votos, como, por exemplo, a presença dos termos *HC* e *Habeas_Corpus*, ambos referentes ao instrumento processual discutido, no voto de Fachin. Os mesmos termos não estão entre os mais citados de Gilmar, que parece dar prioridade aos nomes dos atores que são o centro do debate processual (*Lula* e *Sérgio Moro*) e a interceptação judicial realizada sobre os advogados do ex-presidente (*interceptação, advogado*).

3.2. Análise de especificidades ou Análise de contrastes

O *Iramuteq*, no entanto, consegue aprofundar o estudo estatístico do *corpus* textual a partir da utilização da análise de especificidades. Esta ferramenta em particular é bastante útil para o estudo comparativo entre dois ou mais textos. Para utilizá-la de forma correta o pesquisador necessitará de um *corpus* subdividido por variáveis, isso permitirá a comparação estatística - via lei hipergeométrica[5] - das palavras e formas gramaticais mais utilizadas em textos diferentes. As subdivisões do conteúdo podem seguir critérios de autoria, data, posicionamento do autor, ou qualquer outra temática que o pesquisador queira comparar.

Para exemplificar, iremos utilizar novamente o exemplo do já citado HC 164.493, observando comparativamente os votos de Gilmar Mendes e Edson Fachin. A tabela 3 mostra

---

[4] Os termos ativos são as palavras que carregam mais significado consigo, neste caso são os substantivos, adjetivos e verbos. O Iramuteq também inclui possíveis siglas entre os termos ativos (hc, art, pr...). Os termos suplementares, no entanto, são numerais, advérbios, dentre outras classes gramaticais mais utilizadas como conectores entre termos ativos, ou então são genéricos ao se referir a um determinado objeto, como os pronomes.

[5] Em teoria das probabilidades e estatística, a distribuição hipergeométrica é uma distribuição de probabilidade discreta que descreve a probabilidade de sucessos em retiradas, sem reposição, de uma população de tamanho que contém exatamente sucessos, sendo cada retirada um sucesso ou um fracasso. Ver mais em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Distribui%C3%A7%C3%A3o_hipergeom%C3%A9trica

os termos estatisticamente mais utilizados por Gilmar, se comparado ao conteúdo do voto de Fachin. A tabela 4 realiza a mesma análise, mas priorizando as palavras mais utilizadas por Emerson Fachin. É importante explicar que a análise de contrastes ressalta os termos que foram muito citados por um autor, mas que foram ignorados por outro. Caso ambos os textos contassem com a presença forte da mesma palavra, a análise de especificidades não daria destaque a esse termo. Esse foi o caso dos termos "magistrado" e "penal", que foram bastante citados por ambos os ministros em seus votos, e por isso não obtiveram destaque na análise de contrastes.

Tabela 3: Voto do ministro Gilmar Mendes

formes	*gru_01	*gru_02
lula	6.0734	-6.0734
ségio_moro	5.2212	-5.2212
deltan	4.9747	-4.9747
ex_juiz	4.7336	-4.7336
mpf	4.6739	-4.6739
nao	4.2629	-4.2629
pessoa	4.1206	-4.1206
conversa	4.1206	-4.1206
juiz	4.0127	-4.0127
membro	3.9783	-3.9783

Elaboração própria

Tabela 4: Voto do ministro Edson Fachin

formes	*gru_01	*gru_02
elaboração	-13.9013	13.9013
suspeição	-13.0224	13.0224
pr	-8.4948	8.4948
impetração	-7.4555	7.4555
exceção	-7.2602	7.2602
via	-6.964	6.964
hc	-6.6991	6.6991
instância	-6.5661	6.5661
jurisdicional	-6.4779	6.4779
habeas_corpus	-6.2477	6.2477

Elaboração própria

A partir do exemplo dado, pode-se observar mais uma vez que, enquanto Fachin priorizou termos referentes à processualística do HC (*suspeição*, *impetração*, *pr*, *hc*, *instância*, *cabeas_corpus*, *agravo*, *causa*, *provimento* e *regimental*), Gilmar tendeu a citar os principais

atores do processo, seja nominalmente, ou via pronomes (*lula*, *sérgio*, *deltan*, *ex_juiz*, *MPF*, *juiz*, *roberto* e *teixeira*).

É importante ressaltar que tanto a operação *spoofing*[6], como os grampos telefônicos realizados pelo então juiz Sérgio Moro no escritório de advocacia que defendia o então investigado, o ex-presidente Lula, são citados diretamente no voto de Mendes (um dos motivos da proeminência do termo *deltan*), enquanto o voto de Fachin gira em torno dos instrumentos processuais passíveis de debate, nesse caso, a viabilidade do tratamento da matéria julgada via HC. Isso pode ser decorrente das estratégias argumentativas de cada um dos magistrados, enquanto Mendes analisou as provas levantadas pela defesa, Fachin questionou a validade do Habeas Corpus, já que o mesmo defendia a perda de objeto do instrumento processual[7].

A Análise de especificidades aprofunda então o estudo estatístico do conteúdo textual, sendo recomendada para pesquisadores que vão realizar análise comparativa entre autores diferentes, ou textos escritos pelo mesmo autor em momentos distintos, podendo ainda distinguir o *corpus* a partir de variáveis sociodemográficas, como a raça, o gênero ou a idade do autor (CAMARGO e JUSTO, 2013).

3.3. Nuvem de Palavras

A técnica da nuvem de palavras permite a visualização gráfica das ocorrências no *corpus* (SOUSA et al., 2020). Ela pode ser utilizada de forma complementar a análise estatística, já que tem por base o mesmo método de observação. Recomendamos a utilização da nuvem de palavras como parte do estudo das decisões judiciais, mas não como único método de observação devido à sua simplicidade e limitação analítica. Vejamos a seguir as nuvens de palavras obtidas a partir dos votos de Gilmar Mendes e Edson Fachin, respectivamente.

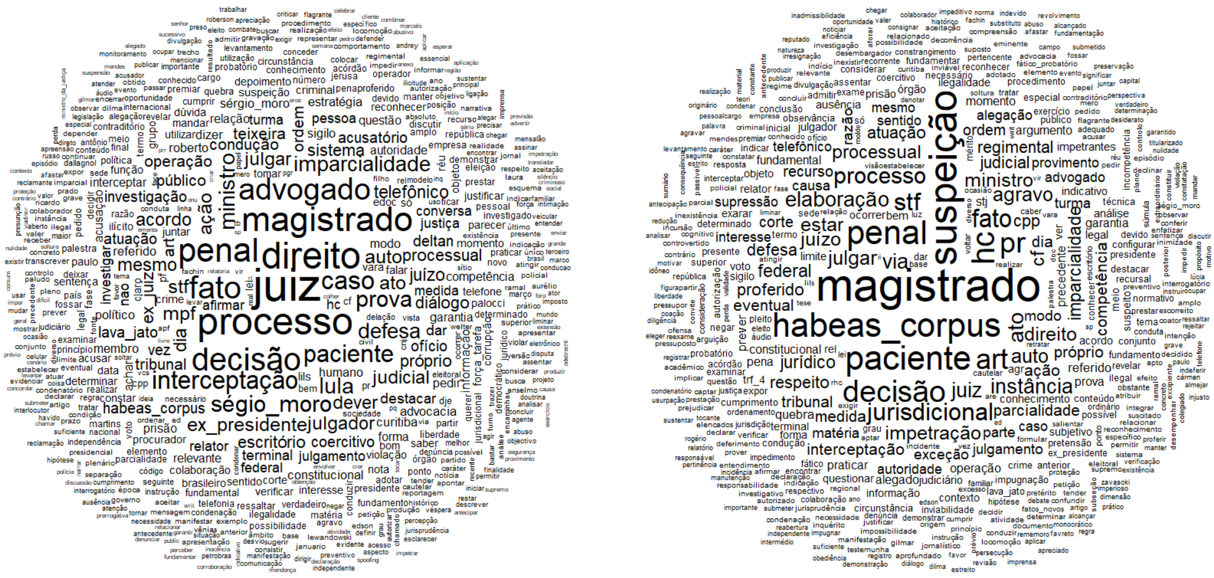
Podemos observar novamente a predominância dos termos *magistrado/juiz* em ambos os *corpus* textuais, da mesma forma que as palavras *habeas_corpus* e *hc* têm maior destaque no voto de Fachin, enquanto os termos *morar*, *interceptação* e *advogado* tem maior destaque no voto de Mendes.

---

[6]Investigação que se debruçou sobre o hackeamento de uma grande quantidade de celulares e computadores. Dentre os aparelhos invadidos alguns pertenciam a procuradores do Ministério Público Federal. Ver mais em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%A7%C3%A3o_Spoofing

[7] Ver mais sobre o ponto de vista de Fachin: http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=461870&ori=1

Figura 1: Nuvens de palavras decorrentes dos votos de Gilmar Mendes e Edson Fachin, respectivamente.



3.4. Método Reinert

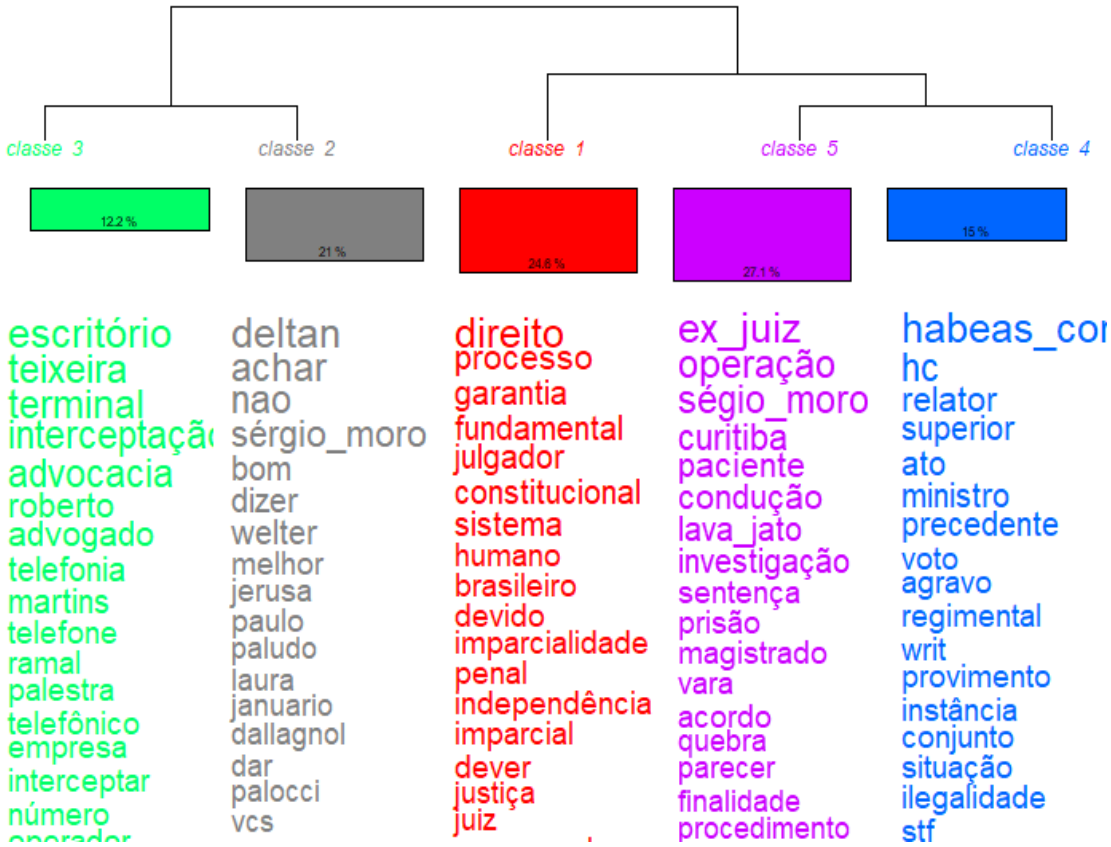
O Método Reinert (REINERT, 1990), também conhecido como Classificação Hierárquica Descendente (CHD), foi criado por Max Reinert e tem como intuito observar a existência de correlação entre termos dentro de um mesmo segmento de *corpus* textual (CERVI, 2018). Inicialmente essa técnica era aplicada via algoritmo no *software Alceste*[8], sendo posteriormente disponibilizada no *Iramuteq*. Trata-se de um método que auxilia na análise de conteúdo de uma grande quantidade de texto, tendo a capacidade de indicar classes de palavras recorrentes no *corpus* estudado.

Nas palavras de Emerson Cervi (2018), o método Reinert é uma das técnicas mais importantes para a análise léxica automatizada de conteúdos de textos e documentos. Ela permite um avanço nas descrições, sendo muito mais do que uma simples observação da presença e quantidade de léxicos. Ela consegue verificar a associação entre as palavras através do contexto e da presença de termos, possibilitando diferenciar linhas argumentativas em função das posições das palavras nos segmentos textuais.

8 Programa de análise quantitativa de dados textuais utilizado em representações sociais. Ver mais em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Alceste_(software)

A CHD é uma das ferramentas presentes no *Iramuteq* com maior potencial para o estudo de decisões judiciais, principalmente quando a intenção do pesquisador é acompanhar os principais argumentos dos magistrados durante o processo decisório. É possível distinguir os polos discursivos de cada *corpus* textual, bem como comparar o posicionamento - e a proximidade - de juízes e desembargadores a partir do conteúdo dos seus votos e sentenças.

Figura 2: Dendrograma obtido a partir do voto do ministro Gilmar Mendes



Elaboração própria

O *Iramuteq* oferece diversas formas de visualização da CHD. A primeira é através de um dendograma que apresenta as classes de palavras encontradas pela técnica, quais palavras são predominantes em cada classe e o quanto cada classe representa do conteúdo do *corpus*. A figura 3 apresenta o dendograma obtido a partir do voto do ministro Gilmar Mendes no HC 164.493.

É possível observar a partir da imagem que a CHD encontrou cinco classes de palavras utilizadas no *corpus*. A primeira grande divisão entre as classes, contudo, se dá entre as classes 1, 4 e 5 e as classes 2 e 3. Isso indica que esses grupos de palavras estão isolados dentro do texto. A classe 3 apresenta os termos *teixeira*, *escritório*, *interceptação*, *terminal* e *advocacia*, como principais, representando 12,2% do *corpus* textual. Já a classe 2 tem como termos mais representativos as palavras *Deltan, achar, Sérgio_Moro, Welter, Jerusa...*, nomes presentes nas

conversas inicialmente vazadas pela Vaza-Jato[9]. Essas duas classes indicam os momentos onde Gilmar Mendes cita as principais bases probatórias para o seu voto a favor da suspeição do ex-juiz Sérgio Moro: o grampo telefônico realizado no escritório de advocacia que fazia a defesa do réu[10], o ex-presidente Lula, e as conversas vazadas pela operação *Spoofing*. Podemos tirar essas conclusões também a partir das citações dos termos *telefone*, *telefonia* e *deltan* presentes nessa classe[11].

A segunda divisão observada ocorre entre as classes 4 e 5 e a classe 1. As palavras mais significativas desse último grupo são *direito*, *processo*, *fundamental*, *garantia* e *julgador*. Ela representa 24,8% do *corpus* analisado. É nela que vemos parte do desenvolvimento jurídico do voto, podemos tirar essa conclusão também a partir da observação de termos que remetem aos princípios e garantias fundamentais estabelecidas na Constituição de 1988.

Por fim, as classes 4 e 5 se apresentam como as mais próximas e conectadas entre si, isso significa que, geralmente, essas linhas argumentativas se entrecruzam no texto. A classe 5 parece focar mais na narrativa sobre o contexto político em que o processo foi conduzido e os atores institucionais que pautaram o debate na época. Há citações aos termos: *ex-juiz, Sérgio_Moro, operação, curitiba* e *lava_jato*, é de conhecimento público que o ministro Gilmar Mendes teceu diversas críticas direcionadas ao ex-juiz Sérgio Moro e à operação Lava-Jato durante os últimos anos, no plenário e fora dele[12]. Os dados colhidos indicam como os eventos - e escândalos - políticos que envolveram a Lava-Jato foram levados em conta neste voto. Essa classe representa 27,1% do *corpus* textual.

Já a classe 4, que engloba 15% dos termos analisados, é mais voltada para o rito do Habeas Corpus. Há citações aos termos *habeas_corpus, hc, relator, precedente, voto* e *agravo*, o que demonstra que o ministro tratou em seu voto do debate sobre a validade do instrumento jurídico e dos argumentos levantados pela defesa do réu.

---

[9] Ver mais sobre a Vaza-Jato em: https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/

[10] Ver mais sobre o grampo realizado no escritório de advocacia que defendia o ex-presidente em: http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/03/moro-fez-grampo-ilegal-de-escritorio-de-advocacia-diz-defesa-de-lula.html

[11] Ver mais sobre o voto de Gilmar Mendes no *habeas corpus* em: http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=461996&ori=1

[12] O ministro Gilmar Mendes vem se colocando como crítico da operação Lava-Jato e do ex-juiz Sérgio Moro nos últimos anos, principalmente após o vazamento das mensagens da Vaza-Jato e da participação do ex-juiz no governo Bolsonaro. Ver mais em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/03/23/interna_politica,1249733/gilmar-mendes-voces-comprariam-um-carro-de-moro-e-do-dallagnol.shtml .

Por outro lado, ao realizarmos a CHD no voto (e sua reiteração) do ministro Edson Fachin verificamos a presença de 4 classes diferentes de palavras (Figura 4). A primeira grande distinção está entre as classes 1, 2 e 3 e a classe 4. Da mesma forma que no voto de Gilmar, essa linha argumentativa aparenta girar em torno do grampo telefônico realizado no escritório de advocacia que fazia a defesa de Lula, tanto que as palavras *telefônico*, *interceptação*, *advogado* e *ex_presidente* tem centralidade. Esta classe representa 13,1% do *corpus* textual.

Figura 3: Dendrograma obtido a partir do voto do ministro Edson Fachin

Elaboração própria

A segunda subdivisão observada pela CHD é entre as classes 1 e 2 e a classe 3. Essa última reúne termos mais voltados ao andamento processual do caso, palavras como *termo*, *processo*, *normativo*, *auto*, *resposta* e *ofício* indicam essa tendência. Esse grupo de palavras corresponde a 28,4% do *corpus*.

Por fim, as classes 1 e 2 se apresentam como as mais próximas entre si. A última, que abrange 29,7% do voto do ministro, aponta uma argumentação processualística em torno do caso. Os termos *agravo, julgamento, instância*, *supressão*, *habeas_corpus* e *tribunal* indicam também que o autor está abordando temas referentes ao cabimento processual do HC para a matéria julgada, bem como a competência das instâncias judiciais pelas quais os autos do processo passaram. Esse trecho pode estar relacionado à linha argumentativa em que o

ministro defende que o Habeas Corpus não é o instrumento processual devido para a apresentação de novas provas - sem exame prévio - aos autos[13].

Já a classe 1, que abrange 29,7% do *corpus* textual, aparenta discorrer sobre os eventos que ocorreram em torno do processo, os termos *magistrado, recorrente, interesse, lava_jato, operação, contraditório* e *imparcialidade* demonstram que o ministro abordou o debate sobre os questionamentos feitos pela defesa do ex-presidente Lula, tratando dos temas ligados à imparcialidade do ex-juiz Sérgio Moro e a legalidade dos procedimentos realizados pela operação Lava-Jato.

Estes dois exemplos demonstram a capacidade interpretativa que o método Reinert possui. Importante ressaltar que foram utilizados textos que possuíam entre 10.000 e 30.000 palavras, que poderiam ser lidos em um dia, no entanto, o grande trunfo desta técnica está em viabilizar uma análise de conteúdo em larga escala, transformá-la em representação gráfica de fácil compreensão para o leitor, subdividir um texto em categorias, além, é claro, de diminuir as possibilidades de viés, já que a classificação é feita a partir de análise estatística.

3.5. Análise Fatorial por Correspondência

A Análise Fatorial por Correspondência (AFC) permite a visualização das relações entre os termos e classes presentes no *corpus*, deixando mais clara a "distância" entre as linhas argumentativas presentes nos textos, representando os termos encontrados no *corpus* em um plano fatorial. Ela pode ser utilizada tanto em conjunto com a análise de especificidade como de forma complementar à CHD. Vejamos a seguir as análises fatoriais obtidas dos votos dos ministros Gilmar Mendes e Edson Fachin a partir do método Reinert.

Pode-se observar no anexo A os detalhes da argumentação de cada voto proferido. Tanto Gilmar como Fachin reservaram parte do seu voto para discorrer sobre a interceptação telefônica realizada contra os advogados do réu. É possível notar também como algumas classes se sobrepõem em ambos os textos, mesmo tendo sidas classificadas como diferentes.

[13] "[...] ainda que se admitisse a possibilidade, em tese, de uso em favor do acusado de prova ilicitamente obtida, essa providência inserir-se-ia no campo da validade. Nada obstante, a confiabilidade desses elementos, a meu ver, dependeria de prévio exame e reconhecimento, em sede jurisdicional própria, de sua autenticidade e integridade, aspectos que refogem à espacialidade deste habeas corpus." FACHIN, Edson. *Reiteração de Voto*. Habeas Corpus n°164.493/PR, STF, Brasília, 09 de março de 2021.

Outra possibilidade fornecida pela AFC é verificar quais são as classes centrais ao texto, ou seja, aquele grupo de palavras que interconecta os argumentos que os magistrados utilizam em seus votos. No caso do voto de Gilmar Mendes é possível verificar que a classe 5 - focada no contexto político que circundou o processo - é central para a argumentação do ministro. Já para Fachin é a classe 1 - focada na abordagem temática do HC - que se interliga, principalmente, com as classes 2 e 3. Fica claro, a partir dessas leituras, que, diferentemente de Mendes, Fachin evitou abordar o contexto político no qual o processo se encontrava, abordando apenas a temática questionada pela defesa. Isso pode ser consequência da predominância do voto de 2018 e da atualização tímida que o ministro fez em 2021. Cabe dizer ainda que Fachin se preocupou mais em discutir se o habeas corpus impetrado era o instrumento jurídico correto para a discussão da contenda.

3.6. 3.6 Análise de Similitude

A análise de similitude se baseia na teoria dos grafos, possibilitando a identificação de ocorrências entre as palavras (CAMARGO e JUSTO, 2013). Ela promove a visualização das correlações entre os termos mais citados de um *corpus*, tendo potencial de representar como os autores utilizaram os conceitos centrais de cada texto. Vejamos os exemplos das análises de similitude das quarenta[14] palavras mais citadas de cada voto da nossa base de dados experimental.

Os grafos apresentados no anexo B representam a análise de similitude dos votos de Gilmar Mendes e Edson Fachin. A partir delas podemos observar, por exemplo, como a figura do juiz (magistrado) é central em ambos os votos, no entanto, enquanto Fachin interliga essa figura central ao *habeas corpus,* Mendes desenvolve várias linhas de raciocínio, aproximando a figura do julgador de temas ligados ao debate político da época.

A análise de similitude tem um menor potencial comparativo que outras técnicas aqui apresentadas -como a estatística e a de especificidades -, no entanto, seu grande trunfo está no potencial de estudo de uma grande base de dados. Essa técnica é capaz de sistematizar de forma didática as linhas argumentativas de um grande *corpus* textual, algo que seria inviável a partir da observação manual de uma série de decisões judiciais.

[14]A escolha da quantidade de termos incluídos na análise de similitude é de escolha do pesquisador. Recomenda-se um número que possibilite uma visualização limpa e, ao mesmo tempo, representativa do corpus textual.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o poder judiciário brasileiro tem se tornado nos últimos anos essencial para compreendermos em completude o contexto político, social e jurídico do país. Apesar de abordagens teóricas e doutrinárias serem mais tradicionalmente adotadas, defendemos que métodos mais automatizados e rigorosos de análise tem potencial de trazer mais robustez ao debate, possibilitando o avanço do conhecimento jurídico ao suplantar conflitos puramente interpretativos.

Voltar a atenção da comunidade jurídica à discussão dos fatos e efeitos reais da atuação judicial na sociedade é uma tendência imparável. Mais que entender a normatividade do direito é fundamental aprofundarmos sobre a aplicação empírica da norma, os discursos políticos e sociais por trás das decisões judiciais que a todos vinculam e o impacto da performance jurídica sobre o entorno do destinatário final, o cidadão.

Seguindo esta linha, a análise de conteúdo e a análise de discurso são técnicas que se apresentam como boas aliadas aos trabalhos que buscam compreender os mais diversos instrumentos judiciais, como decisões, acórdãos, audiências públicas, entre outros.

A análise de conteúdo como método misto de pesquisa - quantitativo e qualitativo - tem capacidade de instrumentalizar âmbitos antes inexplorados estatisticamente, em conhecimento científico replicável. *Softwares* de iniciativa *open source* como *Iramuteq* são ferramentas imprescindíveis ao desenvolvimento e democratização de pesquisas que analisam dados textuais.

Diversos são os potenciais de pesquisas que utilizam a análise de conteúdo, através do *Iramuteq*, no campo de estudo sobre o Poder Judiciário. A partir de uma perspectiva comparativa é possível analisar o conteúdo textual de decisões colegiadas de tribunais superiores em ações específicas relevantes à jurisprudência, como as que conferem repercussão geral, como as ADINs, ADOs, ADPFs, etc., identificando os argumentos favoráveis e contrários. Outras possíveis agendas de pesquisa concernem a análises intertemporais de jurisprudências, identificando a evolução do pensamento jurídico ao longo do tempo. Além disso, a análise do conteúdo decisório de determinada temática pode ser abordada a partir da comparação entre as diferentes instâncias – na cadeia hierárquica do judiciário – e entre diferentes foros, considerando o fator regional.

Pode-se também verificar a correlação entre o conteúdo decisório e variáveis sociodemográficas aplicadas as partes, ou até mesmo aos magistrados. Verificar se a raça, religião, idade, formação e gênero do réu ou do julgador interferem de alguma forma no

conteúdo decisório dos tribunais. As potencialidades são incontáveis, vez que o judiciário se depara diariamente com ampla abrangência de assuntos, desde discussões sociais, políticas e econômicas a conflitos relativos ao Legislativo, Executivo, e ao próprio Judiciário.

A academia jurídica ainda carece desse tipo de análise no campo dos estudos sobre o poder judiciário, mesmo tendo grande potencial de explicar o modo como a norma jurídica é aplicada, auxiliando na compreensão sobre o tema do comportamento judicial, dinâmica interna, usos do tribunal e desenho institucional. Nota-se então que esta técnica é plenamente adaptável ao tradicional estudo jurisprudencial e estatístico-descritivo. Este artigo, portanto, buscou apresentar alguns mecanismos capazes de oferecer um método mais aprofundado, capaz de expor as nuances do nosso judiciário e como a instituição fundamenta suas decisões a partir do próprio conteúdo textual por ela produzido.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Ed. 70. Presses Universitaires de France, 1977.

CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. *IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais*. Temas em Psicologia, v.21, n.2, pp. 513-518, 2013.

CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. *Tutorial para o uso do software Iramuteq*. Disponível em: http://www.iramuteq.org . Acesso em 19 de abril de 2018.

CARVALHO, A. G. P. & ROESLER, C. R. *O argumento de autoridade no Supremo Tribunal Federal: uma análise retórica em perspectiva histórica*. Revista Direito, Estado e Sociedade, n. 55, 2019. DOI: 10.17808/des.55.907. Disponível em: https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/907. Acesso em 05 de julho de 2021.

CERVI, Emerson U. *Análise de conteúdo automatizada para conversações em redes sociais online: uma proposta metodológica.* 42º encontro anual da Anpocs, GT17 (Mídias, política e eleições), Caxambu, 22-26 de outubro de 2018.

CHAGAS, Viktor; CARREIRO, Rodrigo. *Macarthismo no Zap: Como se comporta a rede anticomunista de apoiadores de Jair Bolsonaro.* In: CERVI, Emerson U.; WEBER, Maria Helena. Impactos Político-comunicacionais nas eleições brasileiras de 2018. Curitiba: CPOP, 2021.

GOMES, D. F.; SOUZA, C. R.; SILVA, F. L.; PÔRTO, J. A.; MORAIS, I. A.; RAMOS, M. C.; SILVA, E. N. *Judicialização da saúde e a audiência pública convocada pelo Supremo Tribunal Federal em 2009: o que mudou de lá para cá?* Revista Saúde em Debate, 2014. DOI: 10.5935/0103-104.20140008.

KING, Gary. *Replicação, Replicação.* Revista Eletrônica de Ciência Política, vol.6, n.2, 2015.

LEAL, F.; HERDY, R. & MASSADAS, J. *Uma década de audiências públicas no Supremo Tribunal Federal (2007-2017)*. Revista de Investigações Constitucionais, 2017. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/rinc/a/mLPfbct74p4rHPbPLy4J9mc/?lang=pt Acesso em 05 de julho de 2021.

OLIVEIRA, E. S. *O Sistema político brasileiro hoje: o governo do Supremo Tribunal Federal e a legitimidade democrática.* Revista Sociologias, 2012. Disponível em https://www.scielo.br/j/soc/a/dryZFtM6NHcGJsc6mJP45CH/abstract/?lang=pt Acesso em 05 de julho de 2021.

OLIVEIRA, F. L. O Supremo Tribunal Federal no processo de transição democrática: uma análise de conteúdo dos jornais Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo. Revista de Sociologia e Política, 2004. Disponível em https://www.scielo.br/j/rsocp/a/dH6zwtjSNSPk8WvCM8zTr4b/abstract/?lang=pt Acesso em 05 de julho de 2021.

PEREIRA, Rebeka Souto Brandão. *A normatividade em Improbidade Administrativa e a sua aplicabilidade nas decisões judiciais.* 2021. 156f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

RODRIGUES, Ana Paula Lopes da Silva; MOURÃO, Victor Luiz Alves; LOPES, Ivonete da Silva. "Eficácia, segurança e qualidade": Parâmetros discursivos nas audiências públicas da ANVISA sobre regulamentação e pesquisas com cannabis para fins medicinais. Teoria e Cultura, v.12, n.2, 2020.

RATINAUD, Pierre. IRAMUTEQ: Interface de R pour les analyses Multidimensionnelles de textes et de questionnaires [Computer Software]. Retirado de http://www.iramuteq.org. 2009.

REINERT, Max. Alceste, une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurelia de Gerard de Nerval. Bulletin de Methodologie Sociologique, v.26, p.24-54, 1990.

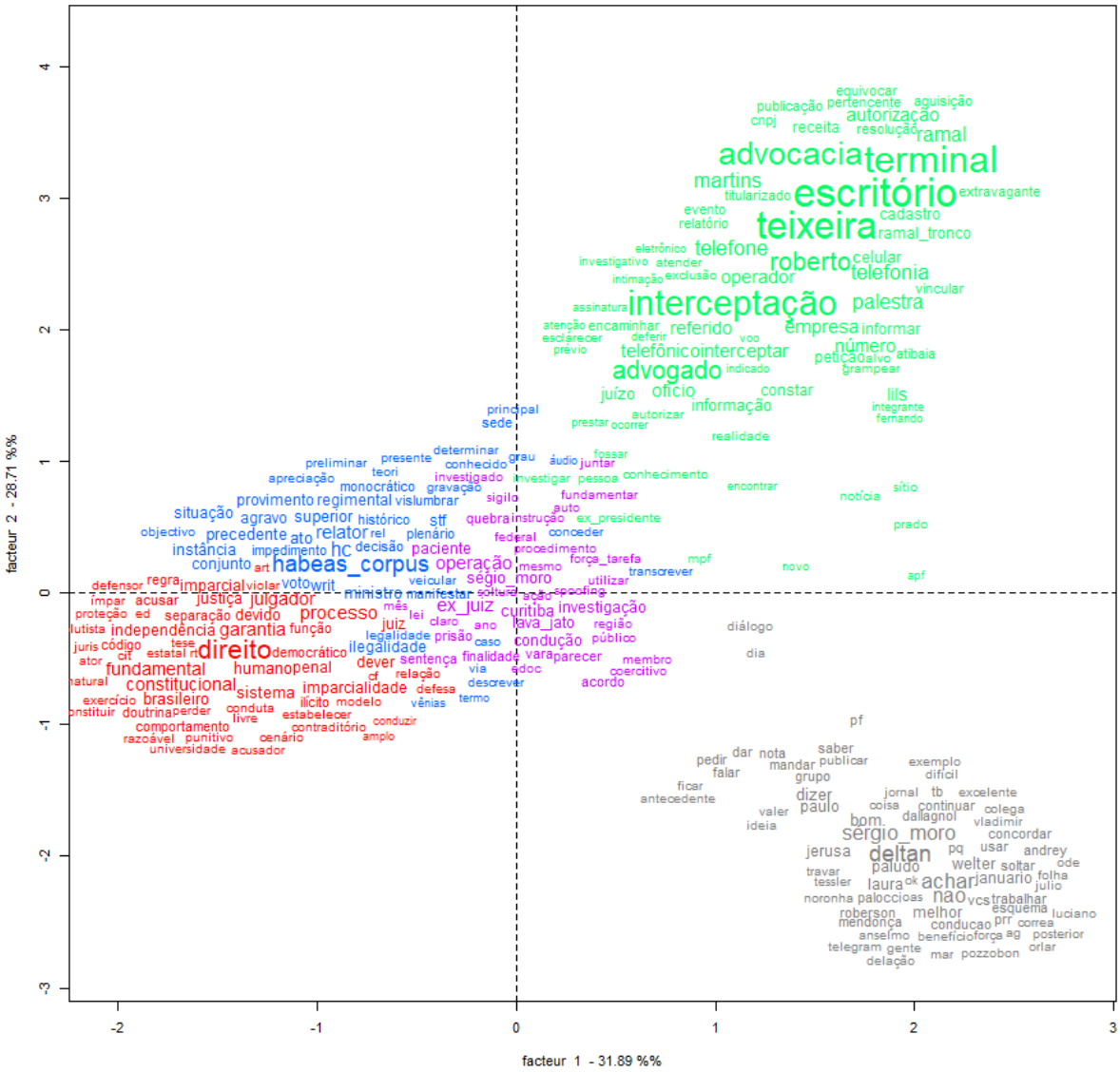
SALVIATI, Maria Elisabeth. Manual do aplicativo IRAMUTEQ (versão 0.7, Alpha 2 e R versão 3.2.3). Planaltina, 2017.

SOUZA, Yuri Sá Oliveira et. al. *O uso do software Iramuteq para análise de dados de entrevistas*. Pesquisa e Práticas Psicossociais, v.15, n.2, 2020.

ANEXOS

4.1. Anexo A – Análise Fatorial por correspondência

Análise fatorial obtida do voto do ministro Gilmar Mendes a partir do método Reinert



Elaboração própria

Legenda:

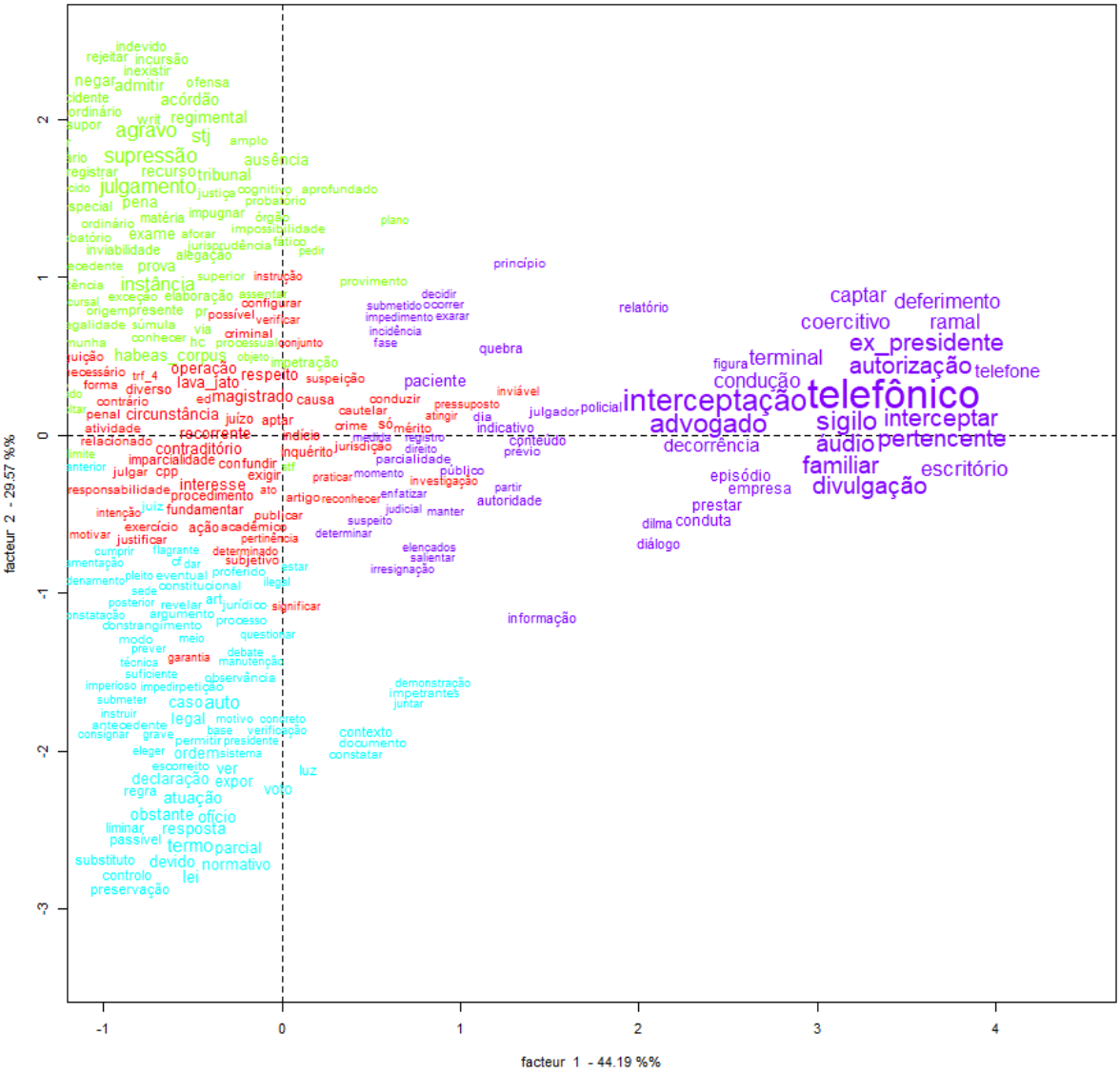
a) Classe 1 – vermelho;

b) Classe 2 – verde;

c) Classe 3 – azul;

d) Classe 4 – roxo.

Análise fatorial obtida do voto do ministro Edson Fachin a partir do método Reinert -



Elaboração própria

Legenda:

a) Classe 1 – vermelho;

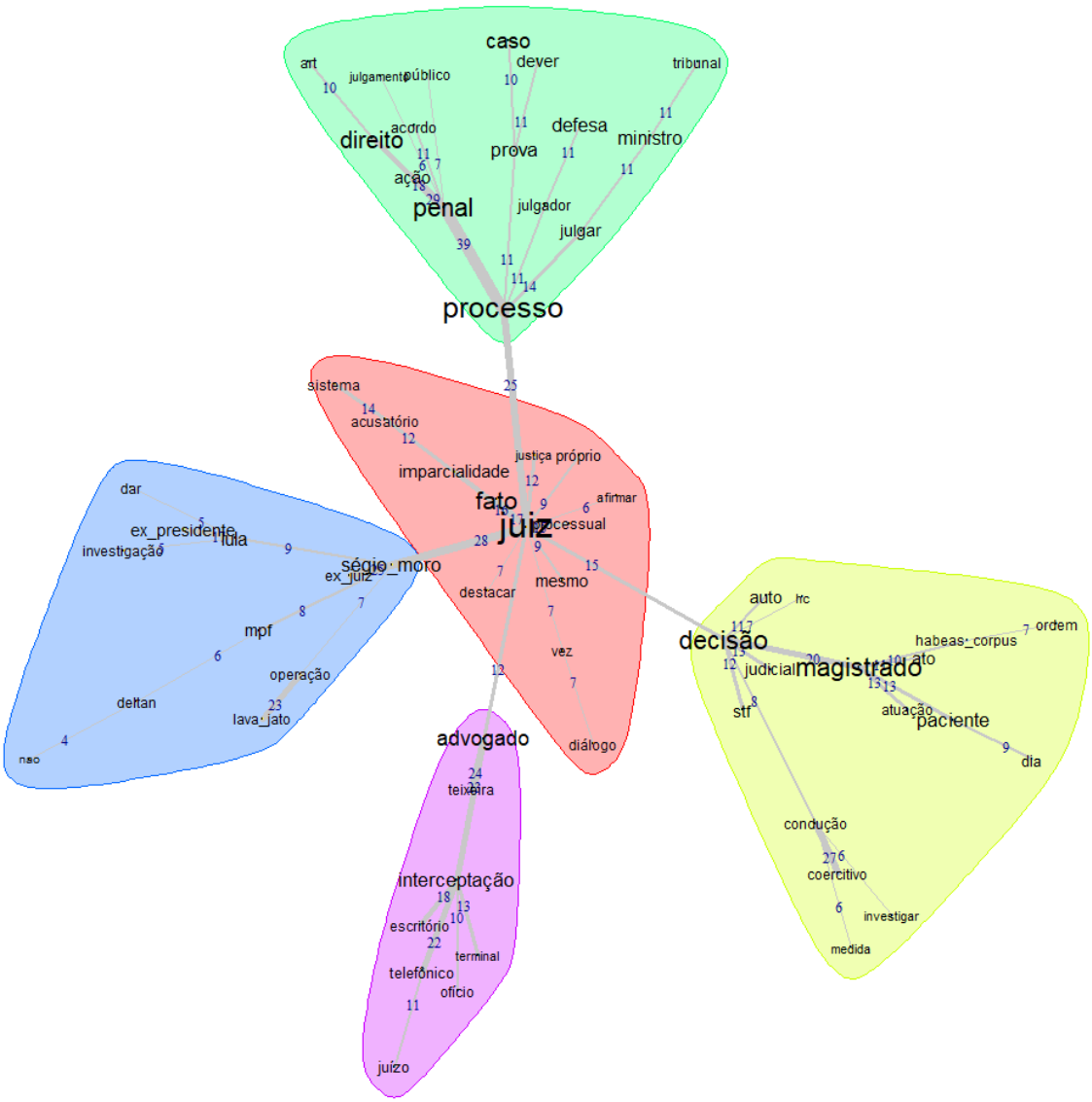
b) Classe 2 – verde;

c) Classe 3 – azul;

d) Classe 4 – roxo.

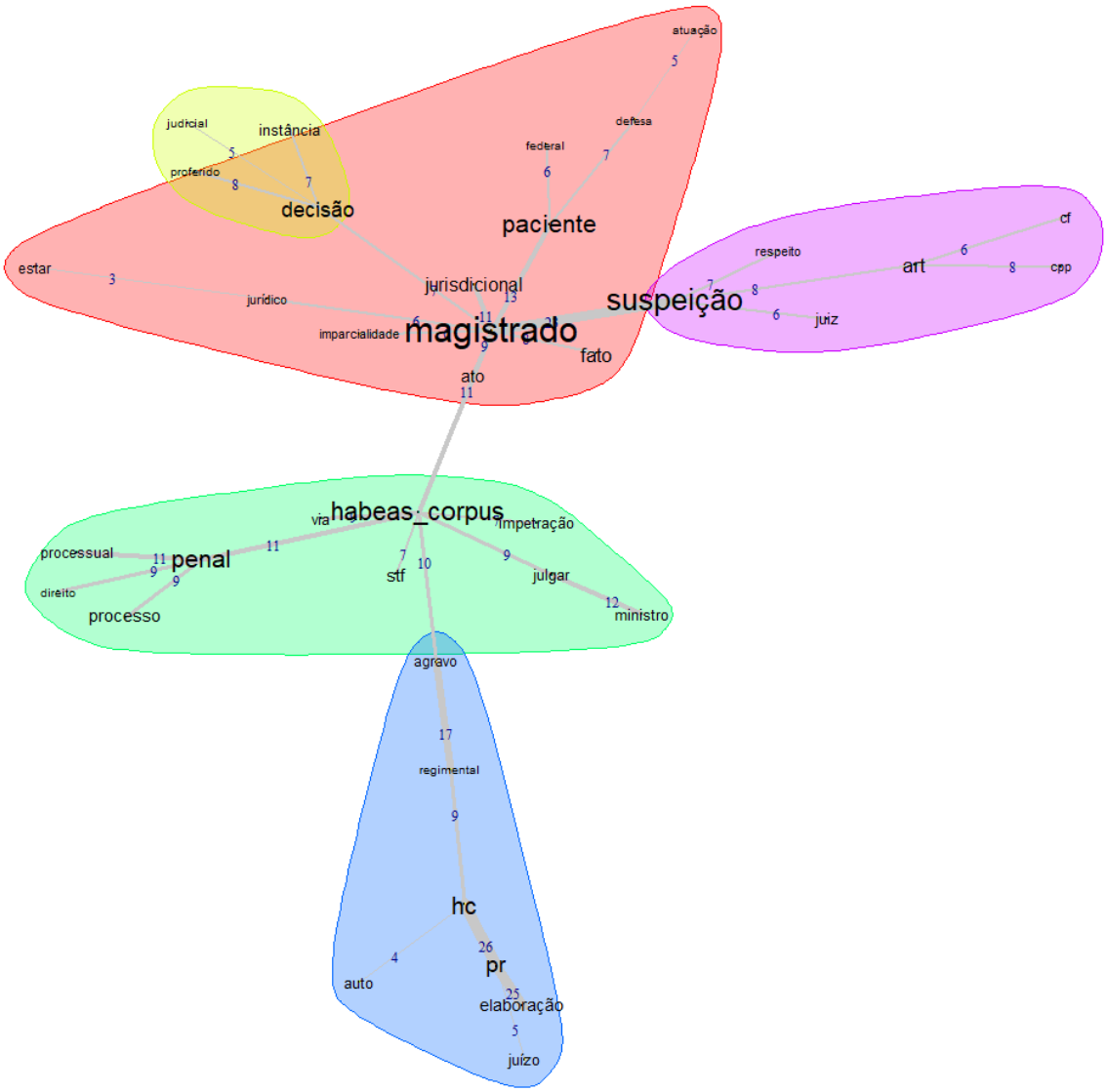
4.2. Anexo B – Análise de Similitude

Análise de similitude do voto de Gilmar Mendes



Elaboração própria

Análise de similitude do voto de Edson Fachin - elaboração própria



MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA CIENTÍFICA: MULTIDISCIPLINARIDADE E SUAS POSSIBILIDADES

CAPÍTULO XXIX

HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE: A TEORIA DA INTERPRETAÇÃO COMO UMA ALTERNATIVA TEÓRICA-METODOLÓGICA PARA PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Johnny Ribas da Motta[1]
Bruno Eduardo Slongo Garcia[2]

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Especialista pelo MBA em Gestão da Comunicação Pública e Empresarial e bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Tuiuti do Paraná. Graduando em Relações Públicas pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: johnnyribasdamotta@hotmail.com
[1] Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Administração e mestre pelo Programa de Pós-graduação em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Gestão de Negócios (UFPR) e bacharel em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: professorslongogarcia@gmail.com

RESUMO

Este ensaio tem por objetivo apresentar e discutir os aspectos teórico-metodológicos que compõe a Hermenêutica de Profundidade (HP), por meio das proposições do sociólogo canadense John Brookshire Thompson (2011). Com base na pesquisa bibliográfica, busca-se compreender o modo de utilização desta metodologia, a sua origem e refletir sobre as três fases que constituem a aplicação da análise, isto é, 1) Análise Sócio-histórica; 2) Análise Formal ou Discursiva; e 3) Interpretação/Re-interpretação. A partir desta concepção, tem-se nessa reflexão sobre a HP uma alternativa teórica-metodológica para a problematização de pesquisas, podendo ser examinadas a partir de uma perspectiva aprofundada e contextualizada do fenômeno. Em síntese, entende-se que a HP se mostra uma importante abordagem na busca por compreensões que englobem discussões sobre a ideologia e como as formas simbólicas atuam nas relações de dominação entre os sujeitos. É o que propõe Thompson ao refletir sobre a Teoria Crítica, na qual, propõe um instrumento científico significativo para pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, principalmente para o campo das Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas. Para ilustrar a aplicabilidade da HP, este ensaio traz um relato de um caso aplicado na Educação a Distância (EaD). Neste exemplo, as formas simbólicas foram demonstradas por meio de normativos (leis, decretos, portarias, pareceres e instruções normativas federais), o que possibilitou constatar nas etapas da Análise Formal e Re-interpretação, a observação da busca por legitimidade da modalidade no desenvolvimento da EaD.

Palavras-chave: Hermenêutica de Profundidade; Teoria da Interpretação; Ideologia; Formas Simbólicas; Metodologia; Ciências Sociais; Ciências Sociais Aplicadas.

ABSTRACT

This essay aims to present and discuss the theoretical-methodological aspects that make up Depth Hermeneutics (DH), through the propositions of Canadian sociologist John Brookshire Thompson (2011). Based on the bibliographical research, we seek to understand how this methodology is used, its origin and reflect on the three phases that constitute the application of the analysis, that is, 1) Socio-historical analysis; 2) Formal or Discursive Analysis; and 3) Interpretation/Re-interpretation. Based on this conception, this reflection on DH is a theoretical-methodological alternative for problematizing research, which can be examined from an in-depth and contextualized perspective of the phenomenon. In summary, it is understood that DH is an important approach in the search for understandings that encompass discussions about ideology and how symbolic forms act in the relations of domination between subjects. This is what Thompson proposes when reflecting on Critical Theory, in which he proposes a significant scientific instrument for researchers from the most diverse areas of knowledge, especially in the field of Social Sciences and Applied Social Sciences. To illustrate the applicability of DH, this essay brings a report of a case applied in Distance Learning (e-Learning). In this example, the symbolic forms were demonstrated through regulations (laws, decrees, ordinances, opinions and federal normative instructions), which made it possible to observe in the stages of Formal Analysis and Re-interpretation, the observation of the search for legitimacy of the modality in development of e-Learning.

Keywords: Depth Hermeneutics; Interpretation Theory; Ideology; Symbolic Shapes; Methodology; Social Sciences; Applied Social Sciences.

1. A GÊNESE DA HERMENÊUTICA

Após realizarmos uma busca nas bases de dados acadêmicas, como *Google Scholar*[1], *Spell*[2], *Scopus*[3] e *Web of Science*[4], nos deparamos com uma infinidade de conteúdos que versam sobre a definição de hermenêutica. Dentre as conceituações encontradas, a palavra hermenêutica tem sua origem vinculada ao verbo grego *hermeneuin*, que significa *interpretar*, e também ao substantivo *hermeneia*, conceito aristotélico que denota *interpretação*. Segundo a mitologia grega, ela está associada ao deus alado Hermes, mensageiro que tinha a função de tornar as mensagens do Olimpo compreensíveis ao entendimento humano, principalmente, ao envolver a linguagem.

Ao aprofundar esta busca, encontramos outra orientação para a palavra hermenêutica, que está relacionada com o verbo no infinitivo *explicar*. Nesse sentido, ela destaca o discurso da

---

[1] Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 10 mai. 2021.

[2] Disponível em:<http://www.spell.org.br>. Acesso em: 15 mai. 2021.

[3] Disponível em:<https://www.scopus.com>. Acesso em: 14 mai. 2021.

[4] Disponível em:<https://www.webofknowledge.com>. Acesso em: 12 mai. 2021.

compreensão, uma vez, que as palavras vão além do dizer, pois como salientam Terra, Gonçalves, Santos e Erdmann (2009), elas explicam, racionalizam e elucidam algo. Assim, este pensamento nos leva a compreensão de que o significado, deste modo, está relacionado a alguém e também ao contexto.

Com base nas obras "O conflito das Interpretações" (1978), "Interpretação e Ideologias" (1990) e da "Teoria da Interpretação" (1976) do filósofo francês Paul Ricoeur – que estabeleceu uma ligação entre a fenomenologia de Husserl e a Análise da Linguagem pela Teoria da Metáfora, do Mito e do Modelo Científico –, buscamos destacar as principais considerações e pensamentos do autor atribuídos à hermenêutica.

A primeira consideração sobre a hermenêutica a ser discutida e atribuída a Ricoeur (1976), está no uso da palavra *enxerto* ou *preenchimento*, tendo em vista que seu surgimento é anterior à fenomenologia de Husserl. Nesta consideração, a hermenêutica é colocada no limite da exegese[5], ou seja, como uma disciplina direcionada para a interpretação dos textos sagrados.

Em um segundo momento, a hermenêutica é definida como a ciência de toda a compreensão linguística e tida como base para a concepção de todos os tipos de interpretação de textos. Esta por sua vez, marca o início da hermenêutica considerada não disciplinar, ao delimita-la como um estudo de sua própria compreensão.

A terceira consideração abarca os pensamentos do filósofo alemão Wilhelm Dilthey, que tratava a hermenêutica como base metodológica para os estudos das humanidades ou das ciências humanas, denominado em alemão como *Geisteswissenschaften*. Dilthey (1949) defendia a interpretação das expressões essenciais da vida humana, como leis, literatura e escritos sagrados, pois acreditava que essas produções demandavam uma compreensão histórica, porém, diferenciado do modo como era compreendido o mundo natural.

A quarta consideração, diz respeito a compreensão existencial, ligada a fenomenologia do *Dasein*, ou seja, da filosofia da existência humana. Em sua obra "Ser e Tempo, uma hermenêutica do *Dasein*", o filósofo Martin Heidegger estudou os efeitos da presença humana e da vida cotidiana no mundo. Nesta fase, rompe-se com a hermenêutica dos textos, e passa-se a tratar de uma hermenêutica da existência humana (TERRA; GONÇALVES; SANTOS; ERDMANN, 2009).

---

[5] Comentário ou dissertação que tem por objetivo esclarecer ou interpretar minuciosamente um texto ou uma palavra.

Posteriormente, na mesma linha filosófica de Heidegger, Hans-Georg Gadamer retoma o diálogo com as humanidades e inicia o desenvolvimento de uma hermenêutica para despertar a consciência filosófica das ciências humanas. Segundo Lawn (2007), Gadamer considerava que a compreensão está relacionada com a experiência estética e ao conhecimento histórico na hermenêutica.

A partir desta concepção, Terra *et al*., (2009, p. 95) afirmam que isso "[...] significa que a compreensão precisa estar inserida num contexto no qual haja uma fusão constante do passado e do presente", isto é, a "compreensão não deve ser vista como uma ação da subjetividade de uma pessoa porque é no encontro do ser por meio da linguagem que acontece a hermenêutica".

Na quinta e última consideração, a hermenêutica é compreendida como um sistema de interpretação, ou seja, entendida como um processo que interpreta um conteúdo e também um significado, esteja ele exposto ou velado. Nesta perspectiva, Ricoeur (1978) faz grandes contribuições ao pensar a hermenêutica como um processo em que o significado se revelaria para além do conteúdo manifesto, pois na "[...] medida que os textos são, entre outras coisas, exemplos de linguagem escrita, nenhuma teoria de interpretação é possível que não se prenda com o problema da escrita" (*ibid.,* 1976, p. 37).

A partir das considerações interpostas pela teoria da Hermenêutica Ricoeuriana (1976), os próximos tópicos destinam-se a exploração da Hermenêutica de Profundidade (HP), formulação teórica-metodológica proposta pelo sociólogo canadense John Brookshire Thompson, como referencial metodológico para a pesquisa das formas simbólicas. Para demonstrar como a HP pode ser conduzida em pesquisas da área de ciências sociais e ciências sociais aplicadas, exploramos um caso aplicado no campo da Educação a Distância (EaD).

2. PARA UMA HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE

O sociólogo canadense John Brookshire Thompson[6], idealizador da obra *"Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa"* publicada em 1995, apresenta em seu livro um referencial metodológico como possibilidade para a

[6] Professor de sociologia na Universidade de Cambridge e membro do Jesus College, em Cambridge. Ele é bacharel em Sociologia e Filosofia pela Universidade de Keele e PhD em sociologia. Foi professor visitante em universidades nos Estados Unidos, Canadá, Itália, Espanha, México, Brasil, Chile, China e África do Sul. Disponível em: <https://www.jesus.cam.ac.uk/people/john-thompson>. Acesso em: 10 jun. 2021.

interpretação das formas simbólicas, chamado de Hermenêutica de Profundidade. Concernente a isso, o autor (2011, p. 362) indagada que podemos:

> [...] buscar na tradição hermenêutica algo a mais que um conjunto de condições gerais para a investigação sócio-histórica? Podemos buscar na HP um referencial metodológico que possa ser empregado para o estudo das formas simbólicas em geral, e para a análise da ideologia em particular?

Para responder essas perguntas, Thompson (2011) permeia seus estudos baseado na Teoria Social Crítica, a qual tem por objetivo entender temporalmente como os "efeitos" sociais, que envolvem as formas simbólicas, penetram o mundo social e contribuem para a reprodução das relações de poder e dominação. Ainda, busca compreender o papel da ideologia na contemporaneidade e sua relação como parte da vida cotidiana, que foram consolidadas pelo capitalismo com auxílio dos meios de comunicação de massa.

Para explicar a HP, o autor delineia seu trabalho a partir de duas proposições filosóficas. A primeira originada na Hermenêutica Fenomenológica de Husserl (como vista anteriormente), que combinava os procedimentos interpretativos com a abordagem fenomenológica. Nesta proposição, destacaram-se trabalhos de filósofos como Heidegger, Gadamer e Ricoeur, que estão ligados à expressão Hermenêutica de Profundidade.

A segunda proposição que influenciou a HP é da Teoria Social Crítica, que teve como base os escritos de Kant, Hegel e Marx, desenvolvida posteriormente por estudiosos como Horkheimer, Adorno e Habermas. Cabe lembrar, que esta linha filosófica deu origem a preocupação de Thompson com a criticidade, dada como fundamental na terceira fase da HP, denominada como Re-interpretação, que será detalhada posteriormente.

A partir destas considerações, Thompson (*ibid.,* p. 358-359) destaca quatro características hermenêuticas importantes para o delineamento das investigações sócio-históricas, a contar, 1) o desafio de compreensão e interpretação das formas simbólicas; 2) o objeto das investigações constitui-se como um campo pré-interpretado; 3) os sujeitos que formam "o campo-sujeito-objeto" de uma investigação, são capazes de compreender e agir de acordo com as interpretações que fazem das formas simbólicas; e por fim, 4) compreender que todos os sujeitos constituem o mundo social, e que por esta inserção são firmados em tradições históricas (THOMPSON, 2011, p. 357-361).

Na sequência, Thompson (*ibid.,* p. 362) retoma a proposta de Ricoeur, de que o processo de interpretação é "mediado por uma gama de métodos explanatórios ou objetivantes", porém, aponta criticamente que a hermenêutica defendida pelo filósofo enfatizava demasiadamente a

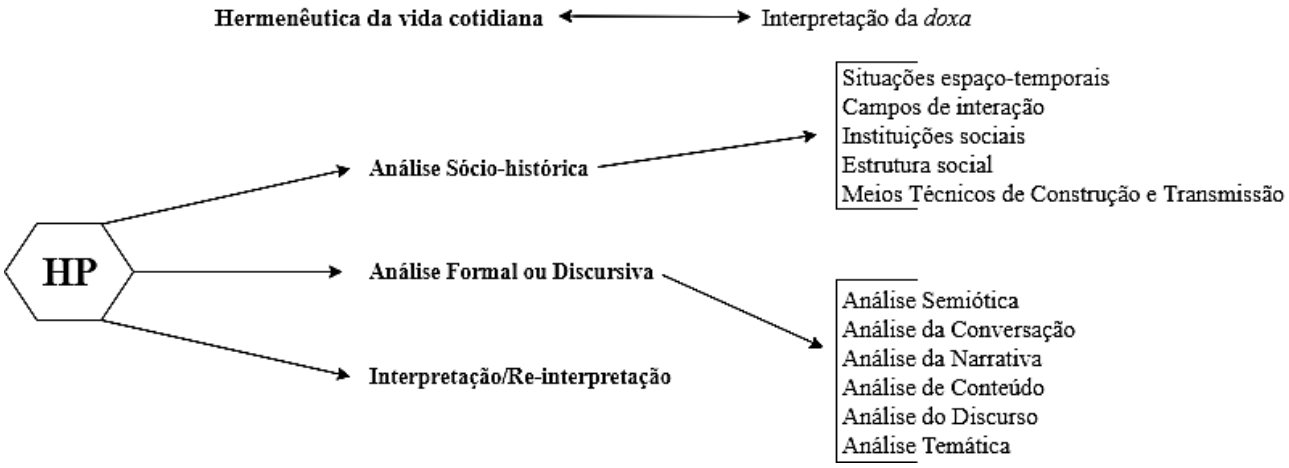
autonomia semântica dos escritos, indicando um valor de sentido próprio do texto. Por esta ótica, Thompson (2011) afirma que embora:

> [...] concorde com os objetivos gerais da obra de Ricœur, o marco referencial metodológico que desenvolverei irá diferir significativamente de seu entendimento a respeito da HP. Pois Ricœur coloca demasiada ênfase no que ele chama de 'a autonomia semântica do texto', e com isso ele abstrai muito rapidamente das condições socio-históricas em que os textos, ou as coisas análogas a textos, são produzidos e recebidos (*ibid.,* 2011, p. 362).

Contudo, não obstante à proposta de Ricouer, em linhas gerais, na HP, Thompson busca entender as condições sócio-históricas que envolvem os modos de produção, transmissão e recebimento das formas simbólicas. Neste sentido, o autor propõe duas formas substanciais de análise: a primeira denominada como Hermenêutica da Vida Cotidiana ou interpretação da *doxa*, e a segunda, na qual delineia um referencial metodológico mais amplo, de enfoque tríplice, concebido como Hermenêutica de Profundidade.

No que se refere ao enfoque tríplice, o autor (2011, p. 365) afirma que elas não devem ser vistas como estágios separados de um método sequencial, porém, devem ser analisadas como "dimensões analiticamente distintas de um processo interpretativo complexo". A partir destas considerações, apresentamos na Figura 1 a síntese das formas de investigação da HP, com enfoque na interpretação da *doxa*.

Figura 1: Formas de Investigação da Hermenêutica de Profundidade



Fonte: Adaptação de Thompson (2011).

Thompson (2011) compreende a metodologia da HP como procedimentos descritos da seguinte maneira, sendo: 1) Análise Sócio-histórica; 2) Análise Formal ou Discursiva; e 3) Interpretação/Re-interpretação.

2.1. Compreendendo as Formas Simbólicas

Antes de adentrarmos propriamente dito na discussão sobre o enfoque triple da HP, é necessário refletir sobre o que são as formas simbólicas. Thompson (2011) afirma que os estudos sobre as formas simbólicas remetem a Grécia Clássica, e que ocorriam nos debates literários da época. Entre os séculos XIX e XX, desenvolvido por filósofos hermeneutas como Dilthey, Heidegger, Gadamer e Ricoeur, as apreciações das formas simbólicas eram consideradas fundamentais e inevitavelmente um problema de compreensão e interpretação (*ibid.,* 2011, p. 357).

A partir deste ponto, o autor define as formas simbólicas como construções significativas, que demandam uma interpretação. Assim, podemos considerar ser um amplo espectro de ações, falas, textos e imagens, que estão passíveis de um processo de compreensão.

Salienta-se que as formas simbólicas fazem parte das condições hermenêuticas da investigação sócio-histórica, por pertencerem a um campo-sujeito construído pelas pessoas no decorrer de suas vidas, a qual o autor define como "uma ampla variedade de fenômenos significativos, desde ações, gestos e rituais até manifestações verbais, textos, programas de televisão e obras de arte" (*ibid.,* 2011, p. 183), que são produzidos, transmitidos, recebidos e estruturados de várias maneiras, a contar dos contextos e processos.

Ao elaborar a concepção estrutural de cultura, com o intuito de justificar o porquê de as formas simbólicas serem consideradas fenômenos significativos, o sociólogo delineia-as a partir de cinco aspectos, sendo: 1) intencional; 2) convencional; 3) estrutural; 4) referencial; e 5) contextual.

Considerando que as formas simbólicas são produzidas, construídas e transmitidas por um determinado sujeito, que ao emprega-las busca um propósito, um objetivo ao expressar o "quer dizer" para outro sujeito ou grupo de sujeitos, o primeiro aspecto considerado é o *Intencional*. Em outras palavras, há sempre uma intenção na elaboração das formas simbólicas, elas sempre querem dizer algo, indicar alguma coisa, neste sentido, não exclui as possíveis divergências entre as intenções, formas e até mesmo o sentido percebido pelo receptor.

Ao tratar do aspecto *Convencional*, Thompson (2011) afirma que as formas simbólicas se dão a partir de aplicações de leis, códigos, regras e convenções. Ele define que os processos de produção, circulação e interpretação das formas simbólicas dão-se a partir da aplicação dessas regras, sejam técnicas, convenções sociais ou relacionais, que incluem questões relativas à codificação e decodificação.

O terceiro aspecto definido pelo autor é o *Estrutural*, que diz respeito à estrutura articulada dos elementos que se inter-relacionam ao compor as formas simbólicas. Thompson (2011) reitera que esses elementos integram um sistema simbólico, e que se torna possível tanto desvelar a estrutura quanto analisar a corporificação de uma forma simbólica particular. Na sociologia, a estrutura é tida como um conjunto de fenômenos que chama a atenção dos sujeitos para determinado nível de análise e está relacionada com a noção de campo, proposta por Bourdieu (1984), que afirma que os:

> [...] campos são resultados de processos de diferenciação social, da forma de ser e do conhecimento do mundo e o que dá suporte são as relações de força entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições que lutam pela hegemonia, isto é, o monopólio da autoridade, que concede o poder de ditar as regras e de repartir o capital específico de cada campo (BOURDIEU, 1984, p. 114).

Thompson (2011, p. 190) relata que as formas simbólicas tipicamente referem-se a algo, dizem sobre algo e que representam alguma coisa, ele define este aspecto como *Referencial* (atrelado ao aspecto intencional), pois se trata da "especificidade referencial" que integram as formas simbólicas. Assim, entende-se que as formas simbólicas se referem a um objeto específico ou uma situação quando são empregadas em uma dada ocasião.

O quinto e último aspecto é o *Contextual*, o qual indica que as formas simbólicas estão sempre "inseridas em processos e contextos sócio-históricos específicos dentro dos quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas" (*ibid.,* 2011, p. 192). O autor afirma que este aspecto é passível de gerar diversas consequências, pois dizem respeito às relações sociais específicas em análise, assim como os meios pelos quais as formas simbólicas foram transmitidas, os traços que carregam e como estes motivam a sua valorização ou desvalorização.

2.2. A Interpretação da *Doxa*

A interpretação da *doxa*[7] não aparece propriamente dita no enfoque tríplice da HP, pois segundo afirma Thompson (2011, p. 364), é caracterizada como uma pré-etapa em que o hermeneuta fara "uma interpretação das opiniões, crenças e compreensões que são sustentadas e partilhadas pelas pessoas que constituem o mundo social". Neste sentido, tem-se na interpretação da *doxa*, a hermenêutica da vida cotidiana, que pode ser considerada um

[7] Palavra de origem grega, que significa opinião.

momento etnográfico da pesquisa, realizado a partir de entrevistas, observações participantes e demais tipos de abordagens consideradas necessárias pelo pesquisador.

Para o autor, não considerar esta pré-etapa é negligenciar a maneira com que os sujeitos que constituem este mundo social interpretam as formas simbólicas nos mais vários contextos, ao tempo que, considerar apenas este como um único momento da HP é abstrair-se dos aspectos que tornam profundo este método. Assim, este é o primeiro passo para o início dos trabalhos hermenêuticos, ou seja, é apenas o ponto de partida (VERONESE; GUARESCHI, 2006).

Desse modo, entendemos que as formas simbólicas são construções estruturadas e que se inserem em condições sociais e históricas distintas. É por isso que Thompson orienta para "uma ruptura metodológica com a hermenêutica da vida cotidiana" (THOMPSON, 2011, p. 364-365), e na sequência, um aprofundamento da análise por meio do enfoque tríplice da HP.

2.3. Análise Sócio-histórica

Thompson (2011) considera a Análise Sócio-histórica como sendo a primeira das três etapas do enfoque tríplice. A partir da definição das formas simbólicas, percebe-se que elas são criadas e circulam em contextos sociais, espaciais e temporais particulares. É por isso que o objetivo dessa análise é reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas (THOMPSON, 2011, p. 366).

Esta primeira fase é um momento de imersão na histórica das formas simbólicas, que leva o hermeneuta a um nível acima das leituras, mas considerada como um momento extenso e de intensa submersão, pois é responsável por fornecer as primeiras informações e dados.

Ao tratar sobre os aspectos contextuais das formas simbólicas, Thompson (2011) enfoca as características de produção, transmissão e recepção, assim como o processo de valorização, as quais essas formas podem estar sujeitas. A partir destas considerações, o autor afirma a necessidade de observar as características de compreensão contextual que envolve as formas simbólicas e destaca cinco aspectos considerados relevantes, sendo: 1) situações espaço-temporais; 2) campos de interação; 3) instituições sociais; 4) estrutura social; e 5) meios técnicos de construção e transmissão, demonstrados e caracterizados no Quadro 1.

Quadro 1: Aspectos e Características de Compreensão Contextual das Formas Simbólicas

ASPECTOS CONTEXTUAIS DAS FORMAS SIMBÓLICAS	CARACTERÍSTICAS DE COMPREENSÃO CONTEXTUAL
Situações Espaço-temporais	Refere-se a necessidade de observação das condições de espaço e períodos históricos nos quais as formas simbólicas foram estruturadas, colocadas em circulação e percebidas pelos sujeitos.
Campos de Interação	Esta característica diz respeito ao "espaço" que constituem as instituições sociais. Entende-se como sendo o conjunto de posições e trajetórias que determinam as relações e oportunidades disponíveis entre os sujeitos. Considera-se neste aspecto os tipos diferentes de "capital", as táticas e normas vigentes entre grupos, pessoas e instituições.
Instituições Sociais	Thompson (2011) afirma que as instituições sociais são os conjuntos relativamente estáveis de regras e recursos e suas respectivas relações sociais. Essas instituições devem ser analisadas quanto ao desenvolvimento ao longo do tempo. O autor cita as empresas de comunicação de massa como instituições sociais, contudo, podem-se considerar também as escolas, famílias, instituições governamentais, etc.
Estrutura Social	Este aspecto diz respeito às assimetrias e diferenças relativamente estáveis que conformam os espaços de interação e as instituições sociais. Thompson (2011) reitera que neste aspecto são observadas às diferenças coletivas e duráveis de distribuição de poder, oportunidades, recursos e possibilidades de realização, assim como os critérios, princípios e categorias que conferem durabilidade e estabilidade às instituições sociais.
Meios Técnicos de Construção e Transmissão	Inserida em uma revisão teórica, Thompson (2011) relata que as formas simbólicas sempre serão produzidas e transmitidas por algum meio técnico ou canal, como por exemplo, livros, artigos, televisão, rádio e *internet*. O autor alega que ao decorrer do tempo, essas formas simbólicas sofreram alterações, e que essas mudanças afetam a maneira como que serão concebidas.

Fonte: Adaptação de Thompson (2011).

Como foi dito anteriormente, a Análise Sócio-histórica é a fase de "reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas" (*ibid.,* 2011, p. 366), como um momento para extrapolar a obra em si, pois é aqui, que o hermeneuta terá que considerar os aspectos sociopolíticos, econômicos e culturais do período que compreendam as condições sociais e históricas que constroem as formas simbólicas.

2.4. Análise Formal ou Discursiva

A Análise Formal ou Discursiva é a segunda fase da HP, que caracteriza o vislumbre das formas simbólicas por meio da compreensão das suas estruturas. Nesta fase, considera-se a diversidade das formas simbólicas, inclusive pelo meio os quais estão inseridos e organizados, e como mobilizam sentidos.

Devido as especificidades constituintes das formas simbólicas, Thompson (2011) destaca que esta fase é um desvelar, para tanto, é realizada a partir de diversos métodos de análises, dentre os quais, destacam-se a Análise Semiótica, Análise de Conversação, Análise Narrativa, Análise de Conteúdo, Análise de Discurso e Análise Temática. O autor alerta que devida a ampla possibilidade de análises, é necessário um olhar sistemático para o objeto e a observação da circunstância daquilo que está sendo investigado. Ao hermeneuta cabe à função interpretativa de julgar, em pressupostos fundamentados, a análise a ser empregada.

Os métodos de análise são o apoio do pesquisador, no qual, o mesmo irá abordar os fenômenos na aplicação de recursos técnicos, como um processo metodológico (SEVERINO, 2000). Para tanto, o Quadro 2 apresenta de forma breve conceitos e características de alguns métodos e técnicas destacados por Thompson (2011) para análise das formas simbólicas.

Quadro 2: Métodos e Técnicas destacadas por Thompson (2011) para Análise das Formas Simbólicas

MÉTODOS E TÉCNICAS DE ANÁLISE	CARACTERÍSTICAS
Análise Semiótica	É destacada como "o estudo das relações entre os elementos que compõem as formas simbólicas [...] uma abstração metodológica das condições sócio-históricas de produção e recepção das mesmas" (THOMPSON, 2011, p. 370).
Análise de Conversação	Preocupa-se com o estudo das instâncias da interação linguística nas situações concretas em que elas ocorrem, prestando-se cuidadosa atenção às maneiras como estão organizadas e realçadas algumas das características sistemáticas, ou estruturais da interação linguística (THOMPSON, 2011, p. 371).
Análise Narrativa	É o "lugar" em que as pessoas constroem os sentidos em uma construção interacional, como em contar uma história em que se torna uma

MÉTODOS E TÉCNICAS DE ANÁLISE	CARACTERÍSTICAS
	construção conjunta de quem conta e quem cria os sentidos colaborativos. Neste sentido narramos hoje e narramos sempre. Narramos sobre um dia de trabalho, um acontecimento em família. Narramos sobre nós mesmos, o que nos é importante e pessoas com as quais lidamos (MOUTINHO; CONTI, 2016, p. 1).
Análise de Conteúdo	É um conjunto de instrumentos metodológicos para análise de diferentes fontes de conteúdo (verbais ou não verbais), onde sua interpretação transita entre objetividade e subjetividade, a qual é necessária clareza do campo qual o estudo está focado e com suporte teórico sobre o mesmo (SILVA; FOSSÁ, 2015).
Análise do Discurso	Baseia-se na linguagem que funciona na sociedade, em situações relacionais de interação, com o poder de provocar mudanças no meio social. Para tanto, essa análise, embora tenha sua origem na Linguística, História e Psicanálise, é interdisciplinar, a qual, com gestos de leitura, o sujeito-leitor pode interpretar os diversos efeitos dos sentidos (RESENDE; ACOSTA, 2018; FERREIRA; FERREIRA, 2018).
Análise Temática	É a busca por ouvir e aprender com o autor, sem interferência, contudo, fazendo algumas perguntas que levam a compreensão da mensagem expressa no conteúdo, precisamente do que o texto fala sobre a relação entre vários elementos, por meio da problemática inserida (SEVERINO, 2000).

Fonte: Elaborado pelos Autores (2018).

Apesar dos métodos de análise constituírem a etapa formal ou discursiva, Thompson (2007) parte do pressuposto de um campo previamente interpretado, como a vida cotidiana. Isso é configurado a partir da descrição sócio-histórica, não como um levante dos acontecimentos, mas um contexto relacional deste com o espaço-temporal.

Nesta lógica, Veronesi e Guareschi (2006, p. 89) direcionam a seguinte indagação: "Que padrões de relações estão contidos nas formas simbólicas e em sua relação com o contexto sócio-histórico?" É, portanto, nesta fase que se analisam as estruturas internas das formas simbólicas e a produção a partir do contexto que se enquadram. Assim, partindo dos padrões formais surge a compreensão de como o sentido opera e como se dá a transmissão de uma mensagem, podendo o pesquisador direcioná-la a textos, imagens, sons e uma gama de outras possibilidades que instituem o método como abrangente.

2.5. Re-interpretação: a interpretação da interpretação

A fase da Interpretação/Re-interpretação é considerara a última do enfoque tríplice, pois é o momento de retomar os resultados das etapas anteriores, porém, com um olhar mais

profundo, de forma que possibilite uma interpretação crítica e criativa, superando todas as aparências consideradas evidentes. Cabe lembrar, que esta fase prossegue a segunda, da Análise Formal ou Discursiva, contudo, "procede por síntese, integrando o conteúdo das formas simbólicas à análise do contexto de sua produção" (VERONESE; GUARESCHI, 2006, p. 89).

Veronese e Guareschi (*ibid*., p. 89) afirmam que este é um momento de busca por uma "explicação interpretativa, plausível e bem fundamentada" e reiteram a necessidade de um referencial teórico consistente do fenômeno investigado, pois Thompson (2011) afirma que os sentidos produzidos no decorrer do trabalho do hermeneuta podem distanciar-se ou até mesmo divergir do significado atribuído às formas simbólicas pelos sujeitos sociais que as produziram e pré-interpretaram.

Neste sentido, uma premissa considerada importante nesta fase, é que a interpretação das formas simbólicas que permeiam o mundo social são atividades cotidianas, realizada por qualquer pessoa em nossa sociedade. Como já vimos ao tratar da hermenêutica da vida cotidiana, o hermeneuta realiza uma interpretação da interpretação, isto é, re-interpreta aquilo que já foi interpretado. É neste sentido que Thompson (2011, p. 376) orienta que "a possibilidade de um conflito de interpretação é intrínseca ao próprio processo de interpretação", pois é um risco eminente no processo de interpretar aquilo que previamente já foi interpretado.

O autor analisa que a diferença de leitura de um hermeneuta e um sujeito comum, está na profundidade com que alcança a análise das formas simbólicas, assim como o contexto sócio-histórico e a maneira com que são disseminadas, percebidas e entendidas pelas pessoas. Thompson (2011, p. 376) reitera que esta divergência está presente "entre uma interpretação de superfície e uma de profundidade [...] ou entre uma pré-interpetação e uma re-interpretação".

3. INTERPRETANDO A IDEOLOGIA

Ao propor a intepretação da ideologia, Thompson (2011) torna-a como uma forma específica da Hermenêutica de Profundidade. Compreendendo de maneira crítica, o autor busca entender os sentidos operados por meios dos veículos de comunicação de massa para estabelecer e sustentar as "[...] relações de dominação que podem ser apresentadas como justas e dignas de apoio, procedendo-se à sua legitimação", na medida em que a mídia, "[...] na sociedade contemporânea, é um veículo difusor potente de formas simbólicas das mais diversas" (VERONESE; GUARECHI, 2006, p. 90).

Para o autor, a ideologia é posta a serviço do poder, e os meios de comunicação de massa operam como disseminadores das formas simbólicas, que podem servir para sustentar as assimetrias que implicam efeitos nocivos em determinados grupos e sujeitos, como diferenças de classes, gêneros e etnias, que servem para firmar e manter essas relações. A cada mensagem "[...] enviada ao público pelos meios de comunicação, como textos, imagens e sons correspondem formas simbólicas pelas quais os sentidos são percebidos e interpretados pelas pessoas" (NAZÁRIO *et al*., 2016, p. 297).

Assim, podemos dizer que interpretar a ideologia " [...] é explicitar a conexão entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que este sentido ajuda a estabelecer e sustentar" (THOMPSON, 2011, p. 379). O autor caracteriza os modos de operação dos sentidos da ideologia, dividindo-os em algumas estratégias típicas de construção simbólica, que trabalham na mobilização de sentido, ao criar uma situação relacional nova ou até mesmo na reprodução de condições existentes.

Assim, percebe-se que as combinações entre os modos gerais de operação e as estratégias variam, e que podem haver outras estratégias de construção simbólica, uma vez, que nenhuma pode ser considerada propriamente ideológica. Sobre os *modus operandi* da ideologia o autor afirma que:

> Ao distinguir esses modos e desenvolver essas conexões, meu objetivo não e apresentar uma teoria compreensiva de como os sentidos podem estabelecer e sustentar relações de dominação. Ao contrário, meu objetivo e, simplesmente, esboçar, de um modo preliminar, um campo rico de análise (THOMPSON, 2011, p. 80).

Para sintetizar, o Quadro 3 apresenta algumas formas de como esses modos podem estar ligados com as estratégicas de construção simbólicas, e na sequência, a contextualização de cada uma.

Quadro 3: Modos e Estratégias de Operação da Ideologia

MODOS GERAIS	ALGUMAS ESTRATÉGIAS TÍPICAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA
Legitimação	Racionalização, universalização, narrativização
Dissimulação	Deslocamento, eufemização, tropo (metonímia, metáfora, sinédoque)
Unificação	Estandardização, simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação, expurgo do outro
Reificação	Naturalização, eternalização, nominalização/passivização

Fonte: Adaptação de Thompson (2011).

O primeiro modo de operação da ideologia apresentado por Thompson (2011) é a *legitimação*, concebida a partir dos pensamentos de Max Weber, como sendo um modo de

construção das relações de dominação. Assim, à medida que estas relações são vistas como justas e dignas em um sistema de normas, regras e tradições, tornam-se mais fáceis de serem apoiadas e preservadas.

O autor afirma que a legitimação pode estar fundamentada em argumentos racionais, tradicionais e carismáticos, que dizem respeito às estratégias típicas de *racionalização*, que correspondem à maneira com que produtor de uma forma simbólica constrói o modo de persuasão, por meio de uma cadeia de raciocínio que defende ou justifica um determinado ponto de vista, uma instituição ou relação.

A *universalização* trata-se da exposição dos acordos, vantagens e relações acessíveis aos interesses de alguns sujeitos, que atendam a determinados grupos ou indivíduos. Outra estratégia é a *narrativização*, em que são consideradas as composições de histórias que compreenderem o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e considerável. Thompson (2011, p. 83) afirma que pelo "[...] fato de contar histórias e de recebê-las contadas por outros (escutando, lendo, olhando), podemos ser envolvidos em um processo simbólico que pode servir, em certas circunstâncias, para criar e sustentar relações de dominação".

Uma segunda maneira de operar a ideologia, segundo o autor, é pela *dissimulação,* que envolve estratégias de construções simbólicas que facultem ao emissor negar, ocultar ou obscurecer aspectos das relações assimétricas, buscando assim, manter as aparências frente a uma determinada audiência. Está relacionado a este modo de operação o que o autor denomina como *deslocamento,* que ocorre quando um termo que normalmente refere-se a um dado objeto ou pessoa é usado como referência a outro, gerando uma transferência de sentidos, sejam essas conotações positivas ou negativas.

A *eufemização* é outra estratégia de operação que facilita a dissimulação nas relações sociais, pois são evidenciadas na descrição ou redescrição das ações, instituições ou relações sociais, que de alguma forma estabelecem uma valoração positiva, como por exemplo, a restauração da ordem, na suspensão de um protesto. Entende-se como *tropo*, o uso figurativo da linguagem, em especial, a metáfora, a metonímia e a sinédoque que são empregadas para dissimular as relações de dominação.

Outro *modus operandi* da ideologia é a *unificação*, Thompson (2011) relata que esta funciona por meio da construção de uma identidade coletiva, que interliga os indivíduos, independente das diferenças e divisões, mesmo que momentaneamente. A *padronização* é usada como estratégia na unificação, na medida em que se entende que as formas simbólicas são organizadas e adaptadas a um referencial padrão, que se impõe como um fundamento

aceitável e partilhável de trocas simbólicas. Como exemplo, o autor cita as estratégias do Estado para desenvolver uma linguagem nacional.

A *simbolização da unidade* é outra estratégia listada pelo autor, para descrever o emprego de símbolos de unidade, desenvolvidos para a identificação coletiva, como bandeiras, lemas, emblemas e hinos nacionais. O autor explica que o um uso dessas estratégias como forma de operar a ideologia podem interligar com o processo de *narrativização*, que é quando um símbolo de unidade que represente um coletivo, "[...] podem ser uma parte integrante da narrativa das origens que conta uma história compartilhada e projeta um destino coletivo" (*ibid.,* 2011, p. 86).

Outro modo de operação proposto é a *fragmentação*, representadas como uma forma de segmentação das pessoas em uma determinada coletividade. Estes fragmentos, tidos como grupos, podem se transformar em um desafio real para os grupos dominantes, e assim, afetar a balança de poder. Para este *modus operandi*, o autor aponta duas estratégias de construção simbólicas, a saber, a *diferenciação* e o *expurgo do outro*.

Ao tratar das distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, o autor (2011, p. 87) denomina como *diferenciação*, em que se apoia "as características que os desunem e os impem de constituir um desafio efetivo as relações existentes". Já o *expurgo do outro*, refere-se às ações estratégicas de construção simbólica de um inimigo, seja interno ou externo, retratado como perigoso, mal e ameaçador. O inimigo é tratado como desafio ou uma ameaça, e direciona as forças do público para o combate e a resistência. Neste caso, o inimigo "[...] é descrito simbolicamente de forma a representar imensa ameaça à coletividade, que deve então reunir suas forças e repelir o perigo" (NAZÁRIO *et al*., 2016, p. 300).

A quinta maneira de operar a ideologia é definida por Thompson como *reificação*, que consiste na eliminação ou no ofuscamento dos aspectos sócio-históricos dos fenômenos. Nas relações de dominação, ocorre a implantação da noção denominada de uma "sociedade sem história", (LEFORT *apud* THOMPSON, 2011, p. 88), em uma sociedade que é, sobretudo, histórica.

Umas das estratégias usadas na reificação é a *naturalização*. Esta, por sua vez, trata-se de um estado de coisas consideradas como criações históricas e sociais, "[...] por meio de uma exposição simbólica que indique a naturalidade e a inevitabilidade desse estado de coisas" (NAZÁRIO *et al*., 2016, p. 300). Já a *eternalização* age esvaziando os aspectos históricos das relações sociais, sendo vistos como imutáveis e recorrentes. Neste sentido, Thompson (2011, p. 88) enfatiza que os costumes, tradições e instituições "parecem prolongar-se

indefinidamente em direção ao passado, de tal forma que todo traço sobre sua origem fica perdido e todo questionamento sobre sua finalidade é inimaginável".

O autor aponta outras duas estratégias que podem expressar a ideologia como *reificação*, caracterizadas como *nominalização* e *passivização*. A nominalização acontece quando sentenças ou ações são transformadas em nomes, como quando falamos "[...] o banimento das importações", ao invés de "o Primeiro-Ministro decidiu banir as importações". Já a passivização se dá na medida em que os verbos são usados na voz passiva, como quando falamos que "[...] "o suspeito está sendo investigado", ao invés de "os policiais estão investigando o suspeito"" (THOMPSON, 2011, p. 88).

Desse modo, ao tratar sobre os modos de operação da ideologia, o autor chama a atenção para algumas estratégias típicas de construção simbólicas, que permitem reflexões sobre as interações de sentido e de poder presentes na vida social. Neste sentido, o autor afirma que estas colaborações servem como indicações preliminares de um terreno com possíveis capacidades de exploração, que podem ser um facilitador nas pesquisas empíricas ou históricas.

Ademais, nos lembra de que as formas simbólicas em si, não são ideológicas, pois servem apenas para "sustentar relações de dominação ou para subvertê-las", e que serão respondidas "[...] somente através do exame dos mecanismos específicos" e "[...] do sentido que essas formas simbólicas possuem para os sujeitos que as produzem e as recebem" (THOMPSON, 2011, p. 89).

A partir da exploração conceitual das possibilidade teórica-metodológica da Hermenêutica de Profundidade, optamos por ilustrar sua aplicabilidade a partir de um caso aplicado na Educação a Distância (EaD). Neste exemplo, as formas simbólicas foram demonstradas por meio de normativos (leis, decretos, portarias, pareceres e instruções normativas federais), o que possibilitou nas etapas da Análise Formal e Re-interpretação, a observação da busca por legitimidade no desenvolvimento da modalidade da EaD.

4. HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE EM PERSPECTIVA: UM CASO ILUSTRATIVO NA EAD

Um campo que vivenciou um fenômeno institucional e que pode ser interpretado por meio da HP é a educação à distância do Brasil. A EaD é uma modalidade de ensino empregada em nível mundial, contudo, foi a partir dos anos de 1900 que os registros históricos indicam sua presença no Brasil. Compreendida como uma modalidade em que perdura a distância física dos sujeitos e a aproximação por meio de mecanismos tecnológicos, a EaD tem sido amplamente

empregada como uma possibilidade de ensino que supre algumas assimetrias encontradas na educação presencial (ALVES, 2011).

Para analisar a modalidade EaD por meio da HP foi selecionado um caso ilustrativo com os dados discutidos por Slongo Garcia (2018), em sua dissertação de mestrado, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná. O objetivo do estudo foi compreender as formas simbólicas normativas da EaD na formação da legitimidade da modalidade no Brasil. Para tanto, utilizou-se as formas simbólicas presentes nos registros históricos da modalidade, as quais movem os sentidos em um meio social, como ações, gestos, rituais, documentos e textos.

Antes de citar as formas simbólicas analisadas neste estudo, se faz necessário compreender que o conceito de legitimidade se refere a aceitação da modalidade como um meio para a disseminação do ensino no Brasil (DELLAPOSTA *et al*., 2017). A concepção de legitimidade no ensino a distância é resultado de uma mudança institucional que possibilitou a institucionalização da EaD, incluindo novas regras, crenças e símbolos. Questão estas discutidas por Thompson (2011) ao explorar as estratégias de operação da ideologia na Teoria Crítica.

Quando ocorrem mudanças institucionais em campos organizacionais, têm-se momentos históricos de perturbação da estabilidade das instituições, caracterizados como desvio, sancionamento e legitimidade. O desvio se refere ao comportamento que se afasta do padrão considerado socialmente aceito, já a legitimidade é quando este desvio é compartilhado entre os atores e se torna aceito. Por fim, o sancionamento é um mecanismo formal emitido por meio de documentos normativos, os quais buscam desestimular o desvio ou lhe atribuir legitimidade (DELLAPOSTA *et al*., 2017).

Na EaD, é possível observar que a modalidade teve seu início distante das organizações do poder público, sendo ofertada a população brasileira por volta de 1904 por meio dos cursos de datilografia enviado pelos correios. Anos mais tarde o rádio assumiu papel fundamental na divulgação dos cursos, seguido pelas transmissões televisivas. Contudo, foi a partir de 1970 com a Fundação Roberto Marinho que a EaD ganhou expressividade no Brasil com os cursos gratuitos de formação continuada.

As formas simbólicas presentes neste primeiro momento foram os conteúdos transmitidos via materiais impressos e enviados por correio, rádio e televisão. Contudo, este caso ilustrativo busca compreender a estrutura normativa e, como tal, ateve-se as formas simbólicas dos documentos normativos emitidos pelo poder público federal. Para exemplificar, o Quadro 4 apresenta o *corpus* de análise com as formas simbólicas interpretadas a partir da HP.

Quadro 4: Agrupamento das Formas Simbólicas em Famílias

LEIS
Lei 9.394 de 1996 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; Lei 11.331 de 2006 Acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 divulgação da relação dos aprovados no ensino superior; Lei 12.056 de 2009 Acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei 12.603 de 2012 (Altera § 4º do art. 80 da Lei nº 9.394) beneficiar a EaD com a redução de custos em meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do Poder Público.
DECRETOS
Decreto nº 5.622 de 2005 trata da caracterização da Educação a Distância; Decreto nº 5.773 de 2006 autorização para funcionamento das IES privadas; Decreto nº 6.320 de 2007 Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação; Decreto nº 6.303 de 2007 Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622; Decreto nº 9.057 de 2017 Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional a distância. Decreto n° 9.235 de 2017 Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação no sistema federal de ensino.
PORTARIAS
Portaria nº 301 de 1998 credenciamento de IES a distância; Portaria nº 4.361de 2004 credenciamento e recredenciamento das IES; Portaria nº 4.059 de 2004 inclusão de disciplinas semipresenciais nas IES; Portaria nº 1 de 10 de janeiro de 2007 calendário do ciclo avaliativo do SINAES; Portaria nº 2 de 2007 os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade; Portaria nº 40 de 2007 regulação, supervisão e avaliação de cursos e instituições[8] e cursos superiores; conveniência de simplificar, racionalizar e abreviar o trâmite dos processos relacionados, utilizando ao máximo as possibilidades oferecidas pela tecnologia da informação; Portaria nº 10 de 2009 Fixa critérios para dispensa de avaliação in loco; Portaria nº 1.326 de 2010 Aprova o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação na modalidade de educação a distância, do SINAES; Portaria nº 11 de 2017 Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância.
PARECERES
Parecer nº 195 de 2007 Credenciamento no INEP dos instrumentos de avaliação das IES com cursos EaD; Parecer nº 197 de 2007 Credenciamento das IES com cursos à distância; Parecer nº 462/2017 Normas referentes à pós-graduação *stricto sensu* no país.
INSTRUÇÕES NORMATIVAS
Instrução Normativa nº 1 de 2013 Dispõe sobre os procedimentos do fluxo dos processos de regulação EaD.

Fonte: Slongo Garcia (2018, p. 59).

Para operacionalizar a Análise Formal Slongo Garcia (2018) optou pela operacionalização dos Ciclos de Codificação (SALDANÃ, 2015) e, posteriormente, a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009). Esta fase foi realizada com o auxílio do *software Atlas.ti 7.5.4*, que permitiu a leitura flutuante do material, formação das famílias, indexação dos códigos que refletem o tema central de cada trecho e interpretação do trecho extraído do normativo. Por

[8] O termo "instituições" presentes nos normativos e seus textos é sinônimo de "organizações". Instituição é utilizado neste estudo sob o olhar sociológico do material da vida social, conceituados na Plataforma Teórica.

fim, o autor segue para a fase de reinterpretação dos achados por meio da Análise Axiológica (NISHIYAMA, 2013) dos normativos, confrontando o conteúdo com os fins sociais do contexto político-social em que os normativos foram elaborados e divulgados. Para sintetizar, o Quadro 5 apresenta a descrição dos trechos extraídos na fase da Análise Formal.

Quadro 5: Codificação da Análise de Conteúdo

CÓDIGO	SIGNIFICADO	INDEXADOS
Conceituação	Identificação de conceitos relevantes da modalidade EaD.	9
EaD como complemento	Caráter assistencialista da modalidade.	2
Incentivo para a EaD	Impulsos emitidos com intuito de fortalecer a modalidade	71
Iniciativa Privada	Incentivo à iniciativa privada para operacionalizar a modalidade.	8
Normatização de ações na EaD	Intuito de regular ações na modalidade.	81
Normatização para ambas as modalidades	Regulação de ações na educação.	18
Normatização para a EaD na esfera pública	Regulação para oferta e operacionalização da modalidade por organizações da esfera pública.	21
Profissionalização	Caráter da EaD em preparar para o mercado de trabalho.	2
Descontinuidade	Asserções para interromper a operacionalização de elementos ou da modalidade EaD como um todo.	8
Incentivo para a qualidade EaD	Formalizar mecanismos para elevar o nível qualitativo e diminuir o preconceito com a mesma.	26
Credenciamento	Formas de cadastramento e liberação para as atividades na EaD.	36

Fonte: Slongo Garcia (2018, p. 56).

A partir da Análise Formal e da Re-interpretação, o autor destaca que os normativos da EaD tiveram sua origem subordinada na Constituição Federal 1988 (CF-1988), bem como foram elaborados em consonância com a Lei das Diretrizes e Bases (1996). A CF-1988 representou a constituição cidadã e demonstrou que a educação seria um direito de todos e dever do Estado. A LDB (1996) trouxe expectativas de atuação como um instrumento da constituição, contudo, a política neoliberal que influenciou a composição do normativo fez com que as atividades básicas da população fossem descentralizadas e levadas a busca por uma rápida profissionalização da população, constituindo o ponto de partida para elaboração dos demais normativos que foram emitidos (GIOLO, 2010; RUAS, 2015).

A LDB na seção III do artigo 32, parágrafo 4º estabelece "O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais". A modalidade foi colocada como braço assistencialista do ensino presencial, na Lei 12.056 de 2009 - alterou o artigo 62 da LDB - e destacou que a formação inicial de profissionais de magistério seria presencial, tendo como assessoramento a EaD.

A LDB descreve o incentivo inicial a modalidade no artigo 80, parágrafo 4º, a redação destaca o trecho de relevância "[...] gozará de tratamento diferenciado, contemplando os 120

custos, canais e reserva de tempo mínimo nos canais comerciais para veiculação de programas de ensino", a alteração do referido parágrafo é expresso na Lei 12.603 de 2012, destacando que os custos de transmissão seriam reduzidos na radiodifusão e em outros meios de comunicação, assim, promoveu incentivos para a transmissão na modalidade EaD.

O artigo 87, parágrafo 3º da LDB descreve indícios que possibilitam compreender as motivações do Estado atuando para o fortalecimento da modalidade, a saber: II - prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados". Ruas (2015) e Gambirage *et al*., (2017) sinalizam para o olhar de rápida profissionalização e escolarização que influenciaram a década, e a construção dos normativos voltados a EaD.

Neste contexto, a qualidade é discutida na LDB como incentivos e normatizações direcionados ao sistema educacional em ambas as modalidades – presencial e a distância - ao descrever os princípios norteadores no artigo 3º, 4º e 9º, o texto retrata que os padrões de qualidade no ensino são um direito de todo cidadão. O normativo incentiva a qualidade, mas, não constitui obrigatoriedade e controle (FARIA; SALVADORI, 2010; SAVIANI, 2018).

Prosseguindo com os códigos que foram elencados por Slongo Garcia (2018), autores como Carvalho *et al.*, (2017) ao estudar as perspectivas para a EaD destacam que o crescimento litigioso precisa ser acompanhado pela qualidade, principalmente no ensino superior. Neste sentido, Giolo (2010) e Pimentel (2016) destacam o paradigma da modalidade a partir do sucateamento do aprendizado de qualidade, observado pelos indicadores da evasão na EaD, para melhoria dos índices de escolarização, inserção no ensino superior e preparação para o mercado de trabalho, esquecendo do objetivo da educação em prover ao cidadão o pensamento crítico livre formado a partir dos esforços reflexivos em um ensino de qualidade.

A afirmação da baixa qualidade do ensino EaD encontra respaldo no texto do Decreto 5.622, no artigo 7º a redação do normativo destacou que os atos do poder público deverão ser pautados pelos referenciais de qualidade da EaD definidos pelo Ministério da Educação com os sistemas de ensino. O texto buscava direcionar a modalidade para o crescimento qualitativo, contudo, atribui a função ao credenciamento e autorização de organizações para funcionamento, ação esta que não possuía parâmetros de avaliação para estabelecer um conceito de qualidade na modalidade.

A crítica de estudiosos como Saviani (2018) quanto a baixa regulação do ensino a distância se refere a ênfase dada a estrutura física e aos recursos humanos da organização, enquanto o ensino presencial e a EaD na esfera pública ficaram sobre padrões de avaliação qualitativa das suas ações. Esforços para o crescimento qualitativo da modalidade, principalmente no ensino superior, foram observados nos normativos como os Decretos 5.773

de 2006 e 6.303 de 2007 para o credenciamento a partir da avaliação dos padrões e o incentivo a métricas que se propusessem a mensurar o termo.

O esforço é observado no Parecer nº 197 de 2007 que estabelece métricas para composição das notas para avaliação estrutural das organizações, contudo, o foco está sobre a estrutura física que possuía pouco poder de sancionar a continuidade por ausência de qualidade no modelo pedagógico e na sua efetividade na aprendizagem.

A Portaria n° 11 de 2017 parágrafo 3º destaca que a modalidade a distância na esfera pública fica condicionada a manutenção dos mantenedores e ao PDI para poderem credenciar novos polos, diferentemente do que é observado na esfera privada ao relacionar a abertura dos mesmos de acordo com a iniciativa da organização. As críticas a abertura de polos sob baixos padrões de qualidade da EaD na esfera privada levaram a normatização da Portaria nº 10 do ano de 2009 para os cursos de nível superior, os padrões são fixados em concomitante ao Índice Geral de Avaliação de Cursos e ao Conceito de Avaliação Institucional Externa.

A redação da Portaria supracitada destaca que "Nos pedidos de autorização de cursos superiores, na modalidade a distância, os objetivos da avaliação *in loco* poderão ser considerados supridos, [...] se a instituição de educação superior tiver obtido avaliação satisfatória, expressa no conceito da avaliação institucional externa e no Índice Geral de Cursos mais recentes, iguais ou superiores a 4 (quatro), cumulativamente". Apesar de considerar os índices de avaliação, a Portaria dispensa a modalidade de avaliação *in loco*, estabelecendo que a estrutura e os recursos humanos mencionados no Decreto 5.622 estavam avaliados pelo índice de cursos e institucional.

Assim, os normativos demonstram baixo poder regulador e sua função foi legitimar a modalidade que já era aceita pela sociedade. Esses efeitos são melhores compreendidos resgatando o contexto político de 1990 no neoliberalismo presente nas estratégias do Estado, como a descentralização do poder público como provedor da educação, repassando a função a iniciativa privada que demonstraram seus efeitos nas políticas do Estado e por consequência nos normativos que foram emitidos. Desta forma, o sancionamento só reforçou a legitimidade da modalidade, uma vez, que já observava a aceitação popular e seu crescimento acelerado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das considerações teóricas apresentadas neste ensaio, buscou-se refletir sobre algumas possibilidades de aplicação da Hermenêutica de Profundidade, a contar, pelo seu pluralismo e flexibilidade metodológica, demonstrando, ainda que brevemente, sua aplicação

em um caso ilustrativo empírico do campo da Educação a Distância no Brasil (SLONGO GARCIA, 2018). Contudo, Thompson (2011) orienta para duas questões importantes no uso da HP como método de pesquisa, denominados de *internalismo* e *reducionismo*.

Para o autor, o internalismo se dá na medida em que ao analisar as formas simbólicas desconsideram-se os contextos de produção e reprodução, o que implica tratar o texto como analisável em si mesmo, ignorando assim, as marcas sócio-históricas das suas condições de produção. Thompson faz essa crítica a hermenêutica proposta por Ricoeur, em que o autor do estudo ilustrativo buscou evitar, ao trazer o contexto sócio-histórico da forma simbólica. O segundo apontamento diz respeito ao reducionismo, nesta, o autor reitera sendo o oposto do internalismo, dado que a análise das formas simbólicas se dá apenas considerando suas condições sociais, de produção e reprodução.

Ao caracterizar o enfoque tríplice da HP, Thompson (2011) não inclina para a obrigatoriedade em seguir a sequência de análise apresentada por ele (Análise Sócio-histórica, Formal ou Discursiva e Re-interpretação), no entanto, lembra alguns cuidados necessários para execução da HP, principalmente, ao considerar a aplicação completa das três fases. Assim, cabendo ao hermeneuta definir a sequência lógica de operação necessária para sua problematização, tanto que enfatiza a importância da Re-interpretação, fase que se dá durante todo o desenvolvimento da análise. Ou seja, negligenciar umas das fases torna-se o método inapropriado.

Ao entender os procedimentos da análise da HP, tem-se que uma investigação coerente não pode seguir sem observar o que o autor denominou de interpretação da *doxa*, tendo em vista, que está é a pré-etapa do enfoque tríplice, e que guiará as demais fases, com o intuito de reduzir o "sendo comum", que por vezes faz parte de um pensamento teórico inicial. É por este motivo que o autor reitera o olhar para o objeto analisado, visto que o hermeneuta também integra o campo social, pois está inserido em circunstâncias sócio-históricas especificas, transformando sua interpretação em uma re-interpretação.

Portanto, a partir do caso apresentado entende-se que a HP se mostra um instrumento teórico-metodológico importante na busca por compreensões sobre como as formas simbólicas atuam nas relações de dominação entre os sujeitos. É o que propõe Thompson ao refletir sobre a Teoria Crítica, na qual, se mostra como um importante instrumento científico para pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, principalmente para aqueles alocadas nos campos das Ciências Sociais e Ciências Socias Aplicadas.

Por fim, considerando os limites encontrados na preparação deste ensaio, indicamos como pesquisas futuras abordagens que realizem levantamentos bibliográficos e comparações

entre estudos das Ciências Sociais e Ciências Socias Aplicadas, mas também de investigações que estejam inseridas em outras áreas do conhecimento, em que este método não é amplamente empregado. O objetivo é identificar outras possibilidades de aplicação da HP e como são empregadas as fases da Análise Sócio-histórica, Formal ou Discursiva e Interpretação/Re-interpretação.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. **Educação a distância**: conceitos e história no Brasil e no mundo. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, 10 (1), p. 83-92. 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa (Portugal): Edições 70. 2010.

BOURDIEU, P. **O Campo Científico**. In: Ortiz, Renato (org.). Coleção Grandes Cientistas Sociais, n 39, Editora Ática, São Paulo, 1983.

DELLAPOSTA, D., NEE, V., OPPER, S. ***Endogenous dynamics of institutional change***. Rationality and Society, 29(1), p. 5-48. 2017.

DILTHEY, W. ***Le monde de l'esprit***. Paris: Aubier, 1947.

FARIA, A. A.; SALVADORI, A. **A educação a distância e seu movimento histórico no Brasil**. Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 8, n. 1, p. 15-22. 2010.

FERREIRA, C. S.; FERREIRA, A. Diálogos Entre a Concepção de Leitura Freiriana e a Análise do Discurso. Revista Signos, v. 39, n. 1, 2018.

GAMBIRAGE, C., GONÇALVES XAVIER, W., DA SILVA, J. C., GREENE, F., & MARC

GANDONOU, J. Economic Performance of Private Higher Education Institutions in Distance Education Through Mergers and Acquisitions. Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, 10(1), p. 252 - 281. 2017.

GIOLO, J. **Educação a distância: tensões entre o público e o privado**. Educação & Sociedade, 31(113), p. 1271-1298. 2010.

LAWN, C. **Compreender Gadamer**. Tradução de Hélio Magri Filho. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MOUTINHO, K.; DE CONTI, L. **Análise narrativa, construção de sentidos e identidade**. Psicologia: teoria e pesquisa, v. 32, n. 2, 2017.

NAZÁRIO, H. R.; REINO, L. S. S.; MANFREDINI, R. **A Hermenêutica de profundidade e suas aplicações**. Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação. Blumenau, v. 10, n. 2, p. 288-305, mai./ago. 2016.

NISHIYAMA, A. M. **Os métodos de interpretação constitucional.** Revista Jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina. n. (7), p. 77 - 95. 2013.

RESENDE, V. M.; ACOSTA, M. D. P. T. **Apropriação da análise de discurso crítica em uma discussão sobre comunicação social**. Revista de Estudos da Linguagem, v. 26, n. 1, p. 421-454, 2018.

RICOEUR, P. **Teoria da interpretação**. Lisboa: edições 70, 1978.

_____. **Interpretação e ideologias**. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

_____. **O conflito das interpretações**: ensaios de hermenêutica. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

RUAS, C. M. S. A Educação Superior Privada Mercantil E Suas Estratégias Expansionistas. Revista Unilsalle. p. 55 – 72. 2015.

SALDAÑA, J. The coding manual for qualitative researchers. Los Angeles: Sage. 2015.

SAVIANI, D. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. São Paulo: Autores Associados. 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. Cortez editora, 2017.

SILVA, A. H., FOSSÁ, M. I. T. **Análise de Conteúdo**: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. Qualitas Revista Eletrônica, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: Acesso em: 16 jun. 2021.

SLONGO GARCIA, B. E. **Mudança institucional e formação de oligopólio**: análise do campo da educação superior à distância no Brasil. Dissertação (mestrado em contabilidade e finanças), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná. 175 p. 2018. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/59699> Acesso em: 10 jun. 2021.

TERRA, M. G.; GONÇALVES, L. H. T.; SANTOS, E. K. A. S.; ERDMANN, A. L. Fenomenologia-hermenêutica de Paul Ricouer como referencial metodológico numa pesquisa de ensino em enfermagem. Acta Paul Enferm, 22(1): 93-9. 2009.

THOMPSON, J. B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 7. Ed. – Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2007.

VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P. A. **Hermenêutica de profundidade na pesquisa social**. Ciências Sociais Unisinos, 42(2), 2006.

MULHERES NEGRAS E VIOLÊNCIA

CAPÍTULO XXX

RECONHECIMENTO E O VALOR DA VOZ DE MULHERES NEGRAS: A RECONFIGURAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS VIVIDAS.

Bárbara Barboza[1]

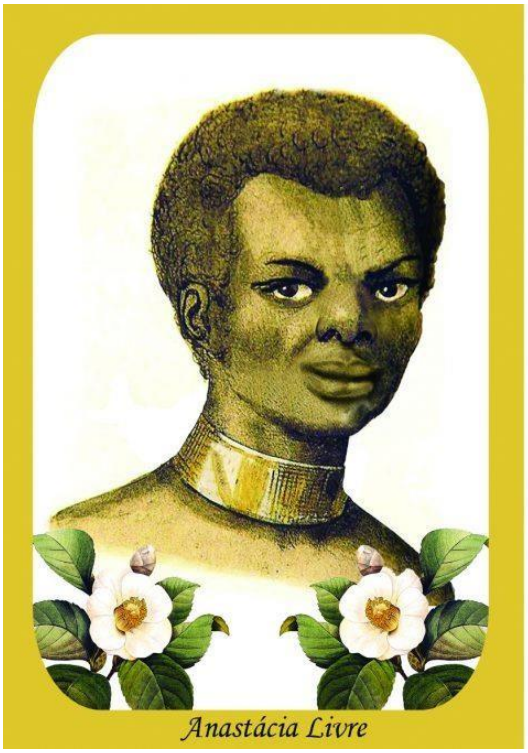
[1] Mestranda no Programa e Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo, pós-Graduada em Ciência Política pela FESPSP e Bacharela em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.Compõe a Gira, coletiva de estudo-intervenção antirracista e anticolonial. E-mail: bgsbarboza@usp.br.

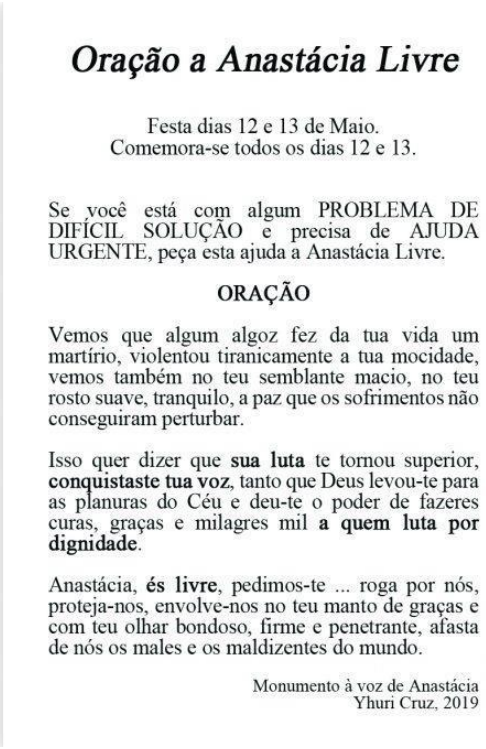
RESUMO

A lista de imagens de violência sobre corpos e territórios negros é contínua. Trata-se da invasão, do extermínio, do estupro e do silenciamento que acontecem neste momento, que aconteceram antes e que tendem a se repetir. Este artigo performa o descentramento em relação às concepções hegemônicas de poder/saber, e propõe a reflexão sobre a subjugação racial como humilhação social sobretudo contra mulheres negras no contexto da anti-colonialidade. O percurso se inicia com a aproximação entre racialidade ehumilhação, depois aborda o debate do reconhecimento social, em seguida parte em busca do valor da mulher negra, para assim evidenciar a urgência de fazermo-nos ouvir.

Palavras-chave: Anti-colonialismo, Humilhação Social, Performance preta, Violência.

1. INTRODUÇÃO





Oração a Anastácia Livre

Festa dias 12 e 13 de Maio.
Comemora-se todos os dias 12 e 13.

Se você está com algum PROBLEMA DE DIFÍCIL SOLUÇÃO e precisa de AJUDA URGENTE, peça esta ajuda a Anastácia Livre.

ORAÇÃO

Vemos que algum algoz fez da tua vida um martírio, violentou tiranicamente a tua mocidade, vemos também no teu semblante macio, no teu rosto suave, tranquilo, a paz que os sofrimentos não conseguiram perturbar.

Isso quer dizer que **sua luta** te tornou superior, **conquistaste tua voz**, tanto que Deus levou-te para as planuras do Céu e deu-te o poder de fazeres curas, graças e milagres mil **a quem luta por dignidade**.

Anastácia, **és livre**, pedimos-te ... roga por nós, proteja-nos, envolve-nos no teu manto de graças e com teu olhar bondoso, firme e penetrante, afasta de nós os males e os maldizentes do mundo.

Monumento à voz de Anastácia
Yhuri Cruz, 2019

Yhuri Cruz, em "Monumento À voz de Anastácia" e Grada Kilomba, no capítulo "A Máscara: colonialismo, memória, trauma e descolonização"[1], partem do mesmo pontoem suas obras: a memória da máscara que Anastácia era obrigada a usar. Esta imagem está em nossa memória coletiva, nos livros didáticos, em portas de igrejas, em gavetas perdidas de nossas avós, mães e tias, e é ponto de partida neste exercício epistemológicoque é ser mulher negra e escrever sobre o valor de nossa voz para reconfigurar as experiências vividas: uma performance.

Evoco autoras como Fred Moten, Denise Ferreira da Silva, Saidyia Hartman para compreender a subjetividade das/sobre mulheres negras no contextoda (anti)colonialidade. Nesta confluência, a historiografia subalterna[2] de Gayatri Spivak também está presente, atravessada pela escrita encarnada na diferença de Jota Mombaça.

José Gonçalves Filho, Heloísa Alencar Yves La Taille, Eliane Domingues, Miriam Debieux Rosa e Doran Shultziner abordam o conceito de *humilhação social*, combase na obra de Axel Honnet, e pressupõe o impedimento do exercício da nossa humanidade por meio do rebaixamento moral e da ausência de *reconhecimento*, estruturado numa superioridade-inferioridade relacional entre grupos e indivíduos. No percurso deste texto a centralidade da humilhação social está na subalternização da mulher negra em um contexto de reprodução da violência colonial-capitalista cotidiana. Vislumbro ser parte da construção dos contornos de uma nova narrativa, pretendo analisara humilhação social pelas lentes do anticolonailismo, e performo a *pretitude*[3] inspirada em Anastácia Livre.

2. SUBJUGAÇÃO RACIAL COMO HUMILHAÇÃO SOCIAL

Orientado pela experiência histórica da escravização no Brasil somada às abordagens de Saidyia Hartman e Fred Moten sobre performances de narração antirracistas, o artista plástico e cientista político Yhuri Cruz, nascido no Rio de Janeiro na década de 1990, cria a Anastácia Livre. Uma instalação que provoca nossas subjetividades e nossa memória, por meio da

---

[1] Capítulo 1 do livro "Memórias de Plantação: episódios de racismo cotidiano", 2019.

[2] O termo subalterno, Spivak argumenta, descreve "as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante" (SPIVAK, p. 12;2010).

[3] Segundo Fred Moten (2019;2020), a pretitude (blackness), é o movimento estendido de uma revolta específica, uma irrupção contínua que anarranja cada linha, é uma tensão que pressiona a suposição da equivalência entre pessoalidade e subjetividade a manifestação como eventos que inscrevem um conjunto de performances, requer outro pensamento sobre identidade e essência.

negação da repetição da imagem debrutalidade, e da negação em reproduzir a obscenidade que a imagem em si contém, sobretudo sobre a perspectiva das mulheres negras.

Sigo os passos de Yhuri Cruz, Fred Moten, Denise Ferrreira da Silva e Saidiya Hartman[4], ao considerar estratégico retirar a máscara de ferro da narrativa do texto, desassociar o objeto de tortura colonial da sujeita negra, sem, no entanto, deixar de apontar, ao longo deste artigo, a correlação entre humilhação social e atemporalidade colonial sobre mulheres negras.

Explicações sobre a máscara estão presentes, por exemplo, nas obras de Grada Kilomba, Jota Mombaça e Yhuri Cruz, e não é necessário repeti-las. Recuso-me a reforçaro *espetáculo do sofrimento negro* (HARTMAN, 2008; SILVA,2019), pois o excesso de registros de violência pode acarretar a exaltação de símbolos coloniais, e oaprofundamento dos alicerces de poder e conhecimento baseados na dominação que desejamos destruir.

O texto contém rastros da letalidade identitária branca-heterossexual-cisgênera como paisagem atravessada e superada pela performance preta. Anastácia Livre torna-seentão uma identidade de sujeita, que tem voz e fala em seu próprio nome (SILVA;2014;2019; MOMBAÇA 2016a).

> Por essas razões, escolhi me engajar com um conjunto de dilemas sobre a representação, a violência e a morte social, sem usar a forma de um discurso metahistórico, mas performando os limites de escrever a História por meio do ato de narração. Fiz isso principalmenteporque (1) minha própria narrativa não opera fora da economia de afirmações que ela submete à crítica; e (2) aquelas existências relegadasao não histórico ou consideradas descartáveis exercem uma reivindicação sobre o presente e exigem que imaginemos um futuro noqual a sobrevida da escravidão tenha terminado. A necessidade de tentarrepresentar o que não podemos, em vez de conduzir ao pessimismo oudesespero, deve ser acolhida como a impossibilidade que condiciona nosso conhecimento do passado e anima nosso desejo por um futuro liberto (HARTMAN, p. 20, 2008).

Racialidade é a ação colonial de diferenciar racialmente todos os sujeitos, que nãose encaixam na identidade de indivíduo branco-heterossexual-cisgênero que se julga universal. A racialização tem papel crucial para o capital como mecanismo de domínio,e ao definir o corpo não universal como outro e inferiorizado, expõe o fato de que a experiência colonial permanece ativa no mundo contemporâneo (SILVA, 2014; 2019; KILOMBA, 2019).

[4] As autoras apontam a retomada da nossa humanidade ao não reproduzir cenas de violência sobre corpos negros escravizados, por exemplo quando revisitam o texto "Narrativa da Vida de Friederick Douglas (1845)", quando ainda criança testemunha o espancamento de sua tia Hester (HARTMAN, 2008; MOTEN,2020; SILVA, 2019).

A palavra sujeito na língua portuguesa não nos permite variações de gênero. No entanto como este texto colabora para reconfigurações de experiências vividas, optei porme referir à identidade da mulher negra em toda a sua pluralidade como *sujeita*.

Assim como *sujeita*, a palavra *objeto* em português é reduzida ao gênero masculino. Grada Kilomba nos lembra que os estudos feministas, *queer* e pós coloniais referem-se ao objeto enquanto desdobramento da *objetificação* de identidades numa relação de poder. Ou seja, quando a subjetividade nos é retirada, e nossa existência se reduz ao valor de objeto, ou a objetos sem valor (KILOMBA, 2019; SILVA, 2019).

> "O mais caro exemplo de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeitocolonial como Outro (SPIVAK, p. 40; 2010)"

O terror colonial aplicado por meio da proibição da fala é/foi estratégia de controledos nossos corpos e da nossa narrativa. Em outras palavras, no contexto de produção colonial o sujeito subalterno não tem história e as tentativas de nos silenciar constituem aprática da violência epistemológica, sobretudo sobre mulheres racializadas. É assim que a fala branca-heterossexual-cisgênera se consolida como verdade no curso da história sema interferência de discursos contrários (SILVA; 2014; MOMBAÇA, 2015; SPIVAK, 2020).

Segundo Mombaça o poder opera e se atualiza por *ficções* materialmente engajadas no sistema de valores. A consolidação da fala hegemônica se prolifera por meiodo *monopólio da violência* física e simbólica que se retroalimenta de ilusões de progressoe desenvolvimento (MOMBAÇA, p. 4, 2016b).

É a violência total a estratégia de expropriação da capacidade produtiva das terras ocupadas e corpos escravizados, ou seja, de extração do valor total do que somos, produzimos, de onde vivemos e dos espaços que povoamos. O arquivo da escravidão repousa sobre uma violência fundadora, e essa violência determina, regula e organiza os tipos de declarações que podem ser feitas sobre a escravidão e também cria sujeitos eobjetos de poder (HARTMAN, 2008; SILVA,2020).

> É crucial começar com a escravidão exatamente porque um dosefeitos mais produtivos das ferramentas da razão científica, responsáveis por produzir a Categoria de Negridade, é precisamente – algo possível graças à presunção de separabilidade – a oclusão da relação entre trabalhadores escravizados e seus proprietários como umtipo de arranjo jurídico, capturada através do conceito da propriedade, que não faz parte das relações capitalistas, porque estas seriam mediadas somente por contratos. Pois, no mesmo enunciado no qual articula como a escravidão permite a expropriação do valor total produzido pelo trabalho escravo, Karl Marx repudia qualquer consideração sobre como o escravo, enquanto produtor de mais-valia, que é o sangue que sustenta o capital, participa da acumulação do capital. Enfocando ou reduzindo a produção colonial à propriedade (deterras e escravos) se oclui o caráter econômico (produtivo) da expropriação da capacidade produtiva do trabalho escravo, criando assim modelos

> analíticos que localizam a escravidão fora do modo capitalista de produção propriamente dito. (SILVA, p. 87: 2020)

É preciso, pois, compreender que o capital garante sua própria sobrevivência pormeio de duas modalidades de exploração: pela apropriação da mais-valia produzida pelotrabalhador assalariado, e pela ocupação de territórios e escravização de pessoas. Não seria exagero considerar histórias narradas como uma forma de compensação ou mesmo reparação (HARTMAN, 2008; SILVA, 2019).

Silva, Moten e Mombaça evidenciam como a violência é socialmente distribuída no pensamento moderno e na sociedade, e parece não provocar sensação de estranhamento no modo como ela opera. Este projeto de mundo é formado no (e para o) o extermínio e normalização de corpos e territórios negros, nos reduzindo à matéria. O apagamento do valor total de nossos corpos e territórios é explicitado na ausência de consideração do nosso valor e na expropriação ininterrupta pela qual passamos (MOMBAÇA, 2016b; SILVA, 2019; MOTEN, 2020).

Na dinâmica das relações sociais, os símbolos produzidos ao longo do tempo pela colonização-escravização-capitalismo constituem processos políticos que atacam a subjetividade, em movimentos que se desdobram "para dentro de si" ao mesmo tempo que se espraiam no nível das relações e das identidades (FILHO, 1998).

Para abordar a humilhação social, João Filho retoma o conceito marxista de *reificação* e o relaciona com a experiência de trauma. Dessa forma amplia a leitura psicanalítica desse fenômeno que é político e subjetivo, e carrega determinações econômicas e inconscientes. Esta ativação é importante pois marca posição sobre a situação histórica de impedimento da humanidade oriundas da exploração da mão de obraassalariada (FILHO, 1998; SHULTZINER, 2011).

No entanto as condições de exploração da mão de obra negra antecedem à exploração capitalista (SILVA, p. 78; 2019). Por isso o leme deste eixo da discussão se volta para o (anti)colonialismo e seus desdobramentos, cujas referências de fetichização da mercadoria e sexual são corpos, terras e territórios negros. E a reificação revela-se poratos e discursos de *objetificação* e racismo.

A violência irreparável do tráfico de escravos no Atlântico reside precisamente em todas as histórias que não podemos conhecer.

A atemporalidade que sobrepõe capitalismo e colonialismo no mesmo tempo e espaço, e o caráter interno e externo dessa dinâmica, representam o delta no qual se intercalam a violência da subjugação racial com(o) a humilhação social.

As cenas de humilhação social são compostas dos seguintes conteúdos: (i) a *evidência* da exposição; (ii) a *condição* de rebaixamento racial, social e de gênero, por exemplo; a (iii) *impotência* frente a uma situação ultrajante em que não se encontra rota de fuga; (iv) o *fracasso*, que se caracteriza pelo abandono do desejo, da capacidade de criar e imaginar; (v) a *falta de moral*, que pressupõe uma falha; e por fim (vi) o *contágio*que se caracteriza pelo fato de o sentimento estar baseado no outro. ALENCAR & LA TAILLE, 2007; SHULTZINER, 2011)

Violência física, pisicológica e naturalizada substancializam a humilhação social, e a angústia é seu resultado direto. A violência física passa pela agressão, assédio, estupro e tem como último grau a morte; na violência verbal as palavras que ferem e se somam àviolência do olhar, que é psicológica (FILHO, 1998; ALENCAR & LA TAILLE, 2007; DOMINGUES & ROSA, 2014).

Entre humilhadas e agressores, a obscenidade colonial é exercida em qualquer momento e lugar pelo sujeito branco diante de um corpo negro ou num território negro, que usa da violência para fazer-nos gritar e para que nos calemos.

> É um choque violento que de repente coloca o *sujeito negro* emuma cena colonial na qual como no cenário de uma *plantação*, ele é aprisionado como a/o '*Outra/o*' subordinado e exótico. De repente, o passado vem a coincidir com o presente, e o presente é vivenciado comose o *sujeito negro* estivesse naquele passado agonizante (KILOMBA, 2019).

O corpo silencia ao ser alvejado pela brutalidade da subjugação racial e da humilhação social. E é nesse momento que a desumanização é naturalizada, afinal o silêncio impede o relato e o grito, e o agressor é ocultado (ALENCAR & LA TAILLE p.219, 2007).

Da mesma maneira, quando o caso é presenciado por mais pessoas, a omissão emerge e torna-se evidente a precariedade da empatia e a linha imprecisa entre testemunhae espectador, ininterruptamente (ALENCAR & LA TAILLE 2007; SILVA, 2019; MOTEN, 2020). Parece ser atemporal este movimento (in)consciente de se condenar taisviolências no discurso, sem se abolir a prática.

Destaco que a humilhação social não marca apenas o indivíduo, mas atinge, de alguma forma, todos os integrantes de determinados grupos ou classes que vivem a realidade da dominação, no caso racializada. Quando, por exemplo, a polícia se depara com um corpo negro e jovem, o extermina, e a imagem é espetacularizada, esse conjunto de elementos atingem/contagiam diretamente as pessoas negras, sobretudo a mãe negra.

Somo a esta reflexão elementos como *alienação* e *trauma*, por meio da leitura queGrada Kilomba elabora sobre Frantz Fanon, indicando que ao vivenciar experiências de racismo, a

sujeita se sente impotente e é brutalmente separada de qualquer identidade quese possa ter ao ser privada de sua própria conexão com a sociedade (KILOMBA,2019; SILVA, 2019).

Parece ser, por agora, uma condição da sujeita performar objeto e humanidade.

3. QUAL O VALOR DA SUJEITA NEGRA?

A exploração é um comportamento colonial-patriarcal-capitalista aplicado às terras, territórios e ao corpo negro. Dominar consiste em tomar posse sobre algo ou alguém, e por isso o extrativismo sobre nossas terras e a extração das nossas forças são ações de objetificação que geram tanto humilhação social quanto banalização dessa violência.

A base do sistema (re)produtivo global é constituída pela força de trabalho da mulher negra (i) como o trabalho escravo; (ii) como a empregada doméstica, a trabalhadora do setor de serviços, funcionária da fábrica, a diarista; e como (iii) a reprodutora de trabalhadores (SILVA, p.77, 2019). Tratado em seu valor lucrativo, nossos corpos são subjugados por meio da dissociação das dimensões subjetivas, como, por exemplo, o desejo. É como se o nosso corpo fosse considerado, ainda, mercadoria, espaço privado de alguém que não nós mesmas, ou um bem público amplamente disponibilizado.

Em um movimento de torção do pensamento, Fred Moten promove uma notável reflexão ao mostrar que a substância química impossível do valor (de troca) do objeto é sua própria voz. Portanto, quando a mercadoria toma consciência de si ela passa a se (re)conhecer, e como a fala do objeto ou da mercadoria é impossível, a sujeita se liberta (MOTEN, p. 25;2020).

> (...) um protesto, uma objeção, é porque ela é mais do que apenas outra cena de sujeição violenta e terrível demais para passar adiante; é a performance contínua, a cena prefigurativa de uma (re)apropriação – a desconstrução e reconstrução, o registro e a reavaliação improvisados – do valor, da teoria do valor, das teorias do valor (MOTEN, p. 29; 2020).

Quando a sujeita ativa a oralidade ela materializa sua subjetividade e indica pulsão de liberdade. A emergência da voz, do grito ou do ruído torna-se um chamado em oposição absoluta ao que o projeto colonial predeterminou.

O que mais há para saber sobre a sujeita? O destino dela está em criação, a história é contada agora em primeira pessoa. Se antes, séculos passariam até que lhe fosse permitida "tentar sua língua", hoje qualquer sinal de ruído se faz ouvir. (Hartman, 2008; Cruz, 2020).

A emblemática questão "Pode a Subalterna Falar", elaborada por Gayatri Spivaké um marco nos debates sobre diferença e reconhecimento. A autora utiliza o cenário colonial da

Inglaterra na Índia como referência do processo de silenciamento e controle de narrativa sobre as mulheres indianas. Jota Mombaça sintetiza bem a contribuição de Spivak:

> "É consenso entre os leitores de Spivak (1988) que, quando a autora responde negativamente à pergunta sobre se pode o subalterno falar, não se trata de uma alusão à capacidade física da fala, tampouco à capacidade intelectual de articular um discurso. A resposta não deve ser tomada num sentido literal. Trata-se, mais bem, de uma alusão à impossibilidade de forjar espaços de enunciação a partir dos quais umxsubalternx possa se expressar e ser ouvidx como sujeito. Nas palavras de Santiago Giraldo (2003): "É claro que o subalterno 'fala' fisicamente; contudo, sua 'fala' não adquire status dialógico — no sentido proposto por Bakhtin –, isto é, o subalterno não é um sujeito que ocupa uma posição discursiva desde a qual pode falar ou responder(MOMBAÇA, 2015)."

O ato de *tornar*-se tem sido usado pelos Estudos Culturais e Pós – Coloniais paraelaborar a relação entre o eu e a/o outra/o. A autoria, a voz e o ato são elementos caros para a mulher negra porque significam romper com a objetificação e tornar-se sujeita geradora de saberes. Isso significa sermos reconhecidas enquanto detentoras de conhecimento no espaço da universidade, por exemplo. (MOMBAÇA, 2015; KILOMBA,2019; MOTEN, 2020)

Stefano Harney e Fred Moten no texto "A universidade e os *undercommons*" marcam a discussão sobre pretitude a partir da performatividade em forma de brado atemporal gerado por sujeitas como Carolina Maria de Jesus, Madame Satã e Beatriz Nascimento. A escrita de Carolina é rota de fuga, a vertigem que Madame Satã provoca/va é ruptura, e Beatriz Nascimento fez da narração uma dádiva que une presente,passado e futuro no território do quilombo. (HARNEY&MOTEN, 2013)

Improvisar a fala e gerar uma voz/ruído audível são um desafio à subalternidade,mas fazê-lo é um exercício de objeção à condição de objeto. Em consequência, abrimos caminho para a descoberta e para a invenção de desejos que nos empurram para a vida.

Florescer uma força política importante e uma possibilidade de exercício de práticas sociais em seu modo libertário: a criação e a experimentação de modos de vida que não se envenenam no individualismo e no narcisismo que ameaçam o tecido social da paisagem contemporânea.

Retomar nosso valor significa justamente dissociar-nos da função de reprodutoras e tornar legítimo o ato de desejar e ser produtora. Isso quer dizer que resistência anti- colonial é a essência performativa da pretitude, é um ser *maternal* (gerador) indistinguívelde ser material-simbólico (MOTEN, p. 31; 2020).

Maternar parece ser um método de *tentativa e erro*, e contém traços de defesa, proteção e aprendizado. Para aprendermos a performar nosso valor, precisaremos ser capazes de reconhecer os modos como cada sujeita elabora sua própria capacidade de defender-se e de criar.

Desejar, para a sujeita, significa rasgar a força reguladora que arbitra sobre nossoscorpos e ampliar radicalmente as possibilidades de experimentação para insurgir como performance preta.

Nosso valor se revela a partir do exercício de (des)conhecimento. A capacidade de recuperar nosso valor total e ultrapassar, descolar, desestabilizar ou anular os limites da racialidade. Assim, des-conhecer e des-fazer o programa ético que nos subjuga e extermina, continuamente, pode ressoar performances que apresentem o valor total do que somos e de onde ocupamos.

4. O EXERCÍCIO DA RECONFIGURAÇÃO DA MEMÓRIA

Parafraseio a oração à Anastácia Livre e digo: sabemos quem são os algozes que fazem de nossa vida um martírio. O que nos resta, senão carregar as marcas que nos determinam como racializadas? O que fazemos com as marcas e registros passados de geração em geração?

Parto para o último desdobramento deste artigo e peço atenção para não cairmos na romantização da sujeita resistente, traduzida na imagem heroica da mulher negra fortee no arquétipo da mulher negra guerreira.

Reconfigurar é um movimento de *retomada*, que pode ser um contra-ataque anticolonial, mas não se reduz a isso. Retomar não é recuperar a voz ou território perdidos, isso seria um delírio colonial. Trata-se da potência disruptiva da Anastácia Livre, que excede dimensões individuais, heterogêneas e coletivas da sujeita que à sua forma desenvolve a epistemologia.

Esta elaboração e enfrentamento da humilhação é possibilitada pela ação, pela luta política. A luta coletiva exerce um papel fundamental na elaboração psíquica da sujeita, ao construir um entorno social favorável que retira a sujeita do lugar de rebaixamento passivamente tolerado.

A provocação de Yhuri nos faz imaginar a voz, e mesmo o sorriso de Anastácia Livre.Assim a humilhação social sobre o corpo, o gesto, a imaginação e a voz pode ser representada pela obra, só que pelo movimento de torção que ela provoca. Anastácia Livre sugere a reparação, a restauração, ou mesmo a reconfiguração de nossas memórias. Minha interpretação é que Anastácia Livre pressupõe que não há nada de errado conosco, supera o mal-estar, rompe com o mutismo histórico e gera perturbação por meio da autodeterminação(HARNEY&MOTEN, p. 115, 2019).

Narrar contra - histórias de escravidão sempre foi inseparável de escrever uma história do presente (HARTMAN, p.7, 2008). Como a escravização produziu memórias de violência, me

desafio a abordar a subjugação social como humilhação social com certaginga. Esta estratégia me afasta do risco de cair em uma nova experiência de impedimentoda nossa humanidade. Isso significa inverter a ordem hegemônica da narração de situações de humilhação social, e posicionar sob todas as luzes a imagem e o comportamento do agressor, que é sempre ocultado, e de suas testemunhas/espectadores,e não mais a vítima.

Um passo adiante é abandonarmos a posição de vítima – mesmo sabendo que o estado, a polícia, o branco-cisgênero-heterossexual tem demonstrado historicamente sua incapacidade de abandonar a posição de agressor. É preciso criar estratégias, técnicas e ferramentas que somente a corporalidade e subjetividade de sujeita consegue desenvolver (MOMBAÇA, p.14, 2016b).

E mais um passo pode nos levar à radicalidade preta. Tal contexto é atravessado pelo exercício de uma imaginação visionária e divergente, e sua composição carrega insistência, enunciação, memória e desejo. Simultaneamente, quando nos organizamos coletivamente criamos condições de autorrepresentação e geraramos mobilizações de revoltae solidariedade, em repetição.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Heloisa Moulin de; LA TAILLE, Yves Joel Jean Rodolphe. Humilhação: desrespeito no rebaixamento moral. Arquivos Brasileiros de Psicologia, São Paulo, v. 59,n. 2, p. 217-231, 2007. Acessado em 11/12/2020. Disponível em: http://www.psicologia.ufrj.br/abp/.

CRUZ, Yhuri. MONUMENTO À VOZ DE ANASTÁCIA, 2019. Afresco-monumento à voz de Anastácia Livre.

Vênus em dois atos, de Saidiya Hartman (tradução não-oficial de Yhuri Cruz). 2020. Acessado em 03/11/2020. Disponível em http://yhuricruz.com/wp-content/uploads/2020/09/V%C3%AAnus-em-dois-atos-Tradu%C3%A7%C3%A3o-n%C3%A3o-oficial-Yhuri-Cruz_compressed.pdf.

DOMINGUES, Eliane & ROSA, Mírian. Violência, humilhação social e a luta por Reconhecimento: a experiência do MST. Revista Subjetividades, Fortaleza, 14(1): 115- 125, abril., 2014. Acessado em 20/01/2021. Disponível em https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/3309/0.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Ed. UFJF. Juiz deFora - MG. 2006.

Peles Negras Máscaras Brancas. Salvador: Edufba,Tradução de Renato da Silveira. 2008.

FRASER, Nancy, HONNETH, Axel. Redistribution Or Recognition?: A Political-philosophical Exchange. London: Verso, 2004.

1968.GONCALVES FILHO, José Moura. Humilhação social - um problema político empsicologia. Psicol. USP, São Paulo , v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000200002&lng=en&nrm=iso Acessado em 15 de Dez de 2021

HARNEY, Stefano & MOTEN, Fred. The Undercommons: Fugitive Planning & BlackStudy. Brooklyn, NY: Autonomedia, 2013.

Pretitude e Governança. In: Arte & Ensaios. Revista Programa dePós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes EBA, UFRJ, Rio de Janeiro, n.37, 1 sem. 2019. pp. 112 – 121. Acessado em 19/12/2020. Disponível em https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/24607

HARTMAN, Saidiya V. Venus in Two Actos. Small Axe, Number 26 (Volume 12, Number 2), June 2008, pp. 1-14. Acessado em 10/01/21. Disponível em https://mumbletheoryhome.files.wordpress.com/2019/04/hartman-2008.pdf

HONNETH, A. Recognition or Redistribution? Changing Perspectives on the MoralOrder of Society. Theory, Culture & Society, London, v. 18, n. 2-3, p. 43-55, June. 2001.

Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais (2aed., L. Ripa, Trad.). São Paulo: Ed.34.2009.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Cobogó. Rio de Janeiro.2019.

MOMBAÇA, Jota. Pode um cu mestiço falar? 2015. Visto em 20/01/2021. Disponível em: https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee#.8aep8exn5

Rastros de uma Submetodologia Indisciplinada. Concinnitas, ano 17,volume 01, número 28, setembro de 2016(a). Acessado em 05/12/2020. Disponível em https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/25925.

Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial daviolência! Casa do Povo. 2016(b). Acessado em 30/01/2021. Disponível em https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuic a o_da_vi.

MOTEN, Fred. A Resistência do Objeto: O Grito de Tia Hester. Revista ECO-Pós, 23(1),

14-43. 2020. Acessado em 26/10/2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27542.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. As políticas multiculturais e o reconhecimento de identidades como novas formas de contrato social e efetivação da justiça. CCJUR em Revista , 2010, ISSN 1679-4206. Acessado em 20/12/2020.

SHULTZINER, Doron. Human Dignity, Self-Worth and Humiliation: A Comparative Legal-Psychological Approach. Faculty of Law The Hebrew University of Jerusalem. 2011.

SILVA, Denise. Ninguém: direito, racialidade e violência. Meritum – Belo Horizonte –v. 9 – n. 1 – p. 67-117 – jan./jun. 2014. Acessado em 30/09/2020. Disponível em http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/2492.

A dívida impagável. Casa do Povo. São Paulo.2020.

SPIVAK, Gayatri. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CAPÍTULO XXXI

COVID-19 E OS DESAFIOS DO ISOLAMENTO DE MULHERES NEGRAS TRABALHADORAS

Baruc Correia Fontes [1]
Joanne Oliveira Anunciação [2]
Juliane Ferreira Lopes dos Santos [3]
Mislaine da Silva Lopes [4]

[1] Psicólogo, Docente/UniAGES, Doutorando em Psicologia (UFS) e Docente responsável pelo Grupo de Estudos em Relações Raciais/ GERR- UniAGES. baruc.fontes@ages.edu.br.
[2] Psicóloga e mestranda em Psicologia na Universidade Federal de Sergipe (UFS). jo_psi27@hotmail.com
[3] Psicóloga, pós-graduanda em Psicologia Social pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). juuhlopes1810@gmail.com
[4] Psicóloga, Pós-graduanda em Sexualidade e Psicologia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). mislainelopespsi@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho se propõe a relatar a experiência de estudantes de graduação engajadas em um grupo de estudos sobre relações raciais ao discutir sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres trabalhadoras, em sua maioria negra, em aderir a política preventiva de isolamento social a fim de evitar a propagação do novo coronavírus. A discussão se deu por meio de uma roda de conversa, onde as integrantes do grupo de estudos em relações raciais (GERR) argumentaram e problematizaram sobre a respectiva temática. Tendo em vista os atravessamentos raciais e sexistas que inferem nas atividades laborais de mulheres negras, foi possível a partir do grupo, notar as dificuldades que o Estado apresenta em criar estratégias de enfrentamento para que essas mulheres trabalhadoras sejam assistidas de forma adequada, visto que historicamente mulheres negras ocupam a posição mais baixa na pirâmide econômica e que são grande maioria dentre as trabalhadoras que desconhecem as leis trabalhistas e estão sujeitas a precarização e subalternização de suas atividades laborais. Assim, tornou-se evidente a urgência de que o Estado produza políticas públicas mais eficazes a fim de proteger essa camada da população, especialmente nesse momento da história do mundo.

Palavras-chave: Mulheres negras. Trabalho Doméstico. Covid-19. Isolamento.

1. INTRODUÇÃO

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a doença decorrente do novo coronavírus – a Covid-19, constituía uma emergência de saúde pública e de importância internacional. Em 11 de março de 2020, considerando a rápida disseminação geográfica do coronavírus, o surto foi caracterizado pela OMS como uma pandemia (PINHEIRO, TOKARSKI, VASCONCELOS). Após o anúncio de constituía-se como uma pandemia, rapidamente formam adotadas medidas sanitárias para conter a disseminação do

vírus que circulava aceleradamente, a elite brasileira e algumas pessoas puderam ficar em casa, o que não foi o caso das mulheres negras trabalhadoras, que para sua sobrevivência precisam se descolar aos seus serviços normalmente , visto o desmonte das políticas de trabalho e assistência social no Brasil, o que lhes sobram é continuarem com suas atividades ou então viver sem nenhuma renda. Uma vez que, sem contar com a proteção social e sem apoio Estado, essas mulheres precisaram sair em busca da sua renda, já que na grande maioria dos casos, não possuem vínculos formais de trabalho e consequentemente a garantia de manutenção de renda PINHEIRO, TOKARSKI, VASCONCELOS, 2020).

O referido trabalho segue a partir de questões levantadas no Grupo de Estudos em Relações Raciais (GERR) do Centro Universitário Ages sob a coordenação do Profº Baruc Fontes, sobre o trabalho doméstico realizado majoritariamente por mulheres negras em tempos de Covid-19 e os seus impactos na política de distanciamento social para conter a propagação do vírus. Entendendo que a partir da divisão sexual do trabalho, a coalizão entre o trabalho não remunerado e o trabalho remunerado tornou-se ao longo do último século imprescindível na vida das mulheres, principalmente na vida de mulheres negras com famílias monoparentais.

A pensadora, Lelia Gonzalez Desde o início da década de 1980 já estava nós revelando os mecanismos que discriminam e subjugam trabalhadoras negras, que ganham menos do que os trabalhadoras brancas. A pensadora relata que na década de 1980, 87% das trabalhadoras negras estavam no trabalho braçal, justamente no setor ou subsetor de menor prestígio e menor remuneração; e 60% dessas trabalhadoras não possuíam carteira assinada. Por essas e outras razões, as mulheres negras continuam sendo o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, pois sofrem a tríplice discriminação (social, racial e de gênero). O QUE MUDOU NO BRASIL ATUAL?

Lélia Gonzalez já sinaliza a urgência em se pensar as atividades laborais exercidas por mulheres, sobretudo mulheres negras, afirmando que “O que opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva em termos de representações sociais e mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras , o que se observa é um racismo cultural que leva tanto algozes como vítimas a considerarem natural o fato de uma mulher em geral, e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa” (GONZALEZ, 2020 p. 42). Quando nos reportarmos à situação da mulher negra, notamos a falta de perspectivas de trabalho que faz com que essas mulheres exerçam a prestação de serviços domésticos e ainda nos dias atuais esteja sob uma situação de dependência e subordinação de famílias brancas de classe mais elevada.

Lelia também faz um apontamento sobre o racismo enquanto uma articulação ideológica que remete a uma divisão racial do trabalho que se faz de extrema importância para a manutenção do sistema, entendendo que esse fenômeno atua para manter a força de trabalho negra enquanto massa marginal, ocupando sempre cargos com menor qualificação e pior remuneração (GONZALEZ, 2020). As mulheres Negras continuam ocupando a base da pirâmide econômica no Brasil , quando nos reportamos para a situação atual fica claro como os efeitos do momento que vivemos afeta a vida de mulheres negras , principalmente no que diz respeito ao trabalho, visto que os postos que essas mulheres ocupam estão intimamente ligados a herança colonial uma extensão de uma sociedade escravocrata, pois ainda hoje mulheres negras estão numa posição de cuidado da elite brasileira, estando mais propensas ao contágio e na linha de frente do Covid-19.As questões que surgiram ao longo dos encontros a respeito do distanciamento social e a propagação do vírus são: Como essas trabalhadoras podem se proteger? Como é possível sobreviver ao vírus e a paralisação das atividades laborais? Importando salientar que em condições de calamidade pública como essa, é dever do Estado garantir assistência às populações em situações de vulnerabilidade social e econômica (CFEMEA/Geledés, 2020). É válido destacar que ao contrário do que está posto, as condições de isolamento social não podem ser compreendidas a partir de uma lógica de privilégios de um determinado grupo, e sim como uma necessidade política urgente.

Um objetivo presente na discussão pelo grupo foi pensar o trabalho doméstico a partir de uma perspectiva feminista antirracista e anticlassista, levando em consideração que na maioria das vezes essas trabalhadoras encontram-se sem o acesso a informações sobre os seus direitos laborais, fomentando ainda mais um contexto permeado por relações hierárquicas e vínculos laborais fragilizados. Essas situações que se apresentam historicamente no contexto do trabalho doméstico, apenas comprovam a herança machista, colonial e escravista persistentes até hoje no Brasil, que desde sempre teve seu histórico marcado pelas desigualdades sociais de gênero e cor nas relações interpessoais entre empregadores e trabalhadoras, tornando-se ainda mais grave o fato que as mulheres necessitam da atividade para sua sobrevivência (FERREIRA, et al, 2020).

Nesse contexto, tornam-se necessárias melhores condições laborais e salariais, além do fortalecimento das medidas de proteção para que seja possível o combate às discriminações que ainda hoje são enfrentadas pelas trabalhadoras domésticas brasileiras. Além disso, é preciso que haja uma constante atualização das trabalhadoras sobre as mudanças legislativas para que desse modo situações de precarização do trabalho e subalternização sejam revertidas pelo empoderamento das trabalhadoras, que só pode ocorrer a partir do contato com a

coletividade laboral dentro de espaços políticos e sociais de reivindicações trabalhistas (FERREIRA, et al, 2020).

A escolha de discorrer sobre essa determinada problemática se deu pelo momento atual que o mundo está vivenciando, em particular o nosso país, Brasil. Tendo em vista, que as mulheres negras estão mais sujeitas a serem contaminadas, uma vez que em sua grande maioria são trabalhadoras domésticas, babás, balconista, profissionais de linha de frente da saúde etc. Outro fator que contribuem para que essas mulheres sejam alvo do vírus da Covid-19, são as condições de moradias precárias, menos acesso a saúde, falta saneamento básico, altas taxas de desemprego na pandemia que fizeram com que mulheres negras vissem nos trabalhos informais e precários, únicas opções de sobrevivência.

As mulheres negras por possuírem baixos salário e em sua grande maioria são chefes de família e são responsáveis pelo cuidado e sustentação de seus dependentes, fazem com que essas mulheres precisam ter jornadas duplas de trabalhos, saindo de seus lares para pegarem transporte público superlotados, onde o distanciamento social recomendados pelas autoridades de saúde torna-se um desafio. Visto que essas mulheres não podem fazer trabalho remoto, e nem tem a opção de ficar em isolamento social, pois vivem em uma conjuntura de desigualdade social e de renda que faz com que essas mulheres precisam sair em busca de seu ganha pão, submetendo-se ao risco de contrair o vírus do covid-19 e levar aos seus pares. Outro ponto que motivou e despertou o interesse em pesquisar sobre mulheres negras e Covid-19, advém de os participantes compor um grupo de estudos que abordam sobre relações raciais.

Diante disso, a relevância dessa pesquisa é essencial para que seja possível compreender que raça, gênero e classe estão interseccionadas, fazendo com que mulheres negras, sejam as mais afetadas pela pandemia. Para que poder público e a sociedade busquem alternativas e estratégias que venha a diminuir essas situações precária que tais mulheres vivenciam no seu cotidiano, uma vez que população negra é a mais atingida pela Covid-19, conforme mostra os dados1 da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) onde a pesquisa aponta que os negros e pardos possuem mais chance de serem infectados e correm maior risco de hospitalização. Portanto essa pesquisa tem como objetivo trazer à tona para a comunidade sobre essas situações que a população negra, especialmente as mulheres estão vivenciando no seu cotidiano e através disso pensar em políticas que venha sanar essas precariedades no cotidiano, para que possa diminuir esses índices de contagio e hospitalização principalmente dessa população mais vulnerável.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado no Centro Universitário Ages no Grupo de Estudos em Relações Raciais (GERR-AGES) composto exclusivamente por mulheres no período de março a maio de 2020. O relato de experiência pressupõe um encadeamento de ideias que convocam competências reflexivas e associativas, buscando não apenas descrever determinada realidade, mas preferencialmente refletir e balizar atuações que possam ser mais críticas. O RE é um combinado do tempo do narrador em um determinado contexto cultural e histórico fundamentado a partir de outros saberes teóricos, sendo uma modalidade de pesquisa qualitativa tratando de escrever uma experiência singular a respeito do objeto analisado pela via da heterogeneidade. Desse modo, o registro realizado no RE ocupa um local sócio-político de diversidade dentro da construção da ciência na pós-modernidade (DALTRO; DE FARIA, 2019).

3. RELATO DE EXPERIÊNCIA:

O relato de experiência aqui apresentado versa sobre o encontro de mulheres em um grupo de estudos em relações raciais onde se problematizou sobre os impactos do COVID-19 na vida de mulheres negras trabalhadoras. Assim, as reflexões tecidas foram produzidas a partir de uma roda de conversa semanal, realizada neste momento de maneira remota, onde as integrantes do grupo argumentavam e estabeleciam as relações entre o Covid-19 e como este tem impactado a vida e o cotidiano da população negra, especificamente mulheres negras trabalhadoras. Além disso, problematizou-se sobre como o isolamento social tem sido difícil para esse recorte social e racial, visto que essa parcela da população apresenta condições econômicas e de moradia precárias tornando-se dificultoso o distanciamento, como recomenda a Organização Mundial da Saúde (OMS).

As discussões do Grupo de Estudo em Relações Raciais (GERR) voltaram-se para a compreensão do impacto do novo Coronavírus (COVID-19) na vida das mulheres negras trabalhadoras. Foram discutidos alguns fatores que passaram a interferir na vida social comunitária, sendo o maior deles o isolamento/distanciamento social. Essa é uma estratégia lançada pelos governos municipais e estaduais para evitar a propagação do vírus de forma desordenada, através da suspensão dos serviços, evitando aglomerações como forma de conter a proliferação do vírus (PIRES, 2020). É inegável a importância do isolamento social, porém é

sabido que nem todos têm o privilégio de ficar em casa e trabalhar em suas residências, necessitando trabalhar fora para garantir o seu sustento.

No Brasil existem milhares de pessoas vivendo numa situação extrema de pobreza que necessitam do movimento da rua para manter sua família (CALMON, 2020). Portanto, essas pessoas seguem trabalhando diariamente, dentre elas mulheres negras. Com isso, foi possível refletir a partir da experiência no grupo sobre a desigualdade presente na sociedade Brasileira, uma vez que isolamento e pobreza torna-se uma equação difícil de resolver. Assim, o isolamento social se tornou um risco, pois sem emprego não há renda suficiente para que as famílias executem suas obrigações, além de suprir as necessidades básicas como comprar comida, pagar suas contas, além dos cuidados básicos para manter a higiene (SPOSATI, 2020).

É notório que a população mais pobre é a mais afetada nesse contexto, além disso, outro ponto abordado nos encontros do grupo de estudos refere-se às condições do exercício do trabalho considerado doméstico, visto que as mulheres continuam realizando suas atividades enquanto outras foram demitidas. Assim, as mulheres são atingidas diretamente nas relações de trabalho, os empregadores de diaristas abdicaram dos seus serviços sem direito a pagamentos das suas diárias, o que se considera um ato de violência (OLIVEIRA, 2020)

Desse modo, o grupo de estudos refletiu que, ao ser o trabalho informal ou formal a única renda de muitas mulheres trabalhadoras, a perda da mesma acarreta grandes dificuldades. Desse modo, é preciso garantir os direitos sociais a partir das políticas públicas (CALMON, 2020). Pode-se concluir que ao não permitir o amparo a essas mulheres, seus direitos são violados e fica nítida a posição feminina na sociedade atual, revelando o sofrimento nas questões associadas ao trabalho.

Outro ponto levantado em discussão pelo grupo diz respeito ao contexto histórico, pois torna-se preciso analisá-lo para entender a relação do capitalismo, patriarcado e racismo que causa a desvalorização das mulheres e sua não autonomia perante o homem (REIS, 2019). Entendeu-se que ainda há fragilidade em estabelecer um emprego digno, mesmo com o avanço das mulheres no mercado de trabalho. Neste caso, foi refletido sobre a exposição das mulheres negras, que coloca em risco sua vida e de seus familiares, pois não podem se permitir a ficar em casa, dando continuidade das suas funções para não perder o salário, pois assim, ficariam sem as garantias mínimas dos cuidados básicos que são essenciais para conseguir sustentar a sua família. Conforme a ONU (2020) afirma, o trabalho doméstico é ocupado por 60% de mulheres negras, mas o grupo que possui carteira assinada é menor que 40%. Compreende-se que a violação dos direitos começa desde o momento em que essas trabalhadoras permanecem na informalidade no mundo do trabalho.

A reflexão gerada a partir das rodas de conversa permitiu entender que mesmo em forma de trabalho precário, mulheres negras não foram liberadas dos seus serviços. Essa máxima categórica foi refletida a partir do entendimento de que no Brasil o serviço doméstico tem semelhança com a escravidão, onde expressa-se através da cultura de servidão, em que os escravos faziam os trabalhos domésticos das famílias de classe alta esse trabalho contribuiu para uma sociedade com desigualdade de gênero e raça (REIS, 2019).

Nesse cenário, torna-se indubitável a desvalorização da mulher negra no mercado de trabalho, as desigualdades sociais e raciais são alarmantes e cada dia aumenta o índice de óbitos sendo incluídos em grande maioria os mais vulneráveis, gerando aflição e questionamentos sobre os cuidados básicos e essenciais que nem todos conseguem realizar. Com isso, nota-se o perigo que essa população é alvo, explanando-se a fragilidade da mesma em relação aos seus empregos. Baseados nisso, as estudantes do grupo de estudos identificaram a vulnerabilidade da população negra, das mulheres e de todos que possuem baixa renda, que precisam trabalhar e que seguem na luta pela sobrevivência.

As rodas encaminharam-se para a reflexão sobre as relações humanas pós COVID-19. Entendeu-se então que a população mais exposta ao contágio é a que possui baixa renda, que necessita utilizar o transporte público, a que sofre com a falta de saneamento básico e consequentemente, apresenta dificuldade em cumprir o isolamento social sem perder seu sustento por completo. Assim, há nas redes sociais um discurso afirmando que o coronavírus é uma forma de ensinar as pessoas a serem empáticas, solidárias e a acreditarem em um futuro melhor, porém, refletiu-se que o amanhã pode não ser bom para aqueles que continuam na luta. Enquanto alguns acreditam que a sociedade pós-covid será melhor, é preciso pensar que esse não é um processo natural, torna-se necessário a intervenção do Estado (CALMON, 2020).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões levantadas no Grupo de Estudos em Relações Raciais (GERR) advindas de materiais teóricos que fomentam a precarização das condições de trabalho e de saúde que perpassam as trabalhadoras negras no Brasil foi possível concluir a existência de fragilidade no acesso as informações sobre os direitos trabalhistas que estão ligadas a discriminação e desvalorização laboral. Em tempos de pandemia essas questões se tornaram ainda mais evidentes, pois demonstram sua relação com racismo e sexismo enfrentados por trabalhadoras negras.

A experiência serviu para evidenciar a urgência em atualizar as trabalhadoras negras sobre as mudanças legislativas que ocorrem no seu setor, para que situações de subalternização e precarização das condições laborais sejam questionadas e revertidas pelo empoderamento. Além disso, é fundamental que em circunstâncias de calamidade pública, que se apresenta ao Estado nesse momento, sejam reavaliadas condições laborais alternativas levando em consideração as particularidades existentes em cada população e cada grupo racializado, visto que as condições de isolamento social como estratégia de contenção à propagação do Covid-19 é um direito urgente e político.

REFERÊNCIAS

CALMON, Tricia Viviane Lima. As condições objetivas para o enfrentamento ao COVID-19: abismo social brasileiro, o racismo, e as perspectivas de desenvolvimento social como determinantes. **NAU Social**, v. 11, n. 20, p. 131-136, 2020.

DALTRO, Mônica Ramos; DE FARIA, Anna Amélia. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019.

DE CÁSSIA PINTO, Ellen; FERNANDES, Filipe Santos. Escravidäo como un etno para matemáticas no Brasil: a população negra feminina frente à pandemia do novo coronavírus. **Revista Latinoamericana de Etnomatemática Perspectivas Socioculturales de la Educación Matemática,** v. 13, n. 1, p. 67-85, 2020.

DE OLIVEIRA SPOSATI, Aldaiza. COVID-19 Revela a Desigualdade de Condições da Vida dos Brasileiros. **NAU Social**, v. 11, n. 20, p. 101-103, 2020.

DE OLIVEIRA, Anita Loureiro. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia da COVID-19. **Revista Tamoios,** v. 16, n. 1, 2020.

FERREIRA, Carolina Nardi Lopes et al. PERCEPÇÕES DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS SOBRE DIREITOS LABORAIS E IMPACTOS NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 29, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

MACEDO, Yuri Miguel; ORNELLAS, Joaquim Lemos; DO BOMFIM, Helder Freitas. COVID–19 no Brasil: o que se espera para população subalternizada?. **Revista Encantar- Educação, Cultura e Sociedade,** v. 2, p. 01-10, 2020.

ONU Mulheres. Trabalhadoras domésticas fazem campanha por direitos durante a pandemia. Covid-19 e articulam apoio da cooperação internacional. Disponível em:

http://www.onumulheres.org.br/noticias/trabalhadoras-domesticas-fazem-campanha-por-direitos-durante-a-pandemia-covid-19-e-articulam-apoio-da-cooperacao-internacional/ Acesso em 30 mai 2020.

PIRES, Roberto Rocha C. **Os Efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da Covid-19**: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

REIS, Angélica Cunha dos et al**. Mulheres, trabalho doméstico não remunerado e informalidade laboral.** Uberlândia: Editora Universidade de Uberlândia, 2019.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. **População Negra e Coronavírus (COVID-19):** algumas notas. D'Cimarrón, n. 5, 2020.

PINHEIRO, Luana Simões; TOKARSKI, Carolina Pereira; VASCONCELOS, Marcia. Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. 2020.

CAPÍTULO XXXII

A SENZALA MODERNA É O QUARTINHO DA EMPREGADA: SIGNIFICADOS, RESSIGNIFICAÇÕES E RESISTÊNCIA EM RELATOS PUBLICADOS NA INTERNET

Emilly Gabriela Menezes Franco[1]

[1] Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá. Licenciada e Bacharel em Ciências Sociais pela mesma Instituição. E-mail: pg403326@uem.br. Telefone: (44) 99710-9482.

RESUMO

A presente pesquisa busca compreender como se constroem os discursos produzidos por trabalhadoras domésticas através de relatos publicados na página do Facebook *Eu, Empregada Doméstica*. Buscando discutir aspectos que interessam as discussões dos campos de Gênero e Pensamento Social Brasileiro, o estudo em questão investiga os relatos enquanto discursos sobre si produzidos por sujeitos silenciados pelas narrativas oficiais, relatando situações de abuso e violência sofridas na profissão de trabalhadora doméstica. Orientando a análise desses discursos a partir dos conceitos de gênero, raça, classe e memória, acreditamos que seja possível perceber significados, representações e subjetividades distintas sobre a sociedade brasileira, por se tratar de perspectivas vindas de indivíduos marginalizados que buscam denunciar publicamente situações vivenciadas na profissão.

Palavras-chave: Trabalho doméstico; Memória; Gênero; Relatos.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) do ano de 2013, a população de trabalhadoras(es) domésticas(os) no mundo é de 67 milhões. Desse número, um terço da população se encontra no Brasil, sendo mais de 90% das pessoas que a compõe mulheres, em sua maioria negras, com uma média de escolarização de 6,6 anos e a média salarial sendo menor do que um salário-mínimo, contabilizando R$ 739,5 em 2015[1]. Além disso, grande parte dessa população não contribui para a previdência social e uma minoria é sindicalizada, somando apenas 4%, e somente 32% possui carteira assinada, de acordo com a OIT.

[1] Dados obtidos através do relatório "Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça", do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dividido em 12 eixos temáticos, cujo um destes é "Trabalho Doméstico Remunerado". O estudo compila dados coletados da PNAD Contínua, do ano de 1995 a 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

A partir dos dados expressados, é possível traçar um retrato do emprego doméstico no Brasil, marcado por desigualdades de gênero, raça e classe. Além do que se pode obter analisando somente os dados estatísticos sobre a profissão, outros aspectos também podem contribuir na composição desse retrato do serviço doméstico. Historicamente, a categoria enfrenta dificuldades na conquista e efetivação de direitos trabalhistas e da regularização de sua profissão, visto que as mudanças mais relevantes em termos de direitos trabalhistas só ocorreram nas últimas décadas, principalmente com a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional nº 72, popularmente conhecido como "PEC das Domésticas", no ano de 2013.

No entanto, apesar de que essas mudanças tenham se efetivado recentemente, o histórico de luta das trabalhadoras domésticas no Brasil enquanto um movimento inicia-se por volta do ano de 1936, com a fundação da Associação profissional dos Empregados Domésticos de Santos, por Laudelina de Campos Melo, militante pela Frente Negra Brasileira (FNB) e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Já naquele momento, o objetivo era alcançar o status jurídico de sindicato, para que houvesse a possibilidade de se negociar com o Estado o reconhecimento jurídico da categoria e seus direitos trabalhistas, buscando a reivindicação da igualdade jurídica perante as outras categorias trabalhistas, visto que essa diferença as inferiorizava. Desse modo, como constata Bernardino-Costa (2007), desde a ocasião da fundação da primeira associação de trabalhadoras domésticas é possível perceber a movimentação e interação das trabalhadoras em diversos espaços da sociedade e outros atores sociais em busca de seus direitos e de condições mais dignas de trabalho e de vida. Para além das narrativas produzidas pelas trabalhadoras domésticas através dos movimentos políticos e sindicais, outras contribuições sobre o tema buscaram captar aspectos da formação da identidade, do cotidiano e dos afetos das trabalhadoras e da própria profissão, seu ambiente de trabalho, suas relações com as patroas e patrões, assunto que retomaremos mais detalhadamente na revisão da literatura sobre o tema.

Apresentado o contexto geral do emprego doméstico, se faz necessário expor mais especificamente o que se propõe o presente artigo. Assim, a pesquisa em questão busca discutir aspectos que interessam aos estudos dos campos de Gênero e Pensamento Social Brasileiro, lançando o olhar sobre as narrativas produzidas por trabalhadoras domésticas através de relatos publicados na página do Facebook *Eu, Empregada Doméstica*. De modo geral, buscou-se entender como se constroem os discursos veiculados na página e quais aspectos os permeiam, compreendendo-os enquanto saberes e experiências subalternas que evidenciam desigualdades e conflitos que são atravessados pelos eixos gênero, raça e classe. Acreditamos que ao privilegiar narrativas produzidas por sujeitos que historicamente encontram-se em

espaços de silenciamento por conta de sua posição na sociedade, seja possível perceber significados, representações e aspectos subjetivos capazes de evidenciar perspectivas distintas sobre a trajetória da sociedade brasileira, principalmente por conta dos relatos apresentarem um cunho de denúncia, ou seja, escritos para denunciarem publicamente uma situação vivenciada por quem escreve.

Posto isto, é necessário pontuar que existe uma interpretação hegemônica sobre a formação da sociedade brasileira e das relações sociais que compreende o Brasil como uma nação hierarquicamente integrada e harmoniosa em termos raciais e de classe. Essa interpretação hegemônica sobre a sociedade brasileira faz parte do que construímos como uma memória oficial (HALLBWACHS, 1990; POLLAK, 1989), no caso a memória nacional, ao passo que o que propomos neste estudo é privilegiar a análise das perspectivas excluídas e marginalizadas por essa memória oficial, justamente por se oporem a ela.

Os objetos de pesquisa em estudos realizados a partir de memórias, segundo Pollak (1989), são escolhidos preferencialmente onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes, o que acreditamos ser o caso privilegiado nesta pesquisa. Aqui, trabalhamos com a concepção de memória para Lélia Gonzalez (1984), compreendendo os usos da memória enquanto uma atitude de contraposição e resistência ao discurso oficial, ou como chama a autora, "consciência", sendo a memória uma "narrativa-outra" diante disso. Também nos amparamos nas concepções de Ecléa Bosi (2003) sobre estudos da memória, que a autora considera como um estudo "por trás do episódio".

Além disso, acreditamos que os relatos se apresentam como uma valiosa fonte de compreensão do universo das trabalhadoras domésticas, pois trazem memórias que remontam situações vividas e relatadas por elas ou por pessoas próximas (em sua maioria filhos), como também possibilitaram o estabelecimento de um espaço de compartilhamento dessas memórias, trajetórias e principalmente denúncias através dos relatos sobre si (FOUCAULT, 1996), que além de trazerem a público suas experiências (no momento de redação do presente artigo, a página conta com mais de 164 mil curtidas), também construíram uma rede de apoio e solidariedade entre essas mulheres e suas famílias, conforme é possível apreender através de seus relatos, como por exemplo:

> [...]Espero que essa página ajude, não apenas a demonstrar a realidade da vida das empregadas domésticas, mas também contribua para uma conscientização dessas

> trabalhadoras para que não aceitem de forma alguma as condições de escravidão que muitas madames ainda insistem em lhes impor (P.C, 25 de julho de 2016).[2]
>
> [...]Fico feliz de ver uma página como essa, por ser um canal de união e visibilidade para aqueles que nunca tiveram voz (M.S, 20 de agosto de 2016).[3]

Os relatos acima foram publicados na página *Eu, Empregada Doméstica*, que surge no ano de 2016, administrada por Joyce Fernandes, mais conhecida como Preta-Rara. Joyce é, atualmente, rapper, historiadora e escritora. Neta e filha de empregadas domésticas, durante sete anos de sua vida também se dedicou à profissão. Em 2009, trabalhou como empregada doméstica pela última vez. Largou o emprego após ser aprovada no vestibular da Universidade Católica de Santos. Alguns anos depois, após já ter se formado e estar atuando como professora de História, Preta-Rara resolveu compartilhar um relato em seu perfil do Facebook sobre sua última experiência como doméstica, utilizando uma hashtag criada por ela: *#EuEmpregadaDoméstica*. No mesmo dia, o relato de Joyce viralizou e diversas outras mulheres e seus familiares resolveram compartilhar suas experiências. Além de utilizarem a hashtag, todas as redes sociais de Preta-Rara também foram inundadas com os relatos. Dessa forma, Joyce resolveu criar a página *Eu, Empregada Doméstica*, para que esses relatos pudessem ser compartilhados, para que essas vozes, muitas vezes silenciadas, fossem finalmente ouvidas por outras pessoas.

A criação da página se situa num momento político muito relevante para o trabalho doméstico remunerado no Brasil. Após o início dos trâmites legais no Congresso da Proposta que ficou conhecida como "PEC das Domésticas", no ano de 2009, até a sua aprovação no Senado, em 2013; e posteriormente com a aprovação da Lei Complementar 150/2015, marcos importantíssimos para os direitos trabalhistas da categoria, as discussões sobre a profissão efervesceram por todo o país. Ainda que se reconhecesse a necessidade de tornar os direitos das trabalhadoras domésticas equiparados aos dos demais trabalhadores, ainda existia uma forte resistência por parte dos empregadores em aceitar as mudanças. Assim, a página surge no ano seguinte à aprovação da Lei Complementar, trazendo relatos principalmente de trabalhadoras domésticas sobre a profissão, em sua maioria contendo tom de denúncia,

---

[2] Os relatos são publicados em sua maioria anonimamente, possuindo apenas as iniciais (às vezes fictícias) de quem escreve, no início. Mais adiante, explicaremos a forma como esse material será analisado no decorrer da pesquisa. Disponível em: <https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/1102425813137493>. Acesso em: 20 set. 2022.

[3] Disponível em: <https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/1120001758046565>. Acesso em: 20 set. 2022.

buscando expor publicamente situações vivenciadas por elas. Por conta disso, acredita-se que a página possibilita um ambiente de visibilidade e importância para o que é trazido à tona por essas mulheres, pois ainda que os debates tenham aumentado nos últimos anos, o acesso aos espaços de fala pelas trabalhadoras ainda é dificultado, uma vez que se percebe que na mídia, por exemplo, o discurso mais adotado é o da perspectiva dos patrões[4].

Em relação ao que já se produziu sobre o emprego doméstico no Brasil, é importante ressaltar que este se constitui enquanto campo há relativamente pouco tempo, tomando força partir das décadas de 70 e 80, principalmente após a contribuição da pioneira Heleieth Saffioti, como já citado anteriormente, num movimento que buscou enfatizar aspectos da divisão sexual do trabalho e questões ligadas à condição de mulheres operárias, além de representarem um momento importante para a construção do saber científico:

> É importante lembrar que essas são as primeiras pesquisas realizadas sobre o tema no Brasil e advêm de um processo epistemológico de rompimento de se pensar e fazer ciência, mais precisamente situados nos questionamentos feministas marxistas no país. Nesse contexto as pesquisadoras fundamentavam suas pesquisas em relação à condição operária feminina, nas denúncias da opressão do patriarcado e, posteriormente, amparadas pelas noções da divisão sexual do trabalho (BRITES, 2013; apud MONTICELLI, 2017. p. 65).

Quando nos voltamos para as contribuições realizadas após os anos 80, diversos são os estudos preocupados em construir possíveis respostas para certos aspectos que são específicos da profissão, ou seja, que não fazem parte do cotidiano de outras categorias de emprego. Seja por influência de um passado marcado pela escravidão (GRAHAM, 1992; SANCHES, 1998; SOUZA, 2017; TELLES, 2011), perspectiva muito debatida nos estudos na área da historiografia e que demonstra como esse passado incide sobre a população que se ocupa no serviço doméstico ainda hoje, ou por conta de particularidades resultantes de uma cultura doméstica permeada por relações pessoalizadas e de afeto (BRITES, 2000; MONTICELLI, 2017), aspectos mais encontrados em estudos nas Ciências Sociais, especialmente a Antropologia, que apesar de reconhecerem que existe a presença de aspectos afetivos nas relações estabelecidas pelo trabalho doméstico, não ignoram que esse relacionamento mais pessoalizado também vem acompanhado de situações de abuso e exigências por parte das patroas e patrões (BRITES, 2000), ou, ainda na área das Ciências Sociais, o que se produz enquanto saberes subalternos e

[4] Durante os anos de 2018 e 2019, realizei uma pesquisa sobre a mídia e os discursos publicados em comentários de notícias sobre a PEC das Domésticas, onde foi possível perceber que boa parte das notícias e dos comentários enfatizava aspectos relacionados às perspectivas e preocupações dos patrões e patroas, sendo uma menor parte enfatizando os discursos e assuntos que interessassem as trabalhadoras.

o que se conquista pelas trabalhadoras através dos sindicatos de empregadas domésticas (BERNARDINO-COSTA, 2007). Não nos debruçaremos aqui a descrever detalhadamente aquilo que se conclui a partir de tais estudos, ao invés disso, privilegiaremos abordar rapidamente dois dos exemplos trazidos acima para direcionar àquilo que objetivamos em nossa discussão.

Mesmo abordando aspectos diferentes sobre o tema, é possível perceber complementariedades entre os estudos mencionados, que consideram que as narrativas produzidas por indivíduos subalternos tendem a ser silenciadas diante dos discursos dominantes. Exemplos desse consenso podem ser percebidos em Lorena Férres da Silva Telles (2011), que analisa os livros de inscrições e contratos de trabalho livre do fim do século XIX e investiga como era a realidade das trabalhadoras que se ocupavam do serviço doméstico da época. Esses documentos foram produzidos por oficiais da polícia, através de depoimentos de patrões e empregadas, e através disso, foi possível perceber que, apesar de encontrarem-se numa posição subalterna, as trabalhadoras recusavam as violências e opressões sofridas, mesmo numa época em que lutar contra esses aspectos era muito mais difícil. Já Joaze Bernardino-Costa (2007) constata, através do estudo sobre os sindicatos das empregadas domésticas e em grande medida se amparando nas narrativas das líderes e participantes, que o ativismo produzido por elas articula aspectos que nos permitem problematizar as narrativas hegemônicas da nação, as quais ele pontua principalmente o mito da democracia racial e o mito do bom senhor ou boa senhora.

O que ambos os exemplos demonstram é que, mesmo em espaços onde existe resistência às violências sofridas e movimentação por parte das trabalhadoras, ainda assim é muito difícil se fazer ouvir, pois por serem sujeitos subalternizados, as trabalhadoras convivem com procedimentos de exclusão dos espaços de fala, tendo suas narrativas controladas e silenciadas por esse motivo. Foucault (1996) aborda esse fator no presente trecho:

> [...]suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.
>
> Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também, é a *interdição*. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 1996. p. 8-9, grifos do autor).

Michel Foucault (1996) compreende o discurso enquanto um objeto que passa por controle e sanções pois é através dele que se conjura e se mantém as relações de poder na sociedade. Ou seja, para que algumas pessoas permaneçam destituídas de poder e seus

discursos permaneçam sem legitimidade perante a sociedade, os mecanismos de exclusão precisam se manter efetivos e é através do próprio discurso que isso ocorre, pois para Foucault, o sujeito se constitui na e pela linguagem (FISCHER, 1997). Acreditamos que, ao publicarem seus relatos na página, as trabalhadoras atuam através da astúcia da memória (GONZALEZ, 1984), encontrando uma maneira para publicizar as suas narrativas através da denúncia das opressões sofridas em serviço, operando nas "mancadas da consciência" (GONZALEZ, 1984. p. 226-227). Desse modo, além de apresentarem em tom de denúncia algo que elas consideram ter sido uma violência, as interlocutoras também se constituem enquanto sujeitas ao escreverem os discursos sobre si, compreendendo as posições ocupadas por elas e outros sujeitos ao seu redor, sua profissão, vivência etc.

Antes de abordar com mais detalhes como organizamos a nossa análise, é preciso enfatizar que a pesquisa em questão se dá em um ambiente situado no ciberespaço. Como material a ser analisado, foram coletados 368 relatos publicados na página *Eu, Empregada Doméstica*, entre a criação da página, no dia 20 de julho de 2016, até o dia 1 de novembro de 2020, data em que o último relato foi publicado (até o momento de coleta dos dados, que ocorreu entre os meses de maio e junho de 2021). É importante enfatizar que os relatos publicados não trazem muitas informações sobre quem são suas autoras e autores, justamente para que não haja a identificação de quem relata, uma vez que os relatos trazem situações de violência, abuso e constrangimento. Na maioria das vezes, a única identificação presente são iniciais dos nomes de quem escreve, juntamente com a cidade de residência (ou de ocorrência do relato em questão). Além disso, a página também publica anúncios de emprego abusivos enviados também pelas trabalhadoras, notícias e cursos de formação direcionados às trabalhadoras, mas que não fazem parte dos materiais a serem analisados no decorrer da pesquisa por serem materiais que trazem discussões que se distanciam dos objetivos propostos, que enfatizam justamente as narrativas produzidas pelos relatos.

Posto isto, ao delinear o caminho metodológico da pesquisa, são necessárias algumas considerações. Primeiro, as narrativas das sujeitas aqui escolhidas enquanto fonte para o estudo são entendidas enquanto saberes e experiências que passaram, durante a vida dessas sujeitas, por processos de silenciamento e marginalização, por conta de seu gênero, sua raça e sua classe. Por isso, esses três conceitos são para nós muito importantes enquanto categorias de análise, como enfatiza Scott (1990):

> "Nós estamos aprendendo", escreviam três historiadoras feministas "que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é demais dizer que

> ainda que as tentativas iniciais tenham sido hesitantes, uma tal metodologia implica não somente uma nova história de mulheres mas também uma nova história". A maneira pela qual esta nova história iria, por sua vez, incluir a experiência das mulheres e dela dar conta dependia da medida na qual o gênero podia ser desenvolvido como uma categoria de análise. Aqui as analogias com a classe e com a raça eram explícitas; de fato as pesquisadoras feministas que tinham uma visão política mais global, invocavam regularmente as três categorias como cruciais para a escrita de uma nova história. O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalava, em primeiro lugar, o envolvimento do/a pesquisador/a com uma história que incluía as narrativas dos/as oprimidos/as e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão e, em segundo lugar, uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos (SCOTT, 1990. p. 73).

Portanto, para abordar um tema que permeia a vida de mulheres pobres e negras, é necessário que se faça esse exercício de compreensão de que as desigualdades estão organizadas, ao menos, nesses três eixos. Para se realizar uma abordagem que esteja disposta a romper com as antigas formas do saber científico, é necessário incluir esses eixos nas categorias de análise.

Buscando compreender essas narrativas, trabalhamos com as contribuições do campo da produção e análise dos discursos, principalmente a partir da perspectiva de Michel Foucault. Além disso, acreditamos ser indispensável a apropriação dos estudos produzidos a partir do feminismo, em especial o feminismo negro, e como este último opera o conceito de memória, conforme já citado anteriormente, como aborda Lélia Gonzalez (1984):

> Por isso, a gente vai trabalhar com duas noções que ajudarão a sacar o que a gente pretende caracterizar. A gente tá falando das noções de *consciência* e de *memória*. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela prá tudo nesse sentido. Só que isso ta aí... e fala (GONZALEZ, 1984, p. 226-227, grifos da autora).

Portanto, a consciência é justamente a expressão da exclusão dos aspectos evocados pela memória, que se utiliza de todos os mecanismos possíveis (e oficiais) para o apagamento da história e do discurso das mulheres negras, sendo este o motivo pelo qual o conceito de memória é para nós tão importante na análise dos discursos.

Pois, se existem espaços onde os discursos considerados legítimos circulam, da mesma maneira que existem sujeitos autorizados a proferi-lo; por outro lado existem espaços, sujeitos e discursos que passam pelos processos de exclusão mencionados por Foucalt, possuindo

menos ou nenhuma legitimidade perante a sociedade, fazendo com que estes sujeitos precisem travar longas batalhas para conquistas espaço e legitimidade a força. Tais espaços, sujeitos e discursos, por outro lado, não deixam de existir e, conforme Lélia Gonzalez (1984) expõe, possuem estratégias para se fazerem ouvidos, se expressando "através das mancadas do discurso da consciência", criando caminhos onde outrora não existiam, falando onde anteriormente não se tinha autorização, escrevendo, protestando e, neste caso, postando.

Na elaboração dos relatos da página, é importante compreender que neste caso o relato sobre si não é uma simples narrativa sobre si, estando sua elaboração intrinsicamente ligada a relações de poder e expectativas dos sujeitos em situar suas narrativas dentro de um contexto. Diferente de outros tipos, o relato de si "não se baseia apenas na prática do relato comum ("contar uma história") mas refere-se a um espírito crítico de fabulação moral capaz de dar conta das próprias atitudes em relação ao *ethos* vigente em um determinado espaço (MARQUES et al., 2022, p. 31). Desse modo, além do relato de si mobilizar maneira como o sujeito reflete sobre suas experiências e identidade a partir do gesto político de elaborar uma narrativa sobre si, ele também questiona sistemas e padrões que organizam as visões de mundo e hierarquias de uma sociedade (BUTLER, 2015).

Nesse sentido, o exercício do querer "tornar público" aquilo que se viveu relaciona-se com:

> [...]assumir o controle da própria vida, tornar-se sujeito de si mesmo pelo trabalho de reinvenção da própria subjetividade possibilitada pelo relato de si. Trata-se de tornar autor do próprio *script*, a partir de uma relação específica do indivíduo consigo mesmo (MARQUES *et al*, 2022, p. 33).

O dito se torna, portanto um resultado da constituição do sujeito através do ato de dizer – ou, neste caso, escrever. Em diversos relatos, é possível perceber que primeiro se evoca uma experiência do passado, muitas vezes dolorosa, seguida de um desfecho otimista do presente ou de um futuro que se almeja, conforme o seguinte relato:

> Ola Preta Rara
>
> Acompanho a pagina desde a primeira semana, sou representada por cada relato que é publicado e me emociono, vou as lagrimas com cada um pq sofri quase todos os abusos aqui relatados, e assim como em vários quebrei o protocolo tb, nasci em uma geração de empregadas domesticas, e decidi que ia me formar e que aquela não seria minha realidade e menos ainda seria o destino das minhas 2 filhas, poderia ate ser a escolha delas pq ai não posso mandar, mas o destino não, debaixo de um trabalho de muita humilhação por eu ser gorda, pobre, mãe solteira e na verdade por existir, passei no ENEM duas vezes seguidas, na primeira terminei o Ensino Médio e saí desse trabalho horrivel, no segundo pra conseguir uma bolsa na faculdade, ja tinha assumido um novo trabalho também como doméstica mas estava decidida a manter esse trabalho ate o fim da minha faculdade, e assim fiz, hoje acabei de me formar em Serviço Social, ainda não exerço minha profissão e trabalho na limpeza de uma empresa terceirizada, mas tenho

> a certeza que ja dei um grande passo e o mais importante pra minha libertação desse trabalho tão importante mas porem de tanto sofrimento as trabalhadoras que é ser empregada doméstica (26 de outubro de 2016, relato de K. A. F.)[5].

K. A. F. não nos apresenta uma memória pontual no seu passado, por outro lado ela aponta que sofreu quase todos os tipos de situações compartilhada sem outros relatos da página e, ainda que ao fim do relato ela apresente que ainda não trabalha no emprego almejado da sua área de formação, ela considera o fato de se formar em um curso superior "um grande passo" em sua vida.

Um outro aspecto comum que perpassa os relatos é a menção à sobrecarga que as trabalhadoras domésticas são submetidas, como no caso do relato de S. L.:

> Hoje estou formada, mas jamais esquecerei os 5 anos angustiantes que vivi dentro daquela casa, olhares de insatisfação e de quem acha que não fiz mais que minha obrigação, fui "babá" (cozinheira, arrumadeira, faxineira, passadeira) ouvia reclamações pelos cantos pois não dava conta do serviço, era muita coisa, fazia minha faculdade de manhã e trabalhava de meio dia as 10 da noite mas tinha que dar conta do serviço e no meu último ano de emprego nesta casa adoeci eu não aguentava mais estava exausta e estressada, psicologicamente e fisicamente, a patroa era abusada chegava em casa tirava a roupa que estava usando e jogava no chão não podia sequer colocar no cesto, como chegava á noite precisava de alguém para lhe servir o jantar e fazer seu suquinho, e esse também era o horário que eu estava ajudando as crianças a fazer tarefa de casa eu não conseguia ajudar o mais novo, pois se a mãe chegasse enquanto estava estudando ele corria até ela e depois ia direto para a televisão, eu falava com ela que ele estava fazendo tarefa mas eu só ouvia "deixa que depois eu faço com ele" e ela nunca fazia, no outro dia na faculdade recebia ligação do pai me cobrando a tarefa do filho que estava pela metade, eu chorava mas chorava pq n era culpa minha e n adiantava falar o q tinha acontecido afinal a responsabilidade era minha.(OBS: Um dia o patrão esqueceu o celular em casa e liguei para ele e ví que meu nome estava salvo como "mala" no celular dele, que falta de respeito isoo me corroeu por dentro doeu de verdade). Um dia fui dormir sem ela ter chegado em casa (Já era 22:30), no outro dia ela estava muito revoltada pois era um absurdo ela mesma ter que esquentar seu jantar. Essas coisas magoavam mas eu precisava terminar a faculdade. Eu me sentia cansada o tempo todo, sem forças não comia direito, meu psicológico estava afetado de tanto eu ouvir indiretas que não podia comer as frutas da casa, nem algumas verduras pois eram da família eu sempre odiei mesquinharia, sentia vergonha daquela gentalha. No último ano que estive lá emagreci muito estava com 40 quilos, sem energia para trabalhar, sem energia nem para estudar, foi aí que descobri uma doença auto imune, iniciei um tratamento, e adivinhem fui demitida, mas é claro eu doente não serviria para nada. Eu estava indo para o último ano de faculdade não tinha ninguém para me ajudar não sabia o que fazer mas Deus é maravilhoso me ajudou a conseguir outro emprego, terminei a faculdade, ainda me sinto triste quando me lembro deles já chorei muito e estou profundamente magoada com tanta ingratidão, mas sei que vai passar, vou esquecer.

---

[5] Disponível em: <https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid08sWzpgx7XxnBxjPja4HAiCA2iUbmAuN9xms32SvYHHHqi3tHnMHJG3mujnbsuREyl>. Acesso em: 20 set. 2022.

> Obrigada pela oportunidade de desabafar (14 de fevereiro de 2017, relato de S. L.)[6]

Ela expõe que se sentiu magoada pelo tratamento recebido, pelas cobranças de responsabilidades que não eram suas, por impedirem que ela comesse os mesmos alimentos e por descobrir um apelido ofensivo dado pelo patrão. Além disso, as trabalhadoras domésticas passam por inúmeros processos de silenciamento durante o exercício de sua profissão, suportando uma série de situações consideradas injustas e violentas por elas, mas permanecendo no emprego por conta da necessidade, no caso de S. L., para terminar os estudos. Tais situações ficam na memória e, com a oportunidade de compartilharem para outras pessoas através da página, elas o fazem. Por esse motivo, a maioria dos relatos possui esse tom de desabafo, por um lado, e de denúncia por outro.

Muito parecido com o relato acima, T. R. conta:

> Comecei a trabalhar como empregada doméstica por uma indicação de uma amiga, fiquei super empolgada com o salário fui fazer a entrevista na casa da madame quando eu vi a casa pensei: será que eu vou dar conta? Mas como a necessidade falou mais alto fui trabalhar de segunda à sábado cuidando da limpeza da casa e de duas crianças. Já no primeiro dia a madame me tratou mal, até então relevei. As coisas foram piorando a cada dia, passei por tanta humilhação quando alguma coisa não saía do jeito dela era horrível, minha paz acabava. Ela jogava roupas no chão para eu pegar deixava catarro na pia, calcinha suja de menstruação ... mandava eu sair da casa prq ela queria ficar sozinha, eu tinha que almoçar depois de todos lá pra quase 15:00 . Minha vida pessoal foi afetada demais por isso porque todos os dias era um estresse nada que eu fazia estava bom, chegava na casa da madame tinha um texto enorme na cozinha sempre reclamando das coisas. Ela me obrigou a assinar folha de ponto, eu tinha que ligar do fixo da casa para o celular da madame sendo que minha carteira não foi assinada, e exigiu que eu fizesse um relatório do que eu tinha feito na casa. Minha vida se tornou um inferno, vivia com medo e oprimida. Me xingou me humilhou muito e eu acabei desistindo. Hoje estou bem e agradeço pela iniciativa eu vivia com isso engasgado na garganta (29 de julho de 2016, relato de T. R.)[7].

Ambas as narrativas possuem pontos em comum: além do acúmulo de funções, ambas as trabalhadoras relatam terem sido maltratadas pelas empregadoras, não podiam comer as mesmas coisas e nem junto da família, além de terem sido emocionalmente afetadas por tais experiências, alegando se sentirem “profundamente magoada” e “com medo e oprimida”.

Por último, algo importante a ser citado sobre os relatos é que, apesar de buscarem denunciar situações, eles são publicados de maneira anônima. No entanto, mesmo tendo

---

[6] Disponível em: <https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02ooKuTRSbDUfiAczyB9QYrxvYmAWVWxm7JCDHXYbZJn8d6iD4MVkuJbqxpbszpBbql>. Acesso em: 20 set. 2022.

[7] Disponível em: <https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0gTQdzEsi1HhGAVxr2AZcV1FcTEyHvEpcGxT8LYiUNNnPQH45Kvas39NrLm59B843l>. Acesso em: 20 set. 2022.

escolhido não se identificarem, o processo de compartilhar suas narrativas parece ter sido de grande importância em todos os relatos.

> Oi, tudo bem?
>
> Vi sua página no Facebook achei linda e digna sua iniciativa, finalmente vamos ter voz e pensei em compartilhar meu relato aqui mesmo que anonimamente (por favor, não quero ser identificada) [...]. (23 de dezembro de 2016, relato de H. O. E.)[8]

O que se pode concluir, até o momento, é que a página surge em um momento de grande visibilidade nas discussões sobre o trabalho doméstico remunerado, trazendo perspectivas protagonizadas por trabalhadoras domésticas e escritas justamente para tornar público as situações do convívio particular que a profissão permeia. Por conta disso, ainda que exista a intenção de denunciar, os relatos são publicados anonimamente pela insegurança de que a denúncia seja descoberta, mas que ainda assim é feita.

Se denuncia, basicamente, tudo aquilo que é considerado por elas como injusto, violento ou que fere de alguma forma os seus valores: ser diferenciada da família contratada, não ter seu trabalho valorizado, não ter seus direitos trabalhistas cumpridos; além de situações contendo violências físicas, racismo, assédio sexual etc; que não foram mencionadas no artigo por conta de sua extensão. Além da denúncia, buscou-se também ressignificar as memórias sobre si através da escrita, já que muitos relatos apresentam um horizonte otimista do futuro, um desfecho presente "feliz" em oposição às violências sofridas e relatadas. As trabalhadoras buscaram, sobretudo, compartilhar uma parte de suas vidas e de sua profissão, querendo acima de todas as motivações, serem lidas por outras pessoas.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Maria Elisabete Arruda de; SANTOS, Taís Valente dos (Org.). **Memória feminina: mulheres na história, história de mulheres**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2016.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicato das trabalhadoras domésticas no Brasil: Teorias da descolonização e saberes subalternos.** Brasília, 2007. 274 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Brasília.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Gênero, raça, classe: Opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades**. Mediações - Revista de Ciências

[8] Disponível em: <https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02A3Sptm8sPV89CnVXzcCNMab43TnbtK5o6KYhVQs7boK6YUf7Zpq4dX33oPbbx7jyl>. Acesso em: 20 set. 2022.

Sociais [online]. 2015, v. 20. n. 2. p. 27-55. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p27>. E-ISSN: 2176-6665.

BOSI, Ecléa. O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRITES, Jurema. **Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico**. Porto Alegre, 2000. 238 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autência Editora, 2015.

FISCHER, Beatriz Daudt. **Foucault e histórias de vida: aproximações e que tais**. Revista História da Educação, Pelotas. v. 1, n. 1, 1997.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Arqueologia do Saber**. São Paulo: Forense Universitária, 2009.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984. p. 223-244.

_____. Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAHAM, Sandra. Caetana diz não: Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1960-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MONTICELLI, Thays Almeida. **Diaristas, afeto e escolhas: Ressignificações no trabalho doméstico remunerado**. Curitiba, 2013. 160 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná.

MUNIZ, Lorena. Eu Empregada Doméstica: uma análise da relação colonial entre patrões e empregadas domésticas brasileiras a partir de relatos compartilhados no Facebook. Dignidade Re-Vista, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 9, dez. 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PIOVEZANI, Carlos *et al* (Org.). **Presença de Foucault na Análise do Discurso**. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. v. 2. n. 3. 1989. p. 3-15.

PRETA-RARA. Eu, Empregada Doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, Edgardo (Org.). A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. CLACSO, Buenos Aires, 2005.

RAGO, Margareth. A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade [online]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RECUERO, Raquel. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. Verso e Reverso. n. 68. v. 28. p. 114-124. São Leopoldo, 2014.

_____. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego doméstico e capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1979.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. **Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico**. Salvador, 1998. 188 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Rio Grande do Sul, 1990. v.15, n.2, jul/dez. p. 71-99. Traduzido da versão em francês.

SOUZA, Flavia Fernandes de. Criados, escravos e empregados: O serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). Niterói, 2017. 583 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEIXEIRA, Juliana. **As artes e práticas cotidianas de viver, cuidar, resistir e fazer das empregadas domésticas**. Belo Horizonte, 2015. 412 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

TELLES, Lorena Férres da Silva. **Libertas entre sobrados: Contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão**. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo.

NEOLIBERALISMO E SOCIOLOGIA FISCAL

CAPÍTULO XXXIII

TRAJETÓRIA DOS APARATOS DE DISCIPLINA FISCAL NO BRASIL: É POSSÍVEL ELABORAR UM ÍNDICE DE DEMOCRACIA FISCAL BRASILEIRO?[1]

Alessandra Soares Freixo [2]
Rafael da Silva Costa [3]

[2] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo. Mestre em Direito Constitucional pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense. Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense.
[3] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo. Bacharel em História pela Universidade de São Paulo.

RESUMO

A partir da hegemonia neoliberal iniciada na década de 70, opera-se no mundo ocidental uma transformação na concepção do papel do Estado na gerência da política econômica, especialmente em âmbito fiscal. Pressões do mercado financeiro para garantir o pagamento das crescentes dívidas públicas levam as democracias ocidentais a aplicar sucessivas medidas de disciplina fiscal. No caso brasileiro, pode-se apontar que a crise da dívida nos anos 80 é o ponto de partida para a construção de aparatos de disciplina fiscal. Nesse trajeto há três marcos: i) o acordo com o Fundo Monetário Internacional em 1983; ii) a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000; iii) a promulgação da Emenda Constitucional nº 95/2016. O artigo proposto terá como unidade de análise cada um dos aparatos de disciplina fiscal anteriormente mencionados e terá como objetivo verificar seus impactos no manejo orçamentário, através de análise das mutações legislativas operadas. Ademais, analisaremos a possibilidade de adaptação para a realidade brasileira do índice de democracia fiscal elaborado por Steuerle (2016) no intento de mensurar o impacto de legados legislativos no orçamento disponível a governos futuros.

1. INTRODUÇÃO

Se nos países capitalistas avançados do norte global a reconfiguração da política econômica para um esquema neoliberal desmontou de maneira contínua o *welfare state* do pós-guerra (Fraser e Jaeggi, 2018; Streeck, 2014), a introdução desse ideário diante do contexto

[1]Uma versão preliminar do trabalho foi publicada no sítio eletrônico do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da Universidade de São Paulo (disponível em: <https://cenedic.fflch.usp.br/>) em maio de 2021 sob o título "A institucionalização da austeridade fiscal como aspecto da consolidação da hegemonia neoliberal no Brasil". Aspectos centrais das hipóteses formuladas na versão preliminar foram alterados após discussão com pesquisadores do grupo e novas questões são apresentadas nesta versão final.

institucional brasileiro apresentará sentido distinto, que buscaremos explorar ao longo do texto. O ponto de partida escolhido, a crise da dívida da década de 80, representaria um ponto de inflexão no modelo de organização financeira estatal, uma ruptura com a estrutura desenvolvimentista caraterística da hegemonia urbano-industrial pós-1930, que orientava financeiramente o Estado no estímulo a uma política de expansão das atividades ligadas ao mercado interno (Oliveira, 2013 [1973]). Uma nova orientação surgiria do cruzamento entre a financeirização da economia promovida pelo endividamento externo feita pelo modelo desenvolvimentista e a reconfiguração da orientação geral do capitalismo para um sentido neoliberal.

Um fundamento importante do receituário econômico do neoliberalismo é a ideia de austeridade, caracterizada como uma forma de deflação voluntária em que a economia passa por um ajuste através da redução de salários, preços e gastos públicos. Segundo os defensores dessa ideologia, a melhor maneira de colocá-la em prática é o corte no orçamento público, entendido como a forma ideal para reduzir a dívida pública e evitar déficits fiscais. Essa seria uma sinalização ao "mercado" de que o Estado não iria sugar o investimento disponível através de novas emissões de dívida, nem aumentar seus débitos a níveis impagáveis, constituindo, portanto, um mecanismo de construção de confiança junto aos empresários (Blyth, 2017).

Na primeira parte do texto buscaremos mostrar a construção de um arcabouço legal de controle das finanças públicas durante as décadas de 80 e 90, institucionalizando a política de austeridade no Brasil, constituindo um aspecto específico da construção da hegemonia neoliberal. Discutiremos essa questão a partir (i) da forma pela qual a crise da dívida da década de 80 e seu impacto sobre o modelo de Estado desenvolvimentista desdobrou-se na forma que a Constituição Federal de 1988 (CF/88) tratou do tema de controle das finanças públicas; (ii) de como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) liga-se a previsões da CF/88 e institucionaliza a austeridade no Brasil; (iii) de quais entraves políticos o *ensaio desenvolvimentista* de Dilma Rousseff (Singer, 2018) enfrentou diante da austeridade institucionalizada.

Na segunda parte do texto avaliamos os impactos da criação de um estado permanente de austeridade fiscal no país através de: (i) análise da conexão entre a Desvinculação de Receitas da União e a Emenda Constitucional nº 95/2016, também conhecida como Proposta de Emenda Constitucional do "Teto de Gastos"; (ii) uso do regime de metas fiscais enquanto um *sistema de alarme* no julgamento das contas do governo federal de 2014 e 2015. Por fim, diante da possibilidade da austeridade fiscal institucionalizada reverberar na qualidade do regime democrático brasileiro, discutiremos a pertinência teórica e o possível do uso do *índice de*

democracia fiscal presente nos trabalhos de Steuerle (2016a) e Streeck (2010) enquanto indicador para avaliação quantitativa da interface orçamento-democracia.

2. TRAJETO HISTÓRICO DA AUSTERIDADE FISCAL NO BRASIL DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 AO "TETO DE GASTOS"

2.1. Crise fiscal e Constituição Federal de 1988: pacto social de compromisso com o equilíbrio das contas públicas

A crise da dívida pública brasileira do início da década de 80 marcou o início do declínio do modelo de Estado desenvolvimentista que atravessou regimes políticos diversos desde o Estado Novo, passando pela República de 46, até a ditadura civil-militar (Sallum Jr e Kugelmas, 1991). O endividamento externo foi usado como parte da estratégia de estímulo industrial posta em prática nesse período, representando uma tentativa de superar o problema do financiamento interno da expansão do capital (Oliveira, 2013 [2003]). Com a crise do petróleo de 1973, a confiança no crescimento econômico iniciado em 1967 foi abalada, e "o regime temia a instabilidade política no caso de uma desaceleração econômica acentuada ou um ajuste contracionista" (Saad Filho e Morais, 2018).

O lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento em 1974 foi a resposta do governo militar à possibilidade de uma crise de confiança da burguesia nacional. A estratégia de manutenção do crescimento econômico foi fundamentada num programa de substituição das importações calcado em investimentos em infraestrutura e expansão da base de produção industrial, plano este financiado substancialmente por empréstimos externos. Assim, subjacente ao planejamento voltado à independência do setor produtivo nacional, desenvolveu-se um gradativo processo de dependência financeira em relação ao mercado internacional de capitais (Sallum Jr. e Kugelmas, 1991).

Com efeito, um dos fatores determinantes para a crise foi o aumento da taxa de juros pelos países do norte global para combater a estagflação que viviam na segunda metade da década de 70, primeiro ponto do giro neoliberal do capitalismo ocidental (Almeida, 2014; Sallum Jr e Kugelmas, 1991; Streeck, 2014). Esse fato somado à nova elevação do patamar dos preços do petróleo em 1979, evidenciou a fragilidade do crescimento econômico conduzido pelo Estado nesses moldes.

Como resultado da difícil compatibilização dos papéis historicamente avocados pelo poder público - protetor das atividades econômicas e indutor do processo de diversificação

industrial - no início da década de 80 o "endividamento público interno surge como válvula de escape à maré montante de pressões, no sentido da manutenção da lucratividade privada e da conservação do desenho tradicional do aparelho do Estado" (Sallum Jr.e Kugelmas, 1991), na medida em que a interrupção do fluxo de capital externo associada à redução da capacidade extrativa do Estado foi acompanhada de uma crescente *estatização* da dívida externa através da absorção do déficit do setor privado. Assim, não foi o intervencionismo estatal, em si, que causou a crise fiscal da década de 80 – instalada não só no Brasil, mas na América Latina – mas sim "um fato histórico novo", consubstanciado na "decisão tomada nos anos 70 por governos não-populistas – geralmente militares e autoritários – com o apoio dos bancos credores, de contrair uma enorme dívida externa e em seguida estatizá-la" (Bresser-Pereira, 1991).

O movimento descrito acima é totalmente distinto do sentido do giro neoliberal do norte global a partir da década de 1970. A desconstituição dos marcos keynesianos dos anos gloriosos do capitalismo pós-guerra tiveram o sentido de libertar o mercado das amarras do controle da democracia de massas, que havia institucionalizado uma rede de seguridade social financiada, primeiramente pelos mecanismos de arrecadação tributária e, num segundo momento, pelo lançamento de títulos da dívida pública no mercado financeiro . A garantia de liquidez estatal nos centros do capitalismo ocidental a partir do período neoliberal começou com uma liberação do orçamento público do controle democrático por meio da legislação de consolidação fiscal nos anos 1980 e 1990, às custas da diminuição do *welfare state* (Streeck, 2014). No Brasil, a crise fiscal ocorre no momento da transição democrática e crise de um modelo voltado à garantir o eixo de acumulação característico de uma hegemonia urbano-industrial.

A partir de uma "distensão lenta, gradual e segura" para a democratização, a CF/88 representou a correlação de forças conservadoras e progressistas que disputaram a elaboração do texto normativo durante a Assembleia Constituinte de 1987, num contexto de indeterminação do próprio processo de fundação (Araújo, 2013). A previsão de direitos sociais oponíveis ao Estado foi acompanhada de um sistema tributário descentralizado, que distribuiu de maneira desproporcional o peso da tributação sobre produção e consumo, em detrimento da tributação direta e progressiva da riqueza, e retirou das mãos do governo federal parcela considerável da arrecadação dos impostos de sua competência (através dos Fundos de Participação de Estados e Municípios). Não bastasse o paradoxo inerente ao financiamento de direitos sociais via tributação regressiva (Fandiño e Kerstenetzky, 2019), a CF/88 dedica um extenso capítulo de seu texto às finanças públicas e às regras de controle fiscal (arts. 163 a 169), sinalizando que a dívida pública teria um marco regulatório com características de *pacto social.*

Apresenta-se assim, de modo contraditório, uma tentativa de institucionalizar ao mesmo tempo um estado de bem-estar social concomitante à consolidação fiscal.

Neste aspecto, a CF/88 pode ser compreendida como um desdobramento institucional do compromisso de ajuste fiscal sedimentado durante a década de 1980 e assumido pelo Estado na fundação da *nova ordem.* A compatibilidade do compromisso de manutenção do *equilíbrio das contas públicas* com os anseios partilhados pelos organismos internacionais de financiamento, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), e pela burguesia nacional se expressa através da estruturação dos marcos normativos para manejo do orçamento por meio de rigorosas vedações para consecução de despesas, criando a ideia de uma necessária responsabilidade do gestor no uso do dinheiro público. Lançadas as bases constitucionais para a ordenação financeira do Estado, a legislação que se seguiu com o propósito de sua regulamentação aprofundou a vinculação dos governos a regras rígidas de controle de despesas, numa clara sinalização ao mercado interno e externo de que a confiança na gestão pública seria perenizada por meio de uma institucionalidade que assegura o pagamento da dívida pública.

2.2. Estabilização econômica de viés neoliberal: a institucionalização da austeridade através da Lei de Responsabilidade Fiscal

Prévia e concomitantemente ao processo constituinte, o governo brasileiro encarou idas e vindas nas negociações com seus credores, sendo a relação com o FMI paradigmática das dificuldades encontradas para equacionar as questões fiscais com as políticas. As exigências feitas pelo *staff* da instituição financeira no primeiro acordo firmado, o *Extended Fund Facility* (EFF) de 1983, tais como desindexar a correção automática dos salários do funcionalismo público e estabelecer metas precisas para a redução da inflação, não foram cumpridas nem pelo governo militar, nem pelo governo Sarney devido à inviabilidade política das propostas (Almeida, 2014). O forte caldo de mobilização social do período, denotado pelo grande número de greves (Noronha, 2009), impunha um limite às possibilidades dos interesses dos atores financeiros junto ao governo.

Devido à inoperância governamental ante as exigências da instituição financeira internacional, o palco da discussão da crise fiscal deslocou-se para o chamado “Clube de Paris”, instituição informal que reúne um clube de países credores da Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) . O governo brasileiro tentava negociar acordos diretamente com seus credores, mas a instabilidade política do período de transição da ditadura civil-militar à democracia impedia avanços substantivos à negociação de tal modo que os impasses levaram

até a moratória de 1987. A declaração formal de incapacidade de honrar o pagamento dos empréstimos, mesmo após o acesso a uma linha especial de US$90 bilhões no período inicial da crise (Almeida, 2014), marcaria o debate sobre o orçamento público no país daí para a frente. A "confiança dos mercados" teria de ser recuperada através de mudanças institucionais.

O *pacto social pelo equilíbrio das contas públicas* descrito na seção anterior do texto foi feito diante desse cenário e ainda assim apresentava-se aquém das exigências dos credores. A questão da correção automática dos salários do funcionalismo, por exemplo, se não mais presente no ordenamento jurídico também não era vedada, já que a regulamentação ficou postergada para Lei complementar (redação original do art. 169 da CF/88). Criou-se também uma série de peças de leis orçamentárias para detalhar os gastos públicos através do art. 165 da CF/88 (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamento Anual), mas com definição bastante aberta, sempre legando à legislação complementar preenchê-las com sentido estrito. Desse modo fica evidenciado um certo equilíbrio de forças na elaboração orçamentária constitucional, em que já está presente o esqueleto de uma disciplina fiscal mais próxima ao interesse dos credores da dívida pública, mas sem a presença evidente dos ideais de austeridade fiscal.

Algum outro conjunto de medidas seria necessário para que o país saísse da moratória e pudesse recuperar a confiança do mercado financeiro internacional. Era dominante para esse setor à época o receituário presente no decálogo do "Consenso de Washington" para solução da crise brasileira. Em linhas gerais, era proposta a estabilização da economia através de um ajuste fiscal rigoroso, da liberalização e da privatização da economia para que o mercado desempenhasse o papel fundamental (Bresser-Pereira, 1991).

Uma fração do programa descrito acima foi institucionalizada durante o governo Collor (1990-1992) através da abertura comercial e aprovação da legislação que permitia privatizações de setores da economia controlados diretamente pelo Estado. No entanto, o ajuste fiscal "definitivo" ainda demoraria para vir. A opção inicial do Plano Real (fev/1994) foi estabelecer um combate à hiperinflação do período através de altíssimas taxas de juros e taxa de câmbio valorizada (Sallum Jr., 1999). É interessante sublinhar a semelhança do viés dessa política com aquela adotada em meados da década de 70 nas economias capitalistas avançadas do norte global, também no sentido de conter a inflação em seus países (Streeck, 2014). Na esteira da estabilização monetária obtida pela tática, há a suspensão da moratória de 1987 e eleição para presidência da República do Ministro da Fazenda responsável pela condução do programa, Fernando Henrique Cardoso.

Em paralelo a estabilização obtida no primeiro mandato de Cardoso (1995-1998), ocorre um declínio das agitações sociais que marcaram o país até o *impeachment* de Collor, tendo como um dos indicativos desse movimento a redução do número de greves, especialmente a partir de 1997. Nogueira (2009) considera que um dos elementos para a regressão em relação ao padrão da transição democrática foi a melhoria dos indicadores econômicos no período. Também é possível considerar a hipótese que o duro trato do governo federal à greve dos petroleiros em 1995 tenha debilitado o movimento sindical no período ao sinalizar intransigência no trato com movimentos grevistas (Sallum Jr., 1999).

De todo modo, ao ter de encarar uma nova crise financeira mundial entre 1997 e 1998, o governo da época já não enfrentava a mesma pressão vinda das ruas que seus predecessores tiveram de lidar para tocar a agenda econômica e social. A moratória russa (1998) abriu a possibilidade do país obter uma linha de crédito preventiva oferecida pelo FMI, Banco de Compensações Internacionais (BIS) e países-membros do G-7. Desta vez, as instituições financeiras colocaram como exigência do empréstimo um ajuste fiscal com redução dos gastos públicos equivalente a 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), que seria monitorado pelo *staff* das instituições (Almeida, 2014).

Diante desse contexto e a fim de garantir a confiança dos credores, institui-se o Programa de Estabilização Fiscal (out/1998) que estabelece previsões de poupança orçamentária nos gastos correntes do governo condizentes com uma relação desejável de PIB e dívida pública, um acúmulo de resultados positivos configura um superávit do resultado primário. Essa iniciativa representa o primeiro passo no sentido da institucionalização da austeridade fiscal, a ser consumada pela aprovação da LRF, no segundo mandato de Cardoso (2000), com o regime de metas fiscais (Leite, 2011).

A LRF conecta-se à CF/88 pelo fato de ser uma Lei complementar responsável por regulamentar o abrangente art. 163 da Carta Magna. O compromisso genérico com a manutenção do equilíbrio das contas públicas, resultado de um pacto social realizado num momento de intensa mobilização popular, é preenchido pelo conteúdo político da austeridade justamente num momento de refluxo da agitação nas ruas. Além da previsão do Anexo de metas fiscais (art. 4º, §§ 1º e 2º), também são estabelecidos limites e controles de gastos com pessoal dos três poderes, em todas esferas da federação (arts. 19, 20, 21 e 22). Ambas medidas têm forte ressonância dos preceitos sobre finanças públicas do "Consenso de Washington", visando controlar, ou até mesmo reverter, um suposto tamanho excessivo da máquina estatal (Bresser-Pereira, 1991).

O regime de metas fiscais, conforme institucionalizado pela LRF, serviria para aferir quanto das despesas correntes da atividade estatal foram poupadas para garantir uma trajetória controlada da relação PIB-dívida, em outras palavras, para garantir a liquidez do Estado frente a seus credores. Seu resultado positivo ou negativo não está diretamente relacionado ao desempenho da economia real, mas quanto teria ou não sido poupado para pagamento da dívida pública. Trata-se, portanto, de um *indicador político acoplado a um indicador econômico*, já que serviria para medir o grau de austeridade do governo num determinado exercício fiscal. Nesse sentido, cumpre dupla função: uma econômica, ao calcular o montante poupado para o pagamento do serviço da dívida; outra política, ao demonstrar aos credores o quanto o governo esteve comprometido com a ideologia neoliberal.

Desse modo, a austeridade passou a integrar a ordem do Estado brasileiro, inserindo um novo conteúdo político ao regramento constitucional acerca das finanças públicas. No entanto, a formalização da hegemonia neoliberal em âmbito fiscal não era garantidora, por si só, de que o desempenho econômico do país iria prosperar. O segundo mandato de Cardoso (1999-2002) já de início foi marcado por um retorno moderado da inflação e empobrecimento da população (Sallum Jr., 1999). As medidas de liberalização da economia desmancharam o modelo de Estado desenvolvimentista sem apresentar uma saída ao setor produtivo, especialmente o industrial, que sem esse apoio viveu um período de espasmos de crescimento intercalados por momentos de forte retração (Diniz e Boschi, 2003).

Diante desse cenário, abriu-se a possibilidade à força política que durante as décadas de 80 e 90 esteve associada às manifestações públicas contrárias a aplicação do ideário neoliberal, o Partido dos Trabalhadores (PT), formar uma coalizão capaz de amalgamar setores sociais diversos prejudicados pela nova ordem. Sua "segunda alma", a do Anhembi (Singer, 2012), formulou um programa que buscava unir a classe trabalhadora empobrecida e os setores produtivos em torno de uma agenda de inclusão social sem rupturas institucionais. Isso significava, do ponto de vista fiscal, manter o respeito à institucionalização da austeridade.

2.3. Reformismo fraco, ensaio desenvolvimentista e novo ajuste fiscal: o lulismo e a institucionalidade austera

O primeiro governo Lula, eleito sob a marca da "Carta ao povo brasileiro", manteve compromisso com a disciplina fiscal, chegando a aplicar no primeiro mandato um ajuste superior ao feito no último ano de mandato de Fernando Henrique Cardoso (Almeida, 2014). O lulismo inseriu interesses do trabalho no orçamento público e buscou equilibrá-los com os interesses do capital, caracterizando-se como um "reformismo fraco sem confrontamento da

ordem" (Singer; 2012). Operou desse modo transformações significativas na ordem social, na medida em que incluiu parcela expressiva do *subproletariado* no processo de distribuição de renda, através de uma política de combate à pobreza, num quadro de manutenção da estabilidade macroeconômica, anunciado já no primeiro ano de seu mandato.

À adoção de uma política econômica conservadora nos primeiros meses de 2003, seguiu-se um processo de gradual implementação de políticas sociais de transferência de renda e estímulo ao mercado interno – sem confronto com o capital –, viabilizadas por uma conjuntura econômica favorável, mas decorrentes de uma orientação de natureza política. Assim, "o pulo do gato de Lula foi, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, construir substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, corresponde a *nada mais nada menos que a realização de um completo programa de classe* (ou fração de classe, para ser mais exato)" (Singer, 2012).

O processo de realinhamento eleitoral ocorrido em 2006, efeito da construção de uma base lulista durante o quadriênio anterior, consolidou o *lulismo* como fenômeno portador de diferentes sentidos e o Partido dos Trabalhadores como a síntese de duas almas, na medida em que, operando por dentro da *ordem*, colocou em marcha o programa de redução das desigualdades na esteira do crescimento econômico sem rupturas críticas com os interesses do capital. A partir da mudança de conjuntura provocada pela crise internacional de 2008 somou-se às políticas de combate à pobreza um conjunto de políticas anticíclicas, no sentido de proteger o setor produtivo, o emprego e a renda (Singer, 2012). Desse modo, sem romper com o arcabouço de disciplina fiscal, o lulismo dava mais espaço à agenda da coalizão produtivista em âmbito orçamentário através de estímulos governamentais diretos.

Posteriormente, tal experiência foi aprofundada pelo ensaio desenvolvimentista do primeiro mandato de Dilma, em que há um papel do Estado como indutor da economia equiparável ao período do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979). O *sonho rooseveltiano* de reindustrialização nacional (Singer; 2018) através da adoção de uma massiva política de investimentos voltada ao setor produtivo associada à *Nova Matriz Econômica,* foi uma tentativa ousada de manter o crescimento, num ambiente de crise financeira internacional, e acelerar o processo de redução das desigualdades com formalização de postos de trabalho. Dilma, que foi eleita sob os auspícios do *lulismo,* apostou numa política *antiliberal*, ao vislumbrar a possibilidade de uma "coalizão de forças entre industriais e trabalhadores" (Singer, 2016) e, ao mesmo tempo, enfrentar interesses poderosos do capital financeiro.

Durante o primeiro mandato, o governo federal adotou medidas de nítido caráter intervencionista, demonstrando a potencialidade do Estado como indutor do desenvolvimento

econômico. Com o objetivo de fomentar o investimento por parte do setor produtivo, o governo apostou em várias frentes de atuação: redução dos juros, uso intensivo do BNDES, aposta na reindustrialização, desonerações, plano para infraestrutura, reforma do setor elétrico, desvalorização do real, controle de capitais e proteção ao produto nacional (Singer, 2016).

Mas a consecução de um projeto deste porte exigia uma base de sustentação à altura. O que se seguiu à *batalha dos spreads* de 2012 (Singer, 2018), acompanhada de um discurso público do governo sobre a exorbitância dos juros praticados pelo sistema financeiro, e à reforma do setor elétrico foram acontecimentos que se desdobraram em várias frentes e encontraram convergência no gradual abandono ao *ensaio desenvolvimentista*. Os movimentos de junho de 2013, a seletividade da operação lava-jato, o baixo crescimento econômico em 2014 não impediram a reeleição de Dilma, mas contribuíram para que seu breve segundo mandato transcorresse num clima de instabilidade política e crise.

Num cenário de baixo crescimento econômico e queda na arrecadação tributária, a manutenção de programas sociais, política de valorização do salário-mínimo e aportes para continuidade da prestação de serviços públicos dependeria, dentre outros fatores, da expansão das bases tributáveis que manifestassem riqueza, como pretendeu Dilma ao cogitar a volta da CPMF[2]. Sendo múltiplos os focos de pressão e de resistência, já sem apoio da *coalizão produtivista*, o governo realizou cortes em gastos sociais, o que revelou a permeabilidade do discurso de "adoção de uma fiscalidade austera como reação a um contexto de crise econômica" (Silva e Tavares, 2020). Assim, a pressão distributiva, na perspectiva dos gastos públicos, pode mobilizar o aparato ideológico da austeridade, que funcionaria, nesse caso, para "bloquear o avanço das demandas por redução das desigualdades" (Rugitsky, 2015).

Nesse sentido, o encontro do *ensaio desenvolvimentista* com aparatos legais de controle orçamentário, fundados em ideais de austeridade fiscal, não perdurou. A incapacidade no alcance da meta fiscal ao longo 2014 serviu como arma política da *coalizão rentista*, neste momento já apoiada pela burguesia industrial que abandonara a *coalizão produtivista* ao longo de 2013, para defender um forte ajuste, aplicado no segundo mandato de Dilma, abreviado por um golpe parlamentar (Singer, 2018). De fato, os reclames urgentes pelo ajuste fiscal vocalizados num cenário em que não se mostraram resultados positivos a partir da aplicação

[2] MOREIRA, Assis. Aprovar a CPMF é fundamental para fechar as contas, diz Dilma. **Valor Econômico**, Belek (Turquia), 16/11/2015. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2015/11/16/aprovar-a-cpmf-e-fundamental-para-fechar-as-contas-diz-dilma.ghtml>. Acesso em 05/05/2021.

da Nova Matriz Econômica, de certa forma, encontraram seu canal de expressão no pretenso discurso formalista a respeito da violação de dispositivos constitucionais de preservação das finanças públicas. Prova disso foi o pedido de impeachment de Dilma que teve como prelúdio a rejeição das contas de 2014 do governo federal, pelo Tribunal de Contas da União.

Sob o manto da análise técnica a respeito do descumprimento da lei orçamentária, se articula a ação política em torno da ideia de que "sem um ajuste de caráter permanente que sinalize um equilíbrio duradouro das contas públicas, a economia não vai retornar seu crescimento e a crise deve se agravar ainda mais", da qual a *Ponte para o futuro,* construída e lançada pelo PMDB - Fundação Ulysses Guimarães, em 29 de outubro de 2015, é o exemplo mais emblemático. Neste documento estão presentes os imperativos para um ambiente confiável e um Estado funcional, sintetizados numa cartilha que reclama a interrupção do crescimento da dívida pública, reforma da previdência com desindexação de qualquer benefício ao valor do salário mínimo, o fim das vinculações constitucionais, como dos gastos com saúde e educação, e ajuste fiscal sem aumento de impostos.

Não à toa, em 15/06/2016, a partir de um diagnóstico de "necessária mudança de rumos nas contas públicas, para que o País consiga, com a maior brevidade possível, restabelecer a confiança na sustentabilidade dos gastos e da dívida pública"[3], o Poder Executivo apresentou a PEC do "teto dos gastos", já durante o governo interino de Michel Temer, sinalizando para a construção de um estado perene de consolidação fiscal, com congelamento das despesas por 20 anos, levando-se em conta, a partir de 2017, o limite equivalente à despesa realizada em 2016, corrigida pela inflação observada nesse mesmo ano.

O discurso a respeito da austeridade se constrói como pano de fundo ancorado num arcabouço legislativo e institucional que lhe empresta sentido. Como componente de um posicionamento ideológico do receituário neoliberal que impõe a criação de um ambiente de negócios seguro e confiável, ele pode ser ativado ou desativado ao sabor da conjuntura econômica e política, quando interesses importantes são confrontados ou desatendidos em certa medida. A ideia de austeridade inviabiliza, por si só, o aprimoramento da capacidade arrecadatória do Estado para contínua expansão dos gastos produtivos e sociais, na medida em que o qualifica, de antemão, como ineficiente, interditando o poder público no desempenho de seu papel de condutor do desenvolvimento, mas protegendo os interesses que se beneficiam com os serviços da dívida.

---

[3] Exposição de motivos da PEC nº 241/2016, transformada na Emenda Constitucional nº 95/2016, em 16/12/16.

3. DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AUSTERIDADE

3.1. De volta aos anos 90: da Desvinculação de Receitas da União à PEC do "Teto dos Gastos", um estado permanente de austeridade?

Diversos dispositivos constitucionais promulgados em 1988 criaram gastos obrigatórios e vinculados, oponíveis ao Poder Público, como forma de sedimentar um patamar mínimo de atuação governamental dos entes federativos para concretização, por exemplo, dos direitos à educação (art. 222) e à saúde (art. 198, §2º). O próprio orçamento da seguridade social, que compõe peça apartada na Lei Orçamentária Anual (LOA), financia o Sistema Único de Saúde e as ações na área de assistência social por expressa determinação constitucional. Assim, é possível sublinhar que a experiência democrática iniciada na década de 80 teve como suporte institucional uma Constituição que buscava orientar a formação de um Estado de bem-estar social através da previsão de direitos sociais e da indicação dos aportes orçamentários mínimos para sua realização.

Na década de 90, como parte da estabilização econômica de viés neoliberal feita por Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Fundo Social de Emergência (FSE) através da EC de Revisão nº 01/1994. O principal objetivo deste Fundo – instituído para vigorar durante os exercícios financeiros de 1994 e 1995 – era o "saneamento financeiro da Fazenda Pública Federal" e a "estabilização econômica" através da flexibilização do destino de parte dos recursos utilizados para custeio de ações dos sistemas de saúde e educação, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais de prestação continuada, bem como outros programas de relevante interesse econômico e social (art. 1º).

O FSE seria integrado por parcelas do produto da arrecadação de tributos federais, que deveriam ser deduzidas da base de cálculo de vinculações ou participações constitucionais nos termos especificados pela Emenda. Assim, 20% do produto da arrecadação de todos os impostos e contribuições da União[4] era deduzido, por exemplo, da base de cálculo das vinculações constitucionais referentes à educação (art. 212) e ao programa do seguro-desemprego (art. 239), tornando o orçamento mais flexível para a aplicação dos recursos em outras finalidades que não aquelas previamente estipuladas pela Constituição.

---

[4] Exceções previstas no art. 72 incisos I, II e III da ECR nº 01/1994.

Portanto, o FSE foi a primeira tentativa de desvincular receitas federais, de modo que o governo pudesse utilizar parte dos recursos do orçamento da seguridade social (composto pela receita das contribuições sociais) e do orçamento fiscal (composto pela receita dos impostos) com liberdade no que toca à finalidade do gasto. A EC nº 10/1996 prorrogou o FSE até junho de 1997, alterando seu nome para Fundo de Estabilização Fiscal. Já a EC nº 17/1997 prorrogou o Fundo até dezembro de 1999. É com a EC nº 27/2000 que este mecanismo recebe o nome de Desvinculação de Receitas da União (DRU). De acordo com o art. 1º da Emenda, entre 2000 e 2003, 20% da arrecadação de impostos e contribuições da União seria desvinculado de órgão, fundo ou despesa, sem qualquer especificação a respeito da finalidade prioritária da desvinculação. Ou seja, a liberdade de manejo orçamentário estava ligada à possibilidade de desvio em relação a preceitos de construção de um Estado de bem-estar social para garantir a consolidação fiscal e a consequente liquidez dos títulos da dívida pública.

Durante o governo Lula, a EC nº 42/2003 prorrogou a DRU até 2007, e a EC nº 56/2007 prorrogou a desvinculação até 2011. Sob o governo Dilma, a DRU foi prorrogada através da EC 68/2011, até 2015. Em 08 de setembro de 2016, durante o governo interino de Michel Temer, a DRU foi prorrogada até 2023, com a alteração do percentual de desvinculação – de 20% para 30% - e da natureza das receitas – somente receitas provenientes de contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de taxas (excetuando-se, portanto, a receita de impostos). Essa Emenda também criou a DRU em âmbito Estadual e Municipal (arts 76-A e 76-B), com o mesmo percentual de desvinculação.

Sobre a DRU, dois pontos merecem destaque. O primeiro diz respeito à idéia subjacente ao discurso sobre a liberdade do *gestor público* no manejo do orçamento, isto é, o quanto é possível executar programas de governo com a receita arrecadada pelo Estado frente a existência de gastos obrigatórios e vinculados. O segundo diz respeito à noção de *pacto social de equilíbrio das contas públicas* subjacente à mobilização dos diversos segmentos populares para viabilizar uma Constituição que contemplasse, minimamente, direitos sociais. Articulando essas duas perspectivas, seria possível concluir que a DRU, desprovida de qualquer conteúdo ideológico, cumpriria a função pragmática de permitir uma execução orçamentária condizente com as necessidades de investimento público para a própria sedimentação de um estado de bem-estar social.

Contudo, analisando de forma mais abrangente a trajetória da DRU, desde sua instituição, é possível notar que: (i) a DRU, assim como a criação e majoração de contribuições sociais (que não são partilhadas com Estados e Municípios através dos Fundos de Participação) funcionou como instrumento de estabilização econômica para implementação do Plano Real,

em 1994, ao permitir a flexibilização no uso das receitas em meio a uma crise inflacionária; (ii) a partir de 1999, a DRU passa a funcionar como instrumento de ajuste fiscal para obtenção de superávit primário, ao permitir a utilização dos recursos vinculados do orçamento da seguridade social para pagamento de gastos fiscais, em especial, dos gastos com os serviços da dívida (Dias, 2011). Não à toa, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - LCP nº 101/00) é promulgada em 04/05/2000, menos de dois meses após a promulgação da EC nº 27/00 que instituiu a DRU.

Pensada como parte do Programa de Estabilidade Fiscal (PEF) apresentado no final do primeiro mandato de FHC, a LRF tinha como objetivo declarado fixar "limites para o endividamento público e para a expansão de despesas continuadas", bem como a instituição de "mecanismos prévios e necessários para assegurar o cumprimento de metas fiscais", como forma de criar um *novo regime fiscal* no país, "compatível com a estabilidade de preços e o desenvolvimento sustentável[5]". Como aparato jurídico dotado de conteúdo ideológico, a LRF pode ser considerada uma sinalização ao mercado financeiro de que o país estava, a partir daquele momento, adotando um ambiente seguro de negócios, *engessado* por normas rígidas de controle das despesas públicas, como forma de assegurar o pagamento da dívida pública – C*onsenso de Washington* positivado no ordenamento jurídico brasileiro.

Dentre os diversos dispositivos da LRF sobre equilíbrio orçamentário, chama a atenção o artigo que inclui o gasto com serviço da dívida na regra que não sujeita à limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente público (art. 9º, §2º), assim como o dispositivo que excetua a despesa com serviço da dívida da obrigação de vir acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 17, §6º). A partir da leitura sistemática da LRF, é possível observar que o grande objetivo do governo FHC, ao propor a LRF, era garantir uma espécie de endividamento sustentável, não do ponto de vista dos gastos públicos produtivos, executados na forma de investimentos, mas do ponto de vista da construção de reservas para pagamento dos credores da dívida pública.

O cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas, como forma de gerar um saldo positivo permanente nas contas públicas, passa a ser o norte para a política fiscal

[5] Trechos entre aspas retirados da mensagem de apresentação do projeto de lei (fls 10145/10146), publicada em 18/03/1999 no Diário da Câmara dos Deputados. Disponível em http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD18MAR1999.pdf#page=110

brasileira: sendo ilimitada a despesa para pagamento do serviço da dívida, a DRU funciona como principal mecanismo para, em última análise, privilegiar os credores em detrimento do endividamento produtivo. Nesse sentido, o principal efeito da DRU é "transferir recursos de contribuições sociais do orçamento da seguridade social para o orçamento fiscal da União" (Dias, 2011, p. 10), permitindo, assim, maior volume de recursos para pagamento de juros e amortização da dívida, caracterizados como despesas próprias do orçamento fiscal. Desse modo, o "mecanismo da DRU tem papel fundamental para que a meta de superávit primário seja alcançada" (Dias, 2011, p. 12).

Desse modo, a DRU pode ser compreendida como uma espécie de "permissão de gasto condicionada". Ou seja, somente enquanto forem observadas as regras previstas na LRF para o cumprimento das metas fiscais, a disponibilidade de recursos pode ser considerada ampla, de modo a viabilizar escolhas políticas para execução de despesas priorizadas pelo governo. Essa condição de ajuste fiscal permanente imposta pela LRF evidencia que, em última instância, o déficit público pode ser punido, ainda que o endividamento se fundamente na expansão de investimentos e políticas sociais. Desse modo, a LRF representa um limite jurídico-formal ao endividamento do Estado fundado na execução de despesas não obrigatórias, que podem constituir o núcleo de um programa de governo de viés desenvolvimentista.

Este ponto é essencial para compreensão do processo político que culminou na promulgação da EC nº 95/2016. Antecedida pelo processo de impeachment de Dilma Rousseff, a denominada PEC do "teto dos gastos" declarava que era necessário reverter o "quadro de agudo desequilíbrio fiscal em que nos últimos anos foi colocado o Governo Federal", cuja raiz do problema seria o "crescimento acelerado da despesa pública primária", motivo pelo qual a solução só poderia ser "estabilizar o crescimento da despesa primária, como instrumento para conter a expansão da dívida pública"[6]. Assim, foi estabelecido um limite para as despesas primárias dos Poderes, a vigorar por vinte anos, consubstanciado na despesa primária executada em 2016, corrigida pelo IPCA para os exercícios posteriores (art. 107 do ADCT). Ou seja, o cenário fiscal de 2016 é a referência para os gastos do governo pelo período de 20 anos.

O primeiro ponto digno de nota é a *suspensão* do projeto constituinte de 1988 (Mariano, 2017) operada pela EC nº 95/2016. Ao retirar a autonomia dos futuros governantes para

[6] Trechos entre aspas foram retirados da mensagem de apresentação da PEC nº 241/2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1468431&filename=PEC+241/2016

consecução do gasto público, o teto fixado também retirou o direito do cidadão brasileiro de "escolher, a cada eleição, o programa de governo traduzido no orçamento e, com isso, decidir pelas políticas públicas prioritárias para o desenvolvimento econômico" (Mariano, 2017, p. 261). O segundo ponto que deve ser ressaltado é que os gastos com saúde e educação não foram excluídos da limitação imposta pelo teto, o que denota a impossibilidade de uma política social expansionista, ainda que se verifique a viabilidade econômica em sua adoção. Construiu-se, assim, um mecanismo constitucional de controle que tem o efeito de *aprisionar* governos futuros à austeridade permanente, num nível ainda mais profundo do que aquele abstratamente previsto na LRF: trata-se de um ajuste concreto construído para durar por duas décadas.

O principal aspecto dessa proposta de ajuste é a seletividade do foco de controle orçamentário. Essa seletividade pode ser identificada na ausência de qualquer proposta para o enfrentamento das causas de deterioração fiscal do período em que foi apresentada a PEC nº 241/2016 – "falta de crescimento econômico, a queda na arrecadação tributária e o pagamento dos juros" (Carvalho; 2018; p. 120). O ajuste se dá nos gastos, e não nas regras de natureza tributária que importam entraves à obtenção de receitas (desonerações, tributação excessivamente regressiva, sonegação fiscal, etc). É possível concluir que a PEC nº 241/2016 "não era um plano de ajuste e, muito menos, uma agenda de crescimento", mas sim "um projeto de longo prazo de desmonte do Estado de bem-estar social brasileiro" (Carvalho; 2018; p. 122).

Neste aspecto, dois pontos merecem destaque para a presente reflexão: (i) a PEC nº 241/2016 foi apresentada pelo Poder Executivo em 15/06/2016, durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, cujo elemento central era a acusação da prática de crime de responsabilidade por violação à lei orçamentária e à LRF; (ii) a ideia geral contida na PEC nº 241/2016 já estava presente no documento *Uma Ponte para o futuro,* lançado em 29/10/2015 pela Fundação Ulysses Guimarães e pelo PMDB.

A EC nº 95/2016 precisa ser compreendida como ato normativo inserido num contexto político específico da história do país. Como será abordado no próximo tópico, a questão fiscal ganhou notoriedade durante o segundo mandato de Dilma Rousseff. Acusações de descumprimento da LRF foram mobilizadas durante o julgamento das contas de 2014 do governo federal pelo Tribunal de Contas da União. Mais tarde essas acusações se transformariam em atribuições de condutas criminosas à presidenta. Uma das principais questões analisadas pelo TCU dizia respeito aos atrasos nos repasses do Tesouro à Caixa Econômica, para pagamento de benefícios sociais como Bolsa Família e seguro-desemprego. O Tribunal entendeu que este atraso configurava operação de crédito entre empresa financeira

controlada e seu controlador, o que é vedado pela LRF. A prática, que ficou conhecida como "pedalada fiscal", já havia sido praticada por governos anteriores, como sustentado pela defesa apresentada pelo Tesouro. Contudo, pela primeira vez, o TCU entendeu que essa prática era ilegal. Como resultado, as contas de 2014 do governo federal foram rejeitadas em 07 de outubro de 2015 e pavimentaram o caminho para a aceitação do pedido de impeachment, em 03 de dezembro do mesmo ano.

Poucos dias após a rejeição das contas de 2014, e antes da aceitação do 28º pedido de impeachment de Dilma Rousseff, o PMDB lançou o programa intitulado *Uma ponte para o futuro*, que continha uma série de proposições para "preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento". Em relação à "crise fiscal", o programa propunha a desvinculação de recursos obrigatórios, a desindexação de benefícios em relação ao salário-mínimo, a obtenção de superávit operacional e estabelecimento de limite para despesas de custeio inferior ao crescimento do PIB. É nesse aspecto que a PEC do "teto dos gastos" pode ser compreendida como o compromisso do governo interino de Michel Temer com a *ponte para o futuro,* num cenário de intensa "criminalização da política fiscal" (Carvalho, p. 107, 2018).

Num quadro de desvinculação de 30% das receitas provenientes das contribuições sociais (DRU da EC nº 93 de 2016) somada à fixação de um limite estático para as despesas primárias do governo (corrigido apenas pela inflação, sem qualquer vínculo com o crescimento econômico) que enfraqueceria, sobretudo, os gastos sociais, a proposta de ajuste fiscal ganha ares de austeridade permanente, fruto de um programa político, e não de uma receita para a retomada do crescimento econômico. Isso porque, "em vez de imaginar estratégias para sanar os problemas fiscais pela via do crescimento econômico, da preservação de empregos e da redução da conta de juros", a *ponte para o futuro* demandava a "flexibilização de leis trabalhistas, o fim da obrigatoriedade de gastos com a saúde e educação e a desindexação de benefícios previdenciários ao salário mínimo", assim como "afastava a hipótese de elevação de impostos como caminho para o ajuste das contas públicas" (Carvalho, 2018, p. 109).

3.2. A austeridade enquanto bem público: os julgamentos das prestações de contas dos exercícios fiscais de 2014 e 2015

No meio do caminho que há entre a DRU e a PEC do "Teto de Gastos" há uma pedra: o impeachment de Dilma Rousseff baseado formalmente na rejeição da prestação de contas do governo federal de 2015 pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O órgão é auxiliar ao Poder Legislativo e elabora acórdãos que aconselham o julgamento final da admissibilidade das contas do governo federal pelo Congresso. Dessa forma, sua função seria se debruçar sobre

minúcias do orçamento público da União para construir um entendimento a partir das leis pertinentes ao assunto. Cumpre ressaltar que um julgamento, mesmo de contas públicas, trata-se de exercício de hermenêutica jurídica a partir do qual a norma é complementada por caracteres subjetivos do julgador, dentre eles os políticos. Há, portanto, um misto de técnica e política na prática do TCU que será explorado neste ponto para investigar em que medida os fundamentos do ideal neoliberal de austeridade penetrou na institucionalidade brasileira.

De partida é necessário aprofundar a interação entre *ensaio desenvolvimentista* e questão fiscal a fim de compreender o contexto sócio-político da realização do julgamento das contas públicas relativas aos exercícios fiscais entre 2013 e 2015. Uma das principais peças dessa iniciativa governamental foram as renúncias fiscais presentes no repertório do Plano Brasil Maior (PBM), na forma de desoneração da folha de pagamento, da alíquota zero do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e de PIS e Cofins sobre bens de investimento. Tais medidas visavam reduzir a carga tributária, considerada alta e uma das grandes distorções da economia, principalmente dos setores intensivos em mão de obra (Singer, 2018). O objetivo perseguido era a manutenção de postos de trabalho para a criação de condições sistêmicas de competitividade associadas ao custo da produção industrial frente ao cenário aberto pela crise financeira internacional de 2008 e seu repique a partir de 2011 (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, 2013).

A desoneração do IPI, PIS e Cofins sobre bens de investimentos reduziu a tributação efetiva de bens de capital para 4,3% do custo de investimento, ao passo que a desoneração da folha de pagamento atingiu um conjunto heterogêneo de segmentos econômicos. Segundo o governo federal, a política de desoneração era parte da agenda de reforma tributária e contribuía para a contenção do preço de bens e serviços para o consumidor, além de exercer efeitos positivos sobre a geração de empregos e a formalização de mão de obra (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, 2013). Nesse ponto há aplicação de receituário característico da *coalizão produtivista*, conforme categorizada por Singer (2012), no sentido de evitar a queda da produção fabril, ao mesmo tempo em que preserva o emprego e a renda, atendendo concomitantemente a objetivos do empresariado industrial e da classe trabalhadora.

Ainda durante a aplicação da política de renúncia fiscal descrita acima, o governo federal encontra dificuldade no cumprimento de sua meta fiscal, que teve seu primeiro resultado de déficit primário na série histórica em 2014. Esse é o primeiro momento em que o TCU tem de lidar no âmbito de um julgamento de prestação de contas do governo federal com o

descumprimento do instrumento legal de disciplina fiscal. Ele é apresentado pelo colegiado do órgão, no julgamento das contas de 2013, enquanto:

> "[...] um bem público, conquistado à custa de um forte ajuste fiscal suportado por toda a sociedade brasileira em um passado recente. A preservação da percepção de solvência do setor público é crucial para minimizar eventuais expectativas negativas por parte dos agentes econômicos quanto ao controle do endividamento público" (Brasil. Tribunal de Contas da União. Contas do Presidente da República (processo nº 005.956/2014-5). Relator: Raimundo Carreiro. Brasília, 28 de maio de 2014).

Outra caracterização singular do regime de metas fiscais é feita pelo TCU ao julgar as contas do governo federal de 2015:

> "As metas fiscais constituem compromisso do Poder Público para com a sociedade no sentido de conduzir as finanças públicas com determinado grau de austeridade, de molde a não permitir o crescimento explosivo da dívida pública e a assegurar o controle da inflação, sempre pressionada pela magnitude do déficit público e pela participação do Estado na economia. A teor do art. 9º da LRF, uma vez verificado, ao final do bimestre, que a realização da receita pode não comportar o cumprimento das metas, os Poderes e o Ministério Público devem promover a necessária limitação de empenho e movimentação financeira" (Brasil. Tribunal de Contas da União. Contas do Presidente da República (processo nº 008.389/2016-0). Relator: José Múcio Monteiro. Brasília, 05 de outubro de 2016).

O órgão de controle auxiliar ao Poder Legislativo alça a estabilidade macroeconômica (em tese) produzida pela austeridade, trazida pela percepção de solvência estatal frente ao mercado financeiro, ao *status* de bem público. Nesse sentido, a baliza dos julgadores é apresentada de maneira cristalina, no sentido de que ela é um preceito institucional central para considerar se um orçamento governamental foi bem aplicado. A partir da afirmação feita nesse julgado, é possível afirmar que a definição compilada por Blyth (2017) de austeridade fiscal, mencionada na abertura deste texto, foi recepcionada de forma integral pelos mecanismos institucionais brasileiros.

As ressalvas feitas no julgados prévios a 2014 eram apresentadas enquanto apontamentos a órgãos do governo federal para ajustar a forma de apresentação dos dados fiscais, em especial à Secretaria do Tesouro Nacional, qualificando a forma dos balanços enquanto pouco transparentes, mas insuficiente para configurar uma irregularidade passível de formar um juízo improcedente a apresentação de contas (Brasil, 2014). O principal imbróglio no julgamento das contas do governo federal a partir de 2014 se relacionou diretamente a essas questões, especialmente o atraso de repasses do Tesouro Nacional de valores relativos a benefícios previdenciários a bancos estatais e a edição de decretos de créditos suplementares.

A expectativa de retomada econômica a partir do pacote de medidas do governo Dilma, inclusos os estímulos fiscais do PBM, não se concretiza no período do primeiro mandato e traz

consigo queda de arrecadação e piora do resultado primário. A fim de evitar o descumprimento da meta fiscal em 2014, a Secretaria do Tesouro Nacional passou a retardar repasses de valores à Caixa Econômica Federal relativos ao pagamento de benefícios previdenciários, realizando-os somente dias após a virada do mês a que correspondiam. Com o dinheiro ainda em caixa, o resultado primário mensal ficava com resultado contábil mais favorável ao governo, tal operação ficou popularizada pelo termo "pedaladas fiscais" (Carvalho, 2018). Ocorre que mesmo assim algum outro esforço fiscal seria necessário para alcançar a meta, algo que se tentou com a expedição dos decretos de crédito suplementar com função de reforçar a dotação orçamentária.

O TCU interpretou essa atitude do governo da seguinte forma:

> Em razão de não ter utilizado ao longo de 2014 a projeção atualizada das despesas obrigatórias do FAT, os parâmetros usados para manutenção dos limites de empenho e movimentação financeira restaram comprometidos. Consequentemente, deixou-se de realizar contingenciamento de despesas discricionárias no valor necessário, o que representa ofensa ao princípio da transparência insculpido na LRF. Outrossim, entre 5/11/2014 e 14/12/2014, foram editados sete decretos para abertura de créditos suplementares ao orçamento da União, utilizando-se como fonte de financiamento superávit financeiro e excesso de arrecadação para cobertura de despesas primárias. Porém, naquela ocasião a meta de resultado primário estabelecida na LDO 2014 estava comprometida, o que foi evidenciado pelo encaminhamento realizado pelo Poder Executivo de projeto de lei ao Congresso Nacional para alterá-la. Dessa forma, a edição dos referidos decretos contrariou o art. 4º da LOA 2014, que impedia a abertura de créditos suplementares que fossem incompatíveis com a obtenção da meta de resultado primário vigente, nos termos estabelecidos pela LDO (Brasil. Tribunal de Contas da União. Contas do Presidente da República (processo nº 005.335/2015-9). Relator: Augusto Nardes. Brasília, 07 de outubro de 2015).

Ou seja, o órgão fiscalizador considerou que a "pedalada fiscal" comprometeu a possibilidade de edição dos decretos por esconder a real situação do balanço fiscal, bem como estes sequer poderiam ter sido editados antes do envio de projeto de lei alterando a meta fiscal para o exercício em questão. Some-se a isso o fato do TCU interpretar que a própria edição dos decretos deveria ser autorizada de antemão pelo legislativo. Nesse sentido, o esforço técnico realizado pelo governo Dilma para atingir a meta fiscal, além de considerado ilegal, foi simplesmente descartado para fins da prestação de contas. Seguindo a interpretação assumida pelos ministros do Tribunal, qualquer operação seja de reforço de dotação, seja manobra técnica, é ilegal quando a meta fiscal está comprometida no exercício, restando como meios de ação o envio de projeto de lei ao Congresso para alterá-la ou contingenciamento imediato de gastos discricionários.

Essa interpretação vai ao encontro da hipótese de a meta fiscal ser *um indicador político acoplado a um indicador econômico*, já que cria uma espécie de *sistema de alarme* na legislação orçamentária. Ao alcançar a fronteira da meta o Poder Executivo pode ter cada um de seus

movimentos vigiados de maneira estrita, a fim de não comprometer a confiança dos agentes econômicos. Esses, por sua vez, sequer precisam mobilizar-se para fiscalização, já que o aparato institucional do Estado já está moldado para garantir seus interesses no que tange a liquidez estatal para o pagamento da dívida pública. O controle é realizado por funcionários públicos com vencimentos garantidos pelo próprio erário, garantindo liquidez estatal para a realização da acumulação de caráter rentista.

Pouco mais de um ano antes do TCU acionar o *sistema de alarme*, Dilma é reeleita comprometendo-se com um ajuste fiscal que enterraria o *ensaio desenvolvimentista* (Singer, 2018). Demonstrando ímpeto de conquistar a confiança dos agentes econômicos através da aplicação da austeridade ao longo de 2015, o governo federal fragiliza os benefícios fiscais concedidos no primeiro mandato ao empresariado industrial. Após ser nomeado para o Ministério da Fazenda, Joaquim Levy chega a declarar que as desonerações recentemente tornadas permanentes foram "uma brincadeira que nos custa R$25 bilhões por ano" (Rugitsky, 2015).

Em janeiro de 2015 cessa a alíquota zero do IPI, e no primeiro dia de setembro Dilma sanciona a Lei nº 13.043/15, aumentando a tributação sobre o faturamento de todos os setores industriais contemplados com a desoneração permanente da folha de pagamento. No mesmo setembro, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) lança a campanha *Não vou pagar o pato*, sob a motivação inicial de protesto contrário à recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) e em defesa da austeridade. Em manifesto, a entidade representativa afirma que "aumentar imposto não vai resolver a crise" e "todos sabem que o caminho correto é cortar gastos" (Fiesp, 2015).

Esse conteúdo coincide com o sentido de uma afirmação presente em todas as edições da Agenda Legislativa da Indústria lançadas pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) entre 2011 e 2016 no capítulo sobre o sistema tributário do país: "a redução da carga tributária no Brasil deverá ser a resultante de uma vigorosa política de redução de gastos públicos" (CNI, 2011-2016). Trocando em miúdos, após colocar em marcha um *ensaio desenvolvimentista* cujo pacote incluía estímulos fiscais ao setor industrial e não conseguir resultados satisfatórios, Dilma passou a enfrentar oposição das entidades representativas do próprio segmento beneficiado por meio de um discurso embasado em preceitos de disciplina fiscal.

Dessa forma, constata-se que o esforço empreendido foi em vão, uma vez que formou-se uma frente antidesenvolvimentista unida em torno de uma agenda política predominantemente rentista, agregando setores descontentes do empresariado industrial e os

agentes econômicos financeiros (Singer, 2018). O esforço empreendido por meio de manobras técnicas e legislativas para atender ao regime de metas fiscais no período foi considerado ilegal pelo TCU e tratado como má gerência da máquina pública pelos setores do empresariado. Em maio de 2016, o Senado Federal instaura processo de impeachment contra Dilma baseado na decisão do órgão de fiscalização de considerar ilegal a edição de decretos de créditos suplementares no exercício financeiro de 2014 (Brasil, 2014), posteriormente as contas de 2015 também serão rejeitadas com base nos mesmos argumentos (Brasil, 2015). Em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff perdeu definitivamente o cargo de presidenta da República por ter tentado cumprir o regime de metas fiscais por meio considerado inadequado pelo Poder Legislativo.

Uma quantidade considerável de autores consideram o processo uma espécie de golpe parlamentar pelo trato dado à questão no período ser considerado excepcional, já que governos anteriores teriam usado o mesmo expediente de maneira incólume (Boito Jr., 2018; Carvalho, 2018; Santos, 2017; Singer, 2018). Essa linha argumentativa sugere a ocorrência de um *modus operandi* de subversão furtiva da democracia durante o procedimento, quando se usa mecanismos legais legítimos para uma finalidade ilegítima (Przeworski, 2019). Em outros termos, o descumprimento do regime de metas fiscais, por mais que fosse formalmente uma desconformidade ao regramento da LRF, não era motivo suficiente para configurar crime de responsabilidade, já que se trata de norma orçamentária e não penal. A derrubada da mandatária teria ocorrido por sua falta de apoio político no Congresso e na sociedade em geral, a meta, neste sentido, serviu somente como alarme de aviso aos adversários políticos do governo de ocasião. Dois dias após o impeachment foi aprovada a Lei 13.332/2016, que flexibilizou a edição de decretos suplementares ao orçamento da União, liberando o Executivo da autorização legislativa anteriormente necessária (Calgaro, 2016).

3.3. Ligando os pontos: a austeridade e o sistema de alarme

A crise fiscal da década de 80 colocou em xeque o modelo de Estado desenvolvimentista, mas somente a partir dos governos de Cardoso (1995-2002) sua estrutura passou a ser desmontada de maneira paulatina. No discurso de posse do primeiro mandato fora firmado o compromisso com a desconstrução da "Era Vargas", e a orientação neoliberal dominante da presidência de fato deu cabo de desmontá-la (Sallum Jr., 1999). O esforço foi empreendido no sentido de institucionalizar a austeridade fiscal para constituir um sistema de alarmes a ser acionado sempre que haja algum risco à solvência estatal no pagamento da dívida pública. Tal

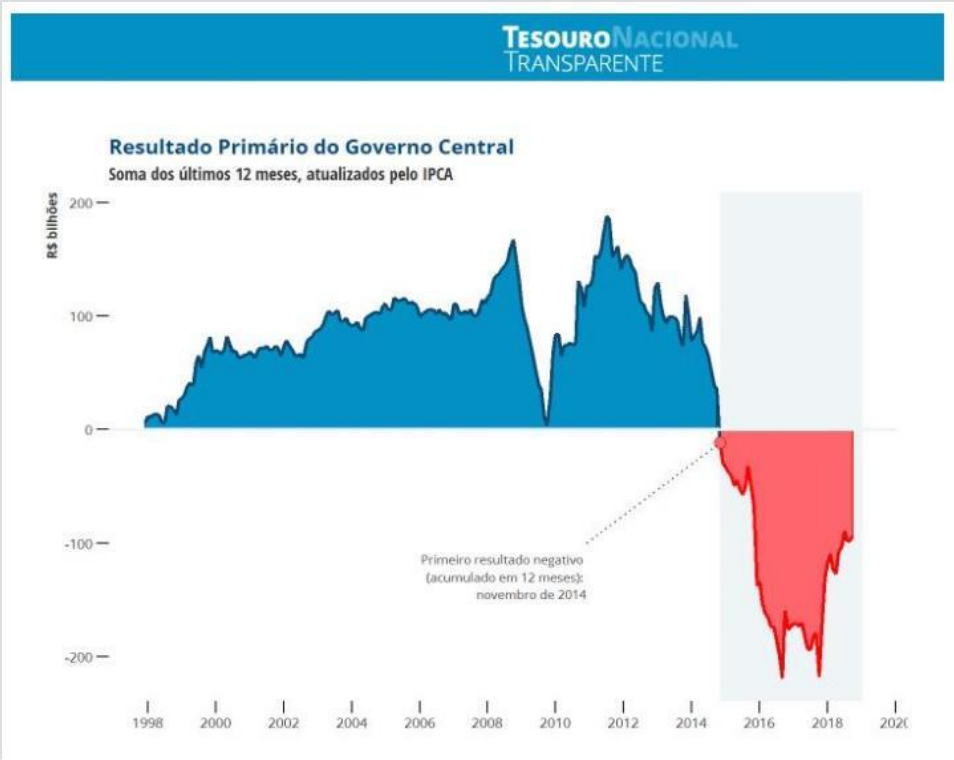
é o signo do "ornitorrinco" (Oliveira, 2013 [2003]), correndo atrás de liquidez para garantir o pagamento do serviço da dívida pública enquanto busca encaixar no orçamento interesses das demais frações burguesas, que geralmente pedem por renúncias fiscais e redução da carga tributária, sem romper as regras de austeridade.

A figura pitoresca do reino animal serve como ilustração interessante dos dilemas da política brasileira contemporânea, especialmente se dermos atenção aos dados do desempenho econômico nacional. Tomemos como exemplo a comparação de alguns indicadores: no ano de 2014 houve o primeiro déficit dos resultados primários das contas públicas na série histórica (R$32,53 bilhões) e o PIB teve variação positiva de 0,5%. Em 2015, com aplicação de um ajuste fiscal, defendido devido ao déficit primário obtido anteriormente, houve piora do indicador fiscal (déficit de R$111,24 bilhões) e a variação do PIB foi negativa em 3,5% (Martello, 2015; *ibid.*, 2016; Brasil, 2015b; *ibid.*, 2016b).

Os resultados primários de 2016 para frente não apresentaram mudança qualitativa em relação ao período do governo de Dilma Rousseff (Figura 1), além do que as mudanças da Emenda Constitucional nº 95/2016 tornaram a meta fiscal obsoleta já que a partir do *Novo Regime Fiscal*, o limite dos gastos primários do governo central passou a ter o reajuste vinculado à variação da inflação somada à variação do PIB, quando positiva. Portanto, o regime de metas fiscais, apesar de não ter sido formalmente revogado, tornou-se obsoleto, já que sua razão de ser era calcular a poupança de gastos primários ao longo do exercício fiscal, algo que não faz mais sentido, já que os gastos públicos estão contingenciados de antemão por uma regra constitucional. Ou seja, à primeira vista o aprofundamento da agenda de austeridade não apresentou resultados congruentes com seus postulados ideológicos.

Além disso, desde a experiência do *quantitative easing* feita pelos países do norte global para contenção da crise financeira mundial de 2008, os pressupostos teóricos que norteiam uma visão mais ortodoxa do controle fiscal encontram-se em xeque. Em entrevista recente, André de Lara Resende (2021), um dos formuladores do Plano Real, chegou a afirmar que esse mecanismo provou empiricamente que a teoria monetária na qual se embasa o princípio da austeridade neoliberal não tem fundamento empírico, já que a emissão de grande volume de moeda não levou à inflação. Some-se a isso sua afirmação de que não se pode definir responsabilidade fiscal somente como equilíbrio orçamentário a qualquer custo, devendo, na verdade, estar de acordo com as necessidades democráticas da sociedade.

Figura 1: Resultado primário mensal do Governo Central (1998-2019)



Fonte: Brasil, 2019ª

Nesse sentido o uso da medida do resultado primário e da relação PIB-dívida como forma primordial de controle fiscal, seja através de um regime de metas fiscais ou por meio de um mecanismo de limitação global dos gastos, não seria de grande valia para compreender a saúde econômica da nação, mas sim a trajetória da curva dos resultados primários em si. Seria desejável, segundo tal perspectiva, evitar aumentos rápidos e explosivos de déficit, mas não existiriam um limiar inexorável da relação PIB-dívida (Resende, 2021). Assim, mesmo o caráter de indicador econômico de tais medidas estaria frustrado, manteria-se somente seu sentido político, constituindo um *sistema de alarme*, ao qual o vigilante atende o chamado a depender do melhor interesse imperante na conjuntura, especialmente caso a rota tomada por algum governo começasse a desviar da baliza da ordem neoliberal.

O arranjo descrito acima nasceu a partir de um endividamento externo colocado a serviço de uma reorientação do modo de acumulação para o eixo urbano-industrial e, contraditoriamente, criou bases que podem configurar um *pacto estrutural* de viés neoliberal, de caráter distinto daquele produzido a partir de 1930. O novo eixo da organização financeiro-institucional do Estado se volta para garantir a acumulação financeira-rentista, sob uma orientação ideológica específica de viés neoliberal, que está em questionamento até mesmo por economistas pertencentes ao *mainstream*.

Tal qual o modelo de Estado desenvolvimentista na crise fiscal da década de 80, guardadas as devidas proporções, o *ensaio desenvolvimentista* foi enterrado devido à incompatibilidade de uma política fiscal expansionista voltada ao aquecimento do mercado interno e as necessidades de garantia de liquidez exigidas pelos agentes econômicos financeiros dentro dos parâmetros neoliberais. A diferença essencial entre os dois processos é que no último já havia um arcabouço legal e uma estrutura institucional incrustada no Estado brasileiro capaz de produzir uma solução político-institucional para readequar o arranjo orçamentário sem a necessidade de acordos e rodadas de negociação com instituições financeiras internacionais.

4. É POSSÍVEL ELABORAR UM ÍNDICE DE DEMOCRACIA FISCAL BRASILEIRO?

4.1. O que é o índice de democracia fiscal?

O percurso desenvolvido nas duas seções anteriores trafegou num terreno interdisciplinar em que dialogam a Ciência Política, a Sociologia e a Economia, buscando a tradução de aspectos históricos e políticos na estrutura das finanças públicas brasileiras. Trata-se, portanto, de esforço interpretativo inserido no campo, ainda pouco explorado no país, da Sociologia Fiscal (Tavares e Silva, 2020). A análise dos aparatos de disciplina fiscal ateve-se, até o momento, a uma metodologia estritamente qualitativa das fontes disponíveis. No entanto, uma questão crucial para o objeto da pesquisa realizada não pode ser acessada por estes meios: houve impacto objetivo da institucionalização da austeridade sobre o orçamento disponível aos governos durante o período analisado? Em caso afirmativo, como esse impacto se deu ao longo do tempo? De que forma cada peça legislativa interagiu com o orçamento disponível?

A resposta a esses relevantes problemas somente pode ser elaborada a partir de uma mediação quantitativa, capaz de categorizar a disponibilidade de nacos orçamentários a cada exercício fiscal. Um instrumento que, em tese, poderia colaborar nesse intento é o *índice de democracia fiscal* sugerido por Steuerle (2016a, 2016b), cuja função é medir quanto de "folga" ou "flexibilidade" há num orçamento (Steuerle *apud* Streeck e Mertens, 2010). Numa outra definição mais estrita, o autor qualifica-o como a parcela de arrecadação estatal disponível após subtrair o gasto comprometido de forma permanente, sem necessidade de aprovação pelo Poder Legislativo (Steuerle, 2016a).

Já de início cumpre ressaltar que a ambição do autor ao formular tal índice não é universal, mas conecta-se à realidade nacional específica dos Estados Unidos da América (EUA). Em sua visão, "homens mortos" estariam governando a nação, já que legisladores e presidentes do passado teriam produzido um legado de políticas públicas que impede políticos e eleitores do presente decidirem como querem efetuar o gasto público. Nesse sentido, afirma que houve uma diminuição da *democracia fiscal*, já que os votantes não poderiam mais exercer controle sobre o orçamento por meio das eleições. Tal restrição seria o principal impeditivo ao país mais rico do mundo promover um maior crescimento econômico e que os benefícios do crescimento não sejam compartilhados pela maioria da população (Steuerle, 2016b).

As categorias fundamentais para a metodologia desenvolvida por Steuerle para tentar formular uma resposta ao problema descrito anteriormente dizem respeito ao tipo de gasto governamental que pode ser encontrado dentro do orçamento público. Eles dividem-se em: (i) *gastos obrigatórios*, aqueles que ocorrem em qualquer legislatura independente de qualquer ação parlamentar; (ii) *gastos discricionários*, aqueles realizados a partir de uma postura proativa do poder Executivo ou do poder Legislativo num determinado exercício fiscal (inclui-se aqui o serviço da dívida pública). Para o autor fala-se em "cortes" quando há diminuição da velocidade de crescimento dos gastos obrigatórios já que eles geralmente crescem de maneira automática no sistema norte-americano, enquanto se fala em "inchaço" quando há crescimento da parcela discricionária . Já o valor numérico do índice é obtido pela soma das despesas obrigatórias somadas aos juros do serviço da dívida dividido pela arrecadação, multiplica-se o resultado por cem a fim de obter um percentual (Steuerle *apud* Streck e Mertens, 2010).

O autor forma sua perspectiva de uso orçamentário pelos governos a partir da noção de que cada governo pensa somente no uso de recursos durante seu mandato, dando pouca relevância às possíveis mudanças de cenário, e por consequência de prioridades, da sociedade futura (Steuerle, 2016a). Ressoa nessa percepção a *teoria eleitoral do gasto*, popular na Ciência Política estadunidense desde o final da década de 1970, segundo a qual um melhor resultado eleitoral dos parlamentares estaria conectado a seu apoio a medidas de aumento de gastos. Além disso, a propensão de um parlamentar a aprovar medidas custosas ao erário seria diretamente proporcional a sua insegurança em relação à possibilidade de reeleição, quanto maior a insegurança, mais gastos seriam apoiados (Payne, 1991).

Apesar da *teoria eleitoral do gasto* ter seus fundamentos ligados a certo discurso de disputa política feito pelo Partido Republicano e estar atrelada à crítica de um tamanho exagerado do *welfare state* (Payne, 1991), essa mesma posição não pode ser estendida a Steuerle. A principal preocupação do autor ao formular o índice é apontar uma saída para

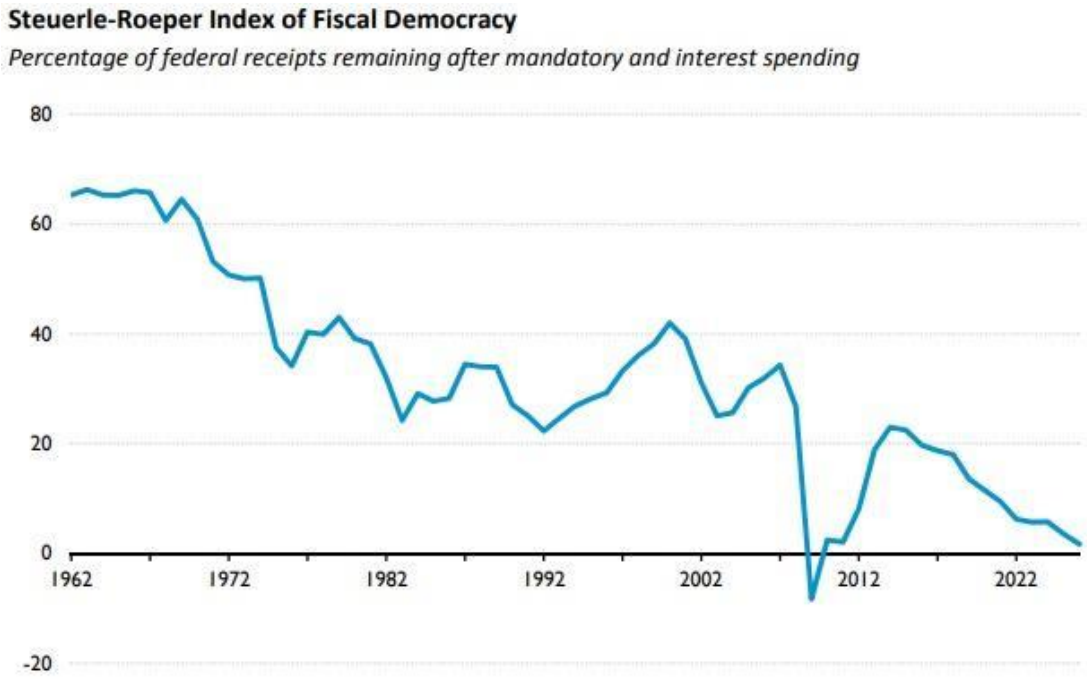
governos futuros não ficarem presos às amarras dos governos e legislaturas passadas, considerando-o politicamente neutro (Steuerle, 2016b). Sua proposta de criação de uma regra limitadora da parcela que o Legislativo pode decidir sobre questões orçamentárias para além da própria legislatura também parece seguir no mesmo sentido (Steuerle, 2016a).

Tampouco é possível ligar a noção norteadora da formulação do índice à ideia de austeridade fiscal. Apesar do autor considerar "senso comum" que os déficits do resultado primário não podem crescer indefinidamente em relação ao Produto Interno Bruto, rechaça a noção de que o controle orçamentário deve ser feito somente com base nesse pressuposto, pois retiraria a flexibilidade necessária para lidar com eventos imprevistos ou novas necessidades sócio-econômicas. Ao aplicar seu método aos orçamentos dos EUA a partir de 1962 o autor verificou uma tendência de queda contínua do índice de democracia fiscal no país, chegando a um valor negativo em 2009 e tendencialmente retornando a zero no futuro próximo (Figura 2)

Ao analisar as consequências da margem zero de democracia fiscal, o autor considera que a única saída para manter o Estado funcionando, desde o salários dos servidores da justiça à iluminação pública, seria contrair dívidas junto aos mecanismos financeiros numa trajetória insustentável (Steuerle *apud* Streeck e Mertens, 2010). Streeck e Mertens (2010) complementam o raciocínio conectando a queda acentuada do índice à crise financeira internacional de 2008, quando o Federal Reserve socorreu uma série de bancos privados da insolvência. Além disso, o autor alemão fornece reflexões importantes para nosso objetivo ao apontar como operou a conversão do índice pensado para a realidade estadunidense para o contexto germânico.

Segundo os autores, a principal questão para converter o índice norte-americano para a realidade germânica se dá em torno da adaptação da categoria de gastos obrigatórios (Streeck; Mertens, 2010). Em ambos os países, bem como no Brasil, o orçamento é votado anualmente pelo Poder Legislativo, não ocorrendo distinção formal entre eles. A ressalva feita se dá somente na localização de espécies de gasto obrigatório feitas pelo Estado alemão que não existem nos EUA e, devido a natureza específica dos gastos de defesa pelo germânicos foi feita a opção de cálculos diferenciados, ora considerando o orçamento de defesa obrigatório, ora discricionário (Figura 3).

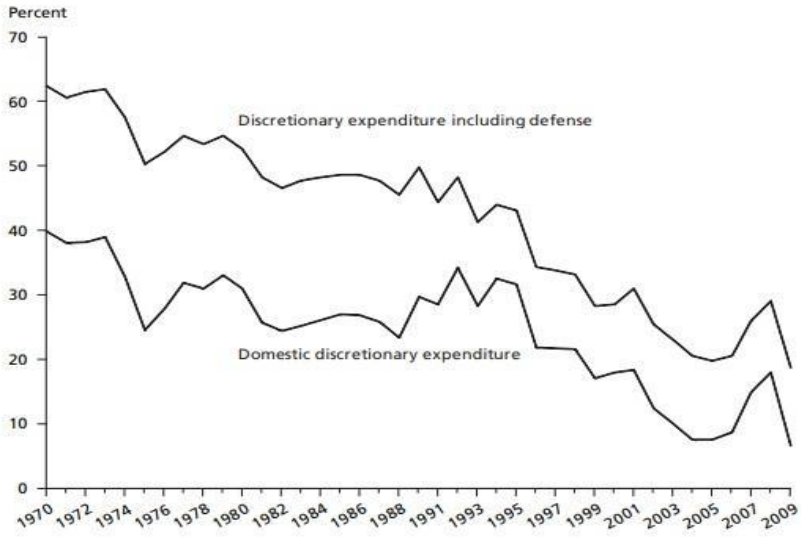
Figura 2: Índice de democracia fiscal estadunidense a partir de 1962



Fonte: Steuerle, 2016b

A trajetória do índice alemão segue a mesma tendência do norte-americano, com forte declínio após a crise financeira mundial de 2008, movimento análogo à queda do resultado primário do governo brasileiro no período (Figura 1). Possivelmente, a queda do indicador está relacionada ao socorro dado pelos governos às instituições financeiras para evitar um colapso completo do sistema econômico (Streeck, 2014).

Figura 3: Dois cálculos para o índice de democracia fiscal alemão, gastos com defesa contados como obrigatórios ou discricionários



Fonte: Streeck e Mertens, 2010

Considerando que a adaptação do índice da realidade norte-americana para a alemã transcorreu sem maiores sobressaltos, acreditamos que a mesma tarefa possa ser realizada para a realidade brasileira. Isso será possível caso tenhamos o mesmo cuidado dos autores alemães na consideração de como tratar a categoria dos gastos obrigatórios diante da nossa realidade específica. Para tanto, realizaremos alguns apontamentos de caráter metodológico sobre as categorias de gastos presentes no orçamento brasileiro.

4.2. Apontamentos teórico-metodológicos para elaboração de um índice de democracia fiscal brasileiro

Para que seja possível pensar num índice de democracia fiscal para o Brasil é preciso enfrentar os fundamentos da institucionalidade fiscal e orçamentária que orientam a consecução dos gastos públicos no país. As vinculações orçamentárias contidas no texto constitucional não deixam dúvidas de que a parcela de receitas públicas para uso discricionário do governo é reduzida, o que evoca a necessidade de se refletir sobre suas implicações para a democracia. Por outro lado, o governo eleito somente executa seu programa a partir do legado institucional deixado pelos governos passados. Desse modo, a escolha democrática das prioridades para os gastos públicos é indissociável do debate sobre as circunstâncias através das quais o gasto pode efetivamente ser realizado.

Nesta perspectiva, a primeira diferenciação que se faz necessária é a que diz respeito à natureza dos gastos públicos. Para o caso brasileiro, *gastos obrigatórios* são aqueles que não se sujeitam à limitação de empenho (LRF, art. 9º, §2º), isto é, despesas decorrentes de obrigações legais do ente, das quais os principais exemplos são as despesas com pessoal (ativos, inativos e pensionistas), com os juros e com a amortização da dívida pública. Por outro lado, os *gastos vinculados* são aqueles lastreados em receitas que não podem ser utilizadas para finalidade diversa daquela para qual foi atrelada (LRF, art. 8º, parágrafo único). Neste caso, os principais exemplos são as vinculações constitucionais de percentuais mínimos de receitas tributárias à educação, à saúde e à assistência social. Por fim, os *gastos discricionários* são definidos de maneira residual, e se referem às despesas escolhidas livremente pelo governo para execução de seu programa, como, por exemplo, investimentos em infraestrutura e implementação ou reforço de políticas sociais.

Como destacado ao longo deste trabalho, a institucionalização do neoliberalismo no Brasil foi acompanhada pelo recrudescimento dos instrumentos de controle fiscal. A CF/88 lançou as bases para a constitucionalização da responsabilidade fiscal, ao mesmo tempo em que reclamou um Estado de bem-estar no campo dos direitos sociais. Anos mais tarde, o patamar

mínimo de vinculação de gastos – como forma de assegurar obrigatoriamente a destinação de recursos à implementação destes direitos – é flexibilizado pelo precursor da DRU, numa tentativa de angariar receitas para o plano de estabilização econômica iniciado na década de 1990. Em 2000, a LRF é promulgada com o objetivo de assegurar uma poupança, formada com dinheiro público, para garantir o pagamento dos credores da dívida. Após sucessivas prorrogações, soma-se à DRU o "teto dos gastos" que congela a despesa pública, desvinculando-a do crescimento econômico, e impõe um contingenciamento permanente dos gastos sociais.

Nesse quadro, enquanto a DRU altera, por um regramento constitucional, os gastos vinculados, sobretudo através da possibilidade de remanejamento de parcela das receitas atreladas ao orçamento da seguridade social para o orçamento fiscal, o teto dos gastos impõe um contingenciamento aos gastos discricionários, na medida em que bloqueia em grande medida a utilização das receitas arrecadadas, desprovidas de destinação legal, para consecução de investimentos e de políticas públicas para além do limite fixado. Apenas os gastos obrigatórios têm, por sua natureza, potencial de crescimento, na medida em que estão vinculados às despesas com benefícios previdenciários, subsídio dos servidores públicos e amortização da dívida pública.

Dessa forma, o cenário que se desenha, a partir de 2016, é o seguinte: gastos obrigatórios em crescimento e gastos discricionários sendo comprimidos. O limite imposto pela EC 95/2016 cumpre a função de desenhar um quadro intransponível para a despesa pública discricionária. Logo, esse mecanismo institucional exerce duplo impacto nos gastos sociais – impede a sua expansão, na medida em que estabelece um patamar máximo para as despesas a eles associadas e enfraquece, ao longo do tempo, a sua manutenção, uma vez que estão inversamente relacionados ao crescimento dos gastos obrigatórios. O gráfico abaixo (Figura 4) apresenta a série histórica dos gastos livres do orçamento federal para o período de 2008 a 2021 (excluindo-se, em 2020, os gastos extraordinários da Covid).

É possível observar que, de 2008 a 2014, os gastos livres apresentaram uma trajetória ascendente no orçamento federal. A partir de 2015, há uma queda, que se mantém até 2017, passando por um ligeiro crescimento em 2018, com um pico de crescimento em 2019, momento a partir do qual o quantitativo despenca. Em que pese o fato de os dados serem apresentados em números absolutos – sem correlacionar variáveis importantes, como o crescimento econômico para o período apontado, para que fosse possível verificar a existência (ou não) de crescimento proporcional dos recursos livres – acreditamos que este gráfico serve como indício empírico das formulações elaboradas no presente trabalho: o ajuste fiscal somado ao contingenciamento permanente dos gastos a partir de 2016, além de não apresentar os

resultados econômicos apregoados (como se observa na figura 1), encurta as margens para o manejo discricionário do orçamento, subtraindo a possibilidade de intervenção democrática no destino da receita pública, enquanto pressiona as políticas sociais.

Figura 4: Gastos discricionários no Orçamento da União (em bilhões de reais) - 2008 a 2021

Fonte: Martello, 2021

O crescimento experimentado em 2019, na ordem de 171 bilhões de reais em receitas disponíveis para o gasto discricionário, pode ser um indicativo da redução realizada, no mesmo ano, das receitas destinadas a gastos discricionários já em execução. Segundo dados do Ministério da Economia (Brasil, 2019b), no primeiro semestre de 2019, houve a redução de 24% das despesas discricionárias em comparação ao mesmo período do ano anterior, sendo as áreas da Saúde, Educação e Transportes, as mais afetadas, cujos orçamentos juntos caíram mais de 30% no período. Uma vez que, naquele ano, houve também crescimento do PIB em 1,1% (Cucolo e Pamplona, 2020), denota-se a relevância de se pensar a elaboração de um índice de democracia fiscal para o Brasil.

O que merece destaque, no Brasil, é o fato de que os gastos vinculados se prestam a garantia de direitos, enquanto os gastos obrigatórios cumprem duas funções: (i) financiar os benefícios previdenciários e o pagamento do funcionalismo público, e (ii) amortizar a dívida pública (principal e juros). Esse arranjo institucional convive com instrumentos normativos que impõem um ajuste fiscal permanente, e pressionam a despesa pública no seu elemento mais

permeável à atuação política de viés neoliberal, imprimindo gradualmente um desmonte dos direitos sociais. O pagamento da dívida alçado à prioridade governamental, impede o contingenciamento dos gastos obrigatórios para sua amortização. Por esse motivo, surgem os imperativos de reforma administrativa, com redução de jornada e salário do funcionalismo público, e reforma previdenciária, com aumento do tempo de contribuição e limite de idade para aposentadoria, como forma de assegurar a diminuição dos gastos considerados obrigatórios, para aumentar as receitas disponíveis, e sedimentar a diminuição do próprio Estado garantidor.

No lado dos gastos discricionários, são as políticas sociais e os investimentos públicos que sofrem os impactos do contingenciamento, em grande medida porque disputam a parcela das receitas disponíveis com as emendas parlamentares. De acordo com o glossário do sítio eletrônico do Senado Federal[7], as emendas ao orçamento "são propostas por meio das quais os parlamentares podem opinar ou influir na alocação de recursos públicos em função de compromissos políticos que assumiram durante seu mandato (...) tais emendas podem acrescentar, suprimir ou modificar" rubricas da LOA enviada pelo Executivo. É importante destacar que somente os recursos provenientes da anulação de outras despesas podem ser utilizados para acréscimo ou inclusão de dotações na LOA, não podendo ser anuladas as despesas que compõem os gastos obrigatórios – dotações de pessoal e serviço da dívida – e as transferências constitucionais para Estados, DF e Municípios. Desse modo, o contingenciamento é deslocado – obrigatoriamente – para os gastos discricionários, para assegurar a parcela orçamentária negociada de antemão com os parlamentares.

Assim, enquanto nos EUA os gastos com o serviço da dívida são categorizados como discricionários, o que pode, em tese, suscitar debates acerca do seu eventual contingenciamento para aumento da margem discricionária de manejo orçamentário, este não é o caso do Brasil. Outra peculiaridade brasileira é o mecanismo constitucional de limitação dos gastos discricionários que, de antemão, bloqueia o próprio debate acerca da disponibilidade orçamentária para implementação de políticas públicas futuras. Analisando a trajetória de promulgação desses marcos normativos, a partir dos processos políticos que os motivaram, é possível perceber que as normas sobre manejo orçamentário não objetivam tornar o

[7] Informação disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/emendas-ao-orcamento>. Acesso em 30/06/2021.

orçamento mais maleável com o propósito de acomodar as reivindicações populares num contexto de escolha democrática de programas de governo. Trata-se de um arcabouço legislativo que opera para assegurar a execução controlada de políticas sociais, de modo que não haja incompatibilidade com os ideais de uma política fiscal austera.

A relação entre capitalismo e Estado na institucionalização do neoliberalismo operou um desacoplamento entre orçamento e democracia. A necessidade de se construir aparatos institucionais que assegurem o pagamento da dívida pública está inserida na dinâmica de reprodução do capitalismo. No caso do Brasil, os instrumentos de ajuste fiscal têm como principal objetivo sinalizar, interna e externamente, que o país é viável em termos de investimento e é comprometido com as expectativas do mercado financeiro.

Em 1988, a Constituição foi promulgada com um programa orçamentário mínimo no campo dos direitos sociais: a vinculação de percentuais de receita à educação, à saúde e à assistência social cumpriram a finalidade de orientar a atuação governamental para construção de um estado mínimo de bem-estar. Desse modo, o que viabilizou a expansão dos direitos sociais foram as escolhas políticas de utilizar os recursos orçamentários disponíveis para ultrapassar o patamar mínimo instituído pela CF/88.

A título exemplificativo, a partir de dados coletados por Dias (2011), é possível observar que, sob o lulismo, a implementação dos direitos sociais se deu a despeito da DRU. Em 2006, o Tesouro Nacional aportou R $14,5 bilhões de recursos ordinários ao orçamento da seguridade social e, em 2010, esse aporte foi de R$37,6 bilhões, o equivalente a 43% e 81% da desvinculação de contribuições sociais. Estes dados comprovam que, neste período, os recursos desvinculados pela DRU retornaram, em grande medida, ao próprio orçamento da seguridade social.

Outro ponto que merece destaque é o efeito da DRU nos recursos para educação. Até 2009, a desvinculação reduzia os recursos para o fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), que tinha como base a receita de impostos após a desvinculação. Isso porque, 20% dos 18% da receita de impostos que financiava as ações do MDE era desvinculado. Em 2009, a EC 59, de iniciativa da senadora petista Ideli Salvatti, determinou a redução progressiva do percentual da DRU incidente sobre esses recursos: de 12,5%, em 2009, 5%, em 2010, e nulo a partir do exercício de 2011. Contudo, já em 2010, o Tesouro Nacional alocou R$10,8 bilhões na área de educação, em virtude da redução de recursos destinados ao MDE.

Por tudo quanto argumentado no presente trabalho, a EC 95/2016 pode ser considerada um marco divisório para a análise acerca da viabilidade de um índice de democracia fiscal brasileiro. Todos os instrumentos institucionais de controle das finanças públicas que o

antecederam, pavimentaram o terreno de um regime fiscal austero, que canaliza as receitas disponíveis para uma finalidade clara e determinada. A margem para o uso discricionário do orçamento público foi consideravelmente reduzida, enquanto avançam as políticas de desvinculação de gastos necessários à garantia de direitos. Desse modo, a questão crucial que se coloca para o debate é se estamos mesmo diante de um cenário que nos permita indagar sobre quais políticas públicas queremos para as gerações futuras. Talvez, o principal questionamento colocado a partir de 2016 seja como garantir a sobrevivência dos direitos conquistados em 1988.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. (2013), "Brasil Maior: inovar para competir, competir para crescer. Balanço executivo – 2 anos". Brasília.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. (2014), "O Brasil e o FMI desde Bretton Woods: 70 anos de história". *Revista de Direito GV*, São Paulo, v. 10, n. 2. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1808-2432201420>. Acesso em 26/04/2021.

ARAUJO, Cicero. (2013), "O processo constituinte brasileiro, a transição e o poder constituinte". São Paulo: Lua nova, 88:327-380. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n88/a11n88.pdf>. Acesso em 01/05/2021.

BLYTH, Mark. (2017), "Austeridade: a história de uma ideia perigosa". São Paulo: Autonomia Literária.

BOITO JR, Armando. (2018), "Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT". Campinas: Editora da Unicamp.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. (2014), Contas do Presidente da República (processo nº 005.956/2014-5). Relator: Raimundo Carreiro. Brasília.

_____. Tribunal de Contas da União. (2015a), Contas do Presidente da República (processo nº 005.335/2015-9). Relator: Augusto Nardes. Brasília.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015b), PIB cresce 0,5% em 2014 chega a R$ 5,8 trilhões. Agência IBGE de notícias. Brasília, 17 de novembro de 2016. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9470-pib-cresce-0-5-em-2014-chega-a-r-5-8-trilhoes>. Acesso em: 05/05/2021.

_____. Tribunal de Contas da União. (2016a), Contas do Presidente da República (processo nº 008.389/2016-0). Relator: José Múcio Monteiro. Brasília.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016b), PIB cai 3,5% em 2015 e registra R$ 6 trilhões. Agência IBGE de notícias. Brasília, 09/11/2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-

noticias/releases/17902-pib-cai-3-5-em-2015-e-registra-r-6-trilhoes>. Acesso em: 05/05/2021.

_____. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. (2019a), "Entendendo os gráficos: resultado primário e estoque da dívida pública federal". Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/historias/entendendo-os-graficos-resultado-primario-e-estoque-da-divida-publica-federal>. Acesso em 26/06/2021.

_____. Ministério da Economia. (2019b), "Despesas discricionárias caem 24% no 1º semestre em comparação ao mesmo período de 2018". Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2019/08/despesas-discricionarias-caem-24-no-1o-semestre-em-comparacao-ao-mesmo-periodo-de-2018>. Acesso em 30/06/2021.

CALGARO, Fernanda. (2016), "Maia sanciona lei com nova regra para crédito sem aval do Congresso", G1, Brasília, 02 de setembro de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/09/maia-sanciona-lei-com-nova-regra-para-credito-sem-aval-do-congresso.html>. Acesso em 26/06/2021.

CARVALHO, Laura. (2018), "Valsa brasileira: do boom ao caos econômico". São Paulo: Todavia.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. (2011), "Agenda Legislativa da Indústria". Brasília. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/assuntos-legislativos/produtos/agenda-legislativa/#agenda-legislativa-da-industria-2021%20>.

_____. (2012), "Agenda Legislativa da Indústria". Brasília. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/assuntos-legislativos/produtos/agenda-legislativa/#agenda-legislativa-da-industria-2021%20>. Acesso em 26/06/2021.

_____. (2013), "Agenda Legislativa da Indústria". Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/assuntos-legislativos/produtos/agenda-legislativa/#agenda-legislativa-da-indústria-2021%20>. Brasília. Acesso em 26/06/2021.

_____. (2014), "Agenda Legislativa da Indústria". Brasília. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/assuntos-legislativos/produtos/agenda-legislativa/#agenda-legislativa-da-industria-2021%20>. Acesso em 26/06/2021.

_____. (2015), "Agenda Legislativa da Indústria".Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/assuntos-legislativos/produtos/agenda-legislativa/#agenda-legislativa-da-industria-2021%20>. Brasília. Acesso em 26/06/2021.

_____. (2016), "Agenda Legislativa da Indústria". Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/assuntos-legislativos/produtos/agenda-legislativa/#agenda-legislativa-da-industria-2021%20>. Brasília. Acesso em 26/06/2021.

CUCOLO, Eduardo; PAMPLONA, Nicola. (2020), "PIB do Brasil cresce 1,1% em 2019, diz IBGE; resultado é menos da metade do projetado no início do ano", Folha de São Paulo, São

Paulo, 04 de março de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/pib-do-brasil-cresce-11-em-2019-diz-ibge.shtml>. Acesso em 30/06/2021.

DIAS, Fernando Álvares Correia Dias. Desvinculação de Receitas da União, ainda necessária? Núcleo de Estudos e Pesquisa do Senado. Textos para Discussão: 103. Outubro/2011.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. (2003), "Empresariado e estratégias de desenvolvimento". In: J.Szwako; R., Moura; P., D'AVILDA FILHO (orgs.). *Estado e sociedade no Brasil: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz*. Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D.

FANDIÑO, Pedro; KERSTENETZKY, Célia Lessa, (2019) "O paradoxo constitucional brasileiro: direitos sociais sob tributação regressiva". Revista de Economia Política, vol. 39, nº 2 (155), p. 306-327. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572019000200006>. Acesso em 05/05/2021.

FILHO, Alfredo Saad; MORAIS, Lecio. (2018), "Brasil: Neoliberalismo *versus* Democracia". São Paulo: Boitempo.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. (2018), "Capitalism: a conversation in critical theory". Cambridge: Polity Press.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. (2015), "O que é isso, ministro? Mais imposto?". Disponível em: <https://www.naovoupagaropato.com.br>. Acesso em 09 de março de 2021.

LEITE, Cristiane Kerches da Silva. (2011), "Federalismo, Processo Decisório e Ordenamento Fiscal: a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal". *Texto para discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)*, Brasília, n. 1593. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9765>. Acesso em 26/04/2021.

MARIANO, Cynara Monteiro. Emenda Constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. Revista de Investigações Constitucionais. Curitiba: Vol. 4, n. 1, janeiro/abril 2017.

MARTELLO, Alexandro. (2015), "Contas do setor público têm primeiro déficit da história em 2014". G1, Brasília, 30/01/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/contas-do-setor-publico-tem-primeiro-deficit-da-historia-em-2014.html>. Acesso em: 05/05/2021.

_____. (2016), "Rombo nas contas públicas soma R$111 bilhões em 2015, maior da história". G1, Brasília, 29/01/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/rombo-nas-contas-publicas-soma-r-111-bilhoes-em-2015-maior-da-historia.html>. Acesso em: 05/05/2021.

_____. (2021), "Governo indica bloqueio de R$17,5 bilhões no Orçamento 2021 para cumprir teto; economistas veem risco a serviços públicos". G1, Brasília, 23 de março de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/23/governo-indica-bloqueio-de-r-175-bilhoes-no-orcamento-2021-para-cumprir-teto-economistas-veem-fortes-restricoes.ghtml>. Acesso em 30/06/2021.

NORONHA, Eduardo G. (2009), "Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007". Lua Nova, n. 76, p. 119-168. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a05.pdf>. Acesso em 02/05/2021.

OLIVEIRA, Francisco de. (2013), "Crítica à razão dualista: o ornitorrinco". São Paulo: Boitempo.

PAYNE, James L. (1991), "Elections and Government Spending". Public Choice , v. 70, n. 1, p. 71-82. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30025444>. Acesso em 26/06/2021.

PRZEWORSKI, Adam. (2019), "Crises of democracy". Cambridge: Cambridge University Press.

RESENDE, André Lara. *[S. l.: s. n.]* (2021), 1 vídeo (93 min). Entrevista ao programa Roda-Viva da TV Cultura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bo7FnPC_ups>. Acesso em 29/06/2021.

RUGITSKY, Fernando. (2015), "Do ensaio desenvolvimentista à austeridade: uma leitura kaleckiana". In: L. G. de M., Belluzzo; P. Z., Bastos (orgs.), *Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff*. São Paulo: Carta Maior.

SALLUM JR., Brasilio. (1999), "O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo". Tempo Social: Revista de Sociologia USP, v. 11, n. 2, p. 23-47. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12305>. Acesso em: 01/05/2021.

SALLUM JR., Brasilio; KUGELMAS, Eduardo. (1991), "O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80". Estudos Avançados, v. 5, n. 13, p. 145-159. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/675>. Acesso em: 01/03/2021.

SANTOS, Wanderley Guilherme do. (2017), "A democracia impedida: o Brasil no século XXI".

SILVA, Gustavo; TAVARES, Francisco, (2020) "A Ciência Política Brasileira Diante do Novo Regime Fiscal: Para uma Agenda de Pesquisas sobre Democracia e Austeridade". Dados, Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582020000200203>. Acesso em: 01/03/2021.

SINGER, André Vitor. (2012), "Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador". São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2016), "A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista". In: A., Singer; I., Loureiro (orgs), *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?.* São Paulo: Boitempo, p. 21-44.

_____. (2018), "O lulismo em crise: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016)". São Paulo: Companhia das Letras.

STEUERLE, Eugene. (2016a), "Restoring fiscal democracy". The Milken Institute Review [online]. 2016, 1st quarter. Disponível em: <https://www.urban.org/sites/default/files/publication/80326/2000781-Restoring-FiscalDemocracy.pdf>. Acesso em 03/03/2021.

____. (2016b), “Dead men ruling”. Statement before the Task Force on Executive Overreach of the Judiciary Committee United States House of Representatives, jul., 2016. Washington. Disponível em: <https://www.urban.org/sites/default/files/publication/82371/2000849-Dead-Men-Ruling.pdf>. Acesso em 26/06/2021.

STREECK, Wolfgang. (2014), “Buying time: the delayed crisis of democratic capitalism”. Londres: Verso.

STREECK, Wolfgang; MERTENS, Daniel. (2010), “An index of fiscal democracy”. MPIfG Working Paper [online], n.10. Disponível em: <https://www.mpifg.de/pu/workpap/wp10-3.pdf>. Acesso em 03/03/2021.

OLHARES E DESAFIOS PARA A ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E RURAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

CAPÍTULO XXXIV

COMBATENDO A FOME, A PANDEMIA E O DESMONTE SOCIOAMBIENTAL NO BRASIL: O MST, A AGROECOLOGIA E AS CAMPANHAS DE DOAÇÕES DE ALIMENTOS

Pedro Henrique Vanzo [1]

[1] Doutorando do Programa de Pós Graduação de Sociologia (PPGSocio) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: pedrohvanzo@gmail.com

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo realizar uma análise sobre o contexto atual brasileiro (de desmonte socioambiental e pandemia em curso), e quais tem sido as ações e estratégias de lutas e resistências do campesinato brasileiro frente a tal contexto, à luz da atuação do Coletivo Marmitas da Terra, que realiza, desde o inicio da pandemia, ações de solidariedade de doação de alimentos e marmitas na cidade de Curitiba - PR e região metropolitana para populações socioeconomicamente vulneráveis. Passando pelas noções de ruralidade, recampenização e ecologização, o artigo pretende dar ênfase ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Agroecologia enquanto fenômenos representantes de um rural brasileiro peculiar/particular, que permitem a emergência de novos atores capazes de elaborar críticas pertinentes ao atual modelo econômico e produtivo, propondo estratégias e ações para construção de novos paradigmas de desenvolvimento social.

Palavras-chave: MST; Agroecologia; Pandemia; Desmonte socioambiental; Coletivo Marmitas da Terra.

FIGHTING HUNGER, THE PANDEMIC AND SOCIO-ENVIRONMENTAL DISMANTLING IN BRAZIL: MST, AGROECOLOGY AND FOOD DONATION CAMPAIGNS

ABSTRACT

This study carries out an analysis of the current Brazilian context (socio-environmental dismantling and ongoing pandemic), and which actions the brazilian peasentry has been taking in order to fight and resist those struggles, in the light of efforts from the Collective Marmitas da Terra. The group has carried out solidarity actions since the beginning of the pandemic, in which they donate food and lunch boxes to socioeconomically vulnerable populations in the city of Curitiba - PR and metropolitan region. Going through the notions of rurality, recampenization and greening, the article intends to emphasize the Movement of Landless Rural Workers (MST) and Agroecology as representative phenomena of a peculiar/particular brazilian rural, which allow the emergence of new actors capable of relevant criticisms of the

current economic and productive model, proposing strategies and actions to build new social development paradigms.

Keywords: MST; Agroecology; Pandemic; Social and environmental dismantling; Collective Marmitas da Terra.

1. INTRODUÇÃO

O campesinato brasileiro é uma categoria social em constante conflito e contradição no que diz respeito aos processos históricos de desenvolvimento do Brasil. Ora é anunciado seu fim, levando em consideração os processos de desenvolvimento do modo de produção capitalista, ora é visto enquanto categoria social existente e resistente a tais processos de desenvolvimento. Na linha teórica em torno das questões agrárias e dessa categoria social em específico (campesinato), a noção de ruralidade tem sido importante para os estudos rurais na contemporaneidade, indicando a complexidade e a heterogeneidade do rural brasileiro, que se estabelece enquanto um espaço amplo e diversificado em relação as formas de produção e reprodução da vida.

Em nosso caso particular tratado neste trabalho, damos ênfase num rural brasileiro específico, qual seja, um rural marcado pela emergência de novos atores que, primeiro, reivindicam uma condição camponesa de se viver (e daí toda luta por acesso à terra e melhores condições de vida e de trabalho), e, segundo, protagonizam novas lutas políticas e ecológicas em torno dos processos agroalimentares de produção, distribuição e consumo de alimentos. Tais movimentos reconhecidos na literatura por recampenização e ecologização do rural, marcam nossos olhares para esse universo recheado de conflitos e contradições em relação a realidade específica do Brasil. Tais movimentos analisados possibilitam a emergência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Agroecologia, enquanto atores e movimentos do rural brasileiro que estão ancorados pela ação de novos atores sociais que reinventam, na atualidade do país, lutas e resistência históricas. Do acesso à terra, da legitimidade de existência e formas de produzir conhecimento, chegando à modelos agroalimentares renovados e alternativos, esses novos atores realocam as lutas em torno da questão agrária brasileira e distribuem novos significados à realidade social do Brasil, tornando o universo do rural brasileiro um local ainda mais complexo e recheado de novidades.

Das contradições e conflitos históricos emergentes no rural brasileiro, o momento atual tem deixado emergir novos elementos e fenômenos que agregam ainda mais complexidade para as questões já em evidência pelos estudos e realidades rurais no país. Do atual desmonte socioambiental no Brasil à pandemia em curso causada pelo novo coronavírus (Covid-19), o

rural brasileiro – e em particular o campesinato - tem enfrentado novos desafios e se deparado com uma nova realidade a ser enfrentada, qual seja, o total descaso do poder público em relação a pessoas e comunidades socioeconomicamente vulneráveis (aqui inclusa não só as populações do rural, ainda que essas possam enfrentar índices ainda mais graves de abandono), e uma crise sanitária sem precedentes que até o momento já levou embora mais de meio milhão de vidas brasileiras.

Isso posto, esse breve trabalho tem a intenção de compreender as dinâmicas e estratégias estabelecidas pelo campesinato na atualidade brasileira, levando em consideração as crises mencionadas (desmonte socioambiental e pandemia). Passando pelas noções de ruralidade, recampenização e ecologização, o trabalho pretende dar ênfase ao MST e a Agroecologia, enquanto movimentos do rural brasileiro que possibilitam a emergência de novas articulações e estratégias para enfrentar o atual momento de crises no país, quais sejam, as ações de solidariedade desenvolvidas atualmente por movimentos e organizações do campo e da cidade. Nesse trabalho em particular, daremos ênfase ao Coletivo Marmitas da Terra, que distribui semanalmente marmitas na cidade de Curitiba e região metropolitana para populações socioeconomicamente vulneráveis e que tiveram suas realidades duramente afetadas pelo contexto atual. Assim, tem-se como intenção não só compreender como o campesinato brasileiro tem enfrentado essas crises atuais (desmonte socioambiental e pandemia), como também refletir tais ações e estratégias de enfrentamento à luz de alguns conceitos da Ecologia Política como forma de elucidar a importância de tais ações e seus impactos na realidade brasileira atual.

2. A RURALIDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O campesinato, a partir de meados do século XX, e mais especificamente a partir das décadas de 80 e 90 - momento que se passou a superar, em certa medida, o debate clássico em torno dessa classe social e seu possível desaparecimento frente aos processos de desenvolvimento do modo de produção capitalista[8] -, passou a ser representado historicamente

[8] Os estudos agrários, num contexto global, passam a emergir com maior representatividade a partir das leituras marxistas em torno da questão. Passando por Marx (2017), Lênin (1982) à Kautsky (1972a, 1972b), depois por Alexander Chayanov (1974; 1981), enquanto representante de uma visão contraposta aos marxistas clássicos, os estudos agrários passaram a ter maior importância em diversas agendas de pesquisa pelo mundo. Particularmente no Brasil, os estudos agrários passam a emergir, com maior representatividade em relação ao próprio contexto brasileiro, a partir da década de 1960 (WANDERLEY, 2011). retomando esses debates clássicos em torno da questão agrária, e trazendo à realidade agrária/fundiária brasileira pro centro do debate, a fins de delimitar, com maior clareza, de que forma o rural brasileiro vem se estruturando ao longo da história. Em relação ao debate

por uma maneira singular de civilização e de cultura. É evidente que os camponeses e agricultores familiares brasileiros em questão não mais representam uma reprodução clássica e ''tradicional'' do campesinato, tal como as sociedades pré-capitalistas, - justamente por ser reconhecida a influência que os processos de modernização capitalista tiveram nas estruturas agrárias mundiais - mas nem por isso se deslocaram de sua ''condição camponesa'' (PLOEG, 2008; 2016) de existência. Os processos de transformação do campesinato não são simplesmente sua transição de um espaço ''isolado'' para outro ''englobante'', nem sua inserção integral na economia e sociedade moderna, mas sim representam processos de rupturas e continuidades (WANDERLEY, 2004) em relação a suas formas de produção e reprodução da vida em decorrência dos processos de transformação ocasionados pelo modelo da modernização capitalista. Evidencia-se, dessa maneira, que a imposição do modelo empresarial de tipo industrial de agricultura (emergente a parti da década de 50, conhecido como Revolução Verde[9]) não gerou formas sociais de produção únicas e homogeneizadas, mas sim configurações heterogêneas de um mundo rural marcado pela atuação de diversos atores que, apesar de serem representados no momento histórico de um mundo moderno (capitalista) em questão, preservam também suas tradições e seus movimentos de adaptação a esse mundo. Nesse contexto (últimas décadas do século XX) é que a noção de ruralidade emerge (BRANDENBURG, 2018; WANDERLEY, 2009; CARNEIRO, 2012) enquanto categoria analítica e teórica de um rural marcado pela heterogeneidade de formas de vida, e fundamentalmente pela capacidade de adaptação e resistência do campesinato frente aos novos modelos industriais e modernos de agricultura.

A crítica à modernização da agricultura se coloca em diversos países e contextos por atores que acabam por assumir, então, uma ''condição de vida camponesa'' em resposta às contradições desse modelo moderno/capitalista. Assim emerge a visão sobre o mundo rural, de

---

agrário ''clássico'', que ficou marcado pelas discussões do contexto dos marxistas clássicos em questão, Abramovay (1990), de forma sintetizada, elucida bem a questão, colocando os principais ''paradigmas do capitalismo agrário em questão''.

[9] Revolução Verde é o nome atribuído ao fenômeno que teve início em meados do século XX, e é caracterizado por um conjunto de iniciativas com suporte tecnológico que acabou por transformar as práticas agrícolas estabelecidas até então, aumentando significativamente a produção de alimentos em escala global. Esse fenômeno da Revolução Verde se baseou em algumas principais características: modificação genética dos organismos; mecanização da produção; uso intensivo de produtos químicos; produção especializada via monocultura, etc. Em consequência à implantação desse fenômeno, observaram-se alguns resultados imediatos: uso intensivo de recursos naturais (água, solo, etc.) no cultivo de plantas; alta dependência de máquinas tecnológicas oriundas de países desenvolvidos (e com isso, alta dependência de países subdesenvolvidos); redução da biodiversidade local e das diversidades genéticas das plantas; aumento da concentração de renda por poucas pessoas e grupos (ZANONI e FERMENT, 2011).

um lado, como integrada ao conjunto da sociedade brasileira, não mais ''isolado'', e de outro como um local que mantém certas particularidades históricas e sociais enquanto realidade própria. Um rural emergente enquanto um espaço físico diferenciado e ''enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência ''identitária'') e lugar onde se vê e vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional) (WANDERLEY, 2001, p. 32, grifos da autora). É uma visão que acaba por supor então um lugar onde se tem formas particulares de vida e de trabalho, não simplesmente como um lugar de investimento ou reservas de valores (orientações englobantes do modelo capitalista).

A diversificação (heterogeneidade) do rural se coloca enquanto palco de fatores de dinamismo e como fonte de conflitos a respeito do que é o rural hoje em dia, quem são seus atores e quais os seus diferentes usos e características principais. O compromisso, portanto, de compreender o rural como espaço diversificado de vida é, além de concebê-lo enquanto um espaço singular com reinvindicações próprias, inseri-lo como protagonista nos programas políticos de desenvolvimento e assumir uma posição reparadora no que diz respeito aos processos da modernização que o rural e as agriculturas vêm enfrentando de forma desigual desde os últimos dois séculos (BERNSTEIN, 2011), que acabou marginalizando a existência do camponês e do agricultor familiar dos processos políticos participativos das sociedades modernas, e em especifico da sociedade brasileira. Tendo isso em vista, a partir da noção de ruralidade, tem-se uma análise sobre uma realidade rural específica para o contexto brasileiro, que se resume pelos processos de racampenização e ecologização do rural, e diz respeito a criação de novos espaços de lutas e resistências a partir da atuação de novos atores que se dedicam por construir também novos e outros projetos de desenvolvimento para o rural brasileiro (e não só para o rural, como para a sociedade brasileira de forma geral).

3. UM RURAL EM RECAMPENIZAÇÃO: OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

No período da redemocratização do Brasil (década de 1980), inúmeros eram as reivindicações que acabaram por culminar no surgimento dos assentamentos rurais da reforma agrária, marcados pela emergência de um ''novo'' rural. Trata-se de uma ruralidade marcada por processos de recampenização do rural por atores distintos, muitos ex-camponeses ou com descendência genealógica camponesa, que reassumem a condição camponesa de se viver. Se trata de uma (re)produção da vida cuja memória resgatada estabelece formas de organização

social espelhadas nas comunidades camponesas, constituindo identidades e dando sentido as ações desses sujeitos (BRANDENBURG, 2018). Brandenburg ainda destaca que são novas configurações que possuem um caráter heterogêneo de organização da vida individual e coletiva, ressignificando processos e circuitos de comercialização, criando redes curtas de circulação de produtos e formando novas identidades de mercados regionais. Dentre as dimensões desse novo rural, a política se torna elemento chave para elaboração de estratégias de resistência, sobrevivência e reprodução da condição camponesa de se viver. Além disso, a dimensão ecológica - aliada diretamente à dimensão política - também é fenômeno inovador nesse novo rural, que é marcado pela atuação de novos atores que requalificam relações sociais e transformam suas lutas em reinvindicações legítimas de suas distintas maneiras de organização da vida individual e coletiva. Desses novos atores, se destaca a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)[10] como um dos mais expressivos representantes desse novo rural no país.

O MST irá surgir, portanto, no contexto de decomposição do regime militar e de redemocratização do Brasil. Significa o surgimento de novos espaços de recriação e reprodução da luta pela terra mediante a formação de um ''novo camponês'', tendo em seus processos de organização social e territorialização como permanentes da história do Movimento. A luta pela terra promovida pelo MST possui um fator territorial muito importante para a história brasileira das lutas camponesas, visto que ''a conquista de um latifúndio e sua transformação em assentamento rural promove mudanças na estrutura fundiária'' (FERNANDES, 2010, p. 173-174). Disso se conclui que o acesso à terra é condição essencial para o campesinato, pois é nessa terra conquistada que os camponeses irão assegurar seus meios de existência, suas construções de identidades e reprodução de seu trabalho de caráter familiar. A territorialização do MST por meio da ocupação de terras é, como relata Fernandes, uma forma de enfrentamento, de resistência e de recriação do campesinato brasileiro. Vai se constituindo, então, que a luta camponesa promovida pelo MST é indissociável de sua organização social, que se estrutura por meio de comissões, núcleos ou setores que se encarregam da alimentação das pessoas, da saúde, da educação (principalmente de jovens e crianças), assim como também a promoção de processos de negociação política, divulgação e animação de suas lutas. Para além das ocupações de terra, o MST também pratica ações de marchas, ocupações de prédios públicos, greves de

[10] Para maiores detalhes sobre o MST, sua formação e desenvolvimento, conferir Bernardo Mançano Fernandes (2000; 2010) e Miguel Carter (2010).

fome, passeatas e manifestações públicas em prol de denunciar as desiguais e opressoras estruturas agrárias brasileiras e propor novas políticas de Reforma Agrária condizentes com as aspirações de demandas dos povos do campo no país.

A mobilização pela terra é uma luta heterogênea promovida pelo MST, que, nas palavras de Fernandes (2010, p. 180), se ''constitui na práxis''. A práxis, portanto, começa pelos seus trabalhos de base, na socialização políticas de seus integrantes. Além disso, a estrutura de organização adotada pelo Movimento é múltipla, plural e híbrida, se destacando como o movimento social mais bem organizado da América Latina (FERNANDES, 2010). Tendo como um de seus princípios fundamentais que marcam expressivamente sua identidade social e política, a luta contra a dominação do capital é fator chave para o MST, ou seja, seus integrantes batalham por construir novas experiências que permitam superar as relações sociais isoladas do trabalho familiar camponês, sem reproduzir as relações capitalistas de dominação e subordinação. A busca pela condição camponesa de se viver e de tudo que ela representa é, então, a principal bandeira de luta social e política que o MST irá promover, além de ser a principal ferramenta de sua articulação política, da (re)criação de suas identidades e de sua luta cotidiana. As estruturas organizativas da vida camponesa são então os princípios norteadores de construção de um mundo marcado pela não violência, não subordinação e principalmente pela emancipação e autonomia de povos historicamente oprimidos.

4. UM RURAL EM ECOLOGIZAÇÃO: A AGROECOLOGIA ENQUANTO MODELO AGROALIMENTAR ALTERNATIVO

Do movimento de (re)construção de um novo rural marcado pelas ruralidades e formas heterogêneas de expressões de vidas individuais e coletivas, que encontram na condição camponesa uma maneira legítima de expressão frente aos modelos de modernização e industrialização agrícolas, irá emergir também um movimento do rural que se caracteriza por sua ecologização. Esse rural ecológico em emergência surge em decorrência de movimentos alternativos avessos à industrialização da agricultura, que passaram a se organizar tendo como pano de fundo as lutas sociais presentes a partir da década de 1970, e foi se constituindo enquanto um ''movimento protagonizado por novos atores, na medida em que estes se estabelecem como personagens que restabelecem as relações com a natureza e constroem formas renovadas de relações sociais'' (BRANDENBURG, 2018, p. 216).

De acordo com Brandenburg (2018; 2017), nesse contexto das agriculturas ecológicas o camponês e agricultor familiar são colocados como protagonistas na construção de alternativas

que se contrapõem ao modelo da racionalidade econômica/instrumental do sistema capitalista, criando assim novas culturas de reflexões/ações que irão se dissipar a outras esferas sociais e que possibilitarão novas construções eminentemente políticas e ecológicas relacionadas aos processos agroalimentares de produção, distribuição e consumo de alimentos. É nesse contexto (década de 90, no Brasil) que irá emergir, então, a Agroecologia enquanto uma alternativa para construção de modelos de agriculturas pautados sob a égide da sustentabilidade, reconfigurando os processos agroalimentares de produção, distribuição e consumo de alimentos e requalificando relações sociais, ambientais, políticas e econômicas advindas desses processos. Assim, tem como prioridade a construção de um novo rural que, sob o protagonismo do camponês e agricultor familiar, se pautará na construção de novos processos e saberes produtivos advindos de uma racionalidade ambiental emergente (LEFF, 2015).

Segundo Altieri (2012), a Agroecologia irá se constituir enquanto um campo de conhecimento que, ao se opor aos modelos industriais de agricultura, vai propor elaborar e aplicar conceitos e princípios ecológicos para o desenho e desenvolvimento de agroecossistemas[11] sustentáveis, extrapolando, ao mesmo tempo, uma visão unidimensional desses agroecossistemas, considerando as interações entre seus componentes e a dinâmica complexa entre os processos ecológicos e sociais mais amplos, levando em consideração seu impacto não só em diferentes localidades, como também nas sociedades globais de uma forma geral. É, dessa maneira, um estudo holístico que, a começar pelo agroecossistema, abrange toda uma gama de elementos ambientais e humanos. Historicamente a Agroecologia acabou se desenvolvendo e consolidando em três principais momentos (ainda que não necessariamente um sucedido pelo outro): como desenvolvimento de uma teoria crítica que irá fornecer conceitos e metodologias para o desenvolvimento de agriculturas sustentáveis; como uma prática social em coerência com as teorias; e por fim enquanto um movimento social, com a mobilização de diferentes atores e segmentos sociais em prol das lutas por justiça social e ambiental, tal como diversos movimentos ecologistas/ambientalistas populares espalhados pelo mundo.

[11] Agroecossistema pode ser considerado como o mesmo que sistema de produção, unidade de produção ou até sistema agrícola. Compreende também um conjunto de ações que um agricultor pode realizar em sua propriedade de trabalho, considerando ter um sistema de gestão próprio. Em resumo, compreende relações entre plantas e animais que interagem num ambiente físico e químico que foi modificado pela ação humana para produção de alimentos, combustíveis, fibras e outros produtos que são utilizados para o consumo humano (ALTIERI, 2012).

Surge como fonte de conhecimento - científico e não-científico (tradicional) - que irá elaborar conceitos, metodologias e técnicas diversificadas para reproduzir ao máximo possível o que representa um ecossistema natural (ambiente onde se exibe ciclagens eficientes de nutrientes e estruturas complexas com uma biodiversidade elevada). Seria então objetivo proporcionar ambientes equilibrados através de sinergismos entre os diferentes componentes de um sistema (plantas, animais, solo, água, clima, seres humanos, etc.), buscando a complementação entre esses componentes. Irá atuar, dessa forma, em seis principais multidimensões da sustentabilidade, de acordo com Caporal e Costabeber (2004): as dimensões ecológica, econômica, social, cultural, política e ética.

Ainda em sua gênese, está marcada fundamentalmente a dimensão política da Agroecologia enquanto ferramenta de reflexão e ação sobre problemas sociais latentes, como por exemplo a pobreza, insegurança alimentar e nutricional, impactos ambientais negativos, etc. (por isso a proposta dos autores acima de que a Agroecologia atua em seis multidimensões simultaneamente, não apenas em uma delas em separado). Por isso, como princípio norteador irá adotar estratégias de ação de ''baixo para cima'' (ALTIERI, 2012), ou seja, partindo dos recursos ambientais e humanos já existentes das populações locais, de seus conhecimentos tradicionais, de suas formas de manejar os recursos naturais e de suas necessidades, aspirações e contextos. Assim, a Agroecologia irá se pautar, como ponto de partida, nos sistemas camponeses tradicionais desenvolvidos e/ou herdados ao longo dos séculos, tendo como justificativa que esses sistemas são complexos (ao contrário da simplificação/otimização que o modelo industrial propõe), além de serem adaptáveis as condições locais, onde contribuem para que esses camponeses manejem de forma sustentável ambientes - que podem ser dos mais adversos possíveis - e ainda consigam satisfazer suas necessidades sem depender de todo aparato externo que a agricultura de base industrial (moderna) depende.

Tal movimento de ecologização da agricultura vem acompanhando as práticas e ações do próprio MST a partir dos anos 2000 (VALADÃO, 2012) com maior força, e hoje tem sido a principal orientação do Movimento em relação as lutas e demandas construídas por seus integrantes. A partir do início do século XXI, o MST tem reestruturado suas práticas e ações, tendo na Agroecologia a principal base de sustentação de novos projetos agrários para o Brasil, um novo programa de Reforma Agrária Popular e novos paradigmas produtivos e reprodutivos para o meio rural e urbano do país.

5. DO RURAL EM RECAMPENIZAÇÃO E EM ECOLOGIZAÇÃO (MST E AGROECOLOGIA), AO CONTEXTO ATUAL DE LUTAS E RESISTÊNCIAS: DESMONTE SOCIOAMBIENTAL NO BRASIL E PANDEMIA

Com esse cenário do rural brasileiro exposto acima (ruralidades, recampenização e ecologização), temos determinados conflitos, lutas e resistências históricas no que diz respeito ao desenvolvimento do Brasil, e mais particularmente dos povos e comunidades residentes no rural brasileiro, que no cenário atual tem se reinventado e se deparado com novos desafios e novas problemáticas em questão. Historicamente, as principais questões (mas não únicas) que envolvem as populações rurais e tradicionais no cenário brasileiro (aqui incluso o campesinato, que estamos tratando de forma particular neste trabalho) dizem respeito a falta de visibilidade do poder público para com essas populações. Não apenas são populações ''esquecidas'' pelos projetos de desenvolvimento da nação, como também, por muitas vezes, são impedidas de se manifestarem e legitimarem suas pautas e lutas em torno de suas formas de produção e reprodução da vida. No contexto atual, essas lutas históricas não deixaram de estar presentes, mas, muito pelo contrário, agora ainda se somaram à elas novos elementos que dizem respeito a conjuntura do Brasil e do mundo, qual seja, o constante desmonte socioambiental de políticas públicas brasileiras e a pandemia em curso causada pelo novo coronavírus (Covid-19).

Tendo como base o recente relatório sobre os ''Conflitos no campo Brasil 2020 (2021)'', organizado pela CPT (Comissão Pastoral da Terra)[12], e um documento organizado pelo Observatório do Clima (WERNECK et al., 2021)[13] divulgado em janeiro de 2021, a respeito das

---

[12] A CPT (Comissão Pastoral da Terra), surgiu oficialmente no ano de 1975, no interior da Igreja Católica, mais especificamente enquanto uma ramificação da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CPT nasceu em meio a ditadura militar, tendo em perspectiva as graves situações vividas por trabalhadores e trabalhadoras no meio rural brasileiro. Assim, foi um braço da Igreja Católica que passou a se ocupar especificamente dos conflitos rurais no Brasil, como forma de analisar e combater todo tipo de opressão e más condições de vida que as populações do campo vinham sofrendo até então. Desde 1985, a CPT divulga anualmente um relatório que sistematiza dados sobre os conflitos no meio rural brasileiro, conforme discutimos neste trabalho. Para maiores informações sobre a CPT e suas formas de organização e atuação, conferir o site oficial (www.cptnacional.org.br). E para maiores detalhes da gênese e atuação da CPT em relação aos conflitos por terra e lutas por reforma agrária no Brasil, conferir Ivo Poletto (2010).

[13] O Observatório do Clima surgiu oficialmente no ano de 2002, e é uma rede que conta com a atuação de diversas entidades e organizações que estudam, analisam, monitoram e discutem as mudanças ambientais no contexto brasileiro. Atuando em diversas frentes e temas relacionados ao meio ambiente, o Observatório do Clima possui em sua rede pessoas dedicadas a compreender os impactos e conflitos socioambientais no Brasil, que vão desde as questões relacionadas as mudanças climáticas e ao aquecimento global, até a elaboração de estudos e estratégias que promovam o uso adequado de recursos naturais e uma maior participação da sociedade civil em todo esse processo. Além disso, a organização divulga determinados relatórios sobre determinados temas e impactos socioambientais no Brasil, como é o caso do relatório sobre o atual contexto brasileiro que estamos

ações do Estado brasileiro em relação a determinadas pautas ambientais, tem-se observado que as populações rurais e tradicionais brasileiras continuam a ocupar um lugar vulnerável no que diz respeito aos projetos de desenvolvimento adotados por agendas públicas na atualidade do país. Se historicamente essas populações já enfrentavam problemas no que diz respeito ao lugar que ocupam (ou não ocupam) em determinadas estruturas sociais do Brasil, no momento atual, essas questões se fazem ainda mais latentes, e mostram que os conflitos rurais, ambientais e sociais permanecem no Brasil como uma ferida ainda aberta - talvez mais aberta do que nunca - e longe de ser curada.

De acordo com o relatório divulgado neste ano de 2021 (que se baseia no ano de 2020) pela CPT, o número de conflitos no campo brasileiro bateu recorde e superou a marca de todos os outros anos anteriores, de todos os relatórios anteriores divulgados pela mesma instituição. De acordo com a CPT, foram registrados 1576 conflitos no rural brasileiro em 2020, o maior número desde 1985, que foi o ano em que a CPT passou a coletar informações e divulgar anualmente tais relatórios (a CPT divulga anualmente esses relatórios, gerando um saldo, até agora, de 35 relatórios e anos de registros de informações sobre os conflitos no rural brasileiro). Esse relatório em questão, ao abordar diferentes esferas de conflitos no rural brasileiro, tem permitido evidenciar os principais atores causadores de tais conflitos, e também, é claro, as principais vítimas deles. Ao coletar dados primários e sistemáticos sobre a realidade rural brasileira, esses relatórios em questão se tornaram o documento de maior acervo a respeito dos conflitos no campo brasileiro: sobre as lutas por terra-território; formas de resistência de trabalhadores e trabalhadoras da terra; das águas; das florestas; como também sobre a defesa e conquista de direitos, etc. Este relatório da CPT é um instrumento valioso no contexto atual do Brasil, levando em consideração a falta de informação (ou a distorção dela) - por parte de agentes privados, indústrias da comunicação e de próprias instituições públicas -, que o país vem enfrentando atualmente. Conforme passagem do próprio documento, ''o enredo do relatório da CPT 2020 segue um roteiro historicamente dado: injustiça fundiária, prevalência dos interesses do capital, violência, omissão/conivência do Estado e resistência dos povos e comunidades'' (CPT, 2021, p. 9). Tal enredo, contudo, tem enfrentado novos desafios, causados pela pandemia em curso, que dificultam ainda mais as lutas dos povos e comunidades, e tornam

---

discutindo neste trabalho. Para maiores detalhes sobre o Observatório do Clima, sua gênese, atuação e organizações que compõem a rede, conferir o site oficial (www.oc.eco.br).

ainda mais visíveis a falta de amparo do poder público no controle e gestão dessa crise sanitária causada pelo vírus do Covid-19.

Este relatório da CPT, portanto, procura registrar e evidenciar conflitos, compreendidos através de ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes localidades do Brasil e em diferentes contextos e atores sociais, que envolvem as lutas por terra, água, direitos e pelas condições de trabalho. Esses conflitos, assim, acontecem entre as disputas de classe e interesses, e principalmente pela ausência ou má gestão de políticas públicas. Assim, os dados que os relatórios da CPT procuram registrar, são estatisticamente catalogados, de acordo com a instituição, por situações de disputas em conflitos por terra e pela água; conflitos trabalhistas; conflitos em áreas de garimpo e também conflitos sindicais. Tal relatório costuma ainda fazer um rigoroso levantamento sobre assassinatos ou tentativas de homicídios dessas populações em questão. No que diz respeito ao último relatório divulgado (que se refere ao ano de 2020), como já dissemos, foi constatada 1576 ocorrências de conflitos, um número assustadoramente maior ao indicado nos períodos anteriores (de acordo com o relatório, de 2011 à 2015, por exemplo, foram registrados, respectivamente, 818, 828, 802, 820 e 828 conflitos; a partir de 2016, os números passam a subir significativamente para acima da casa dos mil conflitos, indicando patamares elevados principalmente a partir de 2019, onde se registrou 1260 conflitos). Na mesma proporção de elevação drástica dos números de conflitos registrados, foram observados, em contrapartida, uma redução de ações de lutas e resistências das populações rurais, o que indica forte repressão aos movimentos populares do campo no Brasil (por exemplo, de acordo com o relatório, se em 2011 foram registradas 211 ocupações de terra no Brasil resultando em 32 acampamentos, no ano de 2020 foram registradas apenas 29 ocupações com 3 acampamentos registrados).

Alinhado aos dados divulgados pelo relatório da CPT, o Observatório do Clima também realizou, no ano de 2020, inúmeros levantamentos sobre as políticas públicas (ou as ausências delas) no contexto brasileiro, no que diz respeito as pautas socioambientais. Tal documento, divulgado em janeiro de 2021, realizou um balanço do último governo brasileiro comandado pelo então presidente Jair Bolsonaro (sem partido), e tem evidenciado diversas medidas que o Governo vem realizando de eliminação de regulamentações ambientais, por um lado, e a total abdicação de gestão das crises socioambientais atuais, de outro (pauta, inclusive, da CPI da pandemia que está em curso no Congresso brasileiro). Tais movimentos do Governo brasileiro em relação ao trato socioambiental no país ficaram - de acordo com os realizadores do relatório do Observatório do Clima -, resumidos na famigerada (ou trágica) afirmação do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, na fatídica reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, onde

o Ministro em questão disse que era momento de realizar diversas atitudes de caráter ''infralegal'' e ir ''passando a boiada'' e mudando todo o regramento e normas de controle ambiental realizados até então pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, pelo Iphan, etc., justamente porque o foco do momento era a pandemia, e ninguém iria perceber tais atitudes (por isso o termo ''infralegal''). Tal atitude, segundo os realizadores do relatório, resumem bem a questão em que se encontra o país neste momento.

Tal ''boiada'' vem passando, segundo dados divulgados pelo relatório em questão, em diversos temas, que vão desde a flexibilização do controle da exportação de madeira até a tentativa de liberação de petróleo em áreas sensíveis, passando também por diversas questões orçamentárias, pelo loteamento de órgãos ambientais com policiais militares sem nenhum conhecimento adequado pra questão, e até mesmo pela extinção e/ou propostas de extinção de diversas instituições já consolidadas no trato socioambiental no Brasil, como por exemplo o Instituto Chico Mendes, entre vários outros. Além dessas ''canetadas'' presidenciais e ministeriais, o relatório ainda divulga dados do alarmante crescimento de queimadas e desmatamentos, principalmente na região amazônica, e a manipulação de informações que o governo vem realizando, por exemplo, em evidenciar que os conflitos ambientais no Brasil estão diminuindo e se encontram sob pleno controle (como é o caso das multas ambientais, que diminuíram drasticamente nos dois últimos anos, mas não por que os conflitos pararam de existir, mas sim porque as multas nem sequer estão sendo mais aplicadas).

Assim, tendo esse cenário brasileiro evidenciado pelos relatórios em questão, somado ainda a questão da pandemia, tem-se um contexto no rural brasileiro muito delicado, no que diz respeito aos processos de produção e reprodução da vida de comunidades tradicionais e movimentos populares (mas não só no rural, como também no urbano). A dificuldade em desenvolver projetos e lutas socioambientais no Brasil encontra na própria gestão (ou falta dela) do Estado brasileiro sua principal causa, somado ainda à crise sanitária enfrentada pela pandemia em questão. Nesse sentido, tais processos vem motivando determinados movimentos populares e organizações comunitárias a reinventarem lutas e práticas, no sentido de se preservarem e preservarem também seus amigos e amigas de luta. Assim, tem-se notado uma crescente pauta em torno de práticas e ações de solidariedade enquanto forma de enfrentamento das crises atuais que os brasileiros vêm enfrentando, seja no rural ou no urbano. De acordo com o relatório da CPT, entre 1348 manifestações de lutas sistematizadas em 2020, 965 delas (71,6%) foram ''ações de solidariedade'', cujo objetivo principal foi a doação de alimentos para pessoas e famílias em condições socioeconomicamente vulneráveis agravadas pelo Covid-19, do campo e da cidade. E são essas ações, em especial as desenvolvidas pelo MST

- e em particular as ações no Estado do Paraná -, que daremos ênfase a seguir, enquanto estratégias de lutas e resistências ao atual contexto brasileiro de crises socioambientais que camponeses e camponesas já vem enfrentando historicamente na realidade social do país.

6. O MST E AS CAMPANHAS DE DOAÇÕES DE ALIMENTOS EM TODO O BRASIL: O CASO DO COLETIVO MARMITAS DA TERRA NA CIDADE DE CURITIBA-PR

Conforme discorremos, a atual conjuntura brasileira (desmonte socioambiental e pandemia) tem provocado movimentos sociais e populares, do campo e da cidade, a desenvolverem práticas e ações de solidariedade, como forma de enfrentar tais crises e dar novos sentidos às lutas desses movimentos em prol da justiça social e ambiental em nosso país. Assim, em todo o território brasileiro, desde o início da pandemia (em meados de abril de 2020), o MST e um conjunto de organizações já partilharam, de acordo com dados levantados pela matéria de Tavares (2021) no veículo MST Oficial (MST, 2021), mais de 4 mil toneladas de alimentos para populações socioeconomicamente vulneráveis, com ações que vão desde a entrega de cestas de alimentos, até a partilha de marmitas e outros itens, como por exemplo gás de cozinha, etc. Em especial no Estado do Paraná, criou-se, a partir dessas articulações entre movimentos populares do campo e da cidade, a União Solidária, responsável por articular ações de solidariedade no estado. Dessa União, já resultaram a partilha de mais de 700 toneladas de alimentos em todas as regiões do estado, e mais de 60 mil marmitas distribuídas na cidade de Curitiba e região. Diversas organizações compõem a União Solidária: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Sindicato dos Petroleiros Paraná e Santa Catarina (Sindipetro PR/SC); Rede Produtos da Terra; Coletivo Marmitas da Terra; Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores (PT-PR); Sindicato dos professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR); alguns núcleos sindicais da APP-Sindicato; Comissão da Dimensão Social da Arquidiocese de Curitiba da Igreja Católica; e por fim o Cecopam – Centro Comunitário Padre Miguel. Como não temos tempo e espaço para evidenciar e analisar todas as iniciativas do Estado do Paraná - quem dirá de todo Brasil -, focaremos em expor a experiência desenvolvida pelo Coletivo Marmitas da Terra, que distribui semanalmente marmitas em Curitiba – PR e na região metropolitana para moradores em situação de rua e para populações socioeconomicamente vulneráveis nas periferias das regiões em questão.

O Coletivo Marmitas da Terra, surgido dentro do MST, emergiu no começo do ano de 2020 (início da pandemia), tendo como objetivo principal combater a fome e a pobreza que

estavam cada vez mais alarmantes e evidentes na realidade brasileira devido ao agravamento causado pela pandemia em curso, em específico no município de Curitiba e nas regiões metropolitanas da cidade. Como já dissemos, o coletivo está inserido com outras organizações na realização de ações de doação e distribuição de alimentos para populações vulneráveis que tiveram suas vidas e realidades drasticamente afetadas pelo contexto atual de pandemia e descaso do poder público frente a tal realidade. De acordo com conversa informal que tivemos o privilégio de estabelecer com a Ana[14], integrante do MST e do Coletivo Marmitas da Terra, e também de acordo com dados divulgados pelo Coletivo nas redes sociais (Instagram), a ação conta com uma média de 150 pessoas, do campo e da cidade, que se articulam através de grupos no WhatsApp e realizam diversas atividades durante a semana. As atividades se resumem na própria preparação e distribuição das marmitas, que acontece toda quarta feira; mas pra além dessa ação em específico, o Coletivo também participa de outras atividades no que diz respeito a própria produção/manejo/colheita dos alimentos que são utilizados na preparação das marmitas. Apesar do coletivo contar com diversas doações de alimentos, também conta com uma produção própria de alimentos, através de uma parceria estabelecida com o Assentamento Contestado, localizado no município de Lapa-PR. Toda semana (todo sábado), integrantes do coletivo vão até o assentamento em questão, e lá realizam diversas atividades de produção de alimentos, que vão desde a preparação do solo/terreno, ao plantio de sementes e mudas, até a colheita desses alimentos. De acordo com Ana, essas ações de produção do próprio alimento a ser utilizado nas marmitas a serem distribuídas, é um dos segredos de sucesso da ação. E não é qualquer alimento: a ação conta com toda força da ecologização da agricultura que discutimos anteriormente através da prática agroecológica desenvolvida pelo MST. Majoritariamente, os alimentos utilizados na produção das marmitas são alimentos agroecológicos doados por acampamentos ou assentamentos da reforma agrária e por agricultores familiares que se utilizam das práticas agroecológicas, ou mesmo produzidos pelo próprio coletivo nos locais mencionados em questão. É uma ação, portanto, que tem promovido não só o combate à fome na cidade de Curitiba e região, como também promove lutas ambientais e ecológicas que dizem respeito à produção, distribuição e consumo desses alimentos. É uma ação de solidariedade,

[14] Ana é uma amiga pessoal, e me ofereceu um momento de seu dia para me contar – através de conversa informal pelas redes sociais - com suas próprias palavras como é a experiência do Coletivo Marmitas da Terra. Ana é um nome fictício, criado a partir da intenção de preservar a identidade da pessoa em questão.

que une o combate à fome e lutas ambientais e ecológicas. Como veremos a seguir, une lutas por justiça social e justiça ambiental.

No início das ações do coletivo, a ação ainda contava com poucos integrantes, e chegava à marca de 500 marmitas diárias (distribuídas semanalmente). Hoje, o coletivo conseguiu atingir a marca de 1.100 marmitas produzidas toda quarta feira, e conta com a ação de uma média de 150 atores diretos na ação, sem contar outros atores e organizações indiretas (como doadores de dinheiro e/ou de alimentos em prol da iniciativa). Atualmente, o coletivo já chegou à marca surpreendente de 61.800 mil marmitas[15] distribuídas desde o começo da ação. Conforme Ana discorre sobre esses números e essa capacidade do coletivo, pra ela, foi um movimento surpreendente, porque o coletivo começou com 500 marmitas por semana, e depois foi conseguindo crescer, gradativamente, atingindo 700, e tomando proporções ainda maiores quando o coletivo participava de outras ações junto de outras organizações, onde já tiveram ações de doação de cestas e marmitas juntas, que chegaram a 2000 marmitas; 3000 marmitas, e teve ainda uma ação específica, no fim do ano, que chegou a marca surpreendente de 5000 marmitas. Assim, Ana também nos revelou, a partir de nossa conversa, a grande importância da ação do coletivo, não só pra quem está envolvido nas ações, mas também pra quem recebe os alimentos. A importância de tal ação é percebida pelos atores envolvidos nas ações e principalmente pela própria população beneficiada de tal ação, justamente por se encontrarem em condições vulneráveis e agravadas pelo contexto atual. Ana relata, com palavras marcantes, como que a população tem recebido as marmitas nos atos de distribuição, e nos revela sentimentos de muita gratidão por parte da população beneficiada, relatando que, ao distribuir as marmitas, o coletivo tem proporcionado momentos importantes de manter viva a esperança e a vida no interior das realidades das pessoas em questão. Ana ainda diz que ao distribuir as marmitas, a população beneficiada tem procurado saber mais do MST, ouvir o que os integrantes tem a dizer, e assim entender melhor os propósitos de luta do Movimento e as razões de existirem ações como essa do coletivo em questão. De acordo com Ana, são essas trocas nesses momentos de distribuição dos alimentos que permite a todos - não só os beneficiados, mas a própria equipe do coletivo - a manter viva a esperança de que nosso país encare a crise atual e saia dela o mais rápido possível, com um menor número de afetados possível. São nessas ações, portanto, que podemos observar o sentimento de solidariedade sendo uma ferramenta de luta e resistência, a partir do combate à fome e ao contexto de crises

[15] Dados divulgados pelo Coletivo nas redes sociais (Instagram) até o dia 20 de junho de 2021.

socioambientais que estamos vivendo em nosso país. Lutas e resistências de movimentos do campo diretamente alinhados com demandas e lutas também do meio urbano brasileiro.

Assim, com esse Coletivo Marmitas da Terra e através das contribuições de Ana, podemos ver como essas ações de solidariedade tem construído o atual cenário no Brasil, no que diz respeito as lutas em torno do descaso do poder público/político a respeito aos agravamentos da pandemia no país. Com essas ações em curso, esses coletivos tem demonstrado alta capacidade de elaboração de estratégias para combater as crises que o país vem enfrentando, através da junção de forças e de propósitos comuns, quais sejam, de enfrentamento aos problemas ocasionados pela desigualdade social crescente e as crises ambientais também em emergência. Ao promover ações de solidariedade que combatem à fome e promovem junto um outro debate em torno do atual paradigma econômico/produtivo mundial, através dos alimentos agroecológicos, esses coletivos e movimentos tem reinventado as lutas das populações do campo e da cidade, e tem evidenciado a capacidade de articulação mesmo em períodos dramáticos como os que vivemos atualmente no Brasil. São (novos) movimentos que organizam novas lutas e estratégias para questões que, por sua vez, não são tão novas assim. Dessa maneira, são pessoas/coletivos/movimentos sociais e populares que, através de processos históricos de resistência, demonstram força e liberam esperança para os povos e comunidades que estão na linha de frente de tais conflitos, e promovem, acima de tudo, um outro olhar para a vida e para a sobrevivência humana, onde a opressão de qualquer tipo (principalmente a fome e a pobreza), seja ao máximo combatida e se possível eliminada de suas vidas e de toda população brasileira.

7. MST/AGROECOLOGIA/COLETIVO MARMITAS DA TERRA E AS LUTAS POR JUSTIÇA SOCIAL E JUSTIÇA AMBIENTAL: NOVOS ATORES RURAIS E URBANOS E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O MST, de forma geral, possui em sua gênese os principais conflitos rurais que o Brasil enfrenta desde o período colonial (alta concentração de terras nas mãos de poucos; desigualdade social elevada; etc.), e nasceu como forma de mobilizar atores em prol do combate a determinadas estruturas agrárias/fundiárias/agrícolas que o Brasil construiu historicamente em seu processo de desenvolvimento. Foi através da luta de novos atores, a partir da redemocratização do Brasil, que o MST emergiu enquanto movimento protagonista de lutas e resistências contra determinadas estruturas ancoradas nas instituições públicas e no Estado

brasileiro. De acordo com a teoria do ator e da ação de Alain Touraine (2012), são sujeitos que passaram a protagonizar lutas contra certas normas e regras impostas ''exteriormente'', ou seja, ancoradas no Estado e nas instituições, que existem em prol do controle e manutenção da ordem social. São, por isso, (novos) atores que procuram estabelecer determinadas lutas que permitam a eles certa liberdade em desenvolver projetos de desenvolvimento autônomos, livres de determinações externas totalitárias. Nesse mesmo movimento, estão os atores emergentes da Agroecologia, que pautam um outro e novo processo agroalimentar, tendo como base as lutas ecologistas/ambientalistas críticas ao atual modelo agroalimentar hegemônico (hoje representado pelo agronegócio), onde a natureza passa a ser aliada a projetos de desenvolvimento social, e não mais encarada enquanto um recurso econômico. Assim, são novos atores que procuram construir seus mundos a partir do protagonismo próprio de suas ações, elaborando estratégias eminentemente políticas e inserindo os elementos sociais e da natureza no bojo das disputas por poder encampadas por Estados e instituições versus movimentos sociais e populares.

De acordo com Joan Martinez-Alier (2018), o MST e Agroecologia vem se caracterizando enquanto um movimento ecologista dos pobres, isto é, um movimento de países e populações do ''Sul'' que, através de suas práticas e ações em prol da sobrevivência humana, movimentam lutas em torno de um bom acesso, manejo e preservação de recursos naturais (tal como discutimos ser o novo paradigma norteador das práticas e ações do MST, através da Agroecologia). Assim como Boaventura de Sousa Santos (2020) também discorre, são movimentos do ''Sul'' que indicam não necessariamente um local geográfico, mas sim um ''Sul'' epistemológico, ou seja, são movimentos protagonizados por atores/populações/países que se encontram em posições de opressão e violência em relação à países de primeiro mundo e de economia capitalista central (as epistemologias do ''Norte'', segundo ele), tais como os saberes produzidos pelas populações tradicionais (indígenas, camponeses, quilombolas, etc.) que historicamente tiveram seus processos de produção e reprodução de vida constantemente ameaçados por processos de desenvolvimentos ancorados na modernização capitalista mundial. Assim, esses movimentos ecologistas do ''Sul'' (MST e Agroecologia, por exemplo), vem construindo suas lutas a partir do protagonismo de populações tradicionais e suas formas de produzir conhecimento que o atual paradigma produtivo não reconhece enquanto legítimas. Dessa maneira, vão protagonizar lutas ambientais que não dizem respeito somente à preservação de recursos ambientais, mas fundamentalmente através de uma crítica direta ao atual paradigma produtivo/econômico que regula as relações sociais no mundo todo. Assim, essas lutas ecologistas dos pobres, das quais Martinez-Alier (2018) discorreu, vão unir lutas

por justiça ambiental à lutas por justiça social (ACSELRAD, 2010; ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009), entendendo que não se combate degradação ambiental, por exemplo, sem combater suas raízes, ancoradas principalmente na desigualdade social crescente, tal como tentamos deixar explicito neste trabalho sobre o Coletivo Marmitas da Terra, enquanto um movimento que une lutas ambientais à lutas sociais, combatendo a fome, a pandemia e o desmonte socioambiental no Brasil através de práticas de produção/distribuição/consumo de alimentos condizentes com um bom acesso e manejo de recursos naturais, explicitados pelos processos agroalimentares agroecológicos.

Através de novos processos de reapropriação da natureza às lutas sociais emergentes, sendo os elementos ''naturais'' agora aliados à novos projetos de desenvolvimento social (tal como a Agroecologia foi agregada às práticas e ações do MST), as lutas protagonizadas por esses movimentos do ''Sul'' se apoiam nos saberes tradicionais produzidos de gerações em gerações, sem, no entanto, excluir os saberes científicos construídos na modernidade. Assim como Santos (2020) colocou, esses movimentos realizam um movimento de ''ecologia de saberes'', qual seja, o diálogo de diferentes saberes (tradicionais e científicos) como forma de potencializar as lutas contra a opressão causadas pelo patriarcalismo, pelo capitalismo e pelo colonialismo. Dessa forma, esses movimentos produzem novos saberes e novas racionalidades, que Enrique Leff (2015) vai chamar de saber e racionalidade ambiental, que promovem uma crítica direta ao atual paradigma econômico/produtivo e propõem mudanças e alternativas epistemológicas para construção de novos e outros paradigmas de produção e reprodução da vida. É, assim, um movimento de reinterpretação do mundo e de novas propostas de desenvolvimento social, agora ancoradas e protagonizadas por populações tradicionais do ''Sul'', ou seja, pessoas/populações/países que procuram eliminar qualquer forma de opressão causada aos seres humanos, tal como tentamos deixar explicita pela existência e ação do MST, da Agroecologia e do Coletivo Marmitas da Terra no contexto histórico e contemporâneo brasileiro.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rural brasileiro, conforme já discorremos anteriormente, é um universo recheado de conflitos e contradições no que diz respeito a quem são seus atores e quais suas principais características. Nesse caleidoscópio que é o rural brasileiro, o MST e a Agroecologia emergem enquanto movimentos protagonizados por novos atores responsáveis por articularem novas lutas e demandas no que diz respeito a realidade brasileira e as questões agrárias em questão.

Já em relação ao momento e a conjuntura atual de desmonte socioambiental e de pandemia em curso, novas ações emergem enquanto estratégias de combate a tal realidade, baseadas na condição de total abandono que o poder público vem realizando em relação a determinadas camadas sociais socioeconomicamente vulneráveis.

Assim, a partir da experiencia do Coletivo Marmitas da Terra, o trabalho procurou evidenciar a capacidade de articulação de determinados movimentos e organizações como forma de enfrentamento e combate à dura realidade que o Brasil vem enfrentando. Com isso, conseguiu estabelecer, ainda que brevemente, a relevância das ações do coletivo em questão no que diz respeito a resistência do campesinato brasileiro frente a tal realidade, e a capacidade dessa categoria social em estabelecer ações e estratégias que consigam diminuir determinados impactos socioambientais, como é o caso das doações de alimentos agroecológicos que o Coletivo vem realizando. Dessa maneira, podemos observar que a ação do Coletivo Marmitas da Terra é uma ação que envolve lutas por justiça social e ambiental, além de estabelecer uma critica direta ao atual paradigma econômico e produtivo de desenvolvimento, ancorado na desigualdade social crescente e nos altos índices de pobreza e miséria pelo mundo. Ao alimentar pessoas que tem fome num momento tão frágil e trágico, o campesinato brasileiro, mais especificamente o MST e seus integrantes, conseguem demonstrar alta capacidade de desenvolver projetos autônomos que possam conduzir a processos de desenvolvimento social que integrem e beneficiem pessoas e populações historicamente oprimidas. Ao demonstrar tais capacidades, o campesinato brasileiro - representado aqui pela ação do MST, da Agroecologia e do Coletivo Marmitas da Terra -, deixa evidente a necessidade de serem repensados todo e qualquer projeto de desenvolvimento do país, que historicamente relegou tal categoria social ao ''esquecimento'' e que, na atualidade, se mostra cada vez mais incapaz de atender as demandas sociais latentes, como por exemplo a fome e a miséria que voltam a pauta diária de nosso país enquanto problema cotidiano de milhares de indivíduos e famílias. Conforme o próprio MST e o Coletivo Marmitas da Terra colocam, que tais ações possam ficar registradas e servirem de esperança para um momento tão frágil e delicado como o que estamos vivendo atualmente, e que a defesa da vida de todo e qualquer brasileiro seja, acima de tudo, prioridade número um e um ato de resistência perante tamanho descaso.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. De camponeses a agricultores: Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 1990.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão popular, 3. Ed., AS-PTA, 2012.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. Estud. av., São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ERNSTEIN, Henry. Dinâmicas de Classe e mudança agrária. São Paulo. Editora Unesp. 2011.

BRANDENBURG, Alfio. Ecologização da agricultura familiar e ruralidade. In Delgado, G. COSTA e BERGAMASCO, S. M. Pereira. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, pg 150 -166, 2017.

_____. Mundo Rural e Ruralidades. Curitiba: Editora da UFPR, 2018.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER J. A. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.

CARTER, Miguel. (Org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Org.). A questão Agrária. Editora Brasiliense. São Paulo, 1981.

_____. La organización de la unidad económica campesina. Ediciones Nueva Visión. Buenos Aires, Argentina. 1974.

CPT. Comissão Pastoral da Terra, 2021. Página inicial. Disponível em: <www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 22 de jun. de 2021.

CPT. Conflitos no campo: Brasil 2020. Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno. Goiânia: CPT Nacional, 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petropolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. A Luta pela Terra: história e mobilização do MST. In: CARTER, Miguel (Org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

KAUTSKY, Karl. A questão Agrária: a evolução da agricultura na sociedade capitalista. Vol. I, Portucalense Editora, Porto, 1972a.

_____. A questão Agrária: a evolução da agricultura na sociedade capitalista. Vol. II, Portucalense Editora, Porto, 1972b.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2015.

LENIN, Vladimir Ilich. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINEZ-ALIER, Joan. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2018.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo da produção do capital; tradução Rubens Enderle – 2. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2021. Página inicial. Disponível em: <www.mst.org.br>. Acesso em: 22 de jun. de 2021.

ODC. Observatório do Clima, 2021. Página inicial. Disponível em: <www.oc.eco.br>. Acesso em: 22 de jun. de 2021.

PLOEG, Jan Douwe van der. Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

_____. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre. UFRGS. 2008.

POLETTO, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel (Org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

TAVARES, Thea. Campo e cidade juntam-se no combate à fome na periferia de Curitiba. MST, 17 de jun. de 2021. Disponível em: < https://mst.org.br/2021/06/17/campo-e-cidade-juntam-se-no-combate-a-fome-na-periferia-de-curitiba/>. Acesso em: 22 de jun. de 2021.

TOURAINE, Alain. Crítica da modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

VALADÃO, Adriano da Costa. Transição agroecológica nos assentamentos rurais: estratégias de resistência e produção de novidades. Curitiba-PR, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. *En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?.* Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

_____. Agricultura Familiar e Campesinato: Rupturas e Continuidades. Aula Inaugural do primeiro semestre a ser ministrada no CPDA/UFRRJ. 2004.

_____. O Mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____. Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

WERNECK, Felipe et al. Passando a boiada: o segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. Observatório do Clima, 2021.

ZANONI, M.; FERMENT, G. (Org). Transgênicos para quem? Agricultura Ciência Sociedade. Brasília: MDA, 2011.

CAPÍTULO XXXV

A TEORIA DA FINANCEIRIZAÇÃO E A LÓGICA DA DOMINAÇÃO FINANCEIRA SOBRE O AGRONEGÓCIO: NOTAS PARA O DEBATE

Victor Marchesin Corrêa[1]

[1] Mestrando em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ, pesquisador do NuPER/UFSCar e assistente de pesquisa do GEMAP/UFRRJ. E-mail: victormarchesincorrêa@gmail.com. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3599341625638484

RESUMO

Diversos trabalhos têm abordado a entrada do grande capital financeiro na agricultura e na dinâmica de apropriação de terras, que produz efeitos socioambientais que refletem na configuração da questão agrária brasileira e conferem à análise sociológica a necessidade de mobilizar novos arcabouços teórico-metodológicos. Posto isso, o presente trabalho tem por objetivo tecer algumas considerações acerca do debate, apresentando algumas das principais teorias da financeirização e evidenciando suas importantes contribuições teóricas. Propomos uma análise sob três aspectos: i) a dinâmica agroindustrial e suas estratégias de expansão; b) a demanda por terras no Brasil contemporâneo; e c) o arranjo político-institucional do agronegócio. Conclui-se que o fenômeno da financeirização tem alterado a dinâmica da apropriação capitalista no mundo rural e que deve ser analisado em termos de uma lógica específica de acumulação que dirige e direciona a acumulação capitalista, e não apenas a partir da entrada de capitais puramente financeiros na atividade agrícola. Longe de esgotar o tema, buscamos propor reflexões sobre as interfaces do universo rural brasileiro enquanto um campo de pesquisa.

Palavras-chave: Financeirização; Agronegócio; Sociologia Rural; Questão Agrária.

1. INTRODUÇÃO

Em 2013, Buainain *et al*. publicaram as "Sete teses sobre o mundo rural brasileiro", sustentando que alterações profundas e sensíveis na dinâmica agrícola e agrária brasileira a partir dos anos 1990 nos levam a considerar uma nova periodização para o cenário rural nacional contemporâneo (BUAINAIN et al, 2013), com implicações que rebatem na dinâmica e nos entendimentos sobre questão agrária brasileira. As contribuições teóricas sobre as configurações de uma questão agrária nacional são extensas na literatura especializada (CARVALHO, 2011; DELGADO, 2005; GIRARDI, 2008) e têm balizado diversos estudos sociológicos no campo dos estudos agrários. Todavia, à medida que se alteram as dinâmicas do

campo e se reconfiguram os atores e os conflitos, torna-se necessário que as Ciências Sociais busquem novos aportes teórico-metodológicos capazes de jogar luz aos fenômenos e processos que se colocam, podendo também, para além de instrumentos de pesquisa, suscitarem novas questões e novos campos de estudo.

> Com efeito, a emergência de novos atores e a reconfiguração das relações políticas e sociais no mundo rural abriram novos campos de conflito, algumas vezes alterando, outras alargando o que se poderia chamar de "questão agrária" no século XXI. Muitos deles são decorrentes da expansão deste "agronegócio" contemporâneo e de seus efeitos sobre a apropriação de territórios e recursos naturais, ou de suas tentativas de mobilizar recursos públicos. (LEITE, 2019, p. 305)

Sem tomar como dadas as sete teses de Buainain *et al* (2013), o indicativo de mudanças estruturais no padrão de acumulação da agricultura brasileira, a partir da introjeção intensiva de capital (em suas diversas formas) na atividade agropecuária, tem fundamento nos desdobramentos que tomam forma de 1990 em diante no Brasil. Delgado (2012) identifica nesse processo o surgimento do que denominou "economia do agronegócio", um pacto de economia política entre o latifúndio e o grande capital (nacional e internacional), sob intermédio das instituições de Estado, que reorganiza o padrão de acumulação na agricultura. Leite (2019) avalia que

> Na realidade, o padrão em curso, sob a alcunha do "agronegócio", parece não se vincular mais à uma ideia de projeto nacional/regional de desenvolvimento (mesmo que conservador e concentrador, como foi aquele experimentado no momento anterior entre os anos 1940 e 1980), dado seu caráter muito mais internacionalizado e financeirizado, o que tem exigido novas categorias analíticas para sua compreensão no âmbito das Ciências Sociais. (p. 318)

Posto isso, o autor argumenta que o processo contemporâneo de modernização da agricultura não pode ser apreendido através das mesmas chaves analíticas que explicam a modernização conservadora das décadas de 1960, 1970 e 1980, advogando por uma "sociologia das transformações agrárias" que busque novos instrumentos de análise, condizentes com a nova dinâmica agrária brasileira (LEITE, 2019).

É nesse sentido que buscamos desenvolver a temática da financeirização do agronegócio, tema esse que vem ganhando cada vez mais espaço no debate acadêmico (ALBUQUERQUE, 2016; BALESTRO e LOURENÇO, 2014; BUAINAIN, 2014; GOLDFARB, 2013; GONÇALVES, 2005; LEITE, 2019; VERDI e AUON, 2009; e outros). Estamos considerando, para os fins do debate científico, que o fenômeno de financeirização da economia global – que rebate no agronegócio brasileiro – não pode ser entendido nos termos do desenvolvimento agrícola de outrora e requer um aprofundamento conceitual.

A provocação a que se pretende esse texto deriva de uma definição que vem se popularizando nos estudos do tema e que, contudo, pode não dar conta da complexidade do fenômeno. Muitas pesquisas no campo das ciências sociais têm trabalhado com o conceito de financeirização enquanto a ascendência do valor do acionista a um patamar de governança corporativa ou, em outras palavras, enquanto a centralização do poder econômico nas mãos do capital financeiro (ALBUQUERQUE, 2016; BALESTRO e LOURENÇO, 2014; GOLDFARB, 2013). Essa definição do conceito tem direcionado os estudos para a análise da entrada do capital financeiro (leia-se bancos, fundos de investimento e instituições financeiras) no mercado de terras e em atividades agroindustriais. Essa, todavia, é apenas uma face do fenômeno.

Posto isso, nosso objetivo com esse trabalho é o de trazer outros (não necessariamente novos) elementos para o debate sobre a financeirização do agronegócio, a partir da contribuição – em especial – de três teóricos que se propuseram a desenvolver um arcabouço teorico-metodológico para a teoria da financeirização; a saber: François Chesnais (2001; 2005); José Carlos Braga (2000) e Eleutério Prado (2014). O argumento central que conduz a construção dessa exposição é o de que o conceito de financeirização do agronegócio não deve ser compreendido como a subordinação da esfera produtiva à financeira, mas dentro dos termos de uma lógica financeira que passa a dominar e condicionar o cálculo econômico, imprimindo a ele novas temporalidades e expectativas ao capital e seu processo de acumulação, pressionando pela captura de rendas extraordinárias da terra e pela superexploração do trabalho e dos recursos naturais.

Nossa exposição está estruturada da seguinte maneira: a) As teorias da financeirização: uma discussão teórica; b) o novo arranjo político-institucional do agronegócio; c) A financeirização e mercado de terras; e d) A dinâmica de expansão agroindustrial; além dessa introdução e das considerações finais.

2. AS TEORIAS DA FINANCEIRIZAÇÃO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

Falar de financeirização da economia é falar sobre um processo de mudanças estruturais no padrão de acumulação de riqueza a nível mundial sob a dominação da lógica financeira, que se estrutura no capitalismo contemporâneo a partir dos anos 1980 (BRAGA, 2000). Segundo o mesmo autor, trata-se de um movimento sistêmico do capitalismo que foi sendo engendrado com o decorrer do esgotamento da "Idade de Ouro" do capitalismo e o fim padrão monetário-financeiro estruturado com o acordo de Bretton Woods.

François Chesnais (2005) identificou bem o processo histórico que levou a uma espécie de ascensão da finança, cunhando o termo "mundialização do capital": uma abordagem marxista que dispõe sobre a ideia de globalização a partir da ótica da expansão do capital e sua livre circulação global. Essa mundialização é apenas possível devido ao processo de liberalização e desregulamentação dos sistemas financeiros nacionais e a integração entre eles, permitindo ao capital sua livre movimentação a nível global dentro da esfera financeira, que, segundo o autor, não se dá por um movimento próprio – natural – do capital financeiro, mas por um esforço político por parte dos Estados nacionais (CHESNAIS, 2005).

Segundo ele, foram as medidas de liberalização e desregulamentação que ocorreram após o colapso do sistema de Bretton Woods, como o fim do controle à movimentação do capital estrangeiro e regime de câmbios flexíveis, que geraram o sistema financeiro mundializado como conhecemos (CHESNAIS, 2005).

> A abertura externa e interna dos sistemas nacionais, antes fechados e compartimentados, conduziu à emergência de um espaço financeiro mundial. A liberalização e a desregulamentação não suprimiram os sistemas financeiros nacionais. Elas os integraram de maneira "imperfeita" ou "incompleta", em um conjunto que tem muitas particularidades. (2005, p. 44 – 45).

É importante nos atentarmos aos processos históricos de constituição do movimento de financeirização da economia mundial para não perdemos de vista que se trata de um fenômeno socialmente determinado e historicamente condicionado, que se desenvolve sem alterar a condição de subordinação que estrutura a relação centro-periferia do capitalismo internacional. É através dos mecanismos de endividamento público que os mercados financeiros centrais forçam sua entrada nas economias do terceiro mundo, tendo nelas seu principal instrumento de valorização. A dívida pública "é o pilar do poder das instituições que centralizam o capital portador de juros." (CHESNAIS, 2005, p. 42).

A ideia de capital portador de juros (ou capital financeiro ou simplesmente finança) é fundamental em Chesnais. Isso porque ele diz respeito a um movimento específico de valorização do capital de cunho patrimonial que não atravessa o circuito clássico D – M – D', mas baseia-se no direito de propriedade para forçar sua reprodução ampliada através do circuito D – D'.

> Esse capital busca "fazer dinheiro" sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias complexas de créditos e de dívidas, especialmente entre bancos. (2005, p. 36)

Essa diferenciação, que se apresenta na sociedade diferenciando também capital financeiro e capital industrial como duas frações separadas da classe burguesa, é a chave para compreender o processo de mundialização do capital segundo o autor. Isso porque ele nada mais é do que a restauração do poder dessa classe rentista, detentora da liquidez da economia – a qual chamamos "capital financeiro" –, sobre o capitalista clássico – o "capital industrial".

Desmantelado o padrão monetário-financeiro de Bretton Woods – que impunha limites à expansão do capital financeiro – e o concomitante crescimento das instituições financeiras não-bancárias, em especial as companhias de seguros e os *mutual funds* (que logo passaram a concentrar a maior parte da poupança mundial), a classe rentista retoma seu poder e impõe sua dominação sobre a acumulação capitalista contemporânea.

Posto que é caracterizado pelo movimento D – D', o capital financeiro encontra-se numa posição de exterioridade da produção, pois sua lógica, seu circuito e sua temporalidade encontram-se fora do processo de produção do valor e a ele não deve nada, apenas extrai. Ao aumentar seu poder de dominação, a finança aumenta também a parcela que clama para si da riqueza gerada: quanto mais cresce e subjuga a produção de mercadorias, maiores são suas punções e, consequentemente, menores as massas de lucro reinvestidos na produção. Segundo Chesnais esse parasitismo da finança advém de sua acumulação rentista-patrimonial. "A propensão do capital portador de juros para demandar da economia 'mais do que ela pode dar' é uma consequência de sua exterioridade à produção" (2005, p. 61).

Dessa maneira, sob a ótica de Chesnais, o capital financeiro – parasita insaciável – é o "inimigo a ser combatido" e nos resta a dicotomia, um tanto perigosa, entre capital financeiro e capital industrial: entre o capital mau, parasita e inimigo do desenvolvimento, e o capital bom, amigo do desenvolvimento e gerador de empregos. E posto isso, a análise do autor se assemelha mais com uma abordagem neo-ricardiana da renda da terra do que uma abordagem essencialmente marxista, centrada no processo realização da mais-valia.

Chesnais analisa muito bem os processos de integração dos mercados financeiros mundiais e o crescimento de suas instituições e instrumentos, mas ao colocar o capital financeiro em posição de exterioridade à produção – e portanto, parasita –, deixa de lado o pressuposto fundamental de que o capital é, em si, uma relação social estruturada de apropriação privada do fruto do trabalho social. Deixa-se levar pela aparência do circuito D – D' e a isso a crítica de Eleutério Prado (2014) é primorosa.

Para Prado (2014), a tese de que a atividade financeira parasita a atividade produtiva não é nova, entretanto, o equívoco encontra-se na crítica que se limita à repartição do produto

do trabalho e, dessa forma, aos tipos específicos de capital, enquanto deveria se debruçar sobre o capital enquanto relação social, sobre o modo de produção capitalista.

> De fato, sob a primeira perspectiva, que critica antes a repartição que lhe é inerente do que propriamente o capitalismo enquanto tal, afigura-se realmente como uma enormidade a existência de uma classe social "ociosa", a qual obtém os seus rendimentos, eventualmente em montantes elevados, com base exclusiva na propriedade de direitos – e não da própria laboriosidade, de algum modo. (PRADO, 2014, p. 20 – 21)

Prado defende que os tipos de capitais, sob a ótica marxista, devem ser analisados enquanto frações autonomizadas e especificadas do capital social total, que participam conjuntamente do movimento geral de exploração da força de trabalho.

> O capital como um todo não é apenas uma abstração mental: é o modo de ser do capital enquanto relação social que prevalece na sociedade atualmente existente. Pois os capitais individuais se encontram entrelaçados não só pelos nexos que mantêm na esfera da circulação mercantil, mas porque atuam em conjunto na produção de valor. O conjunto dos capitais é pressuposto de cada um deles em particular. Em consequência, "o movimento do capital social", diz Marx, "consiste na totalidade dos movimentos de suas frações autonomizadas, das rotações dos capitais individuais" (Marx, 1983b, p.261). Eles se expandem – ou se contraem – em conjunto, ainda que assimetricamente; eles participam também, ainda que diferenciadamente, da repartição do valor gerado pela classe trabalhadora como um todo. E essa totalidade não inclui apenas o capital industrial, mas engloba também o capital financeiro. Discutindo a limitação de capital monetário que eventualmente enfrenta o capitalista individual para expandir o seu negócio, Marx mostra, por exemplo, que a falta circunstancial de capital monetário é superada pela existência do capital portador de juros: "essa barreira é rompida pelo sistema de crédito" seja mediante o capital de empréstimo, seja mediante o capital provido pelas "sociedades por ações" (Marx, 1983b, p.265). (PRADO, 2014, p. 22)

Conclui-se, portanto, que todos os tipos específicos do capital são necessários para que se leve a cabo o sistema de extração de mais-valia num sentido amplo. É superficial pensar que certos capitais têm – ou não – legitimidade na apropriação do excedente social com base em critérios funcionais ou mesmo morais (PRADO, 2014).

Pela crítica de Eleutério Prado, o processo de financeirização não se trata da dominação de uma fração da classe burguesa pela outra, mas de uma mudança no padrão concorrencial do capitalismo, ao passo que a acumulação, em termos gerais, caminha a passos largos. A noção de que capital financeiro e industrial atuam conjuntamente no processo de extração da mais-valia é fundamental para entendermos o funcionamento do capitalismo contemporâneo, podendo enriquecer – e também complexificar – essa análise com o suporte teórico de José Carlos Braga.

Braga define financeirização, como já dito anteriormente, como um padrão sistêmico de acumulação de riqueza que figura como a expressão da dominância financeira e sua lógica (BRAGA, 2000.)

> Desse ângulo, as modalidades organizacionais observadas nos principais países capitalistas são formas que operam a partir da lógica de capital financeiro lato sensu. Trata-se do predomínio de uma lógica financeira geral (não significando obviamente descolamento absoluto da produção) nas decisões de investimento e de acumulação de capital (e de patrimônio, considerando este no sentido amplo de ativos em geral), como nucleadora daqueles capitais centralizados em seu movimento estratégico. (BRAGA, 2000, p. 148)

Desse modo, a financeirização é um condicionamento de diversas estruturas organizacionais do capitalismo a uma lógica financeira, criando uma dinâmica específica de acumulação de riqueza a partir não só do já mencionado movimento de integração dos mercados financeiros e de capitais nacionais, mas também de outros componentes macroeconômicos como a gestão das taxas de juros e da liquidez pelos bancos centrais, a desregulamentação dos mercados financeiros nacionais e os regimes de câmbio flexível, todos subordinados à mesma lógica (BRAGA, 2000).

Esses movimentos globais levaram a um processo de "desintermediação bancária" em que os bancos não mais são responsáveis pelo controle do fluxo do capital e do crédito nas esferas financeiras, abrindo espaço para que as grandes corporações, Estados e instituições financeiras não-bancárias pudessem operar livremente nos mercados financeiros e de capitais. Esse contexto abre um leque de possibilidades para o capital de forma geral, de valorizar-se tanto na esfera financeira quanto produtiva. Dessa forma

> As grandes corporações produtivas com seu poder financeiro manejam o dinheiro e as quase-moedas, tanto na circulação industrial quanto na circulação financeira, que passam a ser domínios altamente conexos, ao contrário do passado (padrão anterior de riqueza), em que a primeira era adstrita às empresas industriais, enquanto a segunda aos bancos. Pela macroestrutura financeira dá-se uma interação do dinheiro e dos ativos entre ambas as circulações. Neste sentido, a financeirização não implica que a liquidez esteja sendo sugada da circulação industrial para a financeira e que, em função disso, as corporações estejam out of money (sem "poupança financeira") para investir e dinamizar a circulação industrial. Não é assim, uma vez que, sendo elas mesmas grandes detentoras dessa liquidez, a alocação na órbita financeira é uma decisão patrimonial da qual elas são co-partícipes junto com bancos e similares. (BRAGA, 2000, p. 290)

A financeirização não é, portanto, a apropriação da riqueza por parte de uma classe rentista, mas a livre circulação do capital, tanto financeiro quanto industrial, pelas vias de maior rentabilidade, guiado pela lógica de capital financeiro no que se refere às expectativas de rentabilidade, risco e grau de liquidez. Tal processo condiciona agentes privados de todos os tipos, transforma conglomerados industriais em operadores financeiros e instituições financeiras em acionistas-controladores.

Posto isso, a caracterização de "capital financeiro" dada por Braga deriva desse processo no qual suas atividades confundem-se e misturam-se, sendo capital financeiro – para o autor –

a fusão da forma juros com a forma lucro, conceito que supera o paradigma de Chesnais e avança na conceitualização de Prado.

3. O NOVO ARRANJO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DO AGRONEGÓCIO

Ao que é caro à análise sociológica, é necessário avançarmos no caráter demasiado economicista da teoria da financeirização e compreendermos os processos políticos e sociais que permeiam a questão. Nesse sentido, trazemos a contribuição de Guilherme Delgado no que se refere ao arranjo político-institucional do agronegócio, no sentido de que se trata de um "pacto da economia política, no sentido clássico das classes sociais associadas politicamente, para captura do excedente econômico e particularmente da renda fundiária agrícola e mineral" (2012, p. 92-93). Chesnais (2005) foi assertivo em identificar que o processo de mundialização do capital não se trata de um movimento natural do capitalismo, mas de um esforço político por parte dos Estados nacionais. Assim colocado, pontuamos que a financeirização do agronegócio brasileiro deve ser entendida enquanto uma reorganização das condições de acumulação a nível do Estado, numa negociação que se desenrola à revelia dos camponeses e pequenos agricultores familiares brasileiros e seus respectivos interesses.

A imposição da lógica financeira sobre a atividade agropecuária demanda uma série de regulamentações (ou, principalmente, desregulamentações) no que diz respeito ao mercado de terras, de crédito e de capitais, bem como ao comércio internacional de *commodities*, para sedimentar as bases da nova dinâmica financeirizada. Para isso a reestruturação neoliberal do Estado brasileiro foi fundamental (GOLDFARB, 2013). Nesse sentido, analisamos a partir de um método histórico-estrutural o desenvolvimento dos instrumentos necessários à financeirização do agronegócio e a reorganização do pacto de economia política do agronegócio, remontando às transformações que se iniciaram no fim da década de 1980.

> Durante a primeira metade da década de 1980, o governo teve uma atuação decisiva na determinação do comportamento do investimento na produção agrícola. Isso muda, em especial a partir de 1988, quando o governo opta por uma menor intervenção estatal, tanto juto ao produtor como junto ao consumidor, basicamente para reduzir o impacto da política de abastecimento e de preços mínimos sobre o déficit público. (GOLDFARB, 2013, p. 70-71)

Desse modo, a reestruturação do Estado brasileiro tendo em vista a aplicação rígida do Consenso de Washington e a consolidação de um modelo de Estado neoliberal que ocorre a partir dos anos 1990, atrelada à insuficiência estrutural do modelo intervencionista da política agrícola brasileira, criou uma deficiência em termos de recursos e liquidez para a agroindústria a ser explorada pelo capital privado e pelo sistema financeiro (GOLDFARB, 2013). De início, um

dos principais recursos utilizados foram os contratos de venda antecipada diretamente com as indústrias de processamentos e insumos, na tentativa de angariar recursos para a produção. A participação dos grandes capitais e conglomerados empresariais passa a ter, nesse período, um papel central na mobilização de recursos para a atividade agrícola. Ainda na década de 1990, os contratos de venda antecipada ganham um aspecto formal sob a forma de Cédula de Produto Rural (CPR), que mais tarde passam a ser comercializados na BM&F[1]. "Surgiram a partir desse momento também os fundos de Hedge e multiplicaram-se os tipos de papéis negociáveis. O mercado futuro ganhou dimensões enormes o que causou consequências enormes para a economia real" (GOLDFARB, 2013).

Entretanto, o vácuo deixado pela política agrícola dura pouco e a crise cambial de 1999 cria as condições para o relançamento da economia do agronegócio (DELGADO, 2012). O Estado brasileiro, mais uma vez, aposta na inserção primário-exportadora para equilibrar a pressão gerada pelo Plano Real no balanço de pagamentos nacional e para isso estrutura um ambiente político-institucional favorável a acumulação capitalista na agricultura a partir de uma série de medidas como isenções fiscais, retomada do Crédito Rural, desvalorização cambial e desregulamentação do mercado de terras; que garantissem ganhos extraordinários ao agronegócio e gerasse divisas para suprir o desajuste.

Desse modo a política agrícola brasileira abre o caminho para a inserção da agricultura nos contextos internacionais da economia financerizada, garantindo um projeto de expansão agrícola a ritmos acelerados e com um baixo custo financeiro para o Estado, uma vez que a inserção nos espaços financeiros internacionais possibilitou ao agronegócio a captação de recursos privados externos. Todavia, uma reflexão pode ser feita a partir do modelo apresentado: a financeirização do agronegócio, ainda que permita capitalizar a agroindústria brasileira, o faz a partir da entrada de capital estrangeiro pelas vias financeiras contemporâneas, ratificando um modelo de desenvolvimento com poupança externa que é *per se* o causador do desequilíbrio externo brasileiro.

Em tese, esse modelo, ao tentar suprir o déficit em Conta Corrente, aumenta a pressão sobre o déficit na Conta Serviços – que é o principal causador do desajuste em questão. O que se evidencia é que, à medida que o Estado brasileiro busca solucionar o desajuste no balanço de pagamentos através da estratégia do agronegócio, esse alimenta o problema que busca

[1] Bolsa de Mercados e Futuros (BM&F) que em 2008 se funde à Bovespa formando a BM&FBovespa, que atualmente se chama B3.

solucionar, dado que as vias dos mercados financeiros internacionalizados às quais se integra o agronegócio nacional redirecionam para o exterior o fluxo da riqueza que chega ao país a partir das exportações primárias, e que saem como pagamentos de serviços financeiros (contabilizado na Conta Serviços mencionada).

4. A FINANCEIRIZAÇÃO E O MERCADO DE TERRAS

De acordo com o exposto, a definição de financeirização nos orienta a analisar o fenômeno enquanto um tipo específico de comportamento econômico que se espalha entre os diversos tipos específicos de capital, e não como a atuação de um grupo ou setor específico. Contudo, o avanço da financeirização do mercado de terras no Brasil é um elemento importante que contém algumas especificidades.

Sauer (2016) identifica uma mudança na demanda atual por terras no Brasil, em função da entrada de novos atores na dinâmica. Esses, em especial o capital financeiro, migram em massa para o mercado de terras agrícolas em busca de segurança e rentabilidade após a crise de 2008. Esse movimento, identificado como "corrida por terras", impulsionou e aqueceu o mercado de terras agrícolas, financiou a expansão da fronteira agrícola nacional e sua apropriação, consolidando no caso brasileiro um intenso processo de *land grabbing* (TEIXEIRA, 2018).

Contudo, a valorização da terra no Brasil já vinha sendo percebida a partir do início do século XXI, atrelado à alta nos preços das *commodities* (DELGADO, 2010; LEITE, 2019). Segundo a pesquisa realizada pela Informa Economics/FNP[2], o preço da terra agrícola brasileira elevou-se em 227% entre 2003 e 2012, movimento em que a dinâmica financeira sobre o ativo terras é causa e também consequência. Isso porque o ativo terras, como os títulos de propriedade em geral, são precificados não a partir de seu custo de produção, mas da avaliação presente dos rendimentos futuros capitalizados (DELGADO, 2012), de modo que a tendência à elevação constante do preço da terra leva ao aumento do interesse pelo ativo no âmbito financeiro que, por sua vez, retroalimenta o processo de valorização.

Essa elevação dos preços das terras no Brasil foi puxada, em especial, pela região que se conhece como MATOPIBA: uma região de cerrados que se situa entre o oeste baiano, o sul do

[2] Fonte: ASSOVALE. Preço da terra agrícola subiu 227% nos últimos 10 anos, quase o dobro da inflação. Disponível em < https://www.assovale.com.br/noticias/1888/preco-da-terra-agricola-subiu-227-em-dez-anos-quase-o-dobro-da-inflacao > Acesso em: 28 de outubro de 2020.

Maranhão e do Piauí e o nordeste do Tocantins. Em alguns lugares da região, como informa a Economics/FNP, os preços de terras agrícolas elevaram-se 15% ao ano, acumulando um total de 321% dentro do tempo amostral verificado.

Poderia ser dito que a valorização do ativo terras se dá através do movimento especulativo do capital financeiro, que busca, na expectativa da capitalização futura, ganhos de fundador. Consideraríamos, portanto, que a financeirização do mercado de terras é definida pela entrada do capital financeiro neste e sua dinâmica específica. Essa definição deixa à sua margem um aspecto importante do fenômeno: a atuação das grandes empresas do agronegócio, que também integram esse movimento e aplicam a mesma estratégia – como é o caso do grupo Cosan, gigante do setor sucroalcooleiro, que possui uma subsidiária destinada a tratar exclusivamente de negócios fundiários, como bem aponta o relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2015).

A expansão da fronteira agrícola é um elemento constituinte da própria lógica financeira sobre o agronegócio, que impõe a realização de rendas extraordinárias sobre a terra. Essa terra, transformada em ativo nas instâncias de valorização financeira do capital, sejam elas bancárias ou não, encontra oportunidade de realizar importantes inversões a partir de instrumentos de títulos imobiliários, securitização e também como garantia de acesso a financiamentos (através de hipotecas), garantindo um potencial de liquidez da propriedade impensável em momentos anteriores do desenvolvimento capitalista. Essas oportunidades financeiras conferidas ao mercado de terras nos últimos anos podem explicar o interesse não só do grande capital financeiro, mas também agroindustrial, por percorrer essas veredas.

5. A DINÂMICA DE EXPANSÃO AGROINDUSTRIAL

Na concepção de Prado (2014), a financeirização é uma alteração no contexto concorrencial do capitalismo, que altera a forma como tipos específicos do capital se relacionam no movimento de apropriação da riqueza social. Com relação à agricultura, essa alteração, no entanto, perpassa todos os elementos aqui já mencionados, como a criação de diversos instrumentos financeiros de inversão, valorização da terra enquanto ativo financeiro, a neoliberalização da política agrícola e a integração dos mercados financeiros globais.

Esses elementos todos produzem efeitos no comportamento dos agentes agroindustriais, na forma como investem os recursos e na dinâmica de expansão das empresas agrícolas financeirizadas. A lógica financeira coloca em perspectiva o custo dos investimentos produtivos e seu tempo de maturação, oferece instrumentos para a aquisição de plantas e

infraestruturas já consolidadas, de modo que se alteram os fatores que determinam o destino dos recursos investidos, modificando o tempo de retorno esperado para cada investimento (tendo como base a duração do circuito financeiro de valorização do capital) e dando novos contornos ao cálculo econômico.

Isso porque a atividade agrícola carrega especificidades no que se refere à duração do circuito de valorização do capital na agricultura, que é impreterivelmente mais longo que a atividade industrial devido aos períodos de não trabalho que compreendem o tempo da natureza[3]. Esse circuito, frente a condição cada vez mais monetizada da agricultura capitalista, impõe um paradigma que se expressa na necessidade de maiores imobilizações de capital frente à maior necessidade de liquidez. Todavia, essa particularidade da agricultura entra em contradição com o contexto concorrencial e de oportunidades técnicas criado pela financeirização da economia, em que a temporalidade da riqueza se altera sob a dominação da lógica financeira da circulação de modo que

> As decisões sobre o investimento produtivo ficam condicionadas à concorrência financeira impulsionada pelos "conglomerados financeiros", pela interconexão dos diferentes tipos de mercados internacionalizados, pela participação das corporações na circulação financeira; [...] (BRAGA, 2000, p. 287)

O cálculo econômico e a expectativa do ganho, dada a possibilidade de as corporações operarem também na esfera financeira, se modificam aos padrões de velocidade e liquidez dos investimentos financeiros, absolutamente mais rápidos que a atividade agrícola. De fato, estando o capital agroindustrial integrado aos estratos superiores de valorização financeira do capital, é preciso que o investimento produtivo na agricultura ofereça condições de remuneração extraordinárias, o que por sua vez pressiona a exploração dos recursos naturais e a apropriação da renda da terra.

Nesse sentido, o que buscamos demonstrar é que a financeirização do agronegócio imprime a necessidade de super exploração dos recursos naturais de modo a garantir rendas extraordinárias comparáveis às novas expectativas do cálculo econômico, de modo que sua lógica represente um avanço sistemático sobre a apropriação da renda da terra enquanto instrumento de reprodução ampliada de capital.

Delgado (2010) demonstrou que o arranjo contemporâneo do agronegócio brasileiro, enquanto modelo de inserção internacional, fundamenta sua estratégia de acumulação em

[3] Ver capítulo II de Delgado (2012).

termos de suas vantagens comparativas, de modo que cresce a relevância da renda fundiária na formação do excedente econômico e implica na necessidade contínua de apropriação de novas terras para a atividade agrícola.

> A repartição do excedente econômico, no plano interno, na fase expansiva da demanda externa por "commodities", se caracteriza basicamente como modelo de "rendas de monopólio". Estas refletem, primeiramente a propriedade da terra e a forma ultra concentrada de sua distribuição; em segundo lugar, sua localização e a qualidade intrínseca dos recursos naturais explorados; em terceiro lugar, o acesso a fundos públicos subvencionados, propiciados pelas vantagens conferidas à emissão da dívida agrícola, sob respaldo de hipotecas; e finalmente, as patentes tecnológicas envolvidas na difusão do pacote técnico. (DELGADO, 2010, p. 120)

O que observamos, a partir da ótica da financeirização da economia, é que essa necessidade não se limita às vantagens concorrenciais no comércio internacional de *commodities*, mas também aos padrões modernos de apropriação e gestão da riqueza, que implicam um ritmo acelerado de uso e esgotamento dos recursos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que buscamos nesse trabalho é contribuir para a construção de uma aplicação do conceito de "financeirização" que contemple a dinâmica do agronegócio brasileiro de uma maneira mais ampla, contribuindo para a emersão de novos problemas e campos de pesquisa para as Ciências Sociais. Dado o exposto, reiteramos que a ideia de financeirização do agronegócio não deve ser entendido exclusivamente como a entrada do capital portador de juros na atividade agrícola, ainda que este seja um dos aspectos do fenômeno. Avançando, a financeirização do agronegócio deve ser trabalhada nos termos de uma dominação da lógica financeira sobre o setor agrícola, que altera as condições e expectativas do cálculo econômico, produzindo efeitos sobre a dinâmica do trabalho rural, da produção agropecuária e da ocupação e organização do território.

Ao entendermos a financeirização enquanto um padrão de comportamento econômico, enquanto uma lógica específica de acumulação capitalista, nos munindo das contribuições de Prado e Braga, somos capazes de trazer para o centro do palco o latifúndio e os capitais agroindustriais, agentes determinantes da dinâmica rural brasileira. Sem deixar de lado o papel do capital financeiro na nova dinâmica agrícola, o olhar que propomos marca um posicionamento teórico importante no qual a questão agrária brasileira é constituída por um problema histórico nunca resolvido: o latifúndio, sua persistência e perpetuação.

A lógica financeira, à medida que avança sobre a agropecuária, impõe seus termos e seus tempos, que resultam numa incessante busca pela captura de rendas extraordinárias da terra

agrícola, comparáveis às expectativas de rentabilidade e liquidez da economia global altamente financeirizada. Isso tem rebatimentos diretos na questão ambiental brasileira, à medida que contribui para o desmatamento e expansão da fronteira agrícola como forma de apropriação de ganhos de fundador sobre as terras devolutas do Estado.

Esse novo padrão de acumulação do agronegócio, como uma reorganização do contexto concorrencial defendida por Prado, deve ser entendido como uma reorganização pacto de economia política do agronegócio. Essa reorganização, estabelecida a nível de Estado através da criação das condições necessárias à livre movimentação do capital pela agricultura e pelas terras agrícolas, se deu sem integrar os camponeses e agricultores familiares e sem incorporar seus interesses, de modo que toma forma de uma aliança política de classes entre latifúndio e capital financeiro.

No que tange ao Estado, a ideia de financeirização do agronegócio abre um campo fértil de debates sobre a inserção primário-exportadora do Brasil enquanto solução de problemas estruturais. Traz à tona elementos do sentido da colonização brasileira, lembrando Caio Prado Jr. (1961), e sua orientação cegamente voltada a uma condição de fornecedora de matérias-primas.

A dinâmica financeira contemporânea produz efeitos diretos no comportamento dos agentes agroindustriais e oportunidades de reprodução ampliada de capital e inversão de capital fixo impensáveis até a década de 1980, o que nos leva a considerar mudanças sensíveis na dinâmica agrícola e agrária brasileira. Entretanto, essas oportunidades técnicas de um novo contexto concorrencial da agropecuária se restringem ao seleto grupo dos grandes capitais, sendo negadas aos pequenos produtores e camponeses, fato que amplia a desigualdade existente na realidade agrária nacional e a heterogeneidade do desenvolvimento agrícola.

O cenário rural brasileiro deve ser tomado pelo que ele é, desigual. Isso se mostra também na financeirização do agronegócio, que atinge de maneira diferente os diversos setores agrícolas e sujeitos do campo. É preciso ter em mente que as condições de acesso aos mercados financeiros, aos recursos públicos e aos mercados interconectados da economia contemporânea são privilégios de grupos sociais que, para além da terra, concentram poder e oportunidades.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, B. H. **Financeirização do agronegócio e uso do território: as estratégias do fundo TIAA-CREF no Brasil através da Radar S/A.** Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP. Rio Claro, 2016.

ASSOVALE. **Preço da terra agrícola subiu 227% nos últimos 10 anos, quase o dobro da inflação.** Disponível em < https://www.assovale.com.br/noticias/1888/preco-da-terra-agricola-subiu-227-em-dez-anos-quase-o-dobro-da-inflacao > Acesso em 24 de maio de 2021.

BRAGA, J. C. Temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo. Campinas: Unicamp, 2000.

BALESTRO, M. V.; LOURENÇO, L. C. B. **Notas para uma análise da financeirização do agronegócio: além da volatilidade dos preços das commodities.** In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. (Org) O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014.

BUAINAIN, A. M. **Alguns condicionantes do novo padrão de acumulação da agricultura brasileira.** In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. (Org) O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. **Sete teses sobre o mundo rural brasileiro.** Revista de Política Agrícola, n. 2, pp. 105-121, abril/mai, 2013.

CARVALHO, Joelson Gonçalves**. Questão Agrária e Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto.** Tese (doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Unicamp. Campinas, 2011.

CHESNAIS, F. **Mundialização: o capital financeiro no comando.** Revista Outubro, v. 5, pp. 7-28, 2001.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. A Finança Mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.

DELGADO, G. C. **Especialização primária como limite ao desenvolvimento.** Desenvolvimento em debate, v.1, n.2, pp.111-125. Rio de Janeiro, 2010.

DELGADO, G. C. **Questão agrária no Brasil [1950 – 2003].** In: RAMOS FILHO, L. O.; ALY JR, O. (Ed) Questão Agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: INCRA, 2005.

DELGADO, G. C. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

GIRARDI, E. P. Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP. Presidente Prudente, 2008.

GOLDFARB. Y. Financeirização, poder corporativo e a expansão da soja no estabelecimento do regime alimentar no Brasil e na Argentina: O caso da Cargill. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 2013.

GONÇALVES, J. S. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. Informações Econômicas, v. 35, n. 4, pp. 8-36, 2005.

LEITE, S. P. **Dinâmicas de terras, expansão do agronegócio e financeirização da agricultura: por uma sociologia das transformações agrárias.** Revista Latinoamericana de Estudios Rurales, v. 4, p. 1-22, 2019.

PRADO, E. F. S. Exame crítico da teoria da financeirização. Crítica Marxista, n.39, pp.13-34, 2014.

PRADO JR, C. **Formação Social do Brasil Contemporâneo.** 6° ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil.** São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAUER, S. **Reflexões esparsas sobre a questão agrária e a demanda por terra no século XXI. In: STÉDILE, J. P. (ed.). A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.**

TEIXEIRA, P. P. G. **O fenômeno *land grabbing* como objeto de estudo: complexidade e diversidade**. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, UFG. Goiânia, 2018.

VERDI, A. R.; AUON, S. O agronegócio brasileiro na globalização financeira: estratégias e dinâmicas dos principais grupos. Revista de Economia Agrícola, v. 56, n. 1, pp. 103-118, jan/jun, 2009.

PERIFERIAS, POLÍTICAS E INTERSECCIONALIDADES

CAPÍTULO XXXVI

A VULNERABILIDADE SOCIAL DE MENINAS ADOLESCENTES: A CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA COMO UM FATOR AGRAVANTE PARA OS FENÔMENOS SOCIAIS

Vanessa Santana Godoy [1]
Adilson Anacleto [2]

[1] Psicóloga, Mestranda do Programa de Pós-graduação Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão. E-mail: psico.vanessagodoy@gmail.com
[1] Professor adjunto do Colegiado de Administração. Professor permanente do Programa de Mestrado em Ambientes Litorâneos e Insulares PPG-ALI - Campus de Paranaguá. Professor permanente do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento PPGSeD - Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná. E-mail: adilson.anacleto@unespar.edu.br

A adolescência é uma fase de desenvolvimento que acontece diversas transformações biológicas, psicológicas e sociais, dentre elas: a mudança corporal, questões hormonais, conflitos internos e externos. Sendo marcada por várias condições conflituosas, que ocorrem por meio das mudanças envolvendo as esferas da condição humana. Quando os primeiros sinais começam a surgir são observadas rapidamente, principalmente meninas adolescentes, através da puberdade pelos caracteres sexuais.

A mudança corporal de modo geral, é um dos maiores desafios para adolescência, lidar com a perda do corpo infantil é uma experiência muitas das vezes traumatizante causando sofrimento psíquico, para Aberastury e Knobel (1981) o adolescente perpassa pelo processo de luto pelo corpo da infância, na qual é de extrema importância a elaboração para que assim si reconheça como o biológico de uma pessoa adulta, em constante transformação e evolução.

A elaboração do luto pelo corpo da infância, tem fundamental importância para a percepção da modificação do esquema corporal, para que assim também tenha o conhecimento do indivíduo sobre si e o seu próprio corpo, a partir das mudanças e transformações. Devido as rápidas mudanças corporais, é comum surgir um estranhamento em relação ao próprio corpo e de si mesmo enquanto sujeito de escolhas, sentimentos, responsabilidades, consequências, de influencias e atividade na sociedade.

As primeiras relações sociais são estabelecidas pelo núcleo familiar, o tipo de relação que estabeleceu com os pais na infância é de fundamental importância para o desempenho e o modo como o adolescente irá perceber essas mudanças corporais e a elaboração pelo corpo da infância.

Além das mudanças físicas, há as psicológicas que acontece pela transição da fase da infância para a vida adulta marcada por angústias, duvidas, inseguranças e medos, em lidar com o abandono da infância assumindo as responsabilidades da vida adulta, processo este que reafirma a identidade (ABERASTURY, KNOBEL, 1981; PAPALIA, FELDMAN, 2013). Essas transformações e conflitos advindos das mesmas é um processo normal de transição, que qualquer ser humano tende a passar, momento este de extrema importância para reafirmação da identidade, como consequência final possibilita a compreensão acerca do conhecimento de si e sentimentos, de um todo biopsicossocial (ABERASTURY, KNOBEL, 1981).

A adolescência é vista como um período de experimentação de valores, de papeis sociais e identidade, entre a dúvida de ser criança ou adulto. Existe várias questões que o adolescente no geral precisa lidar, nesse período ele está construindo as subjetividades, recebendo influências culturais que molda e constitui a identidade, através da sociedade e das relações que vivenciamos ao longo da vida, definindo o indivíduo que será na vida adulta.

A sociedade contemporânea, caracterizada como modernidade liquida tem sido limitada para a construção das subjetividades e identidade, as relações ficaram fragilidades e descartáveis (GIDDENS, 2002). Além disso, as tecnologias, a realidade virtual também tem impedido as relações e interações sociais, a velocidade do cotidiano, a pressa em viver o amanhã, esquecendo do aqui e agora, na busca constante pelo prazer, bens materiais e culturais tem afetado a construção e a constituição da identidade e da formação humana.

Portanto, a identidade do adolescente é constituída pelas relações sociais e interação social através do contexto, construindo e sendo construída, formando e sendo formada pela sociedade (GUARESCHI, 2001; DURKHEIM, 2007). As relações e interações por meio do contexto em que vive o adolescente, constrói a subjetividade através das experiências, acrescentada pelo modo como percebe a sua identidade.

A identidade do adolescente é construída hoje por uma cultura pela existência de informações e crenças, passadas de geração a geração, visando bens, lazer e voltadas ao presente, construindo a subjetividade da relação consigo mesmo, com o outro, no tempo e espaço social em que está inserido (DURKHEIM, 2011).

As experiências vivenciadas nesses espaços sociais, tem influencias sobre a constituição da identidade, podendo determinar o adolescente e o adulto que será. Portanto, a sociedade, amigos e família tem papel importante para a constituição e formação identidade, pois é a partir das concepções que são formadas daquele indivíduo que vai formar o seu autoconceito sobre si.

De acordo com Moscovici (2007) foram criadas representações sociais acerca da adolescência, que dificulta o processo de ser adolescente, que marginalizam e adoecem formando adultos incompletos. Culturalmente, surgiu várias concepções de adolescência advindas de uma geração que descaracteriza e desconsidera o ser adolescente, enraizando idealizações de uma fase difícil, de irresponsabilidade, marginais, frescura, querer chamar atenção, entre outras.

A representação social abordada por Moscovici (2007) e os fatos sociais de Durkheim (2007), se entrelaçam devido ao modo como é acometida pela sociedade, onde as ações, comportamentos e regrais gerais são regidas pelo modo como é apresentado aos sujeitos pela cultura e sociedade, moldando a partir da concepção coletiva a condição e situações que vivenciamos e nossas percepções de como agimos e somos influenciadas sobre elas, que são exteriores aos sujeitos, exercidas por meio da consciência coletiva.

Concomitantemente, essas percepção e representações tem influencias para o adolescente, formando a identidade, numa experiência fragmentada de autoconhecimento. Além das representações que foram geradas sobre a adolescência, existe também aquelas sobre o sexo feminino, agrupados colocam as meninas adolescentes em condições ainda mais agravante de vulnerabilidade social.

Os fatores de riscos e os fenômenos sociais são mais propensos a meninas adolescentes, devido a cultura que são impostas de dominação e subordinação, além disso, a condição socioeconômica torna um fator agravante, desenvolvendo fenômenos sociais que impactam diretamente na construção e formação humana. Por isso, o estudo tem por objetivo investigar a auto percepção de meninas adolescentes diante do aumento dos riscos acerca da pobreza. Sendo que muitas acabam sendo submetidas a se conformar com sua realidade por falta instrumentos e possibilidades, por não possuírem condições enfrentar as dificuldades e adversidades.

No entanto, a realidade de meninas adolescentes é fragmentada, traçar a percepção possibilita a compreensão mais abrangente da realidade concreta de comunidades pobres, assim como permite desmitificar a fase da adolescência como algo sem relevância, caracterizando como período de reafirmação da identidade, de transição para a vida adulta e assumindo as responsabilidades.

Os resultados demostraram que as adolescentes em condições socialmente vulneráveis são influenciadas por fatores e fenômenos sociais, o que determina será o modo como percebem de maneira positiva ou negativa; as condições socioeconômica geram riscos e leva a condições de vulnerabilidade, aumentando-as o que não permite novas oportunidades e

possibilidades para o enfrentamento das adversidades de cada contexto, o Brasil é um dos países mais desiguais e quando são meninas adolescentes esse fator de risco é ainda mais maior, pelo fato da sociedade trazer a condição de sexo frágil, de dominação sobre a mulher.

E isso, é evidente pelos números de violência doméstica que são divulgados e aqueles que não são mais temos conhecimento, violências físicas, morais e psicológicas; a gravidez precoce que interrompe de maneira brusca levando e obrigando a adolescente a assumir o papel de adulto, o abandono e evasão escolar cada vez mais frequente de meninas por necessidade de trabalhar, casando-se mais cedo ou engravidando. Meninas adolescentes que vivem nessas condições, são denominadas de vulnerabilidade, não especificamente pela condição de pobreza, mas o risco e exposição a fatores socioeconômico e cultural que incidem a viverem em situações escassas e precárias que tornam os indivíduos mais vulneráveis ou não às adversidades.

Numa perspectiva das políticas sociais e econômicas no Brasil, observamos que as áreas da saúde e da educação públicas não atingem satisfatoriamente a grande maioria das pessoas. A maior parte da população brasileira é carente de bases mínimas que atendam às necessidades de alimentação, moradia, saneamento, emprego e salário digno para garantir condições básicas de vida saudável.

> A desigualdade social, política e economia praticadas no Brasil influenciam diretamente na dinâmica familiar e, consequentemente, no aumento do número de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal. Devido a sua condição de "pessoa em desenvolvimento", o adolescente traz em si uma condição intrínseca de vulnerabilidade, necessitando assim, de proteção física, psíquica e moral, com atenção integral (PESSALACIA, MENEZES, MASSUIA, 2010 p. 424).

Em consequência disto, alguns adolescentes entram precocemente para o mercado de trabalho sem o devido preparo, em condições de subemprego e exploração. Outros são iniciados na prostituição, ou passam a fazer parte do crime organizado, longe das escolas e/ou de uma vida digna, usam e traficam drogas, passam por diversos tipos de violência ou vão morar nas ruas.

Segundo Abramovay (2002) as vulnerabilidades sociais, podem ser destacadas na falta de vínculos afetivos, a falta de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura, a ausência de recursos básicos de sobrevivência, a falta de perspectivas de entrada no mercado de trabalho, a carência de perspectivas profissionais e projetos para o futuro, ensino de educação de má qualidade, a exclusão social, tráfico de drogas, entre outros. Sendo que, as circunstâncias de vida, o modo e a realidade social está implicada diretamente nas

vulnerabilidades, por meio da condição socioeconômica que se torna agravante facilitando a propagação dos fenômenos sociais.

Desse modo, os fenômenos sociais desfavorecem e impactam as adolescentes excluindoas, levando a ser vítimas de preconceito pela fragilidade, estereótipos, questões raciais, etnias e de discriminação ao sexo feminino. E na maioria dessa população vulnerável existe muita descrença em relação a mudanças não porque não queiram mais que não são dadas oportunidades para modificar, são pessoas que não estão ativas na sociedade, de lutar por seus direitos de uma educação de qualidade e moradia.

Além disso, é importante destacar que a educação é um benefício assegurado a todos, mas ainda existem falhas que impossibilitam que a educação de qualidade atinja as classes de menor renda e a comunidades mais empobrecidas, tornando-se indispensáveis políticas públicas para garantir os direitos fundamentais e profissionais lidando com a realidade concreta visando o bem-estar dessas comunidades (OLIVEIRA, et al, 2020).

O papel do Estado e a gestão pública de políticas para meninas adolescentes são extrema importancia, desde as medidas que adotam em relação que me nas são mais suscetivéis aos riscos pela cultura que são impostas, para que então possamos discutir as deficiências e as falhas que impossibilitam que as políticas públicas atinjam as classes de menor renda e a comunidades mais empobrecida. Enfatizando a necessidade de medidas para que essas meninas possam mudar sua realidade e serem ativas na sociedade, o que torna-se indispensáveis políticas públicas de assistência de intervenções para garantir os direitos fundamentais e profissionais, lidando com a realidade concreta visando o bem estar dessas comunidades, buscando identificar as lacunas que existem para a ineficiência e ausência das mesmas.

Por isso, que se faz tão importantes estudos voltadas a essas adolescentes, proporcionar outras visões de que o conformismo não é a melhor solução e que podem mudar a sua realidade, proporcionar as meninas conhecimento, informações, desenvolver habilidades, empoderar para que não sejam submetidas a condições de riscos saber diferenciar.

A partir disso, o contexto pode passar a valorizar as meninas como seres de sentimento, um agente da sociedade e que possa praticar a cidadania. Além do mais, quando o estudo é voltado diretamente a adolescente temos outra percepção, mais próxima da realidade concreta e do contexto. Em pesquisas sobre meninas adolescentes existe uma carência, é trazida de um modo geral, ambos os gêneros, e são estudos que não dão voz as mesmas, de escutar de trazerem a realidade mais próxima, um novo olhar para essa classe.

Para este estudo foram utilizados os procedimentos metodológicos do tipo de pesquisa exploratória descritiva que ocorreu no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do munícipio de Mamborê – PR, foi realizado um levantamento dos dados de meninas adolescente que se encontram em condições socialmente vulneráveis, que foram observadas e selecionadas aplicando questionários em formato de entrevista, com dados qualiquantitativo. Para análise dos dados utilizamos a interdisciplinaridade através da psicologia social, sociologia, educação e políticas públicas. De acordo com Alvarenga (2011), a interdisciplinaridade é integração de saberes e disciplinas, que permite um olhar mais amplo de um determinado assunto, a junção de percepção traz uma nova forma e método de pesquisa que tem inovado a forma de pensar e refletir questões da nossa condição humana e questões sociais.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda.; KNOBEL, Mauricio. **Adolescência Normal:** Um Enfoque Psicanalítico. Porto Alegre: Artmed, 1981. Reimpressão 2011.

ABRAMOVAY, Miriam.; *et al.* **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina:** desafios para políticas públicas. – Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ALVARENGA, A. T. de. et al. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (orgs.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação.** – Barueri, SP: Manole, 2011.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia.** Petrópolis – RJ: Vozes, 2011.

DURKHEIM. Émile. **As regras do método sociológico**. – 3ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GUARESCHI, Neuza. Infância, adolescência e a família: práticas psi, sociedade contemporânea e produção de subjetividade. In A. M. Jacó-Vilela & L. Sato (Orgs.), **Diálogos em Psicologia Social**. Rio de Janeiro – Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-17.pdf> acesso em 01 de abr. 2021.

GUARESCHI, Pedrinho. Arcides. **Psicologia Social Crítica:** como prática de libertação (3ª ed.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GUARESCHI, P. A. **Pesquisa em Psicologia Social: de onde viemos para onde vamos.** In N. E. E. Rivero (Org.), Psicologia Social: estratégias, políticas e implicações. Porto Alegre: Evangraf/Abrapso-Sul, (2001).

GIDDENS, Anthony. Os contornos da alta modernidade. In: _____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

MOSCOVICI, Sergie. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Editado em inglês por Gerard Duveen: traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. -5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PAPALIA, Diane. E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano.** – 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PESSALIA, J. D. R.; MENEZES, E. S. de.; MASSUIA, D. **A vulnerabilidade do adolescente numa perspectiva das políticas de saúde pública.** Revista Bioethikos - Centro Universitário São Camilo – 2010. Disponível em: https://saocamilosp.br/assets/artigo/bioethikos/80/Bioethikos_423-430_.pdf. Acesso em 20/06/2021

PERSPECTIVAS DECOLONIAIS EM SOCIOLOGIA E ÁREAS AFINS

CAPÍTULO XXXVII

ENCRUZILHADAS DO SABER – MULTILOCALIDADE E MULTIVOCALIDADE EM UM ESTUDO DIGITAL SOBRE CARTOMANCIA

Ava Cruz

RESUMO

Este artigo elabora uma reflexão metodológica sobre parte de minha pesquisa etnográfica, na qual busquei me debruçar sobre a prestação de serviços mágico-religiosos relativos à adivinhação oracular através da cartomancia, vivida por aqueles e aquelas que se auto nomeiam cartomantes, videntes, pais/mães de santo dentre uma multiplicidade de categorias equivalentes. Em função do contexto da pandemia de COVID 19, os métodos e as condições de realização da pesquisa tiveram que ser reformuladas, antes realizada presencialmente na cidade de Belo Horizonte, a pesquisa passou a valer-se de inserção virtual em grupos, fóruns e redes de especialistas online. Nesse novo contexto, analiso as diversas ordens de reverberações metodológicas e conceituais implicadas no âmbito virtual, sobretudo no que tange à abertura para a multivocalidade e multilocalidade enquanto princípios norteadores da pesquisa nesse novo cenário, as quais denomino de efeito digital.

Palavras-chave: Etnografia Virtual, Cartomancia, Oráculos.

1. INTRODUÇÃO

Neste texto, busco constituir um olhar retrospectivo inicial sobre minha jornada engendrada em campo, no qual objetivei me debruçar em torno da prestação de serviços mágico-religiosos, por agentes que se nomeiam oraculistas, cartomantes, videntes, assim como mães/pais de santo que vêm introduzindo o uso do Baralho Cigano no âmbito do culto aos ciganos no universo umbandista.

Tendo seu início na primeira metade de 2019, através de incursões a campo presenciais na cidade de Belo Horizonte, os métodos e as condições de realização da pesquisa se viram obrigados à reformulação, em função do contexto da pandemia de COVID-19, no qual passei a me valer mais substancialmente da inserção virtual em duas comunidades virtuais, uma delas localizada no Facebook, e a outra no Whatsapp. A primeira delas, "Baralho Cigano, Tarot, Oráculos e Feitiços" consta atualmente com 32,8 mil membros e se autodenomina como um grupo destinado a tarólogos, cartomantes e consulentes que buscam oferecer serviços gratuitos, divulgar seus trabalhos ou trocar conhecimentos acerca de práticas oraculares. A

partir desse grupo maior, pude ter acesso a um menor no Whatsapp, que consta atualmente com algo em torno de 50 membros, focado em Baralho Cigano, um tipo de oráculo mais popular entre praticantes de religiões de matriz afro-brasileira.

Proponho analisar a inserção em comunidades online como um ponto de inflexão, isto é, uma mudança de direção, o qual denomino aqui de *efeito digital*, que produz diversas reverberações metodológicas e conceituais nesse novo contexto. Essa questão se coloca como pertinente na medida em que, a passagem para o meio virtual fez emergir outros dilemas, dada a própria lógica de funcionamento desse campo.

Um dos objetivos centrais desse texto é explorar o modo como a dinâmica de inserção em comunidades virtuais possibilitou uma abertura para a multilocalidade e multivocalidade enquanto fundamentos da pesquisa etnográfica no ambiente digital.

2. OS PRIMEIROS PASSOS

Quando se caminha pelos grandes centros urbanos no Brasil é comum ver, colados em postes ou muros, cartazes que prometem a resolução de problemas dos mais variados tipos. Os chamados "trabalhos" são rituais que se manifestam na forma de oferendas a entidades, como Exus, Zé Pilintras, Ciganos e Pomba-Giras, ainda que raramente isso apareça já nos cartazes, muitas vezes conjugados com oráculos e serviços de adivinhação. Voltam-se para a solução de problemas amorosos, de saúde, de inveja, de desemprego, conflitos jurídicos, dentre outros.

Assim, dei início a minha pesquisa tentando coletar, durante meus deslocamentos diários pela cidade, diversos números telefônicos contidos em panfletos e lambe-lambes referentes a serviços ligados à práticas adivinhatórias. Esse tipo de atuação profissional, tomada inicialmente por mim, de maneira generalizada, como sendo constituído por "cartomantes", na verdade, mostrou-se como sendo um campo de enorme diversidade interna, no qual floresce não apenas uma multiplicidade de autodenominações (videntes, mães/pais de santo, magistas, etc), mas também de práticas, no qual é possível observar um forte caráter inventivo e sincrético na execução de um "saber-fazer" próprio. (CHAVES, 2011, p.111)

As primeiras tentativas de contato com meus interlocutores, feitas no ano de 2019, se deram através de ligações, no qual relatei ser um estudante de Ciências Sociais que buscava entender melhor a trajetória pessoal de cartomantes em Belo Horizonte, perguntando se havia disponibilidade para marcarmos um encontro para conversar de maneira despretensiosa sobre seu exercício profissional. Foram feitas oito tentativas de contato que resultaram, todas elas, em negativas por parte dessas pessoas - todas elas mulheres-, ainda que diferenças razões

tenham sido apresentadas. Enquanto que algumas alegaram falta de tempo em virtude de terem muitos clientes para serem atendidos, outras alegaram trabalharem em terreiros e serem mães de santo, o que tornava, como me foi dito, as coisas "um pouco diferentes", quando aleguei que poderia cobrir simbolicamente o valor da consulta para realizar a entrevista. Uma outra interlocutora com quem pude conversar via telefone, também mãe de santo, falou que se tratava de uma comunidade mais fechada e que não era qualquer pessoa que poderia entrar.

Essa experiência inicial de inserção via telefone se mostrou pouco frutífera, o que fez com que eu optasse por mudar a estratégia adotada, na busca por construir relações com meus interlocutores mais pessoalizadas, as quais somente ligações pareciam não dar conta.

A partir da indicação de uma colega do curso de Ciências Sociais na UFMG, fui informado da existência de uma loja de artigos religiosos, localizada na região central de Belo Horizonte, que realizava consultas oraculares de graça. Por essa razão, optei por tentar um contato físico inicial nessa loja, a fim de avaliar perspectivas futuras de como proceder no campo. Nesse meio tempo, busquei também ligar para outras cartomantes a partir de uma outra abordagem, assumindo um lugar de vocalidade de um cliente interessado em saber mais sobre os serviços ofertados.

Figura 1: Anúncio de serviços mágico-religiosos

Fonte: Foto autoral tirada na Zona Leste de Belo Horizonte em 2019

Figura 2: Anúncio de serviços mágico-religiosos

Fonte: Foto autoral tirada na Zona Sul de Belo Horizonte em 2019

Figura 3: Anúncio de serviços mágico-religiosos

Fonte: Foto autoral tirada na Zona Leste de Belo Horizonte em 2019

Uma cartomante em específico, doravante denominada de M., captou minha atenção na sua fala. Primeiramente, perguntei sobre qual era o processo de realização de um trabalho e

quais eram seus tipos. M. relatou que havia vários tipos de trabalhos possíveis de serem feitos, entre os quais, aqueles voltados para o amor, para a vida sexual, para cura e também para questões judiciais. Interessado em saber mais sobre os trabalhos de amor especificamente, a questionei em relação a como se dava a sua realização. Diante da pergunta, a profissional relatou que, anteriormente à execução de um trabalho, era necessário fazer uma consulta aos oráculos, para se discutir se a amarração se mostrava apropriada para a situação específica e que seus trabalhos eram realizados na presença do consulente.

Alguns dias após essa conversa por telefone, fui à loja de artigos religiosos que me foi indicada, na busca por uma consulta gratuita. Ao chegar lá, fui informado de que as leituras não iriam ser realizadas no dia em questão, pois o pai de santo que as realizava não se encontrava presente. Com isso, optei por contatar M. novamente, em busca de uma consulta, de forma que combinamos um horário para que ela pudesse me encontrar em sua casa.

Ao chegar em seu apartamento, pude perceber que as consultas se realizavam em um espaço específico da casa. Na ocasião, me encontrava na companhia de uma amiga, chamada Ana, que era minha dupla de pesquisa em torno dessa temática para a disciplina de Metodologia 3, focada em trabalho de campo e pesquisa qualitativa. Enquanto esperávamos a consulta, M. relatou um caso que envolvia uma consulente e sua cachorra, no qual enquanto M. ia para a cozinha, percebeu que sua cachorra chorava e concluiu que a consulente havia chutado seu cachorro. Constatando tal situação, M. se recusou a atender a cliente, ainda que esta tenha insistido em pagar uma quantia a mais.

Após esse relato, fui chamado à consulta e perguntei se minha amiga Ana poderia me acompanhar. M. disse que isso não poderia ocorrer porque "Eles" preferiam que não. Ainda que em dúvida sobre quem especificamente seriam eles, quais entidades com quem ela trabalhava, resolvi não a questionar e ficamos a sós na sala.

Nessa sala, havia uma mesa larga com várias estátuas de santos católicos e também de entidades de religiões afro-brasileiras, como caboclos e São Jorge. Havia também um quadro da deusa hindu Shiva suspenso na parede. No centro da mesa, pude observar um jogo de búzios, assim como um baralho de cartas, uma vela acesa e um copo com água. Ao fundo da sala, havia duas grandes velas que, como M. veio a me dizer posteriormente, queimavam por 90 dias e eram provenientes da Bahia. A cartomante, além disso, havia colocado um jaleco branco de mangas curtas e também se encontrava com guias de contas.

Quando questionado se queria uma leitura de tarot ou de búzios, respondi que gostaria que fosse realizada uma leitura oracular com as cartas. M., então, fez algumas perguntas iniciais como qual era meu signo, onde eu morava, qual era meu estado civil e minha data de

nascimento. Após, inicialmente, jogar os búzios, a cartomante relatou que meu orixá de cabeça era Oxalá e que ele era muito antigo, uma espécie de eremita.

Em seguida, começamos propriamente a leitura das cartas, no qual me foi pedido para que cortasse as cartas, de tal forma que elas se dividissem em três montes. Através deles, as cartas foram distribuídas em uma disposição específica, em formato de cruz, cada qual relativa a um aspecto específico, como coração, cabeça, etc.

De maneira geral, a leitura ocorreu de maneira extremamente densa, com uma série de informações. Inicialmente, M. pediu que eu não a interrompesse, com exceção dos casos em que eu não havia entendido alguma coisa dita por ela. Quando entramos na temática do amor, ela perguntou se eu tinha alguém na minha vida naquele momento. Acabei me abrindo e relatando que sentia que minha vida amorosa se encontrava meio estagnada. A cartomante, então, respondeu que minha linha do amor se encontrava cortada e que isso fazia com que todas as minhas tentativas de desenvolvimento de uma relação acabassem por não dar certo. Como resposta a uma de suas perguntas, relatei também que já havia namorado, mas que fazia cerca de dois anos que me encontrava solteiro.

Em seguida, passamos para outra temática, ligada à espiritualidade, quando a questionei acerca desse aspecto na minha vida pessoal, relatando que queria desenvolvê-la mais. No que tange à essa questão, M. me disse que não precisaria fazê-la dentro de um terreiro ou centro, uma vez que isso iria me exigir muito tempo de dedicação, tempo este que eu deveria investir na minha carreira e nos meus estudos. Enquanto conversávamos sobre espiritualidade, M. relatou que já tentou se afastar da sua religião, na qual atua desde os oito anos de idade, e que tinha sido iniciada por uma mãe de santo na Bahia. Contudo, ainda que reconhecesse que seu ofício lhe trazia muitas responsabilidades e também desgastes, a cartomante via que esse era seu lugar e que morreria caso se afastasse.

Chegando ao final da leitura, M. me disse que, se eu confiasse nela, poderia atuar sobre minha situação. Perguntei se era o caso de fazer algum trabalho de amor ou realizar um banho de ervas, o que ela negou. Lembro-me também da cartomante relatar que ela não traz amor de volta em três dias, retomando uma frase muito comum de ser vista nos lambes pregados nas ruas. Como alternativa a minha situação, era necessário acender duas velas de 90 dias, cada uma em uma extremidade do quarto. Também me foi orientado a acender uma vela de sete dias numa sexta-feira, dia que associei ao fato dela ter visto nos búzios minha filiação à Oxalá, e que fosse escrita uma prece, pedindo por sucesso no âmbito profissional e emocional, colocando-a em um lugar acima da minha cabeça. Por fim, após o final da consulta, também foi recomendado tomar um banho de cachoeira com uma roupa velha e rasgá-la sob a queda d'água.

3. REPENSANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

Retornando a um segundo momento da minha pesquisa de campo, já durante o ano de 2020, objetivei dar ensejo a uma combinação mista de etnografia virtual e incursão a campo presencialmente na busca por compreender as práticas sociais e sistemas de significados relacionados às práticas mágico-religiosas de cartomancia.

No que se refere à introdução do elemento da etnografia em ambientes virtuais, também conhecida como etnografia virtual ou netnografia, nesse novo momento da pesquisa, tal escolha se justificou por duas questões: a primeira de cunho conjuntural, em função da pandemia de Covid-19, que colocou a necessidade de se repensar modelos de se produzir pesquisa de campo na contemporaneidade. Essa escolha se deve também devido a uma especificidade do próprio campo. Pude perceber, através da minha inserção em grupos online, uma grande inclusão dos interlocutores com quem minha pesquisa buscava dialogar dentro dos meios virtuais, que se utilizam dessas plataformas não apenas como uma ferramenta de divulgação dos seus serviços mágico-religiosos, mas também como um espaço de execução de leituras oraculares em si mesmo. Adicionalmente, a inserção em grupos de discussão aparece também como um espaço para interessados no assunto, de maneira geral, aprimorarem seus conhecimentos e promover trocas de saberes.

De modo a tornar isso mais evidente, buscarei, por fim, relatar mais substancialmente como se deu a minha inserção em uma comunidade virtual localizada na plataforma Facebook, denominada de "Tarólogos & Cartomantes, Tiragens, Pitacos e Consultas", a qual venho acompanhando etnograficamente há cerca de três meses. Na busca por refletir acerca das ordens de reverberações metodológicas e conceituais implicadas nesse novo contexto, pretendo narrar um pouco mais sobre meu processo de inserção na comunidade virtual e como, através dela, novas questões metodológicas e conceituais foram colocadas.

4. ADENTRANDO O VIRTUAL

Para dar continuidade a minha pesquisa, resolvi utilizar o Facebook como plataforma nesse novo contexto que me foi colocado. Essa escolha se deve à grande quantidade de grupos de discussão que existem neste site, no qual uma gama variável de assuntos reúne pessoas interessadas em discuti-los a partir da lógica de formação de redes e fóruns de discussão. Uma vez inserido dentro de um grupo, os usuários podem criar tópicos ou participar daqueles já

existentes através de comentários, assim como opinar em enquetes e ver lives transmitidas especificamente dentro do grupo.

Qualquer usuário no Facebook pode criar um grupo, tendo liberdade para definir se estas comunidades irão ser abertas (a entrada não depende de aprovação do dono) ou restritas (entrada mediante aprovação). Além do dono, há a possibilidade também de serem escolhidos moderadores, os quais dividem com ele a função de gerenciar a comunidade: podem apagar tópicos, aprovar ou excluir membros.

A partir de uma busca rápida em torno de palavras como "tarot", "cartomantes" e "oráculos", pude ter acesso a uma ampla lista de grupos que tematizam essa questão. Contudo, diante dessa miríade de opções, optei por solicitar a permissão para a entrada no grupo "Baralho Cigano, Tarot, Oráculos e Feitiços" que consta atualmente com 32,8 mil membros e se autodenomina como um grupo destinado a tarólogos, cartomantes e consulentes que buscam oferecer serviços gratuitos, divulgar seus trabalhos ou trocar conhecimentos acerca de práticas oraculares. Essa escolha se justifica não apenas pelo seu número de membros- trata-se de um dos grupos com maior quantidade de usuários entre os quais tive acesso -, mas também pelos próprios objetivos declarados do grupo, no qual foca-se na perspectiva de compartilhamento de conhecimentos e promoção de estudos no âmbito das leituras oraculares e feitiços.

A partir desse grupo maior, pude ter acesso, através de um post de um usuário, a um grupo menor no *Whatsapp*, que consta atualmente com algo em torno de 50 membros, focado em Baralho Cigano, um tipo de oráculo específico mais popular entre praticantes de religiões afro-brasileiras, ainda que isto não seja uma regra geral.

Ao solicitar minha entrada no grupo, que possui caráter fechado, tive que preencher um questionário rápido, no qual constavam algumas perguntas, como por exemplo, quais eram minhas intenções em participar da comunidade, assim como tive que dar um *"check*" para regras básicas do grupo. Após receber a confirmação do aceite, busquei descobrir quais eram os moderadores e administradores do grupo, informação facilmente obtida na aba "Membros do grupo".

A primeira pessoa com quem tive contato foi uma das moderadoras do grupo, que é também uma das integrantes mais ativas, responsável por produzir conteúdos semanalmente relacionados ao estudo de Baralho Cigano na forma de lives. Meu objetivo era ser aberto com ela em torno das minhas intenções em relação a etnografar o grupo, de modo que lhe relatei ser estudante da graduação em Ciências Sociais e também um profissional que realiza leituras oraculares. Também perguntei se estava de acordo com as normas do grupo fazer um post perguntando se alguém teria interesse de voluntariamente participar de uma entrevista via

ligação de voz. Sua resposta foi positiva, dizendo que isso poderia ser feito, ainda que fosse necessário fazer um poster e postá-lo em uma segunda-feira, especificamente, tendo em vista que os outros dias estavam relegados exclusivamente aos estudos dos oráculos.

Com o aprofundamento do meu contato com os fóruns virtuais, novas questões de pesquisa começaram a emergir a partir do questionamento ativo dos próprios interlocutores nesses espaços em torno dos procedimentos oraculares. Em um post do dia 27 de outubro de 2020, por exemplo, um membro do grupo perguntou se deveria cobrar pelas leituras ou se elas deveriam ser feitas por caridade. Esse questionamento perpassa muito das questões para aqueles que estão começando sua jornada de leitura oracular e pude perceber a incidência dessa indagação através de outros posts. Também pude perceber que, entre aqueles praticantes da doutrina umbandista, esta indagação também é comum, uma vez que tendo como um de seus fundamentos a caridade, muitos se perguntam por que motivo, então, as leituras são cobradas. Dessa forma, pude construir um problema de pesquisa buscando compreender os sentidos que o dinheiro assume nessas trocas, por exemplo, partindo da própria inquietação dos meus interlocutores frente a esses significados que não estão dados.

Acredito que a experiência de campo supracitada se mostrou extremamente frutífera para se refletir sobre as ordens de reverberação colocadas pela imersão etnográfica no mundo digital dentro das suas potencialidades e também novos dilemas, como buscarei examinar adiante.

5. O EFEITO DIGITAL E SUAS ORDENS DE REVERBERAÇÃO

A inserção em comunidades online representou um ponto de inflexão, isto é, uma mudança de direção, o qual denomino aqui de *efeito digital*, que produziu diversas reverberações teórico-metodológicas nesse novo contexto. De maneira sistemática, é possível dizer que o efeito digital, essa inserção do campo na virtualidade, representou uma dupla transformação no tocante às práticas epistemológicas que transformam os procedimentos de conhecer em uma etnografia pelos antropólogos e os modos de aprender ligados às práticas oraculares no contexto digital pelos cartomantes.

As noções de multilocalidade e multivocalidade são tomadas por mim como balizadoras deste processo em ambos os casos. Por parte do etnólogo, o efeito digital pode ser entendido como uma abertura para a multilocalidade e multivocalidade como princípios balizadores da pesquisa no ambiente digital, uma vez que o grupo "Tarólogos & Cartomantes, Tiragens, Pitacos e Consultas" pode ser pensado como um lugar em si mesmo, ao mesmo tempo em que tenciona

narrativas de pessoas multilocalizadas globalmente. Os agentes, assim, transitam de modo a incorporar práticas e elementos da performance oracular discutidos nos grupos no contexto das suas práticas profissionais fora do âmbito virtual.

Em um processo codependente, a entrada no âmbito virtual pode ser entendida como uma abertura multivocal tanto para mim, no lugar de etnógrafo, quanto para aqueles membros que formam a rede do grupo de cartomantes. No caso específico da inserção em contextos de etnografia virtual, a própria lógica de funcionamento do grupo nas redes virtuais parece favorecer a apreensão da multivocalidade nos fluxos por meio do qual se dão as interações nesse espaço. Como parte de uma dinâmica organizacional do grupo, as interações a partir da proposição de tópicos e a busca por opiniões distintas, os "pitacos", permitem que, no exercício descritivo, múltiplas facetas em torno de um mesmo assunto possam ser analisadas.

Não obstante esse aspecto organizacional colocado pela dinâmica de funcionamento das redes sociais, penso que um ponto mais interessante de ser ressaltado é que a multivocalidade, enquanto um princípio de produção de conhecimento acadêmico, pode ser colocada sob o escrutínio dos regimes de saber que constituem a cartomancia e outras práticas macumbeiras no Brasil, no que tange à noção de encruzilhada como um princípio epistemológico que constitui o saber-fazer mágico-religioso.

No contexto do grupo, os pitacos são os posts que mais movimentam interações cotidianamente, no qual os cartomantes buscam compartilhar suas tiragens e, a partir da perspectiva de outros profissionais, ampliar o sentido da leitura ao compartilhar diversas perspectivas em torno dela. Emana daí um procedimento de produção de conhecimento mágico-religioso que se estabelece na encruza entre diversas noções de verdade em torno de uma mesma leitura oracular.

A metáfora dos caminhos e das encruzilhadas são maneiras recorrentemente utilizadas por cartomantes para expressar os resultados colocados pelos oráculos nas leituras. Entende-se que os cartomantes devem orientar a situação para que o consulente tome um direcionamento melhor, a fim de que as coisas possam fluir na vida dele, para prosseguir adiante nos seus caminhos. Fortemente presente no vocabulário macumbeiro no Brasil, a metáfora dos caminhos e das encruzas aponta para Exu como um fundamento orixá-entidade-princípio balizador de uma série de práticas de encantaria no contexto da matriz de saberes que forjam um saber macumbeiro: ebós, transes, oráculos, rodas de gira, etc.

Por parte dos praticantes, o efeito digital permite que corpos multilocalizados emitam suas versões em torno das leituras oraculares produzindo um tipo de verdade oracular multivocalizada e entrecruzada. Por esse mesmo motivo, da configuração tal do ambiente

virtual, o efeito digital afeta igualmente as práticas oraculares na produção de um tipo de conhecimento mágico-religioso.

Por fim, ao engendrar eu mesmo ao final do artigo um procedimento de cruzo entre metodologia e práticas mágico-religiosas, a multivocalidade pode ser posta, de maneira transdisciplinar, sob a perspectiva da epistemologia das macumbas, gerando novas e criativas categorias de abordagem frente aos problemas de pesquisa analisados. Multivocalidade, no contexto etnográfico analisado, só faz sentido se pensada sob a forma de encruzilhada. É no amarro dessas duas trajetórias que se busca construir a possibilidade de um saber pluriversal. Essa forma é a base da construção das formas de aprender um saber-fazer ligado às práticas mágico-religiosas no tocante à cartomancia dentro de grupos onlines e pode dar indícios ao etnógrafo da força relativa à maneira como categorias nativas podem afetar os regimes de conhecimento acadêmico, produzindo novas perspectivas, na medida em que nos afeta e altera por aquilo que é próprio delas (RUFINO & SIMAS, 2018, p.33)

5.1. A transposição do método etnográfico para contextos virtuais

As discussões em torno da aplicação do método etnográfico no mundo digital podem ser localizadas dentro de movimentos histórico-epistêmicos que são dados no direcionamento da Antropologia para reescrever os novos campos emergentes, a partir da insurgência das novas tecnologias digitais, os fenômenos da globalização e os processos de desterritorialização contemporâneos. Através delas, novas lógicas e práticas de análise para interpretação de dados se mostram como necessárias, a fim de corroborar com as novas dinâmicas de interação que são colocadas no campo.

A internet surge como um frutífero meio de comunicação interpessoal e constituição de redes que passa a ser visada aos olhares antropológicos, a partir do momento em que as técnicas de pesquisa etnográfica passam por um escrutínio de que também poderiam ser utilizadas para o estudo das culturas e comunidades online. Essas conformações sociais poderiam ser derivadas de grupos sociais já constituídos na condição offline e que transitam entre esses âmbitos, ou mesmo compostas por membros engajados apenas em relações online.

Entretanto, a transposição do método etnográfico, a partir dos anos 1990, para contextos virtuais gerou inúmeros debates. Muitos antropólogos e cientistas sociais mais ortodoxos não aceitaram a proposição, como afirma Kozinets (2010), principalmente em função de uma reconfiguração posta pela nova dinâmica das relações virtuais em algumas das principais características da etnografia e do fazer etnográfico. Para esses autores, questões

centrais postas pela etnografia, como o deslocamento, o estranhamento e o "ir a campo", tão decisivos na formação do olhar etnográfico, pareciam ter se esvaído frente a uma nova conformação espaço-temporal colocada pelas redes virtuais.

Como um de seus princípios fundantes, a proposta de uma antropologia digital tem como um de seus axiomas a concepção de que não existiria uma realidade mais autêntica no âmbito pré-digital. Embora algumas perspectivas teóricas apontem para um certo saudosismo para certas formas de sociabilidades, tomadas como mais autênticas ou mais naturais, por serem consideradas menos mediadas, autores como Miller (2012) divergem dessa posição, uma vez que concebem a própria digitalidade como um espaço frutífero de reflexão acerca do humano. Penso que, da mesma maneira, não haveria tampouco um tipo de prática etnográfica mais autêntica do que outras, ainda que seja importante considerar que ordens de reverberações metodológicas e conceituais distintas podem estar implicadas na inserção dentro de contextos virtuais.

Sendo assim, desprezar as possibilidades frutíferas de mapeamento e produção de conhecimento a partir do método etnográfico em contextos virtuais, significa também subestimar a própria capacidade de reinvenção do método enquanto uma ferramenta de produção de saber em torno dos fenômenos culturais que, contemporaneamente, encontram na digitalidade do mundo um de seus pilares em múltiplas esferas das relações sociais.

Na etnografia clássica, proposta por Malinowski (1978), os livros, informantes e percursos terrestres são tidos como condição para os contatos preliminares no início da pesquisa e, no entanto, na esfera atual das relações no âmbito digital, esses contatos são muito mais bem representados a partir de ícones em telas mediados por redes virtuais. Portanto, é sob uma outra lógica de inserção que se pauta o estudo de redes online, muito mais atrelada a sites de busca e a redes sociais, correspondendo ao lugar onde se inicia a inserção nas etnografias virtuais.

No que tange à inserção em redes digitais, é possível observar que a extensão do método no âmbito da virtualidade das relações online não corrompe a produção do conhecimento etnográfico, mas, pelo contrário, reatualiza seus fundamentos dentro de novas condições, já que a observação e o contato se preservam como a base do seu exercício.

Além disso, uma consequência colocada pela mediação com o mundo digital importante de ser mencionada é a maior facilidade de se produzir registros e recortes no âmbito da pesquisa, que podem ser salvos em pastas digitais para posteriores análises sobre as articulações, proporções e relações dos fenômenos sociais analisados. Nesse aspecto, a internet atua como um grande arquivo vivo, de caráter dinâmico, constantemente em mutação em

função da atuação dos agentes sociais, no qual certas interações sociais são salvas e passíveis de serem revisitadas pelo etnógrafo a qualquer momento.

Penso também que outra reverberação conceitual e metodológica colocada pela inserção no âmbito virtual diz respeito à mudança na maneira como desenvolvi o olhar antropológico frente ao campo. Anteriormente à minha inserção nos grupos de Facebook, a produção das perguntas de pesquisa partia muito mais de uma interpelação por minha parte frente às questões que me inquietavam e que emergiram da experiência de campo. Nesses contextos, diante do principal problema que era a inserção, o meu lugar de vocalidade assumido partia, em geral, ou da figura do cliente ou da figura do estudante acadêmico.

Por outro lado, quando dei início à etnografia em contextos virtuais, pude partir dos próprios dilemas colocados pelos meus interlocutores nos grupos como um problema de pesquisa. Diante de uma inquietação das pessoas com quem meu campo buscava dialogar, expressa na forma de dúvidas, construíram-se espaços de discussão extremamente frutíferos para a prática etnográfica, constituídos pela troca de conhecimento entre profissionais que detinham experiência na área e iniciantes que desejavam aprender mais sobre as práticas mágico-religiosas. Dessa maneira, pude construir um problema de pesquisa buscando compreender, por exemplo, os sentidos que o dinheiro assume nessas trocas, partindo da própria inquietação dos meus interlocutores frente a esses significados.

Mesmo quando aqueles indivíduos com anos de experiência dentro das práticas mágico-religiosas divergiam em termos de posição, não havia muito um interesse em extrair uma verdade absoluta, por exemplo, frente a uma leitura oracular, mas de apresentar múltiplas perspectivas diante do cenário colocado. Penso que isto está ligado ao próprio caráter inventivo da sua profissão que não está relacionado, necessariamente, à adesão literal e totalizante dos preceitos de uma tradição religiosa, mas que dentro de um ato criativo e pessoalizado, incorpora elementos distintos de uma experiência com o sagrado fluida, na construção da sua religiosidade e de um "saber-fazer" próprio.

5.2. A espacialidade reconfigurada: Multilocalidade no contexto virtual

Uma outra especificidade colocada pelo investimento em conexões online importante de ser mencionada é que a própria geografia da pesquisa teve que ser repensada, a partir de uma abertura para a multilocalidade enquanto uma opção metodológica, investida de questionamentos de fundo epistemológico. Se antes a pesquisa partia de um recorte espacial muito bem definido, representado pela região metropolitana de Belo Horizonte, uma outra

dimensão da pesquisa foi posta com minha entrada no grupo virtual. Tratando-se de uma comunidade com mais de 30 mil membros, uma outra espacialidade emergiu da possibilidade de contato virtual, representada pela virtualidade do grupo. Passei a lidar, portanto, com um espaço não-cartesiano, no caso, digital. A solução então foi delimitar uma rede, como campo, o que equivale a assumir os aplicativos como "sites de campo" (BURRELL, 2009).

Dessa forma, me vi obrigado a questionar um dos pressupostos fundantes da etnografia modernista que é a questão da localidade e a reflexão em torno do "lugar". Tomando o espaço virtual como um lugar em si mesmo, a inserção do campo no âmbito virtual não teria levado, portanto, a multilocalidade como um horizonte buscado pela pesquisa? Levando-se em conta que a internet é, atualmente, uma importante ferramenta de aprendizado,troca e exercício profissional no contexto da cartomancia, a multilocalidade inscrita na combinação de etnografia virtual e incursões a campo presenciais não teria produzido ordens de reverberação interessantes?

A antropologia moderna, inaugurada através de Malinowski, tinha como um de seus fundamentos a concepção de que a prática antropológica pressupunha a delimitação de um lugar específico, no qual vigorava uma concepção de espaço que privilegiava a análise das relações estabelecidas no interior de fronteiras bem delimitadas. É a partir dos relatos de viajantes, mas também contra estes que a etnografia modernista emerge enquanto uma forma de escrita, sendo a multilocalidade um dos elementos rejeitados por Malinowski na constituição do método etnográfico. Muitas vezes pensado como uma ilha - como é o clássico caso de seu livro mais famoso - ou como o espaço social de uma "etnia", a demarcação de uma locus delimitado de pesquisa criava uma ideia de "dentro" e "fora". Esse entendimento em torno dos lugares antropológicos levou, contudo, à subvalorização das relações que permeiam esses sistemas no que tange ao seu contato com um exterior ficcionalmente delimitado.

Contemporaneamente, contudo, as fronteiras ligadas ao juízo de um espaço de dentro e um espaço de fora que constitui o lugar antropológico tem sido cada vez mais questionadas devido ao seu aspecto volátil. Ainda que possamos afirmar que alguns fenômenos sociais possuem uma expressão local, podendo ser analisados a partir de um ponto de vista que dá enfoque sob os limites internos de um lugar, é inegável que, em muitos casos, uma abordagem que parte do estudo de múltiplas relações que o lugar estabelece com o exterior pode ser igualmente frutífera. Dessa forma, encontramo-nos diante de sociedades complexas que solicitam novas, criativas e combinadas formas de abordagem para sua compreensão.

A problemática do lugar ("speaking from"/"speaking for") tem se adensado no âmbito das discussões antropológicas contemporâneas (Appadurai, 1988), paralelamente à reflexão

crítica em torno da vocalidade (SPIVAK, 2010) - ”speaking for/ speaking of”, principalmente em função do fenômeno da globalização, da desterritorialização dos fenômenos culturais e da ressonância de discursos de corpos marginalizados. As próprias transformações culturais observadas no âmbito das etnografias contemporâneas levaram à necessidade de se repensar as estratégias metodológicas e os pressupostos epistemológicos, de modo a pôr em debate a noção de lugar.

Frente a essa problemática, a noção de multilocalidade tem sido apresentada por diversos autores como uma categoria conceitual crítica ao estudo do lugar como fundamento da etnografia moderna. Da mesma forma, tem privilegiado a fronteira como um espaço de análise e reflexão conceitual, por consistir menos em uma linha que delimita espaços estáveis, dentro/fora, mas um locus fraturado, intermédio e de caráter poroso, que pode ser expressa, por exemplo, em bairros de imigrantes, aeroportos, etc. Segundo Appadurai, esse movimento contemporâneo tensiona a noção de “étnico” que dá base à escrita etnográfica modernista, uma vez que os lugares na antropologia clássica têm sido equacionados como locais etnográficos.

O espaço digital tensiona, de maneira análoga, como pude observar dentro de minhas incursões a campo em comunidades virtuais, a ideia de lugar e o “estar lá” como fundamento da prática etnográfica. Tive a oportunidade de experienciar, através do grupo de cartomantes, leituras oraculares que não necessitam de uma presença física para que sejam realizadas, propiciadas pelos *efeitos de presença* que a digitalidade viabiliza . Nesses contextos, a distância física não parece ir de encontro com a efetividade do oráculo na execução das leituras através da cartomancia. Pelo contrário, outros mecanismos ligados ao saber-fazer em torno dessas práticas buscam construir vínculos relacionais entre cartomante e consulente, para além das distâncias físicas, como buscarei argumentar etnograficamente.

**

No dia vinte de abril de 2021, realizei uma consulta online com uma cartomante de nome Chantal, pessoa com quem já venho construindo um diálogo em relação a pesquisa que conduzo. Tive contato com ela através de uma indicação de conhecidos, no qual consegui realizar uma entrevista com a mesma via Zoom.

A leitura foi realizada virtualmente via chamada de vídeo no whatsapp, posteriormente a essa entrevista concedida pela interlocutora. Quando entrei na call, pude ver que a sua mesa de leitura já estava toda preparada. Chantal havia estendido um pano no chão que impedia que as cartas tivessem contato direto com o mesmo. Seus pés estavam descalços e ela se encontrava usando um pano branco na cabeça, roupas largas com estampas floridas, assim como alguns acessórios dourados em seus braços.

Ao lado do pano onde realizaria a leitura, havia também dois trabalhos realizados por ela, essenciais na condução da leitura oracular na medida em que produziam uma conexão entre o momento da leitura e as entidades com as quais ela trabalhava. Em um desses trabalhos, fotografados abaixo, havia um alguidar que, no seu interior, continha uma combinação de ervas, especificamente capim santo, rosa, cravo e canela, um copo de água e uma vela amarela. Já no outro trabalho, havia mel com aguardente, uma vela e um defumador. Quando lhe perguntei acerca da necessidade dos trabalhos para a realização das leituras, Chantal me disse que quando monta a sua mesa, sempre busca trabalhar com os quatro elementos da natureza simbolicamente através dos materiais que utiliza. Nesse aspecto, cada elemento presente no trabalho que havia realizado simbolizava um desses elementos: Água - Copo d'água;Terra - As ervas; Fogo - A vela; Ar - defumadores e Incensos.

Figura 4: procedimentos de abertura de mesa oracular

Fonte: Foto autoral disponibilizada pela cartomante tirada durante a leitura com Baralho Cigano

Para Chantal, a presença dos quatro elementos é também um mecanismo de proteção em relação à energia vibracional que circula durante a leitura. Busca fazer com que o cartomante se encontre protegido em relação à possíveis energias negativas as quais um consulente pode vir a trazer no momento da realização da leitura.

Para a realização das leituras, Chantal usava um baralho de cartas similar a esses utilizados para jogos de baralho, com a diferença de que tinha como temática ser um baralho de Maria Padilha, uma das entidades associadas à leitura de baralho cigano. Era um baralho novo, conforme ela havia me falado, que estava sendo utilizado pela primeira vez comigo. Antes da sua utilização no momento da leitura, ela havia realizado uma consagração do baralho em uma cachoeira no Maranhão, estado onde se encontrava no momento da leitura. Quando demos início à leitura, algumas perguntas iniciais me foram feitas, como meu nome completo, minha data de nascimento, nome completo da minha mãe, data de nascimento dos meus pais e se eu possuía irmãos.

O nome completo e a data de nascimento é, comumente, entendido como o endereço astral das pessoas com quem se busca contatar na leitura. Em outras leituras oraculares que realizei valendo-me do baralho cigano, o endereçamento astral que possibilita a criação do vínculo entre oráculo, cartomante e consulente se deu de maneira análoga.

Após essas perguntas, demos início a leitura em si, no qual havíamos estipulado a realização de uma mesa real. A mesa real, também conhecida como Grand Tableau, é um método de tiragem de cartas considerado mais complexo, na medida em que, através dele, é possível ver de maneira mais abrangente a vida da/do consulente em diversos âmbitos da sua vida: trabalho, amor, saúde. Por ser um tipo de jogo mais complexo, o método de tiragem da mesa real é mais utilizado por aqueles cartomantes que já possuem mais familiaridade com as cartas e um conhecimento mais avançado em torno dos seus significados, na medida em que nele se utiliza todas as 36 que compõem o baralho cigano. Sua tiragem é frequentemente comparada a um "livro da vida" do consulente, dentro de uma temporalidade de aproximadamente três a seis meses. A organização das cartas varia, algumas mesas reais são feitas sob a lógica 4x8 (coluna x linhas) + quatro cartas finais conclusivas, outras são organizadas de maneira 5x9 (coluna x linhas).

Sem a pretensão de me ater ao conteúdo da leitura em questão, no qual tratamos de questões pessoais relativas a minha vida, a situação descrita etnograficamente possibilitou um entendimento melhor não apenas dos procedimentos de preparo da mesa oracular, mas também os mecanismos relacionais que possibilitam a execução das leituras aquém da presença física, embasadores de um efeito de presença.

**

A multilocalidade foi pensada enquanto um conceito norteador de um mundo transformado pela globalização e pela desterritorialização dos fenômenos culturais. Vivemos em um contexto cultural no qual certos grupos não mais se encontram amarrados a certos

territórios ou áreas particulares. Impera-se uma dinâmica de fluxo global no qual as definições identitárias não estão ligadas unicamente ao lugar de residência onde vivem, mas também em relação com outros lugares muitas vezes distantes, inseridos dentro de fluxos comunicacionais através das mídias digitais.

Nesse movimento, penso que o conceito de multilocalidade e multivocalidade pode ser extremamente frutífero para se pensar interações virtuais em comunidades online. O grupo "Tarólogos & Cartomantes, Tiragens, Pitacos e Consultas" pode ser pensado como um lugar em si mesmo, ao mesmo tempo em que tenciona narrativas de pessoas multilocalizadas, no qual é o locus propriamente da fronteira que emerge a partir da porosidade entre o mundo virtual e o físico, perceptível no discurso dos interlocutores da pesquisa. Os agentes, assim, transitam de modo a incorporar práticas e elementos da performance oracular discutidos nos grupos no contexto das suas práticas profissionais fora do âmbito virtual. Nesse aspecto, o próprio meio virtual é pensado como um local em diálogo com outros locais.

Há, portanto, uma ruptura com o fundamento de comunidade da etnografia realista que embasa a centralidade do lugar na sua análise. O conceito de comunidade, enquanto um sistema de compartilhamento de valores, formador de uma identidade comum e, portanto, constitutivo de uma cultura compartilhada, pautou-se na localidade de modo a definir uma referência básica que orientasse a etnografia. Entretanto, ao se debruçar sobre a comunidade online em questão "Tarólogos e Cartomantes, Tiragens, Pitacos e Consultas", é possível observar que o senso de solidez e homogeneidade ligados à noção de comunidade fundamentada em um local específico se vê fragilizada pelo processo contemporâneo no qual a produção localizada das identidades - no caso, enquanto tarólogo/cartomante - não é pautada em uma atividade observável concentrada em uma localidade específica, mas se produz de maneira multisituada.

Apreender a rede de relações constituída no contexto de comunidades online demanda seguir os fios e os nós que constituem sua organização. Nesse contexto, os fluxos sociais de interação não podem ser localizados a partir de um centro a partir do qual emanam todas as informações, uma vez que os fios que ligam as pessoas podem ser ampliados para diversos caminhos, direções e sentidos. A rede abriga e é construída pela presença de várias lógicas, que estão sendo praticadas em uma espacialidade múltipla, mas que se encontram em um espaço virtual e que agem no sentido de se coproduzirem e se influenciarem.

O grupo "Tarólogos e Cartomantes, Tiragens, Pitacos e Consultas" pode ser entendido, portanto, como uma rede constituída por um emaranhado de fios multilocalizados que possibilita ao etnográfo seguir por diversas direções, contatando diversos espaços. É propriamente um *locus* fronteiriço que abriga e se forma a partir da consonância de várias

lógicas, vários modos de saber-fazer mágico-religiosos, que se encontram em um espaço virtual e se transformam a partir da formação de redes de diálogo e de troca de conhecimento.

Esse aspecto multilocalizado dos grupos virtuais se complementa a outra dimensão que a constitui, que é a multivocalidade. Seguir esses emaranhados de fios abriu margem para abrigar, no contexto da pesquisa, várias vozes e trajetórias de vida, de modo a apreender a diversidade de modos de fazer e modos de saber ligados às práticas mágico-religiosas relativas à cartomancia. Tratando-se de uma pesquisa voltada para a análise, descrição e reflexão em torno de práticas mágico-religiosas (especificamente a cartomancia, no caso) no qual é possível observar um forte caráter criativo ancorado nas trajetórias biográficas dos seus membros como fundantes de um saber-fazer próprio, a multivocalidade pode ser entendida como uma conceito norteador para se perseguir essa diversidade muito própria do campo, como buscarei defender em seguida.

5.3. A abertura multivocal: modos de saber, modos de fazer nos contextos virtuais

A noção de multivocalidade pode ser entendida como um dos fundamentos da escrita etnográfica pós-moderna em contraposição à maneira como a etnografia modernista constrói, narrativamente, a concepção de sujeitos totalizantes nos seus relatos como se os atores falassem por uma cultura de maneira absoluta, pautadas em um "estar lá" que fundamenta a autoridade etnográfica. (CLIFFORD, 1994).

Através principalmente dos trabalhos de Malinowski, que age menos como um criador personalista do método de maneira personalista e inusitada, mas como um aglutinador uma série de perspectivas que se mostravam vigentes no seu momento histórico (Stocking, 1992) é possível perceber o desenvolvimento e consolidação da autoridade etnográfica, pautada na observação participante, como legitimadora do papel do pesquisador de campo enquanto um produtor de verdades em torno da alteridade. O método da observação participante tal qual desenvolvido pelo antropólogo inglês postula que o pesquisador deve estar imbuído de um conhecimento privilegiado, que os próprios nativos não detêm, fruto de um treinamento acadêmico e de uma experiência de campo intensa e extensa. Este conhecimento privilegiado permite ao pesquisador desenvolver interpretações acuradas das realidades sociais estudadas. A noção de autoridade etnográfica (CLIFFORD, 1994) se desenvolve como resposta à produção etnográfica até então vigente no sentido de se afastar narrativamente desses escritos - centrados nas figuras dos viajantes e missionários - de tal modo que foi responsável por contribuir com a validação científica da observação participante.

Ao denunciar os efeitos políticos de uma descrição totalizante dos sujeitos contatados no fazer etnográfico, as correntes entendidas como pós-modernas no campo da etnografia passaram a se voltar para uma análise autorreflexiva em torno dos efeitos políticos das suas descrições.

No caso específico da inserção em contextos de etnografia virtual, a própria lógica de funcionamento do grupo nas redes virtuais parece favorecer a apreensão da multivocalidade nos fluxos por meio do qual se dão as interações nesse espaço. Como parte de uma dinâmica organizacional do grupo, as interações a partir da proposição de tópicos e a busca por opiniões distintas, permite que, no exercício descritivo, múltiplas facetas em torno de um mesmo assunto possam ser analisadas.

Não obstante esse aspecto organizacional colocado pela dinâmica de funcionamento das redes sociais, penso que um ponto mais interessante de ser ressaltado é que a multivocalidade, enquanto um princípio de produção de conhecimento acadêmico, pode ser colocada sob o escrutínio dos regimes de saber que constituem a cartomancia e outras práticas macumbeiras no Brasil, no que tange à noção de encruzilhada como um princípio epistemológico que constitui o saber-fazer mágico-religioso.

Os "pitacos" são os posts que mais movimentam interações no dia-a-dia do grupo. Comumente associada à concepção de um conselho não solicitado, os pitacos possuem um sentido singular no âmbito do grupo de Tarólogos e Cartomantes. Podem ser entendidos como postagens feitas por membros que buscam compartilhar a interpretação que fazem da tiragem das cartas no seu exercício profissional, no sentido de confirmar ou não aquilo que leram ou de ampliar a miríade de interpretações possíveis da leitura, adensando o seu significado. Emana daí um tipo de verdade oracular construída a partir do entrecruzamento de diversas perspectivas que não se finda em um regime de verdade fechado, acabado. Pelo contrário, o que se busca é o seu caráter polifônico, sempre inacabado, aberto para a multiplicidade. Vejamos como esse regime de verdade se produz etnograficamente, através da exemplificação de um "pitaco" retirado do grupo:

Figura 5: Post de "pitaco" sobre leitura de Baralho Cigano.

Fonte: "Tarólogos e Cartomantes, Tiragens, Pitacos e Consultas", Facebook, 2021.

A.P.S: O relacionamento da consulente tem futuro? Apesar do Sol como carta principal, entendi que há muito sofrimento entre ambos e que uma das partes precisa tomar atitudes e rever seus interesses, pois pode estar procurando solução onde não existe. A carta oculta é A Aliança. Fiquei me questionando se existe magia entre eles, algum pitaco?[1]

L.K: Antes de qualquer coisa precisa ser revisto muitas coisas, a lua pode falar de ilusões, instabilidade emocional, e associado a [carta do] Chicote só vem coisa ruim dessa combinação. Porém "O sol" nessa tiragem pede esclarecimento. Senta, conversa, pondera. Falta da parte deles empenho pra mudar esses comportamentos nocivos. Oportunidade de mudança eles tem, mas se não houver um primeiro passo não tem futuro. Relacionamento saudável é aquele onde ambos os lados ganham e cedem na mesma intensidade, um equilíbrio. Falta empatia, em se colocar no lugar do outro. Sabendo lidar com esses empecilhos eles conseguem resolver a situação deles.

T.P: Vejo que pode não ser como ela deseja (tratando-se de desejo sexual aí não vai faltar), mas terá que ser um relacionamento com mais clareza e maturidade...ela tá colocando muita expectativa.

M.M: Muita ilusão e pensamentos turbulentos entre eles. Aborrecimentos, brigas que não estão levando a nada. [A carta] o Sol pede a clareza e a sabedoria para saber resolver os desentendimentos. Mudança é necessária e tem [a carta da] Chave que possa mudar, acho que o orgulho de ambos fala alto aí, e não tem compreensão, algo sólido.

A.S: Na tiragem mostra magia, provavelmente com ajuda da magia vá trazer a mudança ([carta da] Cegonha) e a solução ([carta da] Chave).

G.G: Vejo que ela está com medo desse relacionamento trazer desilusão ou até mesmo ser um relacionamento abusivo, mas acredito que mamãe Oxum fala de novas oportunidades que irão surgir na sua vida e que ela saberá encontrar a solução sim para

[1] Buscando preservar a identidade das pessoas que compõem o grupo, de caráter privado, optei por utilizar somente as iniciais dos interlocutores. Da mesma maneira, foram realizadas algumas modificações em algumas palavras sem que haja perda no significado da conversa.

tudo para sua vida, pois a chave está em suas mãos e você tem o poder de abrir ou fechar a porta da sua felicidade. Axé

M.A: Não sei porque, mas até na oculta deu carta de magia... Ela fez algo?

A.P.S: fez adoçamento sim, o que você acha? eu não sabia que Aliança era carta de magia também..

M.A: Aliança não é carta de magia. Bom, pra mim o jogo está falando MUITO do controle dela. Tipo assim, "oh amada tu fez feitiço e ainda está perguntando?"

A.P.S: entendi, tipo um recado pra ela.

(Diálogo do grupo ""Tarólogos e Cartomantes, Tiragens, Pitacos e Consultas", Facebook, 2021)

O diálogo engendrado pode ser utilizado como exemplificação de como a noção de verdade que figura ao se tratar das interpretações oraculares não opera segundo uma ideia de verdade fechada. A multivocalidade atua no contexto em questão produzindo uma interpretação oracular que se adensa e não se esgota em um sentido único. Pelo contrário, é no cruzamento entre essas diversas interpretações que é possível construir um certo tipo de densidade multivocal, polifônica e dialógica em relação aos significados dentro dos pitacos digitalmente.

A metáfora dos caminhos, nesse contexto, é uma maneira recorrentemente utilizada por cartomantes para expressar os resultados colocados pelos oráculos nas leituras. Entende-se que os cartomantes devem orientar a situação para que o consulente tome um direcionamento melhor, a fim de que as coisas possam fluir na vida dele, para prosseguir adiante nos seus caminhos. Fortemente presente no vocabulário macumbeiro no Brasil, a metáfora dos caminhos e das encruzas aponta para Exu como um duplo entidade-princípio balizador de uma série de práticas de encantaria: ebós, transes, oráculos, rodas de gira, etc.

Autores como Rufino & Simas (2018) têm trazido para o debate acadêmico conceitos próprios de práticas de saber que, por muito tempo, foram mantidas sob a condição de demonizadas ou de animistas-fetichistas. É o caso, por exemplo, da proposição de uma epistemologia das macumbas enquanto uma rasura na ciência ocidental moderna. A proposição de uma ciência encantada das macumbas (Rufino & Simas, 2018, p.9) se operacionaliza a partir de fundamentos provindos dos terreiros enquanto princípios epistemológicos de constituição de práticas de saber. Não se trata, portanto, de um recurso literário, mas sim um fundamento construtivo, norteador de práticas.

O processo de constituição das ciências modernas pode ser retomado a partir de Descartes, no século XVII, no qual o *cogito cartesiano*, presente na sua obra "Discurso sobre o Método" (2009) é fundante de um paradigma moderno, no que tange à produção do saber

científico. A partir do *cogito* é inaugurada uma cisão fundante entre o sujeito do conhecimento e o mundo no qual ele se insere que busca ser disposta a partir do método da dúvida como fonte de conhecimento do mundo. O saber científico, nesse aspecto, busca produzir leis gerais e universais, no qual a categoria de "real" emerge como uma instância que independe de quem o produz.

Sob diversos enfoques, a pretensão de neutralidade e o corte que separa os conhecimentos exatos e os exercícios de poder, digamos a natureza e a cultura (LATOUR, 1994, p.11) têm sido questionados. Tem se dado pela ressonância de discursos de corpos que, estando historicamente localizados à margem das instituições de produção de saber hegemônicos, buscam questionar e expor o papel que as ideologias de dominação desempenham na constituição das relações sociais, inclusive no que se refere à produção científica. O próprio saber científico, assim, para além da sua pressuposta objetividade absoluta e reivindicação a-política se vê defrontado como sendo constituído também por determinantes históricos e sociais que constituem suas práticas performativas e discursivas.

Dessa forma, ao pensar na possibilidade de uma ciência encantada das macumbas, os autores buscam produzir um debate político e ontológico no campo das existências ao se refletir de que maneira os princípios fundantes das práticas macumbeiras podem agir no sentido de repensar os modelos de ciência vigente. Em contraposição ao caráter hermético e fechado da ciência moderna, o conceito de encruzilhada valoriza os caminhos presentes nos regimes de conhecimento macumbeiros enquanto possibilidades, pautando-se na imprevisibilidade e no inacabamento. Não se trata, portanto, de uma negação de saberes canônicos e sua substituição pelos ditos saberes subalternizados, mas de um atravessamento entre esses regimes de saberes, mais propriamente um cruzo entre eles, a partir da proposição de uma "contaminação" que subverte as pretensões de um conhecimento científico hermético, à parte de questões sociais. Segundo Simas & Rufino:

> "O conceito de amarração proveniente das sabedorias dos velhos cumbas nos dá base para pensar a macumba tanto no que tange ao seu sentido etimológico, quanto à natureza da sua presença (ontologia) e às suas produções de conhecimento (epistemologia). Amarração é o efeito de, através das mais diferentes formas de textualidade, enunciar múltiplos entenderes em um único dizer. Assim, a amarração jamais será normatizada, porque é inapreensível. Mesmo que o enigma lançado seja desamarrado, esse feito só é possível através do lançamento de um novo enigma, uma nova amarração. Ou seja, o seu desate é sempre provisório e parcial, uma vez que a leitura que o desvenda pode vir a ser apenas parte da construção do enigma e só é possível a partir de um novo verso enigmático que se adicione ao elaborado anteriormente. Neste sentido, a noção de amarração, assim como a macumba, compreende-se como um fenômeno polifônico, ambivalente e inacabado" (SIMAS & RUFINO, 2018,p.14)

A noção de multivocalidade surge na antropologia como uma crítica à escrita etnográfica modernista e seu aspecto positivista. Ao se assentar enquanto um princípio teórico-metodológico norteador da construção do conhecimento antropológico contemporâneo, a multivocalidade enquanto procedimento pode ser encruzilhada com outras epistemologias vigentes em práticas mágico-religiosas no contexto brasileiro, de tal forma a produzir categorias de análise interessantes no contexto da produção acadêmico-científica.

Esse empreendimento se encontra em consonância com um movimento contemporâneo, no qual modos de discurso distintos são colocados sob o escrutínio de conceitos nativos averiguados em campo (STRATHERN, 2011). No caso em questão, práticas teórico-metodológicas acadêmicas relativas à escrita etnográfica pós-moderna no que tange ao conceito de multivocalidade podem ser postas em diálogo a partir do contexto etnográfico que tive contato. Nesse cenário, os caminhos e as encruzilhadas são pensados como categorias que balizam a construção de um saber-fazer ligado à execução dos trabalhos adivinhatórios, no que tange ao aprendizado e transmissão de um saber mágico-religioso no cenário virtual.

Os procedimentos de construção do saber observados em campo, ao se pautar em uma lógica de cruzo, produz um tipo de regime discursivo em torno da verdade oracular construída a partir da encruzilhada de diversas perspectivas, que não podem ser tomadas a partir de uma noção de verdade fechada, acabada. Pelo contrário, o que se busca é a amarração a partir do cruzo, de modo a produzir um regime de saber caracterizado pelo caráter polirracional, pluriversal e plurilinguísta.

6. CONCLUSÃO

Em um mundo transformado pelas possibilidades técnicas colocadas pela inserção no virtual, tanto o espaço acadêmico, quanto o espaço ocupado pelos nossos interlocutores de pesquisa se viu obrigado a repensar suas formas de se pensar e se produzir. Busquei dar ensejo a essas transformações a partir da ideia de *efeito digital*, entendendo a inserção em comunidades online como um ponto de inflexão, representada por uma dupla transformação no tocante às práticas epistemológicas que transformam os procedimentos de conhecer em uma etnografia pelos antropólogos e os modos de aprender ligados às práticas oraculares no contexto digital pelos cartomantes.

As noções de multilocalidade e multivocalidade são tomadas por mim como balizadoras deste processo em ambos os casos. Por parte do antropólogo, o efeito digital pode ser entendido como uma abertura para a multilocalidade e multivocalidade como princípios balizadores da

pesquisa no ambiente digital, uma vez que o grupo "Tarólogos & Cartomantes, Tiragens, Pitacos e Consultas" pode ser pensado como um lugar em si mesmo, ao mesmo tempo em que tenciona narrativas de pessoas multilocalizadas globalmente. Os agentes, assim, transitam de modo a incorporar práticas e elementos da performance oracular discutidos nos grupos no contexto das suas práticas profissionais fora do âmbito virtual. Entretanto, ao se debruçar sobre a comunidade online em questão "Tarólogos e Cartomantes, Tiragens, Pitacos e Consultas", é possível observar que o senso de solidez e homogeneidade ligados à noção de comunidade fundamentada em um local específico se vê fragilizada pelo processo contemporâneo no qual a produção localizada das identidades - no caso, enquanto tarólogo/cartomante - não é pautada em uma atividade observável concentrada em uma localidade específica, mas se produz de maneira multisituada.

Apreender a rede de relações constituída no contexto de comunidades online demanda seguir os fios e os nós que constituem sua organização. Nesse contexto, os fluxos sociais de interação não podem ser localizados a partir de um centro a partir do qual emanam todas as informações, uma vez que os fios que ligam as pessoas podem ser ampliados para diversos caminhos, direções e sentidos. A rede abriga e é construída pela presença de várias lógicas, que estão sendo praticadas em uma espacialidade múltipla, mas que se encontram em um espaço virtual e que agem no sentido de se coproduzirem e se influenciarem.

O grupo "Tarólogos e Cartomantes, Tiragens, Pitacos e Consultas" pode ser entendido, portanto, como uma rede constituída por um emaranhado de fios multilocalizados que possibilita ao etnográfo seguir por diversas direções, contatando diversos espaços. É propriamente um *locus* fronteiriço que abriga e se forma a partir da consonância de várias lógicas, vários modos de saber-fazer mágico-religiosos, que se encontram em um espaço virtual e se transformam a partir da formação de redes de diálogo e de troca de conhecimento.

Da mesma maneira, a inserção dentro do ambiente virtual parece não apenas facilitar a apreensão da multivocalidade, mas coloca esta como um fundamento das próprias práticas de construção do saber no contexto da cartomancia. A partir dos "pitacos", pude observar que a noção de verdade que figura ao se tratar das interpretações oraculares não opera segundo uma ideia de verdade fechada. A multivocalidade atua no contexto em questão produzindo uma interpretação oracular que se adensa e não se esgota em um sentido único. Pelo contrário, é no cruzamento entre essas diversas interpretações que é possível construir um certo tipo de densidade multivocal, polifônica e dialógica em relação aos significados dentro dos pitacos digitalmente. Isso significa dizer que as próprias práticas mágicas se transformam no que tange

às suas dinâmicas de operacionalização na medida em que tencionadas pelo efeito digital, as quais esse artigo representou um ponto inicial de reflexão acerca desse fenômeno.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. Introduction: Place and Voice in Anthropological Theory. Cultural Anthropology. p. 16-20. 1988.

BURRELL, Jenna. The field site as a network: a strategy for locating ethnographic research. Field Methods. Vol 21, Issue 2, pp. 181-199, 2009.

CHAVES, Kelson Gérison Oliveira. Os trabalhos de amor e outras mandingas: a experiência mágico-religiosa em terreiros de Umbanda. Fortaleza. Premius, 2011.

CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Editora UFRJ, 1994.

DESCARTES, R. Discurso do Método. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2009. 128p.

KOZINETS, R. V. Netnography: Doing Ethnographic Research Online. London, Sage, 2010.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MILLER, D. & HORST, H. The digital and the human: a prospectus for digital anthropology. In Digital Anthropology (eds) H. Horst & D. Miller, 3-36. Oxford: Berg. 2012.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas. Mórula editorial, 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STRATHERN, M. Entre uma melanesianista e uma feminista. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 8/9, p. 7–49, 2011.

CAPÍTULO XXXVIII

DA DESCONSTRUÇÃO DE UMA AGÊNCIA SUBALTERNA ÀS *MULHERES POLÍTICAS NEGRAS*[1]

Mirila Greicy Bittencourt Cunha [2]

[2] Doutoranda, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo (PGCS-UFES), bolsista, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES)- Código de Financiamento 001, mirila.cunha@edu.ufes.br.

RESUMO

Ao perceber o erro eurocêntrico, que generaliza, universaliza realidades não homogêneas, Sociologias Emergentes, Estudo Culturais, Pós(De)coloniais, Teorias do Sul, tendo o feminismo negro como perspectiva teórica, são base para este estudo cujas sujeitas trabalharam com Marielle Franco eleitas para o Legislativo Estadual(2018/RJ) em primeiras candidaturas pelo PSOL: Dani Monteiro, Mônica Francisco e Renata Souza. A execução da vereadora, cujos mandantes seguem impunes, tratamento midiático de repercussão nacional e internacional e êxito eleitoral, teria tal fato político vínculo aos seus ingressos? Na Alerj mulheres negras, mesmo pretas e pardas, em relação ao número de brancas são minoria. Confirma e denuncia o racismo no Brasil de população majoritária negra. Remonta o contexto colonial marcado pelo sequestro e escravidão de pessoas africanas e extermínio de povos nativos a repercutir na atualidade em outros moldes. Tragédias que impactam organização do trabalho, controle de corpos, colonialidade da consciência. À hipótese de suas atuações serem em participações e constituições coletivas, *mulheres políticas negras* é uma tentativa de nomear um ponto de vista a articular questões: gênero, poder, étnica-racial. O referencial teórico é de mulheres negras, e a metodologia, ao constatar nas produções traços da *escrevivência* (EVARISTO,2005), esta é considerada. Exposições desobedientes ao cânone aqui desbravadas como debitarias de um *feminismo insubordinál-insubmisso*.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao encontro da proposta do Grupo de Trabalho "Perspectivas Decoloniais em Sociologia e áreas afins" fico à vontade para a exposição do presente material, que se demonstra multi e transdisciplinar, tendo em vista futuras formações enquanto um seminário discente, assim aos votos de profissionais que façam uso, proveito e produções em interfaces com áreas e campos

[1] O presente trabalho tem por base a comunicação selecionada para a participação do 20º Congresso Brasileiro de Sociologia (12 a 17 de julho de 2021-UFPA/Belém, PA), Grupo de Trabalho Sociologias Emergentes, Estudos Culturais e Pós(De)Coloniais. E, ao momento de envio à publicação, do que foi apresentado no VII Seminário Discente do PPGS UFMG (julho de 2022), estando a tese ainda em curso, a atual versão da pesquisa encontra-se diferenciada deste material.

de saberes e investigações diversas. Trata-se aqui de reflexões iniciais, encaminhadas à organização para o desenho da tese, e não diretamente da questão do trabalho a ser defendida em si.

A desconstrução de uma agência subalterna observada às mulheres negras que adentram aos cargos na política institucional, foi iniciada pelo contato com as Sociologias Emergentes, Estudo Culturais, Pós-coloniais, Decoloniais, Teorias do Sul, e demais correntes e teorias a seguir apresentadas, até alcançar a proposta da elaboração do termo *mulheres políticas negras*, que tem como propósito uma análise pela abordagem interseccional sobre gênero, poder, raça [2]

A primeira parte desta comunicação é reservada para a apresentação de tais perspectivas de estudos, muito mais com o intuito de situar e demonstrar algumas das possibilidades descentralizadas de conhecimentos (que tenho ciência até o momento), do que como um gesto de reproduzir e taxar definições. Até porque, soa no mínimo contraditório, uma tentativa de definir esforços intelectuais que propõem questões para além de comparações, oposições, binarismos, dualidades. Ainda que algumas das referências utilizadas por alguns destes pensadores tenham por base autores eurocentrados (Lacan, Foucault, Derrida, Freud, entre outros) às elaborações de suas desconstruções, a me causar uma sensação de não se sair de fato "do lugar". Uma vez que a crítica se dá dentro dos limites que a própria crítica já se faz enquadrada (visto que do contrário não seria nem mesmo compreendida), se nos atermos ao princípio, dado sobre o grifo da colonização, assim, a partir de um fato imbricado pela oposição de pontos de partida diferenciados: colonizador X colonizado. Mas que, conforme aponta Quijano sobre os "nós históricos-estruturais"[3], ancorados nas diferenças coloniais e imperiais,

---

[2] Entendo e defendo que gênero não se restringe a homem e mulher, conforme ainda é muito utilizado. Contudo, para este, gênero apresentará a menção de mulheres, sobretudo ao quadro parlamentar num comparativo homens, mulheres. Poder, em referência ao cargo na política institucionalizada, e raça, em conformidade com a nomenclatura presente no *site* do Tribunal Superior Eleitoral, "COR/RAÇA", bem como também é a utilização por Lélia Gonzales (aos exemplos das produções de 1981 e 1988 que neste será exposto), assumindo a responsabilidade da problemática que envolve os termos.

[3] "E possível identificar uma serie de nós histórico-estruturais específicos, em que podemos ver a estrutura hierárquica de cada um deles. O conceito quijaniano de nós histórico-estruturais heterogêneos é entendido como um estado em que qualquer par de itens é provavelmente relacionado de duas ou mais maneiras divergentes. Em uma fórmula pedagógica, se poderia dizer que nós histórico-estruturais são heterárquicos, mas, para dizer isso, temos que descolonizar o conceito de heterarquia (que é definida em termos universais) e entender heterarquias atravessadas pelas diferenças coloniais e imperiais. Quando fazemos isso, a heterarquia descolonizada transforma-se em nós histórico-estruturais heterogêneos, atravessadas por diferenças coloniais" (MIGNOLO, 2017, p.9). O "*patron colonial de poder*" (matriz colonial de poder, MCP) "opera em uma serie de nós histórico-estruturais heterogêneos e interconectados, que são atravessados por diferenças coloniais e imperiais e pela lógica subjacente que assegura essas conexões: a lógica da colonialidade." (MIGNOLO, 2017, p.10).

"como qualquer nó é provavelmente relacionado de duas ou mais maneiras divergentes" (MIGNOLO, 2017, p.10), que a analítica da colonialidade trabalha para desvendar seu funcionamento, ao

[...] projeto inexorável de tirar todos da miragem da modernidade e da armadilha da colonialidade. Todos são conectados pela lógica que gera, reproduz, modifica e mantém hierarquias interconectadas. [...] tendo em mente que cada nó não se trata de uma instancia universal, e sim que cada um deles está constantemente sendo articulado através da diferença colonial e imperial (MIGNOLO, 2017, p.10. Os colchetes são meus.)

E, mesmo se houvesse a possibilidade de "um lugar de fora" de tal embaraço, eu, esta minha produção, é passível de ser/estar "presa", ante uma construção acadêmica de aproximadamente dez anos, na maior parte do tempo inflexível, debruçada sobre apenas um modo de fazer, atrás de uma verdade, muitas vezes sem se ensinar e se aprender a questionar, mas sim voltada à reprodução, competição, ao saber de cór.

Logo, é recente o exercício de reaprender, ampliar horizontes, ainda que de dentro, conforme esta participação: programa de pós-graduação, instituição de ensino superior, com todos os privilégios, hierarquias, estruturas, dogmas e cânones que as constitui. Há opções, mas não todas as opções. Como em *Assembleia das aves*[4] de Eduardo Galeano, que conta a história de um cozinheiro que após reunir suas aves, pergunta com que molho elas desejam ser cozidas. Ao que uma das aves responde que não quer ser comida. E então o cozinheiro lhe informa que isso está fora de questão. Que nunca foi uma opção para as aves não serem comidas. Quais nossos limites? Restrições impostas por quê? Quens pré-definem, seleciona anteriormente opções, escolhas, decisões? Contudo, é também de dentro que se tem maior aproximação à oportunidade de conhecer, de se ultrapassar assim a imagem do Ouroboros, símbolo da autorreferência, representada, em forma de círculo, por uma serpente ou um dragão que morde/come o próprio rabo.

A segunda parte do texto se vale da delimitação do tema e da questão pretendida ao desenvolvimento da tese, a partir do que foi peneirado da exposição das teorias e propostas apresentadas na primeira seção. A saber, a seleção do feminismo negro como perspectiva teórica, levando em consideração a interseccionalidade: gênero, poder e raça, desbravada como debitária de um *feminismo insubordinál-insubmisso*. Neste item também consta a enunciação do

[4] Disponível em: <https://youtu.be/p7-vPES0lxA>. Último acesso em 19 de agosto de 2020.

referencial teórico e a metodologia prevista à pesquisa, bem como as considerações sobre a proposta ao uso do termo *Mulheres políticas negras*.

O terceiro momento do material é uma breve apresentação das sujeitas selecionadas: Dani Monteiro, Mônica Francisco e Renata Souza, deputadas do Estado Rio de Janeiro, e concisa ilustração da atual composição das cadeiras parlamentares na Alerj (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro).

1.1. À finalidade de situar: onde, quando, quem?

Aníbal Quijano nos esclarece sobre a diferença entre colonialidade e colonialismo:

> Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado a, Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controlo da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoira que o colonialismo. Mas foi, sem dúvida, engedrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjetividade do mundo tão enraizada e prolongado. (QUIJANO, 2009, p. 73)

Colonial, assim, "vai além do colonialismo e alude a situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais." (COSTA, 2006 p.118). Pós-colonialismo, portanto, que aparece a partir da década de 1950 sobre o "período histórico posterior ao momento em que sociedades africanas e asiáticas foram colonizadas por europeus" (MACEDO, 2016, p. 295), não supõe "o fim das sequelas do colonialismo na história" (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2017, p. 450), e

> [...] não se restringe a descrever uma determinada sociedade ou época. Ele relê a "colonização" como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural – e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou "global" das grandes narrativas imperiais do passado centradas na nação. Seu valor teórico, portanto, recai precisamente sobre sua recusa de uma perspectiva do "aqui" e "lá", de um "então" e "agora", de um "em casa" e "no estrangeiro" (HALL, 2003, p. 109. Os colchetes são meus.)

O prefixo "pós", "não indica simplesmente um 'depois' no sentido cronológico linear" (COSTA, 2006, p.117). Seu sentido linguístico mais evidente "como sinônimo de 'após' ou 'fim' [é deslocado] para o gesto de 'pensar além'" (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2017, p. 450. Os colchetes são meus.).

Iniciada por autores "– fundamentalmente imigrantes oriundos de países pobres que vivem na Europa Ocidental e na América do Norte –, a perspectiva pós-colonial teve, primeiro na crítica literária, sobretudo na Inglaterra e nos Estados Unidos [...], suas áreas pioneiras de

difusão" (COSTA, 2006, p. 117), por volta dos anos de 1980, quando os Estudos Subalternos Indianos, ou "estudos subalternos do Sul da Ásia" (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2017, p. 453), se destacaram por pensar a sua própria sociedade em revisitação de conceitos marxistas, como o de "subalternidade", de Gramsci (ALATAS, 2010).

> Talvez seja razoável dizer que a distinção entre estudos culturais, na versão britânica [desenvolvida principalmente no Birmingham University's Centre for Contemporary Studies], e estudos pós- coloniais seja apenas cronológica. Afinal, desde que Stuart Hall, figura central dos estudos culturais britânicos, desloca sua atenção, a partir de meados dos anos de 1980, de questões ligadas à classe e ao marxismo para temas como racismo, etnicidades, gênero e identidades culturais, verifica-se uma convergência plena entre estudos pós-coloniais e estudos culturais (COSTA, 2006, p. 118. Os colchetes são meus.)

Edward Said[5], Homi Bhabha, Gayatri Spivak[6] são exemplos de autores de origem oriental (MACEDO, 2016), bem como Ranajit Guha, Parth Chatterjee, Dipesh Chakrabarty[7] (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2017) e Chandra Mohanty. E Paul Gilroy, Stuart Hall[8], exemplos de autores de origem afro-descendente (MACEDO, 2016).

---

[5] Em *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (1990), Said tem por referência o desenvolvimento pioneiro de Frantz Fanon, martinicano, *Pele negra, máscaras brancas* ([1952], 2008), ao "descrever o mundo moderno visto pela perspectiva do negro e do colonizado." (COSTA, 2006, p. 118). A seguir breve resumo sobre orientalismo: "O orientalismo é um estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica feita entre 'o Oriente' e (a maior parte do tempo) 'o Ocidente'. Desse modo, uma enorme massa de escritores, entre os quais estão poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas e administradores imperiais aceitou a distinção básica entre Oriente e Ocidente como ponto de partida para elaboradas teorias, épicos, romances, descrições sociais e relatos políticos a respeito do Oriente, dos seus povos, costumes, 'mente', destino e assim por diante." (SAID, 1990, p. 14); "Portanto, o orientalismo não é um mero tema político de estudos ou campo refletido passivamente pela cultura, pela erudição e pelas instituições; nem é uma ampla e difusa coleção de textos sobre o Oriente; nem é representativo ou expressivo de algum nefando complô imperialista 'ocidental' para subjugar o mundo 'oriental'. É antes uma *distribuição* de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos; é uma *elaboração* não só de uma distinção geográfica básica (o mundo é feito duas metades, o Ocidente e o Oriente), como também de toda uma série de 'interesses' que, através de meios como a descoberta erudita, a reconstrução filológica, a análise psicológica e a descrição paisagística e sociológica, o orientalismo não apenas cria como mantém; ele *é*, em vez de expressar, uma certa *vontade* ou *intenção* de entender, e em alguns casos controlar, manipular e até incorporar, aquilo que é um mundo manifestamente diferente (ou alternativo e novo)." (SAID, 1990, p. 24).

[6] Com *Pode o subalterno falar?* ([1985], 2010), Spivak "desfez-se a expectativa de que uma perspectiva epistemológica nova surgiria, dando-se voz ao (pós-)colonizado. A autora mostra que é ilusória a referência a *um* sujeito subalterno que pudesse falar. O que ela constata, valendo-se do exemplo da Índia, é uma heterogeneidade de subalternos, os quais não são possuidores de uma consciência autêntica pré- ou pós-colonial, trata-se de "subjetividades precárias" construídas no marco da 'violência epistêmica'" (COSTA, 2006, p. 120).

[7] Ao propor "provincializar a Europa" (2000), Dipesh Chakrabarty. "busca radicalizar e transcender o universalismo liberal, mostrando que o racionalismo e a ciência, antes de serem marcas culturais européias, são parte de uma história global, no interior da qual o monopólio 'ocidental' na definição do moderno foi construído tanto com o auxílio do imperialismo europeu, como com a participação direta do mundo 'não ocidental'. Isto é, as histórias nacionais de países não europeus se apresentam como narrativas de construção de instituições – cidadania, sociedade civil etc. –, que só encerram sentido se projetadas no espelho de uma 'Europa hiperreal', na medida em que ignoram as experiências efetivas das populações de tais países." (COSTA, 2006, p.121).

[8] Em *The West and the rest: discourse and power* (1996), Hall "busca generalizar o caso do orientalismo, mostrando que a polaridade entre o Ocidente e o resto do mundo (*West/Rest*) encontra-se na base de constituição das ciências

Têm em comum o questionamento da validade de discursos, representações e paradigmas etnocentrados, a constituir temas e procedimentos metodológicos e analíticos que problematizem percepções convencionais. Sendo central às investigações a "transformação social e o combate à opressão" (COSTA, 2006, p. 118). E por haver "graus variáveis de uma hegemonia complexa" (SAID, 1990. p.17)

> Os estudos pós-coloniais não constituem propriamente uma matriz teórica única. Trata-se de uma variedade de contribuições com orientações distintas, mas que apresentam como característica comum o esforço de esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade. (COSTA, 2006, p. 117)

Exemplos latino-americano, a rigor não denominados pós-coloniais, antecipam o "giro decolonial", cunhado por Nelson Maldonado-Torres, a significar "o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade"[9] (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2017, p. 467) são exemplos os autores: "José Martí, José Carlos Mariátegui, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Pablo Gonzáles Casanova, Darcy Ribeiro, Paulo Freire" (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2017, p. 465). Obstinavam "pela autonomia dos povos do continente e superação do sub-desenvolvimento, ao mesmo tempo que projetavam uma possível integração latino-americana que permitisse vislumbrar outros rumos que não a subserviência ao capitalismo internacional, na subalterna condição de 'proletariado externo' (RIBEIRO, 1995) (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2017, p. 465).

Participam os "feminismos periféricos" e os "feminismos outros" como Gloria Anzaldúa, a descrever "um modo de pensar que busca tradições de conhecimento abandonadas e linguagens alternativas para produzir uma perspectiva alterada e introduzir outras cosmologias críticas ao discurso hegemônico da modernidade ocidental" (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2017, p. 468).

---

sociais. O ponto de partida de Hall é igualmente a noção de formação discursiva, derivada de Foucault. Tratado nesses termos, discurso não se confunde com ideologia, entendida como representação falseada ou falsificada do mundo. Não cabe, por isso, discutir o teor de verdade dos discursos, mas o contexto no qual eles são produzidos, qual seja, o 'regime de verdade' dentro do qual o discurso adquire significação, se constitui como plausível e assume eficácia prática. Esses regimes de verdade, ou na variação preferida por Hall, 'regimes de representação', não são fechados e mostram-se aptos a incorporar novos elementos à rede de significados em questão, mantendo um núcleo original de sentidos, contudo, inalterado" (COSTA, 2006, p. 119).

[9] O grupo *Modernidade/Colonialidade* (M/C), é composto, para exemplo: Edgardo Lander, Arturo Escobar, Water Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Fernando Coronil, Ramon Grosfóguel, Agustín Lao-Montes, Immanuell Wallerstein, Santiago Castro-Gómez, Oscar Guardiola, Zulma Palermo, Freya Schiwy, Javier Sanjinés, Catherine Walsh, José David Saldivar, Lewis Gordon, Margarita Cervantes de Salazar, Libia Gruesco, Marcelo Fernández Osco, Ana Maria Cervantes-Rodríguez, Linda Alcoff, Eduardo Mendieta, Elina Vuola (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2017).

Nos anos 1990 Judith Buther, Eve Sedgwick, Cherríe Moraga, Donna Haraway, são exemplos de autoras americanas pós-feminista (Judith Buther, com destaque à teoria *queer*), atentas a não "renaturalizar uma identidade homogênea de referência, como a feminina, burguesa e branca" (PRECIADO, 2014, p. 10). Tais considerações também já se faziam presentes no pensamento feminista negro. No Brasil, após os anos de 1980 Lélia Gonzales direciona sua abordagem por um feminismo afrolatinoamericano ([1988], 2018).

Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses organizaram a publicação intitulada *Epistemologias do Sul* (2009). Em 2015, Nêgo Bispo conceitua "os processos de enfrentamento entre povos, raças e etnias em confronto direto no mesmo espaço físico geográfico" (SANTOS, 2015, p. 20) como "contra colonização". Em 2020, Françoise Vergès propõe *Um feminismo decolonial* (2020). E, Marcelo Rosa explica o nome politicamente correto às "sociologias emergentes" (ROSA, 2020):

> Emergentes porque evocam textos que ganhavam protagonismos temáticos e/ou regionais, ou ainda textos que eram feitos por pessoas e em lugares não hegemônicos. Averiguamos que nos cursos obrigatórios de teoria sociológica líamos basicamente homens, brancos e europeus. Não havia uma única mulher nas bibliografias formais, assim como nos cursos obrigatórios em que estudei sociologia a vida inteira. O tema passou a ser uma preocupação de alguns professores. O mundo visto por homens brancos, europeus, existe, mas eles não são os únicos que veem o mundo. [...] teorias que emergem de vários lugares e pessoas. (ROSA, 2020, p. 137. Os colchetes são meus)

Sérgio Costa diz que a "tarefa que os autores[as] pós-coloniais atribuem a si é imodesta" (COSTA, 2006, p. 120. Os colchetes são meus), pois mostra a relação assimétrica irreversível (no plano discursivo, legitimada, no âmbito político), de um tipo de condição de superioridade "ontológica e total, imutável, essencializada, uma vez que ela faz parte da própria constituição lógica e semântica dos termos da relação" (COSTA, 2006, p. 120), e revela que a polaridade (*West/Rest*) "é inócua do ponto de vista cognitivo, uma vez que ofusca aquilo que supostamente busca elucidar, a saber, as diferenças internas dessa multiplicidade de fenômenos sociais subsumidos nesse outro genérico, bem como as relações efetivas entre o Ocidente imaginado e o resto do mundo." (COSTA, 2006, p. 120).

A numerosidade aflorada pelo pós-colonialismo aponta à não unicidade da modernidade, sendo assim "'modernidades', heterogêneas, plurais, tensas, hibridizadas, entrelaçadas" (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2017, p. 454) ao construto do "vigor criativo" e "criatividade do sujeito" para Sérgio Costa (COSTA, 2006, p. 130), "diversidade" para Walter Mignolo e "pluralidade" para Boaventura de Sousa Santos (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2017, p. 451).

Acredito ser válida a observação de que por vezes não há preocupação, pela parte das pessoas responsáveis pelas produções intelectuais, de se auto definirem. Mas que, ao contrário, elas são utilizadas como referências para tais propostas investigativas, que se pretendem descentralizadas, conforme eu aqui realizo, ao recorrer às reflexões e críticas de feministas negras.

1.2. Delimitando o tema e a questão

Lélia Gonzales é uma das percursoras ao que agora se entende como interseccionalidade[10]. Anterior ao termo, em *Por um feminismo afrolatinoamericano* ([1988], 2018) indicava o duplo carácter, racial e sexual, a oprimir e explorar as mulheres negras "em uma região dependente de um capitalismo patriarcal-racista" (GONZALES, [1988] 2018, p. 314), que ao transformar as diferenças em desigualdades, soma-se ao caráter duplo, o caráter de classe aos ameríndios e afro-americanos, assumindo assim o "proletariado afrolatinoamericano" (GONZALES, [1988] 2018, p. 314) um carácter triplo. Em *A mulher negra na sociedade brasileira* ([1981], 2018), Gonzales registra que: "na medida em que existe uma divisão racial e sexual de trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho" (GONZALES, [1981] 2018, p. 42).

Sobre uma dupla discriminação contra as mulheres não brancas, Grada Kilomba define ser o *outro* do *outro* (KILOMBA, 2019), uma vez que a categoria *outro*, como o diferente, em uso negativo e em antagonismo ao homem, garante a violência da "fixidez dos papéis e comunica que não há lugar para divergência na organização patriarcal, masculina, colonial, racial e classista" (BERTH, 2020, n. p.).

Na definição de Djamila Ribeiro, a interseccionalidade é uma combinação de opressões que não nega identidades em detrimento de outras (RIBEIRO, 2017).

Bruna Pereira, em sua pesquisa publicada em livro *Dengos e zangas das mulheres-moringa: vivências afetivo-sexuais de mulheres negras (2020*), trata a interseccionalidade de gênero e raça na perspectiva das mulheres negras *às formas de como se veem no mundo pelos*

[10] Os exemplos de trabalhos com foco na interligação e simultaneidade entre raça, gênero e opressão de classe em trabalhos de feministas negras exemplificados por Collins, são de datas aproximadas às publicações de Lélia Gonzales no Brasil: Beale, 1970; Davis, 1981; Dill, 1980, 1983; hooks, 1981; Lewis, 1977; Murray, 1970; Steady, 1981, Giddings, 1984; Higginbotham, 1983, 1985; Rollins 1985, Mullings, 1986 (COLLINS, 2016).

fatores: estética, moralidade sexual e sexualidade, que não podem ser considerados separadamente por não serem vividas de modo separado.

Nesse sentido, os indicativos sobre gênero, poder e raça, a compor o termo proposto *mulheres políticas negras*, conforme a própria definição de interseccionalidade, são sobreposições de opressões, também não vivenciadas separadamente por estas mulheres.

Estou ciente de que nomear pode acarretar limites, não alcançando o que se está para além da definição do nome, ao passo que também delimita sobre o que se está sendo denominado. Contudo, trata-se de uma opção, a fim de se ter um recorte ao alcance do objetivo da pesquisa, que em si já não é suficiente para dar conta de tantas questões que se fazem envolvidas. *Mulheres políticas negras* é uma tentativa de resolver a contradição: confirmação da existência, ao mesmo tempo que aprisiona à categoria[11] "mulher Negra" (COLLINS, 2016), que conforme menciona Collins (2016; 2019), coloca todas as mulheres negras visíveis e abertas à objetificação, a potencializar a cada mulher sua invisibilidade enquanto ser humano por inteira. Mas que, paradoxalmente, este é também o gancho à criatividade enquanto *Outro invisível*, à possibilidade de uma posição subversiva de *outsider within* (tradução livre minha: "estrangeira incluída")[12].

A simultaneidade das violências pela compreensão do pensamento feminista negro advém das realidades políticas de mulheres negras, assim significativamente ideológica, pois aponta como o indivíduo, as mulheres negras, são afetadas por múltiplos sistemas de dominação, a desenvolver uma visão de si mais nítida, a considerar "o significado de autodefinição e autoavaliação, a natureza da[s] opressão[ões] e a importância de redefinir a cultura" (COLLINS, 2016, p. 115. Os colchetes são meus.).

---

[11] A incluir atenção à não construção de uma identidade "Mulher", e à uma representação do Feminismo, como explica Teresa de Lauretis ('Feminist studies/ critical studies: issues, terms, and contexts', IN *Feminist Studies/critical studies*. Bloomington, Indiana University Press. 1986, pp.14-15): "'Diferenças entre as mulheres podem ser melhor compreendidas como diferenças no interior das mulheres... Mas, uma vez compreendidas em seu poder constitutivo - isto é, uma vez que se compreende que essas diferenças não apenas constituem a consciência e os limites subjetivos de cada mulher, mas que, juntas, definem o objeto feminino do feminismo em sua própria especificidade, em sua contradição inerente e pelo menos por ora inconciliável - essas diferenças não podem, então, ser outra vez desmanchadas através de uma falsa identidade, uma mesmice de todas as mulheres como a Mulher, ou como uma representação do Feminismo como uma imagem coerente e disponível.'" (HARAWAY, 1995, p. 26).

[12] Como também subverte a satisfação perversa do olhar racista e machista que denega a presença da mulher migrante, denotada por Homi Bhabha: "'pois ainda agora vocês olham, mas nunca me vêem' - de modo que o sujeito fala, e é visto, de onde ele *não* está [...] apresentando-a como uma ausência ansiosa, um contra-olhar que devolve o olhar discriminatório que nega sua diferença cultural e sexual." (BHABHA, 1998, p.80. Os colchetes são meus.).

Eis a seriedade sociológica do pensamento feminista negro, que eu inicio conscientização somente após o conhecimento de meu próprio "lugar de fala" (RIBEIRO, 2017), a partir de minha autodescoberta enquanto "tornar-me mulher" (BEAUVOIR, 1970), para posteriormente perceber as particularidades das várias mulheres, assim da pluralidade dos feminismos. E então, atenção ao "tornar-se negro" (SOUZA, 1983), ao "tornar-se mulher negra" (TRUTH, 1851).

Assim percebi o bloqueio das produções de mulheres negras brasileiras e comecei por suas buscas, definindo ser de exclusividade de autoras mulheres negras brasileiras a seleção do referencial teórico para minha tese.[13] Tal vontade foi confirma após assistir ao filme *O dia de Jerusa* (2014), de Viviane Ferreira[14], com as protagonistas Léa Garcia (Jerusa) e Débora Marçal (Sílvia), cujo elenco do filme era todo composto por atores e atrizes negros e negras.

Através do *Catálogo Intelectuais Negras Visíveis* (XAVIER, 2017) e pesquisa na *internet*, me foi possível conhecer e selecionar pesquisadoras de diferentes áreas de conhecimento, considerando-se também as contribuições acadêmicas das próprias sujeitas da pesquisa, tais como: Ângela Figueiredo, Azoilda Trindade, Beatriz Nascimento, Carla Akotirene, Carla Munzanzu, Edilza Sotero, Edmeire Exaltação, Flávia Rios, Joice Berth, Juliana Borges, Jurema

---

[13] Ainda que extenso, acredito ser importante a passagem selecionada de Donna Haraway sobre este meu "posicionamento ocidental racional": "Não há maneira de 'estar' simultaneamente em todas, ou inteiramente em uma, das posições privilegiadas (subjugadas) estruturadas por gênero, raça, nação e classe. E esta é uma lista resumida das posições críticas. A procura por uma tal posição 'inteira' e total é a procura pelo objeto perfeito, fetichizado, da história oposicional, Sujeição não é base para uma ontologia; pode ser uma pista visual. A visão requer instrumentos de visão; uma ótica é uma política de posicionamentos. Instrumentos de visão mediam pontos de vista; não há visão imediata desde os pontos de vista do subjugado. Identidade, incluindo auto-identidade, não produz ciência; posicionamento crítico produz, isto é, objetividade. Apenas aqueles que ocupam as posições de dominadores são autoidênticos, não marcados, incorpóreos, não mediados, transcendentes, renascidos. Infelizmente é possível que os subjugados desejem e até disputem essa posição de sujeito – e depois desapareçam de vista. O conhecimento do ponto de vista do não marcado é realmente fantástico, distorcido e, portanto, irracional. A única posição a partir da qual a objetividade não tem a possibilidade de ser posta em prática e honrada é a do ponto de vista do senhor, do Homem, do deus único, cujo Olho produz, apropria e ordena toda a diferença. Ninguém jamais acusou o deus do monoteísmo de objetividade, apenas de indiferença. O truque de deus é auto-idêntico e nos enganamos ao tomá-lo por criatividade e conhecimento, até por onisciência. Posicionar-se é, portanto, a prática chave, base do conhecimento organizado em torno das imagens da visão, é como se organiza boa parte do discurso científico e filosófico ocidental. Posicionar-se implica em responsabilidade por nossas práticas capacitadoras. Em consequência, a política e a ética são a base das lutas pela contestação a respeito do que pode ter vigência como conhecimento racional. Admita-se ou não, a política e a ética são a base das lutas a respeito de projetos de conhecimento nas ciências exatas, naturais, sociais e humanas. De outro modo, a racionalidade é simplesmente impossível, uma ilusão de ótica projetada de maneira abrangente a partir de lugar nenhum." (HARAWAY, 1995, p. 26-28).

[14] O curta-metragem *O Dia de Jerusa* (2014) foi exibido no Festival de Cannes e este foi transformado no longa-metragem *Um Dia com Jerusa* (2020), indicado para Melhor Longa-Metragem na 23ª Mostra de Cinema de Tiradentes. Com este, Viviane Ferreira se tornou a segunda mulher negra a dirigir um longa de ficção no Brasil. Em 1984, com *Amor Maldito*, Adélia Sampaio foi a pioneira.

Werneck, Luiza Bairros, Nilma Gomes, Sueli Carneiro, Vilma Piedade, Vilma Reis, Virgília Bicudo, Winnie Bueno (para citar algumas, e além das já mencionadas ao logo do texto).

Ao lê-las, é perceptível em seus materiais o traço de uma escrita marcada por suas "escrevivências", constantemente implicadas entre o individual e o coletivo (iniciadas em Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus).

Demandava-se assim, junto à seleção da composição do referencial teórico, uma metodologia que fosse como que uma "extensão" das próprias sujeitas: um conhecimento-experiência, carregado de memórias, situações, reflexões, estímulos, rompimentos, insubordinações. Para este feito, a "escrevivência" cunhada por Conceição Evaristo (2018a), através da mescla entre entrevistas, acompanhamento de redes sociais, publicações em mídias (jornais e revistas online) e discursos na Alerj, pretende-se a narração e o protagonismo, o mais aproximado possível, delas por elas mesmas[15], conforme são as suas histórias, que só a "corpa mulher negra" (proibida de estarem em mesmas condições e acessos que corpos brancos), insubmissa (EVARISTO, 2016), vive.

1.3. Mulheres políticas negras

Anterior as três deputadas, assim com antes de Marielle Franco[16], é longo e consolidado o percurso de mulheres negras desbravadoras de caminhos e conquistas. Seja pelas batalhas em tempos coloniais, seja pela via de teorias feministas negras contemporâneas, as agências de mulheres negras não são engessadas a corpos racializados (VERGÈS, 2020), objetificados, erotizados, visíveis ou invisíveis conforme a vontade das opressões (racismo, machismo, desigualdade, dentre tantos outros ismos). De modo que o entendimento necessário é sobre o

[15] Ciente que a "tradução é sempre interpretativa, crítica e parcial" (HARAWAY, 1995, p. 31-32); "de que a tradução é uma operação política de leitura. Um espaço no qual se reafirma também o direito à reescrita, à ressignificação e à 'deformação' das grandes referências [pois] todo texto, todo discurso, toda teoria é contrabando. [...] não existe textos originais, como tampouco há línguas nacionais puras às quais estes possam ser remetidos. Toda leitura já é um processo de tradução." (PRECIADO, 2014, p. 12-13. Os colchetes são meus.). E, histórias são inventadas, mesmo "as reais, quando são contadas.[... Pois entre] o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso." (EVARISTO, 2016, p. 7. Os colchetes são meus.).

[16] Assassinada em 14 de março de 2018, crime ainda não solucionado, Marielle Franco nasceu em 27 de julho de 1979, "mulher, negra, mãe, filha, irmã, esposa e cria da favela da Maré", Zona Norte da capital do Rio de Janeiro, socióloga (PUC-Rio/2007), mestra em Administração Pública (UFF/2014), foi eleita em 2017 com 46.502 votos (quinta candidata mais votada no Rio, segunda mulher, ao cargo de vereadora, mais votada do país). Fonte: <https://www.institutomariellefranco.org/quem-e-marielle>. Último acesso dia 11 de junho de 2021.

porquê de serem racializadas, empobrecida e sexualizadas, conforme salienta Ochy Curiel em *Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial* (2020).

Na Alerj, mulheres negras, pretas e pardas reunidas é um número diminuto nas cadeiras parlamentares[17]. Ainda que o percentual demográfico da população negra tenha aumentado no Brasil[18], a desigualdade, como aqui ao exemplo na ocupação de postos de poder, segue alarmante.

Dani Monteiro, Mônica Francisco e Renata Souza, trabalhavam no gabinete de Marielle Franco, mas não são esposas, filhas, netas, como é possível verificar nas eleições de mulheres brancas, quando herdeiras de um capital político de homens brancos, de linhagem familiar atuante no Brasil desde as capitanias hereditárias. Mulheres negras realizam uma trajetória até os postos de poder (sua entrada e manutenção) de modo distinto das mulheres brancas[19]. Embora a estas também não sejam igualadas as condições usufruídas pelos homens. O que faz ser necessário a existência de cotas e ações afirmativas às mulheres, sobretudo às mulheres de "raça", para a disputa política.

Sem o comum ingresso que ocorre ao agente político por uma progressão que se inicia com a vereância, em suas primeiras candidaturas e em aproximadamente seis meses após a execução de Marielle Franco, apenas Dani Monteiro foi "eleita por média [Quocientes Eleitoral (QE)]", com 27,982 votos para a 12ª legislatura (2019-2023) da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Mônica Francisco e Renata Souza foram "eleita[s] por QP [Quociente partidário]", respectivamente com 40.631 e 63.937 votos.

O PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), partido das deputadas para este averiguadas, passou de zero mulheres na 11ª legislatura (2015-2019, com quatro deputados, homens brancos: Eleomar Coelho, Flávio Serafini, Marcelo Freixo e Wanderson Nogueira) para as três

---

[17] Pelo quadro dos 70 parlamentares em exercício, é possível observar que além das deputadas selecionadas ao estudo, compõe a legislatura em vigor mais dez mulheres, totalizando 13 mulheres na Alerj. Os demais, 57, são homens. Conforme o cadastro dos candidatos no *site* do Tribunal Superior Eleitoral, ao campo "COR/RAÇA", além das três sujeitas do trabalho, apenas a Enfermeira Rejane (PCdoB) também se encontra como "PRETA". Adriana Baltazar (NOVO); Franciane Motta (MDB); Zeidan (PT); Celia Jordão (Patriota); Lucinha (PSDB); Martha Rocha (PDT); Rosane Felix (PSD), estão como "BRANCA" e Alana Passos (PSL) e Tia Ju (REP), como "PARDA". Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2018/2022802018/RJ/candidatos>. Último acesso dia 25 de março de 2021.

[18] Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos Último acesso dia 25 de março de 2021.

[19] Tal apontamento não perde de vista as possibilidades: entrada de mulheres brancas que não carregam sobrenomes de famílias de capital político; entrada de mulheres negras de partidos conservadores.

mulheres negras que compõe a pesquisa na 12ª legislatura (2019-2023), sendo Renata Souza a líder do partido na Casa Legislativa, mais Eleomar Coelho e Flávio Serafini reeleitos, num total de 5 parlamentares do PSOL na Alerj.

Dani Monteiro

> A Alerj é um reduto tradicional de homens brancos e mais velhos. O tom paternalista é presente quase todo tempo quando se dirigem a mim. São incontáveis as vezes que já me chamaram de "menina". Mas, na atual legislatura, temos um perfil também de jovens, o que é uma mudança. E como toda mudança, não agrada a todos. (SILVA, 2019, p.40. Entrevista concedida a autora em 16/04/2019)

Dani entra na Alerj com 27 anos. Vinculada à Universidade do Estado o Rio de Janeiro (UERJ) através do programa de cotas raciais para a graduação em Ciências Sociais. Vivenciou na universidade seu maior contato com as questões políticas. Do morro São Carlos, milita pelo direito à cidade junto ao coletivo RUA Juventude Anticapitalista e defende um novo jeito de fazer política constituída, dentre outras, pela liberdade de ocupar as ruas.

Mônica Francisco

> Foi uma campanha muito violenta, uma disputa muito acirrada, com uma estrutura muito pequena, é... pouquíssimo tempo na televisão [...] pra além de fazer uma jornada extenuante, porque você tem pouco recurso [...] dificulta muito, o deslocamento [...] E eu atribuo isso primeiro, né, à política como lugar dos homens brancos, proprietários, ou que detém algum tipo de financiamento, de apoio, a questão financeira é um grande dificultador nesse processo, o machismo e o racismo. [...] a minha mentora foi a Marielle Franco, então, a minha campanha começa com a Marielle. [...] Então, eu atribuo ao machismo, ao sexismo em certa medida né, principalmente direcionado ao corpo negro [...] Eu atribuo ao racismo, ao machismo, o sexismo e a perpetuação do poder, a tentativa de garantir o poder na mão dos homens brancos, das camadas médias e altas, mesmo em partidos de esquerda. (SILVA, 2019, p.38-39. Entrevista concedida a autora em 02/05/2019. Os colchetes são meus.)

Também estudante da UERJ, Ciências Sociais, Mônica ocupa a vice-presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra o feminicídio da Alerj. Entra com 48 anos, mãe, sua militância tem início relacionado à moradia. Moradora da favela do Borel, conhece a falta de infraestrutura nas favelas, sobretudo em inundações por chuvas fortes. Assim integrou a equipe de agentes comunitárias com atuação no Posto de Orientação Urbanística e Social (Pouso) e, em resposta ao toque de recolher declarado pela Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), organizou o ato cultural Ocupa Borel.

Renata Souza

> Existe um pragmatismo político que diz que nós, mulheres negras, somos todas iguais, né? E a gente sempre diz "não, nós somos diversas. O que nós não somos é dispersas na nossa luta". Então as nossas lutas, sim, vai ser pela vida da juventude negra, das nossas mulheres negras, então, sem dúvida estar nesse lugar é, quando o pragmatismo político diz "só pode vir uma mulher preta por vez", né, a gente tá dizendo, "não, vai vir três, foram três só do gabinete da Marielle", então existe sim a tentativa das pessoas dizerem

> que a gente vai competir entre a gente, e o que a gente mostrou com a votação avassaladora que nós tivemos, é que a gente tirou o voto de homem branco, por exemplo. (SILVA, 2019, p.56. Entrevista concedida a autora em 27/03/2019)

Renata também compõe a CPI contra o feminicídio. Entra com 36 anos e relata que em outubro de 2006, o assassinato de Renan da Costa, de 3 anos, filho de sua ex-cunhada, a despertou à militância com um novo significado para a sua vida. Moradora do Complexo da Maré, considera a favela uma de suas bases, junto a base partidária e de mulheres (SILVA, 2019). O título de sua tese de doutorado, publicado em livro *O Comum e a Rua: resistência da juventude frente à militarização da vida na Maré*, apresenta seu estudo sobre a rua enquanto espaço público por vezes transformado em espaço privado, numa configuração de local privilegiado para a ocupação cultural e comunicacional dos "crias da favela".

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O todo dito até aqui, expõe invenções criadas por seleto grupo homogêneo, branco, homem, europeu, assim não neutras que, conforme observou Aimé Césaire em seu *Discurso sobre o colonialismo* (1977), o holocausto alcança notoriedade por ser o aniquilamento de corpos que participam deste mesmo grupo pois, desde séculos anteriores, populações não brancas foram massacradas, como à constituição da sociedade brasileira, de contexto histórico colonial marcado pelo sequestro e escravização de pessoas africanas, e extermínio de povos originários locais, que segue em perpetuação em nossos dias, ainda que em outros moldes, a afetar a organização do trabalho, o controle de corpos e a colonialidade da consciência.

Marcelo Freixo, com longa carreira política e com quem Marielle Franco trabalhou, ambos debruçados às causas dos direitos humanos, ainda que com constantes ameaças, segue vivo: homem, homem branco, homem branco no poder. Ao passo que a vereadora, em seu primeiro mandato, com pouco mais de um ano em exercício, foi executada: mulher, mulher negra, mulher negra no poder. Mais do que observar o endereçado extermínio, é imprescindível a investigação de quem manda e comete tais crimes, pois eles não cessam.

Em maio de 2021, a vereadora Benny Briolly[20] (PSOL-Niterói/RJ) deixou o país, incluída no Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos humanos, após cinco meses de

[20] Com a quinta maior votação em 2020 em Niterói/RJ, Benny Briolly é a primeira vereadora mulher trans da cidade. Anteriormente foi assessora de Talíria Petrone, deputada federal (PSOL/RJ), que também recebe ameaças tendo acionado a Organização das Nações Unidas.

ameaças tais como: que a metralhadora do Ronnie Lessa[21] a atingisse; que será comprada uma arma para atirar na sua cabeça[22]; que a pessoa que a ameaça é pertencente do grupo que matou Marielle.

Alcançar os feitores e os motivos à promoção da subalternidade, retomando a imagem do Ouroboros, é não mais morder a própria cauda. Entradas e saídas (boca/ânus)[23] que aproximam seres vivos enquanto aparelho digestivo, expressão/poder/prazer sexual, expressão/poder linguística, meios por onde também ocorre a colonização: castração, epistemicídio, glotocídio.

> Colonizar é fechar todas as portas e deixar apenas uma. [...] Mata a tua língua, a tua tribo, a tua crença. Vamos, queima os teus amuletos, os velhos altares e os velhos espíritos pagãos. (CHIZIANE, 2008, p. 78. Os colchetes são meus.)
>
> O colonialismo habitará a nossa mente e o nosso ventre e a liberdade será apenas um sonho. (CHIZIANE, 2008, p. 116-117)
>
> O colonialismo incubou e cresceu vigorosamente. Invadiu os espaços mais secretos e corrói todos os alicerces. Já não precisa de chicote nem da espada, e hoje se veste de cruz e silêncio. (CHIZIANE, 2008, p. 229)

Jota Mombaça em seu texto *Pode um cu mestiço falar?* (2015), desenvolvido a partir de Spivak, *Pode o subalterno falar?* ([1985], 2010), em associação com as considerações de Kilomba (2019), sobre as máscaras impostas aos negros escravizados, como a carregada por Anastácia, desenvolve que as máscaras não somente eram utilizadas para impedir que comessem a cana-de-açúcar e o cacau nas plantações. Mais do que uma ferramenta de controle do senhor branco, a "máscara revela um efeito ainda mais violento: o de implementar um sentido de mutismo associado à boca dos negros escravizados, territorializando esse órgão como um lugar de tortura." (MOMBAÇA, 2015, n.p.). Uma máscara de não-fala (*mask of speechlessness*) a simbolizar a violência pelo silenciamento de pessoas negras no contexto da colonização. A territorialização da boca com a proibição da fala de negros, "permite que a fala

---

[21] Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/05/14/primeira-vereadora-trans-de-niteroi-deixa-o-pais-apos-ser-alvo-de-ameacas>. Último acesso dia 15 de junho de 2021. Ronnie Lessa, policial militar reformado, e o ex-policial militar Élcio de Queiroz são acusados de ter matado a vereadora Marielle Franco e seu motorista à ocasião, Anderson Gomes.

[22] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/05/nao-vao-conseguir-nos-parar-diz-vereadora-que-deixou-o-pais-apos-ameacas.shtml>. Último acesso dia 15 de junho de 2021.

[23] "a boca e o ânus, por exemplo, são designados como o ponto de entrada e saída sem os quais o aparelho digestivo não pode encontrar sua coerência como sistema; a boca e o ânus raramente são designados como partes do sistema sexual/reprodutivo. Sobre essa mesma dupla entrada (masculino/feminino) se define a identidade sexual, sempre e a cada vez, não a partir de dados biológicos, mas com relação a um determinado *a priori* anatômico-político, uma espécie de imperativo que impõe a coerência do corpo como sexuado." (PRECIADO, 2014, p. 127-128).

colonial branca se consolide como verdade sem a interferência de discursos contrários." (MOMBAÇA, 2015, n.p.).

Assim, superar o movimento circular, fechado, de autoreferência, autofecundação, de estar exilado em si, na analogia com o Ouroboros, é despertar para sua autodestruição, para o quanto é peri-gozo haver uma única versão, fechada em um uni-verso (MIGNOLO, 2007). A(s) mobilização(ões) deve(m) ser é cíclica, em espiral, com entradas e saídas livres, contínuas e em fluxos para o alimento, o ruminar, o regurgitar. O saber em si se faz em abertura, descentralização, troca, mutualidade. Bem como o "eu cognoscente é parcial em todas suas formas, nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita e, portanto, capaz de juntar-se a outro, de ver junto sem pretender ser outro" (HARAWAY, 1995, p. 26)[24], ou mesmo de ser o outro.

Por acreditar em um triunfo além cânones, crer na importância do tripé ensino-pesquisa-extensão pública e gratuita, e que o elemento popular "sente", em compreensão e saber diferenciado, e que o elemento intelectual "sabe", e deve caminhar à tais compreensões e mais ainda, ao sentir, parafraseando Gramsci (GRAMSCI, 2011, p. 202), a pedagogia das encruzilhadas (RUFINO, 2017) parece-me um bom caminho à possibilidade de reinvenções, enquanto projeto político/poético/educativo/antirracista/decolonial, pela potência da divindade iorubana Exu, a tecer um balaio de conceitos em *cruzos* como *rolês* e *ebós epistemológicos*[25].

É de importância que o resultado de meu estudo contribua à divulgação das "escrevivências" de mulheres negras, como as que constituem esta pesquisa, a ser uma ferramenta ao enfrentamento da ausência de tais importantes nomes de brasileiras nos círculos de produções acadêmicas e currículos escolares, que têm tomado nota de tal falha, ainda que a passos lentos. E frisar que elas não participam não por não existirem, ou por não produzirem, mas por não serem selecionadas (por quê?; por quem?; como?)[26].

---

[24] E continua conforme o desenvolvimento de seu texto sobre a objetividade: "Eis aqui a promessa de objetividade: um conhecedor científico não procura a posição de identidade com o objeto, mas de objetividade, isto é, de conexão parcial." (HARAWAY, 1995, p. 26).

[25] Vindo do movimento da capoeira, os rolês dão respostas aos vazios, sendo assim mais do que o usufruto pelas brechas, são "movimentos que nos deslocam ao encontro de caminhos pluriepistêmicos e polirracionais" (RUFINO, 2017, p. 187). Os ebós, são as "traquinagens, praticadas nas frestas como ato de antidisciplina e de rasura aos imperativos coloniais" (RUFINO, 2017, p.70).

[26] "Se os discursos das ciências naturais e das ciências humanas continuam carregados de retóricas dualistas cartesianas de corpo/espírito, natureza/tecnologia, enquanto os sistemas biológicos e de comunicação provaram funcionar com lógicas que escapam a tal metafísica da matéria, é porque esses binarismos reforçam a estigmatização política de determinados grupos (mulheres, os não brancos, as *queers*, os incapacitados, os

Aqui foram iniciados breves apontamentos, trata-se de um processo sócio-econômico-cultural patriarcal-racista (GONZALES, [1988] 2018), ou "'Patriarcado Capitalista Branco' (como deveríamos nomear essa Coisa escandalosa?)" (HARAWAY, 1995, p. 35), desde a constituição dessa parte do continente, Brasil, em um "combinado histórico" de aniquilamento de pessoas como mulheres negras, mas que, como comprovam as interlocutoras aqui envolvidas, elas vivem, e assim mantêm com vida, não só as suas histórias, todo um passado de séculos de genocídio de afrodescendentes, como possibilitam a cada ação, um futuro (ainda que em iminência de ameaças a colocar a população negra em risco e em lutas constantes), a partir de suas resistências e o "combinado de não morrer" (EVARISTO, 2018b).

REFERÊNCIAS

ALATAS, Syed Farid. A definição e os tipos de discursos alternativos. *Revista Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, v. 23, n. 46, p. 225-245, Dez. 2010.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo* – Fatos e Mitos [recurso eletrônico]. 1970.

BERTH, Joice. O outro do outro. A violência contra a mulher negra não começou na pandemia. *Piaui*, 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-outro-do-outro/>. Acesso em 13 de maio de 2021.

BHABHA, Homi K. Interrogando a identidade: Frantz Fanon e a prerrogativa pós-colonial. In.: *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 70-104.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Mais Mulheres no Poder – Contribuição à Formação Política das Mulheres. Marlise Matos e Iáris Ramalho Cortês. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

BUTLER, Octavia Estelle. *Kindred* – laços de sangue. São Paulo: Morro Branco, 2019.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977.

CHIZIANE, Paulina. *O alegre canto da perdiz*. Lisboa: Caminho, 2008.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, Dossiê: Decolonialidade e Perspectiva Negra Brasília, v.31, n. 1, p. 99-127, Jan-Apr, 2016.

doentes...) e permitem que eles sejam sistematicamente impedidos de acessar as tecnologias textuais, discursivas, corporais etc. que os produzem e os objetivam. Afinal, o movimento mais sofisticado da tecnologia consiste em se apresentar exatamente como 'natureza'." (PRECIADO, 2014, p. 168).

_____. *Pensamento Feminista Negro*: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. RBCS Vol. 21 nº. 60 fevereiro/2006. p. 117-134.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In*.: Holanda, Heloisa Buarque de. (Org.). *Pensamento feminista hoje*: perspectivas decoloniais [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 140-161.

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política* [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2017.

EVARISTO. Da grafia-desenho de minha mãe a um dos lugares de nascimento de minha escrita, 2018a. Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html>. Acesso em 10 de junho de 2021.

_____. *Insubmissas Lágrimas de mulheres*. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

_____. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas Míni, 2018b.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZALES, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira; Por um feminismo afrolatinoamericano. In: _____. *Primavera para as rosas negras*. Lélia Gonzales em primeira pessoa. São Paulo: União dos Coletivos Pan-africanistas, 2018, p. 34-53; p. 307-320.

GRAMSCI, Antonio. (textos escolhidos) In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). *O leitor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011. p. 202-220.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Até onde Carolina nos leva com seu pensamento? Ao poder. In.: JESUS, Carolina Maria de. *Onde estaes Felicidade?* São Paulo: Me Parió Revolução, 2014.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n.5, p 7-41, 1995.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação* – Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MACEDO, José Rivair. Intelectuais africanos e estudos pos-coloniais: considerações sobre Paulin Hountondji, Valentin Mudimbe e Achile Mbembe. *OPSIS* (On-line), Catalão-GO, v. 16, n. 2, p. 280-298, jul./dez. 2016.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Pós-colonialismo. In.: SELL, Carlos Eduardo; MARTINS, Carlos Benedito. (Orgs.) *Teoria sociológica contemporânea: autores e perspectivas*. São Paulo: Annablume, 2017. p. 449-474.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *RBCS* Vol. 32 n° 94 junho/2017. p. 1-18.

_____. Desobediência epistémica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Revista Gragoatá, n. 22, p. 11-41, 1º sem. 2007.

MOMBAÇA, Jota. Pode um cu mestiço falar? 2015. Disponível em: <https://jotamombaca.com/texts-textos/pode-um-cu-mestico-falar/>. Acesso em 24 de novembro de 2020.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Dengos e zangas das mulheres-moringa: vivências afetivo-sexuais de mulheres negras. Pittsburg, Estados Unidos: Latin American Research Commons, 2020.

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-117.

RIBEIRO, Djamila. ***O que é lugar de fala?*** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROSA, Marcelo Carvalho. Sociologias emergentes: uma agenda não-exemplar. In: Caderno Eletrônico de Ciências Sociais – CADECS, Universidade Federal do Espírito Santo, PPGCS, Vitória, v.8, n. 1, pp. 136-148, 2020. Disponível em:<https://periodicos.ufes.br/cadecs/article/view/33470>. Acesso em 13 de abril de 2021.

RUFINO, Luiz. *Exu e a pedagogia das encruzilhadas.* 2017. 231f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos*: modos e significados. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SILVA, Danusa Ester Gomes da. *Representação da mulher negra na Alerj*: barreiras de classe, gênero e raça. Trabalho de conclusão de Curso (Bacharelado em Sociologia) – Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2019.

SOUZA, Neusa. *Tornar-se negro*: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TRUTH, Sojourner. E não sou eu uma mulher? [1851] Geledés, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em 23 de maio de 2021.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu, 2020.

XAVIER, Giovana. *Catálogo Intelectuais Negras Visíveis* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

_____. Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

CAPÍTULO XXXIX

TRAVESSIAS DE MULHERES NEGRAS COTISTAS: (SOBRE) VIVÊNCIAS, AQUILOMBAMENTO E A PERMANÊNCIA SIMBÓLICA NO ÂMBITO PSICOSSOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL RECÔNCAVO DA BAHIA

Rosana da Silva Pereira [1]

[1] Mestranda em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada na Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Pesquisadora das Relações-Étnico Raciais e Políticas Públicas Afirmativas no Ensino Superior. E-mail: silvarosanasociais@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O acesso e permanência de estudantes negros na Universidade representa possibilidades de reflexão sobre o multiculturalismo, diversidade e novas epistemologias no Ensino Superior. Pensando a partir desta perspectiva, o conhecimento sobre as vivências e as travessias universitárias compreendem-se como novas possibilidades de pensamento das sujeitas, impactadas pelas políticas de promoção à igualdade racial.

As ações afirmativas promovidas nos anos 2000, modificaram o perfil estudantil das instituições de ensino superior na medida que auxiliaram na intensificação de discussões sobre raça e seus atravessamentos institucionais. Há quem diga que as ações afirmativas promoveram uma revolução silenciosa na educação brasileira, decerto esta perspectiva atribui à esta política pública uma importante relevância no combate as formas de discriminação no país.

> [...] As ações afirmativas escancaram o funil racial em que vivemos e visibiliza os setores, os espaços e as instituições nos quais a desigualdade racial atua com maior profundidade. Elas revelam a ausência de esforços do Estado em resolver a desigualdade racial e o pressionam a tomar uma posição pública antirracista. Mostram a falácia meritocrática atrás da qual se escondem acadêmicos, políticos, artistas, pessoas comuns e, inclusive pelo mito da democracia racial e outro que consideram a raça como epifenômeno da classe (GOMES, 2021, p. 9).

Como menciona Cidinha da Silva (2002) as ações afirmativas devem estar atreladas às condições reais para que haja a efetividade na superação das desigualdades:

> Para que um programa de ações afirmativas seja efetivo, a oferta de oportunidades é apenas um dos primeiros passos. É fundamental garantir, aos protagonistas em questão, as condições materiais e simbólicas para que as dificuldades ou desníveis sejam superados e as escolhas possam ser feitas de maneira lúcida e consequentemente, a médio e longo prazos (SILVA, 2002, p. 21).

A partir desta abordagem da superação e da justiça social, de acordo com Leonardo Avritzer e Lilian C.B Gomes (2013), a adoção das ações afirmativas no Brasil se torna uma caminhada interessante para as tensões se elucidem enquanto potencialidade. Na qual se reivindica um estado brasileiro que admita e que na esfera pública se utilize para transformações, em prol do reconhecimento.

Em "Reafirmando direitos: trajetórias de estudantes cotistas negros (as) no ensino superior brasileiro", o autor Rodrigo Ednilson de Jesus (2019) ao apresentar dados do Censo da Educação Superior (2017), demonstra o crescimento do ponto de vista quantitativo do acesso à reserva de vagas.

> O que o próprio Censo da Educação Superior demonstra é um grande crescimento desse grupo entre os ingressantes em cursos de graduação desde o ano de 2009. Naquele primeiro ano da série, entre o 344.326 novos registros, apenas 14,97% eram alunos pretos ou pardos [...] A presença da população negra entre os novos ingressos cresce, mas de maneira pouco intensa até o ano de 2013, quando, em 2014, passam a representar 32,015 do total, sendo que a série é encerrada com negros representando 40,07% dos ingressos em Universidades Federais [...] (JESUS, 2019, p. 147).

O V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES (2018) realizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) também acentua o crescimento de estudantes negros nas universidades, enquanto há a diminuição de estudantes autodeclarados brancos, que de 59,4% diminui para 43,3% em 2018.

O panorama da educação superior no Brasil como apresenta Jesus (2017, p. 138), também ressalta o crescimento significativo no ingresso de negros e indígenas cotistas. Segundo o autor, a partir dos dados coletados pelo Censo da Educação Superior (CES), entre os anos de 2009 e 2016 foram 266.302 novas matrículas.

> [...] o número de negros e indígenas cotistas cresceu em ritmo superior ao crescimento geral dos ingressos, dado que em toda a série o primeiro grupo cresceu em média quase 1.000% (10 vezes), enquanto o total de registros subiu 18,9% entre 2009 e 2016 [...] A reserva de vagas ampliou a presença de estudantes negros e indígenas nessas instituições, mas esse crescimento não ampliou na mesma proporção o número de novos registros, indicando que os demais grupos (cotistas brancos e não cotistas) tiveram uma redução em sua participação percentual dentre o total de novos registros (JESUS, 2017, p. 141).

Para a juventude negra e sem tradição universitária, o ingresso e a permanência no ensino superior irá se vincular com as condições materiais e simbólicas em suas trajetórias. Como pontua Dyane Brito Reis Santos (2009), após o acesso, é preciso pensar a permanência:

> [...] A etapa seguinte diz respeito à permanência, que a nosso ver, são de dois tipos: a permanência material, que requer condições materiais objetivas para vivenciar a universidade, tais como dinheiro para alimentação, moradia, transporte, compra de

> equipamentos e aquisição de material bibliográfico, etc; e a forma simbólica da permanência, que está associada a uma constância do indivíduo no ensino superior que permita a sua transformação, a partilha com seus pares e o pertencimento ao ambiente universitário (SANTOS, 2009, p. 38).

Neste sentido, a presente investigação propõe a análise dos possíveis enfrentamentos na permanência simbólica[1] no âmbito psicossocial das jovens estudantes negras cotistas dos cursos de saúde da UFRB. Atribui-se a compreensão hipotética que a interseccionalidade (raça, gênero e classe) dificulta a permanência das colaboradoras e por isso elas precisam criar estratégias de permanência simbólica no âmbito psicossocial.

Espera-se como objetivo geral analisar como se estabelecem as ações afirmativas de permanência simbólica no âmbito psicossocial nas vivências jovens mulheres negras nos cursos da área de saúde da UFRB[2]. Os objetivos específicos são: (1) Investigar a efetividade das ações afirmativas de permanência na UFRB; (2) Compreender os processos que circundam a relação entre raça, gênero e classe e a permanência simbólica no âmbito psicossocial na universidade.

O estudo se justifica na luta das mulheres negras em seus múltiplos processos de "tornar-se mulher negra", amparando a construção de frentes antirracistas. Ao elencar a raça como uma categoria importante para pensar a classe, como denota Angela Davis, o movimento dialético da raça, classe e gênero, se faz pela existência de ambos. Lutar por melhores condições de vida, pela modificação da estrutura patriarcal, capitalista, racista que em suas mais variadas violências, os movimentos as quais mulheres negras perfazem em sua pluralidade são revolucionárias.

O objetivo da análise dos dados qualitativos é a obtenção a partir da explicação e interpretação a partir dos fenômenos sociais. As experiências e os contextos das colaboradoras da pesquisa é o objeto de análise dos dados. A categoria permanência neste trabalho como um guarda-chuva imerso em elaborações distintas a partir das vivências das colaboradoras. Por isto, a análise de dados escolhida é a análise de conteúdo, de acordo com a proposta de Bardin, a mesma é compreendida como um conjunto de técnicas que tem como objetivo o entendimento dos sentidos da coleta de pesquisa qualitativa (MINAYO, 2001).

---

[1]A permanência simbólica neste trabalho se constitui enquanto conceito fundamento por Santos (2009). A centralidade desta proposta investigativa se estabelece no do sentido da permanência simbólica como existência de estudantes na universidade, a partir de estratégias de afiliação acadêmica e profissional nos cursos escolhidos e na universidade. A permanência simbólica neste trabalho é inferido como possibilidades de presença em grupos de estudo, coletivos, movimentos sociais na universidade, grupos de pesquisa e extensão, projetos de seminários, congressos e monitorias.

[2] Cabe ressaltar que os cursos de saúde da UFRB, possuem entrada a partir do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde enquanto primeiro ciclo e o segundo ciclo a terminalidade escolhida no Sistema de Seleção Unificada (SISU).

2. MOVIMENTAR-SE MULHERES NEGRAS EMERGIDAS NA INTERSECCIONALIDADE E NA PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA.

É notável que as lutas pelas conquistas das mulheres podem ser compreendidas através dos estudos feministas ao decorrer dos séculos. Sabe-se que a o conceito de gênero marca a teorização feminista. Entretanto para além do gênero, a raça interseccionada a este conceito faz-se aqui neste trabalho essencial para compreendermos a relevância do feminismo negro para "pensar mulheres negras em lugares como a universidade".

Para além do "lugar das mulheres negras" na sociedade brasileira, para pensarmos a permanência das colaboradoras na UFRB, precisamos compreender a importância dos estudos sobre gênero e as relações raciais iniciaram na década 80, em decorrência da atuação de mulheres negras nos movimentos sociais negros (FIGUEIREDO, 2008, p. 238), enquanto forma de resistência, o movimento feminista negro, compreende as mulheres negras como sujeitos políticos (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Os processos de expropriação colonial e a modernidade racializada promovem representações de inexistência, Werneck menciona e defende que "[...] As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais [...]" (WERNECK, 2009, p. 152).

Convém mencionar que os estudos sobre a inserção de mulheres negras em lugares de prestígio social e sobretudo em contextos historicamente e socialmente construídos para os homens, são recentes. Tais trabalhos levantam questionamentos importantes para a compreensão do acesso e permanência das mulheres negras nestes espaços.

> Segundo dados do IBGE (2018) levantados pela pesquisa "Estatística de gênero-indicadores sociais das mulheres no Brasil", aponta que as mulheres além de estudarem mais que os homens, revelando que os homens de 25 a 44 anos de idade que terminaram a graduação é de 15,6%, enquanto o de mulheres da mesma faixa etária é de 25,5%. Entretanto, as mulheres brancas que possuem o nível superior são de 25,5 %, enquanto as mulheres negras é de 10,4%.

Os cursos de graduação vinculadas às profissões de saúde se constituem a partir das transformações nos sistemas de saúde na formação dos seus profissionais. Os sujeitos como indivíduos políticos ao ingressarem, permanecerem, formarem e atuarem nas áreas de saúde, carregam as marcas de seus corpos na estrutura social. Nesta etapa foram realizados apontamentos sobre as áreas de Medicina, Enfermagem e Psicologia e a presença das mulheres negras nas mesmas.

Tabela 1: Colaboradoras da pesquisa[3]

COLABORADORA	DECLARAÇÃO RACIAL	ORIGEM	CURSO	TRADIÇÃO FAMILIAR UNIVERSITÁRIA
Colaboradora 1	Negra	São Paulo	Medicina Cotas Raciais	Primeira da família a ingressar no ensino superior.
Colaboradora 2	Negra	Recôncavo da Bahia	Medicina Cotas Raciais	Primeira da família a ingressar no ensino superior.
Colaboradora 3	Negra	Recôncavo da Bahia	Enfermagem Cotas Raciais	Primeira da família a ingressar no ensino superior.
Colaboradora 4	Negra	Recôncavo da Bahia	Psicologia Cotas Raciais	Segunda da família a ingressar no ensino superior.

Fonte: Autoria própria (2021).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES: AQUILOMBAMENTO E A PERMANÊNCIA SIMBÓLICA NO ÂMBITO PSICOSSOCIAL DA UFRB.

Esta investigação ancora-se o conceito de ações afirmativas vinculadas com Política do Reconhecimento e as perspectivas decoloniais dispostas nas abordagens epistemológicas apresentadas pelas colaboradoras. E neste sentido, a decolonialidade se aproxima das ações afirmativas de permanência simbólica, ao compreender de acordo com Luciana Balestrini (2013), a ruptura de práticas coloniais a partir de ações, experiências, movimentos políticos, culturais, econômicos que excluam a centralidade do pensamento eurocêntrico.

Desde modo, a decolonialidade neste sentido será compreendido nas ações e práticas de aquilombamento das colaboradoras. Elas compreendem "o nós por nós" enquanto elemento identitário e intelectual. C3 e C4 são estudantes quilombolas, que como já salientado realizaram transferência interna para Enfermagem e Psicologia, respectivamente, através do Edital Especial para Indígenas e Quilombolas. Quando migraram de curso, perderam a bolsa

[3] Por questões éticas os nomes das Colaboradoras serão nomeadas como C1, C2, C3 e C4.

quilombola, e por dificuldades de permanência nos primeiros meses foram acolhidas à Residência Universitária.

O acolhimento na Residência no período na qual se mudaram para Santo Antônio de Jesus foi essencial para elas, que como salienta Dandara, apesar das pré-noções existentes em relação às residências, *"[...] é tipo um lugar que, pejorativo né que as pessoas falam da residência [...]"*, entretanto ela conseguiu se adaptar.

Colaboradora 4 relata que:

> "[...] primeiramente você chegar e morar com pessoas nunca vistas antes, e personalidades totalmente diferentes, isso foi muito novo, construir novas novidades, morar em um local novo e foi essa experiência pra mim, porque foram novos olhares a partir daquela vivência e também observar toda aquela dificuldade que o residente passa [...]"(C4- Psicologia).

C4 salienta também que foi apresentada a residência, por amigos, eu já era meio residente, estando sempre na residência, sua afiliação ao modus operandi do espaço quando se tornou homologada pelo Programa de Permanência Qualificada, vinculada à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis, foi tranquilo,"*[...] os problemas com a sociabilidade na residência dificultam a sua permanência no espaço, um tempo depois foi ficando muito difícil morar na residência, muito difícil a convivência [...]"*, precisando se afastar da Residência, C2 nos últimos meses preferiu estar com amigas:

> [...] então um apartamento que requer uma energia e para além disso a residência vem entrado em vários processos, a gente tem dito muitos problemas com falta de água, então vire e mexe não tem água, muitas coisas que a gente tinha uma residência muito organizada neste sentido, mas muito tempo sem manutenção, deterioração, sabe vem gerando um desgaste, um descaso da PROPAAE, nos últimos tempo, gerando um desgaste, então pra mim ter ficado mais difícil viver na residência, bem difícil mesmo.

O elemento interessante que emerge nas narrativas é a vivência na Residência Universitária impactando de formas distintas o desempenho acadêmico das entrevistadas, desconfortos vinculados a sociabilidade foram comuns nas falas, entretanto elementos positivos em relação a não preocupação com o financiamento da moradia, e por conseguinte, melhores possibilidades de estudo.

Retomamos os sentidos apresentados da permanência por Santos (2009): período de tempo. As colaboradoras em suas vidas universitárias, para garantir a sua existência neste período, se fazem enquanto participantes. Participação e organização de eventos perfazem os vínculos estabelecidos pelas estudantes, enquanto não somente atividades curriculares complementares para pontuação do barema, mas enquanto caminhos de existência e consequentemente experiências que as direcionam para outras possibilidades.

Destacamos a participação em grupos de pesquisa, como possibilidades do fazer prático científico. Os estudantes de cursos de saúde, as quais o mercado de trabalho espera habilidades e competências práticas e específicas para suas áreas, a presença de mulheres negras em grupos de pesquisa e extensão, sendo aspectos vinculados ao academicismo, destaca outras perspectivas para as colaboradoras em relação à prática acadêmica.

> [...] e eu faço parte de dois grupos de pesquisa, o NEGUIM e o NEGRAS, eu entrei logo quando eu cheguei no CCS, eu fui procurar os professores que tinham e aí eu achei, eu sou voluntária, ainda to engatinhando, ainda to no início, e a partir de uma extensão que eu fui voluntária de um projeto de extensão pelo PIBEX, que aí eu conheci o grupo de pesquisa do NEPPINS, a qual está em análise agora na pandemia, uma publicação de um artigo, que a gente fazia um trabalho amores e paradigmas, com estudantes e vulneráveis, de zonas periféricas, e o LEGGINGS que é o núcleo de estudo, pesquisa em psicanálise, estudo em negritude e sociedade, então é o que está me levando ter uma maior paixão pela pesquisa, pra mim a prática me faz ter uma força maior, e com o LEGGINGS eu consegui a prática, relacionando prática e teoria e tá sendo maravilhoso pra mim (C4, BIS- Psicologia).

O Grupo de Pesquisa Negras citado pelas colaboradoras, se faz neste momento, como uma possibilidade de pertencimento, potencialidades de estudo e pesquisas em raça e gênero, permeando as identidades das sujeitas e as possibilidades de pesquisas nesta área.

> Eu me senti encantada né, por aquele grupo de pesquisa, por ver assim professores da área de saúde negros, que estudam do que a gente pensa né, na área da saúde, que a maioria dos profissionais são brancos, pessoal da medicina né, mais precisamente, então são brancos, e no núcleo tem estudantes negros, que é possível (C3- BIS Enfermagem).

Também integrante do Negras, C1 destaca existência de um cursinho popular que iriam iniciar, entretanto a pandemia do COVID-19 interrompeu as pretensões do grupo, *"[...] mas a gente ia começar atender basicamente o pessoal do minha casa minha vida, e aqui do bairro, e é do Negras, com professores voluntários, então eu ia dar uma aula de química, ia dar de redação [...]",* outra iniciativa destacada por Luiza é, o Cine Negras, a qual há a discussão fílmica de questões de gênero e raça na Universidade.

A participação nestes grupos, também perfaz a chamada metodologia de aprendizagem significativa, visto que como salienta Patrícia Hill Collins, as mulheres negras ao estarem na presença de saberes coletivos, desafiam as interpretações socialmente definidas (p. 67). Ao integrar grupos, é possível o pertencimento racial, ao discutirem elementos que não estão presentes nos currículos, sendo nestas discussões que por vezes tem como elemento central as diversidades e possibilitam a permanência simbólica (SANTOS, 2017, p. 47).

4. TECENDO CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do país, revela que se no processo escravocrata os negros eram tratados como não humanos e mercadorias (ATCHE, 2014, p. 30), com as Políticas de Ações Afirmativas a população negra possuem chances legitimadas pelo Estado para fins de reparação histórica. O sistema de cotas deve ser entendido como um mecanismo de inclusão social, não sendo a única ação capaz de solucionar a exclusão racial no país, mas uma medida que juntamente com outras devem direcionar a melhoria da qualidade do ensino público (SANTOS; SAMPAIO, 2013, p. 215).

Apesar da defesa da perspectiva do liberalismo, a qual as Ações Afirmativas representam o mérito individual (JESUS, 2011, p. 129). A adoção das ações afirmativas somadas as atribuições da Constituição Federal de 1988, são imprescindíveis medidas na caminhada pela (re) existência do povo negro no Brasil. Resistir a todos os processos que impactam na existência dos negros em setores como educação, mercado de trabalho e saúde.

Funcionando como pedagogia cidadã, as cotas no ensino superior são instrumentos poderosos de intervenção e interferência social, possibilitando a escrita de uma nova história (SEGATO, 2005, p. 10). As políticas de permanência na universidade, somadas às cotas, exemplificam a luta pela não-permanência do passado escravocrata, e portanto, as políticas de ações afirmativas de acesso, permanência e pós permanência perfazem possibilidades que oportunizam a existência das mulheres negras em espaços de alto prestígio social, como a universidade. Desde o início desta investigação, afirmo o papel político da UFRB, como uma política pública de ação afirmativa, feita por pessoas que enveredam nessa caminhada enfatizando a história da referida universidade enquanto um instrumento de reparação social e racial.

A permanência simbólica de mulheres negras no âmbito psicossocial nos apresenta um cenário de pertencimento, identidades e desafios vinculados aos processos de afiliação universitária. A compreensão do *ser* e *torna-se* mulher negra nos cursos de saúde se vinculam também com os processos de resistências às práticas discriminatórias no ensino superior, e portanto, perfazem os corpos das mulheres negras enquanto corpo político insurgente.

REFERENCIAS

AVRITZER, Leonardo; GOMES, Lilian C.B**.** Política de reconhecimento, raça e democracia no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, 2013, p. 39 - 68.

ATCHE, Ana Cláudia dos Reis. Política de ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) no período de 2006-2012. 2014.

142 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Universidade) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Universidade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

CARNEIRO, Sueli Mulheres em Movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p.117-132, 2003.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FIGUEIREDO, Angela. **Classe Média** Negra: trajetórias e perfis. Salvador: EDUFBA, 2012.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. Ações Afirmativas, Educação e Relações Raciais: Conservação, Atualização ou Reinvenção do Brasil? 2011. 277f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

SEGATO, Rita Laura. Cotas: por que reagimos? **Revista USP**, São Paulo, n.68, p. 76-87, dezembro/fevereiro 2005-2006.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SANTOS, Dyane Brito Reis. Curso de Branco: uma abordagem sobre acesso e permanência entre estudantes de origem popular nos cursos de saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12, n. 23, p. 31-50, abr. 2017, Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3229. Acesso em: 20. jun. 2021.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe!** Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux. Genève: Graduate Institute Publications, 2009. Disponível na Internet: http://books.openedition.org/iheid/6316. Acesso em 20. jun.2021.

POLÍTICAS DO FIM DO MUNDO: O ANTROPOCENO BRASILEIRO

CAPÍTULO XL

TERRITÓRIO YANOMAMI: ENTRE A SOBERANIA E GLOBALIZAÇÃO

Giovanna Dutra Silva Valentim [1]

[1] Mestranda do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. E-mail: giovanna.valentim@usp.br.

RESUMO

A política ambiental do governo Bolsonaro é desenvolvida a partir da narrativa de proteção da soberania nacional em oposição à globalização (ou globalismo), estando o seu exercício ligado, segundo o próprio presidente, à exploração dos recursos naturais brasileiros, mesmo em Unidades de Conservação e Terras Indígenas ("TI"). Esse posicionamento implica em elencar inimigos que inviabilizariam a concretização desse exercício e que, portanto, devem ser combatidos: organizações internacionais, ativistas de Direitos Humanos e, especialmente, os povos originários. O presente artigo busca articular a narrativa sobre soberania nacional mobilizada pelo bolsonarismo às violações de corpos e locais ocorridas na TI Yanomani durante a pandemia de COVID-19, causadas, em sua maioria, por garimpeiros que invadem e exploram ilegalmente a região. A hipótese é que a política ambiental bolsonarista é utilizada como um instrumento de necropolítica contra os indígenas Yanomami em nome de um pretenso "progresso". Com o objetivo de desenvolver a hipótese apresentada, denúncias de lideranças e associações indígenas, bem como relatórios sobre a condição dos povos originários frente ao garimpo na TI Yanomami realizados por organizações não governamentais, como o Instituto Socioambiental e a APIB, serão analisados a partir das noções de necropolítica, de Achille Mbembe, e de globalização-mais/-menos, de Bruno Latour

1. INTRODUÇÃO

No primeiro tempo, quando a floresta era jovem e os ancestrais iam aos poucos se tornando animais de caça, o céu, novo e frágil, caiu pela primeira vez.

Os povos que habitavam sob esse céu foram arremessados ao mundo subterrâneo, onde passaram a fazer companhia aos seres do caos e do vendaval, se alimentando com seus dentes afiados dos restos de doença que os xamãs jogavam debaixo da terra. As costas desse céu originário se transformaram na terra-floresta que habitamos hoje e que os xamãs yanomami denominam *hutukara.* Esse mundo foi coberto por um novo céu e Omama se esforçou para deixá-lo sólido, trespassando por ele estacas de metal e as fincando na terra como raízes, para garantir que não dessa vez desabasse.

Esses metais são lascas do céu, das estrelas, do sol e da lua do primeiro tempo e carregam neles a fumaça das epidemias *xawara*. Omama os escondeu debaixo da terra para que, mesmo

servindo como esqueleto de *hutukara,* não pudessem contaminar a adoecer seus filhos. Foi o próprio Omama quem criou o "pai do ouro", um metal muito mais pesado e mais ardente, que, ao contrário dos metais do primeiro tempo, não está próximo da superfície. Seu irmão desastrado, Yoasi, porém, fez chegar aos brancos a existência e a magnificência desse metal, o que os atraiu à *hutukara* e deu início ao que nós conhecemos como garimpo.

A queda do primeiro céu e origem dos minérios nos são narradas por Davi Kopenawa, xamã e porta-voz yanomami, que há pelo menos três décadas luta pela preservação de sua etnia e seu território, demarcado pelo Estado brasileiro em 1992 depois de uma longa campanha internacional e de uma série de violências contra esse povo. Na obra *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*, Kopenawa transmite a Bruce Albert - responsável pela escrita e tradução do livro do yanomami para o francês - a cosmologia yanomami, denunciando a relação predatória que os brancos e a Modernidade têm com seu território. Fruto de 40 anos de convivência entre os autores, o livro foi lançado em 2010, e, passada uma década, não se pode dizer que a situação da Terra Indígena Yanomami tenha se transformado positivamente.

Desde 2020, os yanomamis enfrentam uma nova ameaça: a pandemia de Covid-19. A crise sanitária, já preocupante antes do início da pandemia, não é o único fator que aflige esse povo. Nesse período, o garimpo ilegal também cresceu, incentivado pelas investidas do governo federal em legalizar tanto a mineração em terras indígenas quanto o ouro ilegalmente extraído desses territórios, o que, segundo esse mesmo governo e seus apoiadores, consistiria em um exercício de soberania.

E, como bem sabem os yanomamis, o avanço do garimpo é acompanhado pela a violência, a fome e as doenças, que, somadas à pandemia e à (necro)política ambiental do governo Bolsonaro, desenham o cenário perfeito para um genocídio.

O objetivo deste artigo é, portanto, articular a narrativa sobre soberania nacional mobilizada pelo bolsonarismo às violações de corpos e locais ocorridas na TI Yanomani durante a pandemia de Covid-19, causadas, em sua maioria, por garimpeiros que invadem e exploram ilegalmente a região. A hipótese é que a política ambiental é utilizada como um instrumento de necropolítica contra os indígenas yanomamis em nome de um pretenso "progresso".

Para desenvolver a hipótese apresentada, o artigo será estruturado em quatro seções. A primeira mobilizará os conceitos de necropolítica, de Achille Mbembe, e de globalização-mais/-menos, de Bruno Latour. Uma vez apresentados os conceitos, a política ambiental, em específico a política voltada ao garimpo em terras indígenas, e o posicionamento de autoridades sobre o tema - principalmente do Presidente da República e do ex-Ministro do Meio Ambiente - serão analisados. A terceira seção terá como objetivo a articulação das escolhas políticas e da situação

atual da TI Yanomami a partir dos conceitos já mencionados, respeitando o recorte temporal adotado na presente pesquisa, que vai de fevereiro de 2020 a junho de 2021. A última seção apresentará as considerações finais.

2. NECROPODER E AS GLOBALIZAÇÕES DE BRUNO LATOUR

2.1. Necropolítica

Jair Bolsonaro, que sempre defendeu uma ideologia de ataques aos povos originários e à demarcação de seus territórios, foi eleito Presidente da República em 2018 como representante de uma plataforma política anti-ambientalista e anti-indígena. A mineração em terras já demarcadas e a inviabilização de demarcações em andamento foram bandeiras de sua campanha, de forma a não haver surpresas nas políticas ambiental e indigenista propostas por seu governo.

Em especial sobre a Terra Indígena Yanomami, cuja demarcação em 1992 foi fruto de décadas de luta e uma campanha internacional pela proteção desse povo e de seu território frente ao avanço do garimpo e dos "projetos de desenvolvimento" do Estado brasileiro, Jair Bolsonaro disse considerar sua demarcação um crime "lesa-pátria"[1].

A fala é ilustrativa do entendimento que o presidente tem sobre os indígenas brasileiros: os povos originários que se recusam a ser como ele[2], que lutam por seus "zoológicos milionários"[3], se colocam como obstáculos no caminho do "Brasil acima de tudo", ameaçam a soberania do país[4] e são, portanto, inimigos da pátria. Logo, devem ser eliminados.

Achille Mbembe, filósofo camaronês e professor de História e Ciências Políticas, defende que a expressão máxima da soberania reside no poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer, de modo que "ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder" (MBEMBE, 2018, p. 5). O autor associa o discurso filosófico da modernidade à construção da noção de soberania como um processo de fixação

---

[1] Disponível em: https://infograficos.estadao.com.br/politica/bolsonaro-um-fantasma-ronda-o-planalto/entrevista . Acessado em: 30 de junho de 2021.

[2] Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml . Acessado em: 30 de junho de 2021.

[3] Disponível em: https://midiamax.uol.com.br/politica/2015/indio-e-pobre-coitado-e-vive-em-zoologicos-milionarios-diz-bolsonaro . Acessado em: 30 de junho de 2021.

[4] Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-08/bolsonaro-diz-que-nao-fara-demarcacao-de-terras-indigenas . Acessado em: 30 de junho de 2021.

em si dos próprios limites para si mesmo (MBEMBE, 2018, p. 10) e seu exercício como a capacidade de uma sociedade de se autocriar a partir de suas instituições. Esse entendimento normativo é, porém, criticado por Mbembe, que se volta para "as formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas 'a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações'." (MBEMBE, 2018, p. 11).

Relacionando o conceito foucaultiano de biopoder, que opera por meio da tecnologia do racismo, aos de estado de sítio e estado exceção, Mbembe argumenta que o necropoder se utiliza da ideia de exceção, de emergência e da ficção de um inimigo para se perpetuar, de modo a produzir, ele próprio a exceção, a emergência e o inimigo ficcional que o sustentam.

A articulação desses conceitos é especialmente importante para a análise do caso em discussão, pois é dela que surge o imaginário de soberania que se apoia na visão da existência do Outro como ameaça à própria existência - é dizer, no entendimento da eliminação biofísica do outro como instrumento de potencialização da própria vida e segurança. O autor relaciona essa lógica de terror ao estado nazista e à colonização moderna, particularmente às *plantations*, primeira grande manifestação da junção entre estado de exceção, estado de sítio e biopoder. Nessa condição, a existência do escravizado passa ser uma morte-em-vida, uma vez que sua individualidade lhe é inteiramente negada e seu corpo é utilizado para a materialização do terror, mantido violentamente sob uma dominação que somente lhe permite produzir, cabendo-lhe o papel de um dos muitos instrumentos de produção de propriedade do seu senhor.

Na colônia, é o estado de exceção que proporciona a estrutura da soberania, que nesta territorialidade, consiste no exercício de um poder à margem da lei. Contudo, o que de fato estrutura esse modelo de exercício de soberania é o não reconhecimento do território colonizado enquanto juridicamente equivalente a outro Estado-Nação europeu "civilizado", de forma que o terror praticado na colônia não é considerado uma guerra regular por não ter correspondência humana no que tange à mobilização de cidadãos e de exércitos. Não é possível, então, cessar este terror:

> "Como tal, as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera em serviço da 'civilização'." (MBEMBE, 2018, p. 35)

Apesar de estar sob o domínio da ordem jurídica à qual o colonizador é submetido, o território colonial é uma fronteira, está *ocupado* e é o espaço de produção de hierarquias e de imposição de relações sociais e espaciais distintas das que lá operavam antes da "conquista".

Tal processo de territorialização relega o colonizado a uma terceira zona, que se desenvolve entre o sujeito e o objeto. Nesse sentido, a vida do colonizado representa "uma 'figura-limite' da vida, um limiar em que ela está, simultaneamente, dentro e fora do ordenamento jurídico, e este limiar é o lugar da soberania" (AGAMBEN, 2007, p. 34).

A guerra em solo colonizado é, portanto, perene. Não há horizonte de paz no abismo racial que separa o conquistador civilizado e o nativo animalesco, que não passa de uma extensão da paisagem natural a ser domada. Sob influência de Hannah Arendt, Mbembe afirma sobre esse ponto que a falta do "caráter específico humano" nos nativos impediria que os colonizadores considerassem seu extermínio como algum tipo de crime.

Em resumo, no território colonial o conquistador pode matar a qualquer momento e de qualquer modo por não estar sujeito a nenhuma norma que seria obrigado a respeitar em seu país natal. A liberdade da escolha sobre vida e morte da natureza colonizada - nela inclusa os povos originários - deriva da assimetria de *status* entre o colonizador e o nativo, representação de um inimigo absoluto contra quem a guerra prescinde de qualquer justificativa instrumental plausível.

Na modernidade tardia essa dinâmica se diferencia e especializa, principalmente na associação entre poder disciplinar, biopolítica e necropolítica. O autor identifica a ocupação colonial da Palestina por Israel como o mais bem-sucedido experimento de necropoder, sublinhando três característica principais da formação desse terror contemporâneo: (i) soberania vertical; (ii) fragmentação territorial; e (iii) separação das comunidades segundo um eixo de ordenadas (MBEMBE, 2018, p. 43 – 46). São essas características as responsáveis por operacionalizar e materializar o controle de corpos e identidades exercido pelo necropoder colonial contemporâneo.

2.2. Globalização-mais e globalização-menos

Se a narrativa da soberania é mobilizada pelo governo federal para lidar com atores nacionais, ela aparece também na política internacional, principalmente quando a Amazônia está em debate.

Em 2019, quando o bioma foi assolado por incêndios e o governo duramente criticado em âmbito internacional por sua política ambiental, Jair Bolsonaro construiu sua defesa sobre o argumento de que os governos críticos a ele, em especial a França, teriam interesses puramente financeiros na Amazônia. Dessa forma, a preocupação com as queimadas

externalizada por eles seria uma dissimulação cujo objetivo final era a violação da soberania brasileira sobre a região.

O presidente defende a *ocupação* da Amazônia no sentido de se levar o desenvolvimento, o progresso, e garantir que seus habitantes sejam incorporados à "civilização" - seguindo, como de costume, uma política que remonta à ditadura militar. Dentre os muitos pontos problemáticos desse entendimento, podemos destacar: (i) a ideia de que a Amazônia é povoada apenas por indígenas e por comunidades tradicionais e que elas não produzem lucro e, portanto, não contribuem para o "crescimento econômico" do país, de modo que sua presença na região a tornaria "improdutiva"; e (ii) a pré-concepção evolucionista das culturas indígenas e tradicionais amazônicas, que parte do princípio de que esses indivíduos estão passivamente à espera de que alguém os apresente ao "progresso", ao "desenvolvimento" e à "modernidade", para que finalmente se tornem "seres humanos como nós".

A negativa em reconhecer o Outro enquanto indivíduo imbuído do mesmo *status* de humanidade remete à discussão da seção anterior sobre o Outro enquanto ameaça à própria sobrevivência. A Terra Indígena Yanomami - e a Amazônia no geral - é um paradigma para a observação da incidência desse pensamento na política ambiental bolsonarista. Há, neste caso, uma particularidade: Bolsonaro brada em defesa da soberania brasileira sobre a Amazônia, cujo exercício seria consolidado através da extração de seus minérios, ou seja, da circuitização do meio ambiente para além da mera ocupação territorial, discursando contra o avanço da globalização (ou globalismo, como cunhou seu ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo). Porém, o presidente e seus aliados trabalham para a internacionalização desse circuito, incentivando a internacionalização dos fluxos financeiros e exploratórios do território, sem levar em consideração seus ocupantes, vistos, na verdade, como obstáculos para esse "progresso".

As noções de globalização-mais e globalização-menos de Bruno Latour podem auxiliar na compreensão da relação da política bolsonarista com a globalização e, consequentemente, com a soberania. Ainda que a abordagem latouriana pretenda explicar um fenômeno muito mais amplo e complexo, qual seja a crise político-social atual, a partir do negacionismo da mutação climática, nesta seção vamos nos ater aos conceitos que o autor elabora como premissas de análise para a explicação que propõe em suas obras, em especial na recente *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno.*

Refletindo sobre o processo de perda de um solo comum, Bruno Latour distingue a globalização-menos da globalização-mais pela sua (não) derivação do projeto da Modernidade. A primeira está intrinsecamente ligada ao progresso moderno, de forma que aqueles que a ela

resistem são acusados de quererem ficar para trás, além de terem sua resistência considerada ilegítima e irracional. O vínculo com o solo, com o local, é, então, sinônimo de arcaísmo e obscurantismo. Contudo, os adeptos à globalização-menos apresentam uma contrariedade: era de se supor que a ânsia pela ampliação das experiências, do contato entre os mais diversos países, organismos e culturas levasse a uma maior capacidade de registro das diferenças, pluralidades e multiplicidades de viver; o que aconteceu, porém, foi o oposto:

> "[...] *uma única visão* – completamente provinciana, proposta por apenas algumas pessoas, representando um número ínfimo de interesses, limitada a alguns instrumentos de medidas, a certos padrões e formulários – impôs-se a todos e se espalhou por toda a parte." (LATOUR, 2020, p. 22)

Já a globalização-mais, que vai ser associada ao local-mais, representa a busca pela segurança de um solo, de uma identidade, da preservação de modos de vida. E é justamente essa proteção buscada – e que precisa ser fortalecida e reconstruída conjuntamente – que permite o registro do "maior número de possibilidades de pertencimento ao mundo" (LATOUR, 2020, p. 25).

Ou seja, a globalização-menos, movida pela flecha do progresso e da Modernidade, opera um processo de homogeneização social a partir de uma cultura e de interesses específicos que são sustentados por um número pequeno, porém influente de pessoas, desprezando o existir múltiplo que cada comunidade construiu para si e em relação com o outro ao longo de sua história. A globalização-mais, ao contrário, não tem como objetivo final a imposição de um ideal moderno ou progressista, mas a abertura e o acolhimento desses modos de vidas diversos, buscando a criação de um solo comum, porém não único ou uniforme.

A crise político-social e a mutação climática, no entanto, abalaram profundamente a noção de pertencimento que contribuiu para a consolidação da ideia de globalização, de modo que a incapacidade da Terra de sustentar as dinâmicas de progresso e desenvolvimento é incontestável. Latour aponta, então, para a desorientação que esse novo elemento fático nos causa: o planeta em que vivemos não pode suportar a dinâmica moderna predatória de produção e consumo de recursos naturais, mas a universalidade de crise que atravessamos nos impede de nos refugiarmos em nossos pequenos territórios, atrás de nossas fronteiras artificialmente criadas.

3. POLÍTICA AMBIENTAL E GARIMPO NO GOVERNO BOLSONARO

A família Bolsonaro carrega em seu sangue o vício do garimpo. O pai do presidente foi garimpeiro em Serra Pelada e ele próprio afirma ter o hábito de "faiscar" até os dias atuais[5]. Desde sua campanha, Jair Bolsonaro faz acenos aos garimpeiros, prometendo flexibilizar a legislação ambiental, regulamentar a extração de minérios por essa via e, principalmente, autorizar o garimpo em terras indígenas e quilombolas.

O presidente e seus aliados a nível federal e estadual trabalham para cumprir as promessas de campanha. Os Projetos de Lei 191/2020 e 490/2007 são apenas duas das diversas investidas do governo contra a legislação ambiental, merecendo destaque por atingirem diretamente os povos indígenas e seus direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988.

Iniciativa do governo federal, o PL 191/2020 tem por objetivo regulamentar a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas. Caso o PL, que tramita em regime de urgência, seja aprovado, a exploração econômica dessas regiões poderia ser feita após aprovação prévia do Congresso Nacional e oitiva dos povos originários afetados. A oitiva prevista, porém, não garante a consulta prévia, livre e informada, contrariando a determinação da Convenção nº 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário. Apesar de o projeto de lei detalhar as contrapartidas financeiras em favor da comunidade que aceite ter seu território explorado, ele pouco diz sobre o direito à autodeterminação e à preservação de culturas e modos de vida tradicionais - menos ainda sobre os impactos negativos, em especial, do garimpo, como a contaminação das águas, do solo e das pessoas por mercúrio.

Já o Projeto de Lei 490/2007 assume a tese do Marco Temporal, segundo a qual os povos indígenas só podem reivindicar e obter a demarcação das terras que ocupavam em 05 de outubro de 1988, para alterar os procedimentos de demarcação e a exclusividade de usufruto de terras indígenas. Ao desconsiderar a violência que os povos originários sofrem desde a chegada dos portugueses, essa tese ignora os extermínios sofridos, a ocupação ilegal de suas terras e a expansão cruel do agronegócio, bem como a política indigenista da ditadura militar, também responsável pela expulsão de diversas etnias de seus territórios tradicionais sob o pretexto de um suposto desenvolvimento. Apesar de ter sido aprovado na Comissão de

[5] Disponível em: https://theintercept.com/2018/11/05/passado-garimpeiro-bolsonaro/ . Acessado em: 30 de junho de 2021.

Constituição, Justiça e Cidadania, o PL é formal e materialmente inconstitucional: além de a tese do Marco Temporal não ter sido pacificada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, como o relator faz parecer no substitutivo que deve ser apreciado pelo plenário da Câmara, a Constituição Federal não permite que seus artigos sejam regulamentados por leis ordinárias, tal qual o PL 490/2007, apenas por leis complementares[6].

Em setembro de 2020, o ministro de Minas e Energia editou a Portaria nº 354, que aprova o Programa Mineração e Desenvolvimento - documento que é aberto com a frase "Desenvolver a mineração para desenvolver o Brasil". Definindo o país com uma "potência mineral" e a mineração como "vetor de progresso, sinônimo de desenvolvimento", o programa tem entre seus objetivos agilizar a outorga de títulos minerários e promover a regulamentação da mineração em terras indígenas e em faixas de fronteira. Uma seção do documento é reservada para o projeto "Mineração em foco", que estabelece metas para melhorar a percepção social sobre o setor mineral. Dentre elas está a publicidade permanente das ações do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional de Mineração e do Serviço Geológico do Brasil, além da divulgação da mineração como atividade essencial.

Esses exemplos ilustram a atuação política do governo para além da dimensão discursiva no que diz respeito à violação dos direitos indígenas. Em adição à ameaça ao direito à terra, a aprovação dos PLs mencionados desencadeia uma série de consequências socioambientais que expõem os povos originários brasileiros ao risco de um genocídio: a invasão de terras por garimpeiros, posseiros, etc; a destruição do ecossistema que integra as cosmologias de diferentes etnias; a sujeição a doenças contra as quais esses povos não têm imunidade; a exposição a diferentes hábitos sociais e alimentares, bem como a interferência direta na prática dos hábitos tradicionais, o que pode levar à fome e ao alcoolismo; o contato forçado com povos isolados; entre tantos outros efeitos negativos.

Não são apenas projetos de lei que o presidente e seus aliados usam para aproximar e beneficiar o interesse econômico. O ex-Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, por exemplo, abriu sua agenda para receber garimpeiros paraenses em seu gabinete logo após ter sido alvo de protestos por parte desse grupo, que enfrentava operações de combate ao garimpo em regiões em que a prática é proibida[7]. Em outra ocasião, foi o centro de uma polêmica envolvendo

---

[6] Disponível em: https://apiboficial.org/2021/06/28/nota-tecnica-da-apib-sobre-o-pl-490/ . Acessado em: 30 de junho de 2021.

[7] Disponível em: https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/ministro-do-meio-ambiente-recebeu-garimpeiros-ilegais-em-conversa-fora-da-agenda-sem-registros-24621378 . Acessado em: 30 de junho de 2021.

o encerramento de operações contra o garimpo ilegal na Terra Munduruku logo após sua visita oficial para conversar com os garimpeiros da região[8]. O próprio presidente esteve em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, para se reunir com comunidades tradicionais que são favoráveis ao garimpo na TIY, apesar de associações indígenas terem publicado uma nota de repúdio à visita de Jair Bolsonaro para a promoção de sua política pró-garimpo, anti-indígena e anti-ambiental durante a pandemia de Covid-19[9].

Na visita a São Gabriel da Cachoeira, Bolsonaro garantiu a indígenas yanomamis que não haveria exploração mineral em suas terras caso eles se mostrassem contrários à atividade. Essa afirmação, porém, contradiz os fatos: desde 2020 o número de garimpeiros ilegais na TIY aumentou, chegando a quase 20 mil garimpeiros ocupando a região, atacando indígenas e se associando a organizações criminosas, como o Primeiro Comando da Capital[10], forte indício da transposição da lógica urbana do necropoder para a floresta.

4. ACHILLE MBEMBE E BRUNO LATOUR NA TERRA INDÍGENA YANOMAMI

A crise socioecológica de âmbito civilizatório é a marca do Antropoceno, período que define a transposição de um limite e em que o homem desponta como agente de transformações geológica de alcance global. Apesar de o principal sintoma da nocividade da ação antrópica que levou a humanidade ao Antropoceno ser a mutação climática, ela definitivamente não é o único resultado que a sociedade deverá enfrentar. Para além da crise atual, o cenário de futuro que se desenha é de instabilidade e imprevisibilidade frente às reações planetárias ao ritmo de exploração dos recursos naturais e ao modelo de desenvolvimento capitalista, principal responsável pela drenagem da Terra. E não poderia ser diferente, já que o planeta precisa de pelo menos um ano e meio para regenerar os recursos que consumimos em um ano. Ou seja, a demanda humana por recursos é maior do que a capacidade que a Terra tem de ofertá-los. Essa

---

[8] Disponível em: https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/08/06/defesa-suspende-acoes-de-combate-aos-garimpos-ilegais-em-terra-indigena-apos-visita-de-salles.ghtml . Acessado em: 30 de junho de 2021.

[9] Disponível em: https://apiboficial.org/2021/05/27/carta-de-repudio-a-visita-do-presidente-jair-bolsonaro-a-terra-indigena-yanomami-no-alto-rio-negro-e-a-sua-pauta-anti-indigena-em-favor-da-mineracao-em-terras-indigenas/ . Acessado em: 30 de junho de 2021.

[10] Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2021/06/pcc-se-aproxima-de-garimpeiros-para-lavagem-de-recursos/ . Acessado em: 30 de junho de 2021.

sobrecarga tende a aumentar: caso o ritmo do consumo humano seja mantido, até 2050 precisaremos de dois planetas para suprir as necessidades do "desenvolvimento"[11].

Apesar de a crise ser sistêmica e global, os países periféricos são mais afetados tanto por questões sociais e históricas quanto por sua posição como provedores de *commodities* na dinâmica capitalista internacional. Na América Latina, portanto, o Antropoceno e seus efeitos são indissociáveis do modelo neoextrativista.

Maristella Svampa (2019) aponta para o fenômeno contraditório da expansão, nos anos 2000, dos direitos coletivos e da atuação de movimentos sociais em paralelo à expansão da fronteira do capital em direção aos territórios indígenas. Por consequência, houve um aumento no volume e na intensidade dos conflitos socioambientais na América Latina: segundo relatório da Cepal de 2013[12], que mapeou indústrias extrativistas no subcontinente, em todos os países com presença de terras indígenas verifica-se esse tipo de conflito.

A nova corrida do ouro na Amazônia é um dos efeitos da expansão das fronteiras do capital sobre os territórios dos povos tradicionais. O ouro extraído da TIY é comercializado legalmente na Rua do Ouro, em Boa Vista, e circula pelo país como se não fosse fruto de um massacre que beira o etnocídio, sendo consumido por redes de joalheria como Vivara e HStern[13].

Não é apenas o capital nacional que lucra com a mineração em terras indígenas. A Amazon Watch e a Apib identificaram as empresas Anglo American, Belo Sun e Potassio Brasil, juntamente com a Vale, como as maiores beneficiadas pela mineração nesses territórios[14]. Além do lucro que elas próprias obtêm com tais minérios, seus acionistas e financiadores, como o BNP Paribas, o HSBC e o Goldman Sachs, também se enriquecem a partir da violação de direitos constitucionalmente garantidos aos povos originários brasileiros. O governo federal, apesar do discurso feroz de defesa da soberania e contra o "globalismo", vem sendo criticado pelos

---

[11] Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/pegada_ecologica_global/ . Acessado em: 30 de junho de 2021.

[12] Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37773/1/S1420764_pt.pdf . Acessado em: 30 de junho de 2021.

[13] Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2021/06/hstern-ourominas-e-dgold-as-principais-compradoras-do-ouro-ilegal-da-ti-yanomami/. Acessado em: 30 de junho de 2021.

[14] Disponível em: 2020-cumplicidade-na-destruicao-3.pdf (amazonwatch.org) . Acessado em: 30 de junho de 2021.

próprios garimpeiros, que veem o já mencionado PL 191/2020 como uma forma de favorecer as grandes empresas mineradoras em detrimento da atividade de garimpo.

Essa dinâmica entre bolsonarismo, garimpo e mineradoras reforça o comprometimento do governo com a globalização-menos: os povos indígenas devem ser retirados de seus territórios e incorporados à sociedade brasileira para viabilizar a entrada e a exploração de seus solos por empresas transnacionais. Ou seja, a visão totalizante do projeto de tornar indígenas "humanos iguais a nós" serve, na verdade, à uma lógica do capital predatório que sustenta o entendimento desses povos como obstáculos ao progresso e, em última instância, como inimigos da nação que ameaçam o desenvolvimento de toda a população brasileira.

Bruno Latour (2020) complexifica a análise de situações como essa ao indicar que as grandes corporações, como Exxon Mobil e Chevron, por exemplo, têm conhecimento da mutação climática desde, pelo menos, a década de 1970 e que, tendo acesso a essas informações, a elite tomou a decisão de consumir freneticamente todos os recursos disponíveis para garantir que teria condições de se manter confortável e segura mesmo após o colapso climático. Essa explicação justifica o movimento das elites nacionais e internacionais de intensificar a exploração da Amazônia apesar de todas as evidências científicas de que esse modelo produtivo e de consumo não é sustentável a curto e médio prazo.

Essa decisão, porém, tem um efeito ainda mais óbvio do que a destruição do planeta e do solo comum: o aumento do abismo entre as pessoas comuns e as elites. Abismo que, neste caso, passa pela deliberada escolha de deixar morrer – é dizer, esse abismo é uma expressão da necropolítica.

No contexto analisado neste artigo, o abismo se materializa na gestão governamental da pandemia na TIY e na política ambiental pró-garimpo encampada por Jair Bolsonaro. As frentes sanitárias e de mineração são os instrumentos do necropoder que regulam corpos e identidades em um território cuja soberania é reivindicada por um grupo político que nega ao Outro – aos próprios yanomamis, donos da terra – o *status* de humanidade.

Com a intensificação, a partir de 2019, do desmonte das politicas ambientais, as ações de monitoramento e proteção das áreas demarcadas diminuíram. Aliado ao enfraquecimento da atuação estatal na seara da conservação de direitos socioambientais, o discurso favorável às práticas de garimpo ilegal em terras indígenas incentivou o aumento vertiginoso do número de garimpeiros na TIY – e em tantas outras. A associação desses fatores à desaceleração das atividades em geral imposta pela pandemia construiu uma janela de oportunidade para que os grupos pró-garimpo invadissem os territórios legalmente assegurados sem incorrer em conflitos com os (poucos) agentes de estado designados para a proteção dessas áreas. Desde o

início da pandemia, volume de seus acampamentos sofreu uma explosão e as comunidades indígenas próximas a eles também viram explodir o número de infectados por malária e pelo novo coronavírus. Atualmente, estima-se que sejam mais de 20 mil garimpeiros ilegais em território yanomami, povoado por pouco mais de 25 mil indígenas.

Desde fevereiro de 2021 os yanomamis têm sofrido com a escalada dos conflitos com garimpeiros. As lideranças relatam às autoridades episódios de trocas de tiros, ataques com bombas de gás lacrimogênio, assassinatos e ameaças. A própria Polícia Federal foi recebida a tiros pelos garimpeiros ao realizar uma operação para apurar tais denúncias[15]. O Supremo Tribunal Federal determinou, no âmbito da ADPF 790, que o governo federal realizasse uma operação para a retirada definitiva dos garimpeiros da região, o que não ocorreu. Mesmo o envio das Forças de Segurança Nacional, autorizado pela Portaria nº 256, de 10 de junho de 2021, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ainda não se concretizou, segundo lideranças yanomamis[16].

O Estado, ciente de todas a violações que ocorrem na TYI, não mobiliza os recursos orçamentários e humanos necessário para assegurar a vida desse povo. Pelo contrário, deixa morrer – continuação previsível de sua necropolítica indigenista. Não é apenas a omissão que caracteriza a postura governamental: agentes da Secretaria Especial de Saúde Indígena foram acusados de trocar vacinas contra a Covid-19 por ouro ilegalmente garimpado[17] e de vender ouro proveniente da TYI em Boa Vista[18].

A negativa à vida se complementa com a negativa ao modo de viver, à identidade. Desde que o novo coronavírus atingiu as comunidades yanomamis, suas lideranças vêm denunciando o desrespeito aos rituais fúnebres por parte dos agentes de saúde. Foram inúmeros os casos de crianças enterradas em Boa Vista sem que as famílias sequer soubessem de seu falecimento. Os enterros biosseguros não fazem parte da cultura yanomami, que crema seus mortos e sepulta suas cinzas em uma séria de festas entre comunidades aliadas. Sobre esse caso de desprezo

---

[15] Disponível em: https://www.poder360.com.br/brasil/garimpeiros-trocam-tiros-com-pf-em-territorio-yanomami/ . Acessado em: 30 de junho de 2021.

[16] Disponível em: https://amazoniareal.com.br/forca-nacional-ainda-nao-protege-os-yanomami-em-roraima/ . Acessado em: 30 de junho de 2021.

[17] Disponível em: https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/vacina-em-troca-de-ouro . Acessado em: 30 de junho de 2021.

[18] Disponível em: https://amazoniareal.com.br/rua-do-ouro/#:~:text=Na%20imagem%2C%20fachada%20da%20Joalheria,Bruno%20Kelly%2FAmaz%C3%B4nia%20Real).&text=Na%20capital%20de%20Roraima%2C%20Boa,por%20entre%20dezenas%20de%20joalherias. Acessado em: 30 de junho de 2021.

estatal aos costumes étnicos, que também configura violação do art. 231 da Constituição Federal, Bruce Albert comenta:

> "Impedir que os defuntos sejam devidamente 'colocados em esquecimento', como insiste a expressão yanomami, significa impedir aos vivos de exorcizar a morte, de desligar-se pacificamente do passado e de desfazer-se da dor pela falta dos entes perdidos com serenidade, construindo densos laços simbólicos com o passado, individual e coletivo. O esquecimento processado de acordo com regras próprias liberta do peso do passado e permite ocupar plenamente um espaço aberto ao presente. Porém, o esquecimento confiscado em uma situação de dominação política impossibilita este processo libertador, perpetuando para sempre o peso das antigas dores e a marca do estigma da opressão." (ALBERT, 2020)

A violação dos corpos-territórios yanomamis conta com o aval do governo federal e de seus aliados, que fazem uso de sua política ambiental e sanitária para minar a vida desse povo e de todos os seres não humanos que compõem sua cosmologia. As ações de combate ao avanço da pandemia, sempre insuficientes e inexatas, explicitam a política de morte que, cada vez mais, salta do plano do implícito, do subentendido, e se traduz em atos de governo. Atos formais, determinações normativas que partem de agentes públicos, registradas com suas assinaturas sob o brasão da República Federativa do Brasil, revestidas de austeridade fiscal, limitação orçamentária e tantos outros pretextos de cunho burocrático que evidenciam a vocação necropolítica do governo Bolsonaro.

Essa política se desenvolve em nome da soberania, do direito de rasgar o "inferno verde" para unir brasileiros[19], do progresso, da modernidade. E também em nome do capital, das empresas transnacionais, ora, da globalização. Em resumo, a política de morte, que parece manifestar seu poder na escolha da morte dos indígenas brasileiros, se dá em nome da acumulação irrefreada, da destruição do planeta. Da garantia que as elites buscam de que elas não perecerão ao colapso da mutação climática.

Impossível não perecer: quem sustenta o céu são os xamãs yanomamis e se eles desaparecerem, o céu cairá sobre todos nós.

---

[19] Disponível em: https://www.oeco.org.br/reportagens/a-amazonia-ja-era-como-a-imprensa-glorificou-a-destruicao-da-floresta-na-ditadura-militar/ . Acessado em: 30 de junho de 2021.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar a política ambiental bolsonarista e a situação de crise vivida na TIY a partir dos conceitos de necropolítica e globalização-mais/-menos, desenvolvidos, respectivamente, por Achille Mbembe e Bruno Latour.

Os fatos mencionados representam uma fração do que os yanomamis enfrentam desde a eleição de Jair Bolsonaro e, mais especificamente, desde o início da pandemia do novo coronavírus. Tendo em vista que o governo federal se provou contrário à ciência e à transparência, deu-se preferência aos dados produzidos por organizações não-governamentais de defesa dos direitos humanos e às informações divulgadas por mídias tradicionais e indígenas.

Para além dos Projetos de Leis citados, os povos originários enfrentam uma forte ofensiva do Congresso Nacional, que têm pautado diversas propostas contrárias aos direitos que lhes são constitucionalmente assegurados. Exemplo é o PL 3729/2994, que regula o licenciamento ambiental e, na prática, permite o avanço da fronteira agropecuária e da mineração, eximindo os responsáveis pela destruição ecológica de responsabilidades perante o Estado e perante os povos atingidos. Ainda, o garimpo é um do grandes responsáveis pelo desmatamento que, associado à contaminação dos rios por mercúrio, inviabiliza os modos de vida tradicionais e fragiliza ainda mais a condição sanitária desses povos.

O que se pretendeu com a breve análise aqui realizada foi chamar atenção para a instrumentalização da política ambiental e da própria pandemia para a viabilização de um projeto "desenvolvimentista", articulado entre forças políticas e econômicas brasileiras e representantes do capital internacional. Essa situação coloca a TIY no centro do impasse entre soberania e globalização, que, como vimos, não surpreendentemente caminham juntas.

Mbembe (2018) reflete sobre o domínio da soberania sobre a vida para além da utilidade, o que tornaria a morte luxuosa no contexto do necropoder. A resistência à essa redução da vida vem de Ailton Krenak, na reivindicação de que a vida não é útil, não deve ser vivida como se o fosse e seu "excesso" deve ser celebrado, jamais disposto como campo da ocupação soberana.

Os povos indígenas são aqueles que melhor compreendem o caráter não utilitário, não só da vida, mas do planeta. Bruno Latour (2020) alerta que é pela falta de território que um povo acaba por faltar e, talvez, venha desse entendimento, aliado às muitas experiências de fim do mundo, a potência de luta que permite a defesa feroz da TIY por seus habitantes, apesar de todos os ataques e violências que sofrem sistematicamente.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto; BRAND Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista.** Tradução de Tadeu Breda. São Paulo, SP: Elefante, 2018.

ALBERT, Bruce. **Yanomami: os mortos "desaparecidos" da pandemia.** In: Xawara: rastros da Covid-19 na Terra Indígena Yanomami e a omissão do Estado. São Paulo, SP: Instituto Socioambiental, 2020.

ARAÓZ, Horacio Machado. **Mineração, genealogia do desastre.** Tradução de João Peres. São Paulo, SP: Elefante, 2020.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I.** Belo Horizonte, MG: Humanitas-UFMG, 2013.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami.** Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2020.

_____. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2020.

_____. **O amanhã não está à venda.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2020.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** Costa CI, tradutor. Rio de janeiro, RJ: Ed. 34; 1994. (Coleção Trans).

_____. **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno.** Tradução de Marcela Vieira. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2020.

MBEMBE, Achille. **O direito universal à respiração**. São Paulo, SP: n-1 edições, 2020.

_____. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo, SP: n-1 edições, 2018.

_____. **Políticas da inimizade.** Tradução de Marta Lança. Lisboa, Portugal: Antígona, 2017.

SVAMPA, Maristella. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais e ovas dependências. São Paulo, SP: Elefante, 2019.

PRÁTICAS POLÍTICAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS

CAPÍTULO XLI

ESTUDO SOBRE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO: O QUE DIZEM AS PRODUÇÕES DA ÁREA

Juliana Cordeiro Soares Branco[1]
Dayse Maria Caixeta[2]

[1] Pós doutorado e doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG, mestrado em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
[2] Mestranda pelo Programa Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais- UEMG

RESUMO

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação-TDICs estão cada vez mais presentes no cotidiano das crianças e jovens, tornando-se importante compreender como esses recursos são entendidos e utilizados por educadores. O trabalho realizou uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de analisar publicações da área educacional acerca do processo de ensino-aprendizagem em relação a temática tecnologia e educação, os desafios e as possibilidades relacionados a essa prática. Na realização da pesquisa foram utilizados trabalhos publicados nos Anais da Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd de 2009 a 2017 e do XIX ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino de 2018. Além disso, foram pesquisados outros autores da área. Os resultados revelaram que há um consenso dos autores sobre alguns fatores que interferem nesse processo, entre eles Políticas Públicas e formação docente. Observou-se a necessidade de utilizar uma pedagogia crítica para discutir com as crianças e os jovens sobre o mundo da tecnologia, sobretudo em relação a absorção e disseminação de notícias. Concluiu-se, pela pesquisa bibliográfica realizada, que existem várias possibilidades referentes a utilização das TDICs na educação, porém existem grandes desafios na sua aplicação nos espaços escolares.

Palavras-chave: TDICs, Pesquisa Bibliográfica, Docência.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX se presenciam transformações vertiginosas no contexto social, político e, sobretudo, tecnológico. Estes alteraram, principalmente, os meios midiáticos e as formas de consumo, trazendo para o indivíduo novas maneiras de pensar e de aprender. No decorrer do século passado, a sociedade passou pelo uso de diversos meios de comunicação e veiculação de informação: do impresso ao rádio, seguidos pela televisão e mais recentemente a informática e a internet.

Segundo Arruda (2004, apud MORAIS, 2017, p. 3), as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) são "recursos tecnológicos que envolvem o uso de computadores e

internet, tendo como pressupostos todas as implicações decorrentes dessas tecnologias no contexto social". Essas tecnologias permitem o trânsito de informações, que podem advir de diferentes meios de comunicação, seja rádio, televisão, jornal, revista, livros, fotografia, computadores, gravação de áudio e vídeo, redes telemáticas, robótica, sistemas multimídias, dentre outros, e têm como grande diferencial a interatividade, ou seja, a participação ativa do usuário e a capacidade de manipulação do conteúdo da informação.

Com a difusão cada vez mais acelerada da informação e a apropriação dos meios de comunicação pelas crianças e jovens, surgem novos desafios constantes para a escola, tendo em vista a forte influência dos meios de comunicação contemporâneos na educação, pois estes não somente descentralizam as formas de transmissão e circulação do saber, mas constituem um âmbito decisivo de socialização ao passo que expõem dispositivos de identificação e projetam pautas de comportamento, estilos de vida e padrões de gosto.

Observando que, na prática, ainda hoje, a nossa escola é pensada dentro de uma pedagogia tradicional, e que com o correr dos anos os seus discentes passaram a sofrer grande influência das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, faz-se necessário que façamos uma análise mais detalhadas sobre o papel da escola como um agente de equiparação e valorização dos conhecimentos pré-adquiridos, por meio das TDICs, e quais contribuições os sujeitos desse processo podem dar ao coletivo, levando suas formas de ver e pensar o mundo, visando diminuir a diferença social entre eles.

Sabemos que a forte presença destes recursos na vida das crianças e adolescentes interfere na formação de conhecimento e em seu comportamento, e que, o fator capital cultural fica evidente quando observamos as formas de utilização desses recursos por parte das diferentes camadas sociais.

Para Santos *et al*. (2017), os meios de comunicação acabam por promover a descentralização na circulação dos saberes e a socialização a partir disso, o que coloca num mesmo espaço diversas culturas, padrões e visões de mundo. Isto repercute no processo educacional, influenciando a maneira de trabalhar em educação, de aprender e educar, bem como a maneira de encaminhar o educando para a formação da cidadania, para o trabalho e para a aprendizagem. A forte presença desses recursos na vida das crianças interfere na formação de conhecimento e em seu comportamento. Esta relação expõe constantemente a criança a riscos embutidos no material que acessam.

Dentro desses critérios os educadores assumem um papel de suma importância na formação dos educandos, já que através de sua intervenção pode-se melhorar o desempenho destes, valorizando suas diversas culturas e mostrando a eles formas de aprender com os

outros e criar uma consciência crítica, fazendo com que saibam escolher de forma consciente os conteúdos acessados por eles nas redes sociais.

Conforme Resende (2006) localizar as práticas socializadoras familiares como contextos socioculturais de apropriação das mensagens informativas, implica destacar as desigualdades de tais contextos referentes tanto à posse de capital cultural objetivado e incorporado, quanto às condições de transmissão da herança cultural. Essas constatações, por sua vez, levam a novamente colocar em discussão o papel social da escola, enfocando especialmente a criação de possibilidades de acesso a um patrimônio cultural desigualmente distribuído. Portanto, há que se colocar em relevo o papel específico a ser exercido pela escola, na democratização das oportunidades de acesso ao conhecimento e às novas formas de construí-lo, mediadas pelas diferentes tecnologias.

Nesse contexto, o presente texto pretende apresentar por meio de pesquisa bibliográfica realizada em anais de eventos científicos consolidados no país e outras publicações científicas uma discussão sobre tecnologias digitais e educação. A pesquisa buscou verificar e compreender as contribuições dessas publicações para a discussão sobre tecnologia e educação, a construção e a apropriação do conhecimento no processo ensino-aprendizagem, e os desafios relacionados a essa prática.

2. METODOLOGIA

A pesquisa baseia-se em um estudo teórico metodológico de cunho qualitativo desenvolvido através da análise de trabalhos publicados nos anuais da Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd nos Grupos de Trabalho: GT 04 – Didática, GT 08 Formação de Professores, GT 12 Currículo, GT13 Educação Fundamental e GT 16 Educação e Comunicação, referentes às reuniões compreendidas entre os anos de 2009 a 2017. A outra fonte utilizada foram os Anais do XIX Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - ENDIPE 2018, onde os trabalhos publicados são divididos em eixos e subeixos, sendo que para esta pesquisa preliminar foram analisados os textos publicados no Eixo 1 – Didática: abordagens teórico contemporâneas - subeixo 3 – As tecnologias da informação e comunicação nos currículos e práticas do ensino.

Nos anais da ANPEd foram selecionadas 8 publicações, e no âmbito do ENDIPE foram selecionadas 14 obras, perfazendo um total de 22 trabalhos analisados. Também foram pesquisados outros autores da área.

3. O QUE DIZEM AS PESQUISAS

Desse modo, a proposta de pesquisa que aqui se apresenta busca abarcar a categoria tecnologias digitais. Para isso, a partir do estudo realizado identificou-se temas comuns, que foram organizados nos seguintes tópicos;

a) Relação entre educação e tecnologia, de forma geral;

b) Aparelhos para suporte de tecnologias digitais (hardwares) mais utilizados;

c) Redes sociais, aplicativos e softwares;

d) Tecnologias digitais e formação docente;

e) Políticas públicas e tecnologias.

Abaixo iremos apresentar os achados dessa pesquisa preliminar, dividida nas categorias citadas.

3.1. Relação entre educação e tecnologia:

Acerca da relação entre educação e tecnologia foram encontrados textos que discutem de forma ampla e variada sobre as tecnologias existentes e sua utilização nos espaços escolares. Conforme citado por Souza (2018), quando o sujeito se apropria das tecnologias tende a ser condicionado por elas, modificando-se e exercendo influência na mudança do seu meio social a partir de novos conhecimentos formados.

Portanto, quando se fala na utilização das tecnologias digitais como mediadoras nos processos educacionais, devemos nos atentar para a complexidade dessa utilização, já que os sujeitos possuem especificidades que devem ser observadas e respeitadas. Especificidades essas, compreendidas conforme sua cultura, sua história pessoal e condições políticas. Faz-se necessário, também, o fortalecimento da produção teórica para o embasamento dos docentes quanto à utilização de recursos digitais na educação.

Através de pesquisas realizadas com o intuito de conhecer melhor como estão ocorrendo os processos de ensino/aprendizagem mediados por tecnologias digitais os autores Possolli e Correa (2018); Silva (2018) e Pereira, Mendes, Silva e Lima (2018) observaram que, na relação entre educação e tecnologia existe um leque de possibilidades que são geradas pela ampla e variada forma com que as tecnologias são percebidas e utilizadas pelos sujeitos do processo. Porém, quando essas tecnologias são colocadas como uma possibilidade nos espaços escolares surgem grandes desafios para sua aplicação efetiva, entre eles a falta de equipamentos adequados nas escolas, a falta de cursos preparatórios para os professores e um

descompasso entre a forma como as tecnologias digitais são percebidas e utilizados pelos docentes e discentes.

Em pesquisa realizada com professores de matemática que participam do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), Trindade (2018) observa que os educadores utilizam as tecnologias digitais de forma muito limitada, não envolvendo seus alunos nessa utilização, o que provoca um certo desinteresse por partes dos discentes, já que, esses passam a exercer o papel de meros expectadores das atividades desenvolvidas.

O autor afirma ser importante que os professores alinhem o uso das Tecnologias Digitais (TDs) à sua prática educativa, o que pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento do conteúdo programado. Lembra também que é de grande importância estar atento ao contexto em que os alunos estão inseridos.

Segundo o autor, a Didática, que tem por objetivo o estudo dos processos de ensino-aprendizagem, é uma importante estratégia a ser utilizada pelos educadores para entender o espaço escolar, criando práticas que possibilitem a aprendizagem de forma organizada, observando as relações entre objetivos, conteúdos e métodos.

De acordo com Mothé, Ernesto e Carvalho (2018), se por um lado o fato de possuirmos amplas possibilidades torna o ato de ensinar e aprender algo muito atraente, por outro lado o torna frustrante em razão dos obstáculos para se chegar a um desenvolvimento satisfatório do potencial de todos os alunos, o que denota cada vez mais a necessidade da utilização de uma didática voltada para o sistema de ensino atual e para as necessidades dos discentes.

Outro ponto muito citado nas discussões sobre a relação tecnologia e educação refere-se ao ensino híbrido[1] e as metodologias ativas[2]. De acordo com pesquisa realizada por Castro, Brunelli e Santos (2018), sobre o ensino híbrido no Brasil, no período de 2010 a 2018, com o intuito de mapear publicações acadêmicas relacionadas ao uso de ensino híbrido na educação básica, os autores reportam a grande quantidade de publicações sobre o assunto nos últimos anos e a grande variedade de abordagens sobre o tema. O estudo demonstra que, de um modo geral, o ensino híbrido é visto de forma positiva, embora tenham sido encontrados aspectos frágeis em sua utilização, como a dificuldade por parte dos docentes de utilizá-lo na sua prática

[1] Ensino híbrido é uma metodologia que combina a aprendizagem online e offline. Sobre essa metodologia falaremos de modo mais detalhado durante o texto.

[2] Metodologias ativas são modelos de ensino que visam desenvolver a autonomia e a participação dos alunos de forma integral. Este conceito será melhor delineado ao longo do trabalho.

devido a lacunas deixadas nos cursos de formação inicial e na educação continuada dos professores.

Um aspecto verificado pelos autores é que a utilização do ensino híbrido é capaz de promover de forma satisfatória os processos de aprendizagem, contanto que os envolvidos no processo compreendam o sentido da sua utilização e acreditem no seu potencial pedagógico.

Os resultados da pesquisa apontaram que a aprendizagem escolar se torna mais significativa quando são utilizadas tecnologias digitais promovendo uma participação coletiva e democrática dos discentes.

Os documentos legais, publicados na última década, também trazem, em certa medida, uma determinação para a utilização das TDs na educação. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), é importante que

> a escola contribua para transformar os alunos em consumidores críticos dos produtos oferecidos por esses meios, ao mesmo tempo em que se vale dos recursos midiáticos como instrumentos relevantes no processo de aprendizagem, o que pode favorecer o diálogo e a comunicação entre professores e alunos (BRASIL, 2013, p. 111).

Seguindo este mesmo raciocínio, o Plano Nacional de Educação (PNE), em sua 5ª meta, defende o uso das TDs como sendo um fator indispensável na correção de problemas de alfabetização e fluxo escolar (BRASIL, 2014).

Outro ponto importante a ser observado quando se fala em tecnologia digital e educação refere-se as *fake news* (expressão da língua inglesa que significa notícia falsa). Em pesquisa realizada por Silva (2018), foi possível observar que adolescentes e jovens por serem ativos nas redes sociais estão mais compatíveis ao compartilhamento de notícias falsas. A autora cita uma reportagem da revista Neo Mundo (GERAÇÃO Z, 2018), referente a uma pesquisa realizada por uma empresa especializada em segurança e soluções digitais, a DNPontocom, onde ficou constatado que jovens nascidos entre 1990 e 2010 são os mais inclinados a compartilharem *fake news*. Através da pesquisa apurou-se que sete a cada dez adolescentes leem somente o título das informações, e que quatro em cada dez compartilham, sem verificar a procedência, opiniões de pessoas nas quais confiam, e três, a cada dez jovens, são influenciados por opiniões de familiares.

Outra análise citada pela autora e constante na mesma reportagem refere-se a uma pesquisa feita pelo Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) publicada em 2018 na Revista Science, onde apurou-se que uma notícia falsa tem 70% mais chance de ser compartilhada. Diante do observado em sua pesquisa, a autora pontua:

> é possível que a educação seja a solução para amenizar o compartilhamento de inverdades, e para isso de fato acontecer, professores de todas as disciplinas devem assumir o papel de formadores de cidadãos com senso crítico aguçado, que desenvolvam habilidades de leitura cautelosa, que gostem de pesquisa e que saibam filtrar os materiais que leem (SILVA, 2018, p. 11).

Por outro lado, Grasso (2016), afirma que o bom uso das mídias pode trazer benefícios para a educação de crianças e adolescente:

> a tecnologia trouxe uma série de benefícios para nossa sociedade inclusive para crianças. Se por um lado o uso excessivo e prolongado pode trazer danos, o uso estruturado de aplicativos e jogos nos meios escolares, por exemplo, são de grande ajuda e contribuem para o aprendizado. Pesquisas mostram que alguns jogos podem contribuir para o raciocínio lógico e desenvolvimento motor e cognitivo das crianças, desde que desenvolvidos para este fim, com foco claro, estruturado e uso limitado e consciente (GRASSO, 2016, p.2).

Esta dualidade do impacto dos novos recursos comunicativos na educação de crianças e adolescentes expõe novos desafios à escola e ao docente. Para Santos *et al*. (2017), a escola deve buscar se adaptar à forma como as crianças lidam com a mídia:

> Atentar para a realidade que a cerca é um dos primeiros passos para a escola ficar em sintonia com a realidade e com os próprios alunos, que sofrem a todo o momento interferências do mundo fora da escola. Trazer para a escola o que está em seu entorno pode ser uma das maneiras de aproximar essas duas realidades díspares, a de fora da escola e a da própria escola. Um exemplo disso é por meio da incorporação das mídias no contexto escolar, tanto no uso da própria mídia em sala de aula como recurso pedagógico quanto por meio de discussões sobre as mídias e suas influências na sociedade (SANTOS *at al*, 2017, p.10).

Schiavo, (2015) defende que a mediação no uso da mídia eletrônica pelos pais, no ambiente familiar, previne entendimento inadequado de diferentes situações, como por exemplo, entender motivos para determinados consumos e as relações com aceitação, inclusão, preconceito, entre outros. Em relação ao professor, este deve atuar como orientador e organizador de atividades significativas para a construção do conhecimento, trabalhando neste contexto benefícios positivos para as crianças e para todos os envolvidos neste processo.

A mediação do conteúdo acessado tem como empecilhos aspectos culturais da sociedade atual. Para Grasso (2016), pais têm passado excessivas horas praticando o uso supérfluo de dispositivos como os smartphones, o que interfere na sua capacidade de realizar esta mediação

> sabe-se que a melhor e mais eficiente forma de educar é por meio do exemplo, e talvez este esteja sendo o grande entrave quando falamos de uso consciente de tecnologia. Pais e adultos em geral passam mais horas em frente as telas de smartphones, tablets e computadores do que se dão conta (GRASSO, 2016, p.1).

Segundo Castells (2011) é importante que se leve em consideração que, hoje, em uma sala de aula do ensino fundamental, bem como no ambiente familiar, convivem educadores e

educandos de momentos históricos diferentes no que se refere à realidade tecnológica e que, portanto, têm relações diferentes com a tecnologia e a mídia. Nesse sentido, a formação do homem moderno pode, em parte, ser classificada pelo nível de acesso e interatividade sobre as ferramentas tecnológicas ao qual fora submetido no decorrer de sua vida.

3.2. Aparelhos para suporte de tecnologias digitais (hardwares) mais utilizados;

Tendo em vista a disseminação dos meios de comunicação através dos dispositivos como smartphones, é relevante a observação das possibilidades do uso desses por parte dos docentes. Brito e Oliveira (2018) evidenciam em sua pesquisa a importância do uso de dispositivos móveis como ferramenta no auxilio pedagógico, porém, ressaltam que é preciso verificar a real possibilidade de seus alunos para utilização de tais ferramentas, já que nem todos possuem estes aparelhos. Caso esse trabalho seja realizado utilizando o ensino hibrido, tem-se também a necessidade de avaliar se os alunos teriam acesso à internet em sua residência, e se esta seria de qualidade suficiente para atender às demandas solicitadas.

Cordeiro e Bonilla (2017) objetam sobre as implicações da chegada das tecnologias digitais móveis nos espaços-tempos escolares, colocando em evidência as dificuldades enfrentadas nesse contexto, tendo em vista que existe uma ampliação das vivências espaço-temporais pelos alunos que possuem acesso as tecnologias digitais móveis, sendo que, essas vivências nem sempre são exercidas da mesma forma pelos educadores, o que causa um descompasso entre esses, gerando conflitos e tensões, principalmente quando se trata da utilização de aparelhos móveis dentro dos espaços escolares.

Ferreira (2012), observa que o uso de dispositivos móveis por jovens ressignifica suas práticas culturais e a sua relação com o conhecimento e com o mundo, constituindo-se no modo de ser desses na contemporaneidade. O autor coloca que os jovens de hoje possuem uma cultura móvel que reforça uma mudança do paradigma na natureza das interações humanas. Tal mudança se constitui em um ponto de discussão que deve ser tido como primordial para prepara as escolas para lidar com esse novo cenário.

Outro recurso que por sua versatilidade pode auxiliar o docente na sua prática educativa é a lousa digital. Segundo Navarro (2018) o dispositivo pode auxiliar o docente na sua prática educativa, pois através dela o professor pode apresentar o conteúdo programado e fazer interações na internet, podendo também criar jogos e atividades interativas com os estudantes. Pontua, ainda, que a realização de formação continuada é imprescindível, mas não suficiente, sendo preciso adaptar as estruturas físicas das escolas par utilização desse recurso.

3.3. Redes sociais, aplicativos e softwares;

Com o advento da internet romperam-se barreiras de tempo e espaço, possibilitando uma integração rápida entre conhecimentos locais e globais. Grupos sociais com interesses compartilhados têm surgido desde então, trazendo novas formas de comunicação entre os povos. O ciberespaço[3] tem facilitado muito a circulação e a organização das informações, possibilitando que estas sejam armazenadas e disseminadas globalmente.

O Facebook e o Instagram são alguns dos exemplos de redes sociais que se tornaram extremamente populares nos últimos tempos, o que têm levado seus seguidores a criar conexões que geram o compartilhamento de experiências e conhecimentos, demonstrando que as tecnologias de informação e comunicação interferem de forma significativa nas interações humanas, tendo o poder de transformar a vida educacional, social e profissional das pessoas.

Pereira, Silva, Mendes e Lima (2018) em pesquisa objetivando demonstrar a importância do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação para a formação do conhecimento, mediante ao uso de multiletramento[4] (textos, hipertextos e hipermídia) pelas escolas, observam que a utilização de tal recurso otimizou o aprendizado, além de permitir uma sociointeração entre os 140 atores educacionais pesquisados. Pontuam ainda que a variedade e possibilidade de recursos que é oferecida pelas mídias (sons, movimento, cores entre outros) expandem o universo dos significados e a aprendizagem dos discentes. Esse método de ensino possibilita a utilização das variadas formas dos sentidos para retransmissão e assimilação do conteúdo.

Conforme pesquisa, que teve por objetivo conhecer e analisar a utilização das mídias digitais por jovens, principalmente a internet em contexto escolar e nas horas livres, e quais as habilidades desenvolvidas por esses através da sua utilização, Migliora (2015) observa que existi uma correlação positiva entre o desenvolvimento de habilidades e a presença das mídias no âmbito doméstico dos jovens. Verificou também a importância da prática de atividades culturais por esses, porém a autora indica ser necessário que tais recursos sejam acessíveis a todos.

---

[3] Segundo Pierre Lévy (1999), ciberespaço é um termo que especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo de informação que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.

[4] Multiletramento é uma proposta pedagógica que surgiu em 1996 em um manifesto de professores e pesquisadores americanos. O documento sugeria incorporar na prática escolar a diversidade de mídias, de linguagens e de culturas introduzidas pelas novas Tecnologias da Informação e da Comunicação.

Em pesquisa buscando compreender como as redes sociais se organizam como comunidade de aprendizagem Possolli e Correa (2018) indicam que esta é uma possibilidade que deve ser observada pelos educadores, por ser um ambiente tecnológico no espaço virtual que permite a troca de informações e auxilia no processo de ensino-aprendizagem. Com isso, abrem-se perspectivas para que ocorra o desenvolvimento de um processo educacional mais interativo e que incentiva a troca de conhecimentos entre seus integrantes.

Dentre os suportes importantes como aliados do educador em sua prática está também o Moodle, que é uma ferramenta que funciona como uma sala de aula online, onde professores podem disponibilizar material didático e propor tarefas interativas, como testes e discussões em fóruns. Pela sua forma interativa, o Moodle tem despertado o interesse dos educadores, e sua utilização começa a ser pensada não somente para o ensino médio e superior, mas também na Educação Básica (SILVA, 2018).

Em pesquisa realizada em uma escola pública, da rede municipal, de Itaquara-BA, com 18 professores, do ensino fundamental usando a mídia blog como peça motriz para as discussões sobre as TICs no ambiente escolar, Santos (2018), coloca que foi possível observar que tal ferramenta possibilitou a aproximação entre os professores das diferentes áreas de conhecimento, promovendo aprendizagens importantes sobre o uso das tecnologias digitais nas salas de aula.

Em relação a presença/ausência dos dispositivos móveis nos cotidianos escolares, Ferreira (2012) observa que a inserção da mobilidade trazida pelas tecnologias digitais constitui o modo de ser de jovens urbanos na contemporaneidade e o uso de dispositivos móveis ressignifica suas práticas culturais em relação ao conhecimento, podendo ser um grande aliado na prática do educador.

3.4. Tecnologias digitais e formação docente;

Quando se fala em formação docente, duas perguntas que frequentemente vêm à tona são: como está sendo feita a preparação dos discentes dos cursos de licenciatura para seu futuro ingresso na profissão? E como tem ocorrido o aprimoramento dos educadores em relação à educação continuada?

Tais questionamentos tem sido alvo de várias pesquisas como a realizada por Batista e Pesce (2017), em que apontam que em função das relações cada vez mais amplas entre TDICs e o mundo contemporâneo, faz-se necessário pensar em uma formação inicial e continuada que possa ser construída a partir da realidade em que os docentes atuam, trazendo assim mais

autonomia no exercício de sua profissão, deixando de atender apenas a uma demanda de um mercado produtivo capitalista, e voltando um olhar para os protagonistas desse processo.

Já em estudo realizado por Machado e Perondi (2018) em 16 cursos de uma instituição pública de ensino superior, visando mapear as relações com a cibercultura[5] e a inclusão digital presentes neles, verificou-se que 11 dos cursos pesquisados apresentaram ao menos um componente curricular relacionado à temática das tecnologias educacionais em seus currículos. Porém, em menos da metade desses cursos esses componentes são de caráter obrigatório. O que levou os autores a uma reflexão sobre a necessidade da inserção, de uma forma mais concreta, nos currículos de licenciatura, dos princípios característicos de uma cultura digital e em rede.

Com o objetivo de investigar como os futuros professores são formados para o uso das tecnologias digitais no ensino, a partir da literatura educacional, Silva (2018) evidenciou uma deficiência no que diz respeito à formação direcionadas aos professores para o uso das TDICs. O autor identificou algumas possibilidades para minimizar este problema que são: a inclusão de disciplinas que dialoguem com o contexto da tecnologia e educação, e a inclusão de uma disciplina especifica do tipo Informática na Educação no seu currículo.

Em pesquisa executada por Santos (2018) em uma escola pública do município de Itaquera – BA foi possível apontar a necessidade de ações para formação docente, por parte da gestão escolar, a falta de profissionais no laboratório de informática e a ausência de parceria entre as escolas e a Secretaria de Educação em ações que busquem a formação continuada dos professores.

Schuchter e Bruno (2017) verificaram em sua pesquisa que, no que diz respeito ao uso e apropriação das TDICs pelos profissionais/equipe gestora da escola pesquisada, falta tempo de formação, além de existir uma proibição do uso de celulares dentro dos espaços escolares, impossibilitando o seu uso para fins pedagógicos. Observaram também que não existe uma continuidade nos cursos de formação que são oferecidos a esses profissionais, dificultando assim a apropriação dos conhecimentos necessários para um uso producente das tecnologias digitais na mediação de conhecimentos.

[5] Segundo Pierre Lévy (1999), o termo cibercultura diz respeito ao conjunto de técnicas (matérias e intelectuais), de modos de pensamento, de atitudes, de práticas e de valores que se desenvolvem junto com o crescimento do ciberespaço.

Já Navarro (2018), em pesquisa realizada durante uma formação continuada em serviço com um grupo de vinte e quatro professores de diversas disciplinas, observou que é imprescindível a realização de formação continuada, porém é preciso mais que uma formação continuada de qualidade, é necessário também que as escolas recebam adaptações físicas em suas estruturas para que os professores possam utilizar as tecnologias digitais de uma forma mais eficaz em busca dos resultados pedagógicos desejados.

Para além das formações iniciais e continuadas que visam a utilização das TICs nos espaços escolares, outra atividade de grande importância na formação do docente é o estágio supervisionado. Como exposto por Fernandes e Nascimento (2012), "o estágio como pesquisa reforça que a atividade docente é uma ação científica" (FERNANDES e NASCIMENTO, 2012, p. 5). Quando levamos os futuros professores para dentro do espaço escolar permitimos que estes, através da observação e/ou participação ativa em atividades, desenvolvam novas competências e habilidades enquanto estão em processo de formação, atividades essas que poderão ser fundamentais em sua carreira docente.

Quando o aluno faz o estágio supervisionado, ele tem a possibilidade de aliar o seu conhecimento teórico com a realidade vivenciada nos estabelecimentos de ensino, possibilitando que esse construa sua identidade profissional de uma maneira mais crítica e reflexiva, pois o estágio supervisionado é um eixo articulador entre a teoria e a prática. Nesse sentido, Leite *et al.* (2012), pontuam que "a inserção das TICs na educação pode ser uma importante ferramenta para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Essas tecnologias podem gerar resultados positivos ou negativos, dependendo de como elas sejam utilizadas" (LEITE *et al.*, 2012, p. 4).

O que nos leva a refletir sobre o quão importante é para os docentes a qualificação profissional e sobre a importância de uma grade curricular adequada dos estabelecimentos de ensino para efetivação de uma aprendizagem de qualidade.

3.5. Políticas públicas e tecnologia;

Outro fator de extrema importância a ser analisado são as políticas públicas referentes ao uso das TDICs tanto na formação inicial quanto na continuada dos professores, tendo em vista que tal formação pode favorecer a autonomia dos docentes no exercício da profissão. Nessa perspectiva o educador é levado a uma evolução da sua consciência profissional, passando a exercer a pedagogia de uma forma mais crítica e reflexiva.

Visando investigar o quanto o curso "Cibercultura e Prática docente" contribuiu para o empoderamento de professores de uma escola da rede estadual de São Paulo, fazendo com que esses criassem autonomia em relação a sua atuação, Batista e Pesce (2017) observaram que mesmo com um aumento considerável de implementação dos estudos sobre a utilização das TDICs na formação inicial e continuada dos professores essa muitas vezes é realizada de forma massiva e balizada pelos custos reduzidos. O que leva ao questionamento: esse tipo de formação propicia a construção de uma educação de qualidade? e qual o papel das políticas públicas nesse sentido? Complementam ainda, que tais políticas devem partir dos Estados, fazendo-se, necessário a revisão e reforma dos sistemas educacionais.

No caso das políticas públicas, o estudo aponta que os professores pesquisados acham que os cursos de educação continuada deveriam ser oferecidos no seu próprio local de trabalho, o que ocorre poucas vezes. Observa-se também que a maioria destes cursos são oferecidos na forma Educação a Distância - EaD e que, por terem pouca afinidade com as TDs, vários educadores têm uma certa resistência a essa forma de ensino.

A pesquisa mostra que o curso em estudo contribuiu para o empoderamento dos professores pesquisados e o quanto é importante uma política eficaz na obtenção de recursos para a formação desses. Entretanto, como abordam os autores, é importante frisar que existem peculiaridades no grupo estudado, grupo esse que exerce a docência na mesma escola, possui uma situação funcional estável, possui longo tempo de exercício profissional na mesma escola e, que 80% deles possui pós-graduação *lato sensu*, o que pode levar a um resultado distinto na pesquisa.

Nesse sentido, Schiavo, (2015) defende que a escola depende da organização social e de políticas públicas, havendo a necessidade de se estruturar para o trabalho pedagógico com tecnologias digitais. Aos docentes e pais, cabe fazer a mediação do uso destes dispositivos, que seria a orientação para um bom uso dos recursos pelas crianças e adolescentes. Para o autor mediação é:

> o esclarecimento do que se trata na condição da criança aquilo que está sendo apresentado, contextualização das informações, relativização no caso de cenas fantasiosas, como na publicidade por exemplo, em que a criança pode ser levada a entendimentos desproporcionais daquilo que está sendo mostrado (SCHIAVO, 2015, p.3).

A partir de um estudo realizada em três escolas públicas da região Nordeste do Brasil, com o intuito de investigar como ocorrem as vivências no cotidiano escolar com base nas políticas públicas referentes as tecnologias digitais móveis, Cordeiro e Bonilla (2017) verificaram que apesar dos governos terem investido em programas visando a utilização de

tecnologias móveis nos espaços escolares pesquisados, tais programas promoveram a distribuição de equipamentos com conteúdo pedagógicos já embutidos, não dando liberdade aos docentes em relação a sua prática. Também não ofereceram condições para a formação dos professores, não disponibilizaram conectividade banda larga nas escolas e nem infraestrutura ao espaço escolar. Sendo assim, afirmam os autores, tais procedimentos acabaram levando as escolas e seus educadores a fazer pouco uso dos equipamentos disponibilizados ou, até mesmo, abandoná-los, tendo em vista que, os educadores se sentiram despreparados para lidar com os equipamentos no seu dia a dia, e a escola se viu sem apoio e estrutura para dar continuidade ao trabalho iniciado.

Schuchter e Bruno (2017) observam que devido a expansão dos meios de comunicação a sociedade tem se reconfigurado e através da expansão da internet, do uso de computadores e das mídias móveis, vem descobrindo novas formas de ser, se relacionar, informar-se, aprender e atuar com o mundo. Essas mudanças trazem à tona a necessidade de criar uma forma de ensinar e aprender, tendo em vista que o aprendizado hoje parte muito mais de uma troca de conhecimentos entre quem ensina e quem aprende, e que todos têm a possibilidade de criar seu próprio percurso de aprendizagem.

Através de sua pesquisa as autoras puderam observar que apesar de toda a evolução dos meios de comunicação as escolas pesquisadas ainda estão muito voltadas para a maneira tradicional de ensinar, utilizando principalmente textos em xerox ou livros didáticos. Pontuaram ainda, que mesmo que as políticas públicas voltadas para a formação docente no uso das tecnologias digitais sejam constantemente citadas nos espaços escolares pouco se tem feito de forma concreta na busca de resultados efetivos.

Outro ponto importante citado por Schuchter e Bruno (2017) refere-se à descontinuidade das ações referentes às políticas públicas educacionais voltadas para o tema. Como principal motivo para isto, as autoras citam as mudanças que ocorrem constantemente nas propostas do governo e uma certa dificuldade da União de conduzir o processo educacional em parceria com estados e municípios. As autoras dividiram sua pesquisa em duas categorias teórico-metodológicas: Infraestrutura[6] e Superestrutura[7]. A partir dessa divisão elas trouxeram

[6] Segundo as autoras a infraestrutura é a "arquitetura" dos Laboratórios de Informática (LI) das escolas e do Núcleo de Tecnologia Municipal (NTM): os recursos humanos, tecnológicos e materiais e as condições de trabalho.

[7] Segundo as autoras a superestrutura é como a criação de um todo integrado, isto é, um todo integrado no fomento à cultura digital: o político, o pedagógico, o histórico, o cibercultural, a ideologia, a postura pessoal, a vontade, as relações e interações humanas.

à tona os apontamentos feitos a cada categoria. Referente a Infraestrutura elas citaram que ainda há escolas sem Laboratórios de Informática, existem Laboratórios de Informática sem internet ou com internet lenta, alguns espaços oferecidos para esses laboratórios são limitados e/ou inadequados, e que quase não ocorre manutenção nos seus equipamentos.

Outro apontamento é que o Núcleo de Tecnologia Municipal (NTM)[8] não possui boas condições materiais e tecnológicas para conduzir o processo, possuindo também um quadro funcional insuficiente para prestar atendimento às escolas. Elas observaram ainda que nos documentos oficiais do MEC existem uma visão muito positiva referente às políticas nesse sentido, porém não são levadas em conta as condições em que essas se efetivam ou não na prática.

Quanto a categoria Superestrutura observaram que falta tempo de formação para o uso das TDs por parte dos professores e gestores, que em algumas escolas existe a proibição do uso de celular e que não existe em todas elas indicações para o uso das tecnologias digitais nos seus Projetos Político-Pedagógicos.

Apurou-se que as políticas púbicas de formação docente para o uso das tecnologias digitais ocorrem na forma de minicursos, palestras e oficinas que visam atender a demanda de educadores que frequentam grupos de estudos de informática, não havendo continuidade e aprofundamento em tais eventos, tendo em vista que a cada transição de equipes esses são alterados ou substituídos.

As autoras sugerem que as políticas públicas voltadas o uso das TDICs nas escolas sejam feitas não apenas direcionadas aos educadores e gestores, mas sim com a participação ativas desses, articulando as necessidades dos docentes e discentes. Defendem ainda a necessidade que seja feito um trabalho visando formar um professor pesquisador e inter(ativo), e que, para isso, a formação deve ser continuada, permanente e coletiva, com interação entre os seus participantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, entende-se que os resultados da pesquisa sugerem alguns apontamentos. Apesar de ter ocorrido uma certa disseminação dos meios de comunicação,

[8] O Núcleo de Tecnologia Municipal (NTM) caracteriza-se por ser uma estrutura permanente de suporte ao uso pedagógico das mídias disponíveis nas escolas públicas municipais, sendo uma estrutura descentralizada vinculada a uma secretaria estadual ou municipal de educação.

entre eles das TDICs, e uma certa evolução da escola como socializadora dos processos culturais, essa ainda enfrenta o desafio das discrepâncias econômicas e sociais. É visível a falta de estrutura física em grande parte de escolas, ausência de profissionais preparados para lidar com as tecnologias digitais e de políticas públicas voltadas para a formação inicial e continuada de professores ao contexto da inserção dessas tecnologias no cotidiano da Escola. Observou-se também, a necessidade de utilizar uma pedagogia crítica para discutir com as crianças e os jovens sobre o mundo da tecnologia, sobretudo em relação a absorção e disseminação de notícias. Há possibilidade de aprendizagem escolar significativa com o uso de tecnologias digitais, mas antes disse é preciso a promoção de acesso e formação. Por fim, entende-se que há opiniões diversas em relação à relevância da utilização ou não de tecnologias digitais no âmbito escolar, entretanto entende-se que o estudo sobre a mesma não pode ser descartado, o debate sobre a temática é urgente. Junto a isso é necessário condições objetivas de democratização ao acesso.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Valter Pedro; PESCE, Lucila. A formação continuada de professores em ambiente de cibercultura e suas demandas para as políticas públicas. **REUNIÃO ANUAL DA ANPEd 38**, São Luís do Maranhão, 2017. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT16_289.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Plano Nacional de Educação - PNE**. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf . Acesso em: 18 mai. 2021.

BRITO, Valdomiro de Souza; OLIVEIRA, Elisângela Silva de. Aprendizagem móvel: uma experiência com o uso do Smartphone no ensino superior. **XIX ENDIPE**. Disponível em: http://www.xixendipe.ufba.br/ . Acesso em 20 jul. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2011. (v. 1).

CASTRO, Maria Paula Paulino Ramos Pinto de; BRUNELLI, Osinéia; SANTOS, Sandra Leite dos. Desafios e contribuições das metodologias ativas na educação básica. **XIX ENDIPE**, Salvador, 2018. Disponível em: http://www.xixendipe.ufba.br/ Acesso em: 20 jul. 2020.

CORDEIRO, Salete de Fátima Noro. BONILLA, Maria Helena Silveira. Cotidianos escolares e tecnologias digitais móveis: relações, tensões e ressignificações. **REUNIÃO ANUAL DA ANPEd 38**, São Luís do Maranhão, 2017. Disponível em:

http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT16_793.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

FERNANDES, Jéssica Luana; NASCIMENTO, Lívia Sonalle do. O estágio como campo de pesquisa e a sua contribuição para a construção da identidade profissional docente. Campina Grande, REALIZE Editora, 2012. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2012/0ef2f790ea14b26d4da268bb358f7799_438.pdf. Acesso em: 18 jun. 2020.

FERREIRA, Helenice Mirabelli Cassino. Cultura da mobilidade: como ela aparece na escola?. **REUNIÃO ANUAL DA ANPEd 35**, Porto de Galinhas, 2012. Disponível em: http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT16%20Trabalhos/GT16-1756_int.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020

GRASSO, Juliana. Mídias digitais e Infância: Cuidados para um uso consciente. **IX Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz**, Brasília, 2016. Disponível em https://www12.senado.leg.br/institucional/programas/primeira-infancia/artigos/artigos-ano-2016. Acesso em 27 fev. 2021.

LEITE, Werlayne Stuart Soares *et al*. A inclusão das TICs na educação brasileira: problemas e desafios. **Revista Internacional de Investigación en Educación Magis**, Bogotá, Colômbia, 2012. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/2810/281024896010.pdf . Acesso em: 5 mai. 2020.

MACHADO, Juliana Brandão; PERONDI, Maurício. Formação docente para a Cibercultura: mapeamento de projetos pedagógicos de cursos de licenciatura. **XIX ENDIPE**, Salvador, 2018. Disponível em: http://www.xixendipe.ufba.br/. Acesso em: 20 jul. 2020.

MIGLIORA, Rita Rezende Vieira Peixoto. Jovens de escolas públicas: percepções das habilidades no uso do computador e da internet. **REUNIÃO ANUAL DA ANPEd 37**, Florianópolis, 2015. Disponível em: http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT16-4415.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

MORAIS, Suzanne Silva Rodrigues. Tecnologia e educação. Belo Horizonte, 2017. **Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online**, [*s. l.*], 2017. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_linguagem_tecnologia/article/view/12183/10402. Acesso em: 7 jun. 2021.

MOTHÉ, Paula Rodrigues; ERNESTO, Talita da Silva; CARVALHO, Luiza Alves de. O uso de metodologias ativas em contextos híbridos como facilitador no processo ensino aprendizagem. **XIX ENDIPE**, Salvador/BA, 2018. Disponível em: http://www.xixendipe.ufba.br/ Acesso em: 19 jul. 2020.

NAVARRO, Eloisa Risotti. O uso da Lousa Digital como recurso didático em aulas de Matemática. **XIX ENDIPE**, Salvador/BA, 2018. Disponível em: http://www.xixendipe.ufba.br/. Acesso em: 19 jul. 2020.

PEREIRA, Carlos Luis; SILVA, Cristiano de Assis; MENDES, José Anilson; LIMA, Maria do Carmo de. Multiletramentos: o uso das tecnologias da informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem no 6º ano do ensino fundamental II de uma escola municipal

de Timóteo-MG. **XIX ENDIPE**, Salvador, 2018. Disponível em: http://www.xixendipe.ufba.br/ . Acesso em: 20 jul. 2020.

POSSOLLI, Gabriela Eyng; CORREA, Bárbara Raquel Prado Gimenez. Contribuições didáticas das redes sociais como comunidades de aprendizagem em nutrição infantil. **XIX ENDIPE**, Salvador, 2018. Disponível em: http://www.xixendipe.ufba.br/ . Acesso em: 20 jul. 2020.

SANTOS, Rita de Cascia da Silva Trindade. Os professores e as mídias digitais: análise de uma proposta de formação em serviço. **XIX ENDIPE**, Salvador/BA, 2018. Disponível em: http://www.xixendipe.ufba.br/ . Acesso em: 22 jul. 2020.

SANTOS, Tais Barros dos *et al*. A influência da mídia na infância: meios de comunicação, violência e consumo. **Unicamp Ciência**, Campinas, v. 9, p. 1-13, 2 ago. 2017. Disponível em http://www.unicampsciencia.com.br/pdf/59a332c444143.pdf. Acesso em: 27 fev. 2021

SCHIAVO, Sueli Ferreira. Infância, mídia e mediações. **NHENGATU**: Revista ibero-americana para comunicação e cultura contra-hegemônicas, São Paulo, 2015. Disponível em https://revistas.pucsp.br/index.php/nhengatu/article/view/34251/23533. Acesso em: 27 fev. 2021.

SCHUCHTER, Lúcia Helena; BRUNO, Adriana Rocha. Escola.edu: as políticas públicas de formação docente para o uso das tecnologias digitais da informação e da comunicação. **REUNIÃO ANUAL DA ANPEd 38**, São Luís/MA, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT16_595.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

SILVA, Leon de Assis. Educação e tecnologia: o que diz a literatura educacional sobre a formação de professores para o uso de TDIC na escola básica. **XIX ENDIPE**, Salvador, 2018. Disponível em: http://www.xixendipe.ufba.br/ . Acesso em: 20 jul. 2020.

SILVA, Tammi Schalm da. **Fake News**: como ensinar os alunos a lidarem com essa realidade?. 2018. TCC (Especialista em Mídias na Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2018.

SOUSA, Daniela Rodrigues de. Algumas contribuições de Vygotsky e Max para a análise da relação entre educação e tecnologia. **XIX ENDIPE**, Salvador, 2018. Disponível em: http://www.xixendipe.ufba.br/ Acesso em: 20 jul. 2020.

TRINDADE, Gésus de Almeida; SILVA, Maria Deusa Ferreira. Desenvolvimento profissional docente no curso de matemática do Parfor à luz do processo formativo. **REMATEC: Revista de Matemática, Ensino e Cultura**, [*s. l.*], 2019. Disponível em: https://www.rematec.net.br/index.php/rematec/article/view/202 . Acesso em: 28 mai. 2022.

CAPÍTULO XLII

TRAJETÓRIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA NO PERIÓDO DE PANDEMIA DO COVID-19"

Profa. Ma. Valdirene Soares dos Santos

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a "Trajetória, Desafios e Perspectivas do Ensino de História no periódo de pandemia do Covid-19" tendo como **objetivo** é compreender quais os desafios e possibilidades do Ensino Híbrido contribuir para desenvolvimento das habilidades dos alunos no ensino de história, considerando o período de pandemia do Covid-19. **Metodologia:** A pesquisa é de caráter exploratório de abordagem qualitativa, portanto, no primeiro momento realizamos levantamento bibliográfico e descrição empírica das práticas docentes e no segundo momento observamos as turmas do 8º oitavo e 9º nono ano do ensino fundamental, cerca de 23 alunos matriculados, e dois docentes graduado em história. **Resultados e Discussões:** identificamos a falta de acesso dos estudantes a internet, conforme dados (IBGE, 2020), 4,3 milhões ainda não utilizavam o serviço, sendo a maioria alunos de escolas públicas (95,9%). **Conclusão:** Em linhas gerais, constatamos que os professores de história realizaram a mediação criando oportunidades para que os alunos aprendessem os conteúdos pretendidos utilizando metodologias ativas, práticas durante ensino híbrido no periódo da pandemia do Covid-19. O ensino de História é de fundamental importância pois, nas séries iniciais, consiste em colaborar no sentido de a criança situar-se no ambiente em que está inserida, como um ser que faz sua "história" desde o nascimento.

Palavras-chave: Educação Fundamental. Aluno. Professor. História. Ensino.

1. INTRODUÇÃO

O período compreendido pelo surgimento da industrialização até o momento atual, denominado cientificamente de Antropoceno, tem verdadeiramente marcado a história da humanidade devido ao dinamismo e à intensidade dos impactos das ações humanas sobre o meio ambiente. A explosão demográfica, científica e tecnológica, embora tenha otimizado a qualidade de vida humana, trouxe também impactos socioambientais que transpuseram os limites da resiliência.

No presente trabalho procuramos abordar alguns dos principais desafios no ensino de história durante o periódo da Pandemia do Covid-19.

Com isso, essa pesquisa analisamos a educação híbrida e remota que secaracteriza pela união entre dois formatos de ensino: aulas síncronas e assíncronas. As aulas síncronas são aquelas que ocorrem em tempo real, ou seja, o professor e os alunos estão conectados

simultaneamente, no mesmo horário e namesma sala virtual, e podem interagir uns com os outros durante a transmissão aovivo. As aulas assíncronas são aquelas que não ocorrem por transmissões ao vivo, e sim por gravações.

Nelas, o horário em que o professor leciona para a câmera não é o mesmo em que os alunos assistem à aula. Não há interações em tempo real.

Essa diferença conceitual vem da organização dos métodos e técnicas para os desenvolvimentos das aulas adaptadas ao ensino remoto com os materiais dos próprios professores orientada por diretrizes emergenciais, diferente da aula EAD quetem toda uma lógica de preparo e realização, ensino-aprendizagem e avaliação alémde uma legislação de amparo consolidada.

Com a portaria nº 343 de 17 de março de 2020, o MEC dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meio digitais no período de pandemia.O Conselho Nacional de Educação (CNE), de forma a apoiar e legalizar a utilização do ensino remoto, em 28 de Abril de 2020 lançou parecer tornando favorável a reorganização do calendário escolar e a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia do COVID – 19. O parecer foi homologado pelo Ministério da Educação, em29 de Maio de 2020.

Portanto, objetivamos com esse estudo compreender de forma aprofundada os principais desafios e mudanças em virtude da pandemia do Covid-19, apontando como resultados as reflexões das teorias versus a prática sobre o ensino de historia no cenário pandêmico.

Desse modo, a metodologia do estudo desenvolvida tem enfoque qualitativo por meio da análise bibliográfica de artigos científicos e descrição empírica das práticas docentes de hsitória.

Este trabalho apresenta-se dividido em cinco partes essenciais: resumo com uma breve conceituação sobre as características do ensino hsitória período pandêmico, introdução; desenvolviemento (subcapítulos); a metodologia ação desenvolvida na aplicação do método; fundamentação teórica e considerações finais.

2. A IMPORTÂNCIA DE SE ENSINAR A DISCIPLINA DE HISTÓRIA

O ensino de história no Brasil desde a chegada dos europeus até os dias atuais passou por um longo processo de transformaçã. Da idade media ao século XVII predominou uma

história apoiada na religião e marcada por uma concepção providencialista, segundo a qual o curso da história humana definia-se pela intervenção divina (Fonseca, 2006, p.21).

Somente a partir do século XIX que a história foi definida como uma disciplina, porém ainda assim era usada basicamente para mostrar os grandes feitosdos grandes homens e colocar na cabeça dos educandos a formação moral e cívica e criar uma identidade nacional.

É a partir do final do século XIX que começa a surgir os primeiros manuais de história que irá regimentar o ensino dessa disciplina.

Através da história entende-se como foram formadas as diversidades culturaise sociais entre os diversos tipos de localidades e povoados. É importante destacar que a história é constantemente formada, assim essa disciplina não transmite conhecimentos de passados distantes.

O artigo 32º da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996, p. 11) vigora que: "O objetivo do Ensino Fundamental Brasileiro é a formação básica do cidadão".

Nesse sentido, podemos afirmar que há legislação vigente que defende os objetivos do ensino fundamental no Brasil, para que o mesmo tenha condições adequadas para a formação e desenvolvimento do aluno, tornando-o cidadão.

Com isso, práticas de ensino pautadas no conceito de ambiente pressupõe o sujeito e seu entorno produzido pela relação entre os aspectos naturais e sociais, fundamentando-se a prática social e política. No período da pandemia no Brasil, a educação sofreu mudanças radicais, no intuito de reduzir a taxa de infecção, diversasmedidas de distanciamento social foram adotadas.

Nesse contexto, as famílias brasileira tiveram que ter acesso a internet, mas alguns domicílios não havia internet, os três motivos que mais se destacaram foram: falta de interesse (34,7%); serviço de acesso caro (25,4%); nenhum morador sabia usar (24,3%). Em 7,5% das residências, os moradores disseram que não havia disponibilidade de rede na área do domicílio e 4,7% justificaram como motivo, o alto custo do equipamento para conexão (IBGE, 2020a).

O Gráfico 1 apresenta uma relação entre o rendimento médio e a utilização da *Internet*.

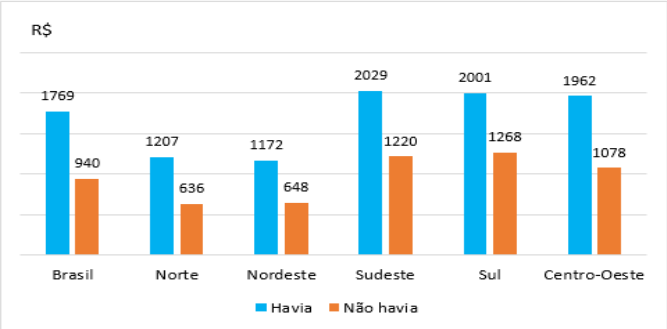


Gráfico 1. Rendimento médio *per capita* dos domicílios, por Grandes Regiões, segundo utilização da *internet* – 4º trimestre de 2018.

Fonte: IBGE (2020a).

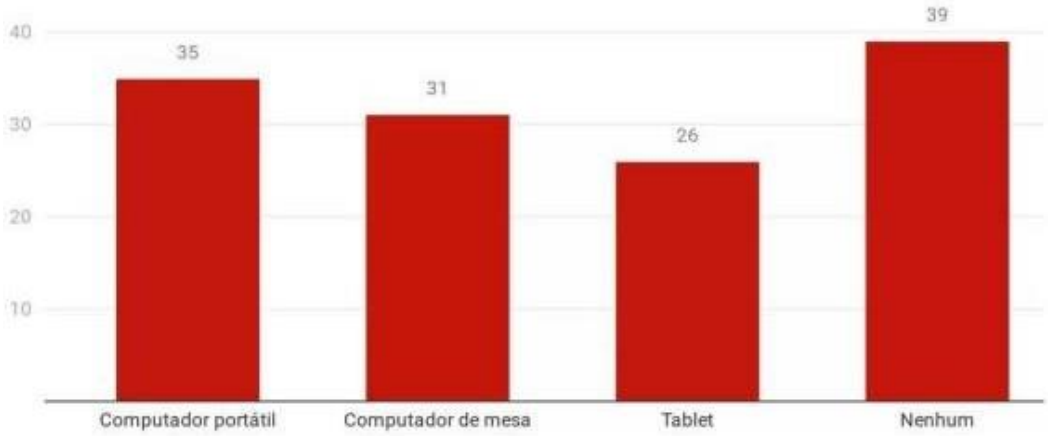
Conforme Gráfico 1, supracitado fica evidente que há uma intrínseca relação entre o rendimento médio e o aceso à internet, o que se infere que as diferentes condições sociais em que a população vive é um dos fatores determinantes para o acesso à tecnologia, como a internet.

Portanto, quais os desafios e possibilidades do Ensino Híbrido contribuir para desenvolvimento das habilidades dos alunos no ensino de História? Todos estudantes tem acesso a internet para acompanhar as aulas remotas?

Conforme os dados da tabela 1, o cenário em que a educação entrou na pandemia em 2020 e indicam possível desafio no ensino remoto" (Oliveira, 2020):

Tabela 1: Disponibilidade de computador no domicílio em %

Respostas apresentadas pelos alunos de escolas públicas urbanas à Pesquisa TIC Educação 2019



Fonte: TIC Educação 2019 – Foto: Infografia/G1

Diante do contexto da pandemia da COVID-19 as escolas públicas tem grandesdesafios e precisam se adaptar para garantir o direito à educação expresso na Lei 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN.

Embora, a própria (LDB n° 9.394/96) dispõe sobre a possibilidade de substituir aula presencial por aulas à distância em casos de emergência. É o que prevê o art. 32, § 4°: "O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais" (BRASIL, 1996). Numa sociedade marcada pelo uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), Rose e Meyer (2002, apud ALBA, 2006) nos revelam que:

> As tecnologias trazem para os educadores um imenso leque de recursos didáticos para lhes dar oportunidade de responder às diferenças individuais e às múltiplas facetas de sua aprendizagem, proporcionando meios variados,ferramentas e métodos, graças à flexibilidade que têm as tecnologias para seadaptar às diferentes necessidades dos estudantes, ajudando a superar as dificuldades e apoiando-se nos aspectos com maior potencial (ROSE e MEYER 2002, apud ALBA, 2006, p. 148).

Além disso, ressaltamos que as escolas públicas possuem poucos recursos tecnológicos e, na maioria das vezes, os professores precisam diversificar a pratica pedagógica conforme as necessidades educacionais dos alunos.

O Ensino Híbrido é um desafios aos docentes, pois necessitam de práticas queprecisam ser difundidas para que haja mudança significativa na forma de fazer educação, ou seja, que promova estudantes protagonistas da sua aprendizagem, conforme preceitua a LDB (LDB n° 9.394/96): § 2º**.** A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Como por exemplo, numa das propostas específicas do ensino híbrido, denominada rotação por estação, nesta, o estudante desenvolve atividades organizadas em sua sala, sendo uma delas através do uso da tecnologia, laboratóriorotacional, onde uns trabalham em sala de aula e outros enriquecem seu aprendizadonas salas informatizadas ou através da sala de aula invertida.

Neste modelo, os alunos podem acessar seu material em casa através de materiais disponíveis de forma online e depois vem para a sala de aula tirar suas dúvidas e fazer exercícios práticos. Conforme destaca Perrenoud (2000):

> [...] formar para as novas tecnologias é formar o julgamento, o senso crítico, o pensamento hipotético e dedutivo, as faculdades de observação e de pesquisa, a imaginação, a capacidade de memorizar e classificar, a leitura e a análise de textos e de imagens, a representação de redes, de procedimentos e estratégias de comunicação(PERRENOUD, 2000, p.128).

O ensino híbrido é um programa de educação formal no qual um alunoaprende, pelo menos em parte, por meio do ensino on-line, com algum elemento de controle doestudante sobre o tempo, lugar, modo e/ou ritmo do estudo, e pelo menosem parte em uma localidade física supervisionada, fora de sua residência (CHRISTENSEN; HORN; STAKER, 2013). Contudo, nesse contexto de pandemia deCOVID-19 forçou uma reinvenção ou adaptação no processo de ensino -aprendizagem mediadas pelastecnologias digitais.

O percentual de estudantes, de 10 anos ou mais, com acesso à internet cresceu de 86,6%, em 2018, para 88,1% em 2019, mas 4,3 milhões ainda não utilizavam o serviço, sendo a maioria alunos de escolas públicas (95,9%).

Enquanto, 4,1 milhões de estudantes da rede pública de ensino nãotinham acesso ao serviço, apenas 174 mil alunos do setor privado não tinham conexão à rede mundial de computadores (IBGE, 2020). Porém, as desigualdades sociais refletem fortemente no acesso à essas tecnologias e os motivos podemos ver no gráfico 2.

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de domicíios Contínua 2018.

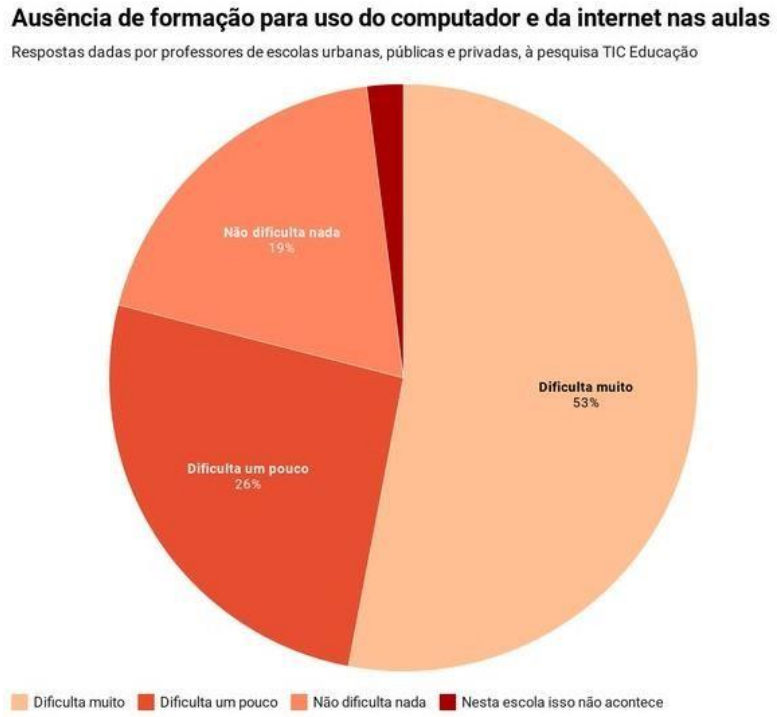
De acordo com um levantamento do Unicef, o Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância, em novembro de 2020, quase 1,5 milhão de crianças e

adolescentes de 6 a 17 anos não frequentavam a escola (remota ou presencialmente) no Brasil. Outros 3,7 milhões de estudantes matriculados não tiveram acesso a atividades escolares e não conseguiram estudar em casa.

Tal situação, não só escancara as mazelas da desigualdade social brasileira, mas também revela o profundo engajamento social de professores, alunos e suas famílias na busca pela educação. O acesso à Internet no Brasil tem aumentado, masainda persistem diferenças no acesso de renda, gênero, raça e regiões.

A pandemia de COVID-19 forçou uma reinvenção ou adaptação no processo de ensino - aprendizagem dos alunos da escola públicas mediado pelas tecnologias digitais. Porém, as desigualdades sociais refletem fortemente no acesso à essas tecnologias.

Além disso, os professores sente- se inseguro, por não haver assessoramento das instituições escolares, às leis que regem o sistema de ensino híbrido no período de pandemia.. Os docentes também relatam que a falta de formação / capacitação dificulta a inserção no ambiente digital: 53% dos docentes disseram quea ausência de curso específico para o uso do computador e da internet nas aulas dificulta muito o trabalho; para 26%, dificulta um pouco, de acordo com infográfico 2 -abaixo:

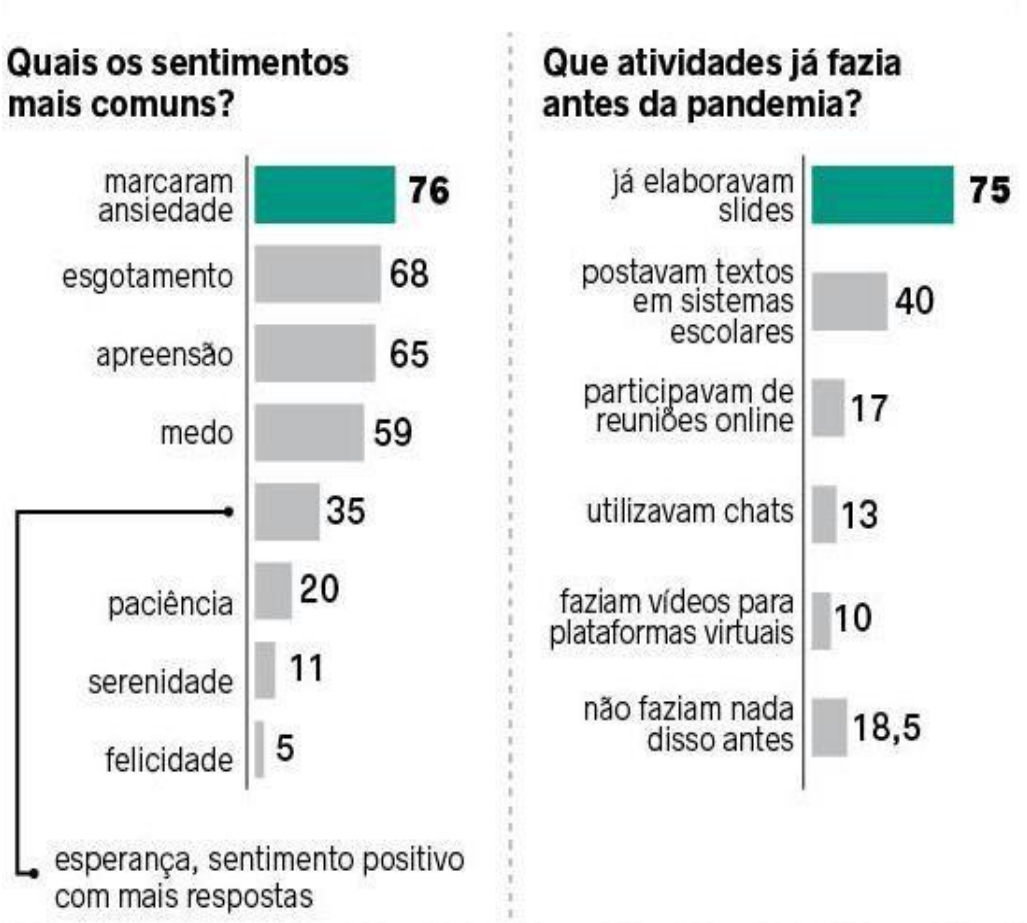


Fonte: TEC- Educação, 2019.

Os professores de história e alunos do 8º oitavo e 9º nono ano destacam (Ver gráfico 3), que o período de pandemia, a questão da saúde emocional, a imprevisibilidades a respeito de

como aprender os conteúdos de história, acaba afetando o lado emocional, desencadeando a evasão, ansiedade, estresse, angústia e insônia.

Gráfico – 3: Pesquisa do Laboratório de Estudos em Política, Educação e Cidade (Lepec), da Universidade Federal do Ceará (UFC), com 950 professores do Ceará.



Fonte: Lepec/UF, 2020

Conforme gráfico supracitado, o trabalho docente aumentou signifcativamente, cerca de 60% afirmam que trabalham mais de cinco dias por semana e consequentemente vem aumentando o estresse e a ansiedade.

Portanto, para ofertar um ensino de história mediado por tecnologias e com mais qualidade, foi preciso superar urgentemente a insuficiência relativa às questões tais emocionais, sociais e econômicas dos estudantes e formação dos professores frente a tecnologias.

O processo de ensino e aprendizagem precisa ser agradável e fazer sentido para todos os atores, tanto alunos como professores.

2.1. PROFESSOR E O PROCESSO PEDAGÓGICO DE ENSINAR HISTÓRIA

Indubitavelmente o professor, em parceria com a escola, deve despertar o interesse do aluno por meio da disciplina de história, e o que o mesmo desenvolva reflexões e o senso crítico sobre questões que envolvam os cotidianos com as pessoas, principalmente nas fases inicias, pois são crianças em formação de caráterentre outras características pessoais.

Como consequência a criança tornara um adulto cidadão, ciente de seus atos e que os mesmos farão parte das histórias futuras.

A LDB assegura a democratização da oferta da educação pública de qualidade; prevê a integração entre modalidades e etapas de escolarização naeducação básica (educação como totalidade); e reconhece a necessidade da educação escolar vincular-se ao mundo do trabalho e da prática social (KUENZER, 2010). Palloff e Prat (2002), aponta algumas práticas educativas, que devem ser utilizadas pelo professor;

> Estabeleça diretrizes claras para a participação, as quais são discutidas pelos integrantes do grupo, que devem concordar com elas. Seja claro quanto ao modo como a participação será avaliada e quanto ao peso que receberá na nota final. Crie um plano de ensino claro e uma estruturaflexível e de fácil compreensão para o curso. Seja claro acerca de quanto tempo será necessário para a participação em um curso on-line, de forma que não haja mal-entendidos sobre o que é trabalhar nesse meio. Crie um site para o curso em que os alunos sintam-se bem, seja fácil de navegar e em que haja pouca dificuldade para o envio de mensagens. Seja você mesmo um bom exemplo de participante on-line, estando visível diariamente. Esteja pronto para entrar em ação e estabelecer limites quandoa participação for fraca ou estiver indo na direção errada. Esteja pronto para telefonar para as pessoas que não estiverem participando, descubra por que não estão e traga-as de volta. O mais importante de tudo: empenhe-se na criação de uma comunidade, incluindo os elementos humanos envolvidos no curso (PALLOFF; PRATT, 2002, p. 136).

De acordo com Freire (2002),

> O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial (FREIRE, 1980, p.82 e 83).

Ainda o autor, afirma que, em concepção de educação baseada em diálogo e problematização, propõe a reorganização do conteúdo do diálogo, o conteúdo programático da educação. Diálogo e problematização perpassam todo o processo de ensino-aprendizagem. Na medida em que a situação atual delegou a inserção do ensino emergencial, cabe destacar que seu contexto soa diferente da modalidade Educação a Distância, o que significa que não são sinônimos. Este segundo já existee em sua definição no Art. 80 da LDB:

> A Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios

> e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Decreto 5.622, de 19.12.2005, que regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96 (LDB).

Tal situação, não só escancara as mazelas da desigualdade social brasileira, mas também revela o profundo engajamento social de professores, alunos e suas famílias na busca pela educação. O acesso à Internet no Brasil tem aumentado, mas ainda persistem diferenças no acesso de renda, gênero, raça e regiões.

A pandemia de COVID-19 forçou uma reinvenção ou adaptação no processo de ensino - aprendizagem dos alunos da escola públicas mediado pelas tecnologias digitais. Porém, as desigualdades sociais refletem fortemente no acesso à essas tecnologias.

O que se espera que um estudante que cursa 8º oitavo e 9º nono ano do ensino fundamental, aprenda com a/na disciplina de História? De acordo com documento oficial da BNCC, nessa fase de ensino, os estudantes precisam começar a aprender a investigar a si próprio e ao mundo que o cerca, partindo dos espaços familiares e seguindo para os espaços sociais mais amplos que vivenciam, como a escola, o bairro e a cidade.

A Resolução nº 8 do Conselho Federal de Educação, de 1º de dezembro de 1971, derivada do Parecer 853/71, estabelecia as matérias que formavam o núcleo comum e as disciplinas obrigatórias das matérias fixadas.

Nessa Resolução, destaca-se a indicação de que as matérias seriam trabalhadas no currículo de forma integrada e obedecendo a um escalonamento em consonância com o amadurecimento do aluno:

> Art.1º. O núcleo-comum a ser incluído, obrigatoriamente, nos currículos plenos do ensino de 1º e 2º graus abrangerá as seguintes matérias: a) Comunicaçãoe Expressão b) Estudos Sociais c) Ciências § 1º Para efeito da obrigatoriedade atribuída ao núcleo-comum, incluem-se como conteúdos específicos das matérias fixadas: em Comunicação e Expressão – a Língua Portuguesa; nos Estudos Sociais – a Geografia, a História e a Organização Social e Política do Brasil; nas Ciências –a Matemática e as Ciências Físicas e Biológicas.
>
> Art.2º. As matérias fixadas, diretamente e por seus conteúdos obrigatórios, deverão conjugar-se entre si e com outras que se lhes acrescentem para assegurara unidade do currículo em todas as fases do seu desenvolvimento.
>
> Art. 4º. As matérias fixadas nesta Resolução serão escalonadas, nos currículos plenos do ensino de 1º e 2º graus, da maior para a menor amplitude do campo abrangido, constituindo atividades, áreas de estudo e disciplinas.

A educação escolar é constituída como um dos direitos mais importantes de cidadania, pois as suas funções de ensino e aprendizagem permitiram ver umhorizonte universalizado, principalmente a partir da modernidade com Jan Amos Comenius e seu ensinamento maior:

“ensinar tudo a todos”. Nota-se, portanto, o direito ao saber como um direito igualitário dentro da escola formal.

Carlos Jamil Cury (2008) afirma que, na efetivação deste horizonte universalizado, muitos viram a educação escolar somente com a função de instrumentalizar o indivíduo para o trabalho, ou seja, a educação qualifica o sujeito apenas para entrar no mercado de trabalho, cabendo ressaltar que o direito a educação escolar e o direito a instrução era somente para uma sociedade economicamente e socialmente mais evoluída.

Em linhas gerais, o documento destaca que os estudantes devem fazer essas descobertas do saber a partir do ensino de procedimentos de investigação próprios das ciências humanas, a citar: realização de pesquisas utilizando diferentes tipos de fontes, observação e registro de fatos, paisagens e depoimentos (BNCC, 2018).

3. METODOLOGIA

Para esse estudo, realizou-se pesquisa em fontes bibliográficas a periódicos nacionais, livros clássicos, monografias, dissertação de mestrado e artigos da base de dados do SciELO – Scientific Electronic Library Online, de 2019 à 2021, sobre os temas publicados atualmente tendo como finalidade levantar as contribuições culturais e científicas sobre a temática.

Para análise do estudo observamos estudantes 10 (dez) crianças e adolescentes entre 6 (seis) a 14 (quatorze) anos, matriculado no 8º (oitavo) e 9º (nono) ano do Ensino Fundamental, de uma escola estadual.

O estudo bibliográfico centrar-se-á nas contribuições teóricas de vários autores que analisam o conceito de obesidade e sedentarismo, tais como: Roman (2007), Machado (2014), Oehlschlaeger (2004), Lucchese et al. (2010), entre outros autores que aborda o recorte posto nesta pesquisa. Bervian et al (2007, p. 61) a pesquisa bibliográfica “Constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”.

Portanto, o método utilizado foi de caráter exploratório, segundo Martins (2000, p, 30) “se constitui na busca de maiores informações sobre o assunto coma finalidade formular problemas e hipóteses”.

Nesse contexto, o estudo delineou-se a partir da base descritiva das características apresentadas pelas crianças e os adolescentes, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis e fenômenos educativos em uma análise correlacional. Conforme Martins (2000, p. 28), “a análise correlacional busca a identificação de fatores em relação a outro, a partir de

comparações entre os diversos estudos com a finalidade de estabelecer parâmetros de análises".

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, pois em investigação qualitativa as entrevistas podem; [...] ser utilizadas em conjunto coma observação participante, análise de documentos e outras técnicas [...] é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos se comportam no mundo" (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p.134).

Contudo, a pesquisa pautou-se nas observações das aulas história com vistaà ação e na conversação empreendida no grupo de alunos. Portanto, a análise dos dados realizou-se por intermédio da análise de conteúdo.

A análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicasde análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...] A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens (BARDIN apud FRANCO, 2005, p. 20).

Para a análise, foram selecionados alguns episódios que contemplou o objeto de estudo, os registros e as entrevistas com o grupo participante.

Em linhas gerais, análise do conteúdo permitiu atribuir relevância aos comentários diretos extraídos das observações, considerando-se as palavras empregadas e os seus significados, o contexto em que foram colocadas as ideias, a frequência, a extensão dos comentários e a especificidade das respostas.

4. REITERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo da pesquisa buscamos compreender os desafios e possibilidades do ensino remoto e híbrido contribuir para desenvolvimento das habilidades dosalunos durante as aulas de história.

Deste modo, realizamos uma revisão bibliográfica e descrição empírica das práticas docentes, visando identificar de que forma o ensino de história, pode auxiliar na formação dos estudantes.

A partir do exposto, a disciplina de história sempre esteve presente na composição dos conteúdos escolares concepções nos manuais didáticose propostas curriculares: nomenclaturas, palco para as atividades humanas, reduzida a recursos naturais, como primeira e segunda natureza.

A disciplina de História, além de apresentar o passado para o aluno, promove o entendimento do presente e o planejamento de ações futuras. A história envolve sempre ações no coletivo, assim o aluno vai ter interesse em formar sua própria história, inicialmente com pessoas próximas, na sociedade, e se houver interesse, formará história em espaços maiores tornando-o cidadão.

Nessa relação professor e aluno, ensino e aprendizagem, os professores realizaram a mediação criando oportunidades para que os alunos aprendessem os conteúdos pretendidos utilizando metodologias ativas, práticas e claras, que despertassem interesses dos alunos em aprenderem.

Assim, entendemos que a discussão sobre utilização de ambientes virtuaisnão se encerra apenas em questões técnicas, mas está relacionada às práticas educacionais voltadas para o desenvolvimento de condições, estratégias eintervenções de aprendizagem.

Nesse sentido, a mediação pedagógica não demanda apenas encaminhar ou orientar os alunos dentro do espaço virtual. Nem significa um trabalho de "pergunta e resposta", que comumente ocorrem nesses cursos. Mediar não é apenas dizer ao aluno que ele concluiu ou não uma determinada atividade. Mediar é instigar o aluno, acompanhá-lo em suas dúvidas e, sobretudo, identificar a sua ausência no decorrer do processo.

Em vista dos argumentos apresentados, salientamos que os educadores têm que estarem dispostos a rever suas práticas, conhecer e aceitar os desafios, descobrindo e reinventando estratégias a fim de atender as necessidadeseducacionais dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e AugustoPinheiro. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação**,tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Morinho Baptista,Porto – Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL, MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão final. 2018. Disponível em:basenacionalcomum.mec.br. Acesso em:20/08/2021.

_____. Ministério da Educação. **CNE aprova diretrizes para escolas duranteapandemia**. Brasília: junho, 2020.Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova- diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia> Acessoem: 08 set. 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação escolar, a exclusão e seus destinatários. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 48, dez. 2008 . Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982008000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 dez. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua TIC 2018: internet chega a** 79,1% dos domicílios do país. 2020a. Disponível em:https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-salade-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27515-pnad-continua-tic-2018-internetchega-a-79-1-dos-domicilios-do-pais. Acesso: 02 set 2021.

_____. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2018**. 2020b. Disponível em:https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705_informativo.pdf. Acesso: 25 set 2021.

OLIVEIRA, Elida. Portal G1, Educação**. Quase 40% dos alunos de escolas públicasnão têm computador ou tablet** em casa [2020]. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/09/quase-40percent-dos-alunos-de- escolas-publicas-nao-tem-computador-ou-tablet-em-casa-aponta-estudo.ghtml. Acesso em 28 set 2021.

OEHLSCHLAEGER, M. H. K. et al. Prevalência e fatores associados ao sedentarismo em adolescentes de área urbana. **Rev. Saúde Pública**, Abr 2004, vol.38, no.2, p.157-163. ISSN 0034-8910

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre:Artmed. 2000.

SILVA, Lorena et al. EDUCADORES FRENTE À PANDEMIA: DILEMAS EINTERVENÇÕES ALTERNATIVAS PARA COORDENADORES E DOCENTES. **Boletim de Conjuntura (BOCA),** v. 3, n. 7, p. 53-64, 2020.

PROCESSOS MUSICAIS, CULTURA E SOCIEDADE

CAPÍTULO XLIII

MÚSICA SERTANEJA E TORCICOLO CULTURAL: O GOIÁS QUE EM NESHVILLE É BOM DEMAIS

Diego Allen Becker [1]

[1] Licenciado em música pela Escola de Música e Artes Cênicas EMAC – UFG, mestre em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social PPGAS – UFG. diegoallenbecker@hotmail.com. (62) 99197-4283.

RESUMO

O presente artigo relaciona comparativamente o dualismo apontado por Schwarz (1977) entre matéria local e modelo europeu na construção do romance brasileiro nos séculos XVIII e XIX, às mudanças estruturais e estéticas que permearam a trajetória histórica da música sertaneja pautada pela lógica do mercado. Partindo das "ideias fora do lugar", expressão utilizada pelo autor para se referir a este dualismo identitário, ligado diretamente às tentativas de implementação das ideias liberais europeias em um país que ainda se encontrava no auge do escravismo, o artigo defende a hipótese de que a referida música sertaneja, veio trilhando historicamente o caminho inverso em relação ao que vieram a ser as soluções apontadas pelo autor e por Mello (1979), para este paradoxo no desenvolvimento do romance brasileiro. A pesquisa foi pautada pelo paradigma qualitativo, apoiada em material bibliográfico e audiovisual e o objetivo do artigo é demonstrar como a música sertaneja guiada pelo viés das gravadoras e do mercado, veio se desfazendo dos elementos indígenas e afro-brasileiros e agregando cada vez mais em sua estrutura aqueles difundidos pela música pop da Inglaterra e dos EUA.

Palavras chave: literatura brasileira, música sertaneja, colonialismo

1. INTRODUÇÃO

O estado de Goiás é detentor de incontáveis riquezas étnicas, culturais, artísticas, musicais, históricas, geográficas, arqueológicas, entre outras e entre elas, algumas autóctones, como o fóssil humano encontrado na Serra do Cafezal em Serranópolis, um dos, senão o mais antigo da América do Sul, ou um dos mais importantes laboratórios de ervas medicinais e remédios artesanais do Brasil, do povo quilombola do Cedro em Mineiros. Terra de Santa Dica e José Porfírio, protagonistas de movimentos políticos e históricos no país, de Ciron Franco e Veiga Valle, dos Tapuios, dos Karajás, Avá-Canoeiros e Kalungas.

Na música caipira ou sertaneja, possui artistas de grande importância para a musica brasileira e sua pluralidade cultural, como a cantora Ely Camargo, "magnífica intérprete das raridades do folclore" como colocou Nepomuceno (1999), se referindo as suas interpretações

da *cana verde* - gênero de música caipira dançado em grupo com coreografias diversas - terra de Juraildes da Cruz e Domá da Conceição, caipiras assumidos e por convicção.

Porém, não são estes nomes que nos vêm à cabeça no país quando ouvimos falar da música sertaneja de Goiás, "a terra da música sertaneja", e sim os nomes aos quais a indústria fonográfica fez estourar em vendas de discos a partir do final dos anos 80. A contradição histórica, estética e formal neste caso, se dá porque na década de 80, o que se fazia no Brasil nesse caso, já era uma música bem modificada – pra não dizer substituída - pelo iêiêiê, pela Jovem Guarda, ou por um ritmo bem definido gerado pela diluição do rock and roll, o pop-rock, difundido pelos quatro cantos do mundo pela Inglaterra e pelos EUA.

A proposta deste artigo é fazer uma relação entre as *"ideias fora do lugar"* em *Ao Verncedor as Batatas* de Schwarz (1977), obra que discorre sobre a construção do romance na literatura brasileira do século XIX, seu dualismo e disparidade entre matéria local e modelo europeu; e a trajetória histórica da música sertaneja até os dias atuais, sobretudo na era da consolidação de seu "torcicolo cultural" (transplantando o termo de Roberto Schwarz especificamente para tratar do gênero musical em questão), gerado pela indústria fonográfica nas décadas de 80 e 90, também nas terras do Goiás.

Espécie de torcicolo, que para o autor, nos reconhecemos pelas tentativas de macaquear, adorar ou saquear desajustadamente o molde artístico europeu e as ideias liberais, impraticáveis em um país escravocrata, dependente e condenado pelo colonialismo, o que se refletiu diretamente sobre a construção do romance brasileiro no século XIX. O autor assinala a contradição entre a forma européia e a sociabilidade local nas construções literárias, sobretudo nas obras de José de Alencar, nas quais as ideologias europeias foram tratadas em primeiro plano, servindo como base para a estruturação do romance, enquanto os personagens e as características sociais da localidade desempenharam papéis secundários, servindo apenas para povoar a obra, quando não, aparecendo através de personagens descaracterizados.

Como solução para esta contradição e para a elaboração de um romance verdadeiro, o autor propõe que este seja construído através de matéria também verdadeira, na qual figure com regularidade a marca da nossa posição diminuída de país dependente, e que esta, alcance a densidade necessária para a diluição da forma européia no plano dos conteúdos.

Transição que é assinalada pelo autor a partir das obras de Machado de Assis, onde os personagens até então periféricos em José de Alencar, se deslocam para o centro do romance afetando diretamente os motivos europeus, que aparecem de forma caricata e grotesca. Na

mesma direção, Gilda de Mello (1979) enfatiza as contribuições de Mário de Andrade para a reflexão e a superação da incapacidade brasileira de se afirmar com autonomia em relação ao modelo europeu, apontando como ponto máximo da trajetória da adoção crítica desse modelo, a obra *Macunaíma* de 1928, na qual o desencontro referente às questões identitárias brasileiras já é colocado e construído de forma satírica e grotesca, através da valorização da diferença nacional.

Já em relação às questões identitárias e a música sertaneja guiada pelo viés das gravadoras e do mercado, o que se pode observar através da análise de trabalhos como os de Caldas (1979), Tinhorão (1986) e de Nepomuceno (1999), é que esta veio se desfazendo cada vez mais dos elementos da localidade e da diversidade nacional, em um movimento intrínseco ao colonialismo e inverso ao trilhado pelo romance brasileiro conforme as colocações de Schwarz (1977) e Mello (1979).

Em um momento no qual se agrava a situação de dependência e submissão do país em relação às imposições econômicas e políticas das grandes potências, torna-se imprescindível que abordemos questões sobre nossa identidade e nossa condição de submissão no ventre desse colonialismo, que ainda hoje, assim como nos séculos VXIII e XIX abordados por Schwarz (1977), se reflete diretamente na produção e na construção estética e formal das artes através da lógica do mercado, o que com foco sobre a música sertaneja, pretende especificamente demonstrar este artigo.

2. LÁ OU AQUI?

Roberto Schwars, ao tratar das relações sociais e econômicas no Brasil do século XIX, evidencia a disparidade existente entre as ideias do liberalismo europeu e a sociedade escravista brasileira, enfatizando seus reflexos sobre a composição do romance brasileiro, sobretudo nas obras de José de Alencar. Ele discorre sobre a implementação do *favor*, como fator de mascaramento das relações de poder e também como um padrão de relacionamento, frisando a ambiguidade da adoção das idéias liberais em um país em que ainda imperava a escravidão.

Segundo ele, em uma das três classes da população existentes no país, produzidas pela colonização com base no monopólio da terra, figurava o "homem livre", nem latifundiário e nem escravo, porém o profissional provindo das mais variadas áreas de atividade, sempre dependente direta ou indiretamente de um proprietário, ou de um grande, ao qual deveria recorrer para garantir o acesso à vida social e material. É portanto, longe dos ideais de liberdade

do trabalho, de igualdade perante a lei e de universalidade, provindos da burguesia européia contrária à segregação do arbítrio e à escravidão - ideais que na Europa em pleno desenvolvimento industrial, serviam também para encobrir a exploração do trabalho - que a dependência recíproca do *favor* entre o "homem livre" e o grande proprietário se estabeleceu no Brasil do latifúndio escravocrata.

Adotando o vocabulário burguês do mérito e da igualdade, as duas partes, que se beneficiavam da escravidão (pois esta assegurava a relação produtiva de base), mantinham no *favor* uma forma de garantir a superioridade social, através de sua cumplicidade, pois como pontua o autor, até o mais miserável dos favorecidos, reconhecia nele a sua livre pessoa:

> O escravismo desmente as idéias liberais; mais insidiosamente o *favor*, tão incompatível com elas quanto o primeiro, as absorve e desloca, originando um padrão particular. O elemento de arbítrio, o jogo fluido de estima e auto-estima a que o favor submete o interesse material, não podem ser integralmente racionalizados. Na Europa, ao atacá-los, o universalismo visara o privilégio feudal. No processo de sua afirmação histórica, a civilização burguesa postulara a autonomia da pessoa, a universalidade da lei, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva, a ética do trabalho etc. contra as prerrogativas do Ancien Régime[1]. O favor, ponto por ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais. (SCHWARZ, 1977, p. 16).

Enquanto a Europa vivia o apogeu da industrialização e das exportações de produtos beneficiados com alto valor agregado, onde as ideias burguesas de liberdade e igualdade perante a lei - apesar de encobrirem a exploração do trabalho, mas que lá pelo menos correspondiam às aparências - o Brasil servia como mero dependente na exportação de matérias primas para a indústria e também como pagador de tributos em toda a linha de produção, importação e exportação. Uma colônia que a pouco conquistara a "liberdade", vivendo sobre a égide do *favor* entre latifundiários e "trabalhadores livres", com a produção dependente do trabalho escravo, sem modernização e sem especialização da mão-de-obra, justamente ao contrário das relações de trabalho e produção vividas pela Europa pós-revolução:

> O trabalhador livre, nesse ponto, dá mais liberdade a seu patrão, além de imobilizar menos capital. Este aspecto um entre muitos indica o limite que a escravatura opunha à racionalização produtiva. Comentando o que vira numa fazenda, um viajante escreve: não há especialização do trabalho, porque se procura economizar a mão-de-obra. Ao citar a passagem, Fernando Henrique Cardoso[2] observa que economia não se destina aqui, pelo contexto, a fazer o trabalho num mínimo de tempo, mas num máximo. É

[1] "Antigo Regime", termo utilizado para se referir a o período de transição entre o modelo medieval e o moderno, mais especificamente ao sistema político e administrativo do período anterior à Revolução Francesa.

[2] O autor se refere a Cardoso (1962, p. 189-191 e 198).

> preciso espichá-lo, a fim de encher e disciplinar o dia do escravo. O oposto exato do que era moderno fazer. Fundada na violência e na disciplina militar, a produção escravista dependia da autoridade, mais que da eficácia. (SCHWARZ, 1977, p. 15).

Distante portanto do liberalismo, o Brasil adotava as ideias liberais com sofrimento, um enorme antagonismo e uma grande inviabilidade para o desenvolvimento interno, ainda à base do sangue do trabalho escravo e em nome dos que se beneficiavam do *favor*, que por mais miseráveis que fossem, saíam agradecidos e sem tenderem à denúncia:

> Mas justamente, não era este o problema, pois todos reconheciam - e isto sim era importante - a intenção louvável, seja do agradecimento, seja do favor. A compensação simbólica podia ser um pouco desafinada, mas não era mal-agradecida. Ou por outra, seria desafinada em relação ao Liberalismo, que era secundário, e justa em relação ao favor, que era principal. E nada melhor, para dar lustre às pessoas e à sociedade que formam, do que as idéias mais ilustres do tempo, no caso as européias. Neste contexto, portanto, as ideologias não descrevem sequer falsamente a realidade, e não gravitam segundo uma lei que lhes seja própria. (SCHWARZ, 1977, p. 17).

Para o autor, as "ideias fora do lugar" que regiam as relações sociais e econômicas, sobretudo na ordem do *favor* como "forma de mediação quase universal", também foram adotadas pela literatura na construção dos primeiros romances brasileiros, os quais baseados nele, fizeram a sua interpretação do país disfarçando a degradação e a dureza sempre existentes na esfera da produção.

O romancista, segundo ele, trata em primeiro plano as ideologias europeias, deixando os personagens e as características sociais da localidade em segundo plano, servindo para povoar o romance, mas em papel secundário, quase que como apenas uma garantia de que se trata a obra de uma literatura brasileira. Formam um pequeno mundo secundário como cor local e não como elemento ativo da estrutura. Através de um molde importado na tentativa de dar timbre e energia, mesmo os personagens da localidade acabaram por entrar em desacordo com a realidade e as características da vida brasileira.

As críticas a José de Alencar partem do pressuposto de que ele não assinala a contradição entre a forma européia e a sociabilidade local, por ser amigo do *favor* e membro da classe que apreciava o progresso e as atualidades, como assinala Roberto Schwarz, José de Alencar põe lado a lado dois modos de vida antagônicos, caindo no conformismo e fazendo uma conciliação entre clientelismo e ideologia liberal. É colocada assim uma dualidade formal, que não procura resolver o problema de nossa diferença, que acaba por confrontar a forma européia e a matéria local, com pouca transposição dos problemas do seu tempo, não abarcando uma experiência transatlântica e colonialista.

Já em Machado de Assis, como propõe o autor, os personagens periféricos de José de Alencar vão se deslocar para o centro do romance, afetando os motivos europeus e suas partes

centrais – européias e grandiloquentes – que vão aparecer de forma caricata e grotesca. Para Schwarz, a matéria local alcança a densidade necessária apenas quando a forma européia é diluída e falece no plano dos conteúdos, para que depois seja encontrada a forma adequada para essa nova matéria. A construção de um romance verdadeiro para o autor, necessita de que sua matéria seja também verdadeira:

> Isto é, para o nosso caso de país dependente, que seja uma síntese em que figure com regularidade a marca da nossa posição diminuída no sistema nascente do Imperialismo. Por força da imitação, da fidelidade ao "cunho nacional", as ideologias do favor e liberal estão reunidas em permanência, formando um quebra-cabeças que ao ser armado - a força da lógica, e já não de mimetismo – irá dar uma figura nova e não-diminuída da diminuição burguesa, cujo ciclo ainda hoje nos interessa, pois não se encerrou. (SCHWARZ, 1977 p. 52).

Nesse sentido, Gilda de Mello em *O Tupí e o Alaúde* (1979), ao discorrer sobre os processos de construção utilizados por Mario de Andrade na elaboração de *Macunaíma* (1929), acredita ser a obra o ponto extremo da trajetória da adoção crítica do modelo europeu, depois da incorporação do dualismo de José de Alencar como efeito satírico na estrutura do romance de Machado de Assis. A trajetória tem então início no dualismo entre a forma européia, do progresso e da cultura, e a matéria local periférica, das "relações sociais tradicionais" em Alencar; avança para a retirada da inocência e da marginalidade do temerário localista, passando-o ao centro do romance, com a relativização da grandiloquência do temerário europeu (de forma caricata e grotesca) em Machado de Assis; e parte para o ponto extremo em Macunaíma, onde a explosão do desencontro já é construída diretamente na forma grotesca, como coloca a autora.

Em relação à adoção do modelo europeu e a valorização da diferença nacional em Macunaíma, a hipótese de Mello (1979) é de que a obra retoma o arquétipo do romance arturiano[3] na busca pelo Graal. A narrativa é construída a partir de dois sistemas referenciais diversos, às vezes sobrepostos e que oscilam entre si num jogo satírico e ininterrupto. O primeiro, a realidade nacional, com as lendas e a cultura popular; O segundo, a herança européia e a linguagem centenária. Em Macunaíma o Graal seria representado pela *Muiraquitã*, a pedra deixada por *Ci*, companheira de Macunaíma na ocasião em que ela sobe para o céu para virar

[3] O Graal seria um recipiente mágico que ao ser utilizado para o consumo de alimentos traria força e vigor, conforme as lendas orais do povo Celta proveniente do centro-sul da Europa na antiguidade. Estas lendas teriam sido adaptadas ao cristianismo nos romances medievais, passando o "Santo Graal" a representar o cálice em que Jesus teria bebido na última ceia e poderia prover superpoderes para quem o possuísse. Nos romances é retratada a saga do rei Artur para salvar o seu reino (que ficaria onde hoje se encontra o país de Gales) junto aos cavaleiros da Távola Redonda, através da busca pelo Graal, que jamais teria sido encontrado.

uma estrela, no final do segundo capítulo. Logo depois a *Muiraquitã* é perdida e a sua busca pelos personagens passa a ser o tema central do livro, se estendendo por todo o decorrer da obra.

A composição de *Macunaíma* segundo Mello (1979), se dá através das pesquisas da criação popular feitas por Mário de Andrade buscando uma solução para a música. Segundo ele, no Brasil havia uma grande dificuldade de se forjar uma música nacional bem diferenciada, pela grande quantidade de componentes de uma cultura em formação provindos de fontes muito díspares. A proposta de Mário foi de que o compositor para fazer uma obra nacional, não deveria partir do documento musical recolhido do populário, mas sim das suas normas de composição. Das suas pesquisas em música, Mário de Andrade retirou duas formas fixas e universais de compor que se encontram presentes na quase totalidade das manifestações culturais de música e dança brasileira, nos cantos, nos corais e na música instrumental. A *suíte*[4], característica das danças populares e a *variação*[5], que ocorre na canção e na música popular.

No caso de *Macunaíma*, Mello (1979) propõe que o texto do livro veio a ser construído sobre essas duas formas universais de composição encontradas na música do populário brasileiro. Sendo a busca pela *Muiraquitã*, que perpassa toda a obra, o tema principal, núcleo básico da composição e as variações, os diferentes contextos em que ela reaparece no decorrer do texto. Já os novos cenários e episódios desligados uns dos outros no texto, compõem as partes de uma suíte, como se formassem uma colcha de retalhos. Macunaíma traz uma grande variedade de elementos das mais variadas fontes da cultura popular de norte a sul do Brasil, sendo também composto pela mesma mistura étnica da música popular, envolvendo traços africanos, indígenas, tradições portuguesas e até canções de roda ibéricas.

A autora coloca os conflitos existentes em Macunaíma, que se desenlaçam no decorrer da busca pela *Muiraquitã*, como uma procura pela identidade perdida, inscrevendo o livro numa linha dialógica que representa o ponto extremo de um conflito. Este se revela nas ações e atitudes do personagem principal, que ao mesmo tempo em que busca e procura a *Muiraquitã*

---

[4] A suíte é uma forma de composição que data do renascimento onde os compositores emparelhavam danças com andamentos diferentes e que a partir do barroco se tornou uma forma de composição. Na música erudita passa a corresponder geralmente ao conjunto de quatro peças dançadas na mesma tonalidade, com movimentos e andamentos diferentes, no barroco as danças mais frequentes eram Allemande, Courante, Sarabanda e Giga. Na música popular a suíte é uma forma utilizada para classificar a sobreposição de danças de povos das mais diferentes regiões do mundo.

[5] A variação é uma técnica composicional utilizada na música, que consiste em uma forma onde o tema principal é repetido várias vezes trazendo modificações e alterações melódicas, rítmicas ou harmônicas que possibilitam um desenvolvimento gradativo do tema.

em São Paulo para retornar vitorioso à sua terra de origem, no rio *Uraricoera* na Amazônia; também esconde em seus desejos secretos a admiração por tudo o que é europeu, fator que entre outras partes do texto é destacado também no final do livro, na ocasião de uma fracassada tentativa do personagem de embarcar em um navio para a Europa. A autora discorre sobre alguns entrechos relacionando-os com os conflitos existentes no Brasil ao abordar a questão da identidade nacional:

> A substituição da aparência original de Macunaíma, negro e selvagem, pela figura bela e aristocrática do herói europeu que o nosso folclore herdou, traduz com admirável eficiência a incapacidade brasileira de se afirmar com autonomia em relação ao modelo ocidental. O mesmo se poderia dizer do pequeno episódio final do livro (p. 186), quando o prestígio europeu da "princesa muito chique" desqualifica aos olhos de Macunaíma o encanto agreste de Iriqui, a heroína nacional. Aliás, a oscilação entre o modelo europeu e a diferença brasileira rege de certo modo todo o comportamento erótico de Macunaíma, como atesta o episódio de *Vei* e suas filhas. No relato de Mário de Andrade estas são denominadas também "filhas do calor" e "filhas da luz", perífrases que sugerem a sua mestiçagem; por isso, são rejeitadas pelo herói, que já aderiu aos padrões ocidentais de beleza e prefere a elas, primeiro, a portuguesa e, no fim do romance, Dona Sancha, "cunha lindíssima alvinha", como as princesas dos contos da Carochinha. (MELLO, 1979, p. 62, aspas da autora).

Em relação aos aspectos identitários e as intenções estéticas e artísticas de Mário de Andrade em *Macunaíma*, obra que o mesmo definiu como ambivalente e indeterminada, a autora faz uma síntese e traz uma colocação do autor convergente à sua análise objetiva, para dar maior dimensão de onde se situa a obra:

> "A aceitação sem timidez nem vanglória da entidade nacional", concebida por este motivo "permanente e unida", na desgeografização intencional do clima, da flora, da fauna, do homem, da lenda e da tradição histórica. A lucidez da análise satiriza um estado de coisas mas não aponta uma solução. No final de um dos prefácios, Mário de Andrade sublinha o aspecto sem compromisso do livro, que a seu ver é característico das épocas de transição social, que não desejam a volta do passado, não sabem o que tem de vir e sentem o presente "como uma neblina vasta"; aspecto - conclui - que nos impede de "tirar dele uma fábula normativa". (MELLO, 1979, p. 84).

Partindo dessa meditação sobre o Brasil em relação à tentativa de aceitação e de unificação da entidade nacional proveniente do modernismo, na busca de uma identidade que pudesse abarcar elementos culturais provindos das mais variadas fontes; e das *ideias fora do lugar* colocadas por Roberto Schwars, é que passamos a partir de agora a trazer um panorama de algumas características e elementos da música sertaneja e das transformações ocorridas ao longo de sua trajetória até os dias de hoje. Para daí trazer uma relação entre as propostas colocadas por Schwarz (1977) para a resolução da ambiguidade entre a importação da forma européia e a matéria nacional na construção do romance brasileiro – nas quais o autor prevê a diluição da primeira, para o aumento na densidade da segunda – e a trajetória seguida pela música (mais conhecida como) sertaneja e os elementos utilizados para compor a sua estrutura

formal, que trilhou caminho contrário à lógica proposta pelo autor no decorrer de sua história. Perdendo cada vez mais elementos indigenas e africanos, ao passo que foi cada vez mais incorporando elementos da música pop inglesa e norte-americana.

3. MÚSICAS SERTANEJAS

A categorização entre os termos "música caipira" e "música sertaneja" traz várias divergências entre os autores que se dedicaram ao seu estudo, cada um classificando à sua maneira, havendo também divergências na auto-designação entre os músicos, intérpretes ou compositores, que varia conforme as preferências estéticas ou políticas de cada um.

Caldas (1979) considera que a música caipira está relacionada ao modo de vida rural do estado de São Paulo, ligada diretamente às atividades de produção, trabalho, religião, lazer e as outras formas de sociabilidade, ligada portanto à "cultura rústica". Para o autor a música sertaneja é aquela que já fora da sua função social, adquire uma função utilitária para o público após a sua entrada na indústria do disco. Tinhorão (1986) alega que apenas as primeiras composições gravadas poderiam ser consideradas como música *caipira* ou *folclórica* e que a transformação se deu de fato em música popular urbana de estilo "sertanejo", quando a fábrica norte-americana RCA Victor entra nesse mercado, lançando os primeiros discos da *Turma Caipira Victor*[6].

Para Catelan e Couto (2005), a música caipira ou música sertaneja de raiz é aquela produzida na região Centro-Sul do país, que retrata a vida, os hábitos, os costumes, os amores e as labutas na lida do campo, independentemente se ainda atrelada à ela, ou já nas parteleiras do mercado fonográfico. Para eles a música sertaneja seria aquela que utiliza as temáticas e os instrumentos que remetem à vida na cidade. Já para Nepomuceno (1999), é uma questão de auto-designação que envolve herança cultural, destino, escolha, gosto pessoal, entre outros.

Indiferentemente das divergências e convergências em relação aos termos, a história da viola no Brasil se inicia com a chegada dos colonizadores portugueses, que segundo Nepomuceno (1999), a trouxeram para se divertir e também para seduzir os indígenas e facilitar sua cristianização pelos jesuítas.

---

[6] Grupo composto por diversos cantores do gênero e lançado pela gravadora em 1929, após o sucesso do lançamento da *Turma Caipira Cornélio Pires* no mesmo ano, pelo escritor e poeta que deu nome ao grupo. Na ocasião Cornélio Pires financiou com recursos próprios em São Paulo, as gravações dos primeiros cinco discos do gênero, realizadas pela Byington & Company, representante brasileira da gravadora Columbia à época. Para mais detalhes ver Brito (2011).

Com a hibridização entre as melodias portuguesas e indígenas, surgiram os primeiros cantos à viola, os da catequese, mistura que também nas danças originou os primeiros gêneros, o *Cururú* e o *Cateretê*. Mais tarde, quando o caboclo[7] passou a se reunir no fim da tarde para dançar, cantar e tocar viola nas rodas em volta do fogo, surgiram as modas da roça ou *caipiras*, derivadas das influências africanas, indígenas e européias. Entre as principais manifestações culturais brasileiras provindas dessa fusão de povos, que envolvem a viola, estão o C*ururú*, o *Cateretê* ou *Catira*, a *Folia de Reis*, as *Danças de São Gonçalo*, as *Congadas* e *Calangos*. Elas envolvem danças de roda, bate-mãos e bate-pés, de origem indígena; o batuque e as percussões, de origem africana; e as melodias trazidas da Europa, através das modinhas portuguesas[8].

Conforme a autora, as modas de viola cantadas em dupla conhecidas na atualidade, foram extraídas do grupo de Catira e firmaram suas bases mais sólidas em São Paulo e em Minas-Gerais, se espalhando por Goiás, Mato-Grosso e sendo registradas também na Amazônia. A Catira é executada em grupo, cantada em solo e coro, com sapateados e palmeados de herança indígena e com dois violeiros-cantadores. As vozes em duo sobrepostas em intervalos de terça[9] são heranças das modinhas portuguesas e as síncopes[10] rítmicas, vieram do batuque de origem africana.

Desmembradas das danças da catira, as modas rodavam o país levando mensagens de região para região, através dos tropeiros e boiadeiros que compunham as canções relatando os fatos e acontecimentos dessas idas e vindas. Com o advento da indústria fonográfica e do rádio, surgiu a necessidade do registro das composições e a partir daí, começaram as gravações das primeiras duplas.

As primeiras canções a serem gravadas segundo Caldas (1979), foram compostas pela turma de Cornélio Pires, o primeiro profissional do cancioneiro sertanejo, que fez um investimento do próprio bolso e apostou no resultado no final da década de 20 em São Paulo, como colocado anteriormente. Mariano e Caçula, Arlindo Santana, Caipirada Barretense e Foliões do Zé Messias, foram os primeiros interpretes do gênero a serem gravados. Após a

---

[7] Segundo Nepomuceno (1999) a palavra caboclo é utilizada para denominar o indivíduo nascido de pai branco e de mãe indígena. Derivada da expressão *caá-boc* que significa *procedente do mato* ou *que tem casa no mato*. Assim como esta, a palavra caipira conforme a autora, provavelmente surgiu das palavras Tupi caa (mato) e pir (que corta). Derrubar e cortar mato era uma das principais atividades do caboclo.

[8] Gênero musical cantado, alegre, ousado e também de cunho romântico inspirado na ópera italiana.

[9] "Distância" de um tom e meio ou dois tons entre duas notas em relação à sua altura (uma sendo mais grave ou mais aguda que a outra).

[10] Uma síncope é um padrão de combinações rítmicas.

indústria fonográfica perceber a boa recepção das músicas no meio rural, passou a promover apresentações da Turma do Cornélio pelo interior com financiamento da Companhia Antártica Paulista. Na década de 30, o sucesso da gravação de Tristeza do Jeca interpretada por Paraguassu e a boa receptividade da dupla Alvarenga e Ranchinho já no meio urbano, faz proliferar a gravação de duplas caipiras. Entre elas estavam Mandi e Sorocabinha, Zico Dias e Ferrinho, Mineiro e Mineirinho, Raul Torres e Florêncio, entre outras.

No decorrer da década de 1930 o cinema também passa a se interessar pela música caipira e algumas duplas como Alvarenga e Ranchinho, gravam vários filmes, destacam-se os nomes de Raul Torres, Capitão Furtado, João Pacífico e em 1943, estoura Tonico e Tinoco, também considerada uma das duplas mais importantes da época. O mercado da música caipira começa a crescer e ela a se modificar:

> Com essa incorporação da música sertaneja pela indústria cultural, percebem-se agora novas conotações ideológicas, que se manifestam de forma evidente na linguagem. O tema predominante, que era antes o viver no campo, (alterna-se (não é substituído) agora com os "casos de amor" vividos na cidade, numa nítida demonstração de que a música sertaneja já não pertence mais apenas ao meio rural ou ao interior; de que ela, agora, é urbana também. Seu discurso fala do amor no asfalto, do bonde que demora ao chegar. (CALDAS, 1979, p. 05, parênteses e aspas do autor).

A partir daí conforme Nepomuceno (1999), ela já passa a ser bem recebida pelo público urbano, por ser também uma novidade, os caipiras passam a frequentar espaços de prestígio, entre eles alguns teatros e cinemas no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde também se apresentavam os sambistas influentes. No final da década de 40 o termo sertanejo já está cristalizado, e a música passa a receber novos elementos, Bob Nelson passa a se vestir de cowboy norte-americano inspirado nos filmes de faroeste, incorpora a marca sonora *tirole-iiiiii-tiii* e letras com temas de xerifes, dividindo espaço com as duplas que mantinham a música no seu gênero mais tradicional. Jacó e Jacozinho, Luizinho e Limeira, Mococa e Moraci, Venâncio e Corumbá são algumas duplas em destaque desta época.

Na década de 50, segundo Nepomuceno (1999), a música passa a receber a influência da guarânia e da harpa paraguaia, através das viagens de Raul Torres ao país e da música de José Asunción Flores. Recebe também influência da música, dos sopros e das indumentárias dos Mariachi mexicanos, com Pedro Bento e Zé da Estrada, influenciados por Miguel Aceves Meía, que fascinava o mundo sertanejo.

No final da década, após os sucessos de Vieira e Vieirinha, Zico e Zeca, Zé Carreiro e Carreirinho, Irmãs Galvão e Zilo e Zalo a música sertaneja começa a declinar. Conforme a autora, com o surgimento da bossa nova em 1958 através do lançamento do disco *Chega de Saudade* de João Gilberto, a música que agradava principalmente o público de origem rural perde espaço. O

mercado se volta mais para a classe média com a bossa nova e a jovem guarda, que estoura em 1965, com o iê-iê-iê e as influências do rock norte-americano.

A Tropicália surge retomando temáticas e questões do Modernismo, combinando contrastes entre o velho e o novo, o rústico e o industrializado, o moderno e o arcaico, o berimbau e a guitarra elétrica, sacudindo a vida musical e questionando o conflito entre a MPB e a jovem guarda. Nesta década despontam também Tião Carreiro e Pardinho com a invenção do pagode-caipira, mas conforme coloca Nepomuceno (1999), eram poucas as duplas que conseguiam furar o bloqueio do mercado, o Brasil se dividia:

> O Brasil partido ao meio, entre a cultura dos pobres e dos ricos, da cidade e dos matos e sertões, vivendo sobre um jugo político intimidante, expressava-se principalmente através da música. Os palcos fervilhavam. Enquanto a elite ouvia bossa nova e os universitários cultivavam um repertório de sambas inspirados em questões sociais, com frases hábeis para driblar a censura, os circos do interior ainda levavam gente para ouvir as duplas de violeiros e rir dos seus palhaços. A indústria fonográfica crescia. (NEPOMUCENO, 1999, p. 173).

Nos anos 70, enquanto a MPB incorporava alguns elementos da música sertaneja, esta absorvia cada vez mais elementos da jovem guarda e das músicas dos cowboys norte-americanos. Leo Canhoto e Robertinho introduzem o som eletrônico, passagens sonoras com tiros de bang-bang, a guitarra, o teclado, além das levadas de folk, de country e de rock em seus discos.

Segundo Caldas (1979), eles foram responsáveis por um novo movimento na música sertaneja, o qual o autor acreditava ser o último no estilo, e que este se manteria. Se manteve e cresceu, estrondosamente, mas não foi o último. Criaram para si uma imagem que mistura o cowboy norte-americano e o jovem que absorve toda a modernidade do meio urbano. Junto com eles vieram Scott e Smith, Ringo Black e Kid Holiday e Mauro, Marcelo e Paganini:

> A rigor, podemos dizer que a única "novidade" criada pela dupla, no universo da música sertaneja – entendida aqui apenas como andamento musical -, foi a introdução do ritmo da jovem guarda durante os anos sessenta. Aliás, à propósito dessa estranha semelhança, seria bom lembrarmos o próprio discurso da canção cujo exemplo já mostramos anteriormente[11]. Intencional ou não, o fato é "que na canção de consumo toda a ministração do prazer se baseia nessa mecânica. E portanto o plágio não é mais delito, mas a última e mais completa satisfação das exigências do mercado". (CALDAS, 1979, p. 55, aspas do autor).

[11] O autor se refere a um trecho da música *Meu Carango* da dupla, que possui tema e texto praticamente iguais e com as mesmas características e "identidade" da música *Quero que vá tudo pro Inferno*, de Roberto e Erasmo Carlos.

Outras duplas desse período que se identificaram com a música "jovem", foram Tibagi e Miltinho e Belmonte e Amaraí, colocando orquestra e guitarra nos discos, porém estes penderam espaço para as guarânias, os boleros e as rancheiras mexicanas, estilo que na mesma década teve seu expoente máximo em Milionário e José Rico.

Ao fim da década de 70, Renato Teixeira e Almir Sater trouxeram novamente a viola para a música sertaneja, fazendo agora uma mistura com a música popular. O primeiro emplacou *Romaria* – composta inicialmente para ser gravada por Chitãozinho e Chororó, surgidos também nessa época, mas que se negaram por causa do "*sou caipira*" do refrão, conforme afirmou o próprio autor a Nepomuceno (1999), a dupla viria a gravar a música somente depois - na voz de Elis Regina, música popular brasileira com música caipira, em compasso ternário e letra com temática no orgulho de ser caipira. Como coloca a autora, ela interpretou com convicção; e acabou por envergonhar alguns "sertanejos" que ainda se utilizavam do termo, e cantavam em dupla.

Almir Sater, dedicado ao estudo da viola, percorreu e misturou a música erudita, popular, blues, country, chamamé, guarânia e a moda de viola, entre outras, em suas gravações a partir do início da década de 80 e colocou novamente o instrumento em evidência, sobretudo depois de ter trabalhado como ator interpretando literalmente personagens violeiros em novelas de TV em rede nacional. Renato Teixeira descobriu Pena Branca e Xavantinho, que gravaram a música *Cio da Terra* com Milton Nascimento e fizeram uma mistura importante de MPB e música caipira.

Os paulistas Chitãozinho e Chororó faziam o movimento contrário, suas baladas pop rancheiras de acordo com Nepomuceno: "criaram um abismo intransponível entre dois mundos – o da música tradicional e o da sertaneja moderna, que agora ganhava sua forma mais acabada" (1999, p.198).

Tinhorão (1986) traz um panorama entre os fatores econômicos, estéticos e ideológicos que envolveram essas transformações:

> Assim não é de se estranhar que, na década de 80, quando do enriquecimento de muitos antigos pequenos centros rurais do Centro-sul, beneficiados pelas exportações de soja, laranja, e outros produtos locais, o público de "música sertaneja" pudesse assumir seus mitos (no filme *Estrada da Vida*, de 1981, Nelson Pereira dos Santos mostrava como a cidade podia fazer um Zé do campo rico e o outro milionário), despindo-se afinal de seu velho complexo de caipira nacional, para entrar orgulhosamente na década de 90 vestido de caipira americano. (TINHORÃO, 1986, p.194, parênteses do autor).

Com os divisores de águas, vieram as grandes estruturas, os grandes palcos, produções, shows e as vendas de discos passaram a ser astronômicas, a partir daí, juntamente com o

mercado das commodities do agronegócio, o mercado sertanejo passaria para as cifras dos milhões e os padrões estéticos se voltariam cada vez para os EUA:

> Para argumentar o tranco do peão que corcoveava na potente pick-up, do pecuarista que negociava em dólar e ia de uma fazenda a outra, dos seus filhos universitários que falavam inglês e ouviam música internacional, e dos colonos com microsystem na sala e antena no quintal, som sertanejo só bem acabado, com arranjos atuais, embalado por muitos megawatts de potência. Nesse cenário, a serventia da violinha de dez cordas, *malemá*, som pra boi dormir ou pra caipira intelectual fazer bonito pra platéias de 200, 500 gatos pingados. A música caipira foi a última barreira a ser vencida pela indústria cultural imperialista, que já exportara para cá vários gêneros musicais, agora entornara o caldo de vez. (NEPOMUCENO, 1999, p. 203).

Algumas duplas passaram então a se declarar pop-sertanejos e outras até mesmo a negar o rótulo, preferindo ser caracterizadas apenas como duplas de música romântica. Este é o caso da dupla goiana Zezé Di Camargo e Luciano, "a mais perfeita tradução do sertanejo que negou o rótulo para ser apenas uma dupla popular romântica: dos velhos caipiras só restou o dueto de vozes" (Nepomuceno 1999, p. 220).

Conforme os registros da autora, com comportamento ainda mais pop que o de Chitãozinho e Chororó, a dupla invadiu a cena do *show biz* sertanejo: "sem instrumentos e correndo pelo palco como os cantores de axé e rock. Com movimentos sensuais, Luciano, especialmente, sepultou de vez a imagem do sertanejo preso ao microfone com sua viola" (1999, p. 210).

Outro que também negou o rótulo de sertanejo para assumir o de ídolo romântico, foi o cantor goiano Leonardo. Após o lançamento de um disco que saiu com mais de um milhão de cópias, contendo uma canção de Roberto Carlos e outra em dueto com o ídolo country Allan Jackson, ele afirmou para uma revista: "que não havia mudança de rumo em sua carreira, porque nunca gravara o gênero sertanejo, sempre o romântico" (1999. p. 213).

Com a virada do milênio a trajetória que veio se configurando pelos efeitos mercadológicos da indústria fonográfica, continuou na mesma direção de adaptação ideológica, a canção de consumo passou para dentro dos *apês* e os textos passaram a incorporar os *rolos*, as *ficadas* e os/as *peguetes*, entre outros termos utilizados pela juventude alvo de consumo.

O que se percebe nesta trajetória, desde a retirada dos elementos indígenas, a separação da dupla de violeiros do grupo de catira; e da substituição das síncopes provenientes dos ritmos dos batuques africanos, do rasqueado da viola pela adoção gradual das guitarras e dos compassos quaternários do ritmo do rock diluído na jovem guarda; é que após ser completamente descaracterizado, o "sertanejo" da indústria fonográfica atravessou o milênio transformado em um rock-pop internacional tradicional, no qual ainda figuravam alguns

"temperos locais" de um passado próximo, como um chapéu de feltro aveludado ou um acordeão.

E se há exemplos de algumas duplas e cantores que negam o termo sertanejo, há também afirmações por parte de empresários alegando que realmente já não se trata de música sertaneja, como os apontamentos feitos por Júlio Quatrucci Jr., empresário artístico da *Agência Produtora* em entrevista ao documentário *Onde está a Música?* de Ronaldo Estevam e Renata Correa, colocando inclusive um motivo para o uso ainda vigente do termo:

> "Isso que a gente chama de sertanejo hoje, não é sertanejo, isso é uma adaptação clara do pop-rock. Isso nada mais é do que pop-rock chamado de sertanejo, porque o termo sertanejo é popular e faz chegar até a massa." (Quatrucci Júnior a ESTEVAM e CORREA, 2013).

Lopes (2005) ao tratar a desafricanização na música brasileira, levanta questões importantes sobre o assunto:

> Acreditamos que a música popular brasileira, de raízes tão acentuadamente africanas, seja vítima de um processo de desafricanização ainda em curso. Senão, vejamos. Quando a bossa-nova resolveu simplificar a complexa polirritmia do samba e restringir sua percussão ao estritamente necessário, não estaria embutido nesse gesto, tido apenas como estético, uma intenção desafricanizadora? E quando a indústria fonográfica procura modernizar os ritmos afro-nordestinos (de maracatu para mangue-beat, por exemplo), não estará querendo fazer deles menos "boçais" e mais "ladinos", pela absorção de conteúdos do pop internacional? (LOPES, 2005, p. 08).

Independentemente às divergências existentes em relação à estas questões, o que pode ser afirmado em relação à trajetória histórica da música sertaneja na indústria fonográfica, é que além do termo, que ainda é utilizado; e das vozes cantadas em terças sobrepostas (quando ainda cantam em dupla), todos os seus elementos característicos originários desapareceram. Em seu lugar foi colocada (e aqui sim toda a estrutura foi substituída por) uma estrutura de pop-rock, às vezes temperada com algumas pitadas de country, às vezes de folk, de forró, ou às vezes até, de música sertaneja. O que se pode afirmar também é que estamos perante um caso de diluição do rock, como afirmou Tinhorão (1986) sobre a forma estrutural da jovem guarda na década de 60, copiada quase que sem alteração por Leo Canhoto e Robertinho. Ao encontro da redenção do plágio tratado por Caldas (1979), citado aqui anteriormente:

> A necessidade de enfrentar a concorrência do iê-iê-iê, que a partir de meados dos anos 60 começa a vender com Roberto Carlos sua diluição do *rock* a uma suposta Jovem Guarda (ideal de "modernidade" para gente de periferia urbana), levou os criadores de música sertaneja a uma dupla tentativa de furar o cerco: o lançamento de novos gêneros na área de sua música e a busca da mudança da imagem pessoal dos seus intérpretes. (TINHORÃO, 1986, p.195, aspas e parênteses do autor).

Diretamente, pela diluição de um ritmo ou por plágio enrustido em forma de "incorporação de elementos", a tática da indústria fonográfica imperialista de impor sempre o mesmo, por novo, de novo, sob o véu de "modernidade" é clara, como em Caldas (1979) ao retomar Adorno (1975 [1938]):

> Mas é sobretudo pelo trabalho, pela tática da indústria cultural de oferecer sempre a mesma coisa, apenas com aparência de novo, que "existe efetivamente um mecanismo neurótico da necessidade no ato da audição; o sinal seguro deste mecanismo é a rejeição ignorante e orgulhosa de tudo o que sai do costumeiro. Os ouvintes, vítimas da regressão, comportam-se como crianças. Exigem sempre o novo, com malícia e pertinácia, o mesmo alimento que uma vez lhes foi oferecido". (ADORNO 1975 [1938], apud CALDAS, 1979, p. 51).

Ou ainda, em relação às formas dessa indústria de ampliar sua manipulação sobre a sociedade, aqui o consumidor através do "novo":

> A segunda forma prende-se ao plano do próprio consumidor. Este já incapaz de reagir, mutilado em sua liberdade de escolha, aplaude mais uma vez o "novo-velho" lançamento da indústria cultural que, ao estandardizar a música, cria uma espécie de ritual padronizado e repetido, conservando assim a desinformação do público consumidor desse gênero musical. (CALDAS, 1979, p. 16).

Retomando os apontamentos de Schwarz (1977) e Mello (1979), em relação à matéria local e a adoção do modelo europeu no desenvolvimento do romance brasileiro, podemos observar que na trajetória histórica da música sertaneja da indústria fonográfica, os elementos da localidade foram completamente suprimidos da estrutura, restando na maioria dos casos, apenas o dueto de vozes. A efeito de comparação, trata-se claramente de um movimento contrário às colocações de Schwarz em relação à busca de uma resolução para o dilema da identidade nacional no romance, através da inserção da pluralidade cultural do país.

Em relação à desafricanização apontada por Lopes (2005), não é de se estranhar considerando-se historicamente as imposições perpetradas pelas forças colonialistas e imperialistas, também uma desindianização da música popular brasileira. Sobretudo se levados em consideração os efeitos causados por essas forças sobre um estado que como assinala Viveiros de Castro (2017), sempre apoiou por mais que indiretamente, a todas as tentativas de desindianizar o Brasil, da colônia ao império, subjulgando, explorando e desterritorializando os povos indígenas através de suas administrações indigenistas, que em poucas vezes os defenderam, pois sempre trabalharam em prol de um "desenvolvimentismo" operado do estrangeiro. Unificando, des-multiplicando, e homogeneizando a sua diversidade na generalidade de "índios", abrasileirando-os na hipótese do *Um*, do "estado nação universal", que é sempre único e total, como coloca o autor.

Fazendo-se uma ponte com Lopes (2005), em relação aos povos originários da África e a historiografia do colonialismo, na música popular do mercado não poderia ser diferente, sobretudo enquanto o tempo avança com a permanente imposição da hipótese do *Um*, assinalada por Viveiros de Castro (2017):

> Desafricanização, como sabemos, é o processo por meio do qual se tira ou procura tirar de um tema ou de um indivíduo os conteúdos que o identificam como de origem africana. À época do escravismo, a principal estratégia dos dominadores nas Américas era fazer com que os cativos esquecessem o mais rapidamente sua condição de africanos e assumissem a de "negros", marca de subalternidade. Isto para prevenir o banzo e o desejo de rebelião ou fuga, reações frequentes, posto que antagônicas. (LOPES, 2005 p. 06).

Quanto à música popular brasileira, não se trata portanto de um fenômeno que atinge apenas a música sertaneja, mas a música do mercado em geral, sob o efeito daquele *Um* operado de fora pra dentro:

> No Brasil, o samba, a partir da década de 1990, apesar da voga inicial de grupos cujos nomes, mas só os nomes, evocavam a ancestralidade africana (Raça Negra, Negritude Júnior, Suingue da Cor, Os Morenos etc.), entendemos que foi se transformando em um produto cada vez mais fútil e imediatista para se preocupar com etnicidade. E isto talvez por conta do conjunto de estratégias de desqualificação que ainda hoje sustentam as bases do racismo antinegro no Brasil. É esse racismo que, no nosso entender, vai cada vez mais separando coisas indissociáveis, como o samba e a macumba, a ginga e a mandinga, a música religiosa e a música profana, desafricanizando, enfim, a música popular brasileira. Ou "africanizando-a" só na aparência, ao sabor de modas globalizantes made in Jamaica ou Bronx. (LOPES, 2005, p. 06, aspas e parênteses do autor).

O que podemos afirmar também no caso da música sertaneja, é que temos um caso de substituição de elementos culturais, musicais, estéticos, e também raciais e étnicos – que desaparecem – por elementos ingleses e norte-americanos que são impostos como modelo. Retomando novamente Schwarz (1977), agora sobre os aspectos políticos, econômicos e sociais nos séculos XVIII/XIX:

> Se, noutro campo, raspamos um pouco os nossos muros, mesmo efeito de coisa compósita: "A transformação arquitetônica era superficial. Sobre as paredes de terra, erguidas por escravos, pregavam-se papéis decorativos europeus ou aplicavam-se pinturas, de forma a criar a ilusão de um ambiente novo, como os interiores das residências dos países em industrialização. Em certos exemplos, o fingimento atingia o absurdo: pintavam-se motivos arquitetônicos greco-romanos, pilastras, arquitraves, colunatas, frisas etc. com perfeição de perspectiva e sombreamento, sugerindo uma ambientação neoclássica jamais realizável com as técnicas e materiais disponíveis no local. Em outros, pintavam-se janelas nas paredes, com vistas sobre ambientes do Rio de Janeiro, ou da Europa, sugerindo um exterior longínquo, certamente diverso do real,

> das senzalas, escravos e terreiros de serviço"[12]. (SCHWARZ, 1977, p. 20, nota e referência do autor).

Apesar do discurso de modernidade colocado sobre diversos setores e esferas, seja nas abordadas por Schwarz (1977), economia, política, artes e literatura, ou em outros, como nos fatores tecnológicos ou estéticos da cultura de massa, como a maneira de se vestir e de se comportar dos cantores sertanejos, continuamos um país com um alto nível de importação de produtos beneficiados e tecnologia de ponta, e um exportador de matérias primas e commodities, como soja, milho, café, entre outras, assim como nos séculos XVIII/XIX, abordados por Schwarz. Com algumas exceções, porém, mas com agravantes em diversos setores, como o do agronegócio, no qual até as sementes e os insumos passaram a ser importados das transnacionais estrangeiras, inclusive os agrotóxicos, dos quais passamos a ser um dos maiores consumidores mundiais[13], registrando 493 novos pesticidas no país apenas em 2020, dado apontado sobretudo pelo conglomerado de comunicação para o qual o *agro* também é *pop*[14].

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E QUESTÕES IDENTITÁRIAS

Mesmo com todas as mudanças ocorridas nesse espaço de tempo, principalmente nos últimos anos, continuamos um país atolado no racismo e no preconceito, fator demonstrado sobretudo após a ascensão do novo governo em 2019, que prega deliberadamente o fascismo, o autoritarismo, a xenofobia, o etnocídio, a misoginia[15]; o entreguismo do país através das privatizações das estatais e da ampliação das alterações nas políticas petrolíferas para a tomada do controle do petróleo pelas empresas transnacionais[16]. O ataque aos trabalhadores através ampliação das "reformas" que vêm a destruir o resto da legislação que os ampara provendo um mínimo de humanidade, estabilidade e segurança no trabalho, ações e atitudes maquiadas

---

[12] Nestor Goulart Reis Filho, Arquitetura Residencial Brasileira no Século XIX, manuscrito, p. 14- 15.

[13] Em 2016 o Brasil respondeu pelo percentual de 11% a 22% das vendas efetuadas pelas dez maiores empresas do setor. Para maiores detalhes sobre a intensificação substancial do consumo de agrotóxicos no Brasil a partir da década de 90 e sobre as empresas que controlam o mercado global de defensivos e insumos, ver Moraes (2019).

[14] Ver matéria no sítio: https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/01/14/numero-de-agrotoxicos-registrados-em-2020-e-o-mais-alto-da-serie-historica-maioria-e-produto-generico.ghtml.

[15] Como exemplificação assistir a compilação de vídeo com algumas falas do presidente no sítio: https://www.youtube.com/watch?v=ghCP4r-hzYI&ab_channel=M%C3%ADdiaNINJA.

[16] Ver a matéria de Guilherme Weimann no sítio: https://sindipetrosp.org.br/privatizacao-de-refinarias-nos-fara-refens-de-empresas-estrangeiras-diz-economista/. Para maiores informações sobre as especulações em torno da Petrobras, consultar Oliveira e Coutinho (2017), artigo redigido por advogada da empresa e presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás – AEPET.

parcamente de "liberais", que no todo remetem diretamente às *idéias fora do lugar* de Roberto Schwarz sobre os séculos XVIII/XIX, em relação à escravidão e ao liberalismo[17].

Hoje e ainda, fora do lugar através das imposições estéticas, econômicas e políticas das grandes potências colocadas pela lógica do mercado, que elas dominam e controlam, impedindo-nos cada vez mais de pensar o problema de nossa diferença e diversidade. Estas em muitos casos, acabam por ser suprimidas diretamente pelo modelo estrangeiro, por não ter espaço e por não figurar entre os interesses do mercado, ou de forma indireta e velada, quando aparecem através de alguns traços, distorcidos em aparência, no caso de serem aproveitadas pelos interesses deste.

Em relação às atividades artísticas, pensar a identidade através da lógica do mercado também se torna mais difícil e muitas vezes impossível, quando a matéria local é impelida a desaparecer ou legada ao ostracismo, pela adoção espontânea ou pela imposição integral do modelo estrangeiro.

No caso da música "sertaneja" do mercado, sobretudo aquela que nega até o rótulo – e que "não aceita nem com vanglória e nem com timidez a entidade nacional" (parafraseando Mário de Andrade ao avesso), sendo integralmente o modelo estrangeiro em si, sem nada da localidade (escorraçada, esquecida e sufocada pelos milhões de cópias vendidas) - pensar a identidade nacional através da matéria local se torna cada vez mais impossível, por esta aparecer quando muito, através de resquícios aproveitáveis para o mercado na periferia do produto.

A lógica do mercado parece também ter dificultado esta tarefa em relação ao estado de Goiás para além destes fatores, como mostra o trabalho "*Goiás é Bom Demais*!": o *marketing como potencializador da invenção de uma Identidade* de Coutinho (2005). Este, conforme coloca o autor, tem por objetivo principal analisar as influências do projeto "Goiás é Bom Demais!" - que havia sido lançado originalmente pelo governador Henrique Santillo, com vistas a melhorar a imagem do estado de Goiás à época do acidente radioativo com o Césio 137 ocorrido em 1987, que estigmatizou os goianos pelo mundo - na criação ou invenção de uma nova identidade para o estado por meio do *marketing e de* "reposicionamentos positivos de imagem de espaços",

[17] Para além da reforma trabalhista, que restringiu os direitos dos trabalhadores através da Lei 13.467/2017 e da aprovação da Emenda Constitucional n. 95 de 2016, que congelou os gastos públicos em ações e serviços em saúde pública (ASPS) e na manutenção e desenvolvimento da educação (MDE), sancionadas no governo de Michel Temer, consultar a lista de "reformas" prioritárias apresentada ao Congresso Nacional pelo atual governo em fevereiro de 2021: https://www.camara.leg.br/noticias/725714-confira-a-lista-de-prioridades-do-governo-na-camara-e-no-senado/.

trazendo um relatório referente a uma das etapas de uma pesquisa do projeto realizada em 2003:

> Neste âmbito, o objetivo desta pesquisa foi identificar elementos da identidade goiana a serem apropriados prioritariamente pelas empresas da região de Goiás, agregando valor aos produtos e serviços oferecidos. A pesquisa analisou, ainda as oportunidades de negócio com maior potencial para as empresas. Este Relatório apresenta os resultados da Rodada Inicial e das duas rodadas sucessivas da Pesquisa Delphi, que contou com a participação de 117 pessoas na Rodada Inicial, 126 especialistas na Rodada 1 e 83 especialistas na Rodada 2, totalizando 326 respostas. (COUTINHO, 2005, p. 18).

Segundo o autor, entre os especialistas consultados pelo projeto estão peritos sobre eventos futuros e tendências do mercado, alguns professores, consultores, gerentes de empresas, entre outros: participou da pesquisa um grupo qualificado, sendo que mais de 85% lidam com pequenos e médios negócios em Goiás e mais de 71% são Diretores, Professores ou Gerentes, entre diversas outras qualificações (2005, p. 19).

Conforme Coutinho (2005), com base nos critérios: *diferenciação, valorização crescente pela sociedade e viabilidade da apropriação em relação a bens e serviços goianos*, foi possível identificar 14 fatores considerados prioritários para a representação da identidade de Goiás a partir da *Rodada 1* pela maioria dos especialistas consultados. Entre estes fatores, os especialistas indicaram na *Rodada 2* aqueles que consideravam como fatores estratégicos prioritários para a identificação da identidade goiana a partir dos critérios abordados.

Os três primeiros colocados nas votações foram: *Fauna e Flora do cerrado* (incluindo frutos típicos de Goiás, como o pequi), *Bacia Hidrográfica* (Araguaia com suas cachoeiras, rios e lagos) e *Culinária Típica*. Entre outros fatores estavam: *Festas Religiosas e Religiosidade, Música Caipira, Música Sertaneja e Folclore* (este incluindo arte, cantigas e danças Populares).

Apesar de Coutinho (2005) assinalar que a técnica da pesquisa foi baseada no "uso estruturado do conhecimento, da experiência e da criatividade de um painel de especialistas" (2005, p. 19); de que "o julgamento coletivo, quando organizado adequadamente, é melhor do que a opinião de um só indivíduo, ou mesmo de alguns indivíduos desprovidos de uma ampla variedade de conhecimentos especializados" (idem); e de que o "marketing lida o tempo todo com processos culturais e é fundamental que os profissionais estejam cientes deles" (2005, p. 47); estes fatores parecem trazer algumas questões intrigantes em relação à cultura, à história, ou mesmo à questão empresarial do estado (ou pelo menos que deveriam ser intrigantes, mesmo para os especialistas do mercado que pretendem realizar investimentos nas áreas abordadas pelo relatório).

O que chama a atenção nessa pesquisa em relação à seleção dos comentários mais relevantes do relatório sobre cada fator - mesmo se tratando de uma pesquisa de (e para o) mercado (mas que acaba por ser mais que uma influência e sim o protagonista na "invenção de uma identidade" e também em sua absorção pela sociedade) - é que as colocações apresentadas e selecionadas pelos "especialistas" são extremamente rasas e superficiais em relação ao conhecimento sobre o estado, não trazendo quase nenhuma citação específica em relação ao que existe realmente em Goiás. Apesar de várias respostas apontarem a importância das belezas naturais, da música, dos artistas plásticos ou dos "povos originários" por exemplo, o povo Kalunga só é referido em dois comentários selecionados e os Karajá, Tapuio e Avá-Canoeiro, apenas em um, assim como o povo remanescente quilombola do Cedro e o Parque Nacional das Emas.

Para uma maior objetivação da falta de objetividade das respostas selecionadas, é importante trazer algumas como: *Guardam os registros da memória dos nativos e dos primeiros exploradores, além de riquezas naturais, históricas e culturais (*2005, p. 21), sobre as cidades históricas; ou: *Percepção crescente da importância das raízes culturais e do seu potencial econômico na forma de produtos e eventos* (2005, p. 25), sobre folclore, arte, cantigas e danças populares; e até: *No item Arte popular, os contos e causos são elementos marcantes* (2005, p. 25).

Em meio à parâmetros e comentários como estes, em uma pesquisa onde 85% dos "especialistas" são comerciantes (e mesmo com os de outras áreas específicas), para a "invenção" de uma identidade, evidencia-se o quanto aquilo que não interessa ao mercado ou o que ele não pode (ou não consegue) explorar, acaba por ficar na obscuridade, no ostracismo ou no desconhecimento.

Em meio a uma confusa chuva de empadões e pequis comprada por nós como sendo uma totalidade de nossa "identidade", a localidade vai queimando periférica na obscuridade, no estado que carrega no brasão de sua bandeira a bateia em que o *Diabo Velho* fez seu inferno para dominar, escravizar e explorar os habitantes originários da região.

Quanto à música "sertaneja" como identidade goiana e seus mega-shows milionários; mostram para o Brasil "a cara" de Goiás, enquanto importamos a "modernidade" em forma de rock diluído ou de sementes transgênicas, despenca o cerrado com seus pequizeiros em escala industrial, e exportamos soja a granel e à *la carte*, em meio ao nevoeiro de um trepidante *torcicolo cultural*.

Se para a construção de uma identidade meramente coesa é preciso que a sua matéria seja verdadeira e: "para o nosso caso de país dependente, que seja uma síntese em que figure com regularidade a marca da nossa posição diminuída no sistema nascente do Imperialismo",

como colocou Schwarz (1977), sempre que formos primar por tirar a nossa carteira de identidade através da lógica da música sertaneja do mercado, vamos ter que continuar a queimar vivos os nossos registros e documentos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. "O Fetichismo na Música e a Regressão da Audição". In: Os Pensadores. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, p. 173-99. 1975 [1938].

ALVES, Marcionilo. A Verdadeira História da Música Goiana: cinco décadas de música. Goiânia: Kelps, 2016.

ANDRADE, Mário de. Macunaíma: o herói sem nenhum caráter. Belo Horizonte: Vila Rica Editoras Reunidas, 31 ed., 2000 [1928].

BOLSONARO em cinco minutos. assustador!. Mídia Ninja. 2018. Compilação de Vídeo, (5 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ghCP4r-hzYI&ab_channel=M%C3%ADdiaNINJA. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Confira a lista de prioridades do governo na Câmara e no Senado. Agência Câmara de Notícias, Brasília, 4 fev. 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/725714-confira-a-lista-de-prioridades-do-governo-na-camara-e-no-senado/. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRITO, Diogo De Souza. A "Série Vermelha" de Cornélio Pires: "estrambótica aventura" precursora da produção independente?. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, julho 2011.

CALDAS, Waldenyr. Acorde na aurora: música sertaneja e indústria cultural. São Paulo: Editora Nacional, 2º ed., 1979.

CATELAN, Álvaro; COUTO, Ladislau. De repente, a Viola! Os grandes temas da Música Caipira. Goiânia: Kelps, UCG, 2005.

_____. Mundo Caipira: História e lendas da Música Caipira no Brasil. Goiânia: Kelps, UCG, 2005.

CARDOSO, F. H. Capitalismo e Escravidão. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

COUTINHO, Décio Tavares. Goiás é Bom Demais! O marketing como potencializador da invenção de uma identidade. 2005. 124 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural) – PUC, Goiânia, GO, 2005.

G1, Notícias. Número de agrotóxicos registrados em 2020 é o mais alto da série histórica; maioria é genérico, diz governo. 19 jan. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/01/14/numero-de-agrotoxicos-registrados-em-2020-e-o-mais-alto-da-serie-historica-maioria-e-produto-generico.ghtml. Acesso em: 10 mar. 2021.

GROUT, Donald J.; PALISCA, Caude V. A História da Música Ocidental. W. W. Norton e Company, 1988.

LEAL, Ramana D'Angelis Ramos dos Santos. Fidelização de Clientes no Mercado Artístico: o caso do cantor Daniel. Diálogos & Ciência, FTC, v. 1, n. 2, p. 69-83. 2007.

LOPES, Nei. A Presença Africana na Música Popular Brasileira. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, n. 50. 2005.

MELLO, Gilda de. O Tupi e o Alaúde. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

MORAIS, José Eduardo S. Música Sertaneja Goiana: algumas observações. Revista Goiana de Artes, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 213-219, 1980.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. Agrotóxicos no Brasil: padrões de uso, política da regulação e prevenção da captura regulatória. Rio de Janeiro, IPEA, 2019.

NEPOMUCENO, Rosa. Música Caipira: da roça ao rodeio. São Paulo: Editora 34, 1999.

Oliveira, C.; Coutinho, F. O Mito da "Petrobras quebrada". Associação dos Engenheiros da Petrobrás – AEPET online, 2017. Disponível em: https://www.aepet.org.br/uploads/paginas/uploads/File/ClaudioFelipe.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.

ONDE está a música?. Direção de Ronaldo Estevam e Renata Correa. Lambreta Record Music, 2013. Vídeo Documentário, (74 min), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XYRkli54ccw&t=8s&ab_channel=LambretaRecordsMusic. Acesso em: 17 jan. 2021.

SAMPAIO, Edna Rosane de. A Música Sertaneja Como Uma das Vertentes da Identidade Goiana. 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado em Música) – EMAC, UFG, Goiânia, GO, 2010.

SCHWARZ, Roberto. Ao Vencedor As Batatas. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

TINHORÃO, J. Ramos. Pequena História da Música Popular: da modinha ao tropicalismo. São Paulo: Art Editora, 1986.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os Involuntários da Pátria: elogio do subdesenvolvimento. Edições Chão da Feira, Caderno de Leituras/Série Intempestiva, Belo-Horizonte, n.65, p. 1-8, 2017.

WEIMANN, Guilherme. "Privatização de refinarias nos fará reféns de empresas estrangeiras", diz economista. Sindipetro Online. São Paulo, 3 ago. 2020. Disponível em: https://sindipetrosp.org.br/privatizacao-de-refinarias-nos-fara-refens-de-empresas-estrangeiras-diz-economista/. Acesso em: 11 mar. 2021.

CAPÍTULO XLIV

TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS: CLUBE DA ESQUINA

Juliano Dias Guimarães [1]

[1] Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: ju90dias@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim.

RESUMO

O presente artigo visa entender como o movimento musical mineiro Clube da Esquina marcou a MPB ao longo da década de 1970. Sem integrar o cenário formado pelos tropicalistas e seus descendentes, o Clube acompanhou a crescente carreira de Milton Nascimento junto dos demais artistas integrantes da cena musical de Belo Horizonte. De modo orgânico, o movimento resultou no disco intitulado *Clube da Esquina*, assinado por Milton e Lô Borges, assentando o caráter musical, político e cultural que viria a seguir nas obras produzidas por esse núcleo de artistas. Segue-se uma linha acadêmica que visa entender como a música se formou ao longo dos anos de ditadura, tanto nos movimentos culturais, quanto em uma nascente cultura de massa e consumo de mídias, abordando em destaque, a musicalidade que ganhava novos direcionamentos em Minas Gerais. Discute-se por fim, o propósito de preservar a memória da música e o legado do Clube.

Palavras-chave: Clube da Esquina, MPB, Cultura nos anos 70, Minas Gerais, Milton Nascimento.

ABSTRACT

This article pretends to understand how the musical moviment “The Corner Club” has passed for many sociologycal knowledgs, and how the moviment marked the scene of MPB in the decade of 70´s. With a non belonging sense in the view from other artists like the Tropicalistas, the Club has grown in the same time Milton Nascimento´s carrer and the others artists from Belo Horizonte musical scene. In a organic way, the Club resulted in the albun *Clube da Esquina* released by Milton and Lô Borges, setting the musical, political and cultural thrill wich all these artists will produce they following art. Here, the essay follows thru a academical line that comprehend how the music developed in the years of dictatorship, as long in the cultural movements, as in the birth of a media industry with the mass consumption; all this, having a point of Minas Gerais music. Discussing by the end, the purpose of maintaining the memory and legacy of the music and the Club.

Keywords: The Corner Club, MPB, Culture in 70´s, Minas Gerais, Milton Nascimento.

1. INTRODUÇÃO

A reflexão pretendida neste trabalho busca delimitar um recorte histórico do desenvolvimento da história da música brasileira, com foco sobre o Clube da Esquina, compreendendo-o como um importante movimento de construção e formação cultural do país.

Buscaremos entender o que cercava os garotos que fizeram da música uma forma para exprimirem suas angústias e seus pensamentos sobre as passagens que viveram na época. Esta reflexão se estenderá até o *Clube da Esquina 1*, álbum de 1972, adotando uma abordagem diferente das obras utilizadas como referência neste trabalho, que analisam a carreira e o legado do Clube pelos outros discos dos artistas que compuseram o movimento, até a realização do *Clube da Esquina 2*, em 1978. Vale ressaltar que as análises sobre música não são estáticas, pois são constantemente ressignificadas e adaptadas àquilo que é produzido em determinado tempo, seja ele passado, presente ou futuro. O esforço se concentra em fazer com que os ciclos pelo qual a cultura passa não se findem em si mesmos e, aos olhos do tempo presente, seja possível tirar lições que, de forma atemporal, percorram o entendimento das obras.

O Clube da Esquina foi um movimento de músicos mineiros que não só resultou na produção do disco homônimo, lançado por Milton Nascimento e Lô Borges, mas também que se estendeu por uma fase em que os artistas integrantes estabeleceram diálogos na sonoridade, na troca de bagagens e gostos pelos temas e poesias que os atravessavam. Esse período resultou em uma gama de grandes obras desses artistas que permearam o cenário da música brasileira, compreendidos muitas vezes como *outsiders,* paralelos aos grandes nomes da MPB (DINIZ, 2012). Entre esses discos estão: o homônimo de Lô Borges de 1972 (popularmente conhecido como "o disco do tênis" por sua emblemática capa); o autointitulado *Beto Guedes, Toninho Horta, Danilo Caymmi e Novelli*, conhecido por "o disco dos quatro no banheiro", lançado em 1973; e os discos do Milton, como o grandioso *Milagre dos Peixes* e a sequência *Minas, Geraes* e o *Clube da Esquina* 2 (lançados entre 1973 e 1978). Após o último disco, os integrantes do Clube, paulatinamente, perderam a identificação com o movimento (DINIZ, 2012), ainda que outros álbuns tenham sido compostos pelo grupo, como *Amor de Índio* de Beto Guedes, *Terra dos Pássaros* de Toninho Horta, *Como Vai Minha Aldeia* de Tavinho Moura - obras que foram compostas dentro de um *zeitgeist*[1], que será desdobrado nas próximas linhas.

2. ORIGENS MUSICAIS NO BRASIL

Ao analisar o surgimento do Brasil como nação independente, entende-se que o país possui uma formação *"sui generis",* visto seus desdobramentos sociais, culturais e econômicos. Por isso, as sociedades modernas surgem em um imbricamento entre novos tipos de relações

[1] Conceito em alemão presente nas dialéticas de Hegel, Nietschze entre outros que traduz o "espírito do tempo" uma síntese de um pensamento ocorrido em dado momento da história.

interpessoais e uma nova configuração de produção e consumo, demandas e desenvolvimento dos *ethos* [2](BOURDIEU, 1983) que cada localidade específica originará. Esse tal *ethos* moderno reside nas cidades, que, desde as novas configurações das citadas relações, vão se estabelecendo como o principal meio no qual os indivíduos irão viver, se opondo ao antigo meio rural, medieval ou agrário, no qual a vida se estabelecia até então.

Nesse crescente novo modo de vida em meio aos séculos XVIII e XIX, o Brasil ainda passava por transformações que não se assimilavam às condições pelas quais a Europa (centro do mundo naquela época) vivia. Por aqui, a serventia como território colonial, as relações escravistas e a presença de aristocracias pré-capitalistas encenavam o panorama da sociedade e, é por meio desse cenário, que a música e a cultura perpassarão por uma trajetória bem particular - até desembocar nos idos dos anos 60-70. É sabido, pela leitura de sociólogos brasileiros, que os esforços para se compreender a sociedade, que estava se formando, eram inéditos, bebendo muito de fontes exteriores. No empenho para manter uma brasilidade raiz no tom de seus excertos, intelectuais como Sérgio Buarque, Gilberto Freyre, Caio Prado, entre outros, fizeram com que a junção de economia e modo de vida figurassem como a principal chave para compreender a iminente formação do Brasil moderno.

Nesse esforço de se entender a formação social do território, sabemos que parte do que formou a cultura brasileira não só estava contida nas influências soberanas da Europa, mas também, muito se tomou dos escravos, que traziam uma imensa bagagem cultural de sua terra original. A eles se somam a cultura dos povos nativos daqui, que, dentre tantas formas de se ler suas respectivas organizações sociais, possuíam uma extensa bagagem ritualística e folclórica. É claro que isso não abastou a influente corrente "modernizadora" que assolava as esferas burguesas da sociedade. Tudo que surgia de moderno e interessante lá fora para cá era trazido por essas elites; e por conseguinte, disseminado nas camadas burguesas que iam se solidificando com o passar do tempo, tendo em vista o fim da escravidão e uma industrialização tardia (ZAN, 1996).

Pois é justamente nesse cenário que vamos entender como dentre os anos 1940 e 1960, a sociedade já apontava para um sentido moderno padrão, atravessada por muitas mudanças e características próprias. A mistura dos *ethos* do africano, do nativo e do importado português

[2] Referente ao conceito clássico disposto por Bourdieu, sendo *Ethos* um conjunto de práticas, valores morais que são práticos e presentes em determinada esfera.

sinalizariam para diversas das influências musicais, culturais e políticas que marcariam a música, e principalmente o Clube da Esquina. (GARCIA, 2000)

Desde a formação dos primeiros ritmos advindos das culturas africanas, dos rituais marcados por canto e fortes ritmos de tambores e graves sincopados[3], havia uma convergência com a prosa burguesa/marginal do samba e a erudição da Bossa. Somado a isso, o surgimento de ritmos externos, como o Blues e o Jazz, corroborou para que aos poucos fosse surgindo uma música popular brasileira, juntamente a um mercado e a uma organização de consumo cultural no país. Mas antes mesmo de compreender como o mercado da cultura se estabeleceu no Brasil, é necessário entender o imbricamento entre os citados gêneros musicais para a formação musical do brasileiro no século XX (ZAN, 1996).

Dentre as primeiras manifestações musicais que aqui se estenderam ao longo dos séculos XVIII e XIX, a "Modinha" e o "Lundu" foram centrais para a disseminação nas diversas camadas sociais que se encontravam no país (ZAN, 1996, p. 7-11). A primeira é um canto advindo de raízes italianas, o qual mais tarde tomou a forma para o popular "Choro", e o segundo, uma dança trazida pelos escravos. Logo, os músicos que integravam a sociedade brasileira deram conta de misturar ambos os gêneros. Através de uma perspectiva erudita e de outras influências que compunham o cenário artístico na época, sintetizaram esse panorama para as diversas camadas sociais - replicando ainda sobre a formação *"sui generis"* do Brasil. Então, certos setores consumiam parte da Modinha, outros o Lundu, outros a mistura dos dois, sempre levando em conta que os músicos eruditos se dedicavam a entender e estudar as formas de música dos diversos segmentos.

Uma grande chave para compreender a crescente miscigenação dos gêneros musicais foi o fim da escravidão e a industrialização do país impulsionada pelo café. Como citado, os músicos e estudiosos da arte, folcloristas a exemplo de Mário de Andrade e Câmara Cascudo, eram os interlocutores e legitimadores das culturas antes marginalizadas – como o Lundu, considerado até então, música e ritual de escravo, unicamente. Porém, com o Rio de Janeiro sendo o centro do país, onde se tinha a circulação dos mais diversos capitais[4] (BOURDIEU, 1983), os encontros ocasionais de músicos em bares e em situações informais permitiram que diversos segmentos (burgueses, ex-escravos, eruditos) se encontrassem e trocassem experiências e formações

---

[3] Síncopas são figuras rítmicas referente a uma nota musical tocada em um tempo fraco do compasso.

[4] Também dentro da teoria social de Bourdieu, capitais definem um conjunto de valores, conhecimentos, ciências, que determinado grupo ou indivíduo possui; pode ser eles de cunho econômico, cultural, político, entre outros.

musicais de forma mais livre e descompromissada. Portanto, daí é que se evolui diversos tipos e variações dos gêneros para a forma mais característica do que se conhece hoje como o Chorinho (ZAN, 1996).

Dessa forma, o caráter cosmopolita que o Rio de Janeiro vinha tomando, somado com os diversos fluxos migratórios que surgiam na época, são os principais pontos de partida para a formação de uma musicalidade essencialmente brasileira. Vale ressaltar que, como qualquer outro centro urbano, a cidade já possuía seus meios de apartar certos setores, através de diversos mecanismos que sinalizavam a emergente desigualdade social, preconceito e estruturas que davam força ao racismo e à xenofobia. Por isso, vários dos grupos étnicos que migravam para o Rio de Janeiro, e não se enxergavam inseridos na sociedade, retiravam-se em suas respectivas áreas da cidade para se expressarem e realizarem suas manifestações ritualísticas/musicais. Locais como os barracões das Tias Baianas[5] eram onde geralmente aconteciam esses encontros (sinalizando para a mistura dessa classe de segregados) (ZAN, 1996, p.14-15).

Um dos segmentos que iria corroborar para a simbiose de gêneros musicais, sem dúvida, era o dos estudiosos eruditos de música. Geralmente pessoas advindas de classes altas ou burguesas, que vista uma prévia formação em instrumentos clássicos (comumente, o piano), conjunto ao nascente esforço nacionalista de arte (visto semana da arte moderna de 22), buscavam nas raízes da nação uma expressividade puramente brasileira - que sintetizada com o clássico erudito, iriam compor o cenário da arte nacional no início de século XX. Por vezes, muitos músicos renegavam as manifestações "marginais" do urbano, como as já citadas iminentes rodas de samba, e iam buscar as devidas raízes no folclore interiorano (o que iria, somado aos demais movimentos, compor mais um atenuante para a formação musical da população). Já outros, somavam tudo e tentavam imprimir os devidos parâmetros em uma música que fosse produto dessas diversas influências, como Villa Lobos, músico erudito que para suas peças traduzia linguagens rítmicas e harmônicas advindas do folclore, do choro e do samba (ZAN, 1996). Tudo isso foi de fundamental importância para a história do Clube da Esquina.

[5] José Roberto Zan em seu texto "Do Fundo de Quintal à Vanguarda", cita as casas das Tias Baianas, como a residência das baianas que vinham para o Rio e conseguiam sua emancipação financeira, logo, nesse mesmo local, era onde ocorria uma gama de misturas culturais.

Fica claro que o ambiente da música e da arte era atravessado por disputas e traços determinados por uma forte relação de dominantes e dominados, subservientes e eruditos, e assim por diante. Traçando esse parâmetro dicotômico entre legitimação e hierarquia, nota-se que, na tentativa constante de traduzir o Brasil em uma linguagem, várias outras eram sufocadas e/ou mal interpretadas - muitas das vezes supostas em políticas de afirmação do caráter mestiço que o povo brasileiro continha - o que não marcava as constantes disputas e entendimento das esferas culturais de cada um.

Outro ponto de forte influência no caldo musical da época foi a chegada das primeiras gravadoras de disco no Brasil e os primeiros passos de uma indústria que vinha ganhando força no mercado mundial: a de venda de discos. Obviamente outros fatores influenciaram para que a gravação de disco fosse viável, incluindo a disseminação de tecnologia que viabilizou a produção em larga escala. Além disso, o advento do rádio muito corroborou para a disseminação da música, do desejo de possuir um aparelho que rodasse os discos em casa e, ao mesmo tempo, fizesse a cabeça dos compositores de todos os estratos sociais. Logo, não demorou muito para que as rádios no Brasil começassem a tocar temas advindos do exterior (inicialmente muito se consumiu da música americana). Assim, gravadoras como a Odeon e Columbia aqui se instalaram e disseminaram seus artistas que já faziam sucesso em outros cantos do mundo. O que nos leva novamente ao imbricamento das linguagens musicais nas esferas dos músicos do Brasil que ia se erguendo de forma urbana e moderna no início dos anos 1900 (ZAN, 1996).

A partir disso, entende-se que o andamento da indústria fonográfica, juntamente com a evolução da música, ditará o ritmo e dinâmica com que a mesma se consolidará no país. Com o avanço da rádio, novas formas de perceber a música surgiam e, principalmente, novas formas de perceber os artistas de fato. Os programas de rádio começam a ter auditórios, no qual os compositores podiam se apresentar, cabendo não só espetáculos de música, mas também, teatros, filmes, entretenimento no geral (o que aponta desde cedo uma referência aos futuros festivais da canção). Tudo muito se consolidou no rádio e nas novas formas de promulgação de cultura, visto o momento do Estado Novo, e a criação da DIP[6] por Getúlio Vargas. Com a dinâmica de produção e consumo, principalmente no surgimento dessa "cultura de massa", os músicos e suas categorias começaram a ficar mais subdivididas, e o samba, até então principal

[6] DIP: Departamento de Imprensa e Propaganda, criado por Getúlio Vargas em 1939, fazendo-se valer de um dos principais instrumentos de censura e veiculação da imagem de Vargas no Estado Novo

gênero consumido, também foi se dividindo, tanto nos temas, quanto no modo de compor. As barreiras e questões que surgiam para que o samba do morro, o samba malandro, o samba de carnaval, o urbano e outras vertentes fossem ao mesmo tempo tomando espaço uma das outras, geravam um senso de pertencimento ou não pertencimento aos compositores. A insurgente indústria da música ia impondo agendas de gravações, apresentações, e toda uma áurea de persona artística em torno dos músicos (ZAN, 1996).

A música brasileira, estava então com seu caminho traçado, mediante ao mercado e as influências artísticas. O Brasil possuía naquele momento (1940-1950) uma música originária de suas várias misturas: o samba, e a partir dele, variantes, e novas perspectivas de enxergá-lo surgiriam, como é o caso da Bossa Nova, que marcou a década de 1950 e precedeu o surgimento da Tropicália e de músicos que viriam a enriquecer a cena da música brasileira. A Bossa Nova surge no processo de urbanização do Rio de Janeiro e, perante a definição das classes e dos locais no qual circulavam os públicos de status "classe-média", posto a crescente industrialização e enriquecimento de setores terciários no país. Tudo colaborou para que nessa esfera, músicos eruditos que apreciavam muito do que se tocava nas rádios (samba, boleros, tangos, Jazz) se atinaram para a composição de música em uma estética mais minimalista, mais repleta de silêncios e bem distinta do que era tocado no samba popular. Levando em conta andamentos e harmonias do Jazz, a Bossa foi transposta para uma sonoridade mais cantada e melódica, retirando a pragmática das estruturas, e preenchendo ali a beleza das melodias e do cantar "falado" (ZAN, 1996).

A partir desse cenário, é possível, então, começar a delimitar a esfera e o momento em que nasce o artista Milton Nascimento e o Clube da Esquina, para se ater às suas referências essencialmente brasileiras.

3. AS ARTICULAÇÕES ENTRE CIDADES E CULTURA

É necessário reparar que todo esse movimento que a música vinha criando era composto de um *background* completamente urbano. Até os anos 1920 e 1930, o Brasil já tinha suas principais capitais e regiões de maior produção consolidadas, as quais, em meados dos anos 1940, iriam se alavancar com as políticas de desenvolvimento industrial de Getúlio Vargas, e posteriormente de Juscelino Kubitschek.

Quando tomamos o ambiente urbano da década de 1960, atenta-se para um movimento e ambiente de cidades cada vez mais cosmopolitas, com estratos mais bem definidos e estilos de dinâmica individual muito bem traçados. A Belo Horizonte daquele tempo já se configurava

como um cenário urbano complexo - que já se situava entre os debates dos estudiosos que surgiam com a inquietude de se entender o fenômeno urbano. Em abordagens mais calculistas e objetivistas, como a de Georg Simmel, aponta-se na cidade a insurgência de um individualismo carecedor de subjetivismo, na qual o ponto chave para a sustentação das dinâmicas de metrópole será o dinheiro e as articulações de objetividade das esferas grupais para/com o indivíduo (SIMMEL, 1950). Visto isso, tomando como ponto de análise o Clube da Esquina, nota-se que a premissa deve ser uma investigação que busque compreender os sentidos que se dá na formação de grupos, na formação de indivíduos que compartilham de vários pontos em comum de suas esferas, e que, conjuntamente, irão corroborar para que exista um círculo de trocas simbólicas.

Jane Jacobs em suas interpretações sobre o fenômeno urbano, em *Morte e Vida das Grandes Cidades* já se atentava ao "olho vivo" das cidades: a calçada. Como bem dito por ela, esta é um espaço de trocas que está além das relações pessoais, sendo um intermédio do asfalto e das casas - gerando esse aspecto de mediador entre o público e privado. Elas são feitas para as pessoas e, obrigatoriamente, nos grandes centros urbanos, as calçadas movimentadas são processos chaves para vários de seus estudos de caso com Los Angeles e Nova York dos anos 1950 (JACOBS, 1961). Por isso traçamos um paralelo com o Clube, que recebeu esse nome devido a uma convenção entre aqueles que circundavam tal ambiente: o local de encontro, a casa da mãe de Lô Borges na esquina das ruas Divinópolis e Paraisópolis. Portanto, é importante tanto a visão de Simmel, quanto a de Jacobs para entender como que em uma Belo Horizonte inflamada por diversos setores industriais e por uma crise política, a construção de indivíduo moderno urbano foi marcada por diversas dessas características, ali naquela esquina, na menção de um "clube". No excerto *"Coisas que ficaram muito tempo por dizer"*, Garcia (2000) entende que a sujeita denominação "clube" faz parte de uma junção de pessoas com um interesse mútuo, uma organização de pares comuns que visam se unir e fazerem uma monção em torno de um dado interesse. Apontando ainda em que medidas o clube tem um caráter de expansão ou de não inclusão do outro, servindo de complemento ao que pode ser entendido sociologicamente dos significados de "Clube" e "Esquina" (GARCIA, 2000, p.18-22).

Nesse contexto, o espectro cultural é de extrema importância, pois entre grande número de pessoas que constituíam o Clube, a cultura foi um ponto em comum para que todos ali formassem seus pares, e através disso, se ligassem de forma indireta ou diretamente. Pela narrativa de *Sonhos não Envelhecem*, livro de memórias de Márcio Borges (irmão de Lô Borges e integrante da turma que compôs o Clube), fica claro que no início, bem antes de Bituca (Milton Nascimento) ganhar projeção nacional e sua carreira alavancar, o mesmo e seus companheiros

viviam se misturando e frequentando esferas em que o capital cultural era bem disseminado. Márcio Borges estudava cinema, logo, seu contato com os Centro de Cultura Popular (CPCs)[7] da União Nacional dos Estudantes (UNE) era assíduo, o que viria a resultar em um vocabulário político consciente do que estava ocorrendo diante das organizações progressistas. Lô Borges e Beto Guedes, ambos mais jovens que os demais, eram ligados ao movimento do Rock n Roll, e com a chegada dos Beatles nas rádios brasileiras, formaram uma banda cover para tocarem as músicas que tanto os marcaram. O próprio Bituca, antes mesmo de investir em carreira solo, tocava contra baixo em um trio de Jazz, junto de Wagner Tiso, na boemia de BH. Isso evidencia o caráter versátil que cada um, à sua maneira, se encontrava com alguma forma de cultura que logo mais viria a residir em seus repertórios, tanto para o surgimento das carreiras de Lô e Milton solo, quanto para a composição do *Clube da Esquina*. No texto *"Nuvem Cigana: A Trajetória do Clube Da Esquina No Campo da MPB"* Diniz (2012) traz uma abordagem de Bruno Martins para contextualizar o Clube e sua poesia com a inclusão dos mesmos no *ethos* urbano:

> Bruno Martins analisou as canções do Clube da Esquina sob a perspectiva de uma "reinvenção" da cidade. Segundo ele, "o espaço urbano (...) não seria apenas o lugar físico onde se realiza a luta pela realização de interesses particulares e desejos privados. Ao contrário, a cidade cantada, vivida e imaginada pelo Clube da Esquina seria dotada de uma dimensão ética e política", ou seja, valorizava-se a esfera pública como berço de uma coletividade amistosa em oposição à crescente individualização sofrida pelos cidadãos (cf. MARTINS, 2009: 16-17). Essa crítica presente em várias canções e no modo de vida operante dos integrantes do Clube da Esquina não deixou de estar vinculada à indiferença, à "fuga da cidade" que, como um lugar de sociabilidade, colaboraria também para a profusão de ideais capitalistas esvaziadas de humanidade. (DINIZ, 2012, p.106)

Desta forma, entender como essa dinâmica de cidade influiu no processo de formação daquelas pessoas é importante para atentar aos passos que unicamente se desenvolveram no âmbito urbano. Estes, se deram através de uma convergência essencial nos quais o cenário de uma crescente tensão política, uma economia industrial em formação e processos de aquisição e disseminação de cultura formaram os perfis daqueles jovens unidos para fazer música. Logo, a cultura dentro do campo da cidade aponta não só para a essência de cada individualidade, mas também para um processo grupal forte, como bem é apontado por Magnani citando Lévi Strauss (MAGNANI, 2016, p.179).

---

[7] O Centros Popular de Cultura (CPC) da UNE constitui-se em uma tentativa de replicar os teatros de arena com um caráter mais politizado e consciente eram organizações por completas independentes economicamente e em sua administração, iniciadas pela UNE vinha de um academicismo onde o objetivo era conscientizar em massa a população através de uma leitura de sociedade pelos pensadores progressistas.

> "Talvez ainda mais preciosa, a cidade se situa na confluência da natureza e do artifício. Congregação de animais que encerram dentro de seus limites sua história biológica e que ao mesmo tempo a modelam com todas as suas intenções de seres pensantes, por sua gênese e sua forma a cidade depende simultaneamente da procriação biológica, da evolução orgânica e da criação estética. É a um só tempo objeto de natureza e sujeito de cultura; indivíduo e grupo; vivida e sonhada: a coisa humana por excelência" (STRAUSS, 1962, p.162).

4. PRIMEIROS PASSOS PARA UM CLUBE

A partir da cena cultural de Belo Horizonte dos anos 1960 é interessante explorar as diretrizes que os integrantes do Clube seguiram até chegar no momento de concepção do disco. Nessa análise, nada mais justo do que reafirmar o caráter orgânico de como as coisas ocorreram: nenhum esforço imbuído de justificativa racional ou acadêmica consegue abordar e/ou entender a casualidade de mentes tão consonantes se encontrarem repentinamente para fazer música. Ainda vale citar que o mesmo ocorreu em diversos outros momentos da história da música brasileira, como os já citados inauguradores da Bossa Nova, os artistas da rica linhagem romântica e folclórica que se esparramou ao longo da cultura sertaneja e os músicos da Tropicália até os Novos Baianos. Todos ao seu próprio modo, marcaram a cultura musical e são pontos chaves de uma construção incansável do pensamento brasileiro. Então, antes mesmo de compreendermos através de uma linguagem sociológica, deve-se admirar e reconhecer a beleza na naturalidade envolvendo o percurso e o processo criativo de uma geração, valendo citar novamente Bourdieu:

> A história que existe depositada na própria estrutura do campo e também nos *habitus* dos agentes é o prisma que se interpõe entre o mundo ao exterior ao campo e a obra de arte, fazendo com que todos os acontecimentos exteriores, crise econômica, reação política, revolução científica, sofram uma verdadeira refração (BOURDIEU, 1983, p 170-171).

Ao ter sua carreira iniciada pelo incentivo dos amigos, Bituca é encorajado a se apresentar no Festival da Canção[8] de 1967 tocando a música "Travessia"; levando uma de suas primeiras parcerias com Fernando Brant a ganhar o público e afirmar para o universo da música brasileira quem seria Milton Nascimento. Já em tom inaugural, ficaria marcado o jeito e a potência de Bituca, em sua voz e sua emoção, acompanhadas dos belíssimos versos de Brant. Milton nunca foi um grande letrista, ficava a seu cargo pôr as melodias e construir as harmonias das músicas, enquanto as letras ficavam por conta de seus parceiros, que vinham da cena da

[8] Festival da Canção foi um programa musical iniciado em 1964 onde novos artistas se apresentavam com suas músicas em uma competição

capital mineira e, juntos ao usual ritual de se unirem na casa dos Borges, foram ficando e se reafirmando como partes necessárias das composições nos seguidos LPs. O caráter de comunhão está marcado desde o início nas impressões sensíveis ao apelo criativo de cada um, transcorrendo de um para o outro, nas letras, nos temas, nas evocações musicais trazidas, remetendo a um processo único de criação. Por isso, como sempre defendido por seus integrantes, o Clube da Esquina é sobre essa comunhão, seguindo a citação de Milton no posfácio do livro de Márcio: "(...) E mais uma vez penso que o Clube não pertencia a uma esquina, a uma turma, a uma cidade, mas sim a quem, no pedaço mais distante do mundo, ouvisse nossas vozes e se juntasse a nós. O Clube da Esquina continua vivo nas músicas, nas letras, no nosso amor, nos nossos filhos e quem mais chegar". (BORGES, 1996, p.358) O significado dessa citação é esclarecido na carreira de Milton que começava a alçar voo.

Ao assinar com a Odeon em 1967, Bituca cumpriria um contrato de três discos. Isso expande seu caráter artístico, visto que nesse período ele mudaria para o Rio de Janeiro, cidade onde iria aumentar sua esfera de parceiros, principalmente ao longo do bom tempo que viria a residir com Ronaldo Bastos – o carioca do grupo. Mesmo saindo das Minas Gerais, ela nunca sairia dele. Valendo-se de seus companheiros e temáticas de amizade e ternura entre as relações desenvolvidas ao longo do tempo, Milton transportava Minas para suas músicas. A expansividade do disco (*Clube da Esquina*) se dá nessas relações e laços que nunca foram deixados nem cortados, seja pelos caminhos que cada um percorreu, o Clube seria um marco de originalidade e importância, principalmente devido a seu caráter atemporal e de transmissão de uma sonoridade e poesia muito além de seu tempo, caracterizadamente mineira.

O caminho até o *Clube da Esquina* 1 se dá por vias mais leves e mais desprovidas de um rigor musical ou profissional sério, já tendo em análise que no segundo disco *(Clube da esquina 2),* Bituca já estaria grande demais (BORGES,1996, p.327-329), seria um disco rodeado de pompa, expectativa e uma carga maior de detalhes e músicos além da turma do Levy[9]. Na construção do percurso até o primeiro, Bituca passa a figurar nacionalmente como uma promessa e ganha o ouvido e atenção de muitos expectadores, tendo já uma noção do andamento das gravadoras e da indústria do rádio aqui no país. Assim, Milton teve sua carreira iniciada com o sucesso "Travessia" tocando no rádio. Com o primeiro LP surgindo de forma já

[9] Edifício Levy foi onde Milton residiu em Belo Horizonte juntamente da família dos Borges (Lô e Márcio). Local que ficaria marcado pelo início da amizade entre eles e as demais pessoas que ali frequentavam.

esperada, as coisas fluíam de forma com que a união do grupo fosse preservada. Muitas canções foram feitas em parceria com Márcio, assim, a relação dos dois e até mesmo com os demais foi fortalecida; Bituca e Márcio possuíam um vínculo forte, se entusiasmavam com as descobertas e lançamentos do cinema; Bituca constantemente ainda voltava para Belo Horizonte e para Três Pontas (sua cidade natal). Já em seu segundo disco, auto-intitulado "Milton", o *setlist* já contava com algumas canções compostas juntos de Lô, como a "Para Lennon e Mc Cartney" e a "Clube da Esquina", evidenciando esse processo de mistura e agregação que ocorreria com o Lô, principalmente pelo mesmo ser um músico de altíssima qualidade, apesar da pouca idade que possuía naquela época.

O terceiro disco que cumpriria o contrato seria o *Clube da Esquina.* Já em fins da turnê do segundo disco em 1971, Bituca já se encontrava cansado, desgastado de todo o processo do show business, juntamente com seus companheiros de palco: Wagner Tiso, que compunha o time dos músicos, e seus amigos letristas como o Márcio, Bastos e Brant. As turnês possuíam sempre essa congregação de pessoas, por mais que um ou outro não possuísse uma função direta, todos obtinham alguma função: alguns se encarregavam das produções; o próprio Márcio, pela ligação com o cinema, diversas vezes ficava por conta da montagem do palco e da iluminação. Mas pelo desgaste físico e emocional principalmente de Milton nessa época, o mesmo decide voltar para casa de Maricota[10] no bairro Santa Teresa na esquina das ruas Divinópolis e Paraisópolis na grande Belo Horizonte, para então, ter a oportunidade de reencontrar todos os seus amigos, o pessoal do Clube, para a partir desse encontro, ter inspiração e bagagem para que viesse a surgir o álbum *Clube Da Esquina*.

5. ANOS DE DITADURA

Outra peça fundamental para a compreensão da construção, tanto do álbum, quanto da esfera que rondava os integrantes, sem sombra de dúvidas foi o início do período ditatorial militar. Nos idos de 1964, a maioria deles já eram jovens em fase de finalização do colegial, por isso, o momento político de instabilidade e as consequentes causas que se desdobraram no golpe foram vividas de perto pelos garotos do Clube. Ao iniciar pela turma do Edifício Levy - que estava tomada por diversos círculos de mocidades que acompanhavam Márcio e seus irmãos mais velhos - é possível compreender que estes sintonizavam em grupos que

[10] Maricota era a matriarca da família dos Borges, a qual Bituca mantinha um grande carinho. A esse tempo, ambos já não viviam mais no Edifício Levy.

sinalizavam contra ao autoritarismo e a insurgente censura. Com o mote de autoafirmação, o campo cultural brasileiro não se absteve nas censuras e tentativas de cerceamento e com uma carga expressiva de brasilidade e liberdade trataram de formar correntes mobilizadoras em conjunto com instituições estudantis, sindicatos e grupos de manifestações culturais. Ao passo que a repressão era uma das principais extensões do governo dos militares, o vigor era o da juventude e da cultura, que andaram frente a frente. (RIDENTI, 2010)

Os CPCs da UNE, como já citado, foram a principal semente para o que viria a ser conhecido como a ala intelectual da cultura de resistência dos movimentos que se colocavam contra a ditadura. Perseguidos pela censura, eles fecharam as portas, inaugurando de formas mais discretas e "escondidas" os chamados "show opinião". Seguindo a mesma configuração das apresentações organizadas pelos estudantes, os shows eram compostos por: peças teatrais, musicais, e filmes, que continham mensagens expressas de abaixo ao governo e de críticas acentuadas às repressões e atos promovidos pela perseguição. Obviamente, tudo tenderia a ficar mais agressivo e inviável quando, sob mandato do presidente Costa e Silva em 1968, o governo decretou o Ato Institucional Número 5, que, fazendo parte de um conjunto de ações dos militares visando o policiamento do poder, promulgou uma série de baixas e declarações que fizeram com que a vida da sociedade civil brasileira recaísse sob uma vigilância autoritária.

O movimento cultural que vinha em uma crescente surgia também em um cenário de disputas, posto que a ditadura, junto às suas instituições, possuía articulações de cultura e afirmação da mesma. Mas, como defendido por Marcelo Ridenti em seu excerto *"Cultura e Política nos anos 60, 70"*, a cultura predominante da massa estava sob a hegemonia da esquerda. Os movimentos gerados pela juventude revolucionária, conjunto aos descendentes do CPC e aos intelectuais que compunham a cena da arte, abraçavam uma influência que girava em torno de uma nova leva de busca pelo nacionalismo: o escapismo do meio urbano, onde geralmente os tons de homem do campo e do meio rural figuravam o ideal brasileiro (RIDENTI, 2010). O momento vivido com a Bossa Nova e com o governo JK ao longo dos anos 1950, o desenvolvimentismo e a expansão do gênero para uma dinâmica de rádio e consumo levaram os artistas a se empolgarem novamente com uma cultura que fosse idealizadora e ufanista. Ridenti, em seu texto, lembrará que, junto ao início do regime, perpassava um romantismo paralelo a um sentimento revolucionário, que somaria aos fatores pelo qual a cultura, que marcadamente foi dominada pela esquerda, fosse extremamente influente nos anos seguintes. Conforme Napolitano (2011) em *"Vencer Satã só com Orações: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970"*, tal campo se afirmará ainda de forma mais veemente:

> Já a esquerda nacionalista, destroçada politicamente, conseguiu afirmar-se nos produtos culturais, cujos conteúdos críticos, adotados em parte pelos liberais e tendo a imprensa como foco disseminador principal, conseguiu plasmar-se na memória social dominante, consagrando uma visão heroica e ecumênica da "resistência cultural" e sugerindo a existência de uma paradoxal "hegemonia cultural de esquerda", construída ainda nos anos 1960. (NAPOLITANO, 2011, p.148)

Logo, manifestações culturais dentro do regime ditatorial, figuravam em um meio de resistência, organização e principalmente mobilização.

Mediante os movimentos da literatura e do cinema, na música, o cenário corroborou para o surgimento da Tropicália: um movimento de músicos que encontravam na MPB, na contravenção da música de massa e no movimento hippie, razão para fazerem músicas de protesto, carregadas de um lirismo revolucionário à paisana. Logo, observa-se músicas que sinalizavam para uma miscigenação ainda maior de gêneros brasileiros e estrangeiros. (ZAN, 1996)

Conforme a evolução dos meios de comunicação ao longo dos anos 1950 e 1960, apontava-se para um mercado consumidor cada vez maior; a música "produto" estava cada vez mais em alta - visto a evolução da indústria das gravadoras por aqui. Movimentos como o "ie ie ie", por exemplo, seguidos da Jovem Guarda era o tipo de canção que a massa consumia, principalmente nas rádios e nos meios televisivos. Por isso, retomando o tom de disputas vividas pelo campo cultural nesse tempo, uma das estratégias do Tropicalismo foi justamente tomar alguns dos instrumentos consumidos pela massa – a exemplo das polêmicas guitarras elétricas – para dentro de um meio globalizado, na intenção de conseguir atrair atenção para sua mensagem, ganhando atenção da crítica e da mídia. Seguindo uma citação no texto de Ridenti do crítico literário Roberto Schwarz (RIDENTI, 2010, p.148)

> O efeito básico do tropicalismo está justamente na submissão de anacronismos desse tipo, grotescos à primeira vista, inevitáveis à segunda, à luz branca do ultramoderno, transformando-se o resultado em alegoria do Brasil. A reserva de imagens e emoções próprias ao país patriarcal, rural e urbano, é exposta à forma ou técnica mais avançada ou na moda mundial (...) É nesta diferença interna que está o brilho peculiar, a marca de registro da imagem tropicalista. (...) Sobre o fundo ambíguo da modernização, é incerta a linha entre sensibilidade e oportunismo, entre crítica e integração. (SCHWARZ 1978, p, 74-5)

E Ridenti complementa:

> Notadamente os tropicalistas baianos nutriram-se da instalação de uma vanguarda artística européia em Salvador, no final dos anos 1950 e início dos 60, por intermédio de uma equipe convidada pelo reitor universitário Edgard Santos. Fascinavam-se com o som (inter)nacional da Bossa Nova. Mais tarde, entraram em contato com os poetas concretistas, sintonizados com as vanguardas culturais mundiais. Deixaram-se influenciar ainda pelo cinema experimental de Godard, pelos Beatles e outros grupos de rock, em seguida pela onda da contracultura. Também lhes causavam impacto os acontecimentos internacionais, como a revolução cubana. (RIDENTI, 2010, p.149)

6. DE VOLTA AO CLUBE

Por ter como análise um movimento musical que muitas das vezes é colocado à parte de tudo isso, é necessário preenchermos todas as lacunas da história social para dar a devida luz ao objeto pretendido. Dessa maneira, levando em conta uma literatura que tende a evidenciar outros fatores que contribuíram para compreensão do período em que se desenvolveu, é importante reafirmar que o Clube da Esquina se situou em um ambiente artístico e musical de alto destaque, que também sofreu com a ditadura e contribuiu para a crítica e fomentação de um pensamento contra a mesma. Nesse sentido, Diniz (2012) estabelece uma relação com o conceito de *outsider* encabeçado por Nobert Elias, tornando a história do Clube paralela ao que se entende como o cânone da MPB. Assim, todos partilhavam de um campo artístico consolidado, mas aqueles que a rigor integravam o Clube e sua gama de composições não se estendiam por tais meios (DINIZ, 2012).

Ao retornar para a terra original e se encontrar com amigos que formavam o Clube – considerando que a denominação "clube" já era parte da conversa entre eles tendo na música "Clube da Esquina" uma alusão clara aos encontros dos amigos para fazer música – Milton se aproxima mais de Lô Borges, principalmente por reparar que o mesmo já era um rapaz crescido, que carregava ideias musicais brilhantes e muito ressonantes com seus gostos. Nesse encontro, Milton já sintetiza a vontade crescente de compor um disco com o Lô e com o resto do pessoal. Para isso, já havia esboços de ideias: algumas melodias de Lô, outras de Bituca, estando o projeto para a criação e formação do disco praticamente pronto, posto que, o disco por inteiro, seria concebido em Niterói, na casa onde Milton vivia com Ronaldo, levando todo o time dos músicos e amigos a viverem lá por dois meses (BORGES, 1996). Logo, com a turma junta, todos partem para o Rio de Janeiro, para nos estúdios da Odeon e na casa onde Milton e Ronaldo residiam gestarem e gravarem o que viria a ser um dos discos mais importantes da história da música brasileira e mundial.

Trazendo de volta o aspecto de amizade e congregação que o grupo inteiro possuía, as gravações nos estúdios eram tomadas de leveza e descontração. Na ficha técnica do disco, vemos que em diversas faixas, vários dos instrumentos eram tocados ora por um, ora por outros, dando uma estética orgânica ao som e repassando na musicalidade a amizade entre eles. Não só na execução das faixas, mas também nas letras, o aspecto da amizade e sentimento de união fica claro em alegorias sobre encontros e desencontros, como em "Trem Azul" no trecho "Coisas que a gente se esquece de dizer/Frases que o vento vem às vezes me lembrar/Na canção do vento não se cansam de voar", ou em "Gosto de Sol" na passagem "Alguém sorriu de

passagem/Numa cidade estrangeira/Lembrou o riso que eu tinha". Muito se exalta sobre o Clube em sua sonoridade, que de fato estava além de seu tempo: uma mistura do Rock, até arranjos mais orquestrais com pitadas do Jazz. Comenta-se também sobre a forma de Milton tocar o violão, com batidas que lembram por vezes algo próximo do congado e manifestações ritualísticas folclóricas, tudo contido num disco duplo que perpassa por todos esses temas.

O álbum simboliza muito bem uma estética de contemplação, fazendo menção a uma outra forte alegoria presente nas letras: a das localidades e o trem, este sempre como agente mobilizador dos sentimentos que coincide na própria história de como as canções surgiram, que como exemplo, Márcio escreveu "Girassol da Cor de Seu Cabelo" em uma viagem de trem. Por essas e outras que o disco se afirma como uma ode às Minas Gerais, no qual a figura do trem, as paisagens mencionadas e a mistura do folclore com os conflitos do urbano remete muito àquilo que o Estado é, e, ao que representa para o país. Trazendo novamente o texto de Diniz (2012), vemos que em "Nuvem Cigana", composição de Lô com Bastos, o caráter lisérgico do rock com a temática do andarilho viajante sincretiza tais temas que apontam para o caráter atemporal do Clube:

> Não obstante, note-se que tanto o substantivo "nuvem" quanto o seu adjetivo "cigana" são emblemas passageiros, mas que deixaram vestígios capazes de sobreviver "em qualquer parte do coração", como quer o poeta. Em outras palavras, o slogan Clube da Esquina carrega uma idealização da arte e da amizade que, sob uma perspectiva romântica prendida ao passado, continua moldando as opiniões dos participantes do grupo no que diz respeito à sua trajetória conjunta. (DINIZ, 2012, p.107)

Dado o ano em que o álbum foi lançado, a ditadura vivia sua fase mais ferrenha. Com artistas e políticos já isolados em certa medida, o Clube se sustentou no país, apesar de os próprios integrantes conviverem de perto com os perigos e a violência da repressão, tendo amigos e pessoas muita próximas presas pela ditadura (BORGES, 1996). Por isso, a representação dos integrantes não assume uma linha de frente ou intencional de enfrentamento como foi a Tropicália, mas, a próprio modo, o medo e a preocupação com o teor medonho do regime militar está presente nas linhas do disco. Na canção "Nada Será Como Antes", no trecho "Resistindo na boca da noite um gosto de sol", traz a metáfora da noite como o momento obscuro e soturno, crava a preocupação lírica e poética de deixar claro o posicionamento de todos. Diniz (2012) traz à tona o caráter díspar entre os integrantes do Clube, por vezes apontava para uma divergência de foco e tema. Como bem coloca, Márcio, Brant e Milton eram diretamente ligados a uma preocupação formal com uma frente de oposição, enquanto Toninho Horta e Beto Guedes já não eram tão mobilizados. Ainda, o caráter político do Clube se reafirma em outros álbuns lançados por Milton, como o Lp *Milagre dos*

Peixes (1974), responsável por Milton parar no DOPS[11] por conta de algumas composições e ter letras censuradas. Até que em álbuns ainda concebidos pelos integrantes do Clube, como o *Minas* e *Geraes*, respectivamente de 1975 e 1976, a ditadura e o AI-5 não vigoravam mais com tanta força, que associadamente a promulgação da Lei da Anistia (1979), fez com que tal clamor revolucionário fosse se esvanecendo (RIDENTI, 2010).

Outro importante ponto na constituição do álbum é que, diferente do Tropicalismo, o Clube promoveu um sincretismo muito mais orgânico e não pretensioso do que foi feito sob os outros movimentos culturais/musicais até então, se afirmando ainda mais como um movimento autêntico de alta valia para análise da história musical brasileira. Em entrevista dada sobre *O Livro do Disco Clube da Esquina*, seu autor, Paulo Thiago de Mello, destaca que:

> Além disso, uma das teses do livro é o tipo de sincretismo que o Clube propôs, uma miscigenação sofisticada, diferenciando-se, nesse aspecto, do tropicalismo, que aboliu fronteiras estéticas entre alta e baixa cultura. A originalidade do Clube está justamente nos "Blends" de altíssimo nível que utiliza para criar seu som: a MPB clássica, a bossa nova, o tropicalismo, o jazz fusion e o rock dos Beatles de sua fase psicodélica. Isso somado à toada mineira, que aparece sobretudo nas melodias relativamente simples, turbinadas por uma harmonização sofisticadíssima, causando uma estranheza interessante e inédita aos ouvidos da época.[12] (MELLO, 2018)

Márcio, ainda nas passagens do livro, comenta sobre a recepção da crítica com o álbum, que já de antemão foram muito resistentes com o disco, principalmente pelo mesmo ter sido intitulado com o nome de Lô, até então um garoto iniciante no mundo da música, não possuindo discos antecedentes e nem bagagem musical com o público. O som, dado ao entendimento de algo muito à frente do tempo, demorou para ser sintetizado nos ouvidos, o que corroborou com as críticas ao disco de "confuso" e "grande demais": pontuações negativas para a voz de Lô, uma obra que veio a ser construída em sua genialidade com o tempo, mas que não tira em nenhum aspecto o brilhantismo inédito do feito dos garotos de Minas (BORGES, 1996).

7. CONCLUSÃO

O Clube da Esquina se mostra como uma fonte rica de acontecimentos para entender a música nos anos de ditadura. Entendemos com isso que, a música e a cultura não devem ser

---

[11] Departmento de Ordem Política e Social, criado em 1924, mas que, ganhou força ao incorporar o Estado Novo e a Ditadura Militar, fases em que foram vividos modelos de governos ditatoriais.

[12] Entrevista com o autor disponível em: https://oglobo.globo.com/cultura/livros/obra-de-paulo-thiago-de-mello-destrincha-clube-da-esquina-22741439. Acesso em 29 de Setembro de 2020.

somente analisadas em seu tempo, mas sim serem constantemente reeinterpretadas para que, a partir do que foi produzido, possamos cada vez mais nos entendermos enquanto sociedade.

Em vista do que vivemos no tempo presente, o Clube se tornou um patrimônio imaterial, e, por mais que os artistas que o integravam, de forma separadas, tenham seguido suas carreiras, é comum ver em entrevistas e em seus shows, menções carinhosas às músicas e ao tempo vivido naquela época. Milton segue turnês em memória do disco, Lô Borges e Toninho Horta mantém-se ativos no cenário musical. São ícones a serem revisitados por diversas gerações, ciclicamente, como bem destaca a citação de Milton: "O Clube alcança a todos aqueles que quiserem chegar" (BORGES, 1996, p.358).

Em artigo recente, Perlatto (2020) debate sobre o Brasil que deu certo a partir de uma perspectiva de exaltação das obras brasileiras. Vivemos em um Brasil que passa novamente por um governo que possui traços significativamente autoritários, um fato paradoxal, que, mesmo sendo evidente, é velado e sorrateiro sobre aqueles que ainda insistem em um Brasil que esteja a par do progresso que carrega na bandeira. Perlatto diz: "em tempos tristes como estes que atravessamos é importante lembrar e afirmar o que produzimos de melhor (PERLATTO, 2020)." O recente Brasil de Jair Bolsonaro é consonante com aquele que os meninos de Minas viveram na década de 1970; produzir cultura, é ainda um ato de resistir e um ato de se projetar, como bem posto na canção Cais: "Para quem quer se soltar, invento mais, que a solidão me da. Invento a lua nova a clarear, invento o amor e sei a dor de me lançar."[13] Bituca se põe em movimento, e traz em seus recentes shows de celebração ao disco (que está perto de completar 50 anos) novos artistas que apontam para a direção da música brasileira, nomes como: Criolo, Maria Gadú, Iza, são constantemente reverenciados por Milton como parte de uma cena imensa de bons sons que passam a seguir no legado da música brasileira. Seja na música pop - que desde os anos 1970 passa por uma completa hipertrofia e vai ao longo das décadas seguintes se enrijecendo e tomando forma como um dos mais lucrativos mercados do mundo - seja nas músicas que existem nas esquinas de cada canto do país. As possibilidades da modernidade e tecnologia acabam por autonomizar cada vez mais a produção cultural, fazendo com que o acesso de colocar o material produzido em circulação na internet se torne mais democrático. É visto atualmente uma grande cena do Rap nacional com uma raíz fortíssima em Belo Horizonte, nomes como: Djonga, FBC, Clara Lima, Hot e Oreia, trazem um pouco dessa Esquina em cada um de seus versos e suas maneiras de fazer poesia urbana.

---

[13] "Cais", faixa número 2 do álbum Clube Da Esquina, Odeon. Composta por Ronaldo Bastos e Milton Nascimento.

É notado um grande esforço da academia mineira de constantemente afimar o Clube da Esquina como um patrimônio imaterial de Minas Gerais. A autora do livro *Coração Americano: bastidores do álbum Clube da Esquina*, Andréa Estanislau, a partir de uma premissa investigativa e iconográfica, recolheu micro fragmentos das histórias do disco, depoimentos dos próprios artistas, imagens dos bastiodores, gravações e até mesmo partituras, para enriquecer ainda mais a trajetória que vem sendo estudada e exaltada. Faz parte de seu projeto junto da prefeitura de Belo Horizonte - *Projeto Coração Americano 2a edição" nº 0381, aprovado no Edital 2017/2018 oriundo da Política de Fomento à Cultura Municipal (Lei nº 11.010/2016)* - distribuir o livro em escolas, centros culturais e bibliotecas, para que o mesmo possa ser veicuado de maneira mais acessível, servindo de material para conhecimento da história do Clube e de Minas.

Conclui-se que a história do Clube jamais terá fim, a bordo de uma gama de indivíduos que integram os anais pelos quais o movimento se constituiu, a música continua se apresentando de forma inefável ao público, fomentando um pensamento inovador e libertador:

> "Mas, é importante lembrar sempre, principalmente em momentos como este que estamos atravessando, que em vários períodos da nossa história nós buscamos superar esse lado perverso. E foi nesta busca que geramos Cartolas, Jobins, Guimarães, Clarices, Caymmis, Buarques de Holanda, Gils, Caetanos, Andrades, Darcis, Zé Celsos, Fernandas, Pelés, Garrinchas e tantos outros personagens anônimos que nos mostraram uma face mais generosa e feliz de um país. Em tempos de bolsonarismo, precisamos recuperar isso para resistir e avançar." (PERLATTO, 2020).

BIBLIOGRAFIA

BORGES, Márcio. **Os Sonhos Não Envelhecem Histórias do Clube da Esquina**. 9ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2019.

BOURDIEU, Pierre**. Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

DINIZ, Sheyla Castro. **"Nuvem Cigana": a trajetória do Clube da Esquina no campo da MPB**. Monografia de doutorado. Campinas – UNICAMP. 2012.

ESTANISLAU, Andrea. **Coração Americano: bastidores do álbum Clube da Esquina**. 2ªed, Belo Horizonte: s.ed., 2020.

GARCIA, Luiz Henrique Assis. Coisas que ficaram muito tempo por dizer. O Clube da Esquina como formação cultural. Monografia de Mestrado. Belo Horizonte – UFMG. 2000.

JACOBS, Jane**. Morte e vida das grandes cidades**. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. (Coleção cidades).

MAGNANI José. **Antropologia Urbana: Desafios e perspectivas**. Ver.Antropol (revista online). v. 59 n. 3: 174-203 | USP, 2016

MELLO, Paulo Thiago de. Obra de Paulo Thiago de Mello destrincha o Clube da Esquina. Disponível em: https://oglobo.globo.com/cultura/livros/obra-de-paulo-thiago-de-mello-destrincha-clube-da-esquina-22741439. Acesso em 29 set de 2020.

NAPOLIANO, Marcos. "**Vencer Satã só com orações": políticas cuturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970.** Disponível em: A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2011.

PERLATTO, Fernando. O Brasil que deu certo. In: ESCUTA Revista de política e cultura. Disponível em: https://revistaescuta.wordpress.com/2020/06/06/o-brasil-que-deu-certo/. Acesso em 10 Out de 2020.

RIDENTI, Marcelo. **Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança**. Ridenti sobre o excerto: "Aqui retomo e sintetizo idéias expostas mais longa e sistematicamente em alguns de meus últimos escritos sobre cultura e política a partir dos anos 1960. É o caso do livro Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV (2000a), e de alguns artigos (1998, 2000b, 2001)."

SIMMEL, George. **"The Metropolis and Mental Life"**, The Sociology of Georg Simmel, traduzido e editado por Kurt H. Wolff — The Free Press, Glencoe, Illinois, 1950. Copyright: by The University of Chicago Press. Texto retirado de: VELHO, Gilberto. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro. 1967.

ZAN, José Roberto. Do fundo do quintal à vanguarda: contribuição para uma história social da música popular brasileira. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 1996.

RELIGIÃO E GLOBALIZAÇÃO: UMA SINTONIA POSSÍVEL

CAPÍTULO XLV

A SOCIOLOGIA DE BOURDIEU E O PODER POLÍTICO DA IGREJA CATÓLICA

Luiz Eduardo de Souza Pinto [1]

[1] Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) / Pontificia Università Gregoriana Doutorando. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). eduardounimontes@hotmail.com

O sociólogo francês Pierre Bourdieu é um dos mais influentes cientistas sociais, por sua produção, uma rigorosa conjugação entre o empírico e a teoria, gravita em uma dimensão de reconhecimento acadêmico próxima de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, autores considerados clássicos. A produção bourdieusiana cobre uma significativa profusão de fenômenos e temáticas como religião, política, poder, trabalho, economia, estado, gênero, direito e educação. Os aparatos conceituais elaborado por esse sociólogo são elementos centrais para estudos em diversas vertentes científicas, seus esquemas analíticos como habitus, capital, campo, dominação, servem de referência para múltiplas análises sociais.

A trajetória pessoal de Bourdieu é um amálgama com sua criação, pensar princípios em simbiose com práticas é fundamental para a compreensão das categorias analíticas bourdieusianas. Nascimento em 1930, em uma província rural no sudoeste francês, originário de um meio social majoritariamente camponês, produziu uma trajetória que Peters (2018) denomina de *miraculé,* locução utilizada para designar indivíduos cuja gênese é popular, mas que em decorrência do processo educacional sofrem acentuada mobilidade social. A trajetória miraculosa ocorreu devido ao percurso que "o transportou de um meio sociorregional dominado e desprestigiado no país ao topo do sistema acadêmico francês" (Peters, 2018, p. 188), da vila de Béarn no interior da França a uma cátedra no Collège de France, em Paris, Bourdieu se valeu de sua passagem por universos dispares para erigir seu arcabouço intelectual e arquitetar análises sociológicas acerca das estruturas de perpetuação dos mecanismos de dominação e de manutenção do poder, mantidos por relações arbitrárias que preservam desigualdades socialmente construídas, mas naturalizadas. O elemento central que atravessa a obra de Bourdieu é o desmascaramento da dominação (Burawoy, 2010, p.26), percebido através do diagnóstico da violência simbólica que se constitui na imposição de um poder arbitrário como legitimo (Bourdieu, 2011).

A experiência de exercer o serviço militar obrigatório na Argélia, até então sobre o domínio colonial da França, onde observou a exposição da violência entre seus compatriotas e

os rebeldes anticoloniais da Frente de Libertação Nacional (FLN), foi marcante na trajetória de Bourdieu que se viu na obrigação cívica de elaborar "para um público francês pouco informado um relato tão fidedigno quanto possível da situação social, econômica e política da Argélia" (Peters, 2018, p. 190). Ao imergir na ação de retratar a organização das estruturas que compõem a vida social na Argélia o sociólogo francês concebeu a sua teoria da prática. A sociologia de Bourdieu é um choque de realidade, estruturada a partir de observações etnográficas, entrevistas em profundidade,análises estatísticas, esse autor visa o desvelamento da articulação do social. "Bourdieu concebia uma Ciência Social unificada como um 'serviço público' cuja missão é 'desnaturalizar' e 'desfatalizar' o mundo social e 'requerer condutas' por meio dadescoberta das causas objetivas e das razões subjetivas que fazem as pessoas fazerem o que fazem" (Wacquant, 2002. p.100).

O método de Bourdieu ancorado em um senso prático se presta à análise dos mecanismos que envolvem as relações de poder, a produção de idéias e a gênese das condutas (Thiry-Cherques, 2006). A praxiologia bourdieusiana não é um simples instrumento para desvelar da realidade social constituída pela ação dos agentes e na qualesses constituem uma fração nas disputas que ocorrem nos diversos campos estruturados na sociedade, é um arranjo e ao mesmo tempo uma ampliação do horizonte de diversas escolas de pensamento (interacionismo simbólico, estruturalismo, funcionalismo, marxismo, fenomenologia, etnometodologia e a epistemologia racionalista neokantiana) em um empreendimento que visa demonstrar a relação entre a ação individual e a estrutura social. A sociologia de Bourdieu é eminentemente relacional e o autor promove o esforço de combinar uma síntese teórica dentro de um quadro analítico integrado através de um engajamento por meio da pesquisa empírica. Ao considerar a relação entre ação e estrutura se pode dizer que a perspectiva de Bourdieu é explicada não apenas a partir da concepção dos agentes, mas por via das estruturas que em alguns casos escapam às consciências individuais (Vandenberghe, 1999), pois "é a estrutura das relações que constituem o campo que comanda a forma assumida pelas relações de interação" (Bourdieu, 1982, p. 42).

A produção científica de Bourdieu sofre influência dos autores clássicos dasociologia Marx, Durkheim e Weber; do racionalismo de Bachelard; da epistemologia relacional de Cassier; da fenomenologia de Merleau-Ponty e de Heidegger; doestruturalismo de Lévi-Strauss, de Mauss e de Saussure. De Marx e Weber herda aconcepção sobre o conflito, concebendo a sociedade como uma arena de relações eforças em competição. A sociologia de Weber possibilitou a Bourdieu o entendimentode que frente a demanda há concorrência pelos escassos recursos materiais, assim comotambém os bens simbólicos são alvo de disputas

o que criam nos diversos campos umadimensão de constantes competições. Do Marxismo, Bourdieu se vale das perspectivasda luta pela dominação e da consciência de classe e a noção de capital presente emMarx é ampliada pelo sociólogo francês que considera outros tipos de posses (como oconhecimento ou as relações interpessoais) capazes de exercer meios eficientes noexercício de poder, nessa condição os meios econômicos (capital econômico) coexistemcom outras formas de capital e não sendo esses os únicos recursos com potência deproduzir e reproduzir distinção social e privilégios. O capital cultural é um bem eficazna promoção de um princípio de diferenciação quase tão eficiente quanto o produzidopelos recursos econômicos, essa modalidade de capital obtido pelo acesso à instruçãoformal na sua forma institucionalizada, mas também por meio do contato com gruposssociais ou agentes dotados de volume de estoque de capital cultural, tem papel decisivo nos processos de estratificação social. Outras configurações do capital como o socialque é formado a partir das teias de relações que podem ser revertidas em vantagens ebenefícios e assim capitalizadas, sendo o capital social um "agregado dos recursoseletivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo" (Bourdieu, 1985, p.248). Por fim o capital simbólico que está vinculado a honra e ao prestígio. Cada um dos campos da sociedade é um espaço multidimensional onde agentes ou grupos estãodistribuídos de acordo com o volume de capital (econômico, cultural, social esimbólico) que são possuidores. Campo e capital são centrais nas concepções deBourdieu e são elementos vitais para a compreensão das relações de poder e dominação.De Bachelard (1984) vem a concepção de Bourdieu de que a realidade supera as limitações teóricas presentes nas composições conceituais, da fenomenologia o sociólogo rejeita o descritivismo, mas considera o rompimento dessa corrente filosóficacom o senso comum, com a doutrinação, com a superação das noções pré-concebidas,segue a ideia de se deve abandonar a "atitude natural" e assumir uma "atitude fenomenológica", que entende o objeto como um todo, parte de um construtivismo fenomenológico, que considera a interação entre os agentes e as instituições, que atuam em uma estrutura historicizada que se impõe sobre os pensamentos e as ações dos indivíduos. O sociólogo rechaça o posicionamento de que o social é unicamente produtodas ações individuais e que a lógica das atividades humanas deve ser observada apenas na racionalidade dos agentes. Bourdieu concebe que a formação das idéias, o agir e os pensamentos dos agentes se dão sob constrangimentos estruturais, para isso utiliza diversas correntes para se colocar além dos modelos existentes e para desviar-se da rigidez de qualquer modelo explicativo da sociedade (Thiry-Cherques, 2006).

Bourdieu combinou elementos teóricos de Weber e Marx com o kantianismo sociológico forjado por Lévi-Strauss, esse termo ser refere a ideia de que há um elo entre as estruturas sociais e as estruturas mentais e ao aglutinar elementos da teoria de Marx, Durkheim, Weber e Mauss, a sociologia de Bourdieu traça uma relação de cumplicidade ontológica entre estruturas objetivas e subjetivas, que legitima as relações de desigualdade e dominação. O pressuposto é de que os indivíduos experienciam o universo social por meio de esquemas de percepção provenientes de seus processos de socialização, dessa forma procedimentos de dominação cujos arranjos são historicamente e socialmente erigidos são tidos por naturais e inexoráveis. Essa é a condição para a emergência da violência simbólica, que é imperceptível ao senso comum. Por isso para Bourdieu um trabalho de pesquisa em sociologia tem a atribuição de captar as relações que não são diretamente observáveis, cabe dessa maneira desvelar as causas escamoteadas que afetam o curso de ação dos agentes, bem como as estão impregnadas nas macroestruturas. (Peters, 2018).

Como elucidar as relações de poder e disputas existentes no campo religioso levando em consideração a existência das formas simbólicas não apenas dos ritos e dos mitos, mas também considerando as instituições religiosas a partir de suas linguagens, discursos, engrenagens, intenções não ditas, ao mesmo tempo em que ser reflete a criação dos sistemas de crenças e práticas como uma expressão transfigurada das estratégias do corpo de especialistas em competição pelo domínio dos bens de salvação?E como observar a construção dos códigos religiosos como reflexos das estruturas sociais e o conjunto das interações entre leigos e a instituição religiosa enfatizando a relação de complementaridade entre o micro e o macro? Para responder a essas questõeso apelo à sociologia relacional de Bourdieu é necessário, pois, ela é capaz de oferecer respostas a essas demandas através de seus recursos teóricos e metodológicos que fornecem suporte para analisar as condutas sociais, a dimensão da influência das instituições na vida social dos indivíduos e leva a compreensão das situações particulares de interação que estão em interconexões, e o mais relevante para este presente trabalho de pesquisa, possibilita desvelar os mecanismos de dominação epoder.

Em uma perspectiva ampla essa pesquisa objetiva investigar a relação entre religião e política, mais precisamente analisa a conexão entre a Igreja Católica e a formação de uma militância para atuar nos movimentos e grupos sociais, nos sindicatos, nas organizações populares e nos partidos políticos, por meio por meio do Centro Nacional Fé e Política Dom Helder Câmara (CEFEP), um organismo da Igreja vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Essa conferência é uma instituição permanente que congrega todos os bispos católicos brasileiros, fundada em 1952, no Rio de Janeiro, por iniciativa de Dom Helder Câmara,

na época bispo auxiliar do cardeal-arcebispo do Rio, com o intuito de "coordenar e subsidiar as atividades de orientação religiosa, de beneficência, de filantropia e assistência social"[1] em todo o território brasileiro. A criação dessa conferência de bispos possibilitou centralizar processos decisórios da Igreja Católica no Brasil, que até então se encontravam fracionados em dezenas de dioceses espalhadas pelo país. A CNBB, em 2005, cria o CEFEP que é responsável pelo direcionamento e articulação de uma rede de Grupos e Escolas de Fé e Política existentes no território nacional. As Escolas de Fé e Política são centros de formação prática e teórica para católicos engajados em partidos, movimentos sociais, pastorais e sindicatos, elas adotam uma pedagogia alicerçada fundamentalmente na Doutrina Social da Igreja (DSI) e visam a preparação de lideranças católicas para as funções públicas, eletivas ou não, no campo da política e das organizações comunitárias.

A hipótese que é o CEFEP através das escolas de fé e política produz uma rede de militantes católicos politicamente engajados, o que propicia a Igreja Católica poderno campo político. De forma oficial o centro de formação em fé e política da CNBB declara que seus objetivos são o de contribuir com a formação de lideranças inseridas napolítica a partir de uma reflexão teológica, das ciências sociais e da filosofia, além de fomentar no Brasil o pensamento social à luz da Doutrina Social da Igreja por meio da articulação das Escolas de Fé e Política existentes no país, bem como formar assessores politicamente preparados para atuar nas comunidades, entidades e organizações sociais e por fim fortalecer as pastorais sociais, movimentos eclesiais e outros organismos da Igreja cuja ação tenha incidência no político-social. Considerando os objetivos pelos quais o CEFEP foi erigido, a hipótese a ser analisada é passível de investigação porqueé possível verificar que, em última instância, todos os objetivos apresentados convergem para um único propósito, o que produzir uma rede de militância política vinculada à Igreja, o que forneceria a esta instituição religiosa poder no campo político. Com isso a pergunta a ser respondida por essa pesquisa é: a Igreja Católica, através do CEFEP, proporciona a formação de rede de militantes com o intuito de influenciar de maneira ativa o campo político? Para responder a esse questionamento a teoria apresentada por Bourdieu acerca do poder simbólico, campo, política, capital (econômico, simbólico, cultural e social), dominação, *habitus*, além de sua análise sobrea estrutura do campo religioso, são alicerces fundamentais. E substancial para esse estudo a relação que o sociólogo desenvolve entre os

[1] Fonte: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conferencia-nacional-dos- bispos-do-brasil-cnbb

agentes e a estrutura, a ação de umespecialista da religião e de um militante leigo no jogo do poder só pode ser devidamente compreendida se for levada em consideração a dimensão relacional entre ofiel e a instituição religiosa.

A dimensão relacional entre o agente e a estrutura é fundamental para a compreensão da dimensão política, de poder e de dominação que estão contidos no universo das instituições religiosas e sobre como essa relação pode provocar consequências que escapam ao campo puramente religioso invadindo outros terrenos como o campo político, isso sem contar o fato de que ao observar essa interação entre a agência e a estrutura, melhor se poderá explicar a objetividade e a subjetividade contidas nas ações dos leigos e dos especialistas da religião. Nesse aspecto os estudos de Bourdieu se revelam imprescindíveis. "O relacionismo metodológico defendido por Bourdieu entra em choque, portanto, com o substancialismo de abordagens que tomam como reais apenas as entidades e processos possíveis de observação direta" (Peters, 2018, p.198), essa ruptura epistemológica provocada pela configuração da análise relacional é que gera a possibilidade de enxergar de forma mais apurada além do senso comum. Como observa Peters (2018), Bourdieu corrobora com Marx e Durkheim a perspectiva de que estruturas e processos societários possuem dimensões que transcendem a consciência e percepção dos agentes individuais, essas estruturas e processos, contudo, são decisivos para definir o modo de agir e pensar dos agentes. E deve-se levar em consideração que o ser social é historicamente condicionado, de forma concomitante as estruturas sociais são historicamente reproduzidas por meio das condutas individuais, é como um círculo de interações onde agência e estrutura mutuamente se constroem e reconstroem.

As dimensões relacionais, práticas e históricas dos processos societários são observadas por Bourdieu em seus trabalhos. A realidade é dinâmica, a história é composta por uma sucessão de fatos que são construídos a partir dos agentes em movimento, as ações desses agentes não são determinadas de modo puramente mecânico, embora possam ser inconscientes, são impulsionadas por interesses. Mesmo no universo das religiões não é possível detectar atos desinteressados, uma vez que os fieis e os especialistas do sagrado objetivam todo tipo de recompensa ao acionar os dispositivos religiosos. As vontades e os interesses movem os agentes que estão implicados na religião, seja pelo desejo de obter a concessão de um favor das forças sobrenaturais, ou algo mais mundano como o propósito de atingir um melhor resultado nos jogos de poder e influência na dinâmica de uma instituição religiosa e há que se considerar ainda a concorrência entre as diversas teologias e a rivalidade entre instituições religiosas em permanente confronto para demarcar posições a fim impor suas concepções com o intuito de influenciar um volume cada vez maior de fiéis. O campo

religioso, como qualquer outro campo, é uma arena onde há permanente competição, local em que os agentes, de alguma forma, estão em um jogo de interesses, condição que Bourdieu define como *illusio.* "A illusio é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, para dizê-lo de maneira mais simples, que vale a pena jogar" (Bourdieu, 2008, p. 139).

Essa condição de estar fincado ao jogo ocorre porque mesmo entre os agentes com posições opostas há um acordo tácito de que vale a pena se empenhar em prol dos elementos que são cobiçados no campo. Os agentes são movidos continuamente por interesses que estão em jogo. Ressalta-se uma questão necessária, há uma distinçãoentre interesse e indiferença. Os interessados assim o são devido ao fato de que têm internalizado o sentido do jogo, ou seja, assimilaram em suas mentes e em seus corpos que o jogo merece ser jogado, sabem assim reconhecer os processos de disputas e os alvos a serem atingidos, dessa forma os jogadores fazem seus investimentos. Essa é umacondição nitidamente relacional, pois, é capacidade de leitura do campo macroestruturalque induz a ação do agente. Pode-se ser indiferente por não ser capaz de realizar tais leituras sobre o sentido do jogo devido ao fato de não se perceber em meio a um processo de disputas, não tendo os princípios de visão sobre o que se está em disputa não se percebe como um jogador, para sê-lo teria que perceber as estruturas presentes no jogo, pois se não as conhece, jogar pode não tem qualquer sentido, contudo, o indiferente não escapa às consequências das ações ocorridas no campo em que está envolvido. No entanto, para Bourdieu (2008), pode-se estar interessado em um jogo (no sentido de não lhe ser indiferente), mas não tendo interesse nele. Um indivíduo que tem adesão a uma instituição religiosa pode não querer participar das disputas de poder que ocorrem nos bastidores, mas vislumbrando a possibilidade de permanecer na instituição assente a permanência do grupo dominante conferindo-lhe respeito, aceitação e colocando-se a disposição para contribuições, é uma forma de estar interessado no jogo interno do empreendimento religioso sem, contudo, estar interessado nele como jogador. Portanto, os agentes que de alguma forma participam do universo religioso não são indivíduos desinteressados, buscam prestígio institucional, poder temporal ou alguma forma de recompensa.

> Um sacristão ou um coroinha, é um bom *homo economicus* mais ou menos disfarçado, ele sabe que gasta cerca de meia hora para enfeitar o altar com flores e quanto isso vale na escala de preços de uma criada. "Mas, ao mesmo tempo, adere ao jogo religioso e recusaria a analogia de seu trabalho a serviçoda religião com o trabalho serviçal de um criado ou uma criada." (BOURDIEU, 2008, p.184, 185)

Umas das atribuições de uma pesquisa sociológica é detectar que há uma razão prática para o comportamento e o agir dos agentes. De acordo com Bourdieu (2008) por trás de qualquer ato que se mostre desinteressado, existe uma dimensão oculta, disfarçada, que é

geralmente sutil. No entanto, afirma que a visão utilitarista não é capaz de explicar isoladamente o curso da ação dos agentes, o sociólogo rechaça a ideia de que esses agentes são motivados simplesmente por ações conscientes que objetivam continuamente maximizar os ganhos e minimizar as perdas, refuta também a perspectivaque os agentes são reduzidos ao interesse puramente econômico e que almejam de maneira incessante o lucro material, buscado, de forma consciente, através do cálculo racional. Mas, se as atuações não são desinteressadas e de forma simultânea não são impulsionadas puramente pelos cálculos racionais e ou pelas vantagens econômicas, como Bourdieu explica a razão do agir humano que aqui interessa para a compreensão da atuação do agente nas instituições religiosas? Para Bourdieu, os agentes que assimilam o sentido do jogo incorporam uma cadeia de esquemas práticos de percepção que lhes fornece indicativos sobre como funciona a realidade e diante dessa condição não têm a necessidade de constantemente colocar fins nas suas ações. Esses agentes estão envolvidos no imediato da prática, estão inscritos no jogo, suas condutas não são permanentemente pensadas com um projeto, o jogador simplesmente joga porque nele estão internalizados os arranjos que são socialmente construídos, estão absorvidas as estruturas que são estruturantes estruturadas que foram instrospectadas e que são capazes de fornecer uma orientação para as atitudes e procedimentos, o que gera uma disposição de agir no mundo e esse agir não é gratuito.

Conclui-se que as categorias analíticas de Bourdieu são substanciais para fundamentar a produção de uma pesquisa que se propõe investigar a relação entre religião, política e a formação de uma rede de militância instituída a partir do alicerce institucional católico, outro aspecto importante é a sociologia relacional do autor, que permite transcender as dicotomias objetivismo/subjetivismo, agência/estrutura, fator preponderante para compreender o nexo existente entre os leigos, a instituição religiosae o campo em que estão inseridos. Na dimensão teórica e metodológica transpor a separação entre sujeito e o sistema que o envolve é fundamental para se captar os mecanismos de funcionamento do universo religioso que é composto pelos resultados das interações entre os agentes e com as estruturas, o que envolve o indivíduo, seu corpo, seus valores, suas crenças, suas ideologias, e ao mesmo tempo as instituições, a comunidade e os determinantes macrossociais.

1. IGREJA CATÓLICA, PODER E POLÍTCA

Dentre as instituições religiosas que apresentam marcante presença na modelagem da identidade brasileira, se destaca a Igreja Católica, que se faz presente na história nacional desde

a chegada dos portugueses, contribuindo de forma significativa para a formação cultural, política, social e administrativa do país. Azzi (2008) afirma que durante o período de colonização portuguesa, o catolicismo serviu não apenas para forjar entre os brasileiros os valores morais e religiosos, mas, também, para reunir os grupos sociais em torno do *ethos* lusitano, que se concretizou na formação de uma sociedade escravocrata, latifundiária e patriarcal. Embora a Igreja Católica não seja mais o órgão de controle social que foi em outros períodos da história, e venha paulatinamente apresentando queda no percentual de adeptos (Novaes, 2006), essa instituição influenciou e ainda influencia a vida nacional. O catolicismo historicamente tem um papel político na sociedade brasileira, através de seus símbolos, seus discursos eseus investimentos em educação e na difusão de sua mensagem contribuem para moldar a identidade de diferentes classes e grupos sociais e colabora para definir práticas políticas e sociais e embora em diversas ocasiões tenha se posicionado ao lado do poder dominante, também tem servido de abrigo para a resistência e organização das massas (Mainwaring, 1989).

O campo é um microcosmo da vida social, nele ocorrem processos e fenômenos que são revestidos de singularidades, há também uma autonomia no que se refere a ter as suas regras e leis particulares, seu *nomos* próprio e seus princípios e mecanismos de funcionamento singulares. No campo político há processos que são específicos, contudo, ao mesmo tempo é possível relacioná-lo e até compará-lo com outros campos como, por exemplo, o campo religioso, "quem quer que entre para a política, assim como alguém que ingresse em uma religião, deve operar uma transformação, uma conversão. Mesmo que esta não lhe apareça como tal, mesmo que não tenha consciência disso." (Bourdieu, 2011, p.195), há outras semelhanças entre esses dois campos, "como o campo religioso, o campo político repousa sobre uma separação entre os profissionais e os profanos. No campo religioso, há os laicos e os clérigos" (Bourdieu, 2011, p. 195), assim também é o universo político onde há os peritos e os leigos. Para Bourdieu (1989)toda análise política deve levar em consideração os determinantes econômicos e sociais da divisão do trabalho político, a fim de não naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem os politicamente ativos e os politicamente passivos. No artigo *La Représentation Politique: éléments pour une théorie du champ politique*, Bourdieu (1981) elabora seu modelo de dinâmica e funcionamento do campo político, o sociólogoo define como um espaço relativamente autônomo, dotado de um conjunto de regras, papéis e crenças próprias, sendo o universo em que se gera a concorrência entre os agentes políticos e se produzem os programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos e demais produtos

políticos dentre os quais os cidadãos comuns (politicamente passivos) são reduzidos à condição de consumidores.

Em sua produção *Da Casa do Rei à Razão do Estado,* Bourdieu (2005) traça um paralelo entre as estruturas políticas modernas com um Estado dinástico no que diz respeito a oposição entre herança e treinamento, ressalta a maneira como a sociedade moderna se comporta de forma semelhante às sociedades tradicionais, sendo que na primeira a escolaridade e a educação garantem a condição para o recrutamento por partedo Estado, e na segunda é a linhagem que fornece essa garantia. É a racionalização e a burocratização da modernidade que exigem o treinamento dos agentes que atuarão demaneira profissional nas funções do Estado.

> "Bourdieu denuncia a todo o modo como o discurso político foi invadido por indivíduos treinados pelo Estado e cujo objetivo é prestar serviço ao Estado. Eles apresentam as visões ortodoxas do Estado de um modo que sugere uma objetividade falsa. Esses *doxósfos*, como ele os chama, fazem parte do modo como a política é oferecida como uma quase ciência e, assim, lógica, práticae neutra, em vez de reconhecer uma visão de mundo contestada e os desafios para os valores inerentes a ela. (...) Ironicamente a "profissionalização da política levou à sua "despolitização. Essa análise questiona toda a natureza do próprio campo político e, com efeito, a possibilidade da política. Certamente, dentro de um sistema bourdieusiano que questiona a realidade de atos "sem interesse próprio", onde todos se comportam de acordo com disposições pré-programadas para favorecer uma visão de mundo em detrimento da outra através de sistemas simbólicos diferentes expressados nelas, questiona-se até que ponto qualquer indivíduo pode ser compreendido como "representante" das posições do outro" (Grenfell, 2018, p.327-328)

Bourdieu (2011) considera as condições sociais do funcionamento do campo político como um lugar em que determinada quantidade de agentes, capazes de preencher as condições de acesso, realizam um jogo particular no qual os outros são excluídos. A dimensão política é marcada pela exclusão daqueles que não têm domínio dos mecanismos de funcionamento desse campo, o que gera uma espécie de desapossamento que conduz uma exclusão das decisões políticas. "Quanto mais o campo político se constitui, mais ele se autonomiza, mais se profissionaliza, mais os profissionais tendem a ver os profanos com uma espécie de comiseração." (Bourdieu, 2011, p.197), para o Bourdieu os mecanismos e aparelhos políticos, como os partidos e os sindicatos representativos dos trabalhadores, apresentam notável tendência à concentração do poder o que gera uma oligarquia dos especialistas da política que criammeios para dificultar o ingresso dos profanos nos círculos sagrados do poder.

> "Com dificuldade para suportar a intrusão dos profanos no círculo sagrado dos políticos, eles os chamam à ordem do mesmo modo que os clérigos lembravam aos leigos sua ilegitimidade. No momento da Reforma, por exemplo, um dos problemas decorria das mulheres quererem oficiar missa ou dar extrema unção. Os clérigos defendiam o que Max Weber chama de seu "monopólio da manipulação legítima dos bens de salvação" – fórmula magnífica – e denunciavam o exercício ilegal da religião.

> Quando se diz a umsimples cidadão que ele é politicamente irresponsável, se o está acusando de exercício ilegal da política. Uma das virtudes desses irresponsáveis – entre os quais me incluo – é a de evidenciar um pressuposto tácito da ordem política,a saber, que dela estão excluídos os profanos." (Bourdieu, 2011, p. 197)

Nessa lógica a política é compreendida em termos de comportamentos no campoem que há uma disputa por interesses e demarcações de poder, por isso existe um processo de limitação para ocupar determinados espaços no jogo, qualquer indivíduo pode apresentar interesses políticos, mas a dimensão da capacidade de expressá-los fica restrita a posição que ocupam em relação às forças institucionais que governam a política, "só os políticos têm competência (uma palavra muito importante, simultaneamente técnica e jurídica) para falar de política. Cabe a eles falar de política. Eis uma proposição tácita que está inscrita na existência do campo político", (Bourdieu, 2011, 197), assim como há um grupo de especialistas institucionais que falam em nome de uma religião e que sob ela detêm a capacidade de manipular os elementos sagrados a representação política ocorre por meio de um grupo de profissionais que institucionalmente são possuidores de atribuições com poder de fala, "dentro de um campo político moderno as habilidades e técnicas profissionais transmitidas por instituições consagradas são de fato um pré-requisito para a capacidade de operar de modo eficaz (reconhecido) nos vários foros políticos" (Grenfell, 2018, p.328, 329).

Se, conforme Bourdieu (1989), somente os profissionais políticos com seu poder institucionalizado, têm condições para exercer a representação política, qual é então a posição da massa de não profissionais no jogo político? Há na teoria de bourdieusiana uma clara distinção entre os representantes (profissionais da política) e os representados/clientes (não profissionais da política), o sociólogo afirma que a representação dos interesses políticos de um determinado segmento social somente é possível se atender às demandas da classe política em particular. A produção do que é politicamente legítimo é monopólio dos profissionais que definem quais os constrangimentos e as limitações do funcionamento desse campo, os especialistas da política mantêm entre si uma espécie de cumplicidade fundamental, "podemos mesmo dizer que, em decorrência de pertencerem ao campo, elas têm interesses em sua perpetuação, e esses interesses podem ser apresentados como a expressão dos interesses dos cidadãos que lhes deram a delegação para representá-los", (Bourdieu, 2011, p.198), por esse fato a existência de um grupo de base (formado pelos não profissionais da política e cliente dos especialistas políticos), se torna necessário no jogo político, pois é esse grupo que fornece uma espécie de suporte que valida e justifica a representação dosespecialistas da política, embora o objetivo do profissional seja o de exercer poder sobreos não profissionais. Esse relacionamento apresenta certa reciprocidade uma vez que a base necessita de representação, por isso,

investem sua autoridade moral em um agente que se tornam portadores de sua voz. (Grenfell, 2018).

A perspectiva de Bourdieu sobre o campo e a representação política fornece alicerce para analisar o objeto central dessa presente pesquisa. As Escolas de Fé e Política vinculadas a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por meio do CEPEP, têm por objetivo incrementar a formação de lideranças católicas inseridas na política por meios dos partidos, sindicatos e movimentos sociais, além de promover a articulação de uma rede de assessores das escolas de fé e política dispersas nas em mais de 60 dioceses brasileiras. A questão é: por que a Igreja Católica se interessa pela formação de uma militância política nos sindicatos, partidos, organismos e movimentos sociais? E por qual motivo interessa a Igreja Católica a articulação nacional dos assessores dessas escolas?

Dentre os propósitos declarados pelo CEFEP[2] estão o de incentivar, apoiar e articular os grupos e escolas de fé e política existentes no país; formar agentes para atuação nos movimentos sociais, pastorais sociais, sindicatos, partidos políticos, entidades e organizações sociais e populares; fortalecer as pastorais sociais, movimentoseclesiais e outros organismos da Igreja cuja ação tenha incidência no político-social; organizar "redes eletrônicas" de comunicação política como espaço de difusão de textos, subsídios e troca de experiências. Embora os objetivos propostos possam não corresponder com aquilo que se é praticado na realidade e o que se projeta de forma ideal pode não ser o que se aplica na realidade, o que se observa é que essas proposiçõesconduzem para a formação de uma organização em rede cujo objetivo é a inserção de uma militância de fieis católicos especializados em variadas esferas do campo político brasileiro. A preparação de católicos para a atuação profissional no campo político é uma maneira da Igreja fornecer competência específica aos fieis/militantes para ampliar a sua probabilidade de sucesso no jogo político e consequentemente no campo religioso.Afinal, "como efeito, nada é menos natural do que o modo de pensamento de ação que é exigido pela participação no campo político: como o habitus religioso, artístico ou científico, o habitus do político supõe uma preparação especial" (Bourdieu, 1989, p.169). Para Bourdieu (1989) é necessário, em primeiro lugar, toda uma aprendizagem para se adquirir os *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos) que são elaborados pelo trabalho dos profissionais da política. O domínio da linguagem, da retórica (que é indispensável nas relações com os profanos) e do debate (necessária nas

[2] Fonte: http://www.cefep.org.br/conhecaocefep/objetivogeral/

relações com os profissionais) requer um processo de iniciação para inculcar o agente no domínio prático da lógica do campo político. Com o intuito de profissionalizar a atuação política no campo religiosoo CEFEP promove para agentes desenvolvem as assessorias das escolas de fé e política um curso de formação em nível de pós-graduação reconhecida pela Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio). Esse curso fornece um conjunto de disciplinas: Ensino da Doutrina Social da Igreja; História da Política e da Economia com seus conceitos básicos e as grandes etapas do capitalismo; História da formação social, econômica, política e cultural do Brasil, Comunicação e Política; A Legislação Eleitoral; Os Projetos dos partidos políticos e dos movimentos sociais; Metodologia para uma análise de conjuntura. Utilizando a lógica de Bourdieu (1989), essa formação, possibilita "compreender os discursos políticos que são oferecidos no mercado em dado momento e cujo conjunto define o universo do pode ser dito e pensado politicamente" (Bourdieu, 1989, p.170), dessa forma o CEFEP prepara a militância católica para o jogo político, gerando expertise de linguagem, ações e gestos políticos entre os leigos que atuam nesse campo, delegando a eles a função de atuar pelos ideias da igreja na esfera política.

A questão não é se a Igreja Católica atua no campo político brasileiro, mas sim, como ela atua. A instituição religiosa católica possui uma hierarquia de objetivos que abrange desde transmitir e difundir a sua mensagem, passando pelas preocupações instrumentais, como expansão institucional, posição financeira sólida, influência sobre apolítica e o Estado e não raro se vale de suas bases constituídas por fieis/militantes paraa ampliação de sua influência política (Mainwaring, 2004).

> "Negligenciar as organizações católicas de base também pode dificultar a compreensão de uma das fontes mais importantes de influência da igreja. O catolicismo caminhou na direção de uma instituição mais orientada para o leigo, particularmente em vários países latino-americanos (...). Não podemos compreender o papel político da Igreja em sociedades como El Salvador, Nicarágua e Brasil sem analisar a forma como as comunidades de base apoiaram a luta dos camponeses e trabalhadores para transformar as suas sociedades (...) No Brasil organizações como a Comissão Pastoral da Terra, Comissão Pastoral Operária, têm reforçado as lutas populares e influenciado significativamente o quadro político" (Mainwaring, 2004, p.29)

Ao promover a formação de agentes católicos através das escolas de fé e política, Igreja Católica proporciona a criação de um grupo de agentes políticos mais críticos, qualificados, aptos ao jogo e estrategicamente mais organizados. Bourdieu (1989) afirma que a autonomização do campo de produção ideológica é acompanhada da exigência de um reforço em matéria de competência geral ou mesmo específica em detrimento de uma militância política menos qualificada. Em decorrência dessa condição o sociólogo ressalta a criação de escolas especializadas no campo político no universo acadêmico, justamente para formar um

corpo técnico qualificado para a compreensão da dinâmica do universo da política. As escolas de fé e política proporcionam aos agentes católicos politicamente ativos uma melhor condição de compreensão e concorrência no campo da política, além de melhor posicionar a Igreja e seus adeptos nos jogos desse campo, essas escolas criam uma base que serve de esteio aos movimentos populares, ao mesmo tempo em que impulsiona o desenvolvimento de lideranças populares, possibilitam certa integração social entre católicos que atuam em organizações, movimentos, sindicatos, partidos e grupos sociais, e ainda há de se considerar a capacidade de uma formação religiosa e política de potencializar os efeitos da interiorização da ideologia católica nos militantes provocada pela educação associadaàs homologias estruturais entre o espaço social e o grupo social no qual o agente se insere, o que contribui de maneira significativa para a construção de um *habitus* católicono universo político.

As escolas de fé e política atendem especificamente a indivíduos oriundos de uma sociabilidade religiosa intensa que migram e se incorporam a processos de militâncias políticas ou vice-versa, ou seja, as escolas servem de forma particular a indivíduos cujos itinerários biográficos são marcados pela participação política e que apresentam identificações religiosas católicas, na simbiose entre a política e a religião esses indivíduos adéquam seus capitais simbólicos, dessa maneira "há militantes católicos que objetivam a transformação social e quadros políticos que se inserem em comunitarismo católico de forma intensa" (Carbonelli; Béliveau, 2018, p.33). Existe ainda outro fator, é possível que a Igreja Católica, através de formação de uma militância política mais qualificada, portanto mais profissional, impulsione seus tentáculos no campo político, mas é uma via de mão dupla. Os fieis católicos que se inserem na política também se valem do prestígio, do poder e da estrutura dessa instituição religiosa para ampliar seu capital simbólico e social. Isso ocorre devido ao fato da delegação de capital político pressupor a existência de instrumentos capazes de realizar a mobilização e a reprodução contínua da fonte dessas formas de capitais, os agentes acumulam seus capital político "no seio do próprio partido, em todas as organizações mais ou menos subordinadas ao partido e também nos organismos de poder local ou central e em toda a rede (...) que vivem em simbiose com esses organismos" (Bourdieu, 1989, p.194), a Igreja Católica atua nesse caso como fornecedora de capital simbólico e social para os militantes políticos a ela vinculados, e quanto mais avançado é o processo de fornecimento desses capitais maior é a capacidade de atrair militantes ligados pela sua dedicação à causa.

Pelos motivos já expostos as escolas de fé e política apresentam a capacidade de fornecer aos militantes uma melhor posição na disputa interna do campo político, além de lhes guarnecer de um discurso ético e moral advindo da religião, o que é contribui para projetar uma

imagem positiva do militante político, especialmente em nações com forte presença do cristianismo, como é o caso do Brasil. Bourdieu (1989) afirma que a construção do discurso sobre o que é politicamente aceitável ou politicamente refutado érealizada a partir das relações de interesse no campo, para o sociólogo a fronteira entre oque é pode ser dito e o que não pode ser dito, o que pode ser pensado e o impensável é determinado nas disputas "do jogo político, e mais precisamente, no universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em um dado momento" (Bourdieu, 1989, p. 165), o capital simbólico da religião acaba por fornecer mais legitimidade ao discurso político. O político ativo e católico traz em si um diferencial para a construção do seu discurso e a construção de narrativas é vital para definir o posicionamento no jogo político.

> "Para Bourdieu, ao observarem as necessidades internas do campo político, os agentes políticos têm suas tomadas de posições condicionadas pelas posições que ocupam na estrutura do campo e, além disso, devem introduzir certas características no conteúdo de seus discursos políticos de modo a poderem se "distinguir" das ideologias apresentadas por seus concorrentes." (Silva, 2005, p.198)

No campo político há uma clara disputa pelo poder simbólico, a política em si é um espaço das lutas simbólicas, é "o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, etc." (Bourdieu, 1989, p.164), o campo político é um espaço de disputas de narrativas, "no processo de produção de discursos políticos, os diversos agentes do campo - partidos, facções e os próprios militantes - procuram produzir os seus sistemas simbólicos com vistas a obterem o poder simbólico" (Silva, 2005, p.198), e as lutas simbólicas se dão pela representação legítima do mundo social, é a disputa pela obtenção do monopólio da expressão da verdade do mundo, onde os agentes competem pela imposição de suas ideologias, de suas narrativas e de seus discursos.

> "A luta que opõe os profissionais (da política) é, sem dúvida, a forma por excelência da luta simbólica pela conservação ou pela transformação domundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social e dos princípios de divisão desse mundo, ou mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou da conservação dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a" (Bourdieu, 1989, p.174)

A aproximação da Igreja com as classes populares e os trabalhadores, especialmente a partir do Concílio Vaticano II, forneceu um quadro de militantes católicos para sindicatos, movimentos operários e partidos políticos, especialmente para o Partido dos Trabalhadores (PT) (Barbosa, 2007). Ao mesmo tempo em que o VaticanoII abria espaços para a participação

dos leigos, as encíclicas sociais eram um alicerce para o surgimento de movimentos progressistas no interior da Igreja. No Brasil as ações sociais católicas intensificavam proximidades com a Teologia da Libertação (TdL), posteriormente, vários grupos de progressistas vinculados à Igreja católica, leigos adeptos da TdL e integrantes das pastorais e movimentos sociais e militantes de partidosde esquerda forneceram as bases para a formação a constituição do CEFEP.

A distinção entre progressistas e conservadores na Igreja Católica apresenta semelhanças com a divisão que ocorre no universo político. Para Bourdieu (1989) as disputas políticas tendem a organizar-se em torno da oposição entre dois pólos: partido do movimento e partido da ordem; progressistas e conservadores; esquerda e direita, esses grupos distintos e em oposição se organizam e são condicionados de acordo com as posições que ocupam na estrutura do campo. Cada um desses pólos adotam elementos distintos em seus discursos com o intuito de diferenciar as ideologias concorrentes que disputam a superioridade e a autenticidade de uma narrativa, ou seja, alegitimidade de um discurso depende da capacidade de seu poder simbólico de mobilizar adeptos. Bourdieu aponta que na concorrência os grupos políticos "são constantemente impulsionados por duas tendências antagônicas, uma que os leva a acentuar as diferenças, mesmo que artificialmente, para se distinguirem, para serem perceptíveis para as pessoas dotadas de um certo sistema de classificação" (Bourdieu, 2019, p.232).

Para Bourdieu, as narrativas que se encontram em oferta no mercado de bens políticos, são fruto das lutas simbólicas que os agentes travam entre si no campo político, essa mesma disputa vale para o universo católico. Conforme Mainwaring (2004) os intelectuais, os agentes das pastorais e movimentos que estão comprometidos com uma transformação social tendem a se posicionar na ala progressista da Igreja que fortaleceu a aliança com as classes e os grupos populares. Os católicos que fazem parte da elite econômica e os grupos que ocupam as maiores posições de prestígio na hierarquia tendem a atuar como conservadores.

> "As organizações religiosas geralmente desenvolvem alianças com o Estadoe com as elites como forma de assegurar a sua posição institucional. Simultaneamente a base social da religião frequentemente muda, seja através da ascensão das classes sociais que originalmente criaram os movimentos religiosos, ou através da substituição de setores de baixa renda por segmentos mais abastados. Essa mudança acentua a tendência das organizações religiosas serem politicamente conservadoras". (Mainwaring, 2004, 23)

Conclui-se que a posição política que cada grupo ou agente religioso católico adota tem uma relação com as disposições dos capitais em possuem. Maior quantidade de capital econômico maior tendência ao conservadorismo e posições à direita, quanto maior a

quantidade de capital cultural maior tendência de adesão a grupos progressistase posições à esquerda. Essa perspectiva é semelhante a que Bourdieu (2008) apresenta em sua obra *A mão esquerda e a mão direita do Estado*. A esquerda progressista objetiva associar o interesse público à lógica de cuidado social, o foco é compensar os efeitos e as carências provocadas pela lógica do mercado (Bourdieu, 2008, p.218). A direita conservadora "obcecada com a questão do equilíbrio financeiro" (Bourdieu, 1998, p. 10) se preocupa em vincular o interesse público ao mercado, o interesse primordial se volta para provê-lo e por meio de fomentos e estímulos visa garantir o seu melhor funcionamento. O capital simbólico também pesa nessa equação, pois ele confere prestígio e garante a fidelidade do grupo, considerando que "o poder simbólicoé um poder que aquele que lhe credita, uma *fide,* um *auctoritas,* que lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe" (Bourdieu, 1989, p.188), o próprio "capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento" (Bourdieu, 1989,p.187). O profissional da política retira a sua força da confiança que o grupo deposita nele. "Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo" (Bourdieu, 1989, p. 188). O agente político apresenta autoridade no campo político a partir a força de mobilização que ele detém a título pessoal, quer seja por meio de uma delegação, como mandatário de uma organização, por prestígio de lutas passadas ou pela notoriedade que é capaz de acumular.

A Igreja fornece um mecanismo com poder de mobilização de massa e ainda é capaz de conceder ao fiel politicamente ativo um prestígio, isso ocorre porque ela é uma"organização permanente, de membros permanentes capazes de mobilizar os militantes, os aderentes e os simpatizantes" (Bourdieu, p.1989, p.192) e em seu interior as relações correm na base da fraternidade e da irmandade entre os integrantes. A Igreja, por manipular elementos sagrados, apresenta capacidade promover a reputação de um agente, portanto, é um instrumento potente para gerar o capital simbólico recurso necessário dentro da disputa simbólica, ressalta-se que essa disputa é em si uma batalha pela conservação ou pela transformação das estruturas sociais.

2. CAPITAL CULTURAL E AS ESCOLAS DE FÉ E POLÍTICA

O capital cultural é uma das principais categorias analíticas de Pierre Bourdieu, essa ferramenta conceitual foi concebida na década de 1960 a fim de explicar asoportunidades desiguais no campo educacional, o conjunto de ideias que fornecem sustentação ao arcabouço

teórico do capital cultural foram inicialmente sistematizadas nas obras *Les Héritiers* (1964) e *La Reproduction* (1970). Com base em uma série de levantamentos quantitativos o sociólogo demonstrou a correlação estatística entre a origem social dos docentes (considerando o nível de escolaridade dos pais) e seu desempenho escolar. Bourdieu analisa que crianças pertencentes a classes sociais dotadas de maior poder econômico herdam de seus familiares um patrimônio cultural que interfere nas estruturas mentais e comportamentais que são convertidas em vantagens competitivas no campo social, ou seja, os estudos de Bourdieu demonstram o peso que a origem social exerce sobre o destino escolar dos alunos, isso ocorre devido ao fato de que as instituições escolares se sustentam em práticas consideradas legítimas construídas pelos produtos simbólicos socialmente aceitos e valorizados que são produzidos pelos grupos sociais dominantes que legitimam essas condições (Nogueira, 2017), "a instituição escolar seria, portanto, um fator de "reprodução" (e não de "democratização") da sociedade" (Nogueira, 2017, p.104), o que acaba por promover um ato de violência simbólica sobre os grupos dominados. Sobre essa condição afirma Bourdieu:

> Se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual obedece todo o sistema escolar é injusta de fato, e que, em toda sociedade onde se proclama ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios (BOURDIEU, 1998, p.53).

Inicialmente associado ao universo escolar, a teoria do capital social posteriormente passa ser aplicada a outros contextos para embasar a classificação dos agentes em diferentes hierarquias na vida social. "Bourdieu utiliza o conceito de capital cultural com enorme ambiguidade e abrangência, servindo para indicar todas as maneiras em que a cultura reflete ou atua sobre as condições de vida dos indivíduos" (Silva, 1995, p. 25). Em sua obra *L´Amour de l´art*, Bourdieu trata dos efeitos do capital cultural sobre a experiência estética, gostos e apropriação das obras de arte e em *A Distinção* demonstra como diferentes práticas culturais que compõem o estilo de vida dos indivíduos que vão desde alimentação até as opções de lazer traduzem os sistemas classificatórios que opõem o bom gosto ao vulgar, condições que são definidas através das lutas simbólicas pela classificação social. O gosto inclusive é o elemento pelo qual classificamos e somos classificados, e "assim classificado, o capital cultural reflete bem o realce dado por Bourdieu aos intangíveis e às minúcias da cultura de classe e, também, ao papel do sistema escolar na valorização da cultura dominante" (Silva, 2005,p.25).

> "A intolerância estética exerce violências terríveis. A aversão pelos estilos de vida diferentes é, sem dúvida, uma das mais fortes barreiras entre as classes: como bom testemunho temos a homogamia. E, para aqueles que julgam ser detentores do gosto

> legítimo, o mais intolerável é, acima de tudo, a reunião sacrílega dos gostos que, por ordem do gosto, devem estar separados." (Bourdieu, 2013, p.57)

Na luta pelo poder e prestígio no espaço social é possível adotar o que Bourdieu define por estratégias de reconversão. A elite detentora do capital cultural pode não ser possuidora do capital econômico, assim, é necessário criar mecanismos para converter a distinção conquistada através da educação em um instrumento para alcançar as melhores posições sociais o que resulta, inclusive, em ganhos financeiros. Em resumo, éum estratagema dentro da dinâmica social que cria possibilidades de conversão de um tipo de capital em outro. Conforme Bourdieu (1998) a própria lógica simbólica da distinção do capital cultural assegura aos seus portadores benefícios materiais e simbólicos. As formas de capital são conversíveis umas nas outras, o capital econômico pode ser convertido em capital cultural e vice-versa, o mesmo ocorre com relação as disparidades, ou seja, "as desigualdades associadas ao capital cultural refletem desigualdades nas capacidades de adquirir capital econômico que também refletem desigualdades anteriores na posse de capital cultural" (Moore, 2018, p.146). Embora a posse de um capital propicie condições para a consecução de outras formas de capital, Bourdieu chama atenção para um fator, a aquisição de capital cultural demanda tempo, em contraste com o capital econômico. É possível conquistar um alto volume de recursos financeiros em um curto espaço de tempo, contudo, não se obtém capital cultural dessa mesma forma.

> "A acumulação do capital cultural no estado incorporado, ou seja, na forma daquilo que se chama cultura, cultivação, *Bildung*, pressupõe um processo de incorporação, que, por envolver um trabalho de insinuação e assimilação, custa tempo, tempo esse que precisa ser investido pessoalmente pelo investidor" (Bourdieu, 2013, p.48)

O capital cultural incorporado é gerado por meio de um trabalho de inculcação e de assimilação, custa um período de tempo que deve ser empregado pessoalmente pelo investidor, não pode ser acumulado para além das capacidades de apropriação de um agente singular; depaupera e morre com seu portador (com suas capacidades biológicas, sua memória. Apresenta-se como disposições ou predisposições duráveis que se tornam, inclusive, propriedades físicas, como é o caso de posturas corporais, esquemas mentais, habilidades linguísticas (Bourdieu, 1998). A formação do capital cultural incorporado exige um contato prolongado com um corpo especializado, como ocorre em um processo de formação escolar, isso porque o trabalho de inculcação deve durar o bastante para produzir uma formação durável, capaz de gerar um *habitus* que nesse casoé o produto da interiorização dos princípios arbitrários socialmente determinados que se perpetuam mesmo depois de concluído o processo de formação. A formação escolar garante não apenas a transformação profunda e durável que gera a posse da "cultura legítima" sustentada pela fração dominante do campo

social, assegura também o capital cultural em sua forma institucionalizada, uma vez que os títulos escolares têm valor formal e são socialmente aceitos, o que garante a isenção de questionamentos por parte de terceiros e se torna desnecessária a comprovação contínua.

> "A escola não cumpre apenas a função de consagrar a "distinção" – no sentido duplo do termo – das classes cultivadas. A cultura que ela transmite separa os que recebem do restante da sociedade mediante um conjunto de diferenças sistemáticas: aqueles que possuem como "cultura" (no sentido dos etnólogos) a cultura erudita veiculada pela escola dispõem de um sistema de categorias de percepção, de linguagem, de pensamento e de apreciação, que os distingue daqueles que só tiveram acesso à aprendizagem veiculada pelas obrigações de ofício ou que lhes foi transmitida pelos contatos sociais com seus semelhantes" (Bourdieu, 2007, p.221)

Conforme Bourdieu a consagração de títulos escolares apresenta semelhanças com a concessão de títulos nobiliários por parte da antiga nobreza, as cerimônias de entrega de diplomas se equivalem às solenidades de sagração dos cavaleiros. A nobreza escolar é herdeira da nobreza de sangue, assim para se constituir capital cultural é necessário ter como fonte a produção identificada como produto das propriedades intelectuais dominantes, que definem a cultura legítima (Nogueira, 2017). O capital cultural institucionalizado é expresso através de atestado e reconhecimento institucional, a objetivação desse tipo de capital sob a forma de diploma é um atestado de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional que é juridicamente garantido e socialmente reconhecido. Há uma espécie de magia imposta e mantida pela crença coletiva nas instituições dotadas do poder de fazer reconhecer esse capital (Bourdieu, 1998).

Há ainda o capital cultural em sua forma objetivada, que é configurada com a posse de bens materiais como livros ou obras de arte, ou seja, pode ser apropriado tanto materialmente (no caso dos livros) quando simbolicamente (no caso das obras de arte), sendo esse transmissível em sua materialidade. Dessa forma, os bens culturais podem ser objeto de uma apropriação material, que necessariamente requer a utilização do capital econômico.

A teoria do capital cultural de Bourdieu é uma fonte explicativa para a compreensão acerca do papel das escolas de fé e política. Essas escolas começaram a surgir no Brasil a partir do início da década de 1990 quando é lançado um documentoda Conferência Nacional dos Bispos do Brasil denominado Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil para o quadriênio 1991-1994. Nesse documento se questiona a quem caberia a função de fornecer a formação política aos fieis católicos no país: aos partidos, as instituições de ensino ou a própria Igreja Católica? A resposta é fornecida pelo próprio documento, a Igreja deverá fazê-la. Em decorrência do proposto por essas diretrizes a CNBB lança a Campanha da Fraternidade (CF) com o tema "Fraternidade e Política", em 1996, e apresenta como proposta a criação de

unidades de formação política ou o estímulo as já existentes cujo objetivo é a politização dos cristãos católicos. Conforme o manual da CF/96 era necessário evidenciar três aspectos:

> 1) a insistência na formação política dos cristãos, para que o conceito de política se estendesse além de processos eleitorais e passasse a fazer parte do cotidiano familiar e eclesial, a fim de que —"política" não fosse simplesmente identificada com —eleição;
>
> 2) a necessidade de uma participação política ativa e consciente, através do exercício de cargos públicos, tendo sempre como objetivo a construção de uma sociedade favorável aos pobres;
>
> 3) a necessidade de cada pessoa ser realmente sujeito da ação política, exercendo sua cidadania através da construção de uma sociedade justa e fraterna. (CNBB, Justiça e Paz se abraçarão. Manual da CF/96, n.7-8, p. 40.)

Nesse período diversas dioceses[3] iniciaram o processo de implantação de unidades de formação em religião e política e em 1999 o documento *Missão e Ministério dos Cristãos Leigos e Leigas*, aprovado pela Assembleia Geral dos Bispos passa a designar essas unidades pelo termo Escolas de Fé e Política. Em 2005, a CNBB cria o CEFEP com o intuito de articular e prover elementos técnico-teóricos a essas escolas em todo território nacional. Bourdieu (1998) observa que o espaço social está estruturado por dois principais elementos de diferenciação que se sustentam nas duas mais importantes formas de capital, o capital econômico e o capital cultural. Na concepção bourdieusiana a aquisição do capital cultural ocorre por meio da família, das ações socializadoras e dos processos educacionais institucionalmente elaborados. Ao promover a formação educacional qualificada para os católicos que atuam na militância política a Igreja Católica está municiando esses fieis de capital cultural e os colocando em condições mais favoráveis para a disputa nos jogos do campo político. Dotados de maior capital cultural os militantes políticos católicos se tornam potencialmente mais ativos e também mais competitivos no campo político. Os três aspectos abordados pela CF/96 evidenciam que a CNBB detectou a necessidade de maior participação dos católicos no cenário político, a partir daí torna-se necessário para Igreja Católica traçar uma estratégia para promover uma maior e melhor inserção dos católicos no campo político, daí resulta a criação do Centro Nacional Fé e Política por parte da CNBB. A presença do catolicismo na política brasileira tem sido constante, vinculado ao estado e as classes dominantes até 1964, no período militar a CNBB entra em atrito

[3] Diocese é a forma como a Igreja se organiza pastoral e territorialmente. Também denominada de Igreja Particular, na teologia e lei canônica, é uma comunidade eclesial administrada por um bispo em comunhão com Roma. O Código de Direito Canônico refere-se às Igrejas particulares como sendo as unidades "nas quais e das quais existe a una e única Igreja Católica"

com o governo tornando-se uma das instituições a criticar o regime autoritário. Quando o Brasil se aproximava de uma democracia liberal, em meados da década de 1980, a conferência dos bispos continuava a desfrutar de certa importância política, mas teve de rever as suas táticas de ação para continuar a ter influência nesse campo (Mainwaring, 2004).

Como tática de inserir católicos no âmbito político o CEFEP considera que o processo de formação nas escolas de fé e política deve ser global e permanente, com múltiplas dimensões relacionadas entre si e que a formação deve ser, ao mesmo tempo, moral, espiritual e intelectual, a fim de que o agente participante se torne sujeito ativo dos processos políticos em que atua[4]. O próprio CEPEP realiza anualmente um curso de pós-graduação em formação política para cristãos que é reconhecido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), instituição responsável pela emissão dos diplomas. Na obra *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistemade ensino*, Bourdieu e Passeron (2011) demonstram que o capital cultural é adquirido através de um processo de aprendizagem que leva ao inculco, os agentes expostos ao processo de ensino acabam também por expressar no campo em que atuam o *habitus* que lhes foi inculcado, dessa forma, as escolas de fé e política atuam como formadoras de uma militância com o *habitus* católico preparada para a inserção na política.

Quanto mais um espaço político se autonomiza, mais avança em conformidade com a sua própria lógica, sendo assim, mais cresce a separação dos especialistas com relação aos profanos, as escolas de fé e política possibilitam a aquisição de capital cultural, tornando os católicos ativos na militância mais preparados para o embate do jogo, e, portanto, mais profissionalizados para os embates no campo político. Através deseus fieis preparados para atuar no jogo político a Igreja Católica amplia seus horizontesde poder e influência.

REFERÊNCIAS

AZZI, Riolando. A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008.BOSCHI, Caio César. Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

BACHELARD, Gaston. A filosofia do “não”. São Paulo: Abril, 1984.

BARBOSA, imerson alves. A Esquerda Católica na Formação do PT. Dissertação de Mestrado Curso de PósGraduação da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Agosto, 2007.

[4] Fonte: http://www.cefep.org.br/curso-de-formacao-politica/

BURAWOY, Michael (2010), O marxismo encontra Bourdieu, São Paulo: Editora da Unicamp.

BOURDIEU, Pierre. Leçon sur la leçon. Paris: Minuit, 1982.

BOURDIEU, Pierre, "The forms of capital", *in* J. G. Richardson (org.), Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education, Nova Iorque, Greenwood, pp. 241-58, 1985.

BOURDIEU, Pierre. Escrito de educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Da Casa do Rei á Razão do Estado: um modelo de gênese do campo burocrático. In: WACQUANT, L. (org.) O mistério do ministério, Rio de Janeiro: Revan, 2005.

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas 2008

BOURDIEU, Pierre. O campo político. Dossiê "Dominação e Contra Poder. Rev. Bras. Ciênc. Polít. no.5 Brasília Jan./July 2011.

BOURDIEU, P. A distinção - crítica social do julgamento. São Paulo, Editora Zouk/Edusp, 2013.

CARBONELLI, Marcos André; BÉLIVEAU, Verónica Gimenez. Religião e Políticaem Tempos de Mudança. Pablo Semán (org.) 1ª ed. São Paulo: Baioneta Editora, 2018.

CNBB, Justiça e Paz se abraçarão. Manual da CF/96

MAINWARING, Scott. A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985). TraduçãoHeloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MOORE, Rob. Capital. In: Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais. Editado por Michael Grenfell, tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

NOGUEIRA, M. A; NOGUEIRA, C. M. M. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. Educação e Sociedade, 23(78), 15-35, 2002.

NOVAES, Regina. Os jovens, os ventos secularizantes e o espírito do tempo. In:Faustino Teixeira, Renata Menezes (organizadores). As religiões no Brasil: continuidades e rupturas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PETERS, Gabriel. Pierre Bourdieu (1930-2002) in: Os Sociólogos: clássicos das Ciências Sociais/Sarah Silva Telles, Solange Luçan de Oliveira (organizadores) – Petrópolis, RJ: Vozes, Rio de Janeiro: Editora PUC, 2018.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. RAP Riode Janeiro 40(1):27-55, Jan./Fev. 2006

WACQUANT, L. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma notapessoal. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n.19, p.95-110, nov. 2002

VANDENBERGHE, Frédéric. "The real is relational: an epistemological analysis ofPierre Bourdieu's generative structuralism". Sociological Theory. 17, 1, pp.32-67, 1999

CAPÍTULO XLVI

RELIGIÃO E ESPIRITUALIDADE: UMA SINTONIA EM BUSCA DO SAGRADO

Vera Lúcia Moreira Alves Lucarelli[1]

[1] Doutoranda em Ciência da Religião na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mestrado em Ciências da Religião pela UMESP, graduação em Teologia pelo Claretiano Centro Universitário, graduação em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Atualmente realiza pesquisa no Centre Sèvres – Facultés Jésuites de Paris e cursa Connaissance des religions du monde no Institut Catholique de Paris.

RESUMO

Nas práticas culturais atuais, a múltipla pertença torna-se um fenômeno da sociedade moderna que desafia o ser humano a viver de forma harmoniosa em um universo de muitas crenças e muitas cores. É um novo paradigma que abre espaço às diversas cosmovisões religiosas e suas manifestações em uma sociedade "pós secularizada", marcada pela diversidade religiosa, surgida da ruptura do monopólio da tradição católica. Atualmente as verdades da religião se referem à conscientização da força interior do ser humano que, se não encontra o senso da transcendência nos dogmas e ritos religiosos, busca em uma outra dimensão de sua existência, como por exemplo, um mergulho no seu inconsciente a fim de despertar a transcendência divina, lembrando que o mundo antigo não acreditava em uma única Divindade Suprema. A pluralidade religiosa e a múltipla pertença são os resultados dessa inquietude humana presente nas práticas culturais atuais. Conhecer as formas de "espiritualidade" apresentadas pelas doutrinas religiosas e seus significados perante a busca do sentido da vida humana, será um caminho para compreender os objetivos que levam o indivíduo a participar de várias congregações religiosas, cujas doutrinas, tomadas em conjunto, podem elucidar o sentido da vida, o qual representa para ele, o encontro com o Sagrado diante dos processos socioculturais face à atual globalização religiosa.

Palavras-chave: Práticas culturais, múltipla pertença, espiritualidade, globalização, sagrado.

1. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, há sinais de experiências religiosas e, elas vêm sendo construídas desde que a sociedade se estabeleceu no planeta Terra. Apesar de todas as suas transformações, algumas de suas características subsistem, pois, o homem continua sendo até hoje, um Homo Religiosus como era desde o início de sua criação[1].

[1] Karen Armstrong. Em defesa de Deus: o que a religião realmente significa, p. 21.

Um conjunto de crenças, estabelecido em doutrina, ao qual uma cultura religiosa poderia se espelhar, surgiu somente com a formação das religiões monoteístas. Dela também se originou a ideia de Deus como a verdade absoluta da suprema transcendência[2]. Com o desenvolvimento dos povos e suas migrações, as sociedades espalharam-se por todos os continentes e assim o sincretismo e práticas de religiões estrangeiras se tornaram comuns[3].

2. ESPIRITUALIDADE

Os conceitos de espiritualidade das doutrinas religiosas e seus significados perante a busca do sentido da vida humana é uma das características primordiais da capacidade da autotranscendência do indivíduo, pois o importante é a ressignificação do sentido religioso, que inspire profundamente a esperança da paz interior, da sublimação do ser em relação ao sagrado.

À primeira vista observa-se que a espiritualidade é o revés da materialidade e, por outro lado, o espírito se opõe à matéria humana. Contudo, a realidade mostra que um indivíduo desprovido da essência divina prescinde da percepção de sua subjetividade. Portanto, corpo e espírito constituem a dimensão do ser humano.

Assim sendo, religião e espiritualidade se encontram em níveis distintos na contemporaneidade humana. Enquanto uma mergulha nas sombras da memória humana, a outra desperta do âmago de uma sociedade asfixiada pelo tributo da autoridade doutrinária, pois o homem tem a tendência de viver mesclado ao sagrado. Desde os primórdios essa característica acentua o poder à realidade por natureza, e, por essa razão a dessacralização contemporânea dificulta o ser humano reencontrar suas dimensões profundas as quais lhe revelam o sentido da vida.

Tais experiências se confundem diante do comportamento religioso em um universo fragmentado pela força obrigatória de toda a existência de se integrar à sociedade, seja por privilégios e ou pela sobrevivência cotidiana. Essa necessidade leva a observar que o "mundo em que se vive" torna-se um "mundo sagrado". Esse limiar verifica um sinal da significação religiosa perante a natureza não racional dessa venerável consagração em relação ao espírito humano. O sagrado tende a levar à revelação de uma realidade profunda, como também à

---

[2] Ibidem, p. 29.

[3] Karina Bezerra. História geral das religiões, p. 21.

transformação da materialidade em uma substância incorpórea capaz de fragmentar uma inexperiência humana. Daí a importância de compreender a união entre matéria e espírito em sua relação íntima na busca pelo admirável sentido da existência humana.

3. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESPIRITUALIDADE EM RELIGIÃO/ VIDA RELIGIOSA

Celebrar os mistérios espirituais sempre foi considerado sublime desde a Antiguidade. Todos os povos se esforçavam para um dia alcançar o sagrado, praticando suas crenças através de seus ritos considerados sagrados.

Celebrações antigas favoreceram e contribuíram para a formação e estruturação das sociedades e das religiões atuais, com suas teocracias e leis divinas. Portanto, a espiritualidade existe desde o surgimento do espírito humano na natureza.

A religião seria resultado de um processo de institucionalização da espiritualidade, mas também há espiritualidade institucionalizada sem ser religião, como é o caso do budismo, considerado uma filosofia de vida. Desse modo, espiritualidade e religião se aproximam, mas não se fundem, pois, a espiritualidade é a essência do espírito humano e a religião é um conjunto de regras dogmáticas.

A espiritualidade nas comunidades religiosas é intitulada como doutrina, não há unanimidade sobre um conceito para a espiritualidade dentro das instituições religiosas, pois esta está além da pertença religiosa, o que leva a entender que a religião faz uso do termo espiritualidade como reflexão sobre a revelação, isto é, a busca do sagrado, porque na experiência religiosa é nos símbolos religiosos, nos ritos e nas manifestações que se concentram o processo da revelação divina.

Para Panasiewicz[4], a religião é a busca de construir um mundo com sentido transcendental independente do sentido dado pela racionalidade. Ela brota de onde emergem os desejos, as fantasias, os sonhos e as utopias. Ela é a expressão da religiosidade do ser humano. No entanto, Feller[5] conceitua que a relação com o exterior se tornou por demais desafiante e cansativa. Prefere-se, pois, a fuga para o interior, onde é possível um aconchegante

[4] Roberlei Panasiewicz. Pluralismo religioso contemporâneo. Diálogo interreligioso na teologia de Claude Geffré, p. 113.

[5] Vítor Feller. Fé cristã e pluralismo religioso, p. 69.

repouso para o exercício da dimensão religiosa, o usufruto da liberdade, a comunhão com a natureza, a criação de uma religiosidade própria e particular, sem dogmas e compromisso. Para ele, esta é a espiritualidade da Nova Era.

4. O PROCESSO DA SECULARIZAÇÃO

O impulso da sociedade em direção ao processo de secularização possibilitou que muitas das exigências das igrejas passassem a ser desnecessárias para a sua estruturação tecno-científica e social. Isso ocasionou a luta da Igreja Católica para permanecer em ascensão com a convicção de sua relevância na sociedade atual. Um dos fatores primordiais em sua luta foi a busca pelo diálogo ecumênico interreligioso, como primeiro passo para preservar a importância da prática espiritual entre seus fiéis, pois, a presença de Deus é considerada essencial para a salvação da humanidade. Na visão de Karl Rahner (1904–1984), o cristianismo do futuro será místico, ou não será.

Habermas[6] sugere que os secularizados não devem negar potencial de verdade a visões de mundo religiosas e que devem entender a secularização cultural e social como um processo didático duplo, que obriga as tradições do Iluminismo assim como as doutrinas religiosas a uma reflexão acerca de suas respectivas fronteiras.

A religião precisa se alicerçar em suas raízes e se concentrar nas tarefas primordiais à atualidade para sobreviver dentro do processo de secularização que se encontra a humanidade. Deve-se inspirar no Evangelho para transpor a resistência nas estruturas da Igreja. Para Menozzi,

> [...] a secularização transformou-se no grande desafio do mundo contemporâneo em relação à Igreja, causa determinante da diminuição da prática religiosa, da redução das vocações, da perda dos valores éticos do catolicismo na vida individual e familiar, e ainda, em particular, por tender à meta de uma organização de vida coletiva que prescinde dos valores cristãos, reduzindo ou anulando a importância social da Igreja.[7]

Consoante a essa argumentação, Sanchez[8] afirma que a Modernidade impulsionou o processo de secularização, o que levou a religião a deixar de ser referência primordial dentro do novo contexto da humanidade.

---

[6] Jurgen Habermas. Os secularizados não devem negar potencial de verdade a visões de mundo religiosas, p. 03.

[7] Daniele Menozzi. A igreja católica e a secularização, p. 11.

[8] Wagner Lopes Sanchez. Pluralismo religioso: as religiões no mundo atual, p. 30.

Contudo, Velasco[9] salienta que a "pós-modernidade" gerou um vazio de sentido diante das ciências e instituições religiosas ocasionando assim, o retorno às diversas formas de religiosidade conhecidas desde a antiguidade.

Na atual sociedade "dessacralizada", a busca pelo sagrado converteu-se na grande razão, isto é, o "Mistério" passou a ser primordial para o encontro do verdadeiro sentido da vida, cujo segredo para a sua compreensão, pode-se dizer que está na percepção de que ele se insere no contexto religioso.

Em Introduccion a la fenomenologia de la religion, tratando do sagrado como pertencente à ordem e ao âmbito da realidade, Velasco reporta-se a Rudolf Otto em sua obra Das Heilige, ao utilizar o termo "o sagrado".

> O sagrado designa para nós o âmbito em que se circunscrevem todos os elementos que compõem o fato religioso, o campo significativo a que pertencem todos eles; o sagrado significa a ordem peculiar da realidade na qual se inserem aqueles elementos: Deus, homem, atos, objetos, que constituem as múltiplas manifestações do fato religioso[10].

5. SECULARIZAÇÃO E PLURALISMO

A Reforma Protestante, juntamente com o Renascimento e a Revolução Científica, acelerou o processo de secularização. Foi dentro desse contexto que a Igreja Católica e as novas denominações protestantes sucumbiram à iconoclastia da modernidade[11], provocando assim, o pluralismo religioso no Ocidente.

Vale ressaltar, que o período histórico do início da Reforma Protestante coincide com as descobertas de territórios durante a expansão marítima. Nesse cenário, os fiéis protestantes perseguidos na Europa, aproveitaram a oportunidade de povoar (e colonizar) a América do Norte. Ocorre a imigração de ingleses, irlandeses e outros (protestantes, em sua maioria) para a América do Norte, com a intenção de seu desbravamento, bem como da liberdade para professar sua fé, livre da perseguição católica que ocorria na Europa[12].

Segundo Berger,

> A "crise de credibilidade" na religião é uma das formas mais evidentes do efeito da secularização para o homem comum. Dito de outro modo, a secularização acarretou um amplo colapso da plausibilidade das definições religiosas tradicionais da realidade. [...]

---

[9] Juan Martín Velasco. Introducción a la fenomenología de la religión, p. 87.

[10] Ibidem, p. 88.

[11] Karen Armstrong. Em defesa de Deus: o que a religião realmente significa, p. 179.

[12] Max Weber. *Ensaios de sociologia*, p. 347.

> O fenômeno do "pluralismo" é um correlato sócioestrutural de secularização da consciência.[13]

A Evangelii Nuntiandi, de Paulo VI, indica que "a tarefa de evangelizar todos os homens constitui a missão essencial da Igreja". Isso passou a ser um grande desafio para a diversidade religiosa no século XXI. Tal diversidade foi iniciada na sociedade europeia, onde fatos históricos como a Reforma Protestante e a Revolução Francesa romperam o monopólio político e religioso durante o Renascimento.

A globalização fez emergir uma nova realidade para as religiões, um pluralismo de fé religiosa, cuja proliferação exige um diálogo interreligioso em busca da paz mundial. Esse pluralismo torna incerta a assimilação dos ensinamentos das Escrituras Sagradas. Ele existe há milênios, baseado na liberdade espiritual de todos os povos em professar sua fé em uma Divindade Suprema. Logo, o Cristianismo não pode ser considerado o princípio de todas as tradições religiosas, sendo a alteridade o ponto principal de todo ser humano que busca sua evolução espiritual.

Segundo Geffré[14], a teologia tradicional da salvação precisa buscar compreender o significado do pluralismo religioso no desígnio unitário de Deus, pois ele é um dado essencial da experiência histórica deste tempo contemporâneo, sobretudo como uma exigência de respeito aos seus caminhos misteriosos no coração do homem. Nesse seguimento, Teixeira relata que o grande místico andaluz, Ibn al-Arabi[15] (1165-1240), soube como poucos captar e valorizar a positividade do pluralismo religioso, que para ele tem suas raízes em Deus, pois, possui uma sensibilidade especial capaz de captar a sutileza da graça, como também de perceber sua presença universal. Além disso, Dupuis expressa que o pluralismo religioso precisa ser entendido como um desígnio de Deus para a salvação da humanidade. Sua percepção abre novas perspectivas para o diálogo interreligioso que possibilita aos cristãos descobrir com admiração "tudo aquilo que a ação de Deus, através de Jesus Cristo e do seu Espírito, realizou e continua realizando no mundo e na humanidade". "O fato de Jesus Cristo ser Salvador 'universal' não faz dele o 'Salvador Absoluto', que é o próprio Deus".[16]

---

[13] Peter Ludwig Berger. O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião, p. 139.

[14] Claude Geffré. *Croire et interpréter*, p. 127.

[15] Faustino Teixeira. Cristianismo e diálogo interreligioso, p. 207.

[16] Jacques Dupuis. Rumo a uma teologia do pluralismo religioso, p. 390.

Sanchez[17] argumenta que a ruptura do monopólio religioso contribuiu para a elaboração do paradigma moderno em contraposição ao paradigma medieval baseado na sacralização do mundo, pois, com a sociedade europeia se direcionando para as novas colônias americanas, em busca de suas riquezas para o crescimento de suas nações, houve a emigração daqueles que abraçaram as novas seitas e religiões após a divisão cristã por Lutero, Calvino e outros.

6. A MÚLTIPLA PERTENÇA

O pluralismo gerou uma grande oferta religiosa no mundo. A partir disso, muitas pessoas passaram a desenvolver sua espiritualidade mesclando princípios espirituais e vivências religiosas distintas. Sobre esse indivíduo que migra em múltiplas espiritualidades ou múltiplas religiosidades dizemos que possui "múltipla pertença", ele desenvolve um sentimento de pertencimento (um vínculo de identidade) a mais de uma orientação espiritual ou a mais de uma religião ao mesmo tempo.

Segundo Leonardo Boff[18], a maior contribuição brasileira para a cultura mundial se propicia do encontro de todas as religiões e das tradições espirituais. Esse misticismo carregado de magia, de alegria e de esperança de que tudo no seu final existe para brilhar e ser feliz, originou o que se conhece hoje por múltipla pertença, uma maneira diferente de experimentar e professar a fé a qual pode ser observada em muitos caminhos espirituais da humanidade em busca do sagrado, apesar do grande medo do ser humano em relação à morte.

Sendo o sincretismo religioso um elo na história de muitos povos em busca da revelação divina, pode-se dizer que ele é um fenômeno cada vez mais difundido e enriquecedor para a sua própria cosmovisão. Hoje é muito comum se referir a essa múltipla pertença como: lá em casa há muitas moradas[19], pois em muitas famílias existe uma diversidade de práticas religiosas entre seus membros e todos convivem harmoniosamente.

Herviéu-Léger[20], intitula o novo panorama religioso ocidental de "modernidade religiosa", de tendência à "individualização e à subjetividade das crenças religiosas", afetando as formas de experiência, expressão e de sociabilidade religiosas. Ainda segundo ela,

---

[17] Wagner Lopes Sanchez. Pluralismo religioso: as religiões no mundo atual, p. 41.

[18] Leonardo Boff. *Ética da vida*., p. 170.

[19] Afonso Maria Ligório Soares. *Lá em casa há muitas moradas*!. p. 205.

[20] Danièle Hervieu-Léger. O peregrino e o convertido: a religião em movimento, pp. 41-42.

> No âmbito da religião, como nos demais, a capacidade do indivíduo para elaborar seu próprio universo de normas e de valores a partir de sua experiência singular, tende a impor-se, como vimos, vencendo os esforços reguladores das instituições. [...]. Os crentes modernos reivindicam seu 'direito de bricolar', e, ao mesmo tempo, o de 'escolher suas crenças'. Mesmo os mais convictos e os mais integrados a uma determinada confissão fazem valer seus direitos à busca pessoal pela verdade. Todos são conduzidos a produzir por si mesmos a relação com a linhagem de crença na qual eles se reconhecem[21].

Surge assim um prisma interessante para analisar a profissão de fé dentro do contexto humano, já que a diversidade religiosa está sendo observada dentro de distintas sociedades, e, cuja particularidade é retratada pela múltipla pertença.

7. CONCLUSÃO

A partir da pesquisa bibliográfica inicial, observa-se que o cristianismo e, dentro dele, a Igreja Católica, continuam com uma expressividade e forças significativas junto à população. A individualidade de escolha da religiosidade de cada cidadão tem proporcionado a migração de fiéis de uma religião para outra e a proliferação de religiões evangélicas, indicando que cada um busca sua salvação pela fé doutrinária direcionada e estabelecida em cada religião, e, a isso junta-se a múltipla pertença, o indivíduo passa a pertencer a múltiplas doutrinas em sua busca pelo sagrado, o verdadeiro sentido da vida.

Espera-se que, ao fim da pesquisa, tenha-se melhor conhecimento sobre o que, de fato, o cenário de secularização e diversidade religiosa apresenta, podendo estabelecer se realmente há múltipla pertença na sociedade atual ou se esta, adquire juntamente à questão da secularização, especificidades que a literatura nacional e internacional analisada sobre o tema não contempla.

REFERÊNCIAS

Livros

ARMSTRONG, K. **Em defesa de Deus:** ***o que a religião realmente significa***. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BOFF, L. **Ética da vida**. Brasília, DF: Letraviva, 1999.

BOFF, L. Espiritualidade: um caminho de transformação. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

[21] Ibidem, pp. 41-42.

DUPUIS, J. Rumo a uma teologia do pluralismo religioso. Petrópolis: Vozes, 1991.

FELLER, V. **Fé cristã e pluralismo religioso**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

GEFFRÉ, C. **Croire et interpréter**. Paris, Cerf, 2001.

HERVIÉU-LÉGER, D. **O peregrino e o convertido: a religião em movimento**. Petrópolis, RJ: Editora vozes, 2008.

KUNG, H. Religiões do mundo: em busca dos pontos comuns. Campinas, SP: Verus Editora, 2004.

MENOZZI, D. A **igreja católica e a secularização**. São Paulo: Paulinas, 1998.

PANASIEWICZ, R. Pluralismo religioso contemporâneo. Diálogo interreligioso na teologia de Claude Geffré. 2ª ed. São Paulo: Paulinas; Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2010.

RAHNER, Karl. **O cristão do futuro**. São Paulo: Novo Século, 2004.

ROCHA, D.; DEUSDARA, B. Análise de conteúdo e análise de discurso: *aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória*. Rio de Janeiro: Alea: Estudos Neolatinos, vol. 7, n. 2, 2005.

SANCHEZ, W. L. **Pluralismo religioso: *as religiões no mundo atual***. Coleção temas do ensino religioso. São Paulo: Paulinas, 2010.

SOARES, A. M. L. Interfaces da revelação: pressupostos para uma teologia do sincretismo religioso no Brasil. São Paulo: Paulinas, 2003.

TEIXEIRA, F. **Cristianismo e diálogo interreligioso**. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

VELASCO, J. M. Introduccion a la fenomenologia de la religion. Madrid: Trotta, 2006.

VELASCO, J. M. **Espiritualidad y mística**. Madrid: Ediciones sm, 1994.

WEBER, M. **Ensaios de sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979.

Artigos

BARTZ, A. Múltiplas pertenças, desinstitucionalização e desregulação da crença: refletindo a modernidade religiosa no Brasil. Protestantismo em Revista, São Leopoldo, RS, v. 25, maio-ago. 2011. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/viewFile/139/191.>. Acesso em 30/04/2017.

BERGER, P. L. O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 2004. 5. ed. Disponível em:<http://www.academia.edu/15894229/Dossel_Sagrado_elementos_para_uma_teoria_sociologica_da_religi%C3%A3o> Acesso em 02 out. 2016.

ELIADE, M. O sagrado e o profano (Tradução de Rogério Fernandes). – São Paulo: Martins Fontes, 1992. Disponível em:

<http://gepai.yolasite.com/resources/O%20Sagrado%20E%20O%20Profano%20-%20Mircea%20Eliade.pdf.>. Acesso em 30/04/2017.

FREI BETTO. Espiritualidade e religião – 13 dez. 2011. Disponível em: <http://amaivos.uol.com.br/amaivos2015/?pg=noticias&cod_canal=53&cod_noticia=19929.>. Acesso em 01 mai. 2017.

GONÇALVES, A. S. Uma espiritualidade sem igreja: a emancipação institucional e o surgimento de novas experiências religiosas. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/download/1088/1068>. Acesso em 29 abr. 2017.

HABERMAS, J. Os secularizados não devem negar potencial de verdade a visões de mundo religiosas. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2404200507.htm>. Acesso em 16 out 2016.

NASCIMENTO, H. J. A recuperação da dimensão mística no cristianismo em uma cultura pós-moderna: Uma leitura da teologia de Martín Velasco. Disponível em: < http://www.faculdadejesuita.edu.br/documentos/101013-83222y5YIASj.pdf>. Acesso em 20 mai. 2017.

TEIXEIRA, F. E. B.; MULLER, M. C.; SILVA, J. D. T. DA. Espiritualidade e qualidade de vida. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. Disponível em:

<Http://www.pucrs.br/edipucrs/digitalizacao/irmaosmaristas/espiritualidade.pdf>. Acesso em 30 abr. 2017.

SOCIOLOGIA DA CULTURA, DA ARTE E DOS INTELECTUAIS

CAPÍTULO XLVII

A DANÇA COMO CAPITAL CULTURAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Alexandra Aparecida dos Santos Noronha [1]
Fernando Luiz Zanetti [2]

[1] Mestre em Educação e Formação Humana pela FaE/UEMG, Especialista em Dança e Consciência Corporal, Psicopedagoga, Pedagoga pela Universidade Estácio de Sá, bailarina internacional e coreógrafa, membro do CID-UNESCO. E-mail: alexandranoronha@hotmail.com.
[2] Doutor, mestre, bacharel, licenciado e possui formação em Psicologia pela Unesp de Assis e fez pós-doutorado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP. Atualmente é Professor da Universidade Estadual de Minas - UEMG. E-mail: fernando.zanetti@uemg.br.

RESUMO

Este artigo objetiva discutir a relevância do ensino de dança no contexto escolar, a partir do conceito de capital cultural apresentado por Bourdieu (2007), utilizando como metodologia a cartografia e a revisão bibliográfica. Partimos do pressuposto de que a dança é um capital cultural incorporado, porque faz parte da cultura de diferentes povos. Nessa perspectiva, por que ela não é ainda valorizada no contexto escolar? Assim, abordaremos também o ensino de Arte/Dança nas escolas e os currículos escolares. A escola, sendo um local de disputas políticas e de transformações sociais e culturais, por vezes, segrega o ensino de Arte e Dança, promovendo ainda mais as desigualdades culturais. A Base Nacional Comum Curricular (2018) propõe o ensino de dança como uma das linguagens da Arte, no entanto, como seria esse ensino, uma vez que a dança não é reconhecida como área de conhecimento e ganha destaque apenas durante as festividades escolares? A dança é uma das atividades corporais mais antigas e deve ser desenvolvida na escola, porque pode contribuir para a formação humana e para os processos educativos.

Palavra-chave: Capital Cultural. Currículos Escolares. Ensino de Dança.

DANCE AS A CULTURAL CAPITAL IN THE SCHOOL CONTEXT

ABSTRACT

This article aims to discuss the relevance of dance education in the school context, from the concept of cultural capital presented by Bourdieu (2007), using cartography and a literature review as a methodology. We assume that dance is an incorporated cultural capital, because it is part of the culture of different peoples. From this perspective, why is it not yet valued in the school context? Thus, we will also address the teaching of Art/Dance in schools and school curricula. The school, being a place of political disputes and social and cultural transformations, sometimes segregates the teaching of Art and Dance, further promoting cultural inequalities. The BNCC (2018) proposes the teaching of dance as one of the languages of Art, however, how would this teaching be, since dance is not recognized as an area of knowledge and is highlighted only during school festivities? Dance is one of the oldest corporal activities and must be

developed in school institutions, because it can contribute to human development and educational processes.

Keywords: Cultural capital. School Curricula. Dance Education.

1. INTRODUÇÃO

Este texto discute os conceitos de "capital cultural" abordados pelo sociólogo Bourdieu (2007) e sua relação com a instituição escolar, os currículos e o ensino de Artes/Dança. Para isso, utilizamos o método de cartografia por meio de uma revisão bibliográfica. Os autores Souza e Francisco (2016) afirmam que as pesquisas cartográficas contribuem para desenvolver pesquisas qualitativas e direcionam o acompanhamento de processos e da produção da subjetividade. Complementando essa concepção de cartografia, Pereira (2014) afirma que:

> [...] as variantes das cartografias se dão em vivências poéticas de acompanhamento de percursos de vida, propondo sua aplicação em processos de produção, conexões de rede de afetos. Utilizar-se da cartografia como método é perceber as coisas por meio da experiência, do deixar vir e ouvir o outro, de trazer esse processo à arte e à educação de maneira poética (PEREIRA, 2014, p. 109).

O capital cultural compreende os bens culturais dos sujeitos adquiridos por meio do contato principalmente com as Artes (música, teatro, artes visuais, dança, literatura, entre outras). No entanto, ao mesmo tempo em que as artes são um bem cultural, quando não contempladas no contexto escolar, podem acentuar desigualdades.

Este artigo está dividido em quatro momentos, além destas considerações iniciais. No primeiro momento, buscamos conceituar o que é "capital cultural" e "capital humano", além de compreender a maneira como as instituições escolares trabalham com os bens culturais, sua relação com a família e alunos, considerando a dança como um "capital cultural incorporado". No segundo, discutimos a relação entre a escola conservadora e o capital cultural, buscando evidenciar como o sistema escolar promove as desigualdades sociais, especialmente a escola conservadora que não valoriza o ensino de Artes e da dança e acaba por reproduzir ainda mais essas desigualdades. No terceiro, buscamos abordar o ensino de Arte, enfatizando o ensino da dança nas escolas e sua relação com os currículos, com a Base Nacional Comum Curricular (2018), doravante BNCC, e com a Lei 13.278/16. A escola exerce grande papel social e existe uma proposta de democratização presente na BNCC – documento que traz uma unificação do ensino no Brasil –, todavia um dos grandes desafios é não torná-lo uma reprodução, algo meramente conteudista e mecanizado. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

Como já mencionado, a BNCC (2018) propõe o ensino das artes visuais, da dança, da música e do teatro na disciplina de Arte. Nesse sentido, o ensino dessas linguagens passa a ser

necessário, entretanto, por vezes, as instituições escolares segregam o ensino de Artes, principalmente da dança, o que promove mais desigualdades culturais. Nesse sentido, indagamo-nos: como se daria o ensino de dança, uma vez que ela é excluída dos processos educativos e formativos e ganha destaque apenas nas festividades escolares? Como será o ensino de Artes?

2. CAPITAL CULTURAL E CAPITAL HUMANO

Associado ao poder, o capital cultural compreende a educação, o intelecto, os estilos de discurso, os vestuários e o conhecimento na área das artes. Estabelece uma relação direta com as artes, porque a música, o teatro, o cinema, a literatura e a dança são os ativos sociais de uma pessoa. De acordo com Bourdieu (2007), os ativos econômicos, culturais ou sociais se reproduzem e promovem a mobilidade social numa sociedade já estratificada.

Nesse sentido,

> [a] noção de capital cultural impõe-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar proveniente das diferentes classes sociais, relacionado ao "sucesso escolar", ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações das diferentes classes podem obter no mercado escolar, à distribuição de capital cultural entre as classes e frações de classes. Este ponto de partida implica em uma ruptura com os pressupostos inerentes, tanto à visão comum que considera o sucesso ou fracasso escolar como efeito das "aptidões" naturais, quanto às teorias do capital humano (BOURDIEU, 2007, p.73).

Durkheim (1987) pontua que a educação possui uma função socializadora. Segundo ele, "[...] a palavra educação tem sido muitas vezes empregada em sentido demasiadamente amplo, para designar o conjunto de influências que, sobre nossa inteligência ou sobre a nossa vontade, exercem os outros homens, ou, em seu conjunto, realiza a natureza" (DURKHEIM, 1987, p. 25). Desse modo, o sociólogo conclui que a educação integra o indivíduo na sociedade e depende de fatores culturais e sociais, para que garantir que todo indivíduo obtenha sucesso escolar.

A Educação acaba contribuindo, muitas vezes, para a reprodução das desigualdades sociais e culturais. O currículo, por sua vez, é um campo de luta em que os letramentos da letra já convencionais, não raro, vencem a partida. Assim, a escola valoriza o aluno que possui mais capital cultural – aquele considerado "bom aluno" – e prioriza o ensino de Matemática, Física, Química e Língua Portuguesa, deixando em segundo plano o ensino das Artes, o trabalho com a música, com o teatro, com as artes visuais e com as práticas corporais. Em suma, na maior parte das instituições escolares, a dança ainda não é considerada área de conhecimento.

Complementando, para Setor (2005), o capital cultural

> [r]efere-se a um conjunto de estratégias, valores e disposições promovidos principalmente pela família, pela escola e pelos demais agentes da educação, que predispõe os indivíduos a uma atitude dócil e de reconhecimento ante as práticas educativas (SETTON, 2005, p. 80).

Nesse contexto, ocorre um domínio de cultura, cujo teatro, dança, música, cinema, artes plásticas e outras manifestações artísticas são privilégios das classes mais elevadas socialmente, reproduzindo as desigualdades sociais. Enfim, a transmissão de capitais culturais acaba sendo familiar e a escola produz "capital humano", voltado para a economia e produtividade.

O capital humano para o filósofo Foucault (2008b), relacionado ao campo econômico e educacional, corresponde aos conhecimentos, às habilidades e às competências do indivíduo para realizar atividades laborais de modo a produzir valores econômicos e bens materiais – perspectiva que provoca efeitos no campo educacional. Sendo assim, Foucault (2008b) afirma que "[...] uma família composta de elementos que possuem um capital humano elevado terá, portanto, como projeto econômico imediato e racional a transmissão para os filhos de um capital humano tão elevado quanto o deles, o que implica uma série de investimentos" (FOUCAULT, 2008b, p. 336).

Esses efeitos educacionais são produzidos diretamente na escola. Para Bourdieu (2007), "[s]e a ação indireta da escola (produtora dessa disposição geral diante de todo tipo de bem cultural que define a atividade "culta") é determinante, a ação direta sob a forma de ensino artístico permanece fraca, através de uma educação metódica [...]". Nesse sentido, as instituições escolares poderiam compensar, mesmo que parcialmente, "[...] as desvantagens daqueles que não encontram em seu seio familiar a incitação à prática cultural" (BOURDIEU, 2007, p. 61).

Nas concepções de Foucault (2008b) e de Bourdieu (2007), percebemos como o 'capital cultural' e/ou 'capital humano' são essenciais para a formação integral, ao mesmo tempo em que influenciam os conhecimentos e as competências dos indivíduos. Assim, quando as instituições escolares negligenciam o ensino de artes e suas linguagens, como a música, o teatro, a dança e as artes visuais, apenas disfarçam as desigualdades culturais.

Em outros termos, para Costa (2009), o capital humano propõe a gestão dos trabalhos institucionalizando um novo modelo de capitalismo, influenciado pela "Escola de Chicago", que no contexto educacional pode ser chamado de "empreendedorismo". Essa cultura de empreendedorismo reduz relações de sociabilidade e os processos de ensino aprendizagem.

Bourdieu (2007, p. 74) afirma que o capital cultural pode existir de três modos: "estado incorporado" ligado ao corpo e pressupõe sua incorporação; "estado objetivado" que

compreende os bens culturais, quadros, livros, dicionários, indícios ou realização de teorias ou críticas, por exemplo; e "estado institucionalizado", que objetiva a certificação escolar, os diplomas escolares.

Considerando os apontamentos de Bourdieu (2007), a dança é uma acumulação de capital cultural incorporado. Por ser uma propriedade que se constrói com o corpo, leva-se um tempo maior para ser integrada como parte de uma pessoa, ou melhor, como um *habitus*. Podemos inferir que o conceito de *habitus* resulta das condições de socialização das pessoas, podendo ser sistemas escolares e práticas corporais.

Corroborando com esse pensamento, Lahire (2003) conceitua *habitus* como "sistema transferível de disposições socialmente constituídas", ou seja, são os modos de perceber, pensar e sentir. Assim, a dança está ligada ao *habitus*, às formas de pensar, sentir, perceber e construir atos culturais. Portanto, a dança como capital cultural não pode ser transmitida instantaneamente; deve ser construída, vivenciada, praticada e incorporada.

Nota-se que o capital cultural exerce uma influência direta nas condutas escolares, nos currículos e nas práticas escolares, mas também mostra como esses conhecimentos culturais são mais ricos e extensos, quanto mais elevada a origem sociocultural de um sujeito. Atualmente, a dança é uma das práticas culturais mais negligenciadas no contexto escolar.

3. RELAÇÃO DO CAPITAL CULTURAL COM A ESCOLA CONSERVADORA

O sociólogo Bourdieu (2007) traz questionamentos sobre o "sistema escolar ser um fator de mobilidade social", conforme a ideia de "escola libertadora". Na verdade, acaba legitimando as desigualdades sociais, pois a herança cultural e o dom social são vistos como um "dom natural". Sendo assim, a escola reproduz essas relações de classes, sendo perceptível "[...] as oportunidades de ingresso ao Ensino Superior o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos de diferentes classes sociais" (BOURDIEU, 2007, p. 45).

Desse modo, os jovens de classes sociais mais favorecidas têm maior probabilidade de cursar o ensino superior do que o filho de um operário. Na perspectiva de Bourdieu (2007), a influência do capital cultural está entre o nível cultural da família e o desempenho escolar da criança. Assim, pessoas com menor poder financeiro possuem menor acesso às universidades, aos cursos de línguas, às viagens, ao teatro, ao cinema, aos festivais de dança, às exposições e às escolas especializadas de artes, isto é, ficam mais distantes das atividades artísticas e culturais.

Nesse sentido,

> [...] em virtude da lentidão do processo de aculturação, diferenças sutis ligadas à antiguidade de acesso à cultura continuam a separar indivíduos aparentemente iguais quanto ao êxito social e ao mesmo tempo ao êxito escolar. A nobreza cultural tem seus graus de descendência. (BOURDIEU, 2003, p. 6)

Nessa concepção, alunos que tiveram mais acesso aos bens culturais se sobressaem nos resultados escolares. A escola acaba segregando os alunos com menos capital cultural e, ao mesmo tempo, não promove o ensino de Artes de forma significativa, isto é, não ajuda a aprimorar os letramentos dos alunos. As atividades artísticas e culturais no ambiente escolar são fundamentais para o desenvolvimento da aprendizagem e ampliação dos instrumentos culturais. Logo, a dança como capital cultural deve ser incorporada nas práticas educativas.

Além disso, a instituição escolar costuma ser conservadora, fixando suas práticas pedagógicas em perspectivas tradicionais de ensino e aprendizagem, desconsiderando os alunos como sujeitos e agentes de práticas sociais diversas. Desse modo, ao excluir os alunos, por uma espécie de ranqueamento entre aqueles que têm e aqueles que não têm acesso aos bens culturais, reproduz mais desigualdades sociais e educacionais. Poderíamos perguntar: existe realmente a escola democrática?

Forquim (1995) questiona se as estruturas escolares, os conteúdos e os métodos de ensino e de avaliação são responsáveis pelas desigualdades de sucesso escolar e também problematiza a escola "democrática". A escola é igualitária, acessível a todos e disponibiliza diversos instrumentos culturais sem discriminação, mas oferece oportunidades de aprendizado igual para todas as crianças, uma vez que a estruturas e práticas escolares são elitistas?

Observamos que na "teoria da reprodução" os conhecimentos escolares estão vinculados à cultura dos grupos sociais, colaborando para o aumento de desigualdades sociais e para a manutenção da falta de oportunidades de ensino (NOGUEIRA, 1990).

Nos últimos anos, ampliou-se o acesso à educação básica, no entanto, falta qualidade de ensino e uma maior valorização e melhor remuneração dos professores e mal remunerados. Ademais, há muita evasão escolar no Ensino Médio. Já no Ensino Superior surgiram muitas universidades particulares, inclusive na modalidade de Ensino a Distância (Ead), sistemas de cotas escolares em universidades públicas e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), mas poucos conseguem acesso aos cursos elitizados, como Medicina e Direito, visto que o sistema escolar é meritocrático, isto é, legitima uma determinada cultura e classe social. "A Escola exclui, como sempre, mas ela exclui agora de forma continuada, a todos os níveis de curso, e mantém no próprio âmago aqueles que ela exclui, simplesmente marginalizando-os nas ramificações ou mais ou menos desvalorizadas" (BOURDIEU, 2003, p. 485).

A escola também exclui ao não valorizar o ensino de Artes e da dança, principalmente quando os currículos escolares refletem ideologias políticas e legitimam a cultura de uma determinada classe social. A escola deveria transformar e oportunizar o aprimoramento de seus conhecimentos, ao invés de excluir os alunos de bens culturais, distanciando-os ainda mais da música, da dança, das artes visuais, do teatro e de outras linguagens e fazendo com que fiquem em condições desiguais em relação aos que possuem maior capital cultural.

4. ENSINO DE DANÇA NAS ESCOLAS E SUA RELAÇÃO COM OS CURRÍCULOS

A dança é conhecida como uma das linguagens corporais mais antigas; desde o Período Paleolítico Superior, muito antes da língua falada e da escrita, o homem já dançava e se manifestava por meio das práticas corporais. A dança sempre acompanhou historicamente e socialmente a evolução humana e, por isso, pode ser entendida como um capital cultural incorporado, pois faz parte da cultura de um determinado povo.

Mas por que a dança não é valorizada ainda no contexto escolar? O ensino de dança é proposto desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), entretanto os processos educativos não acontecem. A dança não é vista como área de conhecimento e aparece apenas nas festividades e comemorações escolares como um produto cultural e não como um bem, um capital cultural a ser adquirido pelos alunos.

A autora Isabel Marques (2011) pontua que a dança no contexto escolar está direcionada às festas tradicionais da escola, tais como festa de dia das mães, quadrilha de São João, festas de fim de ano, entre outras comemorações simbólicas. Em decorrência disso, as práticas de dança são transformadas em processos repetitivos, cansativos, sem significado, priorizando algumas técnicas. Desse modo, as práticas de dança no contexto escolar são realizadas de maneira codificada, sistematizada, com repetições e cópias prontas de coreografias, buscando pela perfeição dos passos e, muitas vezes, por estética corporal, e/ou modinhas, em detrimento do processo criativo, participativo e sem considerar os processos educacionais e uma maior contextualização sobre a dança.

Segundo a BNCC (2018), a dança é constituída pela prática artística, por pensamentos e por sentimentos do corpo, mediada pelos processos cognitivos e pelas experiências sentidas. Assim, os processos artísticos em dança são manifestados por meio do corpo e produzem um significado nas relações entre corporeidade e produção estética.

A Lei 13.278/2016, de 2 de maio de 2016, inclui de forma obrigatória a disciplina de Arte na Educação Básica, separando novamente as artes visuais da dança, do teatro e da música, conforme mostramos abaixo:

> Art. 1º do § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:
>
> § 6º As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo.
>
> Art. 2º O prazo para que os sistemas de ensino implantem as mudanças decorrentes desta Lei, incluída a necessária e adequada formação dos respectivos professores em número suficiente para atuar na educação básica, é de cinco anos (BRASIL, 2016).

Sendo o sistema escolar ainda é bastante conservador, como se daria o ensino de Artes, especialmente de dança nas escolas? Os currículos realmente estão adequados se levarmos em consideração que a maioria dos docentes não têm formação em dança, por isso acaba reproduzindo e repetindo modelos já copiados.

Ao analisar sobre o ensino de dança nas escolas, Afonso (2014) afirma que a instituição escolar é unidade de padronização e normatização da arte e dança: "diante do despertar de um/a estudante crítico e reflexivo, é natural que a escola, como instituição de controle que costuma ser, sinta-se incomodada" (AFONSO, 2014, p. 10). Ainda os autores Trevisan e Rosa (2018) observaram que o ensino de dança nas escolas é pautado na formação do corpo social, na formação cultural, conforme a biopolítica e o que a indústria cultural propõe: corpo como 'metáfora da espécie humana', arte e dança como produtos culturais e entretenimento das massas.

A biopolítica abordada por Foucault (2008b) constitui as práticas disciplinares utilizadas para os sujeitos. Em suma, ela regulamenta diferentes atividades humanas:

> [...] biopolítica: eu entendia por isso a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos às práticas governamentais, pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidades, longevidades, raças... (FOUCAULT, 2008b, p. 431).

Notamos a partir dessas reflexões que a dança nas escolas prioriza as 'festas' e as comemorações de dias simbólicos, fazendo com que o ensino de dança seja mecanizado/engessado. A própria instituição escolar normatiza e regula as atividades corporais quando não considera a importância da criação, da expressão e dos processos educativos em dança; sempre ocorrem ensaios repetitivos e cansativos para as 'festinhas escolares', atividades prontas e imediatistas. Afinal, quando o aluno realiza cópias, ele apenas reproduz movimentos representados: devem aprender os movimentos para depois iniciar o

processo coreográfico. Em suma, frequentemente, as festas e as comemorações escolares são o resultado de todo o aprendizado em dança.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou dialogar e refletir sobre os conceitos de "capital cultural" discutido por Bourdieu (2007), bem como de "capital humano" apresentado por Foucault (2008b), em relação ao ensino de dança no contexto escolar.

Os bens culturais são capitais que os sujeitos adquirem ao longo da vida, principalmente na idade escolar. As famílias com melhores posições sociais detêm maior capital cultural e humano, porque têm mais condições para investirem em educação, arte, cultura e profissionalização de seus filhos. Uma família com muitos filhos e condições precárias, consequentemente, oferecem menor capital cultural aos seus filhos.

As instituições escolares acabam promovendo mais desigualdades culturais, principalmente quando não oferecem capital cultural aos alunos, valorizam os "bons alunos" e por não oferecerem um ensino de arte e dança de modo significativo. Podemos construir uma escola democrática? Oferecemos uma educação integral do indivíduo?

Frequentemente, a cultura escolar, os currículos e as práticas escolares padronizam as práticas humanas, atualmente de forma bastante conservadora, afinal estão associados às hegemonias de classes e interesses políticos. Assim, pessoas que possuem mais acesso a viagens, livros, teatro, música, danças, outras formas artísticas possuem maior capital cultural e/ou capital humano e exercem maior soberania sobre aqueles que não têm acesso.

No decorrer deste texto, destacamos que a dança no contexto escolar costuma envolver apenas as festividades escolares, por intermédio de práticas normatizadoras/ reguladoras e engessadas, que se interessam apenas por cópias e repetições excessivas. A isso se atribui também a falta de experiência/formação dos docentes em relação ao ensino de dança. Por fim, reiteramos que é muito mais significativo o trabalho da dança nas escolas de forma criativa, reflexiva e participativa para que seja objeto de conhecimento e seu aprendizado se torne mais eficaz.

Em suma, a dança é uma das atividades corporais mais antigas da humanidade e hoje se tornou conteúdo obrigatório em toda educação básica brasileira. Podemos considerá-la como um capital cultural incorporado que deve ser construído e desenvolvido nas instituições escolares, pois a dança ressignifica os modos de agir, pensar, perceber, criticar e socializar.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. dos A. O lugar da arte na escola. **Revista da Fundarte**, n. 28, 2014, p. 1–14. Disponível em: https://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/article/view/147. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular**. Componente Arte. Ministério da Educação Brasília: MEC/SEF, 2018, p. 193-205.

BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. **Lei nº 13.278/2016**, de 02 de maio de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13278.htm. Acesso em: 28 out. 2020.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In:

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 2007.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: Bourdieu, P **Escritos de educação.** Petrópolis: Vozes, 2007.

BOURDIEU, P. Os excluídos no interior. In: ____. **Escritos de Educação.** Petrópolis, Vozes, 2007.

COSTA, S. de S. G. Govermentabilidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre, maio/ago. de 2009. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8299#:~:text=Trabalhando%20no%20horizonte%20do%20estabelecimento,que%20chamamos%20de%20%E2%80%9Ccultura%20do. Acesso em: 20 fev. 2021.

DURKHEIM, E. A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora. In: FORACCHi, M. A. **Educação e sociologia***:* leituras de sociologia da educação. São Paulo: Nacional, 1987.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica.** Curso dado no Collège de France(1978 - 1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b

FORQUIN, J. C. Sociologia das desigualdades de acesso à educação: principais orientações, principais resultados desde 1965. In: FORQUIN, J. C. (org.) **Sociologia da Educação** – dez anos de pesquisa. Petrópolis, Vozes, 1995.

LAHIRE, B. Reprodução e prolongamentos críticos? *Revista Educação e Sociedade***,** v. 23, n. 78, abr./2002.

MARQUES, I. A. **Ensino de dança hoje: texto e contextos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA, M. A. A. Sociologia da Educação do final dos anos 60/início dos anos 70: o nascimento do paradigma da reprodução. **Em Aberto**, n. 46, abr./jun, 1990, p. 49-58.

PEREIRA, J. C. **Cartografias Afetivas**: proposições do professor-artista-cartógrafo-etc. 2016. 286 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2016.

SETTON, M. das G. Um novo capital cultural: pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos com baixa escolaridade. **Educação e sociedade**, v. 26, n. 90, 2005. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 28 out. 2020.

SOUZA, S. R. L.; FRANCISCO, A. L. O Método da Cartografia em Pesquisa Qualitativa: Estabelecendo Princípios...Desenhando Caminhos.... **Atas do 5° Congresso Ibero Americano em Investigação Qualitativa - Investigação Qualitativa em Saúde**, v. 2, p. 811-820. Disponível em: https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/826/812. Acesso em: 15 out. 2020.

TREVISAN, A. L.; ROSA, G. A. da. Indústria cultural, biopolítica e educação**Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 29, n. 3, p. 423-442, 2018. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8656429. Acesso em: 20 jan. 2021

CAPÍTULO XLVIII

QUAL O GOSTO DA ESCRITA ACADÊMICA? INCURSÕES SOBRE A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NOS IMAGINÁRIOS DE "CRIATIVIDADE" E "EMOÇÃO" NA CIÊNCIA

Camila Ribeiro de Almeida Rezende[1]

[1] Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Artes, Cultura e Linguagens (UFJF). Bacharela em Artes e Design (UFJF). Agência de Fomento: CAPES. camilararezende@gmail.com

RESUMO

Os discursos acadêmicos – sejam eles da *doxa* ou do senso comum douto – tendem a reforçar um imaginário social de que a criatividade e a presença da emoção na escrita científica estão condicionadas pelo uso e pela apropriação das produções artísticas-literárias. Esse imaginário influencia o gosto no campo acadêmico estruturando violências simbólicas – que atuam conformando não somente o conteúdo e a forma da escrita, mas também as emoções, o *habitus*, o estilo de vida e a disposição estética da/do cientista que escreve. A hipótese que aqui se coloca é a de que há uma dicotomia classificadora para perceber e apreciar a ciência, negativamente e positivamente, em oposição a arte – reforçada, sobretudo, por outras dicotomias como razão/emoção e mente/corpo. Diante de tal hipótese, este trabalho objetiva refletir como esse imaginário dicotômico condiciona o gosto e a materialidade da escrita no campo acadêmico (em termos de forma/conteúdo, produção/recepção); e como opera na experiência emocional da/do cientista que busca expressar-se "academicamente". A metodologia utilizada tem por base a pesquisa-ação institucional – conduzida principalmente no Centro de Assessoria de Publicação Acadêmica (CAPA) da UFPR. Os dados coletados são provenientes de práticas de assessorias individuais de escrita acadêmica e de questionários semiestruturados aplicados em eventos e cursos de extensão sobre o tema.

1. INTRODUZINDO UMA CONTROVÉRSIA PARA AREJAR A ESCRITA ACADÊMICA

> "As controvérsias entre cientistas destroem afirmações que tentam desesperadamente reproduzir *matters of fact*; mas reforçam as articulações, e reforçam-nas bem. [...] Quanto mais controvérsias articulamos, mais vasto se torna o mundo." (Bruno Latour, 2008, p.45)

O desejo deste artigo é tornar mais vasto o nosso mundo. Para isso, é preciso ir *contra-os-versos* e *contra-a-versa* (*versa:* o estado ou condição da plantação assim acamada)[1] da

[1] Dicionário do Google, 2021.

violência simbólica da Arte. Essa violência institui um imaginário social de que a criatividade e a presença da emoção na escrita científica estão condicionadas ao uso ou a apropriação das produções artísticas-literárias. Para refletir tal imaginário compartilho um exemplo de reflexão que não se configura apenas como um caso isolado, mas como uma representação do próprio "senso comum douto" ao problematizar a criatividade, a estetização e a sensibilização na escrita acadêmica:

> Na perspectiva da valorização da estetização da escrita, defende-se ainda neste texto a apropriação de algumas produções literárias como referenciais ou documentos históricos e sociológicos de relevância para os estudos no campo das ciências humanas. O ensaio reflete, pois, sobre a necessidade da elaboração da escrita de textos acadêmicos que vislumbre uma configuração estética mais atrativa, arejada e poética, com o intuito de que esse tipo de texto possa gerar nos leitores maior envolvimento, seduzindo-o aos caminhos da aprendizagem instigante e significativa. [...] Com isso, compreende-se que há brechas importantes para ampliar as possibilidades de escrita no âmbito das pesquisas em ciências humanas, diversificando-as principalmente com a intenção mesmo de transgredir as supostas padronizações acadêmico-científicas, abrindo espaço para a valorização da criatividade e das singularidades de cada pesquisador/escritor. (MORAES; CASTRO, 2018, p.3-4)

Nesse exemplo – como em diversos outros que encontramos nas dissertações, teses e artigos sobre a escrita acadêmica (mas também nos livros de "autoajuda" de escrita cientifica, e em cursos gratuitos na internet) – é perceptível o quanto a escrita no contexto científico é interpretada como incapaz de envolver, seduzir e atrair seus leitores. As padronizações acadêmico-científicas são compreendidas como um obstáculo à criatividade e à singularidade de cada autor. O que é muito contraditório, pois na poesia, na pintura, na música, no cinema, na fotografia, na escultura, na dança (nos diversos meios de expressões), há também muitas regras, convenções, padronizações, procedimentos técnicos – e nem por isso a criatividade e singularidade do artista é contestada. Também, é possível notar nesse exemplo, o quanto o discurso de "libertar" a escrita acadêmica transgredindo as suas regras nada mais é do que uma fuga, um convite para sair de um campo de regras e manipular mais (e mais) regras de outros campos – pois os outros meios de expressões não são nada "libertos", são produzidos tal como a escrita acadêmica, mediados por convenções. Os autores ainda afirmam: "Muito já se fez teoricamente sobre estética e arte, mas onde está a produção estética e artística na academia?" (MORAES; CASTRO, 2018, p.6).

Lendo Pierre Bourdieu, Howard Becker, Bruno Latour e Jack Barbalet descobri que comparar dois campos distintos é um método – agora confundir e misturar dois campos é um equívoco. Outro equívoco é acreditar que "trazer a reflexão sobre estetização da escrita e da educação estética para a universidade requer que se elaborem, concomitantemente, processos de experimentação e de produção artístico-literária." (MORAES; CASTRO, 2018, p. 9). É

equivocado acreditar nisso pois a busca da sensibilização e da afetação é conduzida para fora da própria escrita acadêmica. De igual modo, nos equivocamos ao acreditar que a criatividade, a originalidade e a autonomia no universo acadêmico estão na capacidade de utilizar nesse contexto outros meios de expressões diferentes da escrita acadêmica: "Acreditamos ser essencial realçar a importância dos diferentes modos de escrita criativa no âmbito das produções acadêmicas como forma de estimular a elaboração autônoma, original [...] (MORAES; CASTRO, 2018, p. 13).

Não encontramos a "estética" na acadêmica pois estamos inarticulados com narizes mudos que só sabem identificar os odores doces da Arte.

2. PRECISAMOS DE UM *KIT DE ODORES* E DE UM OLHAR MAIS APAIXONADO NAS FORMAS OCULTAS DA ESTRUTURA CEREBRAL

A fala de Latour que posteriormente virou o texto "Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência" (2008)[2] – é uma "«epistemologia política», inspirada nos trabalhos de Isabelle Stengers e Vinciane Despret, apresentando a condição sob a qual poderemos manter alguma «liberdade de expressão» nas conversas do corpo." (LATOUR, 2008, p.40). Latour propõe tal condição a partir de dois exemplos. Buscarei (re)citá-los de forma resumida, pois enxergo neles também a condição de falarmos sobre os corpos que escrevem corpos de textos científicos.

O primeiro exemplo é inspirado "na descrição de Genevieve Teil (1998), sobre o treino de «narizes» para a indústria de perfumes com recurso a «*malettes à odeurs*» (kits de odores)" (LATOUR, 2008, p.40). Através do *kit de odores* Latour busca elucidar qual o sentido de aprender a ser afetado:

> O kit de odores é constituído por uma série de fragrâncias puras nitidamente distintas, dispostas de forma a poder passar-se do contraste mais abrupto ao mais suave. Para conseguir registar estes contrastes é necessário cumprir uma semana de treino. A partir de um nariz mudo, que pouco mais consegue do que identificar odores «doces» ou «fétidos», rapidamente se obtém um «nariz» [*un nez*], ou seja, alguém capaz de discriminar um número crescente de diferenças subtis, e de as distinguir entre si, mesmo quando estão disfarçadas ou misturadas com outras. Não é por acaso que se chama «nariz» a esta pessoa. Tudo se passa como se pela prática ela tivesse adquirido

[2] "Tradução de Gonçalo Praça. Este texto corresponde a uma comunicação apresentada ao simpósio <<Theorizing the Body>>, organizado por Madeleine Akrich e Marc Berg em Paris, em Setembro de 1999. A versão original foi publicada numa edição especial da revista Body and Society, vol. 10 (2/3), pp. 205-229 (2004)" (NUNES; ROQUE, 2008, p. 39). Este texto compõe a obra: Objetos Impuros: *Experiências em Estudos sobre a Ciência* (NUNES; ROQUE, 2008).

> um órgão que define a sua capacidade de detectar diferenças químicas ou outras: pelo treino, aprendeu a ter um nariz que lhe permite habitar um mundo odorífero amplamente diferenciado. As partes do corpo, portanto, são adquiridas progressivamente ao mesmo tempo que as «contrapartidas do mundo» vão sendo registradas de nova forma. Adquirir um corpo é um empreendimento progressivo que produz simultaneamente um meio sensorial e um mundo sensível. (LATOUR, 2008, p.40)

Com esse exemplo de Latour, descobri que para compreender, investigar, escrever e ensinar a escrita acadêmica era necessário um treino – tal como aquele propiciado pelo *kit de odores*. Somente através desse treino é possível se afetar e ser afetada/o pela escrita científica. Essa afetação não está na mudança da "desatenção para a atenção, da semiconsciência para a apreciação consciente" ela está na aprendizagem de sermos "efectuados pela influência dos químicos que, antes do treino, lhes[nos] atacavam as narinas sem qualquer proveito." (LATOUR, 2008, p.41). Antes do treino qualquer odor produzia nos alunos o mesmo efeito ou afeto, ele atingia-os, "mas não os faziam agir, não os faziam falar, não os tornavam atentos, não os excitavam de formas precisas." (LATOUR, 2008, p.41). Desse modo, para ser afetada/o pela escrita acadêmica é preciso ser capaz de passar de seus contrastes mais abruptos aos mais suaves, é preciso conseguir "discriminar um número crescente de diferenças subtis, e de as distinguir entre si, mesmo quando estão disfarçadas ou misturadas com outras." (LATOUR, 2008, p.40).

Identificar e descriminar tais diferenças na escrita acadêmica foi um árduo processo, um longo treino através de um *kit de odores* – uma pesquisa[3] de campo com uma série de pessoas (fragrâncias) nitidamente distintas. Nesse processo, fui conseguindo habitar um mundo escrito (odorífico) cada vez mais amplamente diferenciado. Ao mesmo tempo, também observei que a maioria dos escritores acadêmicos – tal como o exemplo do nariz mudo de Latour – apenas conseguia identificar odores doces ou fétidos, eles estavam insensíveis às fragrâncias puras da escrita acadêmica e aos seus contrastes abruptos e sutis. Essa insensibilidade era fruto de diversos processos, mas um em especial me chamou a atenção: a insensibilidade que a sensibilidade à arte causava.

Explico melhor: há um imaginário social amplamente compartilhado de que uma escrita acadêmica "sensível" capaz de nos "sensibilizar" é aquela que emprega, empresta, expressa elementos das "Artes" – literatura, poesia, música, cinema, etc. Desse modo, a sensibilidade da

[3] A pesquisa é referente à minha tese de doutorado, intitulada "Como escrever academicamente: uma sociologia-artística da escrita acadêmica, das emoções e do processo criativo (2021)". Link para acesso: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/73301.

escrita acadêmica estaria nas apropriações que ela emprega dos outros meios de expressões. Há algo de muito sorrateiro nesse tipo de associação, pois ela treina e reforça nossa sensibilidade à escrita exatamente nas misturas e não nos contrastes e nuances exclusivos dela – tudo aquilo que a torna única, que a torna acadêmica, científica e técnica. Assim, recorrer aos outros meios de expressões é continuar sensível às mesmas fragrâncias e permanecer insensível para os contrastes que somente a escrita acadêmica possui, sendo incapaz de distinguir as suas diferenças disfarçadas e misturadas.

É evidente que, por ser um meio de expressão, a escrita acadêmica se contamina pelos diversos outros meios, pois quem a escreve está imerso na sua cultura e é com ela e nela que produz. Tal como no mundo odorífico, a escrita acadêmica exala fragrâncias puras e misturadas, contrastes abruptos e suaves. Entretanto, o que estou buscando apresentar aqui, como aprendi com Latour, é a necessidade de um treino de sensibilização para sermos afetados por aquilo que somente a escrita acadêmica é capaz de produzir, sem precisarmos recorrer sempre às produções dos outros meios para isso. Ou seja: se para adquirir um *nariz* sensível aos contrastes dos odores é feito um treino através do próprio *nariz* e dos próprios odores, logo, um treino de sensibilização à escrita acadêmica precisa ser um processo semelhante: treinar – ler e escrever – com a própria escrita acadêmica. Somente assim seremos afetados por ela e seremos capazes de perceber seus contrastes mais sutis.

Latour, ao explicar o seu conceito de *articulação* nos auxilia no entendimento dessa percepção:

> Um termo que julgo apropriado para falar destas camadas de diferenças é o de articulação. Antes de passarem pela semana de treino, os alunos eram inarticulados, não só no sentido de lhes faltar uma sofisticação consciente e literária, ou de serem incapazes de falar sobre os odores; eram igualmente inarticulados num sentido mais profundo e mais importante: odores diferentes suscitavam o mesmo comportamento. [...] Um sujeito inarticulado é alguém que sente, faz e diz sempre o mesmo, independentemente do que os outros disserem [...]. Um sujeito articulado, pelo contrário, é alguém que aprende a ser afectado pelos outros – não por si próprio. [...] Este é o limite de uma definição comum – um sujeito só se torna **interessante, profundo ou válido quando ressoa com os outros**, quando é efectuado, influenciado, posto em movimento por novas entidades cujas diferenças são registadas de formas novas e inesperadas. Articulação, portanto, não significa capacidade para falar com autoridade [...] **mas ser afectado por diferenças**. [...] Se a diferença é o que produz sentido, então engarrafar odores puros em frasquinhos, abri-los numa determinada ordem, começando com contrastes mais marcados até chegar, depois de muitos ensaios, a contrastes mais suaves, é uma forma de dar voz – isto é, um sentido – às condições que geram a prova de cheiro. (LATOUR, 2008, p.43)

A prova de cheiro da escrita acadêmica é um processo de *articulação* – se tornar sensível para as diferenças que existem nela. Aprender a identificar seus contrastes mais sutis, ser afetada/o por eles gerando novos comportamentos diante dos mesmos. Essa *articulação* de que

discorro, baseada em Latour, foi testada na prática em minha pesquisa empírica – no Centro de Assessoria de Publicação Acadêmica (CAPA) da UFPR). O CAPA inaugura, em 2016, um contexto inédito para as universidades brasileiras – é o primeiro *writing center* do país, um espaço que fornece assistência de escrita acadêmica gratuita para toda a comunidade científica (interna e externa a UFPR), assumindo institucionalmente que a dificuldade com a escrita não é um problema individual, mas sim coletivo.

A metodologia utilizada para a condução da pesquisa foi baseada na pesquisa-ação institucional, contemplando na coleta e análise dos dados práticas de assessorias individuais de escrita acadêmica – com aproximadamente 50 indivíduos – e a aplicação de questionários semiestruturados em cursos de extensão sobre escrita – totalizando a participação de 573 indivíduos. Dentre as perguntas presentes nos questionários, há uma em específico que possibilitou a condução de uma sociologia das emoções acionantes e acionadas durante o processo criativo da escrita acadêmica – a pergunta foi: quais são as suas dificuldades na hora de escrever? O campo para a resposta era livre, e as 573 respostas coletadas permitiram a comprovação do contributo da emoção à racionalidade e a criatividade, demonstrando o papel central que as emoções desempenham não apenas nas práticas desviantes de "dificuldades", mas, sobretudo, nas operações de rotina da escrita acadêmica. As principais teorias que articularam a pesquisa foram: a sociologia da arte e da ciência de Pierre Bourdieu e Howard Becker, a antropologia da ciência de Bruno Latour e a sociologia das emoções de Jack Barbalet e Jonathan Turner.

Durante os 4 anos do percurso dessa pesquisa de doutorado, eu indagava as escritoras e escritores acadêmicos – tanto nas assessorias quanto nos cursos – quais eram suas autoras e autores acadêmicos favoritos que possuem escritas que admiravam? A maioria não conseguia elencar tais autoras/es, e ainda alegaram não admirar textos acadêmicos nesse sentido (de apreciação). Em contrapartida, muitos recorreram à literatura para citar autores e autoras favoritas – demonstrando que a sensibilidade para as nuances daquilo que admiramos (ou não) na escrita acadêmica estava inarticulada. A maioria dos estudantes apresentava um "*nariz mudo*" – identificando apenas odores doces ou fétidos, (escritas acadêmicas ou não acadêmicas). Eles precisavam ser afetados pelas diferenças intrínsecas da escrita que praticavam em seus contextos universitários, e não por aquelas que já estavam acostumados, treinados a sentir – a escrita literária, poética e artística – que pelo senso comum já recebe o *status* de "sensível". Isso demonstra que a consciência do *gosto* da escrita acadêmica (e não o gosto literário, o gosto das outras artes) estava inacessível e inarticulada para eles.

Diante do exposto, apresento agora o segundo exemplo que Latour articula para nos sensibilizar:

> O neurofilósofo Paul Churchland (Churchland, 1986), meu antigo colega na Universidade de San Diego, traz na carteira uma foto a cores da sua mulher. Isto não tem nada de extraordinário, excepto o facto de se tratar da imagem colorida do cérebro da mulher. Mais: Paul afirma categoricamente que dentro de alguns anos seremos capazes de reconhecer as formas ocultas da estrutura cerebral com um olhar mais apaixonado do que o que dirigimos para os narizes, a pele ou os olhos! [...].Não estamos, portanto, em posição de afirmar que há pessoas normais que andam com fotografias dos seus entes queridos, e cientistas loucos que pretendem reduzir a subjectividade humana a simples neurónios, passeando TACs por aí. A própria ideia de «lado subjectivo» é um mito obtido pelo apagamento de todos os recursos extra-somáticos criados para nos tornar afectados pelos outros de formas variadas. A fenomenologia do corpo vivido é tão possibilitada por artefactos materiais como o é o laboratório de neurociências do Salk Institute. Mas, além disso, e mais importante, porque não apresentar o trabalho de Churchland da mesma forma que tratei o *kit de odores*, na primeira secção? Afirmei que, devido ao treino, o formando «aprendia a ter um nariz», a «ser um nariz», detectando pequenas diferenças que anteriormente não o afectavam. Porque não recorrer a esta fórmula para dar conta do esforço de Paul? Também ele está a aprender a ser sensível, através da mediação de instrumentos, a diferenças até aqui indetectáveis no rodopiar de electrões do cérebro da sua adorada mulher. (LATOUR, 2008, p.57-58)

Se Paul aprendeu a ser sensível à imagem colorida do cérebro de sua esposa, a sensibilidade é algo a ser treinado e desenvolvido. Tal como essa imagem do cérebro, a escrita acadêmica – extremamente técnica que arregimenta uma multidão de referências, procedimentos, normas e estilos de retórica – tem sua sensibilidade própria e é necessário aprender a ser sensível ao que somente ela cria. Ser sensível à escrita acadêmica e praticar uma escrita sensível é um aprendizado que começa na compreensão do que a difere dos outros meios de expressão, das suas particularidades e de encontrar a beleza e a emoção que estão presentes naquilo que a faz única. Ao associarmos a sensibilidade da escrita acadêmica aos atributos que nela identificamos pertencer a outros meios de expressões permanecemos com uma interpretação grosseira e superficial de sensibilidade, compartilhada pelo senso comum. Diferentemente de Paul – que se tornou sensível a uma imagem técnica – ainda estamos presos a somente identificar sensibilidade na fotografia do ente querido.

O exemplo do antigo colega de Latour me fez querer afetar minha pesquisa e minha escrita com as diferenças. Me fez repensar aquilo que eu produzia, aquilo que eu lia e aquilo que eu ensinava. Repensei a escrita de muitas autoras e autores percebendo algumas inarticulações diante das nuances da escrita acadêmica. Percebi que não havia muitas controvérsias na interpretação acerca da sensibilidade da escrita acadêmica, e como Latour me alertou: “quanto mais controvérsias articulamos, mais vasto se torna o mundo.” (LATOUR, 2008, p.45). Assim, fui atrás das controvérsias.

Apresentei no início deste artigo o exemplo de uma dessas controvérsias. Lendo *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora* (2000) de Latour, eu colecionei uma citação, que no início de minha leitura eu acreditava ser uma saída para elaborar um artigo autônomo e original:

> Faça tudo o que for necessário com a literatura anterior para torná-la o mais útil possível à tese que você vai defender. As regras são bastante simples: enfraqueça os inimigos; paralise os que não puder enfraquecer [...]; ajude os aliados se eles forem atacados; garanta comunicações seguras com aqueles que o abastecem com dados inquestionáveis [...]; obrigue os inimigos a brigarem uns com os outros; se você não tiver certeza de que vai ganhar, seja humilde e faça declarações atenuadas. (LATOUR, 2000, p. 65-66)

Pergunto a você agora: seria condizente de minha parte fazer o ataque que fiz no começo do artigo à Moraes e Castro (Ana Cristina de MORAES e Francisco Mirtiel Frankson Moura CASTRO)? Seriam eles os inimigos que preciso enfraquecer ou paralisar? Logo eles ... que buscam misturar arte com escrita acadêmica? Espero que sua resposta seja não! Que não seria condizente de minha parte fazer isso. Pois, assim como aprendi com Bourdieu, o principal inimigo que preciso enfraquecer sou eu mesma – pois a luta no interior do campo da escrita acadêmica começa com a primeira batalha: a do campo interior.

> [...] uma sociologia científica da ciência (e a sociologia científica que ela contribui para tomar possível) só pode constituir-se com a condição de perceber claramente que às diferentes posições no campo científico associam-se representações da ciência, estratégias ideológicas disfarçadas em tomadas de posição epistemológicas através das quais os ocupantes de uma posição determinada visam justificar sua própria posição e as estratégias que eles colocam em ação para mantê-la ou melhorá-la e para desacreditar, ao mesmo tempo, os detentores da posição oposta e suas estratégias. Cada sociólogo é bom sociólogo de seus concorrentes, a sociologia do conhecimento ou da ciência nada mais sendo do que a forma mais irrepreensível das estratégias de desqualificação do adversário enquanto ela tomar por objeto os adversários e suas estratégias e não *o sistema completo de estratégias, isto é, o campo das posições a partir do qual elas se engendram*. A sociologia da ciência só é tão difícil porque o sociólogo está em jogo no jogo que ele pretende descrever [...]. (BOURDIEU, 1983a, p. 155, grifos do autor)

Se eu não tivesse acompanhado a ciência em ação de Bruno Latour até o final, eu não descobriria que sua própria escrita é controversa – propositalmente ele busca afetar o corpo de quem o lê, construindo uma lógica para depois contradizê-la. Se você o abandona, se você desiste da leitura, a interpretação que você faz das suas teorias é extremamente equivocada. É isso que estou fazendo com minha escrita agora. Se eu não tivesse sido forte o bastante para adquirir a vulnerabilidade corajosa de ser afetada eu não teria acompanhado Latour até o final. Eu não teria lido sua epistemologia política em "Como falar do corpo?" (2008) e eu não teria descoberto que: quando buscamos fazer uma ciência articulada, não precisamos desqualificar

as diferenças de interpretação dos Outros pesquisadores, pois nossa originalidade e autonomia está na capacidade de fazermos composições com tais diferenças:

> A importância que S-D [Isabelle Stengers e Vinciane Despret] atribuem à passagem de proposições menos articuladas para proposições mais articuladas permite-lhes distinguir formas boas e más de generalizar. Boas generalizações são as que permitem relacionar fenómenos muito diferentes, criando assim mais reconhecimento de diferenças inesperadas através do envolvimento de poucas entidades nas vidas e destinos de muitas outras; as más são aquelas que, porque conseguiram obter tanto sucesso localmente, tentam produzir uma generalidade, não através da relação com novas diferenças, mas antes desqualificando como irrelevantes as diferenças restantes. (LATOUR, 2008, p.53)

Latour me mostrou, então, que para reconhecer e compor com as diferenças era necessário ir da "lógica (esse caminho é reto ou torto?) para a sócio-lógica (esta associação é mais fraca ou mais forte?)." (LATOUR, 2000, p. 330). Afinal de contas, se este artigo precisa ser articulado dentro do campo da Sociologia, ele precisa ser *socio-lógico*:

> Uma metáfora ajudaria aqui a dar ao observador liberdade suficiente para mapear as associações sem distorcê-las classificando-as em "boas" e "más": a sócio-lógica é muito semelhante aos mapas rodoviários; todos os caminhos vão a algum lugar, sejam eles trilhas, estradas vicinais, rodovias ou autopistas, mas nem todos vão para o mesmo lugar, suportam o mesmo tráfego, custam o mesmo preço de abertura e manutenção. Dizer que uma alegação é "absurda" ou que um conhecimento é "acurado" não tem mais sentido do que chamar de "ilógica" uma trilha de contrabandistas e de "lógica" um autopista. As únicas coisas que queremos saber sobre essas vias sócio-lógicas é onde elas levam, quantas pessoas as percorrem com que tipo de veículo, e que facilidades oferecem para a viagem; e não se estão certas ou erradas. (LATOUR, 2000, p. 336)

Onde as vias *socio-lógicas* da escrita acadêmica nos levam? Reposta: a uma ciência articulada. Quantas pessoas as percorrem? Resposta: de acordo com Latour não há um número exato e preciso, o que precisamos é adquirir um corpo, pois ele é o tipo de veículo utilizado para percorrermos essas vias. Que facilidades essas vias oferecem para a viagem? Resposta: a capacidade de investigar a *distância* que percorremos do início ao fim da viagem. E qual o intuito de descobrirmos tal *distância*? Latour explica:

> A distância que devemos investigar não é entre observador e observado – exotismo barato –, mas entre os conteúdos do mundo antes e depois da pesquisa. Portanto, nem a distância nem a empatia são bons indicadores de que se fez boa ciência; é-o apenas este critério: será que temos, agora, alguma distância entre o novo repertório de acções e aquele com que começamos? Se sim, não foi tempo perdido; se não, gastou-se dinheiro em vão, e não interessa quão «científicos», no sentido tradicional, pareçam os resultados. (LATOUR, 2008, p.52)

A *distância* que percorri entre os conteúdos do mundo antes e depois da minha pesquisa de doutorado, foi imensa. Por isso escolhi compartilhar o exemplo da escrita de Moraes e Castro. Compartilhar esse exemplo teve um propósito. E esse propósito não foi atacar, enfraquecer e deslegitimar a interpretação desses pesquisadores – para depois apontar com um tom de

autoridade em Latour o quanto e como minha interpretação se diferencia do "resto" das outras. Pelo contrário, meu propósito de usar tal exemplo foi para agora demonstrar que diante desses dois tipos de ciência – 1) uma ciência inarticulada que briga, entra em guerra e extermina seus "inimigos" defendendo a existência de apenas uma verdade de apenas uma interpretação; e 2) uma ciência articulada que relaciona fenômenos muito diferentes, criando mais reconhecimento de diferenças inesperadas – eu escolho a segunda, a ciência articulada. Pois "quanto mais contraste se acrescenta, a mais diferenças e mediações se fica sensível." (LATOUR, 2008, p. 44)

Como Latour, "prefiro estar vivo, e por isso quero mais palavras, mais controvérsias, mais contextos artificiais, mais instrumentos, para me tornar sensível a cada vez mais diferenças. O meu reino por um corpo mais incorporado!" (LATOUR, 2008, p. 45). Um corpo mais incorporado de escrita acadêmica não é adquirido pelas afirmações, ele é adquiro pelas *proposições*, "este termo conjuga três elementos fundamentais: a) denota uma obstinação (posição), que b) não tem uma autoridade definitiva (é apenas uma pro-posição) e c) pode aceitar negociar-se a si própria para formar uma com-posição sem perder solidez." (2008, p. 45)

Eu aceito negociar a mim mesma para criar uma *com-**posição*** com Ana (MORAES) e Francisco (CASTRO), pois eu componho através de *pro-**posições*** que são influenciadas por minha ***posição***. Compomos de posições diferentes e nossas posições nos levam a diferentes vias. Ser afetada pelas diferenças é o que o meu corpo de existência e o corpo da minha pesquisa e deste artigo precisam para serem mais incorporados. Nessa incorporação preciso me perguntar: 1) "Ter-me-ei tornado sensível à possibilidade de que reaja a artefactos e não às minhas questões?" (Stengers, 1997 apud Latour, 2008, p. 49); 2) Ter-me-ei tornado *interessante*[4]?

---

[4] "O ideal comum de ciência é então composto por um cientista desinteressado que deixa entidades completamente mudas e não-interferidas percorrerem automaticamente sequências de comportamento. Mas, segundo S-D [Isabelle Stengers e Vinciane Despret], este arranjo do senso comum é receita certa para o desastre: um cientista desinteressado que se abstém de interferir com entidades desinteressadas produzirá articulações totalmente desinteressantes, ou seja, redundantes! O caminho para a ciência implica, pelo contrário, um ou uma cientista apaixonadamente interessado/ a, que proporciona ao seu objecto de estudo as ocasiões necessárias para mostrar interesse, e para responder às questões que lhe coloca recorrendo às suas próprias categorias. É aqui que o chibolet de S-D corta de maneira diferente dos princípios falsificionistas de Popper: a maior parte dos arranjos que este aprovaria, por garantirem instâncias de falsificação empírica satisfatórias, são lixo para S-D, porque falham no cumpri- mento de três condições mínimas de cientificidade: o cientista está interessado? Os elementos em estudo estão interessados? As articulações são interessantes?" (LATOUR, 2008, p.51).

> Para ser interessante (portanto, científico; e, assim, estar em posição de esperar pela ocorrência possível, mas nunca garantida, de uma boa articulação) um laboratório tem que se pôr em risco [...] O verdadeiro risco é fazer com que as questões que se põem sejam requalificadas pelas entidades alvo da experimentação. Não é só a instância empírica da teoria que deve ser falsificada, mas também a teoria, o próprio programa de investigação do cientista criativo, o aparato técnico, o protocolo. [...] O princípio S-D [Isabelle Stengers e Vinciane Despret] implica que o cientista ponha igualmente em causa o privilégio de estar ao comando. (LATOUR, 2008, p. 49-50)

Para que eu conseguisse tornar minha pesquisa e minha escrita *interessantes*, portanto, *científicas*, foi preciso me colocar em risco. Eu precisei requalificar, refutar, falseabilizar minhas questões, teorias, meu programa de investigação, meus protocolos, minha própria noção de criatividade e sensibilidade. Eu precisei refutar o meu privilégio de estar no comando: o que esse privilégio me dizia? Que eu comandava uma pesquisa de doutorado em uma posição acadêmica apaixonadamente interessada nos outros meios de expressões, pois eu tinha uma graduação interdisciplinar em Artes Visuais, Design, Moda e Cinema; um Mestrado em Artes, Cultura e Linguagens – na linha de pesquisa: Teorias e Processos Poéticos Interdisciplinares; e um Doutorado em Sociologia – na linha pesquisa: Cultura e Sociabilidades – concentrando minha pesquisa na Sociologia da Arte e das Emoções. O privilégio de comandar a pesquisa desse lugar me fazia, cada vez mais, buscar a manutenção desse privilégio. Diferentemente de Ana Moraes e Francisco Castro – que habitam o campo da Educação e buscam articulações com o campo da Arte (e que, portanto, estão se arriscando) – eu sempre habitei o campo da Arte e continuava a só buscar articulações dentro do meu próprio campo, continuava sensível ao que eu já conhecia. Assim, quanto mais eu defendia que a escrita acadêmica precisava da arte, da literatura, do cinema e de tantos outros meios de expressões para ser sensível, mais eu legitimava a minha própria formação, a minha própria posição. Abrir mão desse privilégio, me colocar em risco para investigar aquilo que eu não estava familiarizada era exatamente o que eu precisava – era esse movimento que me permitiria adquirir um *conhecimento* da escrita acadêmica:

> Como vemos, o que se chama de "conhecimento" não pode ser definido sem que se entenda o que significa a aquisição do conhecimento. Em outras palavras, "conhecimento" não é algo que possa ser descrito por si mesmo ou por oposição a "ignorância" ou "crença", mas apenas por meio do exame de todo um ciclo de acumulação: como trazer as coisas de volta a um lugar para que alguém as veja pela primeira vez e outros possam ser enviados para trazer mais outras coisas de volta. Como familiarizar-se com coisas, pessoas e eventos distantes? (LATOUR, 2000, p. 357)

Ao me familiarizar com as escritas distantes das minhas aprendi a ser afetada por elas compondo *articulações* – ao invés de julgamentos morais estéticos. O que isso me mostrou? Que o meu estilo de escrita segue as convenções da arte e da sociologia – esse *entrelugar* que habito no campo acadêmico. Me tornei cada vez mais sensível para escritas pós-estruturalistas,

decolonias, feministas – escritas que se diferenciam em alguns aspectos dos cânones (que eu também consumo), mas que mantêm suas convenções[5]. Porém, o que é importante notar é que toda a disposição de me tornar sensível a esse tipo de escrita diminuiu um investimento – um treino – de me tornar sensível aos outros modelos, aqueles ditos mais convencionais ou canônicos.

Desse modo, o fato de eu escrever conforme escrevo é um longo processo de *articulação* com estilos específicos de escrita acadêmica e também um processo de filiação: demonstro com minha escrita as teorias que afetam o meu corpo. Por isso, como pesquisadora, é necessário assumir que a estética de minha escrita é uma posição teórica e política[6], mas ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que essa é apenas uma posição possível, e não a única. Essa é a aplicação da noção *socio-lógica* que Latour apresenta. Neste artigo, tal como em minhas assessorias e cursos, a discussão sobre as nuances e diferenças existentes na escrita acadêmica não é guiada para a classificação de escritas "certas" ou "erradas" e sim para a discussão de que todas as escritas são vias que levam a lugares diferentes.

Por isso, e, diante de tudo isso, como pesquisadora, como escritora preciso me tornar sensível a **todas** as escritas e não somete à **minha** – aquela que eu pratico, consumo e gosto. Para ser articulada eu preciso aprender a ser afetada pelos Outros e pelas Outras escritas. Preciso ultrapassar a minha construção do gosto para compreender a construção dos distintos gostos dos Outros. Como Latour me ensinou, preciso compreender que não é porque eu me emociono mais com a fotografia do meu ente querido que a imagem do seu cérebro não é uma expressão sensível, bela e poética – eu apenas não aprendi a me sensibilizar com ela. E perceba que o *entrelugar* que habito no universo acadêmico me viciou a legitimar a sensibilidade de forma superficial e óbvia – me levando cada vez mais a ser insensível à sensibilidade exclusiva da escrita acadêmica, pois eu tinha diante de mim uma enxurrada de sensibilidades legitimadas me assediando. Latour me ajudou com esse assédio, me mostrando que:

> Os textos científicos parecem aborrecidos e sem vida, de um ponto de vista superficial. Se o leitor recompuser os desafios que estes textos enfrentam, eles passarão a ser tão emocionantes quanto um romance. "O que acontecerá agora ao herói? Será que ele vai

[5] O mesmo processo de relação dos Mavericks que Becker aponta em Mundos da Arte (2010) – que apesar de buscarem se distanciar das convenções ainda produzem para o mundo acadêmico, e por isso resguardam muitas de suas convenções.

[6] Apesar de consumir e usar as escritas dominantes, acatar deliberadamente as suas convenções, e imitá-la é uma forma de alienação. Se a escrita feminista, se a escrita Latino-Americana imitarem incontestavelmente a forma e o conteúdo das escritas masculinas, europeias, estadunidenses, mais elas reforçarão o seu poder, impossibilitando assim de legitimar as Outras formas e os Outros conteúdos específicos de sua condição.

> aguentar mais essa provação. Não, isso é demais até para o melhor. Como?! Ele venceu? Incrível!! E o leitor ficou convencido? Ainda não. Ah hah, aí vem um novo teste; impossível atender a essas exigências, é muito duro. Injusto, isso é injusto." Imaginem-se os aplausos e as vaias. [...] Quanto mais nos inteiramos das sutilezas da literatura científica, mais extraordinária elas nos parece. Passa a ser uma verdadeira ópera. Multidões são mobilizadas pelas referências; dos bastidores são trazidas centenas de acessórios. À cena são chamados leitores imaginários aos quais se pede não só que acreditem no autor, mas também que soletrem os tipos de torturas, provas e testes por que os heróis precisam passar antes de serem reconhecidos como tais. A seguir, o texto desenvolve a dramática história desses testes. Na verdade, os heróis triunfam de todos os poderes das trevas, como o príncipe da Flauta mágica. O autor vai acrescentando mais e mais testes impossíveis, parece que só pelo prazer de ficar vendo o herói superá-los. Desafia plateia e heróis, mandando um novo vilão, urna tempestade, um demónio, uma maldição, um dragão; e os heróis vencem. No fim, os leitores, envergonhados das primeiras dúvidas, têm de aceitar tudo o que o autor disse. Essas óperas se desenrolam milhares de vezes nas páginas de Nature ou da Physical Review (para deleite, admito, de poucos, pouquíssimos espectadores mesmo). (LATOUR, 2000, p. 90-91)

As sutilezas da literatura científica foram objeto de interesse tanto para Latour, quanto para Becker e Bourdieu. Uma constante nesses três autores é o uso das metáforas das atividades artísticas nas explicações sobre os processos e procedimentos técnicos da escrita acadêmica. E, como Becker argumenta: "usar uma metáfora é um exercício teórico sério, em que você afirma que dois fenômenos empíricos diferentes pertencem à mesma classe geral, e classes gerais sempre implicam uma teoria." (BECKER, 2015, p. 78-79). Apesar dessa constante no uso de metáforas, o que destaco ser a principal contribuição de Latour é o fato dele não apenas utilizar tais metáforas, mas conseguir demonstrar que, assim como as produções na arte, a escrita acadêmica tem suas sensibilidades próprias e exclusivas. Destaco também, que os três autores ao refletirem sobre a escrita acadêmica estão a todo tempo lidando com as emoções – falam de sensibilidade, medo, vergonha, (in)segurança, etc – mas ainda tratam as emoções como coadjuvante e não como atriz principal – como um fenômeno social capaz de permitir um entendimento sociológico ainda mais embasado acerca da escrita acadêmica. É por isso que Barbalet (1998) – através da teoria das emoções – contribui para o nó que produzi com esses outros três autores. Pois ele consegue articular mais elementos, mais diferenças que possibilitam um corpo mais incorporado para este artigo.

3. COLOCANDO MAIS LENHA NA FOGUEIRA

> [BARBALET]
>
> Aquilo que sabemos a respeito da emoção caracteriza-se pelo seu contraste com a razão. A própria linguagem através da qual nos referimos à emoção, ao sentimento e ao afecto opõem-nos à razão, ao intelecto e à racionalidade. Nas convenções que moldam os nossos pensamentos sobre este assunto, a razão e a emoção são alternativas: uma define-se por aquilo que a outra não é. Mas as formas bem definidas destas convenções não resistem a uma observação mais profunda. A verdadeira oposição entre a emoção

> e a razão é muito menos duradoura do que a ideia dessa oposição." (BARBALET, 1998, p. 52)
>
> [LISPECTOR]
>
> intelectual? Não.
>
> Outra coisa que não parece ser entendida pelos outros é quando me chamam de intelectual e eu digo que não sou. De novo, não se trata de modéstia e sim de uma realidade que nem de longe me fere. Ser intelectual é usar sobretudo a inteligência, o que eu não faço: uso é a intuição, o instinto. Ser intelectual é também ter cultura, e eu sou tão má leitora que agora já sem pudor, digo que não tenho mesmo cultura. [...] Literata também não sou porque não tornei o fato de escrever livros "uma profissão", nem uma "carreira". Escrevi-os só quando espontaneamente me vieram, e só quando eu realmente quis. Sou uma amadora? O que sou então? Sou uma pessoa que tem um coração que por vezes percebe, sou uma pessoa que pretendeu pôr em palavras um mundo ininteligível e um mundo impalpável. Sobretudo uma pessoa cujo coração bate de alegria levíssima quando consegue em uma frase dizer alguma coisa sobre a vida humana ou animal. (LISPECTOR, 2010, s/p)

Será que você é uma amadora Clarice? Eu acho que não! Talvez você seja uma "enganadora"! Você engana a si mesma e também aos Outros com seu *desconhecimento* da emoção da intelectualidade. As convenções moldaram os seus pensamentos e moldada você escreve essas noções equivocadas – pois você *reconhece* o quanto elas são recorrentes e sedutoras (e você está sendo seduzida por elas). Não se trata de modéstia mesmo, pois o seu discurso promove a noção de *espontâneo* e *inato* retirando o peso do social e endossando o peso do individual. Com esse discurso você acredita que se mostra simples e humilde para os Outros – mas essa "realidade" que você descreve não lhe ferir nem de longe, fere de perto todos os Outros que não nasceram com essa intuição, com esse instinto – todos que não nasceram com esses "órgãos". Ao dizer que isso é espontâneo você ostenta o mais violento símbolo do luxo: a pura despretensão[7].

Você escreve porque é instintivo e intuitivo para você, é natural, você nasceu com esse dom. Sem esforço nenhum, sem inteligência nenhuma, sem cultura nenhuma você escreve. É um milagre! Glória a deus Clarice!!! Perceba: você não escreve livros, os livros que vêm

[7] "Os pintores oferecem aos escritores, à maneira de uma 'profecia exemplar' no sentido de Max Weber, o modelo do artista puro que eles tentam, por outro lado, inventar e impor; e a pintura pura, liberada da obrigação de servir a alguma coisa ou, muito simplesmente, de significar, que opõem a tradição acadêmica, contribui para materializar a possibilidade de uma arte 'pura'. A crítica artística, que ocupa um lugar tão grande na atividade dos escritores, é sem dúvida para eles a oportunidade de descobrir a verdade de sua prática e de seu projeto artístico. O que está em jogo, com efeito, não é apenas uma redefinição das funções da atividade artística; nem mesmo a revolução mental que é necessária para pensar todas as experiências excluídas da ordem acadêmica, 'emoção', 'impressão', 'luz', 'originalidade', 'espontaneidade', [...] Trata-se de criar as condições de uma crença nova, capaz de dar um sentido à arte de viver nesse mundo às avessas que é o universo artístico." (BOURDIEU, 1996, p. 157)

espontaneamente até você e lhe imploram a escrita – e você só os escreve se realmente quiser. Que poder você tem hein Clarice!

Você não é uma amadora – o seu esforço de se afastar da imagem da uma escritora intelectual só destaca o seu *interesse pelo desinteresse*[8] da intelectualidade, e esse interesse é profissional. Você ganha muito com ele – pois reforça essa convenção que define a emoção em contraste com a razão, que define a artista escritora amadora espontânea cheia de intuição e instintos em contraste com a escritora intelectual profissional que escreve com técnica, inteligência e cultura. Não somos tão ingênuas/os assim Clarice – nós sabemos que você "precisou vincular-se a algumas normas e técnicas para escrever, tornando-se uma escritora profissional, que inclusive se mantinha à custa de sua profissão, recebia honorários e precisava deles para se manter." (SILVA, 2013, p. 41). Com dificuldades financeiras você também atuou com jornais e traduções de livros. Você não é uma amadora (inábil, inexperiente, alguém que não domina um ofício) você é uma amadora (alguém que ama a escrita).

Clarice Lispector é uma pessoa como qualquer outra, pois todas nós temos um coração, todas nós pretendemos pôr em palavras um mundo ininteligível e um mundo impalpável – até mesmo sem escrever, sem falar. Somos pessoas e nossos corações batem de alegria levíssima quando conseguimos em uma frase dizer alguma *coisa* sobre a vida, sobre a ciência, sobre a arte científica de viver. Somos pessoas tal como Paul Churchland (colega de Latour) também é – ele se emociona com uma foto a cores do cérebro de sua mulher e "afirma categoricamente que dentro de alguns anos seremos capazes de reconhecer as formas ocultas da estrutura cerebral com um olhar mais apaixonado do que o que dirigimos para os narizes, a pele ou os olhos!" (LATOUR, 2008, p.57). Somos pessoas emocionadas com nossas práticas, sejam elas quais forem – nos percebemos emocionadas não apenas pelos afetos dos contrastes, mas pelos afetos das constâncias – pois "aqueles que desejam suprimir a emoção através de uma compreensão total da razão se encontram por norma empenhados num comprometimento emocional a esse projecto." (BARBALET, 1998, p. 51). Diante dessa perspectiva podemos concluir, tal como conclui Barbalet inspirado em William James que "a razão e a emoção não são fenômenos opostos mas sim nomes distintos para os aspectos de um processo contínuo." (BARBALET, 1998, p. 73).

---

[8] "O culto do desinteresse é o princípio de uma prodigiosa inversão, que faz da pobreza riqueza recusada, portanto, riqueza espiritual." (BOURDIEU, 1996, p. 44)

Agora lhe pergunto: por que usei a escrita de Clarice Lispector para inflamar uma controvérsia? Porque durante os meus cursos de escrita acadêmica questionei aos participantes quais eram as suas autoras e seus autores acadêmicos favoritos que possuíam escritas que eles admiravam – diante dessa pergunta, a maioria dos participantes apresentou dificuldades para respondê-la e precisou recorrer à literatura para conseguir dar exemplos. Dentre as referências mais citadas estava Clarice Lispector. Essa preferência não é apenas observada em minha amostra de pesquisa, ela pode ser observada nas recorrências dos usos de passagens de Lispector na literatura científica, principalmente em epígrafes, quando as escritoras e escritores pretendem dar uma "leveza", uma "arejada", uma "refrescada" em seus textos acadêmicos, quando querem se mostrar sensíveis, criativos, inspiradores – afinal de contas, nas convenções que moldam os nossos pensamentos um texto acadêmico é "cansativo", "pesado" e muitas vezes "sem vida" – ele é um contraste para os textos artísticos literários.

Desse modo, percebemos o quanto a literatura e a arte contribuem para as convenções que moldam o nosso pensamento na ciência. É por isso que ler ou produzir textos literários não necessariamente vai nos "deixar mais sensíveis", mais inspirados, mais criativos com a escrita acadêmica – a leitura literária e a prática da escrita literária podem produzir um efeito contrário: contrastar ainda mais a ideia dessa oposição entre razão e emoção, entre arte e ciência – e como afirmei anteriormente com Latour, essa oposição nos estagna, nos coloca sempre como narizes mudos, que pouco mais conseguem do que identificar odores doces ou fétidos, escritas científicas ou literárias, escritas racionais ou emotivas. Ao opor razão e emoção somos incapazes de discriminar as diferenças subtis da escrita no campo acadêmico e somos privados de habitar um mundo amplamente diferenciado – "quem não se envolve nesta aprendizagem fica insensível, mudo, morto." (LATOUR, 2008, p.39).

Outro motivo que me levou a escolher Clarice Lispector foi porque sei que ela é capaz de sobreviver a essa controvérsia, pois mesmo depois de fazê-la continuo *gostando* dela. Se você *gosta* de Clarice, por favor, não se sinta atingida/o pela minha ironia e meu sarcasmo – eles são necessários para *potencializar* a controvérsia, lhe afetar e estimular ainda mais a importância da sociologia das emoções para a minha pesquisa e para a ciência. A controvérsia que proponho é apenas uma ilustração, ela busca analisar a *relação* de Clarice com a escrita e com a emoção nesse trecho específico – e não em sua obra como um todo. Não analiso a pessoa, a escritora, a autora Lispector – analiso a sua relação com a escrita e com a emoção nesse dado momento – e ela não pode, não deve e não é capaz de resumir a escrita de Clarice, nem a de LISPECTOR. Analiso, sobretudo, essa oposição que ela apresenta entre profissionalismo e amadorismo – pois nessa oposição há uma via importante de reflexão.

Diante disso, recorro à Bourdieu para esclarecer mais a fundo as implicações dessa oposição:

> A oposição entre Mallarmé e Verlaine é a forma paradigmática de uma divisão que progressivamente se constituiu, e cada vez mais claramente se afirmou, no decorrer do século XIX, a que se estabelece entre o escritor profissional, condenado por seu trabalho a levar uma vida ordenada, regular, quase burguesa, e o escritor amador, diletante burguês para quem a escrita é um passatempo ou um hobby, [...] A oposição nas obras baseia-se em uma oposição, ao nos estilos de vida, que ela exprime e redobra simbolicamente." (BOURDIEU, 1996, p. 302)

A seguir, lhe convido a contemplar alguns imaginários sociais que demonstram uma dicotomia classificadora para perceber e apreciar a ciência, negativamente e positivamente, em oposição a arte – reforçada, sobretudo, por outras dicotomias como razão/emoção e mente/corpo.

4. A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DO: "QUERO ESCREVER COM EMOÇÃO SEM PERDER A SERIEDADE E RIGOR CIENTÍFICO"

A frase entre aspas que intitula esta seção do artigo é a reposta de um estudante para a pergunta: "Por que você se inscreveu neste curso de escrita acadêmica?". Han (nome fictício), 30 anos, é mestrando em Sociologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Ele quer escrever sua dissertação com emoção sem perder a seriedade e rigor científico. Han não quer isso sozinho, ele quer em-com-junto. Perceba: Gabriela (nome fictício), 26 anos, mestranda em Design também da UFPR, quando questionada sobre quais seriam as suas dificuldades na hora de escrever nos responde ... "equilibrar criatividade e seriedade, organizar as ideias, fugir do comum." (Gabriela, formulário de inscrição, 2019).

Além de Han e Gabriela temos também Rogério (nome fictício), 39 anos, mestrando em Artes, Cultura e Linguagens na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que relata que sua dificuldade é: "como escrever dentro da academia sem que isso anule uma possível escrita criativa tanto de forma quanto conteúdo." (Rogério, formulário de inscrição, 2019). Já Roberta (nome fictício), 27 anos, mestranda em Sociologia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) escreve uma resposta mais longa:

Quadro 1: Respostas de Roberta no formulário de inscrição do curso de escrita acadêmica

PERGUNTA DO FORMULÁRIO	RESPOSTA
Quais são suas expectativas com o curso?	Gostei muito da possibilidade de retomar uma escrita criativa. Sempre gostei de escrever redações pra escola, algo que se perdeu desde que entrei na universidade (não sei se seria capaz hoje de escrever um texto ficcional mas adoraria tentar de novo). Penso que seria muito potente aliar a escrita acadêmica com a escrita criativa, para tornar os textos mais palatáveis e o conhecimento acadêmico mais acessível para um público não-acadêmico. Acho muito possível tratar dos mais variados temas sociológicos através da literatura, aproximando as pessoas da nossa área, mas não tenho ideia de como começar a fazer isso.
Quais são as suas dificuldades na hora de escrever?	Sempre tive relativa facilidade com a escrita, porque desde pequena lia muito, então a coisa flui. Mas não gosto dos meus textos acadêmicos porque sinto que são muito "duros" - certamente muito chatos de ler, principalmente para quem não é da área. Minha maior dificuldade é de sintetização/objetividade, dou muitas voltas pra chegar ao ponto.
Por que você se inscreveu neste curso?	Para **arejar** e potencializar minha escrita, entender se e como seria possível utilizar a escrita criativa nos meus textos acadêmicos. Se possível, também queria conseguir dicas e referências/exercícios de escrita criativa livre, não necessariamente acadêmica.

Fonte: Formulário de inscrições dos cursos (2019).

Diante dos exemplos de respostas, e principalmente da riqueza de detalhes que Roberta nos descreve, eu lhe pergunto (a você mesmo que está me lendo): por que Roberta separa "texto criativo" e "texto acadêmico"? Por que na escola ela gostava de escrever e na faculdade esse gosto se perdeu? Por que ela interpreta a Literatura e o texto ficcional como textos criativos, **arejados**, palatáveis e acessíveis; e a escrita acadêmica como não palatáveis, duros, chatos não-acessíveis? De onde Roberta retira tais acepções? Quem ensinou isso a ela? Você que está me lendo, você gosta da sua escrita acadêmica? Que gosto ela tem? Qual o seu cheiro? Quem lhe ensinou a escrever "academicamente"? Essa pessoa gostava da escrita acadêmica? Ou gostava mais da "literatura"? Qual o poder do gosto quando ensinamos?

Eu não vou apresentar uma discussão da análise dos dados. Eu vou deixar que os dados, os questionamentos, as dúvidas e as controvérsias lhe interpelem – "Interpelar: dirigir-se a (alguém) com alguma pergunta ou pedido de explicação, em tom confrontativo. Intimar a prestar declarações, a dar esclarecimentos, em tribunais, cortes, parlamentos etc" (Dicionário do Google, 2021). O que você acha da dicotomia presente nas respostas? Como você as interpela? Como elas lhe interpelam? Em qual tribunal você apresentará seu julgamento?

> [...] os esquemas classificatórios análogos às formas de classificação ou à estrutura cognitiva que organizam - como Durkheim, Mauss e Lévi-Strauss mostraram, - o pensamento primitivo ou selvagem, também estão presentes, em um estado

> inconsciente, no pensamento acadêmico contemporâneo, de modo que, sem exercer uma vigilância especial, os antropólogos e os próprios sociólogos os apresentam em muitos dos seus julgamentos cotidianos: especialmente, em questões de estética onde, como Wittgenstein apontou, os julgamentos são muitas vezes reduzidos a adjetivos; ou, em questões de gastronomia e, até mesmo, em relação ao trabalho de seus colegas, ou sobre os próprios colegas. É, portanto, provável que todos vocês recorram a dicotomias classificadoras semelhantes para perceber e apreciar, positivamente ou negativamente, o que estou lhes dizendo neste momento. (BOURDIEU, 2017, p. 78)

Neste momento estou me sentindo julgada... interpelada... intimada pelas convenções que moldam nosso pensamento, elas gritam aos meus ouvidos: "termine logo esse artigo, está muito longo, você é muito prolixa... você tem que ser mais objetiva!" (VOZES DAS CONVENÇÕES SOCIAIS DENTRO DA MINHA CABEÇA, 1990; 2021). Eu respondo para elas: "eu já estou terminando, 'só falta' discutir a minha análise dos dados, a parte mais importante do artigo" (REZENDE, 2021). Daí elas retrucam: "já deu minha filha, acabou seu tempo, termine sua exposição." (PESADELO ONDE TENTO FALAR, MAS MINHA VOZ NÃO SAI, 2021).

5. AQUI NÃO TEM CONCLUSÃO, APENAS PROVAS DE CHEIROS E GOSTOS QUE ATICEM EM NOSSOS CORPOS DE ESCRITAS O FRESCOR DAS CONTRADIÇÕES

Como aponta Bourdieu, se você deseja triunfar sobre um matemático, é preciso fazê-lo matematicamente. "Evidentemente, há sempre a possibilidade de que o soldado romano corte a cabeça de um matemático, mas isso é um 'erro de categoria', diriam os filósofos. Pascal veria nisso um ato de tirania que consiste em utilizar numa ordem um poder que pertence a outra ordem." (BOURDIEU, 2004, p.32). E isso não é triunfar verdadeiramente, pois o campo não reconhece esse triunfo. Se você deseja fazer "triunfar" a "criatividade" e a "emoção" (com suas duplas de aspas) na escrita acadêmica é preciso uma única coisa: escrever academicamente. Só isso. Ponto. (.). Pois... se você deseja triunfar sobre a doxa é preciso "não cometer erros de categoria".

Para não cometer esses erros é preciso muita *disposição*. É sobre isso que eu gostaria de discorrer agora, para enfim, caminhar para a finalização deste artigo. Apresento-lhe mais uma fragrância a ser discriminada com o nosso *kit de odores*: o conceito de *disposição estética* de Bourdieu.

A partir da percepção bourdieusiana, podemos avançar no entendimento da *disposição estética* que Bourdieu refletiu para a arte aplicando tal reflexão a experiência de produção e recepção da escrita no campo acadêmico – pois são as condições de existência do agente que escreve e do agente que lê que possibilitam a decifração e decodificação na prática de escrita

acadêmica, assim como ocorre nas práticas artísticas. As *disposições* são para Bourdieu um conjunto de regras incorporadas de maneira inconsciente pelas pessoas, e por isso, muitas vezes, ditas "naturais" e "inerentes" ao indivíduo. Essas *disposições* perpassam os setores éticos, estéticos, cognitivos e físicos. Elas são adquiridas por meio de experiências e também em instituições sociais, como a família e a escola, produzindo assim, nossa identidade. É a *disposição estética* que possibilita um interesse maior pela forma – pelos aspectos estéticos, formais, estilísticos das obras – é ela que permite o primado absoluto da forma sobre a função, a preferência pela técnica e não pelo conteúdo, pois ela é uma "capacidade generalizada de neutralizar as urgências ordinárias e de colocar entre parênteses os fins práticos" (BOURDIEU, 1983a, p. 87). Quem disfruta de uma disposição estética disfruta de uma experimentação formal dos bens culturais e da existência.

E sobre essa experimentação formal Bourdieu explica: "a experimentação formal – que, na literatura ou no teatro, leva à *obscuridade* – é na opinião do público popular, um dos indícios do que, às vezes, é vivenciado como o desejo de manter a distância o não-iniciado ou de falar a outros iniciados 'passando por cima da cabeça do público.'" (BOURDIEU, 2007, p. 36). Quem não possui essa *disposição* para conseguir apreciar e sentir prazer com as formas, com a estética se sente excluído, afastado. É essa mesma *disposição* que permite que os iniciados executem "uma bela pintura, com objetos socialmente designados como insignificantes – armação metálica, casca de arvore e, sobretudo, couves, objeto trivial por excelência – ou como feios ou repelentes – acidente de trânsito, balcão de açougue [...]" (BOURDIEU, 2007, p. 38). Para enxergar beleza e importância nesses objetos, nas suas características formais estéticas é necessário um treino, uma aprendizagem, pois como aponta Cassirer "nossa percepção estética exibe uma variedade muito maior e pertence a uma ordem muito mais complexa do que nossa percepção sensorial vulgar." (CASSIRER, 1995, p. 128). Parte desse aprendizado desse treino é tanto fornecido pela família quanto pela instituição:

> A disposição estética como aptidão para perceber e decifrar as características propriamente estilísticas é, portanto, inseparável da competência propriamente artística: adquirido por uma aprendizagem explicita ou pela simples frequência das obras – sobretudo, aquelas reunidas em museu as quais, pelo fato da diversidade de suas funções originais e de sua exposição neutralizante em um espaço dedicado a arte, fazem apelo ao interesse puro pela forma –, este controle prático permite situar cada elemento de um universo de representações artísticas em uma classe definida em relação á classe constituída por todas as representações artísticas, consciente ou inconscientemente, excluídas. (BOURDIEU, 1996, p. 51).

Perceba o quanto a *disposição estética* é similar ao treino do *kit de odores* que Latour nos exemplificou. As aprendizagens explícitas e implícitas da Arte, o exercício recorrente de observação das obras – separadas e neutralizadas pelas exposições dos museus se assemelham

ao *kit de odores*, que é constituído por "uma série de fragrâncias puras nitidamente distintas, dispostas de forma a poder passar-se do contraste mais abrupto ao mais suave." (LATOUR, 2008, p.40). Para conseguir identificar os contrastes, para conseguir identificar as características estilísticas da arte, e também da escrita acadêmica, para conseguir ter interesse pela forma e não se perder com a "facilidade sedutora" do conteúdo, é necessário cumprir um treino, é necessário aprendizagens explícitas e implícitas. Com essa aprendizagem, com esse treino se obtém uma *disposição estética*, ou no exemplo de Latour "se obtém um «nariz» [un nez], ou seja," alguém que pela prática "parece" possuir "um órgão que define a sua capacidade de detectar diferenças". (LATOUR, 2008, p.40).[9]

Mas, esse órgão não é inato não é natural, ele é artificial, ele é adquirido culturalmente no treino do social – o adquirimos pela aprendizagem, tanto as implícitas quanto as explícitas – o adquirimos com bastante treino para que possamos habitar um mundo odorífero amplamente diferenciado. "As partes do corpo, portanto, são adquiridas progressivamente ao mesmo tempo que as «contrapartidas do mundo» vão sendo registadas de nova forma. Adquirir um corpo é um empreendimento progressivo que produz simultaneamente um meio sensorial e um mundo sensível." (LATOUR, 2008, p.40). E como bem refletiu Bourdieu a partir de Ortega, essa naturalização da disposição estética como algo inato, "implica que uns possuam um órgão de compreensão recusado, ao mesmo tempo, aos outros; que se trata de duas variedades distintas da espécie humana. A nova arte não é para todo mundo, à semelhança da arte romântica, mas destina-se a uma minoria dotada de dons especiais". (BOURDIEU, 1996, p.34).

Essa noção de *disposição estética* é extremamente importante para percebermos a controvérsia da condição do ensino, da aprendizagem e da prática da escrita no campo científico. Pois a escrita acadêmica só adquire sentido, só tem interesse e só é *conhecida* para quem é dotado do código segundo o qual ela é codificada. O ato de fusão afetiva que dá "o prazer do amor pela arte [ou pela escrita acadêmica], pressupõe um ato de *conhecimento*, uma operação de decifração e decodificação, que implica o acionamento de um patrimônio cognitivo e de uma competência cultural." (BOURDIEU, 1996, p.10). Se na arte há um processo explícito para "aflorar" essas competências essas disposições estéticas, se na indústria de perfume há o processo do treino do *kit de odores* para "aflorar" as competências dos narizes, o que há no campo acadêmico para "aflorar" as *disposições estéticas* para a escrita acadêmica, para as suas

[9] Percebemos também a disposição estética para a experiência do colega de Latour.

formas, para as suas competências de produção e apreciação para a aquisição do seu conhecimento?

Meme criado no *Canva* sem direitos autorais de imagem do He-man

REFERÊNCIAS

BARBALET, Jack. Emoção, teoria social e estrutura social. Uma abordagem macrossocial. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

BECKER, Howard. **Truques da escrita**: para começar e terminar teses, livros e artigos. Rio de Janeiro: Zahar, 2015

BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte:** Gênese e Estrutura do Campo Literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Edunesp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983a. p. 82-121.

BOURDIEU, Pierre. Objetificação participante. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 16, n. 48, 2017, p. 73-86.

LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOUR, Bruno. “Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência”. In: NUNES, João Arriscado e ROQUE Ricardo (orgs.). Objectos Impuros: Experiências em Estudos sobre a Ciência. Porto: Edições Afrontamento, 2008. p. 39-61.

LISPECTOR, Clarice. Crônicas para jovens de escrita e vida. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

MORAES, Ana Cristina de; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura. Por uma estetização da escrita acadêmica: poemas, cartas e diários envoltos em intenções pedagógicas. **Rev. Bras. Educ**., Rio de Janeiro, v. 23, 2018.

REZENDE, Camila Ribeiro de Almeida. **Como escrever academicamente: uma sociologia artística da escrita acadêmica, das emoções e do processo criativo**. 2021. 379f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/73301

CAPÍTULO XLVIX

A MILONGA COMO MANIFESTAÇÃO CULTURAL DO NEGRO NO PAMPA

Jucelino Viçosa de Viçosa [1]

[1] Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais – Universidade La Salle – Unilasalle – Canoas (RS).

RESUMO

Esta comunicação aborda a milonga como traço característico da participação do negro na memória cultural do Pampa, a partir de sua inserção no território por meio da escravidão. O objetivo geral é evidenciar a participação do negro na cultura pampiana com o advento da milonga, e tem-se por objetivos específicos: observar o processo de consolidação do ritmo; verificar a construção de imaginários sobre o negro; e contextualizar produções poéticas que fazem do Pampa um espaço de entrecruzamento de diferentes culturas. Milonga entendida como ritmo eivado de influências relacionadas à cultura africana, a começar por sua origem vocabular e da estrutura rítmica. A metodologia envolve consulta em livros, artigos científicos e outros documentos publicados de forma escrita e/ou eletrônica, além da análise de poemas transformados em milongas que são capazes de recompor a paisagem pampiana e evidenciar a presença negra na memória cultural da região. Entende-se que o negro pode ser visto como um agente da memória cultural construída no espaço pampiano, que abrange parte da Argentina, o Uruguai e o Brasil (Rio Grande do Sul), a partir dos vestígios presentes em poemas transformados em milongas.

Palavras-chave: Negro, Milonga, Cultura, Imaginários.

1. INTRODUÇÃO

Essa comunicação tem como tema a presença do negro na memória cultural do Pampa, a partir do significado dialetal, de registros documentais e de rastros/vestígios[1] observados para se entender a milonga como marco representativo de miscigenação racial e cultural pampiana. Entende-se a milonga como um efeito musical de propagação, isto é, um ritmo capaz de abrir espaço para outras formas de representação e de manifestações dos imaginários, por exemplo, do negro na região pampiana. Destaque para a atuação de indivíduos escravizados

[1] Segundo Jeanne Marie Gagnebin, "[...] o rastro é fruto do acaso, da negligência, às vezes da violência [...] ele denuncia uma presença ausente sem, no entanto, prejulgar de sua legibilidade: já que quem deixou rastros não o fez com uma intenção de transmissão ou de significação, o decifrar dos rastros também é marcado por essa não-intencionalidade (GAGNEBIN, 2002, p. 129).

que, inobstante os martírios sofridos em face do sistema escravista, deixaram significativos legados nas mais diversas áreas, como na alimentação, no vestuário, em manifestações artísticas e literárias, entre outras; com realce, nesse estudo, para a música, em especial à milonga como fato cultural que sinaliza a atuação da população negra na sedimentação da base cultural do Pampa.

Frigerio (2008) aponta que para se suplantar uma narrativa de invisibilização, faz-se necessário ressaltar a influência da cultura africana, não só como algo ocorrido no passado e sim como uma presença constante e realimentada com novos elementos no presente. Portanto, dedicar-se ao estudo da presença negra na memória cultural do Pampa, a partir da significação presente nos versos constantes das milongas escolhidas, é notabilizar, ressignificar as manifestações culturais produzidas por pessoas que tiveram essa atuação desconsiderada, invisibilizada, renegada, até, como sendo de menor valor.

O ponto de partida para essa ressignificação pode ser os bairros portuários de Montevidéu, entendidos como local de expansão da milonga no Pampa, por terem servido também como ponto de desembarque de escravos africanos durante o século XVII. Conforme se observa em Marcel de Almeida Freitas,

> No final do século XVII, a escravidão se converte em grande negócio em praticamente toda a América [...] grandes massas de negros chegavam à região do Prata, alguns vindos direto da África e muitos vindos, como contrabando, do Brasil, através do comércio com paulistas e fluminenses. [...] por volta de duzentos mil escravos chegaram à bacia do Prata a partir desse período, sendo que eram encaminhados para: 1- minas do norte da Argentina e sul da Bolívia; 2- serviços domésticos e caseiros nos centros urbanos como Buenos Aires, Santiago, Córdoba, Asunción, Montevideo e, mais raramente, 3- para o trabalho agrícola nas províncias hoje fronteiriças com o Brasil e com o Uruguai (FREITAS, 2018, p. 385).

Assim como em Roberto Bracco *et al.*, ao expressar que: "Hacia 1756, tres décadas después de la fundación de la ciudad de Montevideo, arribó un navío portugués con cargamento de esclavos, procedente de Angola" (BRACCO et al., 2021, p.16).

Portanto, verifica-se que o negro integrou o cenário da região pampiana, com participação efetiva no desempenho de atividades econômicas e, consequentemente, sociais e culturais. Constata-se, assim, que a influência africana aparece já na acepção vocabular do ritmo, pois de acordo com Cascudo (1972), milonga tem origem bundo-congolesa, e sinaliza o plural de mulonga (ou melunga), que significa palavra, algo próximo a conversação, palavreado. Houaiss; Villar (2009) trazem três acepções para o vocábulo: em seu sentido musical, aparece como canto e dança de cunho popular originários nos subúrbios de Buenos Aires e Montevidéu, ou música platina, de ritmo cadenciado, executada sob o acompanhamento do violão; também

tem o sentido de enganar, ludibriar, desconversar; além de, em sua conotação religiosa, ser entendida como feitiço, despacho.

A milonga traz em si, portanto, elementos de matriz africana, juntamente com outros aspectos da cultura e do folclore das regiões que integram o Pampa, abrangendo o Uruguai, parte da Argentina e o extremo sul do Rio Grande do Sul, ou seja, provém da tríplice fronteira demarcada pelo rio Uruguai, caracterizada como pampiana. Solidifica-se, então, como efeito da diversidade cultural presente nas periferias de Buenos Aires e de Montevidéu, ao incorporar a nostalgia da vida na cidade e, posteriormente, no campo (ALBORNOZ, 2016).

Vicente Rossi, um estudioso das origens da milonga, em sua obra "*Cosas de Negros*" (1958), a divide em dois tópicos: a milonga-baile cujo ingresso no Pampa teria se dado por meio de negros marinheiros cubanos nos portos de Montevidéu; e a milonga-canto, onde os versos ocorriam de forma improvisada, em alguns casos com o emprego do violão (guitarra em espanhol), o que depois se estabeleceu com o nome de payada[2], e a milonga passou a ser executada mediante acompanhamento musical. Para o autor,

> La fecunda imaginación de los maestros músicos del suburbio, analfabetos del pentagrama pero admirables manipuladores de la melodía, siempre creadores, fue formándole repertorio al nuevo bailable surgido de la Habanera, y con ello asegurándole carácter propio.
>
> Las tertulias danzantes de los cuartos de las chinas recibieron en el acto la visita de la Danza, pues eran una prolongación de los barrios marítimos, y cuando ya dominada y ampliamente acriollada se hizo inevitable en las tertulias alegres orilleras, un tercer nombre definió su nueva transformación y se llamó Milonga, por proceso lógico y natural: Como hemos visto, prologaba esos bailecitos una sesión de canto, o, como se decía y dice aun, "se milongueaba" (ROSSI, 1958, p. 52).

Para Rossi (1958), o processo evolutivo da milonga se dá pela introdução da "danza cubana" por intermédio de marinheiros cubanos, negros em sua maioria, ingressa nos chamados "quartos de chinas", já com o nome de "*habanera*"[3], em razão da origem dos marinheiros e se consolida, num terceiro momento, com o nome de milonga. Para o autor, o termo passou a designar as próprias reuniões de pessoas, assim que "milonguear" adquiriu a

---

[2] A *payada* ou pajada consiste numa apresentação em que o artista improvisa os versos a partir de um tema livre ou na chamada *payada* de contraponto, onde se dá o desafio frente a outro *payador* a respeito de um tema escolhido ou de tema livre. A estrutura dos versos é sob a forma de décimas e há o acompanhamento pela guitarra/violão (DORRA, 2007).

[3] Segundo Joana Martins Saraiva, "[...] o termo habanera abriga em si uma multiplicidade de significados, de apropriações e representações distintas, que partem da noção de gênero musical, mas que abrangem intrincadas questões que desafiam a sua própria definição. A despeito do seu caráter transatlântico e da pluralidade de formas que assume em contextos locais, a habanera - forma musical e/ou coreográfica associada primeiramente à Havana, Cuba, mas sucessivamente desterritorializada e reterritorializada" (SARAIVA, 2020, p. 617).

conotação de reunir, bailar, cantar; e ressalta, ainda, que enquanto na Banda Oriental predominavam a milonga e o "estilo", em Buenos Aires os ritmos predominantes eram os "tristes", "cielitos" e "el gato".

Susan Aparecida de Oliveira e Carla Cristiane Mello, no artigo intitulado "*De payadas e milongas: os saberes da voz*" (2018), expressam que os gêneros poético-musicais sul-americanos carregam consigo a mediação criativa dos africanos por meio da apropriação, da criação ou até mesmo de sua efetiva participação no cenário cultural pampiano. Exemplificam tal atuação a partir da *habanera*, candombe, milonga e tango, enquanto expressões culturais que convergem para a participação do negro na formação cultural da região; sobre o tango, de acordo com Ricardo Rodrigues Molas (2020), trata-se de uma "[...] música de origem africana [...] refugiava-se nos salões de baile do negro. Desde o século XVIII costumavam associar-se com esse objetivo [...] Nessa época ouviam-se "habaneras", mazurcas, hostis, valsas e tangos negros (MOLAS, 2020, p. 195).

De acordo com Oliveira; Mello (2018), a milonga pode ser considerada como um traço significativo da diáspora africana marcada pela introdução de pessoas negras por meio do tráfico luso-espanhol, da consequente migração e dos deslocamentos para zonas urbanas e rurais ao longo do Rio da Prata e, por extensão, no Pampa gaúcho, ao compor, de certo modo, uma identidade a partir de suas expressões performáticas, poéticas e musicais.

A esse respeito, expressam as autoras que

> Nesse mosaico, no entanto, havia a recorrente preocupação com a afirmação das origens e com estratégias de produção de memória e sociabilidade traduzidas na constituição de espaços onde práticas culturais performáticas, como o candombe e a milonga entre outros, seriam os meios mais eficazes para os grupos de africanos na configuração de elos simbólicos entre as estruturas de sentimentos preexistentes e suas novas demandas sociais (OLIVEIRA; MELLO, 2018, p. 2).

Fernando Octávio Assunção, em seu livro "*El Gaucho: estudo sócio-cultural – Tomo II*" (1979), sinaliza a atuação do negro na milonga a partir da ideia de que o ritmo teria nascido na zona urbana e levado ao cenário rural por "[...] gauchos desplazados, orilleros y troperos" (ASSUNÇÃO, 1979, p. 334), recebe a influência do "estilo" e da "cifra", e se consolida na voz dos *payadores*. Para o autor, em meados do séc. XIX, a influência africana pode ser identificada quando

> [...] sobre las fórmulas rítmicas de los tamboriles afros en los bailes ceremoniales llamados "candombes", se organizó una forma, en 2x4 con gran abundancia de sincopas, casi "intraducible" al lenguaje escrito musical, propia de esas urbes litorales, contiendo las lógicas e imaginables hispánicas, y, en lo coreográfico, de las danzas extáticas (de éxtasis) de los negros, forma de baile cantado, como todos los populares regionales,

cuyo nombre, también de origen africano, significa "palabrerío" (ASSUNÇÃO, 1979, p. 334).

Há que se destacar a obra de Gustavo Goldman, "*Lucamba: herencia africana del tango – 1870-1890*", ao expressar que "Los africanos primero, y luego sus descendientes, participaron de complejas redes sociales desde diferentes posiciones ideológicas, tanto hacia adentro de su colectivo como hacia fuera, en su asimétrica relación con la sociedad dominante" (GOLDMAN, 2008, p. 7). Para o autor, entre as manifestações culturais desse grupo social estão incluídas a música e a dança, em que se verificam o compartilhamento, a adoção, a adaptação, o descarte, a transformação e a apropriação dos mais variados repertórios, pois, com seu estudo, demonstra que "El correlato simbólico estará en la mixtura entre manifestaciones producto de la reinterpretación de trazos de africanidad y la adopción, apropiación y transformación de los repertorios musicales y danzarios que la sociedad les imponía" (GOLDMAN, 2008, p. 9), e que as denominadas "*salas de nación*" representavam a ocupação de espaço cultural com o propósito de manutenção de vínculos com o passado africano dos membros do grupo social.

Com base no exposto, evidencia-se que os autores reforçam com argumentos baseados em pesquisas que o negro registra sua participação na consolidação do ritmo milonga no contexto pampiano. Há muitas evidências da participação da cultura africana dentro de um processo de hibridação[4] e que foram adaptadas para solidificar o ritmo característico da região.

Desse modo, identifica-se nos argumentos dos autores acima que o negro teve participação na construção e consolidação do ritmo milonga no contexto pampiano, em que se verificam influências relacionadas à cultura africana, a partir da acepção vocabular e da estrutura rítmica, além de se entender as adaptações havidas ao longo do tempo por se tratar de um processo marcado pela hibridação[5] presente nesse ritmo que caracteriza a região.

Pelo exposto, entende-se que, como gênero musical, a milonga superou fronteiras geográficas e culturais, vindo a se desenvolver e a se enraizar de tal modo que passou, por parte de alguns, a simbolizar a identidade do pampiano e a habitar os imaginários do fronteiriço.

---

[4] O hibridismo cultural é um fenômeno histórico-social que existe desde os primeiros deslocamentos humanos, quando esses deslocamentos resultam em contatos permanentes entre grupos distintos. O continente latino-americano é um lugar por excelência para a ocorrência do hibridismo cultural, porque é um espaço de imigração e migração desde eras remotas. Todo sujeito migrante é um sujeito híbrido, porque, quando deixa sua terra, torna-se diferente (CARDOSO, 2008, p. 79).

[5] As culturas emergentes que se sentem ameaçadas pelas forças da globalização, da diversidade e da hibridização, ou que falharam no projeto de modernização, podem se sentir tentadas a se fechar em torno de suas inscrições nacionalistas e construir muralhas defensivas (HALL, 2003, p. 45-46).

Além de ser um ritmo vinculado à paisagem do Pampa, a partir da geografia, da noção de fronteira e da diversidade étnica e cultural da população pampiana (PANITZ, 2010).

A partir de diversas expressões poéticas e musicais, a milonga incorpora elementos africanos em seu conteúdo e em sua trajetória histórica, bem como marcas das periferias e subúrbios platinos, a melancolia e o apego à terra por parte do campeiro pampiano, isso demonstra sua pluralidade cultural. O Pampa pode, assim, assumir a condição de "território subjetivo", no qual a paisagem oportuniza que se verifiquem desdobramentos capazes de direcionar o olhar para o prazer da reconfiguração, com o propósito de culminar na multiplicidade do espaço e do sujeito.

Com base nisso, enfatiza-se que na paisagem do Pampa há sim a inserção do negro, desde sua chegada, e que durante muito tempo tal presença foi invisibilizada pelos registros oficiais[6], fato que se comprova diante das revisões historiográficas e da documentação existente, ao evidenciar que, desde os primórdios, o negro é um dos agentes de construção da memória cultural pampiana e a paisagem pode vir a se tornar uma fonte de ressignificações, um espelho a refletir a subjetividade e diferentes formas de atuação que evidenciam a presença negra.

Como se pode verificar em trabalhos como "De la "desaparición" de los negros a la "reaparición" de los afrodescendientes: comprendiendo la política de las identidades negras, las clasificaciones raciales y de su estudio en la Argentina", de Alejandro Frigerio (2008); e "Esclavitud y afrodescendientes en Uruguay: una mirada desde la antropología", de Roberto Bracco *et al* (2012), entre outros.

Na América Latina, milhões de africanos ingressaram para trabalhar de forma escrava, e Rio de Janeiro (Brasil), Buenos Aires (Argentina) e Montevidéu (Uruguai) foram portos de significativa importância nesse comércio de seres humanos (GOMES, 2020). A escravidão no Cone Sul da América Latina atinge seu apogeu nos séculos XVII e XVIII, sendo que Buenos Aires, Colônia de Sacramento e o Rio de Janeiro estreitaram vínculos sociais, políticos, culturais e comerciais que se consolidaram e fizeram do porto carioca um dos principais entrepostos comerciais do Atlântico devido à circulação de metais preciosos, tais como a prata vinda da Bolívia, e aos negros trazidos da África (FREITAS, 2018).

---

[6] Como exemplo, pode-se citar George Reid Andrews (1989) ao relatar que "[...] uniendo a los afroargentinos, indios y mestizos bajo el rubro 'gente de color' [...] para 1825 su representación se había reducido a sólo un cuarto [...] explicaba su relativa declinación como debida a dos factores: la abolición del comercio esclavista em 1813, que concluyó em influjo de gente negra a la ciudad, y la alta tasa de mortalidad de afroargentino" (ANDREWS, 1989, p. 80).

Calcula-se que, em relação aos dados oficialmente registrados, o número de escravos que ingressaram no Rio da Prata tenha sido significativamente superior, em razão da manutenção da prática do contrabando e do tráfico, após a proibição do comércio de pessoas. Os negros eram negociados de forma legal, por meio de *licencias*[7] e *asientos*[8], e mediante a ilegalidade do contrabando, com o predomínio do transporte pertencente aos portugueses, seguidos de holandeses, franceses e ingleses (SIRQUEIRA, 2012).

A utilização da mão de obra escrava na região do Pampa era diversificada, representada pelos escravos de ganho, que vendiam produtos e quitutes, artesãos, sapateiros, barbeiros, alfaiates, entre outras. Também foi intensa sua presença na zona rural, nas atividades de laçador, domador, no plantio e na colheita, além do trabalho nas charqueadas; as mulheres negras se tornavam amas de leite, lavadeiras e executavam as demais atividades domésticas (SIRQUEIRA, 2012).

Para Farinatti (2018), a mão de obra escrava se fez presente na maioria dos estabelecimentos de criação de gado nessa região de fronteira meridional entre os três países, constatou-se em maior número a presença de escravos campeiros, além dos chamados roceiros, bem como os considerados "especializados", que atuavam como pedreiros, carpinteiros e sapateiros. Semelhante às ideias desse autor, Manoelito de Ornellas (1999) assegura que

> "O negro, tomado para o trabalho de campo, adaptou-se admiravelmente aos hábitos e costumes dos cavaleiros. E sempre houve negros entre os melhores domadores, os mais ágeis laçadores e os campeiros mais exímios de todos os tempos (ORNELLAS, 1999, p. 7)

Por sua vez, Augusto Meyer (2002) refere-se à escravidão como uma instituição social, um estado de costumes, forma de propriedade e modo de produção, isso visto sob a ótica de uma ordem política, moral e econômica instituída, onde, por exemplo, o estancieiro "Comprava os quinze ou vinte anos que podia dar-lhe o trabalho de um negro escravo por quantia correspondente à quadragésima parte [...] de um peão, no mesmo período" (MEYER, 2002, p. 26).

---

[7] [...] permissão concedida aos indivíduos que desejassem fazer o transporte de certo número de escravos para uma região da América espanhola. Em troca, os licenciados deveriam pagar um imposto ao governo (SIRQUEIRA, 2012, p. 11).

[8] O *asiento* de negros era um contrato pelo qual um indivíduo ou uma companhia tinha como função e direito exercer a administração do comércio de escravos no lugar do governo, incluindo-se a aquisição na África, a travessia do Atlântico e a venda nos portos em que era autorizado a desembarcá-los (SIRQUEIRA, 2012, p. 11).

Em seu labor, o escravo desempenhava suas funções no mesmo ritmo dos demais trabalhadores envolvidos na tarefa, apenas cabendo-lhe os castigos e sofrimentos da escravidão. Pois, para Meyer

> O negro campeiro lidava ombro a ombro com o patrão, homem entre homens e dono provisório entre animais, arrastado na mesma competição de "gaucheria". Se era escravo do estancieiro, domador e pialador, dominava os brutos, reaprumado no lombo do cavalo (MEYER, 2002, p. 94)

Há também evidência da atuação do negro nas estâncias a partir dos relatos dos viajantes, como se pode observar em Auguste de Saint-Hilaire (1974), ao referir que

> As construções desta estância constam de algumas palhoças esparsas e da casa do dono, coberta de telhas, porém pequena e de um só andar. O interior quase desmobiliado não oferece comodidade. Todavia o proprietário falou-nos possuir 10 a 12 mil cabeças de gado, avaliadas em cerca de 250 mil francos, além de ser senhor de muitos escravos e ter grande número de cavalos (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 47).

Em seu relato, Robert Avé-Lallemant (1953) destaca uma outra função do negro nas estâncias, ao expor que

> Numa distante eminência descobri um rebanho de ovelhas pretas e brancas, que desde a manhã tinham desaparecido da fazenda e que podiam ser procuradas imediatamente, para grande alegria do negro encarregado do pastorejo (AVÉ-LALLEMANT, 1953, p. 221).

Assim como o viajante Arsène Isabelle (2006) reproduz uma situação em que o negro atua numa comitiva de carreteiros, ao relatar que

> Essa caravana compunha-se de sete carretas, quatro cobertas e três descobertas, cada uma puxada por oito bois, e levando em tropa, para a muda, mais trinta bois e oito cavalos. Além de mim e dos meus dois companheiros, o pessoal se compunha do tropeiro ou capataz, e de quatro arreadores, dos quais dois negros e um índio (ISABELLE, 2006, p. 201).

Além de indicar a atuação do negro na navegação, ao referir que "Esses barcos partem e chegam constantemente, e o viajante pode estar certo de ser transportado com rapidez, pois, quando o vento não é favorável, quatro ou seis negros seminus remam sem descanso dia e noite" (ISABELLE, 2006, p. 231). Assim como destaca Ricardo Rodríguez Molas, ao revelar que: "En Córdoba, los jesuítas, dueños de extensos fundos y estancias, poseen en 1686 trescientos negros que atienden los 5.000 caballos, 3.000 vacunos y 1.000 muías propiedad de la Compañía" (MOLAS, 1982, p. 119).

A presença negra está evidenciada nas mais diversas áreas, tais como alimentação, vestuário, nas artes, mais especificamente, como é o propósito desse estudo, na música. Na tentativa de preservar suas culturas ancestrais, os africanos "aceitaram" algumas imposições

do poder instituído, principalmente da Igreja Católica, e as incorporaram às suas manifestações, assim como puderam praticar livremente seus ritos religiosos e atividades culturais nos quilombos (SILVA, 2014).

Salienta-se que, apesar das dificuldades, muitos africanos conseguiram se adaptar ao meio, atuaram no exército, desenvolveram suas formas de lazer, estabeleceram suas alianças com o sagrado e procuraram, de alguma maneira, manter os laços culturais com sua terra de origem (SIRQUEIRA, 2012).

Como se pode constatar em Isabelle (2006) ao registrar que

> E no meio de toda essa misturada de vestimentas, em que as cores vermelha, azul e verde dominam completamente, vê-se o regimento dos Defensores, composto de negros, os únicos vestidos uniformemente e disciplinados, cujos rostos contrastam com os de tantas raças em que mal se consegue identificar os traços primitivos (ISABELLE, 2006, p. 73).

Moacyr Flores (2013) ressalta entre tantas situações verificadas durante o flagelo da escravidão: compra e venda de seres humanos como se fossem mercadorias, em que, nesse mercado, crianças tinham preferência na aquisição, primeiro, por não saberem para onde fugir e, segundo, porque poderiam aprender um ofício que lhes agregaria mais valor em caso de venda futura; bem como a fuga de escravizados por almejar liberdade; além do engajamento como soldado mediante promessa de ser alforriado. O autor exemplifica essa situação do engajamento militar da seguinte forma

> Também acontecia o contrário, escravos convocados à força pelos rebeldes desertavam e se refugiavam no Exército imperial. [...] Os combates serviam para reaver os escravos de imperiais que fugiram ou foram recrutados pelos rebeldes [...]. Mulheres negras também foram engajadas nas tropas farrapas (FLORES, 2013, p. 49).

Bem como há registros de cruéis castigos infligidos aos negros escravizados, como se observa em Isabelle (2006) ao relatar que

> Infelizmente, porém, não passam de escravos e, sobretudo, de negros! São, fatalmente, uns brutos, uns vis usurpadores do nome de homens. E, entretanto, esses brutos asseguram a subsistência e todos os prazeres da vida aos seus indolentes senhores! Sabeis como esses senhores, em sua superioridade, tratam seus escravos? Como tratamos os nossos cães! Começam por chamá-los com um assovio e, se não atendem imediatamente, recebem dois ou três tabefes da mão delicada de sua encantadora ama, metamorfoseada em harpia, ou um soco ou um brutal pontapé do seu amo grosseiro. Se tentam explicar-se, são amarrados ao primeiro poste, e, então, o senhor e a senhora vêm, com grande alegria, ver flagelar, até que o sangue brote, aqueles que, as mais das vezes, só cometeram a falta bem inocente de não terem podido adivinhar os caprichos de seus senhores e donos!!! Feliz, ainda, o desgraçado negro, se seu amo ou sua ama não tomar uma corda, um chicote, um cacete ou uma barra de ferro, e golpear, no seu furor brutal, o corpo do pobre escravo, até que os pedaços arrancados de sua pele deixem o sangue escorrer sobre o corpo inanimado, porque o comum, nesses casos, é levantar o negro desfalecido para curar suas feridas! E sabeis com quê? Com sal e pimenta, como

> se trata a chaga de um animal que se quer preservar dos vermes! (ISABELLE, 2006, p. 247).

Portanto, fica, assim, constatado por meio das pesquisas apresentadas que o negro participou ativamente nas atividades componentes do cenário do Pampa, seja na zona rural ou urbana, em serviços domésticos, de lavoura, atividades de campo, tropeadas e carreteadas, navegação, entre outras. O que vem a comprovar que sua presença, embora houvesse algumas tentativas de apagamento, de diminuição, fica demonstrada nos estudos e relatos apresentados, a partir de rastros, vestígios, pistas, informações que poderão proporcionar uma revisão, uma reconstrução e/ou uma ressignificação da atuação do negro enquanto gerador de articulações relacionadas ao setor econômico, e como produtor de cultura.

Considera-se, assim, que o negro ocupou, ao lado do branco, o mesmo espaço paisagístico, urbano e rural, da região do Pampa; agregue-se a isso o fato de ter sido invisibilizado desde sua chegada, bem como a observância de questões calcadas na tradição[9] e na cultura dominante, de modo que, alguns vestígios podem ser considerados elementos propícios a fazer-se uma ressignificação do passado; do mesmo modo que os poetas escolhidos, por meio de suas milongas e com sua sensibilidade poética, são capazes de recompor a paisagem pampiana e evidenciar a presença negra na memória cultural da região. Pois, como assegura Rossi (1958), há sinais da participação do negro na milonga: tais como nome, ritmo, técnica, ritual e linguagem, e, dessa forma, caracteriza-se como evidência da atuação do negro no Pampa e comprovação de sua memória cultural.

Desse modo, enfatiza-se que, por intermédio da memória cultural, cada pessoa tem condições de edificar suas memórias com base em vestígios/rastros capazes de estabelecer alguma relação com sua língua de origem, seus ritos, suas imagens de devoção, enfim, qualquer coisa que esteja relacionada a alguma prática cultural do passado (A. ASSMANN, 2011). Os chamados 'fios residuais' oportunizam ao sujeito a atribuição de novos sentidos a fatos pertencentes ao passado e capazes de ser renovados com o auxílio da subjetividade, e a manifestação da linguagem traz consigo traços de uma identidade, o que no caso da presença negra no Pampa se verifica no que compreende Zilá Bernd (2013) ao afirmar que

[9] Tradição, nessa pesquisa, será estudada de acordo com o que preconiza Eric Hobsbawn, ao considerá-la como uma invenção que "Inclui tanto as "tradições" realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo" (HOBSBAWN, 1984, p. 9).

> Ouvir o relato dos que ficaram à sombra, ou seja, a partir da retomada dos vestígios memoriais de quem não teve a vida fixada pela historiografia oficial, traz ao leitor o frescor de penetrar na história a partir de uma focalização outra (BERND, 2013, p. 90).

A esse respeito, remete-se ao que argumenta Tanira Soares (2019), ao expressar que

> [...] a memória cultural extrapola o grupo de convivência, englobando em sua constituição o armazenamento de informações que perduram por séculos, sendo que, nesse caso, os portadores de memória cultural não são os seres vivos, mas os objetos, monumentos, documentos, símbolos, artes e demais expressões que podem atravessar longos períodos de tempo e carregar consigo valiosos significados (SOARES, 2019, p. 102).

Em seu dinamismo, a memória cultural abrange as três dimensões do tempo, isto é, tem sua evocação no presente, remete ao passado e oportuniza uma expectativa de futuro, relaciona-se, assim, a lembranças objetivadas e institucionalizadas, as quais podem ser armazenadas e reincorporadas ao longo das gerações por intermédio dos vestígios. Constitui-se, então, a memória cultural, de heranças simbólicas cuja materialização se evidencia por meio de textos, ritos, monumentos, celebrações, objetos, entre outros, com o propósito de funcionar como "gatilhos" capazes de acionar significados relativos ao passado de um dado grupo social (DOURADO, 2020).

As milongas do passado se fazem presentes nos versos produzidos e nos cantares registrados na voz dos intérpretes que, de algum modo, associam-se ao fenômeno da milonga como vestígio cultural do negro, enquanto elemento inserido na paisagem pampiana.

A partir das reflexões a respeito da paisagem, pode-se dizer que essa é capaz de servir como suporte ao próprio pensamento, bem como caracterizar-se como imagem do mundo vivido, a partir de uma experiência sensível que se transforma em fonte de sentidos; em face disso, cabe aos poetas, por meio da subjetividade e da sensibilidade, reproduzirem feitos do passado como se fossem atuais, ou seja, por intermédio de uma escrita ficcional faz-se uma recordação 'encenada' de um passado que se faz presente.

Reconfiguram-se novas paisagens a partir do olhar dos poetas e da significação de seus versos, onde cada texto produzido é um símbolo representativo da paisagem geográfica e subjetiva; uma vez que os poemas configuram o que se pode chamar de uma paisagem poética, pois inserem o ser humano na geografia real, a partir da subjetividade. Os poemas se tornam, assim, representações literárias e artísticas, capazes de indicar semelhanças e diferenças como forma de aproximar o passado a uma realidade presente.

Ao se considerar a milonga como uma manifestação cultural, cabe destacar que Cícero Lopes (2014), vê a cultura pampiana como uma cultura de fronteiras dotada, por essa razão, de traços identitários transfronteiriços que se foram construindo à medida que as fronteiras

geográficas e políticas iam sendo definidas e de uma identidade construída da mestiçagem entre europeus, ameríndios e negros, em que o gaucho/gaúcho tornou-se

> [...] figura construtora e paradigmática de cultura transfronteiriça, passou a falar, quase sempre simultaneamente, os três idiomas. De fato, foi forjando formas particulares de comunicação e expressão, a partir dessas matrizes linguísticas, com evidente predomínio dos idiomas castelhano e português (LOPES, 2014, p. 3).

Por esse espaço de fronteira também o negro transitou, primeiramente como produto da escravização, depois como cidadão em busca de liberdade e, finalmente, como integrante de uma sociedade onde, apesar do histórico de sofrimentos, dores e privações, obteve conquistas, imprimiu sua marca e adquiriu a mesma importância dos demais povos formadores da região.

Desse modo, pode-se dizer que a milonga está diretamente relacionada à identidade do fronteiriço, cujo resultado provém de elementos de origem africana, aliado aos de origem ibérica e dos povos nativos, e posteriormente, de imigrantes europeus, entendida como gênero musical forjado na paisagem do Pampa, que traz consigo as peculiaridades dos indivíduos da região tracejada pelos imaginários campeiro e urbano, e passa a se caracterizar como uma narrativa específica da fronteira (CARRARO; MACHADO, 2018).

Nesse contexto, a memória cultural, por meio do compartilhamento entre um conjunto de pessoas e da transmissão de uma identidade coletiva, não exclui a memória coletiva e sim manifesta-se como uma forma dessa memória. Enquanto instituição, a memória cultural é "[...] exteriorizada, objetivada e armazenada em formas simbólicas [...] estáveis e transcendentes" e, portanto, capaz de possibilitar transferências entre situações distintas e a transmissão ao longo de gerações (J. ASSMANN, 2008, p. 118).

Por meio da memória cultural, há a possibilidade de construção de uma imagem narrativa do passado e, por esse motivo, oportuniza o desenvolvimento de uma imagem e, consequentemente, de uma identidade. Sua atuação está no sentido de preservação de uma herança simbólica institucionalizada, a quem o indivíduo pode recorrer no intuito de buscar a construção de sua própria identidade e, com isso, afirmar-se como pertencente a um grupo social (VENEROSO, 2020).

Um aspecto presente na memória cultural é o de que essa necessita de instituições de preservação e de recorporificação, como forma de facilitar seu trânsito entre gerações. Os símbolos externos têm uma significativa importância em razão de serem portadores de uma memória ligada a grupos e sociedades, localizados em monumentos, museus, bibliotecas, arquivos, entre outros, uma vez que é desse modo que a memória cultural se realiza (J. ASSMANN, 2008).

O passado, por estar baseado em pontos fixos, manifesta-se em símbolos relativos a mitos orais ou escritos, reencenados em celebrações e que indicam um presente em constante mudança. Na memória cultural não há distinção entre mito e história, já que o passado tem relevância no modo em como é lembrado, pois o que interessa é o seu horizonte temporal (J. ASSMANN, 2008).

A memória cultural difere da tradição no momento em que é capaz de possibilitar o arquivamento em larga escala de fatos contraditórios e de conteúdos reprimidos, onde se ouve a voz dos perdedores e observam-se práticas desviantes. Já a tradição, embora integre a memória cultural, limita-se à transmissão e à recepção de conteúdos previamente estabelecidos, de modo a reforçar aquilo que lhe pareça fundamental e de importância, para que essa tradição se mantenha (MAGALHÃES, 2014).

Em seu sentido amplo, a tradição envolve tudo o que se entende que deva ser preservado das práticas culturais de uma sociedade no decorrer das transformações sociais, ou seja, trata-se do resultado daquilo que será mantido do passado por meio de uma seleção apoiada nas relações de poder, nos valores vigentes e na importância verificada no momento (KONFLANZ, 2013).

A tradição tende a se modificar com o tempo, mas mantém o propósito de conservar o que considera importante para a cultura de um grupo ou de uma sociedade. Por vezes, as dinâmicas sociais apontam que determinadas práticas culturais estão defasadas, ultrapassadas e como não mais existem espontaneamente, faz-se uma evocação ritualística de um fato ou acontecimento do passado (KONFLANZ, 2013).

Entende-se que a tradição pode ser vista como algo inventado, no entanto é importante vê-la como "[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas [...] de natureza ritual ou simbólica", em que a proposta consiste na solidificação de valores e comportamentos como "[...] uma continuidade em relação ao passado" (HOBSBAWM,1984, p. 09).

Evidencia-se, assim, o caráter triangular da memória cultural em que, além do lembrar e do esquecer, há também o armazenar, pois, no seu âmbito, as diferentes culturas de uma sociedade têm seu sistema dividido em duas categorias: a transmissão de informação e o armazenamento, como forma de garantia de continuidade e de sua própria constituição enquanto grupo social. Com base nisso, J. Assmann (2014) entende que, no armazenamento, coisas relacionadas ao passado de um povo podem vir a despertar interesse e emergirem como novas possibilidades de leitura e compreensão desse passado e, por não atenderem aos padrões canônicos, estavam relegadas ao esquecimento e ao desaparecimento, pois "[...] no entre-lugar

da memória, esquecimento e silêncio, criam-se estéticas feitas de vestígios culturais os mais diversos" (BERND, 2013, p. 49), que é o caso da participação de africanos escravizados e de seus descendentes na edificação da milonga como um ritmo característico do Pampa.

A partir da ideia da memória como potência, o armazenamento diferencia-se do processo de recordação; a esse respeito, A. Assmann (2011) expressa que

> A recordação procede de forma reconstrutiva: sempre começa do presente e avança inevitavelmente para um deslocamento, uma deformação, uma distorção, uma revaloração e uma renovação do que foi lembrado até o momento de sua recuperação. Assim, nesse intervalo de latência, a lembrança não está guardada em um repositório seguro, e sim sujeita a um processo de transformação. A palavra "potência" indica, nesse caso, que a memória não deve ser compreendida como um recipiente protetor, mas sim como uma força imanente, como uma energia com leis próprias (A. ASSMANN, 2011, p. 33-34).

É com base no exposto que se busca identificar nos poemas a serem estudados vestígios que, de alguma maneira, evocam a presença do negro na cultura pampiana, bem como dar destaque à atuação de um povo subjugado pela força e, de certa forma, desconsiderado como elemento constituinte de uma cultura. Em razão de que os indivíduos constroem sua cultura por meio da língua, de imagens e de ritos; em face disso, suas memórias são expressas por meios de práticas culturais e organizadas mediante armazenamento (A. ASSMANN, 2011).

A memória cultural possibilita a construção de imagens narrativas do passado e, por esse processo, o indivíduo pode desenvolver uma imagem e uma identidade de si. Ao preservar a herança simbólica institucionalizada, a memória cultural reforça o sentimento de pertença do indivíduo ao grupo social, a partir da edificação de sua identidade (DOURADO, 2020).

Assim sendo, textos literários, como são os poemas a serem estudados, podem ser entendidos como pressupostos culturais cuja formação exige a existência de uma consciência cultural, em razão de que a literatura possibilita a reconstrução de um passado de distintas maneiras. O texto literário configura-se como um discurso público, definido por suas qualidades poéticas e ficcionais, bem como por sua longevidade e pela capacidade de comunicação e de problematização do real (ANTUNES, 2020).

Os vestígios, os rastros têm uma relevante significação no processo de recuperação do passado, pois, conforme Bernd (2013)

> Como a memória, o rastro também é um processo sempre inacabado, é algo que se constrói e se desconstrói no percurso de sua elaboração. Entre memória e esquecimento (que não são termos antitéticos, mas complementares), encontram-se os rastros, os detritos, os vestígios (BERND, 2013, p. 120).

A reconstrução do passado torna-se possível com matizes do grupo social a que o indivíduo está inserido, evidenciada a partir de vestígios identificados, capazes de apontar

ressignificações de sua trajetória de vida e demais fatores pertencentes à memória cultural de origem. A ressignificação do passado apoia-se nos vestígios memoriais expressos e que estavam, por alguma razão, submersos; com isso, o adquire nova dimensão para que se possa recompor fatos e acontecimentos integrantes da memória.

Com base no exposto acima, não se tem a pretensão de reinventar o passado e sim possibilitar-se uma releitura, uma ressignificação desse passado com o propósito de se evidenciar a participação negra na estruturação e formatação da milonga, enquanto produto cultural pampiano.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Javier. **A interpretação na milonga *sureña* de Juan José Ramos**: entre o popular e o erudito. Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Música. Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

ANDREWS, George Reid. ***Los afroargentinos de Buenos Aires***. 1800-1900. Tradução: Antonio Bonanno. Buenos Aires: Ediciones de la Flor. 1980.

ANTUNES, Luisa Marinho. A construção da memória cultural por meio da literatura; alguns aspectos. In: **(Pro)Posições Culturais**. Disponível em: <www.academia.edu>. Acesso em: 19 abr. 2020.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução: Paulo Sohete. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

ASSMANN, Jan. ***Religion and cultural memory***. Tradução Maria Cândida Santos e Moura. Cambridge: Harvard UP, 2005.

ASSMANN, Jan. Communicative and cultural memory. Tradução: Méri Frotscher. In: ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar (orgs.) **Cultural memory studies**: an interdisciplinary handbook. Berlin; New York: De Gruyter, 2008. (p. 109, 126).

ASSMANN, Jan. *Collective Memory and Cultural Identity*. Nem German Critique, 65, 1995. (p. 125-133). In: TERRA, Kenner. **Memória, texto e cultura**: interpelações para a leitura dos textos sagrados. Estudos de Religião, v. 28, n. 1 jan.-jun., 2014.

ASSUNÇÃO, Fernando O. ***El gaucho***: estudo sócio-cultural. Tomo II. Montevideo: Direccion General de Extension Universitária. Divisões Publicações y Edições, 1979.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo sul do Brasil** no ano de 1858. Tradução do Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro: Leipzig, 1953.

BERND, Zilá. **Literatura e identidade nacional**. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

BERND, Zilá. **Por uma estética dos vestígios memoriais**: releitura da literatura contemporânea das Américas a partir dos rastros. Belo Horizonte-MG: Fino Traço, 2013.

BRACCO, Roberto *et al.*. ***Esclavitud y afrodescendientes en Uruguay****: Una mirada desde la antropología*. Disponível em: <Esclavitud y afrodecendientes en Uruguay.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.

CARDOSO, João Batista. Hibridismo cultural na América Latina. In: **Itinerários**, Araraquara, n. 27, jul./dez. 2008 (p.79-90)

CARRARO, Ghadyego; MACHADO, Jeremyas. Entre acordes e versos: da identidade fronteiriça aos aspectos históricos e estruturais da milonga**.** In: RIHGRGS, Porto Alegre, n. 154, p. 77-88, jul. 2018.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Fronteiras da Liberdade**: "Experiências Escravas de Recrutamento, Guerra e Escravidão: Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, jul. 2013. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/815631.pdf> Acesso em: 09 jan. 2020.

CASCUDO, Luís Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 3. ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972

DOURADO, Flávia. **Memória cultural**: o vínculo entre passado, presente e futuro. IEA – Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/memoria-cultural>. Acesso em: 27 abr. 2020.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Nos rodeios, nas roças e em tudo o mais: trabalhadores escravos na campanha rio-grandense, (1831-1870). In: **II Encontro "Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional"**. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/index.php?option=com_content&view+article&id=119>. Acesso em: 12 out. 2018.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, mar. 2007. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/LuisAugustoEblingFarinatti.pdf> Acesso em: 12 jan. 2020.

FLORES, Moacyr. **Contrabando de escravos**. Pradense: Porto Alegre,*2013.*

FREITAS, Marcel de Almeida. **O povo negro na bacia do Rio da Prata**. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/O-povo-negro-na-bacia-do-rio-da-Prata-no-s%C3%A9culo-XVIII-Marcel-de-Almeida-Freitas.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2018.

FRIGERIO, Alejandro. De la 'desaparición' de los negros a la 'reaparición' de los afrodescendientes: comprendiendo las políticas de las identidades negras, las clasificaciones raciales y de su estudio en Argentina. In: **Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Centro de Estudios Avanzados, Programa de Estudios Africanos, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: **Pro-posições**, vol. 13, n. 3, set.-dez, 2002. (p.125-133).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração**: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014.

GOLDMAN, Gustavo. ***Lucamba.*** *Herencia africana en el tango*.1870-1890. Montevideo: Perro Andaluz Ediciones, 2008 (258 p).

GOMES, Miriam Victoria. **Negros africanos na história da Argentina.** Disponível em: <http://www.paginadigital.com.ar/articulos/2005/2005seg/literatura5/negrosafricanos- argentina-140805.asp>. Acesso em: 12 abr. 2020.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Tradução: Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOBSBAWN, Eric. Introdução. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salle. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banca de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, 2006.

KONFLANZ, Celso. **A moderna tradição gaúcha**: um estudo sociológico sobre o tradicionalismo gaúcho. Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

LOPES, Cicero Galeno. Transfronteiricidade na cultura pampiana. In: **Seminário Internacional Bioma Pampa: valores biológicos, culturais e econômicos**. 23-24 abr. 2014.

MAGALHÃES, Antonio Carlos de Melo. Religião e memória cultural: reflexões sobre a obra de Jan Assmann. In: **Revista Observatório da Religião**. vol. 1, n. 1, jan.jun., 2014. (p. 6-13).

MEYER, Augusto. **Prosa dos pagos**: 1941-1959. 4. ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro / Corag, 2002.

MOLAS, Ricardo Rodríguez. ***Historia social del gaucho***. Centro Editor de América Latina: Buenos Aires, 1982.

MOLAS, Ricardo Rodríguez. **O negro na história argentina** (1852-1900). Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/277793979_O_negro_na_historia_argentina_1852-1900/fulltext/557f8f7208aeea18b7796734/O-negro-na-historia-argentina-1852-1900.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2021.

MOURA, Maria Cândida Santos e. **As dimensões da memória e suas inter-relações no romance *Galiléia*, de Ronaldo Correia de Brito**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana-MG, 2014.

OLIVEIRA, Vitor Hugo Abranche de. **Milonga para que el tiempo vaya borrando fronteras**: uma reflexão acerca da fronteira como produtora de identidade musical no sul do Brasil. Tese apresentada no Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia, set. 2015. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5355/5/Tese%20-%20Vitor%20Hugo%20Abranche%20de%20Oliveira%20-%202015.pdf Acesso em: 10 jan. 2020.

OLIVEIRA, Suzan A, de; MELLO, Carla Cristiane. **De payadas e milongas**: os saberes da voz. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/2176-8552.2011n11p71>. Acesso em: 12 out. 2018.

ORNELLAS, Manoelito de. **Gaúchos e beduínos**: A origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul. 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro. 1999.

PANITZ, Lucas Manassi**. Redes musicais e [re]composições territoriais no Prata**: por uma Geografia da Música em contextos multilocalizados. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/164621> Acesso em: 03 fev. 2019.

ROSSI, Vicente. **Cosas de negros**: las orígenes del tango y otros aportes al folklore rioplatense. Buenos Aires: Libreria Hachette, 1958.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**, 1820-1821. Tradução de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SARAIVA, Joana Martins. A habanera através da imprensa carioca: revisitando práticas musicais oitocentistas pela Hemeroteca Digital Brasileira. In: **Anais do VI SIMPOM 2020** – Simpósio Brasileiro de Pós-graduandos em Música. UNIRIO – Rio de Janeiro, 3 a 6 de nov. 2020.

SILVA, Helder Kuiawinski da. A cultura afro como norteadora da cultura brasileira. In: **PERSPECTIVA**, Erechim. v. 38, n.144, p. 25-35, dez. 2014.

SILVA, Jeremyas Machado. A milonga e as narrativas na região do pampa. In: **Estudios Históricos – CDHRPyB**, ano VII, n. 15, dez. 2015. Disponível em: <www.estudioshistoricos.org>. Acesso em: 25 jan. 2019.

SIRQUEIRA, Karoline Lima. **A escravidão negra no Rio da Prata**. Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para obtenção do grau de bacharel em História. Brasília, 2012.

SOARES, Tanira Rodrigues. **Tessituras da memória**: lembrar, narrar, ressignificar. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Memória Social e Bens Culturais, Canoas, 2019.

VENEROSO, Maria do Carmo de Freitas. Colagem nas artes atuais como manipulação da memória cultural: entre o cânone e o arquivo. In: CORNELSEN, Elcio Loureiro; VIEIRA, Elisa Amorim; QUIJADA, Gonzalo Leiva. (Org.). **Em torno da imagem e da memória**. Rio de Janeiro: Editora Jaguatirica, 2016. (p. 179 – 200).

SOCIOLOGIA DO TRABALHO, ANTROPOLOGIA EM EMPRESAS E EM ORGANIZAÇÕES

CAPÍTULO L

CARREIRA, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E MUNDO DO TRABALHO NO TURISMO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS INICIAIS

Thiago Eduardo Freitas Bicalho [1]
Raquel Quirino [2]

[1] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica (CEFET/MG). thiagoe.bicalho@gmail.com.
[2] Pós Doutora em Educação (UFMG). Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica (CEFET/MG). quirinoraquel@hotmail.com.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo correlacionar as concepções de carreira, a educação profissional e tecnológica e o mundo do trabalho no setor de turismo afim de apontar caminhos para compreender a dinâmica da divisão sexual do trabalho no setor de turismo. Estudos diversos (KANGERSKI; COSTA; AMORIM, 2012; LOPES; QUIRINO, 2017a; LOPES; QUIRINO, 2017b; MARQUES; DARN; IMAMURA, 2018; MATIAS, 2002; SCHMITZ; ANTUNES; FERNANDES,2015) evidenciam que no Brasil a maioria dos/as trabalhadores/as e egressos/as de cursos técnicos do Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer é composta por mulheres. Para o IPEA (2015), embora a participação feminina nesse setor venha crescendo em ritmo acelerado, as mulheres recebem menos do que os homens na área de turismo apontando assim a necessidade desta investigação. Optou-se por uma abordagem qualitativa nesta pesquisa científica categorizada de forma exploratória como tipo de pesquisa afim de contribuir inicialmente para a discussão teórico-conceitual acerca da Divisão Sexual do Trabalho no setor de turismo a partir da sua relação com as teorias de Carreiras, com a Educação Profissional e Tecnológica e com o mundo do trabalho. Apresentam-se como resultado um fragmento de análise das teorias da Divisão Sexual do Trabalho de base materialista, de gênese francófona, associada às teorias de carreira e trabalho e discussões teóricas acerca da educação tecnológica e o mundo do trabalho no turismo. A análise aponta para a compreensão da carreira como trajetória de vida no trabalho, materializando assim os processos formativos e as experiências dos trabalhadores. Em considerações finais aponta-se que as correlações realizadas por meio do estudo de carreira aproximam e auxiliam na compreensão da dinâmica da divisão sexual do trabalho no setor de turismo.

Palavras-chave: Carreira; Educação Profissional e Tecnológica; Trabalho; Divisão Sexual do Trabalho; Profissionais de Turismo e Hospitalidade.

1. INTRODUÇÃO

A concepção de carreira nos estudos do turismo encontra-se centrada no âmbito organizacional visto que os estudos das relações entre turismo e trabalho foram vistas ao longo de muitos anos pela perspectiva das empresas e da gestão. Da mesma forma, a concepção de

educação profissional e tecnológica (EPT) é erroneamente associada a preparação/instrumentalização do trabalhador ao mercado de trabalho, quando se faz necessário a ampliação desta compreensão para uma EPT que forme integralmente os sujeitos para o mundo de trabalho[1].

O presente artigo tem como objetivo correlacionar as concepções de carreira, a educação profissional e tecnológica e o mundo do trabalho no setor de turismo afim de apontar caminhos para compreender a dinâmica da divisão sexual do trabalho no setor de turismo.

Cabe ressaltar que a investigação transcorre no setor de turismo pela sua "importância econômica na geração de emprego e renda e na capacidade de induzir o desenvolvimento" (OLIVEIRA, F. 2010, p. 178). Desta maneira a questão desta pesquisa propõe ampliar a teorização no campo da EPT ao relaciona-la com a sociologia do trabalho e os estudos sobre carreiras, tendo o trabalho como centralidade para compreender as relações sociais de sexo (QUIRINO, 2015).

Esta investigação teve caráter inicial e foi desenvolvida segundo uma abordagem qualitativa, haja vista que sua expectativa está no "aprofundamento da compreensão de um grupo social" (QUIRINO, 2017, p. 3), a fim de compreender e problematizar as relações sociais e a inserção dos sujeitos de um determinado grupo no mundo do trabalho. Categorizada de forma exploratória como tipo de pesquisa, ela almeja contribuir para a discussão teórico-conceitual acerca da Divisão Sexual do Trabalho no setor de turismo a partir da sua relação com as teorias de carreiras, com a EPT e com o mundo do trabalho. Por fim, A pesquisa buscará relacionar inicialmente teorias e abordagens sobre as concepções de carreira, de educação tecnológica e de mundo do trabalho – considerando a centralidade no trabalho. A próxima seção aponta as aproximações das categorias analisadas.

2. APROXIMAÇÕES ENTRE EPT, CARREIRA E MUNDO DO TRABALHO

Embora exista um discurso que enaltece a geração de emprego e renda colocando o papel das empresas como central no processo de desenvolvimento do turismo é necessário ressaltar que, na verdade, é a venda da força de trabalho de homens e mulheres que impulsiona o crescimento do setor.

[1] O artigo é um fragmento da pesquisa teórico-conceitual realizada para a construção da dissertação a ser defendida no Programa de Pós Graduação em Educação Tecnológica do CEFET/MG.

Mantendo a centralidade da análise no/a trabalhador/a a aproximação teórica entre as categorias tem a carreira como a materialização da experiência do sujeito no mundo do trabalho, sendo perpassada transversalmente pela educação profissional e tecnológica. Para aprofundar esta relação do/a trabalhador/a com o mundo de trabalho no turismo apresenta-se a primeira subseção sobre o papel da educação profissional e tecnológica no turismo, a segunda subseção sobre o trabalho, o mundo do trabalho e a divisão entre os sexos e a última subseção sobre a carreira como elo entre o individual e o social.

3. O PAPEL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO TURISMO

O setor de turismo preconiza em várias áreas um alto padrão de qualidade na prestação de serviços, o que leva a uma forte valorização da qualificação profissional dos trabalhadores. Uma investigação realizada pela Fundação Getúlio Vargas sob a coordenação de Neri (2010) apontou que 53,49% dos profissionais com ocupações ligadas ao turismo tem algum curso profissionalizante o que torna o turismo um setor onde encontra-se uma das maiores proporções de indivíduos com curso de qualificação. Em contraponto, a mesma pesquisa aponta o setor de turismo com posições inferiores ao se tratar de trabalhadores/as ocupados/as com o ensino médio técnico e, nas graduações tecnológicas, o turismo configura-se nas últimas colocações (NERI, 2010).

A realidade do mercado de trabalho apresentada por Catramby e Costa (2004) é de empresas que são compostas majoritariamente por trabalhadores/as no nível operacional e que somente 15% atuam em cargos administrativos, de supervisão ou de gerência. Isso levou as autoras a afirmar que "o setor de turismo possui uma necessidade maior para a área operacional não sendo este o perfil profissional de formação superior e sim de cursos técnicos e profissionalizantes" (CATRAMBY; COSTA, 2004, p.30).

O movimento do mercado de não conceder posições de destaque a formação superior nos leva a problematizar os processos formativos que ocorrem no setor de turismo na contemporaneidade buscando por uma compreensão da Educação como grande área e da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como modalidade educacional.

Ao longo da história da educação brasileira, os governos apontaram caminhos ideológicos distintos em busca da educação desejada conforme a política econômica vigente no país. Esta instabilidade torna necessário o apontamento de um conceito almejado de educação. Considera-se nesta investigação uma educação que mantenha como princípio a oferta pública, gratuita e uniforme a todos, como previsto nas legislações brasileiras. A educação em um

aspecto amplo pode ser combinada com a produção material (associando a instrução, a ginastica e o trabalho produtivo) objetivando eliminar o hiato histórico entre trabalho manual e trabalho intelectual, fortalecer o protagonismo da comunidade e garantindo o desenvolvimento integral da personalidade pela educação (BOTTOMORE, 1988).

Tendo demarcado o papel amplo da educação, a educação tecnológica é defendida aqui contendo seus fundamentos no saber-fazer, saber-pensar e criar não findando na transmissão de conhecimento (GRINSPUN, 2009 apud SILVA, 2020) e tendo como seu objetivo primário a compreensão das relações sociais de produção da vida humana, considerando toda as suas complexidades. Como meta, a EPT visa a continua qualificação e inovação com relação ao posicionamento do sujeito que se forma perante o mundo do qual participa (SILVA, 2020).

Com a educação profissional e tecnológica exercendo um papel de formação ampla e integral dos/as trabalhadores/as é possível perceber os recursos educacionais formais e informais acessados ao longo do exercício profissional para consolidar os conhecimentos, competências e habilidades no trabalho, constituindo com isso as trajetórias laborais de homens e mulheres em suas carreiras.

Todavia, a percepção das trajetórias educacionais no turismo são complexas, uma vez que o setor encontra-se em um campo mais amplo que "envolve hospedagem, gastronomia, lazer, entretenimento, meio ambiente, mídia, cultura em geral" (TRIGO; CARVALHO, 2005, p. 5). Na busca de compreender os processos formativos, faz-se a distinção entre os cursos técnicos e os cursos superiores em tecnologia que compõem a oferta de cursos no eixo tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer. Esse eixo reúne uma gama de procedimentos e técnicas relacionadas à interação, viagens, eventos, entretenimento, gastronomia e outros serviços (BRASIL, 2016; BRASIL, 2021) e todos os cursos estão associados com algumas ocupações presentes na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

A oferta de cursos técnicos é disciplinada pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT que orienta as instituições, estudantes e a sociedade de forma geral. O CNCT apresenta 215 cursos distribuídos em treze eixos tecnológicos contendo informações básicas do curso, da ocupação vinculada e do exercício profissional (BRASIL, 2021). Em outra medida, a oferta dos Cursos Superiores em Tecnologia – CST é regulada pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia – CNCST que busca assegurar uma relação entre a formação dos tecnólogos com a demanda dos setores produtivos e da sociedade. O CNCST apresenta 134 Cursos Superiores de Tecnologia distribuídas também em treze eixos tecnológicos (BRASIL, 2016).

O setor de turismo está presente no eixo tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer que é similar, tanto no CNCT quanto no CNCST. A oferta de cursos técnicos reúne os cursos em

Agenciamento de Viagem, Eventos, Gastronomia, Guia de Turismo, Hospedagem, Lazer e Serviços de Restaurante e Bar, já os cursos superiores em tecnologia são em Eventos, Gastronomia, Gestão de Turismo, Gestão Desportiva e de Lazer e Hotelaria.

Ao analisar a composição dos cursos em função dos sexos é possível perceber que a maioria dos/as matriculados/as e egressos/as em cursos do eixo tecnológico turismo, hospitalidade e lazer é do sexo feminino (KANGERSKI; COSTA; AMORIM, 2012; LOPES; QUIRINO, 2017a; LOPES; QUIRINO, 2017b; MARQUES; DARN; IMAMURA, 2018; MATIAS, 2002; SCHMITZ; ANTUNES; FERNANDES, 2015). Além disso, as estatísticas de gênero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciam que, em média, as mulheres apresentam maior escolarização do que os homens, em todos os níveis de ensino (IBGE, 2021).

Extrapolando a dimensão educacional, o sujeito em formação no eixo de turismo, hospitalidade e lazer depara-se com um setor que, em 2018, emprega aproximadamente 129 milhões de trabalhadores (IPEA, 2020) e que gerou na economia, em 2019, aproximadamente R$ 238,6 bilhões (CNC, 2020). Em 2020, o mundo foi acometido pela pandemia de COVID-19 que gerou um elevado impacto na economia global e, no contexto do turismo e da hospitalidade sabe-se que as pandemias afetam muito o setor pela natureza dos negócios estar relacionada a viagens e ao deslocamento de pessoas (ALVES, K. 2020).

Desta maneira os processos formativos em turismo estão inseridos em uma sociedade que habita o mundo ocidental globalizado, com traços e políticas neoliberais e apresentando o predomínio de um modo de produção capitalista que, através de uma relação capital e trabalho, determinam certas relações entre educação e trabalho (KUENZER, 1991). Nesta dimensão, a afirmação de que "a articulação da escola às necessidades do mercado de trabalho é um serviço ao capital mais do que ao trabalhador" (KUENZER, 1991, p. 28) norteia a relação entre a educação profissional e tecnológica marcando assim as carreiras no setor de turismo.

4. TRABALHO, O MUNDO DO TRABALHO E A DIVISÃO ENTRE OS SEXOS

Pensar o trabalho na perspectiva do/a trabalhador/a[2] leva-nos a associar o trabalho produtivo – aquele que proporciona ganhos financeiros - ao trabalho reprodutivo - que garante

[2] Ao longo da pesquisa será discutida a ideia de trabalhador/a para além do operário/trabalhador/a assalariado/a, buscando assim, apresentar contextos e formas de organização do trabalho na contemporaneidade como: novo proletariado de serviços, trabalhador/a autônomo, terceirizado, trabalho intermitente, trabalho digital e outros (ANTUNES, 2020a; ANTUNES, 2020b).

a manutenção da vida e que gera "valor de uso e não [...] valor de troca" (ANTUNES, 2009, p. 102) comprovando que é através da venda da força de trabalho que se obtêm o lucro dos empresários.

Neste contexto de exploração da força de trabalho para obtenção de lucros em uma sociedade capitalista que a carreira, a profissão e até mesmo a ideia de ciência, se consolida, tendo como plano de fundo uma sociedade dividida pelo gênero, o que provoca a afirmação de que "as questões envoltas a tecnologia, a formação profissional, ao trabalho" (HIRATA, 2003, p. 144) e "a profissão" (BONELLI, 2010, p. 115) são construções majoritariamente masculinas.

As mulheres apresentam historicamente uma dupla jornada de trabalho (casa e trabalho) e mesmo trabalhando sempre "no setor reprodutivo (privado) e produtivo (público), [o] seu trabalho nunca foi considerado produtivo, só o do homem" (MURARO, 2002, p. 127). Com isso as formas de "apreender as relações que envolvem as profissões e gênero são diferenciadas entre as carreiras e seus níveis hierárquicos, pela origem social, a geração e a dupla jornada" (BONELLI; BARBALHO, 2008, p. 277).

É, portanto, por meio das carreiras que se torna possível conhecer as trajetórias de vida no trabalho e suas relações psicossociais. Porém, ao se analisar carreiras, não se pode negligenciar o olhar sexuado[3], uma vez que há diferenças substanciais na classe trabalhadora composta por homens e mulheres (BONELLI, 2010) e, consequentemente, este é um fator que pode influenciar e promover desigualdades.

Esta constatação demonstra a necessidade de olhar a profissão de forma sexuada já que "á diferença entre ser profissional homem e ser profissional mulher [...] e [estas diferenças] não mudarão no mercado de trabalho se não mudarem em casa, no ambiente privado, no ambiente doméstico" (BONELLI, 2010, p. 114).

As discussões sobre a divisão sexual do trabalho abordam as diferenças existentes entre homens e mulheres no mundo laboral sendo, portanto, "enquanto categoria de análise, concebe as relações entre homens e mulheres como vivenciadas e pensadas como gênero masculino e feminino, oriundas da construção histórica e das relações sociais nas quais estão presentes as relações de poder" (QUIRINO, 2015, p. 235).

O olhar sexuado sobre o trabalho demonstra que existem mais mulheres trabalhando no setor de turismo do que a média de outros setores econômicos do Brasil e que no "núcleo do

[3] Considera-se como olhar sexuado a dimensão sexuada do trabalho, ou seja, a distinção dos trabalhadores em homens e mulheres como preconizado nas análises da Divisão Sexual do Trabalho.

turismo, por sua vez, a maioria dos/as trabalhadores/as formais são mulheres (55%)" (IPEA, 2015, p. 16).

Constata-se ainda que a participação feminina na força de trabalho do turismo cresce em ritmo acelerado em todas as regiões (IPEA, 2015) e isso não acompanha a valorização social e econômica do trabalho, uma vez que, no turismo a remuneração média dos homens é 43% superior à das mulheres (IPEA, 2015). Entre os meses de junho de 2018 e junho de 2019, por exemplo, houve um aumento nominal de 4,9% na média salarial dos homens - R$1.405,93 - contra o aumento de 3,8% na média salarial das mulheres - R$1.192,77 (OTMG, 2019, p. 6). À luz desses dados, entretanto, "não se pode afirmar que a remuneração da mulher é menor que a dos homens ao exercerem a mesma função. Para isso, deve-se comparar a remuneração na função específica" (IPEA, 2015, p. 21).

A busca em compreender a dinâmica da divisão sexual do trabalho no setor de turismo a partir das carreiras de sujeitos homens e mulheres exige entender as transformações e as formas de inserção das mulheres nos mercados de trabalho (YANNOULAS, 2013), a forma de construção do gênero nas profissões (BONELLI; BARBALHO, 2008; BONELLI, 2010), a diferença de cargos entre homens e mulheres (STEIL, 1997), as dificuldades de ascender profissionalmente (OLINTO, 2011), os princípios organizadores da divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 1996) e a presença (ou ausência) do teto de vidro (LIMA, B. 2013) e da segregação vertical e horizontal (OLINTO, 2011) nas carreiras.

Com isso, a divisão sexual do trabalho é expressa "nas carreiras, nas qualificações e nos salários entre os sexos" (CISNE, 2014, p. 89) e necessita de um olhar sociológico sobre a "distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões" (HIRATA; KÉRGOAT, 2007 p. 596) para evidenciar a dupla carga na qual as mulheres padecem nas sociedades capitalistas como "a opressão, o preconceito, a marginalização pela sua condição feminina e, por outro lado, a exploração econômica, imputando-lhe uma dupla jornada como trabalhadora doméstica e assalariada" (QUIRINO, 2015, p. 235).

5. CARREIRA COMO ELO ENTRE O PESSOAL E O SOCIAL

A reflexão sobre os processos formativos e sobre a trajetória laboral está no campo das práticas sociais (trabalho, educação formal, dentre outros fatores objetivos) que ao se relacionar de forma dialética com os projetos pessoais de vida (sonhos, objetivos, articulação subjetiva entre o individual e o social) encontram na carreira a sua materialidade.

Após um apurado estudo das concepções de carreira, Ribeiro (2009, p. 214) propõe a ideia de carreira psicossocial que é concretizada pelas "trajetórias de vida (deslocamentos espaço-temporais) tanto das pessoas, quanto das organizações do trabalho, vistos como fenômenos psicossociais legitimados e compartilhados".

A formação e a constituição de uma profissão é evidenciada nas carreiras dos trabalhadores, todavia, na contemporaneidade há inúmeras concepções de carreiras (RIBEIRO, 2013).

Ribeiro (2014) apresenta vários olhares sobre a carreira, sendo vista pelas estruturações organizacionais de carreira (carreira externa ou objetiva) que representa a progressão das pessoas no interior das empresas e, em contraponto, vista de forma subjetiva (carreira interna ou desenvolvimento vocacional) que representa a trajetória psicológica das pessoas no mundo do trabalho.

A noção de carreira dos tempos atuais tem origem com a sociedade industrial capitalista liberal centrada em valores vinculados a valorização individual dos sujeitos e o progresso econômico desconsiderando, assim, a realidade de desigualdades que são expressas nos diferentes níveis de escolarização e de formação profissional que os sujeitos tem acesso (SOARES, 2018). Dentre as várias formas de compreender as carreiras na atualidade, todas buscam de alguma forma sistematizar e organizar as experiências dos indivíduos com o mundo do trabalho pela possibilidade de posicionamentos e de construção de projetos de vida, trajetórias e identidades (RIBEIRO, 2013).

Emerge neste contexto uma alternativa na concepção da carreira psicossocial, que faz um resgate epistemológico original do termo oriundo do latim *via carraria* com uma "significação ampliada de padrão de um percurso, curso de ação ou trajetória aplicada às relações entre as pessoas e o mundo do trabalho" (RIBEIRO, 2014) pela qual exploramos inicialmente como uma proposta possível de melhor compreender a dinâmica e o novo olhar da divisão sexual do trabalho em suas nuances com a EPT e o mundo do trabalho.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de correlacionar as concepções de carreira, a educação profissional e tecnológica e o mundo do trabalho no setor de turismo a pesquisa realiza um recorte teórico para ampliar a compreensão do assunto e encontrar possibilidades de unir campos distintos de conhecimentos. Tal perspectiva não é respondida plenamente tendo em vista a necessidade do cruzamento de outras perspectivas teóricas que melhor delimitam a presença da EPT nas

carreiras, as mascas do mundo do trabalho nas carreiras e como isso vai de encontro com cada sujeito.

Todo esse percurso nos leva a concluir que é necessário ampliar os estudos de correlações entre a carreira, a educação profissional e tecnológica e o mundo do trabalho no turismo uma vez que esta pesquisa aponta a carreira como uma categoria que aproxima e auxilia na compreensão da dinâmica da divisão sexual do trabalho no setor de turismo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Kerley dos Santos. Trabalhar no turismo: Entre afetos e (im)potências de agir. **Revista Ateliê do Turismo**, Campo Grande, v. 1, n. 2. p. 16-30, jul-dez 2018.

ALVES, Kerley dos Santos. Notas sobre o turismo: o local e as pessoas no pensamento pós-pandêmico. In: FIGUEIRA, Luís M.; OOSTERBEEK, Luiz (orgs**.). Turismo mundial, crise sanitária e futuro:** visões globais partilhadas. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2020.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020a.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020b.

BONELLI, Maria da Glória. **Identidade profissional e mercado de trabalho dos cientistas sociais: As ciências sociais no sistema das profissões.** 1993. 298 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

BONELLI, Maria da Glória. Os desafios que a juventude e o gênero colocam para as profissões e o conhecimento científico. In: FERREIRA, Cristina Araripe (Org.). **Juventude e iniciação científica**: políticas públicas para o ensino médio. Rio de Janéiro: EPSJV, UFRJ, 2010. p. 107-119.

BONELLI, Maria da Gloria; BARBALHO, Rennê Martins. O profissionalismo e a construção do gênero na advocacia paulista. **Sociedade e Cultura**, v. 11, nº 2, p. 275-284, jul./dez. 2008.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.623**, de 28 de janeiro de 1993. Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 29 jan. 1993.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.** 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil Acesso em: 14 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia.** 3ª ed. Brasília: Ministério da Educação, 2016. 194 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo nacional de cursos técnicos.** 4ª ed. Brasília: Ministério da Educação, 2021. 194 p.

CATRAMBY, Teresa Cristina Viveiros; COSTA, Stella Regina Reis da. Qualificação Profissional em Turismo como Fator de Competitividade do Setor. **Caderno Virtual de Turismo**, nº 3, v. 4, p. 26-34, 2004.

CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014

CNC - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **O faturamento do Turismo brasileiro cresceu 2,2%, e o setor contratou mais 1,2% em 2019.** 2020. Disponível em: http://www.cnc.org.br/sites/default/files/2020-03/An%C3%A1lise%20faturamento %20e%20emprego%20turismo%202019%20-%2004%20MAR%202020.pdf Acesso em: 14 jul 2020.

DURAND, José Carlos Garcia. A serviço da coletividade – crítica à sociologia das profissões. **Revista Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 15, nº 6, p. 59-69, nov./dez. 1975.

HIRATA, Helena. Tecnologia, Formação Profissional e Relações de Gênero no Trabalho. **Revista Educação & Tecnologia**, n. 6, p. 144-156, 2003.

HIRATA, Helena; KÉRGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, 2007, p. 595-609.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas**, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 12p.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Sistema de Informações sobre o mercado de trabalho no setor turismo – SIMT**. 2018. Disponível em: http://www.ipea. gov.br/extrator/simt.html. Acesso em: 14 jul 2020.

KANGERSKI, Fabiana de Agapito; COSTA, Cristine Ferreira; AMORIM, Telma Pires Pacheco. Educação profissional em hospitalidade e lazer no IF-SC - Campus Garopaba: subsídios para a formação de um itinerário formativo. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 9., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2012.

KÉRGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta J. M. MEYER, Dagmar E. WALDOW, Vera R. (orgs.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 19-27.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e trabalho no Brasil**: o estado da questão. 2º impr. Brasília: INEP; Santiago: REDUC, 1991. 125 p.

LIMA, Betina Stefanello. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis , v. 21, n. 3, p. 883-903, Dec. 2013 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X 2013000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 Set. 2019. http://dx.doi.org/10. 1590/S0104-026X2013000300007

LIMA, Márcia. O uso de entrevista na pesquisa empírica. In: ABDAL, Alexandre; OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos; GHEZZI, Daniela Ribas; SANTOS JÚNIOR, Jaime (Org.). **Métodos de pesquisa em ciências sociais**: bloco qualitativo. Sesc São Paulo/CEBRAP São Paulo, 2016, 72p.

LOPES, Sabrina Fernandes Pereira; QUIRINO, Raquel. Relações de gênero na educação profissional e tecnológica: escolha das alunas do CEFET-MG. IN: WOMEN'S WORLDS CONGRESS & SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 13. & 11., 2017, Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis: 2017b.

LOPES, Sabrina Fernandes Pereira; QUIRINO, Raquel. Relações de Gênero e Sexismo na Educação Profissional e Tecnológica. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 10, n. 36, p. 58-71, jul./dez. 2017a.

MARQUES, Waldemar; DARN, Telma; IMAMURA, Mariana. O profissional do Turismo - formação superior e trabalho. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 12, n. 2, p. 336-344, maio/ago. 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.14244/198271992235

MATIAS, Marlene. **Turismo:** Formação e Profissionalização (30 anos de história). Barueri: Editora Manole, 2002

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

NASCIMENTO, Lerisson C.; BONELLI, Maria da Glória. **Careiras acadêmicas no Brasil:** o caso do jornalismo. Tomo, São Cristóvão/SE, nº 15, p. 83-107, jul./dez. 2009.

NERI, Marcelo Cortes (coord.). **A educação profissional e você no mercado de trabalho.** Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010. 173 p. Relatório.

OTMG - OBSERVATÓRIO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. **Boletim do emprego no turismo**, ano 4, ed. 41, junho 2019. Disponível em: https://seturmg.wixsite.com/observatorioturismo/boletim-do-emprego-no-turismo Acesso em: 07 set. 2019.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. ***Inc. Soc.***, v. 5 n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/index. php/inclusao/article/viewFile/240/208>. Acesso em: 22 jun. 2017.

OLIVEIRA, Fernando Meloni de. Trabalho em turismo e suas diferenças regionais no Brasil. In: MORETTO, Amilton; KREIN, José Dari; POCHMANN, Marcio; MACAMBIRA, Júnior (orgs.). **Economia, Desenvolvimento Regional e Mercado de Trabalho no Brasil.** Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho; Banco do Nordeste do Brasil; Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2010. p. 177-219.

QUIRINO, Raquel. **O processo de elaboração da pesquisa acadêmico-científica.** Belo Horizonte: CEFET-MG; FORQUAP, 2017. 34p. Apostila.

QUIRINO, Raquel. Divisão Sexual do Trabalho, Gênero, Relações de Gênero e Relações Sociais de Sexo: Aproximações Teórico-Conceituais em uma Perspectiva Marxista. **Trabalho & Educação**, v. 24, p. 229-246, 2015.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. A trajetória da carreira como construção teórico-prática e a proposta dialética da carreira psicossocial. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n. 2, p. 203-216, 2009.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. Sistematização das principais narrativas produzidas sobre carreira na literatura especializada. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 14, n. 2, p. 177-189, jul.-dez 2013.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. **Carreiras**: novo olhar socioconstrucionista para um mundo flexibilizado. Curitiba: Juruá Editora, 2014. 196 p.

SCHMITZ, Letícia Marieli; ANTUNES, Maria Júlia Minella; FERNANDES, Larissa Regis. Estudo do perfil dos egressos dos cursos técnicos do eixo tecnológico turismo, hospitalidade e lazer do IFCatarinense. IN: FICE - FEIRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO, 6., 2015, Bauneário Camboriú. **Anais Eletrônicos...** Bauneário Camboriú: 2015. Disponível em: http://www.camboriu.ifc.edu.br/wp-content/uploads/2017/07/2015_trab0022.pdf Acesso em: 07 jun. 2019.

SILVA, Sabina Maura. Educação tecnológica: a formação pela atividade cientificamente orientada. In: COSTA, Maria A (org.). **Ensino e pesquisa na educação profissional e tecnológica:** concepções e diversidades. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

STEIL, Andrea Valéria. Organizações, gênero e posição hierárquica - compreendendo o fenômeno do teto de vidro. **Revista de Administração**, v. 32, n. 3, p. 62-69, 1997.

SOARES, Dulce Helena Penna. A profissão. In: SOARES, Dulce Helena Penna. A escolha profissional do jovem ao adulto. 4ª ed. São Paulo: Summus, 2018. p. 96-117.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi; CARVALHO, Mariana Aldrigui. Reflexões sobre a regulamentação profissional em turismo. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 3., 2005, Caxias do Sul. **Anais Eletrônicos...** Caxias do Sul: UCS, 2005. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt13-reflexoes.pdf. Acesso em: 07 set. 2019.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Introdução: Sobre o que nós, mulheres, fazemos. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). **Trabalhadoras – Análise da Feminização das Profissões e Ocupações**. Brasília: Abaré, 2013. p. 31-68.

SOCIOLOGIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

CAPÍTULO LI

AUTONOMIA ESCOLAR OU EQUIDADE DE ENSINO? ENTENDENDO POLICY-MAKING E POLICY DECISION-MAKING A PARTIR DO ENSINO DE SOCIOLOGIA EM MATO GROSSO

Alysson Cipriano Pereira

RESUMO

A Sociologia voltou neste século ao Ensino Médio brasileiro após anos de luta de profissionais graduados em Ciências Sociais e movimentos sociais que tencionaram a relação com os representantes de nossa nação por décadas. Em 2008 foi sancionada a lei que garantiu finalmente seu retorno como disciplina, o que, inclusive, traçou metas de implantação gradual, culminando em 2010 com todos os anos do ensino médio tendo que contemplar esta com planejamento de trabalho. Utilizando autoras e autores da área de políticas públicas este artigo refletirá sobre a efetividade prática da implantação da sociologia no Ensino Médio brasileiro, focando em como se deu as policy-making e a policy decision-making desta disciplina nos estados subnacionais de nossa federação, mas com foco a partir do estado do Mato Grosso. Será utilizado análise crítica das leis que enfatizaram conhecimentos da Sociologia no Ensino Médio, tanto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) como na Lei Complementar nº 49/98 do Estado de Mato Grosso, informes da Seduc-MT de como deveria ser o processo, e de como realmente foi. Será debatido o papel das escolas e comunidade escolar e de como esta determina a quantidade de aulas semanais da referida disciplina a partir de comparação da organização semanal das escolas que ofertam ensino médio em Rondonópolis, verificando qual o tempo ofertado em cada escola em comparação a outras áreas do conhecimento. Também pretendo discutir a partir da concepção de política pública qual a relação da Sociologia com a nova Base Nacional Comum Curricular, a partir de pesquisa bibliográfica de livros sobre o tema, e veículos oficiais de informação de nossa federação.

Palavras-chaves: Autonomia Escolar, Sociologia no Ensino Médio Brasileiro, Políticas Públicas, Policy Making, Policy Decision Making

ABSTRACT

In this century, sociology returned to Brazilian high school after years of struggle by professionals graduated in social sciences and social movements who intended the relationship with the representatives of our nation for decades. In 2008, the law was signed, which finally guaranteed its return as a discipline, which even outlined goals for gradual implementation, culminating in 2010 with all high school years having to contemplate this with work planning. Using authors and authors in the area of public policies, this article will reflect on the practical effectiveness of the implementation of sociology in Brazilian high school, focusing on how policy-making and policy decision-making took place in the subnational states of our

federation, but focusing from the state of Mato Grosso. Critical analysis of laws that emphasized knowledge of Sociology in High School will be used, both in the Law of Directives and Bases (LDB) and in Complementary Law No. 49/98 of the State of Mato Grosso, reports from Seduc-MT of how the process should be , and how it really went. The role of schools and the school community and how it determines the number of weekly classes of that discipline will be discussed based on a comparison of the weekly organization of schools offering high school in Rondonópolis, checking how much time is offered in each school compared to others. knowledge areas. I also intend to discuss, from the conception of public policy, what is the relationship between Sociology and the new Common Base National Curriculum, based on bibliographic research of books on the subject, and official information vehicles of our federation.

Keywords: School Autonomy, Sociology in Brazilian High School, Public Policies, Policy Making, Policy Decision Making

1. INTRODUÇÃO

A Sociologia tem, como área de conhecimento acadêmico, pouco mais de um século de existência. Foi desenvolvida como fruto da necessidade de entender as transformações que estavam ocorrendo na Europa, ainda por conta das revoluções na área política e de produção, que estabeleceram novos padrões de convívio social. Muitos são os autores a versar sobre estas transformações desde então, mas na área das Ciências Sociais até hoje, os cânones mais lembrados são Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Para ambos existe o entendimento de que o Estado é importante para a organização do convívio social no que condiz ao sistema capitalista, seja como balcão de negócios da classe dominante para o primeiro, como mediador dos interesses individuais e coletivos para o segundo ou como detentor da violência legítima para o terceiro.

Com o reconhecimento da Sociologia como área de conhecimento que tem como máxima falar da sociedade através de bases argumentativas científicas, esta amplia exponencialmente sua área de influência, sendo cada vez mais ofertada na educação europeia através do cenário acadêmico, se tornando curso de formação e, como tal, gerando pensadores especializados. "Já constitui tradição apresentar a entrada de Durkheim na Universidade de Bordeaux, em 1897, como marco da introdução da Sociologia nos currículos oficiais" (Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias, 2006, p. 101).

Ao pensar sobre a Sociologia no Brasil, esta também começou a ser gestada a partir da educação e, como objeto de estudo deste artigo, através da atuação de políticas públicas. Para tanto, explicar o que é como é feita e como é orquestrada uma política pública é ponto focal para entender os erros e acertos da frágil situação do conhecimento sociológico no ensino médio brasileiro. Vale ponderar sobre como esta se encontra atrelada aos interesses dos governos de

cada estado, assim como do representante eleito como presidente nacional. Entender o que é policy-making e policy decision-making em políticas públicas e como elas se aplicam no caso do ensino ofertado de Sociologia na educação secundarista brasileira permitirá reflexões adequadas de seus acertos e erros, possibilitando a esta que sofra menos riscos de diminuição de tempo e conteúdo ou até mesmo sua possível retirada do ensino público de nossos jovens e adultos.

Para tanto, entender leis que instituíram a Sociologia no Ensino Médio serão comentadas, sejam elas na esfera federal ou estadual, assim como documentos oficiais que foram produzidos sobre o tema. O estado que será mais debatido será o de Mato Grosso, explicando principalmente como a Sociologia foi disponibilizada aos alunos do estado após a LDB de 9.394/96, e seu caráter de relativa vanguarda quando em comparação a outros entes federados, no entanto verificando como no presente século a disciplina foi disponibilizada com política pública divergente das recomendações iniciais dadas pelo Ministério da educação e divulgadas pelo veículo de informação da secretaria de educação do estado, a Seduc-MT .

No Estado do Mato Grosso, as escolas de ensino médio possuem a decisão de como organizar a carga horária das disciplinas semanalmente, seja no ensino médio comum (com quatro aulas diárias) ou no chamado de inovador (com cinco aulas diárias), pelo menos enquanto a BNCC não foi de fato efetivamente aplicada, mas continuará a ser papel do estado subnacional a distribuição do tempo das disciplinas no espaço de ensino. Também existem outras formas de aplicação das disciplinas do Ensino Médio aos alunos, como as Escolas Militares e as Escolas Plenas. Nestas duas últimas cabe entender que a determinação referente a disposição do tempo entre as disciplinas não é orquestrada pela comunidade escolar.

Este conhecimento que será debatido não é estanque por conta da já aprovada Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e isto se deve por dois motivos que aparecerão diluídos no presente artigo. Em primeiro lugar, entender o processo histórico de efetivação de políticas públicas de Sociologia no Ensino Médio Brasileiro permitirá conhecimento qualificado em busca de conhecer o caminho percorrido até a atualidade, possibilitando aprendizado com os erros e acertos que foram cometidos, e a quem atendeu os interesses de sua oferta no passado bem como de quando esta foi retirada como disciplina obrigatória. Em segundo lugar, este entendimento permite argumentar com criticidade científica como melhorar os rumos da educação nacional, o que é utilizado como defesa da atual BNCC aprovada pelos entes federados, evidenciando que a disciplina de Sociologia deve ser considerada com política pública que permita ensino de qualidade, e que o passado e presente da situação da disciplina demonstrou e ainda demonstra como esta foi melhor ofertada a população estudantil nacional

quanto melhor ela foi detalhada no processo de política pública. Embora a BNCC seja nacional, entender como esta disciplina será efetivada no Estado do Mato Grosso é fundamental para a população mato-grossense, principal alvo deste artigo.

Cabe deixar claro que este artigo jamais esgotará o que foi produzido e ainda será sobre o assunto, mas tem a pretensa intenção de colaborar e corroborar por uma educação pública de qualidade, evidenciando como a sociologia contribui significativamente no processo quando ofertada por política pública adequada.

2. POLICY-MAKING E POLICY DECISION-MAKING NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Não basta a necessidade da lei para que esta se crie, não basta que se crie uma lei se esta não for efetivamente detalhada com passos a serem adotados para sua efetivação plena. Leis que envolvam direitos sociais, como tal, surgiram de lutas sociais, seja através de pressão de movimentos sociais ou dentro das regras eleitorais no regime democrático com a eleição de representantes e fiscalização de seus compromissos, para que efetivamente cumpram plataformas pelas quais foram eleitos.

Para que a lei não seja somente uma "letra morta", no sentido de só existir legislativamente, mas ser sim significativa para a sociedade, seus passos de implementação devem ser detalhados e, quando necessário, revisados, assim como realmente geridos na vida dos cidadãos sobre sua responsabilidade. Com isso aclarado, debater sobre políticas públicas a partir do conceito de policy-making e policy decision-making se torna necessário, mais ainda as distinções das formas como estas ocorrem entre políticas públicas distintas.

Marta Arretche escreve isso em seu livro "Democracia, federalismo e centralização no Brasil", mais especificamente no capítulo quatro, entitulado "As relações verticais na federação: explorando o problema da descentralização e da autonomia": "A distinção analítica entre execução de políticas públicas (policy-making) e autonomia decisória (policy decision-making) permite melhor entender o funcionamento dessas políticas particulares." (ARRETCHE, 2012, p. 177). No capítulo é explicado a relação entre federação, estados e municípios, relatando que existem diferenças nas formas de decisão e execução das políticas públicas voltadas para a educação quando comparadas a outras como nas áreas de saúde e habitação.

Quando se fala de estados nacionais, é amplamente divulgado que governos federalizados quanto a políticas públicas, tenderiam a dedicar menos provimento econômico a investimentos sociais , mas isto é rebatido por Arretche(2012) a partir de comparações de

políticas públicas na América Latina que demonstram o contrário, no entanto isto não significa melhor desempenho.

> Por tanto, quer consideremos o gasto agregado, quer consideremos o gasto setorial, não é possível afirmar que, na América Latina, o federalismo esteja associado ao mais baixo gasto social. Essas evidências, na verdade, permitiriam postular a proposição oposta, qual seja, de que os Estados federativos são mais propensos à expansão do gasto.
>
> Um passo adicional da análise consiste em examinar as relações entre os níveis de gasto e os resultados de sistemas de políticas sociais. Na América Latina, as relações entre forma de Estado e indicadores de desempenho estão longe de ser lineares. Na educação, os países unitários apresentam melhores indicadores educacionais no início da década de 1990, mesmo quando gastavam menos em valores per capta que os federativos. No início do século XXI, a superioridade média dos países unitários se mantem, a despeito dos menores valores de gasto per capta (ARRETCHE, 2012, p. 173).

Marta Arretche destaca os problemas de políticas públicas de decisão a cargo de cada estado subnacional, o que causa assimetrias verticais e horizontais. A política pública educacional é exemplo deste caso. Embora a União estipule diretrizes através de influência econômica, esta não é totalmente determinada quando se trata de educação, o que permite tomadas de decisão nos estados e municípios que, em linhas gerais, implementam o que é exigido, mas a partir de seus interesses e metas próprias.

Também é importante lembrar que isto somado as capacidades de obtenção de recursos através de impostos estaduais e municipais, que são díspares, a mesma taxa percentual obrigatória estipulada pelo governo federal a ser investida em educação entre os variados estados e os variados municípios geram assimetrias políticas e de investimento desiguais como explica Arretche, seja verticalmente (entre os estados federativos), ou horizontalmente (entre os municípios de um mesmo estado).

> Como a maior parte do financiamento desse nível de ensino advem da obrigação constitucional de que os governos subnacionais devem aplicar um percentual de suas receitas em educação, há razoáveis desigualdades horizontais e verticais de capacidade de gasto, o que reflete em desigualdades na carreira e salário dos professores, na natureza e qualidade de serviços educacionais, bem como o nível de gasto/aluno (ARRETCHE, 2012, p. 183).

Em outro momento neste mesmo artigo será relatado com base em Marta Arretche o ápice desta descentralidade decisória e de como ela não resulta em oferta equânime entre as disciplinas no ensino médio público em Mato Grosso.

Retornado as explicações da autora, podemos entender que estas relações entre estados subnacionais e o governo federal são complexas, pois não é certo dizer que os entes federados são totalmente livres para criar e adotar as políticas públicas que quer, tendo margem de atuação dentro do que lhe é permitido, mas isto dificulta em algumas políticas efeitos práticos

esperados de modo mais rápido e satisfatório. Compromissos orçamentários também limitam a tomada de decisão dos Estados.

> Na área da educação, obrigavam até 2006 os governos subnacionais a gastar 15% de suas receitas no ensino fundamental, e 60% desse gasto com salários de professores. Além disso, a legislação federal estabelece regras gerais para a política previdenciária municipal, restringindo a margem de decisão dos governos subnacionais nesta área específica. Finalmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) define tetos de gasto com pessoal ativo e inativo, restringindo as decisões relativas à contratação de funcionários (ARRETCHE, 2012 p. 176).

Ao analisar os arranjos institucionais pelas quais são implementadas as políticas públicas, é possível notar que a voltada a educação tem maior descentraçização decisória e também tem capacidades econômicas desiguais, seja na esfera vertical (entre estados subnacionais) ou na horizontal (entre municípios), quando comparadas a outras políticas públicas que tem centralização mais efetiva, como as da área da saúde e a de habitação e planejamento.

> Para as áreas de saúde, habitação e saneamento, essa estrutura era e permanece centralizada, qual seja, o governo federal controla as principais fontes de recursos e normatiza seu desembolso, cabendo aos governos subnacionais a execução ou implementação dessas políticas. Na área de educação fundamental, a estrutura de financiamento dessa política é historicamente descentralizada, cabendo ao governo federal normatizar condições gerais, o que torna mais limitada a capacidade de coordenação nacional (ARRETCHE, 2012, p. 177-178).

Na área de saúde é notória a atuação, por exemplo, do Ministério da Saúde, com capacidade de coordenação do arranjo institucional das políticas que fomenta, tendo mais autoridade para se posicionar e cobrar atitudes nas políticas setoriais executadas em estados subnacionais e municípios, não por que transgride a autoridade local estabelecida, mas por que seus fomentos econômicos e estrutura disponibilizada só é repassada quando atendidas regras estritamente definidas de atuação, com pouco ou nenhum manejo de atuação política ou liberdade de aplicação de recursos. Embora a autoridade local possa optar ´por não obedecer as condicionantes, o recurso econômico aliado aos rigores de compromissos fiscais que cada local já tem tornam a opção da negação uma prática inviável.

O mesmo também ocorre nas políticas voltadas a habitação e saneamento, com o poder econômico Da União exercendo forte dominância sobre os governos subnacionais, pois a barganha oferecida permite maior fôlego estrutural para atender as populações sobre suas responsabilidades, mesmo que tenham que cumprir regras mais restritivas no campo da decisão.

> Tal como na área da saúde, portanto, a União exerce sua autoridade regulatória por meio de seu poder de gasto. Sob condições em que os governos subnacionais dependam

> de empréstimos federais para executar programas, esses deverão executar suas políticas de acordo com as normas federais (ARRETCHE, 2012, p. 181).

Embora a emenda constitucional 14/96 que criou o Fundef no governo Fernando Henrique Cardoso tenha promovido uma minirreforma ao limitar as decisões subnacionais a destinarem ao menos 15% de suas receitas em educação de nível fundamental, além de que 60% deste recurso deveria ser destinada a remuneração dos professores e, mais tarde em 2006 no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva ele foi reformulado e ampliado para 20% das receitas subnacionais e agora também abarcando o Ensino Médio, não definia exatamente o que fazer com todo o dinheiro arrecadado. O Fundeb complementa a renda dos estados e municípios quando não atendem o mínimo estipulado em investimento por aluno, mas embora isto seja de fundamental relevância, não acaba com as assimetrias quando comparados a outros com maior potencial econômico. No que se refere a União na política pública na voltada a educação através do Fundeb, o fomento econômico é suplementar, e isto acaba por diminuir a influência decisória sobre estados subnacionais.

Outros arranjos institucionais que envolvem políticas públicas voltadas a educação também encontram disparidades refletidas nas descentralizações nacionais, como ficará claro neste século com a volta da Sociologia como disciplina no século XXI, como veremos a seguir.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS QUE INSTITUÍRAM A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO

É de conhecimento que a Sociologia tem sua particularidade no Ensino Médio, ou em seu equivalente com outras nomenclaturas no passar da história. Sua implementação e retirada deste grau de ensino atrapalhou a sua consolidação, e embora o momento atual gere preocupações, compreender o processo é o primeiro passo para garantir sua longevidade.

Benjamin Constant em 1890, quando foi ministro da Instrução Pública, recomendou na primeira Reforma da Educação Secundária, no primeiro governo republicano do país, que a disciplina de Sociologia fosse obrigatória, o que não se concretiza por conta de seu falecimento. Isto aliás, só vai acontecer a partir da Reforma Rocha Vaz na década de 1920, por conta do reconhecimento do status da Sociologia como ciência, traço este muito valorizado pelos nossos primeiros republicanos, fortemente influenciados pelo positivismo.

> Nas primeiras décadas do século XX, a Sociologia integrará os currículos, especialmente das escolas normais, embora aparecesse também nos cursos preparatórios (últimas séries do ensino secundário – que depois seria denominado de colegial e atualmente ensino médio).ou superiores. Nos cursos normais, a preocupação com uma formação "mais científica" (Meucci, 2000) do professor levou à substituição de disciplinas de

> Trabalhos Manuais e Atividades Artísticas pela Sociologia e pela Psicologia: uma preocupada com o contexto social em que se dá a educação, e a outra já vislumbrando a centralidade que o aluno – criança, adolescente – passará a ocupar na educação (Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias, 2006 p. 101).

A partir da Reforma Capanema a Sociologia se torna intermitente, estando no curso normal, mas praticamente desaparecendo do curso clássico e do científico. Isto se acentua ainda mais durante a Ditadura Militar, praticamente deixando se ser ofertada ou, quando muito, descaracterizada dentro de cursos obrigatoriamente profissionalizantes. Este período da história brasileira é reconhecido pelos exílios, prisões, torturas e mortes de pessoas tachadas como detratoras da pátria, e tinham nestas fileiras muitos professores da área de humanas. O arranjo institucional da educação no período militar introduziu as disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB), que floreavam a soberania nacional, o que deixava claro sua aversão a Sociologia.

> Promoveu também a introdução das disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) nos currículos das escolas médias, numa tentativa clara de substituir o ensino de Filosofia e Sociologia por conteúdos doutrinários e ideológicos (ZANARDI, 2013, p.93)

Já próximo do fim desta nefasta regência verde-oliva, o ensino profissionalizante perde força e, em 1982 a Lei nº 7.044/82 retira a obrigatoriedade do ensino profissionalizante e permite uma janela de oportunidade utilizada pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo para começar o processo de volta de disciplinas como a Sociologia ao ensino de secundaristas do propedêutico e do curso de magistério. (ZANARDI). No livro "Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio", especificamente no capítulo "A trajetória histórica da luta pela introdução da disciplina de Sociologia no Ensino Médio no Brasil", escrito por Lejaune Mato Grosso de Carvalho (2004), entendemos como alguns estados implementaram a Sociologia em período anterior a LDB 9.394/96. Em 1982 o governo do Estado da Bahia aprova a volta da Sociologia no Ensino Médio. Em São Paulo em 1983 a disciplina volta em quase metade das 3.000 escolas da época. No ano de 1989 ela é sancionada pelos governos dos estados de Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro. Mas cabe observar que em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul a disciplina não volta efetivamente para além da normatização legislativa, e no Rio de Janeiro a disciplina esteve em apenas em um dos anos do Ensino Médio, e sem a observação de que tinha que ser habilitado em Ciências Sociais para lecionar. Nos estados de Piauí e Sergipe as escolas tinham a decisão de ofertar ou não a disciplina. Isso influenciou também a outros estados subnacionais, inclusive,

permitindo a retomada de concursos públicos para adequada criação de quadro de professores efetivos.

Mas vale dizer que estas não foram ponderações geradoras até 1996 de uma política pública nacional enfatizando a Sociologia para escolas de Ensino Médio de todo o país. O modelo subnacional paulista da década de 1980 não tornou obrigatória a disciplina embora seja importante marco ainda no período mais tenso para a luta por direitos humanos da história brasileira no século XX.

A LDB nº 9.394/96 fala da importância de ofertar a disciplina para a formação de jovens ou adultos de nossa sociedade, mas por erro de organização do arranjo institucional não explicitou a palavra disciplina, o que permitiu que o Parecer CNE/ CEB 03/98 reconhecesse a necessidade do conhecimento para a formação, mas não de sua prática através de disciplina própria, com a argumentação de que sua exauribilidade era plenamente viável por outras disciplinas da área de Ciências Humanas.

> Com a nova LDB – Lei nº 9.394/96 parece que finalmente a Sociologia se torna obrigatória como disciplina integrante do currículo do ensino médio. Em seu Artigo 36, § 1º, Inciso III, há a determinação de que "ao fim do ensino médio, o educando deve apresentar domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania". No entanto, uma interpretação equivocada, expressa a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais no Ensino Médio (DCNEM), do Parecer CNE/ 15/98 e da Resolução CNE/CEB 03/98, contribui para uma inversão de expectativas: ao contrário de confirmar seus status de disciplina obrigatória, seus conteúdos devem ser abordados de maneira interdisciplinar pela área das Ciências Humanas e mesmo por outras disciplinas do currículo (Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias, 2006, p. 103).

Entre 1996 e 2008, a Sociologia como disciplina dentro da política pública educacional voltada ao Ensino Médio dependeu de arranjos institucionais subnacionais, fortemente influenciados por conjunturas políticas oficiais e pressão de movimentos sociais locais. Neste contexto, a disciplina foi ofertada em alguns estados e em outros não, foi ofertada em algumas cidades de um mesmo estado e em outras não, até ao ponto de ser ofertada em algumas escolas e em outras não na mesma cidade. Em 2001 no Estado do Espírito Santo ela foi aprovada após embate legislativo intenso. Mesmo após a aprovação da Lei nº 6.649 ser aprovada na Assembleia Legislativa, o Governador do Estado, José Inácio Ferreira a vetou, e foi preciso que os deputados do estado derrubassem o veto governamental para efetivar a disciplina. (TOMAZINI e GUIMARÃES, 2004, p. 208)

Vale dizer que em 2001 a Sociologia podia ter voltado ao ensino após de ter sido aprovado o Projeto de Lei Complementar 009/2000 do Padre Roque Zimmerman (PT/PR) na Câmara dos Deputados e na Assembleia do Senado, porém, atendendo a recomendação do MEC

que era contrário à volta alegando que não havia possibilidades técnicas para a viabilizar enquanto disciplina, fora alegando que o conteúdo já era adequadamente atendido de forma interdisciplinar, e o presidente Fernando Henrique Cardoso, que é sociólogo, não assinou sua volta, acrescentando que isto aumentaria os gastos para efetivação de novos professores. Gabriel Seretti Zanardi relata em seu artigo que não há dados para comprovar isso.

> Vários autores analisam que as razões apresentadas pelo veto não estão de acordo com as recomendações da LDBEN. Como explicita Mota (2005), a mudança na composição das áreas do conhecimento não implica necessariamente mudança na carga horária semanal ou anual. A simples reorganização da grade curricular do Ensino Médio já seria suficiente para garantir a entrada da Sociologia, não resultando, necessariamente, num aumento das despesas com educação nos Estados. Em segundo lugar, não havia dados que comprovassem a falta de professores de Sociologia e, além disso, a lei previa um tempo hábil para que esses professores fossem habilitados em curso superior. (ZANARDI, 2013, p. 100)

A partir de 2003 Luiz Inácio Lula da Silva assume a presidência do país, o que abre a possibilidade de retomada das tratativas em busca de implementar a disciplina de Sociologia no Ensino Médio. Ribamar Alves (PSD/MA) revisa e reapresenta o Projeto de Lei de Padre Roque Zimmerman (PT/PR), agora designado como PL 1641/2003. Após a caminhada para a retirada do veto do presidente anterior e das aprovações da PL 1641/2003 na Câmara dos Deputados e na Assembleia do Senado, a Sociologia enfim volta com a assinatura do vice-presidente José de Alencar no ano de 2008. Vale ressaltar que dois Ministros da Educação entre 2003 a 2008 contribuíram nesta retomada, a saber, Cristovam Buarque (2003-2004). Já tinha experiência favorável a disciplina, pois quando foi governador no Distrito Federal entre 1995-1999, implementou a disciplina no ensino médio com duas aulas semanais nos três anos do ensino médio. Emitiu parecer favorável a derrubada do veto presidencial de Fernando Henrique Cardoso) e posteriormente, Fernando Haddad (2004-2012). Emitindo Parecer CNE/CEB 38/2006, favorável a inclusão desta como disciplina, o que foi encaminhado para apreciação presidencial).

4. A VOLTA DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO EM MATO GROSSO

Como é de conhecimento, a implementação da política pública educacional é de encargo de cada estado que compõe nosso sistema Federalista. O estado nacional dá apenas diretrizes básicas, como de quanto dos recolhimentos de impostos de estados e municípios devem ser destinados à educação e ao pagamento de funcionários deste setor, além de complementar através do FUNDEB em caso de incapacidade destes em suprir o mínimo estipulado em investimento por pessoa ou de adequação de estrutura de atendimento, mas não fiscaliza a

ponto, de dizer exatamente quanto do fomento econômico deve ser destinado para compra de material escolar ou para transporte público dos educandos, por exemplo.

Como dito em passagem anterior, no que tange a Sociologia como disciplina no ensino médio, sua efetivação encontrou cenários muito diversos entre os estados subnacionais. Segundo Mayara Bezerra Scarselli, a Sociologia seguiu os moldes do Colégio Dom Pedro II no início.

> Foi possível verificar, por intermédio do Regulamento da Escola Estadual Liceu Cuiabano (Decreto nº 735 de 11 de junho de 1926), que a escola instaurou seu currículo nos mesmos moldes do Colégio Pedro II, situado no Rio de Janeiro. Essa instituição escolar, a partir da Lei Rocha Vaz, em 1925, introduziu a Sociologia no 6º ano do ciclo científico, conferindo ao aluno concluinte o título de "Bacharel em Ciências e Letras". A presença da Sociologia nos currículos do Colégio Pedro II permaneceu do ano de 1925 até 1941, depois essa obrigatoriedade foi retirada pela Reforma Capanema. (SCARSELLI, p. 53, 2015)

Assim como em todo Brasil, a disciplina de Sociologia não se firmou também no período militar, que inclusive substituiu as disciplinas de humanas por Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB).

Ao fim dos vinte e um anos de Ditadura Militar (1964-1985), somente em 1994 é verificada a volta da disciplina no estado de Mato Grosso. Primeiro, por efeito da Lei Nº 6.388/94 que instituiu na Escola Tiradentes o sistema de ensino da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, e que contemplava na matriz curricular a disciplina, mas somente a partir da Lei Complementar Nº 49/98 do estado de Mato Grosso é que ela é de fato regulamentada para os alunos do Ensino Médio (Scarselli, 2015).

A partir de então, novos desafios apareceram, como a necessidade de fazer parcerias com as universidades do estado para a formação de professores, bem como a abertura de concursos para o quadro de professores efetivos na disciplina junto a SEDUC-MT, mas estava em relativa vanguarda quanto ao parecer CNE/CEB 38/06, ou mesmo a efetivação em todo o território nacional que se deu a partir da Lei nº11.684/08.

Este protagonismo, no entanto, não significou a melhor implementação da Sociologia no arranjo institucional do Ensino Médio como debateremos a seguir, bem como também veremos que, quanto a BNCC aprovada, pouco se sabe do rumo que terá a disciplina e seu espaço de fato no ensino em Mato Grosso que tem papel de policy decision-making sobre seus alunos secundaristas.

5. COMPREENDENDO COMO A AUTONOMIA DAS ESCOLAS AFETAM A DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS EM MATO GROSSO

A Lei Estadual nº 7.040/98 é comemorada no estado de Mato Grosso por permitir uma ampla ação da comunidade escolar na organização do ensino. É importante lembrar de que no que se refere a política pública voltada a educação, o Governo Federal utiliza somente parte de sua policy decision-making através do Ministério da Educação, o que quer dizer que os estados subnacionais não tem por finalidade somente atuar como policy-making. Quanto a parte do arranjo institucional e como as verbas obtidas através dos impostos serão usadas cabe a estes decidirem (embora seja fixo o mínimo percentual dos impostos recolhidos a serem usados na educação e para pagar funcionários do setor, cabe aos estados e municípios decidir se ampliarão investimento para além do mínimo estipulado, bem como a forma que será usado o dinheiro destinado em educação para transporte, alimentação, estrutura predial e equipamentos). No que se refere também ao espaço escolar, o que é foco deste artigo, a divisão do tempo de ensino também não é previamente determinado pelo Ministério da Educação.

No arranjo institucional de Mato Grosso o processo de distribuição da quantidade de aulas por dia na semana e a quantidade de aulas de cada disciplina por semana variam. No mesmo ano de 1998 aconteceu no estado a aprovação da Lei complementar nº 49/98 e a Lei nº 7.048/98. A primeira assinalava a importância da volta da Sociologia no ensino médio, e a segunda assegurou meios para a gestão democrática nas escolas com a efetivação do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE), composto por representantes da comunidade escolar, a saber, pais, alunos, professores diretores e funcionários. Embora o CDCE seja mais conhecido por decisões quanto ao uso dos proventos econômicos e da conduta do corpo escolar, cabe a este algo fundamental ao estudo presente: a divisão do tempo das disciplinas semanalmente. Isto por que o estado se isenta de tomar tal decisão, ou mesmo de estabelecer padrões mínimos (para exemplificar isto, no estado do Paraná a Instrução nº04/2005 SEED/SUED até permite uma flexibilidade no arranjo institucional, desde que contemple um mínimo de duas aulas semanais no ano em que determinada disciplina for ofertada). Neste sentido também cabe trazer a baila que no dia 04 de agosto de 2006 a Seduc-MT divulgou a notícia intitulada “Escolas recebem orientações sobre filosofia e sociologia” em que é evidente que a filosofia e a sociologia estão para voltarem no ensino médio nacional, e que o estado deve se preparar para este fato. Na matéria citada vale destacar:

> Segundo o Ministério da Educação, o ensino de filosofia deve ter no mínimo duas horas de aula semanais. O documento Conhecimentos de Filosofia destaca que a disciplina pretender ser um discurso consciente de si mesma, uma espécie de conhecimento do conhecimento. Salienta, ainda, que a filosofia no ensino médio exige uma discussão sobre os cursos de graduação na área e da pesquisa filosófica em geral. (SEDUC-MT, 2006. Disponível em http://www2.seduc.mt.gov.br/-/escolas-recebem-orientacoes-sobre-filosofia-e-sociologia?inheritRedirect=true)

O Parecer 38/2006 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que argumenta tecnicamente a quantidade mínima de duas aulas não foi seguido em Mato Grosso nem em Filosofia e nem em Sociologia, e isto se dá pela autonomia das escolas em estabelecerem seus itinerários, mesmo que o rigor técnico de tomada de decisão seja mais político do que técnico. A questão é que a quantidade menor de profissionais de sociologia nas escolas torna difícil constituir maioria favorável para convencimento da necessidade de reajustar o tempo de ensino, por isto constituir a diminuição do tempo de pelo menos uma outra disciplina para adequação do tempo semanal. Vale pensar que embora possível, não é difícil pensar que os profissionais com mais tempo raramente irão tomar tal decisão, pois isto quer dizer trabalhar em mais turmas, e com mais alunos, além da possibilidade de terem que trabalhar em mais de uma escola para completarem sua jornada de trabalho, o que pode significar também aumento de gastos.

Existem notícias a serem verificadas no futuro de que existem escolas no Mato Grosso em que a disciplina de Sociologia tem mais de uma aula em pelo menos em um dos anos do Ensino Médio e entender o processo pode contribuir para novas conquistas para esta disciplina, mas a discussão principal se centra na questão da necessidade de uma política no mínimo de estado que a possibilite pelo menos em todas as escolas de Mato Grosso. Também ressalto que o recorte que será esmiuçado adiante se refere a situação da disciplina de Sociologia na cidade de Rondonópolis, terceira maior cidade do estado, e que representa como é ofertada a disciplina em outras cidades de Mato Grosso. Para a tabela apresentada em anexo, foi solicitado a Seduc por meio de sua representação na cidade, a Assessoria Pedagógica, a quantidade de aulas de todas as disciplinas em todos os anos do ensino médio de todas as escolas da cidade de Rondonópolis no ano de 2020, o que com prazo compreensível para tal levantamento, foi prontamente atendido.

Também é importante dizer que o ensino médio tem jornadas semanais diferentes a depender da realidade de cada escola. Existe o ensino médio (quatro aulas diárias), o ensino médio inovador (cinco aulas diárias), as escolas militares e as escolas plenas (seis aulas diárias abordando as matérias do ensino médio convencional mais matérias da parte flexível) ofertando ensino aos secundaristas. Escolas militares e escolas plenas não ofertam aulas no

período noturno. Poucas escolas ofertam ensino médio noturno, e quando ofertam, a quantidade é de quatro aulas por dia, mesmo quando a escola oferta em outros turnos o chamado ensino médio inovador.

Neste momento será excluído os dados das escolas militares por conta de ainda estarem em processo de implementação, tendo só fornecido por conta disso a quantidade de aulas do primeiro ano do ensino médio.

Será demonstrado para reflexão a quantidade de tempo de cada disciplina, em todos os arranjos institucionais, exceto quanto a escola militar.

Nas escolas de Ensino Médio a jornada é de quatro aulas diárias, com total de aulas semanais de vinte horas, pois as aulas são de segunda-feira a sexta-feira. A configuração de tempo entre as disciplinas neste modelo foi a seguinte:

- Com uma aula semanal em todos os anos do ensino médio – Artes, Espanhol, Educação Física, Inglês, Filosofia e Sociologia;
- Com uma aula semanal em dois anos e duas aulas semanais em um ano do ensino médio – Biologia, Física e Química;
- Com duas aulas semanais em todos os anos do ensino médio – Geografia e História;
- Com três aulas semanais em todos os anos do ensino médio – Língua Portuguesa e Matemática.

Nas escolas de Ensino Médio Inovador a jornada é de cinco aulas diárias com total de aulas semanais de vinte e cinco horas, pois as aulas são de segunda-feira a sexta-feira. A configuração de tempo entre as disciplinas neste modelo foi com variação maior, o que levará a classificação da disciplina para a escola:

- Artes tem uma aula semanal em todos os anos do Ensino Médio em todas as escolas;
- Biologia tem duas aulas semanais em todos os anos do Ensino Médio em dez escolas, tem duas aulas semanais em dois anos do ensino Médio e três aulas semanais em um ano em duas escolas e duas aulas semanais em um ano do Ensino Médio e três aulas semanais em dois anos em duas escolas;
- Educação Física tem uma aula semanal em todos os anos do Ensino Médio em três escolas, e duas aulas semanais em todos os anos do Ensino Médio em onze escolas;
- Espanhol tem uma aula semanal em todos os anos do Ensino Médio em todas as escolas

- Filosofia tem uma aula semanal em todos os anos do Ensino Médio em treze escolas e uma aula semana em dois anos do Ensino Médio e duas em um ano em uma escola;
- Física tem uma aula semanal em todos os anos do Ensino Médio em uma escola, tem duas aulas semanais em todos os anos do Ensino Médio em onze escolas e duas aulas semanais em dois anos do Ensino Médio e três aulas semanais em um ano em duas escolas;
- Geografia tem duas aulas semanais em todos os anos do Ensino Médio em oito escolas, e tem duas aulas semanais em dois anos e três aulas semanais em um ano em seis escolas;
- História tem duas aulas semanais em todos os anos do Ensino Médio em oito escolas, e tem duas aulas semanais em dois anos e três aulas semanais em um ano em seis escolas;
- Inglês tem uma aula semanal em todos os anos do Ensino Médio em todas as escolas:
- Língua Portuguesa tem três aulas semanais em um ano do Ensino Médio e quatro aulas semanais em dois anos em quatro escolas, tem quatro aulas semanais em todos os anos do Ensino Médio em nove escolas e quatro aulas semanais em dois anos do Ensino Médio e cinco aulas semanais em um ano em uma escola;
- Matemática tem três aulas semanais em todos os anos do Ensino Médio em uma escola, tem três aulas semanais em um ano do Ensino Médio e quatro aulas semanais em dois anos do Ensino Médio em cinco escolas, tem quatro aulas semanais em três anos do Ensino Médio em oito escolas;
- Química tem uma duas aulas semanais em todos os anos do Ensino Médio em doze escolas e duas aulas em dois anos do Ensino Médio e três aulas semanais em um ano em duas escolas;
- Sociologia tem uma aula semanal em todos os anos do Ensino Médio em todas as escolas.

Nas Escolas Plenas o tempo de ensino é integral, com oito aulas diárias, tendo parte do tempo destinado a matérias que não fazem parte das que compõem o ensino curricular básico.

As disciplinas convencionais tem em média seis aulas diárias, o que soma trinta horas por semana. A configuração de tempo entre as disciplinas neste modelo foi a seguinte:

- Sem aula em todo o Ensino Médio em todas as escolas - Espanhol

- Com uma aula semanal em todos os anos do Ensino Médio – Artes, Filosofia e Sociologia;
- Com duas aulas semanais em todos os anos do Ensino Médio – Educação Física, Inglês, Geografia e História
- Com três aulas semanais em todos os anos do Ensino Médio – Biologia, Física e Química;
- Com cinco aulas semanais em todos os anos do Ensino Médio – Língua Portuguesa e Matemática.

É necessário explicar que existe conflito na possibilidade de atuação do CDCE para a autonomia escolas no que se refere a distribuição do tempo de ensino em Escolas Militares e em Escolas Plenas, que são implementadas a partir de desenhos institucionais fechados quanto a isso. As escolas de Ensino Médio e Ensino Médio Inovador não demonstram entendimento de paridade de tempo de Sociologia nem com disciplinas que possuam duas aulas semanais, pelo que se comprova pela tabela de aulas de todas as disciplinas semanalmente em todas as escolas de Rondonópolis no ano de 2020. Filosofia só tem duas aulas em um dos anos do Ensino Médio em uma escola. Embora não seja objeto deste estudo, é extremamente importante verificar que nas Escolas Plenas a disciplina de Espanhol não é contemplada em nenhum dos anos do Ensino Médio e, aparentemente, a única linguagem estrangeira valorizada é o Inglês, com duas aulas em cada ano semanalmente.

No Mato Grosso foi aprovada a implementação da BNCC de forma experimental em dez escolas no ano de 2020, chamadas de Escolas Piloto, nenhuma delas em Rondonópolis. Por conta da pandemia de Covid-19, que quanto a educação direcionou o ensino para o ambiente virtual de ensino ou a busca de apostilas nas escolas, o plano de começar as Escolas Piloto não foi de fato viabilizado. Até o presente momento não se sabe de como será a divisão do tempo nem na parte básica e nem na parte diversificada, em qualquer uma das quatro áreas (Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Socias e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, e Matemática e suas Tecnologias). Não consta esta informação no site da Seduc-MT ou no do sindicato dos professores, o Sintep-MT.

6. POR UMA POLICY DECISION MAKING SIGNIFICATIVA PARA A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO PERANTE A NOVA BNCC

Entender e ensinar a importância das políticas públicas para viabilizar os direitos sociais ainda é objeto de estudo e de debates acalourados entre as fileiras acadêmicas. A grande

maioria das pessoas em nossa sociedade não sabem determinar quem gerencia, quem aplica, como se participa de movimentos fiscalizadores ou que exijam necessidades não atendidas. A partir de Marta Arretche é possível inclusive entender que existem diferenças no arranjo das diferentes políticas públicas, e é sobre um ponto específico de uma destas que este artigo versou até o presente momento: qual a importância de entender policy-making e policy decision-making na educação pública no Ensino Médio para entender como em Rondonópolis, Mato Grosso, a autonomia escolar não significou avanço na quantidade de aulas semanais em todas as escolas da cidade. A definição de Krawczyk sobre o processo histórico da política educacional evidencia as tensões existentes.

> A política educacional resulta de tensões e conflitos que se resolvem no marco das relações de poder historicamente determinadas. No caso da elaboração de currículo, trata-se de um processo no qual diferentes grupos (às vezes, antagônicos) disputam espaço na definição da estrutura, dos valores e dos conhecimentos favorecidos no currículo escolar. Esse processo geralmente irrompe em tensões e conflitos que se resolvem ao marco das relações de poder (KRAWCZYK, 2020 p. 320)

A política pública voltada a educação no Ensino Médio não é plenamente determinada pelo Governo Federal, ficando ao encargo de estados subnacionais decisões importantes, como quanto a como investir o dinheiro destinado a educação, bem como a organização do espaço escolar. No que se refere a problemática esmiuçada, mas obviamente não exaurida, o Estado do Mato Grosso incumbe as escolas a organização do espaço escolar e, como tal, do tempo de cada disciplina ofertada a comunidade. Embora seja importante o reconhecimento dos atores sociais para o ensino escolar, é importante corrigir distorções provocadas pelo alinhamento de interesses pessoais de determinados grupos que acabam se sobrepondo a pareceres técnicos quanto a equidade de oferta de conhecimentos, com justificativas que sinalizam que a interesses individuais em detrimento do coletivo.

Com a justificativa da auferida autonomia escolar, a Sociologia em Rondonópolis (e embora não comprovada neste artigo faticamente, a realidade apresentada é a mesma de muitas outras cidades do Estado), em momento algum, segundo planilha da quantidade de aulas de todas as escolas da cidade de Rondonópolis fornecida pela Seduc através da Assessoria Pedagógica local significou no ano de 2020 em tempo maior que uma aula por ano em todos os que compõem o Ensino Médio Público.

Embora a BNCC esteja aprovada e tenha mudanças extremamente relevantes para o ensino, quanto a policy-making e policy decision-making, ainda cabe o entendimento anterior de que os estados subnacionais é que farão os arranjos de implementação que entenderem necessários para sua efetivação, o que coloca novamente a questão de que cabe a comunidade,

sindicatos de professores e movimentos sociais procurarem articular fiscalização do processo junto a Seduc-MT para entenderem a distribuição das disciplinas que compõem o ensino médio, seja na parte comum como na diversificada.

No momento atual, se sabe somente que esta nova base oferecerá como obrigatório somente Língua Portuguesa e Matemática em todos os modelos formativos, e que a carga horária que os alunos tem direito é de 1800 horas, mas não se evidencia detalhadamente o que isto significará para cada uma das disciplinas.

> Nesse contexto, em fevereiro de 2017, aprovou-se a Lei nº 13.415, que mudou radicalmente o ensino médio – sua estrutura e organização curricular. A reorganização curricular proposta restringe a formação geral a 1.800 horas-aula; só Matemática e Português ficaram como disciplinas obrigatórias em todo o ensino médio. A situação das Ciências Humanas ficou bastante duvidosa por que na lei só se afirma que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deverá incluí-las obrigatoriamente como estudos e práticas. Caberão aos estados as formas de inclusão na estrutura curricular (KRAWCZYK, 2020, p. 322)

Embora na sociedade nenhuma decisão seja realmente irreversível, o tempo para concertar equívocos causados polo descaso com o que deveria ser trivial como o entendimento pleno do arranjo institucional de uma política pública pode pesar sobre a vida educacional de muitas gerações. Este entendimento evidenciado neste momento, por exemplo, não é novo, e consta em documento oficial, como nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias, divulgado a partir do ano de 2006,

> No caso da escola básica, pode-se considerar a própria "construção do currículo" como um fenômeno sociológico: quais as características do currículo, a que interesses corresponde sua configuração, por que essas disciplinas e não outras, por que em tal proporção, quem define o currículo? Muitas dessas questões só podem ser compreendidas se submetidas a uma analise sociológica (Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias, 2006, p. 113)..

O artigo, como pode se ver, procurou debater exatamente sobre este viés, para que munido de informação e somado a outras, seja possível o entendimento de que acompanhar o processo pode permitir realmente a educação que queremos, com duas aulas no mínimo para Sociologia e outras disciplinas, áreas de conhecimento irmãs, e não hierarquicamente mais ou menos significativa.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta; HOCHMANN. Gilberto (org) **Políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro, 2012)

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 10/12/2020.

_____. Secretaria de Educação Básica. Ministério da Educação. Orientações curriculares para o Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, 2006.

CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. A trajetória histórica da luta pela introdução da disciplina de Sociologia no Ensino Médio no Brasil. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. (Org.). **Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

KRAWCZYK, Nora. O ensino de Sociologia e a Política Educacional. In: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. **Dicionário do Ensino de Sociologia.** Maceió: Ed. Café com Sociologia. 2020.

SCARSELLI, Mayara Bezerra. A institucionalização da Sociologia no Ensino Médio: um estudo sobre a política curricular em duas escolas públicas estaduais de Cuiabá-Mt. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2015.

TOMAZINI, Daniela Aparecida; GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. Sociologia no Ensino Médio: historicidade e perspectivas da ciência da sociedade. Relatório e pesquisa. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. (Org.). **Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

ZANARDI, Gabriel Seretti. De Benjamin Constant à Lei 11.684/08: uma breve trajetória das tentativas de inclusão da disciplina Sociologia no currículo da escola brasileira. **Sociologias Plurais.** vol 1. nº 2. Ago. 2013. Disponível em: < https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/64736> Disponível em 03/12/2020.

CAPÍTULO LII

NARRATIVAS DE JOVENS DE 15 A 17 ANOS: SEUS SABERES E INSUCESSOS ESCOLARES

Daniela da Cruz Miranda Diniz [1]

[1] Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação e Formação Humana na Universidade do Estado de Minas Gerais. Graduada em Letras pelo Unicentro de Sete Lagoas. d.cmiranda36@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como propósito apresentar uma pesquisa, ainda em fase inicial sobre a trajetória de jovens de 15 a 17 anos com distorção idade-série matriculados em uma escola da rede pública estadual da cidade de Ribeirão das Neves, no estado de Minas Gerais. A exclusão escolar é um problema social, político e econômico que afeta a escolarização de aproximadamente 1/3 da população juvenil na faixa etária de 15 a 17 anos. A complexidade desse problema social é compreendida pelos fatores que permeiam o acesso e a permanência de jovens no ambiente escolar. A análise de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua – PNAD Continua (2016-2018) e Censo escolar sinalizou que atualmente a proporção de alunos com atraso escolar de 2 (dois) anos ou mais matriculados nas redes públicas estaduais e municipais em todo o território brasileiro, em alguns estados chega a 22% (vinte e dois por cento). Entretanto, compreender e analisar como se constroem as trajetórias escolares de jovens entre 15 a 17 anos no processo de escolarização nos faz pensar em determinadas questões tais como: Quem são os jovens e as jovens estudantes matriculados na rede pública de ensino? Quais os saberes intrínsecos às culturas dos jovens? E finalmente: Que ações e políticas públicas são direcionadas a essa faixa etária e que contribuem para repensarmos as práticas escolares e a diminuição da evasão escolar? Acreditamos que pensar sobre tais questões nos faz refletir sobre como podemos compreender os jovens e sua relação com a escola, e também, com os desafios que perpassam a sua própria condição juvenil.

A UNICEF destaca que a exclusão escolar dos adolescentes se "dá por determinantes que podem ser agrupados em três níveis: fatores individuais ou familiares, fatores comunitários e macro condições agregadas" (UNICEF, 2014, p; 46). Neste sentido, compreendemos que analisar as trajetórias dos estudantes, que tendem a ser individualizadas e desiguais, é necessário levarmos em conta seus diversos contextos e universos sociais. Assim sendo, como afirma Dayrell (2016, p. 42): "Na realidade, não há tanto uma juventude, e sim jovens enquanto

sujeitos que a experimentam e a sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem, e, assim elaboram determinados modos de ser jovem. É nesse sentido que adotamos a noção de Juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes."

2. JUSTIFICATIVA

Em nossa reflexão buscamos apontar sobre a necessidade de analisarmos profundamente e de maneira mais detida os sentidos que os jovens atribuem à escola e ao saber escolar. No entanto, quando analisamos os dados apresentados acima, vimos que no Brasil temos um importante desafio que é o de promover, segundo a emenda constitucional nº 59/2009 , "a universalização do ensino médio na etapa adequada à faixa etária de 15 a 17 anos". No campo da pesquisa é um desafio e uma motivação poder contribuir com o avanço do conhecimento científico sobre a categoria juventudes e para a construção de ações e políticas públicas específicas para adolescentes desta faixa etária, que apresentam dificuldades em avançar nos estudos, e consequentemente, possibilitar a diminuição da evasão escolar na rede pública de ensino.

A complexidade dessas questões aprofunda-se quando analisamos os dados publicados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua – PNAD Continua (2016-2018). De acordo com a publicação, a taxa de escolarização em 2018, das pessoas de 15 a 17 anos foi de 87,2% e não variou em relação ao ano de 2016. O que nos chama a atenção, é que das 7.099,004 milhões de matrículas registradas em 2018 no ensino médio, apenas 72% destes jovens desta faixa etária estavam matriculados na idade-série adequada. O censo escolar de 2018 constatou que a taxa de distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental é de 25%, e no ensino médio é de 28%. Neste sentido, os dados indicam que 22% dos alunos que ainda estão cursando o 9º ano do ensino fundamental, já deveriam estar cursando o 1º ano do Ensino médio. Quando somamos o número de matrículas nos anos finais do ensino fundamental, verificamos que, de acordo com a taxa de distorção idade-série ainda temos 3.001, 887 milhões de estudantes que estão atrasados em relação à série/ano que deveriam estar cursando efetivamente.

Deste modo, esses dados apresentados evidenciam que no Brasil temos um importante desafio que é o de promover, segundo a emenda constitucional nº 59/2009, "a universalização do ensino médio na etapa adequada à faixa etária de 15 a 17 anos". As estatísticas acenam para trajetórias escolares marcadas por experiências de reprovação e conflitos intermitentes com a escola. Como também, os dados sobre a evasão, distorção idade-série e fluxo escolar denunciam

que existe outra questão observada por Freitas (2002, p. 306) o "que está em jogo não é apenas o lado humano e formativo, mas sim econômico e sistêmico – ou como se costuma dizer: o custo/benefício." A partir daí, surge à importância de avaliarmos os objetivos da permanência desses jovens mesmo que seja por um determinado período no sistema escolar.

3. REVISÃO DA LITERATURA: JUVENTUDE E ESCOLA

O ato de um jovem entrar numa escola pública através da matrícula, e ali não permanecer por muito tempo, comparado ao tempo exigido para concluir sua escolaridade, fez nos compor constantes reflexões e indagações. As dificuldades, aflições e conflitos juvenis relacionados na maioria das vezes a inúmeros fatores, fizeram nos tecer este projeto de pesquisa. Nesse sentido, construir um referencial teórico e uma revisão do conhecimento da produção acadêmica no campo de nosso estudo tem possibilitado decifrarmos os entraves existentes nos percursos de insucesso escolar dos jovens desta faixa etária.

3.1. A Categoria Juventude

Quando pesquisamos e discutimos sobre os jovens, a primeira referência que buscamos é a categoria juventude. Os primeiros estudos datam do século XVIII que por sua vez, foi marcado pela primeira revolução industrial ocorrida na Inglaterra. Tal processo de modernização veio acompanhado de uma ampliação tecnológica e o consequente desenvolvimento da economia. Os impactos negativos causados por dessa industrialização promoveram mudanças que foram muito além do uso das máquinas. Houve uma mudança nas relações sociais, estabeleceu-se o capitalismo e mudou a economia. Tais mudanças promoveram o aumento da violência urbana em suas diferentes formas, fez com que jovens das camadas populares fossem identificados como delinquentes juvenis, promíscuos e marginais.

Mais adiante, grande parte do conhecimento sobre esta categoria virá a partir da primeira metade do século XX, desenvolvida pela sociologia da Juventude. Groppo (2017, p. 324) reitera que "(...) esboçada na Europa e Estados Unidos, a sociologia da juventude, concebeu a juventude como momento da socialização secundária, destacando o caráter transitório da condição juvenil." O autor ainda destaca que tal construção do conceito, "privilegiava a continuidade e a integração social, tendendo a considerar os conflitos e descontinuidades entre gerações como disfunções no processo de socialização." Em nossa pesquisa não nos debruçaremos sobre o conceito de Juventude tendo em vista apenas a questão etária e a sua transição para a vida adulta, pois há um conjunto de estudos acadêmicos e debates

realizados sobre a Juventude que demonstram a complexidade desse conceito. Dentre estes podemos destacar o da tentativa de delimitar o início e o fim da juventude em virtude das transformações sociais que tem ocorrido ao longo da modernidade.

As diferentes teorias sociológicas irão ter a juventude como tema principal. Entre os estudos podemos citar: Mannheim (1928) em sua obra "O problema das Gerações", Bourdieu (1983) em "Juventude é apenas uma palavra", os estudos sobre indústria cultural na Escola de Frankfurt e Dubet em seus estudos sobre o indivíduo e a escola. Avançando no recorte histórico sobre o conceito, temos uma importante afirmação de Pais (1990, p.141), que nos convida a refletirmos sobre a pluralidade e a heterogeneidade desta categoria que por sua vez, está presente em sua problematização. Para ele é possível encontrar diferentes sentidos que o termo tem tomado os diferentes modos de pensar e agir, das representações mais vulgares da juventude para "que depois possamos chegar à noção (paradoxa) de juventude como construção sociológica." (1990, p.141) Essa construção sociológica se dá de acordo com o contexto, bem como a relação do individuo com o meio social, cultural e histórico. Em resumo podemos dizer que essa categoria apresenta também características próprias do seu tempo, pois a cada época histórica, temos compreensões diferentes do que seja a juventude.

3.2. A Diluição da exclusão no interior da escola

A história da Educação Brasileira e das políticas públicas Educacionais para os estudantes das redes públicas de ensino teve nos anos 90 um avanço que hoje podemos marcá-lo como um fim de um período e ao mesmo tempo o vemos como um ponto de referência, quando analisamos o acesso de crianças e jovens no sistema público de ensino. A publicação da LDB 9394/96 (Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional), possibilitou um aumento no número de matrículas, das quais crianças e jovens pertencentes às camadas populares puderam ter o pleno direito a educação básica.

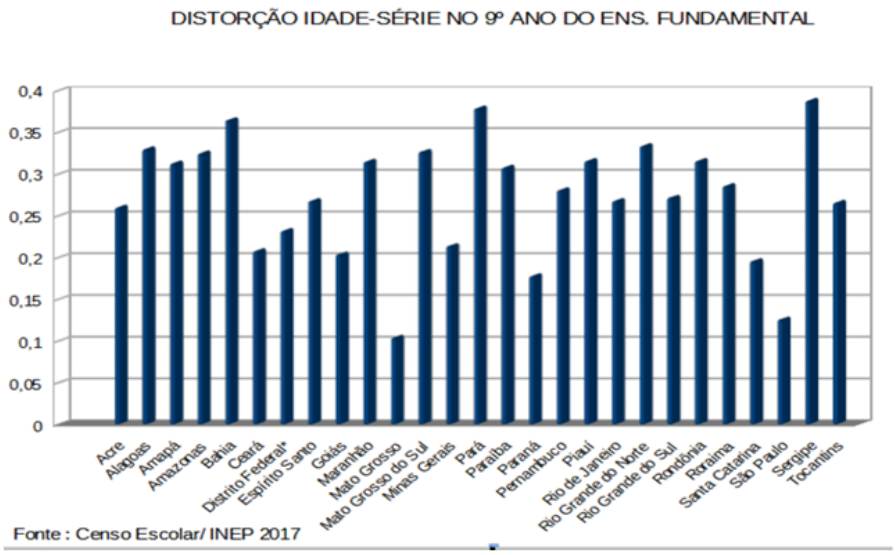
Com a democratização do acesso das pessoas das classes sociais inferiores aos bancos escolares, a escola começou a ser reconhecida como um lugar de possibilidades, pois os estudantes além de poderem adentrar naquele espaço, poderiam permanecer nele. E consequentemente almejar um futuro melhor do que os demais membros adultos de sua família. No entanto, como a escola começou a receber um contingente maior de estudantes que recebia antes, tudo começou a desandar. Não se tratava apenas de construir mais prédios escolares, e sim, de uma melhoria na qualidade da Educação. Para Correa et al. (2014, p. 24) "[...] a escola não se readequou para receber a nova e crescente clientela. [...] os recursos

destinados à educação não se ampliaram na mesma proporção, daí vieram as dificuldades na infraestrutura, na modernização das escolas e na precarização da condição docente." Isso corroborou para uma imagem que permanece nos dias atuais sobre a escola pública: "uma escola pobre para atender pobres" (idem, p. 24)

Ao realizarmos um recorte na história da Educação no Brasil podemos perceber que esta sempre foi, e ainda é marcada por fortes desigualdades social e escolar: ora pelo não acesso ao sistema escolar, ora pela exclusão de dentro do próprio sistema, e finalmente, pelo acesso a padrões diferentes de qualidade educacional. Todas essas desigualdades de acordo com Sampaio e Oliveira (2016, p.512) promovem o não acesso ou efetivo exercício da cidadania. Isto nos faz refletir sobre a necessidade de tecermos uma análise sobre a seguinte questão: "Qual é o conceito de justiça na educação que está presente na democratização do ensino por meio da expansão de vagas e ampliação das oportunidades de acesso?" E mais, ao analisarmos as igualdades de oportunidades e de tratamento na educação, como são consideradas as desigualdades sociais e escolares existentes entre os alunos? Na escola, elas são compensadas? Parte destas questões surgiu após a leitura do artigo: O que é uma escola justa? do sociólogo François Dubet. Os alunos que nos ajudarão a pensar nossa pesquisa são "os vencidos" que Dubet tanto reflete em seu artigo. Estes "que fracassam, ou seja, não são vistos como vítimas de uma injustiça social e sim, como responsáveis pelo seu fracasso." (Dubet, 2004, p. 543) Logo, deduz-se que o sistema escolar lhe deu todas as oportunidades para concluir o seu processo de escolarização. O sociólogo francês considera que a instituição acaba se tornando "a principal agente dessa seleção escolar e social", pois culpabiliza o indivíduo e legitima as desigualdades sociais e escolares.

Ao analisarmos os dados de evasão/abandono e distorção idade-série nos últimos anos do Ensino Fundamental, podemos constatar o processo de eliminação anunciado por Bourdieu. Vimos que os maiores índices de reprovação e distorção idade série estão concentrados no 6º e 9º ano desta etapa. Muitos estudantes vão sendo segregados, marginalizados em determinadas etapas de sua escolaridade, em turmas homogêneas, e "sendo aos poucos excluídos de forma continuada, esses são os denominados por Bourdieu como: "marginalizados por dentro". (BOURDIEU, 2001, p. 485) Temos um importante desafio que está associado a necessidade de termos uma " nova escola" que tenha uma "pedagogia para as juventudes" para que os jovens consigam permanecer mais tempo na escola – concluir a sua escolaridade - e que possa prepará-los para não só para o mundo do trabalho e que tenham pleno direito a cidadania ainda em sua juventude. Isso pode ser constatado através da análise do gráfico abaixo:

Gráfico 1



O gráfico acima especifica a situação da distorção idade série no 9º ano do ensino fundamental por Unidade Federativa. Quando analisamos e comparamos os dados por estado, temos: Pará – 41% de taxa de distorção idade série, em seguida, temos o estado da Bahia com 40,8% e, finalmente vem Sergipe com 43% - apresentando os três maiores percentuais de estudantes com distorção idade-série. Desse modo, infelizmente, os dados evidenciam que há um agravamento contínuo dos percentuais de acordo com a região e a necessidade de realizarmos ações que contribuam e trabalhem contra o abandono ou evasão escolar. Sabemos que uma parcela desses jovens não continuará ou já deixaram de frequentar a escola no ensino fundamental. Já a outra parcela alcançará o ensino médio com muitas dificuldades de aprendizagem, entretanto muitos não conseguirão concluir a jornada escolar com a qualidade e na idade prevista. E em muitos casos, os jovens são matriculados na Educação de Jovens Adultos, fenômeno que por sua vez tem sido denominado "juvenilização da Eja". Reiterando nossa discussão, para Pereira et al. (2018, p. 531) diversos fatores têm contribuído para a intensificação desse fenômeno tais como: "dificuldade de acesso; a ausência de motivação para permanecer na escola; a busca por certificação escolar por parte da população majoritariamente constituída por negros e/ou pobres."

Não é por acaso que ao analisarmos os dados da distorção idade série dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, constatamos que este é o ano com o maior índice de taxa de abandono e a possuir a 2ª maior taxa de reprovação comparado aos outros anos. Ao aprofundarmos esta análise por meio da leitura do questionário aplicado junto a Prova Brasil que ocorreu em 2018, para este último ano do ensino fundamental, vimos que o perfil dos estudantes é composto por 55% de negros e pardos, 28% já foram reprovados (de uma ou mais

vezes) em um ano do ensino fundamental e 6% afirmam já ter abandonado a escola por um período de aulas e ficou fora da escola o resto do ano.

Dialogando em torno dessa questão, consideramos necessário investigar os saberes intrínsecos às culturas dos jovens. Spósito et al. (2018, p. 06), considera relevantes as análises das taxas de abandono e fluxo escolar, no sentido que elas acenam para a importância de compreendermos as trajetórias juvenis. As autoras ainda afirmam que quanto mais tempo, os jovens conseguem permanecer nas instituições de ensino, mais "demandas por análises filigranadas" são necessárias para "a compreensão de suas experiências e das desigualdades". Ao analisarmos os números sobre a distorção idade-série pretendemos re (significar) os processos de aprendizagem e erradicar a visão de que o sucesso do aluno seja apenas reconhecido com o "passar de ano", ser aprovado no ano letivo.

4. METODOLOGIA

A nossa pesquisa ainda em andamento tem como metodologia utilizar as abordagens quantitativa e qualitativa. Nesta perspectiva, faremos a análise dos dados educacionais, junto ao PNAD/IBGE – e Censo Escolar com a finalidade de analisarmos e interpretarmos os resultados anuais (nas três esferas do executivo: nacional, estadual, municipal e instituição escolar) sobre número de estudantes matriculados, taxas de rendimento e distorção idade-série e perfil dos estudantes nesta pesquisa. Com relação à abordagem qualitativa, que ao contrário da quantitativa não pode ser traduzida em números, de acordo com Richardson (1989, p. 90): "(...) pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados". Nessa perspectiva qualitativa iremos realizar a entrevista narrativa composta por uma questão gerativa, com a finalidade de possibilitar a compreensão das percepções e ações dos sujeitos de um determinado contexto sócio-histórico:

> (...) essa metodologia qualitativa de investigação, propõe-se a escutar os sujeitos que, generosamente, emprestam e confiam suas vidas aos/as entrevistadores/as, que delas recolhem não somente os fatos, mas os sentidos, os sentimentos, os significados e interpretações que tais sujeitos lhes conferem. (TEIXEIRA; PÁDUA, 2006, pág.02)

Para o uso da narrativa como método qualitativo serão considerados os seguintes critérios de seleção para definirmos os partipantes da pesquisa: ser estudante, ter de 15 a 17 anos, estar matriculado no 9º ano do ensino fundamental localizada em uma escola pública estadual em Ribeirão das Neves e que esteja com atraso escolar de 2 (dois) ou mais anos. O objetivo é que os participantes tragam elementos através de seus relatos – trajetórias,

percursos e experiências. Como também indagações que possam propiciar um melhor entendimento do objeto de pesquisa. Para o registro das entrevistas narrativas utilizaremos equipamentos de transcrição de aúdio e caderno de campo – para as anotações das nossas impressões ao longo das narrativas. Por fim, os discentes irão preencher um questionário sobre o perfil socioecnomico e cultural.

Dando continuidade ao caminho metodológico qualitativo, faremos também, a análise bibliográfica, que irá por sua vez, percorrer toda a pesquisa com o objetivo de dar coerência, consistência e validade para o tema pesquisado. Teremos como fontes: arquivos virtuais da Coordenadoria de capacitação de Pessoal do Ensino Superior – CAPES/ MEC e a Associação Nacional de Pós-graduação em Educação- ANPED. Outras pesquisas serão acessadas através de sumários de publicação nos principais periódicos de Educação e em referências citadas em artigos, mesmo que de acordo com Luna, "(...) que um artigo encontrado acaba não sendo exatamente aquilo que se pensava que ele fosse, vale a pena consultar suas referências. A melhor fonte desse tipo, obviamente, são os artigos de revisão. (pág. 95)."

Com a conclusão das entrevistas, as mesmas serão transcritas para análise, identificação das categorias de análise e interpretação dos descritores que surgiam durante a(s) fala(s) dos (das) participantes.

No trabalho aqui apresentado procuramos refletir, as possíveis relações estabelecidas entre as trajetórias dos jovens de 15 a 17 anos com distorção idade-série com a cultura escolar nos anos de 2016 a 2018.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: PERALVA, Angelina e SPÓSITO, Marília (org.) Juventude e Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação.** Nº 5/6, Mai-DEZ., 1997**.**

BOURDIEU, Pierre. A Juventude é apenas uma palavra**.** In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.113.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de Novembro de 2009. Diário Oficial da União. Basília, DF, 2009.

BRASIL. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (inep). **Censo Escolar Educação Básica.** Disponível em: http://portal.inep.gov.br/censo-escolar

BRASIL. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua 2016 a 2019**. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/Pnad2019

CORREA, Licinia Maria et CARMO, Helen Cristina do. O Ensino médio no Brasil: Desafíos e perspectivas**. Cadernos temáticos: juventude brasileira e ensino médio.** Belo Horizonte, MG : Editora UFMG, 2014.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo. Set/Dez., 2003, nº 24, pp. 40-52.

DAYRELL, Juarez (org.) Por uma pedagogia das Juventudes: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

DAYRELL, Juarez; JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Relatório de pesquisa: a exclusão de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio no Brasil**. Belo Horizonte: Observatório da Juventude, 2013.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** Cadernos de pesquisa, v. 34, n. 123, p. 539–555, 2004.

GROPPO. Luís Antônio. **Introdução à Sociologia da Juventude.** Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

LUNA, Sérgio. Planejamento de Pesquisa: uma introdução – elementos para uma análise metodológica. São Paulo: EDUC, 2002.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. **Análise Social**, vol. XXV (105-106), 1990 (1.°, 2.°), 139-165.

PEREIRA, Talita Vidal et OLIVEIRA, Roberta Avoglio Alves. Juvenilização da Eja como efeito colateral das Políticas de Responsabilização. **Estud. Aval. Educ**., São Paulo, v. 29, n. 71, p. 528-553, maio/ago. 2018.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

SAMPAIO, Gabriela Thomazinho Clementino; OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de. Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.l.], v. 31, n. 3, p. 511 - 530, jun. 2016

TEIXEIRA, Inês A. de Castro; PÁDUA, Karla Cunha. Virtualidades e Alcances da Entrevista Narrativa. In: **Congresso Internacional sobre pesquisa (auto) biográfica, II, 2006, Salvador.** ***Anais.*** Salvador: UNEB, 2006.

UNICEF. Os desafios do ensino médio no Brasil: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos. Coordenação Mario Volpi, Maria de Salete Silva e Julia Ribeiro. Brasília, DF.

ANEXOS

Anexos referentes ao tempo de cada disciplina em cada ano do Ensino Médio na Cidade de Rondonópolis no ano de 2020.

Anexo I

ESCOLA	HISTÓRIA			GEOGRAFIA			SOCIOLOGIA		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
EE 7 DE SETEMBRO	2	2	2	2	2	2	1	1	1
EE ADOLFO AUGUSTO DE MORAES	2	2	2	2	2	2	1	1	1
EE ANDRE ANTONIO MAGGI	2	2	2	2	2	2	1	1	1
EE ANTONIO G. BALBINO	2	2	2	2	2	2	1	1	1
EE D. WUNIBALDO TALLEUR	2	3	2	3	2	2	1	1	1
EE DANIEL MARTINS MOURA	2	2	2	2	2	2	1	1	1
EE DOMINGOS AP. DOS SANTOS	2	2	2	2	2	2	1	1	1
EE FRANCISCA BARROS DE CARVALHO	2	2	2	2	2	2	1	1	1
EE JOAQUIM NUNES ROCHA	2	3	2	3	2	2	1	1	1
EE JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS	2	2	2	2	2	2	1	1	1
EE LA SALLE	2	2	2	3	2	2	1	1	1
EE LUCAS PACHECO DE CAMARGO	2	2	2	2	2	2	1	1	1
EE MAJOR OTAVIO PITALUGA	2	2	3	2	2	3	1	1	1
EE MARECHAL DUTRA	2	2	2	2	2	2	1	1	1
EE MIL. TIRADENTES MJ PM ERNESTINO VER. DA SILVA	2	0	0	2	0	0	1	0	0
EE PINDORAMA	2	2	2	2	2	2	1	1	1
EE PROF. AMELIA DE OLIVEIRA SILVA	3	2	2	2	3	2	1	1	1
EE PROF. EDITH PEREIRA BARBOSA	2	2	3	2	2	3	1	1	1
EE PROF. STELA MARIS V. SILVA	2	2	2	2	2	2	1	1	1
EE PROF.ELIZABETH DE F. MAGALHÃES	2	3	2	2	2	2	1	1	1
EE PROF.MARIA ELZA F. INACIO	2	2	2	2	2	2	1	1	1
EE RAMIRO BERNARDO DA SILVA	2	2	2	2	2	2	1	1	1
EE SILVESTRE GOMES JARDIM	2	2	2	2	2	2	1	1	1

Fonte: Assessoria Pedagógica Rondonópolis – SEDUC MT – Ano letivo 2020

Anexo II

ESCOLA	FILOSOFIA			ED.FÍSICA			ESPANHOL		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
EE 7 DE SETEMBRO	1	1	1	1	1	1	1	1	1
EE ADOLFO AUGUSTO DE MORAES	1	1	1	2	2	2	0	0	0
EE ANDRE ANTONIO MAGGI	1	1	1	2	2	2	0	0	0
EE ANTONIO G. BALBINO	1	1	1	2	2	2	1	1	1
EE D. WUNIBALDO TALLEUR	1	1	1	2	2	2	1	1	1
EE DANIEL MARTINS MOURA	1	1	1	2	2	2	1	1	1
EE DOMINGOS AP. DOS SANTOS	1	1	1	2	2	2	1	1	1
EE FRANCISCA BARROS DE CARVALHO	1	1	1	1	1	1	1	1	1
EE JOAQUIM NUNES ROCHA	1	1	1	2	2	2	1	1	1
EE JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS	1	1	1	1	1	1	1	1	1

ESCOLA	FILOSOFIA			ED.FÍSICA			ESPANHOL		
EE LA SALLE	1	1	1	1	1	1	1	1	1
EE LUCAS PACHECO DE CAMARGO	1	1	1	2	2	2	1	1	1
EE MAJOR OTAVIO PITALUGA	1	1	1	2	2	2	1	1	1
EE MARECHAL DUTRA	1	1	1	2	2	2	1	1	1
EE MIL. TIRADENTES MJ PM ERNESTINO VER. DA SILVA	1	0	0	2	0	0	0	0	0
EE PINDORAMA	1	1	1	2	2	2	0	0	0
EE PROF. AMELIA DE OLIVEIRA SILVA	1	1	2	2	2	2	1	1	1
EE PROF. EDITH PEREIRA BARBOSA	1	1	1	2	2	2	1	1	1
EE PROF. STELA MARIS V. SILVA	1	1	1	1	1	1	1	1	1
EE PROF.ELIZABETH DE F. MAGALHÃES	1	1	1	1	1	1	1	1	1
EE PROF.MARIA ELZA F. INACIO	1	1	1	1	1	1	1	1	1
EE RAMIRO BERNARDO DA SILVA	1	1	1	2	2	2	1	1	1
EE SILVESTRE GOMES JARDIM	1	1	1	2	2	2	0	0	0

Fonte: Assessoria Pedagógica Rondonópolis – SEDUC MT – Ano letivo 2020

Anexo III

ESCOLA	INGLES			L. PORTUG.			ARTES		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
EE 7 DE SETEMBRO	1	1	1	3	3	3	1	1	1
EE ADOLFO AUGUSTO DE MORAES	2	2	2	5	5	5	1	1	1
EE ANDRE ANTONIO MAGGI	2	2	2	5	5	5	1	1	1
EE ANTONIO G. BALBINO	1	1	1	4	4	4	1	1	1
EE D. WUNIBALDO TALLEUR	1	1	1	4	3	4	1	1	1
EE DANIEL MARTINS MOURA	1	1	1	4	4	4	1	1	1
EE DOMINGOS AP. DOS SANTOS	1	1	1	4	4	4	1	1	1
EE FRANCISCA BARROS DE CARVALHO	1	1	1	4	4	4	1	1	1
EE JOAQUIM NUNES ROCHA	1	1	1	3	4	4	1	1	1
EE JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS	1	1	1	3	3	3	1	1	1
EE LA SALLE	1	1	1	4	4	4	1	1	1
EE LUCAS PACHECO DE CAMARGO	1	1	1	4	4	4	1	1	1
EE MAJOR OTAVIO PITALUGA	1	1	1	4	4	3	1	1	1
EE MARECHAL DUTRA	1	1	1	4	4	4	1	1	1
EE MIL. TIRADENTES MJ PM ERNESTINO VER. DA SILVA	1	0	0	4	0	0	1	0	0
EE PINDORAMA	2	2	2	5	5	5	1	1	1
EE PROF. AMELIA DE OLIVEIRA SILVA	1	1	1	4	4	4	1	1	1
EE PROF. EDITH PEREIRA BARBOSA	1	1	1	4	4	3	1	1	1
EE PROF. STELA MARIS V. SILVA	1	1	1	3	3	3	1	1	1
EE PROF.ELIZABETH DE F. MAGALHÃES	1	1	1	5	4	4	1	1	1
EE PROF.MARIA ELZA F. INACIO	1	1	1	3	3	3	1	1	1
EE RAMIRO BERNARDO DA SILVA	1	1	1	4	4	4	1	1	1
EE SILVESTRE GOMES JARDIM	2	2	2	5	5	5	1	1	1

Fonte: Assessoria Pedagógica Rondonópolis – SEDUC MT – Ano letivo 2020

Anexo IV

ESCOLA	MATEMÁTICA			BIOLOGIA			FÍSICA		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º

ESCOLA	MATEMÁTICA			BIOLOGIA			FÍSICA		
EE 7 DE SETEMBRO	3	3	3	1	1	2	1	2	1
EE ADOLFO AUGUSTO DE MORAES	5	5	5	3	3	3	3	3	3
EE ANDRE ANTONIO MAGGI	5	5	5	3	3	3	3	3	3
EE ANTONIO G. BALBINO	4	4	4	2	2	2	2	2	2
EE D. WUNIBALDO TALLEUR	3	4	4	2	2	2	2	2	2
EE DANIEL MARTINS MOURA	4	3	4	2	3	2	2	2	2
EE DOMINGOS AP. DOS SANTOS	4	4	4	2	2	2	2	2	2
EE FRANCISCA BARROS DE CARVALHO	4	4	4	2	2	3	2	3	2
EE JOAQUIM NUNES ROCHA	4	3	4	2	2	2	2	2	2
EE JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS	3	3	3	1	1	2	1	2	1
EE LA SALLE	4	4	4	2	3	3	2	2	2
EE LUCAS PACHECO DE CAMARGO	4	4	4	2	2	2	2	2	2
EE MAJOR OTAVIO PITALUGA	4	4	3	2	2	2	2	2	2
EE MARECHAL DUTRA	4	4	4	2	2	2	2	2	2
EE MIL. TIRADENTES MJ PM ERNESTINO VER. DA SILVA	4	0	0	2	0	0	2	0	0
EE PINDORAMA	5	5	5	3	3	3	3	3	3
EE PROF. AMELIA DE OLIVEIRA SILVA	4	4	4	2	2	2	1	1	1
EE PROF. EDITH PEREIRA BARBOSA	4	4	3	2	2	2	2	2	2
EE PROF. STELA MARIS V. SILVA	3	3	3	1	1	2	1	2	1
EE PROF.ELIZABETH DE F. MAGALHÃES	3	3	3	3	2	3	2	2	3
EE PROF.MARIA ELZA F. INACIO	3	3	3	1	1	2	1	2	1
EE RAMIRO BERNARDO DA SILVA	4	4	4	2	2	2	2	2	2
EE SILVESTRE GOMES JARDIM	5	5	5	3	3	3	3	3	3

Fonte: Assessoria Pedagógica Rondonópolis – SEDUC MT – Ano letivo 2020

Anexo V

ESCOLA	QUÍMICA		
	1º	2º	3º
EE 7 DE SETEMBRO	2	1	1
EE ADOLFO AUGUSTO DE MORAES	3	3	3
EE ANDRE ANTONIO MAGGI	3	3	3
EE ANTONIO G. BALBINO	2	2	2
EE D. WUNIBALDO TALLEUR	2	2	2
EE DANIEL MARTINS MOURA	2	2	2
EE DOMINGOS AP. DOS SANTOS	2	2	2
EE FRANCISCA BARROS DE CARVALHO	3	2	2
EE JOAQUIM NUNES ROCHA	2	2	2
EE JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS	2	1	1
EE LA SALLE	2	2	2
EE LUCAS PACHECO DE CAMARGO	2	2	2
EE MAJOR OTAVIO PITALUGA	2	2	2
EE MARECHAL DUTRA	2	2	2
EE MIL. TIRADENTES MJ PM ERNESTINO VER. DA SILVA	3	0	0
EE PINDORAMA	3	3	3
EE PROF. AMELIA DE OLIVEIRA SILVA	2	2	2
EE PROF. EDITH PEREIRA BARBOSA	2	2	2
EE PROF. STELA MARIS V. SILVA	2	1	1
EE PROF.ELIZABETH DE F. MAGALHÃES	2	3	2

ESCOLA	QUÍMICA		
EE PROF.MARIA ELZA F. INACIO	2	1	1
EE RAMIRO BERNARDO DA SILVA	2	2	2
EE SILVESTRE GOMES JARDIM	3	3	3

Fonte: Assessoria Pedagógica Rondonópolis – SEDUC MT – Ano letivo

CAPÍTULO LIII

SER JOVEM ESTUDANTE NA PERIFERIA: O PAPEL DA ESCOLA NA PERSPECTIVA JUVENIL PERIFÉRICA

Danilo da Silva Vargas

RESUMO

O artigo investiga a forma como os jovens estudantes do ensino médio e de regiões consideradas periféricas percebem suas relações com a escola de suas comunidades. A pesquisa que originou o presente trabalho consiste em um estudo de caso com abordagem qualitativa, onde quatro jovens do bairro Jardim Teresópolis, em Betim-MG, estudantes do ensino médio noturno e matutino da principal escola da comunidade, participaram respondendo a questionário e a entrevista semiestruturada. Antes da abordagem empírica, analisamos trabalhos teóricos e pesquisas que abordam as juventudes, interpretações sobre periferia e o papel das escolas em regiões de precariedade.

Palavras-chave: juventude; escola; periferia.

1. INTRODUÇÃO

O problema que motivou a pesquisa que agora apresentamos, surgiu dos desdobramentos de outro problema, que orientou a pesquisa de mestrado da qual o presente artigo faz parte e que foi realizada através da Universidade do Estado de Minas Gerais -UEMG. Ao buscar compreender como a juventude periférica e estudante do ensino médio, especificamente do bairro Jardim Teresópolis em Betim-MG, lida com as mudanças que perpassam o mundo do trabalho nos últimos anos, percebemos a necessidade de analisar primeiramente algumas especificidades dessa juventude em sua relação com a escola.

Para compreender como os jovens estudantes do ensino médio, moradores de uma região periférica, estão percebendo e pensando suas relações com a escola, buscamos uma metodologia de pesquisa que conseguisse dar conta de tal objeto, que pode ser caracterizado como diverso, abrangente e contemporâneo. Dessa forma, optamos pelo estudo de caso exploratório com abordagem qualitativa

A escola tem papel fundamental na construção da sociabilidade dos jovens, especialmente em regiões marcadas pela precariedade econômica e desassistência do poder público. Assim, consideramos essencial analisar o seguinte problema; como as escolas são compreendidas por estes jovens, que estão saindo da educação básica e iniciando sua vida

profissional, quase sempre marcada pela baixa remuneração, pela informalidade, por longas jornadas, pelos assédios e todos os elementos que marcam a precarização.

Com intuito de compreender tal problema, realizamos análises bibliográficas que abarcaram estudos e pesquisas que dialogam com a realidade de comunidades e sujeitos similares aos que abordamos em nossa pesquisa. Para o levantamento de dados empíricos, buscamos a direção da Escola Estadual Professora Lourdes Bernadete da Silva, uma das principais escolas do Jardim Teresópolis, que nos direcionou para a professora de Filosofia, que realizava alguns projetos junto aos estudantes. A partir desta professora, conseguimos entrar em contato com alguns jovens do ensino médio, que aceitaram contribuir com nossa pesquisa, participando de uma entrevista semiestruturada e respondendo ao questionário que lhes foi submetido, com perguntas de caráter socioeconômico.

O momento da pandemia de Covid-19 trouxe desafios que dificultaram o contato com os jovens entrevistados. Em tempos de menor preocupação sanitária, poderíamos ter estabelecido contato presencialmente na própria escola, o que abriria possibilidades para mais diálogos e um conhecimento maior sobre a realidade dos jovens. Diante tal empecilho, foi preciso empregar novas técnicas para abordar e recolher as informações prestadas. Assim, após a mediação da professora que conhecia os estudantes, entramos em contato com eles através do aplicativo de mensagens *Whatsapp* e propusemos algumas alternativas para a realização das entrevistas e do questionário. Quatro jovens com idades entre 17 e 19 anos aceitaram participar, três do horário noturno e um do matutino e todos afirmaram que só participariam através do *Whatsapp*. Acreditamos que a falta de tempo, de meios técnicos e tecnológicos e a timidez levaram os jovens a preferirem uma opção em que sua exposição é menor, já que podem se limitar a manter um diálogo por mensagem escrita ou de áudio, preservando a própria imagem.

2. AS JUVENTUDES

Entendemos que o modo de viver a juventude é muito diverso, variando sempre de acordo com a renda, a região, o gênero, a orientação sexual, a raça e a classe ao qual o jovem pertence.

Segundo Dayrell e Carrano (2014) a juventude é um momento determinado da vida, não sendo correto identificá-la como mera passagem entre a adolescência e a vida adulta. No mesmo sentido, Abramo (2005) ao analisar as mudanças históricas às quais a condição juvenil é submetida, aponta que ao longo do século passado, produziu-se uma extensão sobre a noção de

juventude, onde a família e a escola deixam de ser as principais instâncias de socialização. Assim, o lazer e a cultura ganham espaço na constituição da sociabilidade, das identidades e da formação de valores, além disso variados processos de inserção em diferentes dimensões da vida social passam a ser valorizados, como a sexualidade, o trabalho, a política etc, "A vivência da experiência juvenil passa a adquirir sentido em si mesma e não mais somente como preparação para a vida adulta" (ABRAMO, 2005, p.43).

Sobre a importância de compreender as especificidades da juventude, Arroyo (2017) aponta a necessidade de um projeto educativo que reconheça sujeitos concretos, em contextos concretos, com histórias concretas, com configurações concretas de classe, gênero e raça. O autor indica que somente a compreensão concreta da vida pode nortear as investigações dentro dos novos tempos de segregação social, racial e sexual. Arroyo ainda pontua que a tentativa de diluir sujeitos com tantas especificidades dentro de categorias muito amplas como "jovens" peca por desfigurar a concretude inerente à vida desses sujeitos.

Compartilhamos da análise de alguns autores (ARROYO 2019, 2012; FREIRE 2011; PARO 2001; MÉSZÁROS 2008) que compreendem que a postura da escola deve ser coerente com a realidade em que se encontra e crítica da conjuntura socioeconômica em que está inserida. Dessa forma, embora estejamos enfatizando a relação aluno-escola a partir da perspectiva dos jovens, não devemos nos furtar de abordar, como faremos mais adiante, o papel da escola na orientação e contribuição para tal relação, especialmente se tratando de um momento político-econômico marcado por reformas e reinterpretações do papel escolar na sociedade.

3. SER JOVEM NA PERIFERIA

A crescente urbanização que vemos no Brasil a partir da segunda metade do século XX se dá "com o aumento do desemprego, do subemprego e do emprego mal pago e a presença de volantes nas cidades médias e nas cidades pequenas" *(SANTOS, 1993, p.121). Junto do êxodo rural e o consequente crescimento das cidades sem proporcional investimento em infraestrutura, surge o preconceito com regiões mais afastadas dos centros da cidade, associadas à violência, precariedade e carência de todo tipo. De acordo com Rolnik (2010) o conceito de periferia nasce de uma interpretação de cidade que surge a partir dos anos 1980.* "Esse modelo de desenvolvimento privou as faixas de menor renda de condições básicas de urbanidade e de inserção efetiva à cidade. Essa talvez seja sua principal característica, migrada de uma ideia geográfica, dos loteamentos distantes do centro" (ROLNIK, 2010, p.34).

Reconhecemos, como sustenta Rolnik (2010), que a periferia é atravessada por condições de precariedade, o que a faz ser lembrada muito mais pela falta de assistência e insegurança do que pela localização. Entendemos também que tal perspectiva não é suficiente para captar toda a dinâmica social das periferias, contribuindo mais com o estigma do que com uma compreensão abrangente das diferentes nuances que a perpassam. Se o desenvolvimento dos territórios urbanos se dá de forma desigual, como pontua Harvey (2013), como consequência das disputas pela cidade e a da especulação sobre a terra que se acentuam com o desenvolvimento capitalista no final do século XX, devemos também atentar para a rica produção cultural, afetiva e de resistência que também emerge desses territórios e lhe atribuí outros sentidos e outras perspectivas.

De acordo com Almeida (2011) a expressão "cultura de periferia" passa a ser utilizada somente nos últimos anos do século XX, contexto em que o termo periferia passa por uma transformação semântica. Desde seu surgimento, as periferias foram associadas a estigmas que constrangiam o morador desse território a se assumir como pertencente a ele, durante os anos 1990 essa noção começa a se transformar principalmente a partir de movimentos culturais como hip-hop e o sucesso de artistas musicais, que saídos da periferia transmitiam seu cotidiano através da música, de forma crítica ou romântica. Os coletivos artísticos ou grupos de jovens que promoveram o grafitti, o rap, os grupos do pagode, o movimento punk e etc, ajudaram a recriar a noção de periferia como uma região pulsante e agitada. Além da produção cultural no campo musical, Almeida (2011) também destaca que a partir dos anos 2000 começam a despontar escritores, que partindo da periferia, chamam a atenção da grande mídia e colaboram para a ressignificação da periferia enquanto espaço de carências, contribuindo para o desenvolvimento de uma nova noção, que enxerga tal território como dinâmico e culturalmente rico.

Segundo IBGE (2010a) em 2010 o Brasil possuía mais de 11 milhões de pessoas vivendo em 6.329 aglomerados subnormais[1], o que equivalia a 6% da população naquele contexto. De acordo com pesquisa realizada[2] pelos institutos Data Favela e Locomotiva e divulgada pela

[1]Como aglomerados subnormais, o instituto brasileiro de geografia e estatística (ibge) compreende favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros locais de moradia precária.

[2] A pesquisa realizada pelos institutos Data Favela e Locomotiva pretendeu identificar elementos como o perfil social, as expectativas e o perfil econômico dos moradores das favelas brasileiras. O estudo chama atenção para o potencial econômico dessas regiões, fazendo considerações sobre o potencial empreendedor desses territórios.

Agência Brasil em reportagem de Bohen (2020) em janeiro de 2020, o Brasil possuía 13,6 milhões de pessoas morando em favelas, revelando que esses territórios além de movimentarem R$119,8 bilhões por ano, tinham 80% da sua população otimista com a vida financeira. Percebemos que o potencial econômico das favelas favorece para que tal região seja percebida como espaço de investimento, disputando assim com outras noções sobre esse território, que cotidianamente atrelam sua realidade à violência e precariedade.

De acordo com os dados do Censo Escolar de 2018, apontados por QEdu (2020) o Brasil conta com 141.298 escolas públicas, destas, 17.569 ofertam o ensino médio regular em áreas urbanas e apresentam 6.426.171 alunos matriculados nesta etapa da educação básica. O país ainda conta com 2.899.589 alunos matriculados na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em regiões urbanas, ofertado por 18.725 escolas. Assim, podemos deduzir que uma parcela considerável destes matriculados no ensino médio e EJA, das regiões urbanas, tenham uma relação com a escola perpassada por precariedades, violência, preconceitos, mas também por laços de afeto e esperança que circundam suas comunidades.

4. A ESCOLA NA PERSPECTIVA DOS JOVENS PERIFÉRICOS

Ao abordar o tratamento histórico que escolas dispensam aos jovens de origem popular, Arroyo (2019) aponta a moralização que marca a história do processo de ensino, indicando as normas disciplinares, que fazem emergir os recortes de gênero, raça e classe. Corpos historicamente marginalizados e, portanto, reprimidos, ao se revelarem nos espaços e momentos das escolas, como salas de aula e recreio, são percebidos como corpos mais temidos do que compreendidos. Assim, "ver mentes incorpóreas a iluminar e não ver corpos de opressão, de desumanização priva a docência e a educação de dar a centralidade requerida para perceber, reconhecer a desumanização que os corpos levam às escolas" (ARROYO 2019, p, 13).

De acordo com Ramos (2018)[3] na visão dos jovens da periferia, a escola se revela como um espaço que se mantém distante dos problemas da comunidade em que se encontra e demonstra pouco interesse por problemas considerados juvenis. Entre os jovens ouvidos, 50% consideram que a escola está mais ou menos ligada nas questões da atualidade e somente 31,25% consideram que a escola está muito interessada pelos problemas da juventude. Quando a indagação é sobre a relação da escola com a região onde está inserida, a soma dos estudantes

[3] A pesquisa de Ramos foi realizada com jovens de 15 a 20 anos, estudantes do ensino médio de uma escola pública estadual da periferia urbana de Salvador – BA.

que responderam que ela se interessa nada, pouco ou mais ou menos pelo bairro, chega a 78%, enquanto apenas 10% responderam que ela entende muito os problemas da comunidade. Dessa forma, aos olhos dos jovens estudantes periféricos, a escola se mostra como instituição estranha, que não dialoga ou não demonstra interesse suficiente pela sua realidade.

Segundo Machado (2010) a maior parte das instituições escolares ou projetos educacionais são de alheamento em relação ao contexto e à problemática local, reproduzindo quase sempre uma ideia abstrata de indivíduos isolados e alheios a sociedade com necessidades meramente pessoais, legitimando assim a busca pelo sucesso individual sem maiores preocupações com o meio que o cerca. Dessa forma, se compromete a possibilidade de construção de atitudes solidárias, que se preocupem com o bem-estar geral e com a corresponsabilidade.

Pensando a relação das escolas com os estudantes das classes populares, Freire (2011) chama atenção para a necessidade de se levar em consideração a realidade objetiva de tais educandos no processo de construção do conhecimento. Viver nas áreas mais desassistidas da cidade, permite que se perceba na prática cotidiana as contradições que permeiam a sociabilidade, assim, seria de responsabilidade da escola dialogar com tal realidade a fim de problematizar as causas das precárias condições da periferia.

> Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma "intimidade" entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso? "Porque, dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem nada que ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos, transferi-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos". (FREIRE, 2011. P.32)

Em estudo que busca compreender os sentidos que os jovens do Ensino Médio atribuem à escola, Pereira e Lopes (2016)[4] apontam que 97,9% dos participantes responderam que vão à escola porque enxergam nela alguma relação com seus valores sociais, pessoais, familiares ou religiosos. A mesma pesquisa indica que dos jovens que participaram do estudo, 90,9% vão à escola porque gostam de aprender, 97,3% vão porque acham importante para conseguir um

[4] O estudo foi realizado em São Carlos -SP, em 2013. Pesquisou 13 escolas públicas e 6 particulares, aplicando questionário à 861 alunos no último ano do Ensino Médio. Dos respondentes, 78% são das escolas públicas e 22% das escolas particulares. A coleta dos dados se deu em dois momentos; através de questionário estruturado e através de conversa coletiva com cinco estudantes.

trabalho futuramente, 93,8% vão para poder entrar na faculdade, 88,8% vão para alcançar condições de vida que sejam melhores do que a de seus pais e 72% vão para fazer amigos. A pesquisa de Pereira e Lopes (2016) aponta para uma relação entre jovens e escola permeada por laços afetivos, expectativas de crescimento pessoal e perspectivas de futuro, desconstruindo simplificações que identificam na relação dos jovens com a escola uma combinação meramente imposta. A mesma pesquisa indica que somente 15,1% dos jovens responderam que vão à escola por obrigação.

Ao investigar as especificidades da juventude no ensino médio e tentar entender os conflitos que perpassam especialmente a relação dos jovens pobres com a escola, Dayrell (2007) aponta as contradições na tentativa de igualar as categorias de jovem e aluno, demonstrando que o tratamento das duas formas como sinônimas representa um anacronismo por parte da instituição escolar. Ao não reconhecer a qualidade de aluno como construção histórica, cria-se a noção de uma realidade natural e dada, associada à uma condição de menoridade de crianças e jovens, dessa forma, também não se percebe seu íntimo vínculo com uma determinada forma escolar que também é histórica. Assim, não há uma identificação imediata do jovem com a condição de aluno, portanto, o jovem precisa ser transformado em aluno. Tal transformação é perpassada pelos elementos que compõe a condição juvenil, resultando em um conflito entre novas tensões e velhos modelos.

Mesmo com as contradições que impossibilitam uma identificação imediata do jovem com o papel de aluno, segundo Ramos (2018) 80% dos alunos enxergam a escola como uma instituição muito importante para o futuro profissional, 85% reconhecem sua relevância para garantir acesso ao trabalho e 81,25% reconhecem sua importância para a formação pessoal. Assim, os conflitos que permeiam as relações da juventude pobre com a escola, não são suficientes para desconfigurar o papel, atribuído a educação escolar, de redentora e meio para acesso ao trabalho e a um futuro próspero.

A preocupação dos jovens com a educação é destacada por Sposito (2005) que ao analisar os dados levantado pelo Projeto Juventude percebe que a educação é um dos problemas que mais preocupam os jovens. Logo atrás da segurança/violência, emprego/profissional e drogas, a educação foi apontada pelos jovens que participaram do levantamento como um dos problemas que mais lhes afetam. Ainda de acordo com Sposito (2005) em outro momento da pesquisa, ao serem estimulados a indicar livremente os principais assuntos pelos quais se interessam, a educação e o emprego/profissional foram citados como os principais temas de interesse. Ao percebermos que educação e emprego ganham prioridade diante de temas como lazer, sexualidade, drogas e esporte, acreditamos que

não se justifica a visão midiática e comum que muitas vezes associa a juventude a um estágio da vida marcado pelo hedonismo ou pela busca de prazeres.

Em pesquisa que busca compreender como os jovens percebem a contribuição da escola para a realização de seus projetos de vida, Leão, Dayrell e Reis (2011) apontam para a forma insuficiente com que a escola é percebida pelos alunos do ensino médio. Embora os jovens reconheçam o empenho de alguns professores e gestores, no geral, as queixas contra o corpo docente e contra o currículo revelam uma escola que se demonstra alheia à realidade e anseios dos estudantes, como já apontado por Pereira e Lopes (2016) e Ramos (2018). Ainda de acordo com Leão, Dayrell e Reis (2011), os projetos de vida elaborados pelos estudantes variam de acordo com a realidade concreta de cada um. A forma como idealizam seu futuro está ligada à sua condição de vida, portanto, a intenção de ingressar na universidade imediatamente após a conclusão do ensino médio, a necessidade de fazer um curso de preparação para entrada na universidade, a visão genérica de continuar estudando através de um curso mas sem especificar maiores detalhes ou a priorização da conquista de um emprego para depois pensar na continuação dos estudos são perspectivas que revelam as nuances da condição juvenil.

Segundo Mészáros (2008), a possibilidade de transformação que a educação nos apresenta dentro do sistema capitalista está condicionada pelos limites naturais do próprio sistema capitalista, ou seja, mudanças são tangíveis apenas na franja e nas beiradas da dinâmica do capital. As alterações possíveis através da educação estão no campo daquilo considerado como distorções ou falhas que eventualmente ou constantemente emergem no seio da sociedade, mas que de modo algum compromete a base econômica - nas relações políticas, econômicas e culturais. Assim, qualquer projeto de transformação que proponha uma revisão profunda nos pressupostos do modo de produção capitalista está fora do alcance da educação, que por existir como parte do sistema, fica impossibilitada de assumir formas radicalmente transgressoras que ataquem o que há de mais fundamental para o funcionamento do próprio sistema. Enfim, a educação existe como espaço de luta onde projetos alternativos podem se confrontar com o modelo atual, mas tais possibilidades encontram limites bem delineados.

Se uma mudança radical da sociabilidade somente através da educação se mostra improvável, percebemos que as esperanças depositadas nela ainda estimulam jovens e suas famílias a investirem em sua formação e a enxergarem na escola o caminho para um futuro melhor. Dessa forma, Leão, Dayrell e Reis (2011) destacam que para muitos jovens, a entrada na universidade – que tem a educação básica como fase anterior obrigatória - é vista como o caminho para se conquistar uma boa profissão que lhe permita estabilidade. A forma como este objetivo é formulado, segundo os pesquisadores, denota mais um sonho do que uma meta a ser

alcançada. Ainda de acordo com os autores citados, grande parte dos estudantes que almejam a estabilidade empregatícia através dos estudos, esperam com isso poder ajudar suas famílias, principalmente suas mães.

As esperanças depositadas na educação como meio de mobilidade individual, portanto, caminho para conquista da estabilidade econômica e profissional, revelam a inculcação do que Frigotto (2010) definiu como a ideia de capital humano;

> Ou seja, a ideia de capital humano é uma 'quantidade' ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimento, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Desta suposição deriva-se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual (FRIGOTTO, 2010.p 44).

A concepção da educação como meio de ascensão social vai se consolidando ao longo do século XX, onde o trabalho se normatiza enquanto mercadoria e portanto, a educação se mostra caminho para galgar melhores posições no mercado de trabalho, pois ela passa a ser enxergada como meio de valorização da força de trabalho. Assim, "vai-se à escola para ter um emprego mais tarde, e quanto mais tempo se tiver ido à escola, maiores serão as chances de ter um 'bom emprego'" (CHARLOT, 2008, p.84).

De acordo com Silva (1999), o discurso educacional crítico, ao assumir determinadas posturas, se equipara ao discurso educacional do novo capitalismo, pois ao postular princípios que coincidem com a retórica da literatura empresarial, como a necessidade de flexibilidade, do espírito crítico e da capacidade de inovação, permite ênfase em meios que são centrais aos novos processos de trabalho. Segundo Frigotto (2006), ao analisar o conceito de capital humano - princípio que também é contemporâneo das novas formas de organização do sistema econômico – explica que a meritocracia é reforçada dentro do processo escolar no contexto das reformulações das relações de trabalho.

> Assim como no mundo da produção todos os homens são "livres" para ascenderem socialmente, e esta ascensão depende única e exclusivamente do esforço, da capacidade, da iniciativa, da administração racional dos seus recursos, no mundo escolar a não-aprendizagem, a evasão, a repetência são problemas individuais. [...] (FRIGOTTO, 2006, p.67)

De acordo Freitas, Batista e Melo (2016) pelo menos 82% dos alunos de regiões de vulnerabilidade social acreditam que a escola se preocupa com seu futuro e 80% afirmam que não mudariam de escola, demonstrando um razoável grau de satisfação dos jovens com suas instituições de ensino. A mesma pesquisa ainda aponta que "os colegas" é a opção mais mencionada pelos alunos - com 22,7% das respostas - quando perguntados sobre o que mais

gostam na escola. Atrás da convivência com os colegas, os professores e as aulas, respectivamente, são lembrados como aquilo que os estudantes mais gostam no espaço escolar. As relações de amizade e a boa convivência com professores podem influir na avaliação que os jovens fazem da sua escola, justificando, portanto, a indicação de que não mudariam de instituição.

Percebemos que na perspectiva dos jovens moradores da periferia, a escola assume a qualidade de local para socialização ao mesmo tempo que representa o caminho para inserção no trabalho. Em comunidades onde o acesso a ambientes de convivência e lazer são restritos, a escola, por ser o local de encontro dos jovens que convivem na mesma região, acaba por assumir essa função de espaço recreativo. A competitividade do mercado de trabalho e a necessidade de acesso à renda, num contexto histórico em que a educação é apontada como redentora e meio para ascensão, faz da escola, na visão dos jovens, além de um lugar de convivência, também um espaço de esperança.

5. METODOLOGIA E SUJEITOS DA PESQUISA

Nossa escolha metodológica parte de Alves (1991), quando compreendemos que não existem "boas" ou "más" metodologias, mas que algumas são mais adequadas do que outras para tratar de determinados problemas. A escolha pela abordagem qualitativa não determina uma oposição ao método quantitativo; a opção pelo qualitativo sugere destaque e não exclusividade.

Sobre a abordagem qualitativa, Esteban (2010) define que os estudos qualitativos têm como característica a atenção ao contexto e o caráter interpretativo dos acontecimentos e fenômenos inerentes ao objeto de estudo. Além das características tradicionalmente atribuídas à pesquisa qualitativa, Esteban (2010) chama atenção para uma nova perspectiva que se volta para o pesquisador, a pesquisa reflexiva. A pesquisa reflexiva busca dar foco a pessoa que pesquisa, reconhecendo as premissas teóricas e pessoais que marcam o pesquisador. Assim, buscamos durante os contatos com os jovens estudados, no decorrer das pesquisas de campo, sempre assumir as posições teóricas e pessoais que formam nossa visão de mundo, contudo, tendo o devido rigor e precaução para não criar nenhum tipo de influência nas respostas dos sujeitos estudados

A escolha do estudo de caso como estratégia metodológica segue algumas das orientações apontadas por Yin (2001), quando o autor aponta que a primeira condição para escolher qual estratégia de pesquisa é a mais adequada é identificar o tipo de questão que

alicerça o problema. Questões do tipo "o que", "quem", "por que" "quantos", "onde" "quanto" e "como", exigem cada uma sua estratégia de pesquisa, podendo mais de uma servir como base para a mesma metodologia.

As condições adversas impostas pela pandemia do Coronavírus tem exigido formas flexíveis para a coleta de dados. Os questionários aplicados e as entrevistas semiestruturada foram realizados à distância, utilizando-se do aplicativo de conversas *WhatsApp*. Quatro estudantes do ensino médio noturno e matutino da Escola Estadual Professora Lourdes Bernadete da Silva, com idade entre 17 e 19 anos, participaram da pesquisa.

Entre os sujeitos que participaram da pesquisa, respondendo ao questionário sobre dados familiares e pessoais e à entrevista semiestruturada, há alguns elementos que os aproximam. Além de todos serem moradores do mesmo bairro, estudantes da mesma escola e não estarem empregados, percebemos que todos são solteiros, não tem filhos, são de famílias que tem rendimentos de um a dois salários mínimos mensais e com a escolaridade dos pais variando entre o ensino fundamental incompleto e o ensino médio completo. Todos os nossos sujeitos tem pelo menos um irmão, são cristãos evangélicos, moram com suas mães e tem seus responsáveis legais (pai, mãe ou padrasto) como provedores do seu sustento. Embora todos estejam desempregados no momento da pesquisa, dos quatro participantes, três tem experiência prática com o mundo do trabalho.

Rosa é uma jovem de 18 anos, negra, moradora do Jardim Teresópolis há 2 anos e estudante do Lourdes Bernadete[5] há 5 anos, onde ingressou pela primeira vez em 2013. A jovem é estudante do horário noturno, está terminando o ensino médio e é filha de pais separados, sendo a primogênita de 4 filhos. Rosa mora com a mãe e o padrasto; a mãe de Rosa é dona de casa e seu padrasto é loneiro[6], a renda da família é de até dois salários mínimos.

João é um jovem de 17 anos, negro, morador do Jardim Teresópolis há 13 anos e ingressou no Lourdes Bernadete em 2015, no 6° ano. O jovem está na 3ª série do ensino médio no turno da manhã, vive com os pais e é o mais velho de dois irmãos. Os principais responsáveis pelo sustento da família de João são seu pai e sua mãe; sua mãe é empregada doméstica e seu

---

[5] Deste ponto até o final do subcapítulo, iremos nos referir à escola de nossa pesquisa apenas como Lourdes Bernadete. Percebemos que o nome completo da escola, Professora Lourdes Bernadete da Silva, quase nunca é utilizado. Entre os jovens de nossa pesquisa, funcionários da escola e a comunidade do bairro em geral, o nome da escola é sempre abreviado como "Lourdes" ou resumido em "Lourdes Bernadete".

[6] Denomina-se "loneiro" o profissional **que trabalha com lonas, seja vendendo, reformando ou fabricando esse material, muito utilizado por caminhoneiros e diversos outros profissionais para proteger as cargas.**

pai é manobrista em uma grande empresa de transporte e armazenagem de veículos que atua principalmente junto à FIAT em Betim-MG. A renda da família é de até dois salários mínimos.

Matheus tem 17 anos, se define como pardo, é morador do Jardim Teresópolis desde que nasceu e estuda no Lourdes Bernadete desde que iniciou a vida escolar, em 2009. Atualmente o jovem está na 3ª série do ensino médio noturno. Matheus vive com sua mãe, tem um irmão e é o filho mais velho pela parte materna; pela parte paterna tem mais dois irmãos, sendo o filho do meio. Matheus mora com a mãe e o padrasto, habitando uma casa alugada, onde os principais responsáveis pelo sustento da família são o padrasto, que é pedreiro e a mãe, que trabalha em uma lanchonete. A renda média da família é de até dois salários mínimos.

Guilherme é um jovem de 18 anos, morador do Jardim Teresópolis e estudante da 3ª série do ensino médio no Lourdes Bernadete no horário noturno, onde ingressou em 2018. Não temos mais informações biográficas sobre Guilherme pois o jovem preferiu não responder o questionário sobre dados pessoais e familiares. Guilherme apontou que o questionário era demasiado pessoal e optou por realizar apenas a entrevista semiestruturada.

Aos jovens foram enviados um questionário com 30 perguntas e um conjunto de 20 questões que abordam os temas "escola" e "trabalho". Por respeito à contribuição dos participantes e com o intuito de manter o sigilo de suas identidades, definimos nomes fictícios pelos quais nomearemos nossos sujeitos.

6. A ESCOLA NA PERSPECTIVA DA JUVENTUDE DO JARDIM TERESÓPOLIS EM BETIM-MG.

A Escola Estadual Professora Lourdes Bernadete da Silva é uma das principais escolas da região do bairro Jardim Teresópolis em Betim. O colégio atende mais de mil alunos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno.

De acordo com IBGE (2010b) o município de Betim tinha 70 aglomerados subnormais, habitados por 43.713 pessoas distribuídas em 13.045 domicílios. A maior parte da população betinense residente em aglomerados se encontra na região do Jardim Teresópolis, sendo este um dos maiores aglomerados de Minas Gerais.

A aproximação com os jovens entrevistados foi mediada por uma professora da escola Professora Lourdes Bernadete da Silva, que se prontificou a indicar alguns alunos do turno da noite, posteriormente indicando também um estudante do turno da manhã. Devido à

excepcionalidade da pandemia e por atenção aos protocolos de segurança e distanciamento, toda a coleta de dados junto aos jovens foi feita através do aplicativo de conversas *WhatsApp*.

Sobre a importância que os jovens atribuem à escola, percebemos ambiguidades similares às que demonstramos anteriormente nos estudos de Ramos (2018), Pereira e Lopes (2016) e os conflitos apontados por Dayrell (2007).

Ao ser questionada sobre a importância da escola, Rosa traz uma concepção que atribuí à instituição seu papel clássico de detentora e reprodutora de saberes e também formadora para a vida, reconhecendo sua importância na socialização dos indivíduos. "Bom, a escola é a primeira passagem da vida né?! Acho que a escola é essencial pra qualquer pessoa. Além de conteúdos educativos, acabamos aprendendo também a conviver com as pessoas e como tratá-las".

A visão de João se aproxima da de Rosa no que tange à importância da escola; "em minha opinião, a escola é uma instituição que tem a função de inserir as crianças e os jovens na sociedade, ajudando eles a ter o conhecimento e educação necessários para convivência social". Ainda a respeito da relevância da escola, Matheus afirma: "super importante, é um lugar que você vai ter muito conhecimento, vai ter um ensino médio completo isso já é importante no currículo e sem falar que na escola você tem um convívio social que é bastante importante". Assim, a escola é associada a dimensões que vão além dos conteúdos curriculares, realçando a convivência como valiosa.

Como já demonstrado nos estudos de Freitas, Batista e Melo (2016) a dimensão socializante é vista como parte fundamental da escola. Na intenção de escaparmos de reducionismos que atribuem à escola papéis pré-determinados, nos inclinamos à compreensão de Laval (2019), em que a escola, por unir todas as dimensões humanas - mesmo que seja especializada na transmissão de conhecimentos - é por excelência o espaço do complexo.

Caberia, em outras investigações, interrogar se a forma positiva com que os jovens percebem a dimensão socializante na escola - o que inclusive fica evidenciado como um dos elementos que os fazem se interessar pelo espaço escolar - é um fenômeno surgido do prazer em conviver com iguais e das possibilidades que tal experiência proporciona, ou se essa percepção estaria ligada às novas atribuições que a escola assume em um contexto que o mercado ganha cada vez mais influência sobre as políticas públicas, em especial sobre a educação. Como nos lembra Laval (2019)

> A partir do momento que a "competência profissional" não se resume aos conhecimentos escolares, mas depende de "valores comportamentais" e "capacidade de ação", a escola é obrigada a adaptar os alunos aos comportamentos profissionais que serão exigidos mais tarde. (LAVAL, 2019, p. 81).

Como já apontamos, o quadro de reestruturação do capital a partir dos anos 1970 compreendido como acumulação flexível (Harvey, 2016), toyotista (Antunes, 2009) ou pós-taylorista (Laval, 2019) implica em uma remodelação que não se restringe ao âmbito produtivo. A escola sofre influência das novas tensões advindas do mundo do trabalho e busca coerência com as novas demandas. Segundo Silva (1999), características como flexibilidade, espírito crítico, adaptabilidade a mudanças e capacidade de cooperação são elementos essenciais para o funcionamento da economia neoliberal. Assim, o convívio social que a escola proporciona e que é percebido pelos jovens da pesquisa como uma das qualidades do ambiente escolar, vai ao encontro de demandas da economia de mercado, que na sua forma neoliberal, exige cada vez mais trabalhadores que tenham competências afetivas, que saibam se socializar, se relacionar e que estejam preparados para um mercado de trabalho cada vez mais flexível, dinâmico, ou em outras palavras, precarizado.

O âmbito conflituoso e violento da escola também é apontado por Rosa. Além de lembrar que as brigas são um dos piores momentos, ao expor sua impressão sobre a escola em que estuda, a jovem pontua que "Eu estudo no turno noturno e, sinceramente, é horrível. Os professores são ótimos, mas a maioria dos alunos não levam a sério e atrapalham quem quer estudar de verdade". A questão do desinteresse de alguns estudantes aparece como empecilho ao aprendizado, expressando o antagonismo entre alunos que desejam estudar e alunos que não desejam. Freire (2011) nos aponta que as distorções da liberdade podem levar à licenciosidade, o que pode culminar na impossibilidade da atividade docente. Ao tentar compreender os mesmos conflitos, Charlot (2008) a partir de uma interpretação da alienação em Marx, atribuí a origem dos atritos que impedem o processo de ensino e aprendizagem à falta de sentido que os alunos conferem ao que se passa na escola.

Ao buscar entender a causa dos conflitos dos jovens com a escola, Dayrell (2007) pontua que a ação por parte da instituição em igualar de forma automática as categorias de aluno e jovem colabora para o surgimento de atritos. A condição de aluno implica em uma série de normas e condutas que precisam ser internalizadas, que exigem tempo e inculcação, sendo uma construção história e não uma condição natural. Assim, o jovem não se identifica imediatamente com a condição de aluno, precisando ser transformado em aluno. Tal transformação é atravessada pelos elementos que compõe a condição juvenil, podendo em muitos casos resultar em contendas ou tumultos, que atrapalham a dinâmica esperada por professores ou alguns alunos, como apontado por Rosa.

Ao expor suas impressões sobre a escola, Matheus a definiu como "ótima, o estudo é bom principalmente no turno da manhã, tem grandes momentos divertidos entre nós alunos as

vezes os professores brincam com a gente é isso era ótimo pra quebrar o gelo. E sobre a direção lá é muito responsável". Matheus e Rosa estudam no período noturno e ao comparar a fala dos dois, mesmo não tendo sido questionados sobre qual horário considerariam melhor para estudar, fica evidente a comparação do horário matutino com o noturno e uma crítica ao último. Nos chama atenção também o cuidado de exaltar o papel do professor e a enfatização das estratégias utilizada pelos docentes para tornar o clima da sala mais aprazível.

Tanto Guilherme como João também demonstraram um olhar positivo sobre a escola em que estudam, se limitando a destacá-la como "boa" e "ótima" e se referindo à relação entre alunos e professores também como ótima. A respeito destas relações, Matheus às destacou como "ótima, a maioria dos professores são bem pacientes e tenta ter uma boa relação com nós alunos". Segundo Rosa, por parte dos professores, há "uma ótima relação com a grande maioria dos alunos. Todos os professores são muito educados e simpáticos. Gosto de todos eles". O destaque aos professores pode revelar um dos motivos que levaram os jovens à uma avaliação elogiosa da escola.

Segundo as reflexões de Paro (2001), comparando o trabalho no sistema capitalista com o processo educativo, o desenvolvimento de circunstâncias que motivem os alunos é ensejo essencial para o desenvolvimento das condições da produção educativa

> Em outras palavras, diferentemente da produção material em geral, em que o produto pode ser realizado com base exclusiva em motivações extrínsecas, isso não se dá com a educação porque esta supõe a motivação intrínseca como um de seus componentes. Além disso, se, na produção material, motivações extrínsecas violadoras da condição de sujeito do produtor (autoritarismo, ameaças, punições) podem não comprometer a qualidade do produto, na produção educativa isso é inimaginável. Um trabalhador na indústria, por exemplo, pode não ter nenhum interesse no produto que realiza e, mesmo assim, por sua condição de submissão ao capital e pela necessidade do salário para sobreviver, ser compelido (de forma autoritária e sob coerção) a produzir bens cuja qualidade é controlada pela gerência. Obviamente, sua falta de motivação e seu descontentamento podem levá-lo a certa ineficiência, desperdiçando tempo ou recursos – e, sabendo disso, a própria gerência moderna procura métodos menos autoritários (ou mais aliciadores) para motivá-lo. Mas o alcance da qualidade do produto é sempre possível e sempre detectável pelo exame de suas propriedades. Diferentemente disso, no caso da produção educativa, não apenas a motivação intrínseca deve estar necessariamente presente – porque, pelas características do produto educativo que vimos analisando, o querer aprender compõe o próprio produto que se deseja plasmar -, mas também a natureza de possíveis motivações extrínsecas não é indiferente à qualidade do produto. (PARO, 2001, p. 44-45).

Entre as ações que motivam os jovens participantes da pesquisa a se interessarem pela escola, os momentos lúdicos, especialmente ligados a atividades fora da sala, foram ressaltados. Ao serem pedidos para que apontassem algumas experiências boas que já vivenciaram na escola, Rosa e Guilherme lembraram das gincanas. Segundo Rosa "as gincanas são ótimas e bastante divertidas", enquanto Guilherme frisou que a "gincana é algo que a escola faz e deixa

a maioria dos alunos animados, já que fugimos da rotina escolar para 'brincar'". Nos chama atenção que as gincanas foram citadas espontaneamente, como um momento que proporciona diversão e brincadeiras, permitindo escapar de uma rotina que parece enfadonha.

O fato de os bons momentos da escola estarem ligados a atividades recreativas, que permitem fugir do rigor conteudista das salas, foi lembrado no estudo de Freitas, Batista e Mello (2016) quando apontado que o papel socializante da escola é lembrado como um dos elementos que demonstram a satisfação dos jovens com o ambiente escolar. Lembramos que o estudo citado indicou que o relacionamento com os colegas foi a opção mais lembrada quando os jovens foram perguntados sobre o que mais gostam na escola, logo em seguida foi citado o relacionamento com os professores.

Ao apontar algumas experiências boas que vivenciou na escola, Matheus nos indica que "são as turmas, fiz grandes amigos sempre tive boas relações com a maioria tanto que quando encontro eles a gente sempre lembra o passado. Curtia muito as gincanas nos finais do ano, os campeonatos de futsal entre as salas, as aulas de debate, curtia muito". A fala de Matheus revela que a escola mantém uma regularidade na realização das gincanas, o que se mostrou positivo diante dos apontamentos afetuosos dos alunos sobre esse evento. Além de exaltar as atividades que envolvem ações dinâmicas fora da sala, como as gincanas e campeonatos de futsal, a fala de Matheus revela uma característica pessoal, de quem é frequentador do mesmo espaço há muito tempo.

Matheus nos alertou no início da entrevista que sempre estudou na mesma escola, onde ingressou há quase 11 anos. Indicando as boas experiências vivenciadas no ambiente escolar, o jovem destacou as amizades construídas nesse espaço e as conversas sobre o passado que surgem quando esse círculo se encontra. Percebemos que as recordações dos bons momentos são compartilhadas por amigos de Matheus, certamente não pela mesma perspectiva, mas demonstrando que os anos na escola servem para construir laços que se mantém por longos períodos, tendo nas experiências compartilhadas um ponto de convergência. O estudo de Pereira e Lopes (2016) apontou que 72% dos jovens vão à escola para fazer amigos, demonstrando que para além das expectativas de futuro e crescimento pessoal, o espaço escolar é associado à construção de laços afetivos.

Ainda sobre as boas experiências vivenciadas na escola, Matheus destacou as aulas em que ocorriam debates e João apontou "os momentos com meus colegas, trabalhos que já apresentei e etc". Cabe aqui observar que embora os momentos fora da sala sejam os mais lembrados, quando os momentos dentro da sala são indicados, se revela uma postura ativa dos jovens, distanciando-se da posição de ouvintes passivos. É revelador que quando as boas

experiências vivenciadas na escola são remetidas ao espaço interno das salas de aula, se traduzam em momentos que o jovem está participando de debates ou apresentando trabalhos. Dessa forma, as exigências que culminam na obrigatoriedade de uma postura receptora, onde o jovem se porta como aluno ouvinte, não parecem resultar em uma experiência aprazível.

Não faz parte do esforço de nossa pesquisa, buscar compreender quais os objetivos da coordenação escolar ao promover atividades que colocam os jovens fora da sala e proporcionam situações de interação e diversão. Portanto, não afirmamos que tais ações sejam estratégias para motivar os jovens a se envolverem ou se sentirem mais acolhidos dentro da escola. Fato é que, momentos recreativos, de competição, que possibilitam brincadeiras, que priorizam o espaço extra-sala ou que permitem ao jovem uma posição ativa dentro de sala, foram os mais lembrados quando os sujeitos da pesquisa foram questionados sobre as experiências boas que vivenciaram na escola.

Buscamos levantar informações sobre as relações entre a escola e o bairro em que está inserida. Ao serem questionados sobre como percebem o papel da escola na sua comunidade, os jovens foram unânimes em considerar que a escola se envolve com os problemas do bairro. Assim, sobre a percepção dos jovens sobre o envolvimento de sua escola com a comunidade, chegamos a uma conclusão diferente da apontada por Ramos (2018).

De acordo Ramos (2018), na visão dos jovens da periferia, a escola se revela como um espaço que se mantém distante dos problemas da comunidade em que se encontra e demonstra pouco interesse por problemas considerados juvenis. Neste estudo, metade dos jovens entrevistados alegaram que a escola está mais ou menos ligada nas questões da atualidade, enquanto apenas 10% dos participantes alegaram que a escola entende muito os problemas da comunidade. Tais dados são coerentes com as observações de Machado (2010), quando aponta que a maior parte das instituições escolares são alheias às problemáticas sociais da região onde estão inseridas.

Ao contrário do que indicam os dados de Ramos (2018) e as reflexões de Machado (2010) sobre a indiferença das escolas com suas respectivas regiões e a negligência com os problemas da comunidade, percebemos, a partir de nossas entrevistas, uma perspectiva diferente. Todos os nossos entrevistados consideraram que a escola se envolve com os problemas do bairro.

Segundo Rosa, “Como é uma das únicas escolas no bairro, o Lourdes tem um papel essencial na comunidade. Sim, temos uma matéria especial na escola chamada Diversidade, ela envolve problemas sociais e fazemos vários debates.” Diante a mesma questão, Matheus explicou “as vezes recebíamos palestras, falando sobre à vida, educação sexual, quando estudei

à noite nós tínhamos aula de diversidade que falava sobre relação do dia à dia, geralmente tínhamos bastantes conselhos dos professores, sempre me sentir bem lá". Dessa forma, temos alguns elementos que nos dão algumas pistas de como os jovens percebem a relação escola-comunidade.

As atividades que a escola promove com o intuito de debater "problemas sociais" ou exposições "sobre a vida", sobre educação sexual, sobre a "diversidade" e "relações do dia a dia" são assimiladas como formas da escola se envolver com os problemas da comunidade. Embora todos os jovens concordem que a escola se envolve com os problemas do bairro, ao serem perguntados sobre como descreveriam o papel da escola na preparação dos jovens para o trabalho, Guilherme afirmou: "Miserável. A escola não se preocupa em nos ensinar sobre o mercado de trabalho e nem sobre educação financeira". Rosa e João ao serem questionados se conversam com professores sobre trabalho e emprego, afirmaram "não muito".

Como aponta os dados de IBGE (2020) e IBGE (2019), o desemprego é um dos principais problemas sociais hoje e afeta principalmente os jovens de 18 a 24 anos. Dessa forma, nos chama atenção que ao mesmo tempo os jovens reconheçam que a escola se envolve com os problemas da comunidade, inclusive afirmando que ela aborda problemas sociais, mas também reconheçam que a mesma escola não se preocupa em abordar o tema do trabalho e emprego, ou que esses assuntos apareçam pouco nas conversas com professores.

Segundo Corrochano (2014), o desemprego para a juventude sofre influências da classe social, da cor/raça, do sexo, dos níveis de escolaridade e das regiões de moradia, podendo-se definir o desemprego juvenil como plural. Se concluirmos que os jovens mais afetados pelo desemprego e os que mais reservam expectativas quanto sua entrada no mercado de trabalho, são aqueles que, pelos recortes indicados, correspondem aos grupos mais estigmatizados, como; moradores da periferia, negros, pobres e mulheres, identificaremos uma similaridade com o perfil dos nossos sujeitos.

Mesmo sem adentrar nas especificidades abordadas quando os jovens participam das ações promovidas pela escola para debater "problemas sociais", fica claro que um dos principais problemas que aflige a juventude - o problema estrutural do desemprego dos jovens que é agravado em uma conjuntura de recessão e crise econômica – não parece fazer parte das prioridades abordadas pela escola. Assim, embora os jovens acreditem que a escola se preocupa com os problemas do bairro, falta por parte da escola aquilo que Freire (2011) chama atenção ao pensar a relação das escolas com os estudantes das classes populares; a necessidade de se levar em consideração a realidade objetiva de tais educandos no processo de construção do conhecimento.

Enfim, ao relembrarmos as características dos sujeitos de nossa pesquisa - jovens entre 17 e 18 anos, moradores da periferia, negros, que não trabalham e pertencem a famílias de baixa renda – acreditamos ser urgente que os debates sobre problemas sociais que acertadamente a escola já realiza, sejam reorientados para abarcar de forma mais densa e abrangente um dos principais problemas que afetam a juventude periférica hoje, a saber, a necessidade de trabalhar e a contradição do desemprego.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In. ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro P. Martoni (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

ALMEIDA, Renato Souza de. **Cultura de periferia na periferia**. Le Monde Diplomatique Brasil, Brasil, n. 49, ago. 2011. Disponível em <https://diplomatique.org.br/cultura-de-periferia-na-periferia/>. Acessado em 09 de ago. de 2020.

ANTUNES, Ricardo. ***Os sentidos do trabalho***: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009

ARROYO, Miguel. Vidas ameaçadas: exigências-respostas éticas da educação e da docência. Petrópolis: Vozes, 2019

_____. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

BOHEN, Camila. **Moradores de favelas movimentam R$119,8 bilhões por ano**. Agência Brasil. São Paulo, 27 de janeiro de 2020. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-01/moradores-de-favelas-movimentam-r-1198-bilhoes-por-ano>. Acessado em 09 de ago. de 2020

CHARLOT, Bernard. Educação, trabalho: problemáticas contemporâneas que convergem. In. NOZAKI Izumi (Org.). **Educação e trabalho: trabalhar, aprender, saber**. Cuiabá: Editora da UFMT, 2008. p. 77-92.

CORROCHANO, Maria Carla. Jovens no ensino médio: qual o lugar do trabalho? In. DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Org.). **Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. cap. 3, p. 205-228.

DAYRELL, Juarez. **A escola "faz" as juventudes? reflexões em torno da socialização juvenil**. Educação & Sociedade., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100.pdf>. Acesso em 23 de ago. de 2020.

DAYRELL, Juarez; CARRANO Paulo. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. In. DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Org.). **Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. cap. 2, p. 101-135.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, Pâmela Félix; BATISTA, Antônio Augusto Gomes; MELLO, Hivy Damasio Araújo. **Juventude(s) e ensino médio: relação dos estudantes com a escola e com o saber em territórios de vulnerabilidade social**. Cadernos Cenpec, São Paulo, v6, n.2, p. 80-105, jul./dez. 2016. Disponível em <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/371>. Acesso em 09 de set. de 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **A produtividade da escola improdutiva**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 26ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

_____. **O direito à cidade**. Blog da Boitempo, 2013. Disponível em< https://blogdaboitempo.com.br/2013/11/22/o-direito-a-cidade/>. Acessado em 01 de ago. de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Segundo Trimestre de 2020,** 2020. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_2tri.pdf> Acessado em 13 de set. de 2020.

_____. PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 11,8% e taxa de subutilização é de 24,6% no trimestre encerrado em julho de 2019, 2019. Disponível em < https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de noticias/releases/25315-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-11-8-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-24-6-no-trimestre-encerrado-em-julho-de-2019 >. Acessado em 30 de out. de 2019.

_____. CENSO 2010: 11,4 MILHÕES DE BRASILEIROS (6,0%) VIVEM EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS, 2010A. DISPONÍVEL EM <https://censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso.html?view=noticia&id=3&idnoticia=2057&busca=1&t=censo-2010-11-4-milhoes-brasileiros-6-0-vivem-aglomerados-subnormais>. Acessado em 09 de ago. de 2020.

_____. **Censo Demográfico: aglomerados subnormais - informações territoriais**, 2010b. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agsn_if.pdf>. Acessado em 12 de jan. de 2021.

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. **Juventude, projetos de vida e ensino médio.** Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, out-dez. 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v32n117/v32n117a10.pdf>. Acesso em 29 de ago. de 2020.

MACHADO, Lucília. Ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 80-95.

MÉSZÁROS, Itsván. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

QEDU. **Matrículas e infraestrutura 2020**. Disponível em <https://www.qedu.org.br/estado/113-minas-gerais/censo-escolar?year=2018&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=> Acesso em 15 de ago. de 2020.

PARO, Vitor Henrique. **Reprovação escolar: renúncia à educação**. São Paulo: Xamã, 2001

PEREIRA, Beatriz Prado; LOPES, Roseli Esquerdo. **Por que ir à escola? Os sentidos atribuídos pelos jovens do ensino médio**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 193-216, jan./mar. 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v41n1/2175-6236-edreal-41-01-00193.pdf>. Acesso em 27 de ago. de 2020.

RAMOS, Renata Fornelos d'Azevedo. **Juventude da periferia: do estigma ao modo de vida**. Curitiba: Appris, 2018.

ROLNIK, Raquel. **Espaços em transformação**. [Entrevista concedida a] Mariana Sgarioni e Rafael Tonon. Revista Continuum – Itaú Cultural, n. 26, p. 34-35, jun. 2010

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Educação, trabalho e currículo na era do pós-trabalho e da pós-política. In: FERRETI, João Celso; JUNIOR, João dos Reis Silva; OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales (Orgs). **Trabalho, Formação e Currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999. p. 75-84

SPOSITO, Marilia Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre a relação entre juventude e escola no Brasil. In. ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro P. Martoni (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 129-148.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2ª Ed. Porto Alegre, Bookman, 2001.

CAPÍTULO LIV

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO CONTEXTO DE PANDEMIA: A CONDIÇÃO DOS ESTUDANTES PARA AS ATIVIDADES REMOTAS EMERGENCIAIS

Júlio Saulo Silva
Juliana Ferreira de Melo

RESUMO

Com o intuito de contribuir com os estudos acerca do impacto da pandemia de Covid-19 sobre a EJA, este trabalho procura identificar, descrever e analisar as condições de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) do público dos Projetos de Educação Básica de Jovens e Adultos desenvolvidos no Centro Pedagógico, localizado na Universidade Federal de Minas Gerais em Belo Horizonte. Essa investigação será realizada através da análise de questionários elaborados pela Coordenação dos Projetos e aplicados aos estudantes entre os meses de julho e agosto de 2020, visando subsidiar o planejamento das Atividades Remotas Emergenciais. A partir da compreensão do cenário peculiar em que a EJA se insere no contexto da pandemia devido às especificidades dos sujeitos que a compõem, a identificação das condições práticas de execução das atividades remotas por parte desse público e de seus resultados nesse período se faz necessária para averiguar de que maneira o cenário pandêmico pode ou não ter contribuído para criar ou reforçar os mecanismos de exclusão social aos quais os educandos da EJA já são historicamente submetidos.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia do novo Coronavírus que teve início nos primeiros meses de 2020 trouxe consequências severas para todo o mundo. Tendo registrado seu primeiro caso em fevereiro deste mesmo ano, o Brasil foi forçado a paralisar diversas atividades econômicas não essenciais e a adaptar o funcionamento de diferentes setores ao contexto do isolamento social a fim de frear a contaminação e diminuir seu impacto – previsto – sobre o sistema de saúde. Embora as ações de combate à pandemia tenham acontecido de maneira desordenada entre agentes federativos e tenham sido ativamente sabotadas pelo governo federal, a suspensão das atividades escolares foi uma das primeiras medidas a serem instituídas na maioria dos estados e municípios brasileiros, seguida de uma tentativa gradual e difusa de adaptação do ensino ao contexto remoto.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se insere nessa conjuntura de modo peculiar, tendo em vista suas particularidades em relação ao ensino "regular". No que se refere à

paralisação das atividades e à posterior tentativa de adaptação ao contexto remoto, a EJA teve que lidar com as limitações das políticas públicas voltadas para os sujeitos que participam desta modalidade de ensino e com os desafios específicos do público que atende no que tange às suas condições socioeconômicas e, por conseguinte, às suas possibilidades de acesso às tecnologias necessárias ao ensino remoto. Nesse sentido, vale destacar que tais condições se desdobram em desigualdades sociais e educacionais – vulnerabilidades significativamente aprofundadas pelo contexto da pandemia.

A partir do entendimento de que a EJA é composta majoritariamente por indivíduos oriundos das camadas populares, verifica-se que o desafio de sua adaptação ao ensino remoto possa ser acentuado, uma vez que esses indivíduos têm piores condições de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)[1] em comparação com aqueles pertencentes às classes mais favorecidas de nossa sociedade. De acordo com a pesquisa TIC Domicílios (2019), apenas 44% dos domicílios das classes C e 14% dos domicílios das classes D e E possuem um computador disponível para uso, enquanto que, nas classes A e B, essa taxa é de 95% e 85%. Já em relação ao acesso à internet, a taxa é de 80% na classe C e de 50% nas classes D e E; de 99% e 95% nas classes A e B, respectivamente.

Trabalhos recentes realizados em diferentes regiões do país (JÚNIOR *et al.*, 2020 e LIMA *et al.*, 2020) evidenciam as lacunas existentes nesse processo de adaptação do ensino ao modelo remoto e a importância da consideração das especificidades dos educandos da EJA para uma proposta efetiva que não aprofunde desigualdades e marginalizações. Em consonância com essas pesquisas, o presente trabalho procura identificar, descrever e analisar as condições de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) do público dos Projetos de Educação Básica de Jovens e Adultos desenvolvidos no Centro Pedagógico, localizado na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Por meio desta análise e da averiguação do desempenho dos estudantes nos anos letivos de 2019 e 2020, pretende-se demonstrar que o contexto da pandemia e a adaptação da EJA às Atividades Remotas Emergenciais (ARE) podem ter produzido e aprofundado desigualdades entre os educandos e as educandas.

---

[1] De acordo com o dicionário de Ciência da Computação de Oxford, o termo Tecnologias de Informação e Comunicação é "um termo guarda-chuva usado para cobrir tecnologias de computação e telecomunicação, com uma ênfase em seu uso combinado em processamento e transmissão de informação" (BUTTERFIELD; NGONDI; KERR, 2016, p. 835. Tradução sob nossa responsabilidade), abrangendo a convergência física de equipamentos eletrônicos (como computadores e *smartphones*) e estruturas de conexão.

Ao levar em conta a relevância material e simbólica dessas condições para o funcionamento de uma proposta pedagógica inclusiva, realizada em contextos virtuais, procura-se discutir novamente a necessidade de se atender às especificidades desse público para que se consiga alcançar satisfatoriamente o objetivo educacional dos sujeitos da EJA. É de se supor que o contexto da pandemia e a necessidade de adaptação ao ensino remoto adicionem mais obstáculos ao caminho do educando, da educanda, uma vez que, a partir disso, a execução e o cumprimento das atividades passaram a depender da possibilidade de acesso aos aparelhos tecnológicos que se tornaram imprescindíveis às ARE.

2. OS SUJEITOS DA EJA E SUAS TRAJETÓRIAS À LUZ DE ALGUMAS NOÇÕES TEÓRICAS RELEVANTES PARA ESTE TRABALHO

Os jovens e adultos que buscam a EJA para retomar os estudos compõem um público distinto que tem como característica principal o fato de ter sido excluído do processo educacional em seu tempo "regular". As especificidades destes sujeitos são advindas, em grande medida, das desigualdades socioeconômicas e socioculturais que fundamentaram essa exclusão. Dessa forma, ao tratar dessas especificidades, a EJA deve conceber práticas de ensino e de aprendizagem que se contraponham ao processo educacional que anteriormente legitimou estas desigualdades.

É possível entender melhor esse processo educacional precedente, que interrompeu o desenvolvimento escolar dos sujeitos da EJA, tomando como referência a discussão de Pierre Bourdieu ([1966] 2007) sobre a *escola conservadora*.[2] As ideias do sociólogo francês explicitam o modo como a escola tradicional seleciona certos indivíduos à medida que exclui outros, legitimando desigualdades sociais anteriores à sala de aula e sancionando privilégios das elites, tendo em vista seu capital econômico, cultural, social, simbólico[3].

Mobilizando o conceito de *capital cultural*, pode-se compreender a maneira por meio da qual a escola premia saberes, condutas, modos de expressão, gostos e preferências, próprios das classes privilegiadas, os quais, associados ao acesso cotidiano a bens culturais materiais,

---

[2] Também *A reprodução*, livro de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1970), que seria publicado anos mais tarde, configura-se como um relevante aporte na apreensão do funcionamento escolar e de suas engrenagens que atuam reforçando e reproduzindo as desigualdades sociais.

[3] Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (2007) reuniram, em livro, alguns "Escritos de Educação" de Pierre Bourdieu. Nos artigos da coletânea, encontramos o trabalho do sociólogo sobre os conceitos que definem os diferentes tipos de *capital*, cuja posse se concentra nas mãos das elites dominantes.

constituem certa "herança cultural", consagrada pelas avaliações escolares[4]. O acúmulo desse tipo de capital se dá por meio de um "trabalho do 'sujeito' sobre si mesmo" (BOURDIEU, 2007, p. 74) e pressupõe um processo de incorporação contínua de "atitudes e aptidões que só parecem naturais e naturalmente exigíveis dos membros da classe cultivada, porque constituem a 'cultura' [...] dessa classe" (BOURDIEU, 2007, p. 55). Indivíduos que pertencem às classes favorecidas são socializados desde a infância em um meio que transmite modos de pensar, de se expressar e de agir valorizados socialmente e que lhes darão vantagem no processo de ensino, uma vez que as aptidões linguísticas, modos de se comportar e até mesmo o "bom gosto" premiados na escola correspondem ao *éthos* dessas classes.

A consonância entre as expectativas escolares e o *ethos* das elites não é dada de modo explícito, mas se esconde a princípio atrás do ideal da "igualdade formal" entre os estudantes (BOURDIEU, 2007, p. 53) que de forma simultânea desconsidera as diferenças, as desigualdades socialmente condicionadas anteriores à escola, e trata como "dons naturais" habilidades e condutas que constituem um privilégio cultural. Dessa forma, ao mesmo tempo em que tais privilégios são sancionados pelo sistema de ensino, a responsabilidade acerca do "insucesso" escolar do estudante das camadas populares lhe é imputada, à medida que ele passa a considerar que não consegue cumprir com as expectativas culturais da escola por causa de inaptidões "naturais" (BOURDIEU, 2007, p. 59).

Por lidar com os "excluídos" do sistema de ensino tradicional, a Educação de Jovens e Adultos deve, portanto, ir na direção contrária da adotada por esse sistema, partindo justamente da negação dessa "equidade formal" e tratando os sujeitos a partir do que trazem de suas trajetórias de vida. Assim,

> [...] entendemos que a EJA deve "partir da especificidade desses tempos da vida – juventude e vida adulta – e da especificidade dos sujeitos concretos históricos que vivenciam esses tempos" (Arroyo, 2006, p. 22), respeitando suas diversidades e diferenças para construir uma proposta curricular que realmente atenda às necessidades desses sujeitos (SOARES e SOARES, 2014, p. 11).

A situação de não escolarizados, as próprias condições socioeconômicas e culturais que os levaram ao abandono escolar, as quais posteriormente se associaram com este abandono, fazem com que o público da EJA se consolide historicamente com uma identidade específica: "há décadas esses jovens e adultos são os mesmos, pobres, oprimidos, excluídos, vulneráveis, negros, das periferias e do campo" (SOARES e SOARES, 2014, p. 11). Desse modo, quando se

[4] A esse respeito, consultar Bourdieu e Passeron (1964).

fala em atender as necessidades desse público, alude-se à tarefa incontornável de romper com a lógica uniformizadora do ensino tradicional e desenvolver com estes estudantes ferramentas que lhes permitam superar a marginalização à qual foram submetidos e agir ativamente para inverter o destino de classe que a estrutura social lhes impôs. Para isso, a proposta de ensino e de aprendizagem da EJA deve se adaptar aos pontos de partida dos sujeitos, atuando sobre as desigualdades existentes entre seu público a fim de equalizar as possibilidades de êxito escolar.

É sobre esse empreendimento que o contexto da pandemia do novo Coronavírus adicionou uma camada extra de complexidade. Frente à necessidade de interrupção das atividades presenciais, a adaptação das rotinas educacionais ao ensino remoto surgiu como alternativa possível, embora os desafios em relação às condições de acesso às ferramentas tecnológicas necessárias por parte de professores e estudantes tenham sido claros desde o início. Considerada particularmente, a tarefa de adaptação das atividades escolares da EJA para o contexto remoto enfrenta grandes desafios, uma vez que a necessidade de acesso aos aparelhos tecnológicos que possibilitem o cumprimento das atividades encontra um público ao qual esse acesso tende a ser dificultado.

Para entender mais profundamente as implicações dessa situação, recorremos ao conceito de "fluência tecnológica", trazido por Eliane Rocha (2011) em sua discussão sobre as relações entre a apropriação da tecnologia e hierarquias sociais. A autora problematiza tal conceito à luz da noção de *habitus* de Bourdieu, à medida que os "objetos técnicos de base microeletrônica (como os computadores) seriam, também, sujeitos a apropriações distintas e distintivas conforme os *habitus*" (ROCHA, 2011, p. 1730). Segundo Rocha,

> A fluência tecnológica requer um processo de aprendizado ao longo da vida, no qual indivíduos continuamente aplicam o que eles sabem para adaptarem-se às mudanças e adquirir mais conhecimento para serem mais efetivos na aplicação da tecnologia da informação no seu trabalho e em suas vidas pessoais (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1999, *apud* ROCHA, 2011, p. 1732. Tradução da autora).

Ao desenvolver esta argumentação, aludindo ao *capital linguístico* discutido por Bourdieu, Rocha conceitua o que seria um *capital cibernético*, que se associa "ao [capital] cultural objetivado, através da posse dos recursos de hardware e software mais ou menos distintivos e prestigiados no campo da produção tecnológica e ao capital cultural incorporado como conjunto de conhecimentos e habilidades para uso das tecnologias digitais de informação" (ROCHA, 2011, p. 1732).

Tendo isso em vista, podemos verificar como a TIC Domicílios (2019) demonstra as desigualdades no que se refere à posse de recursos tecnológicos, além de indicar também desigualdades no que se possa referir como capital cibernético incorporado. Ao medir as

atividades realizadas na internet e as habilidades com o computador, a pesquisa mostra, por exemplo, que 60% dos respondentes de domicílios da classe A declararam usar a internet para estudar por conta própria, enquanto essa taxa nas classes D e E é de 27%. Além disso, mostra que o nível de habilidades com o computador dos indivíduos diminui à proporção que nos aproximamos das camadas populares.

Nesse sentido, discutir as desigualdades no que se refere à "fluência tecnológica" no processo de adaptação da EJA ao ensino remoto é discutir de que forma essa adaptação deveria considerar as especificidades desses indivíduos, procurar equalizar suas oportunidades de êxito para não aprofundar desigualdades e excluir novamente os sujeitos de seu processo de escolarização. Apreender esse processo a partir dos conceitos de Bourdieu evidencia a complexidade dessa tarefa de adaptação, bem como os processos de violência simbólica que podem estar nela envolvidos, intensificados pela situação de vulnerabilidade à qual os sujeitos da EJA já estão submetidos.

3. O CONTEXTO DA EJA/CP/UFMG EM 2020

O Projeto de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos - 2º segmento (PROEF-2) e o Projeto de Ensino Médio de Jovens e Adultos (PROEMJA), desenvolvidos no Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais (CP/UFMG), são Projetos de Extensão voltados para a comunidade externa à universidade. Eles recebem pessoas de Belo Horizonte e da região metropolitana, na retomada de seu processo de escolarização, exercendo seu Direito Constitucional à Educação Básica, pública, gratuita e de qualidade. Com mais de 30 anos de existência, o PROEF-2 possui atualmente seis turmas, divididas em três etapas, que correspondem, grosso modo, ao ensino do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental; enquanto o PROEMJA, mais recente no Centro Pedagógico, em funcionamento na Escola desde 2017,[5] abrange todo o ensino médio, contando também com três etapas e seis turmas anuais, sendo a duração do percurso curricular dos dois projetos de três anos cada.

[5] Nesse ano, em acordo firmado entre a Direção do Centro Pedagógico e as Coordenações dos Projetos que compõem o Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos de nossa Universidade, decidiu-se que o CP/UFMG assumiria a oferta de Ensino Médio na EJA, uma vez que o Colégio Técnico não mais o faria a partir de 2019. No COLTEC, o PEMJA, Projeto de Ensino Médio de Jovens e Adultos, funcionou por 20 anos (1998-2018), mas, devido à necessidade de oferecer o ensino técnico para as pessoas jovens e adultas, segundo as diretrizes do PRONATEC, não teve mais condições de seguir integrando o Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos da UFMG, o qual passou a ser composto pelo PROEF-1 (Projeto de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos – 1º Segmento), que já o integrava desde a criação do Programa, em 1998, pelo PROEF-2 e pelo PROEMJA.

Em março de 2020, a EJA no CP contava com 196 educandos matriculados e já havia realizado seu processo de seleção de estudantes da Graduação para atuarem nos Projetos, seja como professores em formação, seja como monitores dos setores administrativos da Escola que atendem ao PROEF-2 e ao PROEMJA. As aulas, em ambos, começariam no dia 23/3/20. Contudo, em 18/3/20, as atividades presenciais na UFMG foram suspensas, devido ao anúncio oficial de que enfrentávamos[6], então, uma pandemia causada pelo novo Coronavírus.

Neste contexto, as Coordenações da EJA/CP/UFMG, juntamente com a Direção da Escola e outros setores da instituição, passaram a trabalhar de maneira remota, buscando, por um lado, realizar a formação teórica e metodológica dos 48 Bolsistas selecionados para os Projetos. Por outro, iniciou-se um esforço de compreensão da situação que vivenciávamos de modo a elaborar Diretrizes (MELO; NICÁCIO; ARAUJO; GROSSI *et al.,* 2020) para a instauração das Atividades Remotas Emergenciais (ARE) no PROEF-2 e no PROEMJA, à semelhança do que ocorreria com o trabalho com as crianças e adolescentes da instituição (NUNES; GEBARA; MELO; SILVA *et al.*, 2020). Além de reuniões remotas frequentes entre professores em formação, Bolsistas da EJA, com seus orientadores; dos encontros virtuais das Coordenações dos Projetos com os responsáveis pela administração do Centro Pedagógico, com seus representantes nas diferentes instâncias da UFMG e com a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), que fornece as Bolsas para os estudantes da Graduação que atuam no PROEF-2 e no PROEMJA, começamos a elaboração de inúmeros documentos a fim de viabilizar as ARE na EJA/CP.

Em conexão com a Universidade e com o calendário escolar elaborado para as crianças e os adolescentes do CP, que estudavam, presencialmente, no período diurno, antes da explosão da pandemia, foi definido que também a EJA/CP iniciaria suas ARE em 17/8/20. Para tanto, depois das reuniões virtuais realizadas de março a junho desse ano; dos estudos desenvolvidos no sentido de compreender o fenômeno que ia se tornando, cada vez mais, uma tragédia humanitária sem precedentes, e ainda mais no Brasil, concluímos que precisávamos conhecer os sujeitos da EJA no contexto pandêmico. Afinal, quem eram os educandos e as educandas do

[6] É importante ressaltar nosso lugar discursivo na escrita deste trabalho, pois, ao mesmo tempo em que elaboramos questões de pesquisa para compreender os fenômenos os quais envolvem a EJA/CP/UFMG, também atuamos nos Projetos diretamente, em suas atividades administrativas, de extensão e de formação docente. Nesse sentido, o olhar investigativo caminhou junto com a nossa participação ativa no PROEF-2 e no PROEMJA. Até fevereiro de 2021, o autor do presente texto era Bolsista da Secretaria da EJA no Centro Pedagógico, onde desenvolveu suas atividades de extensão por dois anos. A coautora, por sua vez, professora do CP, desde 2014, foi coordenadora geral do PROEF-2 (2017-2021) e subcoordenadora do Projeto (2014-2017), quando também orientava Equipes de estudantes da Graduação, especialmente das Licenciaturas, em seu processo de formação como professores no PROEF-2, função que exerceu ainda em 2020.

PROEF-2 e do PROEMJA nesta nova e inesperada conjuntura? Como estavam lidando com a pandemia diante da necessidade de distanciamento e isolamento social? Quais eram as suas condições sociais, econômicas, culturais, tecnológicas e de saúde para cuidar de si e dos seus, tendo em vista o risco de adoecimento e morte na luta diária pela sobrevivência?

Foi assim que, uma vez mais, seguindo a tendência das demais Unidades da UFMG e do próprio CP no sentido de conhecer seus estudantes e suas condições materiais de vida durante a pandemia, com o intuito de retomar as aulas, nos diferentes cursos, no formato virtual, também na EJA, decidimos elaborar um questionário, à semelhança do que fizeram os Colegiados da Graduação e da Pós-Graduação de nossa Universidade, a fim de coletar informações sobre os educandos e as educandas do PROEF-2 e do PROEMJA, além daquelas que já possuíamos, registradas em suas pastas, criadas no momento da matrícula em nossos Projetos. Inspirada no formulário que os estudantes da Graduação responderam para as suas Unidades, a Secretaria da EJA, junto com a Coordenação dos Projetos, elaborou não somente um questionário para que os Bolsistas respondessem – pois precisávamos conhecer os estudantes da Graduação que atuariam no PROEF-2 e no PROEMJA –, mas também outro, destinado aos educandos de nossos Projetos. Diferentemente da maioria dos estudantes da Graduação que respondeu ao questionário sobre suas condições de vida na pandemia por meio de um formulário disponibilizado na plataforma Google, uma parte dos educandos da EJA precisou, como prevíamos, receber o questionário pelo Correio, ou responder às perguntas do formulário, por telefone, à Equipe da EJA. Nem todos, como este trabalho evidenciará, possuíam computador em casa, com Internet banda larga; celular, com pacote de dados ilimitado e/ou os conhecimentos necessários, os instrumentos, ligados ao letramento digital, para acessar um link para um formulário em um e-mail ou em uma mensagem de *WhatsApp*, de modo a responder questões, as quais compunham um gênero textual que se abria em uma tela.

Mesmo antes de ter os resultados desta coleta de informações realizada com os educandos da EJA, em julho e agosto de 2020, já havíamos apontado, na Escola e na PROEX, os desafios que teríamos no PROEF-2 e no PROEMJA, considerando-se a configuração do perfil dos sujeitos da EJA. Porém, com a crise vivenciada de modo mais amplo pelas Universidades e Instituições Federais de Ensino, devido aos cortes governamentais nos investimentos em Educação, já anunciados antes do Golpe de 2016, a UFMG não dispunha de recursos imediatos, além das Bolsas fornecidas aos professores em formação e monitores da EJA, para oferecer, aos educandos do PROEF-2 e do PROEMJA, um apoio para aquisição de pacote de dados, telefones celulares, ou empréstimo de computadores. Tudo deveria ser planejado antes de julho, a fim de se tentar a aquisição de equipamentos, por meio de editais lançados em meses anteriores por

instâncias da Universidade para a comunidade acadêmica, que coordena Projetos desenvolvidos em seu âmbito. Entretanto, o primeiro semestre de 2020 havia sido dedicado a compreender o contexto pandêmico, vivenciando todas as suas mazelas e consequências nefastas, para elaborar as propostas de trabalho neste mesmo contexto.

Dessa forma, os estudantes da EJA/CP não receberam qualquer apoio relacionado aos equipamentos necessários para participar das ARE desenvolvidas no PROEF-2 e no PROEMJA. Caso tivessem recebido, ainda restaria mais um desafio a ser enfrentado pelos sujeitos da EJA: a apropriação de saberes que permitem o manuseio desses equipamentos e o uso das tecnologias digitais, utilizados no ensino remoto. Portanto, como os dados desta pesquisa evidenciam, os quais serão explorados mais adiante neste texto, de modo similar ao que ocorreu em algumas escolas públicas brasileiras, também nos Projetos de EJA do CP/UFMG, apesar de uma diversidade de estratégias mobilizadas em cada Equipe de professores em formação juntamente com suas Coordenações durante as ARE desenvolvidas com os educandos do PROEF-2 e do PROEMJA, o recurso mais utilizado, quantitativamente, nessas atividades em 2020, foi o *WhatsApp*, além dos celulares e dos pacotes de dados dos próprios estudantes.

4. COMO A PESQUISA FOI REALIZADA? ALGUNS ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

A investigação que este trabalho se propõe relatar foi realizada a partir da análise de questionários formulados pela Secretaria e Coordenação dos Projetos da EJA/CP/UFMG, aplicados aos educandos entre os meses de julho e agosto de 2020. Os formulários tinham como objetivo a coleta de informações sobre os estudantes que permitissem subsidiar o planejamento das Atividades Remotas Emergenciais (ARE). Eles foram aplicados por Coordenadores e Bolsistas do PROEF-2 e do PROEMJA através de e-mail, mensagens de *WhatsApp* e contato telefônico, alcançando 164 educandos, número que corresponde a 83,67% dos estudantes matriculados à época.

De modo mais específico, os questionários buscavam coletar informações sobre as condições de acesso dos estudantes às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), como computador, celular, conexão à internet, bem como a respeito dos padrões de atividades realizadas com essas ferramentas e dos meios de contato de preferência. Além disso, também foram coletadas informações sobre a situação ocupacional dos educandos, suas condições de isolamento social, as atividades realizadas durante o isolamento e as dificuldades vivenciadas no período.

A fim de ampliar as possibilidades de análise, optou-se por cruzar os dados dos questionários com os dados dos registros de matrícula dos Projetos, os quais abastecem uma planilha organizada pela Secretaria da EJA/CP/UFMG, que possui outras informações sobre os estudantes. O cruzamento de dados, feitos a partir dos nomes dos educandos e através do programa de análise e manipulação de dados *R*[7], permitiu a comparação das informações coletadas com variáveis de perfil disponíveis nos registros de matrícula, tais como idade, gênero e pertencimento étnico-racial. Por último, os dados também foram cruzados com as informações sobre aprovação e reprovação dos estudantes no ano letivo realizado remotamente e no ano letivo anterior, a partir de planilha elaborada com base na análise das fichas avaliativas dos anos de 2019 e 2020, disponibilizadas pela Secretaria.

A análise da base de dados final e a criação de visualizações das informações também foram realizadas através do programa *R*. Primeiramente, foi feita uma limpeza dos dados, com a padronização das respostas dos estudantes, exclusão de respostas consideradas inválidas – como em casos de erros de preenchimento – e supressão de respostas que não se enquadravam nas opções previstas pelas perguntas – que compõem as categorias de análise. A proporção das respostas ausentes ou desconsideradas, que será explicitada durante a análise, foi diversa, mas não atingiu grandezas significativas na maioria dos casos, e os resultados encontrados em cada variável consideraram apenas as respostas válidas. Em alguns casos foram criadas novas categorias a partir das informações disponíveis, circunstâncias que serão esclarecidas no decorrer da análise.

Em relação às variáveis de perfil, destaca-se que a informação sobre o pertencimento étnico-racial está disponível apenas para 51,21% dos estudantes que compõem a base de respondentes dos questionários, já que essa informação passou a ser coletada na ficha de

[7] O *R* é uma linguagem de programação e um ambiente para análise estatística e produção de visualizações de dados. Assim, a análise realizada nesta pesquisa foi elaborada a partir do carregamento das bases de dados citadas, que originalmente estão em formato de planilha (.xlsx ou .csv), onde as variáveis (ou os *tipos* de informação como nome, gênero,) estão separadas por colunas e as linhas mostram as observações do banco de dados, ou seja, as informações específicas de cada estudante. Através de comandos no programa, é possível visualizar, filtrar, separar, organizar e manipular as informações do banco de dados, além de extrair informações sobre o número de observações em cada categoria de uma variável, a quantidade de respostas ausentes, estatísticas descritivas das variáveis, etc. O cruzamento de duas ou mais bases de dados também acontece através de comandos específicos: o programa carrega dois bancos de dados diferentes e, a partir de uma coluna (ou variável) que os dois bancos compartilham (como o número da matrícula), agrega as informações dos bancos de dados em um banco de dados final, cujo número de observações corresponderá ao número de observações iguais entre os dois bancos de dados iniciais. Esse é o processo através do qual a base de dados dos questionários foi agregada à base de dados de matrícula dos estudantes, elaborada pela Secretaria. O número de observações contidas na base final, nesse caso, corresponde ao número de estudantes que estavam presentes nas duas planilhas iniciais.

matrícula somente a partir de 2019. Já em relação ao desempenho dos estudantes durante os anos letivos de 2019 e 2020, destaca-se que, enquanto, para o ano letivo referente ao ano com Atividades Remotas Emergenciais (ARE), essa informação está presente em todas as observações do banco de dados, para o ano letivo anterior à implementação das ARE, essa informação está presente em 64,02% das observações. Isso se deve, em grande parte, ao fato de que os estudantes que se formaram em 2019 não estavam mais matriculados em 2020 e, por isso, não responderam ao questionário – além dos casos em que Bolsistas e Coordenadores não conseguiram contato com os estudantes a fim de saber de suas condições de vida durante a pandemia.

5. RESULTADOS

A fim de situar as análises e comparações aqui realizadas, sintetizamos algumas características[8] dos estudantes dos Projetos que responderam ao questionário. As variáveis de perfil aqui descritas são: gênero, pertencimento étnico-racial e situação ocupacional, destacando-se que esta última foi levantada durante a aplicação dos questionários, e as primeiras estavam disponíveis na base de dados dos registros de matrículas da Secretaria da EJA/CP/UFMG. As proporções aqui apontadas levam em conta que, entre os 164 estudantes que responderam ao questionário, 57 estavam matriculados nas turmas do PROEF-2, e 107 estavam matriculados nas turmas do PROEMJA.

5.1. Variáveis de perfil

Em relação ao gênero, os dados mostram que as mulheres são maioria tanto na EJA/CP como um todo, quanto separadamente nos Projetos, como mostra a Tabela 1:

Tabela 1: Gênero na EJA/CP

	PROEF-2 (%)	PROEMJA (%)	Geral (%)
Feminino	64.91	59.81	61.59
Masculino	35.09	40.19	38.41

Fonte: Tabela elaborada pelos autores

[8] Inicialmente nos propusemos a incluir, além do gênero, do pertencimento étnico-racial e da situação ocupacional, a idade dos estudantes na composição das variáveis de perfil. Contudo, os dados não mostraram uma variação importante nessa variável no que se refere aos objetivos da pesquisa e às condições de sua produção. Por isso, a informação sobre a idade e seus cruzamentos com as variáveis de acesso às TIC e o desempenho dos estudantes nos anos letivos de 2019 e 2020 foi suprimida dos resultados que ora apresentamos.

No que se refere ao pertencimento étnico-racial, a Tabela 2 mostra que, entre os estudantes que preencheram essa informação no momento da matrícula presentes no banco de dados analisado, os pardos são maioria, tanto na EJA, tomada de modo mais geral, quanto nos dois Projetos, observados de maneira separada. Somados às pessoas que se declararam como pretas, temos, portanto, a predominância de estudantes negros no PROEF-2 e no PROEMJA.

Tabela 2: Pertencimento étnico-racial na EJA/CP

	PROEF-2 (%)	PROEMJA (%)	Geral (%)
Brancos	29.03	22.64	25.00
Indígenas		5.66	3.57
Não declarantes	6.45	3.77	4.76
Pardos	41.94	50.94	47.62
Pretos	22.58	16.98	19.05

Fonte: Tabela elaborada pelos autores

Contando com uma taxa de 89,63% de respostas válidas, a categoria situação ocupacional mostra, como se pode ver na Tabela 3, que a maior proporção observada está entre os Empregados, embora exista um equilíbrio relativo entre as categorias. Nota-se também que a proporção de Desempregados é maior no PROEF-2, enquanto a proporção de Aposentados é maior no PROEMJA.

Tabela 3: Situação ocupacional na EJA/CP

	PROEF-2 (%)	PROEMJA (%)	Geral (%)
Aposentado/a	17.31	25.26	22.45
Autônomo/a	25.00	25.26	25.17
Desempregado/a	26.92	20.00	22.45
Empregado/a	30.77	29.47	29.93

Fonte: Tabela elaborada pelos autores

5.2. Variáveis de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação

5.2.1. Acesso à Internet

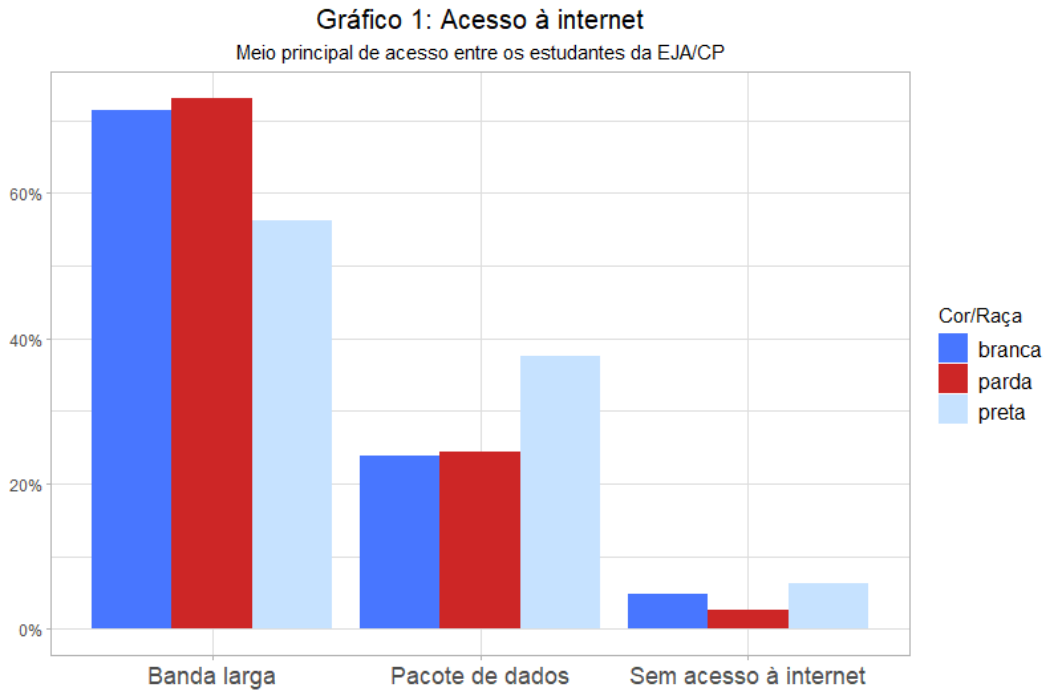
No momento de elaboração e aplicação do questionário, a pergunta sobre acesso à internet contava com as seguintes categorias: tem Internet banda larga em casa com boa ou ótima velocidade; tem Internet banda larga em casa com baixa qualidade; tem acesso por meio de pacotes de dados no celular; não tem acesso à Internet. Observa-se que os estudantes

poderiam responder que possuíam acesso à banda larga e ao pacote de dados ao mesmo tempo, se esse fosse o caso, de forma que as respostas poderiam se sobrepor.

A fim de adequar essa variável aos interesses de pesquisa aqui expostos, essa variável foi tratada da seguinte forma: os dois tipos de banda larga foram agrupados na categoria 'Banda larga' e da categoria de 'acesso a pacote de dados' foram excluídos os estudantes que afirmaram que, além do pacote de dados para celular, também tinham acesso à banda larga. Dessa forma, conseguimos comparar os estudantes em função de seu *principal* meio de acesso à internet, sendo que, na categoria 'pacote de dados', estão apenas os estudantes para quem esse tipo de acesso à internet é o único que possuem. Assim, essa variável apresentou uma taxa de respostas válidas de 95,73% e mostrou que a proporção apresentada em cada categoria foi bastante similar entre os Projetos e a EJA/CP como um todo, variando apenas alguns décimos: cerca de 65% acessam a internet principalmente a partir de conexão banda larga, enquanto o acesso ao pacote de dados é o principal meio de acesso à internet de cerca de 30% dos respondentes. Aproximadamente 3% dos estudantes declararam não ter acesso à internet.

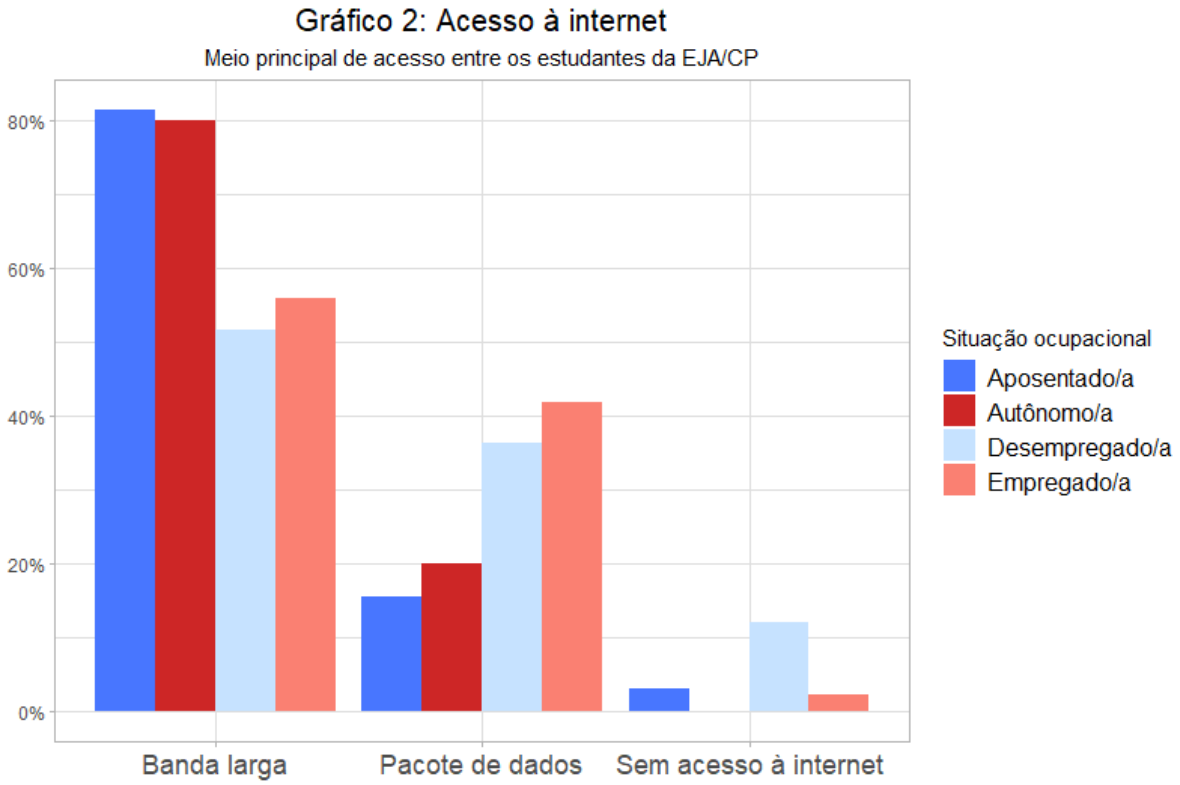
O acesso à internet discriminado por gênero mostra que, por um lado, 66,66% das mulheres têm a banda larga como principal meio de acesso à internet, enquanto que entre os homens essa taxa é de 63,93%. Por outro lado, os homens apresentam uma taxa maior no que se refere ao acesso ao pacote de dados: 34,42% a 28,12%, ao mesmo tempo em que as mulheres sem acesso à internet representam 5% de seu grupo, enquanto esse número é de 1% entre os homens.

Quando comparamos as taxas relativas ao acesso à internet entre as categorias de pertencimento étnico-racial – aqui suprimidos os que se autodeclaram indígenas e os não-declarantes – vemos que os estudantes que se autodeclaram pretos apresentam uma maior proporção de acesso a pacote de dados como meio principal de conexão do que brancos e pardos, ao mesmo tempo em que possuem a menor taxa entre os que têm acesso à banda larga, como mostra o Gráfico 1:



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores

Em relação à situação ocupacional, os dados mostram que empregados e desempregados apresentam uma proporção maior de acesso à internet principalmente através de pacote de dados do que os outros grupos. O Gráfico 2 mostra ainda que os desempregados apresentam uma taxa maior entre os que não têm acesso à internet, em comparação com as outras situações dos educandos quanto à sua ocupação profissional.



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores

5.2.2. Acesso a equipamentos de comunicação e informação

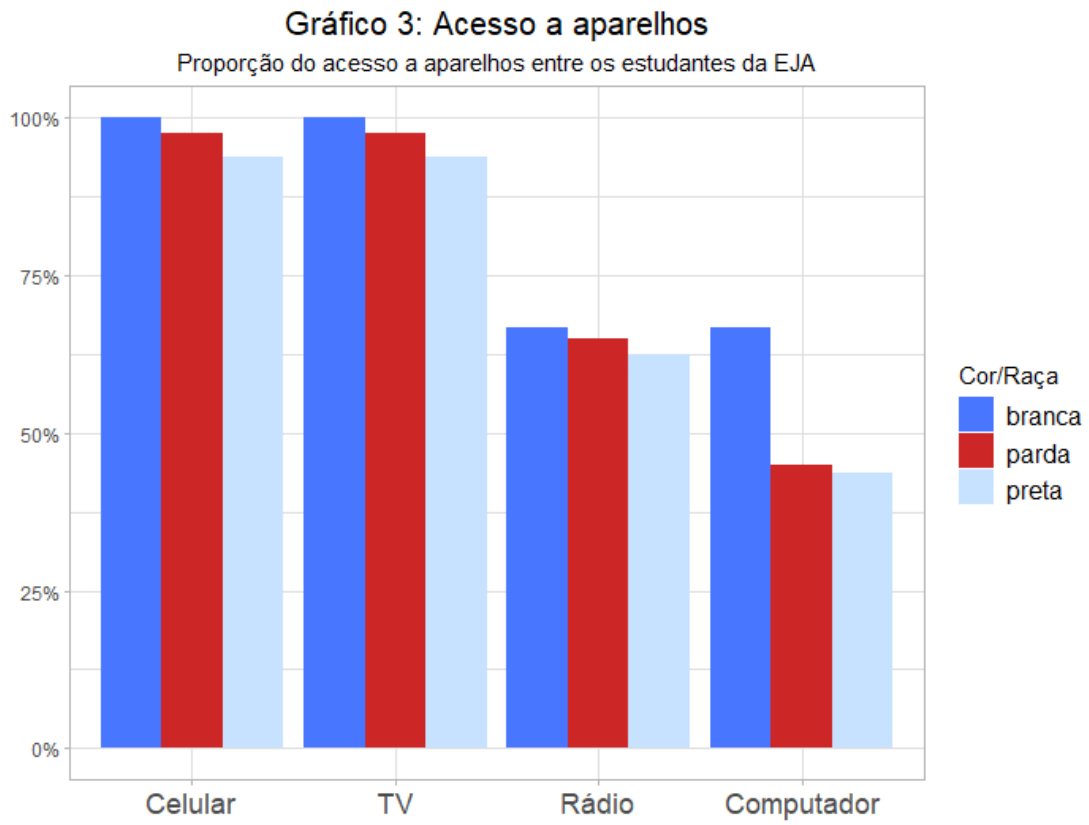
Em relação ao acesso a equipamentos que possibilitariam a comunicação com os estudantes do Projeto e permitiriam a execução das Atividades Remotas Emergenciais (ARE), o levantamento de informações a partir dos questionários mostrou que o celular é o equipamento mais presente entre os estudantes, alcançando taxas próximas de 100% tanto nos dois Projetos, quanto na EJA/CP como um todo, como mostra a Tabela 4:

Tabela 4: Situação de acesso a equipamentos na EJA/CP

	PROEF-2 (%)	**PROEMJA (%)**	**Geral (%)**
Celular	96.49	94.39	95.12
TV	96.49	90.65	92.68
Rádio	80.70	66.36	71.34
Computador	56.14	46.73	50.00
Scanner	40.35	39.25	39.63
Telefone Fixo	12.28	22.43	18.90
Impressora	14.04	5.61	8.54
Tablet	5.26	7.48	6.71

Fonte: Tabela elaborada pelos autores

A Tabela 4 mostra ainda que a taxa de estudantes que possuem computador fica em torno de 50% para os três grupos. Contudo, quando comparamos essa taxa em função das variáveis de perfil, vemos que existem diferenças significativas entre os grupos. Em relação ao gênero, a proporção de homens com acesso a computador é de 61,90%, enquanto que entre as mulheres essa taxa é de 42,57%. Em relação ao pertencimento étnico-racial, o Gráfico 3 mostra uma clara vantagem dos estudantes brancos no que se refere à posse de computador: a taxa nesse grupo é de 66,66%, enquanto que entre pardos e pretos é de 45% e 43,75%.



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores

Em relação à situação ocupacional, também observa-se uma clara desvantagem dos desempregados em relação aos outros grupos no que se refere à posse de computador. Enquanto que, entre aposentados, autônomos e empregados, a taxa de posse deste equipamento varia entre 50% e 60%, entre os desempregados essa taxa é de 27,27%.

O estudante que respondesse a pergunta sobre o acesso a equipamentos deveria assinalar todos os equipamentos a que tinha acesso, de forma que poderia responder que possuía todos os equipamentos da lista, se esse fosse o caso. De forma parecida com o que foi feito com a pergunta sobre o acesso à internet, aqui também foi útil tratar essa variável de modo a excluir respostas duplicadas entre os estudantes que declararam possuir computador, celular e *tablet*, para possibilitar a análise do perfil dos estudantes que tinham acesso apenas ao celular. Assim, foram selecionadas as respostas destas três categorias (computador, celular e *tablet*), e, do grupo que declarou possuir celular, foram excluídos todos os que também tinham acesso ao computador ou ao *tablet*. Dessa forma, a nova variável, que conta com 97,56% de respostas válidas, mostra que 45,62% dos estudantes da EJA/CP possuem acesso apenas ao celular.

Os resultados encontrados na comparação dessa variável entre as variáveis de perfil mostram desvantagens significativas para mulheres, autodeclarados pretos e desempregados, reforçando o cenário apontado pela análise das taxas de acesso ao computador. Em relação ao gênero, observa-se que 52,04% das mulheres possuem acesso apenas a celular, enquanto que

esta taxa entre os homens é de 35,48%. No que se refere ao pertencimento étnico-racial, observa-se que para pardos e pretos a proporção de estudantes com acesso apenas a celular é de 50% e 53,33%, respectivamente, enquanto que essa é a condição de apenas 33,33% dos autodeclarados brancos. Os desempregados também têm desvantagem nesse sentido: a taxa de estudantes dentro dessa categoria que possuem apenas celular é de 66,66%, enquanto que entre Aposentados, Autônomos e Empregados essa taxa varia entre 37,50% e 43,18%.

5.3. Desempenho dos estudantes no ano letivo das Atividades Remotas Emergenciais (ARE)

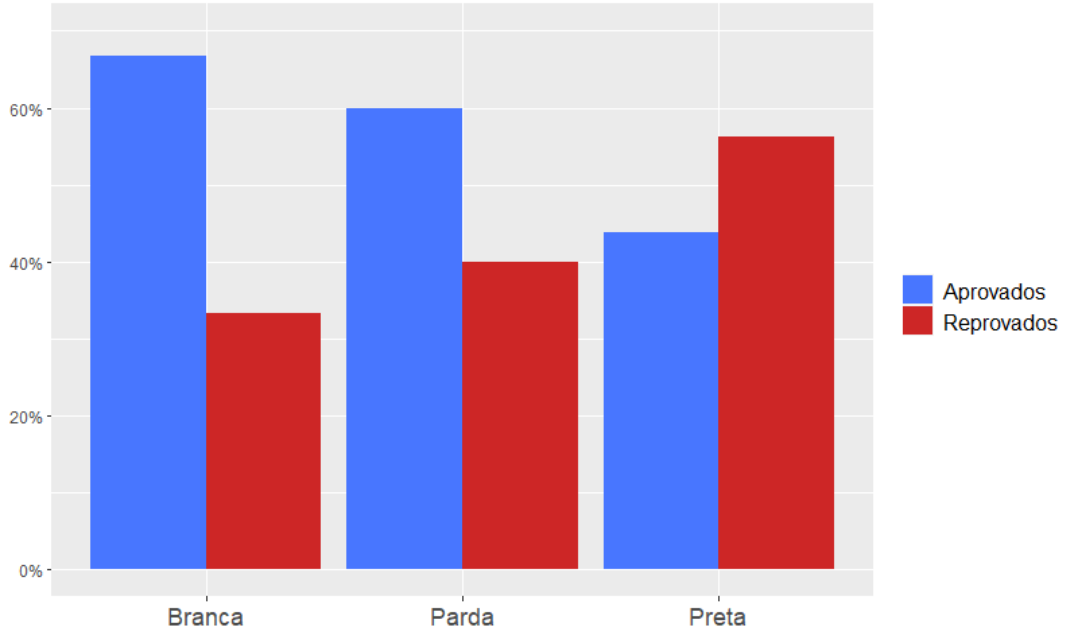
Com o objetivo de começar a medir o impacto das condições de acesso às TIC sobre o desempenho dos estudantes em 2020, analisamos os resultados no ano letivo que se desenvolveu com a implementação das ARE. A taxa de aprovação geral entre os estudantes que responderam o questionário foi de 53,65%, sendo que no PROEF-2 foi de 54,38% e no PROEMJA foi de 53,27%.

A comparação do desempenho dos estudantes em função das variáveis de perfil mostra algumas diferenças relevantes. A taxa de aprovação entre as mulheres foi de 59,40%, enquanto, entre os homens, foi de 44,44%. Em relação ao pertencimento étnico-racial, o Gráfico 4 mostra que, apenas entre os que se autodeclararam pretos, a taxa de reprovação[9] foi maior que a de aprovação, sendo que brancos e pardos apresentaram, respectivamente, as maiores taxas de aprovação. Em relação à situação ocupacional, a taxa de reprovação foi maior que a de aprovação também entre os estudantes desempregados, ficando em 51,51%. Entre os aposentados, os autônomos e os empregados, a taxa de aprovação ficou entre 54% e 57%.

[9] Vale ressaltar que, em 2020, a reprovação ocorreu em grande medida por que os estudantes não conseguiam acessar as atividades para realizá-las ou por que fizeram a opção de não seguir com sua escolarização de forma remota, preferindo aguardar o retorno das aulas presenciais e retomar os estudos do lugar onde pararam antes da pandemia.

Gráfico 4: Desempenho dos estudantes da EJA/CP nas ARE

Distribuição por Cor/Raça

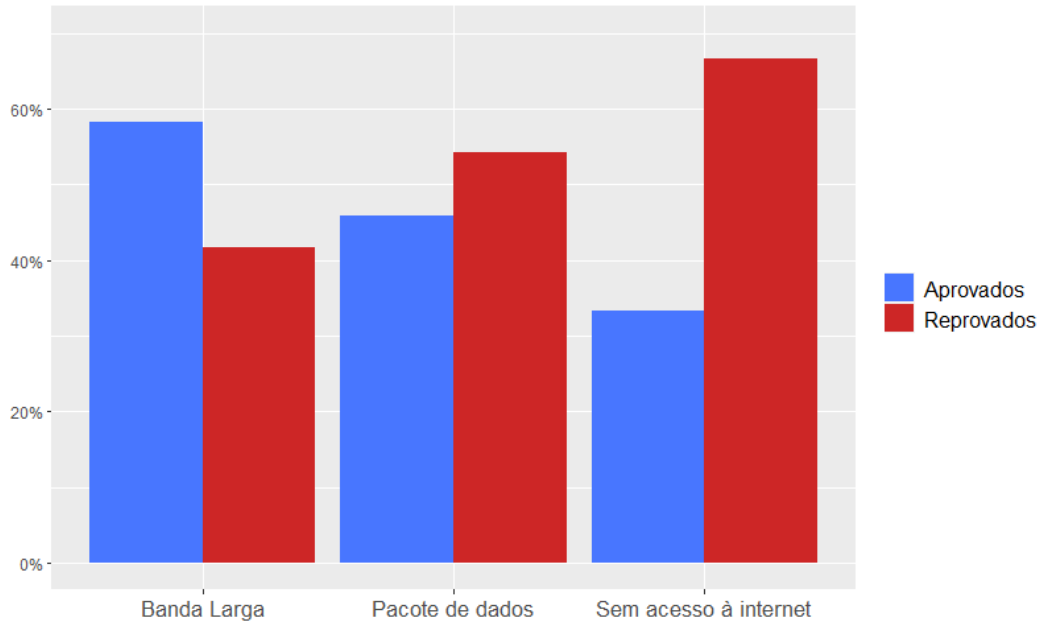


Fonte: Gráfico elaborado pelos autores

Em relação à situação de acesso à internet, a comparação do desempenho dos estudantes mostra uma vantagem dos que têm o acesso à banda larga como principal meio de conexão com a internet em relação aos outros grupos. Como mostra o Gráfico 5, entre os que têm acesso apenas ao pacote de dados e entre os que não têm acesso à internet, a taxa de reprovação foi maior que a de aprovação no ano letivo.

Gráfico 5: Desempenho dos estudantes da EJA/CP nas ARE

Distribuição por situação de acesso à internet



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores

Em relação à situação de acesso a equipamentos, as taxas de aprovação e reprovação mostram uma desvantagem entre os que têm acesso apenas a celular: nesse grupo a taxa de

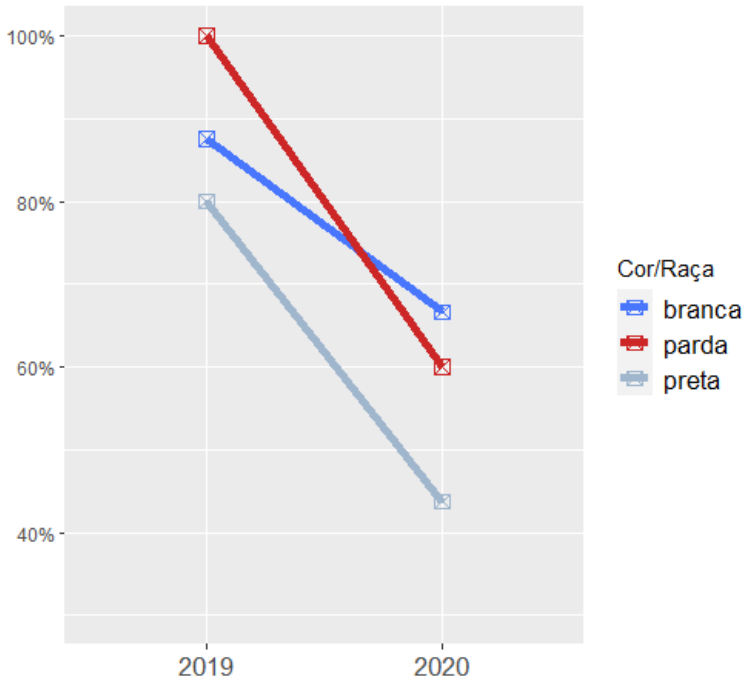
reprovação foi 54,79%, enquanto que entre os que têm computador ou *tablet,* além do celular, essa mesma taxa foi de 39,08%.

5.3.1. Comparação dos resultados de 2019 e 2020

No ano de 2019, a taxa de aprovação geral foi de 90,25%, de um total de 195 matriculados, mostrando que, em comparação, em 2020 tivemos uma queda geral de 36,60% na aprovação dos estudantes. Contudo, torna-se útil comparar as taxas de aprovação e reprovação dos dois anos de acordo com as variáveis de perfil e de acesso às TIC, a fim de delinear com precisão o peso da relação entre as condições de acesso às TIC e o desempenho, como também para averiguar em que medida a queda observada nas taxas de aprovação afetou os diferentes grupos. Como explicitado anteriormente, a informação sobre o desempenho dos estudantes no ano de 2019 está presente em 64,02% das observações do banco de dados. Logo, a proporção de respostas válidas para as variáveis de perfil e de acesso às TIC dentro desse grupo é diferente da proporção geral. Entre os estudantes cuja informação sobre o desempenho no ano letivo de 2019 está presente, verifica-se que: a informação sobre pertencimento étnico-racial está presente em 33,33% das observações; a informação sobre situação ocupacional está presente em 89,52% das observações; a informação sobre acesso à celular, computador ou *tablet* está presente em 97,14% das observações; e a informação sobre o meio principal de acesso à internet está presente em 96,19% das observações.

Em relação ao gênero, observa-se que a queda na aprovação foi mais significativa entre os homens que entre as mulheres. Entre eles, a queda na taxa de aprovação foi de 52,69%, enquanto que entre elas a queda foi de 34,87%. Na comparação entre os grupos de pertencimento étnico-racial, observa-se que pardos e pretos tiveram uma queda nessa taxa mais significativa que brancos, como mostra o Gráfico 6. Enquanto entre pardos e pretos

Gráfico 6: Taxa de aprovação em 2019 e 2020



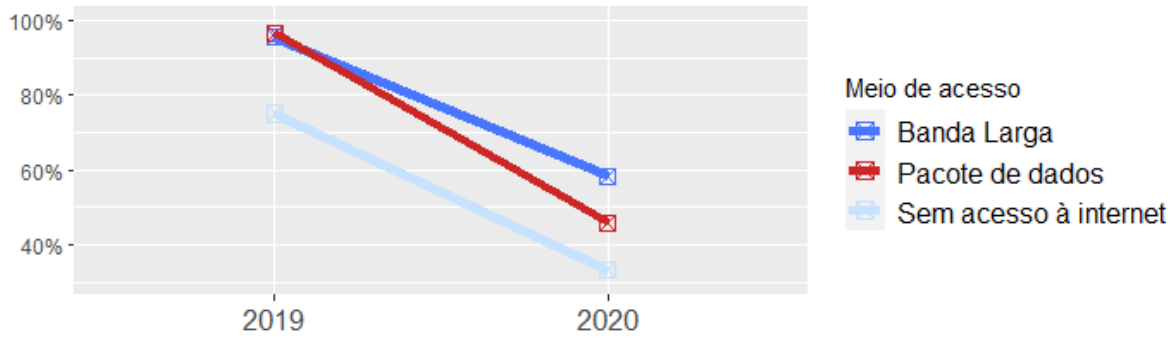
Fonte: Gráfico elaborado pelos autores

a queda na aprovação foi de 40% e 36,25%, entre brancos a queda sentida foi de 20,83%. Em relação à situação ocupacional, a queda nas taxas de aprovação observada entre os desempregados foi a terceira mais significativa, apresentando uma taxa de 39,75%. A queda foi de 45,75% entre aposentados e empregados e de 29,60% entre autônomos. Vale ressaltar, porém, que os desempregados apresentaram, em 2019, a segunda menor taxa de aprovação, enquanto que em 2020 sua taxa foi a menor entre os grupos.

A comparação do desempenho dos estudantes em 2019 e 2020 em função das condições de acesso às TIC contribui para reforçar a associação observada entre essas condições e o desempenho na comparação entre as variáveis de perfil. Em relação ao acesso à internet, como mostra o Gráfico 7, embora em 2019 tenham apresentado taxas de aprovação muito parecidas, os estudantes dos grupos "Banda larga" e "Pacote de dados" se distanciaram na taxa de aprovação de 2020, apresentando uma queda de 37,33% e de 50,71%, respectivamente. Já em relação ao acesso a equipamentos, o Gráfico 8 mostra que a queda na aprovação entre os que têm acesso a computador foi menor do que a queda entre os que possuem apenas celular: 35,69% a 47,81%.

Gráfico 7: Taxa de aprovação em 2019 e 2020

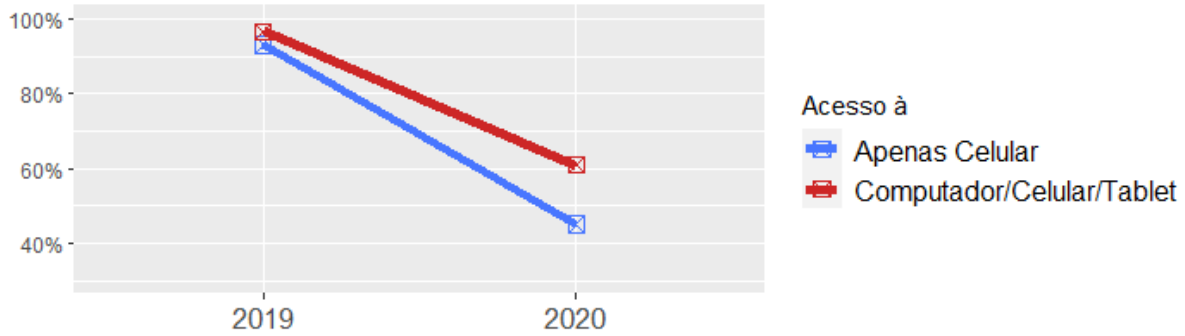
Comparação por principal meio de acesso à internet



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores

Gráfico 8: Taxa de aprovação em 2019 e 2020

Comparação por posse de celular/computador/tablet



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apreender as condições nas quais os educandos e as educandas da EJA realizaram o ano letivo durante as Atividades Remotas Emergenciais (ARE) é passo fundamental para entender de que forma o direito à educação desse público foi restringido no contexto da pandemia do novo Coronavírus. Enxergar, além disso, esse processo sob a luz da tarefa a que se propõe a Educação de Jovens e Adultos no que diz respeito à oferta de um ensino e de um processo de aprendizagem que leve em conta a trajetória de vida e as especificidades de seus educandos a fim de construir com eles a superação de uma situação de marginalização imposta pelo processo de escolarização "tradicional" e pela estrutura de poder da sociedade, auxilia no dimensionamento das desigualdades aprofundadas e criadas pelo contexto da pandemia. A dependência do acesso a certas tecnologias para a continuidade do processo educacional do jovem e do adulto se tornou, nesse cenário, um mecanismo de seleção e exclusão, penalizando os sujeitos com base em pré-condições culturais e socioeconômicas sobre as quais tiveram pouco ou nenhum controle e das quais tentam cotidianamente se afastar, empenhando seus mais sacrificados esforços.

Nesse sentido, entender as condições de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) dos estudantes da EJA sob a luz dos conceitos de *capital cibernético* e *fluência tecnológica* nos permite avaliar com mais profundidade a situação de vulnerabilidade à qual estes estudantes foram submetidos pelo processo de adaptação da vida escolar às ARE. Ademais, a análise do desempenho dos estudantes no ano letivo remoto indica relações entre as condições de acesso às TIC e o resultado obtido pelos educandos da EJA, abrindo caminho para demonstrar que a adaptação do ensino ao contexto remoto adicionou camadas de desigualdade à prática educacional na Educação de Jovens e Adultos, além de reforçar outras já existentes.

Por um lado, a pesquisa mostrou significativas desigualdades no que se refere ao que Rocha (2011) identifica como capital cibernético objetivado, aqui agregando o acesso à internet e aos equipamentos de comunicação e informação. Embora a grande maioria dos estudantes dos Projetos da EJA/CP tenha acesso à internet, boa parte desse acesso acontece somente através de pacote de dados de celular. Comparando o acesso à internet a partir das variáveis de perfil, também foi possível notar que estudantes autodeclarados pretos e estudantes desempregados sustentam as proporções mais significativas entre os que se conectam à internet apenas através de pacote de dados.

Em relação ao acesso aos equipamentos, foi observado que metade dos estudantes da EJA/CP possui computador, índice pouco maior que a média de 46%, observada para o sudeste do país na pesquisa TIC Domicílios 2019. Contudo, o cruzamento da proporção de acesso ao computador a partir das variáveis de perfil mostra que as mulheres, os autodeclarados pretos e os desempregados levam desvantagem em comparação com homens, brancos e estudantes aposentados, empregados ou que trabalham de forma autônoma. Os índices de estudantes que possuem apenas celular mantêm esse padrão de desigualdade entre os grupos.

A análise do desempenho dos estudantes no ano letivo que se sucedeu de maneira remota a partir das variáveis de perfil e de acesso às TIC mostrou também significativas desigualdades. Entendendo o resultado do estudante como um indicativo do produto da mobilização de seu capital cibernético incorporado, ou seja, de seu "conjunto de conhecimentos e habilidades para uso das tecnologias digitais de informação" (ROCHA, 2011, p. 1732), é possível interpretar as diferenças de desempenho observadas na EJA/CP como desigualdades relativas ao capital cibernético incorporado – que se associam diretamente ao capital cibernético objetivado.

A pesquisa mostrou que as taxas de aprovação e reprovação não se distribuíram de maneira uniforme entre os grupos que compõem a EJA/CP. Ao invés disso, revelou que estudantes autodeclarados pretos e desempregados tiveram um desempenho significativamente pior em comparação com as outras categorias de pertencimento étnico-racial e situação ocupacional. Levando em conta que estes grupos também enfrentam desvantagens no que se refere ao acesso às TIC, a relação entre o capital incorporado e o objetivado parece sinalizada. As mulheres, porém, são o único grupo que escapa a essa lógica, uma vez que, mesmo enfrentando desvantagens no acesso às TIC, apresentam uma taxa de aprovação maior que a dos homens.

Dissolvendo as diferenças de perfil e comparando diretamente as condições de acesso às TIC com o desempenho, vemos que a relação entre eles é reforçada: a aprovação só é maior que a reprovação entre os que acessam a internet através da banda larga e os que possuem computador e/ou *tablet*, sendo que, entre os que possuem apenas pacote de dados e entre os que possuem apenas celular, a taxa de reprovação é maior que a de aprovação.

Como ficou claro, a análise do desempenho no ano letivo de 2020 começa a delinear a relação desse desempenho no ano pandêmico com as condições de acesso às TIC dos estudantes. Por sua vez, a comparação com o desempenho do ano letivo de 2019 nos oportuniza reforçar essa interpretação, uma vez que permite comparar os resultados dos estudantes no contexto das ARE, onde o acesso às TIC foi essencial, com os resultados dos estudantes em um

contexto em que esse acesso não era determinante. A comparação entre estes dois grupos permite entender como se comportaram as desigualdades pré-existentes entre os estudantes no que se refere às variáveis de perfil, permitindo uma melhor captura dos efeitos das condições de acesso às TIC sobre o desempenho desses grupos – uma vez que possibilita dimensionar as diferenças que já existiam antes do contexto pandêmico e qualificar o crescimento ou a diminuição dessas diferenças como um efeito mais direto das condições de acesso às tecnologias pelos estudantes. Dessa forma, podemos compreender melhor as desigualdades existentes nos Projetos de Educação de Jovens e Adultos analisados no que se refere ao que aqui sinalizamos como *capital cibernético*.

Em outras palavras, essa comparação nos mostra o impacto relativo que o contexto da pandemia e a adaptação ao ensino remoto causaram nos estudantes. Ela nos revela que a distribuição desse impacto não foi uniforme – na verdade, foi mais sentido por uns que por outros. Embora a taxa de aprovação tenha caído significativamente para a EJA/CP como um todo, os resultados mostram que os homens tiveram uma queda maior que as mulheres, considerando que em 2019 tiveram taxas de aprovação parecidas.

Em relação ao pertencimento étnico-racial, autodeclarados pardos e pretos também tiveram uma queda maior do que a apresentada pelos autodeclarados brancos. Nesse sentido, vale ressaltar que, enquanto em 2019 os brancos apresentaram a segunda maior taxa de aprovação, atrás de pardos (como mostrou o Gráfico 7), em 2020 foram os que manifestaram a maior taxa entre os grupos. Os autodeclarados pretos apresentaram as menores taxas de aprovação nos dois anos, sendo que a diferença em relação aos autodeclarados brancos aumentou em 2020. No que se refere à situação ocupacional, os desempregados apresentaram a segunda menor taxa de aprovação em 2019 (88%) e a menor taxa em 2020, mas foi apenas o terceiro de maior queda.

As condições de acesso à internet e aos equipamentos de comunicação e informação também se mostraram relevantes para a interpretação das quedas nas taxas de aprovação entre os anos. Embora tenham apresentado taxas de aprovação bem similares aos pares de suas categorias no ano de 2019, estudantes que acessam a internet apenas através de pacote de dados e os que têm acesso apenas ao celular tiveram quedas mais significativas que os estudantes que têm acesso à banda larga e ao computador.

Nesse sentido, os resultados observados pela pesquisa demonstraram, em primeiro lugar, que o acesso às TIC é desigual entre os estudantes da EJA/CP, sendo que essa desigualdade impactou de forma significativa a implementação das ARE, considerando também a proposta pedagógica característica da Educação de Jovens e Adultos, que deve levar em conta

as especificidades dos educandos e das educandas no que tange às suas condições e trajetórias de vida.

Em segundo lugar, a pesquisa demonstrou a existência de desigualdades entre os estudantes no que se refere ao conceito de capital cultural cibernético, se atendo à necessidade incontornável da posse e do uso habituado das TIC para a realização das ARE pelos estudantes. Nessa direção, os resultados indicaram uma relação importante entre as desigualdades referentes às TIC e o desempenho dos estudantes no ano letivo de 2020, confirmando que as condições de vulnerabilidade sinalizadas como desafio à implementação efetiva das ARE na Educação de Jovens e Adultos se mostraram determinantes para os resultados obtidos pelos estudantes em seu processo de ensino.

Por último, a pesquisa mostrou que o contexto da pandemia e a adaptação ao ensino remoto reforçaram desigualdades, no que se refere às desvantagens pré-existentes que foram ampliadas pela necessidade de acesso à internet e posse de equipamentos específicos. Esse fato foi observado entre os autodeclarados pretos, por exemplo, que historicamente enfrentam obstáculos no que se refere tanto ao acesso a direitos sociais, como a educação, quanto às possibilidades de consumo, aqui assinalado pela necessidade de posse de equipamentos tecnológicos. Ademais, o contexto da pandemia e a adaptação ao ensino remoto também criaram desigualdades no processo educacional. A comparação entre os desempenhos de 2019 e 2020 mostra que grupos que antes da pandemia não tinham desvantagens significativas no que se refere à aprovação – caso dos estudantes que acessam a internet apenas através de pacote de dados e dos que possuem apenas celular –, no contexto das ARE, tiveram uma queda significativa – e maior que os outros grupos que compõem suas categorias – no que se refere à aprovação no ano letivo de 2020, fato que em última instância pode contribuir para o distanciamento do estudante da retomada de seu processo de escolarização, isto é, de seu Direito Constitucional à Educação.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre [1966]. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; CATANI, Afrânio (orgs.). **Pierre Bourdieu**. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 39-64.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude [1964]. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: EDUFSC, 2014.

BUTTERFIELD, Andrew; NGONDI, Gerard Ekembe; KERR, Anne (eds.). **A dictionary of computer science**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

JÚNIOR, Adenilson. S. C.; OLIVEIRA MATEUS, Kergileda. A. de; LIMA, Marileide. M. P.; MENEZES, Mônica. C. de; COSTA, Solange. B.. Educação de jovens e adultos (EJA) no contexto da pandemia de Covid-19: cenários e dilemas em municípios baianos. **Revista Encantar-Educação, Cultura e Sociedade**, Bom Jesus da Lapa, n. 2, p. 01-22, ago. 2020.

Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/9357>. Acesso em: 22 jun. 2021.

LIMA, Francisca. V.; COSTA, Aldemar. B. da; LOPES, Cléber.; HARACEMIV, Sonia. M. C. Educação não Presencial na EJA do Paraná em Tempos de Pandemia. **Interacções**, Cidade, v. 16, n. 54, p. 106-125, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/21022>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MELO, Juliana Ferreira de; NICÁCIO, Luiz Gustavo; ARAUJO, Denise; GROSSI, Maria Elisa *et al*. Diretrizes para estruturação e organização das atividades emergenciais de ensino remoto no Projeto de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos – 2º Segmento (PROEF-2) e no Projeto de Ensino Médio de Jovens e Adultos (PROEMJA) do Centro Pedagógico da UFMG. Belo Horizonte: Centro Pedagógico da Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG, junho de 2020.

NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; CATANI, Afrânio. (orgs.). **Pierre Bourdieu**. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 2007.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. **TIC Domicílios 2019**. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020.

NUNES, Roberson; GEBARA, Tânia; MELO, Juliana Ferreira de; SILVA, Fabrine Leonard *et al*. **Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Remoto Emergencial do Centro Pedagógico – EBAP/UFMG**. Belo Horizonte: Centro Pedagógico da Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG, julho de 2020.

ROCHA, Eliane Cristina de Freitas. Relações entre *habitus* e fluência tecnológica: uma leitura a partir de Bourdieu. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12, 2011, Brasília. **Anais**... Brasília: UNB, 2011. p. 1727-1744. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1707/Rela%C3%A7%C3%B5es%20-%20Rocha.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SOARES, Leôncio J. G.; SOARES, Rafaela C. e S. O reconhecimento das especificidades da Educação de Jovens e Adultos: constituição e organização de propostas de EJA. **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona: Arizona State University, 2014. p.1-22.. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=275031898083>. Acesso em: 22 jun. 2021.

CAPÍTULO LV

"A *ELASTICIDADE* DO DIA A DIA": AS DESIGUALDADES E ESTRATÉGIAS DOS ALUNOS DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM SEUS DESLOCAMENTOS DIÁRIOS *DE* E *PARA* A UFRJ.[1]

Sara Esther Dias Zarucki Tabac [1]

[1] Doutora em Ciências Sociais PPCIS – UERJ. sara.zarucki@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A "elasticidade" é um termo utilizado por uma entrevistada ao descrever seu dia a dia. Precisa se adaptar, ter uma rotina de dormir em uma cidade e no dia seguinte estar antes do amanhecer em outra para poder fazer licenciatura em Ciências Sociais na tão prestigiada Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entender o sentido da distância que percorre, quase que diariamente, do Largo de São Francisco, local do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, onde tem as aulas, no centro da cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente perto do metrô da Uruguaiana, até sua moradia na cidade de Maricá, nos mostra que a sociologia está presente em todo o artigo ao promover uma discussão que vai além do âmbito físico. No decorrer do artigo pretendemos mostrar, a partir das falas das alunas entrevistadas, que a cidade é uma construção social que está repleta de suas próprias lógicas e sentidos atribuídos pelos seus citadinos.

Este artigo está localizado no campo que envolve não somente a percepção das desigualdades geradas pelas diferentes origens sociais dos alunos, mas também, na compreensão do efeito da cidade no dia a dia desses alunos. As políticas públicas educacionais, dentre elas as políticas de Reestruturação do Ensino Superior – REUNI (BRASIL, 2005), focadas permitiram o ingresso no ensino superior de pessoas de diferentes origens sociais. Por que é então, necessário pensarmos em uma geografia de oportunidades?

---

[1] Este artigo foi originalmente publicado em sua íntegra na Revista Práticas de Gestão Pública Universitária – PGPU UFRJ no volume 4, N.1 (2020) - https://revistas.ufrj.br/index.php/pgpu (acesso em 28/09/2020)

Aspecto esse que, segundo Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (2010), é a inserção dos efeitos dos contextos sociais conformados pela organização social do território sobre as condições efetivas de escolarização de crianças e jovens. Ainda segundo o autor, as pesquisas que visam a conjugação entre a sociologia da educação e a sociologia urbana, são importantes para nos aprofundarmos na discussão sobre as desigualdades de oportunidades no Brasil. Esse é movimento que essa pesquisa busca realizar.

Situamos essa pesquisa mais precisamente no subcampo de trabalhos sobre o ensino superior e mais especificamente na formação do professor de sociologia no curso de licenciatura em Ciências Sociais da UFRJ. Fizemos um recorte também que gostaria de chamar atenção do leitor e que permeia muitos aspectos, que está relacionado ao âmbito/ campo da sociologia urbana. No caso, o destaque está para o que chamo das "estratégias" utilizadas pelos alunos para o deslocamento *de e para* o campus do IFCS[2]. Essa questão do deslocamento está situada sob uma lógica relacional, e de perspectiva de cada aluno sobre o que é "morar longe" ou "morar perto" do IFCS. A cidade se torna também um elemento crucial da pesquisa. Não será somente olhar para ela como mais uma cidade, mas sim compreender as articulações para pensarmos elementos que a deixam mais desigual. Para Georg Simmel (1976) a cidade é o espaço de demarcação das desigualdades, ela por si só é excludente. Quais estratégias esses alunos utilizam para lidarem com essas desigualdades diárias e irem para o IFCS diariamente?

A importância dessa pesquisa se dá sob duas perspectivas. A primeira é pela aprovação da lei 11.684 de 02 de junho de 2008 que tornou obrigatório o ensino de Sociologia na grade curricular do Ensino Médio[3]. Com tal decisão, foi ampliada a necessidade de novos profissionais de ciências sociais habilitados, licenciados, para ministrarem aulas de sociologia no ensino médio, o que se tornou uma demanda que se encontra na segunda justificativa dessa pesquisa, respaldada na homologação da Resolução CNE/CP nº 2 de 1º de julho de 2015[4]. Tal regulamentação exige a reformulação de todas as licenciaturas com grande aumento da carga

---

[2] O IFCS está localizado no Largo São Francisco de Paula, 1 - Centro, Rio de Janeiro. Considerado uma região central da cidade do Rio de Janeiro

[3] Para um debate mais profundo sobre as disputas políticas que culminaram com a lei, recomendo a leitura da dissertação de Gustavo Cravo. Link aqui: (www.labes.fe.ufrj.br/download/?ch=eb30fe564525c94a6b61ebb72a0e9cf2*) Acesso em 10/05/2018*

[4] Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Link aqui:http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/21028-resolucoes-do-conselho-pleno-2015 (Acesso em 10/05/2018)

horária, evidenciando ainda mais a importância do debate e de se compreender a formação desses futuros professores.

Neste artigo refletimos sobre os dados relativos da pesquisa análise da relação dos estudantes com a cidade e seu deslocamento, quase que diário, bem como sua relação com a própria universidade, no caso, a UFRJ.

O foco está na discussão de estratégias de permanência e de deslocamento dos alunos no curso de licenciatura em ciências sociais. Dentre as conclusões levantadas destacamos, sob uma ótica geral, a relação deles com a universidade, abordando questões como dificuldades para a permanência de alunos que moram em outros municípios, é necessário informarmos que o curso pesquisado se realiza no período da noite na universidade. Esse é um ponto essencial que reforça a importância não somente da pesquisa, mas de políticas que permitam o deslocamento desses alunos. A própria estrutura física da universidade, com poucos recursos, foi bem criticada pelos alunos (para se ter uma ideia, uma das salas de aula do curso possuía um ar condicionado, mas estava quebrado. Dois ventiladores no teto não davam vazão para as noites de calor) e a importância, inclusive simbólica, da manutenção da bandejão na universidade[5]. Como eles mesmos disseram: "Já é um começo!"

2. O PERCURSO METODOLÓGICO

Para conhecer o perfil dos alunos de licenciatura em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ fizemos algumas escolhas metodológicas recorremos à investigação qualitativa (PEIRANO 2014). Entrevistamos mais profundamente seis estudantes e aplicamos no total vinte questionários. Ressaltamos que os alunos eram todos de uma única turma e matriculados em uma mesma disciplina no período da pesquisa. As entrevistas e os resultados dos questionários, foram transcritos e categorizados como poderá ser visto no decorrer do trabalho. No artigo a seguir, o leitor irá encontrar uma intepretação das categorias acerca da distância, deslocamento e estratégias desses alunos para estudarem no IFCS/UFRJ.

5 Estive presente no campo no processo de transição de um ambiente de "entrega de alimentos", a cantina, para a "bandejão", espaço onde estudantes podem fazer suas refeições.

3. OS OLHARES MICROS SOCIAIS SOBRE A DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS: QUANDO A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO SE ENCONTRA COM A SOCIOLOGIA URBANA.

Neste tópico iremos nos aprofundar no debate construído historicamente pela sociologia da educação, sobre as desigualdades de oportunidades educacionais, mas tendo a questão da mobilidade como um aspecto importante a ser inserido. Como pensar uma universidade sem levarmos em consideração sua localização e principalmente os efeitos do território sobre as condições reais de possibilidade desses estudantes. O IFCS/UFRJ está localizado mais precisamente no Largo São Francisco de Paula, número 1, no Centro do Rio de Janeiro[6] .

O local é considerado presente em uma das regiões mais centrais da cidade e de fácil acesso. A desigualdade de oportunidades educacionais envolve não somente o acesso ao ensino superior, mas também compreender quais são os instrumentos ofertados a esses estudantes para o seu deslocamento diário para a universidade. Qual cidade é a vivida por esses estudantes? Essas e outras questões foram realizadas no questionário e aprofundadas nas entrevistas. Segundo Ribeiro (2010) os atuais estudos no âmbito da sociologia da educação consideram a vizinhança e o bairro como instâncias capazes de gerar desigualdades educacionais. Ainda segundo o autor, poucas pesquisas consideram contextos sociais extraescolares, tais como as condições de habitação, concentração territorial de pobreza etc.

Adiciono a esses exemplos, as redes de transporte intramunicipais e intermunicipais e a atenção que devemos ter ao pesquisarmos uma universidade localizada na zona central da cidade. Não somente uma cidade qualquer, estamos falando de um grande aglomerado urbano que possui especificidades de uma metrópole.

> Nas metrópoles brasileiras enfrenta-se a face mais aguda dos desafios de uma sociedade que consolida a democracia e homogeneíza os valores das crenças republicanas – processo fortemente relacionado com a universalização da educação básica, mas que, ao mesmo tempo, mantém e aumenta as desigualdades sociais (RIBEIRO,2010, p.40)

6 Deixo à disposição um link para acesso no Google Maps para uma melhor visualização do objeto: https://www.google.com.br/maps/place/UFRJ++Instituto+de+Filosofia+e+Ci%C3%AAncias+Sociais/@-22.905342,43.1834627,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x997f6763135995:0xf892d62d34bfb5b7!8m2!3d-22.905347!4d-43.181274(Acesso em 26/04/2020)

O conceito de geografia de oportunidades está baseado na ideia de que a estrutura, a qualidade e o acesso a oportunidades, no caso aqui educacionais, variam de acordo com as caraterísticas socioeconômicas dos bairros/ vizinhanças. Para Campelo e Alves (2012) a estrutura, a qualidade e o acesso a oportunidades variam de uma área para a outra. Um dos aspectos da geografia de oportunidades está relacionado aos mecanismos da segregação urbana que afetam diretamente a distribuição objetiva da estrutura de oportunidades. Discutida mais amplamente pela teoria do desajuste espacial no mercado de trabalho, esta hipótese também passou a ser utilizada para entender as barreiras espaciais no acesso à saúde e educação. Na área da educação, as autoras são enfáticas a dizerem que podemos pensar que as oportunidades e escolhas dos indivíduos são afetadas pela quantidade e qualidade de escolas oferecidas em suas vizinhanças.

4. RESULTADOS: UM PANORAMA DO DESLOCAMENTO – "DE E PARA" O IFCS

4.1. Com quem você mora?

Tabela 1 – Moradia. Com quem você mora?

AONDE VOCÊ MORA E COM QUEM?	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
Em casa ou apartamento, com sua família.	13	65,0
Em casa ou apartamento, sozinho (a).	2	10,0
Em casa de outros familiares	1	5,0
Em habitação coletiva	2	10,0
Em casa/apto, mantidos pela família para moradia do estudante	2	10,0
Total	20	100,0

Fonte: Dados da pesquisa. Uerj (2018)

Nessa tabela, destaco a quantidade de estudantes que ainda moram com seus pais ou familiares. Considero também um número expressivo os que vivem em habitações coletivas e ou mantidos pela família para a moradia do estudante. Se somado ao número dos que moram na casa de outros familiares temos cerca de 5 estudantes. Quantos desses precisariam de moradia / alojamento mantido pela universidade. Muitos destacam o quão difícil é ter que depender de amigos, familiares e conhecidos para poderem morar em um espaço mais próximo do IFCS.

4.2. Em qual cidade você mora?

Dos 20 alunos, 17 moram na cidade do Rio de Janeiro e 3 moram em outras cidades do estado do Rio de Janeiro. Destaco as cidades: Maricá, Araruama e Nova Iguaçu. Essas três alunas, no caso são mulheres, foram escolhidas para serem entrevistadas pois dentre as questões levantadas nessa pesquisa, está o deslocamento feito por elas para / da UFRJ. Achamos importante a adição do mapa do estado do Rio de Janeiro para termos uma dimensão maior da distância entre cada cidade. Em números, verificou-se que de Maricá para o Rio de Janeiro a distância é de 58, 6 quilômetros. Entre Araruama e Rio de Janeiro são 118,4 quilômetros. No caso de Nova Iguaçu são 49,6 quilômetros. Quando questionado sobre a média de duração de seu tempo de deslocamento, 9 alunos levam **mais de uma hora** no deslocamento e os outros 11 alegam que levam **menos de uma hora**. Na tabela a seguir apresentamos os meios de transporte utilizados. É interessante perceber que 15 entrevistados disseram não ter dificuldades de deslocamento para e ou do IFCS. É quase que algo tão elástico em suas rotinas que se torna algo naturalizado. Para todos os entrevistados, o fato do IFCS estar localizado no centro do Rio de Janeiro é um fator positivo pois, tem além do acesso do metrô, muitos ônibus e acesso para a Central do Brasil[7] .

4.3. Bairro. Qual é seu bairro?

Qual é o seu bairro?

	FREQUÊNCIA	DISTÂNCIA EM QUILÔMETROS DO BAIRRO PARA O IFCS
Jardim Botânico	1	11Km
Copacabana	2	9km
Tijuca	2	8Km
Itaipuaçu (fora do município do RJ)	1	30Km
Paraty (fora do município do RJ)	1	260km
Jardim América	1	26Km
Araruama (fora do município do RJ)	1	110Km
Ilha do Fundão	1	18km

7 <https://pt.wikipedia.org/wiki/Esta%C3%A7%C3%A3o_Central_do_Brasil>

	FREQUÊNCIA	DISTÂNCIA EM QUILÔMETROS DO BAIRRO PARA O IFCS
Méier	2	12km
Jacarepaguá	2	32 km
Nova Iguaçu (fora do município do RJ)	1	40Km
Ramos	1	16km
Parque Horizonte	1	40km
Botafogo	2	6km
Ilha do Governador	1	21Km
Total	20	xxxxxxx

Fonte: Dados da pesquisa. Uerj (2018)

Nessas informações sobre os bairros, colocamos ao lado a distância em quilômetros para se ter uma ideia sobre os deslocamentos dos estudantes de seus respectivos bairros até a universidade. nas entrevistas a seguir, fica evidente que essa distância é compreendida por cada um de uma maneira diferente e isso influência a forma como podemos entender as desigualdades e estratégias de permanência na universidade.

4.4. Como se locomove? Qual ou quais os meios de transporte que você utiliza para o deslocamento (indo e vindo) para a UFRJ/ IFCS?

DESLOCAMENTO (DE/ PARA)	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
Ônibus Urbano (Dentro do Município do Rio de Janeiro)	11	55,0
A pé/carona/bicicleta	3	15,0
Metrô	3	15,0
Ônibus Intermunicipal (Entre cidades da região)	3	15,0
Total	20	100,0

Fonte: Dados da pesquisa. Uerj (2018)

Uma das entrevistadas mora na cidade de Araruama. Considerando esta a cidade me termos de distância a maior até o Rio de Janeiro, pergunto a ela sobre a distância entre sua casa/ cidade e o IFCS/ Centro do Rio e a relação com a quantidade de transportes que ela utiliza em seu trajeto. Segundo Kátia: "É um pouquinho longe, é um pouco longe, considero longe. Acho que é mais caro que longe. São três horas de viagem, mas eu não sinto tanto a distância. Às vezes

fico entediada, mas não tanto". Ela diz que se acostumou com a distância e que por ela ter que pegar quatro ônibus pra chegar. Mas quando ela precisa chegar à noite em casa, ela vai direto devido ao medo de perder um transporte:

> [...] Porque se eu perco um (transporte), eu posso ficar no meio do caminho e não vou conseguir nem ir pra frente...não vou conseguir nem voltar pro Rio e nem ir adiante, então vou ter que ficar na rua. Então de noite eu vou direto para Niterói. Da Alameda eu pego ônibus até o Centro de Araruama e depois pego uma van até minha casa, ou Uber (KÁTIA,2017).

Dentre as minhas perguntas em relação ao deslocamento/ local de moradia, busquei identificar as razões pelas quais os alunos iam para a UFRJ mesmo tendo outras universidades mais próximas de sua residência. Quando se pensa na geografia das oportunidades educacionais, precisam ir além e compreender os aspectos simbólicos que envolvem certas escolhas. O prestígio da UFRJ é destaque. Quando eu pergunto para Kátia (2017),ela é enfática e diz que veio pra UFRJ "por causa do nome. Só por isso. Eu não analisei currículo. Eu vim aqui antes, descobri que Ciências Sociais era aqui no IFCS, eu achei o prédio legal". por exemplo, pra eu estar num evento aqui 7h da manhã, não tem como eu sair de lá, então eu teria que vir pro Rio. A entrevistada já aponta que os problemas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) pesaram na decisão de ficar na UFRJ.

A informação sobre a possibilidade de bolsas e acessos a mais recursos pesou na escolha também "eu primo também estudou em universidade pública e falou que provavelmente eu conseguiria mais bolsa, teria mais acesso a algumas coisas na UFRJ, por ser federal". Quando perguntamos sobre a possibilidade de estudar na Universidade Federal Fluminense, localizada na cidade de Niterói e de melhor acesso para ela, a resposta foi " E, eu estudava em Niterói, só que por algum motivo que eu não sei explicar, eu não gostava da UFF, aí eu nem quis saber da UFF". Carolina (2017), é uma das alunas que pediu reingresso para a licenciatura e está, ao mesmo tempo , fazendo o mestrado em um outra instituição, mora em Maricá, uma cidade também distante do Rio de Janeiro disse que por ir duas ou três vezes na semana ao Rio. Interessante destacar que esse foi um processo "gradual" nas palavras da entrevistada "Não tive problema nenhum (em ir e vir de Maricá pro Rio). Porque de certa forma foi meio gradual, porque no Fundamental II eu fui pro Centro de Maricá, no Ensino Médio eu fui pra Niterói, aí na faculdade eu vim pro Rio" (CAROLINA, 2017)

Quando eu questiono sobre a distância, ela conta que conseguiu se mudar para o Rio de Janeiro, ao longo do Bacharelado. eu estava morando em Vaz Lobo, um bairro na cidade do Rio de Janeiro, na casa de uma parente. Mas a violência foi o fator que a fez preferir fazer o deslocamento do Rio – Maricá.

> [...] Então eu saí de lá por causa da violência, eu não quero ficar lá. Porque lá (em Maricá) de qualquer forma eu tenho uma vida mais fácil, porque moro com minha mãe...Morar com os pais enquanto fazer o Mestrado é muito mais prático, te dá muito mais tempo pra cuidar da pesquisa" (CAROLINA, 2017).

Quando eu busco entender as consequências práticas dessa decisão ela é enfática do dizer que é o deslocamento e de que forma isso atinge sua participação em eventos acadêmicos na universidade. "o evento acadêmico começa nove da manhã e vai até cinco horas da tarde. Pra estar aqui nove horas da manhã, eu vou ter que passar por Niterói, no horário do rush, então eu acabo levando três horas de lá até aqui. Então, pra estar aqui às nove, eu teria que sair de casa às seis, acordar às cinco". Mas se for coisa de manhã, não dá. Então eu tive que cortar da minha agenda todos os eventos que começassem de manhã, ou pelo menos não participar da programação da manhã desses eventos" ... "sempre estudei longe de casa, sempre, sempre. Também tinha que pensar que tinha todo um planejamento...tipo, tinha que estar lá às oito, então...acordar muito cedo. As aulas sete da manhã eram um sacrifício". (CAROLINA,2017)

Quando discutimos as estratégias de permanência desses estudantes na universidade, a fala de Helena (2017) mostra que os alunos saem em grupos para assegurar uma certa segurança no caminho até o transporte público e reforça que a insegurança e a distância foram dois fatores que quase a impediu de realizar o curso. Nas palavras da entrevistada, ela descreve o que chama de "dilema": "então, desde mundo da minha família era muito contra e tal, só quem apoiava mesmo era minha mãe, aí no início eu fiquei na casa da prima do meu pai, em Laranjeiras. Quando decidiu voltar para a sua residência, em Nova Iguaçu, ela diz que:

> [...] São duas horas indo e voltando, assim, aí eu pegava um ônibus que vai pela Brasil direto, que era menos perigoso do que o trem, mas bem entre aspas, né. Porque o trem é impossível pegar, é impossível pegar depois das nove porque é tipo muito perigoso" (HELENA,2017)

Uma terceira estratégia utilizada pela estudante foi a de ficar na casa de uma amiga durante o último ano da universidade: "Porque a gente não tem uma condição de ter um estágio que dê pra se manter dentro da universidade e pagar por um lugar pra você ficar durante ela" Nesse momento, o Centro se torna um elemento positivo, pois a proximidade do trem é algo bem positivo em seu relato:

> [...] O Centro em si é bem melhor que os outros lugares que tem universidade assim, aqui no Rio. Pra compensar, aqui tem o trem, é mais próximo e tal, porque pra lá não existe, né. Tipo, tem a Rural que é mais próximo, mas eu optei por vir pra cá. (HELENA,2017)

Para Márcia, mesmo com os problemas ela enaltece o curso e diz que foram poucas as vezes em que pensou em desistir do curso. O período na universidade fez com ela aprendesse

muito. Quando buscamos entender a relação entre o local de moradia e a universidade, ela diz que por morar em Santa Cruz. Eu moro em Santa Cruz, né. Então eu sempre gostei muito de vir pro Centro da cidade e tal, aí adorava esse prédio do IFCS e aí eu descobri que aqui tinha Ciências Sociais, aí eu falei "eu quero estudar lá. (MARCIA,2017)

As estratégias estavam ligadas ao meio de transporte. Para Aline, a distância pesou na escolha. "A UERJ eu não fui por conta da distância. Tem metrô direto?" . Quando ela passou no vestibular para o IFCS, estava com problemas familiares que não a permitia estudar longe de sua residência e por isso, o IFCS foi a escolha:

> [...]Sempre procurei, até mesmo quando eu fui fazer Direito (a primeira graduação da entrevisatada), tentar algo que eu pudesse chegar em casa o mais rápido possível, ter uma facilidade de condução... "ah, sua mãe tá passando mal", vamos pra lá! Eu sempre procurei trabalhar no Centro até pra poder dar essa assistência a ela (ALINE,2017).

Júlia é um caso interessante. Ela é natural de Barra Mansa, uma cidade do interior do estado do Rio de Janeiro, quando passou para a UFRJ, a família que possuía uma casa na região da Tijuca, acabou cedendo o local para que ela morasse lá durante a graduação.

> [...] E aí também me põe nesse privilégio de não depender de aluguel no Rio de Janeiro. Entendo ele também. Porque sinceramente, se não tivesse, meus pais não teriam como ter me mantido aqui...não tenho gasto nenhum". Eu aqui ou em Barra Mansa." (Júlia,2017)

Então, eu moro muito perto do metrô. Tipo, cinco minutos do metrô, um quarteirão, menos que isso. E aqui também é muito perto do metrô, né. Aí...eu acho muito perto. Eu falo que é muito perto pras pessoas quando elas me perguntam. Porque eu saio meia hora antes de casa. Antes, quando não tinha o metrô da Uruguai, que foi a época do Bacharelado, eu pegava na Saens Pena, aí isso me dava 10 minutos a mais de caminhada. Eu reconheço muito o privilégio disso, assim. Porque no Bacharelado principalmente – e agora na Licenciatura também, tem muitos amigos que moram longe. E às vezes a gente sai da aula, eu estou em casa deitando pra dormir e os meus amigos estão no transporte ainda, sabe. Tipo, "vou dormir, boa noite", e eles "cara, nem cheguei em casa ainda". E aí óbvio, como cientista social, eu não tenho como não reconhecer o privilégio disso. Eu tinha uma amiga, no Bacharelado, que morava na Ilha (do Governador) que ela tinha que sair duas horas antes de casa, pra chegar aqui oito e meia, porque é o horário de pior trânsito ali naquela "gargalão" da Ilha . E pra mim, saía 40 minutos...e ainda saía atrasada às vezes.

O perfil do estudante da licenciatura também é algo que chama a atenção de Júlia, o estudante trabalhador. É algo que ela não percebia quando fazia o curso de bacharelado. "que

a Licenciatura tem uma coisa interessante: é que muita gente vem direto do trabalho. Muita gente vem direto de alguma coisa, sabe. Até o pessoal que só estuda, também. Às vezes já está aqui no Centro fazendo alguma atividade, alguma coisa assim. Dificilmente eu vejo as pessoas saindo de casa pra vir pra aula, na Licenciatura. Sempre rola, "ah, eu tenho que fazer alguma coisa antes" e tal. Eu achava isso mais gritante, mas na hora de voltar tem disso...tipo, o pessoal chega bem mais tarde e sai bem mais cedo, de manhã. (JÚLIA,2017)

Helena já começa a entrevista comentado sobre a dificuldade de chegar para o local combinado " É um perrengue. Hoje, por exemplo, você marcou comigo às 16h30. Eu saí de casa 14h40. Ou seja, cheguei aqui no Rio era 16h30. E olha que eu peguei o ônibus rápido". A necessidade de uma adaptação é algo presente em todas as falas e, no caso da Helena, vinha adicionado ao trabalho "eu saía do trabalho todo dia quatro horas, eu pegava mais cedo no trabalho pra poder sair e eu não podia fazer matéria todos os dias porque o trabalho não podia me dispensar todos os dias. Eu tinha que cumprir uma certa carga horária, mas não tinha como fazer isso. Então eu saía de lá, vinha direto pra cá, e na época eu vinha até de metrô porque o metrô você tem uma noção...vai sair sempre naquele mesmo tempo, então...mas o problema era sempre à volta, né. Ainda mais...às vezes você sai daqui dez horas, até eu pegar o ônibus, chegava em casa meia-noite"

Quando eu buscava entender sobre os eventos acadêmicos que ela participava na universidade, Helena diz que por conta do trabalho diz que não aproveitou tanto a faculdade

> [...] Eu não tinha como, né. Eu trabalhava, estava o dia inteiro trabalhando, eu saía do trabalho e vinha pra cá. Eu saía de cá e ia correndo pra casa. E assim meu dia acabava, e a semana passava. Agora, eu deixei muito pro final, eu sinto que..eu não tinha coragem de largar meu emprego, eu não conseguia viver sem trabalhar, então eu fui botando pra frente, pra frente, pra frente...até não conseguir mais. Até falar "não dá, eu preciso parar agora". E aí parece que eu devo ter mais um semestre aqui, e esse semestre é o semestre que eu quero aproveitar. Porque eu queria muito ser monitora e eu não consegui ser, eu queria muito fazer PIBID e não consegui fazer. Então eu queria aproveitar esse último semestre pra fazer tudo que eu tenho pra fazer no IFCS. (risos) Porque eu também não vou poder ficar sem trabalhar pra sempre (HELENA, 2017).

Helena, mora em Nova Iguaçu e por isso, quis indagar sobre a escolha do IFCS ao invés de uma universidade mais próxima da casa dela e sua resposta segue um padrão interessante. "Mais perto da minha casa é a Rural, né. Que também não é tão perto, Seropédica. E eu não via no curso de Ciências Sociais em Seropédica a mesma infraestrutura que eu via no IFCS, o mesmo peso do IFCS Lá eles não tem essa...não é uma cultura deles o curso de Ciências Sociais. Aí também lá era Bacharelado, era diurno. O curso não tinha uma boa avaliação, eu até pensei na época, e foi uma das minhas opções, mas querendo sempre, primeira opção, IFCS. Até porque é pro Centro, é mais fácil você chegar no Centro do Rio, né. Assim, há diversos meios de

transporte, mas a duração das viagens é muito longa, até porque tendo em vista essas obras na Avenida Brasil e tudo mais, isso dificulta. Pra mim vir de carro pra mim é inviável porque o preço dos estacionamentos é exorbitante aqui no Rio. Eu teria que despender uma boa grana, e eu não fazia isso quando eu tinha um emprego. Agora que eu não tenho é que eu não vou fazer mesmo" (HELENA, 2017)

Michel Agier (2011) é enfático ao dizer que os lugares próximos do citadino são aqueles com os quais ele se identifica o mais espontaneamente possível, são espaços de sobreposição quase perfeita entre um quadro físico e um sentimento de pertencimento a uma coletividade. Muitos dos entrevistados possuem uma relação com a cidade que vai muito além de uma percepção meramente física. Para alguns, a necessidade de sair de suas cidades e vir para a Cidade, essa sim, com C maiúsculo, envolve percursos e caminhadas que relativizam distância e constroem o que eu chamo de uma "cidade socialmente construída" no sentido de possuir quase que uma cidade imaginada para cada entrevistada.

Em uma das conversas informais com uma das entrevistadas, mostrei preocupação com o retorno dela para a sua residência tendo em vista o horário, já eram quase 21:00 da noite e a resposta foi uma grande surpresa. "Araruama não é longe! Fique tranquila. Longe é o Méier, isso sim! Pego 4 conduções e até meia noite estarei em casa" (Kátia, 2017). A cidade é uma construção social feita pelos próprios citadinos e precisa, portanto, ter sua devida importância na relação entre eles. Por isso busquei entender a razão pela qual elas não buscaram o curso em outras universidades mais próximas de suas residências.

Galster e Killen (1995 apud CAMPELO e ALVES, 2012) são categóricos ao afirmarem que não só as normas dominantes no grupo, os valores, ao padrões de conduta aceitáveis e as trajetórias de vida variam segundo o contexto, como também os tipos de informações que os indivíduos tem acesso e as disponíveis no bairro afetam diretamente a percepção acerca da estrutura de oportunidades sobre a qual deve tomar uma decisão.

Além das possibilidades de oportunidades, recorro a Sandra de Sá Carneiro (2009) no intuito de trazer uma contribuição à desconstrução da própria ideia de fronteiras construídas entre as áreas no Rio de Janeiro. Para além de uma construção sobre "Zona Norte" ou "Zona Sul", é de suma importância problematizarmos essa construção do território metropolitano e entendermos além das fronteiras. É importante por outro lado, compreendermos as formas de ocupação de seus espaços. "Por isso, é importante chamar a atenção para o fato de que perderemos em acuidade analítica cada vez que aceitarmos a divisão geográfico-social da cidade de forma essencializada e absolutizada" (CARNEIRO, 2009, p.194)

Ainda segundo a autora, a experiência social de viver em uma grande metrópole, nos grandes centros urbanos, devido à maior complexidade, heterogeneidade cultural e fragmentação de papéis pode favorecer a percepção das diferenças entre subuniversos e socioculturais. Transitar na cidade do Rio de Janeiro é sempre um convite que desperta o desejo de entender suas múltiplas faces e contrastes (CARNEIRO, 2009, p.205)

Essa relação entre estudo e trabalho é algo pesquisado há tempos dentro das ciências sociais. Nesta pesquisa gostaria de destacar o alto número de pessoas que estão inseridas em trabalhos informais (bicos ou até esporádicos). CARDOSO; SAMPAIO (1994) já discutiam sobre essa relação entre a estudantes universitários e o trabalho. As autoras discutem a questão partindo do pressuposto comum de que o trabalho e o estudo são atividades mutuamente excludentes. É importante darmos atenção para esse grupo de alunos e entender a razão (que nem sempre é econômica) para que eles estejam trabalhando enquanto fazer o curso superior. Uma informação já discutida nesse trabalho e trazida pelas autoras no texto é a de que a universidade é historicamente um local "formação de profissionais recrutados entre os filhos da elite" (CARDOSO; SAMPAIO, 1994. p.2) e nesse sentido, os estudantes da pesquisa se enquadram fora desse grupo historicamente privilegiado. É importante destacar que esses trabalhos informais são reflexo de alunos não podem ter horários muito rígidos de trabalho, tendo em vista não somente o tempo de deslocamento até a universidade, como também o tempo no trabalho. O curso é noturno e começa às 18:00. Uma jornada formal de 8 horas pode ser muito apertada e não permitiria a realização de estágio e ou atividades extra curriculares.

5. UMA BREVE CONCLUSÃO

No Brasil, país marcado por profundas e persistentes desigualdades, a universidade se torna uma das instituições na qual é possível perceber suas marcas. Bourdieu (1998) ao dizer que a escola não possui uma neutralidade e por isso é uma instituição que reproduz as desigualdades de uma sociedade, entendemos que precisamos ir além de políticas públicas educacionais focadas. O que Mesquita (2009) afirma ser os "desafios diários" dos estudantes da USP, conseguimos observar caminhos semelhantes entre os alunos de licenciatura em Ciências Sociais da UFRJ.

Fraser (2001) ao afirmar que é necessário garantirmos um tratamento diferenciado a esse público, oriundo de políticas públicas, endossa a questão apresentada na pesquisa: Como garantir a permanência desses alunos? Entrevistamos seis das alunas que continuaram e

persistiram, mas podemos abrir caminhos de pesquisas futuras para pensarmos as razões da evasão de muitos outros.

Lembro do meu primeiro dia em campo, pude perceber que a cidade, mais precisamente o centro do Rio de Janeiro, fazia com certeza parte da pesquisa. Mais do que isso, considero tão importante quanto os alunos pesquisados e o próprio IFCS. Digo isso pois foram inúmeras aulas que conseguimos escutar o VLT (Veículo sobre Trilhos)[8] passando ao lado da universidade. Era necessário pararmos a aula para esperamos a som de aviso/ sirene parar. Era a centro mostrando e deixando claro sua importância para nós. Sem dúvidas, compreender as dificuldades que os alunos levavam todos os dias para se deslocarem para a universidade nos faz pensar não somente na necessidade de uma maior e melhor integração entre as cidades próximas/ fronteiriças ao Rio de janeiro, como também no desgaste e esforço desses estudantes para concluírem o curso. Como a UFRJ pode dar um suporte a esses alunos? Mais do que nunca, destaco a importância da sociologia urbana e sua caminhada em paralelo com a sociologia da educação para pensarmos uma cidade e universidade realmente integrada e de acesso para todos.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos. Editora Terceiro Nome, 2018.

ALMEIDA, W. M. Estudantes com desvantagens econômicas e educacionais e fruição da universidade. Cad. CRH, v. 20, n. 49, jan.abr. 2007.

ALMEIDA, W. M. USP para todos? Estudantes com desvantagens socioeconômicas e educacionais e fruição da universidade pública. São Paulo: Musa editora, 2009.- Musa Sociologia.1967.7-43, 1995.

Borja, Jordi, et al. Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid: Taurus, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura."In: Escritos de educação 8, Editora Vozes, 1998. pp. 39-64.

BOURDIEU, Pierre. Futuro de classe e causalidade do provável. In: NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio Mendes (Org.). Escritos de educação. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.p.81-126.

8 VLT e suas rotas em: http://www.vltrio.com.br (Acesso em 02/08/2018)

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2005. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm >. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

CARDOSO, Ruth CL; SAMPAIO, Helena. Estudantes universitários e o trabalho. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 26, n. 9, p. 30-50, 1994.

CARNEIRO, Sandra de Sá. Rio, Zona Norte e Zona Sul: fronteiras para além dos estigmas *Cidade: olhares e trajetórias. Rio de Janeiro: Garamond*, p. 193-217, 2009.

DE QUEIROZ RIBEIRO, Luiz Cesar; KOSLINSKI, Mariane C. Fronteiras urbanas da democratização das oportunidades educacionais: o caso do Rio de Janeiro. Desigualdades urbanas, desigualdades escolares, p. 121, 2010.

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós socialista. Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 245-282, 2001.

HONORATO, Gabriela; HERINGER, Rosana (Ed.). Acesso e sucesso no ensino superior: uma sociologia dos estudantes. FAPERJ, 2015.

KOSLINSKI, Mariane Campelo; ALVES, Fátima; LANGE, Wolfram Johannes. Desigualdades educacionais em contextos urbanos: um estudo da geografia de oportunidades educacionais na cidade do Rio de Janeiro. Educ. Soc., Campinas, v. 34, n. 125, p. 1175-1202, Dec. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302013000400009&lng=en&nrm=iso>.

MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar Editores,1976.

PEIRANO, Mariza. 2014. Etnografia não é método. Horizontes Antropológicos/ UFRGS. IFCH, PPGAS, Porto Alegre: PPGAS, Ano 20, no. 42, p.377-391.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz et al. Desigualdades urbanas, desigualdades escolares. Rio de janeiro: Letra Capital, 2010.

SIMMEL, Georg. Metrópole e vida mental In: VELHO, Otávio G.(org.) *O fenômeno urbano*. 1976.

TELLES, Vera da Silva. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte, MG. Argvmentvm, 2010.

SOCIOLOGIAS DO CONFLITO E HUMANIDADES EM TENSÃO (MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSOS COMO CAMPO DE EXPERIMENTAÇÃO)

CAPÍTULO LVI

MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA NO BRASIL: ENTRE DESUMANIDADES E SOLIDARIEDADE DE CLASSES

Ana Paula Santana de Souza [1]
Karla Cunha Pádua [2]

[1] Mestre em educação pela Faculdade de Educação/ Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais – PPGE-UEMG, graduada em pedagogia e especialista em psicopedagoga. E-mail: anasantanapsico@gmail.com.
[2] Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em educação e graduada em ciências sociais pela mesma instituição. É professora de Sociologia: Sociedade e Educação na Faculdade de Educação (FaE-CBH) e membro do quadro permanente de professores do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE), da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). e-mail: karla.padua@uemg.br.

RESUMO

O presente artigo debate as formas de acolhida aos imigrantes promovida pelos movimentos sociais diante do crescente fluxo migratório para o Brasil na última década. Partindo do panorâma de migrações contemporâneas e das condições de vida e trabalho de imigrantes no Brasil, contextualizamos esse fenômeno, bem como os conflitos e tensões enfrentados pelos sujeitos que migram em busca de subsistência. No período delimitado, mais de um milhão de trabalhadores saíram de suas terras e vieram para o Brasil em busca de condições de sobrevivência, fugindo de recessões econômicas, conflitos políticos por territórios ou mesmo catástrofes naturais. Diante deste expressivo fluxo migratório há debilidades de políticas públicas para promover acolhida, condições vida e trabalho. Neste sentido, localizamos a atuação de movimentos sociais na luta por garantir inserção social e direitos básicos, bem como a promoção de relações interculturais que se fazem necessárias no combate ao racismo e xenofobia. Destacamos a solidariedade de classes como forma de romper barreiras para além das nacionalidades.

1. INTRODUÇÃO

Na última década, mais de um milhão de trabalhadoras saíram de suas terras e vieram para o Brasil em busca de melhores condições de sobrevivência. Muitos estão fugindo de recessões econômicas, conflitos políticos por territórios ou mesmo catástrofes naturais. Observamos que a crise política e humanitária na Venezuela e no Haiti trazem presença significativa de solicitantes de refúgio desses países.

O tema da migração suscita variados interesses de análise, pois é um fenômeno que marca as sociedades e suas relações. É possível encontrar investigações acerca do tema com perspectivas variadas. Algumas análises partem da geografia, mostrando quais são os movimentos migratórios. Outras, debatem o campo do direito e a legislação que contempla os

imigrantes. Falar do fenômeno da migração é também expor vidas, humanidades e desumanidades. Estudamos[1] o binômio educação-migração, situandoos processos educacionais dentro do terreno mais amplo, considerando aspectos políticos,econômicos e culturais. Ou seja, considerando educação não como sinônimo de escolarização, mas como processos e práticas de construção de saberes assentados nas realidades sociopolíticas, subjetivas e históricas das pessoas envolvidas (WALSH, 1991).

Por quantidade de pessoas ao longo da década temos uma presença marcante de haitianos, bolivianos, e venezuelanos. Colombianos, argentinos, chineses, portugueses e peruanos, também se fizeram presentes. A partir da crise política na Venezuela temos um maior número de imigrantes desta nacionalidade, o que pode ser confirmado pelos dados percentuais consolidados do ano de 2018. Verificamos que nesse ano, do percentual de imigrantes que acessaram o Brasil temos 39% de venezuelanos; 14,7% de haitianos; 7,7% de colombianos; 6,8% de bolivianos e 6,7% de uruguaios.

Em todos esses processos a busca por trabalho é associada à necessidade de conhecimento da cultura, da língua, da geografia, de direitos humanos e de profissões específicas. Desrosiers (2020, p. 182) explica que a migração contemporânea, do ponto de vista teórico, pode ser entendida como uma imigração de crise. Este conceito é usado quando o motivo para a migração está nas condições socioeconômicas e humanitárias do próprio local de origem, com um sentido de uma "emigração forçada".

Diante desta característica da migração contemporânea, movimentos sociais se organizam para acolher e aprender com os imigrantes. Em nossa pesquisa de mestrado, pudemos observar a atuação de três organizações: o Cio da Terra Imigrantes, a União Social dos Imigrantes Haitianos e o Serviço Jesuíta de Apoio aos Imigrantes. Mostramos neste trabalho como tais organizações se mobilizam no terreno educativo, tendo como motivação a solidariedade de classes.

---

[1] Pesquisa de mestrado intitulada "Estratégias Pedagógicas e Intencionalidade Política no Ensino de Imigrantes: Narrativas de Educadores", orientada pela Profª. Dra. Karla Cunha Pádua, no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação e Formação Humana, da Universidade do Estado de Minas Gerais – PPGE UEMG

2. MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA E AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS IMIGRANTES NO BRASIL

De 2011 a 2019 foram registrados no Brasil 1.085.673 (um milhão, oitenta e cinco mil, seiscentos e setenta e três) imigrantes, considerando todos os amparos legais. Deste total660 mil permaneceram no país por mais de um ano e destes destacam-se pessoas oriundas da América Latina, especialmente haitianos e venezuelanos (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020). Vemos que a crise econômica internacional iniciada em 2007 nos Estados Unidos introduziu maior complexidade ao fenômeno migratório latino-americano, ao incrementar a mobilidade humana no cenário sul-sul.

Fatores conjunturais foram determinantes para o aumento e consolidação da imigração proveniente do Sul Global no Brasil no início da década. Primeiro, sendo os EUA o epicentro da crise econômica, novos eixos tiveram de ser introduzidos como opção. Em segundo lugar, o reposicionamento geopolítico do país, impulsionado pelo desenvolvimento econômico e social, fez crer que havia um território da bonança na América Latina. Em terceiro lugar, a imagem do país como emergente, participante dos BRICS e organizando grandes eventos mundiais como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 (CAVALCANTI&OLIVEIRA, 2016).

Esses eventos aqueceram vários setores produtivos em todas as regiões do país, como a construção civil e serviços, incorporado facilmente a mão de obra que migrava por trabalho. Do ponto de vista legal, mesmo com um marco legal anacrônico até o ano de 2017, o país conseguiu estabelecer dispositivos de gestão da política humanitária permitindo que os imigrantes tivessem os documentos necessários para o ingresso no mercado de trabalho brasileiro.

Associado aos elementos elencados acima, podemos destacar a questão cambial, que é de grande importância e, por vezes, determinante para a população que buscava subsistir em território brasileiro no período destacado. A valorização do real em relação ao dólar, possibilitava queos imigrantes tivessem reservas para o seu projeto de vida. De 2010 a 2014 o dólar não superou a barreira dos três reais, com balanços anuais abaixo dos dois reais, como em 2010 (R$1,76), 2011 (R$1,68) e 2012 (R$1,96) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020). E, se o movimento migratório contemporâneo é constituído de homens e mulheresem idade laboral, chegando a aproximadamente 74% do total de imigrantes que saem dassuas terras e precisam de trabalho (UN DESA, 2019), considerar os fatores econômicos nos ajuda na compreensão da complexidade deste fenômeno.

Essas condições econômicas ganham crucial relevância para explicar a imigração contemporânea. Para Rodrigues et al (2014) o país exportador de mão de obra ganha, não só

com a entrada de remessas de valores enviados pelos imigrantes (movimentando sua economia), como aumenta a empregabilidade daqueles que não emigram. Para os países receptores, embora sempre coloquem em evidência os problemas sociais gerados pela imigração, são os que mais ganham, pois recebem uma mão de obra pronta a ser empregada, mesmo com pouca ou nenhuma qualificação**,** já que os imigrantes impossibilitados de escolha tendem a se sujeitar a qualquer tipo de trabalho.

Assim, o movimento migratório faria parte de uma estratégia do capital, de aumentar a exploração, ao passo que aumenta o exército de reserva (MARX, 2008), o que pode ser uma das explicações para a ineficácia de recepção e inserção dos imigrantes na economia do país receptor. Mesmo os trabalhadores qualificados que migram, em geral são àqueles que pedem refúgio, não são "bem-vistos" no país receptor. Já aqueles trabalhadores que precisam se qualificar vivenciam o vazio de políticas públicas para garantir qualidade de vida e emprego digno no país aonde chegam.

Para elucidar a relação emprego, renda e escolaridade dos imigrantes, lançamos mão de pesquisa na base de dados oficial do antigo Ministério do Trabalho, hoje Ministério da economia. Os dados consolidados da RAIS-CTPS-CAGED pelo período de 2012 a 2019mostram que o setor com mais admissões de imigrantes foi o de frigoríficos, seguido de construção de edifícios, restaurantes e comercio varejista. São setores com remunerações baixas, que exigem menor qualificação. Vemos que o total de imigrantes no mercado detrabalho formal passou de 55,1 mil, em 2010, para 147,7 mil em 2019. Contudo, é importante analisar o grau de instrução desses trabalhadores. Do total de 147, 7 mil; 62,3mil com ensino médio completo; 4,3 mil com ensino superior incompleto e 37,4 mil com ensino superior completo ou acima. Vemos que a maioria possui instrução escolar elevada. Somente 19,5 mil constam sem instrução ou fundamental incompleto; 14,1 mil com ensino fundamental incompleto; 10,3 mil com ensino médio incompleto (BRASIL,2020).

Por esses dados vemos que mais de 70% dos imigrantes que vivem no Brasil na atualidade e que estão empregados no mercado formal, possuem grau de instrução superior ou ensinomédio completo. Importante perceber que mesmo com grau de instrução acima da média da população brasileira esses trabalhadores estão incorporados em funçõesque exigem menor qualificação e onde as remunerações são baixas – em média dois salários-mínimos. Ao considerar àqueles que estão no mercado informal vemos situação ainda mais alarmante, quanto a renda e condições de trabalho.

Ora, além deste aspecto que trata da exploração da força de trabalho do imigrante, temos que colocar em alta conta a dimensão cultural. O cotidiano do migrante no país receptor é

marcado por um constante conflito de identidade, ou seja, é necessário um "esquecimento" de seus hábitos culturais, de valores pessoais, sociais e políticos (RODRIGUES et al, 2014, p. 229). Eles precisam adquirir nova orientação espacial, cultural e de relações que envolvam a busca pela subsistência. Por essa razão buscam se acomodar próximos de seus pares, construindo moradias na mesma região na tentativa constante de manutenção dos vínculos culturais.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS EM AÇÃO: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA ALÉM DA EDUCAÇÃO

Todos os elementos levantados acima, que nos causam preocupação, indignação e revolta, são combustíveis para mobilizar ações organizadas de movimentos sociais. Mapeamos, acompanhamos e vivenciamos inúmeras formas de intervenções que buscam inserção dos trabalhadores imigrantes para alcançar dignidade e melhores condições. Uma das autoras deste trabalho pôde participar como professora de turmas de qualificação profissional para imigrantes haitianos, que ingressando nas indústrias da construção civil, precisavam saber como exercer a profissão no Brasil. Como militante, esta pesquisadora acompanhou diversos movimentos que realizam palestras para dizer da legislação trabalhista no solo brasileiro, ensinam a língua portuguesa ou a geografia, reforçam a convivência entre povos e combatem a xenofobia tão presente na atual conjuntura.

Um exemplo importante de acolhida vem do coletivo Cio da Terra, que atua na região metropolitana de BH. Em sua apresentação nas redes sociais as coordenadoras do movimento afirmam que buscam promover a equidade de gênero; a garantia ao acesso a direitos dos imigrantes; fortalecer o trabalho de mulheres migrantes e auxiliar na inserção laboral; contribuir para a construção de políticas públicas para os imigrantes, valorizar as diferenças culturais e propiciar trocas interculturais. Paracumprir esses objetivos, o coletivo realiza visitas domiciliares e acompanhamento socialbilingue; atividades para geração de renda; atividades culturais; formação sociopolítica, como palestras e rodas de conversas e aulas de idiomas para mulheres imigrantes. Aqui vemos que a educação e formação humana é compreendida para além do sistema educativo. Como afirma Walsh (2009), é uma pedagogia que vai além da transmissão do saber, e se coloca como processo e prática sociopolíticos produtivos e transformadores assentados nas realidades, subjetividades, histórias e lutas das pessoas.

Experiências como a da "Missão Paz", entidade coordenada por religiosos, com atuação em São Paulo – SP nos diz muito sobre a solidariedade entre povos. Esta instituição é referência no acolhimento de imigrantes e refugiados no Brasil, pois realiza ações de apoio a

documentação, promoção de debates públicos, mediação com empregadores paracontratação de imigrantes, qualificação profissional e aulas para ajudar os imigrantes a lidar com dificuldades linguísticas ou de tecnologia. As aulas ou palestras são realizadaspor educadores voluntários (BAENINGER et al, 2020).

O movimento sindical também tem se mobilizado para acolher e organizar trabalhadores imigrantes. Participamos da experiência conduzida pela EPOMG – Escola Popular Oricilio Martins Gonçalves. Essa escola de educação não formal foi criada na década de 1990 por movimentos sociais com destaque o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de BH e região. Por mais de 20 anos foram oferecidos cursos noturnos de alfabetização, ensino fundamental e leitura e interpretação de projetos arquitetônicos. O público era composto por operários da construção civil com idade entre 30 a 65 anos, com predominância do público masculino. Com a chegada em massa de haitianos para trabalhar nas indústrias da construção civil de Belo Horizonte no ano de 2010, a Escola organizou turmas de ensino de português onde as palavras e termos ensinados partiam da prática dos operários nas obras, ou seja, os movimentos de ensino tinham como mote a prática social dos envolvidos. Uma das autoras pôde experimentar esse ambiente de troca de saberes, respeito e admiração pela cultura do outro e como afirma Pádua (2020, p.173), as trocas entre os próprios estudantes e entre eles e os formadores podem ser ainda mais estimulantes na formação, marcando a potencialidade das relações e da interculturalidade na aprendizagem.

Outra importante iniciativa foi a criação da União Social dos Imigrantes Haitianos (U.S.I.H). Esta organização tem por objetivo oferecer serviços sociais em âmbito nacional (Brasil) e internacional (Haiti), aos Imigrantes Haitianos em São Paulo. Fundada em 2014, é coordenada pelos próprios imigrantes haitianos. A associação acolhe os haitianos para que tenham melhores condições de vida e busca colaborar na prestação de serviços para minimizar os problemas enfrentados por eles nos mais diferentes espaços. Oferecem ainda, formação profissionalizante, assim como cursos de idioma (português e outros), e propõe uma integração fundamentada na promoção de uma vida digna para todos os imigrantes haitianos em colaboração com organizações da sociedade brasileira.

As instituições religiosas também se destacam na acolhida aos imigrantes no Brasil. O Serviço Jesuíta de Apoio a Migrantes e Refugiados, por exemplo, atua em território nacional e tem um de seus pontos de trabalho em Belo Horizonte/Minas Gerais, desde o ano de 2014. A atuação inicial do Serviço Jesuíta em Belo Horizonte se deu com os Haitianos e por isso denominaram este polo como Centro ZANMI. A denominação significa AMIGOS em crioulo haitiano, e segundo a organização quer expressar experiência, método e programa. Atualmente

a organização participa de redes a nível local, nacional e internacional, com diversas entidades públicas e privadas. Organiza equipes de trabalho em diversas áreas sociais, culturais, de ensino e promoção de pesquisa com a temática migratória. Realiza acolhimento a imigrantes e propõe o ensino e diálogo intercultural entre diferentes nacionalidades.

Em todas as organizações mencionadas, vemos que a educação não-formal tem sido espaço promissor para a construção de relações interculturais entre imigrantes e educadores brasileiros. Este modelo educativo pode ser caracterizado como um processo de múltiplas dimensões, que pode ir desde a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e o desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem política dos indivíduos enquanto cidadãos ou mesmo de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários. O mote para acontecer esses processos educativos é a necessidadede solução de problemas coletivos cotidianos e os conteúdos tendem a possibilitar que osindivíduos façam uma leitura do mundo a partir do que se passa ao seu redor (GONH, 2006, p.28).

Arroyo (2011, p. 25) traz contribuições acerca dos processos educativos no ensino não formal. Para ele, nessa modalidade de ensino tende a estar presente metodologias e práticas que elencam conteúdos buscando um currículo libertador. Sobretudo, porque está presente "formas concretas de socialização, de aprendizado, de formação e deformação a que estão submetidos os educandos." Este modelo, fomentado por movimentos sociais, procura aplicar a interculturalidade crítica como ferramenta pedagógica, questionando continuamente a racialização, subalternização, inferiorização e padrões de poder. A proposta é buscar o desenvolvimento e criação de compreensões e condições que não sóarticulam e fazem dialogar com as diferenças num marco de legitimidade, dignidade, igualdade, equidade e respeito (WALSH, 2009, P.25).

No processo de investigação de experiências como as descritas acima, encontramos concepções pedagógicas que norteiam a prática e que podem contribuir com aconsolidação de conceitos, experiências e metodologias que inclusive podem ajudar a repensar a educação formal e torná-la mais significativa. Ou seja, podemos extrair aprendizados a partir de uma prática de acolhida que já está em andamento. Importante destacar, que as estratégias pedagógicas que um ou outro educador adota, em experiências como essas, tem dimensão coletiva.

Neste processo complexo e de grandes desafios temos relatos animadores de experiências vindas da escola formal. Vejamos com o CIEJA- Perus – Escola de EJA localizada no distrito de Perus, na região metropolitana de São Paulo, nos diz muito sobre as possibilidades

de convivênvia e aprendizagem entre povos. De acordo com o Projeto Político Pedagógico do CIEJA- Perus (2020), desde 2016, a unidade tem uma forte presença enquanto instituição de apoio ao imigrante. Essa escola passou a ser muito procurada, por ser uma instituição próxima a uma comunidade haitiana, que se localiza no distrito de Perus. Atualmente, os imigrantes correspondem a mais de 500 alunos matriculados. A fim de evitar a exclusão desses alunos e tornar o ambiente escolar maispróximo da necessidade dos imigrantes, a instituição reorganizou o currículo e a organização escolar com o objetivo de acolher e aumentar a interação entre os estudantescom os brasileiros. Assim, tais alunos tem mais aulas de português e outros temas relacionados ao Brasil (FIALHO; BUSICO, 2019). A escola também oferece espaço para oficinas em que os alunos haitianos ensinem sua língua e cultura para a comunidade escolar. Para os imigrantes ela é percebida como um importante ponto de encontro da comunidade, como cita seu Projeto Político Pedagógico (PPP, 2020).

Gomes (2012) nos convida a pesquisar como tem acontecido a descolonização de currículos na educação brasileira. Buscar compreender as concepções pedagógicas que orientam os educadores de imigrantes pode ser já um passo nessa direção. Isso porque, os imigrantes que chegaram ao Brasil no período recente são parte de uma realidade tensa e conflituosa, a exemplo os venezuelanos. Os noticiários nos lembram com frequência as condições de penúria dos nossos vizinhos latinos em sua terra natal e mesmo quando acessam o mercado de trabalho brasileiro se deparam com condições desumanas de trabalho. Sendo assim, já é parte da nossa realidade e vivência a acolhida aos imigrantes e precisamos (re)significar essas experiências.

Por tudo isso, pensamos a educação de imigrantes adultos, nos dias de hoje, como um processo complexo de construção de saberes, indo para além da escolarização formal. Estamos cientes que o processo de escolarização formal tem uma dimensão importante na vida do imigrante. É por ela, queé possível validar diplomas, participar de processos de certificação ou mesmo qualificação profissional. São direitos que tem se consolidado e em várias regiões do país a estrutura escolar se reinventou para acolher os imigrantes e fazer valer seus direitos. Contudo, algumas dificuldades ainda seguem por ser enfrentadas, como a equivalência nos sistemas de ensino, que causam grandes transtornos aos imigrantes e se sobrepõe a direitos previstos (SIMAI; BAENINGER, 2012).

Na observação da atuação dos movimentos sociais mencionados, percebemos que para além de práticas educativas, toda motivação é assentada na solidariedade de classes. Além das ações serem assentadas em teorias, há consciência destas teorias e relação deste saber na prática. As ações de ensino desenvolvidas são carregadas de posicionamento político,

confirmando que "quanto mais ganhamos esta clareza através da prática, tanto mais percebemos a impossibilidade de separar o inseparável: a política da educação" (FREIRE, 1983, p.27). Tais ações transformadoras promovem mudanças para a vida dos imigrantes, pressionando políticas públicas e conscientizando a sociedade.

4. SOLIDARIEDADE DE CLASSES COMO MOTOR DAS AÇÕES

Diante da multiplicidade de organizações e bandeiras, a escolha dos sujeitos da pesquisa de mestrado desenvolvida, foi por movimentos sociais que defendem as classes populares, e que colocam os processos educativos com os imigrantes a serviço da transformação da sociedade. Esse recorte parte da compreensão de Arroyo (2011, p.38), para quem a essência dos movimentos sociais tradicionais é a luta por sobrevivência digna, por emancipação. Os movimentos tradicionais, segundo ele, nos remetem ao perene da condição humana, a terra, o lugar, o trabalho, a moradia, a sobrevivência, a identidade e diversidade de classe, idade, raça ou gênero; mobilizando por direitos básicos como terra, moradia e trabalho. Alguns dos movimentos da atualidade associam esta essência dos movimentos tradicionais com as pautas específicas.

Tem sua importância os grupos que se colocam como espaços para reflexão e partilha de experiências, como os coletivos temáticos, igrejas, ONGs, associações, instituições de ensino e outros. Com o advento da tecnologia ganharam destaque os grupos formados no WhatsApp, Facebook e outras redes sociais. Embora com características e formas de atuação diferentes, são lugares importantes que promovem encontros e reflexões. Corroboramos sobre o que diz Gohn (2012, p.11): "ao falarmos no campo do associativismo brasileiro atual, temos que usar o plural, porque não há um modelo ou uma forma hegemônica. Há uma pluralidade de formas". Identificamos essa diversidade nos movimentos pesquisados.

Levando em conta essas considerações é interessante observar, ainda, que apesar de diversos e com objetivos distintos, os movimentos pesquisados que atuam pela causa migrante, além de lutarem pela garantia de direitos para essa população, operam, também, como espaços de fortalecimento de vínculos afetivos. Eles se colocam como agentes de mobilização e pressão por mudanças sociais. Atuam para a transformação de um quadro histórico de descaso e injustiças com as classes populares.

Podemos ver, que além de compreender o ensino como algo fundamental para que os imigrantes se estabeleçam no Brasil, há um conjunto de ações que contribuem para amenizar os sofrimentos que passam fora da sua terra natal. Gohn (1988) denomina os movimentos

sociais como atores históricos que aparecem diante do cenário de desigualdades, como sustenta a autora:

> O desenvolvimento explorador e espoliativo do capitalismo, a massificação das relações sociais, o descompasso entre o alto desenvolvimento tecnológico e a miséria social de milhões de pessoas, o desrespeito à dignidade humana de categorias sociais tratadas como peças ou engrenagens de uma máquina, o desencanto com a destruição gerada pela febre do lucro capitalista etc., são todos elementos de um cenário que cria um novo ator histórico enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais: os movimentos sociais (GOHN, 1988, P.71).

As migrações contemporâneas fizeram surgir os novos atores que apresentamos. A aproximação com os movimentos e entrevistados me levou a perceber que suas práticas são intrinsicamente ligadas a intencionalidade política. Todos são movidos por princípios, em que o objetivo central é a busca por uma sociedade mais justa, onde as migrações possam ser direito de todos e a acolhida um pressuposto básico das instituições governamentais.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender com os movimentos sociais. In. NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz; MIRANDA, Shirley Aparecida de (Orgs.). **Miguel González Arroyo: educador em diálogo com nosso tempo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BAENINGER, R.; VEDOVATO, L.R; NANDY, Shailen, **Migrações internacionais epandemia de Covid-19.** Campinas: Nepo/Unicamp, 2020. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/miginternacional/miginternacional.pdf Acesso em: 10/08/2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas. Acesso em 22 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2020.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; A caminho da conclusão. Meia década de novos fluxos migratórios no Brasil . **Série Migrações - Ministério do Trabalho**, v. 1,p. 142-146, 2016, Brasília 2016.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020. Série Migrações. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020

DESROSIERS, Ismane. A Luta pelo Espaço: a Situação dos Imigrantes Haitianos noCentro de São Paulo. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, V. 10, N.2, p. 185-203, 2020

FIALHO, C. M.C.; BUSICO, F. O Haiti é aqui... em Perus!: a integração de diferentespovos por meio da festa. In: EM CONTATO: COMUNIDADES, CULTURA E ENGAJAMENTO, 1., 2019, São Paulo. **Anais [...].** São Paulo: Sem Editora, 2019. p. 28-34. Disponível em: http://www.museudaimigracao.org.br/uploads/portal/avulso/arquivos/em-contato-pt- finalrev3-compressed-compressed-06-03-2020-13-25.pdf. Acesso em: 03 set. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 12e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil eestruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14,n. 50, p. 27-38, mar. 2006.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 8ºedição, São Paulo: Cortez, 2012.

_____Participação e gestão no urbano. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.26, 1988.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, p. 98-109, 2012.

MARX, Karl**. Contribuição à critica da Economia Política**. 2ª edição. São Paulo:Expressão Popular, 2008.

PÁDUA, Karla Cunha. A formação intercultural em narrativas de professores/asindígenas: um estudo na Aldeia Muã Mimatxi, Curitiba: Brazil Publishing, 2020

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Centro Integrado de Educação de Jovens eAdultos de Perus. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria Regional de Educação Pirituba Jaraguá. São Paulo, SP. 2020. 34 p.

RODRIGUES, L. M. O.; SOARES, C. de F. e; MIYAHIRA, E.; CUNHA, M.; MOLINARI, S. G. S. Migração contemporânea e educação. **Cadernos CERU**,*[S. l.]*, v. 25, n. 1, p. 225-240, 2014. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/89164. Acesso em: 26 fev. 2021.

SILVA, T. T. da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, T. T. da. (Org.) *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais.Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SIMAI, S.; BAENINGER, R. Discurso, negação e preconceito: bolivianos em São Paulo. In: BAENINGER, R. (Org.). **Imigração boliviana no Brasil.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2012.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras,2009

_____. Pedagogy and the Struggle for Voice. Issues of Language,Power, and Schooling for Puerto Ricans. NY: Bergin and Garvey, 1991.

UN DESA, Department of Economic and Social Affairs. **International Migrant Stock 2019:Country Profile.** Disponível em: . Acesso em 24 de junho de 2020.

CAPÍTULO LVII

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO CIDADÃ

Flávia Pereira Salazar Ribeiro [1]
Juliana Cordeiro Soares Branco [2]

[1] Mestra pelo Programa Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais- UEMG. E-mail: flaslz@hotmail.com.
[2] Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG, mestrado em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Graduada em Pedagogia e em Comunicação Social (Relações Públicas). E-mail: juliana.branco@uemg.br.

RESUMO

Diversas pautas identitárias têm sido discutidas pela sociedade, em grande parte catalizadas pelos movimentos sociais. Reforma agrária, debates étnico-raciais, lutas por moradia digna nas cidades, combate a violência doméstica contra mulheres, identidade de gênero e sexualidade, debates sobre educação cidadã, entre outros. Em todos os campos, a educação também atua de forma a tecer os tecidos sociais tão diversos e assume papéis na educação formal e não formal. Nesse cenário, este artigo discute questões relacionadas a educação e a movimentos sociais. A pesquisa foi de caráter bibliográfico e envolveu estudo de obras como de Paulo Freire e Miguel Arroyo.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Ensino oficial; Educação cidadã; política de ensino; protagonismo social

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, os indivíduos se agregam em busca de objetivos comuns e mais do que isso, se organizam para reinvidincar direitos que lhes são negados por um sistema político, econômico e social sectário, regido por um padrão ético, moral e capitalista que nega aos demais, o reconhecimento de suas existências.

A história dos movimentos sociais remonta de muitos séculos e é pautada por lutas que têm dado voz a tantos silenciados. Há várias teorias que desmonstram seus aspectos intrínsecos ou formativos, composição, organização e/ou objetivos dos movimentos e que os reconhece enquanto força coletiva que busca redistribuir ou mesmo modificar as condições de subaternidade em que diversos atores são enquadrados. Assim são excluídos de benefícios mínimos que, em regimes democráticos justos, deveriam ser usufruto de todos e não privilégio de alguns gupos.

Nos sistemas democráticos, em sua dimensão política, são criados Órgãos administrativos para legislar ou implemetar sobre assuntos de interesse geral, como moradia, direitos individuais ou coletivos, de natureza civil, propriedade, penal e tantos outros aspectos que compõe o corpo normativo-legal.

A educação é um desses temas, que possui bases curriculares definidas e com diretrizes, objetivos e ações que se propõem a atingir, por meio de comandos gerais, a todos. O legislador inclusive, constrói metas atreladas a avaliações visando atingir resultados considerados satisfatórios.

Alguns aspectos devem ser considerados, sobretudo quanto a eficácia de um modelo engessado, para que seja atingido o objetivo de ensino aprendizagem quando direcionado a indivíduos com realidades sociais tão múltiplas e que normalmente são desconsideradas na construção desse instrumento de gestão, que são as bases e diretrizes nacionaionais da educação.

Quando se fala em educação, não se pode deixar de lado que ela é múlipla e não está restrita apenas ao aspecto cognitivos ligados ao campo das disciplinas que compõe esses currículos, ela rompe barreiras e possui íntima relação com o campo da ética, da cidadania e da humanização.

Quando isso acontece, a educação é vista apenas como um processo instrumental, é dado espaço para proposições, como foi feito pelo governo brasileiro, como o Projeto de Lei "Escola sem partido", completamente alienante. Os movimentos sociais trazem reflexões permanentes sobre o compromisso que deve existir entre a prática pedagógica e a formação humana.

A política educacional se expressa por uma legislação, que ainda carece de avanços no sentido de integrar as realidades dos sujeitos e enquanto o legislador se ocupa em definir o que deve ou não ser objeto de análise e atenção do poder público, em termos de conhecimentos, habilidade e atitudes para o mercado e não concebem englobar e muitas vezes reconhecer os movimentos como propositores de metodologias e práxis pedagógica.

A partir dessas reflexões, elaborou-se este texto com o objetivo de artigo discutir questões relacionadas a educação e a movimentos sociais. A pesquisa foi de caráter bibliográfico e envolveu estudo de obras como de Paulo Freire e Miguel Arroyo.

Os resultados da pesquisa bibliográfica inferem que o papel dos movimentos sociais vai além da ação, passa pelo despertar de consciência e consequentemente em uma ação pedagógica no sentido de re-humanização dos indivíduos, do ensinamento pela práxis. Muitas vezes esses indivíduos que estão em situação de sofrimento, sozinhos não conseguiriam mudar

essa situação, uma vez que o capitalismo precisa dessa base oprimida pra valorizar aqueles que estão no topo da pirâmide. Dessa forma, mais valor esses movimentos possuem, ao cooptarem quem desistiu para lutar, resistir, e não aceitar passivamente a condição no qual foi encerrado, em situações de baixa auto-estima, subempregos, e o que é mais grave, assassinados pelo sistema oficial. Muito foi conquistado a partir do momento que foi sendo absorvido na prática o conceito de cidadania participativa. A educação figura entre essa lutas por transformação ainda de maneira tímida, mas continuada.

Os movimentos sociais se debruçam na construção de escolas que açambarquem outras visões, dentre elas conceitos de ética, cidadania, direitos humanos e sociais, com destaque para o direito a vida, a terra/moradia e a dignidade das pessoas.

O objeto de pesquisa é apresento por meio de estudos e pesquisas sobre a temática movimentos sociais e sua relação com a educação formal e não-formal, considerando a discussão sobre educação cidadã.

2. SUPOSTOS PRESSUPOSTOS DA EXCLUSIVIDADE DA EDUCAÇÃO FORMAL PARA A CIDADANIA

A educação enquanto base instrumental para aquisição de conhecimentos formais, ou seja, como aquisição de conhecimentos, é amplamente aceita e difundida. Cabe reflexão sobre as implicações que a mesma desperta no indivíduo quando ele retorna ao seu ambiente de vivências, uma vez que em sua grande maioria elas não dialogam com o que é expresso no currículo como base comum.

Buffa, Arroyo, Nosella (2003) trazem uma discussão extremamente necessária ao respeito da "tese da imaturidade das camadas populares" que é trazida ao longo do tempo, por diversos governos, incluise liberais do império e grande parte dos ditos progressistas atuais como justificativa para que seja negada, àquelas camadas, o exercício da cidadania. O que é negado a elas, em última análise é a própria humanidade e a "falta de educação" é utilizadas pelas elites como uma maneira inclusive de manter a subaternidde desse imenso contigente populacional.

> A tese da imaturidade e do despresparo das camadas populares para a participação e para a cidadania é uma constante na história do pensamento e da prática política. Os longos períodos de negação da participação são justificados porque o povo brasileiro não está, ainda educado para a cidadania responsável (BUFFA, ARROYO, NOSELLA, 2003, p.33).

Eles continuam a reflexão, que torna tudo ainda mais perverso, ao mencionarem que, por traz da relacão educação e liberdade de pensamento há um projeto político de conformação das massas ao afirmar que "não há dúvida que essa ênfase não é gratuita e nem neutra. Por traz dessa relação sempre defendida na construção da nova ordem (...) há ideias e ideais políticos que não podem ser ignorados (...) e com um modelo de cidadania para as classes inferiores." (BUFFA, ARROYO E NOSELLA, 2003, p.34).

Freire (1987) também aponta a manipulação das elites, que visa impedir que as massas se organizem e comecem a pensar. Ele nos diz que apenas com o entendimento do oprimido, de que precisa viver para si, a tomada da concência se dá, com o entendimento de que ele também pode ser sujeito.

> Se as massas populares dominadas, por todas as considerações já feitas, se acham incapazes, num certo momento histórico, de atendar a sua vocação de ser sujeito, será, pela problematização de sua própria opressão, que implica sempre numa forma qualquer de ação, que ela poderão fazê-lo (FREIRE, 1987, p.96).

Se por um lado existe esse desvelar da lógica elitista em manter essas camadas nas subalternidades, também é possível, perceber um movimento se organizar em torno de diversas pautas, sejam elas tradicionais e que permanecem, e também suscitando novas e heterogêneas lutas.

3. O RUÍDO DAS RUAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

A teoria clássica Marxista destacou a ação do proletário como força propulsora de anseios a toda classe oprimida. Os sindicatos (instâncias de representação dos trabalhadores) impulsionavam em grande medida os movimentos sociais, no entanto, devido ao agravamento da crise econômica, vem ocorrendo arrefecimento de sua força, resultando *em perdas significativas de direitos trabalhistas*.

Gohn (2010, p. 24) explicita que nos anos 50 e 60 " o conceito de movimento social era utilizado em acepções amplas, envolvendo períodos histórico grandes" como "as guerras, os movimentos nacionalistas , as ideologias radicais – nazismo e fascismos, etc, assim com as ideologias libertárias e releigiosas (Bertrand Russel). Ela aponta que nesse período surgiram movimentos por direitos civis, nos EUA e na Europa, houve movimentos de estudantes pela mulheres, pela paz e contra a guerra do Vietnã, no anoos 60.

Nesse contexto, Aberle (1966) apud Gohn (2010, p.24) classificou os movimentos sociais de acordo com os nivel de afetação pretendidos em relação as estuturas e aos indivíduos, podendo ser total ou parcial. Gohn (2010, p. 39), sobre o caráter dos movimentos

sociais, a partir dos anos 2000, afirma que "na prática concreta, a grande novidade que alimentou a produção teórica do novo milênio, foram os movimentos sociais globais."

Os movimentos contemporâneos ampliaram as pautas para muito além das questões de classe, se pulverizando em várias outras demandas. Eles surgem como uma força de resistência que atualizam as demandas do corpo social. Pautas que o status quo burguês-capitalista e privilegiado buscam silenciar ou invisibiliazar, sobretudo em um cenário cada vez mais conservador.

O "ruído" das ruas, tão vasto e diverso, está cada vez mais organizado e se organizando, promovendo uma unidade mesmo em sua heterogeneidade. Não se trata apenas de respostas ao que se instaurou na sociedade, embora questões tão viscerais, como direito a moradia, a terra ou a distribuição de renda continuem a ser urgentes, esses novos "ruídos" trazem originalidade ao expor novas necessidades. Melucci (2001, p.21) nos trás que os movimentos sociais não são apenas um produto da crise, os últimos efeitos de uma sociedade que morre. São, ao contrário, a mensagem daquilo que está nascendo.

> Quando se fala de um movimento social, refere-se geralmente, a um fenômeno coletivo que se apresenta com uma certa unidade externa, mas que no seu interior contém significados, fomas de ação, modos de organização muito diferenciados e que, frequentemente, investe uma parte importante de suas energias para manter unidas as diferenças (MELUCCI, 2001, p. 29).

Tolêdo (2016) ao citar Melluci, aponta a existência de grande complexidade de um sistema de ação sendo exigido dos envolvidos, capacidade para tomada de decisões com ampla variabilidade, sendo vital, a capacidade de comunicação interna e externa e para disseminar informações. Para Tolêdo (2016) apud Melucci (2001) tais movimentos lutam pelo acesso aos bens materiais ou por reformas políticas e que ação coletiva se transforma em movimento social ao compreender dimensões da "solidariedade, do conflito e da ruptura de limites".

Freire (1987, p. 83 e 84), ao discorrer a respeito do mecanismo de domina ação dos opressores, aponta os estratagemas dos quais eles lançam mão, inculcando sobre as massas a ideia de que estão sendo "defendidos contra a ação demoníaca de marginais desordeiros, inimigos de Deus, pois que assim são chamados os homens que viveram e, vivem, arriscadamente, a busca valente da libertação dos homens. Quando esse mecanismo falha eles modificam a estratégia "inoculando o apetite burguês do êxito pessoal".

Freire (1987), em relação a polarização entre opressores e oprimidos, identifica que, no processo, ambos são desumanizados e que deverá ocorrer a superação desse conflito, visto que, não seria objetivo o oprimido se tornar o novo opressor, uma vez que "esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao recuperarem sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não

se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos" (FREIRE, 1987, p. 16).

Buffa, Arroyo e Nosella (2003, p.31) destacam a importância pedagógica dos movimentos sociais ao trazerem temas que não são integrados aos currículos formais das instituições de ensino, explicitando que "não é temerário supor, que essas mobilizações agiram como pedagogas no aprendizados dos direitos sociais, especificamente do direito à educação". Essa nova forma de pensar permite as camadas populares não acreditarem na "boa vontade" do governo e a passar a entender o fruto de suas lutas não como favor, mas como direitos.

> Os movimentos geram um saber e um saber-se para fora. Um ser que alarga seu saber local e se amplia. Os sujeitos que participam nesses movimentos vão sendo munidos de interpretações e de referenciais para entender o mundo fora, para se entender como coletivo nessa "globalidade". São munidos de saberes, valores, estratégias de como enfrentá-lo (ARROYO, 2011, 39).

No Brasil, parte das pautas levantadas pelos movimentos sociais, acabam por reverberar nos organismos formais e políticos, uma vez que no regime democrático brasileiro, os cidadãos podem propor mudanças na legislação, a exemplo dos partidos políticos, membros do Congresso Nacional, associações, etc. Eles são discutidas em comissões especiais que as formalizam por meio de propostas de projetos de lei que, eventualmente, podem se transformar em Lei e modificar estruturas rígidas.

Uma vez que a maior parte das proposições alteram a situação atual, de modo a promover ruptura de alguns privilégios e de posturas conservadoras, alguns autores nos trazem a constação que nos governos mais a esquerda os avanços aparecem com muito mais rapidez, embora as mudanças demorem para vigorar em sua totalidade.

A esse respeito, na política brasileira, quando liderada pelos governos de esquerda, é extenso o rol tanto de criação quanto de alteração de instrumentos legais obsoletos, que desembocaram na criação de Política Públicas mais equitativas.

A relação mais ou menos amistosa e produtiva, em termo de escuta ou atendimento de demandas, entre movimentos sociais e governo, depende do campo ideológico ser mais reacionário ou progressivo, o que em certo grau justifica o retrocesso que se observa na alternância entre esse modelo de politicas de governo.

Governos à direita tendem a não ser receptivos às demandas e buscam, inclusive, o desmonte do que já foi conquistado. Sob sua égide, ocorre de maneira contumaz a crimininalização dos movimentos sociais junto a sociedade, por meio de fake news, como por exemplo, a ideia que é veiculada de que os movimentos sociais agrários ou por moradia, de

natureza urbana, invadem terras produtivas nos campos ou imóveis habitados, nas grandes cidades

Os movimentos sociais, à revelia dessa falsa imagem que lhes é imputada, das perseguições e do desaparecimento de seus líderes, se renovam e continuam revolvendo velhas estruturas arcaicas, para dinamizar e trazer à tona demandas que por muitos anos não fizeram parte das agendas sociais e, principalmente, políticas.

Daí a importância em pesquisar e compreender qual a relação que podemos estabelecer na discussão entre educação e movimentos sociais?

4. AS EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO CIDADÃ NO BRASIL: O MST E O MOVIMENTO LGBTQI+

Em um país como o Brasil, cujas estatísticas sobre o analfabetismo ainda é tão desoladora, sobretudo nos grotões mais pauperizados, podemos citar um experiência de educação cidadão quando Paulo Freire era secretário de educação no governo Luiza Erundina do PT (1989-1992).

Esse "movimento" consistia em levar o conhecimento a jovens e edultos, capacitar professores e fazer com que os alunos participassem de gestão escolar. Esse foi um movimento precursor que trazia muito da ambição direcionada para a inclusão e que levaria para muito além do ensino dos conteúdos.

O grande avanço, que luta para se fortalecer é aa compreensão que na experiência educativas não se pode desconsiderar o local onde as realidades de frequenta as escolas acontecem, mas ainda existe pouca organização na catalogação dessas iniciativas. Em reportagem do Jornal MST, de 28 de setembro de 2020, está descrito que para o Estado de São Paulo, "no último levantamento foram contabilizadas 56 escolas estaduais em áreas da Reforma Agrária no estado. Porém, ainda não existem dados referenciais por parte da própria secretaria estadual de educação". Somente no ano de 2018 que inicou-se o processo de diagnóstico sobre as escolas do campo em São Paulo e quais delas estão em áreas de assentamento1.

[1] Essa reportagem pode ser acessada em https://mst.org.br/2020/09/28/no-sudeste-legado-de-paulo-freire-e-semente-para-educacao-do-campo/

Tolêdo (2016) identifica que a redemocratização do país trouxe a avidez de uma participaçãp popular com participação de muitos atores e demandas, sobretudo a partir dos anos 90:

> A nova cidadania transcende o foco privilegiado da relação com o Estado, ou entre o Estado e o indivíduo, para incluir fortemente a relação com a sociedade civil. O que está de fato em jogo é o direito de participar efetivamente da própria definição desse sistema, o direito de definir aquilo no qual "queremos" ser incluídos (TOLÊDO, p. 1048).

Um exemplo recente no que diz respeito a ação de jovens e professores organizados e sua tomada e consciência na luta pela educação está na ocupação de escolas Estado de São Paulo em 2015, cujo objetivo alegado pelos estudantes, era o fechamento de algumas delas sob o pretexto da realização de uma "reorganização escolar".

A nível de alguns governos locais são criadas leis baseadas na Legislação Federal, como é a que garante o aluguel social às mulheres vítmas de violência doméstica no Estado do Maranhão:

> Foi assinada nesta sexta-feira (02) a Lei que cria o o Aluguel Maria da Penha, aluguel social destinado a mulheres vítimas de violência que não podem retornar aos seus lares. O programa propõe o valor mensal de R$ 600,00, em um período de até 12 meses. Mulheres em situação de vulnerabilidade e que tenham filhos menores de idade têm prioridade (RODRIGUES, 2010).

Ghon (2016) esclarece que a relação da educação com os movimentos sociais é histórica e contemplam diversos formatos, com uma ação que pode ocorrer tanto no campo da práticaa quanto de forma instrucional:

> A relação movimento social e educação ocorre de várias formas- a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais em contato com instituições educacionais, no próprio movimento social, dado caráter educativo de suas ações na sociedade, e no interior dos movimentos, pelas aprendizagens adquiridas pelos participantes e pelos projetos socioeducativos formulados e desenvolvidos pelos próprios movimentos, a exemplo do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) (Ghon, 2016, p. 02).

Ghon (2016) revela que os movimentos pela educação, no Brasil, remontam da década de 60, assim como a resistência contra a ditadura militar, apessar de todas as pressões, inclusive no momento do AI-5, em 1968, que se configurou como a face mais violenta do regime.

Cabe relembrar que a luta pelos Diretas Já, nos anos 80 e os "cara pintadas" após a redemocratização do país, que saíram em protesto às ruas de todo o país contra a corrupção e pedido de impeachment do presidente, influenciando diretamente o Congresso Nacional.

> As ocupações às reitorias durantes os anos 2007 e 2008 aparecem como o quinto ciclo de mobilização e a "nova cara visível" dos movimentos estudantis brasileiros. As questões da ética estavam na pauta estudantil desde a era Collor com os "Caras

> Pintadas", mas em 20072008 elas assumem novo sentido, dirigem-se para a democratização das próprias universidades (Ghon, 20016, p.03).

Atualmente, em meio a polarização que se apresenta no cenário político, sobretudo com a eleição em 2018, de um governo contrário a várias pautas, sobretudo biente, moradia LGBTQI+, meio ambiente, moradia e questões ligadas ao campo e até mesmo a ciência, no que é bem evidente diante do quadro de pandemia instaurado.

O retrocesso é flagrante ao observarmos que o Brasil já teve o protagonismo nas questões ligadas a adequação de gênero, em 2008, incluindo também o reconhecimento do cidadão assinar com o nome social (aquele o qual ele se identifica enquanto gênero:

> O Brasil foi o primeiro país latino-americano — e um dos pioneiros do mundo — a assegurar o direito ao processo transexualizador (nome técnico da cirurgia) no sistema público de saúde. A conquista foi o resultado de uma construção conjunta entre movimentos sociais LGBT, especialistas e gestores do Executivo federal (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2008).

Apesar dos retrocessos, em 2019, graças a duas ações protocolados junto ao STF, uma delas pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), a "partir desta quinta-feira, 13, a LGBTfobia é crime no Brasil".

> Foi o que decidiu o plenário do Supremo Tribunal Federal, que declarou a omissão do Congresso em aprovar a matéria e determinou que o crime de racismo seja enquadrado nos casos de agressões contra o público LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) até que a norma seja aprovada pelo Parlamento (Putti, 2019).

Os pedidos de impeachment também estão em crescimento a medida que os retrocessos acontecem e a pandemia avança, tanto em casos, quantos em óbitos. Os protestos acabam agregando componentes mais diversos, por uma causa comum.

No Brasil, as experiências de educação não formal ainda são vistas com desconfiança pois se baseiam na revalorização das tradições ancestrais, que por isso mesmo têm o caráter de resistência. São uma realidade as experiências de escolas em acampamentos do movimento dos sem terra, que tem como principal foco manter vivo o ideal de repartiçãoo fundiária e o despertar da cidadania nesse público.

São vários os exemplos, uma vez que os movimentos sociais atuam em muitas frentes, mas, em comum, apesar de todas essas novas normativas e algumas políticas concretas, está a baixa efetividade e a certeza de que ainda há a um longo caminho a ser trilhado antes que se perceba a normalização da equidade em todas essas matizes de luta.

O assentamento Normandia foi desapropriado em 1998 e se tornou um dos maiores do país sendo espaço de formação do Movimentos dos sem Terra (MST). Nele funciona o Centro de Formação Paulo Freire, em Caruau-PE, onde se desenvolvem atividades educativas com

oferta de turmas de ensino fundamental e práticas ambientais, sendo que o " Pé no Chão", a principal delas. No site Clacso[2] está descrito que "O Pé no Chão é um curso realizado em três etapas, tendo como base vivências e práticas em agroecologia, o curso é oferecido às pessoas de todas as idades que vivem nos acampamentos e assentamentos do estado."

O Jornal Brasil de Fato[3], traz a denúncia de que

> Após um longo período de resistência, houve, em 1998, a desapropriação para fins de reforma agrária e indenização ao antigo proprietário, tornando Normandia um assentamento. Na área, vivem 41 famílias, que têm como espaço coletivo o centro de capacitação, três agroindústrias, 52 alojamentos, salas de aula, auditório para 700 pessoas, centro comunitário, quadra esportiva, academia pública para atividades físicas, creche e refeitório (Brasil de Fato)[4].

O assentamento é composto de 41 famílias e está ameaçado de despejo após pedido de reintegração de posse do Instituto Nacioal de Colonização e Reforma Agrária- INCRA. Esse é um exemplo dos retrocessos que um governo desconectado com pautas agrárias e ligadas ao meio ambiente.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O capitalismo, desde sua criação, busca forma de se reproduzir e se propagar. O mecanismo originário sempre deorreu da exploração dos mais suscetíveis. A dicotomia capital versus trabalho passou a revelar quem eram esses atores que constituám a dimensão do trabalho. Percebeu-se que eram múltiplos, devido ao fato do capitalismo se locupletar da exploração dos mais humildes, mas revelou-se que a gama variada de indivíduos também travam suas próprias batalhas identitárias.

São grupos, amalgamados na luta de classe, mas compostos por indivíduos diminuídos e marginalizados, em busca de um lugar ao sol: mulheres violentadas, grupos étnicos-raciais violentados tanto em seus corpos quanto em sua cultura, inclindo a religiosidade, pessoas silenciadas em suas questões de gênero e sexualidade e muitos outros.

---

[2] Disponível em: https://www.clacso.org/pt/o-centro-de-formacao-paulo-freire-esta-para-ser-despejado/

[3] Reportagem disponível em: https://www.brasildefato.com.br/especiais/maior-centro-de-formacao-do-mst-no-nordeste-e-ameacado-de-despejo

[4] Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/especiais/maior-centro-de-formacao-do-mst-no-nordeste-e-ameacado-de-despejo

O papel dos movimentos sociais vai além da ação, passa pelo despertar de consciência e consequentemente em uma ação pedagógica no sentido de re-humanização dos indivíduos, do ensinamento pela práxis.

Muitas vezes esses indivíduos que estão em situação de sofrimento, sozinhos não conseguiriam mudar essa situação, uma vez que o capitalismo precisa dessa base oprimida pra valorizar aqueles que estão no topo da pirâmide. Dessa forma, mais valor esses movimentos possuem, ao cooptarem quem desistiu para lutar, resistir, e não aceitar passivamente a condição no qual foi encerrado, em situações de baixa auto-estima, subempregos, e o que é mais grave, assassinados pelo sistema oficial.

Muito foi conquistado a partir do momento que foi sendo absorvido na prática o conceito de cidadania participativa. A educação figura entre essas lutas por transformação ainda de maneira tímida mas continuadaa. As escolas que resistem nos acampamentos são modelos que permanecem e permanecerão seguindo as lutas e deias travadas por Paulo Freire e seus seguidores.

Continuam a eclodir vozes silenciadas por todos os cantos, e apesar da lentidão dos avanços, que ainda passam por avanços e retrocessos, de acordo com as políticas de governo que se sucedem, a mudança está em cursos. Cabe a cada um e a todos essa reflexão, por meio de mais pesquisas e discussões a respeito desse tema, reconhecendo a importância dos movimentos sociais como vetor também de formação de cidadãos que tenham consciência de seus direitos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender com os movimentos sociais. In. NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz; MIRANDA, Shirley Aparecida de (Org.). **Miguel González Arroyo**: educador em diálogo com nosso tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BUFFA, Ester, ARROYO, Miguel Gonzáles; NOSELLA, Paolo. Educação e exclusão da cidadania. In. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?.** 11 .ed. São Paulo: Cortez, 2003. 94 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

TOLÊDO, Herculis Pereira. Lutas Sociais e cidadanoa: reflexões sobre os movimentos sociais como elementos de resistência e posicionamento político da sociedade brasileira. XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS - SEPECH Humanidades,Estado e desafios didático-científicos. Londrina, 27 a 29 de julho de 2016.

RODRIGUES, Lorena. Aluguel Maria da Penha ampara vítimas de violência doméstica no Maranhão.Disponível em >https://www.ma10.com.br/2020/10/03/aluguel-maria-da-penha-ampara-vitimas-de-violencia-domestica-no-maranhao/ acesso em 23 junho/2021.

Memorial da democracia. Transexualidade é respeitada no sus. 18/08/2008. Disponível em <http://memorialdademocracia.com.br/card/transexuais-tem-direitos-reconhecidos>. Acesso em 23 jun/2021.

PUTTI, Alexandre. Por 8 a 3, Supremo aprova a criminalização da LGBTfobia. Disponível <https://www.cartacapital.com.br/justica/por-8-a-3-stf-aprova-a-criminalizacao-da-lgbtfobia/> Acesso em out/ 2020.

CAPÍTULO LVIII

FEIRAS E FEIRANTES NA MONTEVIDÉU TARDO-MODERNA - REFLEXÕES SOBRE TECNOLOGIA, TEMPO E FUTURO

Laura Maia Herzog

RESUMO

As feiras resguardam às ruas seu caráter heterogêneo, de encontros tipicamente urbanos ao mesmo tempo em que são conectadas ao descontrole e desorganização das cidades. Neste sentido, revelam uma cultura urbana que pouco se levou em conta ao longo dos últimos séculos. Neste artigo, serão consideradas como parte do estranho e incalculável que está por debaixo do centro urbano constituído enquanto tal, sustentando em segredo suas estabilidades aparentemente sólidas e congruentes através do trabalho e potência de alteridade frente ao processo gradual de fragmentação das cidades modernas e contemporâneas.

1. INTRODUÇÃO

As feiras livres constituem o maior sistema de abastecimento de alimentos frescos em Montevidéu. De acordo com as informações disponibilizadas pela Prefeitura e a *Asociación de Feriantes do Uruguay*, existem, atualmente, cerca de 22 feiras diárias dispostas pelos bairros da cidade. Sobre as quais, estima-se que sua existência beneficie mais de setenta e seis por cento da população montevideana, representando entre quatro e seis mil postos de trabalho vigentes e sendo também o meio indireto de subsistência de outras quatro mil pessoas. São, portanto, importantes espaços de mercado, renda e trabalho para cidade e a sua reprodução econômica.

Ainda, são particularmente heterogêneas desde sua composição social e, tradicionalmente, se dão mediante à ocupação das ruas e de outros espaços públicos como parques e praças. Além de mercados, são relevantes locais de encontro e socialização nas ruas dos bairros das cidades. Nelas também podemos observar o comércio e a troca de outros bens – nem sempre materiais - como arte, música, conhecimentos e outros elementos simbólicos constitutivos da cultura urbana local, mais especificamente, das ruas da cidade. São espaços, portanto, relacionados também à reprodução social da cidade e às experiências cotidianas de habitá-la.

De acordo com a bibliografia especializada, durante os dois últimos séculos, as cidades foram entendidas como núcleo central da vida moderna: palco de processos modernizantes que deveriam organizá-las e sanitarizá-las. Nas cidades modernas, nuclearizadas e organizadas tal

qual a lógica industrial, o trabalho passou a ser referenciado como aquele se dava dentro dos muros das fábricas, deixando de lado tanto as experiências nas ruas como a própria possibilidade de que sigam existindo nas cidades - ou ao menos tendo uma parte significativa das relações de produção e consumo urbano – as pequenas produções, não-industriais, familiares. Da mesma forma, a categoria de trabalhador urbano passou a estar atrelada à figura do proletariado, na qual os e as feirantes não parecem se enquadrar diretamente, ainda que também encontrem na cidade o seu local de trabalho.

Nas últimas décadas, junto às transformações mais tardias do capitalismo e uma modernização que não para de chegar às cidades latino-americanas, observamos a emergência de novos fenômenos políticos e sociais nos espaços urbanos, como a privatização de espaços anteriormente públicos, o acaloramento de pautas como a insegurança pública e o surgimento de bairros privados e novos espaços de comércio, consumo e cultura – cada vez menos populares e mais homogêneos - como as grandes redes de supermercado, os shoppings centres ou os aplicativos de entrega de alimentos e refeições. Neste contexto, as feiras urbanas continuam a congregar uma gama heterogênea de pessoas nas ruas, seja para trabalhar e garantir o sustento mensal, a alimentação semanal ou até mesmo para passear e encontrar com os vizinhos do bairro. Parecem, no entanto, se tornar cada vez mais peculiares frente ao "novo" centro urbano.

Para dar lugar às indagações anteriores e construir um panorama sobre feirantes e feiras da capital uruguaia - objetivo principal deste artigo -, mostrou-se necessário estabelecer uma pequena análise histórica sobre o desenvolvimento e a organização das feiras na cidade ao largo dos últimos dois séculos, desde a fundação de Montevidéu e o advento colonizatório. Para tanto, foram utilizados tanto dados secundários obtidos em artigos e revistas acadêmicas do Uruguai, quanto material de arquivo e acervo do *Centro de Fotografía de Montevideo*.

Ainda, foram realizadas observações não-participante e uma série de entrevistas, ao longo do período de janeiro de 2021 à abril de 2021, quando recorremos três feiras semanais em distintos bairros da cidade, Capurro, Malvín Norte e Pocitos, caracterizados por contextos socioeconômicos contrastantes. Foram entrevistados quinze feirantes por bairro, totalizando assim uma amostra de quarenta e cinco trabalhadores e trabalhadoras diferentes entre si.

Neste sentido, o estudo sociológico das feiras urbanas se mostrou como um caminho pertinente para compreender e repensar a própria lógica organizativa da cidade em seu caráter mais amplo. A partir de uma aproximação entre o estudo das feiras e a sociologia urbana -, a presente investigação se centralizará sobre a figura dos e das feirantes de Montevidéu e suas experiências de vida em tal centro urbano, observando - em um primeiro momento - as práticas,

dinâmicas e vínculos que se estabelecem durante a ocupação das ruas para a realização das feiras e como o tempo e as tecnologias, mais especificamente, incidem sobre as relações de produção e reprodução do espaço para, posteriormente, relacioná-las com a construção da própria cidade, permitindo não só visualizar a lógica vigente que a organiza como também atualizá-la.

2. MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL

As feiras urbanas são relevantes espaços econômicos e sociais da cidade. Diariamente, são estabelecidas em ruas, parques ou praças, transformando - durante algumas horas - estes espaços em mercado a céu aberto, polo cultural e local de lazer e encontros. São parte constituinte das relações econômicas e sociais da cidade, e conformam parte significante da cultura urbana de Montevidéu. Ainda, contam com uma gama de recursos e práticas particulares que nos permite - já de antemão - afirmá-las enquanto campo de possibilidades para tanto feirantes enquanto trabalhadoras e trabalhadores urbanos quanto para os outros habitantes da cidade de maneira geral.

Nas feiras, os atores socialmente diversos produzem e atualizam as formas e experiências de trabalhar, interagir e habitar que constroem de maneira cotidiana o centro urbano. Não obstante, embora constantes em praticamente todas as partes da cidade - elementos constituintes de uma determinada cultura urbana referente à cidade em sua totalidade -, as feiras podem apresentar dinâmicas diferentes conforme os bairros em que se localizam, exprimindo os diferentes contextos sociais que podem coexistir em um mesmo centro urbano. Nelas, tanto o trabalho quanto às relações sociais que se dão estão diretamente vinculados ao bairro, a ocupação das ruas e as trajetórias e experiências daqueles e daquelas que as constituem.

Ainda, como se dão tradicionalmente nas ruas e outros espaços públicos como parques e praças, também podem ser diretamente vinculadas aos estudos urbanos que relacionam a ocupação dos espaços públicos ao exercício de cidadania e a construção comunitária - socialmente heterogênea - além do que diz respeito à informalidade e a invisibilização do trabalho e atividades que se dão nas ruas das cidades contemporâneas de maneira geral.

Em “Feiras livres: dinâmicas espaciais e relações de consumo” (2016), artigo publicado por Maria Regiane da Costa e Dionys Morais dos Santos na Revista de Estudos Geoeducacionais da Universidade Federal do Ceará, Brasil, apresentou-se uma conceituação sociológica geral

sobre as feiras urbanas a partir da caracterização de seu arranjo e as formas de consumo que nelas se dão, a qual se faz muito pertinente para o presente estudo.

De acordo com os autores, historicamente, o surgimento das feiras urbanas se associa com determinadas transformações das relações de produção e consumo, mais especificamente à passagem da produção de subsistência à produção destinada às trocas de excedente (COSTA e SANTOS, 2016, p.3). Contudo, ainda que, atualmente, sigam conservando muitas de suas características originárias, com o passar do tempo, as feiras - enquanto mercado locais - passaram a apresentar-se com particularidades em diversas cidades e localizações pelo mundo.

Na América Latina, pode-se dizer que as feiras estão presentes desde a colonização e ainda hoje se mostram como relevantes espaços para a constituição social e econômica das cidades de maneira geral. 6 "Apesar de ser uma atividade comercial de tempos remotos, as feiras se expressam, nos dias atuais, tanto nos pequenos como nos grandes centros urbanos. Elas se mantêm no espaço não somente por sua lógica tradicional, mas devido às recentes ações dos agentes que equilibram a organização das feiras com as recentes características do comércio moderno" (COSTA e SANTOS, 2016, p.3).

Quanto a sua função espacial, as feiras urbanas se materializam a partir de formas comerciais de caráter socioeconômico e cultural: os mercados periódicos, com pequena ou grande dimensão, organizam-se em ruas e praças, onde feirantes expõem diversos tipos de produtos, "desde aqueles confeccionados com técnicas inovadoras até as mercadorias produzidas nos moldes mais rudimentares" (COSTA e SANTOS, 2016, p.3).

No que diz respeito à sua composição social, as feiras são, essencialmente, espaços heterogêneos, onde os agentes sociais diretamente envolvidos são variados e pertencem a diversas classes sociais (COSTA e SANTOS, 2016, p.2). "Nelas, se engajam o pequeno agricultor, os artesãos que negociam a própria produção, os comerciantes sem cadastro e formalização, consumidores modestos, mas também, empresários de uma produção em larga escala, empresas de transporte estruturadas e consumidores de classe média" (COSTA e SANTOS, 2016, p.2).

Frente ao contexto urbano, as feiras se apresentam como uma forma comercial "indutora da concentração de pessoas, capitais, mercadorias e, por si, de renovação ou de resistência no espaço urbano" (COSTA e SANTOS, 2016, p.2); se originam de forma espontânea e são formadas por uma reunião diversa em espaços públicos da cidade, com intervalos regulares e em um lugar pré-estabelecido. "As ruas, praças e avenidas são territórios apropriados por feirantes que expõem suas mercadorias atraindo vários tipos de consumidores" (COSTA e SANTOS, 2016, p.3).

Atualmente, as relações de consumo nesses espaços acompanham em alguma medida as transformações sociais e econômicas que organizam as próprias cidades de forma geral onde muitas vezes percebemos que nelas também emergiu uma maior demanda por produtos de longas distâncias e até mesmo por uma diversificação das formas de pagamentos, incluindo cada vez mais as tecnologias de informação e o uso coorporativo do crédito (COSTA e SANTOS, 2016, p.2). 7 p.2). São espaços pertinentes para se refletir sobre o uso e a ocupação dos espaços públicos na contemporaneidade e também para atualizar as percepções de se habitar e construir a cidade, considerando sua diversidade e complexidade tanto no que diz respeito aos atores que as conformam, quanto à pluralidade das relações sociais, de produção e consumo que nelas coexistem.

Em "Economia e Sociedade, fundamentos da sociologia compreensiva" (2004), Max Weber construiu e apresentou uma tipografia de cidades a partir das relações de consumo e produção que as circunscrevem. Historicamente, desde o ponto de vista sociológico, a cidade foi entendida como um povoado ou assentamento com casas contíguas tão extensas onde faltaria, portanto, o conhecimento mútuo dos habitantes, específico por exemplo à associação de vizinhos (WEBER, 2004, p. 408).

Do ponto de vista econômico, por outro lado, a cidade se caracterizava como um povoado cujos habitantes, em sua maioria, não sobrevivem do produto da agricultura, mas sim do setor industrial ou comercial. Para Weber, por sua vez, o que define a cidade em seu caráter mais amplo é a realização de uma troca de bens não apenas ocasional, mas regular, local, como componente essencial das atividades aquisitivas e da satisfação das necessidades dos moradores. Em outras palavras, a existência de um mercado é justamente aquilo que define a cidade. Neste sentido, toda cidade é por excelência uma localidade de mercado, onde este último é entendido, muitas vezes, como o centro da própria cidade.

Contudo, tal qual existem distintos tipos de associações de mercado também existem distintos tipos de cidade, ainda que, para o autor, nem todo mercado transforme o lugar onde se realiza, plenamente, em uma cidade. Weber menciona como exemplo desta última consideração o caso das feiras periódicas - nas quais se reúnem em determinados momentos comerciantes que vêm de fora, para vender suas mercadorias em grandes ou pequenas

quantidades entre si ou aos consumidores -, que ocorrem muitas vezes em localidades denominadas "aldeias"[5].

A cidade trata-se, portanto, de um lugar onde a população local satisfaz no mercado local uma parte economicamente essencial de suas necessidades cotidianas, e isto, principalmente com produtos que a população local e dos arredores produziu ou adquiriu para a venda no mercado (WEBER, 2004 p. 408).

Ainda que toda cidade seja uma localidade de mercado, as cidades não são exatamente iguais nem tampouco coincidem as relações comerciais, de consumo e produção que nelas se dão. Disto, o autor propôs uma tipografia, de distintos tipos de cidade a partir da caracterização das suas relações de consumo e produção. A cidade de consumidores, por exemplo, seria um espaço onde, para oportunidades aquisitivas dos artesãos e comerciantes é decisivo que residam em sua cidade grandes consumidores, pertencentes a categorias econômicas variadas. A cidade de produtores, por outro lado, é aquela onde, nela se encontram fábricas, manufaturas ou indústrias caseiras que abastecem regiões situadas dentro e fora do centro urbano. A cidade mercantil, por sua vez, se caracteriza pelo fato da capacidade aquisitiva de grandes consumidores se basear na venda lucrativa a retalho de produtos estrangeiros no mercado local, na venda lucrativa para fora de mercadorias locais ou ao menos conseguidas por produtores locais. Já as cidades de agricultores, representam localidades do tráfico de mercado e sede dos típicos ofícios urbanos, estão muito distantes do tipo médio da aldeia, mas onde uma ampla camada dos cidadãos locais satisfaz suas necessidades alimentares em economia própria e até produz para o comércio.

Como colocado pelo autor, muito frequentemente, as cidades modernas combinam as três formas distintas em um único. Nesta investigação não associaremos a cidade de Montevidéu a nenhum dos tipos ideais weberianos propriamente ditos, mas, utilizaremos a parte conceitual proposta pelo autor no que diz respeito à conexão direta entre os mercados, as relações de produção, consumo e a cidade. Neste sentido, o próprio título escolhido para o estudo se propõe como incorporação e atualização da obra de Weber, repensando como seria, portanto, a cidade de feirantes.

Por um lado, se entende que Montevidéu - assim como a maioria das cidades ocidentais contemporâneas - concentra diversos modelos de mercado e produção; por outro lado, se

[5] Este não é o caso das feiras que aqui se pretende analisar, já que estão sendo analisadas feiras diárias da cidade de Montevidéu, que reúnem uma gama de produtores, comerciantes e consumidores, em sua maioria, locais.

entende que as feiras são formas de mercado constitutivas 9 da cidade e sua cultura urbana, tornando-se um insumo interessante e pertinente para conhecer especificidades da própria cidade de maneira geral. Ainda de acordo com Weber, na modernidade, o citadino típico é considerado como sujeito que não satisfaz suas necessidades alimentares do próprio solo. Sobre isto, aponta-se a relação entre a cidade como portadora da indústria e do comércio e o campo como fornecedor dos alimentos, que constitui apenas uma parte da complexa economia urbana (WEBER, 2004, P.413).

Neste sentido, os mercados locais urbanos - tais quais as feiras - ao possibilitarem o intercâmbio entre produtores agrícolas, não-agrícolas e comerciantes locais sobre a base da relação de fregueses ou de uma pequena empresa, representam uma espécie de contraste baseado na economia de troca diante das economias dependentes especializadas na distribuição planejada de serviços e tributos. De tal forma, é possível inferir que o estudo das feiras é uma forma de desestabilizar a própria política econômica da cidade - tradicionalmente realizada em uma visão para a cidade e seus habitantes, e não por ela própria -, à medida que resgata também a visão da cidade como possível espaço de associação autônoma, em plena contemporaneidade.

Ainda que esta primeira parte conceitual proposta por Weber seja uma parte basilar e fundamental para compreender as lentes que serão utilizadas neste estudo para visualizar as dinâmicas das feiras na constituição das cidades, se mostra necessário estender o debate sobre estas últimas, relacionando-as com as feiras não só a partir de sua esfera de mercado - relações de produção e comércio - mas também às feiras enquanto espaços culturais da cidade e de determinada cultura urbana, assim como referentes às experiências cotidianas de se habitar o espaço urbano e ocupar as ruas.

Como foi considerado anteriormente, a relevância dada às feiras - no contexto que aqui se entende - se dá justamente na medida que são espaços simultaneamente de mercado, encontros e cultura nas ruas das cidades.

Manuel Delgado é um antropólogo espanhol, professor titular de antropologia da Universidade de Barcelona e membro do grupo de pesquisa em Etnografia dos Espaços Públicos do *Institut Catalá d'Antropologia*. Em "*El animal público – Hacia una antropología de los espacios urbanos*" (2006), propõe uma nova perspectiva antropológica urbana que dê conta de tudo aquilo que se encontra à margem da estrutura das cidades e que, paradoxalmente, organizam a vida social em seu entorno.

De acordo com o autor, esta seria uma forma de abrir caminho para que as ciências sociais, de maneira geral, passem a se ocupar de tudo aquilo que é considerado incerto -

incalculável, oscilante - existente na vida cotidiana urbana, partindo de práticas e relações que emergem inesperadamente nas ruas. A cidade não coincide exatamente com a conceituação ou ideário do que representa o termo urbano: se a cidade é um grande assentamento de construções estáveis, habitado por uma população numerosa e densa, a urbanidade é, por sua vez, um tipo de sociedade na qual a cidade pode se dar ou não (DELGADO, 2006 p.11).

Em outras palavras, aquilo que se refere ao urbano também pode ter lugar em outros contextos que transcendem os limites da cidade enquanto território, do mesmo modo em que há cidades onde a urbanidade - como forma de vida - aparece de maneira ou outra diferenciada, inexistente ou debilitada.

De acordo com o autor, conceitualmente, a urbanidade implica precisamente em mobilidade. Esta última, por sua vez, compreende desde "equilíbrios precários nas relações humanas" à agitação como fonte de estruturação social e uma constante formação de sociedades conjunturais, que podem dissolver-se até mesmo logo após o momento em que se conformam. "*Lo urbano está constituido por todo lo que se opone a cualquier cristalización estructural, puesto que es fluctuante, aleatorio, fortuito…*" (DELGADO, 2006, p.25).

Neste sentido, as feiras nas ruas da cidade são espaços estritamente urbanos ainda que, paradoxalmente, estejam se tornando cada vez mais peculiares nas cidades contemporâneas justamente por serem marcadas pela fluidez, a aleatoriedade, espontaneidade e a diversidade. Assim como a ciência social moderna esteve marcada por forte influência positivista e determinado desdém com tudo aquilo que é fugaz ou contraditório – algo amplamente discutido por filósofos da ciência e autores da Teoria Crítica como, por exemplo, Max Horkheimer -, a cidade moderna também esteve marcada por sua concepção mais positivista, que não só viria a fragmentá-la e setorizá-la a partir da extensão do modelo industrial como gestão de vida, mas também como forma de tentar de alguma maneira enquadrar, controlar, tudo aquilo que uma vez parecera incontrolável e até mesmo desafiante.

De acordo com Delgado, a antropologia urbana - para assim se constituir – deve orientar-se ao conhecimento das configurações sociais escassamente orgânicas - pouco ou nada solidificadas -submetidas à oscilação constante e destinadas a desfazerem-se em seguida, como as feiras. "*Una antropología no de lo ordenado ni de lo desordenado, sino de lo que es sorprendido en el momento justo de ordenarse, pero sin que nunca podamos ver finalizada su tarea, básicamente porque sólo es esa tarea*" (DELGADO, 2006, p. 12).

Para o autor, o oposto ao urbano não seria o rural - como tradicionalmente observaram alguns dos mais reconhecidos autores da Sociologia Urbana como o próprio Weber - senão uma forma de vida em que se registra uma estreita conjunção entre morfologia espacial e

estruturação das funções sociais; um conceito de urbano que contrasta justamente com o de comunal.

Na modernidade – principalmente ao longo do século XIX e início do século XX – as sociedades e cidades passaram a organizar-se a partir de uma divisão radical da vida cotidiana em dois planos segregados - praticamente incompatíveis entre si - que correspondem às esferas públicas como oposição direta às esferas privadas. Herdado do pensamento funcionalista moderno, o conceito de privado - em tese - se definiria pela possibilidade de realizar uma ação autêntica - subjetiva ou comunitária - onde cada qual é indivíduo à medida que também é membro de uma congregação coerente, uma comunidade de fins restringidos e bem determinados.

O público, por sua vez, tenderia a se constituir como cenário tipicamente insólito de estruturação social, organizado em torno ao anonimato e a desatenção mútua, a partir de relações efêmeras baseadas em percepções supérfluas, imediatas ou relações altamente codificadas, em grande medida, fundadas no simulacro e na simulação. um conjunto de proposições, deduções, sobre um determinado campo de objetos, conectados e coerentes entre si.

Nesta perspectiva - a validade de uma determinada teoria depende diretamente de que suas deduções coincidam com eventos empíricos de tal maneira que, a partir de algumas destas se possa deduzir as restantes, interligando sempre a teoria à uma hipótese concreta, coesa e que, logo, não admite contradições.

Na perspectiva oferecida pelo autor, algumas sociedades instantâneas se derivam da ocupação dos espaços públicos, como as feiras urbanas; são sociedades quase microscópicas que se produzem entre desconhecidos em relações transitórias e que se constituem a partir de ações baseadas em uma certa teatralidade, ao mesmo tempo ritualizadas e imprevisíveis, protocolares e espontâneas. São acontecimentos, situações e ocasiões que emergem onde os caminhos se cruzam e requerem, inclusive, do observador que pretende analisá-las uma determinada vigilância sobre o que é de fato significativo ou não em seu entorno.

Os protagonistas desta sociedade dispersa e múltipla, que se faz e desfaz a cada momento, são personagens sem nome, seres desconhecidos ou apenas conhecidos, que protegem sua intimidade de um mundo que podem perceber como potencialmente hostil, fonte de possíveis ameaças à sua integridade pessoal. Os habitantes da cidade, são para Delgado, os praticantes do urbano: conceito que aplicamos aos atores que constroem as feiras como parte de uma micro sociedade que se faz e desfaz constantemente nas ruas, por sua vez, determinante para constituição da cultura urbana da cidade. Destes sujeitos, pouco sabemos uma vez que

grande parte de sua atividade nos espaços em que transitam consiste em ocultar ou apenas insinuar quem são, de onde vem, aonde se dirigem, a que se dedicam, qual sua ocupação, suas origens, objetivos e perspectivas (DELGADO, 2006, p.13).

Não obstante, estas foram algumas das variáveis que se observaram minuciosamente sobre os praticantes do urbano que constituem as feiras, neste caso - especificamente - os e as feirantes. Por outro lado, o sentimento de vulnerabilidade é, precisamente, o que faz com que os protagonistas da vida pública desprendam grande parte de seu tempo escamoteando ou oferecendo sinais parciais ou falsos sobre sua identidade, mantendo distâncias e colocando a salvo seus sentimentos e o que tomam por sua verdade.

A instabilidade se converte em um instrumento paradoxal de estruturação. Neste sentido, os seres do mundo público são personagens clandestinos ou semi clandestinos, com capacidade de persuasão e atributos adaptáveis a ocasião, entregue a todo tipo de jogos de camuflagem e a estratégias miméticas, que negociam os termos de sua co-presença de acordo com estratégias adequadas a cada momento, como os e as feirantes.

Isso se torna interessante para compreender as práticas e dinâmicas que se dão nas feiras vicinais por dois motivos. Primeiro pois, as feiras são espaços públicos relevantes na construção da cultura urbana Montevideana e nelas se pode evidenciar jogos, contextos de imprevisibilidade, espontaneidade e flexibilidade que orientam as interações nas ruas do centro urbano. Por outro lado, ao se estabelecerem de forma constante em um espaço mais localmente territorializado, como o bairro, muitas vezes se tornam espaços privilegiados de aproximação entre sujeitos que fora daquele espaço, pouco ou nada se encontrariam.

O jogo das ruas e das feiras é, neste sentido, um exercício de alteridade, uma abstração que permite a cada sujeito se colocar no lugar dos demais ao mesmo tempo que se distancia e põe a si mesmo na perspectiva de todos esses demais. O sujeito das ruas é um ator que parece se conformar com papéis medíocres, à espera de sua grande oportunidade. Contudo, sua potência reside justamente na negação do ser à medida em que este pode ser ou se converter em absolutamente qualquer coisa. É, portanto, um sujeito invisível na medida que reclama uma invisibilidade relativa, consistente em ser visto e não visto ao mesmo tempo. Esta característica, por sua vez, se converte em fonte de inquietude para todo poder instituído: é visto porque se visibiliza, mas não pode ser controlado porque é invisível.

Disto, aplicado ao caso específico dos e das feirantes, enquanto trabalhadores informais urbanos, é possível pensar que, se por um lado realizam um trabalho fundamental para a construção cotidiana das cidades, por outro, estão invisibilizados pela informalidade atribuída às ruas. Da mesma maneira, as feiras são espaços privilegiados de interações diversas, que

resguardam as ruas da cidade em seu caráter fundamentalmente diversos e heterogêneo, lúdico e de encontros típicos do que aqui se entende enquanto urbano ao mesmo tempo em que são espaços conectados a um suposto descontrole e desorganização das cidades. As práticas e relações que nelas se dão podem ser ao mesmo tempo urbanas e comunais, mostrando como insuficiente ou não totalizável a autoexclusão entre ambas categorias.

Uma forma de produzir uma perspectiva alternativa ao sentimento de decadência em relação aos espaços públicos que, como mencionado por Delgado, na modernidade, se tornaram apenas dignos de pena pelo que conservavam do caos amável em movimento e a dissonância criativa de outros tempos (DELGADO, 2006, p.18). Da riqueza destas relações restou o pouco que as políticas urbanísticas, vigilâncias intensivas em nome da manutenção da ordem pública, zonificação, suburbanização e o despotismo dos automóveis haviam respeitado. Podemos observá-la (tal riqueza) nas feiras? O espaço público transformou-se substancialmente desde o advento da modernidade e com as transformações sociais contemporâneas.

Muitas das práticas que lhes eram próprias estão re-aparecendo significativamente nos últimos anos. Vivemos um momento em que a rua volta a ser reivindicada como espaço para a criatividade e emancipação, ao mesmo tempo que a dimensão política do espaço público é crescentemente colocada no centro das discussões a favor de uma radicalização e generalização da democracia. Ainda, o surgimento de novas modalidades de espaço público, como o ciberespaço, nos obriga a uma revisão do lugar que as sociedades baseadas em interações efêmeras ocupam no mundo atual.

Reconhecer o insensato das sociedades, as agitações inesperadas das quais em tanto sacodem a ordem do mundo, o disforme ou amorfo dos organismos sociais, a impotência das instituições é o caminho sugerido pelo autor para se chegar ao instante preciso de revelar do que está feita realmente a sociedade. Neste sentido, as feiras emergem como espaços sociais muito pertinentes para revelar parte de uma cultura fundamentalmente urbana que pouco se levou em conta ao longo dos últimos séculos da história e sociologia moderna das cidades. As feiras urbanas serão consideradas neste trabalho como parte deste estranho e incalculável que está por debaixo do que constitui o centro urbano enquanto tal, sustentando em segredo suas estabilidades aparentemente mais sólidas e congruentes, seja através do trabalho informal ou da potência de alteridade e encontros que se dão nas ruas e nos espaços públicos, frente ao processo gradual de fragmentação das cidades contemporâneas.

Luiz Antonio Simas é historiador, escritor e professor brasileiro, mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em seu livro “O corpo encantado das ruas” (2019), busca analisar que papel cumprem as ruas - a partir de elementos que as constituem -

frente à visão de cidades contemporâneas cada vez mais atravessadas pelo capital financeiro e global.

Para tanto, o autor reivindica a riqueza de práticas, saberes, visões de mundo, culturas e modos de vida que - em suas palavras - não podem ser domados pelo padrão canônico. "Contra a barbárie civilizatória, surgem suspiros e mariolas nas sacolinhas de São Cosme e Damião, a simpatia de São Brás para não engasgar, as conversas na feira, o cotidiano da quitanda e o boteco da esquina" (SIMAS, 2019, p. 01).

Partindo de uma visão similar à de Walter Benjamin, de se escovar a história à contrapelo, Simas propõe uma visão sobre as cidades – a qual também utilizaremos na presente investigação - a partir das ruas, atentando para os afazeres cotidianos como um possível caminho para escutar e compreender as vozes plurais e dissonantes que constituem estas mesmas cidades. "É a miudeza que vela e desvela a aldeia, as suas ruas e as nossas gentes" (SIMAS, 2019, p. 10).

De forma alegórica, em "Obras escolhidas II: Rua de mão única" (1995), Benjamin afirma que o bar é a chave para conhecer qualquer cidade. Saber onde se pode beber cerveja - um pequeno ato tradicional e cotidiano que muito desvela sobre o contexto em que se insere o autor alemão - seria não só pertinente como suficiente para conhecer determinada cultura urbana. Luiz Antônio Simas evoca esta citação de Benjamin na contracapa de seu livro, aqui em questão.

De acordo com o autor, a forma pela qual se fundaram as cidades latino-americanas escancara até hoje alguns dos dilemas que marcam as vidas cotidianas de suas populações urbanas. Como exemplo, menciona a relação – aparentemente paradoxal – no Rio de Janeiro - cidade onde vive - entre as elites, o poder público e os mais pobres que aí convivem. Em dito contexto, durante o processo de transição do Estado colonial ao Estado Nação brasileiro, os pobres foram encarados como elementos de "classes perigosas" que, do ponto de vista da ocupação e reordenação do espaço urbano, afrontam diretamente o sonho da cidade moderna e posteriormente cosmopolita (SIMAS, 2019, p. 13).

No caso das feiras isso leva a pensar o quanto estas classes não foram, paulatinamente, nas cidades latino-americanas, sendo afastadas e marginalizadas do centro da vida social urbana. De acordo com as informações disponibilizadas no website da Associação de Feirantes, uma das primeiras e mais importantes feiras que surgiu em Montevidéu se dava justamente na Praça Independência, hoje um dos principais centros da vida política da cidade. Tampouco é mera coincidência que bairros mais populares concentrem hoje um maior número de feiras diariamente em suas ruas que os bairros mais ricos, que por sua vez, tendem a concentrar mais

redes de supermercados e grandes centros comerciais. Ainda, em áreas marcadas por maior poder aquisitivo, observamos emergir juntamente ao fenômeno dos "bairros privados", novas lógicas organizacionais dos espaços públicos e de ocupação das ruas.

Nas feiras, também se reflete em espaços cada vez mais controlados, legislados e higienizados, algo que vai desde a padronização das tendas e barracas comerciais, ao controle de qualidade e origem dos alimentos e produtos oferecidos à heterogeneidade daqueles e aquelas que frequentam o espaço. De acordo com Simas, foram justamente os trabalhadores urbanos, saídos de tais classes consideradas "perigosas", que sustentaram – ao realizar o trabalho braçal que as elites não cogitavam fazer – a viabilidade do sonho da cidade moderna. "Operários, empregadas domésticas, seguranças, porteiros, soldados, policiais, feirantes, jornaleiros, mecânicos, coveiros, floristas, caçadores de ratos" (SIMAS, 2019, p. 13), são os grandes inventores da cultura urbana, ainda que não tenham tomado parte em importantes decisões políticas ou na construção do conhecimento acadêmico, "tendo frequentado os salões empedernidos somente para servir" (SIMAS, 2019, p. 13).

Esta constitui uma das inflexões mais pertinentes para o estudo sociológico sobre as feiras aqui desenvolvido. Para este caso, especificamente, ela pode ser aprofundada a partir de duas considerações principais: a primeira se refere à ideia de que os e as feirantes - assim como outros trabalhadores e trabalhadoras urbanos - foram tradicionalmente excluídos das análises centrais sobre a cidade enquanto são, paradoxalmente, elementos centrais da produção e construção da cultura urbana latino-americana. Explica-se, portanto, o porquê da decisão de centralizar-nos sobre a figura dos e das feirantes para o estudo em relação à cidade. A segunda, atenta às ruas e neste caso às feiras urbanas, como espaços detentores de práticas e saberes que – justamente na medida em que se deram e dão de alguma maneira à margem – permitem re-atualizar nossas percepções sobre as cidades contemporâneas, reinventando a cultura e os vínculos sociais que nelas se dão. Uma possibilidade de resgatar a sociabilidade dentro de espaços e dinâmicas antes consideradas precárias.

As ruas alargam o horizonte do olhar sobre a história e a sociedade, oferecendo um manancial de conceitos insinuantes. Em oposição à visão tradicional modernista de que as cidades deveriam ser consertadas, o autor apresenta o seu conceito de cidade como um concerto: um espaço que abarca múltiplas percepções de vida e atenta à harmonia inclusiva das pessoas em fazer insistentemente a vida (SIMAS, 2019, p.14). Esta construção de cidade se centraliza nos fluxos das ruas como forma de criação incessante do mundo pela construção permanente de significados, um contraponto às fórmulas modernas que optam pela redução da vida a um jogo de cartas marcadas cujo desfecho é nada mais que previsível. O autor se utiliza,

inclusive, de algumas destas percepções múltiplas e dissonantes para indagar e construir analiticamente o papel das ruas nas cidades contemporâneas.

Neste ponto, se resgata parte da cosmologia da Umbanda (importante religião de matriz afro-brasileira, originária da diáspora africana no país), ilustrando a relação entre as ruas e a figura de Exu (uma das principais entidades umbandistas). "As ruas são de Exu em dias de festa e de feira" (SIMAS, 2019, p.9). Para que a entidade possa cumprir o seu papel de mensageiro entre o visível e o invisível, se realiza uma cerimônia, um ritual praticado em encruzilhadas. É interessante pensar neste caso que as feiras também podem ser mediadoras entre o material e o subjetivo e se dão justamente em encruzilhadas. São espaços libertadores a partir de práticas e encontros cotidianos, o que não denota, por outro lado, que sejam descontrolados.

De tal forma, as práticas e os encontros que se dão nas feiras urbanas de Montevidéu são forma de atualizar as percepções sobre o centro urbano contemporâneo na América Latina, contudo, sem cair em uma visão idílica destes espaços ou idealizá-los através de uma perspectiva que continua a excluí-los como parte do todo que compõe a sociedade urbana. Neste sentido, se observou e analisou a dualidade do cotidiano nas ruas a partir das feiras. Ao mesmo tempo, espaços lúdicos e marcados por encontros e imprevisibilidades, por outro lado, fazem parte de uma sociedade contemporânea marcada pela divisão sexual do trabalho, racismo ou subjugação de classes sociais, entre outros elementos estruturais que não são alheios à utilização e ocupação das ruas. Portanto, o encontro com os saberes e práticas populares que se dão de forma minuciosa nas feiras e são excluídos dos padrões normativos que articulam a ordem social vigente e a cidade em seu caráter formal também podem ser uma forma de atravessar o poderio extensivo do capital financeiro e global, não só providenciando uma maneira de resistir a tal, mas de reexistir, encontrando na coletividade das ruas a possibilidade de vida em meio à sua suposta impossibilidade, inventando um mundo que transgrida o precário.

De outra forma, de acordo com Simas, ruas em que vemos crianças brincando estão se tornando cada vez mais raras e a cidade é cada vez mais projetada para os carros, menos para as pessoas. Por outro lado, quando se irrompe o tráfego dos carros para o estabelecimento da feira na rua, também é possível observar a presença de crianças não só como consequência direta de distintas formas de trabalho - como o trabalho familiar, por exemplo - mas também como uma estratégia de vida e cuidados, um ato politizado onde parte da educação acaba também se dando em meio às ruas, fora dos muros da escola (ambiente disciplinador e amansador de corpos pulsantes como observa o autor).

O racismo epistêmico - no sentido em que propõe o autor - se dá à medida que, embora muitas vezes os saberes e práticas populares cheguem a despertar a nossa curiosidade e simpatia de maneira geral – não os reconhecemos como sofisticados e libertadores, por exemplo, sendo analisados somente como peculiares ou folclorizantes (SIMAS, 2019 p.23).

Geralmente, somos educados para ignorar, desprezar culturas de síncope, que rompem constâncias e acham soluções imprevisíveis. No caso das feiras, especificamente, isso se torna evidente tanto pela informalidade atribuída pelas ruas ao trabalho, por exemplo, quanto no papel peculiar que estas assumem quando contrastadas com os projetos que modernizaram a cidade. Muitas vezes é fácil enxergá-las como um espaço idílico, mas nem tão simples é visualizá-las como importantes e diversificados núcleos de conformação da cidade e da vida social que nestas estão contidas.

Particularmente, as ruas conformam na visão do autor um espaço onde não há fixidez, um espaço de encontros improváveis. Seu poder transformador reside na alteridade da fala, tendo sonoridades e gramáticas próprias, contando histórias e ampliando os horizontes da vida. Nelas, nos encontramos também com instituições associativas e a invenção - construção, dinamização e manutenção - de identidades comunitárias. "Que se cruzem notebook e bola, tambor e livro, para que os corpos leiam e bailem na aventura maior do caminho que descortina o ser naquele espaço que chega a ser maior que o mundo: a rua" (SIMAS, 2019, p. 56).

Uma forma de se evidenciar esta constatação seria a importância que a cultura da oralidade adquire nas relações das ruas. Nas feiras, a oralidade não é só parte basilar das relações e dos processos de troca de conhecimento, mas pode ser até mesmo um elemento fundamental para atração da clientela e pode determinar também os preços (sacro elemento das economias modernas de mercado), sendo construído de forma quase espontânea por valores flexíveis – referentes a outros vínculos que não monetários - de uma compra ou venda.

Neste sentido, nas ruas, as feiras são locais de trabalho de parte da população economicamente ativa da cidade ao mesmo tempo que assumem um papel de ponto de encontro, troca de experiências, criação de pertencimentos, formação de proteção social e centro dinâmico incessante de produção de cultura, com rituais próprios que marcam sua ocupação. Nas últimas décadas, é possível observar nas cidades latino-americanas movimentos de elitização dos espaços públicos e até mesmo das ruas, tentativas de se redefinir estes espaços para serem frequentados por uma determinada clientela que, nas palavras de Simas, apresentam um tipo de padrão de consumo e comportamento adequados aos cinemas congelantes dos shoppings e franquias de botecos de grife, ou grandes supermercados.

Nas feiras urbanas do Rio de Janeiro, por outro lado, é comum que feirantes entoem cânticos e dizeres específicos para atrair a atenção de seus frequentadores. Ainda, conforme passam as horas de feira, ofertas relâmpagos podem ser ouvidas em gritos ou mesmo microfones e alto-falantes para fazer ecoar a voz do feirante ao seu público.

Assim como as feiras, as culturas populares das ruas, de maneira geral, sofrem ataques constantes que, ao tentar retirar da cidade o complexo de saberes sofisticados das ruas que as forjam, deixam restar somente uma visão amorfa de cidade, ocupada por corpos disciplinados, sem nome, dóceis para o trabalho, aprisionados e fichados. A perspectiva sobre a qual nos debruçamos no presente estudo, proposta também por Simas, nos conta de uma cidade que aprende a voar para driblar o abismo e não pode ser esvaziada da pulsão de vida que escancara o precário, zombando da miséria e celebrando o mundo a partir de corpos que desafiam o projeto domesticador do domínio colonial; que não são nem adequados nem contidos somente para o consumo e a morte em vida, seu desencantamento. É, portanto, uma visão da rua que permite "no resíduo de seus acontecimentos miúdos, maneiras de viver que não sejam simplesmente receptivas ou reativas aos desígnios do deus carro" e que fundamentalmente propicie encontros entre as mais diversas gentes da cidade. (SIMAS, 2019, p.83).

A feira, ao disputar nas ruas um espaço de mercado como espaço de encontros e paixões coletivas, coloca em xeque disputas maiores pela própria cidade e as vidas que nela se dão. Ousar um olhar original sobre a cidade a partir das feiras, pode ser um importante ato contra a tendência da normatização, unificação e planificação dos modos de ser das mulheres e homens no mundo, ajudando a superar a exclusão e ao mesmo tempo "a ideia da missão civilizadora moderna que insiste exclusivamente nos padrões de representatividade, consumo e educação engessados pelo cânone" (SIMAS, 2019, p. 28).

Dito isto, a pluralidade de vozes que fundamentalmente constrói o espaço das feiras nas ruas é entendida como importante fator para desestabilizar a construção de uma cidade senão esta, pensada como disciplinada onde deveria ser espontânea, "esculhambada", onde deveria ser organizada, mais gerenciada que vivida, empreendimento de gestão e marcada por corpos voltados para "o desencontro e os currais do mercado de trabalho, normatizados pelo medo de driblar, pecar e gingar." (SIMAS, 2019, p.56).

Em "Del barrio a las territorialidades barriales: revisitando categorías desde experiencias de trabajo en cuatro barrios de Montevideo" (2019), as autoras Lucía Abbadie, Laura Bozzo, Aline da Fonseca, Letícia Folgar, Lauren Isach, Beatriz Rocco, Alicia Rodriguez e María Eugenia Viñar, apontam que – historicamente - o conceito de bairro surge como uma ferramenta analítica que permite dar conta da complexidade de vínculos, pertencimentos,

histórias e escalas que se põe em jogo mediante a construção da cidade. A utilização do conceito no discurso científico e ideológico se remete à meados do século XIX, coincidindo com a visão do fenômeno urbano enquanto um problema da revolução industrial e o sistema capitalista, a partir do reconhecimento de determinadas disputas, como a luta de classes dentre o cerne das cidades.

Nesta perspectiva, a barrialização da cidade se dá – principalmente - a partir da crescente segregação e desigualdade urbana. O bairro, por sua vez, emerge como um indicador distintivo da situação de exploração e diferenciação que se observa no uso dos espaços dentro da cidade. Há, portanto, nas cidades modernas uma distinção de classes segundo bairro e de bairros segundo classe (ABBADIE, et. al., 2019, p. 269). Esta visão está engendrada em uma cosmovisão de cidade como uma variável dependente de processos socioeconômicos globais, onde um bairro se mostra como espaço ou local que visibiliza determinadas marcas físicas. Estas marcas, por sua vez, refletem os processos de segregação urbana resultantes da apropriação feita pelo capital sobre o valor de uso da cidade, onde a esfera do bairro é vista de forma pejorativa, como insumo para a reprodução social e material do excedente urbano.

As teorias funcionalistas - por outro lado – ao centrarem-se sob a negação da luta de classes, analisam o bairro e outros fenômenos urbanos sem considerar sua relação com os processos históricos socioeconômicos. Frente à associação automática do bairro com os guetos e a miséria nas cidades industrializadas, estas visões oferecem uma ideia de bairro vinculada à comunidade. Tal noção parte da justaposição entre vida urbana e vida industrial e se utiliza da noção de comunidade obtida das cidades pré-modernas antes do advento da industrialização.

De forma oposta ao caos e à desordem urbana, o bairro se dá como um espaço ou unidade homogênea, caracterizado por relações de solidariedade, ajuda mútua, pertencimento e valores compartilhados: onde não há espaço para a desigualdade. Estas considerações se fazem muito pertinentes ao propor um estudo de feiras livres em Montevidéu.

Não obstante, em "A situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra" (1892), Friedrich Engels descreve que nos bairros em que viviam os operários britânicos, a comida ficava disponibilizada nas ruas, sem controle de higiene ou qualidade - como nas feiras -, uma forma de revelar a miséria e condições precárias que se observavam em tais bairros.

De acordo com as autoras, esta última concepção de bairro, no Rio da Prata, pode ser evidenciada nas letras de tango, relevante expressão cultural da região. O arquétipo de bairro que impregnou esta cultura e o sentido comum é apresentado a partir de um tom afetivo, nostálgico. É a ideia de "bairro perdido", associado a um tempo idílico. Um bairro pensado totalmente a parte dos processos econômicos e políticos mais amplos.

As feiras permitem enxergar a miséria nos bairros abastados e a riqueza nos bairros periféricos ao mesmo tempo que reconhecer os contextos socioeconômicos que estruturam a cidade e por consequência os bairros, ou o bairro como um emergente sócio-histórico. Permitem, portanto, ao observador, produzir uma teoria que não só intermedie e contraste outras duas, concretizando daí uma teoria intermediária, mas sim que rompa com a própria percepção de que a modernidade, como infraestrutura, é um pano de fundo concreto pensado somente a partir de sua negação ou afirmação total, em qualquer um que seja o cenário.

Os autores apresentam um conceito de bairro vinculado a partir das formas de habitar que se dão na vida cotidiana e na construção de sentidos por parte de seus habitantes. Estudá-lo requer, portanto, uma análise que contemple tanto as formas de reprodução dos componentes macroestruturais de urbanização na cotidianidade como os modos em que estes se produzem e se transformam em microescala. A partir desta lógica, o bairro se apresenta como cenário de relações sociais – não neutro à medida que denuncia desigualdades – subordinado às dimensões funcionais, simbólicas e culturais presentes na construção vigente da cidade.

Esta inflexão é imprescindível para entender as práticas e relações que se dão nas feiras urbanas. Contudo, o trabalho dos feirantes não está nunca reduzido a um único bairro senão que suas trajetórias cotidianas percorrem diversos bairros. Neste sentido, os e as feirantes se vinculam à construção do conceito apresentado no texto de bairro extenso, por exemplo. Este conceito, propõe recuperar a dimensão do bairro com aqueles que não só aí residem, mas com os que vivem no bairro propriamente dito. Da mesma forma, ao analisar a situação contemporânea dos e das feirantes da cidade, também deve-se levar em conta o conceito de bairro como realidade material, tangível e que se constitui como parte do imaginário nas cidades. Neste sentido, as relações nas feiras também se localizam mediante os bairros e suas práticas e representações particulares, as quais pretendemos conhecer de forma mais aprofundada no presente estudo.

Em "*La feria, el barrio y el centro urbano*" (2015), Valentina Pereira analisou as lógicas e práticas observadas nas feiras livres de Montevidéu, as contrastando – como um contraponto - à lógica urbana que tradicionalmente organiza e constitui este mesmo centro urbano. De acordo com a autora, a literatura especializada sobre as cidades modernas e contemporâneas sugere que o modo de ser urbano se caracteriza por uma forma de sociabilidade ou comportamento específico, reservado e atrelado ao sistema capitalista. Por outro lado, nas feiras da cidade, se observam relações correspondentes à dinâmicas e vínculos de bairro, proximidade, conhecimento e reconhecimento mútuo.

Isto permitiu à autora indagar sobre como os espaços físicos e as lógicas cotidianas condicionam - particular e diretamente - as interações, os modos de ser e agir dos indivíduos que neles se inserem. De acordo com Pereira, para os fregueses a feira não se constitui somente como um espaço de trocas comerciais e de serviço, sendo também um espaço onde se evidenciam intercâmbios informacionais; um espaço lúdico - ou lugar de passeio e lazer - que, por sua vez, cumpre um relevante papel para o reconhecimento e manutenção de vínculos entre vizinhos, sendo muitas vezes o único ponto de encontro entre estes.

O trabalho "*Desechos, el uso y recuperación de objetos entre personas sin techo*" (2019), apresentado pelos autores e autoras Antía Arguiñarena, Gonzalo Gutiérrez, Mariana Urtasún e Marcelo Rossal, se aproxima da figura dos "*bolseros*", pessoas que buscam alimentos e objetos nas lixeiras das ruas de Montevidéu.

De acordo com os autores, nos últimos quinze anos, tornou-se mais frequente a presença de determinadas pessoas, em sua maioria homens jovens entre dezesseis e trinta anos, buscando por alimentos e outros objetos "jogados fora" em determinadas zonas da cidade. Em grande maioria, esses jovens são muito frequentemente associados ao consumo problemático de drogas, à situação de rua e em alguns casos à patologias mentais (ARGUIÑARENA, et. al., 2019, p.563).

Ainda, são sujeitos vinculados a distintas estratégias para ganhar a vida na cidade, como cuidar de carros nas ruas, pedir moedas, cometer pequenos delitos como furtos ou - o que torna este estudo especialmente interessante para a presente investigação – vender objetos nas feiras. Normalmente, a sua presença nas ruas da cidade se configura ao entorno de problemáticas como ocupação, "uso indevido" do espaço público, insalubridade, insegurança e risco sanitário, entre outros (ARGUIÑARENA, et. al., 2019, p. 564). A partir desta perspectiva, a categoria mencionada se configura, portanto, como um sujeito fragmentado, cuja unidade reside nos distintos "problemas de convivência" que parece causar, junto às visões segmentadas promovidas pelas próprias instituições da cidade que então deveriam se ocupar de seu cuidado e os estereótipos difundidos pelos meios de comunicação.

Neste contexto, a figura dos *bolseros* surge então como a figura de um sujeito perigoso, que apresenta um "risco" aos demais sujeitos da cidade. Além de indagar e problematizar a construção deste sujeito fragmentado e estigmatizado, os autores buscaram também compreender os vínculos que as pessoas em situação de rua têm com os "*desechos*", os resíduos do restante da cidade. De forma semelhante, o presente estudo se aproximou de uma determinada figura da cultura urbana de Montevidéu, também fragmentada, os e as feirantes. Ainda, uma figura que está em constante contato com a dos *bolseros*, já que as feiras se mostram

para ambos como um espaço estratégico, nos quais comercializam ao mesmo tempo objetos e alimentos de origens completamente diferentes.

As feiras, por se darem nas ruas e espaços públicos, são espaços possíveis tanto aos bolseros como a outras figuras tradicionalmente encaradas como problemáticas no centro urbano. Se, ao pensar em um shopping center, o nosso ideário normalmente nos leva a imaginar um lugar sanitarizado – em todo o sentido que esta palavra compreende – desde a temperatura fria, ao padrão arquitetônico ao determinado público seleto, guardado por seguranças privados, ao pensar nas feiras nos levamos a um mercado marcado pelo cenário das ruas, contraditório, imprevisível e espontâneo, não controlado. O *bolsero* que estende sua lona e vende os objetos que encontrou nas lixeiras não é reconhecido pela sociedade como feirante. E o feirante, ainda que estigmatizado, não vive o mesmo estigma que o catador de resíduos. Porém, ao estudar a feira, seguramente voltaremos a nos acercar sobre esta figura que também usufrui do espaço para comercializar e até mesmo socializar, junto aos outros sujeitos envolvidos nas feiras de forma geral.

De acordo com Arguiñarena et. al., muitas vezes a produção de conhecimento desde a academia também colabora com a visão dos bolseros como sujeito estigmatizado, tomando todas estas categorias como dadas, englobando diversas práticas e sujeitos dentro de um mesmo rótulo, estabilizando, portanto, certas identidades que, por sua vez, homogenizam uma heterogeneidade de sujeitos, trajetórias e práticas. Isto coincide com a ideia de se estudar mais profundamente os e as feirantes, mediante a sua complexidade e diversidade. Igualmente, os autores escolheram realizar parte do trabalho de campo e de observação participante justamente nas feiras montevideanas. Estes relatos se mostram muito pertinentes para o presente estudo.

Nas entrevistas e questionários realizados entre maio e agosto de 2018, foi recorrente a resposta de que os materiais, principalmente objetos e roupas, eram para serem vendidos nas feiras. Ainda, os autores indagam sobre o que acontece com o excedente dos alimentos e materiais das próprias feiras, o que por fim se mostrou uma pergunta também interessante para o estudo que aqui se desenvolve. Como observado durante o trabalho de campo, a prática de recuperar os resíduos também se dá nas feiras barriais, onde os postos descartam frutas e verduras que por fim serão utilizados e consumidos por outros. Aquilo que em um marco mercantil é descartável para alguns, constitui para outros o prato do dia ou até mesmo o alimento da semana (ARGUIÑARENA et. al., 2019, p.57).

3. CONCLUSÃO

A palavra feira é oriunda do vocábulo em latim, feria. Originalmente, o termo fora utilizado com o sentido de festa, mais especificamente de dias de festa, sendo sua forma plural, *feriae,* utilizada também para referir-se aos dias de repouso e descanso, tal qual sua semelhança com a palavra feriado. O termo era utilizado neste primeiro momento de forma vinculada aos rituais religiosos, realizados em ruas e praças públicas. A palavra nasce, portanto, como ritual, quando se festeja e se descansa.

Na alta Idade Média, com as transformações que experimentaram as sociedades europeias, as festividades deixavam de marcar diretamente a organização temporal da vida coletiva. Tal função fora gradualmente relegada ao trabalho, um marco inicial para entendermos, inclusive, um dos elementos mais fundamentais da teoria durkheimiana, a divisão social do trabalho. Foi neste mesmo período que a igreja católica instituiu o uso do vocábulo em questão para a divisão dos dias da semana, costume que, dentre as línguas ainda hoje vivas que se derivaram do Latim, manteve-se somente no português. Concomitantemente, no latim vulgar - falado pelos setores populares - também começou a ser utilizado para o referir-se ao trabalho e adquiriu um novo sentido de mercado.

Este último é o que vigora ainda nos dias de hoje. Contudo, quando falamos em feira não estamos nos referindo a um mercado qualquer, em tanto que a primeira definição que nos é dada pelo *Diccionario Real Academia Española* parte diretamente de uma diferenciação no que diz respeito ao caráter mercantil da feira: "*1. f. Mercado de mayor importancia que el común, en paraje público y días señalados*".

Ainda que superficial, tal definição faz alusão a características fundamentais para iniciarmos uma aproximação com o fenômeno social. As feiras não são um mercado comum e isso se deve justamente à sua dinâmica espaço-temporal nas ruas e à uma periodicidade pré determinada. Quanto à sua função espacial, a bibliografia e a literatura especializada apontam que as feiras se materializam a partir de formas comerciais de caráter socioeconômico e cultural: são mercados periódicos, com pequena ou grande dimensão e organizam-se em ruas e praças, onde feirantes expõem diversos tipos de produtos, desde os confeccionados com tecnologias inovadoras quanto aos produzidos em moldes considerados "rudimentares". No que diz respeito a sua composição social, são essencialmente heterogêneas, os agentes envolvidos são variados e pertencem a diversas classes sociais.

Nelas, se engajam o pequeno agricultor, os artesãos que negociam a própria produção, os comerciantes sem cadastro e formalização, consumidores modestos, empresários de uma

produção em larga escala, empresas de transporte estruturadas e consumidores de classe média. Se apresentam, portanto, como forma comercial indutora da concentração de pessoas, capitais, mercadorias e, por si, de renovação e resistência no espaço urbano, se originando de forma espontânea e sendo formadas pela reunião diversa em espaços públicos da cidade, com intervalos regulares, em um lugar pré-estabelecido.

Para Durkheim, um dos princípios mais fundamentais da pesquisa sociológica é se aprofundar e analisar o que figura por detrás dos termos aos quais utilizamos ou pretendemos analisar. Não obstante, no caso das feiras, tanto o dicionário quanto às definições teóricas mais gerais não parecem dar conta de tudo que está por trás do termo. Talvez, neste caso, esta seja inclusive uma pretensão científica grandiosa, mas, que ao mesmo tempo nos faz relembrar autores da Teoria Crítica como Horkheimer, quando este a definiu a em contraponto às teorias tradicionais. As feiras são espaços de contradição. É por essa última afirmação que podemos entender, por exemplo, o porquê de uma outra definição utilizada pelo dicionário da Real Academia Española demonstrar a utilização da palavra com o sentido de desorganização.

O mesmo sentido também se dá no português. A expressão "fazer a feira" pode significar tanto ir à feira para garantir a alimentação ou sustento - como no caso dos feirantes - semanal, ou ao mesmo tempo causar uma grande algazarra ou contexto imprevisível, que abala as estruturas do que é considerado estável ou ordinário. Mas, se as feiras são espaços comuns ao ideário da cultura popular e elementos constitutivos da vida cotidiana nas cidades, vinculadas à organização e a reprodução econômica e social de uma ampla e variada quantidade de atores, o que as tornaria, então, incomuns?

Há de fato um sentimento raro quando, ao caminhar por uma rua de Montevidéu, nos deparamos com a calçada, tomada por barracas abarrotadas de frutas e verduras e o asfalto, onde normalmente trafegam os carros, ocupado por pessoas. Crescemos indo à feira, vamos semanalmente à feira, mas o espaço parece cada vez mais peculiar e se torna ainda mais quando, na mesma calçada, um outdoor automatizado na esquina faz a propaganda de uma rede de *delivery* ou de *fast-food*. A feira parece, em um primeiro momento, um universo distante do contemporâneo e até mesmo do que concebemos como o mundo moderno. Da mesma forma, a ideia da feira como um espaço de desorganização também nos leva diretamente ao embate com o mundo moderno, especialmente com o que se estabeleceu, historicamente, como o tipo ideal de cidade moderna.

Organizar e sanitarizar são alguns dos principais conceitos utilizados para explicar diversos processos e planos modernizatórios que conduziram as transformações projetadas sobre as cidades, especialmente ao longo dos últimos dois séculos. A feira transforma a rua. O

cinza da paisagem urbana se torna colorido. O trânsito se interrompe para os carros, uma pequena multidão de pessoas toma as avenidas, os cheiros de produtos e alimentos se misturam e o burburinho coletivo que, aumenta gradualmente conforme o passar da manhã, muitas vezes até mesmo com música, levanta a vizinhança logo cedo. Morar na rua da feira é um indicativo sobre onde se mora. A feira localiza e caracteriza a rua, o bairro e, por fim, a cidade.

Nas atas de organismos de vizinhos, em Montevidéu, por exemplo, estas relações se explicitam em torno de conflitos principais como sujeira, barulho e trânsito. Por outro lado, nas mesmas atas costumam explicitar a percepção de que são espaços de história e cultura local, montevideana e uruguaia, além de serem de local de trabalho, uso e importância para a vizinhança. Nos anúncios imobiliários, inclusive, é comum declarar a proximidade da propriedade com a feira do bairro como um fator que agrega valor ao imóvel.

De acordo com Felipe Arocena em "*¿Qué significa ser moderno para un latinoamericano del siglo XXI?*" (2018), quando pensamos rapidamente sobre o que significa ser moderno, primeiramente nos remetemos ao conceito de novo, inovador, inédito ou aquilo que era, até então, impensável. As feiras, por outro lado, são parte de um universo marcado pela tradição e pela história e por isso são também, em um primeiro momento, associadas com algo que foge ou escapa à modernidade.

A partir do renascimento, a palavra moderno adquiriu o significado de "atual", como maneira de diferenciar o período da Idade Média, ainda que, como ressalta o autor, não estivesse naquele momento imbuída de sentido positivo que a vinculava com a antiguidade grega clássica. Mas, somente com o advento da experiência colonizadora no continente americano passou-se a se falar sobre a Época Moderna, precisamente para distinguir o período inaugurado pelas navegações do período anterior, caracterizado pela representação e conhecimento parciais do globo. Ambos os períodos vêm ao caso no que diz respeito à história das feiras uma vez que, historicamente, suas origens na Europa foram vinculadas à passagem das sociedades medievais para as renascentistas, como, nas sociedades latino-americanas, as feiras surgiram a partir do movimento colonizatório.

No Brasil, estiveram tradicionalmente associadas ao sistema colonial português, no México analisadas como reminiscência das culturas indígenas locais e no Uruguai - assim como na Argentina - vinculadas aos imigrantes italianos e espanhóis, tradicionalmente evocados para a construção dos ideários nacionais na região do Rio da Prata mas, também, historicamente vinculados à de comerciantes. Embora estas visões atentem à uma única versão sobre a história colonial, as feiras nos abrem um leque de possibilidades para perceber outras nuances sobre tais processos.

A feira de São Joaquim, em Salvador da Bahia, por exemplo, é hoje um dos principais espaços de comércio de alimentos e artefatos utilizados nos rituais religiosos afro-brasileiros, perseguidos pelo poder instituído desde a época de colônia. Da mesma forma, o documentário "El país sin índios", também retrata uma feira quando mostra os processos de resistência dos povos indígenas atualmente no Uruguai. O artista plástico argentino, radicado no Brasil, Carybé dedicou uma série de pinturas a elementos da cultura popular brasileira e um de seus principais cenários são as feiras. Pintadas na década de 1950, as figuras retratam feirantes, homens e mulheres, negros, com cestas de palhas onde expõem seus produtos. E Galeano, Uruguaio, dedicou todo um poema de seu livro "Mulheres" (1997) à feira, um cenário tipicamente montevideano. Nele, o autor fala sobre a figura da feirante, anônima mas com quem o autor tem proximidade e, em posição de alteridade, aprende sobre a cultura uruguaia e o processo de formação nacional de seu país a partir dos cheiros e produtos em uma feira de Montevidéu. Mas, nem mesmo a cidade, nem as ruas ou feiras são ou foram sempre como as de antes, ainda que, nelas possamos evidenciar uma série de práticas e lógicas que se conservam, como até mesmo de importantes resistências frente à devastadora experiência colonizatória, mas evidenciar também o passar, em movimento, do tempo.

Ainda de acordo com Arocena, a palavra moderno adquiriu mais recentemente - como adjetivo - um significado que caracteriza o que, ou quem, é pertencente, relativo, ao tempo de quem fala ou à uma época recente. A tecnologia, por sua vez, é a força principal que determina o que é ou não pertencente ao nosso tempo. Explicitar as diferentes tecnologias envolvidas na realização das feiras pode ser, portanto, uma forma de resgatar a sua contemporaneidade. Mais que diferenciá-las e explicitar as suas particularidades ao longo do período moderno, se faz importante entender o papel que ocupam atualmente.

Para conhecer o que significa ser feirante, hoje, em Montevidéu, se faz necessário conhecer o próprio tempo em que vivemos. Contudo, ao se reconhecer e explorar este tempo, particularmente, nas feiras, abrimos um caminho de conhecimentos e percepções diferenciadas sobre o tempo que, também conformam e transformam a contemporaneidade, as trincando também como pertencentes ao futuro. As feiras são espaços de técnica. Mesmo sobre as recentes discussões sobre a criação de vida artificial e, se a chamaremos de vida quando criado em laboratório ou por um computador, as feiras podem insinuar outras percepções. Por exemplo, há um ditado popular no Brasil que define os sujeitos a partir da alimentação: "somos aquilo que comemos". E o que comemos não é referente só às calorias e nutrientes que ingerimos e a cultura culinária local, mas também à forma que nossos alimentos são

produzidos. Seremos os mesmos quando toda nossa alimentação for parte de uma cadeia totalmente alienada e automatizada de produção?

Há quem diga que, em poucos anos, os entregadores já precarizados das redes de delivery, serão substituídos por drones e máquinas. Para satisfazer as necessidades alimentares, não só não serão necessárias as relações entre humanos como, talvez, até mesmo os próprios alimentos, assim como as pessoas, sejam totalmente artificiais. Esta não parece ser uma realidade distante, sabendo ainda que grande parte dos produtos industrializados tem em sua composição uma grande quantidade de elementos químicos sintetizados em laboratórios. É bem possível que, ao pegar um rótulo de um alimento comum em um mercado, sequer consigamos entender o que está ali escrito. Muitas vezes não há um único elemento que não seja representado por uma fórmula química. Esta também é uma questão relacionada à técnica. As feiras também permitem que sejam comercializados alimentos, especialmente frutas e verduras, que não estão aptos para a venda em outros mercados. Tornou-se comum, nas grandes redes de supermercado, prezar pela estética dos produtos agrícolas. Os alimentos devem ter o formato correto e não apresentar "desvios" em suas formas padrões.

Por outro lado, também é possível pensar as feiras em relação ao pensamento de Marshall Berman, expresso em seu livro "*Todo lo sólido se disuelve en al aire: la experiencia de la modernidad*" (1982). Ser moderno, para ele, é reconhecer, fundamentalmente, que tudo está impregnado de seu oposto, contrário e que tudo que é sólido se desmancha no ar, como outrora também nos apontou Marx. Para o caso das feiras, isso se mostra muito relevante por vários motivos.

O primeiro é que, nos leva a pensar que, talvez as feiras tenham conseguido resistir ao largo dos séculos de processos modernizadores pois são estruturas justamente fluidas e imprevisíveis, ainda que tenham sofrido diversas tentativas de cristalizá-las e até mesmo desmanchá-las, como, por exemplo, o gradual processo de empurrá-las, assim como os feirantes, para as margens e periferias urbanas. As feiras também seriam modernas nesta percepção, uma vez que homogêneas, parecem conformar-se de maneira sempre dual, no sentido de que não há nada que se conforma dentro delas uniformemente. Para cada evento, o seu oposto também parece se manifestar.

O jogo das ruas e das feiras poderia ser pensado como um exercício de alteridade ou abstração que permite a cada sujeito se colocar no lugar dos demais, ao mesmo tempo que se distancia e põe a si mesmo na perspectiva de todos os envolvidos no fenômeno social. Ao negar uma visão egocêntrica do ser - voltada exclusivamente para si - revela-se uma grande potência coletiva, que se dá à medida em que os sujeitos podem ser, se converter, em muitas coisas. O

feirante é, portanto, um sujeito parcialmente invisível na medida que reclama uma invisibilidade relativa, consistente em ser visto e não visto ao mesmo tempo. Esta característica, por sua vez, se converte em fonte de inquietude para todo poder instituído: é visto porque se visibiliza mas não pode ser controlado porque é invisível. Contudo, para Berman, o ser moderno não pode ser desvinculado do processo de transformação social demarcado como modernização.

Neste sentido, nem mesmo os feirantes ou eventos de esfera local poderiam escapar do capitalismo em escala global. Por tal motivo é possível entender também como as feiras foram sendo marginalizadas ao longo do tempo. Nelas, as individualidades fazem parte de um espaço mais amplo e coletivo. Nem mesmo uma feira existe sem o sistema coletivo de feiras. Ao mesmo tempo, também se mostra pertinente para entender que, igualmente, as feiras não são espaços idílicos em meio à contemporaneidade arrasada. Nelas também se manifestam as dinâmicas do capital. Mas, essa forma de feira parece ter se tornado um fenômeno especificamente latino-americano. São encontradas em São Paulo, Rio de Janeiro, Montevidéu, Bogotá, Cidade do México, Buenos Aires e, muito provavelmente, em cada pequena cidade do continente. Lévi-Strauss dedicou, em sua mais conhecida obra, Tristes Trópicos (1955), todo um capítulo sobre os mercados de rua latino-americanos, como forma de diferenciar nosso continente do asiático, onde figuram formas comerciais similares.

Para Bruno Latour, a experiência moderna está estritamente conectada à maneira que percebemos o tempo. O adjetivo moderno designa um regime novo, uma aceleração ou ruptura do tempo. Quando as palavras "moderno" ou "modernidade" aparecem, definimos por contraste um passado arcaico e estável. As feiras, neste caso, se tornam ainda mais paradoxais. Assim como para o autor, elas acabam, por fim, demonstrando a abrangência do projeto moderno e a sua irrealização. As feiras nunca foram modernas nem poderão ser.

Consideremos ainda que a América Latina é hoje a região do mundo com o maior índice de desigualdade sobre a propriedade de terras. Mesmo nas cidades, os problemas de moradia são visíveis entre grandes casarões abandonados e pessoas em situação de rua. Dinâmicas que, tanto se originam dos processos de colonização e formação nacional no continente, quanto foram se transformando e engendrando na própria gênese social.

Particularmente, desde a última década de 90, a América Latina experimenta, cada vez mais frequentemente, o aumento de tensões no campo, produzidas a partir das transformações relacionadas ao sistema agroalimentar e de matriz energética, em escala mundial. Frente ao acelerado preço dos alimentos e dos recursos naturais, também aprofundam-se dinâmicas históricas e surgem novos conflitos sociais, econômicos e políticos na maioria dos países da

região. Neste contexto, de nova expansão do capitalismo sobre os espaços rurais, no continente com o maior índice de desigualdade fundiária - a aceleração do ritmo tecnológico sobre a produção representa também o aprofundar da - já histórica - concentração fundiária.

Nas feiras, por outro lado, a maior parte da produção vem de pequenas propriedades e de produções familiares. Ainda que nem todos os feirantes sejam produtores e que, muitos dos produtos sejam produzidos com tecnologia de ponta. Ainda, muitas análises que levam em questão as feiras, as observam como reminiscência de um passado ao qual já não queremos de todo recordar, ou então frente ao gradual processo de desenvolvimento, marcado pelo eurocentrismo onde as sociedades europeias foram alçadas ao nível ideal de desenvolvimento, que deveria ser alcançado pelas outras sociedades, subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, que deveriam perseguir o mesmo caminho traçado pelos europeus.

A linearidade do desenvolvimento também ancla as feiras em outro espaço-temporal, do atraso. Por outro lado, a Prefeitura de Montevidéu acaba de inaugurar há poucos meses a nova *Unidad Agroalimentaria Metropolitana*. As propagandas que anunciavam o lançamento diziam "bem-vindos ao futuro, bem vindos ao mercado mais moderno da América Latina". Octavio Paz em "Los signos en rotación y otros ensayos" de 1983, coloca que o futuro, para os modernos, é considerado melhor que o passado, sendo carregado de sentido positivo e, por isso, é denominado progresso.

Da mesma forma, para Latour, o mundo moderno está interpelado pelo tradicional, de tal forma que o oposto também se verifica. Em última instância, é possível perceber que todas estas tipologias estão impregnadas de eurocentrismo e respondem a um olhar ainda colonial. A América Latina ainda é percebida como uma região em caminho entre dois pólos, com uma modernidade que não pára nunca de chegar às nossas cidades.

Ainda, com a atual pandemia, a tecnologia também se mostrou como uma questão pertinente, principalmente em um primeiro momento que os feirantes não podiam estar nas ruas para trabalhar. Uma plataforma cooperativa foi criada pelos próprios feirantes para a realização de entregas e conseguir assim, escoar sua produção e atender a clientela. Talvez se pensássemos que, em algumas décadas, até mesmo as feiras poderiam passar para a modalidade online, a pandemia acabou antecipando esta realidade muito antes do que imaginávamos. Uma feira sem encontros, proximidade, sem cheiros, sujeira ou barulho. Mas apenas a alguns cliques de distância.

Igualmente, as máquinas de cartão de crédito já não são nenhuma exceção nas feiras da cidade. Se por um lado abrem um leque de oportunidades para as vendas, por outro lado também contribuem para a homogeneização do espaço e as lógicas impostas pelo capital. Neste

ponto, vale ressaltar uma anedota de que, no início de 2021, em contexto de pandemia, uma loja de uma grande franquia de supermercados do Uruguai, localizado em um bairro de classe média alta de Montevidéu, Parque Rodó, foi alvo de protestos por conta de um cartaz, colocado pela gerência do local no interior da loja pedindo aos clientes que não doassem nem comida nem dinheiro para as pessoas que pediam do lado de fora do estabelecimento. Alguns dias depois, um grupo de vizinhos e militantes de outros movimentos sociais decidiram organizar um panelão, *olla popular,* na porta da loja. Menos de uma quadra de distância dali, há uma feira semanal onde não só todos e todas podem circular, já que o espaço é público, como os feirantes doam o excedente de sua produção diretamente aos mais vulneráveis e também para as Ollas populares. Se bem o Uruguai é considerado o país menos desigual da região, a pandemia, por fim, evidenciou e aumentou a pobreza em diversos cantos do país.

Frente à emergência sanitária, quem se organizou para alimentar a população com fome foram as próprias pessoas através da organização de ações de cooperação, que, só posteriormente foram, de alguma forma, institucionalizadas. As feiras e os feirantes também são atores fundamentais para estas iniciativas. Juntos, nos levam a repensar a velha máxima sobre quem, realmente, alimenta o país.

As grandes empresas e corporações podem ser as representantes de uma grande parcela do PIB e das exportações, podem até mesmo abastecer as prateleiras das grandes cadeias de grandes mercados em busca de lucro, mas a comida como commodity não é feita para, de fato, alimentar o povo.

Além da tecnologia, as feiras também exprimem uma curiosa relação temporal nas sociedades tardo-modernas. Ainda de madrugada, quando a grande maioria dos trabalhadores da cidade se deitam, os feirantes se levantam para iniciar mais uma etapa de sua jornada de trabalho. Mais ou menos às quatro da manhã, começam a organizar as mercadorias que produziram ou adquiriram ao longo da semana para levá-las ao qual será seu destino (quase) final, na rua onde encontrará um consumidor ou consumidora que por fim a levará para a casa.

Antes do restante do bairro acordar para o trabalho, os feirantes já estão se estabelecendo. Nas primeiras horas da manhã, as ruas já estão fechadas para os carros em geral, somente os abastados caminhões de verduras e frutas ocupam as vias. Os fruteiros e verdureiros são os primeiros a chegar. Seu percurso inclui não só a colheita como muitas vezes a coleta destes produtos em outros lugares como o Mercado Central. Também necessitam de um tempo maior para montar suas tendas, em sua maioria de ferro e madeira.

Peixeiros, açougueiros e comerciantes de produtos lácteos, por exemplo, costumam chegar algumas horas depois. Sua mercadoria apresenta um ritmo mais alto de perecividade e

a sua tenda, normalmente já está pronta com o próprio carro de transporte aclimatado e com o frigorífico necessário para conservar seus produtos. Já os produtores de pequenas manufaturas, bem como os que comercializam produtos industriais ou não alimentícios, como roupas, livros e discos, chegam momentos depois por entender que o primeiro público, que frequenta a feira ainda pela manhã, é aquele que vai interessado ou motivado pela busca de alimentos em sua melhor qualidade possível, bastante frescos, seja uma dona de casa ou o dono de um restaurante.

Além da montagem e do percurso anterior à própria feira, o tempo continua sendo um aspecto diferencial durante todo o fenômeno. É o tempo e a sua relação sobre a mercadoria que permite, ao feirante, quase que profanar o que talvez seja um dos mais importantes aspectos de uma sociedade capitalista onde as mercadorias, como sinalizava Marx, se desprendem enquanto fetiches: o preço.

Uma verdura vendida em uma feira nas primeiras horas da manhã não é a mesma que a vendida poucas horas depois naquele mesmo lugar, ainda que produzidas e colhidas sobre as mesmas circunstâncias. O passar do tempo é rápido e implacável sobre um kilo de tomates expostos na rua sob o sol. O público das dez da manhã tampouco é exatamente igual ao das sete, e há que mencionar o final da feira, no Brasil denominado como a hora da xepa. Neste momento, os feirantes anunciam promoções repentinas sobre seus produtos que, em pouco tempo, podem acabar virando excedente e ficar até mesmo pelo caminho para quem o encontre ou doado para alguém mais necessitado - prática que se mostra comum e sistemática nas feiras montevideanas.

Em "*Alienación y aceleración, Hacia una teoría crítica de la temporalidad en la modernidad tardía*" (2013), Hartmut Rosa se propõe à realização de um ensaio sobre a vida moderna, com objetivo de reconectar a sociologia e a filosofia social às experiências sociais experienciadas pelos próprios sujeitos nas sociedades tardo-modernas. O autor se depara com a percepção de que as Ciências Sociais passam pela necessidade de reformular novas perguntas de estudo e pesquisa, que despertem ou repercutem diretamente sobre os interesses das pessoas, em suas vidas cotidianas e que, por fim, possam ser desenvolvidas empiricamente.

Assim como Horkheimer, Rosa enxerga uma diferença substancial no que diz respeito à forma como as teorias tradicionais operam em relação ao ato, per se, de se construir conhecimento. Tradicionalmente, o nosso fazer científico se orienta à resolução de conflitos pontuais ou meros acertos paradigmáticos, desinteressantes para o público em geral e todos aqueles que se preocupam com o destino e o futuro das sociedades tardo-modernas. Sua

proposta gira em torno da elaboração de uma teoria que permita examinar tanto a estrutura quanto a qualidade de nossas vidas, a partir do enfoque em padrões temporais.

Para além do fato de que - praticamente - todos os aspectos de nossas vidas podem ser minuciosamente analisados a partir de uma perspectiva temporal, seu objetivo é identificar e explicar de que forma as estruturas temporais conectam os níveis micro e macro da sociedade. Para ele, nossas orientações e ações se coordenam e se tornam compatíveis com os imperativos sistêmicos das sociedades modernas capitalistas, justamente através de normas, prazos e regulações (ou regras) temporais. Estas sociedades são, portanto, sustentadas, reguladas, coordenadas e dominadas por um determinado regime temporal, ainda que em grande parte invisível, despolitizado, sub-teorizado e não-articulado.

Este sistema temporal pode, por outro lado, ser analisado a partir de um conceito unificador proposto por Hartmut Rosa: a lógica da aceleração social. As feiras parecem ser um ótimo espaço para atestar a passagem do tempo e assim o fez Benjamin, entre os anos de 1927 e 1932, quando apresentou, em duas rádios alemãs, transmissões educativo culturais destinadas ao público infantil. Entre acidentes sociais e ambientais, história e cultura dos sujeitos marginalizados e outros temas, uma de suas narrativas recai diretamente sobre uma feira de rua em Berlim e o atestado da passagem do tempo sobre ela, a partir de sua transformação com o passar do tempo.

O mesmo parece se dar no que diz respeito ao conceito de aceleração de Rosa. As palavras que marcam os rumos da indústria alimentícia, principalmente a partir da metade do século XX, são “instantâneo”, “pronto”, “rápido”. As redes de fast-food, a comida rápida, pronta em alguns minutos para ser consumida e as refeições congeladas são fenômenos de nossa época. Até mesmo as frutas podem ser encontradas já fatiadas e embaladas em plástico nas prateleiras dos mercados.

Para Rosa, a literatura e a bibliografia fundamentais sobre a modernidade e a modernização analisam sempre as mudanças verificadas no período como processos de racionalização, diferenciação, individualização e domesticação, ou transformação total em mercadoria. A sensação de aceleração nunca foi, portanto, alheia ao sujeito do mundo moderno. Contudo, há ao mesmo tempo, fenômenos que diminuem a aceleração social, de forma geral. A feira parece ser um destes casos, não precisamente porque os sujeitos que as realizam não experimentem também essa sensação de aceleração, mas, porque, o seu tempo de trabalho é diferenciado.

Ainda, a realização de uma feira depende diretamente do próprio fenômeno natural climático, como o tempo meteorológico. É necessário que não chova para a sua plena realização.

Ainda assim, é possível perceber processos simultâneos de aceleração em determinados pontos. A aceleração tecnológica, por exemplo, também se aplica às relações de comunicação e produção das feiras. Isto se evidencia não só pela utilização de agrotóxicos ou máquinas para aumentar o ritmo produtivo, mas nos artifícios de entrega e crédito mencionados anteriormente.

O tempo, como mencionado por Rosa, parece aniquilar cada vez mais o espaço, e "fazer as compras rapidamente" pode parecer, para alguns, uma prioridade, que por conta do entremeado de barracas em uma via, não parece atingível. A transformação de uma feira em um espaço meramente online, poderia ser então entendida como um destes aspectos do processo de orientação do mundo tardo-moderno onde a relação temporal se abate sobre lugares considerados sem história nem relação. Por enquanto, ocupam as ruas, esta relação estará ainda resguardada.

REFERÊNCIAS

ABBADIE, Lucía, BOZZO, Laura, DA FONSECA, Aline, FOLGAR, Leticia, ISACH, Lauren, ROCCO, Beatriz, RODRIGUEZ, Alicia, VIÑAR, María Eugenia, Del barrio a las territorialidades barriales: revisitando categorías desde experiencias de trabajo en cuatro barrios de Montevideo, Em, Aguiar S. et. al., Habitar Montevideo: 21 miradas sobre la ciudad. Ladiaria. Montevidéu, 2019

ARGUIÑARENA, Antía, GUTIÉRREZ NICOLA, Gonzalo, ROSSAL, Marcelo, Desechos – El uso y recuperación de objetos entre personas sin techo, Em Aguiar S. et. al., Habitar Montevideo: 21 miradas sobre la ciudad. Ladiaria. Montevidéu, 2019

AROCENA, Felipe. ¿Qué significa ser moderno para un latinoamericano en el siglo XXI?, em Arocena, Felipe (2018) Breve autoficción intelectual. Ensayos de Sociología de la cultura, Estuario editora, Montevideo, 2018

BENJAMIN, Walter, Obras escolhidas II, Rua de mão única, Vol. 2, Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho, José Carlos Martins Barbosa, Editora Brasiliense, São Paulo, 199

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

BRITO, Tayrine Parreira, PEREIRA, Viviane Guimarães, PEREIRA, Samanta Borges, A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar do Mato Dentro (MG), Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano - UNITAU, v. 10, edição 20, INSS 2179-1120, Taubaté, 2017

BUSSO, Mariana, Las crisis y el trabajo at´ıpico. Un estudio en ferias artesanales argentinas, Cuestiones de sociología no 7, Buenos Aires, 2011 CERTEAU, Michel de, A invenção do cotidiano,. 3 ed., Trad. Ephraim Ferreira Alves. Vozes, Petrópolis, 1998

COSTA, Maria Regiane da, SANTOS, Dyonis Morais dos, Feiras livres: dinâmicas espaciais e relações de consumo, Geosaberes, Fortaleza, v. 6, n. 3, p. 653 - 665, 2015, ISSN 2178-0463, 2015

DELGADO, Manuel, El animal público. Hacia una antropología de los espacios urbanos, Editorial Anagrama, Barcelona, 2006 ENGELS, Friederich, A situação da classe trabalhadora em Inglaterra, 1892, Trad. Analia C. Torres, Edições Afrontamento, Porto, 1975

HORKHEIMER, Marx, 'Teoría tradicional y teoría crítica' (1937), Amarrotu Editores, Buenos Aires, 2003

LATOUR, Bruno. Nunca fuimos modernos. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007

PAZ, Octavio. Los signos en rotación y otros ensayos. Madrid: Alianza, 1986

ROSA, Hartmut. Alienación y aceleración, katz, Buenos Aires, 2016 [2013]

ROSA, Hartmut. Resonancia, katz, Buenos Aires 2019

CAPÍTULO LIX

CONFLITOS ENTRE RELIGIÃO E A ACADEMIA – UM ESTUDO DE CASO ENTRE ALUNOS DA FAFICH – UFMG E DO ISCSP - UNIVERSIDADE DE LISBOA EM 2019.

Maria do Carmo Rocha [1]

[1] Universidade Federal de Minas Gerais – PPGS, Belo Horizonte, MG, Brasil. carminha47@gmail.com.

RESUMO

O estudo buscou conhecer, compreender e analisar alguns aspectos da experiência religiosa dos alunos e seu modo de pensar sobre temas relevantes. Neste cenário foi importante saber qual a importância que os alunos davam à religião, conhecer se eles tinham religião, qual a opção religiosa, saber se esta opção religiosa era conhecida ou omitida. Foram elaboradas perguntas fechadas e abertas o que forneceu elementos para compreender melhor os alunos e seus conflitos. Para o recorte empírico da pesquisa foi elaborado um questionário online autoaplicado aos alunos de graduaçao dos cursos de humanas das duas universidades. Foram obtidas 272 respostas à perguntas fechadas entre os alunos da Fafich-UFMG e 65 respostas de alunos do ISCSP-Universidade de Lisboa. A pergunta aberta sobre a importancia da religião obteve 168 respostas da Fafich-UFMG e 35 da ULisboa. A pergunta aberta sobre como foram os conflitos obteve 42 respostas da Fafich-UFMG e 8 respostas da ULisboa.

Palavras-chaves: Conflito, religião, academia

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo foi gestado tendo como contexto a vivência e convivência de seis anos na Faculdade de Ciencias Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais- Fafich e de um semestre na Universidade de Lisboa no ISCSP -Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Percebi certas tensões identitárias entre os alunos, apresento este estudo como um desdobramento do meu trabalho de conclusão de curso "Meio Ambiente e religião entre os alunos das ciências humanas , um estudo de caso da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade de Lisboa", defendido em 2019 para o qual foram elaboradas 50 perguntas.

A delimitação do problema de pesquisa sobre a existência de conflitos ente religião e a academia conduziu à seleçao de 8 perguntas fechadas e 2 abertas para subsidiar este estudo. Foi considerado importante apresentar respostas dos alunos sobre qual a importância dada à religião, sobre se possuem religião, sobre qual sua opção religiosa, sobre se concordam ou não com a criaçao da natureza e do homem, sobre se sua opção religiosa era conhecida ou omitida,

sobre se acham que há aconflitos e sobre como eram estes conflitos, para uma melhor compreensão dos conflitos e de como os alunos veem e vivenciam sua religião.

A delimitação do objeto de pesquisa considerou válidas as respostas voluntárias aos questionários disponibilizados pelo link do google forms. Os alunos de todos os cursos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) (Antropologia, Ciências Sociais, Comunicação Social, Gestão Pública, Psicologia, Filosofia, História e Ciências Socioambientais) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e alunos dos cursos de Antropologia e Ciências Sociais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Iscsp) da Universidade de Lisboa (ULisboa) formam convidados a participar da pesquisa respondendo aos questionários.. O questionário para os alunos do Iscsp-ULisboa ficou aberto do dia 03/05/2019 a 27/05/2019. O questionário para os alunos da UFMG foi aberto e encaminhado dia 4/09/2019 e foi encerrado dia 04/10/2019.

As hipóstes consideradas foram duas: H1 – Os alunos omitem seu pertencimento por medo ou receio de serem prejudicados na academia, seja por preconceito explícito, indireto ou algum constrangimento não só por alunos sem religião como também por alunos de outras religiões; H2 – Os maiores conflitos acontecem entre os evangélicos e a academia;.

Objetivo Geral deste estudo foi buscar conhecer, compreender e analisar alguns aspectos da experiência religiosa dos alunos da Fafich e seu modo de pensar sobre temas relevantes. Foi explorar e compreender se a opções religiosas dos alunos são conhecidas ou omitidas e se há conflitos entre sua religião e a academia. Objetivo específico 1 – Aferir e compreender se há receio, medo de retaliações e ou algum prejuízo para sua vida ao se manifestar ou declarar-se religioso; 2 - Aferir e compreender se há conflitos entre a religião e a academia e como foram estes conflitos percebidos e entre quais opçoes religiosas podemos perceber os maiores conflitos.

Considero o presente estudo relevante devido ao recorte empírico de suas respostas, o que pode lançar luz sobre a religião na Fafich e apartir desta compreensão poder aprofundar estudos que conduzam ao insentivo da tolerância religiosa no meio acadêmico.

Apresento a seguir algumas análises observadas. Em relação à pergunta aberta sobre a importancia da religião foi considerada muito importante para 39,3 % dos alunos da UFMG e por 34,3 % dos alunos da ULisboa. Relativo à existência de conflitos nas duas universidades, o estudo mostrou que 18,46% da ULisboa e 19,1% da UFMG disseram que há conflito entre sua opção religiosa e seu curso superior. "Acha que existe algum conflito entre os preceitos de sua opção religiosa e o seu curso superior" foi seguida de uma pergunta aberta vinculada que dizia: "Se você respondeu sim à pergunta anterior pode nos contar um pouco sobre qual ou quais

conflitos foram estes". Considerei elevada as proporções dos alunos que responderam à pergunta aberta após ter respondido que havia conflito. Foram 80,76% na UFMG e 66,66% na ULisboa. Quanto feita a associação entre a existência de conflito e a opção religiosa 43,75% dos evangélicos da UFMG disseram que há conflito e só houve um evangélico que respondeu a esta pergunta na ULisboa, porém com Não sei/não quero responder. Quando foi categorizada as 42 respostas abertas sobre conflito encontrou-se que 40,47% dos alunos da UFMG responderam que havia conflito entre ciência e fé. Para os 8 alunos da Ulisboa que responderam a esta pergunta aberta, a proporção foi de 50% dos alunos disseram que havia conflito entre fé e ciência.

2. SOBRE RELIGIÃO E CONFLITOS

De acordo com DURKHEIM (1989) sobre religião e moral ele afirma que as religiões são constituídas por um sistema solidário de crenças e de práticas relativas às coisas sagradas e que as opiniões e os ritos organizam e classificam o universo em profano e sagrado. A sociedade envolve os indivíduos no fenômeno religioso e utiliza-se de ritos para que a religião se torne mais viva e atuante nas suas vidas. O conhecimento da noção de tempo, espaço, número, causa, substância, personalidade e tudo que envolve o homem, a sociedade e o mundo impulsiona o homem e se expressa pelos conceitos e símbolos. Ele aponta para "a profundidade com que a religiosidade está ligada à sociedade e, esta está conectada à vida humana".

Considerando que vivemos no tempo que comumente chamamos de modernidade, no qual o declínio da religião tradicional seria esperado, observamos ao invés disto, o aparecimento de muitas novas religiosidades incorporando rituais, tanto novos como antigos. Podemos inferir que as pessoas buscam a religião em meio às incertezas da própria modernidade. A racionalidade revelou-se insatisfatória para responder aos questionamentos humanos. A autonomia presente no nosso tempo não é suficiente para impedir que as pessoas busquem no sobrenatural respostas. A diferenciação das esferas institucionais que caracterizam o estado laico, também não impediu a presença e crescimento das religiões. HERVIEU-L. D, (1999) diz que "a concepção religiosa de uma fé pessoal é uma peça-mestra do universo de representações de onde emergiu, progressivamente, a figura moderna do indivíduo, sujeito autônomo que governa sua própria vida". Desta maneira é possível pertencer sem crer e crer sem pertencer.

Sobre a importancia da religião no espaço público, o assunto continua atual e intrigante. CIPRIANI, (2012) diz que Habermas ao elaborar o quadro jurídico, correlaciona a autoridade

do sagrado com as raízes da ética (Habermas, 1986,II,p.603-618) e continua dizendo que a obrigação moral derivaria, com efeito, do sagrado através de uma mediação simbólica, que conduz à linguagem (e à ética do discurso, isto é, à ação comunicativa, não instrumental e não coercitiva). Ainda CIPRIANI (2012) afirma que a separação entre o Estado e a Igreja deveria ser apenas um valor secundário em relação ao valor primário da igualdade de liberdade para os cidadãos, crentes ou não crentes e a imparcialidade da lei significaria o reconhecimento da liberdade na forma de liberdade religiosa.

HABERMAS, (2006) afirma que o Estado laico não deveria impor sua linguagem aos cidadãos religiosos, pois estes já são obrigados a uma condição assimétrica em relação aos sujeitos laicos e ao Estado laico. Dos textos acima observamos que a religiosidade é inerente ao homem e que se dá na esfera pública.

Dentre estudos pertinentes à religião no meio acadêmico destaca-se a pouca importância do tema na vida da comunidade (PAIVA, 1999). Alguns fatores essenciais para a compreensão do problema podem ter sido pouco explorados. Dentre eles é possível destacar a distribuição desigual de poder, a complexidade da presença da religião no espaço público, a modificaçao da secularização e a possível convivência entre religião e ciência (ECKLUND, 2018). Em sua pesquisa (PAIVA,1999) feita sobre representação social da religião com 26 docentes-pesquisadores universitários da USP, ele observou a existência do gradiente de distância acadêmica da religião sugerido por Beit-Hallahmi e por Lehman e Shriver apesar de "quase todos se apresentaram abertos para a dimensão transcendente". Ele relata que de uma forma geral os docentes seriam agnósticos ou indiferentes. Ele notou certa indiferença e um silêncio grande, com a justificativa de o assunto ser pessoal e no meio acadêmico a religião seria uma questão delicada, devendo ser evitado, assim as pessoas se inclinariam a se esquivar de falar do assunto, mesmo que muitos não mais se sintam envergonhados de sua crença.

Apesar da discussão sobre a legitimidade da manifestação religiosa no espaço público, pesquisas recentes mostram como evoluíram as filiações religiosas na sociedade brasileira ao longo do tempo. Analisando as filiações religiosas nas décadas de 1980 a 2010, utilizando dados do Censo, COUTINHO e GOLGER, (2014) observam que houve um declínio do número de católicos no Brasil atribuído ao aumento no número de evangélicos (protestantes, pentecostais e neo-pentecostais). Os católicos em 1980 somavam 88,3% e em 2010, 65,4%. Os evangélicos em 1980 somavam 6,5% e em 2010, 22,1%. Foram usadas metodologias APC (idade, período e coorte) para melhor analisar os dados e hierarquiza-los. A metodologia CCREM (Modelo de classificação Cruzada de Efeitos Randômicos) é eficiente para análise de dados, pois permite destrinchar ou desvendar os múltiplos efeitos da idade, coorte e períodos. Foram apresentadas

as proporções das categorias acima descritas em relação ao sexo e ao grau de urbanicidade. Outra grande contribuição do trabalho de COUTINHO e GOLGHER (2014) foram as distribuições de afiliações religiosas de acordo com os anos de estudo.

Considero a afirmação de BOURDIEU (2003) bastante apropriada para analisar a aliança tácita e implícita entre campos dominados. Ele diz que o mais escondido é aquilo sobre que toda a gente está de acordo, tão de acordo que nem sequer se fala disso, é aquilo que está fora de questão, que é óbvio. Considero muito importante as afirmaçoes de Bourdieu sobre as palavras, ele diz que nunca há palavras neutras para falar do mundo social e a mesma palavra não tem o mesmo sentido segundo seja uma ou outra pessoa a pronunciá-la. O dominante é aquele que tem os meios de impor aos dominado que este o perceba como ele reclama ser percebido. Aquele que tem a palavra, que tem o monopólio de fato da palavra, impõe completamente a arbitrariedade da sua interrogação, a arbitrariedade dos seus interesses. Ele ainda afirma que entre os efeitos políticos da linguagem dominante há o seguinte: "Ele disse-o bem dito, portanto há probabilidades de ser verdade". Desta maneira as respostas encontradas na pesquisa que dizem que os alunos omitem seu posicionamento religioso seria no sentido de evitar constrangimento.

Mesmo que o ambiente objeto da minha pesquisa seja o ambiente escolar, penso que posso aplicar as observações de ELIAS (2000). O aspecto da vergonha me chamou muito atenção no trabalho de ELIAS (2008). Considero de grande importância a questão da pressão do grupo, a opinião grupal e o caráter de consciência da própria pessoa. Ainda que por outras observações preliminares sou levada a pensar que o pequeno número de evangélicos existente na Fafich faz com que eles se sintam como outsiders. Sobre os vários sentimentos que afetam as pessoas quando se sentem não adequados em um ambiente, como diz GOFFMAN (1988), sobre a vida cotidiana na qual a identidade pode ser manipulada e que se pode observar as pessoas, normais ou estigmatizadas como sendo marcados por momentos e sentimentos de vergonha, tensão, inaceitação, culpa, ambivalência, insegurança, embaraço, inadequação percebo como embaraçosa várias situações vividas pelos alunos evangélicos dentro da Fafich. Ainda sobre afetamento, somos seres afetáveis, pelo próprio objeto de pesquisa, FAVRET-SAADA (1990) e este afetametno é perfeitamente possível de ocorrer, no entando o intenso envolvimento com uma causa deve ser permeado com a tentativa de afastamento do objeto de pesquisa. Assim, pessoas afetadas podem pela vergonha se comportarem como outsiders.

Há uma grande diferença de percepção entre uma figura pública e uma figura comum, desconhecida. Os sistemas classificatórios que exploraram a experiência sensível, considerada a experiência de cada um, a experiência sensorial, é percebida através da representação de cada

ator nas atividades práticas do dia a dia, para GARFINKEL (1984), estas atividades e estes sentimentos nos mostram que uma pessoa de nossa intimidade recebe um tipo de juízo, mais condescendente, diferente daquele juízo aplicado a uma personalidade pública. Relaciono esta observação com o destaque que certas pessoas assumem para cada um de nós como pode ser reproduzido o modo de ser pensar e agir das pessoas que consideramos autoridades sobre nossa vida. Entendo que os alunos podem reprodur o pensamento de pessoas e autoridades consideradas importantes. Desta maneira percebo na Fafich um "modos vivendi" peculiar que a presente pesquisa corrobora de uma maioria de alunos sem nenhuma religião e por isto tendem a não aceitar os religiosos. Assim considero importante a abertura para diversidade dentro do ambiente escolar e noto que precisaria haver ações afirmativas dentro da própria Fafich no sentido de insentivar a tolerância religiosa.

3. METODOLOGIA

Para entender a religião dos alunos da Fafich e do ISCSP, compreender alguns aspectos da religião dos alunos, se sua opção religiosa é conhecida ou omita e se há conflitos na academia foi utilizado o banco de dados gerado pelas respostas ao questionário online autoaplicado em 2019. A plataforma online utilizada foi o *Google Forms.* Dentre as 50 perguntas: 21 eram em escala de gradação; 24 fechadas com as opções sim/não/não sei/nao quero responder; 5 perguntas abertas com espaço para resposta. Para melhor compreender os conflitos foi importante analisar as respostas abertas à pergunta sobre a importancia da religião. Os alunos dos cursos de graduação de Antropologia, Ciências da Comunicação, Ciências Sociais, Ciências Socioambientais, Filosofia, Gestão Pública, História e Psicologia da Fafich/UFMG e os alunos dos cursos de antropologia e sociologia da Universidade de Lisboa, do ISCSP foram convidados para responderem ao questionário. Inicialmente foi previsto aplicar na Ulisboa o questionário a todos os cursos semelhantes aos da UFMG, porém pela política de segurança de dados a universidade não fornece os email dos alunos nem divulga o questionário para seus alunos. Desta maneira eu consegui enviar o link do questionário apenas para os alunos das disciplinas que eu estava cursando que eram do curso de antropologia e sociologia. As respostas dos alunos do curso de gestão pública foi por indicação dos alunos de antropologia e sociologia. Na UFMG foi encaminhado a todos os colegiados da Fafich e-mail solicitando divulgar o link do questionário. Foram necessárias várias idas pessoais aos colegiados para reforçar o pedido de divulgação do link para a lista de alunos. Como as amostras não foram estatisticamente representativas, pois só respondia quem queria e quem teve acesso ao link apresento um

estudo de caso analisando algumas respostas destes alunos destas duas universidades. As perguntas foram retiradas da ARDA 2018 e da General Social Survey 2018. As perguntas foram numeradas de Pergunta 1 até Pergunta 50. Os números que identificam as perguntas foram mantidos como no banco original. As perguntas fechadas apresentadas e analisadas neste estudo foram as mostradas no Quadro 2, Quadro 3 e Quadro 4. As perguntas abertas apresentadas e analisadas neste estudo foram as mostradas no Quadro 1 e Quadro 5. Sobre a importancia da religião foi feita categorização das respostas em sete temas. Para a discussão sobre se a opção religiosa é revelada ou omitida foram apresentadas as perguntas no Quadro 4. Para a pergunta sobre os conflitos vividos foi feita categorização das respostas e apresentada uma análise descritiva dos dados e apresentadas a transcrição de uma resposta aberta para cada tema categorizado e para cada universidade. O software de análise estatística usado foi o Stata Versão 13. O software foi disponibilizado para os alunos de mestrado 2020/1 por causa da pandemia.

4. DISCUSSÃO E RESULTADOS EM RELAÇÃO A PERGUNTA ABERTA SOBRE A IMPORTÂNCIA DA RELIGIÃO

Ainda que indiretamente relacionada a conflitos apresento esta discussão como ponto de partida para as análises posteriores. Foi feita a pergunta aberta mostrada no Quadro 1 e como apenas respondia quem quisesse, possivelmente há viés nessas respostas, haja visto que alunos mais religiosos tenderão a responder à Pergunta 24, enquanto os não religiosos, por achar que a religião não é importante, podem simplesmente ter pulado a questão.

Quadro 1: Pergunta 24 aberta

PERGUNTA COMPLETA
24 – Qual a importancia da religião para voce (pergunta aberta)

Foram analisadas as 168 respostas para esta pergunta aberta e elaborada uma categorização na qual foram criadas 7 categorias, descritas na Tabela 1.

Note-se que a proporção de pessoas para quem a religião é muito importante foi de 39,3% dentre os 168 alunos da UFMG que responderam esta questão aberta. Observa-se que a proporção foi de 20.8% dos alunos que responderam que a religião não tem nenhuma ou quase nenhuma importancia. A proporção do total de alunos que disseram “Nenhuma” religião na Tabela 4 foi de 54,04% foi mais do dobro do total de respondentes à pergunta aberta que disseram que a religião não tem nenhuma ou quase nenhuma importância, Nota-se que mesmo dentre aqueles que dizem não ter nenhuma religião muitos atribuem importância para ela.

Ratifica-se que a proporção dos alunos que disseram não ter nenhuma religião dentro da universidade foi expressivamente maior do que se encontra na população brasileira. Quase todas as categorias elencadas não mostram rejeição à religião, exceto a que atribui nenhuma importância ou quase nenhuma e a que relaciona a rancor/traumas/pertubação.

Tabela 1: Pergunta 24

TEMAS		N	%	TOTAL
1 - Muito importante	UFMG	66	39.3	168
	ULisboa	12	34.3	35
2 -Importante para os outros	UFMG	16	9.5	168
e para a sociedade	ULisboa	2	5.7	35
3 - Nenhuma ou quase	UFMG	35	20.8	168
nenhuma importância	ULisboa	8	22.9	35
4 - Acredito em Deus ou força superior	UFMG	11	6.5	168
força superior	ULisboa	4	11.4	35
5 - Forma de espiritualidade	UFMG	21	12.5	168
	ULisboa	2	5.7	35
6 - Importância relativa à	UFMG	16	9.5	168
outras coisas da vida	ULisboa	6	17.1	35
7 - Rancor/Traumas/Perturbação	UFMG	3	1.8	168
	ULisboa	0	0	35

Fonte: Pesquisa Meio Ambiente e Religião entre alunos das Ciências Humanas, 2019.

Note-se que a porcentagem de pessoas para quem a religião é muito importante na ULisboa foi 34,3% e de 39,3% na UFMG. Somente uma categoria conferia nenhuma ou quase nenhuma importância para a religião e esta porcentagem foi de 22,9% na Ulisboa e 20,8% na UFMG.

5. DISCUSSÃO E RESULTADOS SOBRE AS PERGUNTAS RELACIONADAS A POSSUIR RELIGIÃO, OPÇÃO RELIGIOSA, SOBRE SE DEUS CRIOU A NATUREZA, SOBRE O HOMEM TER EVOLUIDO A PARTIR DE ANIMAL

As análises a seguir também foram consideradas importantes para uma maior compreensão das respostas dos alunos. Em relação às perguntas mostradas no Quadro 2 foi feita análise descritiva simples das respostas e feitas associações que aparecem sendo discutidas no decorrer do estudo e mostradas nas Tabelas 2 a 8.

Quadro 2: Perguntas 4, 8, 21 e 22

PERGUNTAS COMPLETAS
4 – A natureza foi criada por Deus? Escala de graduaçao 1 a 5 entre discordo plenamente a concordo plenamente. (Recodificada para Discordo; Não concordo nem discordo; Concordo)
8 – Os seres humanos são uma espécie animal que evoluiu a partir de outros animais? Escala de graduaçao 1 a 5 entre discordo plenamente a concordo plenamente. (Recodificada para Discordo; Nem concordo nem discordo; Concordo)
21 – Pertence a alguma religião? Sim/não/não sei/não quero responder
22 – Qual sua opção religiosa? Foram 13 opçoes religiosas em escala de importância Recodificada para Católico/Evangélico/Outras/Nenhuma)

Em relação a Deus ter criado a natureza e ao homem ter evoluido apartir de animal, vemos as respostas apresentadas na Tabela 2. Percebe-se que a proporção dos alunos que discordam de a natureza ter sido criada por Deus foi maior na Ulisboa 67,69% do que na UFMG 51,47%. De maneira similar os que concordam que a natureza foi criada por Deus foi na proporção de 12,31% na Ulisboa para 26,1% na UFMG. Veja que mais do dobro da proporção dos alunos da ULisboa são os alunos da UFMG que acreditam que Deus criou a natureza.

Com relação ao homem ser uma espécie animal que evoluíu apartir de outros animais, veja que a proporção de discordância na UFMG é seis vezes mais que na ULisboa. Isto aponta para a necessidade de discussão do tema criação, e que esta crença não é desprezível no meio universitário, pois quase vinte por cento , 19,12% dos alunos discorda de que os humanos evoluíram apartir dos animais. Nota-se também que a proporção dos alunos da Ulisboa que concordam com a afirmação de que o homem evoluiu apartir de outros animais foi de 87,69% e foi superior à proporçao dos alunos da UFMG que concordam na proporção de 71,32%.

Para alimentar a discussão da criação temos quase 10% de alunos que não possuem uma posição definida. Podemos considerar que estes alunos estão abertos a discussão. Vale aqui lembrar que já ocorreu manifestação de áreas da biologia contra o estudo do tema dentro da universidade.

Tabela 2: Perguntas 4 e 8

		DISCORDO		NEM DISCORDO NEM CONCORDO		CONCORDO		TOTAL	
DESCRITIVA		n	%	n	%	n	%	n	%
Deus criou natureza	UFMG	140	51.47	61	22.4	71	26.1	272	100
	ULisboa	44	67.69	13	20	8	12.31	65	100
Homem evoluiu dos animais	UFMG	52	19.12	26	9.56	194	71.32	272	100
	ULisboa	2	3.08	6	9.23	57	87.69	65	100

Fonte: Pesquisa Meio Ambiente e Religião entre alunos das Ciências Humanas, 2019.

Pensando agora sobre pertencer a uma religião vamos aos números mostrados na Tabela 3.

Verifica-se que as respostas "Não" possui religião ocorre na proporção de 47.69% do total para a Ulisboa e de 51,6% do total para os alunos da UFMG. Nas duas universidades não possuir religião apresenta uma proporção maior do que possui religião. Esta proporção é bastante expressiva e reveladora de que os alunos da UFMG que declaram não possuir religião é muitas vezes superior à proporção encontrada na sociedade em geral que foi na proporção de 8% no último censo (2010).

Tabela 3: Pergunta 21

		SIM		NÃO		NÃO SEI		NÃO QUERO RESPONDER		TOTAL	
Descritiva		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Possui Religião	UFMG	114	41.8	140	51.6	15	5.5	3	1.1	272	100
	ULisboa	30	46.15	31	47.69	2	3.08	2	3.08	65	100

Fonte: Pesquisa Meio Ambiente e Religião entre alunos das Ciências Humanas, 2019

Em relação à pergunta 22, sobre qual o pertencimento religioso dos alunos, ressaltamos que a pergunta original distribuia em ordem de importância 13 religiões dentre elas nenhuma religião. Para este estudo foi agrupado em quatro: católico, evangélico, outras e nenhuma, como indicadas na Tabela 4. Observa-se que a presença dos católicos com 22,06% é maior que todas as outras religiões agrupadas com 18,01%. Nota-se que a presença de evangélicos é bem reduzida. Considera-se um achado o fato de Nenhuma religião aparecer com 54,04%, proporçao muito superior aos dados do Censo IBGE 2010 que apontava 8% para nenhuma religião. Como disse SANCHIS (2012), haveria uma tendência da juventude até 26 anos optar pela "Nao Religião" e os números apresentados confirmam esta espectativa, inclusive em uma proporçao seis vezes maior. Outro achado a observar foi a presença de 22.06 % de católicos contra 5.88% de evangélicos, sendo que o censo 2010 mostrou que os católicos eram 65,4% e os evangélicos 22,1%. Nota-se a presença de 18.01 % para os que optaram por outras religiões. Estas diferenças refletem a alta proporçao dos que indicaram "Nenhuma" religião. Os números da Ulisboa nos mostra que os católicos tem uma proporção similar à da UFMG. Em relação aos evangélicos a Ulisboa possui um terço dos evangélicos da UFMG. Observa-se também que outras religiões na Ulisboa representa um terço proporcional em relação a UFMG. Isto reflete uma realidade observada no Brasil onde a proporção de outras religiões é bem superior aos países da Europa. Nota-se que a presença de evangélicos é bem mais reduzida na Ulisboa que na UFMG. A proporção dos alunos que disseram não possuir religião na Ulisboa é bastante superior ao da

UFMG que já é uma proporção elevada. Temos que 70.77% dos alunos disseram não ter religião na Ulisboa. Nota-se que quando perguntados sobre se possui alguma religião a Tabela 3 apresentou a proporçao de 51,6% que disseram não da UFMG contra 47,69% da Ulisboa. As proporções diferem quando apresentadas as religiões para os alunos na Tabela 4, na qual vemos que os que optaram por não ter nenhuma religião foram na proporção de 54,04% para a UFMG contra 70,77% para a Ulisboa. A alteração foi muito grande na ULisboa, talvez se possa inferir que perguntar diretamente se o aluno possui religião de alguma maneira intimida o aluno e ele tende a dizer que possui, porém quando perguntada qual religião entre muitas opções ele optou por escolher nenhuma, para dizer que não tem religião ou também poderia ser nenhuma das listadas. Esta hipótese é possível mesmo que o questionário tenha apresentado 13 opções de religião. Nota-se que na europa não há tanta diversidade religiosa, a proporção de 6.15% da Ulisboa representa quase um terço dos que marcaram outras religiões na UFMG.

Tabela 4: Pergunta 22

DESCRITIVA			n	% TOTAL DE ALUNOS
Qual sua Religião?	Católico	UFMG	60	22.06
		ULisboa	14	21.54
	Evangélico	UFMG	16	5.88
		ULisboa	1	1.54
	Outras	UFMG	49	18.01
		ULisboa	4	6.15
	Nenhuma	UFMG	147	54.04
		ULisboa	46	70.77

Fonte: Pesquisa Meio Ambiente e Religião entre alunos das Ciências Humanas, 2019.

Na tabela 5 apresentamos as perguntas relativas a Deus ter criado a natureza e ao homem evoluír do animal associadas às opções religiosas. Nota-se que a proporção dos católicos que concordam que Deus criou a natureza na ULisboa é de 21,4% e na UFMG é mais que o dobro com 46.7%. Já dentre os evangélicos encontramos a proporção de 87,5 % na UFMG que acredita que Deus criou a natureza. Os católicos na proporção de 35.7% discordam que Deus criou a natureza. Seria incongruente com os dogmas da igreja, mas como já vimos em HERVIEU-L. D, (1999) é possível pertencer sem crer. Comparado com a UFMG apenas a proporção de 6,25% dos evangélicos discordam que Deus tenha criado a natureza. Interessante observar que dentre os que declararam não possuir nenhuma religião há uma proporção de 12,24% que acredita que Deus criou a natureza. Observa-se também que mais de um quarto dos alunos católicos e de outras religiões não concordam nem discordam que Deus criou a natureza. Isto representaria uma dificuldade de se posicionar em temas polêmicos? Ainda na Tabela 5, onde a pergunta é se o homem

é uma espécie animal que evoluiu apartir de outros animais, observamos que os católicos na UFMG na proporção de 23,3% discordam comparado com 75% dos evangélicos que discordam. O homem ser criado por Deus é um dogma da igreja católica, porém percebemos que menos de um quarto discorda da evolução apartir de animal.

Os católicos da UFMG concordam com a evolução do homem apartir do animal na proporção de 58,3% e na ULisboa todos os católicos acreditam na teoria da evolução. São os que disseram não ter nenhuma religião que apresentam a maior proporção de acreditar na evoluçao do homem apartir de animal, e esta proporçao é similar nas duas universidades, com 83,67% para a UFMG e 84,78% para a ULisboa.

Tabela 5: Perguntas 4 e 8 associadas à Pergunta 22

		CATÓLICO		EVANGÉLI-CO		OUTRAS		NENHUMA		TOTAL	
Descritiva		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Deus criou a natureza ?											
Discordo	UFMG	15	25	1	6.25	22	44.9	102	69.39	140	51.47
	ULisboa	5	35.7	.	.	3	75	36	78.26	44	67.69
Não concordo nem discordo	UFMG	17	28.3	1	6.25	16	32.65	27	18.37	61	22.43
	ULisboa	6	42.9	.	.	1	25	6	13.04	13	20.00
Concordo	UFMG	28	46.7	14	87.5	11	22.45	18	12.24	71	26.10
	ULisboa	3	21.4	1	100	.	.	4	8.696	8	12.31
Homem evoluiu a partir dos animais ?											
Discordo	UFMG	14	23.3	12	75	9	18.4	17	11.56	52	19.12
	ULisboa	.	.	1	100	.	.	1	2.174	2	3.08
Não concordo nem discordo	UFMG	11	18.3	1	6.25	7	14.3	7	4.762	26	9.56
	ULisboa	.	.	.	.	.	.	6	13.04	6	9.23
Concordo	UFMG	35	58.3	3	18.8	33	67.3	123	83.67	194	71.32
	ULisboa	14	100	.	.	4	100	39	84.78	57	87.69

Fonte: Pesquisa Meio Ambiente e Religião entre alunos das Ciências Humanas, 2019.

A presença evangélica nas duas universidades apresenta uma proporção bem inferior à apresentada pela população em geral que foi de 22,4% no ultimo censo (2010). Estes números corroboram para a hipóstese de que os evangélicos possam se sintir como outsiders dentro da Fafich.

6. DISCUSSÕES E RESULTADOS SOBRE A OPÇÃO RELIGIOSA SER OMITIDA OU CONHECIDA.

Quadro 3: Perguntas 32, 34 e 36

PERGUNTAS COMPLETAS
32 – Seus colegas de curso sabem da sua opção religiosa? Sim, a maioria; Sim, alguns; Não, prefiro que não saibam ou não os diz respeito; Não,mas não importaria se soubessem; Não sei; Não quero responder (Recodificada para Sim, Não, Não sei e Não quero responder
34 – Você fala da sua opção religiosa com desconhecidos? Sim, Não, Não sei e não quero responder
36 – Você já conversou com seus colegas sobre opção religiosa com o intuito de explicar sobre ela? Sim, Não, Não foi necessário, Não sei e não quero responder (Recodificadas para Sim, Não, Não sei e Não quero responder)

Em relação ao dados mostrados na Tabela 6, nota-se que na UFMG mais colegas sabem da opção religiosa do aluno na proporção de 34.93% a 16.92 % da ULisboa e menos colegas não sabem também em uma proporçao de mais do dobro: 12.13% na UFMG e 44.62 % na ULisboa.

Observa-se que 54.04 % dos alunos da UFMG já conversou com os colegas para explicar sua religião. Metade da proporção da UFMG foram os alunos da ULisboa que explicam sua religião.

Tabela 6: Perguntas 32, 34 e 36

	SIM		NÃO		NÃO SEI		NÃO QUERO RESPONDER		TOTAL	
Descritiva	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Seus colegas de curso sabem da sua opção religiosa?										
UFMG	95	34.93	33	12.13	88	32.35	56	20.59	272	100
ULisboa	11	16.92	29	44.62	10	15.38	15	23.08	65	100
Você fala de sua opção religiosa com desconhecidos?										
UFMG	130	47.79	117	43.01	20	7.35	5	1.84	272	100
ULisboa	15	23.08	33	50.77	5	7.69	12	18.46	65	100
Já conversou com seus colegas sobre sua religião com o intuito de explicar sobre ela?										
UFMG	147	54.04	76	27.94	6	2.21	43	15.81	272	100
ULisboa	16	24.62	29	44.62	11	16.92	9	13.85	65	100

Notas: Fonte: Pesquisa Meio Ambiente e Religião entre alunos das Ciências Humanas, 2019.

Ao passar a analisar as respostas sobre a religião ser omitida ou conhecida associada à opção religiosa mostrada na Tabela 7, nota-se que são os estudantes evangélicos da UFMG na proporção de 50% os que os colegas sabem que é religioso, seguido dos católicos na proporçao

de 40%. Na Ulisboa nao houve evangelico nem de outras religiões que disseram que os colegas sabiam que era religioso. Nota-se que foram os alunos de nenhuma religião os que mais disseram que os colegas não sabem que é religioso nas duas universidades. Nota-se também que uma proporçao maior do que 20% foram os alunos de nenhuma religião que não quiseram responder a pergunta. Não dá para saber se sentiram algum constrangimento em responder a pergunta.

Tabela 7: Perguntas 32, 34 e 36 associada à pergunta 22

VARIÁVEIS		CATÓLICO		EVANGÉLICO		OUTRAS		NENHUMA		TOTAL	
Descritiva		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Seus colegas de curso sabem que é religioso? [1]											
Sim	UFMG	24	40	8	50	12	24.49	51	34.69	95	34.93
	ULisboa	6	42.86	0	0	0	0	5	10.87	11	16.92
Não	UFMG	4	6.67	0	0	4	8.16	25	17.01	33	12.13
	ULisboa	2	14.29	0	0	2	50	25	54.35	29	44.62
Não sei	UFMG	21	35	6	37.5	24	48.98	37	25.17	88	32.35
	ULisboa	5	35.71	1	100	0	0	4	8.7	10	15.38
Não quero	UFMG	11	18.33	2	12.5	9	18.37	34	23.13	56	20.59
responder	ULisboa	1	7.14	0	0	2	50	12	26.09	15	23.08
Você fala da sua opção religiosa com desconhecidos?											
Sim	UFMG	30	50	11	68.75	23	46.94	66	44.90	130	47.79
	ULisboa	7	50	1	100	1	25	6	13.04	15	23.08
Não	UFMG	27	45	5	31.25	20	40.82	65	44.22	117	43.01
	ULisboa	6	42.86	0	0	1	25	26	56.52	33	50.77
Não sei	UFMG	3	5	0	0	5	10.2	12	8.16	20	7.35
	ULisboa	1	7.14	0	0	1	25	3	6,52	5	7.69
Não quero	UFMG	0	0	0	0	1	2.04	4	2.72	5	1.84
responder	ULisboa	0	0	0	0	1	25	11	23.91	12	18.46
Já conversou com seus colegas sobre religião com o intuito de explicar sobre ela?											
Sim	UFMG	34	56.67	14	87.5	37	75.51	62	42.18	147	54.04
	ULisboa	10	71.43	1	100	1	25	4	8.7	16	24.62
Não	UFMG	15	25	1	6.25	5	10.2	55	37.41	76	27.94
	ULisboa	4	28.57	0	0	2	50	23	50	29	44.62
Não sei	UFMG	0	0	0	0	1	2.04	5	3.4	6	2.21
	ULisboa	0	0	0	0	1	25	10	21.74	11	16.92
Não quero	UFMG	11	18.33	1	6.25	6	12.24	25	17.01	43	15.81
responder	ULisboa	0	0	0	0	0	0	9	19.57	9	13.85

Fonte: Pesquisa Meio Ambiente e Religião entre alunos das Ciências Humanas, 2019.

Sobre falar da sua opção religiosa com os desconhecidos a resposta sim na UFMG foi numa proporção maior para os evangélicos, seguidos dos católicos, dos de outras religiões e depois pelos de nenhuma religião, mas para todos estes grupos a proporção foi acima de 44.90%, e para a ULisboa a sequencia dos grupos foi a mesma, porém a uma proporção bastante variada. Quanto a já ter conversado com colegas para explicar sobre sua religião nota-se que

foram os evangélicos das duas universidades que em uma proporção maior disseram sim. Verifica-se que na UFMG foram os de outras religiões que na proporção de 75.51 % que conversaram com os colegas, seguido dos católicos e depois pelos de nenhuma religião. Observa-se que 56,67 % dos católicos já conversou para explicar sua religião. Mais uma vez são os evangélicos que lideram com 87,5%. Interessante notar que os de nenhuma religião conversam a uma proporção de 42.18%, ou seja quase metade dos alunos explicam porque fizeram a opção de não ter religião. Na ULisboa a proporção de explicar a religião dos evangélicos e católicos foi maior que na UFMG. Todas as respostas da Tabela 7 "Não quero responder" variaram numa proporção de 1.84% até 23.08 %.

7. DISCUSSÃO E RESULTADOS RELACIONADOS À EXISTÊNCIA DE CONFLITOS ENTRE A OPÇÃO RELIGIOSA E A ACADEMIA

Depois de apresentar as discussões anteriores em relação a temas importantes acredito que possa compreender melhor os alunos estudados e analisar a existência de conflitos entre o curso e a academia. Em relação à pergunta 38 apresentada no Quadro 4, apresento na Tabela 8 a estatística simples e na Tabela 9 a associação com as opções religiosas.

Em relação à Tabela 8 sobre a existência de conflito entre a religião e a academia nota-se que a proporção de 19,2 % dos alunos da UFMG e 18.46% da ULisboa disseram que existe conflito. Os que disseram que não há conflitos foram 69,85% na UFMG e 53.85 na ULisboa. Observa-se também que houve 8.09 % na UFMG e 12,31% da ULisboa não quiseram responder a esta pergunta. Será que estes alunos que não querem responder significa que não querem falar sobre conflito, qualquer que seja ele. Foi feita uma pergunta aberta sobre o que o estudante gostaria de dizer sobre o conflito, que complementará esta análise.

Quadro 4: Pergunta 38

PERGUNTA COMPLETA
38 -Acha que existe algum conflito entre os preceitos da sua opção religiosa e o seu curso superior.

Tabela 8: Pergunta 38

		SIM		NÃO		NÃO SEI		NÃOQUERO RESPONDER		TOTAL	
Descritiva		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Acha que existe conflito	UFMG	52	19.12	190	69.85	22	8.09	8	2.94	272	100
	ULisboa	12	18.46	35	53.85	8	12.31	10	15.38	65	100

Fonte: Pesquisa Meio Ambiente e Religião entre alunos das Ciências Humanas, 2019

Feita a associaçao entre a existência de conflitos e a opção religiosa conforme mostrado na Tabela 9 pode-se fazer algumas observações. Verifica-se que são os evangélicos da UFMG que mais dizem haver conflito entre sua opção religiosa e a academia com 43.75%. Em seguida vem os católicos com 30%. Os que possuem outras religiões e os sem nenhuma religião presentaram 16,33% e 12,93%. Na ULisboa a proporção de 28.57% dos católicos disseram sim para a existência de conflito, bem como 17.39% dos que disseram não ter nenhuma religião. Observa-se uma presença considerável de evangélicos no campo político e as tensões advindas do posicionamento conservador assumido pelo governo pode ter influenciado este maior nível de conflito declarado pelos alunos evangélicos. Ressalta-se que 55% dos católicos, 67,35% dos de outras religiões e 78,23% dos de nenhuma religião disseram que não há conflito entre a opção religiosa e a academia. Será necessário um aprofundamento deste tema para verificar se esta percepção dos alunos está refletindo a realidade. Considerando a análise anterior sobre a baixa presença evangélica nas duas universidades, pode-se inferir que esta presença diminuta conduz a existência em proporção maior de conflitos marcadas pelos evangélicos. Poderia-se inferir um certo grau de intolerância religiosa para com os evangélicos. Os de outras religiões na proporção de 16.33% disseram que há conflito, poderia-se inferir que estão aqui as religiões de matriz africana, porém a existência de conflito com os católicos foi apresentado em uma proporção bem maior, 30%.

Tabela 9: Perguntas 38 associada à pergunta 22

Variáveis		Católico		Evangélico		Outras		Nenhuma		total	
Descritiva		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Acha que existe conflito entre sua religião e a academia? [1]											
Sim	UFMG	18	30	7	43.75	8	16.33	19	12.93	52	19.12
	ULisboa	4	28.57	0	0	0	0	8	17.39	12	18.46
Não	UFMG	33	55	9	56.25	33	67.35	115	78.23	190	69.85
	ULisboa	9	64.29	0	0	2	50	24	52.17	35	53.85
Não sei	UFMG	7	11.67	0	0	5	10.20	10	6.8	22	8.09

Variáveis		Católico		Evangélico		Outras		Nenhuma		total	
	ULisboa	1	7.14	1	100	1	25	5	10.87	8	12.31
Não quero responder	UFMG	2	3.33	0	0	3	6.12	3	2.04	8	2.94
	ULisboa	0	0	0	0	1	25	9	19.57	10	15.38

Fonte: Pesquisa Meio Ambiente e Religião entre alunos das Ciências Humanas, 2019

Prosseguindo na análise, apresento a associação entre o conhecimento pelos colegas da opção religiosa do aluno, o falar com desconhecidos sobre religião e o explicar a religião com a existência de conflitos marcadas na resposta 38. Na Tabela 10 vemos o resultado desta associação. Nota-se que para os alunos da UFMG que 38.46% dos que disseram sim para conflito são os que dizem que os colegas sabem de sua religião, proporção que sobe um pouco para a ULisboa sendo 41.67%. Nota-se que 40.38% dos alunos da UFMG e 25% da ULisboa que disseram sim para a existência de conflito disseram que não sabia se os colegas conheciam sua religião.

Tabela 10: Perguntas 32, 34 e 36 associadas à Pergunta 38

Existe conflito entre sua religião e a academia?											
		Sim		Não		Não sei		Não quero responder		Total	
Descritiva		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Seus colegas de curso sabem da sua opção religiosa?											
Sim	UFMG	20	38.46	70	36.84	3	13.64	2	25	95	34.93
	ULisboa	5	41.67	6	17.14	0	0	0	0	11	16.92
Não	UFMG	4	7.69	20	10.53	6	27.27	3	37.50	33	12.13
	ULisboa	3	25	14	40	2	25	10	100	29	44.62
Não sei	UFMG	21	40.38	58	30.53	7	31.82	2	25	88	32.35
	ULisboa	3	25	4	11.43	3	37.5	0	0	10	15.38
Não quero responder	UFMG	7	13.46	42	22.11	6	27.27	1	12.5	56	20.59
	ULisboa	1	8.33	11	31.43	3	37.5	0	0	15	23.08
Você fala da sua opção religiosa com desconhecidos?											
Sim	UFMG	30	57.69	92	48.42	7	31.82	1	12.5	130	47.79
	ULisboa	2	16.67	11	31.43	2	25	0	0	15	23.08
Não	UFMG	19	36.54	84	44.21	10	45.45	4	50	117	43.01
	ULisboa	9	75	21	60	3	37.5	0	0	33	50.77
Não sei	UFMG	3	5.77	13	6.84	4	18.18	0	0	20	7.35
	ULisboa	0	0	2	5.71	2	25	1	10	5	7.69
Não quero responder	UFMG	0	0	1	.53	1	4.55	3	37.5	5	1.84
	ULisboa	1	8.33	1	2.86	1	12.5	9	90	12	18.46
Já conversou com seus colegas sobre sua religião com o intuito de explicar sobre ela?											
Sim	UFMG	30	57.69	101	53.16	12	54.55	4	50	147	54.04
	ULisboa	2	16.67	10	28.57	4	50	0	0	16	24.62

Não	UFMG	13	25	59	31.05	4	18.18	0	0	76	27.94
	ULisboa	7	58.33	19	54.29	2	25	1	10	29	44.62
Não sei	UFMG	0	0	2	1.05	1	4.555	3	37.5	6	2.21
	ULisboa	1	8.33	0	0	1	12.5	9	90	11	16.92
Não quero responder	UFMG	9	17.31	28	14.74	5	22.73	1	12.50	43	15.81
	ULisboa	2	16.67	6	17.14	1	12.5	0	0	9	13.85

Fonte: Pesquisa Meio Ambiente e Religião entre alunos das Ciências Humanas, 2019

Sobre falar de sua religião com desconhecidos nota-se que 57.69% dos alunos da UFMG que acham que há conflito conversam com desconhecido sobre religião, é uma proporção elevada, quase 60 % dos alunos conversa com desconhecidos mesmo dizendo que há conflito entre sua opção religiosa e a academia. Na ULisboa as pessoas que conversam com desconhecido é quase um terço da proporção da UFMG, ou seja, apenas 16.67% dos alunos dizem conversar sobre religião. Verifica-se também que os quase 60% (57.69%) dos alunos da UFMG conversam para explicar sua religião. Assim cerca de 60% dos alunos da UFMG conversam com desconhecidos e conversam para explicar sua religião. Na ULisboa ocorre o mesmo proporcionalmente falando: quase 17% (16.67) dos alunos conversam com desconhecidos e conversam para explicar sua religião.

8. DISCUSSÕES E RESULTADOS EM RELAÇÃO A COMO FORAM OS CONFLITOS VIVIDOS

O objetivo deste item é mostrar o que os alunos pensam e o que eles responderam à pergunta aberta sobre em existindo conflitos, como eles foram. A pergunta é apresentada no Quadro 5. De acordo com a Tabela 8 vemos que 52 alunos da UFMG, proporçao de 19,12% do total de alunos disseram que existe algum conflito entre os preceitos da sua opção religiosa e o seu curso superior. Dentre estes 52 alunos, 42 responderam à questão aberta sobre como foram estes conflitos, representando uma proporçao de 80,76% dos que disseram haver conflitos falaram sobre eles. Na ULisboa vemos que 12 alunos disseram que existe conflito numa proporçao de 18,46% do total de alunos. Dentre estes 12 alunos 8 responderam à pergunta aberta de como foram estes conflitos representando uma proporção 66,66%. Considero estas respostas significativas. Para melhor analisar estas respostas de como foram os conflitos, fiz uma categorização através de cinco categorias retiradas das respostas abertas à pergunta de 39 para as duas universidades que apresento na Tabela 11. Nota-se que 40,47% dos alunos que responderam a esta pergunta aberta disseram que o conflito ocorria entre a ciência e fé.

Para 28,57% dos alunos o confliro ocorria por causa da ideologia. Para 19.04% o conflito

era entre Política e fé. Para 7,14% dos respondentes havia desrespeito entre os colegas. Para 4,76% deles o que ocorria era desinteresse. Apesar de apenas 42 respostas, pode-se inferir que o conflito existe no meio acadêmico e necessita um maior aprofundamento.

Quadro 5: Perguntas aberta

PERGUNTA COMPLETA
39 – Se acha que existe algum conflito pode nos contar um pouco sobre qual ou quais conflitos foram estes (Pergunta aberta)

Tabela 11: Categorização da resposta à questão aberta (pergunta 39) sobre a existência de conflitos nas duas universidades, UFMG e ULisboa, 2019.

DESCRITIVA		n	%
Ciência e Fé	UFMG	17	40.47
	ULisboa	4	50
Política e Fé	UFMG	8	19.04
	ULisboa	1	12.5
Ideologia	UFMG	12	28.57
	ULisboa	1	12.5
Desrespeito	UFMG	3	7.14
	ULisboa	1	12.5
Desinteresse	UFMG	2	4.76
	ULisboa	-	-
Nula	UFMG	-	-
	ULisboa	1	12.5

Fonte: Pesquisa Meio Ambiente e Religião entre alunos das Ciências Humanas, 2019.

Nota-se que os tipos de conflitos foram atribuídos à três áreas: ciência e fé, política e fé, e ideologia. Foram relatados também conflitos gerados pelo desrespeito e desinteresse dos alunos pela religião.

Observa-se da Tabela 11 que conflitos gerados entre ciência e fé foram 50% da ULisboa e 40% da UFMG. Por desrespeito 12,5% da ULisboa e 7% da UFMG.

Transcrevo abaixo as respostas abertas sobre conflito e o que considerei mais relevante referentes às duas universidades. Apresento um exemplo de cada categoria indicada na Tabela 11 para as duas universidades.

Relativo a conflitos gerados entre ciência e fé escreveu um aluno da ULisboa:

> "Exemplos em concreto não consigo indicar, mas sendo aluno de uma ciência social que questiona tudo para que se conheçam verdadeiramente os fenómenos posso dizer que isto choca pessoas "tradicionalistas" (grande parte dos católicos)"

Da mesma maneira escreveu um aluno da UFMG:

> "A ciência como forma de entendimento do mundo está totalmente em consonância com a religião. Sempre foi assim. A noção de que fé e ciência são coisas opostas é algo recente na humanidade, fruto de transformar a própria ciência como uma religião em si"

Relacionado ao motivo de conflito envolvendo política e fé escreveu um aluno da ULisboa: "política está estritamente ligada à religião, e não devia". O aluno da UFMG registrou que a influência da religião na política nacional e o aumento da intolerância religiosa.

Com relação à conflitos gerados pela ideologia, um aluno da ULisboa escreveu; "como socióloga, [eu] não devia ter uma religião para sermos neutros nos assuntos sociais" Cito também o que escreveu um aluno da UFMG sobre ideologia;

> "Não é muito uma questão de preceitos, mas faço psicologia e atendo pela psicanálise. Uma das premissas da psicanálise é que o analista é uma figura discreta, neutra. Isso me deixa em conflito porque quando estou de preceito tenho que usar branco/cobrir a cabeça/usar contra egun, e apesar de isso ser algo flexível em relação ao trabalho (no sentido de que os guias entendem se você não pode ir trabalhar vestido), é algo que me causa algum conflito. Alguns conflitos surgem no caso de assumir essa postura discreta de psicanalista e estar em outro ambiente (como o do terreiro) com a minha religiosidade escancarada..."

Relacionado a conflitos gerados por desrespeito escreveu um aluno da ULisboa:

> "ironia de quase todos os professores sempre que falam em religião". Já o aluno da UFMG escreveu: "A maioria dos professores criticam os protestantes por não respeitarem as religiões Afro, mas ao mesmo tempo estimulam o desrespeito aos protestantes"

O desinteresse também foi apontado por alunos como razão para existência de conflitos. Disse um aluno da UFMG:

> "Eu não usaria o termo conflito. Existe um conflito quanto temos duas ou mais posições divergentes a respeito de um assunto. Nunca presenciei um debate dentro da Universidade que tivesse como pauta um tema religioso. Esse parece ser um tema irrelevante nesse meio, as pessoas estão muito mais interessadas em discutir política, sexualidade e violência. No meu ponto de vista (posso estar equivocado) a comunidade universitária em sua grande maioria não possui vínculos religiosos. Sinto que, salvo algumas exceções, quanto maior o grau de estudo das pessoas menor será seu vínculo com as religiões (o que não significa dizer que não acreditam em Deus)"

Observa-se, que os alunos escreveram suas opiniões e expressaram sentimentos distintos sobre religião. Disseram que a Bíblia é o único livro que é inerrante, que tem a verdade absoluta; disseram que a religião funciona como apoio moral; que ela é importante para a sociedade; que preenche o vazio existêncial. Outros disseram que a religião não tem nenhuma importância; acreditam na existência de um ser superior; valorizam a espiritualidade. Ainda alguns associaram a religião com traumas, rancor e perturbação.

Outros temas associados à religião vieram a tona, como por exemplo a menção a uma religião chamada pastafarasianismo e sobre conflitos entre a opção religiosa por desrespeito e desinteresse.

9. CONSIDERAÇOES FINAIS

Em relação aos resultados apresentados neste estudo passo a destacar alguns relevantes:

Inicio a análise falando da importancia conferida pelos alunos à religião Para pelo menos um terço dos estudantes (34,3% da ULisboa e 39,3% da UFMG) religião é muito importante.. Uma proporção de 20,8% disseram que a religião não tem nenhuma ou quase nenhuma importancia. A soma das categorias que conferem à religião importância para os outros e a sociedade bem como a que confere importancia relativa à outras coisas da vida, foi a uma proporção de 58,3% para a UFMG e 57.1% para a ULisboa.

A proporção de alunos sem religião na UFMG foi muito alto, 54,04%. O valor para a população brasileira encontrada por COUTINHO e GOLGHER (2014) foi de 9,6% de não religião entre os que tinham 15 anos ou mais de estudo e foi de 8% pelo censo 2010.

Relativo à existência de conflitos 19,12% disseram que há conflito entre sua opção religiosa e seu curso superior. Dentre os católicos, 30% disseram sim. Dentre os , evangélicos foram 43,75%. Dentre os de outras religiões, foram 16,33% e dentre os de nenhuma religião foram 12,93% que afirmaram que existe conflito entre sua religião e a academia.

A categorização feita apontou para a existência de conflito maior entre a ciência e fé, ideologia e politica e fé, nas duas universidades.

Considerando a hipótese prévia H1- Os alunos omitem seu pertencimento por medo ou receio de serem prejudicados na academia, seja por preconceito explícito, indireto ou algum constrangimento não só por alunos sem religião como também por alunos de outras religiões.. As proporções apresentadas sobre os alunos que dizem que os colegas sabem de sua religião foi de 35% na UFMG e de 17% para a ULisboa. Não podemos concluir generalizando que a omissão, caso tenha ocorrido, foi por medo, porque não houveram várias perguntas sobre a omissão, não deixando claro esta razão para a omissão. Há indícios que os grupos minoritários tenderiam a omitir seu posicionamento, porém não temos elementos para tal conclusão, desta maneira esta hipótese não foi confirmada.

Considerando a hipótese H2 – Os maiores conflitos acontecem entre os evangélicos e a academia, podemos dizer apartir dos dados que 43,75% dos evangélicos disseram que havia

conflito entre os preceitos da sua opção religiosa e o seu curso superior e foi uma proporção maior do que os católicos, do que os de outras religiões e os de nenhuma religião que foram respectivamente na proporção de 30% , 16.33% e12.93%. Assim podemos dizer que a hipótese foi verificada mesmo considerando a existência de viés na pesquisa apresentada.

REFERÊNCIAS

ARDA 2018 – Academic Research and Development Association Conference

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003.

CIPRIANI, Roberto (org); GIUMBELLI, Emerson (Org.); ORO, Ari Pedro (org); STEIL, Carlos Alberto (Org.) . A Religião no Espaço Público: Atores e Objetos. 1. ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. v. 1. 216p

COUTINHO, Raquel Zanatta; GOLGHER,André Braz The changing landscape of religious afiliation in Brazil between 1980 and 2010:age, period, and cohort perspectives, Revista Brasileira de Estudos de População (Impresso), v. 31, p. 73-98, 2014

DURKHEIM, E, Formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Ed Paulinas, 1989

ELIAS, Norbert, e Vera Ribeiro. Os estabelecidos e os outsiders : sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert, e Maria Luísa Ribeiro Ferreira. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.

ECKLUND, Elaine H. & SCHEITLE, Christopher P. "Beyond stereotypes and myths". In *Religion vs Science: What religious people really think*. Oxford: Oxford University Press, 2018, 1-11.

FAVRET-SAADA, Jeanne, Être affecté », dans *Gradhiva*, 1990, nº 8, p. 3-10

GARFINKEL, Harold. *Studies in Ethnomethodology*. Cambridge, UK: Polity Press, 1984.

GOFFMAN, Erving Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1988

HABERMAS, Jurgen. *Religion in the Public Sphere:* European Journal of Philosophy v.14 Issue 1, p.1-25,2006.

HERVIEU-LÈGER, Daniele. O peregrino e o convertido – a religião em movimento. Petrópolis: Vozes, 2008, introdução e caps. I, II, III e IV.

PAIVA, Geraldo, Representação Social da Religião em docentes-pesquisadores universitários. Psicologia USP,1999, v. 10, p.227-239

SANCHIS, Pierre, Pluralismo, transformação, emergência do indivíduo e de suas escolhas. IHU On-Line (UNISINOS. Impresso) , v. 400, p. 5-8, 2012.

TRABALHO E TRABALHADORES/AS EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

CAPÍTULO LX

EM QUE POSSO AJUDAR? A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE TRABALHADORAS NO MUNDO DOS SERVIÇOS

Ana Raquel Rosa do Couto (PPGS/UFF) [1]

[1] Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia (PPGS/ICHF/UFF) Bacharel em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) 2016-2019. É integrante do Grupo de Pesquisa Fronteiras (CNPq/UFF). Tem pesquisas e atualmente trabalha na área de Sociologia, com ênfase em Antropologia das Mobilidades e da Economia, abrangendo a investigação sobre mobilidades urbanas e antropologia da casa.

RESUMO

Este artigo é resultante da minha pesquisa monográfica (COUTO,2019). O propósito deste trabalho é compreender os dilemas identitários e a construção da identidade laboral, por meio da socialização profissional no mundo do trabalho em serviços. Para tal, busco investigar o comércio de roupas femininas da cidade de Rio Bonito, região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, e suas dinâmicas internas. Para a elucidação dessas questões, busco principalmente na sociologia compreensiva weberiana, no Interacionismo Simbólico e na fenomenologia das socializações identitárias de Claude Dubar, o percurso sociológico desse conceito e as principais atualizações teóricas sobre o assunto. É nas pesquisas de Clara Santos e Jordão Horda Nunes que essa questão se insere de modo mais concreto e imerso na sociologia do trabalho. Este artigo teve como suporte metodológico a utilização de entrevistas semiestruturadas aliada à coleta de dados estatísticos de pesquisas precedentes e dados quantitativos de bases governamentais.

Palavras-chave: Identidade, Identidade profissional, interação social, setor de serviços.

1. INTRODUÇÃO

Uma cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro. Pouco mais de 60 mil habitantes. A principal atividade econômica é o comércio e, o mais expressivo deste é o comércio de roupas. Um fato chama a atenção: a maioria das vendedoras são mulheres. Como este grupo se delineia no setor de trabalho em serviços? Quais suas nuances e especificidades? Como abordar este objeto de análise de maneira sociológica, além dos aspectos econômicos evidentes?

Partindo da premissa de que as trocas econômicas são circunscritas em relações sociais, estas e outras questões são meu objeto de análise e descrição. O campo em que se insere essa pesquisa é o município de Rio Bonito, localizado na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, com 60.201 habitantes. O comércio de roupas é um dos mais expressivos da cidade, com mais de trinta lojas de departamento situadas ao longo da região central da cidade. A classe

de vendedores é composta em sua maioria por mulheres. Busco compreender os dilemas relacionados a essa ocupação fortemente atravessada pelo gênero, com suas dinâmicas internas. Acredito que a questão da sociedade de consumo como palco de construção da identidade se apresenta ainda mais fortemente no caso da venda de roupas, que é um componente marcante da identidade pessoal de um indivíduo.

A pesquisa foi realizada durante o período de sete meses no ano de 2019, na cidade de Rio Bonito. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, gravadas por aparelho celular com a permissão das interlocutoras. Esta amostra de entrevistas contou com 13 entrevistados, 11 mulheres e 2 homens, com idades entre 19 e 47 anos[1]. Após o processo de coleta de dados, o material foi selecionado e agrupado em áreas temáticas. A etapa final contou com a redação do texto, aliando informações estatísticas, descrição do campo e os relatos provenientes das entrevistas.

Este capítulo, portanto, é resultado de reflexões que escrevi durante meu trabalho monográfico (COUTO,2019). A partir das vivências de algumas vendedoras de roupa de um comércio local em um município fluminense, busco compreender algumas transformações ocorridas no contexto ocidental contemporâneo neste campo de estudo. Estas transformações estão circunscritas no mundo do trabalho em serviços, pois estas vendedoras estão inseridas no ramo de serviço e comércio. Utilizo esta estratégia para entender de que modo tais transformações incidem diretamente sobre a construção da identidade pessoal de um indivíduo, neste caso as vendedoras.

Este capítulo está estruturado em sete partes principais: primeiro, apresento o contexto em que as trabalhadoras estão inseridas no mundo dos serviços. Através de dados estatísticos, é possível ver o quadro mais contemporâneo de inserção e remuneração entre mulheres e homens no Brasil, na região metropolitana do Rio de Janeiro, grupo onde minhas interlocutoras se inserem. Logo após, é possível ver como o conceito de identidade é construído na literatura sociológica clássica, ou seja, como essa noção foi se delineando ao longo dos séculos XIX e XX. Na contemporaneidade, houve mudanças nesta perspectiva? É o que iremos observar na terceira e quarta parte. Na quinta parte é possível observar diretamente um recorte do caso brasileiro. Na sexta e sétima parte (conclusão) é possível ver essas transformações acontecendo

[1] Para segurança das interlocutoras e interlocutores, foram omitidos ou alterados seus nomes. Também foram modificadas as marcas das lojas das/dos que não quiseram ser identificados. O interior das lojas serviu como ambiente das entrevistas, e as mesmas duravam entre 40 minutos e uma hora. Estes relatos foram transcritos e compilados pela pesquisadora.

no dia a dia das vendedoras de roupa que pesquiso. A seguir estão apresentados alguns dados que ajudam a apresentar algumas características mais distintivas sobre o trabalho em serviços e no comércio brasileiros.

2. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA PERSPECTIVA LABORAL EM CAMPO

Passaremos agora a alguns dados estatísticos que demonstram a projeção da participação feminina nos postos de trabalho formalizados, em contraste com os rendimentos dessas ocupações. Os resultados do estudo "Estatísticas de Gênero - Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010)[2] demonstram que:

> A taxa de formalização no Brasil (proporção, entre os ocupados, das pessoas com carteira de trabalho assinada, militares, funcionários públicos e os trabalhadores por conta própria e empregadores que contribuem para a previdência social) passou de 50,5% em 2000 para 58,6% em 2010. Entretanto, o crescimento da formalização entre as mulheres (de 51,3% para 57,9%) foi inferior ao observado para os homens (de 50,0% para 59,2%), tendência que se reproduz em todos os grupos de idade e de cor ou raça. [...] A proporção de mulheres com carteira de trabalho assinada aumentou de 32,7% em 2000 para 39,8% em 2010. Este crescimento, no entanto, foi inferior ao observado para os homens, cuja proporção aumentou de 36,5% para 46,5%. O diferencial entre os sexos passou de 3,8 pontos percentuais em 2000 para 6,7 pontos percentuais em 2010. (IBGE,2010)[3]

Já em 2016, as mulheres ocupam 44% dos postos de trabalho no mercado formal, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Apesar de ter diminuído, a diferença salarial entre homens e mulheres ainda é bastante significativa. Segundo os mesmos dados, "em 2007, o rendimento dos homens era R$ 1.458,51 e das mulheres R$ 1.207,36, uma diferença de 17%. Em 2016, a diferença de remuneração média entre homens e mulheres era de 15%. A média salarial masculina era de R$ 3.063,33 e a feminina, R$ 2.585,44". As tabelas a seguir demonstram a porcentagem de homens e mulheres inseridos no setor de comércio e serviços (respectivamente), comparando o quantitativo nacional com a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Os números são proporcionais à população de cada amostra, ou seja, de cada região em análise.

---

[2] Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0. Acesso em: 18/06/2022

[3] Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=1&idnoticia=2747&t=estatisticas-genero-mostram-como-mulheres-vem-ganhando-espaco-realidade-socioeconomica-pais&view=noticia#:~:text=A%20propor%C3%A7%C3%A3o%20de%20mulheres%20com,%25%20para%2046%2C5%25. Acesso em: 18/06/2022.

Tabela 1: População no setor de comércio com mais de 18 anos no Censo de 2010.

ESPACIALIDADE	HOMENS (%)	MULHERES (%)
Brasil	14,5	16,4
Região Metropolitana	16,8	17,1

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.[4]

Tabela 2: População no setor de serviços com mais de 18 anos no Censo de 2010

ESPACIALIDADE	HOMENS (%)	MULHERES (%)
Brasil	34,6	57,3
Região Metropolitana	50,8	68,0

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Percebe-se assim, que existem mais mulheres inseridas no mercado formal, nos setores de comércio e serviços. A diferença é ainda maior na região metropolitana que a nível nacional. Outro dado observável é que, embora as mulheres sejam maioria nesse segmento, elas ainda recebem consideravelmente menos que homens para desempenhar o mesmo serviço ou similares.

Aliando esses fatores aos dados analisados na entrevista com as vendedoras, é possível perceber que elas se sentem na posição de buscar obter resultados cada vez melhores, segundo minhas interlocutoras. Internalizando certa noção de competição, os efeitos podem ser consolidados no que chamamos de identidade individual e profissional. Em outras palavras, este comportamento entre as vendedoras, tanto no âmbito macro (diante das desigualdades salariais nacionais e regionais), quanto no âmbito micro (entre colegas de trabalho), podem constituir um modo de apresentar-se e relacionar-se socialmente.

3. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA NOÇÃO DE INDIVIDUALIDADE

O mundo em que nós estamos inseridos é extremamente marcado pelas relações de trabalho mergulhadas na lógica do capital (com suas devidas mudanças e flexibilizações ao longo da História principalmente a partir do século XVIII). Estas relações de trabalho não poderiam deixar de afetar de maneira direta uma das peças principais nesse jogo de poder relacional: **o indivíduo trabalhador**. Para melhor entendimento dos termos que serão

[4] Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha . Acesso em: 22/03/2022.

utilizados ao longo deste capítulo, é preciso definir o que entendemos por identidade, dado que este termo é amplamente empregado nos mais diversos contextos.

O termo 'identidade laboral' é utilizado para nomear o processo de formação de identidade do indivíduo trabalhador, ou seja: como a vendedora se forma enquanto tal nas suas vivências no ambiente de trabalho? O conceito de identidade aqui considerado decorre de uma construção produzida no exercício laboral, bem como as mudanças ocorridas na apresentação de si que são decorrentes da função que se ocupa. A profissão e/ou ocupação de uma pessoa é mobilizada, por exemplo, como uma das primeiras atribuições que se faz a um indivíduo ao apresentar-se a outrem.

Primeiramente, é preciso considerar que a construção da noção de individualidade está calcada em um processo de caráter social. Ademais, faz-se oportuno analisar de que modo essa individualidade se constrói em função de seu trabalho, mas incide fortemente sobre as demais esferas e papéis sociais (grupos sociais, família). Esta individualidade se torna constituinte de próprio indivíduo, presente no modo de falar, vestir, se portar e se apresentar.

A ideia de uma individualidade construída socialmente está calcada em alguns pensadores do pensamento sociológico, que demonstraram esse processo empiricamente. Max Weber (2002) demonstra em suas exposições teóricas sobre a sociologia compreensiva o processo de construção das relações sociais fundamentalmente constituídas, segundo ele, por ações sociais. Tais relações formam a teia de interdependência que liga o indivíduo ao mundo social através de construções simbólicas, superando assim a dicotomia indivíduo X sociedade. Esta "dicotomia" está amplamente debatida nas discussões sociológicas recentes, dentre eles, Giddens (2000) e Bourdieu (1996). Supera-se, portanto, a ideia de que os elementos da vida social, como as construções sociais, relações e instituições se dão de maneira estática, atemporal e ahistórica. Antes, estas são circunscritas em determinado contexto espaço-temporal, levando em consideração as construções sociais, simbólicas e de significado dos indivíduos que as permeiam. Claude Dubar (2005) nos oferece fortes subsídios para pensar tal processo de construção no âmbito laboral, partindo de uma reflexão sobre uma crise dessas identidades. Afastando-se da perspectiva essencialista e aproximando-se da nominalista, o autor descreve um período marcado pelo desequilíbrio ocorrido no contexto social e econômico no qual os indivíduos vivem e suas rupturas consequentes.

Há ainda outro autor, que como Dubar (2005), aborda a construção das identidades no mundo moderno, ainda que tenham diferentes abordagens. Richard Sennett (2012), constrói sua tese sobre a emergência do mundo moderno e suas turbulentas transformações com o advento do modo capitalista de produção. Aliado a isso, as ideias de público e privado (que

podemos entender aqui como objetivo e subjetivo), bem como as nuances decorrentes delas. Assim, o autor diferencia através de histórias pessoais em diferentes gerações as relações de trabalho e os ideais valorizados em cada contexto sobre o que significa ser bem sucedido. Através destas comparações, se inserem as discussões sobre as ideias e suas valorações como positivas ou não sobre estabilidade na carreira ou estabilidade nas funções desempenhadas ao longo dos anos. A ideia de construção de uma identidade laboral se insere de maneira muito adequada nessas teorizações.

Clara Santos (2005) também teoriza no âmbito das relações contemporâneas sobre a construção identitária, mas no âmbito laboral, tratando propriamente do caráter social e historicamente produzido dessa construção. Jordão Horda Nunes (2013) apresenta o tema de maneira mais empírica e pragmática, realizando uma pesquisa sobre os relatos de serventes de limpeza e seus dilemas identitários nesse mundo dos serviços.

Busquei então identificar processos similares observados por Santos (2005) e Nunes (2013) no setor de comércio de roupas. Inserido nesse mundo do trabalho em serviços, as vendedoras de roupas se encontram, de maneira mais significativa, na discussão central sobre tais transformações. Daí se justificam a escolha deste grupo para os propósitos deste trabalho. Tendo em vista a reflexão sobre a construção de uma imagem para si e para os outros, a sociedade de consumo e as relações econômicas de trabalho que incidem sobre elas e as colocam em posições específicas nessas relações sociais. Cabe também investigar o significado que o termo "vendedoras de chão de loja" traz a essas vivências e as produções de significado construídas por elas a partir disso.

Não ao acaso, tais vendedoras atuam no ramo de vestuário, que se mostra como uma das ferramentas principais de construção identitária. Relaciona-se a isso a demarcação social de acordo com gênero, raça, classe social e os demais signos de pertença a um grupo ou modo de vida, e, por conseguinte, de diferenciação dos demais. Outro elemento que pode afetar fortemente essa construção sobre o sentimento de pertença é a gratificação salarial por comissões, que parece gerar certos tensionamentos nos ambientes de trabalho.

Outro fator contribuinte para que as vendedoras fiquem pressionadas em seu desempenho laboral é a comissão por metas.

> Estabelecer a remuneração dos trabalhadores de chão de loja como uma composição entre salário fixo e comissão sobre o valor da venda de produtos e serviços, estabelecer cotas e metas sobre o valor da venda de produtos e serviços e atrelar a comissão dos trabalhadores em vendas às metas. (DUTRA, 2012, p. 106 apud NUNES, 2013, p. 262).

Consequentemente, a possibilidade de segregações, afastamentos e uma forte ruptura no sentimento de pertença gerado por essa construção de identidade.

A figura do balcão no interior das lojas também é interessante ao se referir a uma representação simbólica dos lugares hierárquicos dentro do sistema de trabalho. Concernente à função desempenhada por cada um, como pares de oposição: o que define um indivíduo como trabalhador nessa relação é a definição do outro como cliente/consumidor de determinado produto. O que leva consigo o trabalho em serviço imprimido naquele produto ou mercadoria. Essa relação muitas vezes se torna fluída e despercebida nas correntes das relações cotidianas, talvez pela rotinização dessas relações e pela forte presença do imediatismo constituinte das mesmas.

Na maioria das vezes, não se apercebe do quanto a simples figura de um balcão está impregnada de relações comerciais e trabalhistas. Por exemplo, nas interações econômicas como a compra de um produto, o qual precisou passar por um atendimento e pela prestação de serviços até chegar a seu destino final de consumo.

Adotando, portanto, a perspectiva weberiana da sociologia compreensiva, podemos analisar sob outro prisma as ações destas trabalhadoras, se encaixando precisamente no conceito de ação social. A todo o momento, o trabalho em serviços exige que se faça e que se produza tendo em vista, como fim, o outro, mas não qualquer outro, e sim o outro que pode pagar. É possível perceber assim, a diferenciação de comportamento e as ações direcionadas aos diferentes tipos de clientes ou clientes em potencial.

4. A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO IDENTITÁRIO NA TRADIÇÃO SOCIOLÓGICA

O estudo das identidades laborais conta com um fio condutor que perpassa diversas perspectivas teóricas nas tradições sociológicas clássica e contemporânea. Dubar (1991) constitui uma leitura muito própria de Weber (2002) na busca de uma leitura sobre sua concepção do social. Sua principal percepção é de que, segundo Weber, "quanto à própria definição do social como atividade humana dotada de um sentido subjetivo" (DUBAR, 1991, p.107) e "que se refere ao comportamento do outro pelo qual orienta seu desenvolvimento." (WEBER 2002, p.4, apud DUBAR, 2008, p.107). O termo **ação** é um dos conceitos chaves para a formulação metodológica da sociologia weberiana, portanto, faz-se necessário defini-la: Se trata de todo tipo de produção orientada por uma motivação (WEBER, 2002). Segundo Weber (2002), o objeto da sociologia não são as sociedades ou grupos sociais, e sim suas respectivas

ações sociais. Diante disso, é possível estudar as ações de grandes grupos como classes, como elas agem e não como são, e em um determinado espaço observável, não a todo o momento. Como a ação é motivada, logo, compreender uma ação significa conectá-la a um motivo, o que o autor denomina de sentido, o qual é subjetivamente intentado.

Os agentes são orientados pelos aspectos que organizam suas ações. Desse modo, a compreensão é a apreensão interpretativa do sentido, pois o significado dificilmente é totalmente real, e sim, produto da percepção de quem interpreta, pois não é possível dar conta da complexidade das ações/ relações sociais. Se a ação é seguida sempre de um motivo, elemento no qual se não houver torna-se apenas uma reação mecânica, a ação social é seguida de um motivo social; o indivíduo age socialmente quando age sobre a ação de outro individuo, tem o outro como motivo da ação. É um conjunto de expectativas que demandam ações, um em relação ao(s) outro(s). A relação social, nesse sentido, é, portanto, o conjunto de ações sociais, um conjunto de agentes agindo, reagindo e interpretando ações, um em relação ao outro.

A análise da socialização para Weber (2002) não pode se dissociar da questão das "formas da atividade humana e principalmente dos modos de orientação de um comportamento individual em relação aos de outrem". (DUBAR, 1991, p. 107). [...] Ele [Weber] opõe duas formas gerais de orientação de comportamento dos indivíduos em relação ao de outrem: a que ele denomina ação comunitária ou processo de entrada em comunidade [Vergemeinschaftung], que traduzimos por "socialização comunitária", e a que ele denomina ação societária ou "processo de entrada em sociedade" [Vergesellschaftung], que traduziremos por "socialização societária" (DUBAR, 1991, p. 108. grifo meu).

Para os fins deste trabalho, que consiste na delimitação do processo constitutivo da identidade, é necessário observar duas principais correntes da sociologia compreensiva weberiana, concebida como uma dualidade, na "construção de formas sociais significativas, mas diferenciadas" (DUBAR, 2005, p.107). Portanto, Weber confere importância destacável ao processo de interação na própria definição do social ao se recusar em considerar a sociedade como uma "totalidade unificada e funcional" (DUBAR, 2005, pp.107). A identidade como entendida por Weber (2002) e Dubar (2005) se coloca no âmbito laboral, e como consequência, a possibilidade de múltiplas identidades diferenciadas, nunca estáticas, como no trecho a seguir:

> A socialização "de classe", que é, para Weber (2002), um processo voluntário que implica entrar em (inter)ação na **esfera do trabalho** para defender seus interesses econômicos, não elimina - sem, no entanto, necessariamente reforçá-la – a socialização "estamental", que continua sendo amplamente imposta aos indivíduos por seu entorno e se desloca na esfera "cultural" [...]. (DUBAR,2005, pp. 113)

A construção de uma identidade (ou, nas palavras do autor, formas identitárias) não foge a esse processo descrito por Weber (1991). De outro modo, a construção de formas identitárias se insere como ação social e para, além disso, como construção social. Estas relações ocorrem através de processos como interação, internalização e, principalmente, socialização (que agrega mais ênfase na tese de Dubar (2005) e está intrínseca e simultaneamente associada ao processo de construção identitária. O autor situa esse processo historicamente, perpassando autores da filosofia, sobre a percepção de si como indivíduo e a diferenciação com o Outro.

Dubar (2005) privilegia a organização cronológica nas análises sobre a socialização. No contexto francês, essa concepção de socialização era voltada às crianças, como uma "maneira de analisar o acesso "biográfico" dos seres humanos à qualidade de seres sociais, de seu nascimento à idade adulta". (BERGER E LUCKMAN,1973). Peter Berger e Thomas Luckmann constituem para a tradição sociológica das análises microssociais a teoria de maior vigor analítico intelectual, vista por Dubar como "uma obra de síntese" (DUBAR, 2005, p.120). Também a mais atualizada para se pensar o tema da socialização. O autor identifica um caráter duplo, (que está assentado nas noções de trabalho e interação) nesse processo que não pode ser reduzido ao pressuposto da unidade do mundo social.

Procuro, portanto, ressaltar o caráter histórico, produzido cultural e socialmente e totalmente inserido nas disputas e relações de poder pertinentes à vida social das produções identitárias. Esta concepção se afasta totalmente de meras categorizações sobre a interioridade do sujeito, concepção apartada de todo o contexto em que o indivíduo foi socializado. Assim, nestas identidades estão a relação que mantemos com os que estão ao nosso redor, e como isso é fundamentalmente influenciador de nossas disposições pessoais, modos de pensar e enxergar o mundo e, sobretudo, visões sobre nós mesmos.

Ou seja, as identidades humanas estão localizadas espacial e temporalmente. Não é possível pensar em uma "essência", algo imutável que não se transformaria a partir das relações que estabelecemos. Esta afirmação é mais detalhada no trecho que se segue:

> Todas as identidades são denominações relativas a uma época histórica e a um tipo de contexto social. Assim, todas as identidades são construções sociais e de linguagem que são acompanhadas, em maior ou menor grau, por racionalizações e reinterpretações que às vezes as fazem passar por "essências" intemporais. [...]
>
> Todas as identidades, coletivas e pessoais, são assim consideradas em processos históricos e contextos simbólicos. [...] Ora, a identidade humana não é dada, de uma vez por todas, no nascimento: ela é construída na infância e, a partir de então, deve ser reconstruída no decorrer da vida. O indivíduo jamais a constrói sozinho: ele depende tanto dos juízos dos outros quanto de suas próprias orientações e autodefinições. A identidade é produto das sucessivas socializações. (DUBAR, 2005, pp. XX, XXI, XXV)

Não poderia haver suporte mais definidor das construções identitárias que o mundo do trabalho, uma vez que é um dos temas principais de mudança do período moderno ao contemporâneo. Tema definidor dos modos de viver, se organizar socialmente, e de se relacionar nas mais diversas esferas da vida social (SENNETT, 1998, passim). Claude Dubar (2005) também confere à construção de identidade laboral posição central na vida em sociedade, principalmente nas relações mais próximas, localizando como "eminente" o lugar das identificações profissionais na vida social, bem como as afinidades entre a esfera econômico-profissional e a social na vida de um indivíduo. O que não quer dizer que essa afinidade que dá origem às identidades profissionais seja exclusiva dimensão dessa construção (DUBAR, 1997, p. XXII).

Clara Santos (2005) se insere na tradição da compreensão social sobre as identidades individuais. A autora analisa mais a fundo a "construção de perfis identitários como processo social" (SANTOS,2005, p. 123). Sua concepção de identidade incide sobre duas características principais e essenciais, a saber: a identidade enquanto característica singular de um indivíduo que o distingue do outro, implica, paradoxalmente, uma dualidade: a identidade pessoal (ou a identidade para si) e a identidade para os outros.

A dualidade entre identidade pessoal e a identidade para os outros não pode ser quebrada, uma vez que a identidade pessoal tem de ser reconhecida e confirmada pelos outros. Por outro lado, este processo não é estável, nem linear. Pelo contrário, apresenta-se complexo e dinâmico, na medida em que, em primeiro lugar, cada um de nós pode recusar uma identificação e se definir de outra forma e, por outro lado, sendo um processo construído socialmente muda de acordo com as mutações sociais dos grupos de referência e de pertença a que estamos ligados.

> A identidade é um processo socialmente construído e um processo simultaneamente inacabado. O indivíduo socializa-se na sua trajectória (sic) pelo mundo, incorporando normas e valores, princípios e comportamentos que lhe permitam, em última instância, uma congruência com a matriz identitária herdada [fruto do processo de socialização primária] e facilitem, simultaneamente, a sua integração social. (DUBAR, 1997 apud SANTOS, 2005, p.128).

O processo de inserção em determinado grupo é essencial para a integração em um ambiente de trabalho e consequentemente a formação de uma identidade laboral. Citando Dubar (1997), a autora especifica que a identidade social "é menos o problema da apropriação do outro, enquanto sujeito individual, apontando sobretudo para a importância das dinâmicas sociais e da influência dos diversos contextos sociais". (SANTOS,2005, p.129)

A autora evoca uma questão prática bastante pertinente sobre as construções e inserções no ambiente de trabalho, com as seguintes questões: "'Como são as múltiplas identidades mobilizadas nas situações de trabalho e como são elas construídas pelos indivíduos? Como é que os grupos, no meio de um mesmo colectivo (sic) profissional, se diferenciam?'" (BLIN, 1997 apud SANTOS, 2005, p. 131). As respostas para essas questões são o fundamento no sistema de ação profissional, ou seja, o "reconhecimento e na visibilidade social que permite o reconhecimento identitário quer pelo mesmo grupo de profissionais, quer ainda por outros grupos de profissionais que dele se distinguem" (SANTOS, 2005, p. 132).

É no processo de socialização secundária que essas identidades pessoais podem ir ou não se alocando e se conformando a essas regras implícitas postas em prática nas ações diárias, e na maneira com que se observa o recém-chegado nas suas condutas em prol da integração. Dessa forma, o indivíduo constrói uma identidade para si, a partir do modo como é visto pelos outros, identidade essa sendo moldada no cotidiano profissional, e colocando de forma prática as condutas e papéis sociais elaborados em cada contexto situacional. Assim como são as relações mais diversificadas que essas formas sociais. Essa realidade está sujeita aos jogos de poder e desigualdades promovidas pelas conformidades impostas aos trabalhadores no sistema capitalista contemporâneo e suas transformações constantes, ainda mais se tratando de construções sobre o indivíduo, que levam certo período para se consolidar.

Em suma, a contribuição principal de Clara Santos (2005) para este trabalho é a "utilização de formas identitárias entendidas como 'sistemas de significado particularmente típicas que estruturam as narrativas biográficas e permitem esquematizar as configurações relacionais sociais, tendo em conta a pluralidade de formas/configurações identitárias de acordo com o tempo e o contexto." (SANTOS, 2005, p. 135).

> A dialéctica (sic) entre a identidade e a identidade profissional ocupa um lugar determinante na concepção do sujeito activo (sic) e responsável no seu mundo social e não pode, nesta perspectiva, ser analisada fora do mundo organizacional e das instituições onde as competências e as configurações profissionais garantem o significado da sociedade e do trabalho. (SANTOS, 2005, p. 140)

A consideração da autora indica um caminho de análise das identidades dos indivíduos em seus ambientes e relações de trabalho, mais que em qualquer outro lugar. Isso nos leva a considerar as relações de trabalho e a construção identitária, analisada no item a seguir.

5. IDENTIDADE NO CAMPO LABORAL

A análise empírica de Dubar (2006) sobre as formas identitárias profissionais (é a estrutura de identidade Nós-Eu aplicada no campo das atividades de trabalho remuneradas) (DUBAR, 2006, p.85). Ela está baseada no período de transformações na economia francesa, identificando as classes de ofício, chamadas de CSP (categorias socioprofissionais) (ibid.). Uma afirmação pertinente é a disposição tríplice do sentido de crise em três significados: se aplicando ao emprego (o sentido mais corrente, no que concerne à admissão e à demissão, analisado sociologicamente se em massa de forma estrutural e sintomática), ao trabalho (o mais complexo e mais abrangente) ou às relações de classe (o mais escondido) (DUBAR, 2006, p.86).

Dubar entende como "destruição criadora" o processo dinâmico do capitalismo, e é chamado pelo autor de modernização. O autor parte da noção marxiana do que é chamado de "revolução incessante das forças produtivas", e weberiana, do "processo histórico de racionalização". Citando Weber (1991), Dubar afirma que "este último consiste em difundir por toda a parte, em todas as esferas da atividade, uma nova lógica de pensamento e acção, uma racionalidade fim-meios que visa a optimização dos resultados, mas também o <<domínio do futuro pela previsão>>". (ibid.).

A concepção weberiana de modernidade muito facilmente pode ser confundida com a noção corrente que vem à mente quando pensamos no conceito e nos efeitos dessa palavra. Segundo Dubar (2006), ela é muitas vezes entendida como "processo de privatização, de adopção de normas de rentabilidade financeira e de organização seletiva, implicando despedimentos e flexibilidade". (DUBAR, 2006, p. 86).

Esta proposição se relaciona de forma direta com a primeira vez que Richard Sennett (1998), menciona a palavra identidade, na descrição de uma das personagens que protagonizava seu primeiro capítulo, e é exatamente relacionada à divisão do tempo entre relações de trabalho e relações pessoais e sociais. Se referindo à "densa textura da existência particular de Enrico" definida pelas "duas identidades oriundas do mesmo uso disciplinado de seu tempo" (SENNETT, 1998, p. 15). O autor demonstra como as transformações econômicas refletidas no mundo do trabalho trazem como consequência toda uma adaptação nas formas de se enxergar e se relacionar socialmente, e deste modo, na concepção e construção de identidade dos indivíduos.

É aqui que uma distinção importante se coloca, e que marcou por um período de tempo o cenário intelectual sobre o assunto. Trata -se da distinção entre profissões e ocupações, que

será tratado por Dubar (2012) especificamente, e como ponto de partida da discussão sobre a construção da identidade do indivíduo pela atividade do trabalho.

> Desde há muito tempo, em Chicago e em outros sítios, alguns sociólogos fizeram da socialização profissional, das construções e crises identitárias, da relação de serviço e seus paradoxos um dos seus objetivos de análise privilegiados. Pondo em questão mais ou menos radicalmente, a distinção canónica dos funcionalistas entre << profissões>> e <<ocupações>>, eles tentaram perceber em que é que toda a vida profissional, num contexto de mudanças permanentes, de reviravoltas de conjuntura ou de política, constituía um percurso (*career*) atravessado por crises, isto é, marcado por incertezas, viragens (*turning points*) e provas, confrontado com problemas de definição de si mesmo e de reconhecimento por parte dos outros. (DUBAR, 2006, p. 104).

No entanto, essa distinção não é apenas conceitual e categórica. Segundo o autor, ela tem implicações metodológicas e analíticas sobre o fenômeno aqui tratado. No sentido das atividades de trabalho, as primeiras são desempenhadas pelos médicos, advogados, engenheiros, professores, e, portanto, "são consideradas escolhas e áreas autônomas que permitem a construção de uma carreira" (DUBAR, 2012, p.351), enquanto que as ocupações são as menos valorizadas, e que são componentes majoritários do quadro de mercado de trabalho. Segundo Dubar, os sociólogos interacionistas, e os considerados críticos, como marxianos e weberianos contestam essa posição ao entender o trabalho como "processo de construção e de reconhecimento de si" (DUBAR, 2012, p.351). Dubar (2012) aborda a questão das relações sociais como fonte de construção identitária que é bastante representativa, recorrendo a uma fala corrente no discurso contemporâneo, atribuída a Charles Bukowski (BUKOWSKI,1993 apud DUBAR 2012): "Ganhe a vida fazendo o que lhe dá prazer, e você estará seguro de nunca trabalhar" (DUBAR, 2012, p.353). Tal noção está bastante associada à forma negativa com que é visto o trabalho, e que vem desde a etimologia da palavra. Segundo Dubar (2012), sua origem deriva do latim *tripalium*, designando um instrumento de tortura composto por três estacas. "Essa definição supõe que um trabalho seja sempre uma obrigação (para ganhar a vida), uma subordinação (a um empregador, a um cliente, etc.) e uma fonte de sofrimentos (físicos e mentais)" (ibid.).

Ora, não é necessário grande esforço intelectual para perceber as desigualdades inerentes ao sistema no que se refere à alocação das ocupações, e das relações de poder imbricadas nelas, assim como as formas de valorização das mesmas. Dentro dessas relações de dominação, sabemos também que uma pequena parcela desse grupo societário consegue alcançar satisfação no que faz e a pretensa liberdade que reivindicam em seu discurso, e que dadas as devidas desigualdades, esse "ideal" não está disponível e acessível a todos. Pelo cenário de desigualdade e precariedades, a maioria das pessoas buscam outras fontes de prazer

e realização pessoal, que não o trabalho, visto como algo a ser suportado ou enfrentado por um benefício futuro maior. É o que indica o trecho a seguir:

> É verdade que, em todo o mundo, para muitas mulheres, muitos homens e, às vezes, crianças, ainda hoje (depois de mais de um século de abolição da escravidão), o trabalho, sem ser necessariamente uma tortura, não é uma fonte de prazer, nem o que permite se identificar positivamente. Para muitos, a "verdadeira vida" situa-se fora do trabalho remunerado, nas relações amorosas, na família, no consumo, no esporte, na religião ou na alegria. Não veem o trabalho que desenvolvem ou o emprego que ocupam como uma boa definição de si mesmos. (DUBAR, 2012, p.353)

Esta classificação é facilmente perceptível até nos discursos cotidianos, ao se perguntar a uma criança "o que ela pretende ser quando crescer". Há certo escopo de possibilidades já esperadas dentro de uma gama do que é valorizado socialmente, por mais que esses pressupostos não estejam explicitamente declarados. E, aliado a isso, também, já se projeta uma trajetória até se chegar a esse objetivo final (a formação educacional é um exemplo por excelência desse argumento. Neste senso comum, dificilmente consegue-se imaginar uma carreira bem construída e realização pessoal sem uma formação superior.).

A tese central de Dubar (2012) irá girar em torno desse questionamento, que ele afirma constituir um problema complexo, que divide a comunidade de sociólogos: "Todas as atividades de trabalho podem se tornar profissionais ou esse termo deve ser reservado a algumas delas?" (DUBAR, 2012, p.354). O que se põe em jogo aqui, segundo o autor, é se o que define a "profissionalidade" de uma atividade é a sua natureza ou se é sua organização, remuneração, ou sua "construção social" envolvida (ibid.). Para o autor, esse é o ponto de cisão das correntes teóricas da sociologia das profissões, entre correntes funcionalistas (ou neofuncionalistas), e as interacionistas e críticas (chamadas pelo autor de neomarxistas e neoweberianas). A primeira confere a certas atividades o exclusivismo da alcunha de "profissionalismo", enquanto que a segunda atribui aos "contextos socioculturais e aos políticos as características das atividades de trabalho consideradas ou não 'profissionais'" (DUBAR, 2012, p. 354). Essa cisão se torna bastante pertinente para pensar tais questões, pois "põe em questão as próprias definições do trabalho, do emprego e da identidade" (ibid.).

6. A COMPOSIÇÃO LABORAL NO CASO BRASILEIRO

A socialização profissional é, esse processo muito geral que conecta permanentemente situações e percursos, tarefas a realizar e perspectivas a seguir, relações com outros e consigo (self), concebido como um processo em construção permanente. É por esse e nesse "drama social do trabalho" que se estruturam mundos do trabalho e que se definem os indivíduos por

seu trabalho (DUBAR, 2012, p. 358). Dubar confere especificidade aos empregos em serviços, desigualdade que pode não acontecer da mesma forma em outros setores:

> [...]Essa construção identitária não ocorre em todos os empregos ocupados por jovens que ingressam no mercado de trabalho. Os estudos sociológicos recentes mostram que, em quase todo o mundo, muitos desses empregos são marcados pela precariedade, por baixos salários e falta de qualquer perspectiva de carreira. (DUBAR, 2012, p. 355).

Jordão Horda Nunes (2013) também se insere nessa proposta de identificar de maneira empírica o dilema identitário vivido pelas trabalhadoras e trabalhadores, especificamente no setor de serviços (Segundo o sítio do IBGE, "o setor de serviços é caracterizado por atividades bastante heterogêneas quanto ao porte das empresas, à remuneração média e à intensidade no uso de tecnologias. E, segundo informações oferecidas no sítio da ABBT (Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador), "De acordo com dados da PNAD Contínua (IBGE, 2015b), no segundo trimestre de 2015, mais de dois terços (67,7%) da população ocupada trabalhava no setor terciário da economia"). Os dois campos a serem analisados pelo autor são serventes de limpeza e vendedores, no que afirma:

> No caso de serventes de limpeza a contratação terceirizada afeta negativamente a dinâmica do reconhecimento, embora a depreciação do self remeta mais à construção cultural do "trabalho sujo" e à invisibilidade que caracteriza o trabalho em serviços, sobretudo em atividades que remetem ao trabalho doméstico, como limpeza, manutenção e conservação. Já as/os vendedores enfrentam dilemas relacionados a formas de interagir com o cliente, por sua vez influenciadas por estratégias gerenciais e de marketing, bem como deslocamentos identitários relacionados à crescente relevância da própria prática de consumir como marcador identitário na moderna sociedade de consumidores. (NUNES, 2013, p. 238)

Segundo Nunes, em uma interação social os principais elementos a serem levados em conta são "características mais comuns, como traços de gênero, idade, cor, características estética e também elementos que permitem inferir algo da posição social, do estilo e de preferências culturais, como formas de se vestir ou de falar, além de acessórios ou dispositivos tecnológicos" (ibid., p.240), mas no mundo do trabalho outras características além dessas são igualmente importantes, como por exemplo, a "ocupação e o cargo, mas que uma identidade relacionada ao trabalho depende de outros fatores, como os tipos de formação e socialização escolar vivenciados nas trajetórias biográficas. [...].

> Assim, o termo dilemas identitários passa a transcender a dimensão retórica, oximórica e se deslocar para a própria construção intersubjetiva por trabalhadores e a interpretação da identidade laboral por pesquisadores e entidades encarregadas da normatização e regulamentação do trabalho." (NUNES, 2013, p. 240)

Embora seja um campo híbrido e emergente, como explica o autor, é necessária uma tomada de posição teórico-metodológica quanto à investigação sobre identidade no mundo dos

serviços, até para que o campo seja mais aprofundado e consolidado na produção social brasileira. Assim como Dubar (2005), ele entende a identidade como um processo dual, constituindo "de forma complementar ou dialética, o objetivo e o subjetivo, a estrutura e a agência, a explicação causal e a compreensão interpretativa" (ibid.). Nunes (2013) também situa as dimensões objetiva e subjetiva:

> A dimensão objetiva da identidade reside em atributos institucionalmente conferidos, de correntes de processos de socialização, como a educação familiar ou escolar e a capacitação profissional. O aspecto subjetivo é o reconhecimento, a identificação consciente, cognitiva e afetiva, dos atributos institucionalmente estabelecidos ou, em termos corriqueiros, do que os outros dizem que somos. (NUNES, 2013, p. 240).

Como já esboçado por Berger e Luckmann, a linguagem representa papel fundamental no processo de socialização, e é parte constituinte dos elementos simbólicos que compõem a identidade. Baseado nessa premissa, Nunes (2013) propõe em seu artigo a valorização epistemológica de uma "acepção da linguística da identidade".

> Assim, esses tipos de atos de fala que caracterizam, nomeiam, designam e fazem reconhecer, com frequência comportam uma função estratégica, pois constroem identidades, o que lhes confere uma dimensão de poder. Considerar a identidade a partir da linguagem e dos atos de fala conduz a concebê-la como processo construtivo e numa dimensão temporal, histórica, em que se pode identificar determinadas formas identitárias que são reconhecidas nos âmbitos da tradição, da cultura ou até do direito. (NUNES, 2013, p. 241)

É por isso que a narratividade se torna componente imprescindível de pesquisa mais que qualquer outra metodologia, pois é capaz de demostrar além dos próprios aspectos narrativos, toda uma expressão de si, e os aspectos simbólicos que talvez não seriam demonstrados de outra maneira.

> Só se pode expressar algum conhecimento sobre a própria identidade ou pessoa, ou seja, só é possível o self e a capacidade de objetivar o eu mediante a narrativa que o sujeito faz de sua própria vida, e das razões que o levam a agir com certo sentido e a partir de certos motivos, no decurso do tempo. [...] Esse processo seletivo de imagens, valores que integram os "pré-supostos" da ação social não é apenas perceptivo e cognitivo e orientado a certas finalidades, mas é também moral. (NUNES, 2013, pp. 241, 242)

Como também já mencionado, a noção de identidade se aproxima bastante do conceito de caráter desenvolvido por Sennett (1999), e segundo Nunes, se relaciona com a "construção dessas narrativas, que dependem do que se toma como bens constitutivos para direcionar, de forma contínua e coerente as ações no curso da vida." (NUNES, 2013, p. 242). Portanto, "Inscrevemos nossas experiências singulares nos eventos e na trama de relações sociais que constituem o mundo, quando construímos, de forma narrativa, histórias sobre nós mesmos." (ibid.).

Sob a ótica de Nunes (2013), a passagem de formas comunitárias a formas societárias acarretou um processo de "racionalização da produção e da divisão social do trabalho também nos serviços (com a institucionalização do controle burocrático) e conduziu às primeiras crises identitárias modernas." (NUNES, 2013, p. 243).

O que mais me chama à atenção nessa dinâmica de produção voltada para os serviços é que, embora na produção de uma mercadoria se tenha, ainda que indiretamente, o tempo que um trabalhador levou para produção e os demais estágios até o produto final, é no trabalho em serviços em que essa "extração de si" se dá de forma mais direta, ou seja, a/o trabalhadora/ trabalhador vende de forma direta sua força de trabalho e a coloca na interação dia a dia com o cliente, e por isso, essa construção identitária é tão presente nessas relações, pois, ao mesmo tempo que se trata de relações trabalhistas, a pessoalidade é cada vez mais presente, e a pressão sobre como se colocar nessas relações que duram poucos momentos, mas que decidem se uma venda será bem sucedida ou não, é cada vez mais forte. Nunes analisa que "há ênfase na tríade empregador-empregado-consumidor, valorizando a dimensão discursiva ou simbólica que estrutura as relações sociais de serviço." (NUNES, 2013, p.245).

Evidencia -se o deslocamento progressivo de vínculos no setor primário (agricultura e extrativismo) e do setor produtivo (indústria, construção e serviços industriais) para o terciário (comércio e serviços) (NUNES, 2013, p 247). Uma característica central e definidora deste objeto é o que Nunes (2013) afirma como "a orientação por gênero e a distribuição desigual de rendimentos em relação ao sexo." (ibid.), como mais pronunciada no mercado em serviços. A questão do gênero torna –se, então, central para a investigação das relações de trabalho no mundo dos serviços.

Agregando as ocupações de serviços com base na classificação de grandes grupos empregada pelo IBGE em 2010, constata-se a presença das mulheres preponderante em ocupações de serviços administrativos (grosso modo, ocupações como secretárias, que integram o *White collar*), o grupo ligado a comércio e vendas, sendo minoritária no de diretores e gerentes que, ressalta-se, é o grupo bem remunerado. (NUNES, 2013, p. 247)

Comparando grandes grupos ocupacionais de serviços, Nunes identifica um fenômeno identificado por "feminização", ou seja, a "distribuição desigual dos rendimentos no mesmo grupo ocupacional, em relação ao sexo" (ibid., p. 248), a partir da análise dados reunidos mediante os microdados do censo de 2010 do IBGE. Apesar de o caso do grupo de militares ser um caso de exceção, em que a média do rendimento mensal das mulheres é superior ao dos homens, ele afirma:

> No grupo de profissionais da ciência e intelectuais, em que as mulheres são a maioria (59,5%), provavelmente se trata de professoras de níveis elementares (contingente que ingressou nesse grande grupo em 2010, com a mudança na classificação), pois a média salarial é quase o dobro para os homens.
>
> O grupo de ocupações elementares, que agrega o trabalho doméstico, mas também formas atípicas de trabalho, como vendedores ambulantes, reserva às mulheres, no campo em que a precariedade é maior, uma remuneração inferior à dos homens e ainda abaixo de um salário mínimo. (NUNES, 2013, pp. 248, 249)

A questão primordial a se ressaltar de toda a análise é que as ocupações ligadas ao comércio e aos serviços são as mais frequentes deste quadro de ocupações, "mostrando que o Brasil dos serviços não está preponderantemente relacionado a serviços sociais, como saúde e educação, mas a atividades relacionadas ao consumo de bens." (NUNES, 2013, p. 249). O trabalho de vendedores está entre "as dez mais características do trabalho no Brasil" (NUNES, 2013, p. 250).

O ambiente laboral se apresenta como principal vetor de construção da identidade, visto que no contexto pós-moderno, é um dos principais ambientes de interação dos indivíduos em uma sociedade de consumo. E no Brasil, o setor de serviços é o que mais tem crescido na última década, e dentro do setor terciário, o trabalho de comércio e vendas é um dos mais proeminentes. A questão do gênero incide diretamente sobre o objeto, e por isso, procuro investigar a construção da identidade em vendedoras de roupas na cidade de Rio Bonito, região metropolitana do Rio de Janeiro.

> Segundo o levantamento de dados do Censo 2010, "3.620.255 o número de trabalhadores/as ativos/as na família ocupacional de vendedores e balconistas, sendo 42,9% de homens e 57,1% mulheres, o que indica uma predominância feminina. [...] No mercado formal de trabalho a RAIS indica 3.100.852 trabalhadores/as em 2010, 52% homens e 48% mulheres. Verifica -se uma discrepância salarial de 22% entre sexos, com homens obtendo salário médio anual de 1,95 s.m. e as mulheres de 1,6 s.m. A faixa modal de escolaridade é o ensino médio completo (63,4%), com 30,3% até o ensino médio incompleto. (NUNES, 2013, p. 260)

Nunes (2013) enxerga nesse grupo um fenômeno específico. É comum ao alguém apresentar-se, logo após o nome ou a idade geralmente, dizer sua ocupação, no que trabalha, seu cargo, e afins. Com o grupo de vendedores ocorre uma "relativa indefinição identitária", por não haver identificação imediata entre a ocupação e a imagem laboral, como acontece com empregadas/os domésticas/os ou motoristas (ibid.).

Analisando o que o autor chama de "serviços de vendas interativos", ele afirma compor nesse cenário uma tríade empregador-vendedor-cliente. No entanto, é comum na literatura precedente haver um foco em um dos constituintes da tríade (NUNES, 2013, p. 260). Assim como a do autor, minha proposta é investigar a "identidade de vendedores de uma sociedade

de consumidores" (NUNES, 2013, p. 261). Sua tese é de que acontece um deslocamento identitário nessa relação.

> A identidade pessoal do trabalhador, no contexto do regime de acumulação fordista, amparado pelo Estado do bem estar social, está ancorada na naturalização do papel do homem provedor e da mulher reprodutora, no âmbito doméstico, de forma que a estabilidade do homem na esfera pública está relacionada a uma subordinação da mulher nos arranjos domésticos. A progressiva entrada da mulher no mercado de trabalho, por um lado, e a exigência de novas qualificações e da polivalência funcional nos regimes pós-fordistas, desencadearam um deslocamento identitário. A mulher moderna, já trabalhando "fora" ou vislumbrando o mercado de trabalho, não mais se reconhecia apenas como "dona de casa" e queria reduzir o tempo nos afazeres domésticos, em favor de uma nova identidade a ser conquistada já no campo público. (NUNES, 2013, p. 261)

Nunes (2013) enfatiza a mudança do discurso nas propagandas publicitárias de eletrodomésticos, que é o recorte utilizado por ele, em lojas de varejo. Em vez de focar mais nas vantagens de se adquirir determinado produto e em suas qualidades, a ênfase era na "'natural' compatibilidade com a imagem da dona de casa no arranjo doméstico então tradicional" (ibid.).

7. TRAMAS, COSTURAS E TECIDOS (SOCIAIS): DONAS DE SUAS PRÓPRIAS NARRATIVAS

Minha experiência de pesquisa foi se contornando ao longo do contato com as vendedoras. O meu contato com as vendedoras que compõem a pesquisa se resumia a conversas triviais entre modelos de roupa, formas de pagamento, troco, etc. Nas entrevistas, fui percebendo que era preciso levar em consideração também o que acontece nos bastidores, nos estoques. Mais que isso, que as vendedoras eram as principais detentoras da capacidade de narrativa sobre suas trajetórias laborais, que se confundiam com suas próprias vidas.

O método de trabalho que mais se adaptou à minha pesquisa foi a mescla entre método quantitativo e qualitativo. O método quantitativo se deu através de pesquisa estatística. Foi útil, sobretudo, para demonstrar em números a proeminência deste setor econômico na cidade em questão, tanto em quantidade de lojas ao longo da cidade, quanto ao retorno financeiro às receitas municipais. Já a pesquisa qualitativa buscou com mais profundidade as minúcias desse processo de construção identitário, através de entrevistas semiestruturadas com as trabalhadoras e ex- vendedoras. Para tal, utilizo como metodologia de pesquisa entrevistas semiestruturadas, com vendedoras de dez lojas separadas em cinco regiões principais da cidade, suas características e dinâmicas específicas.

As entrevistas foram com vendedoras (e ex-vendedoras) de dez lojas separadas em cinco regiões principais da cidade, com suas características e dinâmicas específicas. As regiões foram

separadas a critério próprio, de acordo com as ruas adjacentes à rua principal, que compõem o Bairro Centro, "uma das principais áreas valorizadas" (ROCHA, 2016, p. 11). Rocha (2016) produziu descrições geográficas sobre o município. O autor descreve as ruas em que minha pesquisa se localizou.

> [...] Nas ruas XV de Novembro e Dr. Mattos, encontramos uma característica de área central, na qual encontramos os setores de serviços, comércio e até mesmo residências mais antigas que persistem nessa área; a medida que nos afastamos e chegamos a outros bairros, encontramos mais precisamente as áreas residenciais do município, e quando ainda mais distantes, nos deparamos com a iniciante área industrial, isolada do centro. Entretanto, ao continuar analisando o espaço urbano, é possível notar que existe uma articulação entre essas áreas, onde a velocidade e a intensidade dessa articulação vão depender da importância dela para a cidade. (ROCHA, 2016, p. 4)

Antes de entrar propriamente na descrição das entrevistas, me chamou atenção o nome das lojas. Todas fazem referência a um ideal de elegância, beleza, delicadeza, próprios do discurso corrente sobre a feminilidade contemporânea e ocidental. Nomes como Morena Flor, Jeito do Corpo, Espaço Fashion, Mixtura Feminina, Dondoka, A Morena, Bella Lu, Diva's, Angel são alguns exemplos.

A primeira região correspondeu a toda extensão da rua principal, Rua Quinze de Novembro, uma das áreas de maior fluxo de pessoas e de maior concentração de comércios (essa região possui uma especificidade interessante. Nela, se agregam diferentes tipos de loja, sejam lojas grandes, com uma rede de vendedores e filiais em outras cidades adjacentes, como foi o caso de uma das lojas que entrevistei, desde pequenas lojas com a organização dispostas em corredores, com uma pequena área para um ou dois provadores e o balcão); a segunda e terceira corresponderam às duas ruas adjacentes a esta (Rua Doutor Francisco de Souza, e Rua da Conceição). A Rua da Conceição tem uma organização interessante: é conhecida pela concentração de lojas de roupas, uma ao lado da outra. A quarta correspondeu a uma região mais residencial e elitizada, localizada na Avenida 7 de maio, e a quinta a um complexo específico dos chamados "boxes", localizado no chamado "Center Coutinho", que também é um centro comercial.

O tempo de trabalho médio das vendedoras é de dez horas, de 9h às 19h. Quando perguntadas sobre suas rotinas, funções e horários, o discurso comum era de que "faziam de tudo", e dentro dessa categoria se inserem organização de estoque, cadastro das roupas no sistema, atendimento ao público, fechamento de compras no caixa, passagem de roupas e limpeza e organização das lojas. Era consenso de que a limpeza de lojas faz parte do trabalho do vendedor.

> Aí sempre tem a função da gente, e isso tudo tá no pacote, que a gente tem que organizar na loja. A gente é vendedora então a gente sabe o que vende e o que não vende, tem que botar para fora, trazer para dentro. E limpeza é normal, é dentro da função, porque manter a loja limpa é função do vendedor, se o cliente sujar você tem que limpar, agora, o resto de desvio de função não tem não. (Daiane, 30 anos, loja Jeito do Corpo.).

Em toda a amostra de entrevistas também se concorda no que a vendedora chama de "desvio de função", quando também pode ocorrer com mais frequência quando há mais de uma funcionária na loja, porém com funções distintas, como é o caso desta loja.

> Essas coisas assim, essas coisas de você fazer desvio de função é muito complicado, porque desvio de função não se pode fazer. Então, o que você faz numa loja? Você é contratado pra vender então você só vende. Eu aqui eu só vendo. A gente aqui a gente tem diversas funções, tipo assim, entre elas só na venda. Ela é a gerente, ela é a do caixa. Aí quando eu não estou na frente, ela me cobre, mas fora isso não. (Daiane, 30 anos, loja Jeito do Corpo).

O discurso corrente sobre a interação com os clientes estava intimamente ligado ao desempenho profissional, e a própria constituição da identidade de vendedora, e que influencia diretamente o sucesso ou não das vendas. Uma das vendedoras da loja "Morena Flor", localizada na quinta região relatou ser chamada de "desgraçada" por uma cliente em atendimento. Quando perguntei sobre o motivo de não responder nada, ela justificou do seguinte modo: "A gente tem que manter a calma, porque o cliente sempre tem razão. Quem quer ser processado?". Para ela, "Trabalhar com comércio é complicado, você sempre atende e não é retribuído" (Natália, 24 anos, loja Morena Flor).

> "É tranquila a rotina aqui, tem dias que tem mais movimento, tem dias que são mais calmos, depende... Tipo final de semana tem mais movimento, e tem dias que não. Final de semana costuma estar mais agitado a partir de quinta feira."A maioria das vendedoras costuma fazer hora extra em feriados e datas comemorativas, como Natal, por exemplo. (Natália, 24 anos)

Outra jovem que também descreve sua rotina de trabalho é Beatriz, de 19 anos, que trabalha na loja "A Morena for girls" há 9 meses. Ela também não quis que seus relatos fossem gravados. Sobre sua função ela diz "vender, organizar coisas, passar (roupas), limpar o estoque e arrumar". Sobre a mudança de trabalho, ela diz que "agora é bem mais tranquilo", porque em seu trabalho anterior, também com venda de roupas, ela pediu à patroa "um dia de folga para fazer uma prova, e ela não deixou. Falou que ia dar, mas que ia descontar do salário. E nessa loja é muito mais tranquilo, porque com certeza a dona deixaria". As vendedoras não usam uniformes, mas precisam trabalhar "maquiadas, bem arrumadas.". Ela diz que "com certeza o tratamento dado influencia na compra". Sobre o mau tratamento por parte do cliente, ela disse que "sempre tem, mas tem que fingir que nada está acontecendo.".

Segundo as vendedoras e a dona da loja, a "Morena Flor" é "mais voltada para evangélicos, de moda evangélica". Segundo o *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE- Cidades (IBGE, 2010), a população residente por religião consiste em 21.297 evangélicos, 20.765 de católicos apostólicos romanos, e 892 espíritas. Elas descreveram que "as roupas que vendem são saia, vestido...", e que as clientes "exigem mais saia abaixo do joelho, blusa de manguinha", mas "vêm outras pessoas também".

Uma das vendedoras relatou estar numa jornada tripla, porque "além de trabalhar na loja, trabalho em casa e estudo, faço faculdade à distância". O tema da dupla (ou tripla) jornada foi bem latente nas entrevistas. Segundo os Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil (IBGE, 2010) o tempo dedicado ao cuidado de pessoas ou afazeres domésticos é de 18,1 horas semanais para mulheres, enquanto que para homens é de 10,5. Para a população preta e parda esses indicativos são ainda maiores, sendo para mulheres 18,6, e para homens 10,6 horas semanais, comparado a 17,7 horas semanais para mulheres brancas e 10,4 para homens brancos. A diferença de rendimento médio anual é de 1.764 para mulheres, e de 2.306 para homens.

Entrevistei também uma vendedora grávida, que relatou que trabalha "no que precisar" na loja, e que não tem setor específico de atuação. Essa loja abarca um contingente maior de vendedores e filiais em cidades vizinhas, tendo uma rede de 45 vendedores entre essas lojas. Ela tem 32 anos e trabalha há nove anos como vendedora, e também tem 9 anos nessa loja. Este estabelecimento tem uma particularidade sobre as demais lojas entrevistadas. Trata-se de uma loja de departamentos, que possui roupas e calçados femininos, masculinos e infantis, utensílios domésticos e artigos infantis, e se coloca como shopping em suas propagandas. A vendedora entrevistada afirmou não haver hierarquias, apenas funções diferentes como gerente, atendente e tesoureira. Sobre a ocorrência de alguns conflitos no atendimento ao público, ela disse que "a maioria é por causa de preço. Não pode mais usar a etiqueta pequena, agora tem que ser essa grande amarela. Porque muita gente vem reclamando que uma coisa está na vitrine de 19,99 e é bem mais cara, muitas pessoas não prestam atenção no 'a partir de'". Ao ser perguntada sobre outros tipos de trabalho que não o de vendedora, ela logo explicou: "Sou casada, com filho, é muito cansativo, cansaço atrapalha, não somos duas." Mas também foi um discurso corrente nas entrevistas, tanto as emoções quanto possíveis sinais de cansaço ou estresse devem ser "deixados do lado de fora da loja", conceitos considerados na esfera privada deverem ser suprimidos em nome da identidade profissional e dos papéis sociais desempenhados de acordo com essa identidade.

Dilce, de 38 anos, vendedora há 14 anos, também afirma que o tratamento dado a um cliente "influi bastante" na venda, "porque tem cliente que gosta de ficar à vontade, depende, quer que você esteja junto, principalmente os idosos, pra que você fale o valor...".

> "Também trabalho em casa. Cansaço acontece, mas isso não pode passar para o cliente ou para a empresa. Tenho que estar aqui trabalhando de meio dia às oito, cansada ou não".

Dilce relata não haver percebido casos de assédio em seu ambiente de trabalho, mas que já sofreu racismo, e me relatou o caso. Ela disse que não pôde denunciar porque não havia sido explícito. Ficou subentendido porque também se estava falando de roupas. Mas que "deu pra entender".

> Não deu pra saber de fato se era de mim, mas eu percebi, mas a cliente riu e ficou elas por elas. Eram duas senhoras escolhendo uma blusa branca e uma preta, quando fui oferecer ajuda, elas disseram que iam ficar com a branca porque "não gostamos de preto". Tive que ficar quieta. Elas riram e ficou elas por elas. Mas podemos levar à direção casos de preconceito. (Dilce, 38 anos).

Não tive oportunidade de perguntar mais a fundo sobre essas questões, mas um dado interessante é que as vendedoras que ficam no caixa e/ ou no atendimento ao público são todas brancas. Sobre o vocabulário e rotinas específicas, ela explica que antes de começar o trabalho, eles fazem uma oração e um grito de guerra, e no final eles falam "showtime", hora do show, em inglês (tradução livre). "Tudo quando se faz que é legal, a gente fala: 'nossa, showtime!", foi a hora do show, a hora que você brilhou". O "mix" significa fazer venda com juros. Algumas vendedoras possuem um broche com o desenho de uma raposa, e Clara explica que é porque em cada região há uma competição entre as lojas, onde "cada regional fica responsável pela venda, por fazer você vender juros". "Então tem a raposa, são quatro, acho que águia, tigre e assim cada um era um animal que era representado.

> Provavelmente era alguma gincana entre eles, "porque a gente tinha que alcançar tantos clientes por dia, fazer tantos cartões, e quem estivesse na frente levava um brochezinho, e essa raposa identifica quem é o líder do grupo tal" (Clara, 32 anos). Ela defende que "ao mesmo tempo em que isso é positivo, isso é negativo, porque deixa os funcionários cansados e estressados. Nem todo mundo gosta da competição de ser criativo".

A partir das entrevistas, foi possível compreender os aspectos que contribuem para a socialização das vendedoras no trabalho em serviços de venda, bem como os discursos corrente desse cotidiano no trabalho, suas rupturas e conflitos nas relações com clientes e patrões. A partir dessas considerações, compreende-se a construção da identidade profissional no âmbito dos serviços.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo consistiu em buscar aprofundar a discussão sobre a construção da identidade no campo da teoria sociológica, localizado na pós-modernidade e suas transformações sociais. A partir da discussão teórica, foi possível entender que o estudo do indivíduo e sua construção na história não podem ser estudados separadamente da sociedade e, portanto, devem ser inseridos nas discussões sociológicas. Ademais, foi possível entender na perspectiva weberiana como a identidade é parte de um processo de relação social, construído através de ações sociais.

Busquei localizar também o trabalho como uma das esferas mais constitutivas da identidade de um indivíduo e suas relações sociais inseridos no sistema capitalista contemporâneo, juntamente com suas demandas específicas e, portanto, como é necessário o debate sobre a construção de uma identidade profissional, e como isso afeta as demais atividades em sociedade.

Partindo das contribuições teóricas foi possível se aprofundar na reflexão sobre como a construção social da identidade profissional das vendedoras de roupa do município de Rio Bonito - RJ, ocorre relacionalmente, se dando de acordo com as habilidades desenvolvidas na interação com os clientes. O desempenho no atendimento é considerado quando não decisivo bastante influente na decisão de compra dos clientes, e por isso há certa pressão sobre as vendedoras por parte dos patrões, e que acaba sendo internalizada no próprio discurso das vendedoras.

Busquei observar como as dimensões subjetivas como a identidade, são construídas socialmente e como estão intrinsecamente ligadas às relações de trabalho no mundo do serviço. São quantitativamente observáveis em um âmbito mais macrossocial, visto a predominância feminina dos setores de comércio e serviço no Brasil e na região metropolitana do Rio de Janeiro, ainda mais expressiva no setor de serviços. A escolha por gênero para este tipo de ofício também teve justificativas e posições intencionais, baseados na construção social que se têm sobre os atributos e características de cada gênero. O comércio rio-bonitense possui particularidades no que se refere à sua organização socioespacial das lojas no bairro do Centro, devido ao fluxo de pessoas. Através das entrevistas foi possível compreender os significados por intermédio do relato de suas rotinas e acontecimentos quotidianos, de suas multifuncionalidades e construções de si e dinâmicas específicas de trabalho. Os papéis sociais se cruzam na construção identitária, tendo em consideração o discurso de conciliação entre trabalho doméstico e o trabalho regular, de que se é preciso “dar conta”, embora seja difícil.

A preocupação tanto com uma "autoimagem" quanto com a imagem da loja, com isso uma série de aspectos visuais e interacionais, também foram levados em consideração nos relatos das vendedoras entrevistadas. Com isso pode-se compreender que os aspectos que podem ser considerados próprios ao indivíduo ou puramente subjetivos, aqui são acionados como habilidades profissionais que agregam valor à atuação e ao desempenho profissional.

O discurso adotado no cotidiano por essas vendedoras e vendedores está focado nas habilidades relacionais tanto com colegas de trabalho, clientes, ou superiores, bem como suportar o que seriam desvantagens ou condições ruins de permanência no ambiente de trabalho em prol do bom relacionamento, ou para evitar possíveis desligamentos dessas relações de trabalho. São considerados sacrifícios necessários para a manutenção do vendedor na loja, e encarados como parte do trabalho.

Com isso, pode-se entender a construção de identidade como fator relevante para as relações e consequentemente, constituinte das relações de poder presentes diariamente no cotidiano de trabalhadoras e trabalhadores. Em suma, a proposta inicial desta investigação não se deu para fornecer respostas absolutas, mas a partir da elaboração de questões inerentes ao campo, tentar inaugurar um caminho de aprofundamento dessas reflexões tão recentes nas produções sociológicas nacionais.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter; A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento. Edição. Petrópolis: Vozes, 1973.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.

COUTO, Ana Raquel Rosa do. **Em que posso ajudar? A construção de identidade de trabalhadoras no mundo dos serviços.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Sociologia). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói. 70 p. 2019.

DUBAR, Claude. A Construção de Si pela Atividade de Trabalho: A Socialização Profissional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 146, p. 351-367, mai./2012.

_____. **A Crise das identidades**: A interpretação de uma mutação. 1015. ed. Porto: Edições Afrontamentos, 2006.

_____. **A Socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GIDDENS, Anthony. Dualidade da Estrutura: agência e estrutura. Celta Editora. 2000.

NUNES, Jordão Horta. **Dilemas Identitários no Mundo dos Serviços: Da invisibilidade à Interação.** Sociologias: subtítulo da revista, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 238-273, ago./2013.

ROCHA, A. C. L. D. **Transformações urbanas contemporâneas: uma análise sobre o município de Rio Bonito-Rio de Janeiro (RJ).** Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica, Local, v. 9, Número, p. 1-19, jan./2017.

SANTOS, Clara. A Construção Social do Conceito de Identidade Profissional: Interações: Sociedade e as novas modernidades. Coimbra, v. 5, n. 8, p. 123-144, abr./2005.

SENNETT, Richard. A Corrosão do Caráter: O Desaparecimento das Virtudes com o Novo Capitalismo. 1. Ed. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2012.

WEBER, Max. **Conceitos Básicos de Sociologia**. 5. Ed. São Paulo: Centauro Editora, 2002.

CAPÍTULO LXI

UMA ANÁLISE DO TRABALHO VOLUNTÁRIO NO ACOLHIMENTO DE MIGRANTES E REFUGIADOS VENEZUELANOS INTERIORIZADOS NO BRASIL PELA OPERAÇÃO ACOLHIDA

Lilian Cordeiro Bernardes
Fabrízio Conte Jacobucci

RESUMO

A crise econômica e política na Venezuela já forçou mais de 5,6 milhões de pessoas a saírem do país e buscarem refúgio em outras nações. De acordo com o ACNUR, o Brasil é o quinto país que mais acolhe venezuelanos: hoje são mais de 265 mil, número que não para de subir. Em 2018 o governo federal criou Operação Acolhida como resposta aos focos de crise humanitária. Em meio às organizações que compõem o plano proposto pela Operação Acolhida, os voluntários representam importante papel. Este artigo tem por objetivo principal pesquisar sobre as contribuições dos voluntários para a Operação Acolhida e por objetivo secundário perceber a motivação desses voluntários em ser parte da solução dessa crise humanitária, partindo da hipótese que essa contribuição gera impactos na atuação da Operação Acolhida. A metodologia utilizada foi coleta de dados com base na bibliografia, dados da ONU, do Exército, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com cinco voluntários da Operação Acolhida. Com base na pesquisa realizada, constatou-se que o trabalho voluntário é de grande relevância para a Operação Acolhida, e, embora o Estado seja responsável por criar e coordenar as medidas de assistência humanitária para o acolhimento de imigrantes no país, as entidades e organizações da sociedade civil, no qual destacamos neste artigo, os trabalhadores voluntários, têm um importante papel de complementação dessa atuação estatal.

1. INTRODUÇÃO

Fluxos migratórios fazem parte da história da humanidade desde os primórdios da existência humana, seja por desejo ou necessidade, os grupos humanos passaram a se deslocar pelo planeta e a estabelecerem suas moradas em novos locais. Em determinadas passagens da história, as migrações ocuparam espaço de protagonismo dentre os movimentos sociais que tomavam conta do progresso civilizatório.

A figura das "diásporas" - como deslocamento forçado de grupos populacionais – aparece em diversas ocasiões em razão dos mais diversos motivos durante o século XX: os armênios nas primeiras décadas do século, visando fugir do genocídio e extermínio em massa liderado pelo Império Otomano na Armênia; os judeus nos anos da Segunda Guerra Mundial,

como resposta ao Holocausto conduzido pela Alemanha; e, mais recentemente, os sírios buscando fugir da guerra civil entre forças do Estado e forças paramilitares que se instaurava na Síria, bem como os ucranianos fugindo do conflito gerado pela invasão russa na Ucrânia. As diásporas trazem como consequência o nascimento de novos fluxos migratórios em alta escala, fenômenos de branda amplitude que podem se transformar em vetores de crises de ordem humanitária nos países de destino dos migrantes, uma vez que não há o preparo e a estrutura (legal, logística, estrutural, etc.) para o recebimento digno destas pessoas.

Conquanto as diásporas armênia e judia – apenas para situar os exemplos trazidos – não foram envolvidas na formalidade jurídica dos preceitos legais do chamado Direito Internacional dos Direitos Humanos em razão da escassez de tratados internacionais que abordavam o tema à época, a diáspora síria acontece em pleno século XXI onde as instituições de Direito Internacional e as organizações internacionais têm como principal objetivo a efetividade e implementação dos mais básicos Direitos Humanos em todo o globo. Há alguma diferença no tratamento destes fenômenos pela existência de mecanismos internacionais de proteção?

Sem dúvidas, a resposta para esta indagação está na necessidade de se fazer cumprir os preceitos estabelecidos no contexto pós-Segunda Guerra Mundial (como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951) e os demais acordos firmados no decorrer dos anos (como o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967, e os vários tratados dos sistemas regionais de Direitos Humanos nos continentes europeu, americano e africano). Esta é uma norma imperativa aos Estados que, ratificando ou não estas convenções, têm o dever legal de respeito aos Direitos Humanos em função da força cogente (*jus cogens*) e, portanto, mandatória e inderrogável, destes preceitos.

O Brasil – que, não obstante ter ratificado os tratados mencionados, sustenta tradição internacional de respeito aos pactos de Direitos Humanos ratificados pelo ordenamento jurídico interno – teve de lidar com a situação até então inusitada de ser o país de destino de uma nova diáspora que nascia e ganhava força na segunda metade da década de 2010: a venezuelana. Embora o Brasil tenha em seu âmago a cultura migrante por ter sido formado e solidificado através de fluxos migratórios (para citar alguns - portugueses e africanos a partir do século XVI; italianos, espanhóis e alemães a partir das últimas décadas do século XIX; japoneses a partir das primeiras décadas do século XX; europeus do leste e judeus a partir da segunda década do século XX), a entrada em massa de venezuelanos representou uma necessidade de protagonismo do país em nível regional como defensor dos direitos humanos daqueles migrantes que buscavam refúgio em seu território.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, a crise econômica e política na Venezuela já forçou mais de 5,6 milhões de pessoas a saírem do país e buscarem refúgio em outras nações. O Brasil é o quinto país que mais acolhe venezuelanos: hoje são mais de 265 mil, número que não para de subir (ACNUR, 2021). Nessa entoada, o governo federal cria a Operação Acolhida em 2018 como estratégia de apoio às demandas surgidas em decorrência do grande fluxo migratório e em resposta aos focos de crise humanitária que se proliferavam não só na região de fronteira, mas em todo o território de Roraima, estado brasileiro que faz fronteira com a Venezuela. A Operação Acolhida – embora encabeçada pelo Ministério da Defesa através do Exército Brasileiro – é composta de diversos organismos que atuam em prol desta causa, nas mais diversas frentes. Em meio às organizações que suportam o avanço do plano proposto pela Operação, os voluntários representam importante papel. A resposta para a pergunta sobre a importância da Operação para o Brasil e para os migrantes venezuelanos está inserida na abordagem incontornável da pergunta sobre a importância dos voluntários para a Operação Acolhida. Este será o tema abordado pelo presente artigo.

Este artigo tem por objetivo principal pesquisar sobre as contribuições dos voluntários para a Operação Acolhida e por objetivo secundário perceber a motivação desses voluntários em ser parte da solução dessa crise humanitária, partindo da hipótese que essa contribuição gera impactos na atuação da Operação – mais do que abordar o impacto da Operação, pretende-se compreender a participação dos voluntários em meio às diversas frentes propostas pela força tarefa. A metodologia utilizada foi coleta de dados com base na bibliografia, dados da ONU, do Exército, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com cinco voluntários da Operação Acolhida. A justificativa está na pouca literatura sobre a Operação, que em março de 2022 atingiu a marca de 70 mil migrantes interiorizados para mais de 780 municípios brasileiros.

2. A OPERAÇÃO ACOLHIDA: ESTRUTURA E PERSPECTIVA

Não diferente do contexto brasileiro, o Estado da Venezuela também foi formado pelos fluxos migratórios que compuseram a identidade do povo venezuelano. Com o apogeu das lavouras de café, muitos espanhóis, alemães e italianos migraram para o país durante as últimas décadas do Século XIX até a metade do Século XX, e, mais tarde, durante as décadas de 1960 e 1980, há um novo fluxo migratório de europeus e latino-americanos em decorrência do êxito da indústria petrolífera (Cedeño, 2019).

A partir da década de 1990, políticas governamentais começaram a afetar negativamente a vida dos venezuelanos, na medida em que houve uma brusca queda no valor do petróleo, aumento da taxa de criminalidade, altos índices de corrupção (atestados por estudos internacionais) deterioração do sistema de saúde e desvalorização da moeda local (Botia, 2019). A hiperinflação toma conta da realidade venezuelana e as políticas econômicas estabelecidas pelo governo se provaram insuficientes para a resolução deste impasse gravíssimo.

Estas condições criaram um terreno fértil para a proliferação de revoltas e movimentos contrários de cunho social e contra revolucionário no país, tomado pela instabilidade política e econômica. A crise – que não parava de piorar durante a década de 2010 - se agravou ainda mais em 2016, quando a Organização dos Estados Americanos (OEA) denunciou uma possível ruptura na ordem democrática na Venezuela fomentada pelo governo de Nicolás Maduro, sucessor de Hugo Chávez (Botia, 2019). Este fato representou uma divulgação da questão em âmbito regional e internacional, evidenciando e escancarando a crise humanitária que se instaurava no país.

Como acontece em diversos países, a crise humanitária logo impulsionou o nascimento de um fluxo migratório de pessoas que não encontraram mais saída dentro de sua circunstância. Infelizmente, este fluxo se transformou na realidade da diáspora venezuelana: até março de 2022, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) havia contabilizado o número de 6 milhões de venezuelanos migrantes, 2º lugar no ranking de principais países de origem dos deslocamentos globais (ACNUR, 2022).

2.1. O fluxo de migrantes venezuelanos para o Brasil

O Brasil faz divisa com a Venezuela na Região Norte, por mais de 2 mil quilômetros de fronteira seca. Especialmente na área de fronteira contígua entre as cidades de Pacaraima (estado brasileiro de Roraima) e Santa Elena de Uairén (estado venezuelano de Bolívar), há muitos desafios e dificuldades no que se refere ao controle migratório e travessia de migrantes: espaços de floresta inabitada, crescente exploração de recursos naturais que geram conflitos pelo controle dos atores envolvidos (índios, garimpeiros, madeireiros, empresários, etc.), presença de populações indígenas e tráfico de drogas e pessoas (Silva, 2019).

Após a entrada pela fronteira em Pacaraima, os migrantes ainda percorrem um trajeto de 200 km até a capital do estado de Roraima, Boa Vista, onde buscam abrigo para moradia, saúde e cuidados básicos. Boa Vista, embora com maior preparo em relação a Pacaraima, não

conta com a estrutura necessária para o atendimento de todos os migrantes que chegam na localidade, fazendo com que muitas famílias tenham que morar nas ruas, procurando alimentação básica através de doações e sobras de lixo.

As dificuldades enfrentadas pelos venezuelanos em Boa Vista são inúmeras e somam aos desafios já sofridos pelo estado de Roraima – no segmento da saúde pública, a crise vivida localmente (que envolve falta de leitos, materiais e aparatos médicos) foi agravada pelos migrantes; no segmento da segurança pública, as altas taxas de criminalidade local também sofreram alterações em razão da disputa do crime organizado pelo controle do tráfico (Silva, 2019).

Até julho de 2022, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados tinha contabilizado mais de 351 mil venezuelanos no Brasil, sendo mais de 116 mil com o status de refugiado concedido. Esses números representam o montante de 52% de todos os migrantes residentes no território brasileiro, de acordo com a Plataforma R4V (R4V, 2022).

2.2. A estrutura da Operação Acolhida

Diante da situação na fronteira entre os dois países, o governo federal – cumprindo os preceitos fundamentais da Constituição de República, como a prevalência dos direitos humanos (art. 4, II), solução pacífica dos conflitos (art. 4, VII), cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (art. 4º, IX) – editou a Medida Provisória nº 810, de 15 de fevereiro de 2018, estabelecendo o Comitê Federal de Assistência Emergencial e decretando a situação de emergência social em Roraima. O decreto, que viria a ser complementado por outros instrumentos normativos, dispõe sobre as medidas de assistência humanitária para o acolhimento de imigrantes e regulamenta as normas de funcionamento do Comitê Interministerial, sendo posteriormente convertido na Lei 13.684/2018 (Lopes da Cruz, 2020).

O Comitê, presidido pela Casa Civil, envolveu doze ministérios do Governo Federal e as três Forças Armadas, com apoio das agências da Organização das Nações Unidas (ONU), das organizações humanitárias e da sociedade civil. A partir de suas resoluções, a Operação Acolhida foi estabelecida com parâmetros e responsabilidades, tendo como objetivo: apoiar com pessoal, material e instalações, a montagem de estruturas e a organização das atividades necessárias ao acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório no estado de Roraima (Silva, 2019).

A Operação se divide em três eixos majoritários: o *ordenamento de fronteira*, através da estrutura de controle, identificação e triagem inicial dos imigrantes; o *abrigamento*, por meio

do estabelecimento de uma rede de parceiros que fornecem os serviços de abrigo para imigrantes em situação de vulnerabilidade; e, por fim, a *interiorização*, que consiste na transferência de imigrantes para outros estados no Brasil, a fim de aliviar a sobrecarga das instituições em Roraima e promover a integração socioeconômica dos migrantes no Brasil.

A estrutura montada no município brasileiro de Pacaraima para recepção, identificação, fiscalização sanitária, regularização migratória e triagem consiste na principal frente do eixo do ordenamento da fronteira. O pleno funcionamento desta estrutura é garantido pela atuação direta de militares (do Exército e das forças policiais de Roraima), servidores federais (da Polícia Federal, que cuida da imigração, e da Receita Federal, que cuida da alfândega) e profissionais de organismos nacionais e internacionais (agentes das Nações Unidas e de organizações não governamentais).

Vale lembrar que o Brasil é signatário da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e do Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967, que estabelecem o princípio do *non-refoulement* como fundamental e cogente (não obstante o costume internacional já o classificar como tal). Este princípio proíbe a remoção ou a não aceitação de um migrante que vem originalmente de um Estado onde há um risco real de perseguição ou sérias violações de direitos humanos. Também, o princípio da reunificação familiar, proíbe um Estado de não permitir a entrada de migrantes que busquem a reunião com seus familiares que já se encontram no país (Chetail, 2019, p. 119).

Já em Boa Vista, o Posto de Triagem (PTrig) trata de prestar os serviços de cadastro dos imigrantes e preparação documental para regularização migratória, inspeção clínica, emissão de documentos, atendimento social e atividades relacionadas a atendimentos psicológicos (Silva, 2019). A estrutura conta com a participação direta das agências da ONU (ACNUR, OIM, UNFPA e UNICEF), Polícia Federal, Receita Federal, Cruz Vermelha e organizações não governamentais (como AVSI, Refúgio 343).

Ao final do processo de triagem, os migrantes são deslocados para um dos quatro possíveis fluxos: retorno a Venezuela por meio de transporte fretado, transferência para as áreas de destino ou áreas de acolhimento, ou início do processo de realocação/interiorização, a depender das condições/interesse da família migrante, da disponibilidade de vagas e da estratégia da Operação (Lopez da Cruz, 2020).

A estrutura dos abrigos, segundo eixo da Operação Acolhida, é mantida pelo Ministério da Cidadania com apoio das organizações governamentais e entidades da sociedade civil. A principal finalidade é prestar suporte de abrigamento temporário, oferecendo aos imigrantes

um local de pouso digno e alimentação garantida enquanto o processo de interiorização é concluído, ou até que haja o interesse de retornar ao país de origem.

3. A INTERIORIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS MIGRANTES VENEZUELANOS

Este tópico se tratará a abordar a reinserção socioeconômica dos refugiados no Brasil como estratégia principal da Operação Acolhida através da interiorização, que significa um planejamento de deslocamento voluntário de Roraima para outras unidades da federação. Na outra ponta do processo – local de destino dos refugiados e migrantes interiorizados – os voluntários atuam diretamente na concretização da interiorização. O presente tópico abordará os principais tópicos da interiorização em termos de fluxos, processos, estratégias e impactos, antes que se possa encaminhar para a abordagem específica dos voluntários na Operação.

De acordo com os dados do ACNUR, até o final de 2021 o total de 320.477 venezuelanos se encontravam no Brasil, sendo 48.096 refugiados, 92.645 solicitantes de refúgio e 179.736 deslocados. Os migrantes da Venezuela significam mais da metade de todos os migrantes residentes no território brasileiro (ACNUR, 2022). Seria impossível que o estado brasileiro de Roraima pudesse atender a todas as necessidades que um fluxo migratório de tamanha magnitude exige.

O estado – que figura entre os de maior proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza – não mantém a estrutura pública suficiente para o tratamento de todos os migrantes que entram por seu território, e tampouco detém capacidade para atuar em todas as frentes do desenvolvimento socioeconômico, caso não houvesse transferência destes indivíduos e a permanência definitiva em Roraima fosse a única realidade existente. Na área da saúde, os migrantes estariam sujeitos ao baixo nível de serviços prestados aos brasileiros; na área do trabalho, as empresas não conseguiriam suprir a oferta de vagas com a baixa demanda em razão da própria situação econômica que o estado vive; na área da educação, as escolas (públicas e privadas) não seriam aptas a fornecer vagas para todas as crianças por uma óbvia razão de estrutura.

Em suma, toda a infraestrutura do estado fica absolutamente comprometida com a chegada dos migrantes, chegando a situações em que forçosamente se transformam em pessoas em situação de rua ou com status de vulnerabilidade ainda inferior àquele que já tinham quando da entrada no Brasil. É evidente que os atores envolvidos no projeto precisavam pensar

em uma solução que fosse abrangente em nível nacional, propondo estratégias decisivas para o enfrentamento da crise humanitária que se instalava no estado.

O eixo da interiorização estabelecido pela Operação Acolhida tem o objetivo de integrar os imigrantes à sociedade brasileira em outros estados da Federação, realizando uma distribuição desse contingente de forma equilibrada, uma vez que o destino de sua reinserção socioeconômica já é certo antes da ida. A integração, dada a situação vivida, se torna essencial para a promoção de reais condições de inclusão social e econômica dos refugiados no Brasil, através de oportunidades de emprego e de entrega à vida social local (Lopes da Cruz, 2020).

> A estratégia de interiorização, que desloca migrantes e refugiados venezuelanos de Roraima para outros estados brasileiros com apoio do Governo Federal e parceiros, oferece oportunidades de inserção socioeconômica aos migrantes e refugiados venezuelanos e diminui a pressão sobre os serviços públicos do estado de Roraima. É a principal estratégia do governo brasileiro para promover a inclusão socioeconômica de quem deixou a Venezuela e toda uma vida para trás (Governo Federal, 2021)

A função logística exercida pelas Forças Armadas é de suma importância para o sucesso deste eixo da Operação. O modal aéreo, com preponderância da Força Aérea Brasileira (FAB), é o mais utilizado para trechos entre Boa Vista e as capitais dos Estados, e o modal rodoviário, com preponderância do Exército Brasileiro, é o mais utilizado para os deslocamentos em direção às cidades do interior dos estados (Lopez da Cruz, 2020).

Vale ressaltar que o processo de interiorização é absolutamente voluntário, pelo qual os beneficiários são instruídos sobre como proceder e de maneira pessoal buscam o processo de interiorização. A partir daí, os agentes envolvidos na Operação Acolhida garantem que os migrantes estejam devidamente vacinados e com os exames de saúde atualizados além, é claro, de sua documentação legalizada no Brasil. O vetor para a interiorização pode ser dar de quatro modalidades, de acordo com o regulamento da Operação:

> Na estratégia coordenada pelo Governo Federal, apenas os migrantes e refugiados venezuelanos regularizados no Brasil, imunizados, avaliados clinicamente e com termo de voluntariedade assinado podem participar das ações. Existem diferentes modalidades, que incluem: saída de abrigos em RR para abrigos em uma das cidades de destino; reunificação familiar; reunião social; e com vaga de trabalho sinalizada. Os abrigos nas cidades-destino podem ser estaduais, municipais, da sociedade civil ou federais mistos, com moradia fornecida por entidade da sociedade civil ou organização religiosa. (Governo Federal, 2021).

A interiorização começa quando há o recebimento da autorização de acolhimento na cidade de destino. Pelo fluxo, uma das quatro modalidades (institucional, reunificação familiar, reunião social ou vaga de emprego sinalizada) é identificada pelos atores e parceiros da Operação Acolhida – em especial, as organizações não governamentais – e os migrantes que

voluntariamente solicitaram seu encaminhamento para o eixo de interiorização têm o perfil analisado para encaixe nos casos identificados.

A integração dos migrantes na sociedade acontece através da oportunidade de reinserção social e econômica, dando oportunidades de que a família se restabeleça na nova cidade, no novo país. Na situação específica da diáspora venezuelana que já totaliza 4,5 milhões de pessoas, como podemos compreender a questão da integração de fato em uma nova sociedade?

3.1. A integração de migrantes

A busca por integrar o migrante na sociedade deve fazer parte do mais elementar pilar de qualquer plano estratégico para acolhimento da parte de uma diáspora, especialmente por dois principais motivos: o bloco de migrantes que adentra o país, embora mantenha a caracterização de "estrangeiro", precisa deixar de ser em algum momento o grupo itinerante e passar a ser parte da construção da sociedade e, em outra via, o país que recebe este bloco se beneficia das contribuições trazidas por essa população que traz consigo diferentes culturas, visões de mundo e atuam diretamente – através de sua mão de obra e intelecto – no desenvolvimento socioeconômico do país.

O eixo da interiorização proposto pelos ditames da Operação Acolhida promove uma estratégia de integração destes migrantes venezuelanos no Brasil de maneira ímpar. Conquanto os fluxos migratórios vindos da Venezuela tenham iniciado sua ascensão somente na segunda metade da década de 2010, outros fluxos prévios também haviam resultado em grande número de migrantes no país, como caso dos haitianos, sírios, palestinos e bolivianos. Nestes casos, o processo de integração das pessoas na sociedade foi prejudicado pela ausência de um plano estratégico incisivo na distribuição das famílias por outros estados, especialmente em razão da não concentração da entrada de migrantes por um só porto de entrada.

O caso da diáspora venezuelana demanda especial atenção pelas características comuns que sustenta: entrada pelo estado brasileiro de Roraima, condição de vulnerabilidade, fluxo em sua maioria feito a pé. A integração desta população na sociedade brasileira, embora seja um desafio, se constitui em uma obrigação moral do Estado e da sociedade brasileira. Segundo o sociólogo franco-argelino Abdelmalek Sayad (1994), a integração é um processo que consiste em passar da alteridade ou distinção à identidade integrada, sendo um movimento contínuo ao qual não se pode atribuir início e nem fim – um processo que passa por todos os momentos da vida, todos os atos de existência. A integração não acontece, a rigor, em total harmonia e imune

a qualquer conflito: mas é justamente através do modo de consentimento em que se realiza, onde cada um dos participantes tem seu próprio interesse nessa ficção, em que se produz a identidade no imaginário social (SAYAD, 1994, p. 6).

Cumpre ressaltar que a utilização da expressão "crise" para tratar de grandes fluxos migratórios não é correta por alguns motivos. A porcentagem de migrantes no mundo contemporâneo não excede 3.6% da população mundial, número relativamente baixo em perspectiva – evidentemente mais pessoas migram hoje em relação ao passado, mas porque há mais pessoas no mundo hoje. Ainda, estudos e relatórios das agências da ONU provam que apenas 10-15% dos migrantes globais estão em situação irregular, desmistificando a lenda de que a migração ilegal predomina. Para Vincent Chetail (2019), professor de direito internacional migratório, a "migração foi politizada e instrumentalizada antes de ter sido analisada e compreendida" (CHETAIL, 2019, p. 5).

Embora, segundo nosso entendimento, a situação envolvendo os migrantes não possa ser denominada "crise migratória", ela ainda pode (e deve) ser classificada como "crise humanitária" – especialmente em razão das condições que os migrantes acabam se sujeitando quando de sua entrada desesperada no Brasil. Há migrantes vivendo em situação de rua, em completo abandono, em Pacaraima, Boa Vista e outros municípios de Roraima, e esta realidade depende do cumprimento de um plano estratégico de resolução.

3.2. Resultados da Interiorização

Até março de 2022, a Operação Acolhida já havia completado a interiorização de 70.428 migrantes para outras regiões do Brasil. Os estados brasileiros com maior número de interiorizados são Paraná (12.313), Santa Catarina (11.574), Rio Grande do Sul (10.212) e São Paulo (9.893). Os municípios brasileiros com maior número de interiorizados são Manaus, AM (5.238), Curitiba, PR (4.852), São Paulo, SP (4.036) e Dourados, MS (3.070). Do total de interiorizações, 45% correspondem à modalidade reunião social – situação em que o migrante tem algum outro venezuelano conhecido na cidade de destino; 19% correspondem à modalidade institucional – quando há transferência de abrigos em Roraima para abrigos mantidos pelo poder público no interior do país; 16% correspondem à modalidade reunificação familiar – quando o migrante tem algum familiar que pode recebe-lo na cidade de destino e apenas 9% correspondem à modalidade vaga de emprego sinalizada – quando o migrante é direcionado para um emprego já conquistado (ACNUR, 2022).

Esta última modalidade, embora mais rara, se constitui na prioridade das organizações e entidades que trabalham em conjunto com a operação de interiorização, especificamente pela segurança que traz. Nesta hipótese, há a certeza de um passo significativo no processo de reinserção socioeconômica do migrante na cidade de destino, uma vez que o pilar da empregabilidade está atingido e o recebimento certo de salário garante a melhoria da condição de vida da família que, em pouco tempo, pode obter sua independência e buscar progredir em sua situação.

Na perspectiva das Forças Armadas, a Operação Acolhida aparece como uma oportunidade sem precedentes de exercitar e demonstrar suas capacidades logísticas, em um cenário interagências e com caráter humanitário – ratificando o potencial do Brasil em empregar sua expressão militar em ações que envolvam questões sensíveis dessa natureza. A Força Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum) foi costurada através dos esforços em conduzir, em todos os níveis (político, estratégico, operacional, tático e logístico) pessoas, atores, instituições, agências, organismos internacionais, órgãos de segurança pública e organizações não governamentais (Silva, 2019).

Segundo com o antropólogo francês Michel Agier, a tendência comum que predomina as políticas migratórias nacionais é a de destinar os esforços governamentais a consolidar uma divisão entre duas grandes categorias mundiais: de um lado, um mundo limpo, saudável e visível; de outro, um mundo composto por remanescentes, residuais, marcados pela doença e invisibilidade. Para isso, o pesquisador chama a atenção para como as práticas estatais podem até se apoiar no objetivo de separar as duas classes – até mesmo na forma dos campos de refugiados, que podem atender ao desejo de organizar e reunir em um só local toda essa população indesejável (AGIER apud BAUMAN, 2017, p. 88-89). Qual seria o intuito final da Operação Acolhida, após análise de suas características? Uma alternativa que estimula a volta pra Venezuela ou promove a permanência no Brasil como uma nova vida? Seria a busca de uma integração efetiva para os venezuelanos no Brasil?

4. O TRABALHO VOLUNTÁRIO NO BRASIL

O trabalho voluntário no Brasil está definido no artigo 1º da Lei 9.608/1998 como a atividade não remunerada prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza, ou à instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade (BRASIL, 1998). De acordo com as Nações Unidas, voluntário é o jovem, adulto ou idoso que, devido a seu

interesse pessoal e seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração, a diversas formas de atividades de bem-estar social ou outros campos.

Ilsley (1990) apresenta dois tipos de trabalho voluntário: o formal e o informal. O autor define como trabalho voluntário formal o serviço orientado à satisfação de necessidade social ou de uma necessidade definida por uma instituição, desempenhado sob coordenação de uma instituição e recompensado por benefícios não tangíveis, principalmente de natureza psicológica e social. O trabalho voluntário informal é definido como uma expressão espontânea de serviços em resposta a uma percepção pessoal de necessidade social, desempenhado livremente, e na grande maioria, sem nenhuma expectativa de recompensa (ILSLEY, 1990, apud LAFIN, *et al* 2006, p. 2126).

De acordo com Ilsley (1990), as instituições devem se atentar para a articulação de sete elementos fundamentais, com o objetivo de manter seus voluntários: 1) o altruísmo deve ser relativo, pois o altruísmo como único motor das ações voluntárias pode sair do controle organizacional; 2) Compromisso, seja motivado por ideais, causas, missões, fidelidade à organização ou ao vínculo estabelecido com outros voluntários; 3) Livre escolha, pois a ação voluntária imposta é contraditória por natureza, embora a necessidade de profissionalismo e eficiência pode limitar a liberdade de escolha; 4) Ausência de remuneração financeira, embora algumas organizações ofereçam contrapartidas não monetárias; 5) Organização, que é fortalecida por meio de procedimentos de planejamento, financiamento, avaliação e controle; 6) Benefícios psicológicos, ou seja, o sentimento de poder fazer algo em prol do coletivo, do próximo, e/ou de ter a oportunidade de aprender algo novo e; 7) Sacrifício, o espírito de abnegação em favor do outro, sacrificando a vida pessoal, profissional e familiar para servir a uma causa (ILSLEY, 1990, apud LAFIN, *et al* 2006, p. 2200). Estes elementos fundamentais apresentados pelo autor, contribuem com a compreensão sobre algumas motivações que permeiam o trabalho voluntário no campo humanitário.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que em 2019, 6,9 milhões de pessoas com 14 anos ou mais de idade realizaram algum tipo de trabalho voluntário no Brasil (IBGE, 2019). O relatório Brasil Giving 2020 mostrou que a prática do voluntariado permaneceu estável entre 2017 e 2019. De acordo com o estudo, a proporção de brasileiros que fizeram trabalho voluntário não mudou nos três anos analisados, pouco mais da metade (53%) se voluntariou em 2019, contra 53% em 2018 e 52% em 2017 (GIVING, 2020). Com a pandemia do coronavírus, muitas organizações ficaram fechadas no ano de 2020 e o número de voluntários presenciais diminuiu. No entanto, segundo levantamento realizado pela

plataforma digital atados.com, foram criadas 505 vagas de voluntariado à distância em 2020, um aumento de 271,3% se comparado ao período de 2019 que só tiveram 136 vagas abertas.

Importante destacar a dificuldade de registro dos trabalhos voluntários no Brasil. Muitas organizações não divulgam o número de voluntários que estão ligadas a elas e muitos voluntários que se envolvem em uma ação humanitária não estão cadastrados em uma base de dados como, por exemplo, na plataforma *atados.com*; e, ainda, muitos não constam em relatórios sobre voluntariado no Brasil. No âmbito da Operação Acolhida, não é diferente, essa ausência de dados sobre os voluntários que atuam na operação, através das ONGs e instituições religiosas, dificulta um levantamento mais próximo da realidade quanto ao número de voluntários envolvidos na força-tarefa.

O foco deste artigo recai na atuação dos voluntários que têm atuado na Operação Acolhida, cuja relevância recebe pouca visibilidade. Conforme apresentado anteriormente, a Operação Acolhida é executada e coordenada pelo Governo Federal, atuando em três eixos: ordenamento da fronteira, acolhimento e interiorização. Ela conta com o apoio de estados, municípios, agências da ONU e de mais de cem entidades da sociedade civil, dentre elas, diversas ONGs e instituições religiosas. Os voluntários atuam, majoritariamente, nos dois últimos eixos: acolhimento e interiorização, principalmente em ONGs e instituições religiosas.

Diversas entidades da sociedade civil contam, para além do seu quadro de contratados, com a atuação de voluntários, de maneira formal e informal, que trabalham na linha de frente, contribuindo com a resolução da crise humanitária juntamente com as entidades envolvidas na Operação Acolhida que respondem a problemas de todas as dimensões e com desafios cada vez mais complexos. A atuação dos voluntários é de extrema relevância e complementar à atuação do estado.

4.1. Papel dos voluntários na Operação Acolhida

Com este estudo pretende-se apresentar algumas das contribuições dos voluntários para a Operação Acolhida, entender suas motivações para ser parte da solução dessa crise humanitária e averiguar quais são as principais frentes de atuação dos voluntários junto a essa força-tarefa. Para tanto, além da pesquisa documental, realizou-se entrevistas semiestruturadas com cinco voluntários da Operação Acolhida. As perguntas para as entrevistas foram construídas com base na literatura mobilizada e buscaram compreender os motivos que os levaram a tornar-se voluntários e como são as atividades desenvolvidas junto à Operação Acolhida.

Inicialmente este estudo também tinha a proposta de mensurar o impacto do trabalho voluntário na Operação Acolhida, no entanto, devido a força-tarefa humanitária ser uma operação recente, não existem dados disponíveis para essa análise, sendo assim, essa proposta de estudo fica como uma possibilidade futura, considerando a relevância do voluntariado nos projetos no âmbito da sociedade civil.

Foram realizadas as seguintes perguntas: 1) Você atua como voluntário(a) na Operação Acolhida? 2) Através de qual organização/entidade? 3) Há quanto tempo você é voluntário(a) na Operação Acolhida? 4) Qual trabalho voluntário você realiza? 5) Quais as motivações para você fazer esse trabalho? 6) Qual a importância do seu trabalho na resolução dessa crise humanitária?

Os voluntários participantes da pesquisa são estudantes e profissionais de áreas e formações diversas, e atuam na Operação Acolhida por meio de ONGs e instituições religiosas, de maneira formal, nas seguintes funções: dentista, auxiliar de interiorização, auxiliar documental, meios de vida e acolhimento familiar. As atividades são realizadas com periodicidade acordada com a instituição, considerando a disponibilidade do voluntário e, nos casos abordados, o período médio de atuação foi de 9 meses.

Diante da indisponibilidade de dados referentes aos diversos trabalhos realizados pelos voluntários em prol dos beneficiários da Operação Acolhida não é possível mensurar o impacto de tais ações na efetividade da Operação. Contudo, as contribuições são diversas, dentre elas: ministrar aulas de português; ajudar as famílias interiorizadas a realizar matrícula na escola; realizar atendimento psicossocial; realizar atendimentos de clínica médica; acolher famílias interiorizadas; prestar auxílio para regularizar documentos; elaborar material de divulgação sobre a causa dos refugiados; ensinar a utilizar a moeda brasileira em supermercados e lojas; apresentar o transporte público na cidade; auxiliar na busca por emprego, etc.

Podemos observar que o primeiro elemento fundamental apresentado por Ilsley (1990), o “altruísmo relativo”, esteve presente na fala dos entrevistados, uma vez que suas respostas demonstraram que a ação não é realizada pensando única e exclusivamente no bem dos beneficiários, mas sim, com o reconhecimento de uma troca não monetária, pautada no aprendizado, na utilidade e na relação de afeto. Além da motivação altruísta, ligações diretas com o público beneficiário, como parentesco e afetos construídos durante algum momento da vida, também serviram como motivação ao voluntariado.

Outro elemento fundamental categorizado por Ilsley (1990) e identificado na entrevista foi o “compromisso” que os respondentes alegaram ter com os ideais, causas e missões, na qual,

a maioria afirmou ter uma consciência de compromisso com o social desde a infância. De acordo com Ilsley (1990), o aspecto do compromisso é central no trabalho voluntário.

Todos os entrevistados afirmaram que não recebem remuneração financeira e logo depois trataram de enumerar em suas falas as recompensas não monetárias, tais como: oportunidade de retribuir o que um dia sua família recebeu, de aprendizado, de ter experiência comprovada no campo humanitário e de se sentir útil. Ilsley (1990) classificou essas recompensas não monetárias como "benefícios psicológicos" e destacou que os voluntários nem sempre percebem que são movidos por tais motivações e afirma que elas são complexas, pois "mudam de pessoa para pessoa e até mesmo para cada voluntário, dependendo de eventos inerentes ao trabalho voluntário ou do contexto." (ILSLEY, 1990, apud LAFIN, *et al* 2006, p. 2200)

Outro elemento presente nas respostas foi a "organização", mencionada pela maioria dos entrevistados como parte cotidiana dos processos da Instituição, na qual os voluntários devem seguir o planejamento pré-estabelecido com seus líderes diretos, principalmente para aqueles que atuam nas áreas administrativas ou de resultados.

Um dos entrevistados relatou que mudou de estado por um período de seis meses para se voluntariar como dentista no campo de refugiados em Boa Vista, e, embora ele não tenha mencionado a palavra sacrifício, podemos identificar na sua fala as privações de sua vida pessoal, familiar e acadêmica, para viver a experiência no voluntariado. De acordo com Ilsley, este espírito de sacrifício e abnegação, é uma das motivações fundamentais que mantém um voluntário ligado à uma Instituição.

Todos os entrevistados vêem suas atuações como um trabalho muito pequeno diante da necessidade e demanda por trabalhadores em prol do fim da crise humanitária. No entanto, reconhecem a relevância do trabalho realizado - que dois dos entrevistados nomearam como "trabalho de formiguinha" - pois acreditam que, se cada pessoa que tem a possibilidade de ajudar de alguma forma o fizer, o restabelecimento dos direitos humanos para essas pessoas que estão vivendo em extrema vulnerabilidade será mais rápido. Além disso, a maioria dos entrevistados acredita que governo e sociedade civil devem atuar juntos na resolução dessa crise humanitária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Operação Acolhida, em contraponto, surge como uma ação governamental que visa agrupar e organizar o grupo de migrantes que entra no país, mas também busca dar um

caminho de integração na sociedade. Em outras palavras, os dois primeiros eixos da Operação – ordenamento das fronteiras e abrigamento – cumprem a função de primordial de estruturar, através de triagem que direciona para os cuidados imediatos necessários (saúde, alimentação, documentação, moradia) e possibilitam ao migrante a hipótese de regresso ao país de origem ou avanço para o terceiro e mais audacioso eixo: a interiorização. É através deste segmento que os migrantes recebem a oportunidade de mudança para outra região do Brasil a fim de buscar um novo início para suas famílias.

Diz-se ser uma ação governamental por ter sido incumbido ao Exército do Brasil, como exposto, a coordenação e controle das medidas tomadas no gerenciamento da crise humanitária que foi decorrente do fluxo migratório com origem na Venezuela. Contudo, não se pode esquecer que a Operação Acolhida necessita dos serviços prestados pelos parceiros nos mais diversos segmentos – as agências da ONU, organizações não governamentais, sociedade civil, órgãos públicos: cara ator contribui para o desenvolvimento e crescimento da Operação na medida em que consegue auxiliar na integração dos migrantes venezuelanos na sociedade brasileira.

Há um enorme potencial na Operação Acolhida no que se refere à construção de um *case* de sucesso. Embora jovem (estabelecida em 2018), a Operação já representa uma das maiores empreitadas do governo brasileiro, que não mediu esforços para empregar as Forças Armadas para a coordenação de um megaprojeto de logística humanitária, estabelecendo uma força tarefa interagências para o tratamento da diáspora venezuelana no território brasileiro. Sem a utilização de armas, o Exército ajuda a salvar vidas e construir sonhos através da Operação Acolhida.

Não obstante, se faz necessário ressaltar o papel de todos os atores envolvidos na estrutura – seja de forma institucional (como as agências da ONU), seja de forma indireta (como o indivíduo que aceita ser acolhedor de migrantes em sua cidade). Estes abrem as portas de um novo caminho de reinserção socioeconômica para migrantes que têm muito a contribuir com a economia e cultura locais e representam, na outra ponta, a materialização do objetivo da interiorização.

Com base na pesquisa realizada, constatou-se que as contribuições dos voluntários na garantia dos direitos humanos dos refugiados no Brasil são muitas, em diversas áreas e estão estabelecidas de maneira formal e informal, proporcionando desde um atendimento especializado como o de odontologia, como um mais simples, mas não menos importante, como, por exemplo, a prestação de auxílio na matrícula das crianças na escola.

Além disso, compreendeu-se que as motivações para o trabalho voluntário são diversas e que se relacionam com múltiplas construções sociais. As motivações mais apresentadas pelo grupo estudado estão atreladas à capacidade de ajudar o próximo, o sentimento de fazer parte da resolução da crise, o compromisso com os ideais, causas e missões, além das motivações em torno do aprendizado, da experiência no campo humanitário e de se sentir útil.

Dessa forma, a pesquisa chega a resultados que evidenciam que o trabalho voluntário é de grande relevância para a Operação Acolhida, e, embora o Estado seja responsável por criar e coordenar as medidas de assistência humanitária para o acolhimento de imigrantes no país, as entidades e organizações da sociedade civil, no qual destacamos neste artigo, os trabalhadores voluntários, têm um importante papel de complementação dessa atuação estatal.

Por fim, esse entendimento permite propor que estudos futuros busquem mensurar o impacto que o trabalho voluntário tem nesta força-tarefa, permitindo levantar o número aproximado de voluntários que atuam nas mais de cem organizações da sociedade civil que está sob o guarda-chuva da Operação Acolhida, possibilitando traçar os perfis deste público, como a renda e idade, que também poderão ser associadas à motivação no trabalho voluntário.

REFERÊNCIAS

ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Site Oficial. Venezuela. Disponível em: < https://www.acnur.org/portugues/venezuela/>. Acesso em: 22 julho 2022.

ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Site Oficial. Localizador de dados dos refugiados. Disponível em: <https://www.unhcr.org/refugeestatistics/download/?url=m33FpT>. Acesso em: 22 julho 2022

BALDWIN, Liam. The Venezuelan Diaspora: A Cerebral Exodus. *Latin American Studies: Student Scholarship & Creative Works*. Disponível em: <https://digitalcommons.augustana.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1000&context=ltamstudent>. Acesso em 07.04.2021.

BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Sahar, 2017.

BOTIA, Alejandro. *The Venezuelan Diaspora: Toward a New Understanding of Forced Migration* (Dissertação de mestrado). Vanderbilt University, Nashville, Estados Unidos, 2019.

Carta Democrática Interamericana, 2001. *Organização dos Estados Americanos (OEA)*. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/democratic-charter/pdf/demcharter_pt.pdf>. Acesso em 04.04.2021.

CEDEÑO, Jonathan Palatz. Possibilities of Building Regional Migration Governance due to the Venezuelan Diaspora in Ibero-America (2015-2018). *International Journal of Humanities and Social Sciences*, vol. 13, n. 7, p. 1031-1035, 2019.

Charities Aid Foundation. *Relatório 2020: Brasil Giving Report: Um Retrato da Doação no Brasil.* Agosto/2018 a julho/2019 Disponível em: < https://www.idis.org.br/wp-content/uploads/2020/07/CAF_BrazilGiving2020.pdf >

CHETAIL, Vincent. *International Migration Law*. Oxford University Press: Oxford, 2019.

Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1951. *Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)*. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em 06.04.2021.

Declaração de Cartagena, 1984. *Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)*. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf?view=1>. Acesso em 06.04.2021.

Estratégia de Interiorização, 2022. *Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)*. Disponível em < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMDc5ZTk2YjktM2I5Yi00YWM1LWEyNzMtMzkzMjFlOTlkMzZkIiwidCI6ImU1YzM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOjh9>. Acesso em 05.04.2022.

FREIER, Luisa Feline. Understanding the Venezuelan Displacement Crisis. E-International Relations, 2018. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2018/06/28/understanding-the-venezuelan-displacement-crises/>. Acesso em 07.04.2021.

JARDIM, Denise F. Imigrantes ou Refugiados? Tecnologias de controle e as fronteiras. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

Lafin SHF, Souza SR, Barbosa C. Trabalho voluntário. In: Freitas EV, Py L, Cançado FAX, Doll J, Gorzoni ML, organizadores. *Tratado de geriatria e gerontologia*. 3a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2006. p. 2194.

Lei 9.608 de 18 de fevereiro de 1998. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9608.html> Acesso em 26 de junho de 2021.

Operação Acolhida, 2021. *Governo Federal*. Disponível em: < https://www.gov.br/acolhida/historico/>. Acesso em 18.06.2021.

LOPES DA CRUZ, Gustavo. *Um estudo sobre a Operação Acolhida*. (Trabalho de Especialização). Escola de Comando e Estado—Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2020.

ONU, Voluntariado. Disponível em: < https://nacoesunidas.org/vagas/voluntariado/ > Acesso em 26 de junho de 2021.

Operação Acolhida, 2021. *Governo Federal*. Disponível em: < https://www.gov.br/acolhida/historico/>. Acesso em 08.04.2021.

Perfil dos Abrigos em Roraima, 2021. *Operação Acolhida*. Disponível: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTRhOWVlOTgtYTk2MS00YmY3LWEyY2YtMGM1Y2MzODFjMmVjIiwidCI6ImU1YzM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOjh9>. Acesso em 09.04.2021

Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados, de 1967. *Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)*. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em 06.04.2021.

R4V. Plataforma de coordenação inter-regional para refugiados e Migrantes da Venezuela. Refugiados e Migrantes da Venezuela. Disponível em: <https://www.r4v.info/en/refugeeandmigrants> Acesso em: 28 julho. 2022.
Refugee Data Finder, 2022. *Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR).* Disponível em < https://www.unhcr.org/refugee-statistics/download/?url=Gi6wUT>. Acesso em 03.04.2022.

SALLANI, João. Crise, reconhecimento e intervenção: afinal, a quem cabe falar pela Venezuela? Cosmopolita, 2019. Disponível em < https://www.cosmopolita.org/post/venezuela-reconhecimento-e-interven%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 04.04.2021.

SAYAD, Abdelmalek. *Qu'est-ce que l'integration?* Homme & Migration, 1994, pp. 6-14. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/homig_1142-852x_1994_num_1182_1_2341>. Acesso em 09.04.2021.

SILVA, Aderson Iwamoto da. *Os desafios para o Brasil na condução da Operação Acolhida*. (Trabalho de Especialização). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2019.

Souza, Luccas Melo de ; LAUTERT, Liana . Trabalho voluntário: uma alternativa para a promoção da saúde de idosos. Revista da Escola de Enfermagem da USP , v. 42, p. 363-370, 2008. Disponível em: <scielo.br/j/reeusp/a/qJZrThG85WsTTCDCysq5rtR/?lang=pt>. Acesso em 20.03.2022

UBERIZAÇÃO SOCIAL: O FENÔMENO DA UBERIZAÇÃO DO TRABALHO HUMANO VERSUS A BUSCA PELA CONSCIÊNCIA SOCIOLABORAL

CAPÍTULO LXII

O TOYOTISMO E A PRECARIZAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

Ana Carla Vaz Porto [1]

[1] Mestranda em educação na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, especialista em direito público e em direito e processo do trabalho, graduada em direito pela Universidade Federal de Goiás, servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região. E-mail: acvazporto@gmail.com

RESUMO

O presente artigo objetiva tratar acerca da adoção do modelo toyotista de produção e seus efeitos negativos sobre os direitos trabalhistas, bem como discorrer acerca deste modelo e dos que o antecederam, abordando principalmente o contexto histórico em que surgiram, seus princípios e ideais.

Palavras-chave: toyotismo; precarização; direitos trabalhistas.

ABSTRACT

This article aims to treat about the adoption os the Toyota production system and its negative effects on laborrights, as well as discourse about this production model and about the ones that preceded it, highlighting thehistorical context in which they arose, its principles and ideals.

Keywords: toyotism ; precariousness; labor rights

1. INTRODUÇÃO

Apesar do século XX ter sido marcado pela progressiva conquista e normatização de direitos trabalhistas, cada vez mais se tem defendido e implantado a "flexibilização" de tais direitos, que na prática se traduz em verdadeira precarização das condições de labor.

Como o trabalho está diretamente atrelado à criação de bens e à prestação de serviços, os modelos de organização da produção adotados pelas empresas ao longo dos tempos impactaram diretamente na maior ou menor efetivação dos direitos trabalhistas.

O objeto do presente artigo é a relação existente entre a implantação do modelo de produção toyotista e a a precarização dos direitos trabalhistas no Brasil nos últimos anos. Busca-se responder ao seguinte problema de pesquisa "quais os impactos da implantação do toyotismo nos direitos trabalhistas e nas condições de trabalho dos brasileiros?".

Nossa hipótese prévia é que tal modelo de produção tem degradado as condições laborais ao disseminar a ideia de que os direitos trabalhistas são entraves ao aumento das remunerações e, consequentemente, à autorrealização do trabalhador.

O objetivo geral desta pesquisa é desvelar a relação entre o modelo de produção toyotista e a precarização dos direitos trabalhistas. Os objetivos específicos são: delinear os princípios do toyotismo e o contexto histórico em que tal modelo foi disseminado; traçar um panorama acerca dos sistemas de produção que o antecederam (o fordismo e o taylorismo) e demonstrar quais os impactos do modelo toyotista sobre os direitos trabalhistas e as condições de trabalho dos brasileiros.

1.1. Relevância da pesquisa

A presente pesquisa é relevante para que se coloque em foco a nocividade, para os trabalhadores, da implantação do modelo de produção toyotista, estritamente atrelado ao neoliberalismo e tão propagado na atualidade como sinônimo de modernidade e como solução para o mercado de trabalho brasileiro.

Em tempos atuais, no qual se torna cada vez mais comum a ode ao "empreendedorismo" e à uberização e em que ser celetista é visto como algo quase negativo, é extremamente importante o debate acerca dos efeitos das práticas neoliberais, dentre elas o toyotismo, no desmonte de direitos trabalhistas arduamente conquistados por meio das lutas sindicais e proletárias ao longo de várias décadas.

1.2. Revisão da literatura pertinente ao tema

A título de revisão de literatura, destacam-se as seguintes publicações que nortearam a confecção deste artigo e cujo tema central são os impactos nocivos do toyotismo sobre os direitos trabalhistas: "O novo e precário mundo do trabalho" (ALVES, 2000), "O precariado: a nova classe perigosa" (STANDING, 2013) e "Misérias do presente, riqueza do possível" (GORZ, 2004).

1.3. Metodologia

Esta pesquisa, de caráter qualitativo, foi desenvolvida por meio de estudo bibliográfico acerca dos modelos de produção fordista, taylorista e toyotista e sua interlocução com os direitos trabalhistas. Também foram analisados dispositivos legais brasileiros que evidenciam o enfraquecimento de direitos dos trabalhadores e dados coletados pela Central Única do

Trabalhadores (CUT) e pelo Departamento intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos (Dieese) acerca da terceirização de serviços no Brasil.

2. 2 FORDISMO E TAYLORISMO: MODELOS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL QUE ANTECEDERAM O TOYOTISMO

O fordismo é um modelo de produção industrial idealizado em 1913 pelo empresário norte-americano Henri Ford. A ideia central de tal modelo é que a produção em massa de um bem acarreta redução de seu custo unitário, o que impulsiona o consumo e, consequentemente, aumenta o lucro das empresas. (MOREIRA; SENE, 2012).

Ford implantou em suas indústrias automobilísticas as chamadas linhas de montagem, nas quais a produção do veículo foi dividida em diversas etapas bem definidas, tendo cada atividade que as compõe sido atribuída a determinados empregados, de forma que cada trabalhador passou a ser responsável por executar uma única tarefa, que deveria ser a mais simplória possível. Posteriormente, esse sistema foi implantado nos demais ramos industriais. (MOREIRA; SENE, 2012).

A atribuição de tarefas simples aos empregados fazia com que estes dominassem a técnica de sua execução em curto período de tempo, o que acarretou aumento da produtividade e, consequentemente, do lucro. Além disso, a mão-de-obra foi barateada com a implantação do fordismo, pois se antes o empregado a ser contratado precisava ter conhecimentos acerca de praticamente todo o processo produtivo, já que não havia divisão estanque de funções, com o novo modelo o sujeito que se iria contratar necessitava dominar apenas uma função específica, o que permitiu a redução substancial dos salários. (MOREIRA; SENE, 2012).

Para o bom funcionamento do fordismo, que se esteava na produção em massa, era preciso que também houvesse consumo em massa, o que não era uma realidade na época em que tal modelo foi idealizado. (MOREIRA; SENE, 2012).

A solução para tanto foi a implantação do keynesianismo, no qual o Estado passou a intervir de forma direta na economia a fim de garantir a expansão do capitalismo e, consequentemente, do consumo. O Estado interventor passou a ser responsável pelos investimentos que reduziriam o desemprego, incrementariam os salários e acarretariam o consumo em massa necessário ao fordismo. (MOREIRA; SENE, 2012).

O taylorismo, por sua vez, foi a denominação atribuída ao modelo de organização da produção idealizado pelo engenheiro Frederick W. Taylor que, em 1911, publicou o livro *Os*

princípios da administração científica, no qual preconizava a implantação de um sistema de organização científica do trabalho. (MOREIRA; SENE, 2012).

Taylor defendia que, para que fosse aumentada a produtividade das empresas, estas deveriam controlar os tempos e os movimentos dos trabalhadores e fracionar as etapas do processo produtivo, de forma que o operário desenvolvesse tarefas ultra-especializadas e repetitivas. (MOREIRA; SENE, 2012).

As ideias do taylorismo embasaram o fordismo, no entanto, este sistema se distingue daquele, pois apresenta uma visão abrangente da economia, não ficando restrito apenas a mudanças organizacionais no interior das fábricas, como preconizado pelo taylorismo. Ford percebeu que a mera implantação das ideias de Taylor nas indústrias não seria suficiente para o aumento do lucro, pois era necessário alterar também o cenário econômico como um todo para que o consumo aumentasse na mesma progressão da produção. (MOREIRA; SENE, 2012).

3. TOYOTISMO: O MODELO JAPONÊS DE PRODUÇÃO

O toyotismo, também conhecido como modelo japonês de produção, foi idealizado por Taiichi Ohno, Shingeo Shingo e Eiji Toyoda entre 1948 e 1975, tendo sido implantado inicialmente no Japão, nas fábricas de automóveis da Toyota. (CORIAT, 1994).

O modelo foi criado para suprir a inadequação das indústrias japonesas ao fordismo e do taylorismo, tendo em vista que um dos requisitos essenciais para o bom funcionamento de tais modelos não era preenchido pelo Japão, qual seja, a existência de um expressivo mercado consumidor, contrariamente ao que ocorria nos Estados Unidos e na Europa. (CORIAT, 1994).

Dessa forma, o toyotismo foi idealizado com o intuito inicial de que fossem criados mecanismos que possibilitassem a maximização dos lucros dos produtores industriais a despeito da quantidade restrita de consumidores. Para tanto, sua máxima era evitar o desperdício em todos os âmbitos, tanto no que diz respeito à mão-de-obra quanto aos itens produzidos.

Os desperdícios detectados nas fábricas que implantaram os modelos fordista e taylorista foram classificados em sete categorias: produção antes do tempo necessário, produção superior ao efetivamente necessário, excessiva movimentação de trabalhadores, pois eram orientados a não solicitar auxílio dos demais, devendo realizar de forma individual tudo o que fosse necessário ao cumprimento de sua função, tempo de espera dos consumidores para terem acesso aos produtos, a morosa logística de transporte, estoques excessivos e operações desnecessárias no processo de manufatura. (CORIAT, 1994).

Os instrumentos desenvolvidos para minimizar tais desperdícios foram a redução dos estoques ao mínimo, a flexibilização da produção em substituição à padronização preconizada pelos modelos anteriores, a produção em pequenos lotes com a máxima qualidade possível, a automatização da produção, o sistema *just in time*, no qual os bens apenas são produzidos após já terem sido vendidos, o trabalho em equipe sob orientação de um líder, a diversificação e personalização dos produtos de acordo com os interesses e necessidades de cada grupo de consumidores e o controle de qualidade total, segundo o qual todos os trabalhadores são responsáveis pela qualidade do produto e a mercadoria só é liberada após submissão a minuciosa inspeção de qualidade. (CORIAT, 1994).

O toyotismo tem por fundamento o princípio da melhoria contínua, que preconiza que tanto os bens produzidos quanto os trabalhadores envolvidos no processo produtivo devem estar em constante evolução a fim de que sejam atendidos os novos anseios do mercado, no intuito de evitar o desperdício decorrente da obsolescência. (GORZ, 2004).

A despeito de, inicialmente, ter sido implantado apenas nas fábricas japonesas, o modelo toyota de produção se disseminou rapidamente para os Estados Unidos e Europa entre os anos setenta e oitenta, impulsionado pela "crise do capital" e pela emergência do neoliberalismo.

A "crise do capital" foi desencadeada pelo esgotamento do Estado providência ou keynesiano, no qual o Estado intervinha e regulamentava todos os setores, dentre eles o econômico. Este "agigantamento" do Estado foi o responsável pela prosperidade econômica após a crise dos anos trinta, mas foi também a causa do colapso econômico ocorrido nos anos sessenta e setenta, quando os mercados internos deram sinais de saturação e não mais eram capazes de absorver a elevada produção impulsionada pelos modelos fordista e taylorista.

Como consequência deste esgotamento do mercado interno, as empresas e economias nacionais tiveram seu crescimento consideravelmente reduzido, tornando urgente a separação do Estado e do capital. Como a grande intervenção daquele no domínio econômico era apontada como a causa da crise instalada, acordou-se que o Estado deveria apenas assumir o papel de estimulador da competitividade, ocupando-se as próprias empresas dos investimentos que levariam ao retorno do crescimento econômico.

A palavra de ordem era desregulamentar, substituir o poder central onipresente do ordenador central por formas de auto-organização descentralizadas, por uma rede de subunidades relativamente autônomas que coordenariam-se a si mesmas. Essa máxima, apesar de inicialmente direcionada ao Estado, em pouco tempo ecoou nas indústrias, pois os modelos fordista e taylorista ali implantados também tinham atingido o esgotamento com a saturação

dos mercados internos. Era preciso inovar também a forma de produzir para que a crise fosse superada.

Os Estados, então, abriram suas economias e facilitaram a circulação de capitais, o que tornou possível que as empresas com maior potencial econômico instalassem sedes em países com grande perspectiva de consumo, cujo mercado interno ainda era inexplorado e onde os custos de produção eram muito inferiores aos da Europa e Estados Unidos. Começou-se, então, a falar em empresas multinacionais, que são originárias de certo país, mas mantém unidades produtivas em diversos outros.

A fim de possibilitar esta mundialização da economia e garantir que os países nos quais as multinacionais estavam sendo instaladas não criariam entraves à exploração de seu mercado por empresas originárias de outras localidades, foram criados órgãos de controle econômico de âmbito internacional, como o FMI (fundo monetário internacional), a OMC (organização mundial do comércio) e o Banco Mundial. Dessa forma, restou garantido o atendimento do interesse sobretudo das empresas norte-americanas e europeias de que a crise pela qual passavam seria superada a partir da exploração do mercado interno de países ditos periféricos.

Outro fator apontado pelas empresas que se encontravam em crise como responsável pela estagnação do crescimento foi a produção em massa de bens padronizados. Ora, se apenas se produz um mesmo item durante anos, conforme preconizado pelo fordismo e taylorismo, num determinado momento aquele produto já terá sido adquirido pela grande maioria dos consumidores, que não mais irão compra-lo porque já o possuem.

Como se vê, a superação da crise econômica necessariamente passava pela alteração do sistema de organização da produção industrial e consequente rompimento com o fordismo e com o taylorismo. Neste contexto, tornou-se totalmente viável e necessária a adoção do toyotismo pelas empresas americanas e europeias, sistema este que supria praticamente todas as falhas decorrentes dos modelos precedentes, tendo em vista que fora desenvolvido justamente para possibilitar a maximização dos lucros ainda que o mercado interno não fosse tão expressivo.

Como salientado, o modelo japonês de produção, diferentemente dos modelos fordista e taylorista, era baseado na constante inovação dos produtos e na variedade de modelos de um mesmo item produzido por determinada empresa. Isto, somado ao forte investimento em publicidades que visavam criar nos consumidores a necessidade de adquirir produtos que já possuíam a cada pequena alteração neles realizada, fazia com que as empresas adeptas do toyotismo não mais tivessem que se preocupar com o antigo problema de estagnação do consumo devido à aquisição dos bens produzidos. Em outras palavras, a rápida obsolescência

das mercadorias passou a ser induzida pelas empresas como forma de impulsionar o consumidor a adquirir bens que já possui.

Com a crise e a consequente disseminação do toyotismo, o conceito de competitividade deixou de depender da produção em escala e em grande série como antes e passou a ser buscada na capacidade de produzir uma variedade crescente de produtos em prazos cada vez mais curtos, em quantidades reduzidas e com preços cada vez mais baixos. O parâmetro para o crescimento passou a ser qualitativo e material, tendo sido eliminada toda a rigidez fordista e taylorista, pois não estimulava a criatividade e este novo processo produtivo.

Todas essas alterações no sistema de produção exigiam, necessariamente, que fosse repensada a forma de organização da mão-de-obra das empresas, pois seriam os empregados os responsáveis pela execução de todas as mudanças desejáveis para a retomada do crescimento e a superação da crise. Era preciso, portanto, que se reestruturasse a relação empregado/empregador, pois até então as regras vigentes nas empresas relativas aos trabalhadores se enquadravam nos modelos fordista e taylorista, os quais eram totalmente díspares do toyotismo.

4. OS EFEITOS DA ADOÇÃO DO MODELO TOYOTISTA SOBRE OS DIREITOS TRABALHISTAS

Como dito, quando da deflagração da crise do keynesianismo e da consequente retração do crescimento das empresas, a mão-de-obra destas estava estruturada nos moldes dos sistemas fordista e taylorista.

Para que se compreenda a situação dos trabalhadores nos referidos modelos é preciso levar em conta dois aspectos, o modo de produção fordista e taylorista e o fato de que tais sistemas foram implantados praticamente no mesmo período em que ocorreu a conquista de direitos trabalhistas decorrente do fortalecimento dos sindicatos no início do século XX, tais como a limitação da jornada diária, semanal e das horas extras, a instituição do descanso semanal, do intervalo intrajornada e interjornada.

Quanto ao primeiro aspecto, a produção em escala e a divisão do processo produtivo em diversas etapas bem definidas, medidas preconizadas pelo fordismo e pelo taylorismo, refletiam diretamente na forma como os trabalhadores eram organizados e vistos pelo empregador: tratava-se de meros executores de tarefas pré-determinadas, simplórias, mecânicas e repetitivas.

As funções atribuídas aos empregados eram extremamente compartimentadas, de forma que os funcionários não tinham consciência do bem que estava sendo produzido em sua completude, mas apenas de sua tarefa específica. O raciocínio das empresas era de que quanto mais simples fosse a função atribuída a um empregado, mais ele se tornaria especialista e, consequentemente, ágil em seu desempenho. Como resultado, mais itens seriam produzidos em menos tempo, o que implicaria em aumento dos lucros.

Além disso, era difundido o raciocínio segundo o qual a divisão das tarefas também barateava a mão-de-obra, pois a partir do momento em que se exigiam do trabalhador conhecimentos acerca de uma única atividade, como encaixar parafusos ou pintar uma peça, por exemplo, seria devido um salário consideravelmente inferior ao que teria que ser pago caso se exigissem conhecimentos a respeito de todo o processo de fabricação de um produto.

Seguindo essa lógica, as características buscadas nos trabalhadores que seriam contratados por empresas adeptas ao fordismo e ao taylorismo eram, em resumo, a ausência de criatividade, a obediência, a ausência de espírito questionador e inovador e a subserviência. Como dito, o trabalhador era visto como um mero executor de funções simplórias e repetitivas, como responsável pelo desempenho de uma única etapa do processo produtivo, e não pela confecção do produto final.

Para que fosse garantido o bom andamento da produção nos moldes fordista e taylorista, o controle, a hierarquia e o reforço ao individualismo eram instrumentos fundamentais. Por meio do controle se verificava ostensiva e continuamente se os operários estavam desempenhando suas funções com agilidade e de forma ininterrupta, sem se desviar daquela tarefa para interagir com colegas, por exemplo. A hierarquia era necessária para que ficassem bem definidas as diferentes classes de trabalhadores da empresa e suas funções, sendo que, via de regra, no último nível hierárquico estavam os operários/executores, no nível intermediário seus superiores, responsáveis pelo controle do desempenho das funções e, acima destes, os diretores da empresa, responsáveis por definir as estratégias produtivas. Já o reforço ao individualismo era estratégia necessária para garantir que cada empregado permanecesse focado apenas em sua atividade e para evitar quaisquer insurgências contra a forma de organização do trabalho e as condições em que era desempenhado.

O segundo fator que gerou reflexos na forma de organização da mão-de-obra no fordismo e no taylorismo foi a circunstância de que tais sistemas foram implantados praticamente no mesmo período em que foram conquistados vários direitos trabalhistas, como mencionado. Como consequência, os empregados adquiriram certa consciência de que suas vidas iam além do trabalho, de que podiam dedicar-se a outras atividades além da laboral, já

que passaram a dispor de tempo para tanto a partir do momento em que suas jornadas foram limitadas e da instituição de um dia de repouso semanal.

Adequando-se a esta nova realidade, as empresas fordistas e tayloristas exigiam o máximo do trabalhador durante o período em que este estava em seu local de trabalho, mas, via de regra, não demandavam que o funcionário continuasse envolvido com sua atividade laboral após o final do expediente, tendo em vista que à época os sindicatos eram extremamente fortalecidos e atuantes e fiscalizavam constantemente se as empresas estavam respeitando os direitos trabalhistas recém conquistados, desencadeando motins caso se verificasse o contrário.

Ocorre que, como narrado, os modelos fordista e taylorista se mostravam falhos à medida em que o mercado interno se tornava saturado, o que abriu espaço para a implantação do toyotismo e tornou premente a necessidade de que fosse reestruturada a mão-de-obra das empresas.

O sistema toyota de produção era incompatível com o controle, a hierarquia, o reforço à individualidade, a extrema divisão das tarefas e o desestímulo à criatividade presentes nos modelos anteriores. Como sua máxima era a constante inovação dos produtos com o intuito de acelerar sua obsolescência e criar necessidade de consumo, faziam-se necessários trabalhadores que não apenas executassem uma etapa isolada do processo produtivo, mas que contribuíssem ativamente para a melhoria dos bens produzidos.

Dessa forma, o novo perfil desejável dos trabalhadores exigia, em suma, criatividade, pró-atividade, espírito questionador e inovador, envolvimento com a missão da empresa, eloquência, afinidade pelo trabalho em grupo e capacidade de adaptação. O que antes era desestimulado no fordismo e no taylorismo, no toyotismo passou a ser incentivado, como a auto-organização no ambiente de trabalho e a autonomia, engenhosidade e criatividade dos trabalhadores.

Os idealizadores do sistema japonês de produção, analisando os modelos precedentes, concluíram que, na realidade, desestimulavam a produtividade, pois o fato de os operários não enxergarem suas atividades como elementos que compõem o produto final desestimulava seu empenho no labor.

Segundo os toyotistas, era preciso motivar os empregados a se envolverem e se empenharem no processo produtivo e a melhor forma de fazê-lo seria tornando-os senhores do que fazem, atribuindo-lhes a responsabilidade pelo que produzem, pois a identificação com o produto final os tornaria orgulhosos e, consequentemente, motivados, o que certamente incrementaria a produtividade.

Outro mecanismo de motivação dos trabalhadores preconizado pelo modelo toyotista era a substituição da organização repressiva do quadro de funcionários por um sistema descentralizado a ser organizado e gerenciado pelos próprios obreiros. Em outras palavras, não mais haveria nas empresas superiores hierárquicos cuja função no fordismo e no taylorismo era fiscalizar diuturnamente se os empregados estavam executando suas funções sem delas se desviar durante toda a jornada. Segundo o novo modelo, o empregado teria liberdade para organizar sua forma de trabalhar a seu critério, sendo-lhe cobrada apenas, após determinado prazo, a entrega do produto final com qualidade, ou seja, deveria ser instituído o sistema de metas nas empresas.

No que diz respeito aos trabalhadores, a promessa do toyotismo era a abertura de um espaço de tomada de decisões e de uma liberdade sem precedentes no trabalho e do trabalho, em contraponto à opressão verificada nos tempos do fordismo e do taylorismo. Contudo, a realidade vivenciada pelos obreiros com a implantação do modelo japonês de produção foi bem distinta.

Apesar de, na teoria, o toyotismo aparentar ser benéfico aos empregados, na prática, ele dá azo à sujeição máxima dos trabalhadores. A suposta redução do controle e da hierarquia preconizada pelo sistema japonês faz com que os empregados tenham que acumular as funções executoras e patronais, pois não apenas têm que se ocupar da execução dos produtos ou serviços, devendo também gerenciar seu tempo, os estoques dos materiais que serão utilizados e a qualidade do produto final.

Além disso, o empregado passa a ficar totalmente submisso ao imperativo da competitividade, pois, com a instituição do sistema de metas, será avaliado apenas pelo produto final que produziu no prazo concedido, sendo irrelevante o fato de ter se empenhado mais que seu colega em determinada etapa, de ter tido que se ausentar do labor devido a alguma doença na constância do prazo, por exemplo, ou de não ter gerenciado o tempo de que dispunha de forma satisfatória. A despeito de qualquer imprevisto ou variante que tenha ocorrido, o empregado será mensurado pelo atingimento ou não da meta prevista, sendo que esta é quase sempre estipulada acima da média para “estimular o empenho dos funcionários”.

Outro ponto que deixa patente os efeitos nefastos do toyotismo em relação aos trabalhadores é o fato de que este novo sistema exige que o empregado se identifique totalmente com a missão da empresa pela qual foi contratado e assuma como seus os interesses de seu empregador, em detrimento de seus interesses particulares. Em outras palavras, ocorre uma refeudalização das relações sociais de produção, sendo o operário transformado no orgulhoso vassalo de uma firma.

A fim de garantir que, mesmo num sistema onde é valorizada a "criatividade", a "autonomia" e a "liberdade", o empregado permaneça submisso aos interesses empresariais, o sistema toyota se vale da contratação preferencial de empregados jovens, pois, em sua maioria, nunca se filiaram a qualquer sindicato e, portanto, não possuem identidade de classe, não tendo ainda exata consciência de seu lugar na sociedade.

A estes jovens se oferece não apenas um emprego, mas uma "identidade de empresa", com formação profissional que atenda exatamente às necessidades daquele empregador, comportamento, modo de vestir e vocabulário próprios da "casa". Em outras palavras, o empregado, além de passar a ter um trabalho do qual possa se orgulhar, passa a pertencer a uma "grande família".

André Gorz, em passagem do livro *Misérias do presente, riqueza do possível*, analisa esta prática de forma muito crítica e pertinente, conforme segue:

> Em uma sociedade em vias de decomposição, na qual a busca de identidade e interação social é constantemente frustrada, o jovem encontra na cultura e patriotismo da empresa um refúgio contra o sentimento de insegurança. A firma o conforta, substitui a sociedade global. (GORZ, 2004)

Em retribuição a este acolhimento do empregado pela empresa, exige-se do funcionário que renuncie a qualquer outra forma de pertencimento, a seus interesses anteriores, à sua vida pessoal e à sua própria personalidade para se entregar "de corpo e alma" à empresa. Na maioria das vezes, essa exigência não é verbalizada, mas fica muito clara logo nos primeiros meses de labor, pois a carga de trabalho atribuída ao empregado é tamanha que exige dedicação praticamente integral ao emprego e o abandono de toda e qualquer atividade que o sujeito exercia anteriormente.

No modelo toyotista, o laço que une o empregado à empresa passa a ser o único ou o principal elo social de que este sujeito dispõe, pois absorve toda a sua energia e o mobiliza como um todo, tendo em vista que tem que se desdobrar para atingir as inalcançáveis metas que lhe são impostas, pois, caso não as atinja, muito provavelmente será substituído por alguém mais competente.

Além do temor de ser dispensado, o empregado imerso no toyotismo também atribui a si a obrigação moral de atender plenamente aos interesses da firma e atingir suas metas, pois, por imposição do empregador e da sociedade em decomposição mencionada por Gorz, este passa a ser o grande sentido de sua vida, sendo que a perda do emprego equivaleria à perda de si mesmo.

Pode-se questionar como o toyotismo acarretou tamanha sujeição dos trabalhadores e tornou necessária a dedicação quase integral ao labor se quando de sua implantação havia mais direitos trabalhistas assegurados do que à época em que prevalecia o fordismo e o taylorismo. É justamente neste ponto em que reside o mais nefasto dos instrumentos toyotistas de manutenção da sujeição dos empregados.

Apesar do século XX ter sido marcado pela progressiva conquista de direitos trabalhistas, a implantação do toyotismo nitidamente acarretou a precarização das condições de labor e configurou retrocesso em relação à efetivação e ao respeito aos direitos dos obreiros.

O fato do sistema japonês ter sido adotado pelas empresas norte-americanas e europeias vários anos após o auge das lutas sindicais e proletárias fez com que o cenário encontrado pelo toyotismo fosse bem distinto do verificado nos tempos do fordismo e do taylorismo. Não mais havia o sentimento de que os empregados deveriam estar em constante luta contra o empregador, pois várias de suas reivindicações já haviam sido atendidas e normatizadas.

Isto, somado às diversas publicidades que tinham por objetivo incutir nas pessoas a ideia de que o trabalho tornava todos mais felizes, realizados e prestigiados, possibilitou uma mudança significativa na forma como a sociedade passou a entender o labor. Se nos tempos do fordismo e do taylorismo ainda era presente a ideia de que o trabalho traduzia a exploração dos empregados pelos empregadores, no toyotismo ele era encarado de forma extremamente positiva e como motivo de orgulho.

Esta mudança de parâmetros foi reforçada pela consolidação da sociedade de consumo. Como o toyotismo tinha por estratégia criar nas pessoas, por meio da publicidade, o desejo de adquirir novos bens sob o argumento de que os seus já teriam se tornado obsoletos, o consumismo foi se solidificando progressivamente e, com ele, a necessidade de que se obtivesse cada vez mais renda para que fossem supridos os desejos por mercadorias. Neste contexto, o trabalho passou a ser visto como algo a ser buscado a qualquer custo, pois um sujeito sem dinheiro e, portanto, que não tivesse condições de adquirir os bens desejados por todos, era desprezado socialmente.

Outro fator que contribuiu para a supervalorização do trabalho foi o aumento do desemprego à época da implantação do toyotismo. As causas de tal fenômeno foram diversas, sendo as principais as seguintes: a intensificação do êxodo rural, o fato de as atividades produtivas terem sido relegadas a segundo plano pelas grandes empresas quando se objetivava auferir lucros, já que os investimentos no mercado financeiro se mostravam mais vantajosos e lucrativos, a progressiva evolução tecnológica que acarretava a substituição de empregados por máquinas, o surgimento das multinacionais, que quebravam as indústrias locais quando

instaladas em países periféricos, sendo que aquelas, proporcionalmente, empregavam bem menos pessoas que estas, e a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Neste cenário, o trabalho no período toyotista era encarado como um bem extremamente valioso e desejado, porém escasso, o que configura terreno fértil para o desrespeito aos direitos trabalhistas e para a precarização das condições de labor.

Se o empregado toyotista está constantemente submisso ao imperativo da competitividade, teme a todo momento o desemprego e se vê na constante necessidade de auferir mais renda para satisfazer seus desejos de consumo e obter prestígio social, a consequência inarredável é que irá se submeter a quaisquer condições impostas por seu empregador, por mais precárias que sejam.

Se nos tempos do fordismo e do taylorismo os empregadores temiam os motins de empregados, no toyotismo os trabalhadores são constantemente assaltados pelo temor do desemprego, de forma que o empregado se empenhará ao máximo para atender aos interesses da empresa, ainda que para isso tenha que extrapolar sua jornada diária, suprimir seus intervalos para descanso e refeição e seu descanso semanal ou vender suas férias. Em outras palavras, os direitos trabalhistas passam a ser vistos pelos próprios empregados como entraves ao atingimento de suas metas e ao ganho de remunerações superiores.

Além da nova ideologia que favorece o desrespeito aos direitos trabalhistas, a implantação do toyotismo é acompanhada pela criação de instrumentos jurídicos que possibilitam a precarização de tais direitos.

Um destes instrumentos, presente inclusive na Constituição Federal brasileira (art. 7º, VI), é a possibilidade de que acordos e convenções coletivas flexibilizem (precarizem) direitos trabalhistas de suma importância, como a irredutibilidade salarial[1].

A progressiva importância atribuída à jurisprudência curiosamente também contribui para a precarização dos direitos dos obreiros. Apesar de os tribunais trabalhistas terem sido criados com o escopo de garantir o respeito a tais direitos, não raras vezes suas decisões são em sentido totalmente contrário e acarretam nítidos prejuízos à classe trabalhadora. No Brasil, a título de exemplo, o Tribunal Superior do Trabalho editou duas súmulas que claramente abrem espaço para o desrespeito aos direitos trabalhistas, conforme segue:

---

[1] Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...)

VI – irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

> Súmula nº 277 do TST
>
> CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO OU ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. EFICÁCIA. ULTRATIVIDADE (redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14.09.2012) – Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012
>
> As cláusulas normativas dos acordos coletivos ou convenções coletivas integram os contratos individuais de trabalho e somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho.
>
> Súmula nº 330 do TST
>
> QUITAÇÃO. VALIDADE (mantida) – Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003
>
> A quitação passada pelo empregado, com assistência de entidade sindical de sua categoria, ao empregador, com observância dos requisitos exigidos nos parágrafos do art. 477 da CLT, tem eficácia liberatória em relação às parcelas expressamente consignadas no recibo, salvo se oposta ressalva expressa e especificada ao valor dado à parcela ou parcelas impugnadas.
>
> I – A quitação não abrange parcelas não consignadas no recibo de quitação e, consequentemente, seus reflexos em outras parcelas, ainda que estas constem desse recibo.
>
> II – Quanto a direitos que deveriam ter sido satisfeitos durante a vigência do contrato de trabalho, a quitação é válida em relação ao período expressamente consignado no recibo de quitação.

A súmula número 277 atenta contra o princípio da proibição ao retrocesso e torna possível que direitos anteriormente adquiridos pelos trabalhadores sejam suprimidos por meio de negociação coletiva. Já a súmula número 330 retira da Justiça do Trabalho brasileira sua principal função: reparar o empregado pelas irregularidades praticadas por seu empregador durante a vigência do contrato de trabalho. Tal súmula afronta o princípio protetivo e prevê que as verbas discriminas no instrumento de quitação não mais poderão ser discutidas na Justiça do Trabalho, salvo se houver ressalva expressa em tal documento. Ora, tal súmula beira o absurdo, pois desconsidera por completo a hipossuficiência do empregado em relação ao empregador e a ausência de força daquele para fazer valer seus direitos fora dos tribunais trabalhistas.

Outro instrumento jurídico que institucionaliza a precarização dos direitos trabalhistas é a terceirização de serviços, que pode ser definida nos seguintes termos:

> A terceirização consiste na possibilidade de contratar terceiro para a realização de atividades que não constituem, em regra, o objeto principal da empresa. em princípio, a vantagem da terceirização está na possibilidade da empresa contratante centralizar seus esforços na atividade-fim ou principal, deixando as atividades secundárias ou meio para um terceiro realizar. (BARRETO, 2008)

É notório que há grandes distinções entre os empregados contratados por determinada empresa e os terceirizados que ali laboram. Estes, apesar de muitas vezes desempenharem funções idênticas às realizadas por aqueles, possuem salários muito inferiores, jornadas normalmente superiores e são constantemente assolados pelo sentimento de instabilidade e insegurança, pois podem ser transferidos para outra empresa a qualquer momento.

Em 2018, havia no Brasil 11,9 milhões de trabalhadores terceirizados, o que perfaz aproximadamente um quarto dos vínculos de trabalho formal do país (RODRIGUES; SANTOS; SILVA, 2020). De 2007 a 2014, tais empregados receberam em média R$ 2.021,00 por mês, enquanto no mesmo período o rendimento mensal dos não terceirizados foi no valor médio de R$ 2.639,00 (CAMARGOS; IBARRA; MARCOLINO; PELATIERI, 2018).

Em relação à jornada de trabalho, observa-se que 85,9% dos vínculos nas atividades tipicamente terceirizadas possuem jornada contratada na faixa de quarenta e uma a quarenta e quatro horas semanais, contra 61,6% nas atividades tipicamente contratantes (CAMARGOS et al., 2018).

Constata-se, ainda, que a participação dos afastamentos por acidentes de trabalho típicos é mais elevada nas atividades tipicamente terceirizadas do que nas tipicamente contratantes, podendo ser duas vezes mais alta em alguns casos. (CAMARGOS et al., 2018)

Apesar de contribuir para a precarização dos direitos trabalhistas, a terceirização de serviços tem se consolidado de forma progressiva no Brasil, o que fica claro quando se leva em conta a sanção, pelo presidente Michel Temer, da Lei nº 13.429/2017, que dispõe, entre outros temas, que "não se configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios das empresas prestadoras de serviços, qualquer que seja o seu ramo, e a empresa contratante". Tal dispositivo contraria frontalmente o entendimento sumulado do TST (súmula nº 331) de que a terceirização de serviços era permitida apenas nas atividades-meio da tomadora de serviços, sendo que o desempenho de funções ligadas à atividade-fim da empresa acarretaria o reconhecimento de vínculo empregatício com esta.

Franqueou-se, dessa forma, a terceirização de serviços irrestrita em nosso país, o que foi posteriormente chancelado pelo STF no julgamento da ADPF 324 e do recurso extraordinário 958252. Curiosamente, alguns dos argumentos suscitados pelos ministros em tal ocasião em favor da licitude da terceirização indiscriminada foram de que "o impedimento absoluto da terceirização trará prejuízos ao trabalhador" e de que "a terceirização não é a causa da precarização do trabalho nem viola por si só a dignidade do trabalho" (STF, 2018).

Um quarto instrumento jurídico que contribui para a referida precarização é a chamada pejotização. O termo refere-se à prática disseminada de empresas de, ao invés de celebrar

contrato de trabalho com as pessoas físicas que deseja que lhe prestem serviços, exigir que tais sujeitos constituam uma pessoa jurídica que será então contratada pela empresa, de forma que o trabalhador não ficará amparado por qualquer direito trabalhista, apesar de, na prática, prestar serviços com todos os requisitos da relação de emprego.

Várias empresas brasileiras se valem desta prática principalmente no que diz respeito aos serviços intelectuais, pois encontraram respaldo para tanto no artigo 129 da lei número 11.196/2005, que prevê o seguinte:

> Art. 129. Para fins fiscais e previdenciários, a prestação de serviços intelectuais, inclusive os de natureza científica, artística ou cultural, em caráter personalíssimo ou não, com ou sem a designação de quaisquer obrigações a sócios ou empregados da sociedade prestadora de serviços, quando por esta realizada, se sujeita tão-somente à legislação aplicável às pessoas jurídicas, sem prejuízo da observância do disposto no art. 50 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

Por fim, outro instrumento existente no ordenamento brasileiro que contribui para a precarização dos direitos trabalhistas é a disseminação de cargos ditos de gerência, pois quem os ocupa não está sujeito à limitação de jornada desde que o empregado perceba gratificação de função de no mínimo 40% do valor do salário, nos termos do art. 62 da Consolidação das Leis Trabalhistas[2].

Amparados por tal norma, vários empregadores criam cargos cuja denominação é composta pela palavra gerência e pagam a gratificação exigida pela CLT com o intuito de que o empregado possa ser submetido a exaustivas horas de labor sem que a empresa seja retaliada por isto. No entanto, na maioria das vezes, apenas a denominação do cargo faz remissão à gerência, pois, na prática, o empregado está subordinado a seus superiores e não dispõe de autonomia para tomar qualquer decisão por si mesmo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comparando-se a teorização dos modelos fordista e taylorista com a do sistema toyotista, conclui-se apressadamente que o sistema japonês de organização da produção

---

[2] Não são abrangidos pelo regime previsto neste capítulo: (...)

II – os gerentes, assim considerados os exercentes de cargos de gestão, aos quais se equiparam, para efeito do disposto neste artigo, os diretores e chefes de departamento ou filial.

Parágrafo único – O regime previsto neste capítulo será aplicável aos empregados mencionados no inciso II deste artigo, quando o salário do cargo de confiança, compreendendo a gratificação de função, se houver, for inferior ao valor do respectivo salário efetivo acrescido de 40% (quarenta por cento).

industrial seria o mais vantajoso para a classe dos trabalhadores, pois promete uma liberdade jamais vivenciada no trabalho e do trabalho.

No entanto, como restou demonstrado, na prática, a implantação do toyotismo acarretou a submissão total ao trabalho, a precarização dos direitos trabalhistas e das condições de labor.

No fordismo e no taylorismo, era muito claro que o trabalhador estava a serviço de interesses alheios, de seus empregadores. O obreiro não pertencia à empresa e não lhe devia mais que uma prestação de horas, as quais eram bem definidas no contrato de trabalho.

No toyotismo, em contrapartida, o empregado acredita na ilusão de que está trabalhando para si mesmo e de que tudo o que tem, sua identidade, seu patrimônio e sua estima, se deve à empresa que o empregou. O trabalhador renuncia totalmente a si mesmo em prol do trabalho.

O sistema japonês fragiliza muito do que foi conseguido por meio das lutas operárias e sindicais ocorridas no início do século XX: a limitação da jornada de trabalho, os salários fixos, a menor exploração da mão-de-obra, os intervalos para repouso e alimentação e o repouso semanal remunerado. Os direitos trabalhistas passam a ser vistos pelos próprios empregados como entraves ao aumento de suas remunerações.

No toyotismo, é desejado que a vida do empregado e seu trabalho se confundam, sendo exigido do obreiro que assuma como seus os objetivos da empresa e que se dedique incondicionalmente a esta causa. O trabalhador é modelado e condicionado pela empresa, que reduz o horizonte do sujeito ao da firma.

Enquanto no fordismo e no taylorismo era nítida a dominação do trabalho pelo capital, no toyotismo isto ocorre de forma indireta: a sociedade é "programada", sobretudo através dos meios de comunicação, para superestimar o trabalho e os *workaholics*, encontrando-se atualmente internalizada na grande maioria das pessoas a ideia de que tralhando, o indivíduo ganha sua liberdade, consegue atingir seus objetivos e se torna uma pessoa realizada. Crendo nisto, o trabalhador se submete às mais precárias condições de trabalho toyotistas em nome do prestígio social e em busca de sua autorrealização.

Outro aspecto que demonstra a dominação indireta do trabalho pelo capital no modelo japonês é a constante criação de desejos de consumo, que impulsionam os trabalhadores a buscarem sempre remunerações superiores, ainda que para isto tenham que se submeter a constante labor em sobrejornada, suprimir seu dia de repouso semanal ou intervalos intrajornada.

São patentes, portanto, os efeitos nefastos do toyotismo sobre os direitos trabalhistas e a classe obreira como um todo, o que, lamentavelmente, não é enxergado pela grande maioria dos trabalhadores submetidos a precárias condições de labor.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *O novo e precário mundo do trabalho* – Reestruturação produtiva e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2000.

BARRETO, Glaucia. *Curso de direito do trabalho*. Niterói: Impetus, 2008.

BRASIL. *Consolidação das Leis Trabalhistas*. In: Vade Mecum Saraiva. 12a. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. In: Vade Mecum Saraiva. 12a. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. *Lei n. 11.196, de 21 de novembro de 2005*. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm>. Acesso em 14 abr. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula n. 277. Disponível em <www.tst.jus.br/sumulas>. Acesso em 14 abr. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula n. 330. Disponível em <www.tst.jus.br/sumulas>. Acesso em 14 abr. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula n. 331. Disponível em <www.tst.jus.br/sumulas>. Acesso em 14 abr. 2021.

CAMARGOS, Regina Coeli; IBARRA, Antonio; MARCOLINO, Adriana; PELATIERI, Patrícia. Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. In: CAMPOS, André Gambier (organizador). *Terceirização do trabalho no Brasil.* Brasília: Ipea, 2018. p. 11-31.

CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso – o modelo japonês de trabalho e organização*. Traduzido por Emerson S. da Silva. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994.

GODINHO, Maurício Delgado. *Curso de direito do trabalho.* 14a. ed. São Paulo: LTr, 2015.

GORZ, André. *Misérias do presente, riqueza do possível*. Traduzido por Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2004.

RODRIGUES, Francisco Demetrius Monteriro; SANTOS, José Márcio dos; SILVA, Priscila de Souza. Perfil dos trabalhadores terceirizados no Brasil. In: *Revista da ABET*, v. 19, n. 1, janeiro a junho de 2020, p. 163-184.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Traduzido por Cristina Antunes. São Paulo: Autêntica, 2013.

MOREIRA, João Carlos; SENE, José Eustáquio de. *Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização*. 5a. ed. São Paulo: Scipione, 2012. v. 2.

STF decide que é lícita a terceirização em todas as atividades empresariais. 2018. Disponível em <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=388429>. Acesso em 17 mar. 2021.

TERCEIRIZAÇÃO e desenvolvimento: uma conta que não fecha. Dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores propostas para garantir a igualdade de direito. Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014.

WOOD, Stephen. *O modelo japonês em debate: pós fordismo ou japonização do fordismo*. Traduzido por Vera Pereira. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_17/rbcs17_03.htm>. Acesso em 14 abr. 2021.

CAPÍTULO XLIII

A REJEIÇÃO DA SUBORDINAÇÃO NAS ENTRANHAS DO NEOLIBERALISMO

Victor Sousa Barros Marcial e Fraga [1]

[1] Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestrando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Telefone: (31) 99925-0841. E-mail: victorsbmef@gmail.com

RESUMO

Modelo emblemático da lógica neoliberal, e louvada enquanto tal apesar de seu fracasso financeiro, a empresa Uber se tornou paradigma do trabalho em aplicativos. De acordo com Pierre Dardot e Christian Laval, o período pós-fordista é marcado pela tecnologia avaliativa, por dispositivos de recompensas e punições e pela exacerbação do individualismo, propagandoa ideologia neoliberal em métodos disciplinares governamentais. A lógica de atuação popularizada pela Uber representa, econômica e socialmente, estágio avançado de promoção do "empreendedorismo", de precarização do trabalho e de esvaziamento da proteção social. Pautada em investigação bibliográfica doutrinária, visa a presente pesquisa compreender a resistência de trabalhadores, imersos na atual lógica hegemônica global, a se aceitarem enquanto empregados, promovendo o diálogo entre tais textos e a arquitetura interna e externa de controle forjada no modelo da falsa economia cooperativa.

1. INTRODUÇÃO

Em harmonia com o intuito do Grupo de Trabalho *Uberização social: o fenômeno da uberização do trabalho humano versus a busca pela consciência sociolaboral*, parte do VI Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, visa o presente artigo investigar a origem e o presente molde da mentalidade social dos trabalhadores plataformizados, compreendendo o aproveitamento e a intensificação de rasgo no tecido social pelas empresas da economia de plataforma.

Busca a pesquisa assinalar a relação entre a reconstrução neoliberal do ser humano e o aceite, e defesa, da modalidade uberizada de trabalho pelos próprios trabalhadores. A hipótese é de que, ao incorporar a lógica neoliberal propagada socialmente, o trabalhador passa a rejeitar a subordinação, tornando-se vetor e reprodutor da lógica.

Prefacialmente, em rememoração do tema geral, indicaremos as características essenciais do neoliberalismo, eis que a aferição de suas ideias central é necessária a fim de compreender o papel por ele desempenhado na relação entre trabalhadores e plataformas. Em sequência, será conduzida reflexão acerca do papel da mentalidade neoliberal enquanto

empecilho para a emancipação dos trabalhadores. Após, versará o presente trabalho sobre as características do trabalho durante o período de hegemonia neoliberal, com posterior recorte do trabalho plataformizado e indicação de possibilidades de superação do modelo vigente.

2. PREPARANDO O TERRENO EM MENTES FÉRTEIS

As ideias neoliberais entraram em voga nos anos 1970, com a experiência chilena durante o regime ditatorial de Pinochet e, após, com sua aplicação e difusão pelos governos de Ronald Reagan nos Estados Unidos da América e de Margaret Thatcher no Reino Unido. Manfred Steger e Ravi Roy (2010, p. 11) indicam a definição de neoliberalismo no senso comum enquanto modelo econômico ou paradigma proeminente a partir da década de 1980, compreendendo, entretanto, que o termo pode ser melhor descrito enquanto a junção de três manifestações: uma ideologia, um modo de governança e um pacote de políticas.

Enquanto teoria, Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 9 e 72) indicam o surgimento do neoliberalismo nos anos 1930, com a realização do Colóquio Walter Lippmann em Paris, eo associam à ideia antidemocrática presente em seu cerne. Em sentido semelhante, frisou Wendy Brown (2019, p. 99-100) que o pensamento de Friedrich Hayek, Milton Friedman e dogrupo dos ordoliberais, principais teóricos neoliberais, converge quanto à "rejeição da democracia robusta", buscando vincular o poder político ao suporte para o liberalismo econômico e a ordem moral". As distintas correntes do movimento reclamavam o retorno do liberalismo, mas não de forma acrítica como pode levar a entender a análise rasa das pretensõesdo grupo, se não compreendendo a necessária revisão de pilares como o escopo de atuação do Estado e a necessária reformatação do próprio ser humano.

Dardot e Laval (2016, p. 193) compreendem enquanto estratégia neoliberal "o conjunto de discursos, práticas, dispositivos de poder visando à instauração de novas condições políticas, a modificação das regras de funcionamento econômico e a alteração das relações sociais de modo a impor esses objetivos". Os autores definem, portanto, a existência de ideologia, de disciplina e de racionalidade neoliberais de atuação concomitante (DARDOT; LAVAL, 2016,p. 205-240).

Discorre Daniel Pereira Andrade (2019, p. 235) sobre os quatro alvos do neoliberalismo, sendo dois deles a dimensão econômica globalizada e a dimensão da luta contra os dispositivos de governamentalidade. A dimensão teórica e simbólica, terceiro alvo, é atacada em níveis propagandísticos com a substituição da solidariedade e da igualdade pela competitividade, enquanto a dimensão das disposições subjetivas tem como foco o nível intraindividual, ou seja,

a “relação que o indivíduo estabelece consigo mesmo em conexão com os outros” (ANDRADE, 2019, p. 235-236). Em que pese o foco nas consequências econômicas do paradigma, as últimas duas dimensões indicadas por Andrade são essenciais para compreender o brusco giro ocorrido no universo trabalhista.

Quanto à dimensão teórica e simbólica, o mundo da hegemonia neoliberal entra em momento de extensão da mercadorização a todos os aspectos da vida, desde o trabalho e a empresa, passando pelo desemprego, pelas situações de incapacidade laboral e pelas comunidades profissionais e políticas até as áreas da família e da educação (STANDING, 2019, p. 50). Como indicam Dardot e Laval (2016, p. 202), os sujeitos foram levados a se comportar enquanto um capital buscando se valorizar, seja por meio de estudos pagos, da constituição individual de sua aposentadoria ou pela assunção de diversos riscos com investimentos, compras e capitalização, provocando assim a erosão das lógicas de solidariedade.

A passagem do momento histórico anterior para as décadas de hegemonia neoliberal foi marcada pela substituição gradativa do sujeito produtivo, obra da sociedade industrial e da gestão de corpos, pelo sujeito neoliberal, do qual é exigido também o envolvimento integral da subjetividade do trabalhador (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 329-331). A ideia de carreira, salários e planos de progressão até então vigente foi substituído, com o ganho de espaço da mentalidade neoliberal, pela lógica de flexibilização e empregabilidade (BERTAMÉ, 2020). Ricardo Antunes (2018, p. 105) indica, ainda, a desregulamentação, a informalização e a intensificação do trabalho enquanto responsáveis por gerar “uma dissociabilidade destrutiva no espaço de trabalho que procura dilapidar todos os laços de solidariedade e de ação coletiva, individualizando as relações de trabalho em todos os espaços onde essa pragmática for possível”.

Para Brown (2019, p. 56), “a crítica neoliberal da sociedade e da justiça social em nome da liberdade e das normas morais tradicionais tornou-se hoje em dia o senso comum de uma cultura neoliberal robusta”. A desvalorização da democracia e do político, portanto, guardam relação também com o desprezo da sociedade pelos teóricos neoliberais originais, que buscavam revogar o papel de regulação do Estado e limitar a voz política do povo em favor da liberdade individual (BROWN, 2019, p. 79). Há, portanto, um movimento de contratualização generalizada nas relações humanas, com a percepção da sociedade enquanto “conjunto de relações de associação entre pessoas dotadas de direitos sagrados”, enfraquecendo a relação do indivíduo com suas tradições, apegos familiares ou fidelidades pessoais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 38).

É em tal panorama, portanto, de três a quatro décadas de profunda afetação social em termos de rivalidade, de precariedade, de incerteza, de empobrecimento e de competição exacerbada que Dardot e Laval (2019) indicam o enfraquecimento das defesas coletivas da sociedade e o rompimento de laços de trabalho ante a gestão individualizante da produção. A norma geral aplicada às empresas é incutida nos indivíduos, buscando-se destes as características almejadas pelo ambiente empresarial, quais sejam, abertura, positividade, empatia e cooperação (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 346-347).

A empresa moderna exige que os trabalhadores sejam flexíveis como o capital, aceitando a inexistência de jornadas pré-determinadas, a indefinição do espaço laboral, a flutuação da remuneração, o contínuo incremento das metas e o afastamento de direitos trabalhistas e de organização sindical (ANTUNES, 2018, p. 36). Estas novas formas de produziratreladas à lógica neoliberal são indicadas por Maria Rosaria Barbato e Marcio Túlio Viana (2020, p. 315) enquanto potencializadoras da tendência de autoafirmação do sujeito, buscando lhe transformar em "espécie de clone do patrão, sempre em busca de performances e em regimede competição".

Compreende-se, ante o exposto, que a forma de controle dos trabalhadores na lógica neoliberal induz a sentimentos de independência e autogestão, eis que o envolvimento subjetivo do empregado no trabalho em que ele realiza é desejável para o aperfeiçoamento da exploração, confundindo-se no discurso o que beneficia o trabalhador e o que beneficia a empresa. A transferência de riscos para os assalariados é salientada por Dardot e Laval (2016, p. 333) enquanto parte do discurso neoliberal, tendo como contrapartida a exigência de disponibilidade e comprometimento maiores de seus trabalhadores pelas empresas. A valorização exacerbada do indivíduo não serve para emancipá-lo, sendo "tratada como uma oportunidade de jogar todos os custos nas costas do sujeito, por mecanismos de transferência do risco que não têm nada de 'natural'" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 352).

Para Byung-Chul Han (2017, p. 101), inclusive, o "sujeito de desempenho pós- moderno", termo utilizado pelo autor para o ser humano atual, sequer é sujeito, pois não se submete a ninguém, liberta-se em prol de um projeto e, com base nele, realiza a autocoação e a autoexploração para atingir o desempenho almejado. Como explicam Dardot e Laval (2016, p. 335), "a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos."

Ainda que a captura da subjetividade não seja uma inovação do neoliberalismo, o giro está, para Dardot e Laval (2016, p. 333), na promoção de reação em cadeia dos sujeitos

submetidos à lógica hegemônica, responsáveis por reproduzir, ampliar e reforçar a competição a que se submetem, produzindo condições cada vez mais duras para si e para os demais. Há, portanto, retroalimentação da ideologia neoliberal na medida em que a população aceita as regras do jogo – não de forma natural – e passa a competir em exacerbadas demonstrações de individualidade.

O panorama traçado, certamente, se refere à visão genérica do mundo ocidental, sendo certo que os desafios para a definição do termo neoliberalismo estão, como indica Andrade (2019, p. 236), na inexistência de um estado puro da doutrina, apresentada sempre "em configurações híbridas com outras formações sociais". Não obstante, a demonstração da forma de atuação do pensamento hegemônico neoliberal é essencial para compreender o surgimento do trabalho plataformizados, as condições em que este serviço se dá e os desafios para a emancipação dos trabalhadores envolvidos.

3. O ENCAIXE ENTRE SUJEITO NEOLIBERAL E PLATAFORMA

Acentuadamente desde a década de 1970, conforme exposto, o cenário global passa por transformações relacionadas à doutrina neoliberal, que gradualmente substituiu a lógica vigente do Estado de Bem-Estar Social, cuja aplicação fora do escopo do Norte global era por si só questionável. Com influência muito além da economia, a lógica neoliberal é responsável por formas de planejamento, de ação e de pensamento no mundo moderno, impactando o papel dos Estados na vida dos cidadãos e a organização destes dentro do tecido social, sendo o recorte do presente texto a modificação da relação laboral.

A desvalorização do social é ressaltada por pensadores como Hayek, que indica a rejeição do espaço social enquanto lugar de emancipação de justiça e de democracia, ideias que seriam opostas à liberdade (BROWN, 2019, P. 63). É nesse contexto, portanto, que se pode falar de aumento da liberdade, em termos liberais, em inversa proporção à emancipação. Ressalta Pierre Dardot (ANDRADE; OTA, 2015, p. 305) que a emancipação exige do sujeito "produzir constantemente a si mesmo por práticas de liberdade".

Em outros termos, a liberdade do trabalhador para ser seu próprio explorador não leva à emancipação, mas reproduz a lógica intencionada pelo neoliberalismo de autoexploração. A emancipação estaria, portanto, em práticas que busquem substituir a lógica neoliberal de competição generalizada e de individualismo. Nas palavras de Vanessa Patriota da Fonseca (2020, p. 365), a liberdade oferecida pelo sistema "não está na emancipação dos povos frente ao capital e na superação do capitalismo, mas na possibilidade de ser o próprio capitalista".

De acordo com Han (2017, p. 105), o sujeito moderno está submetido a si próprio em estrutura que unifica liberdade e coação, entregando-se à coação livre para maximizar seu desempenho. Este sujeito neoliberal, termo utilizado por Dardot e Laval (2016, p. 373), entende que não pode perder, pois é o trabalhador que acumula capital e o acionista que desfruta dele. Ou, ao menos, opera com esta lógica em mente.

A Uber é tida enquanto marco de modelo de exploração do trabalho em plataformas digitais, ou seja, em ambientes virtuais que possibilitam a contratação e a oferta de serviços. A empresa, mediante seu aplicativo disponibilizado para celulares, recruta trabalhadores para dirigirem seus próprios carros e oferta o serviço de transporte individual de passageiros, realizando a intermediação entre as partes. Impende-se, contudo, diferenciar experiências verídicas de economia colaborativa e compartilhamento de bens e a utilização de plataformas para exploração de atividade econômica, como a desempenhada pela empresa que empresta o nome ao termo uberização.

Inebriados pela inovação tecnológica e pelo discurso falacioso do empreendedorismo, os trabalhadores são atraídos para este modelo que promete a organização da atividade nos termos do trabalhador quanto ao tempo, ao local e aos ganhos advindos da atuação no aplicativo (CALDAS, 2020, p. 85). Expõe Eugenio Corassa (2021, p. 245) que, "apesar do apelo midiáticoe do discurso apelativo da disrupção, esse tipo de trabalho não se relaciona com a economia colaborativa". Esta ilusão de controle da prestação de serviços contribui, conforme restará demonstrado, para a dispersão dos trabalhadores:

> Os trabalhadores (tratados neste tipo de relação capital- como 'parceiros') [...] alienam sua força de trabalho, acreditando, em grande parte, serem trabalhadores livres e autônomos, portanto, partes integrantes de um 'contrato independente'. Essa situaçãoé gravíssima ao passo que o não reconhecimento do próprio obreiro da sua condição de trabalhador e o não pertencimento a uma classe dificultam a consciência coletiva de classe, tão importante para resistir às inúmeras investidas nessa conjuntura da economia gig. (BARBATO; MOURA, 2020, p. 1265)

A valorização do empreendedorismo e a difusão da cultura da pessoa-empresa também não são novidade no sistema capitalista, rememorando Rodrigo Bertamé (2020) a distinção entre a precarização do trabalho formal, presente em fenômenos como a pejotização, e a uberização, modelo diverso de exploração do trabalho. A empresa de si mesmo não é uma metáfora em tempos de neoliberalismo, mas a forma de relação entre o sujeito e outros sujeitos ou a empresa em que trabalha (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 339). Passa-se, portanto, à investigação das peculiaridades do fenômeno da uberização.

4. O GIRO DA UBERIZAÇÃO

A primeira característica da forma uberizada de exploração do trabalho está na defesa da liberdade na prestação de serviços enquanto fundamento falacioso para a rejeição do reconhecimento do vínculo trabalhista. Em harmonia com a doutrina neoliberal, as empresas que atuam na economia de plataforma estimulam, em seu campo virtual de atuação e de controle, a tomada de escolhas pelos trabalhadores, o que fomenta a ilusão de liberdade. Os plataformizados, sem organização sindical ou reconhecimento enquanto proletários, entregues à própria sorte, recorrem aos aplicativos e "transformam suas posses, tempo, conexões e eus em fontes de capitalização" (BROWN, 2019, p. 50).

Os termos utilizados pelas empresas do setor refletem a pretensa mudança de paradigma, apostando na pós-verdade para ressignificar o modelo de exploração ao utilizar expressões como "colaborador, microempreendedor, economia colaborativa, economia de compartilhamento, espírito empresarial, criatividade, oportunidade etc." para se referir ao trabalho nos aplicativos (FONSECA, 2020, p. 365).

A segunda característica, já aventada, diz respeito à precariedade dos trabalhadores envolvidos. Ressalta Bertamé (2020) que o estudo da figura do precarizado auxilia na compreensão do quadro de escassez em que estes cidadãos agem, ainda que seja insuficiente para definir o modelo de trabalho. Aduz Guy Standing (2019, p. 39) que os trabalhadores precarizados, definidos pelo autor enquanto precariado, agem em lógica de curto prazo ante a baixa probabilidade de progresso pessoal ou de construção de carreira. De acordo com o autor, o precariado não tem benefícios da empresa ou proteção social para lhe dar segurança, confiando em salários nominais baixos e variáveis (STANDING, 2019, p. 76-77).

Em que pese a individualização exacerbada e o fomento da competição entre trabalhadores, estes não são considerados por suas particularidades. Os aplicativos, bem como outras formas de trabalho precário, não levam em conta a trajetória escolar e profissional, medindo os trabalhadores "pelo valor de uso diretamente mensurável de sua força de trabalho" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 354). Ao tentar definir qual é o perfil do precariado, grupo cuja existência foi por ele assinalada, Standing (2019, p. 139) afirma que não há necessária identidade entre seus integrantes, caracterizados por diferentes graus de insegurança e distintoshistóricos sociais e laborais.

As duas primeiras características formam a polarização entre realidade e idealização, eis que, em contraponto à realidade precária dos serviços prestados, sem possibilidade real de crescimento no suposto empreendimento, denota-se a crença de superação do trabalho

subordinado pelos próprios motoristas da empresa. Conforme elucidação de Maria Rosaria Barbato e Natália das Chagas Moura (2020, p. 1255), "[a] aceitação e a empatia com a ideia de ser um empreendedor e não mais um trabalhador ou empregado, traduz-se no forte desejo de não mais pertencer a uma segunda classe, ou na visão de alguns, um 'indivíduo de segunda categoria'".

A ideia amplificada por estas empresas em campanhas de marketing e presente na adesão inconsciente dos sujeitos ao neoliberalismo é de que a antiga estrutura de hierarquia e subordinação ruiu, inexistindo patrão ao qual dirigir a luta de classes, pois o sujeito é o próprio patrão e não tem a quem demandar melhores condições de trabalho (BARBATO; MOURA, 2020, p. 1256).

Insiste-se que a aparente inexistência de controle e da figura do patrão não corresponde à realidade, sendo a terceira característica da uberização o controle algorítmico e/ou terceirizadodo trabalho realizado. Sobre o tema:

> A subjetividade do trabalhador é capturada, na medida em que este se vê inserido em um sistema algorítmico como se fizesse parte de um jogo de videogame, impulsionado, por imagens, sons, cores, frases, incentivos gráficos luminosos, brilhantes e coloridos, a continuar apertando o botão e aceitando as corridas, sem ter sequer o tempo de analisar o custo versus o benefício daquele trabalho. (LEME, 2020, p. 143)

Mesmo a aparente liberdade para a realização da própria jornada, portanto, é indiretamente controlada pela empresa por meio de estímulos psíquicos. O aumento da autonomia no trabalho, no neoliberalismo, é compensado pelo incremento das tecnologias avaliativas, garantindo a dependência do trabalhador (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 355). Na realidade, os motoristas "são impelidos sempre a trabalhar o máximo da jornada fisicamente possível por ganharem tão pouco" (OLIVEIRA; ASSIS; COSTA, 2019, p. 256).

Sobre o tema, afirma Francisco Trillo Párraga (2016, p. 77) que a aparente liberdade de decisão dos motoristas sobre a quantidade de tempo em que se colocam à disposição da Uber dá lugar a jornadas que excedem os limites legais previstos na legislação pátria, justificadas pela valorização da liberdade do trabalhador em detrimento às disposições legais. Rotineiro, ainda, o desligamento de motoristas pela empresa em caso de repetida recusa de solicitações (ANTUNES, 2018, p. 34-35), em outra demonstração do controle algorítmico.

A consolidação do modelo, de acordo com Ludmila Costhek Abilio (2017), é possível com a combinação do engajamento dos trabalhadores, preocupados com a própria produtividade, e da terceirização do controle, realizado pela multidão de consumidores vigilantes. Esta forma, que se refere à vigilância de todos por todos, também guarda relação com o controle algorítmico, ditando a permanência ou não de motoristas na plataforma de acordo com as

avaliações dos clientes, em processo automatizado e sem transparência. Regula-se, assim, meticulosamente o serviço prestado a cada corrida efetuada.

A relação entre motoristas e a Uber é marcada pela impossibilidade de acessar informações básicas como o destino do passageiro e o bombardeamento de avisos dentro do aplicativo em casos de período longo de tempo sem conexão ou de reiterada rejeição de corridas, com a aplicação de sanções e a ameaça de desligamento (MACHADO, 2019). A alegada autonomia é minada também pela impossibilidade de fixação do preço do trabalho e deavaliação de desempenho da plataforma eletrônica utilizada para a realização das corridas (OLIVEIRA; ASSIS; COSTA, 2019, p. 256).

Acreditando estar sozinho, o "trabalhador-perfil em um cadastro da multidão [...] assume os riscos e custos de seu trabalho, [...] decide sobre sua dedicação ao trabalho e [...] cria estratégias para lidar com uma concorrência de dimensões gigantescas que paira permanentemente sobre sua cabeça" (ABILIO, 2017).

A transferência de custos, ao trabalhador ou a outros entes, é a quarta característica do trabalho plataformizado investigado:

> Ressalta-se que a transferência dos riscos da atividade para os trabalhadores agrava ainda mais a citada situação de precariedade envolta da atividade laboral. Nos casos de aplicativos de entrega, os motoristas são os responsáveis pela aquisição e manutenção dos veículos, despesas de combustível, impostos sobre o veículo, seguro por acidente, além de outros, sofrendo também pelo risco e custo econômico da ociosidade, visto que ainda que estejam disponíveis para trabalhar, não recebem qualquer quantia pelo tempo à disposição. (OLIVEIRA; ASSIS; COSTA, 2019, p. 257)

Leciona Trebor Scholz (2016) que "os atuais modelos de negócios extrativos baseados em plataformas" utilizam a linguagem do empreendedorismo, da autonomia e da flexibilidade para justificar que os trabalhadores arquem com o peso de desemprego, doença e envelhecimento. A ilegalidade, como a atuação da Uber na zona cinzenta, é trazida pelo autor enquanto método assumido das plataformas, reiteradamente enquadradas por descumprimento de leis federais, eliminação de direitos trabalhistas e ausência de transparência, minando a dignidade dos trabalhadores.

O engodo do empreendedorismo repetido por estas empresas e demais grupos de interesse é incorporado "no discurso de suas vítimas diretas, os trabalhadores pseudoautônomos, [... e] no dos consumidores que se beneficiam da exploração do trabalho humano sob o fundamento do baixo custo, da qualidade do serviço e da inevitabilidade da força das novas tecnologias" (FONSECA, 2020, p. 365). É por este motivo que Thiago Patricio Gondim (2020, p. 475) identifica a racionalidade neoliberal "tanto nas medidas adotadas pelospoderes públicos no Brasil como respostas à crise econômica, como na produção de um imaginário que

nega a natureza subordinada e assalariada das relações de trabalho, ampliando a assimetria de forças entre trabalhadores e empregadores".

Em interessante elucidação, aponta Ana Carolina Reis Paes Leme:

> [...] a Uber consegue ser remunerada por todos os componentes da equação do seu sistema produtivo: é paga pelo cliente e pelo motorista. Ambos e a própria sociedade exercem trabalho gratuito à Uber. O cliente, porque desempenha parcela importante do poder diretivo, ao avaliar o serviço e o motorista; avaliação esta que resulta em advertências, suspensões e até extinção do contrato de trabalho digital por iniciativa unilateral da Uber, que impede que o trabalhador faça login no aplicativo. O motorista, pelo seu tempo à disposição e por atrair novos trabalhadores para ingressar no leilão de oferta de serviços de transportes pelo menor preço. E a comunidade, por fazer pressão política para barrar qualquer esforço regulatório no Estado. (LEME, 2019, p. 88)

Em suma, a conjuntura é de avanço tecnológico, desregulação, intensificação da relação de trabalho, precariedade da atividade exercida e evidente hipossuficiência do trabalhador (OLIVEIRA; ASSIS; COSTA, 2019, p. 261). O cenário traçado, a princípio, é de desorganização dos trabalhadores, isolados espacialmente e atomizados, além de resistentes ao seu reconhecimento enquanto pertencentes a uma classe explorada pelo capital, e não empreendedores (BARBATO; MOURA, 2020, p. 1259 e 1265).

É dentro deste momento que se intensifica a preocupação com a nova forma de exploração do trabalho, tendência de mudança para vínculos mais superficiais, ou inexistentes, deixando os trabalhadores desprotegidos (CALDAS, 2020, p. 87). Dentre as proposições na área, uma das mais notáveis é o cooperativismo de plataforma, sugerido por Scholz (2016), emque a cooperativa clona, tecnologicamente, o aplicativo de interesse, mas o trabalho é exercidoem modelo democrático de propriedade, sendo a solidariedade elemento central para a experiência, bem como o é a ressignificação de conceitos como inovação e eficiência para serviro bem comum ao invés de resultar em retenção dos lucros por poucos diretores.

No Brasil, há a pretensão de reunir notícias e pesquisas sobre cooperativas de plataformas, bem como difundir princípios e práticas do cooperativismo, no espaço virtual do Observatório do Cooperativismo de Plataforma, derivado do Laboratório de Pesquisa Digilabour e apoiado pela Fundação Rosa Luxemburgo (GROHMANN, 2021). Outras formasde resistência, como a formação de organizações e de grupos virtuais ou a associação com sindicatos, também podem ser identificados no país. Em maio de 2021, houve a primeira negociação da Uber com um sindicato, no Reino Unido (BBC, 2021).

5. CONCLUSÃO

O neoliberalismo deve ser compreendido enquanto ideologia, modo de governança e pacote de políticas, sendo mais amplo do que mera linha de pensamento econômico. Dentre seus pontos essenciais estão a valorização da liberdade, na acepção negativa liberal, e o desprezo pela democracia. Além de influenciar, e submeter, Estados, o neoliberalismo impacta as relações sociais e a relação do indivíduo consigo. No âmbito do ser humano, as mudanças mais notáveis estão na defesa da concorrência, do individualismo, da autocoação e da responsabilidade integral do indivíduo pela sua sorte.

No seio da hegemonia neoliberal, surge a empresa Uber, com um molde inovador de exploração do trabalho humano, pautado no esquive de obrigações trabalhistas e sociais, na réplica do discurso falacioso de defesa do empreendedorismo, no controle algorítmico e terceirizado refinado dos motoristas e na delegação dos custos ao trabalhador, ao Estado e à sociedade de forma difusa.

A liberdade propagandeada pela empresa não corresponde à realidade da prestação de serviços precária, e controlada de perto, com sanções e possibilidade de desligamento da plataforma, além da utilização de estratégias para estimular a continuidade e produtividade do serviço. Para além destas aparências, contudo, há o desafio da compreensão dos próprios trabalhadores enquanto subordinados, eis que estes também são receptores, críticos ou não, da ideologia neoliberal. A promessa de empreendedorismo, ainda que não concretizada pela plataforma, movimenta o âmago dos trabalhadores em busca de emancipação, ainda que seja impossível a liberação destes por meio da ferramenta ofertada pelo sistema.

Verifica-se no Brasil, em estágio germinal, a existência de experiências verdadeiramente cooperativas de plataforma, bem como despontam organizações de trabalhadores plataformizados em âmbito local e regional. É crucial o acompanhamento destasiniciativas para se compreender a possibilidade de utilização duplamente subversiva dosconceitos apropriados pelo neoliberalismo, restaurando seu significado original de cooperação social e compartilhamento.

REFERÊNCIAS

ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Passa Palavra**,[s. l.], 19 fev. 2017. Disponível em: http://passapalavra.info/2017/02/110685/. Acesso em: 25 jun. 2021.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 211-239, jan./abr. 2019. Disponívelem: https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/23920/21747. Acesso em: 24 jun. 2021.

ANDRADE, Daniel Pereira; OTA, Nilton Ken. Uma Alternativa Ao Neoliberalismo: EntrevistaCom Pierre Dardot E Christian Laval. **Tempo Social**, v. 27, n. 1, p. 275-316, jun. 2015. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/103367. Acesso em: 26 jun. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARBATO, Maria Rosaria; VIANA, Marcio Túlio. Casas, ruas e vírus: possíveis tendências do Direito do Trabalho na era pós pandemia. **Revista de Direito Brasileira**, Florianópolis, v. 26, n. 10, p. 311-324, mai./ago. 2020.

BARBATO, Maria Rosaria; MOURA, Natália das Chagas. O controle ilimitado das empresas-plataforma na sociedade da vigilância e os impactos nas greves. **Revista Estudos Institucionais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 1253-1268, set./dez. 2020. Disponível em: https://www.estudosinstitucionais.com/REI/issue/view/13. Acesso em: 26 jun. 2021.

BERTAMÉ, Rodrigo. Da uberização do sindicalismo ao cyber sindicalismo: provocações. **Universidade Nômade Brasil**.[*S. l.*], 09 set. 2020. Disponível em: https://uninomade.net/tenda/da-uberizacao-do-sindicalismo-ao-cyber-sindicalismo-provocacoes/. Acesso em: 24 jun. 2021.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

CALDAS, Josiane. **A Economia Compartilhada e a Uberização do Trabalho**: utopias do nosso tempo?. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

CORASSA, Eugenio. Plataformas de trabalho na federação Russa: Uma análise preliminar da situação dos trabalhadores na "economia dos bicos" Russa. *In*: ORSINI, Adriana Goulart de Sena; CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende; MENEGHINI, Nancy Vidal (Coord.). **Trabalhadores plataformizados e o acesso à justiça pela via dos direitos**: regulações e lutasem países das Américas, Europa e Ásia voltadas ao reconhecimento, distribuição e representação. Belo Horizonte: Editora Expert, 2021. p. 242-258.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Anatomie du nouveau néolibéralisme. **Réflexions et echanges inosumis**, Paris, 2 juin 2019. Disponível em: http://reflexions-echanges-insoumis.org/anatomie-du-nouveau-neoliberalisme/. Acesso em: 25 jun. 2021.

FONSECA, Vanessa Patriota da. O crowdsourcing e os desafios do sindicalismo em meio à crise civilizatória. *In*: CARELLI, Rodrigo de Lacerda; CAVALCANTI, Tiago Muniz; FONSECA, Vanessa Patriota da. **Futuro do Trabalho: os efeitos da revolução digital na sociedade**. Brasília: ESMPU, 2020. p. 357-372.

GROHMANN, Rafael. **Lançamento do Observatório do Cooperativismo de Plataforma**. 2021. (2h27m21s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-o4g29Kb6F4. Acessoem: 29 jun. 2021.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONDIM, Thiago Patricio. A Luta por Direitos dos Trabalhadores "Uberizados". **Mediações**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 469-487, mai./ago. 2020.

LEME, Ana Carolina Reis Paes. **Da máquina à nuvem**: caminhos para o acesso à justiça pelavia de direitos dos motoristas da Uber. São Paulo: LTr, 2019.

LEME, Ana Carolina Reis Paes. Neuromarketing e sedução dos trabalhadores: o caso Uber. *In*: CARELLI, Rodrigo de Lacerda; CAVALCANTI, Tiago Muniz; FONSECA, Vanessa Patriota da. **Futuro do Trabalho: os efeitos da revolução digital na sociedade**. Brasília: ESMPU, 2020. p. 139-155.

MACHADO, Sidnei. L'Ubérisation du travail dans la jurisprudence brésilienne. **Revue de Droit Comparé du Travail et de la Sécurité Sociale**, Québec, v. 2, p. 76/81, 2019.

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio; ASSIS, Anne Karolline Barbosa de; COSTA, JoelaneBorges. O Direito do Trabalho (des)conectado das plataformas digitais. **Teoria Jurídica Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 246-266, jan./jun. 2019.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

STEGER, Manfred B.; ROY, Ravi K.. **Neoliberalism**: A Very Short Introduction. New York:Oxford University Press, 2010.

TRILLO PÁRRAGA, Francisco. Economía digitalizada y relaciones de trabajo. **Revista de Derecho Social**, Logroño, v. 76, p. 59-82, 2016.

UBER recognises union for first time in landmark deal. **BBC**, 26 May 2021. Disponível em: https://www.bbc.com/news/business-57254962. Acesso em: 26 jun. 2021.